

BISPOS E ARCEBISPOS DE LISBOA

DIREÇÃO: João Luís Inglês Fontes

COORDENAÇÃO: António Camões Gouveia | Maria Filomena Andrade | Mário Farelo



LIVROS
HORIZONTE

Bispos e Arcebispos de Lisboa

Bispos e Arcebispos de Lisboa

Centro de Estudos de História Religiosa
da Universidade Católica Portuguesa

DIREÇÃO DE
João Luís Inglês Fontes

COORDENAÇÃO DE
António Camões Gouveia
Maria Filomena Andrade
Mário Farelo

LIVROS

HORIZONTE

Projeto científico



CATOLICA
CEHR - CENTRO DE ESTUDOS
DE HISTÓRIA RELIGIOSA

LISBOA

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Patrocínios



**SANTA
CASA**

Misericórdia de Lisboa. Por boas causas.

Coleção Cidade de Lisboa 45059

Título:

Bispos e Arcebispos de Lisboa

Direção:

João Luís Inglês Fontes

Coordenação:

António Camões Gouveia

Maria Filomena Andrade

Mário Farelo

Secretariado editorial:

Rita Mendonça Leite

Índices:

Rita Mendonça Leite e Diana Martins



© Livros Horizonte, 2018

ISBN 978-972-24-1868-3

Capa:

Gráfica 99

Imagem da capa:

Autor desconhecido, Retábulo da chegada das
reliquias de Santa Auta à Igreja da Madre de
Deus, c.1522, Óleo sobre madeira de carvalho,
66,5x71,9 cm. Lisboa, MNAA, n.º inv. 1462 - B Pint.

© DGPC. Foto: José Pessoa.

Paginação:

Gráfica 99

Impressão:

Publito, Estúdio de Artes Gráficas

Maio 2018

Dep. Legal n.º 438717/18



Reservados todos os direitos de publicação
total ou parcial para a língua portuguesa por
LIVROS HORIZONTE, LDA.
Rua das Chagas, 17-1.º Dt.º – 1200-106 LISBOA
E-mail: geral@livroshorizonte.pt
www.livroshorizonte.pt

ÍNDICE

PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	19

Bispos de Lisboa, das origens à restauração da diocese

POTÂMIO E A DIOCESE DE LISBOA NA ÉPOCA ROMANA (SÉC. III-V)	27
OS PRELADOS DE LISBOA NA ÉPOCA VISIGODA (476-711/714)	51
SINAIS DE VITALIDADE CRISTÁ SOB DOMÍNIO ISLÂMICO: A DIOCESE MOÇÁRABE (711/714-1147)	61

Bispos de Lisboa, séculos XII-XIV

O EPISCOPADO DE LISBOA, ENTRE A RESTAURAÇÃO DA DIOCESE E A FUNDAÇÃO DO ARCEBISPADO (1147-1393/1395)	87
GILBERTO DE HASTINGS (1147-1163/1165)	123
ÁLVARO (1164/1165-1184)	135
SOEIRO (1185-1209)	143
SOEIRO VIEGAS (1211-1233)	151
PAIO (ELEITO, 1233)	167
JOÃO FULBERTO (ELEITO, 1233-1234)	171

ESTÊVÃO GOMES (ELEITO, 1234-1237)	171
JOÃO ROL (1239-1241)	177
AIRAS VASQUES (1244-1258).....	183
MATEUS (1262-1282).....	195
ESTÊVÃO ANES DE VASCONCELOS (1286-1287)	213
DOMINGOS ANES JARDO (1289-1293)	223
JOÃO MARTINS DE SOALHÃES (1294-1313)	237
ESTÊVÃO MIGUÉIS (1313-1322)	247
GONÇALO PEREIRA (1322-1326).....	261
JOÃO AFONSO DE BRITO (1326-1342).....	277
VASCO MARTINS (1342-1344)	287
ESTÊVÃO DE LA GARDE (1344-1348)	299
TEOBALDO DE CASTILLON (1348-1356).....	307
REGINALDO DE MAUBERNARD (1356-1358)	321
LOURENÇO RODRIGUES (ou LOURENÇO MARTINS DE BARBUDO)(1358-1364).....	329
PEDRO GÓMEZ BARROSO, <i>O JOVEM</i> (1364-1369)	345
FERNANDO ÁLVAREZ DE ALBORNOZ (1369-1371).....	353
VASCO RODRIGUES (ELEITO, 1371).....	361
AGAPITO DE COLONNA (1371-1380).....	381
JOÃO DE AGOULT (1378-1380).....	393
JOÃO GUTIÉRREZ (1381-1382).....	403
MARTINHO ANES DE ZAMORA(1379-1383)	417

Arcebispos de Lisboa, séculos XIV-XVIII

OS ARCEBISPOS DE LISBOA (1393/1395-1710)	433
JOÃO ANES ESCUDEIRO (1384-1402).....	459
DIOGO ÁLVARES [DE BRITO?] (1415-1422)	485
PEDRO DE NORONHA (1423-1452).....	495
LUÍS COUTINHO (1452-1453)	503
JAIME DE PORTUGAL (1453-1459).....	515
AFONSO NOGUEIRA (1460-1464).....	531
JORGE DA COSTA (1464-1500)	543

MARTINHO DA COSTA (1500-1521).....	553
AFONSO DE PORTUGAL (1523-1540).....	561
FERNANDO DE MENESES COUTINHO E VASCONCELOS (1540-1564)	575
HENRIQUE DE PORTUGAL (1564-1569)	585
JORGE DE ALMEIDA (1569-1585)	599
MIGUEL DE CASTRO (1586-1625)	617
AFONSO FURTADO DE MENDONÇA (1626-1630).....	629
JOÃO MANUEL (1632-1633)	639
RODRIGO DA CUNHA (1635-1643)	649
ANTÓNIO DE MENDONÇA (1670-1675)	661
LUÍS DE SOUSA (1675-1702)	671
JOÃO DE SOUSA (1703-1710).....	679

A iconografia dos bispos e arcebispos de Lisboa

A HERÁLDICA DOS BISPOS E ARCEBISPOS DE LISBOA	691
OS SELOS DOS BISPOS E ARCEBISPOS DE LISBOA.....	703
CULTURA ESCRITA DOS BISPOS E ARCEBISPOS DE LISBOA. LIVROS E LEITURAS	713
A ENCOMENDA ARTÍSTICA EPISCOPAL. TRÊS CASOS PARA UMA INTRODUÇÃO AO TEMA	735
TÚMULOS DOS BISPOS E ARCEBISPOS DE LISBOA	745

Corpus iconográfico

BISPOS DE LISBOA.....	763
ARCEBISPOS DE LISBOA.....	771
SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS.....	787
BIBLIOGRAFIA.....	793
LISTA DOS COLABORADORES E AUTORES	867
AGRADECIMENTOS	873
ÍNDICES.....	875

PREFÁCIO

Nas comemorações do tricentenário do Patriarcado de Lisboa inclui-se a publicação desta obra coletiva sobre bispos e arcebispos que o antecederam. De Potâmio, no século IV, a D. João de Sousa, falecido em 1710, sucederam-se os prelados lisboenses em várias épocas e contextos sociais e religiosos, aqui biografados por reconhecidos historiadores de várias Universidades e Centros de Investigação. O trabalho foi coordenado por João Luís Inglês Fontes, em colaboração com António Camões Gouveia, Maria Filomena Andrade e Mário Fareló; e integrado no Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR-UCP). A todos, nos quais incluímos patrocinadores, apoiantes e editora, devemos gratidão pelo relevante contributo.

Tratou-se de trabalhar cientificamente, ou seja, com pleno respeito pelas fontes disponíveis, sobre algo que fundamentalmente as ultrapassa. Uma diocese, isto é, a particularização geográfica do catolicismo, contém vivências e convivências dificilmente documentadas, por serem de natureza religiosa, anímica e espiritual. A documentação guardou o que era preciso guardar de mais prático e imediato, para garantir direitos, delimitar espaços e gerir o quotidiano. Ou seja, neste tipo de realidades, como uma diocese, a história foi o que foi como vivência e a historiografia consegue o que consegue como ciência.

A vida vivida não se resume na vida narrada. No entanto, da narrativa tiram-se conclusões importantes. Que importam ao que nos liga aos outros, como humanidade, ao mesmo tempo tão igual e tão diversa de contexto a contexto. É nisto que a boa historiografia nos ajuda, sem anacronismos nem extrapolações. Sobre o que sobra, para além das diferenças e muitas vezes por contraste, já que por ali não se podia nem devia prosseguir. Sobrará mais humanidade e certamente mais cristianismo. Mas só depois se soube, dando razão póstuma aos profetas.

Que podemos concluir de tanto trabalho aqui reunido? Talvez que *uma Igreja se define entre o testemunho e o apuramento doutrinal*. É significativo que as memórias mais antigas nos guardem a tradição verosímil dos “mártires de Lisboa” na perseguição de Diocleciano, a abrir o século IV; e, muito documentada, a intervenção do bispo Potâmio de Lisboa na controvérsia ariana. De doutrina e

disciplina nos falará depois a presença de vários bispos de Lisboa nos concílios visigóticos; e de testemunho nos falarão os vestígios moçárabes, quando Lisboa viveu sob governantes doutra fé, durante quatro dilatados séculos (VIII-XII).

Testemunho também, já no período português. Os sínodos diocesanos e as visitas paroquiais insistiram no cumprimento dos preceitos por clérigos e leigos. A partir de 1496, quando o rei determinou uma só fé, o testemunho passou a conformidade obrigatória. Não se extinguíram convicções e, no século seguinte, o Concílio de Trento (1545-1563) deu ao catolicismo lisbonense a substância doutrinal e a moldura pastoral dos tempos modernos.

De tudo isto nos dão notícia as presentes biografias. Como também doutro vetor, igualmente a reter: *o diverso relacionamento com o poder político, entre a proximidade e a tensão*. Depois da paz de Constantino (313) e durante a monarquia visigótica (da segunda década do século IV à segunda do século VIII) a proximidade seria a regra. Não assim nos quatro séculos seguintes, embora o relacionamento fosse variável e os moçárabes de Lisboa tenham conhecido períodos de notável florescimento. No princípio do século XII Lisboa parecia uma cidade “meia cristã” e em 1147 havia um bispo moçárabe, que foi morto na conquista da cidade e substituído por um bispo inglês, vindo com os cruzados.

Proximidade e tensão que permanecem na dinastia afonsina. Entre bispos e reis, em Lisboa como nas outras dioceses, encontramos momentos mais ou menos conjugados de propósito e governo, mormente até D. Dinis. Com ele colaboraria D. João Martins de Soalhães na pacífica resolução portuguesa da questão templária. Mais tarde, D. Lourenço Rodrigues, sucedendo a três prelados franceses, contou com a colaboração de D. Pedro I nas suas iniciativas disciplinares; e D. Martinho Anes de Zamora esteve próximo de D. Fernando na tentativa de autonomização das dioceses portuguesas ainda sufragâneas de Castela, embora tal não o livrasse de ser morto por alguns revoltosos de 1383.

Com D. João I, Lisboa chegará a Sé metropolitana (1393), iniciando-se em D. João Anes Escudeiro a série dos seus 20 arcebispos. Mas a habitual sintonia e a indicação régia dos prelados lisbonenses não eliminariam só por si eventuais tensões. Assim com o arcebispo D. Pedro de Noronha, tenaz adversário do regente D. Pedro; assim com o arcebispo e cardeal D. Jorge da Costa, em relação a D. João II; assim com D. Rodrigo da Cunha, implicado na revolução de 1640 contra D. Filipe III. Sem esquecer a ligação profunda entre Coroa e Igreja, tanto no que se refere à aplicação da reforma tridentina como no controlo do confessionalismo estrito.

De tensão também poderemos falar, a propósito de adaptação e conversão, no que a Lisboa se refere, como ao cristianismo em geral. Tratando-se da

humanização de Deus para a divinização do Homem, o perigo de ficar a meio caminho ronda sempre a história cristã. Na vida pessoal dos crentes, incluindo os sucessivos prelados de Lisboa, como nos costumes do clero e do povo, a água batismal penetrou mais ou menos, caso a caso. Da documentação escrita com que podemos contar, sobressaem constituições sinodais e visitas paroquiais, que tanto confirmam a persistência evangelizadora de prelados mais zelosos como resistências pagãs e mundanas.

Tempos a tempos, novas iniciativas religiosas pretenderam retomar o impulso original do Evangelho de sempre. Começando num pequeno grupo – como há dois mil anos também aconteceu – acabaram por ganhar acolhimento generalizado e ser assumidas pelo próprio centro eclesial. Assim foi com o monaquismo, depois com os mendicantes, os clérigos regulares e os institutos missionários de aquém ou além-mar. As biografias episcopais de Lisboa acompanham a implantação na diocese de múltiplas famílias religiosas, abertas à pastoral urbana ou mais votadas à vida contemplativa: cónegos regrantes, logo no século XII; agostinhos, trinitários, franciscanos e dominicanos no século XIII; carmelitas e jerónimos em finais da centúria seguinte. É conhecida a proximidade dos arcebispos D. Afonso Nogueira e D. Jorge da Costa aos Lóios (Cónegos Seculares de São João Evangelista) e a aceitação e promoção dos jesuítas pelos arcebispos em geral, do cardeal D. Henrique em diante, bem como dos oratorianos já por finais de Seiscentos.

A criação do Patriarcado de Lisboa em 1716 abriu um novo período, aliás não unívoco, para a Igreja local. E não será difícil verificar que, mesmo sem cair em anacronismos nem extrapolações, testemunho e apuramento doutrinal, proximidade e tensão com o poder, adaptação ou conversão evangélica são realidades constantes da vida da Igreja, como em Lisboa se manifestaram ontem e a seu modo se continuarão a manifestar.

NATAL DE 2017
+ MANUEL CLEMENTE

APRESENTAÇÃO

A obra que hoje temos em mão é o resultado de um projeto pensado e amadurecido no âmbito do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR-UCP) por uma equipa de historiadores dedicados ao estudo da história medieval e moderna, que propôs, gizou e acompanhou a sua realização ao longo de mais de três anos de trabalho, coordenando um alargado conjunto de investigadores, oriundos das mais diversas instituições de ensino e de investigação. Este trabalho inscreve-se no quadro da renovação da história religiosa do país e nele se cruza uma das perspetivas historiográficas mais exploradas nos últimos anos – os estudos biográficos –, com um ambicioso e mais vasto projeto científico: a realização de uma história da diocese de Lisboa. A publicação desta história dos *Bispos e Arcebispos de Lisboa* relativamente ao período anterior à criação do Patriarcado de Lisboa é, pois, fruto de um paciente e persistente, embora por vezes pouco visível, trabalho de reflexão, formação, investigação e publicação neste âmbito especializado que hoje designamos por história religiosa, cultivado em praticamente todas as universidades portuguesas dedicadas ao estudo da história do país, das épocas antiga à contemporânea.

Desde cedo, a história eclesiástica constituiu um domínio especializado da história em geral, com tradição em Portugal, país onde a presença do cristianismo, e em particular do catolicismo, contribuiu de forma marcante para a estruturação da sociedade e a construção de uma matriz cultural que se tornou, em grande medida, parte integrante da identidade coletiva, nacional, do país. Desde os anos de 1980 e até ao presente, no entanto, esta área do conhecimento conheceu uma forte renovação, sob o impulso de uma nova, mais aberta e abrangente conceção historiográfica a que o CEHR procurou também dar corpo (cf. *DA HISTÓRIA*, 2009). Não obstante, em Portugal, verificou-se um salto quase direto da mais tradicional história eclesiástica para a mais exigente e complexa história religiosa, sem que, na prática, se tivessem desenvolvido os esforços e trabalhos que noutros países conduziram ao desenvolvimento de uma história erudita, à maneira do chamado positivismo cientista do século XIX, permitindo recolher,

sistematizar e publicar importantes fundos documentais necessários ao conhecimento do passado mais longínquo, nomeadamente no que à história medieval se refere (MATTOSE, 2009). Também a chamada “nova história da Igreja”, em voga no período posterior ao II Concílio do Vaticano (1962-1965) e proposta nas novas sínteses então elaboradas (v.g. ROGIER [*et al.*], 1963-1975), conheceu limitados afloramentos no país, sobretudo com a realização de alguns estudos monográficos e teses de doutoramento realizadas nas Universidades portuguesas ao longo dos anos de 1970 e de 1980, que, no entanto, muito contribuíram para alterar o panorama historiográfico português (*REPERTÓRIO*, 1995, onde no índice geral se refere já especificamente a história religiosa, cf. p. 714-723).

É precisamente neste trânsito que se inscreve o trabalho promovido pelo CEHR a partir de 1988, ao acolher e promover novas abordagens historiográficas a partir do religioso e ao suscitar e animar uma rede interuniversitária de historiadores ligados às mais diversas instituições de investigação e ensino, numa perspetiva interdisciplinar e com uma atenção continuada à reflexão e ao trabalho de renovação historiográfica realizada nos diversos centros internacionais [v.g. a síntese de PAZOS, 1995, onde surge um capítulo da autoria de Carlos Moreira Azevedo dedicado a Portugal, p. 13-46; ver também a obra coletiva *História do Cristianismo*, publicada em várias línguas europeias nos anos de 1990 a 2001 e que na parte relativa à história contemporânea conhece já capítulos dedicados a Portugal, da autoria de António Matos Ferreira – cf. MAYEUR [*ET AL.*], 1990-2001).

A publicação de um *Dicionário* e de uma *História Religiosa de Portugal*, editados num conjunto monumental de 7 volumes pelo Círculo de Leitores, de 2000 a 2002, e hoje livremente acessível pela Internet, através do Repositório institucional da UCP, constituiu um marco neste percurso de produção, reconhecimento e institucionalização desta área disciplinar (AZEVEDO, 2000-2001; AZEVEDO, 2000-2002). A obra que agora vem a público inscreve-se de pleno direito neste alargado processo de renovação da historiografia portuguesa.

A publicação desta obra resulta de um projeto de investigação desenvolvido desde 2014, com o alto patrocínio de D. Manuel Clemente, cardeal patriarca de Lisboa, a quem agradecemos a confiança pessoal e institucional e o apoio financeiro concedido para o seu arranque. À Santa Casa da Misericórdia de Lisboa deve-se o apoio mecenático que tornou possível a presente edição, e que penhoradamente agradecemos nas pessoas do seu Provedor de então, Dr. Pedro Santana Lopes, e do seu atual Provedor, Dr. Edmundo Martinho. A escolha da chancela editorial de Livros Horizonte, a quem agradecemos o acolhimento da

proposta editorial e o cuidado posto na sua concretização, na pessoa do seu diretor e da sua diretora editorial, Dr. Luciano Patrão e Dr.^a Martina Ricci, resulta de duas ordens de razão: a integração da obra numa coleção dedicada à história da cidade de Lisboa, onde a história da diocese se inscreve plenamente; e a experiência de colaboração tida pelo CEHR e por parte dos membros da equipa científica na realização de um projeto anterior que culminou na edição de um *Guia histórico das ordens religiosas em Portugal* (SOUSA, PINA, ANDRADE E SANTOS, 2016).

A obra foi pensada e desenvolvida como um todo coerente, apresentando três tipos de textos: biografias individuais dos prelados estudados; textos de enquadramento geral da vida da diocese nos diversos períodos históricos analisados; e ainda imagens e textos relativos à definição de um *corpus* iconográfico associado aos prelados de Lisboa, a partir do levantamento e identificação de um conjunto muito diversificado de fontes históricas. Tal só foi possível graças à participação de um conjunto alargado de investigadores que aceitaram colaborar no projeto e edição da obra, que agradecemos. Às instituições nacionais e estrangeiras que aceitaram facilitar ou ceder os direitos de imagens aqui reproduzidas, na maioria dos casos a título gracioso, penhoradamente se reconhece o apoio assim prestado.

Mas este projeto deve-se sobretudo à competência e persistência de uma pequena mas muito qualificada equipa de historiadores. Sob a coordenação de João Luís Inglês Fontes que idealizou o projeto e propôs a sua realização no âmbito do CEHR, a equipa científica integrou ainda os doutores António Camões Gouveia, Maria Filomena Andrade e Mário Farelo, que lhe dedicaram o seu saber e trabalho ao longo dos últimos anos. No seu aturado labor de planeamento e contacto com autores e instituições, revisão dos textos, sistematização e aplicação de critérios e regras editoriais, incluindo a uniformização e constituição de uma integrada bibliografia, contaram com a colaboração dedicada da doutora Rita Mendonça Leite, que aqui devidamente se regista.

Desde a primeira hora a direção do Centro de Estudos de História Religiosa acolheu e acompanhou este projeto, procurando assegurar o suporte científico e institucional necessário, empenhando-se na reunião de condições materiais para a sua concretização e disponibilizando o apoio logístico e de gestão e secretariado imprescindíveis à sua execução. Ao conjunto das entidades e pessoas que contribuíram para a realização da obra ou que, de um modo ou outro, nela colaboraram, agradecemos penhoradamente não apenas a disponibilidade e o trabalho desenvolvido, mas sobretudo o entusiasmo com que acolheram o projeto e o fizeram seu. Bem hajam!

A obra é agora entregue a todos os seus potenciais leitores e ao público em geral. Mas, porque a obra o merece, fazemos votos para que suscite a receção crítica por parte da comunidade científica nacional e estrangeira interessada na história social, política, cultural e religiosa de Lisboa e do país. E fica a promessa de que este passo será continuado por outros, em prol do desenvolvimento da história religiosa de Portugal.

PAULO F. DE OLIVEIRA FONTES
DIRETOR DO CEHR-UCP

INTRODUÇÃO

Em 2016, completaram-se os 300 anos sobre a criação do Patriarcado de Lisboa. Em ordem a assinalar este acontecimento, o Patriarcado de Lisboa e o Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica decidiram promover a edição da obra *Bispos e Arcebispos de Lisboa*, dando continuidade ao estudo já editado, sob a coordenação de Carlos A. Moreira Azevedo, sobre *Os Patriarcas de Lisboa* (AZEVEDO, 2009).

Pode parecer estranha, à partida, tal opção, no quadro de uma eclesiologia mas também de uma historiografia contemporâneas que, desde há muito, deixaram de dar primazia à dimensão institucional ou de propor um entendimento da própria História da Igreja a partir sobretudo dos feitos dos seus principais responsáveis. Não é nesta linha, típica de uma história mais “eclesiástica”, que nos pretendemos situar, mesmo se reconhecendo os frutos de erudição que esta produziu no passado. Basta para isso recordar os trabalhos ainda hoje incontornáveis de D. Rodrigo da Cunha, que historiou muitos dos prelados que o haviam antecedido nas dioceses por onde passou, do Porto e Braga (CUNHA, 1623; CUNHA, 1634; CUNHA, 1635) à cidade capital do reino (CUNHA, 1642), toda a investigação desenvolvida no âmbito da Academia Real da História sobre as dioceses, de cariz mais monográfico (AZEVEDO, 2000, XV; MOTA, 2009) ou obras ainda de referência, como a *História da Igreja em Portugal* de Fortunato de Almeida (ALMEIDA, 1967-1971; 1.^a ed. 1910-1922), a *História Eclesiástica de Portugal* de Monsenhor Miguel de Oliveira (OLIVEIRA, 1994b; 1.^a ed., 1940) ou o *Dicionário da História da Igreja em Portugal*, coordenado por A. A. Banha de Andrade, infelizmente não concluído (ANDRADE, 1980-1983).

A nossa opção radica na renovação que a própria história religiosa sofreu nas últimas décadas, também em Portugal, no seu próprio entendimento e no entendimento do religioso como perspetiva legítima de observação e compreensão das realidades da História. O Centro de Estudos de História Religiosa desempenhou aqui um papel fundamental, acolhendo e promovendo novas abordagens historiográficas a partir do estudo do religioso. Deste percurso, iniciado com a publicação da revista *Lusitania Sacra* ainda em 1956 e sob moldes renovados em

1989, nasceriam, como fruto amadurecido, a *História* e o *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (AZEVEDO, 2000-2002; AZEVEDO, 2000-2001). Os projetos e investigações entretanto desenvolvidos obrigaram a um entendimento do religioso aberto ao diálogo interdisciplinar, capaz, inclusive, de regressar a temáticas aparentemente tradicionais com novas problematizações e novas utensilagens concetuais e metodológicas (AZEVEDO, 2000: IX-XXVII; COELHO, 2006; DURAND, 2009; MATTOSO, 2009; PALOMO, 2009; SANTOS, 2009; VILAR, 2001-2002; VILAR, 2009; VILAR E ROSA, 2011). Assim acontece também com o estudo do episcopado, do clero secular e regular, das populações conventuais.

Da abordagem muitas vezes apologetica ou meramente descritiva, passou-se para uma compreensão integrada dos percursos dos dignatários eclesiásticos tendo em conta as respetivas origens – sociais, geográficas, familiares –, o percurso formativo e eclesiástico, as eventuais ligações à corte régia ou a outros centros de poder, a sua ação como bispos, na multiplicidade das suas facetas – pastoral, institucional, cultural... –, a forma como procuraram perpetuar a sua memória. Deixando a mera reconstituição prosopográfica, avançou-se para o registo biográfico, integrando e cruzando distintas linhas de análise na compreensão dos percursos dos prelados e das suas origens (vejam-se, entre nós, os estudos pioneiros de ROLO, 1964; ROLO, 1977; MARQUES, 1988b; GOUVEIA, 1989; *IV CENTENÁRIO*, 1994; VILAR, 1999; SARAIVA, 2003; PAIVA, 2006; NUNES, 2010; SANTOS, 2010a; SANTOS, 2010b; ALVES, 2013; PAIVA, 2013b; GIEBELS, 2014; SANTOS, 2015).

Nesta linha seguiram já muitos investigadores, tanto portugueses como estrangeiros, renovando as possibilidades e as potencialidades deste tipo de estudos. Eles continuam, ainda hoje, a suscitar cultores, procurando renovar os conhecimentos sobre muitos dos homens (e mulheres) da Igreja, para os quais dispomos, por vezes, de dados dispersos ou documentalmente pouco sustentados.

Estudar o percurso dos bispos de uma diocese implica constituí-los como ponto de observação de uma realidade mais vasta. E talvez aqui resida a maior ousadia desta obra, tendo em conta a importância da diocese de Lisboa que, no período em causa, não só englobava um vastíssimo território (dela seriam desmembradas as dioceses de Setúbal e Santarém, em 1975 e parte da de Leiria, logo em 1545) como se constituía organicamente em torno de uma cidade única, que se foi afirmando, desde o séc. XIII, como cabeça do reino. Aí se fixaram desde cedo os principais órgãos judiciais e administrativos da Coroa e nela se demorou, cada vez com mais frequência, a própria Corte régia. Isto a par da crescente importância económica e financeira da cidade, potencializada com a conquista

ultramarina e a internacionalização dos circuitos comerciais (CLEMENTE, 2001; BRANCO, 1996: 133; FRANÇA, 2008).

Neste aspeto, as biografias apresentadas padecem das desigualdades e lacunas no estudo da história da própria diocese. Ao atraso estrutural da historiografia portuguesa, decorrente do incipiente tratamento e publicação dos fundos documentais, juntaram-se aqui importantes lacunas, tanto na investigação sobre aspectos particulares da vida diocesana e das suas instituições, como nos acervos arquivísticos disponíveis, duramente afetados, no caso da sé lisboeta e de muitas igrejas e mosteiros da cidade (São Francisco, Santa Clara...), pelo terramoto de 1755, a que acresceram outras perdas resultantes do conturbado processo de integração dos espólios arquivísticos e bibliográficos nas instituições culturais tuteladas pelo Estado (DANTAS, 1915; PEREIRA, 1970-1971; FARELO, 2003: 2-4; BRANCO, 1996: 122-123). Mas importa também reconhecer que muitos outros acervos estão ainda por inventariar e por estudar, desde casas religiosas com invejáveis fundos documentais, como a Graça de Lisboa ou São Vicente de Fora (SOUSA, PINA, ANDRADE E SANTOS, 2016) até aos arquivos paroquiais e de instituições de assistência dispersos pelo território da diocese e ainda amplamente desconhecidos.

Por outro lado, os próprios acervos documentais hoje reunidos no *Archivio Segreto* e na *Biblioteca Apostólica Vaticana* estão ainda, em larga medida, por desbravar (RODRIGUES, 1892-1893; TOVAR DE LEMOS, 1931-1932; COSTA, 1988; ROSA, 1993a; DÍAZ IBÁÑEZ, 2001; COSTA, 2002). A ausência de uma instituição cultural portuguesa em Roma ligada à inventariação dos documentos com interesse para a história lusa foi apenas minorada pela investigação incansável do Pe. Doutor António Domingues de Sousa Costa (1926-2002), que iniciou a publicação da série das súplicas apostólicas relativas a Portugal e transcreveu milhares de diplomas pontifícios na sua vasta obra (ARAÚJO, 2003). Outras contribuições mais recentes denunciam já uma maior frequência destes fundos por parte dos medievalistas portugueses e estrangeiros (MARTÍN Y MARTÍN, 1996; *DOCUMENTOS DE BONIFACIO VIII*, 2006; *DOCUMENTOS DE CLEMENTE IV*, 1996; *DOCUMENTOS DE GREGÓRIO X*, 1997; *DOCUMENTOS DE HONÓRIO IV*, 2015; *DOCUMENTOS DE NICOLAS IV*, 2009; ROSA, 1997; SARAIVA, 2001-2002, 2005, 2006; BOISSELLIER, 2005, 2011, 2012; COELHO E SARAIVA, 2005; CUNHA E SILVA, 2005; BRANCO, 2007; FARELO, 2010a, 2013b, 2013c, 2016; *PORTUGALIA PONTIFICIA*, 2013; TENTE, FARELO E GOMES, 2016), permitindo uma gradual renovação dos conhecimentos sobre os prelados diocesanos, os seus percursos e ações.

As biografias apresentadas refletem necessariamente todas estas condicionantes, padecendo, em muitos casos, da escassez de informação disponível ou de investigações que ainda não puderam ser suficientemente aprofundadas.

O seu elenco partiu do episcopologio lisiponense elaborado para o *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (JORGE, 2000b: 138-139), excluindo os nomes dos propostos para bispos de Lisboa que nunca mereceram a aprovação das respetivas autoridades eclesiásticas, fossem elas o metropolitano de Compostela ou o papa. Ou seja, não foram considerados autonomamente os candidatos postulados que não chegaram a ser designados como eleitos. Do mesmo modo, algumas biografias permitiram precisões importantes nos processos de nomeação e na duração de não poucos episcopados.

Apesar de todas as lacunas e dificuldades, importa, ainda assim, salientar o que pôde ser feito, e que cremos não ser de pouca importância.

Desde logo, foi possível contar com a participação de mais de quatro dezenas de investigadores, oriundos das principais universidades e unidades de investigação nacionais e estrangeiras, muitos deles veiculando informação original e inovadora. A qualidade e quantidade dos dados compulsados e trabalhados permitiu, em muitos casos, renovar quase por completo, como referimos, a cronologia dos episcopados, o que se conhecia sobre as origens e formação dos bispos ou sobre a sua efetiva relação com a diocese. Vejam-se em particular o caso de muitos bispos medievais, não raro com curtos episcopados e escassa documentação, que agora se tornam mais visíveis, ou dos diversos prelados estrangeiros que, sobretudo no período avinhonense, administram a diocese sobretudo através dos seus vigários-gerais, e que permaneciam ainda, em larga medida, desconhecidos nas suas origens e percursos eclesiásticos.

Do mesmo modo, procurou-se compilar em textos mais abrangentes o que podemos hoje saber para os bispos anteriores à conquista cristã da cidade, em 1147, e à subsequente restauração da diocese. Também aqui, é surpreendente como os vestígios recenseados nos permitem ir muito mais longe, suspeitando uma realidade religiosa bem mais viva e diversificada, por vezes apenas denunciada por referências documentais dispersas ou vestígios arqueológicos de interpretação nem sempre consensual.

Às biografias juntaram-se também alguns textos de síntese e de enquadramento dos principais períodos da vida da diocese, permitindo uma leitura mais problematizante e contextualizada da sua história e das tensões e desafios que a atravessaram. Procurou-se, em todo o caso, que tanto umas como outras pudessem equilibrar o rigor da informação com uma escrita acessível a um público mais vasto, evitando, de igual modo, o excesso do aparato crítico e das referências documentais. A bibliografia final, para a qual remetem, permite aprofundar muita da informação facultada ou recuperar os dados documentais que lhe estão subjacentes.

Todo este trabalho foi ainda complementado com uma investigação, tão alargada quanto possível, em ordem a recuperar todo um *corpus* iconográfico associado aos bispos e arcebispos de Lisboa. Deixando para trás representações mais tardias e anacrónicas, deu-se prioridade à multiplicidade de formas visuais pelas quais os diversos prelados procuraram marcar e perpetuar a sua autoridade e poder, a memória das suas origens e do seu percurso. Em suma, o modo como quiseram ser ou foram vistos e representados. Da sigilografia à tumulária, do retrato à heráldica, das obras que patrocinaram aos textos que escreveram ou promoveram, é todo um conjunto iconográfico, muito dele até agora inédito ou disperso, que aqui se reúne e disponibiliza.

Os textos propostos pelos investigadores ligados às diversas vertentes da iconografia aqui tratada abrem sobretudo pistas para posteriores investigações a partir de um *corpus* já muito significativo mas sempre passível de ser completado. Sobretudo em áreas sobre as quais gostaríamos de saber mais ou cujos exemplares se concentram em épocas mais tardias no que à diocese de Lisboa diz respeito, como as alfaías litúrgicas, a paramentaria e a ourivesaria de uso ou pertença dos seus bispos e arcebispos.

A ousadia da proposta de uma obra deste teor nasceu do repto lançado pelo Patriarca D. Manuel Clemente a pensar uma história da diocese de Lisboa. Se, no tempo disponível, se revelava impraticável a prossecução de um tal projeto, nem por isso se deixou de pensar na urgência de o concretizar, de forma programada e sustentada, com base num percurso sólido de investigação e de publicação de fontes. O desafio, que foi acolhido pelos coordenadores e institucionalmente suportado pelo Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, de facultar ao grande público um conjunto de biografias cientificamente criteriosas e documentalmente sustentadas de todos os bispos e arcebispos de Lisboa abre, assim, um caminho seguro para que uma história da diocese comece a ser pensada e preparada.

Como coordenadores da presente obra, cumpre-nos agradecer a todos quantos a tornaram possível. A nossa primeira palavra vai para D. Manuel Clemente, que desde o início quis e apoiou este livro, consciente da importância da memória numa altura em que convida a diocese de Lisboa a tomar consciência da sua identidade e a equacionar os caminhos de futuro (*CONSTITUIÇÃO SINODAL*, 2016). A todos os colegas investigadores, nacionais e estrangeiros, que com generosidade e competência aceitaram colaborar neste projeto, quer na redação dos seus textos, quer nos trabalhos de investigação e levantamento do *corpus* documental e iconográfico, quer na leitura atenta e crítica dos textos que paulatinamente foram sendo concluídos, o nosso muito obrigado. Uma palavra especial à Doutora Rita

Mendonça Leite, a quem coube o espinhoso encargo de coordenação executiva, do contato com os autores e instituições e de acompanhar a edição gráfica da obra, bem como ao apoio de secretariado facultado pelo CEHR nas pessoas dos Drs. Isabel Costa e José António Rocha.

Merecem um destaque as instituições culturais que cederam gratuitamente ou em condições mais favoráveis as imagens que permitiram enriquecer esta obra e dar a conhecer o rico acervo iconográfico associado aos prelados lisboetas. À Direção do CEHR, pelo acolhimento e apoio institucionais que desde o início prestaram a este projeto, e à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, nas pessoas do seu Provedor de então, Dr. Pedro Santana Lopes, e do seu atual Provedor, Dr. Edmundo Martinho., pelo apoio financeiro que permitiu a viabilização do livro que agora se coloca à disposição de todos. Aos Livros Horizonte, nas pessoas do seu Diretor, Dr. Luciano Patrão, da Dra. Martina Ricci e do gráfico Paulo Caraças, o nosso agradecimento pelo cuidado posto na criação e acompanhamento do projeto editorial.

A todos os que, de algum modo, contribuíram com as suas sugestões e críticas para a melhoria deste nosso trabalho, um sincero bem-hajam.

Esperamos que a obra que agora se disponibiliza à comunidade científica e a todos os leitores interessados pela compreensão do passado possa sobretudo suscitar o desejo de ir mais longe: na inquirição dos testemunhos documentais e historiográficos, na construção cada vez mais meticulosa da complexidade dos contextos e das histórias de vida dos bispos e arcebispos de Lisboa, no problematizar das continuidades e das ruturas. À crítica salutar que faz progredir o conhecimento pretende-se juntar novas possibilidades de leitura e de investigação, que em breve possam dar corpo a uma *História da Diocese de Lisboa*.

JOÃO LUÍS INGLÊS FONTES
ANTÓNIO CAMÕES GOUVEIA
MARIA FILOMENA ANDRADE
MÁRIO FARELO

Bispos de Lisboa,
das origens à restauração da diocese



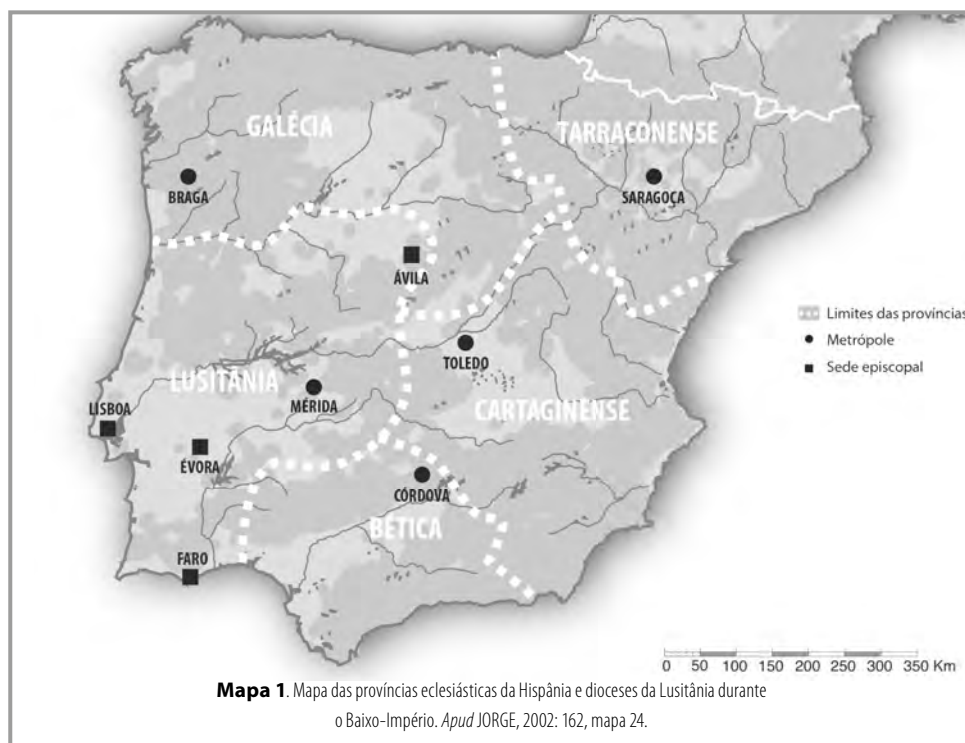
POTÂMIO E A DIOCESE DE LISBOA NA ÉPOCA ROMANA (SÉC. III-V)

As origens do Cristianismo na Hispânia romana estão mergulhadas em densa penumbra de lendas e tradições inconsistentes. A mensagem evangélica terá por certo chegado à Península Ibérica relativamente cedo. Mas as primeiras indicações firmes, embora genéricas, da presença de comunidades cristãs em solo hispânico surgem apenas com Irineu de Lião (*Adversus haereses*, I,10) e Tertuliano de Cartago (*Adversus Judaeos*, 7) na viragem do século II para o III.

A partir de meados deste século a informação torna-se mais explícita. Como atesta a carta 67 de Cipriano de Cartago, ao tempo da perseguição de Décio (249-251) havia comunidades com bispo em Saragoça, Mérida, Leão-Astorga e noutros lugares não identificados. Até princípios do século IV, umas vinte comunidades saem do anonimato graças ao testemunho da arqueologia e aos dados absolutamente seguros do *Peristephanon* do poeta hispânico Prudêncio e do chamado “Martirólogo Hieronimiano” sobre os mártires deste período, sobretudo na perseguição de Diocleciano (303-305).

No concílio de Elvira, celebrado em fins do século III ou inícios do IV, a Igreja aparece implantada no conjunto da Península. Ignora-se a data precisa do concílio. Reuniu-se entre 295 (Óssio de Córdova, um dos padres conciliares, já era bispo) e 314 (alguns cânones do concílio de Arles deste ano dependem dos de Elvira) e excluído o triénio de 303-305 devido à perseguição de Diocleciano. No plano da crítica interna o teor dos cânones de Elvira não permite determinar apoditicamente se o concílio se realizou antes ou depois da perseguição. Nesta primeira assembleia do episcopado ibérico participaram 19 bispos e 24 presbíteros, representando cerca de 40 comunidades das cinco províncias da Hispânia. Da Lusitânia compareceram os bispos de Mérida, Évora e Ossónoba (hoje Faro).

A província da Lusitânia abrangia o atual território português ao sul do rio Douro e, entre este e o Guadiana, penetrava no interior da Hispânia quase até Toledo. Estava organizada em três *conventus* com sede em Mérida (capital da província), Santarém (*Scallabis*) e Beja (*Pax Julia*). Devido ao seu movimentado porto de mar, Lisboa (*Olisipo*) compensava no plano comercial a preponderância dessas cidades no âmbito administrativo. No dizer de um historiador do século



passado era a “capital marítima” da Lusitânia paralelamente a Mérida, “capital interior” (CORREIA, 1928: 264).

Os mártires Veríssimo, Máxima e Júlia

A história das origens cristãs de Lisboa é tão obscura como a da Hispânia em geral. Atendendo à importância de *Olisipo* no espaço lusitano, podemos conjecturar que seria uma das dioceses não identificadas da citada carta de Cipriano de Cartago.

A historicidade dos santos Veríssimo, Máxima e Júlia, que teriam sido supliciados em Lisboa na perseguição de Diocleciano, não está plenamente garantida, pois o *Peristephanon* e o “Martirólogo Hieronimiano” ignoram estes mártires.

Mas afigura-se provável devido à presença dos seus nomes numa inscrição de La Morera, na província de Badajoz (*INSCRIPTIONES HISPANIAE*, 1871: n.º 57, 19; *INSCRIPCIONES CRISTIANAS*, 1942: n.º 328, 110-111), e em seis calendários litúrgicos visigótico-moçárabes (*LIBER ORDINUM*, 1904: 480-481). Esse testemunho epigráfico poderá remontar à época visigótica e por isso “não deve ser desprezado”; por sua vez, os referidos calendários “deixam entrever certas linhas da tradição, sem

contudo permitirem acompanhá-las até muito longe” (DELEHAYE, 1933: 362-363). As frases entre aspas reproduzem a apreciação global deste bolandista sobre as fontes epigráficas e litúrgicas da hagiografia hispânica, sem se referir ao caso particular dos mártires de Lisboa.

Potâmio, primeiro bispo conhecido de Lisboa

BIOGRAFIA

O aparecimento de Potâmio em meados do século IV constitui a primeira indicação segura da existência duma comunidade cristã em Lisboa. Ele é também o primeiro e único bispo conhecido da cidade ao longo da época romana.

Ortodoxia inicial. De origem presumivelmente ibérica apesar do nome grego, Potâmio assumiu o pastoreio da Igreja lisbonense em data desconhecida. O ano de 343 não constitui o termo *post quem* da sua ordenação episcopal. Ao contrário da conjectura de Wilmart (1913: 284), da sua ausência no concílio de Sárdica, celebrado nessa data, não se pode inferir que não era ainda bispo (MOREIRA, 1969: 74-75).

Sabemos, contudo, pelo testemunho dos presbíteros luciferianos de Roma Faustino e Marcelino (n.º 9 do *Libellus precum*, idêntico ao n.º 32 da edição crítica, intitulada *De confessione verae fidei et ostentatione sacrae communionis/Libellus precum*), que Potâmio na primeira fase do seu episcopado professou a fé trinitária proclamada no primeiro concílio ecuménico, celebrado em Niceia em 325, a saber: o Filho é da mesma natureza ou consubstancial (em grego, *homooúsios*) ao Pai. Com esta definição, o concílio rejeitou o subordinacionismo de Ario.

Este presbítero de Alexandria ensinava que Deus é único, eterno, não gerado e imutável. Admitir que Deus possa comunicar a sua natureza ou substância seria convertê-lo em ser divisível e sujeito à mudança. Em vez de um Deus único, passaria a haver dois. Por outro lado, Deus tornou-se Pai quando, antes de existir o tempo e em previsão da criação, tirou do nada o Filho como criatura perfeita por decisão da sua vontade e não mediante partilha da essência divina. O Filho é dissemelhante (*anómoios*) em tudo da natureza do Pai. Não é verdadeiro Deus. Há, porém, harmoniosa união de vontades entre o Filho e o Pai, pelo que se pode considerar Deus por adoção, embora sendo por natureza inferior e subordinado ao Pai.

O *Libellus precum* foi escrito em 383 ou 384 e mostra que nessa altura a memória de Potâmio se mantinha viva entre os seguidores romanos de Lúçifer de Cagliari. Este prelado sardo recusou sempre reconhecer e manter comunhão

eclesiástica com os bispos que assinaram fórmulas de fé suspeitas, mesmo que depois se tivessem retratado. Outros núcleos luciferianos apareceram em várias partes do Ocidente, nomeadamente na Hispânia à volta do bispo Gregório de Elvira (s. IV).

Passagem ao arianismo. Posteriormente, acrescenta o *Libellus precum* no mesmo passo, o bispo de Lisboa, movido pela recompensa duma propriedade pública (um *fundus fiscalis*, precisam os dois luciferianos) oferecida pelo imperador Constâncio II, desviou-se da fé, pelo que Óssio de Córdova o denunciou perante as Igrejas da Hispânia. Potâmio respondeu queixando-se ao soberano que convocou o idoso prelado cordovês à corte imperial. O bispo Atanásio de Alexandria informa, por seu lado, no n.º 43 da *Historia Arianorum ad monachos*, que Constâncio II chamou Óssio a Milão para o persuadir a romper a comunhão eclesiástica com ele. Não o tendo conseguido, condenou-o ao exílio em Sírmio, na Panónia (hoje, a cidade croata de Sremska Mitrovica). As duas versões não se excluem. Apesar da origem luciferiana e do estilo panfletário, a narrativa do *Libellus precum* enquadra-se nas movimentações da ofensiva ariana no Ocidente patrocinada por Constâncio II a partir de 353, merece crédito quanto à mudança doutrinal do prelado lisbonense e também se lhe pode conceder o benefício da dúvida em relação à história da propriedade pública. Tendo o exílio de Óssio ocorrido na primeira metade de 356, a defeção de Potâmio pode situar-se em meados ou fins de 355.

A campanha do partido ariano, chefiado no Ocidente pelos bispos da Panónia Valente de Mursa e Ursácio de Singidunum, começou por visar Atanásio, símbolo vivo da ortodoxia de Niceia. Os prelados dos concílios de Arles, em outubro de 353, e de Milão, em princípios de 355, foram pressionados a abandonar a comunhão do bispo de Alexandria. Os que resistiram seguiram para o exílio: Paulino de Tréveris, Lúçifer de Cagliari, Eusébio de Vercelli e Dionísio de Milão. Depois, também em 355, foi a vez do papa Libério e, no ano seguinte, de Óssio de Córdova, Hilário de Poitiers e do próprio Atanásio.

A participação de Potâmio em Arles é de excluir, bem como provavelmente em Milão. Não figurando entre os prelados que nesses concílios recusaram abandonar Atanásio, a presença em Arles e sobretudo em Milão assinalaria a passagem ao bloco ariano. Todavia, segundo o *Libellus precum*, a mudança de campo talvez só tenha acontecido em meados ou fins de 355 (MOREIRA, 1969: 82-85; MOREIRA, 1975: 309).

Entretanto a ofensiva ariana no Ocidente passou a desenrolar-se no plano doutrinal. A intervenção do bispo olissiponense neste patamar está documentada em três autores nicenos contemporâneos.

No *Liber II ad Constantium*, redigido em Constantinopla no inverno de 359-360 (obra extraviada da qual restam os chamados *Fragmenta historica*), o bispo da Gália Hilário de Poitiers reproduziu quatro cartas de Libério, escritas em princípios de 357 no seu exílio na Trácia. Na primeira (iniciada com as palavras *Studens paci*), o pontífice romano anuncia a decisão de se apartar de Atanásio e estabelecer comunhão eclesiástica com os bispos antinícenos do Oriente, enquanto na segunda (*Pro deifico timore*) declara aderir à primeira fórmula de Sírmió de 351. Segundo o comentário de Hilário à *Studens paci*, Potâmio e Epicteto de *Centumcellae* (a atual Civitavecchia no Lácio) consideraram insuficientes as concessões desta carta, o que levou o bispo de Roma à cedência enunciada na *Pro deifico timore* quanto à formulação da doutrina trinitária. A participação de Potâmio neste assunto poderá ter acontecido em Milão onde Constâncio II residiu durante os primeiros meses de 357 (GOYAU, 1891: 468). É de presumir que pertencia ao imperador a última palavra sobre o valor das concessões de Libério.

Em meados do século IV, não existia homogeneidade doutrinal entre os bispos e teólogos orientais antinícenos, excetuando a oposição comum ao *homooúsios* do concílio de 325. Este conceito aparecia a todos como variante de sabelianismo ou monarquianismo modalista, que não respeitava a distinção entre as Pessoas Divinas. A fórmula de Sírmió de 351 omitiu o *homooúsios* e incorporou alguns anatematismos de pendor subordinacionário; no conjunto, porém, manteve uma via média na exposição da relação entre o Pai e o Filho, o que permitiu a Hilário de Poitiers interpretá-la em sentido ortodoxo (*De synodis*: n.º 38-61). A coexistência de tendências no seio do bloco antinícenico continuará durante alguns anos até que, no curto período de 357-359, o grupo se irá desdobrar em três ramos diferentes: anomeísmo, “homoioussianismo” e homeísmo.

O primeiro ramo surgiu com a segunda fórmula de Sírmió, promulgada num concílio reunido nesta cidade no verão de 357. Adotando o postulado de Aécio de Antioquia e de Eunómio de Cízico, segundo o qual a essência divina se caracteriza pela não-geração, exclusiva do Pai, esta declaração doutrinal, redigida em latim, professa que o Filho é dissemelhante (*anómoios*) do Pai, apesar de omitir esta palavra ou equivalentes. Proíbe expressamente o recurso ao termo *substantia* ou do correspondente grego *ousía* e seus derivados *homooúsios* e *homoióúsios* para ilustrar a geração do Filho. Tal vocábulo não aparece nas Escrituras e ninguém pode perscrutar o segredo do nascimento do Filho. Só o Pai e o Filho o conhecem. O próprio Filho atestaria a superioridade do Pai ao proclamar: “Quem me enviou é maior do que eu” (Jo 14,28; na realidade, fusão dos v. 24 e 28). Acrescenta-se, por outro lado, que a “Trindade deve sempre manter-se” e

ainda que o Filho é “Deus de Deus e luz de luz”. Estas sentenças não correspondiam à fé de Niceia. Com efeito, a especificidade do arianismo não consistia em negar a Trindade mas em entendê-la em sentido subordinacionário, atribuindo a plenitude da divindade unicamente ao Pai. O documento também identifica três bispos presentes no concílio: Valente de Mursa, Ursácio de Singidunum e Germínio de Sírmio.

Ainda em 357 ou no ano seguinte, o bispo do sul da Gália Febádio de Agen, que não tinha sido exilado, publicou uma vigorosa refutação da segunda fórmula de Sírmio, intitulada *Contra Arianos*. No n.º 3 esta obra censura Ursácio, Valente e Potâmio porque, nalguns tratados e nesse documento, confessam fraudulentamente não tanto um Deus único como um Pai onnipotente. Esta associação do prelado lusitano aos dois corifeus do partido ariano no Ocidente supõe que ele participou no concílio de Sírmio de 357 e aí assinou a fórmula de fé desta assembleia episcopal. Além disso, no n.º 5, Febádio transcreve um pequeno fragmento dum tratado ariano do bispo olissiponense, a *Epistula Potamii*, que adiante se analisará.

Hilário de Poitiers vai mais longe que Febádio de Agen. No *De synodis*, redigido nos primeiros meses de 359, atribui ao prelado lusitano a coautoria da segunda fórmula de Sírmio ao apresentá-la, no n.º 3, como “sentença de Potâmio e Óssio” e, no n.º 11, como “blasfémia escrita por Óssio e Potâmio”. Tal acusação é excessiva. O estilo da fórmula difere muito do fraseado dos opúsculos do bispo lisbonense e sobretudo o próprio Hilário por três vezes retrata implicitamente essa alegação quanto a Potâmio. No n.º 63 da mesma obra, associa a fórmula de 357 só ao bispo de Córdova, enquanto no *Liber contra Constantium*, escrito na primavera de 360, no n.º 23 enumera Óssio, Ursácio e Valente como seus redatores e no n.º 26 designa-a apenas como “blasfémia de Ursácio e Valente”. Exilado da Gália para a Frígia, o bispo de Poitiers não estaria em condições de controlar a veracidade de toda a informação recebida sobre o desempenho do prelado lusitano no concílio de 357.

A terceira testemunha do arianismo de Potâmio é o próprio Atanásio de Alexandria. No n.º 61 do *Liber adversus haeresim Felicis*, escrito por volta de 794, o teólogo carolíngio Alcuíno transcreve um pequeno extrato duma *Epistula Athanasii ad Potamium episcopum*, que se perdeu, no qual o bispo lisbonense é censurado por considerar o Filho como “criatura”. Não há razões para duvidar da autenticidade deste fragmento. A carta de Atanásio respondia possivelmente a algum dos tratados arianos de Potâmio, referidos por Febádio de Agen.

O radicalismo anomeísta da segunda fórmula de Sírmio suscitou enérgica reação no sector moderado do bloco antinicensino do Oriente, que foi encabeçada

pelo bispo Basílio de Ancira. Como os conceitos de paternidade e filiação postulam similitude de natureza entre pais e filhos, diversamente da relação entre Criador e criaturas, a carta sinodal do concílio de Ancira de 358, elaborada por Basílio, apresenta o Filho como semelhante ao Pai segundo a natureza (*homoioúsios*). É verdadeiramente Filho de Deus e não só por adoção. Idêntica posição doutrinal surgiu depois na terceira fórmula de Sírmio, composta no concílio reunido no mesmo ano nesta cidade imperial. Os defensores do “homoiousianismo” continuavam, porém, a rejeitar o *homooúsios* de Niceia. Apesar disso, nas suas obras homónimas *De synodis*, escritas em 358-359, Hilário de Poitiers (n.º 88-91) e Atanásio de Alexandria (n.º 41) acolheram com benevolência a teologia de Basílio, considerando-a passível de interpretação ortodoxa.

No movimento pendular da controvérsia ariana o terceiro ramo do bloco antinicensino, o homeísmo, apareceu na quarta fórmula de Sírmio, promulgada a 22 de maio de 359 na presença do imperador Constâncio II. Este documento reprovava o uso do termo *ousía* (substância ou natureza) e seus derivados por não ser bíblico e limita-se a afirmar que o Filho é semelhante (*hómoios*) ao Pai em tudo segundo as Escrituras. A formulação oficial definitiva do homeísmo será ainda mais vaga. No concílio ocidental de Rimini e no oriental de Selêucia, ambos de 359, e no de Constantinopla do ano seguinte ficou reduzida a “semelhante ao Pai segundo as Escrituras”. Devido à pressão de Constâncio II e às manobras de bastidores do grupo homeísta, capitaneado no Oriente pelo bispo Acácio de Cesareia, os quase seiscentos bispos presentes em Rimini e Selêucia subscreveram esta fórmula de fé minimalista.

A morte do imperador, a 3 de novembro de 361, e o regresso dos numerosos bispos exilados às dioceses abriram caminho à restauração da ortodoxia de Niceia. O concílio de Paris de 361 e o de Alexandria de 362, liderados por Hilário de Poitiers e Atanásio de Alexandria, respetivamente, reafirmaram a justeza do termo *homooúsios* ao professar a unicidade divina salvaguardando a alteridade das Pessoas, mas manifestaram abertura quanto ao vocábulo *homoioúsios* na medida em que os seus defensores reconheciam que o Filho é Deus por natureza. Por seu lado, os padres conciliares de Alexandria esclareceram ser legítimo admitir uma ou três “hipóstases” em Deus consoante *hypóstasis* se entenda como “natureza” ou como “pessoa”. Este apuramento de conceitos e de terminologia, aprofundado pouco depois pelos teólogos da Capadócia, sobretudo Basílio de Cesareia, veio dissipar os derradeiros equívocos entre niceísmo e sabelianismo e assim facilitou a adesão à doutrina de Niceia. O marco final do restabelecimento da ortodoxia foi a inclusão do *homooúsios* no símbolo niceno-constantinopolitano promulgado em 381 no segundo concílio ecuménico de Constantinopla.

No plano disciplinar, informa Atanásio no n.º 1 da *Epistula ad Epictetum* e na *Epistula ad Rufinianum*, o concílio de Alexandria e outros celebrados em Roma, na Gália, na Grécia e na Hispânia deram provas de indulgência em relação aos bispos que, sob pressão, tinham assinado fórmulas menos ortodoxas e depois se mostrassem arrependidos. Seriam readmitidos e voltariam a ocupar as suas sedes episcopais. Porém, os que tivessem promovido ou patrocinado o arianismo abandonariam as fileiras do clero e seriam reintegrados na Igreja na condição de leigos.

A benevolência destas assembleias conciliares não foi partilhada por todos. LúCIFER de Cagliari recusou entrar em comunhão eclesiástica com quem tinha subscrito fórmulas suspeitas, mesmo que depois se tivesse retratado. A intransigência do prelado sardo encontrou seguidores em várias partes do Ocidente e do Oriente, os chamados “luciferianos”. Este grupo moveu cerrada oposição aos bispos que tinham fraquejado durante a ofensiva ariana dos anos cinquenta. Potâmio foi um dos seus alvos.

Não há notícia de que o bispo lisbonense tenha participado em algum dos muitos concílios realizados a seguir ao de Sirmio de 357. A segunda parte do título dado pela tradição manuscrita à sua *Epistula ad Athanasium* – “da parte dos Arianos depois que estes subscreveram as atas do concílio de Rimini” – aponta uma data de referência para a redação da carta, mas não documenta a presença de Potâmio no concílio de Rimini de 359.

Regresso à ortodoxia. Em compensação, o texto da *Epistula ad Athanasium* contém duas indicações cronológicas seguras de que o prelado lusitano voltou à ortodoxia numa terceira fase do seu episcopado.

Existe uma dupla coincidência textual entre a fórmula de Sirmio de 357 e a *Epistula*. O documento ariano recorre a Jo 14,28 (na realidade, uma combinação dos versículos 24 e 28: “Quem me enviou é maior do que eu”) para afirmar a superioridade do Pai sobre o Filho e recusa o termo *substantia* por não figurar nas Escrituras. A *Epistula* regista os dois argumentos e até cita da mesma maneira o passo joânico.

Simonetti observou que a fórmula de 357 é o primeiro documento conhecido a citar a versão combinada de Jo 14,28 na perspectiva ariana. Em seu entender, esta circunstância, unida à dupla coincidência supramencionada e considerando também “a absoluta carência de argumentos sérios em sentido contrário”, mostra “que a carta de Potâmio a Atanásio visa especificamente a fórmula de 357” e assim documenta “o regresso de Potâmio à ortodoxia depois de um breve parênteses de observância filoariana” (1974: 129-130, n. 8). Estava

encontrado um argumento de crítica interna para uma referência da *Epistula* ao concílio anomeísta de Sírmió. No ano seguinte, identifiquei na mesma carta um testemunho complementar desse dado cronológico.

Ao refutar a exegese ariana de Jo 14,28, Potâmio dirige uma expressiva apóstrofe ao arianismo: “Já antes, num concílio mais santo, estando a tua vontade viperina inchada de puro veneno, também os antigos Padres te trespassaram com as suas límpidas flechas” (n.º 7). A orientação antiariana (“límpidas flechas”) do concílio evocado e os qualificativos “antigos Padres” e “concílio mais santo” convergem claramente para a assembleia ecuménica de 325. Por outro lado, a referência a Niceia como “concílio mais santo” implica outro que, por contraste, foi menos santo. A identificação de tal concílio não levanta dificuldades. Entre 357 e 360 sete concílios rejeitaram o uso do vocábulo *substantia* por não ser bíblico. Mas o de Sírmió de 357, além de ser o primeiro a citar a versão combinada de Jo 14, 28, foi também o único a fazê-lo. Assim sendo, como adverti em primeira mão em 1975 (MOREIRA, 1975: 338), a *Epistula* critica a fórmula de Sírmió de 357 e comprova de maneira definitiva o regresso à ortodoxia do bispo lusitano.

Potâmio redigiu a carta a Atanásio depois do concílio de Rimini de 359, como refere a segunda parte do título tradicional. Tal informação terá sido acrescentada pelo organizador luciferiano da coletânea onde a *Epistula* foi incorporada em finais do século IV, com o intuito de denunciar o passado ariano do autor desta missiva de teor vincadamente niceno. A malevolência do objetivo não infirma a veracidade da informação. A datação posterior a Rimini encontra apoio na referência do exórdio da *Epistula* (n.º 1) a um exílio de Atanásio. Dos cinco que ele sofreu, o de 356-362 é o que melhor se enquadra neste momento de viragem da controvérsia ariana. Além disso, no mesmo passo, Potâmio, citando o prelado egípcio (“como tu acertadamente escreves”, comenta ele), classifica o arianismo como *damnabilis officina* (“oficina condenável”). Este epíteto poderá fazer eco a *ergastérion bdelyktón* (“oficina repugnante”), expressão do bispo de Alexandria para designar a heresia ariana no n.º 20 do *De synodis*, escrito em fins de 359 (CONTI, 1998: 47).

O concílio de Alexandria de 362 e outros reunidos em seguida no Ocidente, incluindo a Hispânia, decretaram o afastamento do clero e a perda da respetiva diocese para os bispos que tivessem dirigido ou patrocinado o movimento ariano. Potâmio desempenhou papel de certo relevo nesse contexto em 357. Não há notícia de que tenha sido abrangido por tais sanções, nem sequer no *Libellus precum*. De resto, não se sabe se ainda vivia ao tempo da celebração desses concílios. Simonetti conjectura que Potâmio conservou o lugar e que isso avolumou a hostilidade dos luciferianos contra ele (CONTI, 1998: 44).

A única fonte de informação sobre a morte do bispo lusitano é o n.º 11/41-42 do *Libellus precum*. Segundo Faustino e Marcelino, “também Potâmio não ficou sem castigo pela sua prevaricação na fé. Afinal, quando se dirigia à pressa para a propriedade pública que merecera receber do imperador por subscrever a ímpia fé, punido imprevisivelmente na língua com a qual blasfemara, morreu no caminho sem colher qualquer fruto da mesma e sem a ter avistado”. Os dois luciferianos de Roma acrescentam que Óssio de Córdova, Florêncio de Mérida e Zósimo de Nápoles morreram em circunstâncias semelhantes ou ainda mais dramáticas por terem subscrito fórmulas doutrinárias suspeitas ou mantido comunhão eclesiástica com quem as tinha assinado. Tais narrativas não encontram apoio em fontes contemporâneas. São fruto da animosidade e da imaginação dos autores do *Libellus precum*. Desde meados do século XVIII, têm suscitado firmes reservas tanto dos apologistas da ortodoxia ininterrupta de Potâmio como de quem a rejeita.

O *Libellus precum* poderia contudo oferecer uma indicação sobre o lugar da morte do bispo lisbonense. Como ele viveria na diocese quando passou ao arianismo, é de supor que a propriedade pública dada pelo imperador se localizasse na região de Lisboa ou noutra zona da Lusitânia. Admitindo que faleceu a caminho dessa propriedade, Potâmio estaria então na diocese.

Em contrapartida, o opúsculo de Faustino e Marcelino não fornece elementos quanto à data da morte. Esta obra de controvérsia foi escrita em 383 ou 384. Da sua leitura, retira-se a impressão de que Potâmio teria falecido em data já distante. Presumivelmente no decénio de 360.

OBRAS E DOUTRINA

Conservam-se quatro opúsculos potamianos ortodoxos: a *Epistula Potamii ad Athanasium episcopum*, o tratado teológico *Epistula de substantia Patris et Filii et Spiritus Sancti* e as homilias *De Lazaro* e *De martyrio Isaiae prophetae*. Ele redigiu outros escritos quando militou no partido ariano e também provavelmente nos períodos nicenos do seu episcopado. De tais obras, hoje perdidas, só podemos identificar a *Epistula Potamii*, de cunho ariano, citada por Febádio de Agen.

O desacordo entre a ortodoxia dos opúsculos de Potâmio (sobretudo da *Epistula ad Athanasium* cujo título tradicional coloca a sua redação depois do concílio de Rimini de 359) e os depoimentos de vários contemporâneos sobre a sua passagem ao arianismo, com participação de algum relevo no concílio anomeísta de Sirmio de 357, deu origem, a partir de meados do século XVIII, a vivo debate acerca do percurso doutrinal do bispo lisbonense. Um grupo de autores

rejeita ou pelo menos duvida da historicidade dos testemunhos desfavoráveis a Potâmio e defende a sua permanência inalterada na ortodoxia (FLÓREZ, 1747-1775: XIV 1758, 177-183; MACEDA, 1790: 381-440) ou pelo menos não dá como certo que a tenha abandonado (DOMÍNGUEZ DEL VAL, 1998: 219). Segundo outros, porém, ele aderiu ao arianismo e teria escrito aquela missiva intransigentemente ortodoxa antes de 357. A sua pós-datação referida ao concílio de Rimini teria sido obra do compilador luciferiano da coleção em que a mesma foi integrada em fins do século IV, com o objetivo de denunciar a subsequente defeção de Potâmio. Alguns bispos subscritores da fórmula ambígua de Rimini, informa Jerónimo de Aquileia, escreveram pouco depois a colegas exilados pela sua fidelidade a Atanásio, certamente para se redimirem do seu deslize nesse concílio. O prelado olisiponense, imaginou o falsário luciferiano, dirigiu-se diretamente ao metropolitano de Alexandria (SALTET, 1906: 318-319; WILMART, 1913: 269-275).

Na realidade, como se demonstrou acima, a *Epistula ad Athanasium* é posterior ao concílio de Sirmio de 357, cuja fórmula rejeita vigorosamente, e assinala o reencontro de Potâmio de Lisboa com a ortodoxia de Niceia.

A primeira edição conjunta dos quatro opúsculos do bispo lisbonense apareceu em 1934 na coleção *Scriptores ecclesiastici hispano-latini veteris et medii aevi* por iniciativa de A. C. Vega (*OPUSCULA OMNIA*, 1934). Por coincidência, em 1999 saíram duas edições críticas dos opúsculos de Potâmio: a de M. Conti na série latina do *Corpus Christianorum* (POTAMII, 1999), devendo anotar-se que, como antecipação da sua edição crítica, Conti já tinha publicado as obras de Potâmio segundo o texto de Wilmart para a *Epistula ad Athanasium* e o *De Lazaro* e o de Vega para o *De substantia* e o *De Isaia* (CONTI, 1998: 136-177), e a de V. Yarza Urkiola nas publicações da Universidade do País Basco de Gasteiz/Vitoria (POTAMIO DE LISBOA, 1999). Vieram ambas acompanhadas de traduções: inglesa no primeiro caso e espanhola no segundo.

Em 2012 apareceu enfim em Lisboa a primeira tradução portuguesa da obra potamiana numa edição bilingue da coleção de textos patrísticos *Philokalia*, dirigida por Isidro Pereira Lamelas (POTAMIO: OBRAS, 2012).

Epistula ad Athanasium. Como ficou demonstrado acima, a *Epistula ad Athanasium* foi escrita depois do concílio de Rimini de 359 e refuta energicamente a fórmula de Sirmio de 357, documentando assim o regresso de Potâmio à ortodoxia de Niceia.

É o único texto do bispo lisbonense transmitido sob o nome do seu verdadeiro autor. Chegou até nós incorporado numa coletânea antiariana organizada na Hispânia em fins do século IV por um compilador luciferiano. Conhecem-se

16 manuscritos desta carta, redigidos desde princípios do século IX a princípios do século XVI. Os mais antigos e a maioria provêm de mosteiros do norte da França. A primeira edição impressa data de 1657. Até agora teve 20 edições, a maioria delas integrada em coleções de autores patrísticos (MOREIRA, 1969: 225-230; POTAMII, 1999: 79-90).

O exórdio da *Epistula* desenvolve-se em dois planos contrastantes. Enaltece os méritos de Atanásio, cuja “mão, imortalizada pelas grandiosas honras de uma cabeça coroada com o exílio” (n.º 1; nas citações da *Epistula* segue-se a numeração adotada na edição bilingue latino-portuguesa de 2012), venceu “com a lança acutilante da única fé as mentes confusas corrompidas pelo adultério” (n.º 2) e repudia a heresia ariana, “imundície execrável duma vergonhosa oficina” (n.º 1) e serpente “para quem fora pouco ter privado o primeiro homem da eternidade, para também se lançar contra o Salvador como cobra ainda mais venenosa” (n.º 4), negando a sua divindade.

A seguir Potâmio, rebate dois pontos fundamentais da fórmula anomeísta de 357.

O primeiro é a interpretação subordinacionista de Jo 14,28: “Quem me enviou é maior do que eu”. O escritor lusitano transcreve cinco passagens do quarto Evangelho que afirmam expressamente a unidade entre o Pai e o Filho, sendo as mais expressivas Jo 10,30 (“Eu e o Pai somos um”) e 14,10 (“Eu estou no Pai e o Pai está em mim”). Deste modo, conclui, “a unidade da Trindade está ligada pela fivela da substância” (n.º 5). De resto, conclui com argumentação influenciada pelo *Adversus Praxean* de Tertuliano, Jo 14,28 apresenta uma diferença de ordem entre o Pai e o Filho simplesmente por um ser Pai e o outro Filho, mas não defende que sejam distintos por natureza: “Uma vez que é Pai, é maior que o Filho. Estabelece-se uma ordem, mas não se separa a substância” (n.º 6; no original latino: *Maiores ergo, quia Pater, Filio. Ordo praeponitur, non substantia separatur*). A concisão verbal e o rigor teológico desta fórmula exprimem bem o equilíbrio entre a consubstancialidade e a distinção das Pessoas. A exegese subordinacionista de Jo 6,38 – “Não vim fazer as minhas obras, mas as daquele que me enviou” – merece-lhe especial atenção. Segundo o prelado lusitano, “as minhas obras” são as ações humanas de Cristo. Além destas, o Salvador realizou também as ações divinas do Pai, não como instrumento da vontade do Pai, mas por compartilhar a sua mesma natureza divina. De facto, reportando-se a 1 Jo 5,8 assevera em formulação correspondente ao “consubstancial” (*homooúsios*) de Niceia: “A substância do que envia e do que é enviado é uma só em virtude da unidade da divindade, porque os três são um só” (n.º 7).

O concílio de Sirmio de 357 proibia o uso do termo “substância” ao falar de Deus, por não ser bíblico. A resposta a esta objeção é menos conseguida.

À semelhança doutros escritores nicenos do século IV, o bispo lisbonense apresenta nos n.º 8 e 9 cinco passos da Escritura (Jer 9,10 e 23,22; Sl 68,3; Lc 15,13; Ecl 2,8), no seu texto latino anterior à Vulgata, em que figura a palavra “substância”. Todos, porém, com significado bem diferente do que lhe é atribuído em teologia trinitária. Além disso, recorrendo a comparações, Potâmio vê o Decálogo escrito em duas tábuas (Ex 31,18 e 34,1 e 4), o cálamdo do escriba dividido em duas partes iguais (Sl 44,2) e a sentença “Uma vez falou Deus e duas ouvi” (Sl 61,12) como indicando a divindade comum do Pai e do Filho: “O que o Pai disse, o Filho o proclamou e o que o Filho falou, o Pai o cumpriu” (n.º 9). Por esta via, o sentido trinitário de “substância” estaria presente na Bíblia.

A *Epistula* termina com mais uma rude invetiva contra o arianismo e uma dupla doxologia, mariana e trinitária. A primeira proclama a maternidade divina, a virgindade perpétua e a glorificação de Maria e talvez a sua maternidade espiritual para com a Igreja e declara-a “bendita” por ter sido “consagrada pela unidade da Trindade” (n.º 10). Deste modo, “Potâmio encerra com chave de ouro a sua argumentação trinitária, colocando a mariologia como último argumento e chave de toda a questão tratada” na sua carta a Atanásio (LAMELAS, 2001: 71).

Epistula de substantia Patris et Filii et Spiritus sancti. Duas vezes mais extensa que os outros escritos de Potâmio juntos, a *Epistula de substantia Patris et Filii et Spiritus sancti* – em abreviado, *De substantia* – terá começado a circular sob o nome de Jerónimo de Aquileia o mais tardar no século VI. Em fins do século IX ou princípios do seguinte, um tratado moçárabe anónimo sobre os nomes divinos transcreveu um longo extrato desta obra (n.º 18-20/34-36 e 38; nas citações do *De substantia* apresentam-se duas numerações: do lado esquerdo da barra, a das edições de VEGA e A. HAMMAN, *Patrologiae cursus completus – Series latina – Supplementum*, I, 1958, col. 202-216, e do lado direito, a da edição latino-portuguesa de 2012), sem identificação de autor. A tradição manuscrita compreende seis espécimes, redigidos entre os séculos X e XV e quase todos de origem ibérica. Um deles pertencia a Santa Cruz de Coimbra e encontra-se hoje na Biblioteca Pública Municipal do Porto. A primeira edição impressa foi publicada em 1908-1909 com atribuição a Jerónimo, conforme vinha nos manuscritos. Desde então, saíram mais seis edições, todas sob o nome de Potâmio (MOREIRA, 1969: 240-245).

Pouco depois do aparecimento da primeira edição, Wilmart restituiu o *De substantia* ao prelado lisiponense, tendo em conta as semelhanças de conteúdo e estilo com a *Epistula ad Athanasium* (1912: 279). Em 1988, um patrólogo britânico recusou-lhe a paternidade deste texto cuja “simplicidade e clareza”, disse, estabelecem uma “diferença de estilo muito marcada entre esta obra e os



Fig. 1. Potâmio (séc. IV), *Epistula de Substantia Patris et Filii et Spiritus Sancti*. Scriptorium de Santa Cruz de Coimbra, séc. XII, pergaminho. Porto, BPMP, Santa Cruz 9, f. 115. Imagem cedida por BPMP. Foto: BPMP.

outros escritos conhecidos de Potâmio” (HANSON, 1988: 527, n. 110). Tal argumento não colhe. A menor vivacidade do *De substantia* deve-se ao facto de ser uma exposição doutrinal com numerosas comparações para ilustrar a consubstancialidade trinitária. Perspetiva distinta da intenção polémica da *Epistula* e do realismo descritivo das homilias sobre a ressurreição de Lázaro e o martírio de Isaías (MOREIRA, 2012: 593). A diferença é de tom, não de estilo.

No debate à volta do percurso doutrinal de Potâmio, um patrólogo francês avançou em 1967 uma opinião dissonante sobre a teologia do *De substantia*, cuja ortodoxia nunca tinha sido posta em causa. Em seu entender, esta obra do bispo lusitano “marca a sua adesão às teses subordinacionistas dos eusebianos”, designação dada em meados do século IV aos

membros do bloco antinicensio do Oriente em referência ao seu mentor, o bispo Eusébio de Nicomédia. Tal mudança seria confirmada pelo testemunho de Febádio de Agen, que “censura Potâmio por ter fabricado, na sua *Epistula de substantia*, um deus demasiado humano, de ter tirado partido das indicações psicológicas próprias da humanidade do Filho e de ter fundamentado, a partir daí, a sua diferença do Pai” (MESLIN, 1967: 32, 33). Na realidade, a doutrina do *De substantia* é claramente nicena, como se verá em seguida; por sua vez, Febádio não se refere a esta obra mas à *Epistula Potamii*, de cunho ariano, que será apresentada mais adiante (MOREIRA, 1975: 315-326).

O *De substantia* é um tratado teológico sobre a Trindade em forma de carta dirigida a outros bispos, procedimento bastante usual na antiguidade cristã. No n.º 2/3, o prelado olisiponense cita um “anterior tratado” seu em que perscrutara a “luz da Trindade” e propõe-se agora “proclamar o poder da indivisível Trindade como sendo a augusta substância de um nome refulgente”. Esse tratado é geralmente identificado com a *Epistula ad Athanasium* devido a

semelhanças de argumentação e de forma. Alguns autores consideram, porém, que se trata de obra distinta (MOREIRA, 1969: 238-239; DOMÍNGUEZ DEL VAL, 1998: 206).

Em resposta à crítica ariana do uso do termo “substância” por não ser bíblico, Potâmio vai “ensinar o que é a própria substância a partir da autoridade da Lei” (n.º 3/4), isto é, da Escritura. Para isso, expõe três séries de passagens bíblicas referidas na carta a Atanásio de forma sequencial e aqui em parte espalhadas e até repetidas ao longo do texto. Volta a mencionar os cinco lugares em que figura a palavra “substância” e no n.º 18/38 acrescenta outro, o do Sl 38,8, que também não apresenta qualquer relação com a Trindade. O comentário a Sl 68,3 e Lc 15,13 no n.º 20/37-38 é quase textualmente idêntico ao do n.º 8 da *Epistula*. Transcreve de novo quatro versículos joânicos que exprimem claramente a unidade entre o Pai e o Filho, com relevo para Jo 10,30. Omite, porém, referências a Jo 14,28 e à sua interpretação anomeísta pela fórmula de Sírmio de 357. Recorre igualmente à analogia do Decálogo em duas tábuas e do cálamio com duas pontas e explicita a sentença “Uma vez falou Deus e duas ouvi” (Sl 61,12) como significando que “Deus só fala uma vez. A palavra é Cristo, a boca é o Pai” (n.º 20/38). Assim sendo, declara, exatamente nos mesmos termos do n.º 9 da *Epistula*: “O que o Pai disse, o Filho o proclamou e o que o Filho falou, o Pai o cumpriu” (n.º 20/38).

No *De substantia*, contudo, o bispo lusitano privilegia as comparações para esclarecer a doutrina da consubstancialidade. São cerca de três dezenas de analogias.

A primeira é a túnica sem costuras de Jesus. Dentro desta metáfora Potâmio estabelece outros paralelos sugeridos pelas várias fases do processo de tecelagem, que descreve com bastante detalhe. O mais expressivo é a Paixão, simbolizada na “lã do imaculado e perfeito cordeiro, pela qual todo o ser de Cristo parecia ser passível” e que “é levada para o pente do tear e rasgada nos seus dentes” (n.º 7/14). Deste modo, conclui, “a unidade duma peça de lã pode comparar-se, pelos exemplos expostos, à substância da única Trindade em Cristo” (n.º 9/19). Por outro lado, ao referir que o ser de Cristo “parecia” ser passível, o bispo lusitano afasta a interpretação ariana da passibilidade de Jesus, segundo a qual esta era sinal de inferioridade da natureza do Filho em relação à do Pai. Ele próprio tinha defendido essa posição alguns anos antes, como se verá na análise do que resta da *Epistula Potamii*, de cunho ariano, mencionada por Febádio de Agen.

A seguir vem uma série de comparações tiradas do reino vegetal e do meio físico (n.º 11-18/24-33). Assim, diz, “tudo o que pertence ao trigo será a verdadeira substância do trigo, como por exemplo a farinha, a flor da farinha e o pão” (n.º 11/24). A mesma unidade substancial existe entre a figueira e o figo, a oliveira, a azeitona e o azeite, a palmeira e a tâmara, a pereira, a ameixoeira e a

cerejeira e os respetivos frutos, bem como entre as flores, os favos e o mel, o sol e os seus raios e os rios e as suas nascentes. Inspirado no *Adversus Praxean* (8, 5-7) de Tertuliano para este grupo de metáforas, o bispo lisbonense identifica ainda um paralelismo suplementar na palmeira, pois os seus ramos, as palmas, simbolizam a vitória da cruz de Cristo.

A última secção do *De substantia* apresenta numerosas analogias inspiradas no corpo humano (n.º 22-32/41-69). Segundo Potâmio, Deus criou o homem à sua imagem e semelhança “para que o homem admirasse Deus a partir do próprio homem” (n.º 22/41). A configuração do corpo humano, explica, dá testemunho da unidade substancial do Pai e do Filho na diferença das Pessoas dos seguintes modos: as duas faces formando um só rosto, a unidade da visão através dos dois olhos, a colaboração entre os olhos e o nariz na articulação da visão e do olfato, a unidade da linguagem graças aos movimentos combinados da língua e dos lábios, a unidade da audição por intermédio das duas orelhas e, por fim, a sinergia eficaz entre os dois braços, as três partes destes e a mão e os dedos.

Segundo o prelado olisiponense, “a substância duma coisa é tudo aquilo pelo qual essa coisa existe” (n.º 3/5 e 18/33). Deste modo, a substância (*substantia*) identifica-se com a própria entidade (*res*) “e a este nível o seu sentido é suficientemente genérico para que Potâmio o possa tornar operativo, aplicando-o à análise de todo e qualquer grau de realidade, desde a substância material à essência do próprio Deus” (SILVA, 1999: 53). A visão trinitária decorrente desta noção de substância tinha antecedentes. O bispo de Lisboa, adverte Simonetti, “não conseguiu ultrapassar a posição de Tertuliano, que não é senão o conceito de substância divina como substrato genérico comum às três Pessoas divinas” (1974: 132-133).

Por outro lado, acrescenta Potâmio, “uma vez que o poder do Pai é o Filho, esse mesmo poder pertence à sua substância, porque sem poder não pode haver substância” (n.º 10/21). Quer dizer: a atividade do Filho deriva da sua unidade substancial com o Pai. No n.º 19/35, enumera 15 milagres de Jesus, entre eles a ressurreição de Lázaro, declarando: “tudo isso é d’Aquele cuja substância [lhe] está unida”. E remata com sentença análoga à do n.º 9 da *Epistula ad Athanasium*: “O que o Filho fez, o Pai o operou. O que o Pai quis, também o Filho o cumpriu” (n.º 19/36).

O *De substantia* professa a consubstancialidade divina de forma categórica: “a substância do Pai e do Filho é uma só” (n.º 10/22) e “há uma só substância do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (n.º 18/34).

Em jeito de conclusão, transcreve-se o autorizado comentário global de Simonetti sobre a teologia do bispo de Lisboa: “É inegável que a sua reflexão no campo trinitário representou uma tentativa original de aprofundamento dos

termos da questão com incertezas mas também com bons resultados, sobretudo na delineação da interdependência das Pessoas da Trindade e do seu agir. Com Potâmio estamos certamente acima da mediocridade que caracteriza tanta da literatura polémica antiariana em língua latina” (1974: 136-137).

De Lazaro. A transmissão do *De Lazaro* decorreu em circunstâncias invulgares. Durante mais de um milénio, primeiro em manuscritos e a seguir na imprensa, circulou simultaneamente sob o nome doutros dois bispos do século iv: João Crisóstomo (†407) e Zenão de Verona (†c. 371). A atribuição ao primeiro aconteceu poucos anos depois do falecimento do patriarca de Constantinopla, quando surgiram as mais antigas traduções latinas de obras suas e também começaram a correr em seu nome escritos doutros autores, gregos e latinos. Em 421, Agostinho de Hipona já cita esta homilia no *Contra Julianum* (I,6,24) como sendo da autoria de João Crisóstomo. O mesmo fará, em 429, no *Contra secundam Juliani responsionem opus imperfectum* (VI,7). Não existem pontos de referência claros para determinar a época de incorporação do *De Lazaro* entre os escritos do prelado veronense. As conjecturas propostas situam-na de fins do século iv a meados do século v (MOREIRA, 1969: 280-281). Estes patrocínios, sobretudo o primeiro, garantiram à homilia do prelado olissiponense uma larga difusão antes e depois da imprensa.

Há notícia de 45 manuscritos do *De Lazaro*: 27 da versão transmitida em nome de Crisóstomo e 18 da veiculada sob a autoridade de Zenão, remontando os sete mais antigos ao século ix (POTAMII, 1999: 91-112, 142-145; POTAMIO DE LISBOA, 1999: 200-220, 308-309). A primeira edição impressa da versão crisostomiana é um incunábulo publicado no decénio de 1480, enquanto a da variante zenoniana data de 1508. No total, estão contabilizadas 60 edições (MOREIRA, 1969: 263-273): 32 segundo a tradição manuscrita crisostomiana, sendo a última de 1687; 15 sob o patrocínio de Zenão, tendo a última aparecido em 1749; as de 1739 e 1758, elaboradas com manuscritos zenonianos e atribuindo o *De Lazaro* a um hipotético Potâmio, distinto do bispo lisbonense; e as 11 restantes, a começar em 1769, em nome de Potâmio de Lisboa. Destas, seis prolongam a tradição zenoniana e cinco incorporam manuscritos das duas famílias: a de Wilmart em 1918, republicada no fim do século por Conti (1998: 143, 145 e 147); a de Conti, que optou acertadamente por editar o *De Lazaro* em três versões: os dois textos veiculados sob os nomes de João Crisóstomo (*Versio “Chrys”*) e Zenão de Verona (*Versio “Zen”*) e a versão unificada de ambas sob a designação de *Potami versio* (POTAMII, 1999: 165-195); a de Yarza em 1999 (POTAMIO DE LISBOA, 1999); e a latino-portuguesa de 2012 (POTAMIO: OBRAS, 2012).

A autoria crisostomiana do *De Lazaro* foi posta em causa bastante cedo. Entre 1539 e 1588 há 11 edições com a anotação de que “esta homilia não parece ser de Crisóstomo”. Vários escritores dos séculos XVI-XVIII atribuem-na ao bispo de Ravena Pedro Crisólogo (c. 380-450). Os editores de 1588 acrescentam à referida nota que o autor seria latino e não muito antigo.

A restituição a Potâmio ocorreu no lado zenoniano graças a uma passagem da homilia, que figurava em todos os manuscritos desta família e na respetiva edição *princeps* de 1508 mas fora omitida na maioria das edições posteriores. Ao prepararem a edição de 1739 dos sermões do prelado veronense, os irmãos Ballerini verificaram que nesse texto o orador se interpelava a si próprio: “Vamos, vamos, Potâmio, servo de Deus vivo” (n.º 14; segundo a numeração da edição latino-portuguesa de 2012). Atendendo à notória semelhança de estilo do *De Lazaro* e da *Epistula Potamii ad Athanasium*, não hesitaram em atribuir as duas composições ao mesmo autor. Todavia, não lhes parecendo possível conciliar a sua ortodoxia com os testemunhos sobre a adesão do bispo lusitano ao arianismo, distinguiram dois Potâmios: um, ortodoxo e autor desses dois escritos; e outro, o de Lisboa, ortodoxo na primeira fase do seu episcopado e depois trânsfuga ariano e membro do concílio de Sírmió de 357. Em 1769, Gallandi rejeitou semelhante desdobramento e restituiu o *De Lazaro* zenoniano ao bispo de Lisboa.

Isso não poderia ter acontecido no lado crisostomiano. A supramencionada interpelação constava igualmente nos manuscritos do grupo, mas sem referir o antropónimo “Potâmio”, como se pode verificar confrontando a edição de Conti (*POTAMII*, 1999: 188). Apesar de o *De Lazaro* ter sido editado pela última vez em nome de Crisóstomo em 1687, o autor desta variante continuou por identificar. Em 1907, um biógrafo do patriarca de Constantinopla ainda o classificou genericamente como apócrifo grego cuja tradução se deveria a Aniano de Celada (BAUR, 1907: 61, 68, n. 3). Um decénio mais tarde, Wilmart corrigiu o erro (1918b: 294) ao publicar a primeira edição desta obra do bispo de Lisboa à base de manuscritos das duas famílias (1918: 298-304). Terminou assim o demorado processo de restituição do *De Lazaro* ao seu autor (MOREIRA, 1969: 246-254).

O *De Lazaro* é uma homilia sobre a ressurreição de Lázaró (Jo 11,1-44). O estilo é comunicativo, direto e interpelador dos ouvintes: “irmãos” (n.º 1), “pergunto-vos” (n.º 12) e “que novo e celestial milagre era aquele?” (n.º 19).

À guisa de pórtico da sua alocução, o bispo de Lisboa, reportando-se a Gn 2,7, anota que Lázaró, ao ser sepultado, vai “começar a ser o que tinha sido, a saber: barro; ao passo que deixa de ser o que tinha sido, a saber: uma imagem ou uma representação” [*forma vel fabula*] (n.º 2). A seguir descreve a decomposição do cadáver em termos de realismo muito acentuado (n.º 3-8 e 10). Este

fenômeno, explica, é provocado pela batalha feroz travada entre os quatro elementos do corpo humano: terra, água, frio e calor. As suas energias impetuosas e opostas, associadas e dominadas durante a vida pelo cocheiro autoritário e sábio que era a alma, depois do “divórcio da morte” (n.º 8) desencadeiam entre si uma luta encarniçada que conduzirá à sua própria destruição (esta passagem falta na tradição manuscrita crisostomiana: *POTAMII*, 1999: 178, 180, 182).

Depois desta digressão de cunho platónico vem a narração do milagre. Jesus chega e declara a Marta e Maria “que, se elas acreditassem, Ele podia ressuscitar Lázaro” (n.º 10). Numerosa multidão se reúne para assistir ao prodígio. Estão presentes soldados, marinheiros, escravos, juizes, senadores, gentios, prosélitos, judeus e até cristãos (os manuscritos da tradição zenoniana omitem contudo a palavra *christiani*: *POTAMII*, 1999: 189). “Quase toda a cidade ali ocorreu” (n.º 13). Entretanto, Jesus chorou.

Potâmio interrompe então o relato da cena para explicar o significado do pranto do Salvador (n.º 15; TOVAR PAZ, 1995: 491-500). São sete sentenças de meditação doutrinal e exortação parenética, todas iniciadas pelas palavras “Deus chorava” em jeito de estribilho. O vigor da mensagem e a expressividade estilística deste passo fazem dele “uma das páginas mais belas da literatura cristã antiga, sobre as lágrimas de Jesus” (*POTÂMIO. OBRAS*, 2012: 102). Agostinho de Hipona transcreveu duas dessas sentenças no decénio de 420, quando o *De Lazaro* já circulava em nome de João Crisóstomo.

A seguir, a narração prossegue. Cristo aproxima-se do sepulcro, “o santuário do horror” (n.º 18). A gente olha, curiosa. À voz de Jesus, Lázaro sai do túmulo, no meio do entusiasmo da multidão “que se encavalitava nos ombros dos que tinham chegado antes” (n.º 19).

Em contraponto à digressão inicial sobre a decomposição do cadáver, Potâmio introduz aqui um excursus para descrever a reanimação: “depois de quatro dias a língua de Lázaro volta a mexer-se, as mãos aprestam-se para o trabalho, os olhos giram nas suas órbitas, os seus passos voltam a deixar pegadas, a audição retorna aos ouvidos e o olhar volta-se para os seus parentes” (n.º 20).

Por fim, o povo regressa às suas atividades habituais, guardando viva a memória do prodígio: “toma-se o caminho de casa, relatam-se os milagres de Cristo. Dele é a glória pelos séculos dos séculos. Ámen” (n.º 20).

Diversamente do parecer de Meslin (1967: 32), a expressão “Chorava Deus”, utilizada no passo sobre as lágrimas de Jesus (n.º 15), não é de interpretar como deslizamento para a posição ariana que via nelas um sinal da inferioridade ontológica do Filho. Conforme se exporá adiante, o bispo lusitano adota essa posição na *Epistula Potamii* mencionada por Febádio de Agen. Não há

motivo para dizer o mesmo do *De Lazaro*. Aqui, Potâmio refere-se a Cristo como Deus, Filho, Senhor e Salvador. É certo que os arianos também aplicavam estes qualificativos a Jesus. Mas não os entendiam em sentido estrito e assim não admitiam realmente a sua divindade. Não se provando que o bispo olisiponense os tenha usado com essa restrição mental, o horizonte doutrinal desta homilia deve considerar-se ortodoxo (MOREIRA, 1969: 257-258).

Nas duas sentenças sobre as lágrimas de Jesus citadas por Agostinho de Hipona, a expressão “Chorava Deus” foi alterada para “Chorava Cristo”. Segundo Conti (1998: 69-70), a mudança terá sido efetuada pelo prelado africano no contexto da controvérsia pelagiana com o objetivo de sublinhar a ação salvífica de Deus, personificada em Cristo.

De martyrio Isaiae prophetae. A transmissão do *De martyrio Isaiae prophetae* – em abreviado, *De Isaia* – acompanhou a da versão zenoniana do *De Lazaro*. Foi incorporado muito cedo entre os sermões do prelado veronense, porventura até meados do século v. Conhecem-se 14 manuscritos: o mais antigo é do século ix, sendo a maioria do século xv (POTAMII, 1999: 112-113, 145-146; POTAMIO DE LISBOA, 1999: 251-252, 328). As edições impressas sobem a 24: 12 publicadas sob o nome de Zenão de Verona, datando a primeira de 1508 e a última de 1710; 2, em 1739 e 1758, atribuídas a um imaginário Potâmio, diferente do bispo de Lisboa; e as 10 restantes, começando em 1769, com o nome do seu verdadeiro autor.

A restituição a Potâmio processou-se em duas etapas. Em 1739, os irmãos Ballerini não tiveram dificuldade em atribuir o *De Isaia* ao autor do *De Lazaro*, atendendo à manifesta semelhança de estilo das duas obras. Julgaram, porém, que seria um outro Potâmio, distinto do bispo de Lisboa, devido à passagem deste ao arianismo. Trinta anos depois, Gallandi mostrou não existirem razões para tal desdobramento e devolveu ao prelado lusitano a paternidade desta segunda homilia pseudozenoniana.

Parecido no estilo, o *De Isaia* apresenta notórias diferenças em relação à outra homilia potamiana. É mais breve: apenas um terço da extensão desta. Falta-lhe a vivacidade oratória do *De Lazaro*, com numerosas interpelações aos ouvintes. Estão ausentes comentários doutrinários e exortações parenéticas. Só uma vez aparece a advertência “Prestai atenção” (n.º 2; segue-se também a numeração da edição latino-portuguesa de 2012), a denotar presença de público. O orador entra no assunto sem qualquer exórdio e conclui a alocução de maneira abrupta. Tais lacunas poderão sugerir que a homilia chegou até nós mutilada (MOREIRA, 1969: 289; CONTI, 1998: 37). Também poderá ser uma forma de construção do discurso para impressionar o auditório (POTAMIO DE LISBOA, 1999: 122; POTÂMIO: OBRAS, 2012: 77).

Inspirada no apócrifo *Ascensão de Isaías*, a homilia do bispo de Lisboa narra o martírio deste profeta que, segundo uma antiga tradição judaica, teria sido serrado ao meio por ordem do rei de Judá Manassés (687-642 a. C.), filho do rei Ezequias. O motivo do suplício vem indicado logo nas palavras de abertura: “Tendo Isaías pregado Cristo e tendo até anunciado ao povo israelita a sentença da sua futura condenação...” (n.º 1). A serragem foi executada por uma “corja de blasfemos” (n.º 1), capitaneada pelo demónio Belial que, dizia o apócrifo, tinha tomado posse de Manassés. Potâmio mantém a unificação dos dois personagens ao apresentar Belial como filho de Ezequias (n.º 4). Fiel ao seu estilo característico, o prelado olissiponense descreve com impressionante realismo a progressão dos dentes da serra através do corpo de Isaías, desde a cabeça até às entranhas. No plano lexical, os epítetos usados para qualificar Belial – “praticante do horóscopo, astrólogo e chefe dos magos, dos demónios secundários e dos adivinhos” (n.º 4; no original latino: *prodigus genealogiae, mathematicus, catabolicorum, paredrorum et pythonicorum antistes*) – manifestam clara dependência do n.º 28 do *De anima* de Tertuliano (160-220) (MADOZ, 1947: 105).

Epistula Potamii. Na sua obra *Contra Arianos*, escrita em fins de 357 ou princípios do ano seguinte, o bispo da Gália Febádio de Agen refuta energicamente a segunda fórmula de Sírmio. No n.º 3, refere-se genericamente a “tratados” arianos de Ursácio de Singidunum, Valente de Mursa e Potâmio e no n.º 5 cita uma *Epistula Potamii* que, diz, “tinha sido difundida no Oriente e no Ocidente” e da qual transcreve o seguinte passo: “com a carne e o espírito de Cristo, coagulados pelo sangue de Maria e reduzidos a um só corpo, fez-se um Deus passível” (no original latino: *carne et spiritu Christi coagulatis per sanguinem Mariae et in unum corpus redactis, passibilem Deum factum*).

Estas doze palavras são tudo quanto resta dos escritos arianos do bispo de Lisboa. O comentário de Febádio permite contudo afirmar que esta *Epistula* defendia, em perspetiva ariana, a chamada “cristologia do tipo Verbo-carne”.

A fim de melhor salvaguardar a unidade de Cristo, os defensores deste esquema cristológico negavam a existência de alma humana em Jesus e substituíam-na pelo Verbo. Assim, a divindade (o Filho, o Verbo de Deus) estava diretamente ligada à humanidade (a carne), sem alma humana.

Alguns teólogos e Padres da Igreja, até meados do século IV, terão adotado mais ou menos explicitamente esta cristologia truncada, sem se desviarem da ortodoxia no plano trinitário. Todavia, para os arianos, a passibilidade ou as fraquezas de ordem psicológica manifestadas por Jesus (medo, tristeza e outros movimentos do espírito), passibilidade e fraquezas de que o Verbo seria o agente

em tal esquema, mostravam que o Verbo, o Filho de Deus, não era consubstancial ao Pai. Da passibilidade de Cristo inferia-se também a passibilidade do Verbo. Por isso, o Verbo, o Filho, não era Deus em sentido estrito. Era a doutrina que Potâmio defendia nesta *Epistula* (MOREIRA, 1967: 460-461; 1969: 151-155).

LATINIDADE E ESTILO

A apreciação menos positiva da generalidade dos historiadores de Potâmio sobre o seu estilo deve-se, em larga medida, ao facto de estarem focalizados no seu percurso biográfico e doutrinal. Registam-se alguns exemplos de tal avaliação: “extravagância e obscuridade pouco comuns” (WILMART, 1913: 257), “frases emaranhadas” (WILMART, 1918b: 292), “gongorismo estranho” e “grandiloquência extravagante” (MADOZ, 1947: 102-103) e “estilo extravagante e complicado” e “obscuro e emaranhado” (MOREIRA, 1969: 221, 239). O debate à volta da sua ortodoxia prevaleceu sobre o estudo da sua latinidade. Nos últimos cinquenta anos, porém, vários filólogos deram à estampa contributos significativos neste domínio.

Scudieri Ruggieri (1969: 133-158) mostrou que o dinamismo do ritmo da descrição da decomposição do cadáver, as proposições breves e assindéticas e a expressividade bem graduada do epílogo do *De Lazaro* evocando o regresso à vida de Lázaro e o triunfo de Cristo, bem como o realismo das apóstrofes antiarrianas da *Epistula ad Athanasium*, manifestam recursos linguísticos inegáveis como o conhecimento do idioma, a destreza na progressão do discurso e o sentido da cor e dos contrastes. Por sua vez, no *De substantia* (cujo estilo, anota, se caracteriza pela busca da ordem e do equilíbrio), o prelado olisiponense cultivava o paralelismo, as antíteses, os apostos e as frases curtas ou *minutissimae sententiae*, técnica que o autor atribui à leitura de Séneca (4 a.C-60 d.C). O latim de Potâmio já não é a língua clássica. Encontra-se a meio caminho entre esta e a linguagem coloquial do seu tempo e apresenta simplificações das relações sintáticas e mesmo alterações semânticas que poderão refletir variantes linguísticas locais.

J. Lorenzo (1978: 117-130) defendeu também a influência da linguagem coloquial nos escritos do bispo lusitano. Como sinais dessa interferência aponta várias peculiaridades da sintaxe de Potâmio, sobretudo no *De substantia*: anacolutos, mudança de casos, faltas de concordância quanto ao número (com permutas entre o singular e o plural) e faltas de concordância entre substantivos e adjetivos ou pronomes quanto ao género (com trocas entre masculino, feminino e neutro).

Por seu lado, S. Álvarez, analisando a cadência rítmica da prosa do bispo de Lisboa tendo em conta a quantidade, o acento e o volume tónico das sílabas

longas e breves, mostrou a estreita afinidade estilística dos seus escritos: “em suma, as quatro obras pertencem a Potâmio” (ÁLVAREZ, 1989: 275).

No pormenorizado estudo biográfico e literário que precedeu a sua edição, Conti comenta os escritos de Potâmio seguindo os textos passagem por passagem. Identifica particularidades sintáticas e diversos termos próprios e exclusivos seus (*hápax*, na consagrada designação grega) e assinala paralelos e reminiscências de clássicos pagãos e autores cristãos. Segundo o aparato crítico da edição, os nomes mais apontados são Apuleio, Lucano e Virgílio entre os primeiros e Tertuliano entre os eclesiásticos. O bispo lisbonense, sintetiza Conti, “junta passagens escritas em estilo oratório complexo e construções coloquiais e faladas” e “coloca ao lado de vocábulos clássicos não só termos técnicos cristãos mas também palavras novas que ele forja na sua busca expressionista de tensão estilística e de efeitos chocantes” (1998: 42).

Yarza publicou igualmente um cuidadoso trabalho biográfico e literário sobre Potâmio, na primeira parte do volume da sua edição crítica, privilegiando o estudo morfológico, sintático e lexical. Nestas duas últimas áreas, a escrita do bispo lusitano apresenta desvios em relação à norma clássica. Discordando de Scudieri Ruggieri e outros filólogos, Yarza considera que “o latim de Potâmio pertence à época em que vive, mas está de todo afastado da fala popular. O seu latim é deliberada e pretensiosamente culto, tem pouco a ver com o latim vulgar” (*POTAMIO DE LISBOA*, 1999: 155-156). Em seguida, disponibiliza um meticoloso glossário de 107 vocábulos potamianos que não pertencem ao latim clássico, possuem significado distinto do clássico ou são utilizados com alguma aceção particular e dos quais 14 são *hápax* do prelado olissiponense.

A revalorização dos predicaos literários e oratórios de Potâmio, levada a cabo por estes filólogos e por Tovar Paz (1994 e 1995), veio iluminar com tonalidades mais vivas o retrato histórico do primeiro bispo conhecido da Igreja de Lisboa.

Testemunhos arqueológicos

Além das fontes hagiográficas e literárias, o testemunho da arqueologia poderá disponibilizar novos dados sobre os primórdios da história cristã de Lisboa, nomeadamente quanto a edifícios de culto, inscrições e outras peças.

A informação é, porém, quase nula para a época romana. Deste período, localizei apenas referência a restos dum templo cristão em São Miguel de Odrinhas, na zona de Sintra, o qual dataria de fins do século IV ou da primeira metade do V (ALMEIDA, 1962: 117).

BIBLIOGRAFIA. Edições de Potâmio: *OPUSCULA OMNIA*, 1934; POTÂMIO, 1958; *POTAMII*, 1999; *POTAMIO DE LISBOA*, 1999; *POTÂMIO: OBRAS*, 2012; **Fontes impressas subsidiárias:** FLÓREZ, 1747-1775 [xiv, 1758]; *INSCRIPCIONES CRISTIANAS*, 1942; *INSCRIPTIONES HISPANIAE*, 1871; *LIBER ORDINUM*, 1904; MACEDA, 1790; **Estudos:** ALMEIDA, 1962; ÁLVAREZ, 1989; BAUR, 1907; CONTI, 1998; CORREIA, 1928; DELEHAYE, 1933; DOMÍNGUEZ DEL VAL, 1998; GOYAU, 1891; HANSON, 1988; JORGE, 2002; LAMELAS, 2001; LORENZO, 1978; MACIEL, 1996; MADOZ, 1947; MESLIN, 1967; MOREIRA, 1967; MOREIRA, 1969; MOREIRA, 1975; MOREIRA, 2012; PIRES, 1967; SALTET, 1906; SCUDIERI RUGGIERI, 1969; SILVA, 1999; SIMONETTI, 1974; SIMONETTI, 1975; SOTOMAYOR Y MURO, 1979; TOVAR PAZ, 1994; TOVAR PAZ, 1995; WILMART, 1912; WILMART, 1913; WILMART, 1918; WILMART, 1918a.

OS PRELADOS DE LISBOA NA ÉPOCA VISIGODA (476-711/714)

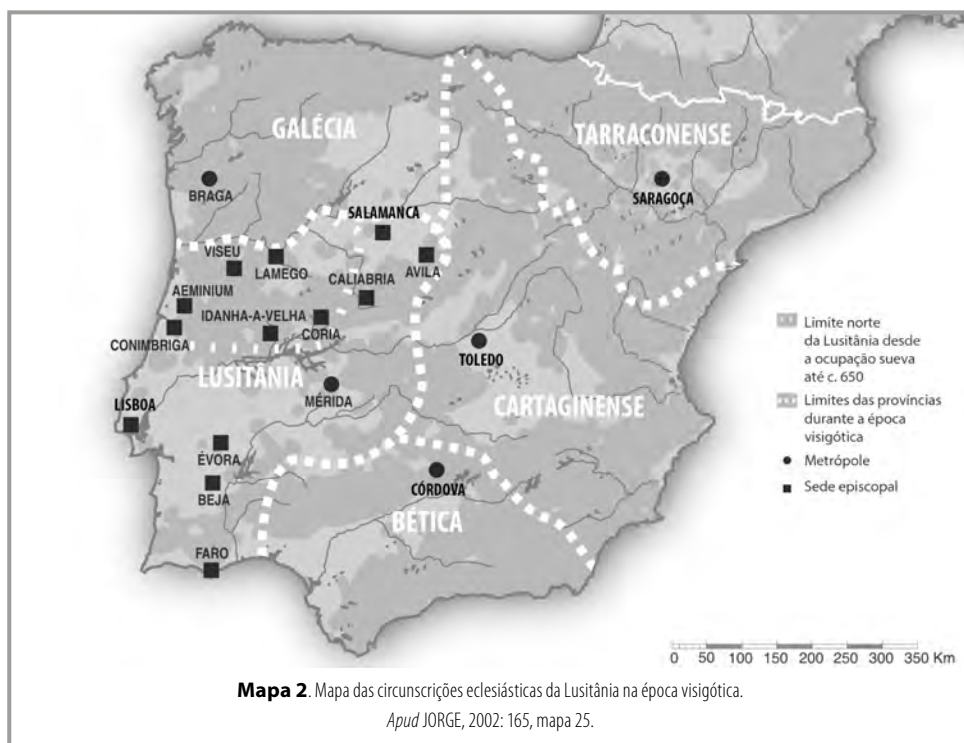
No século v, numerosas “tribos germânicas” assaltaram a Hispânia, vindo a atingir o mundo romano. Muitos desses povos, antes de atacarem o Império como inimigos, tinham-no dividido como colonos e aliados nos exércitos imperiais (Vândalos, Suevos, Visigodos...). Foi nas cinzas do Império romano que surgiu o mundo dos Godos. À unidade política, económica e cultural do Império sucedeu, no século v, uma multiplicidade de novos reinos, de novas línguas, de novos centros de poder e de saber...

O *terminus post quem* deste nosso capítulo corresponde à queda do Império romano, em 476. O *terminus ante quem* corresponde ao século viii, mais precisamente a 711/714, data em que a tradição situa o fim da Igreja visigoda com a chegada dos muçulmanos e a viragem que ela implicou ao nível das relações entre o episcopado, o poder e a sociedade na Hispânia. O adjetivo “visigodo” deve ser aqui entendido, não no sentido estritamente étnico, mas no sentido histórico lato para qualificar tudo o que diz respeito à civilização ibérica entre as invasões germânicas e as invasões muçulmanas.

Mais do que insistir sobre as ruturas e as descontinuidades entre os períodos romano e visigodo, podemos relevar novas perspectivas se tomarmos como chave de leitura a continuidade. Conceber a queda do Império como o caos é um preconceito a abandonar pois, com os Visigodos, inaugura-se uma etapa rica e repleta de novos desafios.

Foi o mundo romano, não o podemos esquecer, que ofereceu à Igreja do Baixo Império, fixada no coração da *civitas*, as suas estruturas de enquadramento. Esta Igreja teve a dupla característica de ser urbana e episcopal, como bem o atesta a ação de Potâmio.

Durante a época visigoda, a província eclesiástica da Lusitânia manteve no essencial os limites da homónima província romana tal como ela foi estabelecida pela reforma de Diocleciano (284-305). Do Baixo Império até às invasões muçulmanas, postas de lado as alterações aos limites territoriais no noroeste da Lusitânia ocasionadas pela anexação sueva, esta província manteve-se praticamente inalterável. Neste sentido, podemos afirmar que o período visigodo acabou por



reconstituir, ao nível eclesiástico, a divisão administrativa de Diocleciano, garantindo a sua continuidade ao longo da ocupação dos germanos (JORGE, 2000a: 137). A Igreja de Lisboa estava aí inscrita!

Nascida sob a dominação dos romanos, a Igreja de *Olisipo* foi-se afirmando, com efeito, sob os germanos (ou os “bárbaros”, como eram designados pelo Império), contribuindo para a construção da cidade de Deus e para o desenvolvimento da tensão/coincidência entre as fronteiras do Evangelho e as da Igreja. Com a colaboração de que prelados? Como?

Com os visigodos, abriu-se, pois, na Hispânia, um novo período de estruturação da atividade episcopal. É graças a ela, tal como a podemos reconstituir com base nos testemunhos que a época nos legou, que tocamos a vitalidade da Igreja hispânica e, no seu seio, a da Igreja de Lisboa... mesmo se rareiam as notícias sobre os prelados olisiponenses.

As invasões germânicas e as raras notícias episcopais nos séculos V e VI

As lacunas existentes na documentação e a ausência de atas conciliares relativas à viragem do século V impedem-nos de conhecer o número concreto das sés episcopais

da Lusitânia e o nome da maioria dos seus titulares para este período. Lisboa está, como muitas outras dioceses da Lusitânia, numa grande nebulosa. É neste contexto de sombra gerado pela falta de informação que alguns autores preencheram as lacunas existentes nas listas episcopais com nomes difíceis de atestar historicamente.

Religar, dos primórdios da cristianização ao presente do redator, a vida das Igrejas através dos nomes dos seus bispos, sem lacunas nem vazios, para fazer escapar a história eclesiástica às contingências da história humana, foi o objetivo comum das séries episcopais ou das obras que a partir do século XVI integraram listas e/ou biografias detalhadas de prelados da Lusitânia da época visigoda. A Hispânia não dispõe, como a Gália ou a Itália, de listas da Antiguidade Tardia ou da Idade Média (pensemos, por exemplo, na edição de DUCHESNE, 1907-1915). As mais antigas listas da Lusitânia conhecidas datam do século XVII (cf. CUNHA, 1642; a obra *Lusitania Sacra* de António Pereira de Figueiredo, ainda manuscrita, elaborada no âmbito da Real Academia da História Portuguesa fundada em 1720 por D. João V – BACL, Ms. 7/6-9 Azul); é nelas que aparecem para Lisboa os nomes de João (c. 500), Eolo (c. 536), Nestoriano (c. 578)... mas nada de fiável até 589!

No século XX, a situação alterou-se consideravelmente. A necessidade de cotejar os nomes veiculados pelas listas elaboradas ao longo dos tempos com a documentação das diferentes épocas surgia como uma urgência imposta pela crítica histórica (cf., por exemplo, OLIVEIRA, 1994b; ALMEIDA, 1967-1971: I; JORGE, 2000b). As atas dos concílios constituem, neste sentido, uma documentação duplamente útil: por um lado, os cânones fornecem informações sobre a ação do bispo, por outro, as subscrições asseguram a presença efetiva dos bispos nessas assembleias ou a sua participação através de um delegado (CANELLAS LOPÉZ, 1979: 82). Além do mais, a simples presença de nomes nas listas conciliares e a posição que ocupam na sequência tem em si um significado sócio religioso e administrativo incontestável. No entanto, não sabemos dizer se a ordem das assinaturas dos bispos nos concílios obedecia verdadeiramente a um critério de antiguidade das sés episcopais ou de ordenação dos bispos. É importante ainda assinalar que a ordem das assinaturas se altera por vezes de um manuscrito para outro (cf. sobretudo ORLANDIS E RAMOS-LISSÓN, 1986: 32).

Neste contexto, é oportuno referir que a coleção *Hispana*, composta por volta de 633 (MARTÍNEZ DÍEZ, 1967b: 385; ARIÑO ALAFONT, 1941; FRANSEN, 1973; GAUDEMET, 1985; GAUDEMET, 1989: 47-59 e MUNIER, 1987), é a via de transmissão do texto de grande parte dos concílios peninsulares. Contudo, devemos ter também presente, a partir dos séculos VI/VII, os *Capitula* de São Martinho de Braga de 561/572 (cf. MARTÍNEZ DÍEZ, 1967a: 224-243), a *Collection*

de Novara (*LA COLECCIÓN CANÓNICA*, 1966-2002: I, 222 e 292) e o *Epitome Hispanicum* de 598/610 (cf. *LA COLECCIÓN CANÓNICA*, 1966-2002: I, 292 e MARTÍNEZ Díez, 1961-1962).

O acesso aos nomes e ação dos bispos de Lisboa constitui, com efeito, no período das invasões do século v, um grande problema face aos silêncios das fontes. Contudo, as notícias da *Crónica de Hidácio* (*IDACIO. OBISPO*, 1984), que conserva as memórias dos acontecimentos ocorridos entre 379 e 469, e as inscrições do século v, mesmo se raras, revelam que a viragem do século (MATTOSO, 1992: 289-290) não extinguiu, na Hispânia, em geral, e na Lusitânia, em particular, a obra de evangelização levada a cabo pelos bispos. Com efeito, o que sabemos sobre o episcopado da Lusitânia pode iluminar a situação na diocese de Lisboa.

Como figura chave no reino visigodo, o bispo não podia ficar à margem da vida social e política. A sua ação exprimiui-se essencialmente através das ações de construção nas quais ele substituiu o poder político em decadência, tornando-se assim um construtor, um garante do bem-estar do seu rebanho, o *pater plebis*. A quase totalidade das funções exercidas anteriormente pelo governador (*comes civitatis*) foram-se progressivamente transferindo para o bispo (GARCÍA MORENO, 1991b: 242 ss.; GARCÍA MORENO, 1989: 287-288). Era através dele que a comunidade cristã podia beneficiar, no plano local, das estruturas essenciais à sua vida. Pensemos em Zénon de Mérida que, cerca de 487, colaborou com o governador militar da cidade, o duque Salla, na reconstrução de uma ponte romana. Este testemunho, presente numa inscrição (cf. *INSCRIPCIONES CRISTIANAS*, 1942: 126; VIVES, 1939: 1-7; JORGE, 2002: inscrição n.º 1, p. 39), é interessante porque nos atesta a ação do bispo como figura pública que se articula, no plano da ação social, com as autoridades da cidade. Contudo, sabemos que só verbos como *construxere* permitem concluir a existência de um evergetismo real, isto é, permitem pensar na contribuição financeira pessoal por parte do dedicante (cf. DUVAL, 1993: 191 e as notícias sobre o evergetismo na Itália em CAILLET, 1993). Certamente para evitar exageros, os concílios ibéricos quiseram preservar o ministério episcopal das funções públicas com caráter civil no III Concílio de Toledo (ver a este propósito o cânone 8 deste concílio que é completado mais tarde pelo cânone 19 do IV concílio também de Toledo. Cf. *CONCÍLIOS VISIGÓTICOS*, 1963: 22 e 199).

A ação dos prelados da Hispânia, à medida que avançamos no século v, foi-se realizando não só no plano social, mas também no plano geográfico. Assim, podemos constatar que no II Concílio de Braga (572), a ideia de “território episcopal” tinha já uma certa consistência, vendo-se já aqui presente a ideia de uma “constelação de comunidades” (JORGE, 2000a: 141). Mas, como sabemos

pelos concílios visigóticos, a ausência de limites precisos entre os bispados no interior de uma província foi colocando problemas frequentes de jurisdição entre bispos (JORGE, 2000a: 138).

Neste contexto, devemos referir também que o debate em torno do arianismo, abordado no capítulo anterior sobre a época romano-cristã, foi transportado e/ou recuperado no século v pelos Visigodos aquando da sua chegada e instalação na Lusitânia. Após o século v, de acordo com as informações de Orósio (ORÓSIO – *HISTÓRIA*, 1986) e de Hidácio (*IDACIO. OBISPO*, 1984), verifica-se uma “convivialidade religiosa” entre hispano-romanos e germanos, graças aos contactos permanentes, inclusivamente aos casamentos mistos, entre as duas gentes (ORLANDIS, 1987: 46-50). Em pleno reino visigodo, estiveram em contacto não só duas comunidades (a romana e a germânica) mas também duas profissões de fé distintas; estas apresentavam-se, respetivamente, como a *fides romana* e como a *fides gotica* (JORGE, 2000a: 27-28).

Progressivamente, o arianismo tornou-se a religião do grupo detentor do poder político na Hispânia. Leovigildo chega mesmo a fundar o seu programa no arianismo, procurando, desta forma, fundamentar a unidade política na unidade religiosa... Assim, a partir de meados do século vi, as relações entre os arianos e o clero católico começaram a deteriorar-se. Em pleno reino de Recaredo (cf. ORLANDIS E RAMOS-LISSÓN, 1986: 207-216; ORLANDIS, 1992: 9-16; GARCIA MORENO, 1991a: 271-296), o arianismo resistia ainda, apesar de os bispos arianos o terem abjurado no III Concílio de Toledo, em 589 (*CONCÍLIOS VISIGÓTICOS*, 1963: 107-145; JORGE, 2000a, 28; sobre a resistência ariana, ver ainda: *LIBER VITAS*, 1992: n.º 5.II, 88-89; *IDACIO. OBISPO*, 1984: 96; ALONSO CAMPOS, 1986: 153).

É precisamente em 589, quando os Visigodos deixam o arianismo e abraçam a ortodoxia cristã, que nos surge o primeiro bispo de Lisboa da época visigoda documentado de forma fiável: Paulo. Sabemos que esteve presente nesse ano no III Concílio Nacional de Toledo, sendo mencionado nas atas: *Paulus olyssiponensis ecclesiae episcopus subscripsi* (*CONCÍLIOS VISIGÓTICOS*, 1963: 137).

Para além desta notícia, o silêncio das fontes contemporâneas do III Concílio Nacional de Toledo deixa-nos no desconhecimento completo sobre as origens e a vida de Paulo. Infelizmente, no caso de Lisboa, isto acontece também com os prelados seguintes.

Os prelados de Lisboa no século VII

Após a conversão do reino visigodo à ortodoxia cristã, em 589, as assembleias do século vii mostram como a organização do culto ia resistindo aos colapsos políticos (CARNEIRO, 2007-2008: 172) e como a Igreja na Hispânia ia

deliberando sobre assuntos de ordem dogmática ou disciplinar (COSTA, 1963a: 654-656).

Estabelecidos com caráter regular, sobretudo a partir do IV Concílio de Toledo, em 633, os concílios gerais, realizados ao nível do reino, agrupavam não apenas os membros mais proeminentes da Igreja visigoda, mas também membros da aristocracia palatina. Convocados pelo monarca para a capital política e religiosa do reino, estes concílios acabariam por ser não apenas assembleias destinadas à discussão de matérias religiosas mas também de todas as matérias que, de acordo com o monarca, se ligavam ao bom governo do reino (JORGE, 2000a: 303).

Durante a época visigótica, o episcopado da Lusitânia reforçou continuamente a identidade católica face à sociedade e à Igreja, o bispo foi-se tornando progressivamente o ministro da comunhão *ad intra* et *ad extra*. Ele simbolizou,



desta forma, a convergência das Igrejas locais pela defesa da ortodoxia. Os concílios bem no-lo atestam.

Através dos concílios do reino visigodo, a Igreja de Lisboa foi-se de algum modo incluindo na vida da Igreja Hispânica que tecia laços com a monarquia e articulava com aquela a sua ação, inclusive nas estratégias de evangelização adotadas. A participação mais frequente dos bispos nos concílios reforçaria a comunhão eclesial e a relação entre os bispados (CLEMENTE, 2001: 94).

Os bispos de Lisboa, tal como os seus pares ao nível da Hispânia, teriam tratado, no âmbito das diversas assembleias conciliares, de diferentes assuntos relativos à vida da Igreja, em geral, e às problemáticas específicas ao episcopado, como é o caso da disciplina sobre as ordenações episcopais, a vida moral dos prelados, as empresas de construção levadas a cabo pelos bispos ou as relações destes com o rei e outras autoridades civis, em particular (JORGE, 2002: 169-171, anexo n.º 3). A leitura das actas conciliares permite-nos, com efeito, perceber as preocupações e os combates que concentravam a atenção do episcopado (cf. CARNEIRO, 2007-2008: 156). Recrutados, na sua maioria, entre os Godos e na proximidade dos reis, os bispos acabariam por se assumir como uma das bases essenciais da realeza visigoda (JORGE, 2000a: 304).

Responsáveis pelo anúncio do *kerigma*, pela interpretação do dogma e da disciplina, os bispos visigodos surgem-nos relacionados com a celebração dos concílios, se bem que, na maioria dos casos, seja impossível determinar as datas da sua nomeação ou reconstituir as suas carreiras episcopais (JORGE, 2000a: 237).

Certo é que, ao longo do século VII, o prelado de Lisboa participa pessoalmente ou faz-se representar por um delegado em oito dos 14 concílios que se realizaram em Toledo, capital do reino visigodo. Neste contexto, é de referir que não podemos excluir também a sua presença nos concílios nacionais de 653 e de 694, visto que as atas destas assembleias não incluem as assinaturas dos participantes. O prelado de Lisboa participa ainda no concílio provincial de Mérida, metrópole da Lusitânia e é mencionado num decreto (*Decreto de Gundemar*) que atesta a presença da Igreja de Lisboa comprometida na construção da Igreja Hispana. É graças a estes testemunhos que conhecemos os nomes fiáveis dos prelados de Lisboa para o século VII:

- Goma, referido no *Decreto de Gundemar*, c. de 610 (o texto chega-nos através das atas do XII Concílio de Toledo de 681. Cf. *CONCÍLIOS VISIGÓTICOS*, 1963: 406). Este documento está relacionado com a afirmação da primazia de Toledo durante o reinado de Gundemar, entre 610 e 612. Além dos bispos de Toledo, o rei terá convidado outros bispos da Hispânia a colocarem as suas assinaturas no decreto,

possivelmente no decurso de visitas que realizaram à corte. Segundo alguns autores, este documento poderá ter sido contemporâneo de um concílio provincial realizado em Toledo no ano de 610 mas cujas atas não chegaram até nós (ORLANDIS E RAMOS-LISSÓN, 1986: 248-251; RIVERA RÉCIO, 1988: 1165-1167).

- Viarico, presente no IV Concílio de Toledo, em 633, bem como no V, em 636, e no VI Concílio de Toledo, em 638 (cf. *CONCÍLIOS VISIGÓTICOS*, 1963: 224, 231 e 247).
- Neufrídio, representado pelo abade Crispim no VII Concílio de Toledo, em 646 (*CONCÍLIOS VISIGÓTICOS*, 1963: 258).
- Cesário, presente no X Concílio de Toledo, em 656 (*CONCÍLIOS VISIGÓTICOS*, 1963: 319).
- Teodorico, presente no Concílio provincial de Mérida, em 666 (*CONCÍLIOS VISIGÓTICOS*, 1963: 343).
- Ara, presente no XIII Concílio de Toledo, em 683 (*CONCÍLIOS VISIGÓTICOS*, 1963: 433).
- Landerico, presente no XV Concílio de Toledo, em 688 e no XVI também de Toledo, em 693 (*CONCÍLIOS VISIGÓTICOS*, 1963: 473, 520).

Para além dos concílios mencionados e do *Decreto de Gundemar*, algumas fontes monumentais, nomeadamente inscrições, falam-nos da presença visigoda mas pouco acrescentam sobre a Igreja de Lisboa nesta época.

Como gostaríamos de conhecer todos os bispos de Lisboa da época visigoda, como gostaríamos de poder reconstituir as suas carreiras, as suas relações com o mundo eclesial e com o mundo civil; as suas ações missionária, pastoral, social, política e cultural; isto é, a sua ação de pastor nas suas múltiplas manifestações, quer ela tivesse sido cúmplice ou rival, submissa ou resistente face ao poder político e social vigente.

Mas se as lacunas são muitas para a época visigoda, com a invasão muçulmana abre-se um longo hiato nas listas episcopais de *Olisipo*. As invasões de 711/714 alteraram completamente o quadro político e religioso da Hispânia; o mundo visigodo terminava e com ele a administração eclesiástica diocesana ia-se desagregando. Começava aqui um novo e longo período da história hispânica e



Fig. 3. Imposta de época visigótica encontrada nas escavações da antiga igreja de S. Mamede/Palácio Penafiel. Séc. VI [atr.].
Museu de Lisboa – Teatro Romano. © José Avelar/Museu de Lisboa.

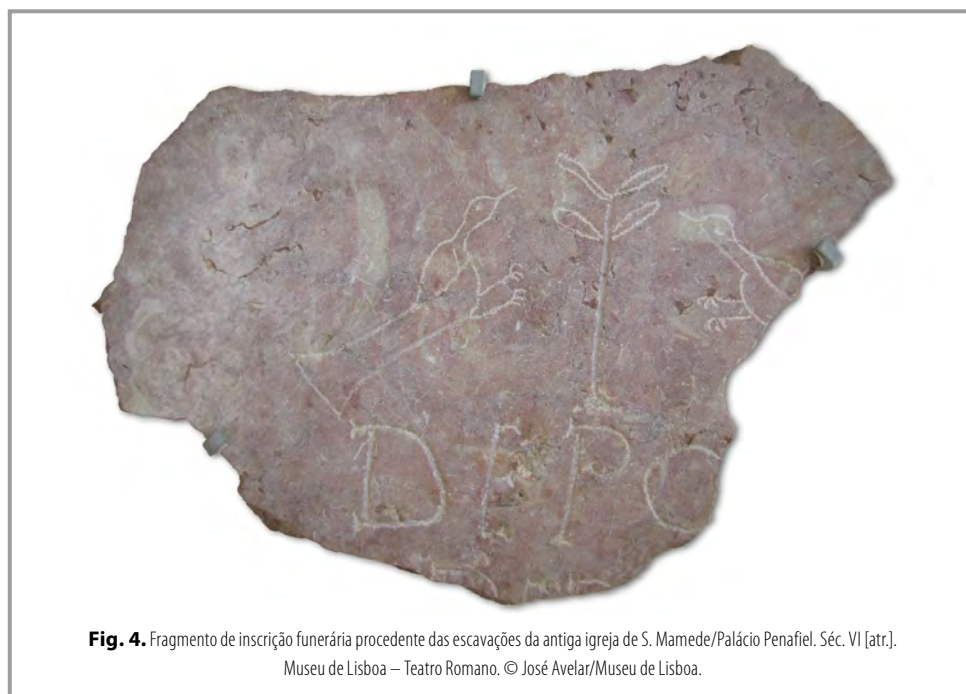


Fig. 4. Fragmento de inscrição funerária procedente das escavações da antiga igreja de S. Mamede/Palácio Penafiel. Séc. VI [atr.].
Museu de Lisboa – Teatro Romano. © José Avelar/Museu de Lisboa.

também olisiponense, com novos desafios e entraves ao avanço da cristianização (FERNANDES, 2007: 75).

Embora pouco se conheça acerca das condições de vida das comunidades cristãs, uma coisa é certa: o domínio de uma nova religião (o Islão) colocou a Igreja cristã numa posição de subalternidade (JORGE, 2000a: 304). Neste contexto, o estudo do episcopado nos séculos que se seguem à invasão muçulmana oferece sérias dificuldades dadas as lacunas na documentação... lembremos as vicissitudes inerentes, por exemplo, à “Reconquista” cristã (JORGE, 2000a: 240).

Mas, apesar dos silêncios multisseculares e das lacunas na informação durante a época moçárabe, a Igreja de Lisboa não sucumbe... Começa aqui um outro capítulo da História da diocese de Lisboa e dos seus prelados que atesta continuidades relativamente ao período aqui abordado. E à data da “reconquista” de Lisboa pelos cristãos o bispo continua lá!

ANA MARIA C. M. JORGE

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: *LA COLECCIÓN CANÓNICA*, 1966-2002; *CONCÍLIOS VISIGÓTICOS*, 1963; CUNHA, 1642; *IDACIO. OBISPO*, 1984; *INSCRIPCIONES CRISTIANAS*, 1942; *JUAN DE BÍCLARO*, 1960; *LIBER VITAS*, 1992; ORÓSIO – *HISTÓRIA*, 1986; **Estudos:** ALMEIDA, 1967-1971; ALONSO CAMPOS, 1986; ARIÑO ALAFONT, 1941; CAILLET, 1993; CANELLAS LÓPEZ, 1979; CARNEIRO, 2007-2008; CLEMENTE, 2001; COSTA, 1963a; DUCHESNE, 1907-1915; DUVAL, 1993; FERNANDES, 2007; FRANSEN, 1973; GARCÍA MORENO, 1989; GARCÍA MORENO, 1991a; GARCÍA MORENO, 1991b; GAUDEMET, 1985; GAUDEMET, 1989; JORGE, 2000a; JORGE, 2000b; JORGE, 2002; MARTÍNEZ DíEZ, Gonzalo, 1961-1962; MARTÍNEZ DíEZ, 1967a; MARTÍNEZ DíEZ, Gonzalo, 1967b; MATTOSO, 1992; MUNIER, 1987; OLIVEIRA, 1994b; ORLANDIS, 1987; ORLANDIS, 1992; ORLANDIS E RAMOS-LISSÓN, 1986; RIVERA RÉCIO, 1988; VIVES, 1939.

SINAIS DE VITALIDADE CRISTÃ SOB DOMÍNIO ISLÂMICO: A DIOCESE MOÇÁRABE

(711/714-1147)

Os acontecimentos sobre a conquista de Lisboa de 1147, narrados pelo cruzado R. no *De Expugnatione Lyxbonensi*, incluem duas referências a um enigmático bispo cristão da cidade. A primeira é relativa a um período de conversações entre sitiantes e sitiados, episódio no qual o cronista viu “sobre as muralhas da cidade o próprio alcaide com o bispo e as principais personalidades do burgo” (*A CONQUISTA*, 2007: 92-93). A segunda situa-se já depois de franqueadas as muralhas, altura em que os sectores coloniezes e flamengos de cruzados mataram indiscriminadamente os habitantes da cidade, entre eles o prelado cristão: “ao bispo da cidade, um ancião de muitos anos, cortam-lhe o pescoço, contra o direito divino e humano” (*A CONQUISTA*, 2007: 138-139).

Estes são os escassos dados concretos que o cronista legou à posteridade. A importância daquelas passagens e a inexistência de outros dados contextuais contemporâneos, contudo, levaram a que alguns autores pretendessem ler mais coisas nas entrelinhas. No primeiro caso, o facto de o bispo cristão aparecer ao lado da elite islâmica que assiste ao cerco permite pensar que aquele prelado gozasse de “liberdade de movimentos sob a administração do cadí muçulmano” (REAL, 1995: 19-20) e que fosse um líder comunitário relevante no quadro da administração islâmica da cidade, colocando-se mesmo a hipótese de ser um dirigente nomeado ou confirmado pelas autoridades muçulmanas e que a elas obedecia, sobretudo em questões fiscais (LEITÃO E SANTOS, 2013: 101, nt. 27). No segundo caso, o bispo foi assassinado por uma facção do exército conquistador. Não é de descartar a hipótese de esta morte ter sido previamente decidida, enquadrada na disputa religiosa entre cristãos do Norte e cristãos do Sul, sobretudo depois de verificados os casos conflituosos de Toledo e de Coimbra, mas essa interpretação não é autorizada pelo registo cronístico. Segundo o testemunho de R., o episódio passa-se num quadro de aparente anarquia e de matança indiscriminada, protagonizado por grupos específicos de cruzados que desrespeitaram o acordo que haviam firmado com D. Afonso Henriques.

A morte do prelado moçárabe foi um duro golpe para a comunidade cristã autóctone, que havia convivido com o poder islâmico durante séculos, mas não

significou o seu fim imediato. Ela interrompeu uma lista de bispos cristãos que, para já, é impossível de sistematizar. Com efeito, não se conhece um único titular da cátedra episcopal moçárabe durante mais de quatro séculos, à exceção do bispo *Hildefonsus*, mencionado numa inscrição resgatada em Faião e hoje conservada no Museu Arqueológico de Odrinhas e que pode associar-se a Lisboa por proximidade geográfica. Para além disso, só se tem certeza factual sobre a permanência do episcopado olisiponense em 1049-1050 e em 1147. Não obstante esta evidente escassez de referências de natureza documental, recentes abordagens procedentes da história da arte e da arqueologia têm vindo a revelar uma história que permanecia «oculta», como José Mattoso se referiu ao rasto histórico deixado pelos moçárabes e sobre eles (MATTOSO, 1990: 34). Graças a estes avanços, é já hoje possível traçar um quadro evolutivo acerca da vitalidade dos cristãos olisiponenses sob domínio islâmico e questionar qual o papel desempenhado pela estrutura eclesiástica nessa evolução.

As notícias sobre os primeiros tempos da cidade muçulmana adivinham uma aniquilação em marcha das comunidades cristãs e seus locais de culto. Ficou célebre a passagem atribuída a Ahmad al-Razi a respeito da estratégia conquistadora de Abd al-Rahmann I no Ocidente peninsular, glorificando aquele autor a figura do emir, ao afirmar que “este nunca allegó en Espanya á buena iglesia que la non destruyesse” (GAYANGOS, 1850: 33, §29). Está adquirido pela crítica historiográfica que o registo cronístico medieval não pode ser assumido sem reservas e idêntica atitude tem de ser adotada em relação à suposta radicalidade com que Abd al-Rahmann I tratou os cristãos nas palavras de al-Razi (cujo texto, de resto, só chegou até nós por via indireta, segmentado e interpolado em produções literárias castelhanas e portuguesas – cf. VIGUERA MOLINS, 1995: 40, entre outros). A maior parte dos historiadores, todavia, aceita que o emir lançou uma ofensiva contra algumas comunidades cristãs do Ocidente peninsular, onde se inclui Lisboa, diferindo, todavia, em matéria de motivação, conteúdo e datação dos acontecimentos. É possível que as campanhas mais destrutivas contra Lisboa tenham ocorrido no final do seu reinado (PICARD, 2000: 101) e não ao redor de 763, como já foi admitido, no contexto de uma revolução pró-abássida que percorreu parte considerável do Ocidente peninsular (PICARD, 2001: 89; REAL, 2015: 46). Ao que tudo indica, as comunidades cristãs das zonas mais ocidentais da Península deviam usufruir de uma autonomia concreta, e há a possibilidade de terem estabelecido contactos de proximidade com o reino das Astúrias (PICARD, 2000: 101; BARROS, 2000: 248; FERNANDES, 2007: 39; REAL, 2014: 315) e, desde pelo menos a década de 60, com outros rebeldes de Mérida (REAL, 2015: 46). Não obstante continuarem a existir dúvidas sobre a data e a

motivação destas incursões, nas quais Lisboa ocupa papel relativamente secundário, todos os autores aceitam que Abd al-Rahmann I tenha ordenado a destruição de igrejas, dando crédito, assim, a parte importante da versão cronística legada por Al-Razi.

É ainda largamente desconhecida a cidade visigótica que as tropas islâmicas encontraram no século VIII. Os dados mais concretos sobre a progressão do cristianismo em *Olysipona*, nome pelo qual a antiga cidade romana de *Olisipo* foi conhecida durante a Alta Idade Média, sugerem um crescimento ao redor do século VI (época a que pertencem também as informações mais concretas a respeito da vitalidade do seu episcopado, sobretudo a partir da presença do bispo Paulo (589) no III Concílio de Toledo), mas os vestígios materiais dessa progressão são ainda pouco esclarecedores (síntese em FERNANDES, no prelo). No centro da cidade, é apenas possível, para já, assegurar a existência da igreja de São Mamede, de onde procede um conjunto de impostas (fragmentos de friso) decoradas com cruzetas diagonais (expostas no Museu de Lisboa – Teatro Romano) e um fragmento de tampa de sepultura ornamentado com cruz pátea e inscrição dentro de medalhão (DIOGO, 1994: 232 e BARROCA, 2000: III, 48). A este templo associava-se certamente uma área cemiterial, mas nada mais se sabe acerca da suposta catedral de época visigótica e de outras igrejas no interior da cidade. No sector periurbano, e não obstante a tradição que aponta para a existência de templos de conteúdo martirial em Santos-o-Velho e em Chelas, somente sobre este último existe alguma informação material, em concreto um fragmento de sepultura dada a conhecer por Inácio de Vilhena Barbosa (1862-1865: ano VII, 376), alusivo à tumulação de *Marturus* (DIAS E GASPAS, 2006: 235-237). Quanto a Santos, a análise aos restos osteológicos dos supostos mártires olisiponenses assassinados no início do século IV (Veríssimo, Máxima e Júlia), que se conservam num cofre entretanto depositado no mosteiro de Santos-o-Novo, aponta para a primeira metade do século VI (ANTUNES E CUNHA, 1991: 30 e 35), o que inviabiliza a sua atribuição àqueles supostos santos fundadores do cristianismo olisiponense, ao mesmo tempo que sugere a revitalização do seu culto em pleno século VI. Também a cronologia suevo-visigótica para uma imposta quadrangular aparecida na antiga sacristia da igreja de Santos-o-Velho e hoje exposta no Museu Arqueológico do Carmo (afirmada por ALMEIDA, 1966-1967: 228) não está provada.

A escassez de dados com que a investigação se depara para caracterizar a cidade suevo-visigótica não se altera em relação à urbe dos primeiros séculos de domínio islâmico. Aparentemente integrada de forma pacífica, possivelmente através de pacto de submissão (CHALMETA, 1994: 196; PICARD, 2001: 90; CATARINO, 2005:

200; REAL, 2014: 315), Lisboa terá gozado de elevado grau de autonomia, pelo menos durante o emirato (756-929). Já se referiu a hipótese de a cidade ter tido relações políticas com as Astúrias no final do século VIII e há notícia de várias revoltas que afetaram o seu território na centúria seguinte. A primeira aconteceu logo em 807 e teve Beja como epicentro, registando-se uma marcha dos revoltosos sobre Lisboa (COELHO, 1996: 272; este episódio não foi mencionado por MACIAS, 2005). A segunda terá ocorrido em 808 ou 809 e foi protagonizada por Tumlus, rebelde de provável origem iemenita que se apoderou de uma extensa região entre Lisboa e Coimbra – aparentemente a mesma anteriormente concedida a Aidulfo de Conimbriga, de acordo com o testemunho de Ibn Hayan (cf. PICARD, 2005: 73) – e sobre o qual foi já colocada a hipótese de ligação às Astúrias e ao rei Afonso II (PICARD, 2005: 74; datas menos consensuais para esta revolta em MACIAS, 2005: 819). Em 844, a cidade foi assolada por normandos, admitindo-se uma certa destruição da urbe e dos campos envolventes (COELHO, 1996: 272). Segundo alguns autores, a fragilidade de Lisboa nesta ocasião, mas também a relevância estratégica do seu território, terão motivado uma maior atenção por parte das autoridades de Córdoba (PICARD, 2001: 91). Da segunda metade do século IX chegaram duas notícias. A primeira diz respeito ao célebre Ibn Marwan, que o autor do *Itinerario cultural de Almorávides y Almohades* (TRIKI, 1999: 239) admitiu ter passado por Lisboa em 876, tendo então saqueado a urbe (ALARCÃO, 2013: 142 admitiu esta incursão, embora sem atribuir uma data concreta). Finalmente, alguns autores sugerem que o governador islâmico da cidade se terá revoltado contra Córdoba em 886 (SERRA, 2008: 26).

Esta rápida digressão pelas notícias relativas a Lisboa no século IX ilustra o estado de incerteza em que a investigação se encontra, mesmo para matérias estruturantes de caracterização histórica como o vínculo civilizacional da cidade ou a sucessão na estrutura de liderança. Nenhuma das notícias acima mencionadas refere a presença da comunidade cristã. E o registo material até agora revelado por escavações e achados fortuitos não permite atribuir qualquer peça aos primeiros tempos de dominação islâmica. É possível que um fragmento de friso (ou imposta) identificado por Irisalva Moita nas demolições de um prédio na Rua da Saudade (MORTA, 1970: 57-58) e depositado no Museu de Lisboa – Teatro Romano corresponda a este período de transição. Já tive ocasião de salientar a singularidade da decoração vegetalista que percorre a face maior desta peça (composta por dois motivos alternados – uma palmeta de seis folhas, aberta em leque, e o que parece ser uma árvore estilizada com terminações em voluta), que não encontra paralelo na restante produção local de épocas visigótica e moçárabe (FERNANDES E FERNANDES, 2014: 228-229). É também possível que corresponda

a este período o grande lintel que foi incorporado na Cerca Moura e que hoje se pode observar na cafetaria da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva (FRESS). A peça, com cerca de 1,50m de comprimento, aguarda um estudo comparativo dos muitos temas que compõem a sua decoração (primeira abordagem a este elemento em PATORNILHO E PEREIRA, 2013, inédito, autoras que o catalogaram como peça de época visigótica). Ao centro, exibe-se uma cruz patada, que é acompanhada, de ambos os lados, por três outros segmentos ornamentais: dois círculos dentro dos quais se esculpíram rosetas de seis pétalas e perlas com botão central, e uma solução geométrica com sequências de cruzetas diagonais. A sua atribuição a comunidades moçárabes locais anteriores ao califado de Córdoba foi já sugerida por Manuel Luís Real (2014: 320), hipótese também aqui defendida, tendo em atenção o carácter relativamente rudimentar da peça, que está ainda longe das produções mais refinadas do moçarabismo lisboeta que se abordará de seguida.

O panorama de invisibilidade da comunidade moçárabe lisboeta inverte-se ao longo do século IX. Existem razões para pensar que, durante praticamente dois séculos, a comunidade cristã da cidade não só floresceu, como se tornou num dos principais focos de moçarabismo europeu. É a essa relativamente longa conjuntura de vitalidade que se deve atribuir o facto de Lisboa ter fornecido o melhor conjunto artístico de época moçárabe conservado na Península Ibérica. Mais uma vez, não chegaram até nós referências diretas à sua diocese nem são conhecidos nomes de eventuais titulares da cátedra episcopal para os séculos IX e X. Em contrapartida, a qualidade, quantidade e dispersão de vestígios materiais que se podem catalogar como moçárabes (mapa 3) assegura a este período um protagonismo evidente por parte dos cristãos lisboetas. Não me irei deter no complexo processo de análise formal comparativa que levou ao reconhecimento da excecionalidade do núcleo moçárabe de Lisboa, autonomizando-o historiograficamente das análises sobre arte de época visigótica (síntese recente em REAL, 2014: 311-322, com abundante bibliografia sobre o tema). Centrar-me-ei na perspectiva evolutiva possível e no que os vestígios até agora identificados (11 peças no total, a que se juntam quatro de mais duvidosa catalogação) podem dizer a respeito da relevância cristã na Lisboa islâmica e seu impacto urbanístico.

O elemento mais antigo parece ser um fragmentado lintel epigrafado, em mármore, procedente da Praça Nova do Castelo de São Jorge, que apareceu embutido num muro medieval (fig. 5). O campo epigráfico, inscrito em cartela rectangular, é delimitado por moldura irregular decorada a buril, que tem paralelos na orla inferior de uma aduela de arco conservada na igreja de Santo Amaro de Beja (TORRES, CORREIA E BORGES, 1993: 90, fig. 58) e em produções islâmicas cordovesas. A inscrição está truncada, mas o seu conteúdo não deixa dúvidas



acerca da natureza cristológica que evoca: “(alfa; crísmo; omega) *Adiubante Chr(ist)o* (monograma?; omega; alfa) [...]” (leitura de GUERRA, 2006: 291). Mário Barroca, que aceitou comentar esta peça em dezembro de 2013, sugeriu uma datação a rondar os séculos IX-X, cronologia avançada também por Manuel Luís Real (2014: 317). O facto de a inscrição ter aparecido no castelo, numa zona relativamente periférica e ainda mal conhecida em época califal, não pode deixar de surpreender, tendo em conta que, aquando da realização daquele lintel (e da igreja onde se incluía), Lisboa estava (nominalmente) vinculada ao domínio islâmico há, sensivelmente, um século e meio / dois séculos. Quer isto dizer que, na transição para o século X, foi permitido aos cristãos lisiponenses reformarem ou construírem um edifício de culto num dos locais mais próximos da medina (onde mais naturalmente estaria instalada parte da elite dirigente da cidade), cujo presumível lintel da porta principal, que abria para uma área urbana pública, ostentava o nome de Cristo em destaque.

Desse templo, que pode ter antecedido a igreja de Santa Cruz do Castelo (como sugere REAL, 2000: 52; REAL, 2014: 317; também MATOS, 1999: 33), procedem outros materiais, designadamente dois fragmentos de um friso que



Fig. 5. Lintel epigrafo encontrado nas escavações da Praça Nova, séc. IX [atr.]. Mármore, Lisboa, Castelo de S. Jorge, n.º inv. CSJ 4442.

decorava o alçado interior da capela-mor (agradeço o conhecimento destas peças a Alexandra Gaspar e a Ana Gomes, que me permitiram estudá-las em março de 2015). Realizações de assinalável qualidade (sobretudo pelo rigor com que foram talhadas para serem embutidas na caixa murária, revelando um tratamento impecavelmente polido das superfícies superior e inferior), a face que ficava voltada ao interior da abside exibe uma decoração já conhecida desde a época visigótica, composta por uma série sinusoidal horizontal, da qual brotam, alternadamente, cachos de uvas e palmetas de cinco folhas. A ocorrência deste tema na arte dos séculos V a VII poderia remeter a peça para contextos visigóticos, mas o motivo aparece com idêntico tratamento em outro fragmento de friso de um templo lisiponense, o designado *friso dos leões* do antigo mosteiro de Chelas (fig. 6), hoje exposto no Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa. É flagrante a semelhança entre o friso procedente do Castelo de São Jorge e a orla inferior da peça de Chelas, o que sugere que ambas tenham sido produzidas na mesma oficina e sejam, por isso, contemporâneas entre si. A fortuna crítica desta peça é muito rica e quase todos os autores coincidem nas analogias bizantinas e/ou califais, ao mesmo tempo que se pronunciam por um afastamento da chamada arte visigótica (síntese historiográfica em FERNANDES, 2005: 267-270). Leituras mais recentes têm chamado a atenção para a ocorrência da haste sinusoidal com cachos de uvas e palmetas em estuques omíadas logo no século VIII (REAL, 2014: 318 e 348) e para o fundo islâmico da composição dos leões afrontados, colocados de perfil em torno de uma estilizada árvore da vida, que



é também frequente em tecidos e marfins produzidos em contextos islâmicos (REAL, 2014: 320). Pela minha parte, tenho insistido na relação compositiva com a produção têxtil bizantina, uma vez que o modelo de leões parece decalcado de um tecido hoje conservado no Diöcezanmuseum de Passau (Alemanha) (Fernandes, 2002b: 69).

Os têxteis bizantinos são também a influência dominante nos pilares do antigo mosteiro de Chelas e da Casa dos Bicos (fig. 7), o primeiro dos quais descoberto no subsolo da igreja, “abrindo-se os alicerces da Capella-Mór” (AZEVEDO, 1652: lv. III, 34). A circunstância de estes dois pilares, praticamente idênticos entre si, terem surgido em pontos tão afastados da cidade merece alguma ponderação, sobretudo tendo em conta a dispersão de materiais catalogáveis como moçárabes na zona ribeirinha da cidade medieval. Fernando de Almeida supôs que ambos procedessem do mosteiro de Chelas e que, por algum acaso e em altura incerta, um deles tivesse sido integrado numa obra na Casa dos Bicos (ALMEIDA, 1958: 8-9). Nos meus textos mais recentes, tenho assumido esta perspectiva (FERNANDES, 2015: 207), embora reconheça que Luiz Marinho de Azevedo se referiu apenas ao aparecimento de um pilar aquando das obras de início do século XVII na cabeceira da igreja de Chelas. Não é de descartar, todavia, que se tenha registado a construção de um templo cristão na zona baixa da cidade (eventualmente no sítio onde, séculos depois, se construiu a sé românica, como supõe REAL, 1998: 49 e 51), ao mesmo tempo que se erguia a obra moçárabe de Chelas, e que ambos os estaleiros tenham recorrido aos mesmos modelos e à

mesma oficina escultórica. O assunto não está encerrado. Por vicissitudes várias, os dois pilares estão (re)unidos no Museu Arqueológico do Carmo, onde deram entrada em alturas diferentes (1898 e 1942). O estudo que tive ocasião de efetuar sobre a riqueza da sua escultura e iconografia (que tem origem no imaginário sassânida da Alta Idade Média, como provou HOPPE, 2000: 315-316), levou-me a concluir que o produto final ali observado corresponde à transposição para a pedra de um modelo praticamente idêntico aplicado num tecido bizantino do século x, hoje conservado no National Design Museum de Nova Iorque (FERNANDES, 2005: 275; 2015: 208; também REAL, 2000: 52 e 2014: 320 e 347).

O espólio escultórico do antigo mosteiro de Chelas representa a dimensão mais deslumbrante do moçarabismo lisboeta. Para o que interessa discutir neste texto, estas obras certificam um grau de requinte, monumentalidade e internacionalização (certamente por via marítima) que não cessa de surpreender, ao mesmo tempo que comprovam a importância dos cristãos lisboetas e respectivos locais de culto. Já se mencionou o facto de Chelas ter ocupação cristã desde, pelo menos, o século vi. O conjunto arquitetónico foi alvo de uma ampla reforma criticamente datada entre finais do século ix e os meados da centúria seguinte. Vários autores têm salientado a tradição de deposição de relíquias de Santo Adrião, Santa Natália e demais companheiros no final do século ix, incluindo-se Lisboa no itinerário dos nobres asturianos que, vindos do Oriente, traziam relíquias daqueles santos (AZEVEDO, 1652: lv. IV, 204), as quais vieram dar origem à igreja de San Adrián de Tuñón, tradicionalmente sagrada em 891, mas com reservas por parte da historiografia atual (ADÁN E CABO, 1992: 207). Mário de Gouveia (2007: 394 e 398, nt. 26), no entanto, salientou a falta de informação alto-medieval sobre o culto a estes santos em Chelas e, embora subsistam outros indícios que sugerem uma renovação moçárabe do culto a partir da deposição de relíquias daqueles santos, em



Fig. 7. Pilar do antigo Mosteiro de Chelas, séc. IX-X, calcário.
Lisboa, Museu Arqueológico do Carmo, n.º inv. Esc. 404).
© DGPC/ADF. Foto: José Pessoa.

particular uma desaparecida lápide, cujo desenho foi publicado por Inácio de Vilhena Barbosa (1862-1865: ano VII, 376), na verdade faltam dados de natureza histórica que contextualizem a obra moçárabe de Chelas, para lá das evidências estilísticas dos materiais associados a esse período (síntese em FERNANDES, 2009: 75-77).

A ampla renovação moçárabe que se adivinha no mosteiro de Chelas foi acompanhada por outras obras dentro do perímetro citadino. Os materiais que ainda se conservam na sé de Lisboa e outros que têm aparecido na antiga zona ribeirinha, num raio alargado mas que acompanha genericamente o traçado da Cerca Velha (cf. mapa 3), asseguram ao patrocínio moçárabe um conjunto de obras de difícil caracterização, mas que poderá associar-se a um grande templo, possivelmente a própria sé cristã em tempos de domínio islâmico (como sugere REAL, 1998: 49), ou, tendo em conta a grande dispersão de materiais, a mais que uma igreja.

Os mais importantes vestígios procedem da sé, em cuja obra românica se reaproveitaram materiais moçárabes. A *placa do paraíso* (fig. 8), assim chamada por, em dois arcos concheados que a integram, terem sido esculpidos dois cordeiros em primeiro plano, que se associam, num plano secundário, a um elemento vegetal que pode ser catalogado como árvore da vida (FERNANDES, 2002b: 79-81) revela analogias artísticas com a produção cordovesa de marfins e outras realizações omíadas peninsulares de inícios do século x, sendo recorrentemente citado o paralelo formal que denota com uma placa do alcácer de Córdoba que

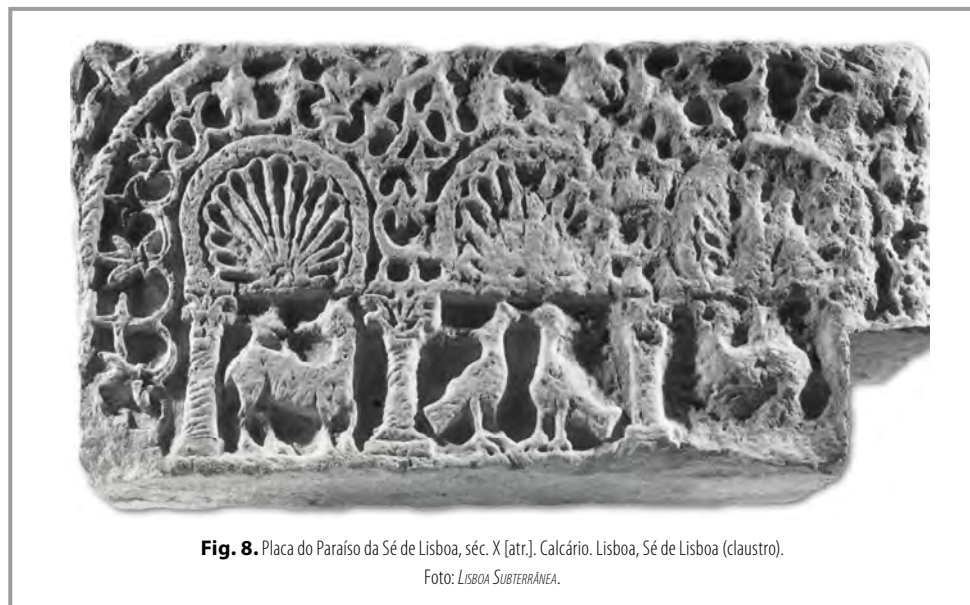


Fig. 8. Placa do Paraíso da Sé de Lisboa, séc. X [atr.]. Calcário. Lisboa, Sé de Lisboa (clauastro).

Foto: LISBOA SUBTERRÂNEA.



Fig. 9. Imposta com decoração vegetalista, séc. X [atr.]. Calcário. Lisboa, Sé de Lisboa (claustro).
Foto: Paulo Almeida Fernandes.

atualmente se expõe no Museu Arqueológico Nacional de Madrid (REAL, 1998: 80). Ainda que possivelmente posterior às obras de Chelas – a *placa do paraíso* tem vindo a ser datada já da segunda metade do século X e denota um tratamento mais cuidado e profundo do campo escultórico (REAL, 2000: 198, entre outros trabalhos do autor) –, este provável frontal de altar repete, recorrendo a outros modelos, uma mesma iconografia do paraíso que percorre as realizações artísticas do moçarabismo lisboeta (os leões guardiães da árvore da vida no *friso dos leões* e os *simorghs*, pássaros fantásticos que, na tradição sassânida, vivem no topo da árvore da vida), chegada ao extremo ocidental do mundo medieval graças ao sucesso dos tecidos bizantinos, circunstância que se fez também sentir na tendencialmente anicónica arte asturiana do século IX (FERNANDES, 2015: 207-216).

A sé de Lisboa forneceu mais dois fragmentos, ambos de grande relevância para a caracterização artística do moçarabismo local. Uma imposta (fig. 9), atualmente conservada nas reservas da catedral, no claustro, exibe um motivo vegetalista muito homogêneo, composto por sequências do que pode considerar-se um desenho de “maçãs”, definidos por dupla aresta, intercalados superiormente por palmetas trifólias, sendo a composição delimitada por um pouco relevante encordoado em aspa. A atribuição da peça a contextos moçárabes não oferece dúvidas (REAL, 2000: 52) e, adiante, ver-se-á como esta decoração foi copiada, sensivelmente na mesma altura, no importante conjunto escultórico de Faião (concelho de Sintra). A outra peça está incorporada num dos contrafortes meridionais da secção ocidental da catedral (fig. 10). Trata-se de uma peça de grandes dimensões, que na origem deve ter sido um elemento arquitetónico romano de assinalável monumentalidade, possivelmente uma cornija ou outro segmento de entablamento. Pelo menos uma das faces foi reutilizada em época moçárabe,

altura em que deve ter sido transformado em placa de cancela / frontal de altar no complexo jogo de *eikonosthakis* (iconostases) da liturgia hispânica observada nos templos moçárabes. Na escassa superfície visível observam-se dois elementos escultóricos que aproximam a peça da *placa do paraíso*: dois arcos concheados, delimitados por moldura encordoada, constituindo esta recorrente relação entre temas que aparecem em diferentes peças deste núcleo uma das marcas dos *ateliers* moçárabes de Lisboa.

As peças encontradas na zona mais baixa da cidade, junto ao rio Tejo, apresentam uma decoração essencialmente geométrica, mas de grande variedade compositiva e evidente qualidade. O segmento de cancela (fig. 11) encontrado na Rua dos Bacalhoeiros, e que se conserva no Museu de Lisboa – Palácio Pimenta, é uma dessas obras. Exibe um “horror ao vazio” que caracteriza os pilares do mosteiro de Chelas e da Casa dos Bicos e tem a particularidade de conter uma moldura quadrilobada, em cujo interior se esculpiu uma águia (de que resta a cauda em forma de concha e as duas garras) que segue fielmente modelos bizantinos do mesmo período, designadamente uma placa do século x do Museu Britânico, em Londres (FERNANDES, 2009: 90). Nas bandas laterais da peça vêem-se os motivos de “maçãs” que se encontram na imposta da sé de Lisboa, bem como as palmetas trifólias, aqui tratadas de forma mais exuberante, como verdadeiros arbustos, uma vez que o escultor dispôs de mais espaço para elaborar o tema.

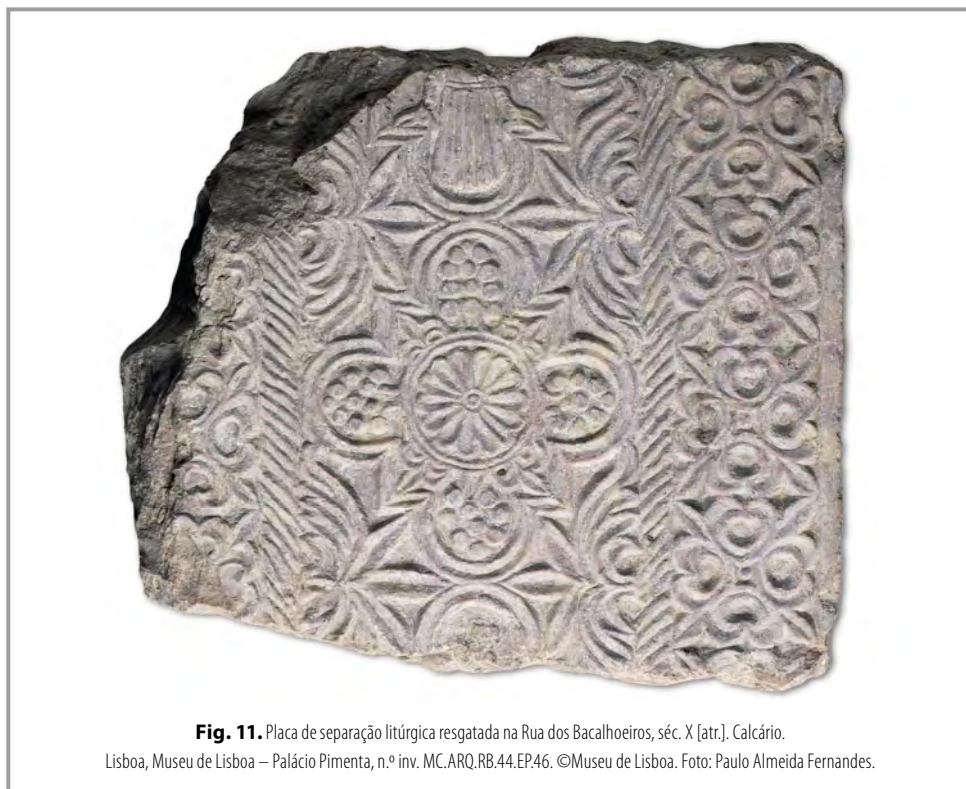
A antepenúltima peça que menciono a propósito dos moçárabes de Lisboa foi descoberta mais recentemente (devo o seu conhecimento a Maria Antónia Athayde Amaral, que me permitiu estudá-la e publicá-la em primeira mão, FERNANDES, 2009: 72-77). Ela cobria um bocal da cisterna do Chafariz d’el Rei e tem a particularidade de ser decorada em ambas as faces, ainda que uma delas esteja muito gasta, certamente por ter servido de soleira ou mesmo de pavimento. Está fragmentada em todos os quatro lados, tendo essas fraturas sido determinadas pela intenção de se obter um elemento quadrangular adaptado ao bocal do que provisoriamente penso ter sido o solo da obra gótica do chafariz. Na origem, tratar-se-ia, com probabilidade, de uma grande cancela litúrgica (fig. 12), elemento de separação física incorporado numa *eikonosthasis* (iconostase) que separaria o cruzeiro da nave central ou, mesmo, a abside do cruzeiro. O facto de a peça ter recebido a mesma decoração em ambas as faces indica que foi concebida para ser vista dos dois lados, figurando assim num local de grande visibilidade num perdido templo da zona ribeirinha da cidade. O fragmento corresponderia à zona superior esquerda da peça, pois ainda exhibe a saliência para se adaptar provavelmente à caixa murária a que estava aplicada e, no reverso, é ainda bem visível a moldura que limitava a composição escultórica. O facto mais

curioso é que a decoração escolhida tem evidentes analogias formais com outras obras moçárabes locais. É o caso do que poderia ser uma bandeira de arco concheada, de que apenas se conserva uma pequena parte (que recorda a *placa do paraíso* da sé de Lisboa), ou uma sucessão regular de composições geométricas formadas por rosetas quadrifoliadas inscritas em losangos, que alternam com soluções vegetalistas triangulares, esquema que tem paralelo formal imediato na chamada *placa dos losangos*, atualmente exposta no Museu Arqueológico do Carmo.

A frequente utilização de temas comuns em peças de distintas procedências é uma marca do núcleo artístico moçárabe lisboeta que uma análise mais profunda revela, para lá da erudição, coerência iconográfica e qualidade escultórica que estudos recentes têm salientado. Com base no reportório temático, é possível sugerir estar-se na presença de produções saídas de uma mesma oficina, ativa durante algumas décadas (possivelmente ao longo de mais que uma ou duas gerações de artistas) e que teve a seu cargo um amplo programa de construção/renovação do conjunto de edifícios ao serviço da comunidade cristã durante o século x. Este programa atuou sobre a área mais alta da cidade (paredes meias com o castelo) e teve continuidade na zona ribeirinha (com um ou mais templos entre a atual sé românica e a Cerca Velha). Este impressionante período de fulgor teve a sua melhor manifestação (pelos dados conhecidos) no mosteiro de Chelas, instituição religiosa periurbana que polarizaria um núcleo populacional cristão importante para a cidade alto-medieval. É ainda possível que outras obras se tenham registado em Santos-o-Velho, outro mosteiro periurbano de ancestral importância para o cristianismo local, e na igreja de São Cristóvão, anteriormente designada por Santa Maria de Alcamim e cujos alicerces revelam ainda restos de aparelho medieval, porém sem elementos de datação aproximada. A igreja



Fig. 10. Possível cancela (ou frontal de altar) reaproveitada nos alicerces do sector sudoeste da catedral românica de Lisboa, séc. X [atr.]. Calcário. Lisboa, Sé de Lisboa. Foto: Paulo Almeida Fernandes.



localizava-se fora de portas, abrindo para o arrabalde ocidental. O topónimo Alcamim deve ser entendido como “caminho” (REI, 2005: 28-29), tendo em atenção que o templo ficava junto a uma das mais importantes portas da cidade e na estrada que se dirigia para Norte.

Infelizmente, a visibilidade da comunidade moçárabe não tem correspondência com o que se conhece da cidade islâmica. É até paradoxal o que se pode dizer em relação às marcas deixadas pelas distintas comunidades na Lisboa alto-medieval. Se, por um lado, é possível sugerir uma notável dinâmica do sector cristão, até com um percurso evolutivo a partir dos vestígios conservados, em relação às marcas deixadas pelos agentes vinculados ao Islão o panorama é pouco menos que desolador, sensação agravada pelo facto de ter sido a comunidade islâmica a dirigir a cidade e de, por isso, ter certamente promovido importantes alterações urbanísticas e emblemáticos projetos construtivos. Parte dos autores opta por salientar o registo cronístico, sistematicamente tardio, que elogiou a fertilidade dos campos, a riqueza natural ou a fácil ligação ao mar (FARINHA, 1994: 510; COELHO, 1996: 268-269; TORRES, 2001: 74).

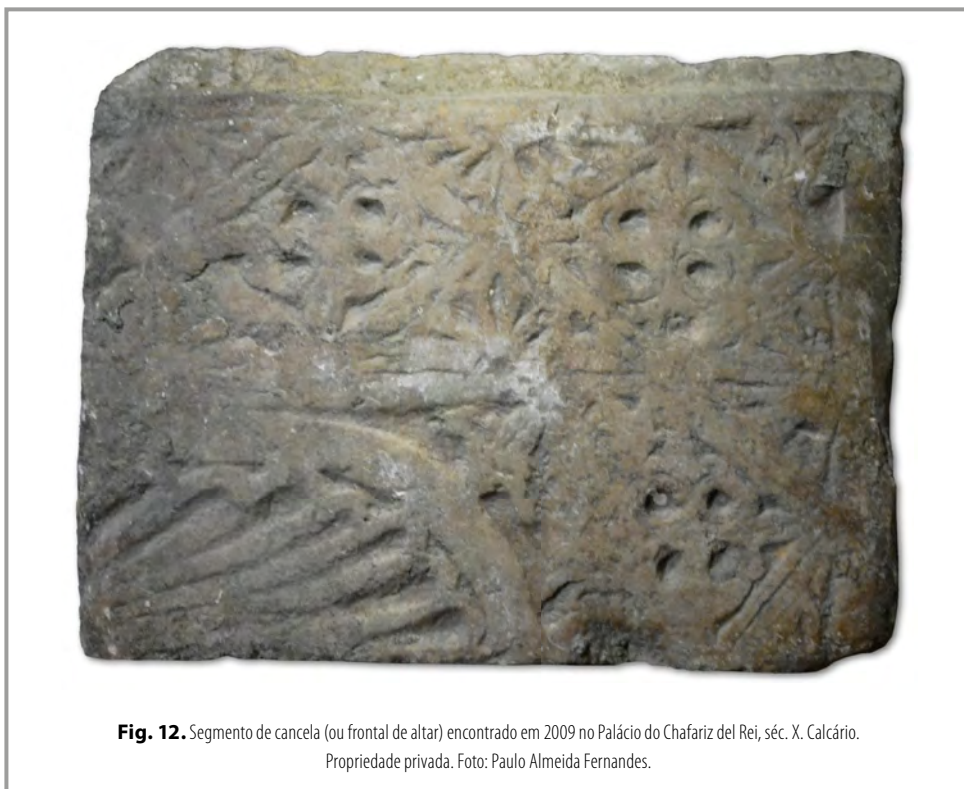


Fig. 12. Segmento de cancela (ou frontal de altar) encontrado em 2009 no Palácio do Chafariz del Rei, séc. X. Calcário. Propriedade privada. Foto: Paulo Almeida Fernandes.

O pouco que se conhece acerca da Lisboa islâmica permite propor que a cidade foi ganhando importância para o bloco islâmico à medida que avançou o século x. Prova disso é o facto de a urbe ter sido catapultada para uma posição fronteiriça por volta de 937, ano em que o governador escalabitano, aparentemente com o apoio da população, deixou de obedecer ao califa e pediu ajuda a Ramiro II, assim formando uma marca ocidental que, não obstante ter-se revelado efémera, separava os territórios em poder do Islão da cidade de Coimbra. Outro argumento para realçar a importância de *Al-Uxbuna* relaciona-se com a progressão do comércio marítimo, por oposição à lenta estagnação das rotas terrestres. O assunto tem sido estudado por Christophe Picard, que concluiu que a fortificação do litoral ocidental cresceu ao longo do século ix, em paralelo com a vitalidade da frota islâmica regional (PICARD, 1997: 99-100). E é importante ter em consideração que parte essencial do espólio escultórico moçárabe, atrás mencionado, só se explica pela relevância do comércio com o Mediterrâneo Oriental proporcionado pelas vias marítimas controladas pelos navios muçulmanos.

Esta é (um)a tendência autorizada pelos escassos dados disponíveis de natureza documental. Pouco ou nada se sabe sobre a cidade islâmica propriamente dita, embora ela tenha sido impactante o suficiente para, ainda hoje, marcar alguns bairros históricos, onde o casario e a malha urbana recordam um certo urbanismo islâmico. O sistema defensivo é também ainda escassamente conhecido. Já se admitiu que uma incursão de Ordonho III, em 953 ou 955 (MARQUES, 1988a: 81), possa ter destruído parte das muralhas que defendiam a urbe (PRADALIÉ, 1975: 15, COELHO, 1996: 275, ainda BARCELÓ, 2013: 173) e, pouco anos depois, em 965 ou 966, uma vaga notícia menciona uma expedição normanda que entrou pela foz do Tejo e que António Borges Coelho admite não ter conseguido conquistar a cidade (COELHO, 1996: 275). No entanto, é de salientar que, numa lista islâmica de 937, Lisboa aparece mencionada sem *madina* (BARCELÓ, 2013: 175), possível indicador de que a cidade não dispunha de um sistema defensivo eficaz ou sequer atualizado, ou, em alternativa, que não era verdadeiramente relevante para a estratégia global islâmica na Península naquela altura. Certo é que só em 985 é que se terá registado uma grande campanha construtiva na área do castelo, empreitada a que alude uma inscrição encontrada em julho de 1939 (SILVA, 1944: 100-101, n.º 7) e hoje visível no Museu de Lisboa – Palácio Pimenta. Trata-se de um letreiro comemorativo da “restauração” da cidade empreendida em tempo do califa Hisham II e terminada em abril de 985 (leitura de BARCELÓ, 2013: 172), que com probabilidade foi colocada em lugar de destaque na muralha do castelo, entre duas torres de grande relevância. De acordo com as arqueólogas que, há duas décadas, têm dedicado parte do seu labor a estudar o castelo, a estrutura da alcáçova e do castelejo “não diverge no fundamental do traçado de época islâmica” (GOMES E GASPAR, 2001: 397), embora os dados de procedência arqueológica sejam escassos, geograficamente limitados e apontem mais para cronologias do século XI que da centúria precedente. A mais completa publicação de dados sobre o castelo deve-se à equipa coordenada por Alexandra Gaspar e Ana Gomes (2001 e 2003). No mais recente destes contributos, as autoras passaram em revista as áreas escavadas e os principais materiais resgatados. Compreensivelmente, as fases islâmicas estão bastante representadas, mas não foi possível apresentar cronologias mais finas, à exceção das unidades estratigráficas onde se detetaram fragmentos de cerâmica pintada a branco, datável a partir de meados do século XI (2001: 120). As conclusões apontam, assim, para uma maior prevalência de vestígios do século XI, mas aguarda-se a apresentação integral dos dados por Ana Gomes.

Quanto à construção das muralhas, ou reconstrução, ou ainda reaproveitamento da cerca tardo-romana, os dados são menos fiáveis, tendo-se já admitido uma reconstrução do perímetro amuralhado após o ataque de Ordonho III

(AMARO, 1998: 62). As investigações coordenadas por Manuela Leitão em torno da Cerca Velha estão ainda longe de certificar a atribuição deste sistema defensivo à época islâmica, discutindo-se sobretudo qual o traçado da muralha em época tardo-romana e quais as parcelas que foram reutilizadas na etapa islâmica. As notícias relativas à muralha neste último período datam somente de meados do século XI. Al-Udri referiu-se apenas à porta das termas (ou de Alfama), mas Al-Bakri descreveu com maior pormenor a cintura, mencionando cinco portas e salientando a monumentalidade da maior dessas entradas, a porta ocidental (ou do Ferro) que, à altura, estaria “sobrepujada por arcadas sobre colunas de mármore, fixas em pedras de mármore” (transcrição de SIDARUS E REI, 2001: 46-47).

Em finais do século X, o bloco islâmico reorganizou-se em torno de al-Man-sur, circunstância que significou o primeiro grande revés para as forças cristãs do Norte peninsular, interrompendo-se uma progressão contínua que se havia iniciado, pelo menos, nos meados do século IX (síntese de dados para o território português em BARROCA, 2003: 27). Terá sido nessa lógica de coesão do Al-Andaluz que Lisboa recebeu importantes obras de fortificação, estruturando-se a parte alta da cidade como verdadeira alcáçova, onde passou a residir a elite dirigente (relembra-se que as casas com pátio e amplo compartimento a norte aberto por duplo arco em ferradura, identificadas arqueologicamente na Praça Nova, datam somente de meados do século XI).

As obras na alcáçova anunciam o destino de Lisboa no século XI: a de ser a mais importante cidade do Ocidente peninsular no momento em que os dois blocos que protagonizaram a (re)conquista se enfrentaram pela posse da linha do rio Tejo. Durante aquela centúria, Lisboa já seria a urbe mais populosa da faixa costeira ocidental em posse do Islão (TORRES, 2001: 76; também TRIKI, 1999: 236). Foi o período de maior esplendor da cidade islâmica, testemunhado pela atividade crescente de ulemas (teólogos do Islão) (FIERRO, 2007: 35) e também por uma imensa autonomia, quase uma cidade-estado (FERNANDES, 2004b: 63; síntese de dados históricos para a situação de Lisboa durante a época das taifas em REI, 2007). É possível que as obras de fortificação empreendidas ao tempo de Hisham I tenham tido continuidade, assumindo uma corrente historiográfica que a verdadeira construção do castelo islâmico (a alcáçova) tenha ocorrido no século XI. No restante espaço citadino antevê-se uma zona ribeirinha e portuária de grande intensidade (apesar de o cruzado que esteve presente na conquista de 1147 não mencionar a existência de barcos no porto, como notou PRADALIÉ, 1975: 18) e, a meia encosta, provavelmente no local da atual sé românica e ao seu redor, a zona comercial e a mesquita aljama, a principal da cidade (sugestão de MARQUES, 1988a: 83, entre outros autores posteriores). Do lado

ocidental, em associação com a zona portuária, estaria em marcha a constituição de um arrabalde de notáveis dimensões, cujos vestígios mais antigos integram tipologias cerâmicas em voga entre os séculos x e xiii (SILVA, GOMES E GOMES, 2013: 22). Pelo que foi até agora publicado pelo seu arqueólogo, era um bairro de urbanismo programado, tendencialmente ortogonal, cuja construção se deve situar na primeira metade do século xi (SILVA, 2012: 144 e 146). Ainda do lado poente, na direção do esteiro que desaguava no Tejo, existia outro arrabalde desde, pelo menos, o século x (BUGALHÃO E FOLGADO, 2001: 112), de caráter portuário e artesanal, certamente aquele onde se deram as primeiras escaramuças em 1147. Neste trecho ocidental da cidade, aquelas autoras identificaram uma área produtiva oleira de grande relevância, em plena laboração no século xi (BUGALHÃO E FOLGADO, 2001: 124-125). Do lado nascente da urbe, implantava-se o núcleo de Alfama que, como o topónimo indica, era uma área termal.

Desta dinâmica, que coincide com o cerca de século e meio de domínio final islâmico em Lisboa, restam todavia vestígios muito pobres acerca das grandes obras da cidade. Se do moçarabismo local chegaram até nós as peças e não a arquitetura a que estavam aplicadas, em relação à cidade islâmica propriamente dita chegaram mais vestígios arquitetónicos (sobretudo de caráter civil habitacional) e menos escultóricos. É o caso das já citadas casas da Praça Nova, cujos arcos geminados em ferradura se perderam, embora tenha subsistido alguma decoração parietal de grande relevância para a caracterização daquelas habitações da elite dirigente islâmica (LOUREIRO, 2017: 22). E é também o caso do grande edifício público, detetado no claustro da sé, que integra ainda parte da pintura parietal. A hipótese de se tratar da mesquita aljama de Lisboa (avanzada sobretudo por MATOS, 1999: 11), não foi ainda comprovada. Mas nada se sabe sobre os edifícios de culto, as *madaris* (escolas), os palácios dos estratos mais elevados da sociedade ou mesmo o sistema defensivo, para lá do que se pode supor da inscrição de 985 e das duas notícias da segunda metade do século xi, atrás citadas, que se referem à atual Cerca Velha. A invisibilidade religiosa islâmica tem, de resto, um curioso paralelo com os templos romanos da cidade: em ambos os casos adivinha-se uma paisagem plena de edifícios de culto mas, paradoxalmente, nenhum deles foi até ao momento detetado arqueologicamente, à exceção da provável mesquita sobre o criptopórtico romano da Rua da Prata (primeira notícia em CAESSA, NOZES & MOTA, 2016).

A crescente importância dos agentes islâmicos na cidade, que se intui ter sucedido ao longo do século xi (não apenas do ponto de vista social, mas também topográfico), tem sido argumento para sugerir que os moçárabes foram

progressivamente abandonando o espaço intramuros para se concentrar nas áreas urbanas e periurbanas do exterior da urbe. Esta teoria tem sido sugerida sobretudo por Manuel Luís Real (2014: 319; 2015: 69) e baseia-se numa evidência: a de que não subsistem vestígios materiais associáveis à vitalidade moçárabe, nem em número, nem em qualidade, comparáveis ao rico fenómeno cristão local do século x. Os argumentos contextuais ajudam a sedimentar esta posição. Com efeito, se na alcáçova existiu uma igreja dotada de lintel com símbolos cristológicos na transição para o século x, na centúria seguinte esse espaço foi densamente ocupado para solar da elite islâmica. Na área da sé, os dados de procedência arqueológica são menos claros, mas também aqui é de admitir que a ocupação moçárabe possa ter sido substituída por outra islâmica, de natureza ainda difícil de discernir.

Esta concentração de moçárabes em áreas marginais e periféricas não significa uma perda de relevância dos sectores cristãos na sociedade olisiponense. Pertence, aliás, ao século xi a menção a dois bispos que podem associar-se à cidade, não deixando de ser estranho que estas referências sejam conhecidas no momento em que cessam as informações de índole material.

A primeira notícia consta do *Códice Canónico Árabe* (1049-1050), coletânea escrita pelo presbítero Vicente, possivelmente de Toledo, e dedicada ao bispo Abdemalic, titular arabizado de uma diocese ainda não identificada. Os dados reunidos neste documento provam como as dioceses moçárabes eram mais numerosas do que se poderia pensar e estavam estruturadas em rede (identificam-se nada menos que 62 dioceses, agrupadas em seis províncias). Só para a área ocidental da Península Ibérica sob domínio islâmico, o *Códice* menciona a existência de 13 dioceses, incluindo Lisboa, o que prova a vitalidade do moçarabismo eclesiástico em áreas largamente islamizadas.

A segunda notícia menciona expressamente o nome de um bispo, mas não é certa a sua relação com Lisboa, embora essa seja a interpretação mais provável. Ela consta de uma inscrição que foi resgatada no lugar de Faião (conc. de Sintra) (fig. 13 e 14), sítio de onde procede o mais importante conjunto de lintéis epigrafados alto-medievais da região de Lisboa, criticamente datado do século x (BARROCA, 2000: II, 54-66). Este notável conjunto apresenta grande homogeneidade epigráfica e a sua uniformidade é sublinhada pelo facto de todos ostentarem uma cruz patada inscrita em medalhão, de cujos braços pendem as letras α e ω . Estas características asseguram que as peças são contemporâneas entre si e que foram realizadas ao abrigo de um programa construtivo unitário. Mais difícil é esclarecer a disposição original no conjunto monumental cristão de que fizeram parte. Durante algum tempo, assumiu-se que poderiam ter feito parte



de três templos organicamente relacionados entre si, do qual fariam parte uma igreja dedicada à Virgem Maria, um batistério consagrado a São João [Baptista] e uma igreja martirial alusiva a São Miguel e Santo Adrião (Real, 1995: 59). Tratando-se de uma igreja tardia, é mais natural que os lintéis fossem aplicados a capelas particulares dentro de um mesmo templo (BARROCA, 2000: II, 65-66), refletindo assim a multiplicação de altares que caracteriza a religiosidade peninsular moçárabe, asturiana e leonesa (esta última, pelo menos até 1080). Resta, todavia, a dificuldade em contextualizar num mesmo edifício inscrições alusivas ao Salvador e à Virgem Maria, podendo a igreja ter sido dedicada ao Salvador e conter um altar secundário dedicado a Maria.

Apesar de todas estas peças parecerem ter pertencido a um mesmo conjunto religioso moçárabe, ativo nos séculos X e XI – a que se devem juntar um capitel e dois outros lintéis apenas decorados –, é provável que a inscrição que menciona o bispo seja posterior à construção do monumento (REAL, 1995: 59). Com razão Jorge de Alarcão argumentou sobre esta possibilidade, destacando o facto de o lapicida se ter confrontado com uma pedra que estaria integrada na caixa murária do edifício e, presumivelmente, a “altura pouco conveniente para o trabalho”, bem como salientando a irregularidade das regras e a circunstância de se ter desbastado muito superficialmente o anterior letreiro romano que serviu de base à inscrição alto-medieval (ALARCÃO, 2008: 118). Estas características, que foram já consideradas decadentes e desajeitadas, contrapõem-se à qualidade e harmonia dos lintéis epigrafados, produtos saídos de uma oficina especializada e incluídos num coerente e complexo programa construtivo.

A inscrição, que parece ter ficado incompleta, menciona o nome do prelado *Hildefonsus*, mas revela mais que apenas o seu nome: “IN NOMINE DomiNI N(o)S(tr)I HI(es)U(s) XPI / EGO EP(isco)BUS VESTER HILDEFON[s]U(s)” (adota-se a leitura de BARROCA, 2000: II, 54). Com efeito, o bispo é aqui nomeado como “*vester Hildefonsus*”, fórmula que alude a um implícito estatuto de antiguidade e até de autoridade, uma maneira peculiar de como aquele bispo se via a si próprio (ou alguém por ele) no momento em que a epígrafe foi realizada. Ainda que não se esteja na posse de dados que permitam uma mais fundamentada aproximação ao assunto, é lícito supor que *Hildefonsus* terá sido relegado para uma condição secundária, eventualmente uma espécie de exílio, desapossado da sua cátedra (em Lisboa?) e refugiado em Faião. Desconhecem-se as circunstâncias que determinaram este desfecho, mas é possível que tenha havido uma cisão no episcopado moçárabe local, tendo *Hildefonsus* sido preterido em vida por outro titular, ou que as mudanças tenham ocorrido por forças externas. Foi mais uma vez Jorge de Alarcão que alertou para a possibilidade de se ter imposto um bispo estranho à comunidade moçárabe lisboeta após a entrada da cidade na esfera leonesa em 1093 (ALARCÃO, 2008: 119). Nessa data, os novos senhores da urbe estavam ligados à verdadeira refundação religiosa do reino de Leão, verificada após o concílio de Burgos (1080). A cidade foi entregue ao conde Raimundo que, por sua vez, a confiou a um influente nobre portugalense, Soeiro Mendes da Maia (síntese sobre a conjuntura militar em AMARAL E BARROCA, 2012: 115-116). No contexto de “continentalização” religiosa do sector setentrional da Península Ibérica, então em marcha, e que graves resultados haveria de ter em Toledo e em Coimbra, é natural que se tenha pretendido impor um novo prelado. É plausível, assim, que o bispo moçárabe, confrontado com uma disputa de poder que dificilmente poderia ganhar, se tivesse retirado para uma zona periférica da sua diocese, e tenha querido ser recordado para a posteridade como bispo antigo, assim simbolizando a sua legitimidade no cargo, possivelmente consciente de que era o último numa longa linha de prelados cristãos que prosperaram sob o domínio islâmico. Esta hipótese – que, para já, não passa de uma tentativa de interpretação entre outras – implicaria que a epígrafe tivesse sido realizada entre meados de 1093 e o final do ano seguinte, pois em novembro de 1094 já a cidade havia sido subtraída ao reino leonês (MATTOSE, 1992: 562).

A relação que Odrinhas teve com Lisboa, nos anos finais de domínio muçulmano na região, merece mais alguns comentários. É provável que a diocese olisiponense tivesse uma propriedade em Odrinhas, uma residência episcopal rural, em moldes semelhantes ao que se equaciona para Faro e Cacela em tempos do bispo *Iulianus* (REAL, 2014: 280 e FERNANDES, 2003: 297-298). No espólio

de Faião, um lintel decorado com o que parecem ser “maçãs” apresenta nítidas relações estilísticas com uma imposta resgatada na sé de Lisboa (fig. 9). A hagiotoponímia é outro campo onde as relações se parecem fazer sentir, destacando-se a circunstância de, em época moçárabe, Santo Adrião ter sido cultuado em Chelas e em Faião (onde ainda existe uma ribeira com o nome deste santo). Manuel Luís Real, por seu turno, verificou a coincidência de topónimos relacionados com uma paisagem cristianizada: Zaviais (igrejas ou, mais propriamente, ermidas, no plural); Alcaínça (igreja); Moçaravia (zona ou bairro de moçárabes). Neste quadro de maior visibilidade da época moçárabe, importa valorizar, finalmente, as observações de Carlos Alberto Ferreira de Almeida a respeito de uma construção ou reconstrução moçárabe da abside que se preserva no sítio arqueológico de São Miguel de Odrinhas (ALMEIDA, 1986: 9). Com efeito, a planta deste edifício é em ferradura e as características construtivas do seu aparelho diferem substancialmente dos pequenos nichos que a ligavam a uma habitação retangular, possível aula transversal de um templo de maiores dimensões entretanto perdido.

Ainda que pouco expressivas, as duas notícias relativas a bispos moçárabes na área da diocese de Lisboa durante o século XI confirmam a continuidade da estrutura eclesiástica local após as requintadas obras promovidas pelos cristãos olisiponenses no século X. Que a comunidade moçárabe continuou ativa e com grande preponderância social até às vésperas da conquista de 1147 atestam-no as palavras do monarca norueguês Sigurd Magnusson que, em 1109, viu uma cidade que lhe pareceu “metade cristã e metade pagã” (mais recentes observações sobre esta passagem em LEITÃO E SANTOS, 2013: 95). Não obstante os propósitos bélicos da presença de Sigurd em Lisboa, onde travou uma batalha e se dirigiu em seguida para Alcácer do Sal, o norueguês parece ter distinguido as comunidades muçulmana e cristã, diferença que o cruzado presumivelmente inglês que relatou os acontecimentos da conquista de 1147 não evidenciou, ainda que tenha identificado ruínas de igrejas e o bispo moçárabe ao lado dos dirigentes muçulmanos. Pelo contrário, este último cronista, surpreendido com a quantidade de habitantes e a densidade construtiva, assumiu que a população não observava um “*ritus religionis*” único e, por isso, “cada um se dava a lei que queria, de tal modo que de todas as partes do mundo, os maiores viciados para aí convergiam como para uma sentina, viveiro de toda a licenciosidade e imundície” (A CONQUISTA, 2007: 78-79).

Na primeira metade do século XII, os moçárabes de Lisboa viviam seguramente uma situação distinta da que é possível traçar para o século X. Em pouco mais de uma centúria, os cristãos terão sido relegados para fora das muralhas e

para bairros próprios e, embora tenham sobrevivido às vagas de intolerância almorávida que percorreram o Sul peninsular nos finais do século XI, alguns dos seus santuários emblemáticos estariam destruídos em 1147. No pretenso discurso que D. João Peculiar fez diante das muralhas da cidade, incluiu-se uma referência às “ruínas das igrejas” (*A CONQUISTA*, 2007: 95) e o próprio cronista R. indicou que a igreja de Santos fora arrasada “e dela apenas se vêem três pedras a assinalar a sua destruição, as quais nunca dali puderam ser retiradas” (*A CONQUISTA*, 2007: 79).

Nas vésperas da conquista cristã, os moçárabes olisiponenses deviam concentrar-se na sua “catedral”, Santa Maria de Alcamim, situada no arrabalde ocidental. A associação de um orago cristão a uma referência microtoponímia islâmica atesta uma certa simbiose cultural, que se manteve décadas depois de conquistada a cidade, uma vez que Santa Maria de Alcamim só foi substituída pela atual dedicação da igreja a São Cristóvão bem adiantado o século XIII (síntese de dados sobre esta questão em BASTOS E LOPES, no prelo, a quem agradeço a partilha do artigo antes de publicado). A comunidade devia ainda ser servida pela igreja de São Mamede, também no exterior das muralhas e onde se poderá ter situado um cemitério (TORRES, 2001: 76) que vinha já de época visigótica, e pela igreja das Santas Justa e Rufina, padroeiras dos oleiros. A importância deste último templo é confirmada pelos acontecimentos de 1173, ano em que as supostas relíquias de São Vicente entraram em Lisboa, paradoxalmente de noite e de forma discreta, de acordo com o testemunho de Mestre Estêvão, chantre da sé (possível testemunha direta dos acontecimentos, tendo em conta que o seu *livro de milagres vicentinos* terá sido escrito até c. 1185). A associação da trasladação das relíquias vicentinas com o que restava da comunidade moçárabe lisboeta foi já explorada por Pedro Picoito, com argumentos convincentes (PICOITO, 2008). Episódio derradeiro da diferenciação cultural dessa comunidade, então já em vias de desaparecimento, por se ter de conformar com a abolição do seu específico e hispânico rito religioso em benefício do rito romano, a trasladação do corpo de São Vicente parece constituir a marca mais impressiva deixada pelos moçárabes olisiponenses na história da cidade, não deixando de ser irónico que Lisboa deva o seu “padroeiro” a estes hispânicos cristãos, no momento em que as autoridades da cidade e do reino de Portugal desenvolviam esforços para impor uma corrente religiosa que determinava o fim dos moçárabes.

PAULO ALMEIDA FERNANDES

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: AZEVEDO, 1652; BARBOSA, 1862-1865; *A CONQUISTA*, 2007; S. VICENTE, 1988; **Estudos:** ADÁN E CABO, 1992; ALARCÃO, 2008; ALARCÃO, 2013; ALMEIDA, 1958; ALMEIDA, 1966-1967; ALMEIDA, 1986; AMARAL E BARROCA, 2012; AMARO, 1998; AMARO, 2001; ANTUNES E CUNHA, 1991; BARBOSA, 2008; BARCELÓ, 2013; BARROCA, 2000; BARROCA, 2003; BARROS, 2000; BASTOS E LOPES, no prelo; BUGALHÃO E FOLGADO, 2001; CAESSA, NOZES & MOTA, 2016; CATARINO, 2005; CHALMETA, 1994; COELHO, 1996; DIAS E GASPAR, 2006; DIOGO, 1994; FARINHA, 1994; Fernandes, 2002b; FERNANDES, 2004b; FERNANDES E FERNANDES, 2014; FERNANDES, 2003; FERNANDES, 2005; FERNANDES, 2007; FERNANDES, 2009; FERNANDES, 2015; FERNANDES, no prelo; FIERRO, 2007; GAYANGOS, 1850; GOMES E GASPAR, 2001; GOMES ET AL., 2003; GOUVEIA, 2007; GUERRA, 2006; HOPPE, 2000; LEITÃO E SANTOS, 2013; *LISBOA SUBTERRÂNEA*, 1994; LOUREIRO, 2017; MACIAS, 2005; MARQUES, 1988a; MATOS, 1999; MATTOSO, 1990; MATTOSO, 1992; MOITA, 1970; PATORNILHO E PEREIRA, 2013; PICARD, 1997; PICARD, 2000; PICARD, 2001; PICARD, 2005; PICOITO, 2008; PRADALIÉ, 1975; REAL, 1995; REAL, 1998; REAL, 2000; REAL, 2014; REAL, 2015; REI, 2005; REI, 2007; SERRA, 2008; SIDARUS E REI, 2001; SILVA, 1944; SILVA, 2008; SILVA, 2012; SILVA, GOMES E GOMES, 2013; SOUSA, 1966; TORRES, 1992; TORRES, 2001; TORRES, CORREIA E BORGES, 1993; TRIKI, 1999; VIGUERA MOLINS, 1995.

Bispos de Lisboa,
séculos XII-XIV



O EPISCOPADO DE LISBOA, ENTRE A RESTAURAÇÃO DA DIOCESE E A FUNDAÇÃO DO ARCEBISPADO

(1147-1393/1395)

Da “restauração” da diocese aos tempos de D. Dinis: a igreja de Lisboa em tempos de cólera

O que seguramente os exaustos habitantes da cidade de Lisboa mais quereriam, no rescaldo da capitulação de 25 de outubro de 1147, deveria ser poder regressar a uma vida o mais normal possível e iniciar quanto antes os necessários trabalhos de reconstrução.

A entrada régia, solene e pacífica, levada a cabo na forma de uma procissão ritual encabeçada pelo arcebispo de Braga e pelos restantes bispos do recente reino de Portugal, atrás dos quais vinha o rei e os representantes máximos dos cruzados, seguidos pelos restantes guerreiros e eclesiásticos, percorreu a cidade recém-conquistada entoando o *Te Deum Laudamus* e o *Asperges Me* com emoção, benzendo e purificando os locais por onde passavam, pretendendo criar um momento ritual no qual se marcava a mudança de domínio na cidade e o início dos novos tempos. De acordo com o relato da conquista de Lisboa que possuímos, o rei subira até à alcáçova do castelo e percorrera a pé os muros dessa fortificação, de que agora tomava posse, simbolicamente, para logo de seguida determinar quem ficaria com o governo da cidade e com a gestão da diocese, que seria formalmente restaurada poucos dias mais tarde (*A CONQUISTA*, 2007: 139-141). Ao restaurar a diocese de Lisboa pela mão do “seu” arcebispo de Braga, a quem a “nova” diocese deveria passar a obedecer, quer o rei, quer o arcebispo deveriam estar bem conscientes de como a sua ação viria a ser polémica, tendo em vista que desde 1121, na sequência da elevação de Santiago de Compostela a arquidiocese e da concessão das dioceses anteriormente sob a jurisdição de Mérida à recém-criada arquidiocese compostelana, Lisboa deveria, por direito, cair dentro da jurisdição compostelana (BRANCO, 1998: 58). Talvez por isso o redator do *De Expugnatione Lyxbonensis* tenha sentido necessidade de explicar detalhadamente como a “eleição” do bispo da nova diocese recém-restaurada fora feita com o assentimento do rei, do arcebispo, de todos os restantes quatro bispos do reino e de todos os clérigos e leigos da cidade, transformando assim esta eleição, que de outro modo poderia ser contestável, num ato de quase aclamação consensual

de todos os corpos vivos da cidade (*A CONQUISTA*, 2007: 143). A escolha do bispo e de um número considerável dos membros do novo cabido de Lisboa de entre uma das facções dos eclesiásticos que tinham vindo na frota dos cruzados – os anglos e os normandos – deve ter dado a esta restauração um colorido muito especial, que as truculentas questões pendentes sobre a pertença jurisdicional da cidade a Braga ou a Compostela não podem senão ter apimentado.

Não era certamente por acaso que o rei e o seu arcebispo entregavam o episcopado e o cabido a um grupo de homens de origem exterior. Esta escolha pode ter tido uma motivação múltipla: por um lado, pode ter aparecido como uma digna contrapartida pela ajuda dada na conquista mas, por outro, seria também uma forma de este novo rei sinalizar ao restante mundo seu contemporâneo que estava do lado dos que defendiam a Cristandade em toda a sua extensão e que a obra de conquistar terras para São Pedro em Portugal, da qual ele se queria o campeão, andava de par com a empresa da conquista de Jerusalém, o que só poderia ajudar a melhorar a sua imagem junto de um papado cuja aprovação e legitimação ele muito necessitava. Daí o empenho em beneficiar membros vindos com a frota cruzada, tal como faria com templários e cistercienses, que neste preciso momento eram porventura os atores mais proeminentes no Ocidente medieval e também os elementos mais ativos na prossecução das políticas pontifícias. A opção viria a revelar-se avisada, porquanto, quer este bispo, quer este cabido, serviram bem o recente rei de Portugal, tanto nos seus intentos diplomáticos como nos seus intentos expansionistas.

Mas no dia de Todos os Santos de 1147, a 1 de novembro, no momento em que se levou a cabo o ritual de limpeza e reconsagração do espaço sagrado da catedral lisboeta, nada disso terá talvez sido percecionado pela população, fatigada por um demorado cerco e acossada por uma breve mas intensa violência pós conquista que tinha devastado igualmente muçulmanos e cristãos moçárabes de uma forma que seguramente iria ainda perdurar na memória de muitos por longos anos. O que devia sobressair dos rituais levados a cabo nesse dia devia ser a ideia de recomeço, de regresso a uma nova normalidade da qual o espectro do cerco tinha de ser afastado.

Em 1147, enquanto se lavavam as lajes do chão da nova catedral para de seguida as polvilhar com areia, varrer e ungir com óleos santos, e enquanto se aspergiam as paredes e o ar com perfumes e óleos santos para limpar, seguindo os sete passos do ritual romano (ALFONSO X, 1972: Partida I, t. X, l. XIII), o espaço da antiga mesquita, com as suas sete ordens de colunas e suas respetivas sete abóbodas (*A CONQUISTA*, 2007: 140-141), da memória dos infiéis que aí tinham vivido e convivido, os habitantes de Lisboa deviam esperar que estes

rituais purificadores pudessem realmente consagrar um novo começo.

Os cristãos tinham encontrado na mesquita convertida em hospital de campanha, cerca de 200 cadáveres e 800 feridos (vd. fig. 15, com a descrição patente no *De Expugnatione*). Ela era, assim, um testemunho pungente da passagem do tempo e da flagrante mudança política. Convertida em catedral apenas cinco dias depois da conquista de Lisboa e consagrada a Santa Maria, com a presença e assentimento de todos os corpos sociais da cidade, como vimos, nela a diocese foi restaurada e o bispo e o seu cabido empossados nas suas novas dignidades. A eleição, sancionada por todos os que acima se referem e que nela assentiram, marcava uma nova fase para a cidade, que a partir de então não vai parar de crescer, num movimento que estará também indelevelmente ligado ao crescente protagonismo dos seus prelados e respetivos cabidos, tanto junto dos poderes concelhios como do poder régio e mesmo do Papado.

O relato da conquista dá-nos muitos detalhes da restauração da diocese, chegando ao pormenor de descrever os territórios que jurisdicionalmente lhe tinham sido concedidos. De dimensões vastíssimas e com fronteiras bem fluidas, como seria de esperar num mundo que ainda se poderia definir como sendo “de fronteira”, os seus limites são-nos descritos pelo narrador do relato da conquista com um detalhe quase obsessivo: para além da cidade e das suas paróquias, o território da diocese incluía, de norte para sul, todos os domínios desde Leiria até Alcácer do Sal, incluindo Santarém, Sintra, Palmela e Almada, e de oeste para leste, todo o território entre o mar e Évora. Compreende-se bem porque esta diocese se tornou tão estratégica e nuclear na economia da gestão política do Reino. Compreende-se com facilidade como foi fonte de rivalidade e cobiça, por parte de todos os poderes com interesses na região, e como esses interesses

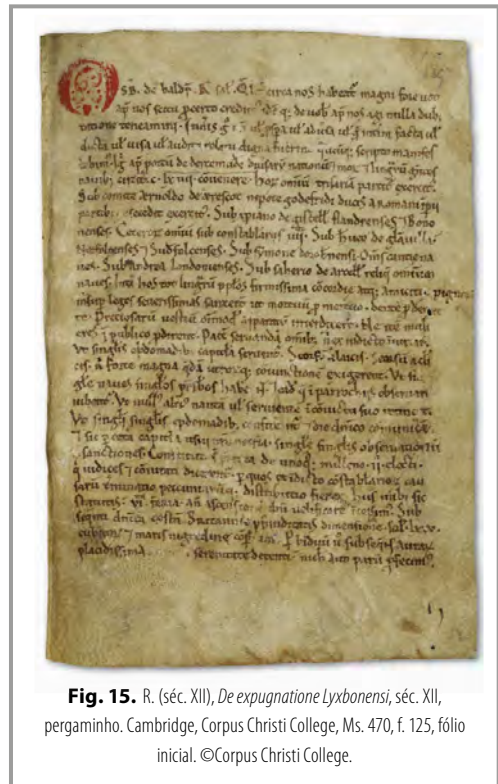


Fig. 15. R. (séc. XII), *De expugnatione Lyxbonensi*, séc. XII, pergaminho. Cambridge, Corpus Christi College, Ms. 470, f. 125, fólio inicial. ©Corpus Christi College.

acabariam por definir a agenda dos conflitos que sucessivos bispos iriam ter de enfrentar, não só contra os outros poderes eclesiásticos que em Lisboa detinham propriedades, mas também com os templários, com a Ordem de Santiago, com Santa Cruz de Coimbra, com a Sé de Coimbra e com o mosteiro de Alcobaça, todos eles com interesses e propriedades, algumas imunes, dentro da área de jurisdição do novo episcopado.

A evolução da cidade e a do seu episcopado não mais vão ser separáveis. Quanto mais Lisboa crescia em termos económicos e políticos, mais importante era o papel que a sua hierarquia eclesiástica desempenhava nesse processo.

Entre os poderes interessados na cidade, sobressai, desde o primeiro minuto da conquista da cidade, o papel do rei de Portugal, do qual não mais iria querer prescindir.

Quer o primeiro bispo da catedral de Lisboa, quer o seu cabido, não obstante a sua importante componente de gente não “portuguesa” (dos 18 membros do cabido, entre 7 e 12 eram anglo-normandos) (BRANCO, 2001a: 222-223), foram desde logo diretamente beneficiados pelo próprio monarca, que não só os dotou dos rendimentos necessários ao sustento das suas prebendas, como sempre demonstrou ter no seu primeiro bispo de Lisboa um homem da sua mais inteira confiança. Não se sabe muito da ação régia no tocante à reorganização da cidade de Lisboa logo após a conquista de 1147 mas, em contrapartida, temos bastante informação sobre a sua ação reorganizadora em relação à diocese então restaurada.

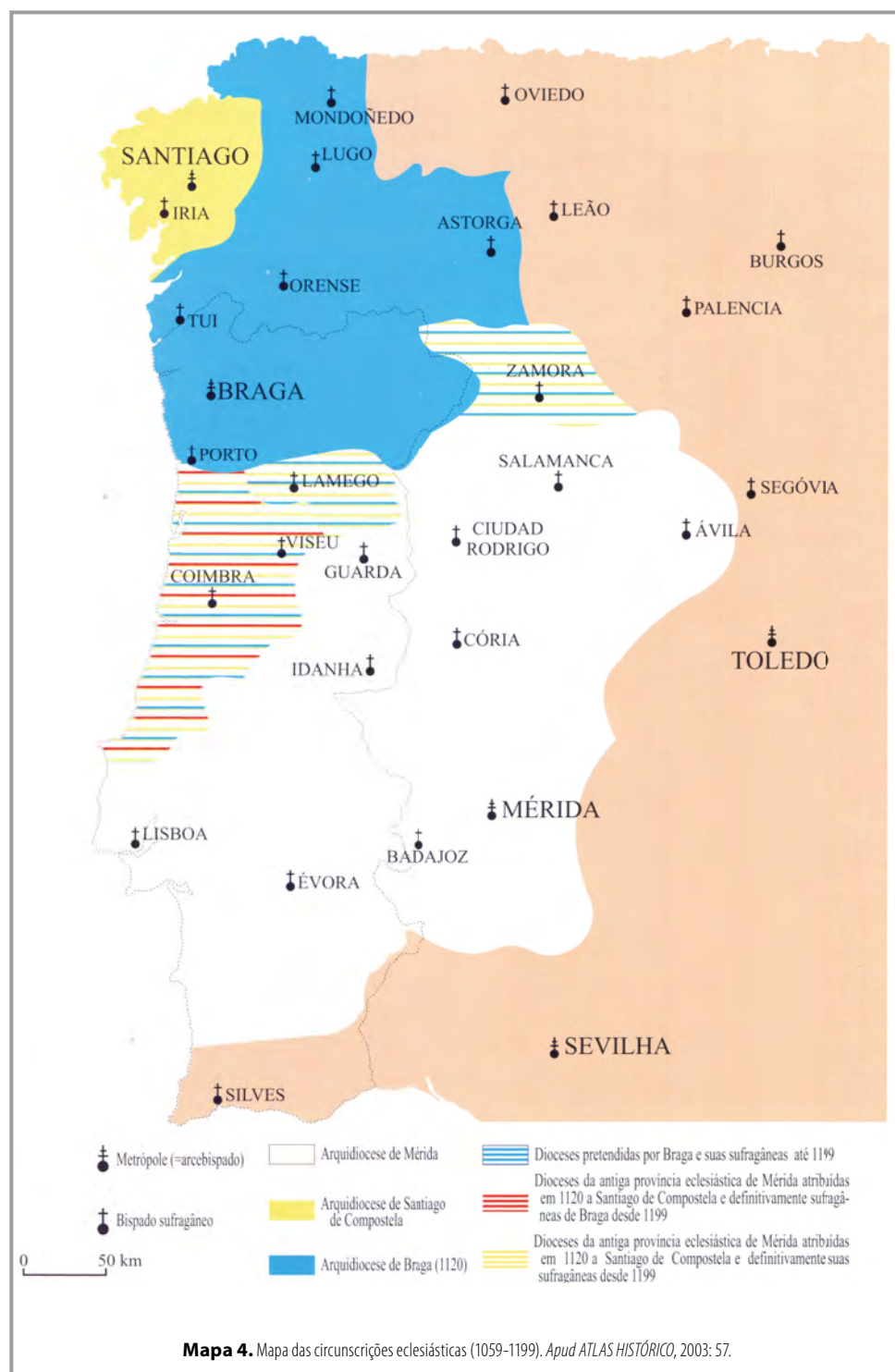
É o rei quem, em dezembro de 1149, reafecta 32 casas e suas rendas ao bispado restaurado, casas essas que anteriormente tinham estado afectas ao serviço das mesquitas da cidade, memória ainda suficientemente fresca para ser mencionada passados pouco mais de dois anos sobre a conquista (*DMP-DR*, 284, n.º 232; CUNHA, 1642: 70v). Logo após a conquista, fora o mesmo rei quem mandara chamar o seu primeiro prelado da Lisboa pós 1147, para lhe pedir que decidisse qual das duas basílicas dos mártires da cidade, Santa Maria ou São Vicente, preferiria ter como sufragânea da catedral, uma vez que ele desejava fundar um mosteiro de cónegos regrantes, isento da jurisdição episcopal, naquela das igrejas que o bispo não quisesse para si (*INDICULUM*, 2007: 188-191). Assim nasceu São Vicente de Fora e a sua isenção, no futuro fonte de tão sérias rivalidades.

Mas não é só o rei quem se apressa a tentar ordenar a estrutura eclesiástica da cidade de Lisboa. Também o bispo Gilberto (1147-1163/1165) mandou fazer, logo em 1150, os primeiros estatutos ou regulamento do cabido, determinando uma organização de acordo com o modelo inglês, com quatro dignidades, para além dos arceidiaços, e com prebendas duplas para todas as dignidades (BRANCO, 1998: 60).

Desde o início, este prelado oscilou entre a colaboração ativa nos desígnios régios e a oposição moderada ao monarca. No campo da colaboração, chegou mesmo a desempenhar funções “diplomáticas” quando foi a Inglaterra, em 1151, tentar persuadir os seus conterrâneos a integrar um contingente que o rei português tencionava enviar para a conquista de Sevilha, ou quando acompanhou fielmente o arcebispo de Braga nas muitas delegações de João Peculiar (1138-1175) a Toledo, Compostela ou Roma, ao lado de quem o encontramos, indefetível. A quezília com Compostela estalaria logo a seguir à restauração de Lisboa, mas o bispo Gilberto, que presumivelmente teria jurado obediência a Compostela mais tarde, nunca deixou que esse fator alterasse o seu relacionamento, quer com o rei, quer com o arcebispo de Braga. As exigências de Compostela, contudo, nunca deixariam de marcar a vida da diocese cada vez que um novo prelado era eleito ou cada vez que uma nova eleição estava na ordem do dia. E quando o factor político começou a falar mais alto, o argumento dos direitos de Compostela à diocese de Lisboa passou a ser sistematicamente utilizado como um meio de desestabilização. Apesar da boa relação que mantinha com o rei e o arcebispo de Braga, D. Gilberto também protagonizou alguns conflitos abertos com ambos sobre a sua jurisdição e direitos, nos quais tentou opor-se à vontade régia, como aconteceu com a sua tentativa de diminuir o poder dos templários na sua diocese ou com a querela que manteve contra os cruzados de Santa Cruz. Nisto já se prefigurava o quadro de inter-relacionamento de poderes que os seguintes bispos de Lisboa haveriam de aprofundar.

Numa diocese absolutamente nuclear para o nascente reino de Portugal e que não cessaria de se afirmar como cada vez mais poderosa nos séculos que se seguiram à conquista de 1147, todos os bispos e cabidos viriam, sucessivamente, a protagonizar relações de colaboração e de oposição e conflito com os interesses dos sucessivos reis de Portugal. É difícil conceber que semelhante protagonismo, aliado ao facto de que um número muito considerável dos elementos do cabido e bispos ulteriores viriam a ter perfis muito interventivos e destacados, quer na cúria régia, quer na pontifícia, não esteja intimamente relacionado com o papel progressivamente mais central da Lisboa dos séculos XII e XIII e com a realidade que proporcionou aos prelados e cabidos da urbe o vasto poder económico e social que lhes temos de reconhecer e que certamente faziam com que o seu estatuto e privilégios fossem muito cobiçados.

Aquilo que parecia uma vantagem era também, seguramente, um dos preços a pagar pelo facto de serem bispos, dignidades ou apenas cónegos da catedral de uma cidade que, de forma gradual até meados do século XIII e depois exponencialmente após essa data, se converteria numa das dioceses mais centrais do reino, onde



os seus cabidos protagonizariam lutas intestinas que mais não faziam que realçar a importância da sua posição e onde o estudo da sua composição social ilustra bem como estes prelados e cabido concentravam em si elementos oriundos das elites urbanas de Lisboa e de um universo social onde as ligações próximas ao mundo universitário, ao Papado e à restante hierarquia da Igreja eram também um outro instrumento de promoção ao cabido e ao episcopado.

Como se disse mais acima, estes primeiros momentos refundadores da diocese de Lisboa seriam definidores de muitas tendências que, ao longo dos seguintes séculos, viriam a revelar-se determinantes para a evolução do bispado em geral, sobretudo em três vertentes: a relação com as oligarquias locais, as relações com o próprio cabido e com as restantes ordens religiosas e militares com assento na cidade e, finalmente, as relações com o rei, com Braga, com Compostela e com o papado. Todas estas três vertentes estão muito intimamente ligadas, sendo por vezes difícil perceber quais as raízes dos problemas, mas todas elas se conjugam para configurar um modelo de episcopado que nos surge muito nitidamente como um episcopado com um intervencionismo e um nível de conflitualidade muito elevado e cuja ação sempre quis ser e foi de destacado protagonismo no conjunto dos episcopados “portugueses” e junto aos monarcas. A partir do momento em que Lisboa granjeou a centralidade que os anos finais do século XII e depois os séculos XIII e XIV lhe confeririam, estes traços aprofundam-se. Mas o processo inicia-se logo nos primeiros episcopados.

Na verdade, não eram só os bispos de Lisboa quem tinha problemas com os seus cabidos, com eclesiásticos de outras ordens religiosas, com as elites urbanas ou com os monarcas. Não eram só os bispos de Lisboa que tinham de servir ao mesmo tempo ao senhor rei e ao senhor papa e que tinham interesses materiais e espirituais ameaçados nas suas dioceses. Em todas as dioceses, houvera ou haveria de haver conflitos do tipo dos que Lisboa irá começar a testemunhar de forma quase endémica, já embrionariamente com o seu primeiro bispo, de forma sensível com o segundo e terceiro bispos e de forma sistemática a partir do quarto bispo, que se hostiliza violentamente contra o rei e contra o seu cabido, criando um precedente que os seus sucessores irão retomar ciclicamente. O facto dos problemas que Lisboa atravessa serem transversais às restantes dioceses do reino, embora em cronologias e com impactos e virulência distintos, não retira valor à realidade de que a diocese de Lisboa vai ser, neste período, um cenário permanente de conflitos e jogos de interesses, que envolvem a diocese como um todo, tal como as biografias individuais dos prelados tão eloquentemente ilustram.

O episcopado e o cabido de Lisboa serão palco para ambições que ultrapassam o nível do desempenho dos cargos no clero diocesano *tout court*, ou mesmo

do desígnio de ascender à cátedra episcopal. A composição social do cabido de Lisboa dos séculos XII e XIII revela-nos um mundo povoado de homens ligados às elites urbanas associadas à vereação e ao governo da cidade – nalguns casos podemos mesmo identificar a sua proveniência destes meios (FARELO, 2003: Anexos 1A, 1B), mas também nos desvenda um grupo de homens com uma preparação intelectual invejável, frequentemente conselheiros régios, juristas ou advogados régios, camareiros e físicos do papa, tão habituados às lides académicas e ao confronto legal (BRANCO, 1999: 505-550) quanto à gestão diocesana e à cura de almas.

As eleições episcopais, sobretudo as contestadas – que foram quase todas neste período –, a divisão dos rendimentos do cabido e do bispo pelas respetivas “mesas” e os conflitos daí resultantes, bem como a preocupação com questões de gestão diocesana, disciplinares e espirituais que refletem as sucessivas reestruturações dos estatutos do cabido e os diversos sínodos diocesanos realizados nesta época, são janelas que nos permitem vislumbrar um conjunto de preocupações que seguramente mantinham os bispos de Lisboa muito ocupados. A isto acresce o quadro de conflitualidade com os reis, num reino em que durante este período se procura reafirmar a preeminência da realeza face à nobreza e aos eclesiásticos, e que nesse processo não só alienou muitos dos nobres e dos eclesiásticos da sua causa, como atravessou três guerras civis na primeira metade do século XIII (1209-1210, 1212-1216 e 1245-1248), a última das quais levando ao afastamento do rei Sancho II (1228-1248) da administração do reino e à ascensão de seu irmão Afonso III (1248-1279) como o novo rei, num quadro de ação no qual o episcopado e os conselheiros eclesiásticos do rei (alguns destacados membros do clero da diocese de Lisboa) desempenhariam papel fundamental. O mesmo se diga dos conflitos com as instituições religiosas vizinhas suas rivais e dos problemas com as elites urbanas e suas facções, que os cabidos também refletiam e reproduziam, e que os diversos bispos tiveram de aprender a gerir.

Se olhássemos apenas para a longevidade no cargo episcopal dos sete bispos que efetivamente presidiram à diocese de Lisboa no período que medeia entre a eleição de D. Gilberto (1147) e a morte de D. Mateus (1282), deveríamos destacar, desde logo, que tiveram episcopados muito longos. D. Gilberto foi bispo de Lisboa durante 17 anos, seu sucessor D. Álvaro (1164/1165-1184), durante 20 anos, D. Soeiro (1185-1209) regeu a diocese por 24 anos e o seu sucessor, Soeiro Viegas (1211-1233) por outros 22; à sua morte, em 1233, inaugura-se um período muito conturbado de seis anos durante o qual quatro bispos postulados e eleitos não virão nunca a ser confirmados e que terminará com a nomeação pontifícia, em 1239, de D. João *Raolis* (1239-1241), que ocupará finalmente

o episcopado, de pleno direito, mas apenas por dois anos, e em 1241, uma nova postulação, desta feita na pessoa de Ricardo Guilherme, arrastaria de novo a questão da eleição do bispo de Lisboa para o mesmo tipo de problemas que anteriormente se verificara, embora por menos de um ano. Nessa ocasião, o arcebispo de Compostela acabaria por fazer recair a escolha para bispo de Lisboa num seu sobrinho, D. Airas Vasques (1244-1258), que depois da confirmação pontifícia seria bispo durante cerca de 14 anos, até ser assassinado pelos oficiais do rei Afonso III. Sucedeu-lhe D. Mateus (1258-1283), um homem da confiança do monarca, eleito pelo cabido, que desempenharia a sua prelazia ao longo de 25 anos, destacando-se como o único bispo português que não lançou interdito na sua diocese aquando do interdito geral contra Afonso III.

Estas prelazias muito longas, com episcopados que se estenderam, em vários casos, por mais de vinte anos, poderiam falar-nos, à primeira vista, de grande estabilidade e harmonia. Mas a realidade não podia ser mais diversa, não só porque, na verdade, os problemas e conflitos permearam todos estes episcopados desde o início, mas ainda porque a jurisdição dividida entre Braga e Compostela, os problemas entre o bispo e o cabido e entre o bispo e outras casas religiosas de Lisboa e as difíceis relações com os reis, cuja ação política também não facilitava a estabilidade, nunca deixaram de marcar uma situação muito alterosa.

Esta volubilidade não deve ser apenas atribuída a fatores endógenos, específicos da diocese de Lisboa ou relacionados com a construção do reino, tal como já foi observado. Na verdade, também a segunda metade do século XII e o século XIII assistiram à consolidação de muitos procedimentos canónicos por parte de própria Igreja. Convém talvez não esquecer que os Concílios de Latráo II (1139) e Latráo III (1179) foram fundamentais na definição da forma de eleição episcopal canónica e na definição das regras e normas para a constituição dos cabidos, na determinação da obrigatoriedade de haver um mestre-escola em todas as catedrais e ainda na própria definição da possibilidade de separação das mesas episcopais e canonicais e da não obrigatoriedade de vida em comum para os cônegos catedralícios.

Se o reino de Portugal esteve em formação ao longo de todo o século XII e na primeira metade do século XIII, isso não é menos verdade para a estrutura da Igreja hierárquica, na qual pontífices como Alexandre III (1159-1181), e depois dele sobretudo Inocêncio III (1198-1216) e Gregório IX (1227-1241), não deixaram nunca de legislar sobre a disciplina da igreja hierárquica e sobre o clero catedralício e suas regras. Baste relembrar que ainda em 1215 o famosíssimo Concílio de Latráo IV definia qual a idade mínima para se poder ascender ao episcopado.

As eleições episcopais em Lisboa foram sempre muito contestadas. Se a legislação canónica tinha determinado que competia aos cônegos e às dignidades, em cabido, eleger por maioria o próximo bispo, não é menos verdade que as exceções e condicionalismos que poderiam envolver quase todos os candidatos elegíveis, bem como o processo ou forma de uma eleição podiam subverter qualquer resultado.

Esta era a situação em Lisboa, onde todos os bispos deste período viram as suas eleições contestadas e tiveram de acabar recorrendo a Roma, ou para pedir uma definição ou uma confirmação, ou para solicitar ao papa que agisse como juiz de apelo, em busca de uma solução perene e que todos os corpos sociais e políticos envolvidos aceitassem consensualmente.

Não é menos verdade que esta agitação permanente, muito embora resultante de complexos sistemas de causalidades múltiplas, nos permite, quase sempre, identificar como razão principal a presença de diferentes partidos dentro do próprio cabido, por vezes resultantes da influência exercida pelos poderes locais nos cônegos que representavam as fações que esses poderes apoiavam ou contrariavam, por vezes revelando a influência do arcebispo de Compostela, ou do rei de Portugal ou do próprio papa, instado a intervir por recursos levados a Roma pelas partes interessadas, normalmente pelos bispos ou pelos membros do cabido. Por outro lado, os diferentes interesses que se insinuam nas claras manipulações de algumas das eleições episcopais, nem sempre claros, mas sempre presentes, não se limitam aos poderes concelhios e ao cabido lisboeta; incluem também oficiais do rei, conselheiros régios, o próprio monarca, os arcebispos de Braga e Compostela, e o papa, que com regular frequência tinha de intervir para colocar ordem nas eleições, fazendo apelo ao direito de reserva que o Direito Canónico lhe concedia para eleições feridas de irregularidade.

E as eleições em Lisboa eram, com demasiada frequência, irregulares, ou pelo menos contestadas. É como se apenas a eleição do primeiro bispo (cujos contornos de excecionalidade já pudemos analisar) não tivesse sido contestada. Essa e a de Soeiro, acerca de cuja eleição não possuímos qualquer indício de contestação. Não obstante, também estes dois prelados tiveram problemas subsequentes com os seus cabidos. Já as eleições de Álvaro, Soeiro Viegas, João *Raolis* e Airas Vasques foram todas contestadas e, nos casos de Álvaro, João *Raolis* e Airas Vasques, foi necessária a intervenção pontifícia para impor os candidatos que passaram a ser apoiados pelo pontífice, de molde a que o cabido e os poderes “*laicales*” da cidade, bem como os reis e os arcebispos, aceitassem a determinação papal como definitiva. Na maioria destes casos, as questões com o cabido mantiveram-se acesas, como a emissão de cartas de proteção pontifícia

a Álvaro, Soeiro, Soeiro Viegas, João *Raolis* e Airas Vasques parecem refletir. Estas constatações, válidas para as eleições episcopais que efetivamente acabaram por colocar na cadeira episcopal os candidatos selecionados, não são menos verdadeiras num dos momentos de crise mais graves e paradigmático que este episcopado atravessou, entre 1233-1239, quando quatro candidatos foram sucessivamente postulados e eleitos sem qualquer resultado prático que não o caos e a desordem, na diocese e no reino, e depois disso, durante a secura que sucedeu à morte de João *Raolis*, quando uma nova postulação irregular abriu novo período de instabilidade até à nomeação do bispo D. Airas Vasques pelo arcebispo de Compostela, com todos os problemas que isso acarretou à diocese, ao cabido e sobretudo ao bispo, que, expulso duas vezes sucessivas da cidade para a qual tinha sido nomeado como bispo, acabaria por vir a falecer na sequência de violências exercidas por oficiais régios.

Os períodos mais agudos de crise corresponderiam, de forma muito simétrica, aos períodos em que também o reino está em crise. A prelazia de Soeiro Viegas como que abre uma nova fase, neste relacionamento, de aberto conflito contra o rei. Depois de ter subsidiado e liderado a campanha que deu Alcácer do Sal ao rei português, e depois de cerca de um ano de bom relacionamento, a política régia de cerceamento das liberdades e das propriedades eclesiásticas e uma luta violenta entre o bispo e o seu deão, Mestre Vicente Hispano (c.1213-1229), acabariam por antagonizar Soeiro contra o rei e seus conselheiros eclesiásticos mais próximos de forma extremada, por levar toda a Igreja do reino de Portugal a tomar partido e por obrigar o bispo a exilar-se da sua diocese.

A morte de Afonso II (1211-1223) poderia ter resolvido a questão com o bispo de Lisboa e os primeiros anos de Sancho II não pareciam indicar um conflito eminente, embora a relação com o então já chanceler de Sancho II, Mestre Vicente, não permitisse uma pacificação total. No entanto, mal Soeiro Viegas morreu, a questão da sua sucessão enquanto bispo de Lisboa ia suscitar de novo a intervenção régia, de forma muito intensa, embora nebulosa. A sucessão de eleitos e postulados é vertiginosa: Vicente Hispano foi o eleito do cabido, mas como já tinha sido eleito bispo da Guarda, teve de ser apenas postulado e o deão João *Raolis* manda imediatamente a Roma uma delegação para pedir a sua confirmação como bispo de Lisboa; enquanto isso, outra facção do cabido elege, sem que se perceba como, Paio Pais (1233), chantre do Porto, como bispo, o que não só parece irregular como, pelo facto de o novo eleito estar doente de morte, invalidaria a eleição e em teoria faria a nomeação reverter ao Papa. E foi nesta altura que quer o cabido, quer o arcebispo de Compostela intervieram de novo,

um nomeando um candidato, João Fulberto (1233-1234) e outro propondo outro candidato, Estêvão Gomes (1234-1237). O rei decide então intervir, provavelmente a instâncias do seu chanceler mas, estranhamente, parece privilegiar o candidato compostelano. Esta fase é muito obscura e com lógicas políticas concorrentes e difíceis de deslindar.

Com a saída de Vicente Hispano da chancelaria régia e a sua aceitação e confirmação da diocese da Guarda, e com a nomeação pontifícia de João *Raolis* para Lisboa, tudo parece acalmar-se. Reacendem-se os problemas quando Lisboa recebe um bispo de origem compostelana, o que, como se viu, provocou uma violenta reação por parte do cabido e dos cidadãos, mas nenhuma reação de um rei que viu neste bispo talvez o seu único apoiante aquando da petição entregue em Roma pedindo o seu afastamento.

Airas Vasques vai sofrer os resultados das suas opções ao convocar sobre si a má vontade do novo rei Afonso III, que ascende ao trono em 1248. À sua morte, o novo bispo seria um homem do rei, em sintonia com essa cidade de Lisboa que desde a primeira hora apoiara o novo curador do reino e que estivera ao seu lado durante a fase de guerra que lhe dera o trono.

A simbiose entre os sucessos políticos do jovem reino e a cidade de Lisboa e seus bispos é inegável.

Tudo isto reforça a importância da prelazia lisboeta, um lugar muito disputado, muito problemático, mas que concitava muitos interesses, instigando à luta de facções, dentro e fora do cabido catedralício. Esta era uma diocese onde um bispo podia entrar literalmente em guerra, promover uma campanha militar e levar por diante uma oposição ao cabido e ao rei que acabaria por contagiar a restante hierarquia eclesiástica e levá-lo ao exílio forçado. A imparável dinâmica de Lisboa como a cidade onde os reis, os arcebispos e as oligarquias urbanas percebem que vale a pena “investir” dava uma relevância especial àqueles que eram supostos gerir a face eclesiástica, religiosa e espiritual dessa cidade que não cessava de crescer em poder efetivo e simbólico, e que, além de tudo o mais, também possuíam e geriam um crescente poderio económico e um conjunto de propriedades e benefícios bastante alargado.

A base dos numerosos conflitos radica em dois fatores-chave: o intervencionismo régio na diocese e os seus alegados abusos contra as liberdades eclesiásticas (sobretudo contra a imunidade e inviolabilidade da propriedade eclesiástica, o foro próprio e a superioridade nos assuntos espirituais), a par da fragilidade da autoridade de muitos dos seus bispos, envolvidos em arrastados processos de contestação das eleições episcopais, quase sempre lideradas por elementos de facções do cabido que a elas se opunham e propostas com base na inadequação dos

candidatos, em impedimentos vários ou em acusações de pluralismo ou simonia, ou simplesmente evocando erros processuais em termos canónicos.

Havia razões suplementares para esta permanente instabilidade? Haverá fatores que condicionem este ambiente de permanente conflito latente na diocese de Lisboa, mesmo se as prelazias eram bastante longas? Poderá este clima ligar-se ao perfil dos bispos e dos membros do cabido lisboeta que ao longo dos séculos XII e XIII foram sendo definidos, ou é uma questão conjuntural?

Embora não se possa definir um padrão rígido de perfil dos bispos ou dos membros do cabido lisboeta, há vários traços que parecem ser comuns aos bispos e cónegos da segunda metade do século XII e sobretudo aos do século XIII.

O tipo de bispo eleito mais comum é o do candidato saído das fileiras das dignidades do cabido, principalmente do de Lisboa, mas também de outros, como em quase todas as restantes dioceses, portuguesas, ibéricas e mesmo ultrapirenaicas. De um total de 12 eleitos e postulados, dos quais apenas sete viriam a ser confirmados como bispos, seis tinham sido membros do cabido de Lisboa e outros três eram oriundos de outros cabidos. Só para os três primeiros bispos não temos dados. Apesar de a tradição reportar o bispo D. Álvaro como mestre-escola ou *cancellarius*, nenhuma evidência documental substantia tal afirmação. Nada sabemos, igualmente, das origens do bispo D. Soeiro. Mas daí em diante, todos os bispos ou eleitos serão membros, ou do cabido de Lisboa, ou de outros cabidos portugueses. Mestre Soeiro Viegas, o seu sucessor na cátedra lisbonense entre 1211 e 1233, bem como mestre Vicente Hispano, postulado como bispo à morte deste, em 1233, e ainda mestre João *Raolis*, bispo de Lisboa entre 1239 e 1241, todos desempenharam a dignidade de deões da catedral, respetivamente por 23, 13 e 12 anos, antes de serem eleitos como prelados pelo cabido. Mestre Estêvão Gomes, eleito não confirmado pelo arcebispo de Compostela, em 1233-1234, na conturbada fase de vacância que se seguiu à morte de Soeiro Viegas, fora mestre-escola do cabido de Lisboa entre 1223 e 1234; Ricardo Guilherme, postulado logo depois da morte de Airas Vasques, fora chantre de Lisboa entre 1241 e 1243 e mestre Mateus era mestre-escola de Lisboa quando o cabido o elegeu como bispo, em 1258. D. Paio Pais, eleito logo após a postulação de mestre Vicente, era chantre do Porto e um próximo conselheiro régio, que viria a falecer pouco depois da sua eleição; João Fulberto, eleito depois de Paio Pais, que resignaria, fora tesoureiro da Guarda. Airas Vasques, que sucedeu a João *Raolis* e que foi imposto pelo arcebispo de Compostela, de quem era sobrinho, fora arcediogo de Compostela.

A outra característica que compartilham é a sua preparação legal e a sua experiência em lides jurídicas. Dos sete bispos de Lisboa neste período, conhecemos o trabalho como juízes delegados pontifícios em causas muito sensíveis,

quer relacionadas com problemas eclesiásticos, quer com problemas políticos, de seis deles: Álvaro, Soeiro, Soeiro Viegas, João *Raolis*, Airas Vasques e Mateus. Mestre Vicente Hispano, canonista postulado em 1233 e mestre Paio Pais, chantre do Porto, eleito logo após a postulação de Vicente Hispano foram advogados do rei Afonso II em Roma na causa que ele manteve com as suas irmãs e eram membros próximos da cúria régia de Afonso II durante os anos mais cruciais do seu reinado. Nas fileiras do cabido lisboeta do século XIII, encontramos juristas e canonistas numa percentagem impressionante: todos os sete deões de Lisboa para o século XIII foram canonistas ou juristas, tendo três deles ascendido à cátedra episcopal e um à cátedra pontifícia: são eles mestre Soeiro Viegas, mestre Vicente Hispano, mestre João *Raolis*, Gil Rebolo, mestre Soeiro, mestre Bernardo Compostelano Júnior e mestre Pedro Juliães, o futuro papa João XXI (1276-1277); mestre Martinho, médico do rei Afonso II, mestre Gil (*doctor legum*) e mestre João de Deus foram tesoureiros de Lisboa; mestre Estêvão Gomes e mestre Mateus foram mestres-escolas e mestre Estêvão, Fernando Peres, sobrinho do chanceler Julião, mestre Pedro Moniz e Ricardo Guilherme foram chantres da catedral.

Uma semelhante concentração de homens de leis em Lisboa não só fala muito expressivamente da atração de um episcopado que vai ganhando em centralidade, como justifica o papel destacado que alguns dos seus membros desempenharam junto à cúria régia e mesmo à pontifícia, e também explica a endémica conflitualidade. Quer os prelados, quer os membros do cabido eram homens habituados às lides legais e que nela tinham forjado as suas carreiras, pelo que seria quase natural que no ambiente do cabido diocesano também se sentisse a influência dessa forma de lidar com os problemas e de os resolver, nesse século XIII que assistiu à constituição de um poder acrescentado do pontificado, por recurso ao seu estatuto de tribunal de apelo supremo e pela judicialização de todos os conflitos. Só conhecemos os conflitos que estalaram no episcopado pelas informações contidas, ou nas bulas e rescritos pontifícios, onde se historiam as questões antes de tentar dar-lhes a devida solução, ou finalmente através da documentação régia onde eles são referidos, ou da escassa documentação transcrita em cartulários posteriores. Este fator comum, a preparação em Direito, deve ter tido uma importância extrema na gestão dos conflitos e problemas, que não só acabavam invariavelmente com apelos a Roma, mas ainda também frequentemente redundavam no recurso, por parte do bispo, à sanção espiritual da excomunhão, um elemento muito comum na prática dos bispos de Lisboa destes anos, que não só as utilizavam como uma “arma” contra a realeza, mas também como forma de influenciar membros do seu próprio cabido e outras

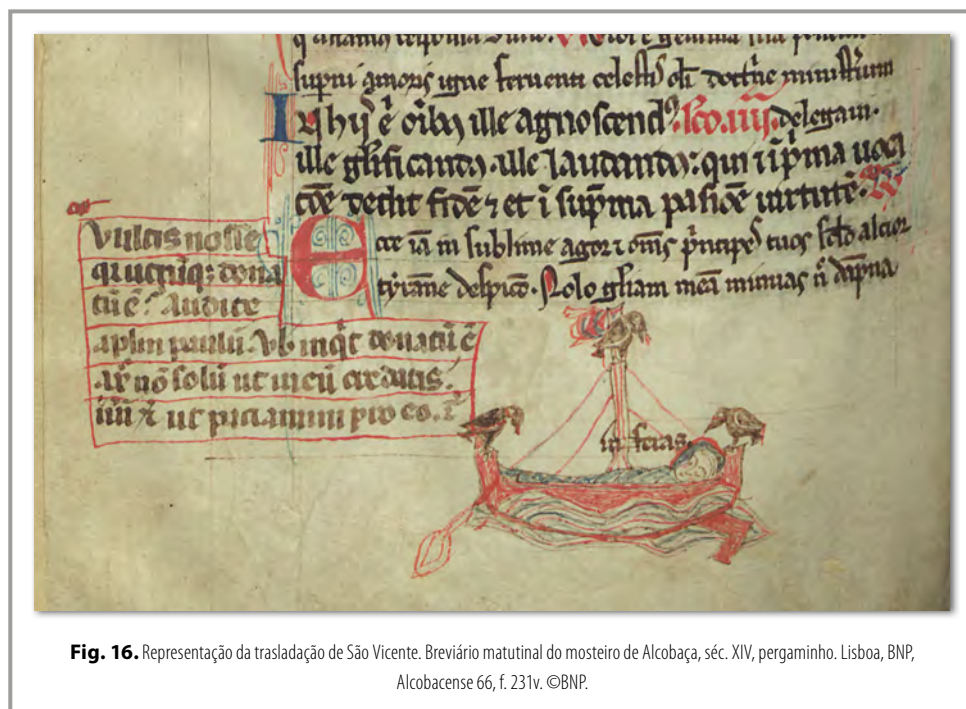
instituições e ordens religiosas ou militares com as quais mantinham frequentes e arrastadas querelas.

Muito mais difícil de retratar, quer para os bispos, quer para as dignidades e cônegos que alimentaram aspirações à prelazia lisbonense, são as suas origens sociais. Em alguns casos isolados, como o do bispo João *Raolis* ou do postulado Mestre Vicente, conhecemos as suas origens familiares e é mesmo possível reconstituir ramos dos laços familiares que os ligam às elites urbanas, João *Raolis* à de Lisboa e Vicente Hispano à de Coimbra. Os seus familiares mais próximos estão ligados ao mundo das hierarquias religiosas, da escrita ou da governação cidadina. Idêntica constatação pode ser feita para muitos dos cônegos que atravessam os séculos XII e XIII, para os quais é possível identificar ligações familiares no próprio meio urbano de Lisboa. Mas, para a grande maioria, esse elemento fica ofuscado pela ausência de informação ou pela informação tão fragmentária que não viabiliza nenhum conhecimento efetivo.

Não que haja dúvidas quanto ao papel desses “poderes laicos” nos conflitos que sempre rodeiam os bispos de Lisboa, quer durante as suas eleições, quer durante o exercício das suas prelazias. Sempre que chegam a Roma – e chegam muito frequentemente – queixas sobre desrespeito das liberdades eclesiásticas, encontramos inevitavelmente referências aos abusos régios, mas sempre acompanhados por abusos por parte de cidadãos e fações dentro dos habitantes de Lisboa que tomam partido e aproveitam o clima de instabilidade para influenciar os acontecimentos. Esta era também a realidade, atestável sobretudo na documentação pontifícia, sempre que surgiam questões relacionadas com o alegado exercício abusivo do episcopado por parte dos seus bispos. O caso de João *Raolis* é particularmente elucidativo a este respeito, a acreditarmos no seu depoimento em Roma, junto das instâncias de apelo do papa que ele servia como capelão e físico. Uma perseguição aos seus privilégios e da sua família, liderada por alguns cidadãos que se opunham ao protagonismo que o antigo deão e camareiro pontifício ia granjeando, incluía as acusações de pluralismo indevido de benefícios, simonia e favorecimento de familiares e implicara violências contra os familiares do bispo, que na maioria do tempo que durou a sua prelazia esteve em Roma.

Se as relações entre bispos e cidadãos podiam ficar tensas, o mesmo se podia dizer da relação dos bispos com os cabidos, que muitas vezes andavam em paralelo.

O convívio entre os bispos de Lisboa e os seus cabidos parece ter atravessado diversas fases e seguir tendências gerais de alternância entre o bom entendimento e a hostilidade aberta. Logo com o bispo D. Álvaro sente-se essa tensão latente de forma muito presente. Em primeiro lugar, a sua eleição contestada, refeita e



reconfirmada pelo papa e o ambiente de tumulto que rodeou a chegada das relíquias de São Vicente, opondo a população, os cônegos de São Vicente de Fora e os cônegos da catedral lisbonense, numa altura em que, estranhamente, o bispo não estava em Lisboa, poderão talvez justificar as cartas de proteção que o pontífice julgou necessário passar a Álvaro, para o proteger dos seus inimigos.

Este modelo, como vimos, acabaria por definir quase uma tendência endémica para a conflitualidade. Já vimos a questão que rodeou as eleições contestadas da grande maioria dos bispos desta fase e mesmo as questões com os reis. O mesmo se pode dizer da receção que na cidade tiveram algumas das opções mais drásticas ou polémicas dos seus bispos. As queixas apresentadas em Roma pelos bispos Soeiro e sobretudo por Soeiro Viegas, que teve de defrontar parte da população de Lisboa e a oposição do seu poderoso deão Vicente Hispano, na sequência do seu protagonismo na conquista de Alcácer, assemelham-se às apresentadas por João *Raolis*, que se queixava de ser espoliado abusivamente de propriedade que era sua de direito, ou de Airas Vasques, expulso da cidade e maltratado por leigos e eclesiásticos por ser um candidato “estrangeiro”.

Estes problemas seguramente despertavam os bispos para a necessidade de disciplinar e doutrinar, não só pelo recurso às excomunições e interditos, mas

também pelo recurso à proteção superior e cartas de proteção de papas e reis, com os quais também frequentemente podiam estar desavindos, mas fazendo recurso aos mecanismos que o próprio Direito Canónico e as suas prerrogativas lhes concediam.

Mas outros mecanismos de disciplina e doutrinação estavam ainda ao alcance destes bispos e a eles fizeram recurso: trata-se, em primeiro lugar, dos estatutos que foram sendo concedidos ao cabido, beneficiando os seus membros, concedendo-lhes bens e rendimentos que servissem para suprir as prebendas a que cada um tinha direito, e mais tarde a própria divisão das mesas do cabido e do bispo, estratégia que tentava garantir, pela separação da gestão dos bens, uma maior independência e ausência de conflitos; e em segundo lugar, e cronologicamente quase na sequência lógica daquelas primeiras tentativas, a convocação e reunião de sínodos, onde as normas reguladoras de clérigos e leigos eram emitidas e que procuravam, também elas, regulamentar e ordenar a vida e a moral da comunidade dos crentes.

Como vimos, D. Gilberto deu os primeiros estatutos ao cabido, em 1150, definindo 31 porções para seis dignidades e 18 cónegos. Logo em 1165, terá ampliado essa primeira doação, acrescentando-a e dando mais liberdade aos cónegos para gerirem os bens das suas prebendas. Em 1168, D. Álvaro confirmava esta mesma doação, ampliando-a, no que parecia ser um gesto de boa vontade para sanar uma anterior discórdia. Em 1191, Soeiro determina a divisão das mesas episcopal e capitular, numa concessão que explicitamente se assume como uma “concórdia” com o cabido e que menciona estar a ser feita segundo o modelo de Coimbra. Esta divisão, levada a cabo em data relativamente precoce revela-nos, de novo, a existência de tensões onde as não suspeitaríamos, uma vez que a eleição de Soeiro não foi contestada, ao mesmo tempo que revela a vontade dos bispos lisboetas de manterem a sua estrutura hierárquica bem estabelecida e organizada.

Os cónegos catedralícios deixaram de ser obrigados à vida em comum e passaram a poder viver fora da catedral, individualmente, sendo senhores dos seus próprios rendimentos. As posteriores concórdias feitas entre bispos e cabidos surgem-nos muito mais como acordos sobre questões pontuais do que como determinações estatutárias. Mas é flagrante como esses pactos estabelecidos como forma de sanar discórdias servem uma função reguladora quase estatutária, ao definirem a divisão dos bens e das atribuições de cada um dos prebendários e do seu bispo.

Os bispos de Lisboa haveriam de continuar a gerir o seu património e a lutar pelo predomínio da sua vontade e direitos a nível jurisdicional, com todos

aqueles que os defrontassem. A preocupação com a manutenção dos bons costumes e da fé, com a cura das almas dos paroquianos e com a disciplina canónica para os seus cônegos, acabaria por extravasar para outro importante marcador da sua atividade, as constituições sinodais que chegaram até nós.

Desconhecemos quais dessas constituições se perderam, mas o que temos ilustra perfeitamente uma também precoce atividade em termos de reunião de sínodos diocesanos. É muito significativo que a primeira notícia que temos de uma reunião sinodal seja de 1191, precisamente o mesmo ano em que o bispo Soeiro realizou a repartição das mesas. Infelizmente, nenhuma dessas constituições de Soeiro chegou até nós. Os sínodos cujas constituições conhecemos são o que convocou Soeiro Viegas, em data desconhecida e do qual apenas conhecemos uma constituição, o que se celebrou em 1240, convocado pelo bispo João *Raolis*, o de 1248, presidido pelo bispo Airas Vasques, e os de 1264, 1268 e 1271, convocados pelo bispo D. Mateus (*SYNODICON*, 1982: 283-304). O sínodo de 1240 integra a constituição de Soeiro Viegas, estatuinto que nenhum benefício possa ser dado sem o assentimento do bispo, uma constituição bem filha do seu tempo e que não poderia ser mais reveladora dos problemas que Soeiro II enfrentava. O mesmo se pode observar pela análise das constituições patentes nos restantes sínodos, que parecem refletir os problemas dos episcopados dos preladados que os convocaram. Assim, as 33 constituições do sínodo celebrado por João *Raolis*, pouco depois de ter ascendido ao episcopado, na sequência do período conturbadíssimo que se seguiu à morte de Soeiro Viegas, transcrevem as constituições genéricas sobre os sacramentos e a forma correta de os ministrar, sobre o bom comportamento dos eclesiásticos, sobre o casamento, a missa, os ofícios, a forma correta de fazer testamento, os legados e as posses dos clérigos, o convívio com judeus e a conversão de leigos, sobre a forma de tratar a Eucaristia e sobre a negligência na missa, os jejuns ou a sepultura e a honestidade dos clérigos, a forma correta de manter os paramentos e o arrendamento das igrejas. Sente-se que é um sínodo elaborado depois de um período de turbacão e que, por isso mesmo, enumera um conjunto de preceitos transversais a todo o clero, inserindo, aliás, as constituições de Eudes de Sully, bispo de Paris (1198-1208), na primeira parte do sínodo (*SYNODICON*, 1982: 285), para depois, para além de integrar a constituição do seu antecessor, acrescentar mais algumas, essas sim, originais da diocese de Lisboa.

De forma muito particular, o sínodo de D. Airas Vasques, reunido em 1248, no rescaldo dos grandes transtornos motivados pela guerra civil que terminou com o afastamento de Sancho II ao qual o bispo se opusera, inicia-se com uma transcrição de um passo do *Liber Extra* sobre as imunidades eclesiásticas, um

ditirambo em prol da defesa das mesmas, denunciando o quanto os homens do século, os *laici*, se imiscuíam na vida eclesiástica e proferindo-os susceptíveis de serem excomungados se violassem o foro eclesiástico, ameaçando também os eclesiásticos que transgredissem a regra da separação dos poderes. As restantes constituições vêm muito nesta linha, denunciando abusos e tentando corrigi-los, num tom retórico muito acentuado, que nos faz considerar que estaremos porventura face a um sínodo celebrado em ambiente de grande agitação. Já os três sínodos convocados e celebrados por D. Mateus parecem entrar de novo no âmbito da regularidade diocesana e endereçam questões normais de disciplina eclesiástica e norma canónica.

Ao longo de quase um século e meio, os bispos de uma Lisboa em expansão tiveram de defrontar as forças de bloqueio oriundas do interior dos seus cabidos, as influências das oligarquias urbanas, a oposição de outras casas religiosas da cidade, como São Vicente de Fora, ou Chelas, ou a Ordem de Santiago ou os templários, de gerir os territórios sob sua jurisdição, numa vasta área que se estendia de Leiria a Évora e de Santarém a Sintra, levar a cabo ações jurídicas, campanhas militares, exercer o seu poder de forma efetiva e simbólica, apelando a Roma e recorrendo às sanções eclesiásticas, excomunhões e interditos, sempre que a isso se sentiram obrigados.

Mas em nenhuma dessas ocasiões se sentiram tão frágeis como quando necessitaram opor-se aos monarcas.

Era da natureza mesma das relações entre poderes, durante o século XII e XIII que os poderes eclesiásticos e temporais se opusessem.

Afinal, o rei que “fizera” o primeiro bispo seria o mesmo que se sentiria sempre no direito de intervir na vida da comunidade dos clérigos, quer tal intervenção fosse para os beneficiar com doações, graças e cartas de proteção, quer para os intimidar e persuadir a seguir a linha do que eles tinham determinado. A ligação próxima que estes homens e seus cónegos sempre cultivaram em relação a todos os reis de Portugal deste período, desde Afonso Henriques (1139-1185) a Afonso III, funcionou como um catalisador de energia tão positiva quanto negativa. Sancho I (1185-1211), que tinha uma ligação muito estreita a Lisboa, parece ter tido uma relação pacífica com o bispo Soeiro, mas já Afonso II, que confiou a luta legal pelos destinos do seu direito ao reino através da ação do bispo Soeiro Viegas e de alguns dos mais destacados membros do cabido lisboeta, com quem mantinha relações muito estreitas de amizade até 1218, viria a hostilizar-se-ia com o seu bispo de Lisboa – na sequência da tomada de Alcácer e do lançamento das inquirições de 1220 – de forma praticamente irreconciliável até quase ao final da sua vida.

De Sancho II esperaríamos que tivesse mantido um perfil apagado em relação aos assuntos do clero lisboeta, mas a verdade é que o seu intervencionismo na crise de 1233-1239 e na seleção de um bispo que sucedesse a Soeiro Viegas, bem como em outros assuntos da diocese, é quase surpreendente. Não seria de estranhar que o seu pendor por apoiar, nessa fase, candidatos com ligação a Santiago de Compostela pudesse ter alguma ligação à escolha de Airas Vasques como o bispo que sucedeu a João *Raolis*. Nem o facto de este sobrinho do arcebispo de Compostela ter tido muitas dificuldades em se impor a uma cidade e a um cabido que, em 1241 e 1242, já seriam favoráveis às pretensões dos apoiantes de uma solução que passasse pelo afastamento do rei Sancho II e que, após a ascensão ao trono do novo rei Afonso III, sempre o apoiou.

Não repugna, por isso, pensar que os abusos e violências a que o bispo de Lisboa foi sujeito até à sua morte, em 1258, às mãos de oficiais régios de Afonso III, pudessem estar relacionados com o apoio que ele prodigalizou à causa de Sancho II.

O seu sucessor foi um homem do rei Afonso III, com quem teve relativamente poucos problemas. Numa cidade onde o rei estacionava muito e onde levou a cabo profundas intervenções urbanísticas, que nunca foi interdita por D. Mateus quando todos os outros interditaram as suas dioceses a mando do papa, uma das últimas imagens que temos é bem simbólica da forma como o episcopado lisboeta tinha evoluído: durante a segunda legacia de Frei Nicolau Hispano, em 1277, para tentar fazer o rei regressar aos bons costumes e abandonar a sua contumácia, entre corridas do palácio do bispo para a catedral e da catedral para o palácio do rei, do palácio do rei para a catedral, e por entre as inúmeras linhas do extenso relatório que o núncio apostólico enviou a Roma, relatando os abusos a que o rei o submeteu e suas tentativas de o contrariar, o bispo de Lisboa quase nunca aparece, pelo menos não de forma direta nem a defrontar o rei. O bispo de Lisboa parece manter um perfil o mais apagado possível, seguramente por ter entendido bastante melhor e antes que o legado papal, que este rei mudara as regras do jogo e que talvez a submissão aos seus desejos fosse a melhor forma de desempenhar as suas funções. A fase de conflitos e reclamações, de confronto e hostilidade para com os reis de Portugal parecia estar prestes a sofrer uma mutação. Os restantes bispos de Lisboa seriam já homens de outra realidade.

MARIA JOÃO BRANCO

A afirmação de Lisboa e a construção de uma arquidiocese: o entrelaçar de uma rede (1279-1393)

Em 1642, D. Rodrigo da Cunha (1577-1643), então arcebispo de Lisboa, publicava a sua *História Eclesiástica sobre a Igreja de Lisboa* (CUNHA, 1642). Fazia-o na sequência da produção de um conjunto de obras dedicadas às várias dioceses onde tinha exercido a sua função pastoral, entre as quais se incluía o Porto e Braga. O *Catálogo dos Bispos do Porto* (CUNHA, 1623), bem como a *História eclesiástica dos arcebispos de Braga* (CUNHA, 1634, 1635), são exemplos anteriores desta preocupação em registar fontes e memórias da ação dos seus antecessores e inserem-se numa tendência dominante nos séculos XVI-XVIII de fixação da memória histórica das instituições religiosas (SANTOS, 2009: 249-254).

Não sendo um caso exclusivo no panorama português, a produção de D. Rodrigo da Cunha destaca-se no campo da historiografia religiosa do século XVII pela atenção dada às dioceses e à relevância que a sua obra assumiu para estudos posteriores. Apesar das inevitáveis reservas que a sua utilização enquanto fonte histórica inevitavelmente acarreta, a verdade é que a obra de D. Rodrigo da Cunha constitui, muitas vezes, um repositório único para dioceses para as quais o acervo documental desapareceu ou é assumidamente parco, como é o caso de Lisboa. Mas a obra de Rodrigo da Cunha não deixa de refletir, em paralelo, uma preocupação coeva de afirmação da antiguidade e da relevância das dioceses portuguesas, feita num contexto de união ibérica.

Não surpreende assim que o primeiro volume da *História Eclesiástica de Lisboa* tenha tomado como ponto de chegada do seu relato o momento de passagem de Lisboa a arquidiocese. Reconhecimento que foi feito na sequência da ascensão de D. João I (1385-1433) ao trono e do apoio dado pela cidade e pela sua população ao Mestre (COELHO, 2005: 50-77), mas que culminou, igualmente, um longo percurso ascensional da própria cidade no contexto do reino português, marcado por uma crescente centralidade política e económica da urbe.

Este processo de afirmação de Lisboa conheceu, inevitavelmente, diferentes fases. A sua importância militar afirmada no contexto do mundo romano e reafirmada no período muçulmano, não deixaria de pesar na construção da própria identidade legitimadora do predomínio lisiponense. Contudo, o processo de construção da centralidade política e económica desenhado no período medieval e sob domínio cristão implicaria vários outros critérios e condicionamentos, próprios de um processo de construção de capitalidade.

À semelhança do que já foi afirmado para outras cidades, não foi a fixação da corte, que se manteve aliás itinerante durante toda a Idade Média, que

determinou a centralidade de Lisboa (GENET, 2006: 155-185). Esta foi, tal como outras cidades e vilas, um espaço privilegiado de permanência da família real ao longo dos séculos XIV e XV, mas nunca usufruiu da exclusividade dessa permanência. Tal facto não impediu, contudo, que as elites concelhias de Lisboa se entrecruzassem, desde cedo, com o serviço régio e o desempenho de cargos na administração do reino (FARELO, 2009).

Da mesma forma, a presença numerosa de estrangeiros, de diferentes proveniências, atestada desde a conquista da cidade e na documentação dos primeiros tempos de domínio cristão (BRANCO, 2001a), terá sido continuada durante os seguintes, passada a turbulência inevitável das primeiras décadas de presença cristã. Esta confluência foi reforçada nos séculos finais da Idade Média, quando o comércio e a estância de mercadores estrangeiros se consolidaram em Lisboa, transformando a cidade num local de interface comercial com o exterior.

Não admira, pois, que, nomeadamente a partir do final do século XIII, a atenção régia sobre Lisboa aumentasse. A fixação de estruturas administrativas, as aquisições e aforamentos de bens urbanos por parte de monarcas como D. Dinis (1279-1325) e D. Afonso IV (1325-1357), bem como os privilégios concedidos



Fig. 17. Pormenor da sé e do castelo na Panorâmica da Cidade de Lisboa, 1540-1550, papel. Holanda, Leiden University Library, Special Collections (KL) Bodel Nijenhuis, COLLBN J.29-15-7831-110-30. © Leiden University Library.

à cidade e ao seu concelho refletem, de forma indelével, o crescente interesse régio pela cidade.

Preterida em favor de Coimbra ou de Santarém no decurso da primeira metade do século XIII (BRANCO, 2005: 273; VILAR, 2005: 259) como local de estância régia, Lisboa seria, cada vez mais, procurada pelos monarcas do final de Duzentos e da primeira metade de Trezentos como local de permanência (HOMEM, 1996: 147-148; MATTOSO, 1985: II, 187-194, 237). D. Afonso IV, numa ação pioneira, escolheu a sé de Lisboa como espaço de inumação do seu corpo e da rainha D. Beatriz e aí fundou capelas por sua alma. Com este gesto, D. Afonso consagrou a descida do panteão régio para o centro do reino, num gesto alusivo à junção do norte e sul (HOMEM, 1996: 147), em detrimento do mosteiro de Alcobaca onde os seus antepassados se encontravam inumados. Da mesma forma, recusou o panteão que seu pai tinha, de forma infrutífera, procurado fundar às portas de Lisboa no mosteiro de São Dinis de Odivelas.

Não significa isto que a Lisboa de Trezentos possa já ser identificada como a “capital” do reino. Tal como já foi demonstrado por Patrick Boucheron, Denis Menjot e Pierre Monnet a construção da noção de capital é estritamente histórica (BOUCHERON, MENJOT E MONNET, 2006: 14). Mas, mais importante do que estabelecer a origem cronológica da utilização do conceito é compreender até que ponto Lisboa assumiu, no decurso do período medieval, a função de uma cidade-capital, marcada pela instalação dos órgãos de poder (BOUCHERON, MENJOT E MONNET, 2006: 45). Quando, em 1985, José Mattoso, a propósito da identificação dos mecanismos de coesão do reino, caracterizava a existência de um “sistema nervoso do corpo nacional” que fazia coincidir com uma via que ligava “entre si o rosário das cidades próximas do litoral” (MATTOSO, 1985: II, 192-194), este autor referia-se a uma primeira fase da constituição do reino, a fase da *Identificação* que daria nome à sua obra.

Mas a fase seguinte, marcada pela consolidação do rei e do reino, trouxe consigo uma inevitável reorientação do mapa político, no qual a afirmação gradual das cidades localizadas no centro e sul do território, com destaque para Lisboa, é apenas um dos aspectos, embora de importância fundamental.

Caberá ainda ter presente que o processo de capitalidade de que aqui se fala parte de uma visão obrigatoriamente finalista que termina na reconhecida centralidade política da Lisboa contemporânea, mas que, em paralelo, reconhece a existência de um longo e precoce processo de afirmação da cidade. Processo que, tal como já referimos, conheceu diferentes fases e perfis e a concorrência de outros polos urbanos que, ao longo da Idade Média, discutirão com Lisboa uma centralidade que se consolida.

Lisboa enquanto sede diocesana não foi igualmente estranha a este processo de construção de um centro político. Embora o território incluído na diocese não fosse particularmente extenso, nomeadamente se comparado com outros espaços diocesanos, a verdade é que o rendimento dos seus benefícios e do seu património surge, desde cedo, como relevante.

Se considerarmos, assim, a conhecida “Lista de Igrejas” de 1320 (ALMEIDA, 1967-1971: IV, 90-144; BOISSELLIER, 2012: 109-203) e compararmos os valores taxados relativos às mesas episcopais e capitulares, é notória a importância dos rendimentos desta diocese, logo a seguir aos da arquidiocese de Braga. Assim, enquanto a mesa arquiépiscopal foi taxada em 20.000 libras e a mesa capitular em 7550 libras, para o caso de Lisboa, a mesa episcopal foi taxada em 18.000 libras e a capitular em 12.742 libras, números que demonstram, em termos comparativos, a importância dos rendimentos da diocese lisiponense, a segunda mais rentável do reino. Neste contexto, a taxa relativa à mesa capitular é particularmente relevante. Ao contrário do que acontecia com os rendimentos episcopais que surgiam como os segundos mais importantes a seguir aos de Braga, a mesa capitular de Lisboa revela-se como a mais rentável de todo o reino, ultrapassando, de forma significativa, os valores indicados para Braga e para as demais dioceses.

Não surpreende, pois, que a posse de um canonicato em Lisboa fosse discutida e passível de múltiplas súplicas junto do papa. Nem surpreende que os reis medievais se tivessem preocupado, desde cedo, com as designações dos prelados da diocese de Lisboa.

Mas a importância económica da diocese não terá, igualmente, sido estranha à bula que, a 10 de novembro de 1393 (BRÁSIO, 1957), Bonifácio IX emitiu e pela qual Lisboa foi elevada à categoria de arquidiocese. O papa entregou-lhe então, como sufragâneos, os bispados de Évora, Guarda e Lamego, pertencentes a Compostela, e o bispado de Silves, dependente de Sevilha, terminando assim com uma divergência entre fronteiras políticas e fronteiras arquidiocesanas. Divergência que tinha sido consagrada no final do século XII a partir do conflito sobre as jurisdições de Braga e Compostela.

A bula *In eminentissimae dignitatis* consagra assim uma nova etapa na vida da diocese e afirmava a supremacia da diocese lisiponense e do seu bispo, agora elevado ao lugar de arcebispo.

Esta mudança corresponderia aos desejos do novo rei João I, o qual, no decurso dos anos de crise, concedeu e confirmou novos e antigos privilégios à cidade de Lisboa, na procura da captação dos apoios da cidade e dos seus moradores (COELHO, 2005: 56-57). Mas este reconhecimento vinha ainda na linha de anteriores pedidos que monarcas, como D. Fernando, tinham já dirigido à

Cúria no sentido da revisão do mapa diocesano e arquidiocesano, procurando, desta forma, acabar com o desfasamento entre o mapa político e o mapa eclesiástico (BAPTISTA, 1956: 105).

D. João I terá também visto com bons olhos a manutenção de D. João Anes (1384-1402) à frente dos destinos da agora arquidiocese, um prelado designado em 1383 (EUBEL, 1935-1978: I, 507) e com um posicionamento favorável ao futuro rei.

Por seu turno, Bonifácio IX procurava assim agradar a um monarca recentemente chegado ao poder e cuja obediência a Roma tinha sido reafirmada, apesar das hipotéticas pressões internas que ainda pudessem existir por parte dos apoiantes de Clemente VII (1378-1394) em Portugal. E para tal, a resolução de um problema que se arrastava desde a bula de Inocêncio III de 1199 e o reconhecimento da proeminência de Lisboa, surgiam como dois elementos centrais na captação da lealdade religiosa e política do rei de Portugal para com o papa de Roma face ao seu concorrente de Avinhão. Papas que continuavam a discutir entre si, neste final do século XIV, o governo da Cristandade e a lealdade das diferentes monarquias.

A crescente centralidade de Lisboa no mapa político da realeza portuguesa da segunda metade de Duzentos e da centúria de Trezentos, não deixaria de se refletir, também, na forma como os monarcas olhavam os processos de designação dos responsáveis pelos postos chave da vida urbana. E, neste contexto, esse olhar não se limitava aos lugares e às magistraturas concelhias, mas estendia-se igualmente aos benefícios eclesiásticos, cuja importância económica e centralidade política não passariam despercebidas a uma realeza em definição.

ENTRE O FAVOR RÉGIO E O DOMÍNIO DE AVINHÃO

O período que decorreu entre as últimas décadas do século XIII e a passagem de Lisboa ao estatuto de arquidiocese é, a vários títulos, uma fase de transição. Transição nos modelos de relacionamento entre os corpos do reino. Transição no processo de afirmação e consolidação do poder régio sobre um território definido.

Neste contexto, o longo reinado de D. Dinis é particularmente representativo dos novos parâmetros que irão enquadrar a relação do rei com a Igreja.

A um período marcado por uma conflitualidade mais ou menos contínua e, por vezes, violenta, coincidente, grosso modo, com os primeiros reinados portugueses até à deposição de Sancho II e aos conflitos de Afonso III com o episcopado, seguir-se-á uma nova fase, no decurso da qual as querelas em torno das liberdades eclesiásticas não deixarão de estar presentes mas, agora, enquadradas em novos modelos de relacionamento.

Neste quadro, as chamadas concordatas de 1289 representam um elemento privilegiado e pioneiro do que será esse novo modelo de relacionamento, pautado pela constante reivindicação das liberdades e imunidades eclesiásticas por parte da Igreja, face a um cada vez mais influente poder régio e a um poder papal que, ao longo de Trezentos, se enredou numa crescente dependência para com o poder político dos reinos.

Os acordos globais que, em 1289, D. Dinis e os bispos portugueses estabeleceram (COSTA, 1966) vieram, com efeito, tentar colocar um fim num longo processo iniciado nos anos 60 do século XIII, mais propriamente em 1267, com a ida da maior parte dos prelados das dioceses portuguesas para a Cúria. Aí apresentaram uma longa lista de queixas contra Afonso III (MARQUES, 1990: 390-399, 499-521). Queixas que se reportavam a diferentes abusos ou desrespeitos das prerrogativas eclesiásticas praticados pelo rei ou pelos seus oficiais. Curiosamente, aquando da ida para a Cúria, o bispo de Lisboa D. Mateus optou por permanecer na sua diocese, não obstante as queixas relativas a Lisboa de que os restantes prelados se fizeram eco, tendo apenas enviado um seu procurador, tal como aconteceu com o bispo de Lamego. Da mesma forma, não terá lançado o interdito sobre a sua diocese, ao contrário do que aconteceu com os demais. A proximidade ao rei e o apoio do monarca numa eleição conturbada e muito disputada ao longo de mais de quatro anos explicam talvez esta posição. Em Portugal terão ainda permanecido o bispo de Lamego, já referido, mas também D. Durando, bispo de Évora (1267-1283) e clérigo do rei.

Em 1289, quando os primeiros acordos são estabelecidos, D. Mateus tinha já falecido em 1282, dando origem à eleição não confirmada de D. Domingos Anes Jardo, chanceler do rei. Mais uma vez, e tal como tinha acontecido com D. Mateus, a intervenção régia parece ter estado subjacente a esta escolha de um clérigo do rei e chanceler régio. Escolha com a qual o papa não veio, contudo, a concordar. Com efeito, Honório IV (1285-1287) viria a nomear Estêvão Anes de Vasconcelos (1286-1287) em detrimento do chanceler régio. Invocando uma reserva anterior, feita pelo seu antecessor, Honório IV afastaria o clérigo do rei da diocese de Lisboa. Domingos Anes Jardo seria então designado bispo de Évora (1286-1289) até à morte de Estêvão Anes e à realização de uma nova eleição para a diocese olisiponense.

Honório IV limitava-se então a utilizar o poder das reservas pontifícias, paulatinamente definidas ao longo do século XIII e que consagrariam, de forma gradual, as fronteiras da atuação papal no processo de designação episcopal. E utilizava-o num contexto particular de pressão sobre o rei Dinis no sentido da celebração das concordatas.

Com efeito, se o processo de negociação entre a Cúria e a realeza portuguesa parece ter ganho uma particular ênfase após a morte de Afonso III e a nomeação de D. Frei Telo para arcebispo de Braga em abril de 1278, a verdade é que a consagração dos textos finais dos acordos tardaria dez anos e compreenderia diferentes fases (COSTA, 1990b). Dinis, enquanto infante herdeiro, tinha já presenciado o início das diligências feitas pelos procuradores de seu pai junto à Cúria, bem como os jogos e as estratégias sucessivas de adiamento da tomada de decisões que Afonso III desenvolveu ao longo da legacia de frei Nicolau em Portugal (1277) (MARQUES, 1990: 407-413). As atas então produzidas constituem um documento de particular importância para o conhecimento desses anos e dessas negociações.

Não surpreende assim que também depois da ascensão ao trono de D. Dinis, as negociações conhecessem, de novo, diferentes avanços e recuos, como aconteceu com a reunião na Guarda de 1281 e as dúvidas colocadas pelas Cortes de Lisboa em 1285 (COSTA, 1990b).

O ponto de chegada que os textos de 1289 constituem não é mais do que uma tentativa de passar a escrito muitas das queixas apresentadas em 1267 por prelados que tinham já sido substituídos por novos protagonistas à frente das dioceses, mas despindo-as agora de alguns dos episódios mencionados pelos bispos. Queixas às quais o papa Nicolau IV (1288-1292) se preocupou então em juntar a anuência régia em relação ao cumprimento do disposto, impondo que o rei juntasse a sua concordância aos artigos estabelecidos (COSTA, 1990b: 301; *As GAVETAS*, 1960-1975: VII, 23-36). E esse é o modelo que chegou até nós de queixa seguida pela anuência régia e que a coleção legislativa das *Ordenações Afonsinas* veio a legitimar e a fixar.

Como as décadas posteriores viriam a demonstrar, estes acordos nem sempre resolveram os conflitos entre os bispos e a realeza. O recurso às inquirições, nomeadamente por parte de D. Dinis, logo em 1288, como forma de identificar os abusos praticados sobre o património senhorial e as sentenças promulgadas pelo mesmo monarca em 1290 com o intuito de corrigir as infrações, criaram, inevitavelmente, novas frentes de disputa. E se bem que a aplicação destas sentenças tenha ficado aquém do disposto, a celebração de novas concordatas ainda no reinado de Dinis, em 1292 e em 1309, bem como nos governos de D. Pedro I e de D. João I, demonstram que os acordos atuavam mais como esforços conjunturais de apaziguamento entre as partes do que de resolução efetiva das áreas de conflito.

E uma dessas áreas de conflito residia, inquestionavelmente, na capacidade régia em assegurar a nomeação de clérigos de confiança para alguns dos postos

chave da estrutura diocesana. Se bem que sujeita às orientações conciliares e canónicas que o papado tendeu a especificar, sobretudo no decurso do século XIII, a eleição episcopal assumia-se como um momento privilegiado de atuação dos vários poderes com interesse neste processo.

Ao domínio da eleição capitular, prevista nos Concílios de Latrão, foi-se juntando, de forma gradual, a crescente influência régia, recorrentemente mencionada nas queixas feitas pelos prelados, bem como o efeito das reservas pontifícias. E a influência destes diferentes interesses fazia-se sentir, em particular, em algumas dioceses, como era o caso de Lisboa.

Não surpreende, assim, que muitas das designações episcopais que tiveram lugar no decurso da segunda metade de Duzentos ou ainda no decurso de Trezentos tivessem sido antecedidas por processos eleitorais disputados entre diferentes eclesiásticos e que, regra geral, terminaram em apelo para a Cúria. Muitos destes eclesiásticos eram servidores régios, presentes, em especial, até ao início da segunda metade do século XIV. A partir dos anos 40, tem início uma nova fase, marcada pelo domínio de prelados estrangeiros, nomeadamente de origem francesa, à frente dos destinos da diocese de Lisboa.

Mas, entre 1289 e 1342, os clérigos do rei parecem dominar. Domingos Anes Jardo (1289-1293), João Martins de Soalhães (1294-1313), frei Estêvão (1313-1321), Gonçalo Pereira (1322-1326), João Afonso de Brito (1326-1342) e Vasco Martins (1342-1344), todos eles usufruíram, de uma ou de outra maneira, do apoio régio, fosse no processo de designação, fosse na outorga de privilégios e bens.

Tal não implicou, contudo, que uma vez consagrados bispos da diocese, estes eclesiásticos não tivessem protagonizado, eles próprios, processos de reivindicação e de afirmação dos privilégios diocesanos face ao rei que tinham servido. A concordata estabelecida, em 1309, com João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa e antigo procurador de D. Dinis na Cúria, evidencia, por um lado, que passados 20 anos sobre 1289 nem tudo estaria a correr como previsto, mas também que o serviço anterior ao rei não asseguraria, obrigatoriamente, uma relação pacífica.

Da mesma forma, o favor régio nem sempre era um elemento favorável à carreira de um eclesiástico. A pressão do rei ou a tentativa de impor alguém vindo do serviço régio e nem sempre dos grupos capitulares, não deixaria de provocar resistências aquando da designação de um bispo ou de um detentor de uma dignidade ou benefício. Resistências não apenas por parte do Papa mas até dos cônegos ou dos grupos urbanos que, por entre as votações capitulares, insinuavam também os seus interesses.

As reservas colocadas à eleição de D. Mateus e que ditariam um longo processo que se arrastaria por mais de quatro anos são um exemplo privilegiado

dessas resistências. Mas também os processos de nomeação de João Afonso de Brito ou de frei Estêvão para Lisboa evidenciam as possíveis resistências que os protegidos régios não deixariam de suscitar.

É óbvio que as tentativas régias de influenciar o resultado das eleições episcopais não se limitavam a Lisboa. As queixas formuladas pelos prelados em 1267 dão exatamente conta dessa interferência recorrente. Mas é também claro, analisando o perfil dos bispos entre a segunda metade de Duzentos e a primeira metade de Trezentos, que a presença de clérigos e servidores régios se fazia sentir com uma particular acuidade em dioceses como Lisboa, Braga e Évora, embora o rei não descurasse a possibilidade de nomeação de um eclesiástico da sua confiança para outros espaços diocesanos, se essa oportunidade se perfilasse.

Porque, com efeito, a intervenção régia nos processos de designação episcopal não buscava apenas a colocação de eclesiásticos de confiança do rei em dioceses que constituíam pontos-chave no mapa político de Duzentos e de Trezentos. O que estava igualmente subjacente era a possibilidade de integração destes lugares e destas nomeações num sistema benéfico e de recompensa sobre o qual o monarca pretendia ter uma palavra a dizer. Tanto mais quando a interferência régia não se limitava ao campo do clero diocesano. Também nas Ordens Militares se identifica um reforço dessa intervenção ao longo da primeira metade do século XIV e em particular, nas ordens de Avis e de Santiago (OLIVEIRA, 2009: 45 e ss.). E também aqui a integração destes lugares numa lógica benéfico e de recompensa que tivesse o rei como elemento central constituía um objetivo claro da política régia.

A guerra civil do final do reinado de Dinis entre o monarca e o seu filho, futuro Afonso IV, revelar-se-ia igualmente complexa para o mundo episcopal. A morte de Geraldo Domingues, bispo de Évora, em 1321 às mãos dos partidários do infante Afonso é, talvez, o episódio mais conhecido quando se analisa o posicionamento do clero episcopal neste conflito. Mas também as dissensões que marcaram a relação de D. Dinis com frei Estêvão, bispo de Lisboa, a sua ida para a Cúria e a sua permanência aí até à sua transferência para Cuenca (VILAR, 2007b: 129-144; LOPES, 1997a) refletem a forma como o conflito do final do reinado de Dinis acabaria por influenciar as relações do monarca com o “seu episcopado” (VILAR, 2001).

Tanto Afonso IV como posteriormente Pedro I retomariam a afirmação da esfera da ação régia e com isso abriam novas frentes de oposição. Braga, Porto, Silves foram algumas das dioceses com cujos prelados Afonso IV teve claros confrontos. O “Chamamento Geral” feito pelo monarca em 1334, de acordo com o qual todos os senhores leigos e eclesiásticos eram chamados a fazer prova

dos seus direitos jurisdicionais, não deixou de multiplicar o número das situações potenciais de conflito (SOUSA, 2005: 124-134).

Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga (1326-1349) e anterior bispo de Lisboa, foi um desses protagonistas com quem Afonso IV discutiu a amplitude da jurisdição do arcebispo sobre a cidade. Também com o Porto, cidade de senhoria episcopal, Afonso IV retomaria uma longa e velha questão em torno da jurisdição episcopal sobre a cidade, alimentada pelas resistências do concelho ao poder do bispo. A tentativa gorada, por parte de Afonso IV, em colocar nesta diocese o seu chanceler, Miguel Vivas (1328) (SOUSA, 2005: 131; VILAR, 2016: 78-79), um eclesiástico da sua confiança, foi apenas mais um episódio desse processo e apenas serviria para demonstrar as limitações com que a ação régia ainda se defrontava em algumas dioceses, quando procurava colocar clérigos que lhe eram próximos. No caso vertente, Afonso IV defrontou-se com a resistência papal, que escolheu antes Vasco Martins para novo prelado. Mas nem mesmo a mudança, em 1342, de Vasco Martins para Lisboa viria a resolver a situação, já que as questões que estavam na base do conflito se mantiveram até ao início do século xv e à passagem da cidade para a jurisdição régia.

Contudo, em Lisboa, o governo de João Afonso de Brito, entre 1326 e 1342, parece ter-se saldado por uma particular articulação com o rei. Membro de uma família marcada pelo serviço régio e dele dependente na formulação de muitas das carreiras dos seus parentes, João Afonso de Brito assegurou um longo e, aparentemente, calmo governo da diocese.

A segunda metade de Trezentos representou para Lisboa um período de domínio das nomeações papais de prelados de origem francesa. Tal como já tinha acontecido em Coimbra e em Braga, também Lisboa sentiria, nas décadas centrais de Trezentos, o peso da nomeação papal e da influência das redes eclesiásticas que se moviam em torno do papado de Avinhão.

A mudança do papa para Avinhão, no início de Trezentos, implicou um renovar dos esforços papais no sentido do controle dos rendimentos e das nomeações dos benefícios vacantes. A cada vez mais complexa estrutura administrativa sediada em Avinhão e o peso dos círculos franceses acentuaram a necessidade de cobrança de novos impostos e redesenharam as redes de mobilidade dos eclesiásticos. Será então o tempo da presença de eclesiásticos estrangeiros, nomeadamente originários do reino francês, em muitos cargos episcopais mas também em lugares capitulares e paroquiais.

Os governos de Estêvão de la Garde (1344-1348), Teobaldo de Castillon (1348-1356) e Reginaldo de Maubernard (1356-1359) coincidiram com os pontificados de Clemente VI (1342-1352) e de Inocêncio VI (1352-1362) e com

um período de evidente influência de Avinhão nas nomeações episcopais. Nomeações que incidiam, muitas vezes, sobre eclesiásticos com carreiras de serviço ao papa e, em alguns casos, com ligações familiares ao próprio pontífice.

Como seria de prever, nem sempre estas designações eram facilmente aceites e a pressão da influência de Avinhão e das suas redes sobre a cristandade europeia não foram estranhas ao Cisma que, a partir da primavera de 1378, dividiria os cristãos.

ENTRE O CISMA E A CRISE DINÁSTICA: O PAPEL DE UMA CIDADE

Na primavera de 1378, Urbano VI (1378-1389) era eleito em Roma. Alguns meses mais tarde, em setembro do mesmo ano, um novo papa era eleito sem que o anterior tivesse morrido ou resignado. Tinha então início o chamado “Grande Cisma do século xiv”, que se prolongaria até aos primeiros anos do século xv, dividindo a Cristandade e os seus reis em duas obediências.

Em Portugal, a notícia da eleição de Urbano VI chegou a D. Fernando através das cartas enviadas por D. Agapito Colona, bispo de Lisboa, que então se encontrava em Roma. É provável que estas cartas, chegadas no final de 1378, viessem parar às mãos de um rei doente, a acreditarmos na referência feita por D. Martinho, em 1382, no seu discurso ao rei de França (GOMES, 2005: 122-123; VALOIS, 1891). Esta doença, motivada talvez por uma tentativa de envenenamento (GOMES, 2005: 122 e ss.), iria marcar os últimos anos da sua vida e não pode deixar de ter estado na base de algumas das opções políticas tomadas ao longo deste período. Opções que tentaram, sobretudo, assegurar as condições de sucessão régia em favor da única filha viva de D. Fernando, ou seja, a infanta D. Beatriz, e contornar os problemas derivados de um monarca fisicamente fragilizado.

Os historiadores nem sempre foram unânimes na avaliação do reinado fernandino. Desde cedo que as alterações de obediência entre os papas de Roma e de Avinhão por parte do monarca português entre 1378 e 1383 foram interpretadas como mais um indício de um carácter no qual a “prudência não era o traço dominante” (VALOIS, 1891: 488).

Contudo, os dados disponíveis e criteriosamente compilados por Júlio César Baptista e por António Domingues de Sousa Costa sobre o papel de Portugal no Cisma, e em cujas análises nos baseamos, definem um quadro de atuação bem diferente (BAPTISTA, 1956; *MPV* III/1).

Antes de mais, parece ser clara a preocupação de D. Fernando em se aconselhar na escolha da obediência a seguir. O problema da legitimidade papal parece, contudo, apenas colocar-se após a eleição de Clemente VII e a existência de uma direção bicéfala da Igreja.

Tal como César Baptista (1956: 75) refere, é plausível pensar que a argumentação desenvolvida em torno das pressões de que os cardeais eleitores tinham sido objeto aquando da eleição de Urbano VI apenas tivesse ganho importância como argumento legitimador da nova eleição do papa de Avinhão e não antes. Pelo que só após esta data a discussão e os inquéritos em torno das condições que tinham rodeado a eleição se tenham imposto como elementos indispensáveis ao apuramento do processo.

Com efeito, a existência de pressões ou de alterações em redor de uma eleição papal não foi apanágio exclusivo da eleição de Urbano VI e dificilmente os monarcas veriam nesse facto um dado a reter antes de setembro de 1378. Mas a divisão que a nomeação de Clemente VII representou exigiu uma tomada de posição por parte das diferentes realezas. D. Fernando recorreria assim, e por diversas vezes, ao apoio do seu Conselho, onde pontificavam os prelados e letrados. Os quais, em reuniões realizadas no decurso de 1379, nomeadamente em maio e novembro, teriam recomendado ao rei a adoção de uma posição de neutralidade face à eleição (BAPTISTA, 1956: 80; GOMES, 2005: 97). Neutralidade que seria igualmente seguida pelo rei de Castela possivelmente até maio de 1381 (*MPV* III/1, 270).

No entanto, logo no início do ano seguinte, D. Fernando declararia, publicamente, em Évora, a sua obediência a Clemente VII rompendo assim com uma aparente situação de neutralidade, mas, no decurso da qual acatou as orientações e nomeações feitas por Urbano VI. Foi na sequência desta declaração que D. Fernando enviou a França uma embaixada encabeçada por D. Martinho, bispo de Lisboa, fervoroso adepto de Clemente VII, com a incumbência de comunicar ao rei de França, ao duque de Anjou e a Clemente VII o apoio do monarca português à causa do papa de Avinhão.

O discurso que, então, este bispo fez perante o rei de França, em 14 de julho de 1380 e publicado por Valois é uma das principais fontes disponíveis para a análise destes meses. Fonte obrigatoriamente ideológica e construída em função da necessidade de demonstrar a legitimidade da decisão fernandina de optar pela obediência a Clemente VII e o carácter cristianíssimo de um rei que então oferecia o seu apoio ao papa de Avinhão. Mas cuja riqueza informativa justifica a sua reiterada utilização na reconstituição de uns meses sobre os quais as fontes não são particularmente numerosas.

Tanto Júlio Cesar Baptista, primeiro, como Sousa Costa, mais tarde, chamaram já a atenção para o carácter lacunar das fontes disponíveis. Para lá das vicissitudes da preservação dos registos de Clemente VII e do desaparecimento dos registos de Urbano VI mencionados por Júlio César Baptista (1956: 66-67),

cabe realçar a produção sobreposta e paralela de documentos de nomeações por parte dos dois papas, em resposta a solicitações de diferentes fações para um mesmo benefício, facto que origina informações contraditórias.

Mas qualquer análise feita sobre estes anos dificilmente pode ignorar o contributo e a imagem, igualmente construída, por Fernão Lopes na sua *Crónica de D. Fernando*. Obra reiteradamente citada, ela constitui, também, uma fonte ideológica, produzida no contexto de uma nova dinastia em processo de legitimação interna, e na economia da qual a figura de D. Fernando se confunde, frequentemente, com a de um rei hesitante nas suas escolhas e recorrentemente dependente da opinião do seu Conselho.

Perante este universo documental, o quadro traçado será sempre lacunar e nem sempre o percurso de muitos dos protagonistas destes anos surge aclarado. Da mesma forma que se torna difícil avaliar o impacto das mudanças de obediência mas, sobretudo, da sua sobreposição, dentro de uma mesma diocese. Com efeito, embora tendamos a centrar a análise nas alterações de obediência protagonizadas por D. Fernando, a verdade é que estas mudanças se repercutiam, de forma mais ou menos violenta, em cada espaço diocesano, provocando nomeações sobrepostas que, em muitos casos, nunca seriam consumadas mas que, em outros, provocariam inevitáveis conflitos.

O conturbado governo de D. Lourenço Vicente em Braga, entre 1373 e 1397, eclesiástico apoiante de Urbano VI, é um claro e privilegiado exemplo das consequências dessas alterações. Nomeado por Gregório XI, afastado por Clemente VII e reconduzido por Urbano VI, Lourenço Vicente contaria, ao longo do seu governo, não apenas com a oposição dos bispos de outras dioceses favoráveis a Clemente VII, mas também com a oposição de membros do seu próprio cabido, abrindo assim fissuras de obediência no interior da própria diocese.

Mas também em Lisboa os efeitos das nomeações sobrepostas de bispos não deixariam de se fazer sentir.

Embora Portugal se mantivesse ainda neutral durante o ano de 1379, Clemente VII viria a nomear para Lisboa D. Martinho, um eclesiástico castelhano normalmente identificado como próximo de D. Fernando. Castelhano e bispo de Silves, D. Martinho foi nomeado para Lisboa em fevereiro de 1379 (BAPTISTA, 1956: 79), tendo permanecido à frente desta diocese até à sua morte, em 1383. Aquando da sua nomeação, Lisboa tinha já um bispo, Agapito Colona, romano e seguidor de Urbano VI, mas será D. Martinho que irá marcar, de forma indelével, a governação desta diocese ao longo destes anos. E marcou-a não tanto pela sua ação enquanto pastor mas, sobretudo, enquanto político e apoiante de Clemente VII.

Com efeito, a obediência declarada por D. Fernando a Clemente VII no início de 1380 é, normalmente, lida como um dos resultados da influência de D. Martinho sobre o monarca. Embora o apoio a Clemente VII por parte dos bispos portugueses se estendesse ainda aos prelados de outras dioceses, com exceção dos bispos do Porto e de Lamego. Foi, aliás, durante o período em que o reino permaneceu fiel ao papa de Avinhão que Clemente VII encarregou o bispo de Viseu e o abade de Alcobaça, através da bula *Nuper Per parte carissimi*, de junho de 1380, de estudarem a remodelação das dioceses portuguesas e a hipótese de criação de Lisboa como sede arquidiocesana, seguindo o pedido do monarca. Pedido que tinha invocado a já mencionada disparidade entre as fronteiras políticas e as fronteiras eclesiásticas e os danos que daí resultavam para os fiéis e para a vida religiosa.

Embora os resultados concretos desta bula não sejam conhecidos, a sua promulgação constitui um indício claro de como a criação de uma nova arquidiocese com sede em Lisboa constava já das preocupações de D. Fernando, senão mesmo dos seus antecessores. Preocupações que visavam não apenas a reforma de um mapa religioso, criado num contexto particular de final do século XII mas, sobretudo, acentuar, através da obtenção do estatuto de arquidiocese, a importância de uma nova cidade, situada no centro do território do reino. E, em paralelo, retirar a Braga a exclusividade de um estatuto ao nível nacional.

Em meados de 1381, D. Fernando viria, de novo, a mudar a sua obediência. A guerra com Castela e o apoio esperado por parte de Inglaterra poderão explicar esta mudança e a opção pelo apoio a Urbano VI. D. Martinho foi então substituído à frente da diocese por João Gutiérrez, deão de Segóvia (1381?-1382). Substituição que, a concretizar-se, seria, no entanto, bastante curta.

É assim que, já em maio de 1383, reencontramos D. Martinho como um dos subscritores do Tratado de Salvaterra, pelo qual foi estabelecido o acordo de casamento entre João I de Castela e D. Beatriz. Junto com ele estarão os bispos da Guarda e de Coimbra em nome do rei de Portugal e o cardeal Pedro de Luna e o arcebispo de Santiago em representação do rei de Castela. A presença destes prelados poderá indicar que D. Fernando teria, de novo, alterado a sua obediência e retornado ao papa de Avinhão. Mas os dados coligidos por Júlio César Baptista parecem ir no sentido de uma não declaração pública desse apoio.

Independentemente do apoio público ou não à causa clementista, a presença de D. Martinho evidencia, sobretudo, como a facção ligada aos interesses castelhanos rodeava o monarca neste final de vida, legitimando um acordo de casamento e assegurando um modelo de sucessão.

A morte de D. Fernando, em outubro de 1383, precipitaria os acontecimentos, embora o longo agonizar do rei tivesse deixado tempo aos diferentes grupos para pensarem o futuro imediatamente posterior ao desaparecimento físico do monarca.

Os movimentos que, neste final de 1383, atravessaram Lisboa no apoio ao Mestre, resultaram na morte do bispo D. Martinho pelo povo que acorreu à sé. Fernão Lopes deu-nos conta dessa morte através de um relato privilegiado sobre a atuação das populações urbanas em tempo de crise. Acusado de ser castelhano e cismático, D. Martinho representava, para o povo de Lisboa, neste final de 1383, um dos inimigos do Messias (VENTURA, 1992b) que o povo de Lisboa procurava defender e que os libertaria do jugo de Castela ou até da servidão dos poderosos, objetivo bem mais difícil de atingir.

Difícilmente D. João poderia cumprir os anseios do povo que irrompia pelas praças e ruas de Lisboa neste final de 1383. Mas soube cumprir os desejos de alguns dos seus responsáveis.

A proteção a Lisboa e às suas elites, o reconhecimento dos seus mesteres com a criação da Casa dos Vinte e Quatro foram apenas algumas das medidas. Em paralelo, D. João I terá retomado, em data desconhecida, a questão da revisão do mapa diocesano e da constituição de uma nova arquidiocese com sede em território português. Mas, antes, declara a obediência ao papa de Roma, em clara oposição ao rei de Castela, fiel a Clemente VII desde maio de 1381, e permanecerá nessa obediência até à resolução do Cisma. Desta forma, abriu caminho à satisfação das suas pretensões: Lisboa seria, a partir de 10 de novembro de 1393, a sede de uma nova arquidiocese com jurisdição sobre as dioceses do centro e sul de Portugal.

HERMÍNIA VASCONCELOS VILAR

BIBLIOGRAFIA. Fontes Impressas: ALFONSO X, 1972; BOISSELLIER, 2012; *BULÁRIO PORTUGUÊS*; *CABIDO DA SÉ*, 1954; *CHAFIII*; *A CONQUISTA*, 2007; CUNHA, 1623; CUNHA, 1634; CUNHA, 1635; CUNHA, 1642; *DMP-DR*; *LA DOCUMENTACIÓN PONTIFICIA*, 1955; *LA DOCUMENTACIÓN PONTIFICIA*, 1965; ERDMANN, 1927; *As GAVETAS*, 1960-1975; *INDICULUM*, 2007; *LIBER FIDEI*; *MH*; *MPV*; *OSVF*; *PORTUGALIA PONTIFICIA*, 2013; S. VICENTE, 1988; *SYNODICON*, 1982; **Estudos:** ALMEIDA, 1967-1971; AZEVEDO, 1939-1944; BAPTISTA, 1956; BARROCA, 2000; BOUCHERON, MENJOT E MONNET, 2006; BRANCO, 1998; BRANCO, 1999; BRANCO, 2001a; BRANCO, 2001b; BRANCO, 2003; BRANCO, 2005; BRÁSIO, 1957; COELHO, 2005; COSTA, 1963c; COSTA, 1966; COSTA, 1984; COSTA, 1990b; EDWARDS, 1967; ERDMANN, 1935;

EUBEL, 1935-1978; FARELO, 2003; FARELO, 2009; FEIGE, 1978; FERNANDES, 2006b; GENET, 2006; GOMES, 2005; GOMES, 2007; HOMEM, 1996; JORGE, 2000b; JORGE [ET AL.], 2005; LEPINE, 1995; LIVERMORE, 1990; LOPES, 1997a; MARQUES, 1990; MARQUES, 1996c; MATOSO, 1985; NORTE, 2013a; OLIVEIRA, 2009; SANTOS, 2009; SOUSA, 2005; VALOIS, 1891; VENTURA, 1992b; VILAR, 2001; VILAR, 2005; VILAR, 2007b; VILAR, 2016; WILSON, 2017.

GILBERTO DE HASTINGS

(1147-1163/1165)

Conhecemos, sem margens para dúvidas, a data de ascensão à dignidade episcopal de Lisboa do primeiro bispo da diocese, na sequência da conquista da cidade pelas forças conjuntas dos portugueses e dos cruzados anglo-normandos, francos, teutónicos e flamengos que integravam o contingente naval da Segunda Cruzada (1147-1149) que parou em Lisboa para ajudar na tomada da cidade no seu caminho para a Terra Santa. De acordo com a detalhada descrição do relato da conquista de Lisboa, elaborado também ele por um cruzado anglo-normando que terá ficado em Lisboa depois da conquista, o novo bispo de Lisboa, Gilberto de Hastings, foi eleito e consagrado bispo de Lisboa precisamente a 1 de novembro de 1147: “foi eleito para a sede episcopal um dos nossos, Gilberto de Hastings, tendo dado o seu assentimento a tal eleição o rei, o arcebispo, os bispos, o clero e todos os leigos. No dia em que se celebrava a Festa de Todos os Santos, em louvor e honra do nome de Cristo e da sua Santíssima Mãe foi feita a purificação do templo pelo arcebispo e por mais quatro bispos e restaurada a diocese como sede do episcopado” (*A CONQUISTA*, 2007: 143, 189).

A certeza que temos em relação ao seu nome, local de origem, data e forma da sua eleição como primeiro bispo da Lisboa restaurada é contrabalançada pela quase total incerteza que enfrentamos quanto ao período que antecedeu a sua entrada em cena na história da nova diocese do recém-criado reino de Portugal.

Nas fontes portuguesas, resta-nos a lacónica menção, no corpo da *Notícia da Fundação de S. Vicente de Fora* (composta em 1188), que refere que o rei fizera ordenar como bispo a “Gilberto, da nação dos Anglos, homem realmente bem

Gilberto de Hastings

Final séc. XI-inícios séc. XII	Nascimento
1147-1163/1165	Bispo de Lisboa
1163/1165.3.2	Morte

instruído nas sagradas letras” (*INDICULUM*, 2007: 189), informação que não esclarece em absoluto a linhagem cultural e percurso deste homem antes de ser feito bispo de Lisboa. Sabemos que um seu irmão, de nome Roberto, também ficou em Lisboa, sabemos que também foi cônego da catedral e que deixou à catedral um breviário (*CABIDO DA SÉ*, 1954: 313), mas de momento, nada mais pode ser dito sobre a sua ascendência ou linhagem. A crítica histórica tem tentado ligar o redator do relato da conquista de Lisboa a meios premonstratenses e dos cônegos regnantes da Inglaterra dos Glanville (*LIVERMORE*, 1990: 3-7; *WILSON*, 2017), e seria lógico que o mesmo se passasse com Gilberto de Hastings, a levarmos em conta a lógica das fações que conhecemos sobretudo a partir do relato da conquista da cidade, em 1147, onde parece sugerir-se que Gilberto era um dos clérigos que integrava o séquito de Herveu de Glanville. Neste sentido, será possível aventar a hipótese de que tenha havido negociações prévias entre o rei dos portugueses e o chefe do contingente anglo-normando para escolher um dos homens do condestável para bispo, uma vez conquistada a cidade? Ou teria essa escolha recaído sobre Gilberto, por ele se ter destacado junto a Afonso Henriques ou junto ao arcebispo de Braga durante os longos meses de cerco que antecederam a capitulação da urbe?

Seria sem dúvida uma escolha que daria um sinal aos restantes reinos ibéricos e ao papado, que o rei dos portugueses aderiria e apoiava as tendências e iniciativas mais queridas a Roma, quer pelo recurso aos cruzados como forma de reforçar a necessidade de uma guerra contra o infiel na Península Ibérica, e assim justificar o seu estatuto de *miles Christi*, quer por apoiar ordens religiosas como os cistercienses e privilegiar os cavaleiros templários (*ERDMANN*, 1935: 54, 64). Todos estes elementos seriam argumentos de peso quando se tratasse de promover a causa do rei português junto ao sólio pontifício. Provavelmente nunca saberemos realmente porque teria Afonso Henriques decidido entregar a diocese de Lisboa a um “estrangeiro”, numa altura em que todos os restantes bispos e arcebispo do seu reino eram portugueses e numa altura em que o rei e o arcebispo de Braga, D. João Peculiar teriam plena consciência de que o provimento de um bispo para Lisboa traria problemas com a arquidiocese de Compostela que, desde 1220, quando fora elevada a sé metropolítica, tinha recebido todos os direitos e jurisdição da ainda não reconquistada arquidiocese de Mérida. Ora, Lisboa pertencera, em tempos visigóticos, à arquidiocese de Mérida, pelo que deveria ter sido restaurada como sufragânea de Compostela. Não foi isso que aconteceu, como se sabe. Teriam o rei e o seu arcebispo considerado que nomear um cruzado como bispo de Lisboa – uma cidade de cujo domínio nenhum dos dois queria nem podia prescindir – tornaria mais difícil a

Compostela reclamar os seus direitos metropolíticos? Por agora, não temos respostas definitivas.

O que sabemos, é que Gilberto prestou obediência a Braga como seu sufragâneo logo em 1148 (*LIBER FIDEI*, 1965-1990: f. 71, n.º 217), numa atitude que assegurava a esta arquidiocese o estatuto que Compostela havia de reclamar em breve. Mas, enquanto a situação não fosse resolvida pelas instâncias superiores, permitia também ao rei dos portugueses e ao seu arcebispo, criar uma nova tradição “geopolítica”, firmar Lisboa como pertencendo incontestavelmente ao domínio do rei e esperar que o passar do tempo sem uma resolução definitiva sobre a obediência de Lisboa a Compostela ou a Braga tornasse permanente e legítima uma situação que legalmente não era muito facilmente sustentável.

Gilberto haveria de continuar a alinhar com D. João Peculiar durante o resto da sua vida, no que tocava à sua obediência a Braga. Quando, em 1150, o arcebispo de Braga se viu forçado, pelo então papa Eugénio III, a prestar obediência ao primaz toledano, o bispo de Lisboa estava com ele. Quando, em 1156, João Peculiar foi a Roma e em 1158 se deslocou a Compostela para sanar as desavenças entre as arquidioceses, Gilberto estava junto ao arcebispo de Braga. Mesmo admitindo que em ambas ocasiões o bispo de Lisboa tenha acedido a vir prestar ou tenha mesmo prestado – nomeadamente em 1158 – juramento de obediência a Compostela (ERDMANN, 1935: 59-64; FEIGE, 1978: 313-356), na prática nunca o veremos abandonar a fidelidade ao rei e ao arcebispo portugueses e nada permite pensar que ele possa ter realmente passado a encarar a dependência de Compostela como algo efetivo.

Apesar da sua proveniência, o bispo Gilberto parece ter-se aclimatado muito bem a esta nova realidade do seu percurso: homem de ação, coube-lhe a ele, com o apoio do rei e dos homens do seu cabido, que ele moldou à sua tradição,



Fig. 18. R. (séc. XII), *De expugnatione Lyxbonensi*, séc. XII, pergaminho. Cambridge, Corpus Christi College, Ms. 470, f. 145 (início do relato da dedicação da sé de Lisboa). © Corpus Christi College.

reorganizar completamente a diocese e o capítulo da catedral, nessa nova sede de bispado que em breve se revelaria um elemento chave na evolução política do nascente reino e da sua afirmação.

A diocese muito vasta que recebeu, estendendo-se de Leiria a Alcácer do Sal e do mar até Évora (*A CONQUISTA*, 2007: 143), colocava alguns problemas sérios, derivados sobretudo da importância estratégica também vital de certos núcleos populacionais e parcelas desse mesmo território. Não esqueçamos que foi neste território que o litígio sobre a pertença do isento de Leiria a duas instituições de Coimbra – a Sé de Coimbra e o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra – eclodiu, ameaçando a posição do bispo de Lisboa em Leiria; também aí Alcobaça veria as suas fundações serem lançadas e, com elas, a isenção tradicional de todas as casas cistercienses e a criação em breve de um alternativo potentado económico; e que foi também neste território que os templários seriam agraciados com diversas doações régias que os beneficiavam com vultuosas concessões de terras para povoar, nas margens do rio Tejo e em Santarém, diminuindo de forma drástica o poder do bispo sobre a sua diocese. O bispo de Lisboa devia sentir que a sua diocese estava a ser repartida por muitos poderes e sujeita à cobiça de muitos e diversos atores e, sobretudo, a ser alienada por quem podia fazê-lo, como o rei e o seu arcebispo. Desde que temos documentação sobre a sua atividade e sobre a sua relação com o rei, podemos detetar as mesmas tendências que veremos desenvolver-se ao longo do seu episcopado. O rei denota uma certa preocupação em proteger e dotar a “sua” nova diocese mas, subjacentes a essa magnanimidade e proteção, parecem estar sempre latentes a vontade de dominar e controlar o que se passa na cidade e no território da diocese. Voltaremos às questões fraturantes entre o bispo e os restantes poderes em jogo nesta cidade cujo eclesiástico recebeu para gerir logo nos finais de 1147.

Nos dois ou três primeiros anos do seu governo da diocese, a prioridade de D. Gilberto parece ter sido reordenar e organizar a diocese em termos de estruturação do cabido e dos seus rendimentos e em termos da sua relação com os restantes poderes eclesiásticos que em Lisboa lentamente se iriam implantar. Pelo menos é o que podemos inferir dos testemunhos que temos e que nos revelam um rei aparentemente magnânimo e um bispo muito organizado. A 8 de dezembro de 1149, o rei doou à Sé e ao bispo de Lisboa 32 casas na urbe, com todas as suas pertenças, vinhas, oliveiras e figueiras, e com todas as suas rendas e rendimento para a obra da sé (*DMP-DR*, n.º 232), mencionando de passagem como todas elas tinham pertencido anteriormente aos rendimentos das mesquitas de Lisboa. D. Rodrigo da Cunha acrescenta, de acordo com um livro de registo da Sé entretanto desaparecido, que nessa mesma altura o rei dera também aos cónegos todas as rendas e terras de Marvila (CUNHA, 1642: 70v).

O que podemos saber é que a organização do cabido e respetivas dignidades, bem como a composição do mesmo, indicam, sem margem para dúvidas, que este novo bispo de Lisboa se quis rodear de homens seus conterrâneos, e que a relação que mantinha com o rei de Portugal e com o arcebispo de Braga lhe permitiu levar a cabo uma estruturação capitular pouco comum no resto das dioceses do recente reino de Portugal, muito ao modo do que se pode também observar nas catedrais da região da Inglaterra de onde parece ter provindo. O cabido de Lisboa, com os seus dois arcediagos e quatro dignidades principais – deão, chantre, mestre-escola e tesoureiro – evidenciam-nos denominações muito próximas da tradição que podemos reconhecer na diocese de Chichester, em cuja jurisdição se situava Hastings, a terra de onde Gilberto vinha. A utilização da palavra *precentor* para chantre e de *cancellarius* para mestre-escola é um uso que, de acordo com os autores que estudaram esta questão para a Inglaterra, estava confinado à diocese de Chichester (EDWARDS, 1967: 160). Ora, são precisamente essas as designações que as dignidades assumem no primeiro documento normativo que chegou até nós sobre o cabido lisboeta, transmitido num só testemunho preservado em D. Rodrigo da Cunha (CUNHA, 1642: 71-72): os estatutos do cabido de 1150.

O cabido da Lisboa de 1149-1150, que contava com 24 cónegos, era maioritariamente composto por homens com nomes presumivelmente não ibéricos, como era o caso das dignidades: Roberto (deão), Bartolomeu (arcediago), Mateus (arcediago), Adão (mestre-escola), Durando (chantre) e Menelau (tesoureiro). Dos 18 restantes cónegos, oito tinham nomes francos ou ingleses ou antroponímicos especificamente estrangeiros (Arnulfo Forense, Liberto de Bal, Gilberto de Kent, Martim de Rumenel, Gualterio *primus*, Estêvão de Douai, Reinaldo, Rosardo), quatro nomes claramente portugueses (João de Évora, Paio de Coimbra, Guilherme de Panoias, Pedro de Portugal) e os restantes seis nomes tanto poderiam identificá-los como portugueses como estrangeiros (Estêvão, Tiago, Niso, João, Odório, Nicolau) (CUNHA, 1642: 71; BRANCO, 1998: 59-61).

O documento exarado pelo bispo logo em 1150 define 31 porções, que deveriam ser distribuídas por seis dignidades (as quatro do cabido e os dois arcediagos, que deveriam receber porções duplas) e pelos restantes cónegos. Os rendimentos usados para determinar estas porções derivavam das rendas das 32 casas e da metade das rendas de Marvila com que Afonso Henriques já dotara o bispado no ano anterior, às quais o bispo acrescentava então o dízimo de todas as igrejas da diocese. Acrescentava ainda metade de uma sua herdade que deveria suplementar a já dupla prebenda do deão.

Tal como plasmam um cabido miscigenado de cónegos de origem anglo-normanda e portuguesa, também as restantes determinações destes estatutos

parecem revelar um elevado grau de aculturação de diversas tradições. Se é verdade que a nomenclatura e o número das dignidades centrais remetem para um referencial “inglês”, também é verdade que o texto dos próprios estatutos, quando determina a distribuição das porções pelos arcediagos, nos refere que foram feitos de acordo com os usos da Sé de Coimbra (*constitutionem Colimbriensis sedis*); mas já da organização do cabido, nomeadamente no que se refere à forma como se deveria manter o refeitório, se diz que deve ser feito de acordo com o uso e costume dos francos (*ad usum et morum francorum*) (CUNHA, 1642: 70-70v). Esta expressão serviu de base para a crença de D. Rodrigo da Cunha, infundada, de que deveria ter sido nesta data que se introduziu o ritual de Salisbúria, que três séculos depois D. Filipa de Lencastre observava. Na verdade, não há base documental para tal afirmação (BRANCO, 1996: 134-135).

Tudo isto nos ajuda a compreender o que este primeiro bispo deve ter tentado fazer, rodeando-se, como qualquer estrangeiro em terra alheia, de homens da sua confiança com quem poderia contar de forma consistente, mas não deixando de juntar a si valiosos elementos locais que o deveriam ter ajudado na compreensão das especificidades de ser bispo em território peninsular, numa diocese de fronteira, em fase de formação e afirmação territorial e política, num ambiente e num meio cujas particularidades eram radicalmente diferentes das que ele conheceria em Inglaterra. A semelhança mais flagrante, e talvez a única, deve ter sido a necessidade de conviver com poderes temporais fortes e voluntários, mas em tudo o resto, as circunstâncias peninsulares ditavam uma realidade muito diversa.

Ainda assim, e como vimos, o bispo Gilberto parece ter sido, desde muito cedo, um fiel colaborador e apoiante incondicional da vontade do rei e do seu arcebispo. Já vimos como alinhou sempre com o arcebispo e como parece ter assimilado bem o seu papel como protagonista do domínio eclesiástico de um território central para a afirmação política do jovem reino de Portugal.

Prova da excelência das relações entre rei e bispo parecem ser dois episódios ocorridos durante os primeiros anos do seu episcopado, respetivamente logo depois da conquista e após 1151. A *Notícia da Fundação do Mosteiro de S. Vicente de Fora*, com cujo texto devemos lidar com cuidado, por ter sido elaborada em 1188 e, conseqüentemente, muito influenciada pelo ambiente de tensão que, nessa altura, afetava as relações entre o mosteiro de São Vicente de Fora e a Sé de Lisboa (BRANCO, 1998: 62), descreve-nos os primórdios da sua fundação, apadrinhada pelo rei, que alegava ter prometido fundar um mosteiro de cónegos regantes de Santo Agostinho em Lisboa, se a vitória o favorecesse durante o cerco da cidade, como aconteceu. Narra-se nesse texto um episódio segundo o

qual, alguns dias depois da conquista, o rei Afonso Henriques, desejoso de cumprir o seu voto, teria chamado até si o bispo recém-ordenado e ter-lhe-ia explicado que, querendo cumprir o seu voto de edificar um mosteiro junto das igrejas de mártires construídas durante a campanha de 1147, quer por anglos, quer por teutónicos (respetivamente Santa Maria dos Mártires e São Vicente), não queria fazê-lo sem dar parte dos seus planos ao bispo. Tinha o rei decidido que uma das igrejas deveria ficar na posse do bispo e do seu cabido e que todos os rendimentos e oblações devessem reverter para o episcopado, mas em contrapartida, a igreja que o bispo não quisesse deveria ficar totalmente isenta da jurisdição episcopal e só dedicada ao culto em prol das almas do rei e sua família e dos fiéis (*INDICULUM*, 2007: 188-193). Muito embora esta narrativa tenha outros elementos que mereceriam alguma demora, a realidade com que nos confrontamos é a de um rei que convoca o bispo da cidade onde decidiu fundar um mosteiro, para lhe comunicar quais as regras que ele decidiu implementar neste processo. E a regra mais importante é que, muito embora o bispo tenha direito a escolher uma das igrejas e suas rendas, para que a sua igreja possa usufruir delas, o cenóbio do rei será isento e imune face à jurisdição episcopal, uma condição que o rei não deixa negociar. O bispo reage, adequadamente submisso e, depois de consultado o seu cabido, decide ficar com a igreja de Santa Maria dos Mártires. A condição inicial, a liberdade de São Vicente face à catedral da cidade, haveria de envenenar as relações entre as duas instituições, que desde logo se constituíriam rivais. Mas a narrativa apresenta-nos os factos como tendo resultado da anuência e comparticipação do bispo na decisão régia e isso é importante nesta dinâmica de inter-relacionamento na qual o rei, que ordenou Gilberto como bispo, sente que pode, benevolmente, dar-lhe ordens sobre como melhor obedecer.

O segundo episódio é mais revelador da relação preferencial que nestes primeiros anos se teria estabelecido entre o prelado, Afonso Henriques e João Peculiar. John of Hexham, referido na obra *Historia Regum* do monge Simão de Durham (1885, 354), é mencionado como atestando a presença do bispo Gilberto em Inglaterra, no ano de 1151, para pregar a conquista de Sevilha e angariar homens para essa empresa. Não estranha que Afonso Henriques, cujos planos de expansão sempre incluíram os territórios das taifas de Badajoz e Sevilha, acalentasse já essa ambição que, mais tarde, irá recorrentemente tentar concretizar. Que tivesse utilizado o bispo de Lisboa como emissário político, como agente diplomático para essa missão, parece reforçar a intencionalidade, já antes referida, de ter um cruzado à frente da sua recém-conquistada diocese como forma de prosseguir as suas ambições de conquista territorial e política e de

ganhar peso político pelo recurso a uma lógica de projeção dos seus prelados mais influentes.

Tanto quanto nos é dado saber, essa delegação não teve qualquer efeito prático, mas o facto de ela ter existido é uma prova muito eloquente da rede de contatos em que estes homens de meados do século XII estavam envolvidos e nas quais eram protagonistas ativos.

No entanto, os sinais que até nós chegaram do decurso do seu episcopado, que durou quase vinte anos, são sinais contraditórios. Não encontramos nenhum indício de uma hostilidade aberta entre o rei e D. Gilberto e ainda menos entre o arcebispo de Braga e o seu bispo de Lisboa, mas entre a sua ordenação e a sua morte houve diversas situações em que podemos perceber uma tensão latente ou explícita entre as partes.

Na verdade, apesar das viagens a Toledo, Inglaterra, Roma ou Compostela, como apoiante do arcebispo ou como delegado régio, missões que o levaram a sair de Lisboa em 1150, 1151, 1156 e 1158, podemos identificar a sua confirmação na maioria dos documentos régios exarados durante os anos do seu episcopado. Mesmo sabendo que o facto de confirmar os documentos não implica a presença física do bispo junto à corte, essas confirmações atestam que o rei e o prelado estavam de boas relações, ou pelo menos que não estavam em conflito.

O que a evidência documental nos proporciona, contudo, não é um quadro de permanente harmonia e bom entendimento, mas antes um quadro onde os conflitos que surgem acabam por ser sanados por mediação régia. O bispo só parece levar a melhor num caso, mas de resto o seu perfil é o de alguém mais submisso que rebelde.

O exemplo mais flagrante de rebelião do bispo contra os desígnios régios, que aliás é também o único, foi a questão que Gilberto manteve contra os templários durante doze anos. Logo em abril de 1147 (*DMP-DR*, n.º 221), Afonso Henriques doara aos templários o eclesiástico de Santarém, caso conquistasse essa cidade. No documento em que estatuiu esta promessa e esse voto, previa já a necessidade de vir a ter de persuadir o bispo de Lisboa – caso também a conquistasse – a aceitar esta sua doação, que diminuía grandemente os réditos de qualquer prelado de Lisboa. O rei comprometia-se a convencer o futuro bispo, mas na verdade não deve ter sido isso que se passou. Embora só retroativamente possamos conhecer o que se passou, o bispo começou por aceitar essa doação, mas mais tarde decidiu contestá-la e, finalmente, acabaria por ceder a um compromisso, que fez, como se diz expressamente, em atenção aos rogos do rei (*MHI*, n.º 3, 4, 5, 6, 7). Em fevereiro de 1159, o rei Afonso Henriques consegue estabelecer a concórdia e paz entre o bispo de Lisboa e os templários, doando a estes

I H Hic s'c'e 7 m'nducue' e'ntate. l'ats. yhu' xpi' s'c'i. am'q. Ego gualbe' ul'bonen'si' eps una cu' consensu omniu' canonicor' m'ae' facio hanc firmamentis do 7 milib' xpi' de illa eccl'a s'c'i iacobi de s'c'ey que est i' p'p'rio de s'c'ey cu' om' p'p'ria sua lib'ram ab om' epali debito. Et ego 7 successores m'i no' habeam' p'p'riate aliq'm p'p'riam in aliq' ut d'm'm'de eccl'am illam. s' tantum ex s'c'iam illa eccl'a epali debent. q'nd'o 7 ad quod apud m'it' mutati fuerim. hui' eccl'e s'c'i iacobi de s'c'ey donu' sic firmu' statu' 7 p'p'riam ual'curu' sub nulla o'f'f'ia sub nulla o'd'one' deinceps ponendum. Ado 7 remanet lib'ra p'p'riam s'c'i iacobi de s'c'ey de om' illi eccl'is quas b'ed'ificaverit ap'ost'ol' de domo qui est in h'ra de columbra. 7 inde p'p'rium de h'ra 7 inde d'm'm'de de b'ed'ica 7 inde plumbum de s'c'ey s'c'i. q'm u'p'at aq'm ad b'ed'ica 7 q'm de b'ed'ica ad domo 7 inde p'p'rium ad h'ra de columbra. p'p'riam de domo qui u'p'at de h'ra de columbra. s'c'i. ut habeant es iure p'p'rie. Et ego gualbe' ul'bonen'si' eps una cum canonicis m'is illis m'is p'p'riam s'c'i iacobi de s'c'ey domo al'fonsi concedente. De atq' concedo om' illas sup'ed'icas eccl'as s'c'i templi iherosolimitani ab om' epali debito lib'ras iure p'p'rie. Et hoc facio p'p'riam eccl'is de s'c'ey qual' est rex d'cl'at' 7 ego concesserim. Et m'ic' m'ic' ip'i s'c'i iacobi ex'cepto eccl'am s'c'i iacobi q'm supra n'auimus. Et p'p'riam m'ic' ex'cepto in h'ra s'c'i iacobi m'ic' quinq' s'c'i iacobi p'p'riam annos apud eccl'am s'c'i iacobi de s'c'ey de illa s'c'i eccl'a s'c'i iacobi de s'c'ey 7 de una q'q' eccl'a que b'ed'ificata fuerint infra v'm'os q's'os sup' m'ic'as. Et tamen tunc 7 ea condicione s'c'i eccl'e infra p'p'riam v'm'os de c'p'a construat ad m'ic' m'ic' p'p'riam no'cent' 7 ea ego iudico eccl'as u'p'at' p'p'riam ad m'ic' illi q'm m'ic' p'p'riam uoluerit. Ali' c'm de p'p'riam c'p'a quinq' s'c'i iacobi m'ic' m'ic' in no'cent' in eccl'is b'ed'ificatis m'ic' m'ic' decora. Facta firmamentis hanc a'p'p'rie s'c'i. s'c'a. a. c. l'x. vij. Ego gualbe' ul'bonen'si' eps qui hanc cart'a una cu' canonicis m'is domo regis al'fonsi consensu facere iussit. propria manu roboro 7 hoc signu' facio.

Ego robe' ad'm eccl'e decur' e'p'm'o
Bartholomeus eide eccl'e archidiacon' s'c'i.
Benedict' eide eccl'e p'p'riam s'c'i.
Willelmus eide eccl'e thesaurarius s'c'i.
Hart' canonic' roborato
Gualteri' flandros' s'c'i.
P'p'riam p'p'riam canonic' s'c'i.
Gualteri' h'astings' s'c'i.
Willelmus p'p'riam s'c'i.
Jacob' s'c'i.
Willelmus archidiacon' s'c'i.
Reginald' s'c'i.
Nicholaus s'c'i.

Gualteri' gualteri' s'c'i.
P'p'riam gualteri' s'c'i.
Willelmus s'c'i.
P'p'riam s'c'i.
Willelmus s'c'i.
P'p'riam s'c'i.
Willelmus s'c'i.
P'p'riam s'c'i.
Willelmus s'c'i.
P'p'riam s'c'i.

Petrus silva m'ic'.

Fig. 19. Sinal rodado de Gilberto de Hastings, 1159 fevereiro, pergaminho. Lisboa, ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Cristo e Convento de Tomar, Documentos Particulares, mc. 1, n.º 5, PT/TT/OCCT/001/5. ©ANTT.

últimos um vasto território em Tomar, Ourém, Beselga e Ceras, por troca com os direitos eclesiásticos de Santarém, que o bispo acedera em doar-lhes, só para poder efetivar a transação. Em Santarém, os templários não preservam senão a igreja de Santiago (*DMP-DR*, n.º 271). Meses mais tarde, em junho, bulas de Adriano IV (1154-1159) (*ERDMANN*, 1927: n.º 58, 59) confirmam esta concórdia e paz e reafirmam o papel conciliador do rei. O bispo conseguiu receber de volta os direitos eclesiásticos de Santarém, mas porque o rei acedeu a dar contrapartidas aos templários e se esforçou para acabar com um litígio que durava há mais de uma década.

Foi também em atenção aos pedidos do rei que o bispo de Lisboa deu os direitos eclesiásticos de Leiria aos cónegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra, tal como se pode verificar na transcrição dessa doação patente na carta de confirmação dessa mesma doação que a cúria romana exarou em 1195 (*ERDMANN*, 1927: n.º 145), quando as questões entre Santa Cruz de Coimbra e a catedral dessa cidade estavam de novo ao rubro. Abria assim mais uma frente de combate na acesa luta entre a Sé de Coimbra e Santa Cruz de Coimbra, embora se possa duvidar que tivesse plena consciência dos efeitos dessa sua anuência aos desejos régios.

Mas esse era outro conflito, ao qual o bispo de Lisboa parece ter sido completamente alheio, apesar de a querela ter começado ainda em vida de D. Gilberto. Na parte que lhe tocava, pelo contrário, o bispo inglês parece ter-se dado muito bem com os cónegos regulares, quer os de São Vicente de Fora, quer os de Santa Cruz.

É o que parece poder inferir-se do facto de a sua morte ter sido registada em três obituários diferentes, o da Sé de Lisboa, como seria de esperar (*CABIDO DA SÉ*, 1954: 313; *Livro das Calendas*, f. 335v), mas também no de São Vicente de Fora (*OSVF*, 57) e no dos regrantes de Santa Cruz de Coimbra (*BPMP*, *Santa Cruz* 84, f. 15), o que parece revelar um bom relacionamento com regrantes e seculares, a quem fez dotações para orações por intercessão da sua alma.

Temos de reconhecer o quão pouco podemos saber da vida e da ação efetiva do primeiro bispo da Lisboa restaurada, cujo percurso, não obstante, parece fornecer muitos indícios de protagonismo e influência, quer na organização da diocese, quer na prossecução das ambições do seu rei e do seu arcebispo. Esta falta de informação deriva diretamente da ausência de documentação da mitra ou do cabido de Lisboa para estas épocas, desaparecimento que a documentação pontifícia e régia preservada não permite compensar.

Gilberto morreu algures entre em 1163 e 1165. A sua última confirmação em documentos régios data de março de 1162, e em outubro de 1164 temos registo do novo bispo, Álvaro, que começa a figurar já como bispo de Lisboa nas

listas de confirmantes, papel em que o encontraremos regularmente a partir de então, parecendo indicar que o bispo teria falecido antes desse Outono. No entanto, existe registo de uma concórdia segundo a qual Gilberto teria dividido bens com o seu cabido, em 1165, o que perturba a data tradicionalmente aceite para a morte deste bispo. Quer o documento no qual Álvaro aparece em outubro de 1164 como bispo confirmado (*DMP-DR*, n.º 287), quer esta doação de bens de Gilberto ao cabido, em 1165 (mas sem mês) estão em livros de cópias (BNP, *Alc.* 114; *CABIDO DA SÉ*, 1954: 329-330), não sendo, por isso, originais e impedindo-nos de definir, neste estágio, uma data de morte com todo o rigor. Com certeza, só sabemos que em outubro de 1165, um original de chancelaria régia nos certifica que Álvaro era já bispo confirmado de Lisboa (*DMP-DR*, n.º 288). Tendo em vista que os quatro obituários que referem a sua morte não mencionam o ano, mas tão só o dia da morte como tendo ocorrido a 2 de março, será plausível considerar que a sua morte ocorreu nessa data, em 1163, 1164 ou 1165. Na morte, como na vida, Gilberto preservou bem os segredos da sua existência, não nos permitindo o acesso sequer a este detalhe, normalmente tão fundamental para se entender o que se passaria a seguir.

Neste caso, o seu desaparecimento marca o início do primeiro período de conflituosa sucessão na prelatura lisbonense, logo com o segundo prelado. O seu sucessor veria a sua eleição contestada, abrindo assim um precedente às múltiplas perturbações a que, neste domínio, o episcopado lisboeta iria assistir de agora em diante.

MARIA JOÃO BRANCO

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: *CABIDO DA SÉ*, 1954; *A CONQUISTA*, 2007; CUNHA, 1642; *LA DOCUMENTACIÓN PONTIFICIA*, 1955; *DMP-DR*; ERDMANN, 1927; *INDICULUM*, 2007; *LIBER FIDEI*, 1965-1990; *MH*; *OSVF*; *PORTUGALIA PONTIFICIA*, 2013; S. VICENTE, 1988; SYMEON OF DURHAM, 1885; **Estudos:** AZEVEDO, 1939-1944; BRANCO, 1996; BRANCO, 1998; BRANCO, 1999; BRANCO, 2001a; COSTA, 1984; EDWARDS, 1967; ERDMANN, 1935; FEIGE, 1978; GOMES, 2007; JORGE, 2000b; JORGE [ET AL.], 2005; LEPINE, 1995; LIVERMORE, 1990; MARQUES, 1996c; NORTE, 2013b; WILSON, 2017.

D. Álvaro foi o segundo bispo da diocese de Lisboa, e exerceu o seu episcopado entre os anos de 1164/1165 e 1184 (JORGE, 2000b: 138-139; BNP, cod.14: 16). Ao contrário do seu antecessor, D. Gilberto, este bispo era de origem portuguesa, não se conhecendo, no entanto, com exatidão, a data do seu nascimento, o seu contexto familiar ou mesmo o local onde terá vivido os primeiros anos da sua vida. Segundo Nicolau de Santa Maria, cronista da Congregação de Santa Cruz de Coimbra, na sua narrativa seiscentista sobre a Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, D. Álvaro terá nascido no seio de uma família bem posicionada e com posses, sendo seu pai D. João de Freitas, senhor da vila de Montemor-o-Velho, e sua mãe D. Elvira Gomes (SANTA MARIA, 1668: 456). Nenhuma outra fonte parece corroborar as informações fornecidas por este cronista, no que às origens sociais de D. Álvaro diz respeito, pelo que devemos considerá-las apenas como hipotéticas. No entanto, numa obra sobre as origens da Sé de Lisboa, do século XVIII, é igualmente acrescentado ao nome Álvaro o patronímico Freitas, seja por reprodução de informações colhidas no cronista citado, seja por outros dados, cuja atestação não é fornecida (BNP, cod.11103/02: 10).

Assumindo como possível a inserção deste bispo numa família com influência política e militar na região de Montemor-o-Velho, em tempos de avanço para sul das tropas cristãs no território, e que se terá chamado Álvaro de Freitas, a verdade é que a historiografia o consagrou apenas como D. Álvaro, bispo de Lisboa. É igualmente difícil atribuir-lhe a data do seu nascimento, considerando que se desconhece que idade teria no ano em que assumiu a diocese de Lisboa, em 1164/1165. Contudo, os indícios existentes de um percurso académico e

Álvaro

Primeiro quartel séc. XII?	Nascimento
1164/1165-1184	Bispo de Lisboa
1184.9.11	Morte

eclesiástico anterior à ocupação do episcopado lisboeta permitem formular a hipótese de que o seu nascimento terá tido lugar durante o primeiro quartel do século XII, tendo assumido o ofício de bispo, provavelmente, antes de completar 50 anos de idade.

Nicolau de Santa Maria, o cronista acima citado, afirma que D. Álvaro, ainda jovem e sob patrocínio de seus pais, terá rumado a Paris, a fim de aí obter uma formação superior (SANTA MARIA, 1668: 456). A decisão de desenvolver um percurso académico fora do Reino estava ao alcance de um grupo minoritário de indivíduos, sobretudo, pelos custos elevados que a ela estariam associados. No decorrer do século XII e nos séculos subsequentes, foram membros de famílias abastadas e/ou vinculados a institutos religiosos que alcançaram uma formação académica fora de Portugal, designadamente em universidades como Paris, Bolonha, Montpellier e Salamanca (NORTE, 2013b). As escolas de Paris foram as mais procuradas pelos estudantes portugueses nas primeiras décadas do século XII, concedendo formação em Teologia e Filosofia (FARELO, 2001-2002; JORGE [et al.], 2005). Fazendo fé nas informações do cronista sobre a estada de D. Álvaro em Paris, presume-se que tenha cursado Teologia, formação que lhe terá granjeado o estatuto de homem letrado e devoto, à chegada ao Reino. Presume-se, igualmente, que esta formação parisiense só poderia ter sido suportada por uma família de vastos recursos, como aquela em que o cronista insere D. Álvaro. O seu percurso académico terá, provavelmente, ocorrido em anos anteriores a 1131, data da fundação do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, sob a égide de D. Telo, onde, alguns anos mais tarde, em 1134, terá ingressado como cônego regente de Santo Agostinho (SANTA MARIA, 1668: 456; FARELO, 2001-2002: 190). Em 1154, terá sido mesmo elevado a preboste do mosteiro (SANTA MARIA, 1668: 456). Foi, portanto, como regular em Coimbra, na observância aos costumes da Ordem de Santo Agostinho, que D. Álvaro terá iniciado o seu percurso eclesiástico (GOMES, 2000).

De acordo com as obrigações dos cônegos desta observância, D. Álvaro terá desenvolvido uma atividade comprometida com a celebração de ofícios litúrgicos e com obras assistenciais e de ação pastoral, vocacionadas para o mundo secular (MARTINS, 2003: 561-562). Terá sido provavelmente neste contexto que alcança o título de “dom”, com supressão do uso do seu patronímico, de acordo com a norma agostiniana (MARTINS, 2003: 760-763).

O ingresso na vida eclesiástica secular, na diocese de Lisboa, far-se-ia pouco tempo depois, ainda na década de 50, pelas mãos do bispo D. Gilberto. Segundo o cronista agostiniano, D. Álvaro terá ingressado na diocese para desempenhar a função de mestre-escola, passando a fazer parte do cabido da sé, com

atribuições presumivelmente relacionadas com o ensino dos clérigos da catedral e de outros escolares (SANTA MARIA, 1668: 456). Numa obra sobre a história eclesiástica da diocese, redigida no século XVII pelo arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, afirma-se que D. Álvaro terá, por esta altura, desempenhado funções de chanceler, com atribuições que poderiam, no entanto, assemelhar-se às de mestre-escola (CUNHA, 1642: 77v). Qualquer uma destas hipóteses apresenta fragilidades, considerando não só a fundamentação utilizada, como também o facto de não se encontrarem quaisquer outros indícios documentais, noutro tipo de fontes, da ocupação de tais funções por D. Álvaro (BRANCO, 1998: 64-65; BRANCO, 2001a: 233, n.º 101). Contudo, ao verificar-se os nomes dos clérigos que ocuparam a dignidade de mestre-escola em anos anteriores ao episcopado de D. Álvaro, constata-se que existe apenas uma única referência a um *cancellarius* da diocese, de seu nome Adão, no ano de 1150. Desconhecendo-se, pois, o período durante o qual este clérigo terá exercido as funções de mestre-escola, podemos presumir que possam ter existido outros membros do cabido catedralício a exercerem tais funções. D. Álvaro estaria, na verdade, preparado para ministrar ensinamentos na escola do cabido, se tomarmos como certa a sua passagem pelas escolas de Paris. Contudo, dada a ausência de fundamentação documental para sustentar esta asserção, devemos apenas tomá-la como uma hipótese.

O mesmo entendimento se deverá ter sobre o que afirmam D. Rodrigo da Cunha e Nicolau de Santa Maria acerca da função atribuída a D. Álvaro, em torno do ano de 1164, como coadjutor do bispo D. Gilberto (CUNHA, 1642: 77v; SANTA MARIA, 1668: 456). Devido a um estado de saúde cada vez mais débil, D. Gilberto terá escolhido D. Álvaro para o auxiliar nas suas funções enquanto bispo, designando-o como clérigo de sua confiança e mesmo como seu sucessor na cátedra episcopal. A nomeação teria recolhido o consentimento dos cônegos que compunham o cabido, porém, após a morte do bispo D. Gilberto, em 1163-1165, estes mesmos terão contestado a legalidade das novas funções de D. Álvaro como bispo de Lisboa. O prelado recorreu aos tribunais da cúria pontifícia a fim de legitimar a sua eleição, alegando que esta tinha sido confirmada pelo arcebispo de Braga, D. João Peculiar.

A confirmação da sua eleição chegaria no ano de 1168. Uma vez mais, a narrativa dos autores citados não apresenta qualquer sustentação documental, pelo que todo o processo acima descrito sobre a chegada de D. Álvaro ao episcopado lisboeta deverá ser tomado apenas como provável. De qualquer modo, salvaguardadas as devidas precauções na interpretação dos factos narrados, qualquer um dos autores acaba por atribuir a D. Álvaro um percurso de vida, até à

chegada à cátedra episcopal, que apresenta alguma coerência. Com efeito, uma vez bispo de Lisboa, D. Álvaro seria já um homem experiente, com um percurso eclesiástico pautado pela formação em Paris, a vida monástica sob a regra de Santo Agostinho, em Santa Cruz de Coimbra, e uma carreira como dignitário do cabido da sé, em círculos de obediência ao metropolitano de Braga, D. João Peculiar (MARQUES, 1996c). Aliás, a passagem do modo de vida regular para a ocupação de um episcopado diocesano não teria sido uma particularidade de D. Álvaro, antes uma prática bastante comum quer no Reino, quer no restante Ocidente cristão, nos séculos XI e XII. No caso particular do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, muitos dos seus cónegos terão chegado ao episcopado de dioceses portuguesas, como terá sucedido em Lisboa, com D. Álvaro, mas também em dioceses como Braga, Porto, Lamego, Viseu e Coimbra (GOMES, 2007: 163-164).

A filiação crúzia e a ligação estreita ao arcebispo de Braga, D. João Peculiar, assumiriam um traço marcante, quer no desempenho das funções de D. Álvaro enquanto bispo na sua diocese, quer na sua relação com a corte régia e o rei, D. Afonso Henriques, numa conjuntura de construção identitária do Reino (MATTOSO, 1982; MATTOSO, 2007). Com efeito, no âmbito das tensões entre os metropolitãos de Braga e Compostela pela subordinação de duas das mais recentes dioceses devolvidas aos poderes cristãos, em meados do século XII – Lisboa (1147) e Évora (1166) –, D. Álvaro terá alinhado pela causa bracarense, encabeçada pelo arcebispo D. João Peculiar, procurando contornar as várias admoestações feitas pelo papa Alexandre III para prestar juramento a Compostela (ERDMANN, 1927: docs. 72,79,80,96). Embora exista a hipótese de ter, efetivamente, prestado esse juramento, é consensual reconhecer-se na sua ação enquanto bispo a defesa dos interesses políticos do Reino português, ou seja, uma atuação consonante com a política levada a cabo por D. Afonso Henriques (ERDMANN, 1935: 72-73; COSTA, 1984: 59-83; BRANCO, 1998: 66-67).

Apesar de se lhe reconhecer esta atitude, pode afirmar-se que a documentação undecentista, preservada até aos dias de hoje, é bastante lacunar quanto à figura deste segundo bispo de Lisboa, à gestão que fez da sua diocese e à relação que estabeleceu com a corte régia, durante os vinte anos que durou o seu episcopado. Na verdade, poucos indícios existem da atuação de D. Álvaro nos primeiros anos da sua prelatura. Contudo, presume-se que tenha estado empenhado em pacificar as suas relações com o cabido da Sé, que havia contestado a legitimidade da sua eleição após a morte do seu antecessor, D. Gilberto. Com efeito, logo em 1168, sabe-se que confirmou os já existentes estatutos do cabido, com a introdução de algumas alterações, proporcionando aos cónegos que dispusessem dos réditos das suas prebendas como bem entendessem (CUNHA, 1642: 78;

BRANCO, 1998: 66). Ao mesmo tempo, terá promovido a substituição de alguns clérigos que ocupavam funções capitulares desde a anterior prelatura por outros, porventura mais caros à sua pessoa. Foi o que se terá passado com a ascensão de Mestre Pedro e de Mestre Arnulfo a arcediagos, a um cargo de apoio direto à atividade do bispo, por um lado, e de controlo de uma parte do território diocesano, por outro. Todos os restantes dignitários do cabido encontravam-se já em funções durante o episcopado de D. Gilberto, tendo transitado para a prelatura de D. Álvaro (JORGE [et al.], 2005: 37-38).

Na maioria dos documentos undecentistas onde figura D. Álvaro, bispo de Lisboa, ele foi confirmante de diplomas régios, juntamente com outros bispos portugueses. Como *Alvarus ulixbonensis episcopus* – assim era identificado nos documentos –, foi confirmante de importantes diplomas saídos da chancelaria régia, como doações de terras a institutos religiosos e a particulares e, ainda, diversas cartas de foral outorgadas às comunidades urbanas, como por exemplo, a Évora em 1166 e a Lisboa em 1179 (NORTE, 2013b: II, 2, 20).

D. Álvaro foi um bispo cúmplice da política régia de D. Afonso Henriques, denotando empenho na construção do Reino e, claro, da sua diocese e da cidade que a albergava. Neste particular, ter-se-á envolvido pessoalmente e com juízes por si nomeados em diferentes conflitos sobre a jurisdição de terras por toda a diocese de Lisboa, nos quais eram muitas vezes intervenientes os mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e de São Vicente de Fora e ainda a Ordem de Santiago (NORTE, 2013b: II, 20; BRANCO, 1998: 66; BRANCO, 2001a: 225). D. Álvaro soube sempre acatar as decisões judiciais tomadas, mesmo em situações onde se provava que a razão não estava do seu lado. Terá igualmente fundado as igrejas paroquiais de Santiago, Santa Cruz, São Bartolomeu e São Martinho



Fig. 20. Admoestações feitas pelo papa Alexandre III ao bispo Álvaro para prestar juramento a Compostela (1180 dezembro 29 e 1182-1183, atr.), séc. XIII, rolo de pergaminho. Braga, ADB, Gaveta dos Arcebispos, n.º 3. © ADB
Foto: Luís Leal.



Fig. 21. Foral de Lisboa de maio de 1179, outorgado pelo rei D. Afonso Henriques e testemunhado por D. Álvaro, em confirmações pelos reis Sancho I (1204) e Afonso II (1214), pergaminho. Lisboa, Arquivo Municipal de Lisboa, Livro I de Místicos de Reis, n.º 3. ©Arquivo Municipal de Lisboa.

(BNP, cod. 163: 7v). Num dos momentos mais importantes para o culto religioso da cidade de Lisboa, ainda no seu episcopado, D. Álvaro não se encontra visível nas fontes documentais e, segundo a opinião de alguns autores, estaria mesmo ausente da diocese. Trata-se do momento da chegada à cidade das relíquias de São Vicente, em 1173, a pedido de D. Afonso Henriques, com o apoio

dos cônegos de São Vicente de Fora e também dos capitulares da diocese. A trasladação das relíquias para Lisboa tem vindo a ser entendida como muito mais do que um acontecimento religioso; consubstanciava, na verdade, a consagração da vitória cristã afonsina e a cidade de Lisboa como centro desse empreendimento (S. VICENTE, 1988: 76-81). Também por este motivo, de natureza política, se torna mais estranha a ausência de D. Álvaro. Contudo, precisamente no mesmo ano, em 1173, o cardeal Jacinto emitia uma carta de proteção ao bispo e aos seus bens, como que procurando acautelar a sua integridade à frente da diocese (CUNHA, 1642: 78v; BRANCO, 1998: 65). Os motivos ou acontecimentos que terão levado a esta carta não se conhecem; porém, haviam já passado dez anos sobre os conflitos com os capitulares da diocese, a propósito da sua eleição como bispo de Lisboa. Terão estes conflitos perdurado no tempo? Terá sido D. Álvaro um bispo sistematicamente contestado pelo seu cabido? Não o sabemos.

No ano de 1184, mais precisamente a 11 de setembro, D. Álvaro morre e é sepultado na sé de Lisboa, na capela de Santiago, hoje inexistente, numa sepultura colocada em parte elevada. Segundo D. Rodrigo da Cunha, por ordem do arcebispo de Lisboa, D. Fernando Meneses de Vasconcelos, na segunda metade do século XVI, os seus restos mortais terão recebido um enterramento em zona térrea da sé (CUNHA, 1642: 79v). Uma vez mais, não existem



Fig. 22. Cofre relicário de São Vicente, séc. XVII. Prata lavrada e dourada, trabalho indo-português. Lisboa, Tesouro da Sé de Lisboa. © Cabido da Sé de Lisboa. Foto: José Avelar/Museu de Lisboa.



Fig. 23. Selo do Cabido da Sé de Lisboa, alusivo ao transporte em 1173 das relíquias de São Vicente para Lisboa, distinguindo-se o corpo do santo e os dois corvos que o guardavam, 1255, cera. Braga, ADB, *Gaveta das Propriedades Particulares*, n.º 534. © ADB. Foto: Luís Leal.

vestígios documentais ou arqueológicos que corroborem estas informações sobre o lugar exato da sua sepultura, na sé de Lisboa. Contudo, uma muito fragmentária inscrição lapidar, constante de uma recolha epigráfica realizada por J. M. Cordeiro de Sousa, na primeira metade do século xx, não nos deixou indiferentes. Nela se descortina não muito mais do que o nome “Álvaro”, seguido de um possível nome de família, iniciado pela letra “F” (SOUSA, 1927: 310). O autor identifica-a como pertencente ao século xvii, porém não podemos deixar de notar a coincidência entre a realocização dos restos mortais de D. Álvaro, na segunda metade do século xvi, e o facto, mais interessante, de se tratar de uma inscrição funerária não identificada, mas relativa a um indivíduo de nome Álvaro. Todavia, sem quaisquer provas adicionais, tudo isto poderá não passar apenas de uma coincidência.

Numa conjuntura de estruturação do Reino português e de recente restauração diocesana, o primeiro bispo português de Lisboa foi um homem culto, justo, apaziguador e empenhado em consolidar a importância da sua diocese, nos equilíbrios de poderes religiosos e políticos em que o Reino se ia construindo no século xii. A cronística haveria, para sempre, de o imortalizar como um homem ilustre pela sua ascendência, letrado e devoto, e pouco ambicioso. A história da diocese reconhecerá que, ao tempo do seu episcopado, se gizou a simbólica urbana que, em pleno século xxi, perdura: a barca e os corvos de Lisboa.

FILIPA ROLDÃO

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: CUNHA, 1642; ERDMANN, 1927; SANTA MARIA, 1668; S. VICENTE, 1988 **Estudos:** BRANCO, 1998; BRANCO, 2001a; COSTA, 1984; ERDMANN, 1935; FARELO, 2001-2002; GOMES, 2000; GOMES, 2007; JORGE, 2000b; JORGE [*et al.*], 2005; MARQUES, 1996c; MARTINS, 2003; MATTOSO, 1982; MATTOSO, 2007; NORTE, 2013b; SOUSA, 1927.

Na biografia, apenas vislumbrável, do terceiro bispo de Lisboa, D. Soeiro, um traço há que lhe pode servir de fio condutor: a coincidência entre o seu bispado e o reinado de Sancho I, enquanto rei único, a partir de 6 de dezembro de 1185. Muito pouco tempo antes, em novembro do mesmo ano, Soeiro entrara no registo da chancelaria régia com a sua primeira confirmação, ainda como eleito olisiponense, de uma doação feita por D. Afonso Henriques à Sé de Évora, do décimo dos quintos da guerra pertencentes ao rei, provavelmente preparando a ofensiva contra o Gharb almóada que D. Sancho I levará a cabo nos anos imediatos (*DMP-DR*, n.º 358). Este aparecimento em cena da diocese de Lisboa não poderá deixar de ser notado, dado a última confirmação do antecessor de Soeiro, Álvaro (1164/1165-1184), ser de setembro de 1180 (*DMP-DR*, n.º 342) e o bispo se eclipsar da lista de confirmantes nos anos seguintes, mesmo quando está em causa a doação de direitos sobre igrejas na diocese a um cónego de Lisboa, Bernardo Mendes, em novembro de 1184 (*DMP-DR*, n.º 355). Nenhuma notícia anterior permitindo situar a origem de Soeiro – ao invés do que se passa com alguns dos seus sucessores, como Soeiro Viegas (1211-1233) ou Mestre Vicente (1233), que haviam detido dignidades capitulares, respetivamente como deão e como arcediogo e depois deão (BRANCO, 1999: II, 120) – quase todos os vestígios da sua atividade enquanto bispo ficarão ligados à história política do reinado de D. Sancho I, cuja cronologia o seu episcopado recobre na quase totalidade.

Pese embora as diferenças, no que à regularidade das listas de bispos confirmantes diz respeito, entre os últimos anos da chancelaria de Afonso Henriques e os primeiros de Sancho, com vantagem para esta, não deixa de ser significativa

Soeiro

?	Nascimento
1185-1209	Bispo de Lisboa
1209	Morte

a presença de D. Soeiro desde o começo do reinado, 1186 sendo de resto um dos anos com maior regularidade de confirmações (sete). O protagonismo recém-adquirido de Lisboa pela mão de um novo bispo deverá ser interpretado no quadro de uma conjuntura de ofensiva do jovem reino português sobre o *Gharb* almóada em que os dois bispados de Évora e Lisboa, pela sua posição na fronteira, têm uma importância decisiva. Esse será também um ano de confirmação de D. Soeiro como bispo, sendo referido como “*electus*” pela última vez na confirmação do foral da Covilhã (*DS*, n.º 12) em setembro, para aparecer já como bispo a 1 de outubro numa doação de reguengos ao bispo de Évora.

Os mesmos diplomas régios, que suprem aqui o absoluto vazio de documentação proveniente da chancelaria episcopal, permitem determinar uma baliza final para o episcopado de D. Soeiro. A derradeira confirmação surge em maio de 1209 (*DS*, n.º 185), na doação de Almofala a Maria Pais, a barregã do rei, sendo notória a sua ausência por todo o ano de 1210, num período que foi de conflitualidade aberta pelo reino (BRANCO, 2005: 220 e ss.). Não creio, no entanto, que essa ausência decorra da crise aberta na monarquia face ao envelhecimento e sobretudo à doença do rei: por um lado, todos os bispos vão estando em diplomas sucessivos de janeiro e de dezembro desse ano (*DS*, n.º 188); por outro lado, D. Soeiro não está, mesmo quando o objeto do diploma são bens em Alvalade, no centro da sua diocese, o que nunca até aí acontecera, registando-se uma notável consistência regional na presença dos bispos meridionais em diplomas que dizem respeito à sua esfera de influência (e que contrasta com uma presença quase permanente nos diplomas dos bispos nortenhos, qualquer que seja o território em questão). Aliás, a ausência será resolvida logo no mês seguinte, janeiro de 1211, pela primeira confirmação feita pelo seu sucessor homónimo, Soeiro Viegas, até aí deão da sé de Lisboa, enquanto bispo eleito da diocese. A aceitarmos estes argumentos como indício que a morte do bispo teria ocorrido depois de maio de 1209 e antes de janeiro de 1210, a sua primeira ausência notória nos diplomas, poderemos atribuir a data de 28 de setembro em que os obituários de São Vicente de Fora (*OSVF*, 147), da própria Sé de Lisboa (CUNHA, 1642: 101v) e de Santa Cruz de Coimbra (BRANCO, 1999: II, 118, nt. 218) todos concordam localizar o óbito, ao ano de 1209.

Em qualquer dos casos, anota-se a quase perfeita coincidência entre o episcopado de D. Soeiro e o reinado de Sancho I. Talvez a ela se deva a difusão da ideia de uma grande proximidade pessoal entre os dois que nada nos seus percursos individuais confirma. Não só Soeiro não aparece com particular destaque entre os bispos, nunca se colocando em causa uma hierarquia dos bispados que é evidenciada pela ordenação dos confirmantes – quando confirmam sete bispos, Soeiro

aparece de forma dominante na posição seis, à frente apenas do de Évora, ou durante o breve período da conquista da cidade, do de Silves, mais raramente na cinco, excepto quando se trata de assuntos da sua diocese, podendo aqui surgir numa lista mais curta em primeiro ou segundo lugar, caso da doação da Ota a Alcobaça (*DS*, n.º 36) ou do foral de Almada (*DS*, n.º 46) –, como a própria diocese não parece objeto de doações importantes por parte do rei, o que não deixaria de ter ocorrido caso essa proximidade fosse verídica. Particularmente revelador a esse respeito é a verba legada à Igreja de Lisboa no testamento do rei, datado de outubro de 1210 e redigido com um rigor metódico na distribuição da sua imensa riqueza que faz pensar cada legado ter um valor político e simbólico preciso. Os 1000 morabitinos atribuídos coincidem com a verba deixada a todas as outras dioceses, excepto a de Braga, e estão muito abaixo dos legados às ordens militares, por exemplo. A proximidade ao rei, a ter existido, não é corroborada pelos factos e parece decorrer apenas das elucubrações de D. Rodrigo da Cunha – “Foy el Rey D. Sancho grandemente afeiçoado ao bispo D. Soeiro & fez por seu respeito grandes merces a esta igreja, & cidade” (CUNHA, 1642: 100) –, depois repetidas acriticamente pelos seus leitores, em torno de uma passagem de um diploma de 1204 em que D. Sancho I entende privilegiar a cidade de Lisboa (*DS*, n.º 154). Dirigindo-se ao bispo, alvazis e concelho, o rei declara “*quod non est Rex, neque Princeps qui magis possit amare aliquod concilium, quam ego vos amo*”, referindo-se aqui ao concelho e por isso à cidade no seu conjunto e não especificamente ao bispo.

Não é, assim, no quadro da rede de relações do monarca, dos seus familiares e vassalos, que poderemos encontrar indícios sobre o percurso de D. Soeiro, mas nos diplomas régios e papais que visam a diocese de Lisboa durante o quase quarto de século do seu episcopado, sobretudo se os colocarmos na densa teia da conjuntura política, militar e territorial que os rodeia e lhes dá sentido. A imagem que esses dois circuitos, o do rei e o do papa, nos dão, remete para ordens de prioridades que refletem as diferenças nas escalas de observação e a proximidade ao quotidiano do território.

A primeira, a do rei, é claramente dominada pela conjuntura militar que se vive no reino durante a mudança de século, coincidente com o clímax da intervenção almóada no *al-Andalus* e ao mesmo tempo com um pico na capacidade ofensiva do reino português, factores que, combinados, explicam o protagonismo do *Gharb al-Andalus* no teatro das operações, por toda a segunda metade do século XII, que não teve antecedentes e que não se repetirá na primeira metade do século XIII. Neste quadro, Lisboa ganha uma importância estratégica nova, facto que não deixará de se repercutir na sua diocese. Aliás, os primeiros anos do episcopado de D. Soeiro coincidem precisamente com o rescaldo do fracasso da

intervenção militar liderada pelo próprio califa Yusuf I em junho/julho de 1184 e que visou a diocese através do seu segundo centro urbano – primeiro do ponto de vista militar –, Santarém. A doação feita por D. Afonso Henriques ao cônego de Lisboa Bernardo Mendes, no ano anterior ao da eleição de D. Soeiro, das igrejas do castelo de Coina, como recompensa por ele o haver povoado, deverá ser vista neste contexto e é indício de uma intervenção direta da diocese, mesmo que através de circuitos individuais e não necessariamente institucionalizados, na manutenção da estrutura encastelada herdada do período islâmico que servirá agora de circuito defensivo a Lisboa contra os almóadas. Poder-se-ia ainda perguntar se em causa não está também a recuperação das funções fiscais associada à rede de castelos (*husun*), num passado islâmico que é ainda imediato. Aqui, os rendimentos das igrejas estariam no lugar dos bens das mesquitas, sendo a doação ao cônego parte do processo de privatização que representa uma parte dos mecanismos de transição entre o domínio islâmico e o cristão.

Os anos sucessivos do episcopado de D. Soeiro serão marcados pela preparação de uma ofensiva portuguesa que é a maior desde a batalha pelo estuário do Tejo em 1147, começando pelo rompimento das tréguas com os almóadas em 1187 e pela ofensiva contra a capital do Algarve, Silves, em 1189. A contraofensiva almóada logo no ano seguinte, atacando Évora, Santarém e Torres Novas e chegando a Tomar, não pode ter deixado de colocar Lisboa em estado de sítio, ao mesmo tempo que afeta partes significativas do território diocesano. A presença dos cruzados na cidade, ao mesmo tempo que explica, como é sabido, o sucesso da conquista de Silves no ano anterior, contribui para agravar este ambiente de fronteira desordenada – eles próprios são a causa de várias desordens em Lisboa durante os meses de julho e agosto de 1190 – que será parte da história da cidade ainda durante muito tempo depois da morte de D. Soeiro. Neste contexto se explica a presença do bispo na concessão de forais a Almada e a Torres Novas, respectivamente em agosto e outubro desse ano (*DS*, n.º 46 e 48), que visam privilegiar importantes territórios integrantes da diocese. No primeiro, Soeiro confirma como único bispo, no segundo com o bispo de Coimbra. Intui-se, mas não se pode provar, um protagonismo do bispo nas tarefas de organização defensiva do território.

O ano seguinte de 1191 será o do desmoronar do programa militar de D. Sancho I, que não mais mostrará a capacidade de fazer frente ao poderoso império almóada que vinha demonstrando desde a defesa de Santarém em 1184. Entre maio e julho, o califa al-Mansur ocupa de novo Silves – terminando a breve experiência de um bispado na cidade – e, o que é pior para Lisboa, Alcácer do Sal, e destrói Palmela, Almada e Coina, visando assim, pela aniquilação da cintura defensiva de *husun* da sede episcopal, a própria cidade. Neste contexto, ficam muitas

dúvidas sobre o sentido a dar à notícia de D. Nicolau de Santa Maria referindo a realização de um sínodo diocesano, o primeiro em Lisboa, em 1 de maio de 1191 (*SYNODICON*, 1982: 283). A coincidência quase perfeita com o ataque almóada poderia explicar uma concentração invulgar de priores de igrejas em Lisboa, mas fica a interrogação sobre a oportunidade de discutir questões relativas ao governo da diocese num ambiente em que a cidade está sob ameaça próxima, assim como as razões específicas que levaram, nessa ocasião, o bispo e o cabido a acordarem a divisão dos rendimentos das igrejas da diocese (CUNHA, 1642: 99). Por outro lado, não é menos verdade que o primeiro sínodo na diocese de que se guarda o texto foi celebrado num clima de anarquia total no reino, cerca de 1240, não podendo deixar de se considerar que, a ser verdadeira, essa notícia revela um dinamismo na diocese que outros diplomas próximos na cronologia não desmentem.

Penso, em primeiro lugar, no coutamento das casas dos clérigos de Lisboa, feito pelo rei em janeiro de 1195, o ano que verá a hegemonia almóada na Península Ibérica confirmar-se através da batalha de Alarcos. As casas onde os “prelados” vivem em comunidade e que consistem num dormitório e refeitório, ficam defesas ao alcaide, ao mordomo e aos porteiros da cidade (*DS*, n.º 79). O coutamento regula assim as relações entre poderes laicos e eclesiásticos no espaço urbano, ao mesmo tempo que assegura ao cabido condições para poder cumprir o preceito da vida comum. Por sua vez, o bispo encabeça a lista de personagens encarregues de fazer justiça em caso de violação do couto, seguido pelo alcaide e alvazis. O testemunho seguinte de um envolvimento de D. Soeiro na relação entre o rei e a cidade é já do século seguinte. Em agosto de 1204, D. Sancho recompensa os seus vizinhos, que protesta amar mais do que qualquer príncipe no mundo poderia fazer, pela sua participação activa no conflito que o opusera ao rei de Leão Afonso IX (1188-1230) e que atingira um clímax em 1199. Concede-lhes, por isso, entre outros privilégios, a almotaçaria, isto é, o controle do mercado, num diploma que tem como primeiro destinatário o bispo da cidade, D. Soeiro (*DS*, n.º 155). Este, assim como a diocese, parece no entanto ausente dos problemas que o diploma procura resolver, da conflitualidade latente às relações com os mouros e os judeus. Privilegia-se assim a cidade, defendendo-a da oligarquia, mas fica por esclarecer o papel, no processo, do bispo e do cabido.

Uma visão contrastante se poderá obter da leitura da documentação pontifícia que, como habitualmente, deixa transparecer essencialmente a conflitualidade e os meios institucionais e jurídicos empregues na sua resolução. No episcopado de D. Soeiro, eles estão presentes a várias escalas. Primeiro, como mediador, na contenda que opõe a diocese de Coimbra à Ordem do Templo; depois, como protagonista, na disputa jurisdicional entre o bispo e São Vicente



de Fora; ainda no conflito de limites diocesanos com a diocese de Coimbra; finalmente, à escala das relações entre dioceses e arquidioceses, na querela em torno da obediência a Santiago de Compostela.

A entrada de Soeiro na disputa entre Coimbra e o Templo sobre as igrejas da Ega, Redinha e Pombal, faz-se logo no começo do seu episcopado por delegação do legado apostólico do papa Urbano III (1185-1187), Gregório, cardeal diácono de Sant'Ângelo (1190-1202) (*BULÁRIO PORTUGUÊS*, 1989: n.º 8) e, considerando que a delegação inclui também o arcediogo de Lisboa, Arnulfo, que ocupava a dignidade desde o tempo do bispo D. Álvaro, parece traduzir um propósito por parte do legado de encontrar soluções num quadro regional que abrange duas dioceses da fronteira com o Islão, ou próximas dela, e uma

ordem militar. Não creio que a resolução do conflito esteja relacionada com os acontecimentos na fronteira, nesses meados dos anos 80. Parece antes decorrer num universo paralelo de disputas em torno das rendas que é quase intemporal.

Da mesma ordem, mas interno à diocese de Lisboa, está a contenda que a sede episcopal mantém com os cónegos regrantes de São Vicente de Fora, de certa forma uma repetição noutra espaço mas com protagonistas símile, do prolongado conflito entre a Sé de Coimbra e Santa Cruz. Estamos, de resto, no momento da história do reino em que se pode ver o prior crúzio a confirmar com os bispos diplomas régios, facto que testemunha não só do seu poder como também da formalização e reconhecimento oficial desse poder. No caso de Lisboa, o acordo será alcançado no episcopado de D. Soeiro, em abril de 1205 (*BULÁRIO PORTUGUÊS*, 1989: n.º 104) – a data de 1206 para o mesmo documento decorrendo provavelmente de um erro na transcrição do século XVI (*BULÁRIO PORTUGUÊS*, 1989: n.º 113) – sendo juízes apostólicos o prior e o chantre de Alcobça. Regula-se entre outros assuntos os limites da ação dos cónegos regrantes

nos domínios do enterramento dos mortos, da confissão e da visitação, estabilizando-se ao mesmo tempo os limites da paróquia de São Vicente, ao tempo já definidos. A composição, que será ratificada pelo papa em Latrão em outubro de 1206, constitui um dos últimos sucessos do episcopado de D. Soeiro, ao regular as relações entre os dois mais importantes poderes da cidade e da diocese.

Visando o controlo das igrejas e das suas dízimas, a contenda com o bispo de Coimbra, de resto suscitada por este, é da mesma natureza embora de escala diferente, uma vez que implica com os limites das dioceses. Em causa estão os direitos sobre as igrejas de Alpedriz e Pederneira, que o bispo de Coimbra reclama para si numa causa que o papa manda investigar em 1203 (PORTUGALIA PONTIFICIA, 2013: I, n.º 43, 116; COSTA, 1963: 295, nt. 436).

Se os limites das dioceses estão neste momento sujeitos a processos negociais, o caso mais marcante do episcopado de D. Soeiro estará a outro nível. Refiro-me aos conflitos determinados pela reorganização da estrutura arquidiocesana à escala hispânica, problema complexo que procura conciliar realidades que são produto da alta Idade Média com a memória das hierarquias eclesiásticas da Antiguidade tardia. O facto dominante dessa reorganização prendia-se com a elevação de Santiago de Compostela a sede metropolitana em 1120 e com a afetação a ela das antigas dioceses sufragâneas de Mérida, facto que Braga nunca aceitara. A conquista de Lisboa e depois de Évora implicaria assim a integração na esfera de influência de Compostela, o que só vem a acontecer no episcopado de D. Soeiro, e por determinação papal. Ver aqui um atentado a uma coincidência entre a estrutura diocesana e os limites do reino é talvez anacrónico, mas não sofre dúvida que os interesses leoneses estavam polarizados em torno de Compostela e os do reino português em torno de Braga. Não há ainda dúvida que a decisão papal ocorre no mesmo ano de 1199 em que o conflito militar entre os dois reinos



Fig. 25. Composição entre o bispo e o cabido de Lisboa, de uma parte e o mosteiro de São Vicente de Lisboa, pela outra, sobre a isenção episcopal deste último, 1205 abril 18, pergamimho. Lisboa, ANTT, OCRSA, Mosteiro de São Vicente de Fora, 1.ª inc., mc, 1, n.º 25, PT/TT/MSVFL/1M01/25. © ANTT.



Fig. 26. Traslado da bula *Suum ad Nos* dirigida em 1206 outubro 3 ao Bispo de Lisboa, ao Prior de São Vicente e ao Abade de Alcobaça, 1290 outubro 20, pergaminho. Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, mc. 17, n.º 321, PT/TT/CSEAL/M17/321. © ANTT.

atinge um clímax (*BULÁRIO PORTUGUÊS*, 1989: n.º 45, 50, 51, 52, 56). Restaria medir qual a real repercussão na diocese de Lisboa da mudança de obediência.

Nestas duas séries de narrativas que se entrecruzam sem necessariamente se sobreporem, a dos diplomas régios e a da chancelaria papal, a figura de D. Soeiro, terceiro bispo de Lisboa, passa discreta. E à falta de dados que permitam compreender o percurso que o levou ao episcopado responde, simetricamente, o silêncio que o rodeia depois de morto. Já D. Rodrigo da Cunha (1577-1643), testemunha de um momento em que a sé de Lisboa não conhece ainda a grande destruição de 1755, declara ignorar o local da sua sepultura, atribuindo aquela que lhe era conhecida, junto à capela de Santa Eulália,

ao seu sucessor, Soeiro Viegas (CUNHA, 1642: 101v). O “Livro das Calendas”, transcrito no códice alcobacense 114, e que dá conta de muitos bispos e dignidades capitulares da sé olisiponense, mantém sobre ele o silêncio (*CABIDO DA SÉ*, 1954: 311 e ss.) mas refere-se a D. Soeiro Viegas. Talvez a sombra do seu homónimo, quase permanente deão e sucessor, tenha contribuído para obliterar a memória de um episcopado longo, vivido nas margens da Cristandade, no dinamismo efervescente da fronteira com um império almóada no seu apogeu.

HERMENEGILDO FERNANDES

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: *BULÁRIO PORTUGUÊS*, 1989; *LE CARTULAIRE*, 1971; *CABIDO DA SÉ*, 1954; CUNHA, 1642; *DS*; *DMP-DR*; *LA DOCUMENTACIÓN PONTIFICIA*, 1965; *OSVF*; *PORTUGALIA PONTIFICIA*, 2013; *SYNODICON*, 1982; **Estudos:** ALMEIDA, 1967-1971; BRANCO, 1998; BRANCO, 1999; BRANCO, 2005; COSTA, 1963; RIBEIRO, 1896.

SOEIRO VIEGAS (1211-1233)

Figura controversa, sobre a qual a documentação frequentemente nos deixa sem respostas, Soeiro Viegas foi bispo de Lisboa de 1211 até à sua morte, em 1233 (BRANCO, 1999: Apêndice III, 119). Nada se sabe da vida de Soeiro antes do seu ingresso na carreira eclesiástica, nem sobre a sua ascendência, raízes ou educação. Sabemos apenas que, em 1188, era já deão da diocese à qual viria a presidir e que possuía uma considerável preparação em Leis, como a sua nomeação por sete vezes durante o ano de 1198 como juiz delegado nas questões entre o bispado de Coimbra e o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra tão eloquentemente ilustra (BRANCO, 1999: 151, 159, 160, 165). A primeira referência que a ele possuímos está exarada no primeiro testamento do rei Sancho I, no qual o monarca lhe deixa uma mula, num gesto que pode ser considerado um sinal de estima pessoal por parte do rei (DS 49-50, n.º 31). Em Janeiro de 1195, testemunha enquanto deão uma concordia celebrada entre o bispo Soeiro de Lisboa e o Mestre de Santiago (TT, *Mitra Patriarcal de Lisboa*, lv. 18, f. 6) e, em 1198, continua a aparecer como deão de Lisboa num conjunto considerável de documentos (*BULÁRIO PORTUGUÊS*, 1989: n.º 20, 26, 27, 28, 30, 31). E é tudo que nos é dado saber sobre uma parte considerável da vida de um homem, de nome próprio e patronímico demasiado comuns para podermos tirar quaisquer outras ilações, mas que acompanhou a vida da diocese ao longo de pelo menos 45 dos seus mais importantes anos, primeiro 23 como deão e depois mais 22 como bispo.

Em contrapartida, a partir do momento em que se torna bispo de Lisboa, a documentação envolvendo este homem multiplica-se exponencialmente, ilustrando a sua ação e vida e as repercussões da sua ambição na diocese e no reino

Soeiro Viegas

2.ª metade do séc. XII	Nascimento
1211-1233	Bispo de Lisboa
1233.1.29	Morte

do dealbar do século XIII. Encontramo-lo em muitos e diversos palcos, agindo sempre de forma marcadamente interventiva, embora dividindo a sua lealdade entre os interesses da sua diocese, os seus interesses pessoais, o serviço ao rei e ao papa, e os conflitos pessoais contra membros do seu próprio cabido e alianças com outros dos bispos portugueses dos reinados de Afonso II e Sancho II.

Estado de graça

A primeira referência a Soeiro como bispo data de janeiro de 1211, quando aparece, ainda como bispo eleito, numa carta de doação de D. Sancho I ao abade do mosteiro cisterciense de Moreruela, em León (*DS* 312, n.º 205; CUNHA, 1642: 110, com data errada de janeiro de 1210). No ano seguinte, começa a aparecer já como bispo confirmado (*BULÁRIO PORTUGUÊS*, 1989: n.º 166). Muito embora os seus antecessores tenham todos protagonizado conflitos contra diversas instituições, nenhum dos anteriores bispos de Lisboa entrou em conflito direto com o rei (BRANCO, 1998: 63-70). Isso mudaria com Soeiro Viegas, o qual, na sequência de um período de excelentes relações com o rei, que parece ter durado até meados de 1218, viria, depois dessa data, a tornar-se num dos opositores mais acérrimos de Afonso II, oposição que só se agudizaria no decurso dos anos seguintes, e durante o reinado de Sancho II.

Até então, contudo, Soeiro tinha gozado de alta estima na Cúria régia, o que parece ser corroborado até pelo facto de a rainha D. Urraca o ter nomeado como um dos seus três executores testamentários no seu testamento de 1214, junto com o arcebispo D. Estêvão Soares e o tesoureiro de Braga (BRANCO, 1998: 71; TT, *Mosteiro de Alcobaça*, 2.^a inc., mc. 15, n.º 336 (3); VILAR, 2005: 63, nt. 2). Não só o facto de lhe ter sido confiada para administração uma soma mais avultada que aquela legada aos outros testamentários como ainda a doação a título pessoal de 300 morabitinos, parecem corroborar a ideia de que Soeiro Viegas exercia uma influência considerável na cúria, até a nível pessoal.

A razão principal para Soeiro gozar desse estatuto na cúria régia pode bem ter tido origem no papel que, entre 1212 e 1216/7, ele desempenhara como um dos advogados que em Roma tinham defendido a causa do rei, no litígio que este mantivera contra as irmãs, decorrente das disputas sobre as disposições testamentárias do rei Sancho I (falecido em março de 1211) e a contestação régia ao direito que as infantas teriam a essa herança. Em outubro de 1211, Soeiro foi nomeado executor da confirmação pontifícia do testamento de Sancho I, junto com o arcebispo de Compostela e com o bispo da Idanha (*BULÁRIO PORTUGUÊS*, 1989: n.º 166). O próprio Afonso II refere como ele tinha trabalhado em Roma e no Reino a favor da sua causa régia, e podemos concluir que nisso teria ocupado

uma boa parte de 1211 e todo o ano de 1212, quando esteve em Roma. Nesta questão ladeava, como advogado do rei, eminentes colegas como Mestre Vicente Hispano, canonista de nomeada e então ainda apenas arceidiago de Lisboa (arceidiago de 1206 a 1212, deão de 1212/13 a 1229 e chanceler do rei entre 1224/26 a 1236, vindo a ser postulado bispo de Lisboa) – cf. COSTA, 1963c: nts. 245, 284; BRANCO, 1999: Apêndice III, 114; FERNANDES, 2006b: 123, 126-27, 153), Mestre Silvestre Godinho, também canonista e futuro arcebispo de Braga (1229-1244) e o civilista Mestre Lanfranco de Milão. Durante a sua estadia em Roma, Soeiro poderá ter sido confirmado como bispo por Inocêncio III (assim o sugere CUNHA, 1642: 110) e decerto esteve envolvido no oportuno pedido de confirmação da bula *Manifestis Probatum* em 16 de abril de 1212, através da qual o Papa confirmou a Afonso II o direito à dignidade régia e ao reino de que ele tanto necessitava (BULÁRIO PORTUGUÊS, 1989: n.º 176 e 179).

Os esforços de Soeiro em nome do rei foram reconhecidos num diploma de 17 de abril de 1217 em que Afonso II tomou o bispo e os da sua diocese sob a proteção real em sinal de agradecimento pelos seus serviços, em Roma e no Reino, para conseguir de Inocêncio III uma decisão contra as pretensões das Infantas à posse plena dos castelos estratégicos de Alenquer e Montemor-o-Velho (COSTA, 1963c: 62, nt. 134; BRANCO, 1998: 71). Embora não tenhamos nenhuma indicação da trajetória através da qual Soeiro alcançou o estatuto que esta carta revela, a implicação clara é que o seu trabalho em querelas eclesásticas, já atestado quando era nomeado juiz delegado do papa na época em que era apenas deão de Lisboa, deve ter revelado as suas potencialidades no manejo do Direito. Essa formação legal não só lhe terá permitido desempenhar o papel de advogado do rei, como ainda justifica o à vontade com que o vemos, ao longo do seu episcopado, iniciar uma série de disputas legais com algumas das pessoas e instituições mais poderosas de seu tempo, incluindo o bispo de Coimbra, os cavaleiros templários, o mosteiro de São Vicente de Fora, o seu próprio deão e favorito real Vicente Hispano, dois reis de Portugal e até mesmo o próprio papa.

Soeiro regressou a Roma em 1215 para participar do IV Concílio de Latrão em novembro e manteve-se na cúria papal durante todo o ano seguinte, quer tentando negociar a possibilidade de utilizar cruzados para as empresas militares portuguesas, quer para continuar o seu trabalho em favor da questão do rei com suas irmãs, que se arrastava ainda sem solução definitiva, e que a morte de Inocêncio III veio protelar por ainda mais algum tempo (COSTA, 1963c: 34-35, nt. 79-80).

Conflito e controvérsia seriam os companheiros quase contínuos de Soeiro, durante todo o seu episcopado. Os primeiros indícios de perturbação surgem

precisamente na acima referida carta de proteção régia a favor de Soeiro e sua diocese, datada de abril de 1217. O documento não explica por que razão precisaria o bispo de Lisboa dessa especial proteção régia, no entanto, podemos supor que ela derivasse ou de querelas com o bispo Pedro Soares de Coimbra, com quem disputava já há algum tempo a jurisdição de propriedades nos limites da diocese de Lisboa, ou da questão que sustentava contra os templários, cujos detalhes permanecem desconhecidos, mas que foi suficientemente séria para Soeiro ter proclamado uma sentença de excomunhão sobre toda a Ordem na Península Ibérica (BRANCO, 1998: 71-72; *BULÁRIO PORTUGUÊS*, 1989: n.º 215, 223). O próprio papa Inocêncio III, em carta sobre a questão, menciona um inquérito que fora levantado sobre alegadas irregularidades na conduta de Soeiro enquanto bispo de Lisboa, e Honório III, a 6 de setembro de 1217, assegurava a Soeiro que “certos inquéritos” obtidos contra ele (*inquisitiones obtentos*), “por causa da maldade dos seus rivais” (*per emulorum tuorum malitiam*), eram a partir de então revogados por decreto papal, de tal forma que nunca, nada mais, de forma nenhuma pudesse no futuro prejudicar a sua reputação, nem de outra maneira causar-lhe mal. Infelizmente, não se identificam nessa carta, nem os inimigos de Soeiro, nem a substância das acusações que constariam nesses inquéritos (COSTA, 1963c: 78, nt. 160; BRANCO, 1998: 72).

Parece, pois, que os primeiros anos de episcopado de Soeiro Viegas estiveram muito longe de ser calmos e pacíficos, e que os anos de 1216-1217 foram particularmente agitados. Vítima da hostilidade e oposição de indivíduos e instituições dentro e fora da sua diocese, ainda que favorecido pela proteção régia, pode-se imaginar que o prelado poderia ter pensado conseguir melhorar a sua posição, no reino e fora dele, pela obtenção de um triunfo pessoal brilhante que poderia mudar a sua imagem e o seu poder. O veículo perfeito para a sua campanha de reafirmação pessoal poderia estar apenas a cerca de 100 quilómetros a sul de Lisboa, na forma do porto muçulmano de Alcácer. Como bispo de uma das dioceses mais meridionais do reino, com a sua sede em Lisboa e os seus territórios frequentemente assolados por invasões sarracenas lançadas a partir de Alcácer, por terra e por mar (GOSUINI, 2005: 633, linhas 69-70), Soeiro era sem dúvida uma das personagens com maior interesse e justificação para assumir um papel de liderança num grande projeto para capturar a fortaleza.

Porque Alcácer era o obstáculo chave a ser superado antes que o progresso cristão para sul pudesse continuar de forma eficaz, a empresa teria um potencial enorme para a expansão do reino. O sucesso no empreendimento não só representaria um dramático refortalecimento das campanhas portuguesas contra o al-Andaluz, que tinha ficado suspenso durante quase uma geração, mas viria

também reforçar consideravelmente a legitimidade real de Afonso II, a quem, em contraste flagrante com o seu pai e avô, faltavam os feitos e elogios militares (VILAR, 2005: 114-120). Soeiro, entretanto, como principal arquiteto do projeto, devia ter aspirado a emergir de tal triunfo adornado com as grinaldas de campeão do reino português e defensor da cristandade, favorito quer do rei, quer do papa. Além disso, poderia esperar poder acrescentar às terras da sua diocese Alcácer, o seu porto e sua região de reputada fertilidade. Há indícios convincentes da presença ativa de Soeiro no planeamento desse desígnio, provavelmente a partir de 1213, reafirmada nos seus esforços de angariar gentes de guerra para essa empresa no decurso do IV Concílio de Latrão.

Há indícios convincentes da presença ativa de Soeiro no planeamento desse desígnio, provavelmente a partir de 1213, reafirmada nos seus esforços de angariar gentes de guerra para essa empresa no decurso do IV Concílio de Latrão, quando o bispo de Lisboa solicitou autorização a Inocêncio III para reter para o serviço na fronteira portuguesa e andaluza os guerreiros-peregrinos que passassem pelos portos portugueses a caminho da Terra Santa (*DE ITINERE*, 1879: 63). Apesar de Inocêncio III se ter recusado a aceder a tal pedido, o bispo não ia desistir facilmente de levar a cabo a sua grande empresa militar.

Embora as frotas de cruzados que navegavam para Oriente pelo Estreito de Gibraltar pudessem ter de parar em Lisboa para reabastecimentos – durante todo o episcopado de Soeiro a cidade foi o último porto Cristão antes do Mediterrâneo – não era fácil persuadir os cruzados a ficar e lutar na guerra de conquista na fronteira portuguesa. A oferta portuguesa de fazer os cruzados participar nos lucros do saque aos Sarracenos poderia ter funcionado como um argumento de peso para alguns dos homens que vinham nesses navios, mas continuava a haver muitos para quem o cumprimento da sua promessa de peregrinação a Jerusalém



Fig. 27. Selo do bispo Soeiro Viegas, 1217, cera. Lisboa, ANTT, OCERSA, Mosteiro de São Vicente de Fora, 1.ª inc., mc. 2, n.º 3, PT/TT/MSVFL/1M02/03. © ANTT.

seria sempre o móbil primordial. Deve ter sido para contornar a teimosa determinação desses homens, que Soeiro se empenhou de forma tão activa na promoção da ideia de que a guerra em terras peninsulares tinha, também ela, um incontestável valor como guerra santa. Com efeito, a promoção de determinados cultos, como os de santos como S. Vicente (DIAS, 2011: 207 -220; WILSON, 2014: 204-221) ou Henrique de Bona e sua milagrosa palmeira de Jerusalém (*INDICULUM*, 2001: 178 -181; WILSON, 2014: 209 -213), parecem ter sido especialmente promovidos devido ao facto de que se adequavam de forma ideal à sensibilidade daqueles que iam a caminho de Jerusalém, propiciando assim um ambiente cultural e ideológico que poderia seduzir mais facilmente os cruzados a aderir à “guerra santa portuguesa”. Nos três ou quatro anos imediatamente anteriores à campanha de Alcácer podemos verificar uma espécie de crescendo na implementação destas estratégias de atração dos cruzados, e é muito verosímil que ela estivesse a ser levada a cabo por influência e vontade do bispo Soeiro (WILSON, 2014).

Fosse qual fosse o resultado dessas potenciais estratégias de atração, a realidade é que Soeiro levou para diante a “sua” campanha de Alcácer. A 29 de maio de 1217, uma frota de cerca de 300 navios que transportava cruzados originários maioritariamente da Renânia e Frísia zarpou do porto de Vlaardingen, no sul dos Países Baixos (*GESTA CRUCIGERORUM*, 1879: 31; *CHRONICA REGIA*, 1880: 239-240; LAY, 2009: 221). A frota chegou a Lisboa a 10 de julho, onde foi recebida por Soeiro, ladeado pelo seu homónimo bispo de Évora e pelos mestres regionais dos templários, hospitalários e da Ordem de Santiago (*GOSUINI*, 2005: 633; *GESTA CRUCIGERORUM*, 1879: 30; *DE ITINERE*, 1879: 62). No quadro de um programa de pregação da cruzada dentro do reino português (*MHI*: n.º 25, 47), Soeiro pregou aos recém-chegados ao porto de Lisboa um sermão de persuasão cuidadosamente preparado (*GOSUINI*, 2005: 633-634, linhas 59-86; *GESTA CRUCIGERORUM*, 1879: 30-31; *DE ITINERE*, 1879: 62), mas não conseguiu convencer o contingente frísio a participar do assalto a Alcácer (*DE ITINERE*, 1879: 69). Os condes Guilherme e Jorge, no entanto, juntos com a restante maioria dos ocupantes dos navios da frota (mais de dois terços), abraçaram a sua proposta com entusiasmo (*GESTA CRUCIGERORUM*, 1879: 31).

Assim, em finais de julho, a frota cruzada saiu de Lisboa e subiu o Sado, dirigindo-se para Alcácer, enquanto o exército português marchava para o sul, em direção ao exterior dos muros do castelo. O cerco começou no dia 30 de julho e continuou durante cinco semanas. Finalmente, Alcácer rendeu-se no dia 21 de outubro. Os defensores foram feitos cativos, os despojos foram divididos entre os guerreiros cristãos e a fortaleza foi entregue à Ordem de Santiago, por

ordem régia (VILAR, 2005: 144; TT, *Registo Afonso II*, f. 81v-82). De imediato, Soeiro, junto com os outros líderes da campanha – Soeiro de Évora (1204-1229), Pedro Álvares de *Alvito*, mestre dos templários, o prior dos hospitalários em Portugal e Martim Pais Barregão, comendador de Palmela da Ordem de Santiago –, escreveram a Honório III pedindo-lhe para declarar uma cruzada portuguesa internacional (MHI: 48, n.º 25). Numa missiva individual, o conde Guilherme de Orange também escreveu ao papa, descrevendo a sua visão de que o sul da Ibéria estava agora aberto à conquista cristã definitiva e solicitando instruções para saber se deveria liderar os seus homens na continuação de sua viagem para Oriente ou se, pelo contrário, não seria melhor manter as suas forças na Península Ibérica (MHI: 48-49, n.º 26).

Deve ter sido provavelmente nessa mesma altura que foi produzida aquela que é a narrativa contemporânea mais detalhada que possuímos do cerco e conquista de Alcácer. O chamado *Gosuini de Expugnatione Salaciae Carmen* é uma narrativa versificada da campanha, caracteristicamente cheia de referências à literatura bíblica, patrística e clássica (GOSUINI, 2005). O *Carmen* é um hino à sugestão de que Deus tinha abraçado e abençoado a campanha de Alcácer e, consequentemente, também a tarefa mais ampla de derrotar o Islão na Península Ibérica ocidental, de modo a colocar essa empresa em pé de igualdade com iniciativas ‘oficiais’ de cruzada e, particularmente aquela à qual os comentaristas modernos chamariam a ‘Quinta Cruzada’. Além disso, o *Carmen* foi escrito sob as ordens diretas de Soeiro de Lisboa cujo nome, SUERIUS, aparece inscrito num dispositivo acróstico proeminente que integra o poema. O outro nome que aparece também em acróstico é o de GOSUINUS, ou Gosuíno, o autor da obra, e aparentemente, uma testemunha ocular dos eventos que ele descreve. Gosuíno era, provavelmente, um clérigo flamengo que tinha sido escolhido como sacerdote para um dos navios dos cruzados que participaram na campanha de Alcácer (WILSON, 2016; WILSON, no prelo).

Com o *Carmen* a proclamar a legitimidade cruzadística da campanha de Alcácer e com o caminho agora aberto para a conquista do Sul, haveria ali e então uma oportunidade única para erradicar os muçulmanos do oeste da Península Ibérica de uma vez por todas. No entanto, o papa não se convenceu a pregar uma cruzada internacional na Ibéria e, em vez disso, ordenou que os cruzados continuassem viagem para a Terra Santa, na primeira oportunidade.

Não obstante, Alcácer não deixou de ser uma grande vitória para as forças portuguesas, trazendo grandes vantagens a Afonso II. Além do imediato alargamento do território do seu reino e da neutralização de uma fortaleza até então muito perigosa, benefícios mais amplos começaram a reverter a favor do rei, mal

as cartas relatando a vitória chegaram a Roma. A primeira parece ter sido a carta pontifícia que seria emitida logo no início do ano seguinte, a bula *Licet Venerabilis*, de 4 de janeiro, que publicitava a decisão pontifícia sobre a antiga questão do primado das Espanhas (*LA DOCUMENTACIÓN PONTIFICIA*, 1965: n.º 118, 93). Depois de séculos de disputa envolvendo Braga, Toledo e Santiago de Compostela (VELOSO, 2000: 141; ERDMANN, 1935), subitamente o papa parecia ter decidido pôr um ponto final na questão, impondo silêncio sobre ela. Fechando o tema a ulterior debate, ficava determinado que todos os três metropolitas deveriam manter o título e as prerrogativas de primazes e, mais importante ainda, a Igreja de Braga foi, para todos os efeitos práticos, libertada da necessidade de obediência ou sujeição à de Toledo. Embora a sentença se referisse ao governo eclesiástico, a bula pontifícia tinha óbvias ramificações a nível político, reforçando a legitimidade do reino português e da sua Igreja face aos seus vizinhos cristãos e consequentemente fortalecendo a posição até então muito débil de Afonso II.

Quase logo em seguida, a 8 de janeiro de 1218, Honório III ordenou a execução e a implementação das decisões que tinham sido obtidas sob o seu predecessor, Inocêncio III, contra as irmãs de Afonso (COSTA, 1963c: 37-38, nt. 82). Quatro dias mais tarde, o mesmo pontífice manda reconfirmar, na pessoa do rei, pela segunda vez, a *Manifestis Probatum* (MH I: 50-51, n.º 27). Significativamente, os elogios ao carácter bélico do monarca, tão proeminentes nas duas versões anteriores, concedidas a seu pai e avô e tão flagrantemente ausentes da confirmação de 1212, tinham regressado de forma veemente a este texto de 1218.

Para Soeiro, ao contrário do seu rei, as recompensas da empresa de Alcácer foram bastante escassas. Se o prelado de Lisboa, grande promotor e financiador principal destas vitórias, esperava que Afonso II lhe desse, a ele e à sua diocese, o governo de Alcácer e sua região, as suas esperanças seriam totalmente frustradas. Em janeiro de 1218, Afonso II conferia o governo da praça e suas terras à Ordem de Santiago, entregando-as ao mestre, Martim Barregão, cunhado do chanceler do rei, Gonçalo Mendes (*LIVRO DOS COPOS*, 2006: 324, n.º 181). Como se isto não fosse suficiente, o bispo de Lisboa veria ainda ser-lhe recusada a jurisdição eclesiástica sobre o território, que foi transferido para a jurisdição do bispo de Évora, alegando um desejo de manutenção das arcanas divisões diocesanas visigóticas (PEREIRA, 2015: 35). O rei não só cerceava as ambições de Soeiro, como começava a revelar-se um defensor dos seus adversários. O facto de o bispo de Lisboa ter liderado em todos os aspetos uma expedição militar tão proveitosa e bem-sucedida, se por um lado devia ter agradado sobremaneira a Afonso II, que tanto beneficiou com essa vitória, por outro decerto lhe lembraria a necessidade de conter este bispo cheio de iniciativa e ambição na esfera dos limites a que os poderes espirituais o obrigavam.

Ironicamente, o reforço do poder do rei a que assistimos na sequência da vitória de Alcácer permitiu ao monarca embarcar numa política concebida para limitar e reduzir os poderes dos grupos privilegiados, de entre os quais se destacariam os eclesiásticos, aqueles mesmos a quem Afonso II ainda em abril de 1218 beneficiava e agraciava de forma aparentemente muito generosa (COSTA, 1963c: nt. 107, 146-154; BRANCO, 1999: 506-558; VILAR, 2005: 204-214, 269). Nessa luta de poderes, o bispo de Lisboa iria ter um papel de destaque. Soeiro encontrou-se na primeira linha desse conflito, em duas frentes, uma contra a facção do seu cabido que apoiava a causa régia, personalizada na figura do seu deão, Vicente Hispano, e outra contra o próprio rei, na sequência das medidas e problemas que as confirmações da chancelaria régia e as inquirições de 1220 viriam a despoletar.

Queda em desgraça.

Os primeiros sinais de desavença entre Soeiro e o seu cabido, e consequentemente, no futuro, entre Soeiro e o rei, parecem vir à tona de água ainda durante a campanha de Alcácer, enquanto Soeiro estava ausente no cerco, entre o verão e outono de 1217. Soeiro tinha deixado a sua diocese a cargo do deão, Mestre Vicente Hispano, conselheiro do rei e, como Soeiro, um membro importante da equipa legal que em Roma trabalhara a favor da causa régia (COSTA, 1963c: nt. 160). De acordo com o que nos é dado saber através das queixas de Soeiro ao papa, o deão de Lisboa, aproveitando-se da sua ausência, agira de forma prejudicial aos direitos e prerrogativas do bispo (cf. carta de Honório III, de 25 de outubro de 1218 – COSTA, 1963c: nt. 157). Devido a isso, e por insistência do cabido, Soeiro tinha demitido Vicente do deado, substituindo-o. Vicente, no entanto, fortalecido pelo apoio régio, ripostara. Em vez de acatar as ordens de Soeiro, Vicente procedera à ocupação das propriedades do deado e outras, com o apoio régio, mesmo sabendo que as queixas de Soeiro já estavam a caminho de Roma. Soeiro queixava-se ainda que Vicente tinha forjado cartas de citação supostamente emitidas pelo arcebispo de Compostela, que ainda era o metropolitano da diocese de Lisboa, nas quais se ordenava ao bispo que comparecesse em Évora. O bispo enviara o deão recém-nomeado, um certo P., de quem nada mais sabemos, e os sobrinhos de Mestre Vicente tinham-no atacado e ferido com gravidade. Para mais, obedecendo a uma outra falsa carta de citação, Soeiro tinha também enviado o seu subdiácono, Gonçalo Martins, a Évora, a quem igual destino esperava. Embora o subdiácono tivesse tido o cuidado de se prevenir com cartas de proteção apostólica, os homens e sobrinhos de Vicente tinham-no atacado na mesma e ameaçado de morte (COSTA, 1963c: 76).

O papa pediu então aos juízes delegados que resolvessem esta questão. Esta carta de comissão está datada de outubro de 1218, menos de seis meses depois do momento em que o rei concedera a todos os bispos do reino, incluindo a Soeiro de Lisboa, os dízimos régios das respetivas dioceses, naquilo que pode ser considerado um momento ímpar de favorecimento geral dos eclesiásticos, ou seja, a bonança antes da tempestade. Não se percebe como nem porquê em tão pouco tempo as relações entre o bispo e o rei teriam tomado um caminho tão hostil, mas este primeiro episódio com Mestre Vicente prenuncia o que os anos seguintes confirmariam, um conflito quase institucional e permanente entre o bispo Soeiro e Afonso II.

Da questão com Mestre Vicente, no entanto, nada mais nos é dado saber. Misteriosamente, apesar da gravidade das acusações de Soeiro, nada nos é dito do resultado de tão sérios conflitos, nem do trabalho dos juízes delegados na resolução da questão. Só podemos ter a certeza de que, a partir de 23 de maio de 1220, quando Honório III volta a mencionar Vicente Hispano, ele é de novo deão de Lisboa, como se nada se tivesse passado (COSTA, 1963c: 77, nt. 158 e 78; VELOSO, 2000: 132).

Na verdade, o que podemos saber é que esta disputa entre o deão e o bispo de Lisboa ocorreu quase simultaneamente com a eclosão de confrontos mais alargados entre a Coroa e a Igreja, destacando-se sobremaneira as famosas contendas de Afonso II com o bispo Pedro Soares de Coimbra e com o arcebispo de Braga, Estêvão, uma luta com episódios muito violentos que levou, em 1221, à excomunhão do rei e à interdição do Reino (bula *Et si venerabilii*, de 16 de junho de 1222: COSTA, 1963c: nt. 208; VELOSO, 2000: 149-150). Quando Afonso II morreu excomungado, a 25 de março de 1223, Soeiro estava, muito provavelmente, em Roma (COSTA, 1963c: 112-113, nt. 216). Ele tinha chegado à cúria papal, no final de 1222 ou início de 1223, para apresentar pessoalmente ao papa a sua própria lista de queixas contra o rei, incluindo a destruição de igrejas, as violências forçando clérigos ao serviço militar e outros atos de opressão, assim como as infrações aos privilégios e imunidades da Igreja (COSTA, 1963c: 113-114).

Uma vez que estas queixas de Soeiro não fazem nenhuma menção da sua desavença com Vicente Hispano, não é claro em que medida os dois episódios de discórdia possam ter estado interligados. Na verdade, é possível que, antes de Soeiro partir para a Cúria no outono de 1222, tivesse havido uma concórdia entre eles, talvez motivada pela deterioração da saúde do rei e pelo papel que ambos podem ter desempenhado na paz entre o arcebispo de Braga e o rei, à qual o próprio faria alusão, como a algo do passado, em agosto de 1222. Afonso II, consciente da sua morte próxima e ansioso por alcançar a paz no seu reino para

assegurar a sucessão suave do seu filho Sancho, que ainda era menor, precisava urgentemente da reconciliação com a Igreja. Nas negociações que se seguiram, Soeiro e Vicente parecem ter estado em paz. Soeiro atesta a escritura de uma doação feita por Afonso II a Vicente Hispano, a 15 de agosto de 1222, como agradecimento pelo “muito serviço que tem prestado a nós [em diversas instâncias e] no acordo com D. Estêvão, Arcebispo de Braga” (COSTA, 1963c: nt. 193).

Enquanto a doação é um testemunho claro do papel desempenhado por Vicente Hispano nas negociações entre o rei e as irmãs primeiro e depois entre o rei e o arcebispo de Braga, acerca de uma concórdia de cujos contornos nada mais podemos saber, parece plausível pensar que algures durante os anos que medeiam entre os conflitos de 1218-1220 e os finais de 1222, Soeiro se reaproximara do rei. Este poderá ter regressado a Portugal por esta altura, a aceitarmos a versão de D. Rodrigo da Cunha, que alega que ele presidiu ao funeral de Afonso II e que acompanhou o corpo real para o seu lugar de descanso final na igreja da abadia de Alcobaça (CUNHA, 1642: 120r).

Eventualmente interrompidas pela morte do rei, as negociações para acalmar as querelas entre a realeza e a Igreja foram levadas a uma aparente conclusão em junho de 1223, no novo acordo que seria já celebrado pelo novo rei, Sancho II (FERNANDES, 2006b: 105-111). Sancho II não parece ter dado muita atenção ao cumprimento dos termos do acordo com o arcebispo de Braga, e novas disputas eclodiriam rapidamente entre a Coroa e a Igreja. Mais uma vez, Soeiro foi um dos primeiros clérigos a entrar em conflito com o monarca. No próprio ano de 1223, Soeiro já tinha tido que se exilar de novo, para fugir à ira régia (ASV, *Reg. Vat.* 12, f. 140, ep. 189; COSTA, 1963c: 129), tendo-se abrigado, inicialmente, sob a proteção de Afonso IX de Leão (conforme carta do papa Honório aos monarcas leoneses de 12 de janeiro: COSTA, 1963c: nt. 231). Desta vez, Soeiro alegava que tinha tido que fugir para salvar a sua vida, como se lê numa carta pontifícia que refere o assassinato de um seu sobrinho e do mordomo do bispo de Lisboa (COSTA, 1963c: nt. 235). No entanto, por razões pouco claras, as condições melhoraram em Lisboa durante os meses seguintes e até ao final de 1224, quem sabe se por influência do novo chanceler régio, Vicente Hispano. Com Roma a tomar uma linha mais conciliatória para com Sancho II (COSTA, 1963c: nts. 245, 247; FERNANDES, 2006b: 56, 120-124), Soeiro regressou de novo à sua diocese (COSTA, 1963c: 134-135). Nos anos que se seguiram, a Igreja de Lisboa parece ter beneficiado de uma espécie de pausa nos abusos e interferências régias, se considerarmos que será só a partir de 1231 que a documentação papal volta a mencionar a eterna questão do desrespeito às liberdades eclesíásticas na diocese, numa altura em que Soeiro estava de regresso a Roma.

No entanto, apesar de não termos nenhum registo de conflitos diretos entre o bispo de Lisboa e o rei nesses anos, Soeiro não esteve em paz. Os anos que medeiam entre 1225 e 1231 foram ainda de conflito, desta vez com os seus pares.

Já mais acima se viu como pelo menos desde 1218 se podem detetar fações rivais no cabido, uma tendendo a apoiar Vicente Hispano, a outra agradável a Soeiro. Um dos mais poderosos membros do partido de Vicente Hispano foi Mestre João *Raolis* (Rol), físico, advogado, cônego de Viseu e detentor de várias prebendas, incluindo na diocese de Lisboa, onde três de seus irmãos ocuparam posições de influência (COSTA, 1963c: nts. 153 e 384. Simão *Raolis*, cônego de Lisboa e prior de São Mamede de Lisboa, era procurador de João *Raolis* para os assuntos relacionados com Lisboa, enquanto este estava na cúria pontifícia em Roma; Martinho *Raolis* foi monge em Alcobaça; Pedro *Raolis* de Lisboa foi um dos notários mais importantes de seu tempo: BRANCO 1999: 513-514; SÁ-NOGUEIRA, 2008). Algures antes de 1226, João *Raolis* ascende a deão de Lisboa (FERNANDES, 2006b: 57, 161), cargo que manteria até 1238 (BRANCO, 1999: Apêndice 3, 121). Acumulava estas funções, provavelmente desde 1218-1219, com o cargo de capelão do papa Honório III, cargo que continuou a desempenhar sob Gregório IX (COSTA, 1963c: nt. 168; BRANCO, 1999: 517). Em consequência, parece ter passado quase todo o seu tempo em Roma, onde usou a sua proximidade junto ao pontífice para fazer avançar os seus interesses pessoais (COSTA, 1963c: nt. 385; BRANCO, 1999: 517, nt. 26).

Em finais de 1225, percebemos que as disputas entre João *Raolis* e Soeiro Viegas tinham-se tornado intensas (COSTA, 1963c: nt. 163). Enquanto João *Raolis* estava em Roma, Soeiro e os seus homens tinham atacado membros da família de João *Raolis* e também as suas propriedades da diocese de Lisboa, cujas rendas tinham confiscado. Soeiro teria ameaçado de violência a um certo Simão, mensageiro papal que teria trazido cartas de citação para o bispo de Lisboa, o qual o teria forçado a refugiar-se junto do abade de Alcobaça. Apesar de o abade e as infantas Sancha e Branca (tias de Sancho II) terem feito esforços para obter a passagem segura de Simão, Soeiro tinha permanecido intransigente. Outras queixas acusavam Soeiro de ter injustamente excomungando Simão *Raolis*, o irmão de João *Raolis*, juntamente com todos os responsáveis por cuidar dos campos e vinhas do mesmo, e confiscado as receitas da sua prebenda de Lisboa, assumindo como provado que ele não tinha direito a elas, por estar longe, em Roma, servindo o papa.

A resposta do pontífice foi dura para com Soeiro. Ao mesmo tempo que referia como a sua má reputação e fama de audaz ia crescendo em Roma, lamentava que, ao atacar homens do papa, Soeiro aparentemente tivesse esquecido

todo o apoio que tinha anteriormente recebido de Roma, durante os tempos de dificuldades do seu passado recente (COSTA, 1963c: nt. 163).

Cartas apostólicas de 3 de fevereiro de 1226 relatam-nos mais um conto de discórdia diocesana em Lisboa. Desta vez, o bispo Soeiro estava em disputa com o mosteiro de São Vicente de Fora sobre as receitas de uma igreja doada ao cenóbio (COSTA, 1963c: 176, nt. 296e). Soeiro foi citado para comparecer em Roma dentro de quatro meses, pessoalmente ou através de seus representantes, para ouvir a decisão da Cúria relativa a um acordo mediado pelo cardeal de Albano (1212-1230) (COSTA, 1963c: nt. 248).

A partir desta altura e até 1231, quando um documento de Gregório IX o menciona em Roma, não há mais indícios dele na documentação (COSTA, 1963c: nt. 296h, 296i; CUNHA, 1642: 120v).

É possível que a sua deslocação a Roma tenha tido como motivo principal a intenção de resolver a disputa com São Vicente de Fora, mas seguramente a razão mais premente para essa viagem terá sido a oportunidade de fazer um apelo pessoal ao papa para a resolução de seus conflitos com a Coroa. Com efeito, na *Venerabilis frater* de 7 de outubro de 1231, Gregório IX não só abordou as queixas do bispo Soeiro relativas a Sancho II, mas também recordava as injúrias que Afonso II lhe infligira e que Sancho II ainda não tinha reparado (COSTA, 1963c: nt. 296h, 296i). Tendo ordenado que o rei compensasse plenamente Soeiro, o papa enviou comissários a Sancho II para persuadir o monarca a cumprir as suas ordens, sob ameaça de excomunhão em caso de contumácia (COSTA, 1963c: 180, nt. 296j e nt. 291). O rol de excomuniões e interditos com que os anos seguintes presenteariam o rei e o reino e o caos em que em breve a diocese de Lisboa mergulharia parecem indicar que nenhum destes problemas foi resolvido.

Anos finais

Como se disse, Soeiro parece ter passado em Roma os cinco anos que medeiam entre 1226 e 1231-1232, convenientemente afastado, pelo menos fisicamente, dos assuntos da Corte, onde um novo rei que ele mal conhecia governava, assessorado pelo seu arqu-inimigo Mestre Vicente Hispano, agora chanceler da cúria.

Ali, onde deveria estar para tratar de assuntos relacionados com a defesa da sua diocese, seria ainda chamado a participar na compilação do dossiê de canonização de Santo António de Lisboa/Pádua, papel que lhe é atribuído logo no prólogo da *Vita Sancti Antonii* (VITA, 1856: 116; cf. BRANCO, 1998: 83). Finalmente, tendo regressado a Portugal em data pouco definida, Soeiro é mencionado pela última vez a 22 de março de 1232, onde aparece referido como

confirmante no foral do Crato (COSTA, 1963c: nt. 317). Estranhamente, a transcrição do calendário da Sé de Lisboa que D. Rodrigo da Cunha utilizou coloca a morte de Soeiro a 29 de janeiro de 1232 (CUNHA, 1642: 229v; discutido por BRANCO, 1998: 83-84). A anomalia pode quase certamente ser atribuída a um erro de escriba na atribuição do ano, que pode confortavelmente ser corrigido para 1233, o que parece ser confirmado pelo facto de que foi também nos inícios de 1233 que Mestre Vicente Hispano foi postulado pelo cabido de Lisboa como bispo de Lisboa (COSTA, 1963c: 241), e tal só pode significar que entretanto Soeiro teria morrido. Este momento marcaria a abertura de um período estonteantemente confuso de lutas de facções entre os eclesiásticos da diocese de Lisboa e do restante reino, que duraria mais de seis anos até a questão do sucessor de Soeiro ter ficado resolvida em definitivo, a favor de João *Raolis*, nomeado pelo papa Gregório IX e confirmado bispo de Lisboa em dezembro de 1239 (COSTA, 1963c: nts. 351, 352, 353; BRANCO, 1998: 89; para o contexto, COSTA, 1963c: 213-277; BRANCO, 1998, 84-90).

Embora a sua carreira tenha sido longa e agitada, permeada de inumeráveis questões de diversa ordem e natureza, pessoal, eclesiástica e política, parece ter sido sobretudo o seu protagonismo na conquista de Alcácer que Soeiro de Lisboa desejava que fosse rememorado como o seu grande legado para o futuro. O seu epitáfio era simples: “AQUI JAZ O BISPO D. SOEIRO DE LISBOA, O QUAL, REINANDO AFONSO II, CONQUISTOU ALCÁCER DO SAL AOS MOUROS NO ANO 1217” (versão original latina em BARROCA, 2000: II/1, 745-746).

Na tampa de pedra tosca de seu sarcófago, que hoje está patente numa capela do claustro da sé de Lisboa, estão gravadas três figuras, todas inscritas em idêntico tamanho e destaque. A primeira, talvez a mais simples de interpretar, é um báculo, certamente com o intuito de indicar o estatuto episcopal de Soeiro. Outra, tem a forma de uma cruz, talvez também com um significado simples, pois esta é a cruz simples do cruzado comum. Provavelmente, o principal pregador da primeira cruzada portuguesa documentada, a cruzada de Alcácer (ERDMANN, 1935), quis simbolizar que tomara a cruz ele mesmo, ou que a quisera tomar, deixando do facto clara memória na insculptura da sua pedra tumular. Finalmente, é através desta conexão que chegamos a compreender a presença do terceiro símbolo esculpido, que interpretamos, embora cientes de coexistirem outras leituras, com a figura de uma palmeira. A palmeira é o inconfundível símbolo do *Iter per Hispaniam*, ou seja, da rota de peregrinação [a Jerusalém] através da Espanha, pelo que esta terceira figura parece fechar de forma feliz uma tríade simbólica que rememora as sucessivas tentativas de Soeiro para trazer a campanha de Alcácer para o âmbito da cruzada para Jerusalém e de sensibilizar



a cristandade e os cruzados a caminho da Terra Santa para a importância e valor santo da guerra na fronteira portuguesa-andaluza (WILSON, 2014: 218).

Afinal, não estranhará que este homem, tão singular e de carreira tão longa, tenha escolhido preservar para a eternidade como o momento fulcral da sua existência aquilo que lhe pareceria ter sido a maior e a mais relevante batalha de toda a sua batalhadora vida.

JONATHAN WILSON
MARIA JOÃO BRANCO

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: *BULÁRIO PORTUGUÊS*, 1989; *CHRONICA REGIA*, 1880; CUNHA, 1642; *DE ITINERE*, 1879; *LA DOCUMENTACIÓN PONTIFICIA*, 1965; *DS*; *GESTA CRUCIGERORUM*, 1879; *GOSUINI*, 2005; *INDICULUM*, 2001; *LIVRO DOS COPOS*, 2006; *MH*; *VITA*, 1856; **Estudos:** BARROCA, 2000; BRANCO, 1998; BRANCO, 1999; COSTA, 1963c; DIAS, 2011; ERDMANN, 1935; FERNANDES, 2006b; LAY, 2009; PEREIRA, 2015; SÁ-NOGUEIRA, 2008; VELOSO, 2000; VILAR, 2005; WILSON, 2014; WILSON, 2015; WILSON, 2016; WILSON, 2017; WILSON, no prelo.

O ordinário olisiponense D. Soeiro Viegas terá falecido, segundo o antigo *Livro das Calendas* da Sé de Lisboa, a 29 de janeiro de 1232. O seu nome, todavia, ainda aparecerá entre os bispos confirmantes da doação régia do lugar do Crato à Ordem do Hospital, com data de 22 de março de 1232 (TT, *Gav. VI*, mç. único, n.º 22; BERNARDINO, 2003: doc. 46). Terá falecido ou renunciado ao bispado após esta data, entre finais de 1232 e os inícios do ano seguinte, não sendo seguro se é a este prelado que se refere a tradição, recolhida por D. Rodrigo da Cunha, de ter ingressado na Ordem de São Domingos com o seu secretário. D. Soeiro Viegas, “de boa memória”, deixava uma mitra prestigiada e consolidada, numa diocese em crescimento pastoral e mais centralizada nos domínios administrativo e espiritual (CUNHA, 1642: 129-135).

A defesa das liberdades eclesiásticas na diocese, todavia, concitou animosidades e lutas de interesses que se manifestariam ao longo de toda a década de 1230. Não fora em vão que D. Soeiro Viegas protagonizara uma das mais gloriosas conquistas do tempo, a de Alcácer do Sal, em 1217, e que, no desencontro entre os interesses diocesanos e os do rei e seus conselheiros, que se sucederam intermitentemente, alcançara apoio institucional e canónico mais imediato e eficaz junto do sumo pontífice Gregório IX.

Logo após a morte de D. Soeiro, o corpo capitular dividiu-se na escolha do seu sucessor, nisso manifestando a rede de interesses temporais que afetava as aristocracias e o patriciado lisboeta do tempo. Esta luta de interesses entre os capitulares da Sé de Lisboa revelar-se-ia suficientemente nos problemas de eleição de bispos para a diocese nos anos imediatos.

Paio

? Nascimento

1233 *Eleito de Lisboa*

1233.4.19 Morte

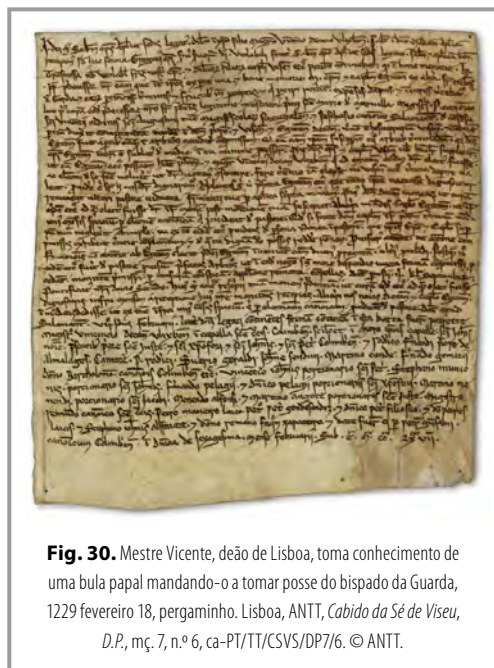


Fig. 30. Mestre Vicente, deão de Lisboa, toma conhecimento de uma bula papal mandando-o a tomar posse do bispado da Guarda, 1229 fevereiro 18, pergaminho. Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Viseu*, D.P., mc. 7, n.º 6, ca-PT/TT/CSVS/DP/7/6. © ANTT.

Dos problemas gerados pela sucessão de D. Soeiro dava desenvolvida notícia o próprio Gregório IX, por meio da bula *Ad audientiam mostram*, de 25 de outubro de 1234. Ao cometer ao abade cisterciense de Palacios (diocese de Palença) e ao mestre-escola e a mestre Fernando, cónegos da mesma diocese, inquirição acerca dos processos de eleição episcopal para a Igreja de Lisboa, narra como, estando vacante a diocese portuguesa, fora postulado pelo próprio cabido, para bispo da cidade, mestre Vicente, cortesão, chanceler régio e bispo proposto para a Guarda desde 1226 (COSTA, 1963c: 213 segs.).

Mestre Vicente já era deão da Sé de Lisboa há dois anos quando, em 1218, D. Afonso II concedeu os dízimos reais ao bispo D. Soeiro Viegas, mantendo-se nessa dignidade na década de 1220. Em 15 de agosto de 1222, recebeu do rei o reconhecimento e doação de certo préstamo que trazia, e que fora de um D. P. Afonso, “*pro amore Dei et beate Uirginis Marie et pro multo seruitio quod nobis fecistis*”. Mestre Vicente mostrar-se-ia renitente em aceitar a proposição que dele foi feita, por 1226, para bispo da Guarda, decerto almejando preferencialmente a mitra de Lisboa, sem que, sublinhe-se, a apresentação na diocese da Guarda se possa considerar de menor valia (COSTA, 1963c: 61, 89, 163-165; *DIPLOMATÁRIO*, 2010: n.º 260).

Entretanto, sem qualquer decisão pontifícia sobre a anterior postulação nem aprovação apostólica para nova eleição, agindo, por isso, contra a forma do Direito, o cabido, sem ouvir alguns cónegos, tomara a iniciativa de eleger um novo bispo para Lisboa. A escolha recaiu em mestre Paio, então prior da colegiada de Guimarães.

A eleição opusera efetivamente os cónegos e fora levada a cabo com intervenção abusiva do poder secular. A aludida postulação de Mestre Vicente para Lisboa representaria o interesse régio e o de alguns dignitários da Cúria romana e da Igreja hispânica, no contexto da metrópole de Santiago de Compostela, de que Lisboa era sufragânea. Mas não mereceu, como se vê, a adesão da maior

parte dos capitulares da catedral, que se louvaram num antigo cônego de Viseu e então prior da colegiada de Guimarães, para o elegerem, trazendo à catedral de Lisboa um prelado cuja vida eclesiástica decorrera na obediência à arquidiocese bracarense (*LES RÉGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955: n.º 1664). O novo bispo eleito, D. Paio, encontrar-se-ia já muito debilitado no momento da sua escolha, morrendo, cerca de um mês depois da eleição, de doença incurável (*LES RÉGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955: n.º 2174; COSTA, 1963c: 214).

Sabe-se que D. Paio trazia bens em prestimónio, no arcebispado de Braga, já antes de 1215, ano do IV Concílio de Latrão. Vira-se privado do seu usufruto, pelo prelado de Braga, no contexto da contenda movida pelo chantre da colegiada vimaranense contra a sua escolha para prior desta por 1225. Mestre Paio, todavia, tinha apoiantes influentes em Roma, nomeadamente o cardeal-bispo de Albano Vital, de quem era capelão. A 31 de janeiro de 1226, o papa Honório III ordenava justamente a restituição desse prestimónio a mestre Paio. Ainda a 17 de fevereiro desse ano, o sumo pontífice mandava ao bispo do Porto que restituísse a D. Paio uma prebenda e benefício na diocese portuense, de que fora privado durante o litígio por causa do priorado da colegiada de Guimarães, no qual, entretanto, recebera confirmação pelo arcebispo bracarense (COSTA, 1963c: 158-159). Mestre Paio priorou canonicamente a Colegiada de Guimarães, portanto, entre 1225, momento da sua apresentação ou eleição, confirmada apostolicamente em 1226, e o ano de 1232, quando se viu eleito para a cátedra olisiponense.

Da sua vida, é certo que, em meados de 1228, mestre Paio se compôs com o cabido de Guimarães sobre a divisão das rendas da colegiada, um ato suficientemente importante para merecer confirmação por três bulas papais expedidas entre julho e agosto desse ano (COSTA, 1962: n.ºs 437-438 e 440), tendo obtido a concessão, muito provavelmente a 6 de agosto de 1229, pelo legado apostólico, D. João, bispo sabinense, de uma constituição sobre o coro e ofício divino e, ainda, a instituição de um mestre-escolado nessa igreja (COSTA, 1962: n.º 443; *DIPLOMATÁRIO*, 2010: n.º 260). Os cônegos vimaranenses, todavia, queixavam-se do seu exercício prelatício, acusando D. Paio de desvios à boa norma canónica, uma vez que nomeava cônegos e capelães da sua escolha para o corpo capitular ou para igrejas paroquiais da sua jurisdição sem o consentimento dos demais cônegos, abrindo-se litígio sobre esta matéria, conforme narram bulas de 19 de outubro de 1230 e de 12 de janeiro de 1231 (COSTA, 1962: n.º 453 e 454).

Mestre Paio faleceu a 19 de abril de 1233 (EUBEL, 1913-1914: I, 506), conforme refere também D. Rodrigo da Cunha, que o identifica como cônego originário do bispado de Viseu. Na verdade, no antigo necrológio desta Sé, lê-se

o assento relativo ao seu óbito, com a informação que o reconhece como bispo eleito de Lisboa, prior de Guimarães e cónego viseense, a cuja Igreja deixara, para seu aniversário, a significativa soma de 70 morabitinos para compra de propriedades: “*Item Era M.^a CC.^a LXX.^a I.^a, XII dies por andar de Aprilis obiit magister Pelagius electus Ulixbonensis et prior Vimaranensis ac istius ecclesie canonicus qui relinquit pro suo anniversario LXX morabitinos ad emendam possessionem*” (TT, *Sé de Viseu*, mç. 11, rolo 1; COSTA, 1963c: 248).

Mestre Paio protagonizou um episcopado, como se vê, extremamente breve, falecendo, aliás, sem confirmação apostólica. Coincide com este episcopado, sensivelmente, a canonização de Santo António, comunicada a toda a Cristandade pela bula *Cum dicat Dominus*, assinada em Espoleto, a 1 de junho de 1232, justamente pelo papa Gregório IX (COSTA, 1962: n.º 482) e, poucos meses depois, o levantamento do interdito decretado contra D. Sancho II (1223-1247), o qual, pela bula *Fide qua rutilas*, de 20 de outubro de 1232, dada em Anagni, recebia o privilégio de ninguém poder proferir sentença de excomunhão contra ele, enquanto combatesse os sarracenos (COSTA, 1962: n.º 489-496).

SAUL ANTÓNIO GOMES

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: BERNARDINO, 2003; *CABIDO DA SÉ*, 1954; COSTA, 1962; CUNHA, 1642; *DIPLOMATÁRIO*, 2010; *LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955; **Estudos:** AZEVEDO, 1939-1944, I; COSTA, 1963c; EUBEL, 1913-1914; FERNANDES, 2006b; VILAR, 2005.

JOÃO FULBERTO
(ELEITO, 1233-1234)
ESTÊVÃO GOMES
(ELEITO, 1234-1237)

Depois da morte de D. Paio (19 de abril de 1233), a Sé de Lisboa esteve vacante durante mais de oito meses. Nesse contexto, foi escolhido, pelo cabido, D. João Fulberto, tesoureiro da sé da Guarda e cónego olisiponense, com intervenção do braço secular ou régio, para o episcopado. Pelo seu patronímico, D. João Fulberto deveria ser de origem franca, tendo sido um dos emissários enviados a Roma pelo cabido, nos primeiros meses de 1233, com a proposta do nome de mestre Vicente para bispo da diocese lisboeta (COSTA, 1963c: 224).

A eleição não foi, de novo, unânime no conjunto do corpo capitular, conhecendo-se a oposição que lhe é movida por João Rol, deão da sé de Lisboa e capelão e físico pontifício, denunciando o ultrapassar dos prazos legais para a escolha de um novo bispo, que anulava a eleição então feita e a transferia canonicamente para o sumo pontífice. Nesta perspetiva, ficava inválida a eleição capitular realizada por fins de dezembro de 1233 ou já no começo de 1234, de João Fulberto.

O cabido decide, por isso, contornar a questão, remetendo para o arcebispo de Santiago de Compostela o encargo de nomear um novo prelado para a diocese de Lisboa, sua sufragânea, desde que oriundo do corpo de clérigos da Igreja

João Fulberto

? Nascimento
1233-1234 *Eleito de Lisboa*
? Morte

Estêvão Gomes

? Nascimento
1234-1237 *Eleito de Lisboa*
? Morte



Fig. 31. Maria Mendes dita Falberta, empraça a Pedro Peres, mercador de Lisboa e a Maria Ermiges, sua mulher, umas casas na freguesia de Santa Maria Madalena de Lisboa, com o encargo de, após a sua morte, se manter um aniversário por sua alma e pela de João Eanes Falberto, seu avô e outrora tesoureiro da Guarda, 1290 janeiro 8, pergaminho. Lisboa, ANTT, OCRSA, *Mosteiro de Chelas*, mc. 4, n.º 75, PT/TT/MCH/M04/75. ©ANTT

olisiponense, e obtendo de D. João Fulberto o compromisso de resignar em favor do novo candidato escolhido pelo metropolitano. Para o efeito, é enviada uma delegação a Compostela, constituída pelo arcediogo maior e pelo mestre-escola D. Estêvão Gomes.

A notícia dos factos chegara entretanto a Gregório IX. Dele era também conhecida a pretensão do metropolitano de Santiago de Compostela, Bernardo II, de escolher o referido D. Estêvão Gomes, mestre-escola da Sé de Lisboa, como novo pastor para a diocese olisiponense, por o considerar como homem de boa “*scientia, vita et moribus*”. O pontífice apressar-se-ia, por isso, em escrever ao arcebispo compostelano, a 20 de outubro de 1234, proibindo-o de ordenar ou sagrar D. Estêvão, em ordem a impedir a

respetiva tomada de posse da diocese, sem que primeiro se apurasse, por juízes apostólicos, da autenticidade dos crimes de que este novo bispo eleito estava acusado, nomeadamente quanto à ilegítima acumulação de benefícios eclesiásticos com cura de almas sem licença apostólica, e se esclarecesse todo o processo de sucessão de D. Soeiro Viegas (*LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955: n.ºs 3113, 3853 e 4333; EUBEL, 1913-1914: I, 506; COSTA, 1963c: 214-223; COSTA, 1962: n.º 523).

Contudo, as letras pontifícias não obteriam o efeito desejado. João Fulberto resignou rapidamente a eleição para que fora proposto, viabilizando assim a plena tomada de posse da diocese pelo novo prelado entretanto nomeado pelo compostelano, que regressou ao reino, como bispo eleito e confirmado pelo metropolitano, antes de 20 de outubro de 1234 (“*pronunciavit et dedit ecclesie vestre in episcopum et pastorem*”) (*LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955: n.ºs 3853 e 4333).

Interessado e atento ao processo, o papa determinava, por nova carta, de 25 de outubro de 1234, de Perúsia, ao abade de “*Palaciolo*” (diocese de Palença),

ao mestre-escola e ao cónego Mestre Fernando, da mesma diocese palentina, que remetessem à Santa Sé o processo de eleição do bispo de Lisboa, determinando que se citasse o mestre-escola da catedral lisboeta, D. Estêvão, bispo eleito, e ao cabido, para comparecerem na Cúria romana (*LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955: n.º 2174; COSTA, 1962: n.º 525; COSTA, 1963c: 214-216). A 17 de março de 1235, ainda, Gregório IX insistia com os juizes palentinos, que incumbira do inquérito de averiguação da eleição de D. Estêvão, para inquirirem pessoas idóneas, decorrendo as despesas do processo à custa da Igreja de Lisboa (*LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955: n.º 2476; COSTA, 1963c: 217).

Por bulas de 28 de abril de 1236, sabemos que D. Estêvão Gomes, munido das cartas do metropolitano compostelano e sentindo-se apoiado pelo cabido catedralício, procurou tomar posse da diocese. Foi impedido, no entanto, pelos oficiais do rei, em São Pedro do Sul, aqui sendo “*violenter detentus, et predictis bonis ac rebus aliis mundanis et ecclesiasticis spoliatus*”.

Também o deão de Lisboa, mestre João Rol, levantava objeções à tomada de posse do bispado por D. Estêvão, alegando irregularidades na eleição, mandando pronunciar um protesto contra ele na cidade de Coimbra e, ainda, diante do cabido de Lisboa, considerando que era clérigo falho nas letras (“*litterature insufficientis existens*”), com acumulação de benefícios sem ter para isso dispensa apostólica, consequentemente incorrendo em excomunhão, para além de negligência na observância dos preceitos canónicos nomeadamente, correndo o interdito no reino, nas igrejas junto das quais se apresentava o rei.

Lembrava o deão ao papa as irregularidades cometidas pelos capitulares na proposição para ordinários da diocese de mestre Vicente, de D. Paio e de D. João Fulberto, não lhes assistindo direito de eleição de que tinham sido privados “*ex*

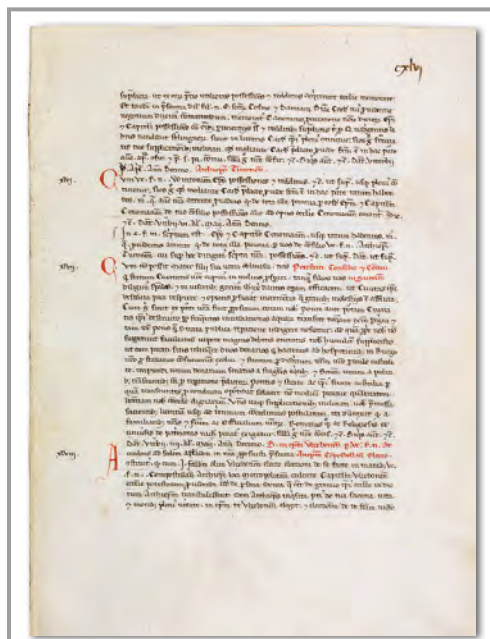


Fig. 32. Registo da bula *Accedens ad sedem* dirigida a D. Estêvão, bispo eleito de Lisboa, pela qual o papa Gregório IX determina a devolução dos bens tomados ao prelado e ordena a realização de um inquérito sobre o processo de provimento da diocese, 1236 abril 28, pergaminho. Vaticano, ASV, *Reg. Vat.* 18, epist. 48, f. 146-147. © ASV.

sua negligentia". Mesmo depois de anulada a eleição de João Fulberto, o cabido estava impedido de promover nova eleição, não a podendo também, alegava o deão, transferir ao metropolitano. A privação dos bens na diocese era, também, na argumentação do deão D. João, impedimento ao provimento episcopal de D. Estêvão. O sumo pontífice ordenou, nesta matéria, que lhe fossem restituídos os bens de que fora espoliado, e que se continuasse a inquirição das acusações movidas pelo deão (*LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955: n.º 3113; COSTA, 1963c: 217-222).

Nessa mesma data, em Viterbo, Gregório IX comunicava ao eleito olisiponense que mandara tomar providências, nomeadamente ao arcebispo de Braga, para que se fizesse restituir a ele e aos seus familiares os bens usurpados pelo rei de Portugal e seus oficiais (*LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955: n.º 3114; COSTA, 1962: n.º 550-551; COSTA, 1963c: 220-223). A 6 de maio seguinte, determinava ao arcebispo bracarense, D. Silvestre Godinho, que mandasse fazer dois inventários dos bens episcopais de Lisboa, móveis e imóveis, um dos quais deveria seguir para a Santa Sé, antes de fazer executar o determinado quanto à restituição dos bens de que D. Estêvão se dizia espoliado (*LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955: n.º 3159; COSTA, 1962: n.º 552; COSTA, 1963c: 223-224).

Por carta enviada de Viterbo a 29 de julho de 1237 ao cabido da Igreja de Lisboa, Gregório IX retomava e resumia todo o conturbado processo de sucessão de D. Soeiro Viegas e comunicava como, estando prestes a emitir sentença definitiva, recebera e aceitara a renúncia de D. Estêvão Gomes, que espontaneamente prescindia de qualquer direito que porventura lhe coubesse. Deste modo, e atendendo também às muitas irregularidades no processo de eleição do mestre-escola que invalidavam essa mesma eleição, ficava o cabido proibido de tomar quaisquer decisões nesta matéria, reservando-se a confirmação de um novo ordinário olisiponense à Sé Apostólica (*LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955: n.º 3853; COSTA, 1963c: 224-234). Pela mesma data, em bula dirigida a Mestre D. e a P. Moniz, priores de Santa Maria e de São Tiago de Alenquer, respetivamente, e a P. Peres, cônego de São Vicente de Lisboa, dava conhecimento dos últimos acontecimento relativos à renúncia de D. Estêvão e confiava aos destinatários das suas letras o encargo de gerirem a diocese no temporal, até à nomeação do novo bispo, para cujo efeito deveriam fazer inventários dos bens diocesanos, um deles para ser remetido à Santa Sé e outro para ficar no cabido, nos quais constassem todos os proventos, réditos e bens pertencentes à mesa episcopal e os ornamentos episcopais (*LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955: n.º 3811; COSTA, 1963c: 230-235).

Perfilava-se um novo prelado para Lisboa. A 6 de maio de 1238, em Latrão, Gregório IX dirigia-se ao arcebispo de Toledo, a fim de que ele protegesse mestre João, deão de Lisboa, entretanto nomeado para bispo desta cidade, o qual fora vítima, com os seus parentes, no processo que o opusera na causa da eleição de D. Estêvão Gomes, de perseguições e grandes prejuízos causados pelo rei e por D. Fernando, infante de Serpa (*LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955: n.º 4333). De D. Estêvão Gomes sabe-se, por carta papal de 9 de junho de 1238, em Latrão, enviada ao bispo de Osma, Juan de Soria (1231-1240), chanceler do rei de Castela e de Leão, que a eleição do ordinário olisiponense fora cassada, determinando-se que todas as colações de benefícios e dignidades, sentenças de excomunhão, de suspensão e de interdito proferidas pelo dito D. Estêvão, ou por seu mandato e autoridade, fossem nulas e que ninguém as observasse (*LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955: n.º 4405; COSTA, 1963c: 235-236).

SAUL ANTÓNIO GOMES

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: BERNARDINO, 2003; *CABIDO DA SÉ*, 1954; COSTA, 1962; CUNHA, 1642; *LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955; **Estudos:** AZEVEDO, 1939-1944, I; COSTA, 1963c; EUBEL, 1913-1914; FERNANDES, 2006b.

JOÃO ROL (1239-1241)

O mestre João Rol, Raol ou *Raolis*, físico do rei de Portugal, deão capitular de Lisboa e capelão da Cúria papal, que frequentava desde o pontificado de Honório III (1216-1227), estava proposto para a mitra de Lisboa já antes de 6 de maio de 1238. Nesta data, o sumo pontífice, dirigindo-se ao arcebispo de Toledo, ordenava-lhe que protegesse a mestre João, deão de Lisboa e bispo designado, das perseguições e graves prejuízos que o rei D. Sancho II e o infante de Serpa, D. Fernando, causavam aos seus bens e interesses. Ao que parece, o deão olisiponense saíra cedo do país, por causa das perseguições a que o rei o sujeitara, exortando Gregório IX, por letra de 4 de junho do referido ano de 1238, em Latrão, o monarca luso a chamá-lo à pátria (COSTA, 1962: n.º 578 e 581). A sagração do novo prelado olisiponense, todavia, só aconteceu nos finais de 1239, na corte papal, pelo que só depois desse momento se terá deslocado, admissivelmente, para Lisboa, onde virá a convocar sínodo ainda em 1240 ou já na primeira metade de 1241. D. João faleceu entre 15 de julho e 20 de outubro de 1241. Depois da sua morte, suceder-se-ia novo período de sede vacante, até que, a 1 de março de 1244, D. Airas Vasques se viu provido como novo bispo olisiponense (CUNHA, 1642: 155).

Como se referiu, D. João Rol passou uma boa parte da sua vida, enquanto eclesiástico, na Cúria pontifícia, onde viveu por mais de vinte anos. É significativo, por exemplo, que, enquanto bispo, nunca surja a confirmar qualquer carta da chancelaria régia de D. Sancho II (BERNARDINO, 2003; *LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955: n.º 5316). O quadro de perseguições seculares a eclesiásticos e a bens da Igreja, em Portugal, melhoraria conjunturalmente, a ponto de

João Rol

?	Nascimento
1239-1241	Bispo de Lisboa
1241.7-10	Morte

Gregório IX ter tomado debaixo da proteção apostólica, por carta de 25 de novembro de 1239, de Latrão, ao infante de Serpa, D. Fernando, em virtude da decisão deste em levantar a cruz para lutar contra os sarracenos. Nesse mesmo momento, aliás, o papa expedia outra bula aos deães de Compostela e da Idanha, assim como a Simão *Roolis*, cónego de Lisboa, para que não permitissem que o Infante de Serpa e outros cruzados que o seguissem fossem molestados (COSTA, 1962: n.º 590-591).

A 20 de dezembro de 1239, já D. João Rol, capelão do papa, deão de Lisboa, pessoa idónea e digna para pastor, “*virum litteratum, providum et discretum cujus probitaten et suavem opinionis odorem nos et fratres nostri liquido cognovimus*”, recebera do papa a ordenação sacerdotal, sendo de imediato consagrado por ele como bispo da Igreja de Lisboa, conforme carta apostólica enviada, naquela data, ao cabido olisiponense e a outras entidades portuguesas. Para as suas necessidades, considerando os prejuízos que sofrera nos seus bens e direitos, e a alienação e perdas dos bens da mesa episcopal, Gregório IX permitia-lhe, ainda, que mantivesse acumulação de benefícios na cidade e na diocese e que fossem restituídos à Igreja de Lisboa todos os bens que tinham sido alienados (*LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955: n.ºs 5004-5011; EUBEL, 1913-1914: I, 506; COSTA, 1963c: 235-237).

A 18 de outubro de 1240, permanecendo em Roma, o bispo D. João *Rolis* nomeava o já mencionado Simão *Rolis*, então deão da Sé lisboeta, seu procurador para se concertar com o rei D. Sancho II sobre diversas matérias que os opunham. O acordo entre o monarca e o procurador do prelado e cabido de Lisboa veio a ser lavrado, na Guarda, a 14 de julho de 1241, perante confirmantes e testemunhas entre os quais se nomeavam o bispo e o tesoureiro da diocese de Palença, entre outras dignidades e cónegos das catedrais de Cidade Rodrigo, Braga e Coimbra (*CABIDO DA SÉ*, 1954: 177-178).

Reconhecia-se, por esse acordo, que o rei manteria direito de padroado nas igrejas da diocese de Lisboa, exceto nas de Santa Cruz de Lisboa, Santa Maria de Loures, de Santo Antão, de Santa Maria da Enxara do Bispo e de Santa Maria de Monte Agraço, cedendo, para isso, o padroado nas igrejas de Santa Maria de Marvila de Santarém, de São Pedro e de São Martinho de Sintra e de São João de Óbidos. O monarca reconhecia à Igreja todos os dízimos que, em tempo do seu avô, D. Sancho I, se costumavam pagar, desistindo de reivindicar qualquer ressarcimento por danos ou injúrias recebidas, comprometendo-se a proteger as liberdades da mesma Igreja. D. Sancho II comprometia-se a entregar à diocese, ainda, os dízimos doados por D. Afonso II, seu pai, e a ressarcir-la dos prejuízos causados no tempo do bispo D. Soeiro Viegas, mormente sobre quatro igrejas no termo de Óbidos, que tinham sido destruídas pelos oficiais régios,

entregando-lhe, também, as terças das igrejas de Santa Maria de Santarém e de São Pedro de Torres Novas (CUNHA, 1642: 153-155; *CABIDO DA SÉ*, 1954: 176-178 e 320; BERNARDINO, 2003: doc. 80).

D. João Rol terá chegado à sua diocese putativamente depois deste acordo e compromisso com o monarca. É ainda Gregório IX, por bula de 27 de novembro de 1240, de Latrão, dirigida a João, “*episcopo Ulixbonensi*”, que esclarece o processo que levou à proposição deste antístite na cátedra lisboeta. Narra a mencionada letra apostólica que, estando a diocese de Lisboa devoluta, depois de várias eleições e outros tantos litígios sobre as mesmas, com prejuízo para a vida espiritual e temporal da Igreja diocesana, cometera ao arcebispo de Toledo e bispo de Palença inquirição sobre a situação, propondo-se para ocupar a prelatura vaga o deão da Sé, mestre João, que o papa “*propriis manibus*” consagrara como bispo desta Igreja. Opunham-se ao novo bispo, todavia, difamando-o e acusando-o de crimes, um Miguel *Ovequiz*, considerado, aliás, homem indigno, e, ainda, um certo mestre João, doutor em Leis, e, ainda, M. Nunes, que se dizia cónego olisiponense, Gil, arcediogo de Santarém, mestre Domingos e João Domingues, cónegos, e ainda um M. (talvez o já citado Miguel *Ovequiz*) e um E. *Ovequiz*, reitores de Santa Maria de Sintra e de Santiago de Torres Vedras. O rei, pelo seu chanceler Durando, retenciara igualmente a eleição do prelado. O sumo pontífice nomeou para auditor da causa em que se refletiam as acusações dos contestatários do novo bispo, ao cardeal-presbítero João, do título de Santa Praxedes. Mas Gregório IX, conhecendo pessoalmente o bispo que ordenara, pela familiaridade que ele usufruía na sua Cúria e na do seu predecessor Honório III, durante mais de 20 anos, sensibilizado pela sua vida regrada, honestidade dos costumes, louvável conversação e inclinação para a oração, recusara-se a ouvir as partes detratoras, que considerou inimigas do bispo, impondo-lhes perpétuo silêncio (*LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955: n.º 5316).

D. João Rol teria expetativas episcopais precoces, razão, por hipótese, da sua contestação à eleição episcopal de D. Estêvão Gomes. A bula de Gregório IX, *Accedens ad Sedem*, de 28 de abril de 1236, dada em Viterbo e dirigida justamente a D. Estêvão, mestre-escola da Sé e eleito prelado olisiponense pelo arcebispo de Compostela, refere que o sumo pontífice ordenava, naquele momento, que fosse apurado tudo o que respeitasse ao processo que corria entre ele e o deão de Lisboa, por motivos dessa eleição. Em 29 de julho de 1237, já a Sé de Lisboa estava de novo vacante, por renúncia de D. Estêvão, atendendo a erros cometidos na eleição (COSTA, 1962: n.º 550 e 556-557).

Mestre João Rol fora físico do rei D. Afonso II, como se lê na doação dos dízimos régios ao bispo D. Soeiro Viegas, feita pelo monarca em 1218, entre cujos



Fig. 33. Simão Raolis, prior de São Mamede de Lisboa, entregou uma fiança ao abade e chantre de Alcobaça em nome do seu irmão mestre João, capelão do papa, no âmbito de um processo que este último mantinha com o bispo de Lisboa, 1228 julho 28, pergaminho. Lisboa, ANTT, O. Cist., Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 1.ª inc., D.P., mc. 5, n.º 10, PT/TT/MSMALC/1DP05/10. © ANTT.

confirmantes e testemunhas vem arrolado, a par do deão olisiponense, Mestre Vicente e Mestre Martinho, tesoureiro da mesma catedral (*CABIDO DA SÉ*, 1954: 189). Pertenceria, certamente, à família dos Rol, que se atesta em Lisboa desde os alvares de Duzentos. Um certo “Rool” confirma uma carta de venda do deão da Sé de Viseu, João Gonçalves, em setembro de 1215, a Mestre Julião, de uma herdade que havia adquirido ao chantre viseense D. Gil, o que indicia uma estreita ligação desta família ao mundo eclesiástico português (*DIPLOMATÁRIO*, 2010: n.º 223). Um Pedro Rol (“*Petrus Roolis Ulixbonensis*”) foi “*primus et publicus tabellio domini regis Alfonsi iuratus in Ulixbona*”, já em 1217. Era irmão de Simão Rol, prior da igreja de São Mamede de Lisboa, em 1228, do qual nos chega uma quitação, passada justamente por Mestre João Rol, capelão do papa, relativa a 948 maravedis que lhe haviam sido julgados, por juízes apostólicos, numa contenda com o bispo de Lisboa, dinheiro esse entregue aos executores da sentença pelo mosteiro e preboste de São Vicente de Fora. Um outro clérigo, membro

certamente desta família, foi frei Martim Rol, monge do mosteiro de Alcobaça (SÁ-NOGUEIRA, 2008: 554-555).

Mestre João Rol foi afirmativamente um eclesiástico notável e influente na diocese de Lisboa. O serviço da Igreja trouxe-lhe fortuna e poder suficientemente fortes para merecerem as sevícias dos oficiais do rei, as quais o terão levado a ausentar-se do país, acabando por residir na Cúria pontifícia, como se referiu, por longos anos. Gregório IX protegeu constantemente este eclesiástico.

Vemo-lo, a 12 de outubro de 1233, por exemplo, a cometer ordens ao bispo de Palença, e arcediagos de Carrión de los Condes e de Valles de Cerrato, da diocese palentina, a fim de que não permitissem que os bens de Mestre João, físico e seu capelão, e deão de Lisboa, fossem diminuídos e roubados. Agia o rei contra o deão de Lisboa, como narram outras bulas, de 21 e 23 de dezembro de 1233, pelos maus conselhos daqueles que o rodeavam, agravando muito o capelão pontifício nos seus direitos e bens, assim como nos dos seus familiares e próximos, nas igrejas da Lourinhã e de Santa Maria e de São Pedro de Torres Vedras (*LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955: n.º 1664).

Nessa mesma data, Gregório IX admoestava o rei de Portugal a fim de que restituísse, no prazo de trinta dias, os bens e direitos que subtraía do deão Mestre João (*LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955: n.º 1669 e 1670). A 20 de julho de 1234, despachou-se nova comissão papal ao bispo de Palença, a fim de que nomeasse procuradores, com exceção de frades pregadores ou menores, para recuperarem as igrejas e os bens de mestre João, capelão e físico do papa e deão de Lisboa, àqueles que os tinham invadido e detinham (*LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955: n.º 1525 e 2019).

D. João Rol terá reunido sínodo diocesano talvez antes de finais de 1240 ou já no ano subsequente. Não é absolutamente seguro, no entanto, que o tenha feito, tanto mais que o registo sinodal em causa é um texto composto só estabilizado, na sua lição final, depois de 1310. Note-se que a alusão, no seu artigo constitucional n.º 27, ao “nosso predecessor”, o bispo D. Soeiro Viegas, não implica obrigatoriamente que seja do bispo D. João Rol (*SYNODICON*, 1982: 285-286). Admitindo, ainda assim, e conforme proposição dos editores do *Synodicon*, a probabilidade deste sínodo cair no episcopado de D. João Rol, o seu clausulado normativo revela o tipo de preocupações que nortearam predominantemente a ação do prelado lisboeta pela celebração rigorosa e digna da liturgia nas igrejas da sua diocese. O seu desvelo para com questões rituais, aliás, mormente em matéria de uso de alfaia de prata e das fórmulas do cânone da missa e das horas canónicas, é demonstrativo, ainda, do elevado nível de formação cultural e teológica deste prelado.

Na verdade, para além de reformar a constituição do bispo predecessor “*bone memorie*” respeitante à consagração de benefícios, D. Soeiro Viegas, pela qual reservava exclusivamente ao bispo e ao cabido a respetiva concessão, não devendo acrescentar-se porções nas igrejas para além do número de clérigos que podiam ter segundo as suas possibilidades, entre as determinações nele aprovadas, constam artigos relativos à questão dos enterros dos fiéis nas suas igrejas paroquiais (“*De sepulturis*”), à disciplina dos clérigos (“*De honestate*”), à

interdição da acumulação de porções por clérigos beneficiários (“*De porcionibus*”), à proibição do “arrendamento” ou concessão das igrejas pelos seus priores sem consentimento do bispo e do cabido, às alfaias e livros de cada igreja que deveriam ser corrigidos e emendados, particularmente no que respeitava ao cânone da missa – sinal, talvez, de reforma litúrgica na diocese, adotando provavelmente cânone gregoriano-romano em desfavor de eventual outro *ordo missae* então ainda praticado no bispado – e à celebração das horas do ofício divino de modo exigente e diligente, a recitação dos salmos bem proferida e que, nas horas de *tertia* e de *sexta* se concluíssem sempre pela recitação das orações próprias de cada uma (*SYNODICON*, 1982: 295-297).

D. João Rol, como se verifica, teve uma prelatura relativamente breve, durante a qual teve de conviver com um colégio capitular e um presbitério diocesano nem sempre exemplar, sobretudo em matéria de morigeração da vida temporal. A 1 de julho de 1241, o sucessor de Pedro autorizava o mestre-escola de Lisboa, Estêvão, decerto o capitular que chegara a ser o bispo proposto por 1236, a acumular benefícios e prebendas, dentro e fora de Portugal, e a acrescentar-lhes novo benefício que viesse a vagar na igreja lisiponense, desde que este não excedesse o elevado valor de 150 marcos (*LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955: n.º 6083). Entretanto, tinham-se consolidado, na diocese, as recém-fundações e novos estabelecimentos das ordens religiosas mendicantes, mormente dos trinitários (Santarém: 1207-1208; Lisboa: 1218), franciscanos (Alenquer: 1216-1222; Lisboa: 1217, sede da Custódia a partir de 1239 e ampliado a partir de 1244; Santarém: 1242) e dominicanos (Montejunto-Alenquer: 1217-1222; Santarém: c. 1225; Lisboa: 1241). A autorização canónica para a fundação do convento de São Domingos de Lisboa foi outorgada já, sede vacante, pelo deão e cabido de Lisboa a 20 de outubro de 1241, benzendo a primeira pedra Fouques de Caille, bispo de Riez, diocese sufragânea da arquidiocese de Aix-en-Provence, o qual se encontrava então em Lisboa, aparecendo, em Santarém, ainda a 26 de março de 1242 (CUNHA, 1642: 158-159; SOUSA, PINA, ANDRADE E SANTOS, 2016).

SAUL ANTÓNIO GOMES

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: BERNARDINO, 2003; *CABIDO DA SÉ*, 1954; COSTA, 1962; CUNHA, 1642; *DIPLOMATÁRIO*, 2010; *LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955; *SYNODICON*, 1982; **Estudos:** AZEVEDO, 1939-1944, I; COSTA, 1963c; EUBEL, 1913-1914; FERNANDES, 2006b; SÁ-NOGUEIRA, 2008; SOUSA, PINA, ANDRADE E SANTOS, 2016.

O bispo D. Airas Vasques é uma fascinante e dramática figura, cujo episcopado, cheio de incógnitas e mistérios e permeado de conflitos e rejeição por parte dos seus pares e das elites urbanas da Lisboa do século XIII, viria a terminar de forma trágica.

De origem galega, sobrinho do então arcebispo de Compostela, João Aires protagonizaria uma eleição muito contestada, devido ao facto de ter sido eleito pelo compostelano, por ser um estrangeiro na cidade e por ter sido expulso pelos poderes leigos de Lisboa, aquando da sua primeira nomeação. Este homem, que acabaria por ser investido e confirmado como bispo por provisão pontifícia, teria uma prelatura muito difícil, numa época de turbilhão político e num contexto social e político que exigia dos bispos do reino português tomadas de posição muito mais políticas que pastorais. As opções e partido que Airas Vasques tomou ao longo do seu episcopado levaram a que fosse conotado com a facção de Sancho II, que ele efetivamente parece ter apoiado e que defendeu mesmo, num discurso em prol do monarca e contra os partidários da sua deposição, proferido em 1245, durante o Concílio de Lyon, após o qual o rei viria a ser afastado da sua dignidade por inutilidade, como *rex inutilis*, decretada na famosa bula pontifícia *Grandi non immerito* (FERNANDES, 2006b; PETERS, 1970: 135-170). Nesse concílio, a voz de Airas Vasques foi a única a favor do rei, contra todos os restantes representantes dos três corpos do reino, eclesiásticos, nobres e “povo”, que se tinham deslocado até junto do pontífice para lhe rogar a substituição do rei inútil e trazer de novo a paz ao reino (BRANCO, 2003). Pode ter sido esta tomada de posição a ditar o seu fatal destino, espancado às mãos dos oficiais de Afonso III,

Airas Vasques

?	Nascimento
1244-1258	Bispo de Lisboa
1258.10.6	Morte

depois de 14 anos de uma prelatura eivada de dissensões e contendas com o seu próprio cabido, com a cidade onde era bispo e com o novo rei.

Que sabemos então, deste homem, da sua família e da preparação intelectual que teria tido, antes de ser nomeado bispo de Lisboa?

Airas Vasques apenas aparece na documentação portuguesa depois de ter sido nomeado bispo de Lisboa pelo arcebispo João Aires de Compostela, de quem era sobrinho e em cujo cabido fora arcediogo. Sabemo-lo nessa qualidade através de duas cartas de Gregório IX, datadas de 23 e 28 de junho de 1239, segundo as quais teria sido ele mesmo, como arcediogo compostelano, quem trouxera o pálio de Roma para o arcebispo João Aires (ASV, *Reg. Vat.*, 19, f. 121v, ann. XIII, c.92-93). Também sabemos que era sobrinho do arcebispo pelas bulas de Gregório IX que dão sentença definitiva no que toca à sua promoção a prelado de Lisboa. Nelas se refere essa proximidade familiar e as dificuldades que ela lhe tinha acarretado no processo da sua nomeação para Lisboa, uma vez que era acusado de favorecimento familiar (COSTA, 1963c: 245, nt. 362). As indicações dadas pelos *Livros de Linhagens* estabelecem-lhe muitos e confusos parentescos múltiplos, sobretudo na indicação de uma série de sobrinhas e sobrinhos, e mesmo na indicação de um irmão de patronímico diferente do seu (Fernão Hermiges). Mas a documentação não permite confirmar ou infirmar qualquer desses parentescos. Também nada sabemos sobre a sua ascendência, para além da informação de que era fidalgo da terra de Límia (LL 68 A3; BRANCO, 1998: 90-91). O seu tio, o arcebispo de Santiago João Airas, também aparece de forma pouco clara nos *Livros de Linhagens*, sem que nada de concreto se possa inferir em termos de parentesco e ascendência (LD 5A4; LV1AO12; LL 74E3). Nenhum destes parentescos elencados nos *Livros de Linhagens* evidencia qualquer paralelismo com os parentes mencionados no testamento de Airas Vasques, elaborado a 22 de setembro de 1258, pouco antes de falecer (TESTAMENTA, 2010: 515-517, n.º 6.1). Com efeito, Fernando Mendes, *consubrino nostro*, a quem deixou os seus livros de Direito, não aparece nos *Livros de Linhagens*, tal como não aparece Sancho, *nepoti nostro*, nem Rodrigo Peres, outro *nepoti nostro*. Também não se encontra nos *Livros de Linhagens* qualquer referência a uma outra personagem importante no seu testamento, um afilhado seu, João Peres de Orense (*filiolo nostro*). As suas ligações à Galiza e a sua pertença a famílias influentes da nobreza galega são incontestáveis, bem como o parentesco que o une ao arcebispo João Aires, cujas múltiplas intervenções em Portugal são inegáveis. No entanto, no atual estado dos nossos conhecimentos, é muito difícil discernir em que linhas se processava essa influência, sendo muito mais fácil verificar as manobras diplomáticas dentro do universo da hierarquia eclesiástica que dentro de um sistema de solidariedade linhagística.

Pelo seu testamento podemos atestar a sua posse de livros de Direito, o que confirma uma formação legal com alguma consistência, embora mais não nos seja permitido saber sobre o seu local de estudo, nível de especialização ou qualquer outro elemento da sua vida anterior que justifique a dignidade que ocupava no cabido de Santiago de Compostela ou a escolha de seu tio quando o nomeou para Lisboa. Já depois de ser feito bispo de Lisboa, foi escolhido pelo papa como juiz delegado em causas eclesiásticas, o que confirma a sua preparação em Leis. Mas não possuímos, neste estado da investigação, mais detalhes que nos possam ser úteis. Airas Vasques aparece bastante frequentemente na documentação, mas os dados que verdadeiramente podemos colher sobre a sua vida antes de ter sido escolhido como bispo de Lisboa são muito parcos.

O que sabemos é que a primeira referência que a ele encontramos em Portugal é já envolvido numa complexa trama de conflitos. Trata-se da querela originada pelo processo da sua nomeação como bispo de Lisboa. Na verdade, os contornos da sua eleição são muito semelhantes aos que ainda em 1234 tinham caracterizado a eleição de Estêvão Gomes, outro candidato nomeado para Lisboa por Compostela na sequência de uma outra postulação falhada, a de mestre Vicente Hispano (1233), e de uma alucinante sucessão de eleições durante o ano de 1234, até que Gregório IX impusera como prelado de Lisboa a João *Raolis*, da sua casa (BRANCO, 1998: 86-90).

Esta questão, por seu turno, tinha-se iniciado à morte de João *Raolis*, que deve ter acontecido entre julho e outubro de 1241. Segundo a carta que, a 12 de outubro de 1243, nomeava os juízes delegados que deviam levantar inquérito sobre os acontecimentos – Martinho, bispo de Salamanca, Tibúrcio, bispo-eleito de Coimbra e frei Garcia Peres, prior dos dominicanos –, o cabido alegara que tinha reunido, obedecendo aos prazos legais, e tinha postulado (por delegação no deão e no tesoureiro de Lisboa) o chantre Ricardo Guilherme, visto que este apenas tinha ordens menores. Tinham enviado a Roma o pedido de reconhecimento para obstar a qualquer impedimento levantado por Compostela. O arcebispo João Aires, teria, então, alegado demasiada delonga no processo de escolha do sucessor de João *Raolis*, e chamado a si o legítimo direito de nomear o bispo de Lisboa, escolhendo para tal cargo o seu sobrinho, Airas Vasques (COSTA, 1963c: 244-245, nt. 362). A 1 e 3 de março de 1244, em duas missivas, uma para o bispo de Lisboa e outra para o arcebispo de Compostela (COSTA, 1963c: 246-247, nt. 363), o papa Inocêncio IV dava a sua sentença definitiva na sequência do inquérito realizado. Fundamentando a sua decisão no argumento de que a postulação não fora legal porque alguns membros do cabido tinham-se retirado durante o processo de eleição, o que era contra o Direito Canónico, o papa

definia que essa ação invalidara a postulação e legitimara o facto de o arcebispo se ter sentido no direito de nomear o novo prelado. Quer Airas Vasques, quer o cabido de Lisboa tinham apresentado procuradores muito convincentes, com argumentos bem estruturados. Os de Airas Vasques, um cónego de Compostela e João Peres de Orense – o seu afillhado, que na altura era cónego na mesma diocese onde pontificava o famoso canonista Lourenço Hispano – revelam bem o facto de Airas Vasques se sentir muito mais confiante ao colocar o seu destino nas mãos de juristas oriundos dos meios eclesiásticos mais próximos da sua região de origem do que noutros quaisquer. Também o novo bispo parece desconfiar totalmente da potencial lealdade de homens que não os que o tinham ladeado até então.

Nesta sentença, o papa, invocando a sua *plena potestas*, confirmava a nomeação do arcebispo de Compostela, por não achar os argumentos do cabido convincentes nem procedentes, terminando assim definitivamente a questão. É ainda nesta última bula que se refere como, logo após a nomeação compostelana, quando o novo bispo viera tomar posse da diocese, fora expulso pela *potentia laicalis*, pelos poderes leigos, num primeiro episódio de violência e abuso que haveria de criar um certo padrão para o conflituoso episcopado de Airas Vasques. Enquanto o processo corria, toda a documentação emitida refere-se-lhe sempre como *electus*, tratamento que se estende a uma outra carta, dada também a 2 de março do mesmo ano de 1244, segundo a qual Inocêncio IV nomeava Airas Vasques como juiz delegado na contenda que afetava, nesses anos, a também difícil eleição do bispo de Évora (COSTA, 1963c: 460-463, nt. 574). Parece, assim, que o bispo de Lisboa apenas foi devidamente sagrado e confirmado depois da resolução total do conflito. Um ano mais tarde, a 6 de março de 1245, quando se tratava de mandar o vigário investir o novo pároco de São Pedro de Óbidos, uma vez que o bispo não estava na diocese por estar *tunc in remotis agens* (ASV, Reg. Vat. 20, ann. II, f. 165), o seu nome já aparece como bispo de pleno direito na documentação emanada da cúria pontifícia. Esta forma de tratamento é confirmada pelos privilégios concedidos pelo bispo a São Vicente de Fora, dos quais nos restam cartas emitidas em março e abril desse mesmo ano (TT, *São Vicente de Fora*, 1.^a inc., mç. 3, n.º 6 e 7) e onde Airas já aparece como bispo de pleno direito, quer a fazer uma composição amigável, quer a beneficiar essa canónica.

Como já se pôde constatar, estas questões eram muito comuns na diocese de Lisboa nestes anos mas, neste caso, a nomeação compostelana parece ter sido a parte fundamental no arrastar do conflito e a dificultar um apaziguamento entre o bispo e o seu cabido e entre o bispo e os seus moradores, acerca do qual quase não temos registo.

Quanto ao monarca, Sancho II, então já muito embrenhado na crise complexa e profunda que levaria ao seu afastamento da governação do reino em 1245 (FERNANDES, 2006b), o relacionamento parece ter sempre sido de cordialidade, o que levanta a questão das motivações do rei para acolher de braços abertos um representante dos interesses compostelanos numa das Sés mais importantes do seu reino e no seio de uma Igreja que já não lhe era favorável. O monarca não parece revelar qualquer espécie de hostilidade para com o novo prelado de Lisboa, bem pelo contrário, parece apoiar de forma explícita a aproximação a Compostela, o que só pode ter uma leitura política.

A 1 de agosto de 1244, no meio de uma conturbada situação política e uns escassos cinco meses depois de Inocêncio IV ter determinado a legitimidade de Airas Vasques como bispo de Lisboa, o rei Sancho II confirmava à Igreja de Santiago de Compostela todas as doações dos seus antecessores a essa arquidiocese, com especial ênfase para os coutos de Nogueira, Correlhã e Mouquim (*EL TUMBO B*, 2004: 629-630, n.º 340), num dos raríssimos documentos que conhecemos deste rei para os anos que medeiam entre 1241 e 1245. Dois dias mais tarde, emite uma confirmação geral dos privilégios dados pelos seus antecessores à Sé compostelana, pondo-os diretamente sob sua proteção (ACS, *Tumbo C*, f. 164v; GONZÁLEZ VÁSQUEZ, 1996: 363).

Se considerarmos que Sancho II não só beneficiara Santiago em 1244, mas também tinha privilegiado a Sé de Lisboa em data próxima, com os padroados das igrejas de Santa Maria de Marvila de Santarém, São Pedro e São Martinho de Sintra e São João de Óbidos (COSTA, 1963c: 428-429, nt. 540), não parece descabido considerar que o bispo de Lisboa estivesse a ser compensado por uma lealdade que em breve poderia demonstrar em público, durante o concílio de Lyon, que acabaria por determinar o futuro do monarca.



Fig. 34. Primeiro selo do bispo D. Airas Vasques com a legenda + *S(igillum): A(rie): VLIXB / ONENSIS : EP(iscopu)l*, [1244-1258], cera. Lisboa, ANTT, *Selos soltos*, cx. 1, saco 75. © ANTT.

Também parece lógico aceitar que o rei pudesse ter tentado utilizar essa ligação a Santiago como contrapeso à influência que, por então, exercia na cúria romana o arcebispo de Braga, Silvestre Godinho (a partir de 1238 quando se hostilizara definitivamente com Sancho II, juntamente com os bispos do Porto, Coimbra e Guarda), papel que, a partir da morte deste, em 1244, viria também a assumir, de forma ainda mais aguerrida, o seu sucessor, João Viegas de Portocarreiro, um dos delegados que efetivamente foi a Lyon pedir a deposição de Sancho II (FERNANDES, 2006b: 259-261). E também não estranha considerar que o próprio bispo de Lisboa visse no apoio régio um bom suporte contra a facção do cabido que a ele se opusera não havia muito e contra os poderosos da cidade que já uma vez o tinham expulsado de Lisboa.

A tradição refere que Airas Vasques estivera presente no Concílio de Lyon, presença que a documentação atesta sem margem para dúvidas. O bispo de Lisboa foi um dos signatários do rolo onde ficaram exaradas as transcrições de privilégios dados pelos monarcas ao papado, obedecendo a ordens de Inocêncio IV, durante o concílio, documento datado de 17 de julho de 1245 (COSTA, 1963c: 434-435, nt. 545).

Já não podemos ter tantas certezas quanto à produção do famoso discurso de defesa de Sancho II que o bispo alegadamente fizera em sede desse mesmo concílio. O texto que chegou até nós desse mesmo discurso em prol de Sancho II, criticando as intenções e ambições dos que queriam afastar do trono um rei que ele, afinal, considera um protetor da Igreja e não um seu perseguidor, como era voz corrente, é bastante plausível para a época em que foi alegadamente produzido (BRANCO, 2003: 1-7).

Apenas possuímos cópias tardias deste discurso (por todos, CUNHA, 1642: 161-163), e estão em português, o que frequentemente tem servido para o considerar uma construção do século XVII e não um documento autêntico do século XIII em tradução mais tardia. No entanto, mesmo que o discurso que possuímos não corresponda à intervenção do bispo de Lisboa em Lyon, parece de aceitar que ele foi proferido, e as consequências desta tomada de posição haveriam de ser bem pesadas para este prelado.

Num registo muito característico, o bispo de Lisboa teria proposto a tradicional ideia de que o rei não tinha culpa do mal que perpetrava, mas sim os seus maus conselheiros. Na sua eloquência quase ingénua, o bispo teria assim exposto a sua tese, que decerto poderia ter lesado gravemente a tentativa de demonstrar ao pontífice que o pedido então feito derivava de uma vontade universal e unânime de todos os corpos do reino: “Não se pode negar, santíssimo Padre e senado sapientíssimo, que são grandes os males que padece o reyno de Portugal mas

nunca confessarei são tantos que hajão de obrigar a tão nobres e leais vassalos como os Portuguezes ajuntarem hũa tam exorbitante novidade, pedem que em lugar de seu Rey os governe, como se o Rey, ou pela idade ou pelo juizo ou pela prudencia & zelo de seus vassalos não fora para isso. Está nosso Rey D. Sancho o segundo deste nome, na idade varonil, no melhor de seus annos; tem presença, tem disposição, tem magestade digna de Rey; a piedade & respeito com que abraça & venera todas as cousas que pertencem à religião hé incrível” (CUNHA, 1642: 161v).

De seguida, teria passado a enunciar um conjunto muito considerável de privilégios com que Sancho II agraciara múltiplas instituições religiosas, todos eles comprováveis documentalmente pelos diplomas que até hoje possuímos, exarados pela chancelaria de Sancho II. Decerto se pretendia, com este estratagemma, demonstrar como o rei era sobretudo um protetor da Igreja, embora nunca se negasse que a tinha, por vezes, prejudicado, ainda que, posteriormente, viesse a arrepender-se e promettesse não reincidir. E, por fim, concluía com palavras carregadas de recriminação: “A bondade da sua condição, a facilidade de seu trato, fez que homees malignos e perversos se apoderassem delle & sem consentimento ou noticia sua cometessem as exorbitâncias que a V. Santidade se tem referido: a estes importa tirar do lado, & olhos del Rey, & não ao Rey do reyno que houve de seus antepassados, que tem acrescentado tanto & com tanta utilidade da Igreja (...) os que (...) diante de vossa presença o desacreditam (...) nem com razão o podem chamar autor dos males que contão, porque logo que delle são entendidos são remediados” (CUNHA, 1642: 162v).

Talvez nunca venhamos a conhecer com qualquer espécie de certeza as palavras que Airas Vasques pronunciou em Lyon, face ao papa. Mas este episódio parece ter definitivamente selado o seu posicionamento face à sua diocese, face aos lisboetas, face às restantes nobrezas e eclesiásticos do reino de Portugal, e mesmo face ao futuro rei, o Bolonhês.

Poderíamos inferir que tivesse voltado para Lisboa pouco depois do Concílio de Lyon, quando se inaugura a guerra civil que viria a substituir Sancho II por Afonso III como curador do reino. No entanto, apenas o encontramos atestadamente em Lisboa mais de dois anos depois, quando, em agosto de 1247, o podemos encontrar a tratar de questões que se prendem diretamente com a sua autoridade eclesiástica na diocese, o que permite pressupor que tivesse chegado a Lisboa com alguma antecedência. Em agosto de 1247 e abril de 1248, Airas Vasques concede respetivamente licença ao mosteiro de Alcobaça para anexar a igreja da Pederneira aos rendimentos da enfermaria e para edificar quatro igrejas no couto (TT, *Mosteiro de Alcobaça*, 1.^a inc., mç. 7, n.º 22, 26).

Em 1248, mandou celebrar um sínodo em Lisboa, do qual resultaram doze constituições, que não deixam margens para dúvidas, nem sobre o espírito reformador deste prelado, nem sobre o estado de caos em que encontrou a diocese e respetivos eclesiásticos, tanto ou mais desregrados que os leigos e os oficiais régios, a quem também se imputam graves e repetidas ofensas às liberdades eclesiásticas. Com efeito, logo a primeira constituição refere os grandes abusos dos poderes seculares, perpetrados pelo rei, príncipes e oficiais régios, que ocupavam bens da Igreja e multavam eclesiásticos sem razão e o desrespeito, por parte dos leigos em geral, das liberdades eclesiásticas (com especial enfoque na questão do foro eclesiástico e do confisco e ocupação dos bens dos clérigos). Mas as restantes constituições tratam quase exclusivamente de abusos dos eclesiásticos, que cobravam dinheiro pela administração de certos sacramentos, pela celebração da missa ou que desrespeitavam certos preceitos e advogavam em causas leigas ou apelavam para o rei ou para os poderes seculares em vez de o fazerem para o foro competente (SYNODICON, 1982: 297-300).

Pode quase pressentir-se, nestas constituições, uma certa cumplicidade contra o bispo, entre os “poderes seculares” e parte dos eclesiásticos da diocese, que este sínodo procurava controlar e domesticar de uma forma normativa. Tudo



Fig. 35. D. Arias Vasques, bispo de Lisboa, com o consentimento do seu cabido, autoriza a criação de quatro igrejas dentro do couto do Mosteiro de Alcobaça, 1248 abril 27, pergamimho. Lisboa, ANTT, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.ª inc., D.P., mc. 7, n.º 26, ca-PT/TT/MSMALC/1DP07/26.

© ANTT.

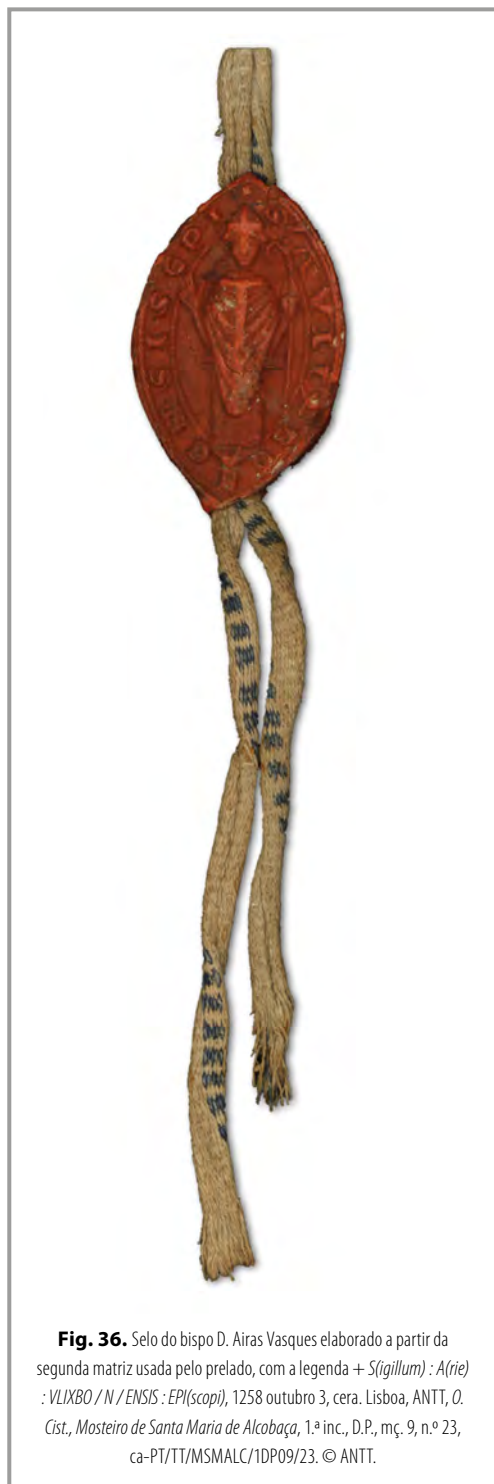
isto parece confirmar a ideia da existência de uma facção que continuava a opor-se a Airas Vasques e que predominava na cidade de Lisboa, baseada na aliança entre uma parte dos cônegos do cabido e os poderes concelhios.

Não obstante, os elementos que temos sobre a ação do prelado durante esse período, exclusivamente virada para assuntos pastorais, nada nos dizem sobre a sua adesão a Afonso III.

Rodrigo da Cunha e Francisco Brandão (CUNHA, 1642: 164-167; BRANDÃO, 1974-1980: IV, 179, 183v-184v, 200-200v) referem que ele já confirmava documentação régia de Afonso III desde 1250, tal como já anteriormente confirmara documentação do chanceler do rei e beneficiara o grão-mestre de Santiago, pretendendo veicular a ideia de que o bispo se teria reconciliado com Afonso III desde muito cedo. A documentação da chancelaria de Afonso III (CHAFIII, lv. 1, n.º 13, 85, 86, 94, 96, 99, 100, 102, 107, 110, 111, 113-115, 122, 124, 138, 141, 163, 169, 193, 206, 342, 354, 467, 696-698, 700, 703, 709, 712, 715, 716, 718; lv. 2, n.º 23, 32; lv. 3, n.º 58) confirma esta presença, o que, basicamente, parece querer dizer que o bispo já estaria junto ao rei durante as campanhas de conquista do Algarve. Não devemos, contudo, descartar a possibilidade de um entendimento difícil entre Airas Vasques e o rei e respetivos oficiais. Pelo contrário, o que sabemos deste homem enquanto bispo de Lisboa nos anos que se seguiram à emissão da bula *Grandi non emmerito* de 1245, que afastou Sancho II do poder, confirma a existência de uma certa tensão entre ele e o novo “regime”, e entre ele e a cidade que tão declaradamente apoiou, desde o início, a causa do Bolonhês e que tão veementemente se negara a recebê-lo como bispo alguns anos antes.

A sua ausência das importantes Cortes de Leiria de 1254, assim como a presença nessa mesma assembleia, quer de um dos eleitores do seu anterior rival, o deão de Lisboa mestre Pedro Juliães (*papa* 1276-1277), quer do candidato que fora postulado por parte do cabido e derrotado por Airas Vasques, o chantre Ricardo Guilherme (CAETANO, 1954: 32-35), podem indicar que as tensões com o cabido de Lisboa, tão evidentes uma década atrás, ainda persistiam nos anos 50.

O mesmo se diga da inegável ligação que tinha aos regentes de São Vicente de Fora, de quem era familiar e onde viria a fundar sepultura, conforme ao texto do seu testamento e o obituário de São Vicente de Fora onde é lembrado e comemorado como *familiaris* desse cenóbio (OSVF, 154). Essa ligação deveria, também ela, granjear-lhe o ressentimento dos poderes da cidade que aderiu a Afonso III desde o primeiro momento. Conhecida a resistência dos meios de Santa Cruz de Coimbra à causa do Bolonhês, e a aceitarmos que a reação dos crúzios conimbricenses poderia ter contagiado outros cenóbios da mesma ordem, ou que,



pelo menos, poderia ser encarada como potencialmente indicadora de adesão à causa contra Afonso III nesses anos, tal proximidade poderia ter trazido a Airas Vasques bastantes dificuldades no relacionamento com a cidade de Lisboa e com os apoiantes do novo rei.

Na verdade, tal parece ter sido o caso. No elenco das queixas contra Afonso III levadas a Roma pelos bispos portugueses em 1268, publicado por Maria Alegria Marques (MARQUES, 1990: 499-521), consta um capítulo onde se narram longamente as perseguições que o prelado de Lisboa sofrera às mãos dos oficiais régios. Aí se refere, com efeito, o caso de Airas Vasques como um exemplo dos bispos a quem o rei perseguira e mantivera presos nas suas igrejas. Na queixa XXII, descreve-se o crescendo dos acontecimentos: primeiro fora sequestrado e ameaçado de morte pelos sequazes do rei em Alpedrinha, durante algum tempo; aí tinham tirado as orelhas e ferido a alguns dos seus criados; o reposteiro do rei, acompanhado de alguns outros acólitos, tinha então vestido a capa do bispo e empunhado o báculo, e peregrinara assim vestido pela vila, espalhando bênçãos; tinham depois espoliado o bispo da sua capela, de todas as suas vestes e de tudo o que tinha consigo, e iam e vinham quando lhes apetecia, levando tudo para o rei. Depois teve de ir a pé até

Alcobaça, que ficava a duas léguas de Alpedrinha, com enorme sofrimento, porque sofria de gota (*passione podagre*), doença que o impossibilitava de caminhar; em Alcobaça, onde o receberam, esteve preso sete ou oito meses; aí estivera em condições infra-humanas, guardado por homens do rei que nunca o abandonavam, dia e noite, nem sequer quando necessitava de satisfazer as necessidades da natureza. Entre outras coisas, o rei fez ocupar todos os bens da mesa episcopal, móveis e imóveis; mais tarde, de acordo com o texto: “foi cercado e agredido na sua casa episcopal de Lisboa pelo alcaide (*pretor*) do rei e um sobrinho dele, que lhe deu muitos pontapés e com uma lança o feriu de morte, e depois disso ainda lhe deu pauladas com a haste da lança.

E então o bispo fugiu para o mosteiro de São Vicente (...) aterrado e ferido e aí ficou, doente, no leito onde, após um breve período, faleceu” (MARQUES, 1990: 509-510, tradução nossa).

A perseguição a Airas Vasques parece culminar na espoliação e ferimento de morte do bispo nas suas casas de Lisboa. O bispo só não morrera de imediato porque correria a refugiar-se no mosteiro de São Vicente, onde viria a falecer como consequência desses maus tratos.

O testamento do bispo, feito em São Vicente quando já estava doente, funda sepultura nesse cenóbio, sem mencionar as razões da sua presença nessa casa. Parece lícito inferir que essa vontade de se fazer sepultar em São Vicente se relacionasse com a violência dos seus últimos anos como bispo de Lisboa. Velhos antagonismos, portanto, que ainda pareciam repercutir-se em 1258, quando finalmente teria morrido.

Parece assim plausível aceitar que, ao longo da sua vida, este homem poderia ter representado ele próprio a tradição de colaboração com Santiago de Compostela e de colaboração com Sancho II quando este rei parece ter tentado usar

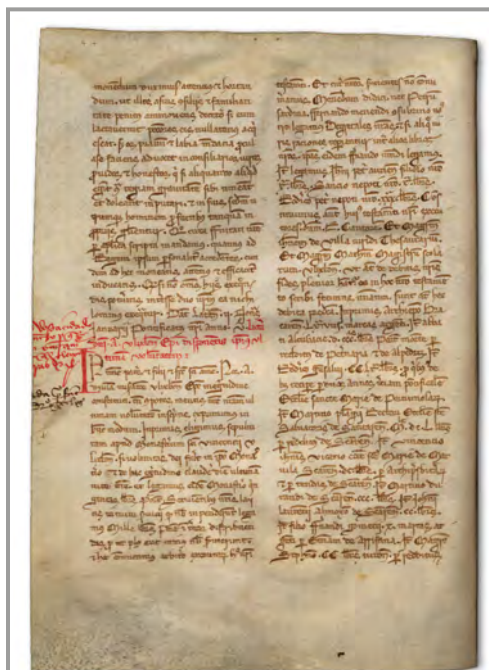


Fig. 37. Testamento D. Airas Vasques, bispo de Lisboa, 1258
setembro 22, pergaminho. Lisboa, ANTT, Chancelaria de D. Afonso III, lv.
3, fl. 32v, PT/TT/CHR/B/001/0003_m0072. © ANTT.

as suas ligações castelhano-leonesas para ganhar novo peso nos acontecimentos políticos, posição que eventualmente o impedira de ter um verdadeiro bom entendimento com o novo rei. A sua contestada eleição e problemático exercício do poder poderiam assim refletir a atmosfera de tensão e violência, de oposição entre Afonso III e o bispo de Lisboa que poderia ter tido como causa profunda as ligações do bispo aos cónegos regantes de Coimbra e Lisboa, a sua ligação a Santiago e finalmente, a intervenção em Lyon em prol de Sancho II, que os citados autores seiscentistas lhe atribuíram, que parece totalmente plausível e que lhe teria granjeado uma permanente desconfiança por parte do Bolonhês e falta de apreço por parte das elites leigas e eclesiásticas da Lisboa destes anos.

Não admirará portanto, verificarmos que o seu sucessor, Mateus, seria um homem do rei, saído das fileiras do clero mais fiel ao novo monarca.

MARIA JOÃO BRANCO

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: BRANDÃO, 1974-1980; *CABIDO DA SÉ*, 1954; *CHAFIII*; CUNHA, 1642; *LD*; *LL*; *LV*; *MH*; *OSVF*; *PORTUGALIA PONTIFICIA*, 2013; *SYNODICON*, 1982; *TESTAMENTA*, 2010; *EL TUMBO B*, 2004; **Estudos:** AZEVEDO, 1939-1944; BARROCA, 2000; BRANCO, 1998; BRANCO, 1999; BRANCO, 2001b; BRANCO, 2003; CAETANO, 1954; COSTA, 1963c; FERNANDES, 2006b; GOMES, 2007; GONZÁLEZ VÁSQUEZ, 1996; JORGE, 2000b; JORGE [ET AL.], 2005; MARQUES, 1990; MARQUES, 1996c; NORTE, 2013b; PETERS, 1970.

Para sucessor de D. Airas Vasques, falecido em outubro de 1258, foi eleito para o bispado da diocese de Lisboa, D. Mateus, então mestre-escola da mesma cidade.

Não se conhece o seu nome completo de família, nem onde e em que data nasceu e pouco se sabe da sua formação intelectual, embora se conheçam, com certa segurança, algumas qualidades marcantes da sua personalidade. Porque tendo presente a sua acção pastoral, podemos inferir que era um homem dinâmico e combativo, embora conciliador e tolerante. E como mestre-escola que era, para além de cuidar da formação doutrinária da comunidade, e sobretudo do seu clero, não se fechou na sua formação intelectual, porque deixou, enquanto bispo, digno testemunho de preocupação com situações precárias em que, por vezes, vivia o povo do seu tempo.

Laços familiares e formação intelectual

O silêncio, porém, quase total, dos documentos compulsados até agora, sobre a sua naturalidade, o apelido, origem familiar e estudos, não deixa de nos interpelar. É provável que tivesse parentes em áreas de Santarém porque, em 1267, instituiu uma capela na igreja de Santa Maria de Marvila, onde ordenou se celebrassem missas pela sua alma, pelos avós e particularmente por Elvira Dias, sua tia, irmã de sua mãe, que ali se encontrava sepultada, mas nada mais conhecemos.

D. Rodrigo da Cunha levantou a hipótese de uma possível ligação de parentesco com o seu antecessor, D. Airas Vasques, como, a propósito, escreveu: “ele

Mateus	
?	Nascimento
1258-1262	<i>Eleito de Lisboa</i>
1262-1282	Bispo de Lisboa
1282.9.19	Morte

foi de sua obrigação, ou esta nascesse de parentesco ou de amizade..., fazendo o seu testamento, igualmente acudiu nos sufrágios às almas dos seus pais, que à do bispo D. Aires” (CUNHA, 1642: 171).

É natural que existisse uma estreita relação entre o mestre-escola Mateus e o seu bispo. Ele foi escolhido, juntamente com outros cônegos da Sé de Lisboa (o chantre Ricardo Guilherme e o tesoureiro mestre João de Vila Verde), como executor do testamento de D. Airas. Por outro lado, D. Mateus doou “ao cabido da arca, que chamavam de São Vicente, 55 libras por um aniversário, que todos os anos lhe haviam de dizer por sua alma, pelas dos seus pais e pela do bispo D. Airas seu antecessor, como por pessoa, a quem tanto devia”. No entanto, embora seja uma grande prova de estima e consideração, ou, até mesmo, de gratidão, tais factos não são suficientes para se deduzir qualquer ilação de um possível parentesco. O *Livro de Linhagens do conde D. Pedro* refere-se a D. Airas, irmão de *Fernam Hermigiz*, mas nada mais acrescenta quanto a outras ligações familiares (LL 68A3, p. 156; CUNHA, 1642: 167, 175v, 182-183).

As fontes calam, igualmente, o seu percurso intelectual, a data da sua eleição, assim como o local e o dia da sagração episcopal. Apenas se sabe, por documento pontifício de Alexandre IV, *Olim in ulixbonensi ecclesia* (8 de agosto de 1260), que depois de eleito para a Sé de Lisboa (embora sem indicar o ano), obteve provisão do arcebispo de Compostela, o que não surpreende, visto que Lisboa era sufragânea de Santiago de Compostela, desde uma determinação da bula de Inocêncio III *In causa duorum* (2 de julho de 1199).

Onde, porém, adquiriu a cultura eclesiástica, se dentro ou fora do reino, para merecer ser escolhido como mestre-escola do cabido da Sé de Lisboa, não sabemos. Contudo, tendo em conta os três sínodos que celebrou em 1264, 1268 e 1271, a respectiva legislação fundamentada sobretudo em algumas *Decretais* de Gregório IX, a sua ação administrativa durante todo o governo da diocese de Lisboa e as suas intervenções na Cúria Romana, é possível que a sua principal formação fosse, essencialmente, teológico-canónica.

Na documentação da chancelaria de Afonso III, surge em 18 de junho de 1258, a confirmar o foral de Viana do Castelo, mas apenas, e simplesmente, na qualidade de mestre-escola: *Matheus magister scholarum Ulixbonensis*. Um diploma, aliás, onde figuram, também, o seu bispo D. Airas e o mestre Pedro Julião ou Hispano, deão de Lisboa e seu opositor ao episcopado (*ChAflII*: lv. 1, n.º 163; há uma alusão, datada de 1253, a um “*Matheus...regis Portugalie...capellanus Magister scholarum...*” in *SÁ*, 1966-1968: II, 75, n.º 78 e em *NORTE*, 2013b: II, 2087, nt. 2457, mas a identificação com Mateus mestre-escola e futuro bispo de Lisboa é, quanto a nós, problemática, tendo em conta a pouca clareza do texto

e a dificuldade de a conciliar com a informação documental respeitante ao prelado lisbonense).

No mês seguinte, ou seja, em 12 de julho de 1258, na concessão do foral a Aguiar da Beira, já não consta o nome do mestre-escola entre as testemunhas, embora ainda figurem o bispo D. Airas e Pedro Julião, deão da Sé de Lisboa (*ChAflII*: lv. 1, n.º 169). De facto, depois da referida data, o primeiro documento confirmado por todos os outros bispos, com exceção do bispo de Lisboa, de Pedro Julião e do mestre-escola Mateus, é de 15 de setembro de 1258, sobre a doação régia da igreja de Santa Maria de Alcáçova, de Montemor-o-Velho, à Sé de Coimbra e ao seu bispo. O que causa alguma estranheza, pois o diploma omite não só os seus nomes mas também a assinatura de qualquer outro representante do cabido de Lisboa (*ChAflII*: lv. 1, n.º 181). Uma ausência que talvez se justifique em virtude da doença e morte, ocorrida no mês seguinte, de D. Airas Vasques (MARQUES, 1990: 510, doc. I, art. 22).

Eleição episcopal para a Sé de Lisboa

Segue-se uma breve vacatura da Sé de Lisboa. Mas em 22 de dezembro de 1258, data da concessão do foral à vila de Estremoz, o bispado de Lisboa volta a estar representado e a confirmar os documentos régios, onde já não constam os nomes de D. Airas e de Pedro Julião, mas apenas o do mestre-escola Mateus, embora e tão só, na qualidade de bispo eleito, como se diz na escritura: *magister Matheus electus Ulixbonensis* (*ChAflII*: lv. 1, n.º 182). O que significa que foi eleito antes daquela data, isto é, entre outubro e dezembro de 1258.

Depois de 22 de dezembro de 1258 até 4 de maio de 1260, inclusive, ou seja, durante cerca de ano e meio, D. Mateus confirma dez documentos régios, juntamente com os outros bispos, mas sempre na designação de bispo eleito: *donnus Matheus electus Ulixbonensis*. Uma denominação, no entanto, que não se verifica na bula *Circa personas pias et humiles* (11 de maio de 1259), de Alexandre IV, na qual o pontífice ordena ao bispo de Lisboa “... *venerabili fratri episcopo Ulixbonensis*...”, que benza a primeira pedra da igreja do mosteiro de Santa Clara de Santarém. O diploma pontifício não utiliza a palavra *electus*, nem indica o nome próprio do prelado, dirigindo-se apenas ao *bispo de Lisboa* (publ. in LOPES, 1952: 226; ref. em BEIRANTE, 1980: 121-148; MARQUES, 1990: 431-432; ANDRADE, 2011: sobretudo 72-83).

De facto, em 11 de maio de 1259, quem então presidia ao governo da diocese de Lisboa era o bispo eleito, D. Mateus. O que significa que Alexandre IV se dirige ao prelado que, na altura, era a única autoridade eclesiástica da Igreja lisbonense, eleita por elementos do cabido, que o pontífice respeita. O que não

causa qualquer embaraço, mesmo que a vigorosa contestação da eleição já tivesse chegado à Sé Apostólica (o que não cremos), uma vez que, como adiante teremos ocasião de expor, a questão episcopal só ficou resolvida pela Santa Sé em 1262. Neste contexto, acentuamos que as confirmações nos diplomas, tanto pelos bispos como por fidalgos ou outros, podem não significar, como é sabido, a presença física na corte, mas tornam-se, pelo menos, um indicativo de que naquele momento existiam ou que possuíam o governo das suas igrejas ou territórios, conforme os cargos que desempenhassem. Assim como também a ausência da assinatura em certos documentos pode igualmente expressar, como quase sempre se verifica, certas anomalias ou problemas, tendo em conta a natureza de cada caso (CUNHA, 1642: 181-182; MARQUES, 1990: 207 e 213, nt. 217 e 244).

Um facto, porém, se constata, com alguma segurança: em 11 de janeiro de 1261, na doação régia ao mosteiro de Grijó, o seu nome já não consta entre todos os prelados confirmantes. Na sua vez, o referido documento regista uma surpreendente informação: a Igreja de Lisboa está vaga – *Ecclesia Ulixbonensis vacat* (para os dez documentos confirmados *ChAflIII*: lv. 1, n.º 182, 192, 194, 195, 196, 200, 203, 208, 209, 211; relativos à vacatura, n.º 228).

Esta ausência, na confirmação dos documentos régios, de qualquer representante do bispado de Lisboa, prolonga-se por três meses, desde janeiro a abril. E registam-se, pelo menos, quatro diplomas da cúria, confirmados pelos outros bispos de Portugal, mas nunca por qualquer representante da Igreja lisiponense (*ChAflIII*: lv. 1, n.º 228, 231, 249, 256). Porém, em 11 de abril de 1261 surge, pela primeira vez, a confirmar os diplomas da cúria, ao lado dos outros prelados, não o bispo eleito D. Mateus, mas sim Estêvão, abade de Alcobaça, nomeado, entretanto, pelo papa Alexandre IV como vigário da Igreja de Lisboa, conforme assim se encontra expresso: *Stephanus Abbas Alcobacie vicarius Ulixbonensis confirmat* (*ChAflIII*: lv. 1, n.º 260).

A situação prolongada de D. Mateus, sempre como bispo eleito, seguida da nomeação do abade de Alcobaça como vigário da diocese de Lisboa, é bem expressiva de que a Igreja de Lisboa não estava, *de iure*, provida de bispo residencial, como também insinua a existência de qualquer obstáculo ou irregularidade na eleição do mestre-escola. Tanto mais que o abade alcobacense governou a Igreja de Lisboa desde 11 de abril de 1261 até, pelo menos, 27 de dezembro de 1261. Registamos esta última data, e não a do ato régio seguinte, de 30 de janeiro de 1262, porque embora esteja ratificado por todos os outros bispos, já não é confirmado, nem pelo abade vigário, nem por qualquer outro eclesiástico da Igreja de Lisboa (*ChAflIII*: lv. 1, n.º 307, 275, 276, 277, 278, 279).

Depois deste interregno, o primeiro documento que menciona D. Mateus como bispo confirmante é o ato régio de 27 de fevereiro de 1262, mas ainda, e simplesmente, na qualidade de bispo eleito. No entanto, no diploma de 20 de maio de 1262, sobre a carta de povoamento do reguengo de Ervas Tenras (Pinhel), o seu nome já não aparece ao lado dos outros bispos confirmantes. Surge, porém, mais tarde, ao confirmar a carta de foral de Valença, passada em 11 de agosto de 1262, mas então, e finalmente, já na categoria definitiva de bispo residencial de Lisboa, como está escrito: *donnus Matheus episcopus Ulixbonensis confirmat*. Tomamos este diploma a assinalar D. Mateus como bispo residencial de Lisboa, uma vez que está devidamente datado, e não o anterior sobre a confirmação do foral de Viana do Castelo, registado na chancelaria régia, porque, embora seja também do ano de 1262, não indica o dia nem o mês (*ChAflII*: lv. 1, n.º 280, 288, 291, 293).

Este foi o itinerário de D. Mateus durante quase quatro anos. Ou seja, desde que foi eleito, em 22 de dezembro de 1258 até ser bispo *de iure* de Lisboa, como é intitulado no referido diploma régio de 11 de agosto de 1262.

Eleição não confirmada e recurso à Santa Sé

Conhecem-se as razões desta tão longa demora na confirmação definitiva como bispo de Lisboa, a partir da leitura de alguns diplomas pontifícios. Assim, pela bula de Alexandre IV *In nostra proposuistis presentia*, de 21 de janeiro de 1260, conclui-se que a eleição para o bispado lisbonense foi vivamente disputada entre o mestre-escola Mateus e o deão Pedro Julião ou Hispano. O cabido dividiu-se em duas fações e a disputa foi de tal modo contestada que o deão Pedro Hispano e o chantre Ricardo Guilherme recorreram à Santa Sé, deslocando-se à cidade de Anagni, onde foram recebidos por Alexandre IV, em janeiro de 1260, tendo sido ouvidor da causa o cardeal-diácono Ricardo de Sant'Angelo.

Nesta audiência, o pontífice permitiu-lhes que contraíssem um empréstimo, no montante de 100 marcos de prata, para que pudessem prosseguir com o processo e custear as enormes despesas que, juntamente com alguns cónegos do mesmo cabido, tinham de suportar na questão apresentada à Sé Apostólica, entre eles e o mestre-escola que, segundo o documento pontifício, “procedia como bispo eleito de Lisboa, ousando ascender, temerariamente, à Igreja olisiponense, com a ajuda abusiva do poder secular”. Neste sentido, o pagamento aos credores recairia, acrescenta ainda o mesmo diploma, obrigatória e totalmente, sobre a Igreja e o futuro bispo de Lisboa, assim como a respetiva penalização, caso não saldasse a dívida no tempo acordado (*LA DOCUMENTACIÓN PONTIFICIA*, 1976: n.º 458; COSTA, 1957b: 165-166; SÁ, 1966-1968: I, 78-79; CAEIRO, 1966: 164; ANTUNES, 1990: 124-184).

Para a cúria romana, portanto, a eleição de D. Mateus não era totalmente legítima, uma vez que se afirma ter sido eleito com o apoio do “poder secular” que, no caso presente, era o do próprio Afonso III, deveras interessado, como se sabe, em fazer ascender às principais sés catedrais do seu reino prelados da sua total confiança. Daí a demora no reconhecimento da eleição de alguns, por parte da Santa Sé, dado o grave conflito entre o monarca e os bispos de Portugal, resultante da tendência centralizadora de Afonso III. Recorde-se, de relance, a eleição de alguns eclesiásticos muito próximos do rei: Mateus Martins, clérigo, capelão e conselheiro do rei, redator de documentos da cúria, foi eleito bispo de Viseu, tendo ficado nesta situação cerca de seis anos; o opositor, Pedro Pires, chantre da Sé, teve de sair do reino, por medo do monarca; também para Évora foi nomeado como bispo (1267) Durando Pais, *clericus regis*, notário, conselheiro do rei e chanceler da rainha (MARQUES, 1990: 258-261 e 311, nt. 54; VENTURA, 1992a: II, 743-745, 765-770, 1046, 1049, 1052-1053).

É possível que Pedro Hispano e Ricardo Guilherme tenham permanecido em Anagni pelo menos até 14 de março de 1260. Porque tudo leva a crer que tivessem sido eles próprios os portadores da bula *Significavit nobis* que, naquela referida data, o papa Alexandre IV enviara ao canonista João de Deus, arcediogo de Lisboa e a Bartolomeu, cónego da mesma Sé. Neste diploma, o pontífice encarregava-os de excomungar o bispo eleito D. Mateus e os principais do cabido, caso não pagassem a dívida de 100 marcos de prata, no prazo e segundo as condições estipuladas, a Sinibaldo Capúcio, cidadão e negociante romano. Tratava-se de um débito contraído pelo deão mestre Pedro e pelo chantre Ricardo, com consentimento pontifício, para fazer face às despesas com o processo a decorrer na Cúria entre eles e os apoiantes do mestre-escola Mateus que “ousava ascender à Igreja olisiponense, com a ajuda abusiva do poder secular” (COSTA, 1957b: 166-167; CAEIRO, 1966: 164-166; *LA DOCUMENTACIÓN PONTIFICIA*, 1976: n.º 461).

Não sabemos se D. Mateus se deslocou também à Cúria Romana, entre 22 de dezembro de 1258 e o envio das duas bulas *In nostra proposuistis presentia* (21 de janeiro de 1260) e *Significavit nobis* (14 de março de 1260), que lhe diziam respeito. Não nos parece provável. Se saiu de Portugal rumo à Cúria pontifícia, foi, certamente, depois de ter tido conhecimento das bulas acima referidas.

O que admitimos, com segurança, é que em 8 de agosto de 1260 estava na Cúria pontifícia. A notícia é-nos dada pela bula *Olim in Ulixbonensi ecclesia*, de Alexandre IV (8 de agosto de 1260), dirigida ao abade de Alcobaça a quem confiou o governo da diocese lisbonense e onde se afirma que a Igreja de Lisboa está vaga e privada do júbilo de um pastor; que a nova eleição dividiu o cabido em dois partidos; que o pleito levantado pela eleição do mestre-escola para bispo

de Lisboa, embora seguida da provisão do arcebispo de Compostela, foi remetido à Santa Sé, tendo sido nomeado auditor o cardeal-diácono Roberto, de Sant'Ângelo, diante do qual se ventilaram as dúvidas até se resolver, definitivamente, toda a questão. Então, ponderado tudo diante do pontífice, e na presença das partes interessadas, o mestre-escola “renunciou, nas mãos do papa, todo o direito”, caso lhe competisse tal direito à referida Igreja, quer a pretexto da eleição, quer em virtude da provisão do arcebispo de Santiago de Compostela. Assim, tendo em consideração o bem da Igreja e por imperativos de solicitude paternal, achou por bem entregar ao abade de Alcobaça, pela confiança que nele depositava e o conhecimento que tinha da sua prudência e experiência, todo o governo da Igreja de Lisboa, para as coisas espirituais e temporais, assim como o cuidado de todas as rendas e proventos episcopais vencidos desde o dia em que o mestre-escola renunciou, ou seja, aos 8 *das Kalendas* de agosto (25 de julho) de 1260 (SANTOS, 1710: 197-198; CAEIRO, 1966: 160-161 e 169; SÁ, 1966-1968: I, 85-88; ANTUNES, 1990: 136-141 e 177).

Depois deste memorável acontecimento na Cúria Romana, D. Mateus só reaparece na documentação régia a 27 de fevereiro de 1262. O que significa que a Igreja de Lisboa ficou privada do seu bispo desde 4 de maio de 1260 até 27 de fevereiro de 1262, ou seja, durante um ano e nove meses. E mesmo nesta última data ainda aparece como bispo eleito, o que não deixa de ser estranho, pois seguem-se mais de cinco meses sem confirmar qualquer escritura régia e, no entanto, conhecem-se dois importantes diplomas sem a sua confirmação. Trata-se da carta escrita em Braga e dirigida ao papa Urbano IV, em maio de 1262, assinada por todos os bispos do reino e pelo cabido de Lisboa, face à situação irregular de Afonso III por ter casado ilegitimamente com D. Beatriz, filha de Afonso X, parente em quarto grau de consanguinidade, quando ainda vivia a esposa legítima, D. Matilde, condessa de Bolonha. Como esta tinha falecido, os prelados pedem ao pontífice dispensa para que Afonso III e a rainha D. Beatriz pudessem viver legitimamente em comunhão conjugal, não só em conjunto com os filhos já nascidos, mas também com os que viessem a nascer antes de obtida a dispensa, e fossem tidos como legítimos, tanto para a sucessão do reino como para quaisquer outros actos, após a morte de seu pai (BRANDÃO, 1974-1980: IV, 216-217). O segundo diploma é sobre o povoamento do reguengo de Ervas Tenras, de 20 de maio de 1262. É possível que se tenha ausentado para a Cúria Romana nesse período de tempo, porque só em 11 de agosto de 1262 surge, de novo, a confirmar os diplomas régios, juntamente com os outros bispos, não já na qualidade de bispo eleito mas sim como bispo *de iure* de Lisboa. É natural, por isso, que tenha sido sagrado em Itália, entre 27 de fevereiro e 11 de agosto

de 1262, já em pleno pontificado de Urbano IV, uma vez que estabeleceu com este pontífice, conforme se depreende de alguns documentos, uma relação de mútuo apreço e consideração. É verdade que já surge como bispo residencial num outro documento do mesmo ano, mas não indica o dia e o mês. No entanto, é possível que seja de junho ou julho, uma vez que na chancelaria de Afonso III precede o referido dia 11 de agosto (*ChAffIII*: lv. 1, n.º 280, 288, 293; CUNHA, 1642: 171v; MARQUES, 1990: 261 e nt. 85).

Trata-se duma longa causa, sem dúvida, mas que ajuda a compreender melhor o contexto político e religioso do tempo. Um processo com fases embaraçosas e difíceis, mas que terminou por conhecer um grato e harmonioso acordo, promissor de um assinalável futuro eclesiástico para os dois candidatos de reconhecido prestígio intelectual. O mestre-escola D. Mateus, grande amigo e conselheiro de Afonso III, seu procurador na Cúria pontifícia, sobretudo durante a grave contenda com o episcopado do seu país, acabou realmente por ser bispo da Igreja de Lisboa, revelando posteriormente uma ação e dinamismo dignos de apreço. E quem foi designado para o substituir como mestre-escola na Sé lisbonense foi precisamente o deão Pedro Julião ou Hispano, mais tarde arcebispo eleito de Braga, cardeal em 1273 e, por fim, elevado ao pontificado com o nome de João XXI (set. 1276-maio 1277). Uma composição cordata através da Cúria pontifícia, onde se deslocavam com alguma frequência e mereceram comprovada consideração.

Em Itália, junho de 1263

Depois de agosto de 1262, deve ter permanecido em Portugal cerca de um ano. Porque em junho de 1263 está novamente na Cúria pontifícia com Domingos Mendes, cónego da Igreja de Lisboa e com D. Egas, bispo de Coimbra, onde apresentaram e defenderam o pedido da legitimação do casamento do rei de Portugal com a rainha D. Beatriz, filha do rei de Castela e a dos filhos já nascidos. É a própria bula *Qui celestia simul*, de 19 de junho de 1263, de Urbano IV, sobre a legitimação do matrimónio de Afonso III que regista, expressamente, não só que os dois bispos levaram a questão directamente à presença da pessoa do pontífice, mas também a tão solicitada autorização em favor do rei (*LA DOCUMENTACIÓN PONTIFICIA*, 1976: II, n.º 74; MARQUES, 1990: 213- 214, nt. 246-247; 261, 385 e 432, nt. 123).

Estas diligências dos dois bispos na cúria pontifícia harmonizam-se, de algum modo, com o que escreveu D. Rodrigo da Cunha a propósito do pagamento que Afonso III fez a D. Mateus e a D. Egas, bispo de Coimbra, em 27 de dezembro de 1263, estando já no reino. Referimo-nos à importância de 170 marcos de prata que receberam de Nicolau Saraça, criado do rei, que foram dados

por ordem do mesmo monarca, em virtude do serviço que lhe tinham prestado na Cúria Romana e ainda outro pagamento ao bispo de Lisboa de 1400 marcos “recebidos e despendidos”, como refere o mesmo historiador, “pola maneira que os de cima, que não forão pequenas despezas, considerada a qualidade daqueles tempos” (CUNHA, 1642: 172v).

São provas assinaláveis, não só de confiança e de estima do rei para com D. Mateus, mas sobretudo do seu grande reconhecimento. Não admira, por isso, que Afonso III deferisse, de bom grado, os pedidos do bispo de Lisboa. Assim, em 1 de janeiro de 1264, perdoou, para sempre, aos moradores de Enxara do Bispo (conc. Mafra) as colheitas que lhe costumavam pagar, pela grande amizade a D. Mateus (*ChAfIII*: lv. 1, n.º 306). D. Rodrigo da Cunha escreve que o rei, na concessão do padroado da igreja de Santa Maria da Golegã, lembrou ao provido (sem especificar o nome) que lhe concedeu o seu beneplácito em atenção ao venerando e caríssimo bispo amigo Mateus (CUNHA, 1642: 171). Refira-se, no entanto, que este mesmo padroado foi dado por Afonso III a D. Estêvão, abade de Alcobaça, em 9 de maio de 1267, a pedido de mestre Bartolomeu, seu capelão e médico, que fez saber ao rei a carência de pão que o mosteiro atravessava (*ChAfIII*: lv. 1, n.º 371, variante em BRANDÃO, 1974-1980: IV, 224-225; MARQUES, 1990: 281 e 327, nt. 237). Em 7 de setembro de 1264, libertou os moradores de Alhandra de pagarem a jugada por serem foreiros do bispo. Em 27 de janeiro de 1265, confirmou os privilégios que os reis seus antecessores tinham concedido a Lisboa, em virtude dos grandes serviços que a cidade lhe tinha prestado e “pelo amor e respeito que tem ao seu bispo D. Mateus” (CUNHA, 1642: 175). No entanto, se em muitas ocasiões manifestou Afonso III a sua distinção para com o referido prelado, houve também períodos de grande tensão, como teremos ocasião de assinalar.

Por estes factos e outras intervenções, dignas de menção, tanto em Itália como em Portugal, verifica-se que o bispo de Lisboa, para além de merecer a grande confiança e amizade do rei, como diversas vezes lhe manifestou, é uma pessoa que se movimenta, talvez pelos seus dotes diplomáticos, com grande à vontade na Cúria romana, onde parece ser acolhido e considerado como homem de prestígio e de reconhecida influência, como nos registam alguns diplomas pontifícios.

Assim, por ocasião da referida estadia em Itália, concretamente em julho de 1263, o papa Urbano IV ordenou-lhe, *viva voce*, tratar da questão que se arrastava entre o mestre-escola de Lugo e o arcediogo Fernando Anes, da mesma Igreja, a propósito do arcediagado de Montenegro. Uma honrosa missão que lhe foi confiada pessoalmente pelo pontífice, de modo a resolver o caso conforme

julgasse melhor, ou seja, “tentar harmonizar as duas partes, proceder como árbitro na questão, ou impor uma decisão”. Um encargo, aliás, que o bispo de Lisboa desempenhou, com algum êxito, tendo levado os dois candidatos a um acordo, em 20 de julho de 1263 (*LA DOCUMENTACIÓN PONTIFICIA*, 1976: II, n.º 85; MARQUES, 1990: 214, nt. 247).

Também no referido mês de julho de 1263, *Ottobonus*, cardeal-diácono de Santo Adriano (futuro papa Adriano V), com os cardeais Rudolfo de Albano e Mateus de Santa Maria *in Porticu*, intercede junto de D. Mateus para que Domingos Pires, mestre-escola de Braga e Vasco Fernandes fossem recebidos como cônegos na Igreja de Lisboa, como consta do documento, emanado de Orvieto, em 29 de julho de 1263, referente a D. Mateus (MARQUES, 1990: 147 e nt. 60).

Depois destas incumbências e da sua permanência em Itália, deve ter regressado a Portugal ainda em 1263 ou inícios de 1264 porque, em 26 de março de 1264, celebra o sínodo de Lisboa (*SYNODICON*, 1982: 300-303).

Introdução solene da festa do *Corpus Christi*

Diz D. Rodrigo da Cunha que foi em 1264, durante o bispado de D. Mateus, que se introduziu no reino, com grande solenidade, a festa do *Corpus Christi* e que Lisboa a recebeu com aplauso e magnificência. De facto, o bispo de Lisboa, conforme acima se mencionou, privou de perto com a cúria de Urbano IV e foi este pontífice que, depois do denominado *milagre de Bolsena* de 1263, instituiu tão importante celebração, ordenando que fosse extensiva a toda a Igreja através da bula *Transiturus* (8 de setembro de 1264) (LLORCA, 1951: 374). É natural, portanto, que o prelado, conhecedor de tão importante determinação papal, tenha introduzido solenemente tão notável festividade na cidade de Lisboa.

Escreve ainda o mesmo historiador que “tendo tanto conhecimento da sua pessoa e recebido certamente muito boas obras”, logo que soube da sua morte, ocorrida em 2 de outubro de 1264, lhe mandou celebrar grandes e sumptuosas exéquias, ordenando que se registasse o dia do falecimento no livro de óbitos da Sé de Lisboa, com as seguintes palavras: “*Nonas Octob. era 1302 mortuus est Urbanus IV*” (CUNHA, 1642: 173v-174). Fosse em atenção à sua provisão episcopal na Igreja lisbonense ou por benefícios pontifícios que recebera ou até duma plausível sacração em Itália, a sua gratidão ficou assim registada para sempre.

O longo bispado de D. Mateus

É possível que D. Mateus tenha continuado em Portugal até maio de 1267, porque desde 4 de fevereiro de 1265 até 9 de maio de 1267 confirmou, pelo menos, nove diplomas régios (*ChAflIII*: lv. 1, n.º 328, 329, 330, 332, 342, 354,

359, 365, 371). Para além destas confirmações, também D. Rodrigo da Cunha afirma que o prelado festejou em 5 de fevereiro de 1265 a eleição do papa Clemente IV. Em 2 de abril de 1266, erigiu a paróquia do Lumiar da invocação de São João Baptista e São Mateus, com as suas anexas Arouca e Telheiras. Em 27 de abril de 1267 autorizou a permuta de certas casas do cabido em favor da remodelação do hospital dos peregrinos que acorriam a venerar o mártir São Vicente, no seu túmulo, para que todos tivessem digno agasalho e acolhimento. Foi também no mesmo ano de 1267, concretamente em 24 de maio que, segundo o mesmo historiador, o pontífice ordenara a D. Mateus que “entregasse uma bíblia ao mosteiro de São Vicente, que seu antecessor D. Airas lhe deixara” (CUNHA, 1642: 174v-175v).

Se ainda estava em Portugal nesta última data ou já a caminho da Cúria pontifícia, não o podemos afirmar. O que parece provado é que em 20 de junho de 1267 se encontra, novamente, na cúria pontifícia, onde obtém a bula *Significavit nobis*, que o desobriga do compromisso da visita *ad sacra limina* à Sé Apostólica, mas com a obrigação de prestar obediência ao metropolitano de Compostela. Essa dispensa foi-lhe concedida em 25 de junho de 1267, mesmo na vacância de Compostela (*LES REGISTRES DE CLÉMENT IV*, 1893-1945: n.º 476-477; MARQUES, 1990: 214, nt. 249).

Era uma obrigação bienal, mas pela bula de Urbano IV *Sicut petitio tua*, enviada a D. Mateus em 23 de julho de 1263, passou a ser de quatro em quatro anos, o que parece ser uma atenção muito especial, por parte do pontífice, atendendo à justificação que invoca: “concedemos-te... porque a tua Igreja se encontra nos confins do mundo e sabemos



Fig. 38-39. Selo e contrasselo do bispo D. Mateus com as legendas + S(igillvm) MAT[HEI] ... / [VLIXBON]EN[sis] (selo) e + S(ecretum) MA[TH]EI EP[iscop]i VLIXBON[ensis] (contrasselo), 1266 outubro 2, cera. Lisboa, ANTT, O.P., *São Domingos de Lisboa*, lv. 15, n.º 29 (anverso e reverso), PT/TT/CSDL/liv15. © ANTT.

que se torna demasiadamente penoso, para ti, fazer a visita *ad sacra limina...*” (MARQUES, 1990: 210, nt. 230).

Registe-se, a propósito, que o longo bispado de D. Mateus (20 anos) abrangeu e acompanhou de perto os pontificados de nove papas. Primeiro, o de Alexandre IV, embora ainda na situação de bispo eleito; como bispo *de iure* governou a diocese de Lisboa durante os de Urbano IV, Clemente IV, Gregório X, Inocêncio V, Adriano V, João XXI, Nicolau III até meados do papado de Martinho IV.

D. Mateus e o conflito dos prelados portugueses com Afonso III

Como é sabido, Afonso III publicou, em 2 de abril de 1265, as leis sobre os bens e direitos do monarca, na sequência das inquirições de 1258. Esta decisão provocou grande descontentamento e tenaz resistência, sobretudo no clero, que passou a ver o rei como perseguidor e opositor às suas imunidades e privilégios eclesiásticos. Os prelados tentaram obter do monarca medidas mais suaves, mas não conseguiram. Face à recusa persistente de Afonso III, retiraram-se do país. Lançaram o interdito no reino, afastaram-se para a cúria romana e, em 1267, entregaram ao pontífice, que se encontrava em Viterbo, um longo articulado com inúmeras e gravíssimas acusações contra Afonso III. Estiveram presentes o arcebispo de Braga, D. Martinho Geraldês e os bispos D. Vicente, do Porto, D. Egas Fafes, de Coimbra, D. Mateus de Lisboa, D. Rodrigo da Guarda, D. Mateus de Viseu, assim como os procuradores dos bispos de Lamego e de Évora. Todos os que se dirigiram à Cúria e os que ficaram em Portugal lançaram o interdito sobre as suas dioceses, com uma surpreendente exceção: o bispo de Lisboa D. Mateus, foi o único que o não lançou sobre a sua diocese, como se afirma em outro documento referente à bula *De regno Portugallie*, “...*totum regnum sit interdictum excepto predicto episcopatu Ulixbonensi...*” (MARQUES, 1990: 523, doc. II; 390 e 435, nt 151; e 499-521; *LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955: n.º 628; ANTUNES, OLIVEIRA E MONTEIRO, 1984: 103-111).

Note-se, no entanto, que D. Mateus também não foi poupado. Da bula *Venerabilis frater noster*, de 10 de maio de 1276, atribuída a Inocêncio V, depreende-se que a Igreja de Lisboa também tinha sido afetada com graves prejuízos causados pelo rei. Entre as incumbências de frei Nicolau Hispano, enviado a Portugal como núncio pontifício (1276-1277) para sanar as desavenças do rei com os bispos estava, concretamente, o conflito com a Igreja de Lisboa. Por isso, frei Nicolau, durante a sua estadia no país, em 1276, deveria também tratar com o rei da queixa do bispo de Lisboa sobre a ocupação abusiva de umas casas e celeiros, com penhora do seu recheio de vinho, azeite e cereais, e ainda sobre a

proibição de alguém poder cultivar as terras e vinhas do prelado. Refere o papa que a atitude do rei foi uma ofensa, um prejuízo para o bispo e um atentado à liberdade eclesiástica. Manda-lhe, por isso, que apresente o caso ao rei e depois lhe dê conta, por carta, da resposta obtida. O que significa que o bispo de Lisboa, na sua moderação, dadas as relações estreitas com Afonso III, mas certamente também com o papa, soube tratar de tal modo da sua questão que levou o pontífice a interessar-se pessoalmente por uma boa solução, a ponto de exigir ser diretamente informado sobre a resposta do rei (COSTA, 1963c: 427-428, nt. 538; MARQUES, 1990: 407; 444, nt. 274; 421, nt. 2).

O conflito com o clero, não obstante as intervenções dos embaixadores do rei, as diligências moderadoras de D. Mateus na Cúria pontifícia e até do papa português João XXI, prolongou-se até à morte de Afonso III. Sobre uma possível intervenção e empenho do bispo de Lisboa na resolução do conflito junto do pontífice português, não temos provas apodíticas, mas não afastamos a hipótese. D. Rodrigo da Cunha afirma, embora se desconheça a fonte em que se baseia, que D. Mateus escreveu ao rei a sugerir-lhe que se dirigisse ao novo pontífice a congratular-se pela elevação ao pontificado e mostrasse total obediência à Igreja, porque assim “melhoraria em boa parte sua causa”. Se o rei assim procedeu, como também pensa Alexandre Herculano, não o podemos afirmar com toda a segurança, muito embora todo o teor da bula *Jucunditatis et exultationis*, que o papa português dirigiu a Afonso III, favoreça tal hipótese. É um diploma de grande beleza literária, não está datado e não há certeza que tenha sido enviado ou que o rei dele tivesse conhecimento, porque João XXI falecera inesperadamente, em maio de 1277. Mas revela, indubitavelmente, uma intenção determinada de harmonia e apaziguamento. Sabe-se apenas que o conflito se prolongou depois da morte do pontífice e só mais tarde, ou seja, em 17 de janeiro de 1279, o rei chamou à sua presença Durando Pais, bispo de Évora, os vigários do bispado de Lisboa, os priores dos pregadores e frades menores, assim como fidalgos da corte, e que perante todos e o seu filho D. Dinis, se submeteu então à jurisdição da Igreja, vindo a falecer em 16 de fevereiro de 1279 (CUNHA, 1642: 177-178; HERCULANO, 1981-1989: II, 180-181; ANTUNES, 1990: 159-163; ANTUNES, 1995: 221).

Presença de D. Mateus no II Concílio de Lyon (1274)

Gregório X, “o papa mais espiritual do século XIII”, como tem sido designado, consciente e conhecedor dos graves problemas que afetavam a Igreja do seu tempo, decidiu convocar um concílio para que, através dele, se discutissem e promovessem as reformas mais prementes que a situação da cristandade de então exigia.

Assim, em 13 de abril de 1273, enviou aos cardeais, arcebispos, bispos, superiores das ordens religiosas e príncipes da cristandade, a bula *In litteris quas*, indicando a igreja de São João de Lyon, em França, para a realização do concílio e para lhe comunicarem e elucidarem sobre todos os assuntos e problemas que afetavam gravemente a Igreja.

A sua grande preocupação era também a crise entre o clero, a situação do Oriente, a libertação da Terra Santa e a reunião das Igrejas latina e grega. Por isso, no início da celebração solene de abertura do concílio, que teve lugar em 7 de maio de 1274, escolheu para tema da sua homilia a passagem, bem expressiva, do Evangelho segundo Lucas: “Tenho desejado ardentemente comer convosco esta Páscoa, antes de sofrer...” (Lc. 22,15).

Estiveram presentes 14 cardeais, entre os quais se encontrava São Boaventura e o português Pedro Hispano, além de grande número de bispos e de outros prelados. O concílio prolongou-se por cinco sessões: 18 de maio, 7 de junho e 6, 16, 17 de julho. D. Mateus esteve igualmente presente e foi um dos signatários do decreto sobre a eleição papal, assim como D. Vicente, bispo do Porto e D. Vasco, bispo da Guarda (CAROLUS-BARRÉ, 1977: 378-423, sobretudo p. 393, 402 e 403).

Os sínodos celebrados por D. Mateus

O bispo de Lisboa, dado o seu carácter dinâmico, não deixou de se preocupar com a formação do clero e com a organização da sua diocese, dotando-a de breves, mas pertinentes constituições. Para tanto, celebrou três sínodos durante o seu episcopado: em 26 de março de 1264, em 1268 (desconhecendo-se o dia e o mês) e em 1 de dezembro de 1271. Este último é, talvez, o que melhor revela o verdadeiro humanismo do bispo lisbonense.

No primeiro, foram promulgadas três breves constituições: proibição do uso do báculo ou de qualquer outra insígnia, caso não fosse concedida pela legítima autoridade eclesiástica; designação de confessores idóneos para ouvirem de confissão e prestarem toda a atenção aos testamentos dos seus paroquianos e, por último, sobre a importância de demarcar as paróquias e sobre o pagamento dos dízimos pessoais e prediais. Ficou legislado que os paroquianos, habitantes da cidade ou da alcáçova de Lisboa somente seriam obrigados a pagar os dízimos pessoais, mesmo que possuíssem prédios em paróquia diferente; os haveres noutra paróquia demarcada pagariam os dízimos às respetivas igrejas.

O sínodo de 1268 contém apenas duas constituições, uma sobre o testamento dos clérigos e outra sobre a receção dos rendimentos das prebendas. São, como as ordenações anteriores, determinações fundamentadas nas *Decretais*

(*Lib. III., Tit. XXVI e XXVII*), onde se estabelecem princípios gerais sobre os legados dos bens patrimoniais dos clérigos e quanto aos adquiridos por intermédio da Igreja. Caso à morte não possuíssem outros proventos, poderiam destinar os produtos das suas prebendas, recebidos na igreja, tanto para saldar dívidas que porventura tivessem para com credores e seus serviçais, como dispor dos mesmos para celebração de aniversários por sua alma.

No sínodo de 1 de dezembro de 1271, registam-se traços de grande abertura e sensibilidade. Logo na sua introdução, deixa uma surpreendente advertência ao seu clero, mas reveladora de compreensão, tolerância e bondade. Tendo presentes, certamente, as palavras de Cristo dirigidas aos doutores da lei e fariseus, “Amarram pesados fardos e colocam-nos aos ombros dos outros, mas eles mesmos não estão dispostos a movê-los nem sequer com um dedo” (Mt. 23,4), faz anteceder as constituições do sínodo com a seguinte afirmação: “Como, na Igreja de Deus, há tantas leis, que correm o risco de violação e são tão difíceis de observar, não está no nosso coração impor uma carga de preceitos sobre os ombros dos nossos súbditos, do bispado de Lisboa. Pelo contrário, decidimos prescrever muito poucos, para que a sua observância seja fácil e sempre dignificante”.

Foram promulgadas constituições sobre as sepulturas, batismo dos judeus e sarracenos. Na constituição sobre as sepulturas, determina que quando se celebrar missa de *Requiem* pelo sumo pontífice, rei, bispo, cónego, prior ou clérigo beneficiado, se celebre solenemente, tanto na igreja catedral como em todas as outras igrejas e mosteiros do bispado de Lisboa.

Referindo-se ao batismo de judeus e sarracenos, estabelece que se considere atentamente as intenções da pessoa que deseja receber o sacramento, isto é, se pede o batismo por ardente desejo de aderir à fé cristã ou por qualquer outro motivo. Em caso, porém, de reta intenção, que seja devidamente instruído e formado na doutrina cristã, por pessoa religiosamente competente.

Mas o que, talvez, seja mais digno de nota e não menos impressionante é a faceta humana que deixa antever perante culturas tão diferentes ou, mais concretamente, entre cristãos, judeus e mouros. A sua preocupação não é apenas doutrínaria, mas também sobre as condições precárias ou de indigência em que vivem. Por isso, o prelado determina que se o precetor da preparação para o batismo tiver conhecimento que (o judeu ou mouro) se encontra em situação de pobreza, que procure por si ou com a ajuda do povo, dar-lhe os meios necessários para que possa viver condignamente. E acrescenta: ‘pois se faltarmos com o que é vital para os que seguem Cristo, a nossa acção torna-se ainda mais perversa do que aquela que praticaram os seus assassinos’. Então, que lhes seja ensinado na igreja e aprenda com outros um ofício para que, daí em diante, se baste a si próprio.

Por fim, censura as ações pouco edificantes de certos clérigos itinerantes entre dioceses e deixa disposições muito concretas sobre a honestidade de vida, para todos aqueles que desejam servir e exercer condignamente o ministério sacerdotal na Igreja lisbonense (*SYNODICON*, 1982: 300-304).

Na Cúria Pontifícia em 1278/1279. Um testamento sob o signo da fé.

O bispo de Lisboa volta à Cúria pontifícia em 1278-1279. Em 7 de outubro de 1278 é-lhe concedida a bula *Quia presentis vite*, pela qual obtém a faculdade de testar livremente os seus bens e os bens eclesiásticos que lhe estão confiados. Em 9 de junho de 1279, pela *Presentata nobis*, é-lhe permitido prover as igrejas de Santa Maria de Alcáçova, Santa Iria de Santarém e ainda a de Santa Maria da Lourinhã (*LES REGISTRES DE NICOLAS III*, 1938: n.º 189 e 515; MARQUES, 1990: 165 e 216, nt. 259).

Nesta demorada estadia em Itália, segundo D. Rodrigo da Cunha, adoeceu gravemente e fez o seu testamento em 3 de maio de 1279. Dele se destaca que deixou ao cabido: a quinta de Alpriate, que tivera do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra; um formoso cálice de ouro, dois grandes pratos de prata dourada para servirem no altar-mor e no de São Vicente; cinco marcos de ouro “pro uno bono, et magno calice faciendo” para as festas solenes. Mandou restituir ao cabido um livro de História e deixou 1000 libras para se comprar fazenda que rendesse para um aniversário, que se lhe havia de fazer em cada ano, no dia da sua morte e 50 libras para um clérigo que, em cada dia, celebrasse missa de *Requiem*, no altar de Santa Eulália (caso não houvesse altar de São Nicolau na Sé), por si e por D. Airas, exceto aos sábados, em que seria de Nossa Senhora e nas festas dos Santos (CUNHA, 1642: 181-183).

Note-se, que após estas disposições testamentárias, D. Rodrigo da Cunha transcreve, talvez como complemento, um texto extraído dos livros de óbitos da Sé, do qual nos dá a seguinte síntese: “...do dito se colhe que deixou missa cada dia, e perpétua por sua alma, do bispo D. Aires, e pelas dos seus pais, e que deixou aniversários em 14 de agosto, em 9, 19 e 20 de setembro, e em 19 de novembro, e estes, todos os anos”. O texto, porém, não se afasta muito do testamento, embora apresente pequenas variantes e especifique alguns pontos. Assim: legou ao cabido quatro morabitinos anuais para o aniversário de Elvira Dias, em agosto; o sufrágio pelas almas do bispo e dos pais deveria ocorrer a 9 de setembro; a quinta de Alpriate e 2000 libras portuguesas foram legadas ao cabido com a obrigação de doar a um vigário 50 libras para celebrar missa diariamente pela sua alma e pela do antecessor e cinco libras anuais aos beneficiados da igreja catedral (*bachalariis*) para celebrarem o aniversário pelo bispo na data

do seu óbito (CUNHA, 1642: 182v-183; traduzimos *bachalariis* por *beneficiados*, tendo em conta as considerações de VITERBO, 1966: II, 10).

Feito o seu testamento, não sabemos o tempo exato da sua permanência fora de Portugal. Mas deve ter continuado em Itália nos primeiros quatro meses de 1280, não obstante, segundo D. Rodrigo da Cunha, o seu nome constar na doação de D. Dinis a sua irmã D. Branca, em 11 de janeiro de 1280, não por se encontrar já em Portugal, mas certamente por possuir o governo da sua Igreja. Daí referir que o bispo foi convalescendo, de tal modo que, em 1280, ainda se encontrava em Roma, donde escreveu e ordenou a “três eclesiásticos de autoridade”, a ereção da paróquia da igreja de Santa Maria de Alcáçova de Santarém em 9 de março e a de São Miguel de Torres Vedras em 11 de abril do referido ano, sendo esta a sua última memória enquanto ausente (CUNHA, 1642: 181-181v).

Deve, portanto, ter regressado a Portugal ainda em 1280, porque desde os finais do referido ano até abril de 1282, aparece citado nos seguintes diplomas de D. Dinis: doação de herdamento de Figueiró (28 de dezembro de 1280); foral de Oriola (2 de março de 1282); confirmação dos privilégios concedidos por Afonso III ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (23 de abril de 1282). Porém, na súplica que o rei D. Dinis dirigiu ao papa, na mesma data (23 de abril de 1282) para aprovação do acordo que fizera com o arcebispo de Braga e os outros bispos, com o compromisso de respeitar os artigos a que Afonso III se tinha obrigado, o seu nome já não figura ao lado dos outros prelados citados. Aparece, contudo, no mês seguinte, no foral de Castro Marim (maio de 1282) e pela última vez, pois os diplomas que se seguem silenciam o seu nome (TT, *Ch. Dinis*, lv. 1, f. 28, 51-51v, 61v-62; lv. 2, f. 44v-46).

Sendo assim, pouco mais de dois anos teve de vida o bispo de Lisboa, “depois de se recolher à sua Igreja”, como escreveu D. Rodrigo da Cunha. “Neles fez grandes esmolas, casou muitas órfãs, resgatou cativos e enriqueceu de ornamentos as igrejas do seu bispado, em particular a Sé, em cujo tesouro, por muitos anos, foram os melhores ornamentos dados pelo bispo” que, vulgarmente, era chamado “pai dos pobres e redentor dos cativos”, vindo a falecer em 19 de setembro de 1282 (CUNHA, 1642: 182). No entanto, o papa Honório IV, na bula *In supreme potestatis*, de 31 de Maio de 1286, referindo-se a Mateus, bispo de Lisboa, afirma textualmente: “*Dum quidem bone memorie Matheo, Vlixbonensi episcopo, apud Sedem Apostolicam viam universe carnis ingresso.*” Dado, porém, o sentido metafórico desta passagem, que remonta ao Livro do Génesis 6,13 - “*Dixit... finis universe carnis venit coram me*”, de modo nenhum se pode inferir, apoditicamente, que Mateus tenha falecido junto à Sé Apostólica, muito embora



Fig. 40-41. Túmulo do bispo D. Mateus com arca sepulcral sem decoração, assente em colunelos e coberta com tampa com jacente com a representação do bispo dotado das suas insígnias episcopais. Autor não identificado, c. 1282, calcário (lloz?). Lisboa, Sé de Lisboa (atualmente na capela de Nossa Senhora da Terra Solta (ou da Misericórdia) no claustro). © DGPC/ADF. Foto: José Pessoa.

haja autores que afirmem o contrário (*LES REGISTRES D'HONORIUS IV*, 1888: n.º 504; *DOCUMENTOS DE HONÓRIO IV*, 2015: n.º 71-75).

Segundo D. Rodrigo da Cunha, foi sepultado, conforme está escrito pelo citado autor, “na capela de S. Nicolau que ele começou a edificar na crastra da Sé, quando ainda estava em Roma, e que acabou no último ano da sua vida (1282), aplicando-lhe, para tanto, as suas casas na judiaria de Lisboa e no adro de Marvila, em Santarém, deixando ao capelão todos os anos cinquenta libras, e ao Cabido vinte, para a festa de S. Nicolau” (CUNHA, 1642: 182-182v).

JOSÉ ANTUNES

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: ABRANCHES, 1895; BRANDÃO, 1974-1980; *ChAflII*; CUNHA, 1642; *LA DOCUMENTACIÓN PONTIFICIA*, 1976; *LA DOCUMENTACIÓN PONTIFICIA*, 1987; *DOCUMENTOS DE HONÓRIO IV*, 2015; *LL*; *LES REGISTRES DE CLÉMENT IV*, 1893-1945; *LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1896-1955; *LES REGISTRES D'HONORIUS IV*, 1888; *LES REGISTRES DE NICOLAS III*, 1938; SANTARÉM, SILVA E LEAL, 1842-1869: IX; SANTOS, 1710; *SYNODICON*, 1982; **Estudos:** ANDRADE, 2011; ANTUNES, 1990; ANTUNES, 1995; ANTUNES, OLIVEIRA E MONTEIRO, 1984; BEIRANTE, 1980; CAEIRO, 1966; CAROLUS-BARRÉ, 1977; COSTA, 1957b; COSTA, 1963c; FERREIRA, 1938-1935: II; HERCULANO, 1981-1989: II; LLORCA, 1951; LOPES, 1952; MARQUES, 1990; NORTE, 2013b; SÁ, 1966-1968; VENTURA, 1992a; VITERBO, 1966.

ESTÊVÃO ANES DE VASCONCELOS

(1286-1287)

Origens locais e familiares

Natural do julgado de Entre Homem e Cávado, nascido no início da década de trinta do século XIII, muito provavelmente na honra de Vasconcelos, Estêvão Anes de Vasconcelos é o terceiro filho varão de João Peres de Vasconcelos e de Maria Soares Coelho. Por via paterna, é descendente dos senhores de Cabreira e Ribeira (CALDERÓN MEDINA E FERREIRA, 2013: 123-153) e herdeiro dos da Silva, dos de Lanhoso e dos de Sousa. Por sua mãe, é descendente dos de Riba Douro (PIZARRO, 1999: II, 231-248).

Embora a sua situação de filho segundo e o relativamente parco relevo dos seus ascendentes mais próximos o pudessem relegar para uma situação um tanto subalterna, fosse na Igreja fosse na corte régia, a verdade é que em ambas muito se destacou. Dois tios-avôs, Martim Martins de Cabreira e Estêvão Soares da Silva, foram, respetivamente, arcediago e arcebispo de Braga. Também um primo, Egas Fafes de Lanhoso, foi arcediago de Braga (VENTURA, 1992a: 750-755). Seu tio João Soares Coelho foi um dos principais privados e conselheiros de Afonso III, do mesmo modo que o era João Peres de Aboim, primo direito da sua mãe (VENTURA, 1992a: 630-632; 565-572).

Na Igreja, nomeadamente na de Braga, ou na corte régia tinha as portas abertas. Ou em ambas em simultâneo. Difícil é saber qual se lhe abriu primeiro.

Conhecendo-se a influência do nepotismo nos quadros da Igreja, particularmente na de Braga (COSTA, 2005: 117-140), verificando-se a escolha do seu nome e tendo em conta que é filho segundo, diria que estava destinado à vida religiosa. O nome Estêvão, qual património familiar que se transmitia e

Estêvão Anes de Vasconcelos

Início da década de 1230	Nascimento
1286-1287	Bispo de Lisboa
Após 1287.8.9	Morte

identificava socialmente, estabelecia uma ligação com seu tio-avô Estêvão Soares da Silva, arcebispo de Braga. O mesmo nome foi também atribuído a Estêvão Peres, um outro sobrinho-neto do arcebispo, filho de seu irmão Pedro Soares. Ainda no feminino se registava o nome na família, pois uma irmã do arcebispo se chamava Estevaínha. Mais tarde, um sobrinho do bispo de Lisboa, filho de seu irmão Rodrigo Anes de Vasconcelos, chamar-se-á Estêvão Rodrigues e virá a ser capitular da mesma Sé (FARELO, 2003: I, 80; II: 187). A atribuição do seu nome pode mesmo ter sido um preito de gratidão, por parte de seu pai para com o seu tio, o arcebispo D. Estêvão, pela forma generosa com que este o dotou, no seu testamento de 5 de agosto de 1228 (*TESTAMENTA*, 2010: n.º 1.10).

Ora, o nosso conhecimento da pertença de Estêvão Anes ao cabido de Braga como seu cônego, arcediogo ou deão, é simultâneo com o da sua presença na Corte.

Não desconhecemos que, em julho de 1244, no cabido de Braga, a uma composição entre o bispo do Porto D. Pedro Salvadores e Fernando Anes [de Portocarreiro] cônego de Braga, está presente um Estêvão Anes (após o deão e o tesoureiro) (*CENSUAL*, 1924: 345-347). Porém, o facto de ser cônego com cerca de 14 ou 15 anos e a circunstância de ter havido, pela mesma altura, um outro com o mesmo nome, Estêvão Anes do Tojal, leva-nos a pôr algumas reservas à sua confusão com o nosso biografado. Muito embora há anos atrás tenhamos identificado os dois (VENTURA, 1992a: 765-767), a fina e acertada argumentação desenvolvida por Ana Maria Rodrigues (RODRIGUES [et al.], 2005: 103-110) para demonstrar que se tratava de duas pessoas distintas, e uma reavaliação do testamento de Estêvão Anes do Tojal (*TESTAMENTA*, 2010: 114-120, n.º 1.29) faz-nos hoje aceitar que há efectivamente dois Estêvão Anes que foram cônegos e arcediagos: um deles apenas até 1267, o outro, Estêvão Anes de Vasconcelos, até 1286 (altura em que, sendo deão de Braga, foi eleito bispo de Lisboa).

Seguro é que, em maio de 1251, tendo Estêvão Anes cerca de 20 anos, um Estêvão Anes, cônego de Braga, na sua dupla qualidade de cônego e *clericus regis*, testemunha (ao lado de seu tio João Soares Coelho, *privatus regis*) a renúncia do bispo da Guarda a bens em Abrantes, a favor do chanceler Estêvão Anes (*ChAffII*: lv. 1, n.º 470). É certo que ele era já um cônego de Braga, mas também o é o facto de ele nos ser revelado maioritariamente pela documentação da chancelaria régia.

A uma provável ligação à Sé de Braga por via de seu tio-avô, o arcebispo D. Estêvão Soares da Silva, se terá acrescentado, se não sobreposto, uma rede de influências que, certamente, se terá estabelecido, na sua juventude, com a mesma Sé, por via da linhagem de Portocarreiro, com quem tinha um parentesco por

afinidade. Desta família chegaram a estar em simultâneo, na Igreja de Braga, e em lugares-chave, na década de 50, cinco elementos: João Viegas, arcebispo; Fernão Anes, deão; Gonçalo Gonçalves, arcediogo; Lourenço Gonçalves, cônego, e Martim Peres, cônego. Exceção para Lourenço e Gonçalo Gonçalves, todos pontuaram na corte régia, especialmente Martim Peres, um clérigo de Afonso III e seu privado, que chegou a ser escolhido pelo rei para amo de seu filho Afonso. Recorde-se que esse é irmão de Margarida Peres de Portocarreiro, que é casada com Pero Anes de Vasconcelos, irmão de Estêvão Anes. Margarida Peres e Martim Peres são sobrinhos do deão de Braga Fernão Anes de Portocarreiro. Este é primo coirmão do arcebispo D. João Viegas de Portocarreiro e Lourenço e Gonçalo Gonçalves são sobrinhos deste (VENTURA, 2000: 95-127).

Certo é que, em 1253, Estêvão Anes de Vasconcelos surge como clérigo do arcebispo D. João Viegas de Portocarreiro, por quem foi nomeado reitor da igreja de Santa Maria da Palmeira (fr., conc. Braga) e que (pese embora o descontentamento de alguns padroeiros laicos) obteve do papa Inocêncio IV a bula *Tuam volentes honorare* (18 de julho de 1253), que lhe permitia conceder ao cônego Estêvão Anes um benefício e uma dignidade, em acumulação (*LES REGISTRES D'INNOCENT IV*, 1884: 1292, n.º 6877; MARQUES, 1990: 347; RODRIGUES [et al.], 2005: 76 e 108, nts. 178, 389 e 390).

Difícilmente se identificará Estêvão Anes de Vasconcelos com o *Mestre* Estêvão a quem, em 1258, o bispo de Lisboa D. Airas Vasques deixa em testamento 200 libras tornesas pelos réditos das igrejas de Alenquer (*ChAflII*, lv. 3, n.º 55) – ano em que os jurados da freguesia de São Salvador de Amares, onde trazia um casal, o identificavam como Estêvão Anes, cônego de Braga (*PMH–Inq.*, 427a). Será, com mais certeza, o Estêvão Anes, cônego de Braga, a quem, em 1262, Pedro Moniz, mestre-escola de Braga, nomeia fiador e executor de algumas das suas vontades, nomeadamente a venda de um *Volumen* para suportar as suas exéquias (*TESTAMENTA*, 2010: n.º 1.27). Estando Estêvão Anes presente a este testamento feito em Bolonha, será de crer que estaria *absens in scolis*, ou seja, a fazer ali os seus estudos. Cabe-nos perguntar se já lá estaria antes? De 1262 a 1268? Sabe-se que “em ambos os ramos, de Direito e Medicina, eram necessários seis a oito anos antes de se poder seguir para a licenciatura (...). No entanto, estes aspetos particulares não eram mais do que orientações gerais: eles podiam – normalmente por força de circunstâncias sociais e económicas – ser alterados quer para cima, quer para baixo” (SHWINGES, 1992: I, 235). Seriam estudos de Direito? Assim se justificaria o facto de Pedro Moniz lhe confiar a venda do *Volumen* – obra que apresenta em sequência as *Institutiones*, o *Autenticum*, os últimos três livros do Código e, mais tarde, o direito feudal, os *Libri Feudorum*, e algumas leis

extravagantes de imperadores germânicos (PEREIRA, 1964-1966: 12; GARCÍA Y GARCÍA, 1992: 393-394) –, pois saberia estimar bem o seu real valor. Muito embora consideremos bem menos provável que possa ter feito estudos de Medicina (ou também de Medicina), não deixamos de chamar a atenção para o facto de um mestre Estêvão, físico do rei, surgir na Corte, em 1265, a testemunhar a carta de sponsórios da bastarda régia, Urraca Afonso, com D. Pedro Anes Gago de Riba de Vizela (*ChAflII*, lv. 1, n.º 334; *ChAflII*, lv. 2, n.º 55).

É na qualidade de mestre Estêvão Anes de Vasconcelos que testemunha, em fevereiro de 1268, a doação de uma vinha no termo de Santarém feita por seu primo João Peres de Aboim à Ordem do Templo (*LIVRO DE BENS*, 2003: doc. XLVI).

Regressado, pois, ao seu país como *magister*, prossegue a sua carreira na Sé de Braga e na corte régia. Agora, arcediogo de Braga e vigário do arcebispo (sobretudo durante o período de vacatura da sé, estando eleito Pedro Juliães), surge, quer como o primeiro representante do cabido, quer à frente do grupo dos *clerici regis* que integravam o conselho régio. Assim acontece na Corte, entre 1268 e 1274 (*ChAflII*, lv. 1, n.º 389, 395 e 590). Assim acontece no cabido, entre 1269 e 1272 (*ChAflII*, lv. 1, n.º 541; ADB, *Gav. 2.ª das Propriedades do Cabido*, n.º 142).

Poder patrimonial

Estêvão Anes é, como cremos e já referimos, natural da honra de Vasconcelos (fr. Ferreiros, conc. Amares), que foi originariamente dos da Silva ou, antes, dos de Lanhoso (BARROCA, 1989: 30-41). Sabemos já que, a 5 de agosto de 1228, o arcebispo de Braga D. Estêvão Soares da Silva, de entre os sobrinhos que contempla no seu testamento, destaca João Peres, filho de sua irmã Teresa Soares, a quem deixa Vasconcelos (com searas, casas, ramada, pórtico, cidral e demais pertenças), metade de Sobradelo, Silveiros e o direito de padroado das igrejas de Santa Maria de Ferreiros e de São Paio de Besteiros (conc. Amares). Assim se iniciava e estruturava, por ação do arcebispo, o senhorio e a família de Vasconcelos. É certo que, de acordo com as inquirições de 1288, esses bens provinham já dos de Lanhoso, atribuindo-se a fundação da honra de Vasconcelos a Egas Fafes de Lanhoso, cuja filha, Fruílhe Viegas de Lanhoso, foi, recorde-se, casada com Soeiro Peres Torta, da Silva, pais daquele arcebispo, ou seja, ascendentes, por linha materna, dos Vasconcelos. Mas é só a partir de João Peres que a família adota o nome de Vasconcelos.

No concelho de Amares, deteve Estêvão Anes o casal de Adaúfe e, com seus irmãos, as honras de Vasconcelos, Rio Bom e Bornaria, bem como a de São

Salvador de Amares (toda a *villa*), adquirida por escambo à Ordem do Hospital, bens em Santa Maria do Lago e, ainda provavelmente com seus irmãos, teria casa e vinhas em São Paio de Besteiros – se é que, sendo já eclesiástico, fez a compra destes bens (registada nas inquirições de 1288) com seus irmãos. Possuía também herdades em São Salvador de Vilar do Monte (julgado de Neiva, conc. Ponte de Lima).

Por outro lado, o próprio Estêvão Anes foi instituído herdeiro pelo seu tio-avô Martim Martins de Cabreira, arcediogo de Braga, de quem recebeu: neste concelho, quatro casais e duas partes da quintã de Crespos, quatro casais e meio mais um sexto de meio casal em Vila Cova, a vinha de seara junto à quintã de Palmeira, e as suas casas em Braga; no concelho de Lanhoso, um casal em Oliveira; e, no concelho da Feira, o casal de Paçô, na freguesia de São João de Ver. Esta concessão é feita com a condição de ele se manter eclesiástico e de eleger como herdeiro algum dos parentes de Martim Martins por via materna. Também esse, um filho de seu sobrinho Afonso Peres em primeiro lugar, haveria de ser obrigatoriamente clérigo. E, na falta de herdeiro clérigo, aquelas possessões e seus rendimentos seriam justamente destinados à formação eclesiástica de um. Bens e obrigações que seriam transferidos para o prior de Refóios de Riba Lima e para Pedro Gonçalves de Barbudo, caso Estêvão Anes renunciasse à vida religiosa (TT, *Conventos de Viana, Cabido de Tui*, cx. 1, doc. 6, s.d.).

Enfim, um património que, por herança ou doação, permanece, na sua constituição e geografia, na órbita familiar e cuja evolução e destino final não conseguimos perscrutar por não conhecermos o seu testamento.

Carreira eclesiástica

Estêvão Anes fez toda a sua formação na Sé de Braga, da qual é cónego provavelmente desde 1244, seguramente desde os começos dos anos 50. Nessa qualidade, dobrada da de *clericus regis*, aparece na corte de Afonso III desde 1251. Como cónego da Igreja de Braga, foi *clericus* do arcebispo D. João Viegas de Portocarreiro (desde 1253). Por este foi nomeado, neste ano, reitor da igreja de Santa Maria da Palmeira. Posteriormente, terá feito estudos superiores em Bolonha (talvez entre 1262 e 1268). Se não é o mestre Estêvão, físico do rei, que surge na corte em 1265, é seguramente o mestre Estêvão Anes de Vasconcelos que registamos em 1268. Surge também, em simultâneo, como arcediogo de Braga e como vigário do arcebispo (1273-1274), nomeadamente no período em que esteve eleito Pedro Juliães, de quem surge, por vezes, como procurador. É, aliás, nessa qualidade de “Mestre Estêvão arcediogo e vigário de Braga”, incluído no grupo dos *clerici regis*, que compõe o conjunto dos 35 *correctores* nomeados por

Afonso III, nas Cortes de Santarém de 18 de dezembro de 1273, para emendar os agravamentos feitos ao clero, nobreza e concelhos (*ChAfIII*, lv. 1, n.º 590; lv. 3, n.º 6). Chegou, ainda, a deão de Braga, ao mesmo tempo que foi capelão do papa Honório IV (1285-1287).

Não é, porém, na sua diocese que Estêvão Anes de Vasconcelos atingirá o cume da hierarquia. Essa plenitude do sacerdócio, a ordenação episcopal, alcançá-la-á na diocese de Lisboa, da qual será pastor e *princeps* entre maio de 1286 e, pelo menos, agosto de 1287. Dir-se-ia que se trataria de uma provável recompensa por ter sido clérigo do rei e seu conselheiro durante longos 35 anos, se alguma vez tivesse surgido na documentação da chancelaria de D. Dinis como seu *clericus* ou conselheiro, tal como o foi de Afonso III, entre 1251 e 1279 (provado documentalmente pelo menos até 1274), e se, à morte do bispo D. Mateus a 19 de Setembro de 1282 (EUBEL, 1913-1914: I, 506), não tivesse sido entretanto eleito o chanceler Domingos Anes Jardo, candidato régio.

Surge este como bispo eleito pelo menos entre julho de 1283 e janeiro de 1284 (TT, *Ch. Dinis*, lv. 1, f. 79 e 90). Porém, em 24 de julho de 1284, 19 de setembro de 1285 e 11 e 24 de maio de 1286, a Sé é referida como estando vaga (TT, *Ch. Dinis*, lv. 1, f. 110, 149, 163v e 169). Assim sendo, ter-se-á equivocado Hermínia Vilar quando aponta como balizas do episcopado de D. Estêvão Anes 1282-1290, tanto mais que afirma, em outro momento, que cerca de 1283 Domingos Anes Jardo tentara ser eleito bispo de Lisboa (VILAR, 2001: 603 e 591). Também não tem razão D. Rodrigo da Cunha quando afirma que D. Estêvão Anes é o bispo de Lisboa entre 1284 e 1290, muito embora tenha tido o cuidado de prevenir que “nos não podemos com certeza persuadir, que na realidade o aja sido algum tempo (...) até D. Domingos Jardo entrar nella pacificamente...”. Refere ainda tempos de simultaneidade de governo da diocese por D. Estêvão Anes e de *sede vacante*. Conquanto nos falhe a documentação da Sé de Lisboa, a documentação régia e as bulas pontifícias que aqui minuciosamente analisamos contrariam aquelas afirmações. Como parecem também contradizer a proposta de que “Dom Estevão Annes na realidade foy eleito bispo, por morte de Dom Matheus, em competência de Dom Domingos Jardo (...) [mas a eleição] de Dom Estêvão se veyo finalmente a dar por nulla pelo Summo Pontifice, passando letras a Dom Domingos Anes Jardo” (CUNHA, 1642: 196v-197v). Ou ainda a afirmação de que Estevão Anes se trata de um “bispo muito duvidoso” (FREIRE, 1996: I, 339).

Não há dúvida que a eleição de Domingos Anes não foi confirmada, vindo a diocese a ser provida, por iniciativa pontifícia, por alguém muito próximo da cúria papal – justamente por D. Estevão Anes de Vasconcelos, capelão do papa (FARELO, 2003: I, 83-84).

Desaparecido da documentação régia desde 1274, sendo arcediogo e vigário de Braga, surge como deão desta diocese em 1286. Mencionado também, neste mesmo ano, como capelão do papa (tê-lo-ia sido antes?), é de admitir que possa ter acompanhado, ou sido chamado à corte pontifícia em 1275 por Pedro Juliães, então eleito cardeal e, depois, papa. É a este deão de Braga e capelão do papa que Honório IV outorga carta de provimento como bispo de Lisboa, pela bula *In supreme potestatis*, de 31 de maio de 1286 (*LES REGISTRES D'HONORIUS IV*, 1888: col. 357, n.º 504; *DOCUMENTOS DE HONÓRIO IV*, 2015: 119-120, n.º 71). Diz fazê-lo porque o seu antecessor, o papa Martinho IV, reservara a eleição do bispo desta diocese, em virtude de ter falecido em Roma o seu prelado D. Mateus. Além desta bula dirigida ao próprio bispo, foram remetidas bulas idênticas ao cabido de Lisboa, ao clero e ao povo da cidade e da diocese, para prestarem obediência ao bispo. E foram, também, enviadas ao arcebispo de Compostela para proteger o eleito e a sua Igreja (*DOCUMENTOS DE HONÓRIO IV*, 2015: 120-124, n.º 72-75).

Declara ainda o papa que, tendo em atenção a conveniente organização da Igreja de Lisboa, para que esta não ficasse sujeita aos incômodos de uma vacância mais prolongada, e almejando que a ela presidisse um pontífice de cujos méritos tivesse notícia certa, o escolheu a ele, então deão da Igreja bracarense e seu capelão. Justamente porque, a seu juízo, a tranquila e diuturna convivência de Estêvão Anes de Vasconcelos junto da Sé Apostólica tornara patente e permitia o conhecimento da sua ciência das letras, da sua limpeza de vida, da honestidade dos seus costumes e da sua prudência nos assuntos espirituais e temporais. Certo, pois, em termos da bula, que cuidaria diligentemente do rebanho do Senhor, o colocou a presidir, como bispo e pastor, à dita Sé de Lisboa, com a segurança de que a mesma Igreja, por obra de Deus e pelo cuidado da sua diligência e circunspeção, seria preservada de prejuízos e faria progressos nos assuntos materiais e espirituais.

O conhecimento do estado da diocese e das muitas obrigações e despesas que sobre ele impendiam terá obrigado Estêvão Anes a pedir logo ao papa permissão e aval para contrair um empréstimo (*mutuum*) até 1500 libras tornesas em seu nome e da sua Igreja. Tocado pelas suas preces e tendo em conta, uma vez mais, a sua “diligência e circunspeção”, autorizou-o, por carta de 13 de junho de 1286, a contrair o referido *mutuum*, competindo-lhe a ele e aos bispos seus sucessores, à sua Igreja e aos seus bens, presentes e futuros, o ónus da satisfação daquela dívida (BNF, *Ms. Latins*, n.º 9261, n.º 63).

Em documento régio de 20 de agosto de 1286, já o bispo de Lisboa (ainda que sem registo do nome) surge como confirmante (TT, *Ch. Dinis*, lv. 1, f. 174v:

episcopo Ulixbonense confirmante), enquanto, como “Dom Stevam bispo de Lixbôa” confirma documentos régios em 18 de dezembro de 1286, 22 de julho e 9 de agosto de 1287 (TT, *Ch. D. Dinis*, lv. 1, f. 189v, 205v e 207v), o que permite pressupor que D. Dinis aceitou a confirmação pontifícia de D. Estêvão Anes de Vasconcelos como bispo de Lisboa (FARELO, 2003: I, 84).

Depois de um percurso ascendente, na Igreja e na cúria régia, onde o parentesco, por consanguinidade e por afinidade, diria o nepotismo, no seu sentido etimológico e não apenas, teve uma influência relevante, que, com o favor régio, terá culminado na sua eleição para bispo, não posso deixar de estranhar o facto de, como tal, não nos ter ficado qualquer outra memória, que não fosse a da confirmação, nessa qualidade, de documentos régios.

Recordamos que o Marquês de Abrantes identifica, erradamente, o selo do bispo de Coimbra D. Estêvão [Anes Brochado] como de Estêvão Anes de Vasconcelos (TÁVORA, 1983: 224, n.º 268), atribuindo, inexplicavelmente, ao documento a data de 6 de outubro de 1284 quando é de 6 de outubro de 1304 (TT, *Sé de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 22, n.º 960). Curiosamente, neste como em outros selos daquele bispo, em melhor estado de conservação (MORUJÃO, 2010: 657, fig. 38), além da representação do bispo munido do báculo e da mitra, símbolos do seu poder, dando benção com a mão direita erguida, figura o brasão de armas, o que constitui uma novidade entre nós (SARAIVA, MORUJÃO E SEIXAS, 2014: 175-176). Um brasão de armas constituído por faixas veiradas e contra-veiradas, sem cores mas semelhantes às dos Vasconcelos (ainda que não entreveja as ligações entre as duas famílias), que traiu, talvez, o Marquês de Abrantes! Tratar-se-á de um brasão de armas da própria diocese de Coimbra, já antes inscrito (pela primeira vez?) na pedra do túmulo de D. Tibúrcio, ladeando as armas de Portugal (SARAIVA, MORUJÃO E SEIXAS, 2014: 166-167)?

Além de tudo o mais, não se possui o testamento de Estêvão Anes. Se não morreu subitamente, tê-lo-á decerto feito, pois para tal rogou a autorização papal e a tanto, de certa forma, o obrigariam as condições do testamento de seu tio-avô Martim Martins da Cabreira. E o papa, atendendo a suas súplicas, pela bula *Quia presentis vite*, emitida em Roma (Santa Sabina), a 11 de fevereiro de 1287 (*LES REGISTRES D'HONORIUS IV*, 1888: col. 517, n.º 726; *DOCUMENTOS DE HONÓRIO IV*, 2015: 175, n.º 120), permitiu que pudesse livremente fazer testamento dos seus bens, adquiridos em qualquer lugar, que não através da Igreja ou das igrejas mas licitamente por outra via; dos bens móveis eclesiásticos colocados à sua disposição ou confiados à sua administração e que não fossem do altar ou altares das igrejas sob o seu ministério ou especialmente destinados a algum culto divino ou uso das mesmas igrejas; e dos bens móveis por ele licitamente adquiridos

através da Igreja ou igrejas. Destinados às despesas do seu funeral ou à remuneração daqueles que o serviram em vida, consanguíneos ou outros, de acordo com o mérito do seu serviço, e, também, para usos lícitos e piedosos, deduzidas primeiramente as dívidas da sua Igreja, para que não ficasse a elas obrigada. Advertia, tão-só, para que, ao dispor desses mesmos bens eclesiásticos, se mostrasse liberal, de acordo com o quantitativo remanescente, para com as igrejas das quais os recebera, segundo o ditame da sua consciência e o que considerasse conveniente à salvação da sua alma.

Atestando-se, ainda, a sua presença na corte régia seis meses depois, em agosto de 1287, só podemos aventar que pudesse estar doente e/ou com intenção de resignar ao seu cargo, quando solicitou a autorização para dispor dos seus bens.

Não chegou, porém, até nós o seu testamento. Faleceu depois de 9 de agosto de 1287, data do último documento em que é mencionado como confirmante. Sabemos que em 13 de agosto de 1288 a Sé de Lisboa está vaga (TT, *Ch. D. Dinis*, lv. 1, f. 239-241). O óbito de Estêvão Anes não se encontra registado na *Hierarchia Catholica* e não o detetámos nos obituários que consultámos. Desconhece-se exatamente quando e onde morreu ou onde está tumulado. Podemos perguntar-nos: no mosteiro de Rendufe, do qual a linhagem dos Vasconcelos era patrona? Em Braga, como seu tio-avô Estêvão Soares da Silva? Em Lisboa? Por Roma?

Depois de um verdadeiro *cursus honorum* eclesiástico, de um indesmentível reconhecimento das suas qualidades e competências por parte do papa, subsistemo-nos, afinal, acerca de Estêvão Anes de Vasconcelos, um conjunto de estranhas e, ainda, inexplicáveis circunstâncias: episcopado curto, labor de governo da diocese obscuro, testamento ignorado, ignota data da morte e desconhecimento de local de sepultura.

LEONTINA VENTURA

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: *CENSUAL*, 1924; *ChAflII*; COSTA, 1962; CUNHA, 1642; *DOCUMENTOS DE HONÓRIO IV*, 2015; *LIVRO DE BENS*, 2003; *PMH-Inq.*; *PMH-Inq. Dinis*; *LES REGISTRES D'INNOCENT IV*, 1884; *LES REGISTRES D'HONORIUS IV*, 1888; *TESTAMENTA*, 2010; **Estudos:** AZEVEDO, 1904; AZEVEDO, 2000-2001; AZEVEDO, 2000-2002; BARROCA, 1989; CALDERÓN MEDINA E FERREIRA, 2013; COSTA, 2005; EUBEL, 1913-1914; FARELO, 2003; FERNANDES, 2001; FREIRE, 1996; GARCÍA Y GARCÍA, 1992; HOMEM, 1998; JORGE [ET AL.], 2005; MARQUES, 1990; MORUJÃO, 2010; NORTE, 2013b; PEREIRA, 1964-1966; PIZARRO, 1999; RODRIGUES [ET AL.], 2005; SARAIVA E MORUJÃO, 2012; SARAIVA, MORUJÃO E SEIXAS, 2014; SHWINGES, 1992; SILVA E RAMÔA, 2009; TÁVORA, 1983; VENTURA, 1992a; VENTURA, 2000; VILAR, 2001.

NOTAS FINAIS DE AGRADECIMENTO:

1. Agradeço publicamente a Santiago Domínguez Sánchez a gentileza e prestimosa ajuda, ao digitalizar e enviar-me as bulas de Honório IV referentes a Estêvão Anes de Vasconcelos, pois não havia chegado a Portugal a sua última publicação.
2. Agradeço penhorada ao meu Colega e Amigo Fernando Taveira da Fonseca o auxílio prestado na tradução das bulas aqui utilizadas.
3. A fim de conseguir eventuais indicações sobre o testamento ou sobre o túmulo de D. Estêvão, recorri a vários Colegas e Amigos, das Universidades do Porto, Lisboa e Évora, na expectativa de, por via dos seus âmbitos de investigação (nobreza ou clero do tempo de D. Dinis, cabido da Sé de Lisboa, epigrafia, tumulária, etc. etc.) terem podido já encontrar qualquer referência ao testamento ou ao túmulo de Estêvão Anes de Vasconcelos. Não podendo deixar de particularizar o apoio prestado (e concretizado) por Mário Farelo, os demais, muito embora não tenham conseguido ajudar, foram todos inexcedíveis no esforço desenvolvido, pesquisando nas suas obras, nos seus ficheiros ou bases de dados. Bem-hajam pela disponibilidade e solidariedade oferecidas.

DOMINGOS ANES JARDO

(1289-1293)

A 7 de outubro de 1289, Nicolau IV transferia para a diocese de Lisboa o então bispo de Évora, D. Domingos Anes Jardo (*DOCUMENTOS DE NICOLAS IV*, 2009: 250-254; COSTA, 1987: 394-395 e EUBEL, 1935-1978: I, 506). Com esta transferência, o papa fechava um ciclo na vida de D. Domingos, assegurando-lhe o lugar de prelado na diocese que, já no início dos anos 80 tinha procurado, sem sucesso, obter após a morte de D. Mateus (1282). Então, em maio de 1286, Honório IV tinha preferido Estêvão Anes de Vasconcelos (EUBEL, 1935-1978: I, 506; *LES REGISTRES D' HONORIUS IV*, 1888: col. 357, n.º 505), deão de Braga e capelão pontifício, acabando D. Domingos por assumir o lugar de bispo de Évora (1286-1289).

Pelo meio, tinham ficado alguns anos de disputa ou, pelo menos, de expectativa por parte de D. Domingos. Possivelmente eleito para Lisboa nos primeiros meses de 1283 ou nos últimos meses de 1282, após a morte de D. Mateus, em setembro deste último ano (EUBEL, 1935-1978: I, 506), Domingos Anes é identificado na chancelaria régia como bispo eleito de Lisboa, pelo menos, entre fevereiro de 1283 e janeiro de 1284 (TT, *Ch. D. Dinis*, lv. 1, f. 66, 76v-78v e 88-90).

Estas referências incluídas na chancelaria revelam, por um lado, o decorrer normal, e quase sempre relativamente longo, de um processo de confirmação papal e, por outro, a aparente concordância régia com esta eleição.

Com efeito, D. Dinis não podia então ver com maus olhos a eleição do seu chanceler para bispo de Lisboa. Pelo contrário essa escolha consagraria uma carreira

Domingos Anes Jardo

?	Nascimento
Final 1282/início 1283-1284.1	Eleito de Lisboa
1284-1285	Eleito de Évora
1285-1289	Bispo de Évora
1289-1293	Bispo de Lisboa
1293.12.16	Morte

eclesiástica construída junto ao poder régio e permitiria colocar num posto-chave da estrutura diocesana alguém em quem D. Dinis devia, inevitavelmente, confiar.

Contudo, a decisão papal não foi nesse sentido e, mesmo antes da nomeação formal de Estêvão Anes por Honório IV, D. Domingos parece estar já na posse da diocese de Évora.

O que aconteceu no entretanto nem sempre é muito claro.

Aquando da nomeação de Estêvão Anes para Lisboa, Honório IV refere uma reserva feita pelo anterior pontífice, Martinho IV, em virtude de D. Mateus ter falecido na Cúria, legitimando assim a sua decisão. É bastante provável que, com a nomeação de Estêvão Anes de Vasconcelos em 1286, Honório IV tenha preferido favorecer alguém que tinha uma carreira ou uma proximidade à Cúria (FARELO, 2003: I, 84), como era o caso de Estêvão Anes e tal como o seu título de capelão pontifício revela. Mas é também possível entrever nesta escolha a influência de um ambiente ainda toldado pela dissensão que continuava a marcar as relações dos reis portugueses com o clero e com a Cúria, desde 1267, e uma subtil intenção papal de não colocar em algumas dioceses consideradas centrais, eclesiásticos cuja lealdade se desenhava, possivelmente, mais em função do rei do que da cúria (COSTA, 1990b: 285).

O próprio facto do papa não ter enviado ao rei a usual carta de recomendação dos novos bispos e que acompanhava as missivas dirigidas ao cabido e à diocese, reflete a animosidade que caracterizava as relações entre a realeza portuguesa e o papado antes dos acordos de 1289 e como o papa tentava, nestes meses iniciais de 1286, pressionar Dinis a avançar com o processo de conciliação.

Fosse por uma ou outra destas razões ou em função de ambas, a verdade é que, a partir de 1284, D. Domingos surge como bispo de Évora (EUBEL, 1935-1978: I, 236) e o bispado de Lisboa permanece vago nas referências incluídas na chancelaria dionisina.

Com efeito, o primeiro documento régio que o refere como eleito de Évora é de 24 de junho de 1284 (TT, *Ch. D. Dinis*, lv. 1, f. 108v-110). De acordo com Eubel, a sua nomeação é de 24 de março de 1285 mas estaria eleito desde 17 de junho de 1284. A confiar nestas datas, a chancelaria régia, sob o comando do próprio D. Domingos, não tinha tardado muito a reconhecer o estatuto de eleito de Évora. Contudo, caberá precisar que, entre a morte de D. Durando, anterior bispo de Évora, em 2 de abril de 1283 e a eleição de D. Domingos existe um hiato superior a um ano, durante o qual pouco se sabe sobre os trâmites processuais que teriam tido lugar nesta diocese.

Este seria, contudo, um afastamento provisório para D. Domingos Anes Jardo. Já nos últimos anos da sua vida viria, de novo, a conflitar sobre o acesso

ao episcopado de Lisboa, desta feita com sucesso. Seria como bispo de Lisboa que viria a morrer em dezembro de 1293 (EUBEL, 1935-1978: I, 506).

Para trás ficava um longo mas também, poderíamos dizer, linear percurso onde o saber, a lealdade e o serviço ao poder real, bem como a integração nos círculos políticos do final de Duzentos, se conjugaram de forma modelar.

Os primeiros anos

Pouco se sabe sobre as origens familiares ou sociais de D. Domingos Anes Jardo. D. Rodrigo da Cunha menciona e exalta as suas origens humildes (CUNHA, 1642: 200-201v), realçando a longa, embora distante, proteção dispensada à sua família e relata o reencontro, emotivo, do então bispo de Évora com a mãe, na sua aldeia de origem, em Jarda, localidade de onde viria o seu último nome.

Embora a veracidade do relato de D. Rodrigo da Cunha seja difícil de confirmar, os dados subsequentes sobre o seu percurso pouco ou nada nos elucidam sobre os primeiros anos da sua vida.

Frei Tomás da Encarnação, retomado por Mário Barroca (BARROCA, 1999: II/1, 1054 -1056), menciona uma lápide existente no mosteiro de São Vicente e alusiva à sepultura de sua mãe e avó. Nessa lápide, constaria o ano de 1286, que Mário Barroca considera poder ser o da trasladação dos corpos para o mosteiro, sendo já Domingos Anes Jardo bispo de Évora. Mas nada mais é dito sobre a identificação destas duas progenitoras de D. Domingos.

Mais recentemente, Saul Gomes propôs que D. Domingos tivesse crescido à sombra da proteção de seu tio, Martinho Miguéis, prior de São Jorge de Coimbra (GOMES, 2011b). Dada a ligação do mosteiro de São Jorge à corte portuguesa, atestada já para os reinados dos primeiros monarcas, é possível que, a ser verdadeira, esta ligação explique, em parte, a proximidade a D. Afonso III que, desde cedo, D. Domingos parece protagonizar. Com efeito, é a partir do final dos anos 60 do século XIII que o seu nome começa a ser referido na documentação régia.

Não raras vezes, a entrada de um clérigo, a quem o nascimento nobre não distinguia de forma particular, nos círculos políticos régios fazia-se através da influência de um parente próximo. Noutros casos, o saber servir e a distinção dada por uma formação superior poderiam colmatar a ausência de um enquadramento familiar.

Estes processos de ascensão social que parecem, no contexto da sociedade medieval, centrar-se na sua maioria em torno das carreiras eclesiásticas, refletem, de forma cabal, o papel da Igreja não apenas enquanto instituição reguladora do espaço social mas também enquanto instituição garante de alguma mobilidade social e por consequência da estabilidade das hierarquias dominantes.

No caso de D. Domingos Anes, o seu percurso poderá ter beneficiado de vários destes fatores. Entre as primeiras menções ao seu nome na documentação régia e a data da sua morte, 1293, medeiam pouco mais de 20 anos, tempo necessário para que D. Domingos Anes Jardo traçasse um percurso que o conduziu de cônego de Évora a bispo de Lisboa, conselheiro de D. Afonso III e chanceler de seu filho D. Dinis.

Com efeito, não sabemos com que idade faleceu nem em que fase da sua vida se aproximou dos círculos régios.

D. Rodrigo da Cunha, mais uma vez, no contexto do diálogo travado entre mãe e filho e antes que este se revelasse a sua mãe, coloca na boca materna a confissão de que ele teria saído de casa ainda menino, devendo então, por essa altura, ter mais de 55 anos se fosse vivo (CUNHA, 1642: 200v). Idade, sem dúvida, provecta e que faria de sua mãe uma personagem declaradamente idosa para os parâmetros medievais.

Supondo, pois, que esta referência de D. Rodrigo da Cunha, provavelmente imaginada por força da necessidade de construir uma explicação para a origem desconhecida de uma personagem central dos círculos régios de D. Afonso III e de D. Dinis, não tenha um conteúdo real, será lícito, contudo, pensar que D. Domingos seria um eclesiástico de alguma idade quando atingiu o lugar de prelado de Évora.

Para trás tinham ficado, no caso de D. Domingos, os anos de serviço ao rei, sobre os quais adiante falaremos, e uma possível formação ou frequência de estudos.

Uma tradição pouco documentada mas veiculada também por D. Rodrigo da Cunha e repetida por autores como Alcântara Guerreiro (GUERREIRO, 1971: 20), colocam-no como estudante na Universidade de Paris, para onde teria ido em busca da formação que haveria de fazer em Direito Canónico.

Mário Farelo propõe, contudo, que a sua formação tenha decorrido em Salamanca, com base na menção constante a um Domingos Anes, identificado como sendo cônego de Évora, no testamento do cônego bracarense João Fernandes de Urgeses (*TESTAMENTA*, 2010: 121-124), testamento esse feito em Salamanca em 1270. A indicação do seu nome no contexto de um grupo mais alargado de eclesiásticos, como é o caso de Paio Domingues e de Vicente Anes, também eles cônegos de Évora e dados como testemunhas do documento, vem cimentar a afirmação deste autor no sentido da inclusão do futuro bispo de Lisboa como estudante da Universidade salamantina (FARELO, 2013a: 188).

Embora esta seja uma possibilidade viável, tendo em conta a atração exercida pela Universidade de Salamanca sobre os escolares portugueses (SERRÃO,

1962), é também verdade que poucos ou nenhuns são os dados que nos permitem afirmar a posse de uma formação superior por parte de D. Domingos Anes.

Nem a posse de livros legados pelo seu antecessor D. Durando e mencionados no seu testamento, nem mesmo a proteção que protagonizou aos estudantes da recém-criada Universidade de Lisboa nos permitem inferir essa conclusão, pelo que o trajeto seguido enquanto estudante ou os graus obtidos permanecem como algo desconhecido.

Entre o serviço ao rei e a carreira eclesiástica

As primeiras referências relativas ao percurso eclesiástico de D. Domingos Anes Jardo indicam-no como cônego de Évora em 1262 (VILAR, 1999: 61-66 e TT, *Sé de Coimbra*, 2.^a inc., mc. 7, n.º 357), seguindo, aliás, o que é dito por D. Rodrigo da Cunha ao mencionar que o primeiro benefício detido teria sido uma conezia na diocese eborense (CUNHA, 1642: 199). A obtenção deste lugar teria ocorrido algures no decurso da década de 60 do século XIII e, desde pelo menos 1270, o seu nome integra o grupo de clérigos do rei que testemunham muita da documentação de D. Afonso III (VENTURA, 1992a: II, 1046). Alguns anos mais tarde, em 1272, receberia ainda a igreja de Penas Róias (conc. Moga-douro) da mão do monarca D. Afonso III, que para ela o apresentou (*ChAflIII*, lv. 1, n.º 541).

Mas este título de clérigo do rei, que o acompanhará até à sua nomeação para bispo de Évora, marcaria não tanto o desempenho de funções específicas junto ao monarca mas atestava antes o favorecimento de que era objeto por parte do rei e a existência de uma relação de dependência para com o poder real. Não sendo um estatuto exclusivo, tendo em conta a sua partilha por um número relativamente numeroso de clérigos contabilizados ao longo de um reinado (VILAR, 2014: 153-156), a verdade é que este grupo parece ganhar centralidade e dimensão a partir do reinado de D. Afonso III, após o qual estas personagens surgem de forma recorrente como testemunhas ou confirmantes dos documentos régios exarados e muitos deles encontrarão no desempenho deste lugar uma plataforma para a posse de outros benefícios.

Contudo, os anos 70 do século XIII representarão, para as relações entre o rei D. Afonso III e o clero secular, um período particularmente conturbado. Na sequência da partida da maior parte dos bispos das dioceses portuguesas para a Cúria, com a exceção do bispo de Lisboa, D. Mateus e do bispo de Évora, D. Durando, em 1267, iniciar-se-á uma longa fase de conflito marcada por momentos de maior ou menor oposição entre os dois poderes, mas acompanhada por um longo período de interdito ao qual o reino esteve sujeito.

Neste contexto de oposição entre prelados e rei, D. Domingos Anes continuará a surgir no escatocolo de muitos documentos régios como testemunha e será uma presença atenta em muitos dos momentos que irão pontuar esta década.

Um dos momentos melhor documentados consiste na chamada segunda legacia de frei Nicolau a Portugal em 1277 (MARQUES, 1990: 408-413). Enviado a Portugal por João XXI com a incumbência de tentar resolver o conflito entre D. Afonso III e os bispos de Portugal, levando o primeiro a acatar algumas das orientações papais, frei Nicolau será uma presença assídua na corte entre os primeiros meses de 1277 e agosto do mesmo ano (MARQUES, 1990: 408-413). As atas desta legacia, publicadas por Maria Alegria Marques, constituem um documento chave para o conhecimento da figura de D. Afonso III mas basilares também para a análise da sua política no relacionamento com a Igreja (MARQUES, 1990: 525-573).

Apesar do elevado número de encontros entre o rei e frei Nicolau, realizados no paço de Lisboa, os resultados ficaram bastante aquém daquelas que seriam as pretensões do legado papal, mas ficariam igualmente aquém do que o próprio monarca pretendia obter.

Encontros que eram presenciados por um grupo numeroso de nobres e de clérigos, cujos nomes vêm mencionados nas atas e do qual faz parte, amiúde, o nome de D. Domingos.

Com efeito, o então clérigo e conselheiro do rei, tal como esta documentação dos anos finais do reinado de D. Afonso III o identifica, revelando uma crescente proximidade ao monarca, testemunha alguns dos momentos de maior confronto entre o rei e frei Nicolau, nos quais a afirmação do poder régio, fosse pela via do adiamento estratégico das resoluções, fosse pela recusa clara em dialogar, tal como é afirmado por D. Afonso III nos últimos dias, se impõe. E se essa presença, aparentemente indefetível, junto ao rei parece colocá-lo no lado oposto ao dos prelados exilados na Cúria, a verdade é que a dureza e a ferocidade que perpassam pelo relato da legacia não terão sido estranhas nem indiferentes ao clérigo que então se formava no serviço ao rei.

A morte de D. Afonso III surpreende-o no estatuto de clérigo e conselheiro do rei. A confiar no relato de frei António Brandão, D. Domingos teria feito parte do grupo de eclesiásticos que tinham acompanhado o monarca D. Afonso III na última fase da sua vida, tendo estado presente ao arrependimento do rei e à exortação feita a D. Dinis para que cumprisse as suas últimas disposições em relação à Igreja (BRANDÃO, 1974-1980: IV, 254- 255v e VENTURA, 2006a: 159-160). Proximidade que explica a aparente continuidade de carreira que ultrapassa a mudança de reinado e encontra clara e pacífica sequência nos primeiros anos do reinado de D. Dinis.

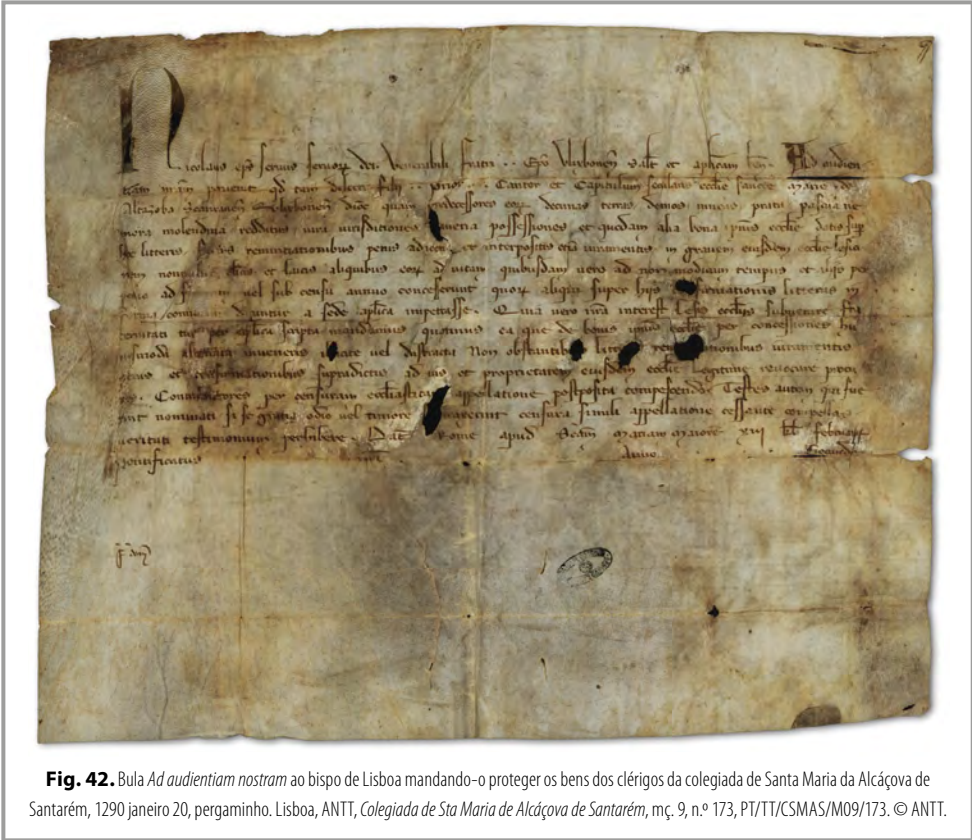


Fig. 42. *Bula Ad audientiam nostram* ao bispo de Lisboa mandando-o proteger os bens dos clérigos da colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, 1290 janeiro 20, pergamimho. Lisboa, ANTT, *Colegiada de Sta Maria de Alcáçova de Santarém*, mc. 9, n.º 173, PT/TT/CSMAS/M09/173. © ANTT.

Anselmo Braamcamp Freire refere ainda que D. Domingos teria sido preceptor de D. Dinis, mas nenhuma outra indicação permite confirmar essa ligação (FREIRE, 1996: I, 151-152).

Ao contrário do que menciona D. Rodrigo da Cunha, D. Domingos Anes não terá sido nomeado chanceler logo após a morte de D. Estêvão Anes, chanceler de D. Afonso III, mas apenas em 1281, após uma curta passagem de D. Pedro Martins por este lugar. E manteve este título até cerca de 1290-1291 (VILAR, 2016).

Aliás, em 1284, na sequência de uma carta régia de 1283 através da qual o jovem monarca tinha revogado todas as doações feitas desde o início do reinado, D. Dinis reitera a doação já feita da chancelaria a D. Domingos Anes Jarde, com o objetivo de que não surgissem dúvidas sobre a posse legítima desse lugar por parte de D. Domingos. Aproveita ainda esta confirmação para acentuar que lhe cabia igualmente a posse de todos os préstamos ligados à chancelaria, à semelhança do que tinha sido detido por Estêvão Anes, chanceler de D. Afonso III (TT, *Ch. D. Dinis*, lv. 1, f. 92).

Foi igualmente em 1284, como já referimos, que D. Domingos foi escolhido para a diocese de Évora e aí permaneceu até 1289, ou seja, até à morte de Estêvão Anes de Vasconcelos.

Em outubro deste ano, é postulado pelo cabido de Lisboa, numa eleição novamente disputada, desta feita com D. Pedro, cónego de Coimbra e anterior chanceler. D. Domingos terá agora o favor do papa, que o transfere para a diocese olisiponense em Outubro de 1289, como já foi referido, enquanto D. Pedro, seu opositor, é nomeado para a diocese de Évora.

D. Domingos permaneceu bispo de Lisboa até à sua morte.

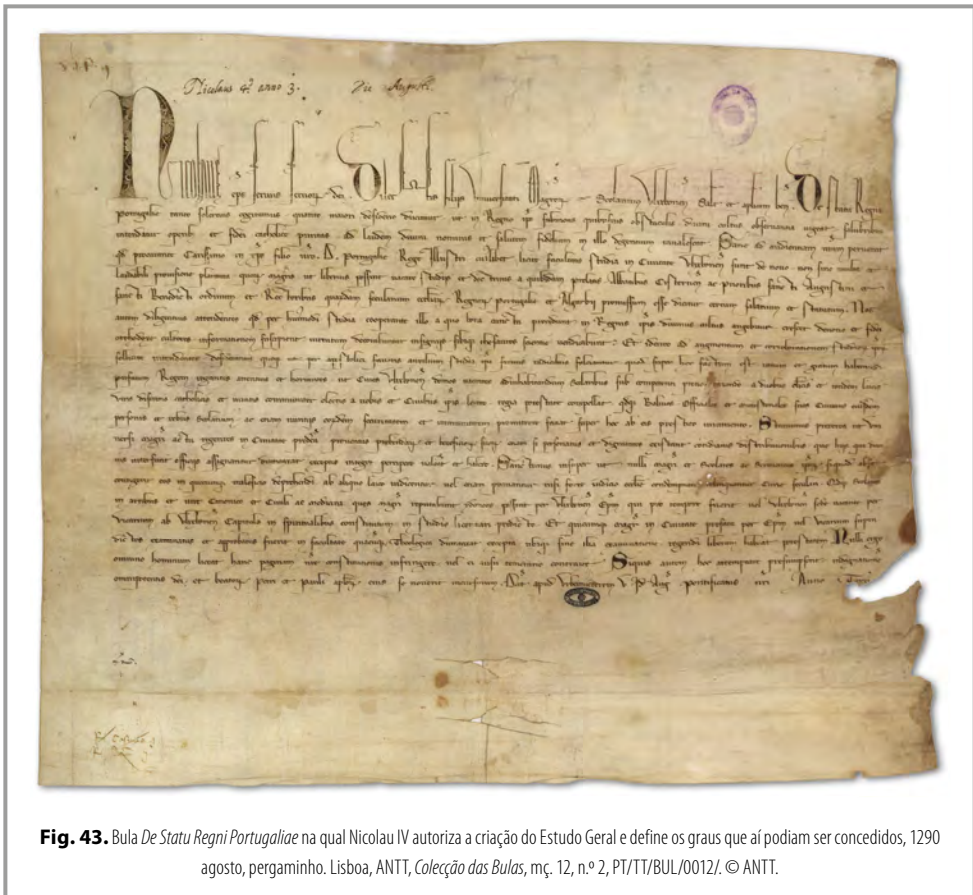
D. Domingos Anes Jardo e a Universidade

Em abril de 1291, Domingos Anes Jardo instituía o hospital dos Santos Paulo, Elói e Clemente, na freguesia de São Bartolomeu em Lisboa, determinando a manutenção de seis estudantes pobres assim repartidos: dois de Direito e Teologia e quatro de Gramática, Lógica, Filosofia Natural e Medicina. Este documento de instituição que, à semelhança de outros coevos, dispunha, com pormenor, a organização interna do hospital, as refeições e a roupa que deveria ser entregue a cada um dos moradores no dito hospital, tem sido, contudo, objeto de uma particular atenção dada a sua ligação à história da Universidade em Portugal (*CUP* I: 16-20, n.º 8).

Contudo, esta instituição de 1291 poderá não ter sido a única, ou melhor, a que originalmente D. Domingos terá feito nas suas casas situadas na freguesia de São Bartolomeu.

Com efeito, em agosto de 1284, D. Dinis emitia uma carta de proteção ao hospital fundado por D. Domingos nas suas casas de Lisboa em honra de Santa Maria, mãe do Salvador e de todos os Santos (TT, *Ch. D. Dinis*, lv. 1, f. 110-110v). Alguns meses mais tarde, em junho de 1285, de novo o monarca retomava o hospital fundado por D. Domingos, mencionando que a sua fundação tinha sido feita por alma de seu pai, D. Afonso III, da sua e do bispo, pelo que o autorizava a comprar bens destinados ao hospital, contornando assim as leis de desamortização (TT, *Ch. D. Dinis*, lv. 1, f. 139v). Ainda em 1286, D. Dinis doava o padroado da igreja de São Bartolomeu ao hospital fundado por alma de seu pai e da sua (TT, *Ch. D. Dinis*, lv. 1, f. 161). Todas estas doações apontam no sentido da existência, já no final dos anos 80 do século XIV, de um hospital fundado por D. Domingos.

Entretanto, em novembro de 1288, um grupo de eclesiásticos solicitava a Nicolau IV a autorização para a utilização das rendas dos mosteiros e igrejas no pagamento dos mestres e doutores que viessem a fazer parte do Estudo Geral a



ser criado em Lisboa por D. Dinis, a pedido dos mesmos eclesiásticos (CUP I: 6-7, n.º 2). Autorização que viria a ser dada, em agosto de 1290, pela bula *De Statu Regni Portugaliae*, na qual Nicolau IV autorizava a criação do Estudo Geral e definia os graus que aí podiam ser concedidos (CUP I: 12-14, n.º 6 e NORTE, 2013a: 149-186).

É possivelmente na sequência desta bula que o hospital anteriormente fundado por D. Domingos parece sofrer uma assinalável alteração. Invocando, mais uma vez, a memória do rei D. Afonso III e a proteção de D. Dinis, e procurando, talvez, responder às preocupações papais no sentido de ser concedido apoio aos estudantes desse Estudo, Domingos Anes Jarde estabelece, em abril de 1291, a obrigatoriedade do apoio a seis estudantes de diferentes áreas e muda o orago de referido hospital. Dedicando-o então aos santos Paulo, Elói e Clemente e a Todos os Santos, destina-lhe todos os seus bens à hora da morte e estabelece as

condições que deviam reger o seu funcionamento. Assim, dedicou 200 libras anuais à manutenção dos seis estudantes pobres, se bem que de forma desigual. A cada um dos dois estudantes de Direito e Teologia caberia 50 libras e a cada um dos restantes quatro estudantes 25 libras anuais, pelo prazo máximo de cinco anos. Com estes seis estudantes deveriam ainda viver dez sacerdotes, encarregues da celebração diária, e outros tantos pobres.

Definiu por fim a entrega da administração do referido hospital a Afonso Anes, cónego de Évora, eclesiástico que D. Domingos viria igualmente a nomear como seu testamenteiro, alguns meses mais tarde, evidenciando uma proximidade e uma confiança significativas.

Normalmente apresentado como um dos primeiros exemplos de uma fundação dedicada ao apoio de estudantes pobres (MARTINS, 2013: 44-47), o hospital instituído por Domingos Anes Jardo iria beneficiar, nos anos seguintes, do apoio papal, tal como é patente na bula de Bonifácio VIII (1294-1303) de 1295, a qual aprova a instituição do referido hospital com a obrigação de manter seis estudantes pobres, autorizados a pregar e a ouvirem confissões (*CUP* I: 27-28, n.º 14).

Mas também o próprio D. Domingos, enquanto bispo de Lisboa, privilegiaria o hospital em outubro de 1293, em data próxima à sua morte. Identificando-o como hospital e mosteiro, ao qual tinha entregue todos os seus bens adquiridos antes da sua nomeação como bispo de Évora e de Lisboa (*CUP* I: 26-27, n.º 13), D. Domingos autorizava os estudantes residentes neste hospital a pregarem e a ouvirem confissões em toda a diocese, realçando, contudo, que a outorga deste privilégio não implicava a revogação da anterior dádiva de 200 libras para a manutenção dos estudantes.

A preparação da morte

De acordo com o obituário da Sé de Lisboa, D. Domingos morreu no dia 16 de dezembro de 1293 (*CABIDO DA SÉ*, 1954: 315), e tanto no mosteiro de São Vicente de Fora como na sé de Coimbra eram celebrados aniversários por sua alma, no dia da sua morte (*OSVF*: 172 e *LIBER ANNIVERSARIORUM*, 1948: II, 311).

Mas, antes, preocupou-se com a preservação da sua memória e com o destino da sua alma. O testamento, redigido em 1291, reflete, de forma clara, essas preocupações.

O texto do documento chegou até nós pelas mãos de D. Rodrigo da Cunha. Publicado em português a partir de um original em latim, como refere este autor, o testamento terá sido redigido a 19 de dezembro de 1291, sendo já D. Domingos bispo de Lisboa (CUNHA, 1642: 206v-208).



Fig. 44. D. Domingos, bispo de Lisboa, e o seu cabido concertam-se com o mosteiro de São Vicente de Fora sobre a posse de uma horta, 1290 junho 23, pergaminho. Lisboa, ANTT, OCSA, *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1ª inc., mc. 4, n.º 19, PT/TT/MSVFL/1M04/19. © ANTT.

Ái dispõe de todos os bens de raiz que possuía antes de ser bispo de Lisboa em favor do hospital por ele fundado, nomeando como seus herdeiros os pobres, clérigos e leigos que nele habitassem. Escolhe ainda esta instituição para lugar da sua sepultura. Aliás Mário Barroca menciona uma inscrição funerária desaparecida mas referida por Tomás da Encarnação, que existiria no hospital de São Paulo, alusiva à sepultura de D. Domingos (BARROCA, 1999: II/1, 1104-1106).

Designa ainda o mesmo hospital como instituição depositária dos seus livros. Com efeito estes últimos mereceram uma particular atenção por parte do testador. Assim, legou o que mencionava serem os seus livros de Direito Canónico e Civil, bem como todas as súmulas, a dois parentes, Martim Mateus e Afonso Martins, com a condição de usufruírem deste legado apenas enquanto fossem vivos, devendo estes livros retornar ao hospital após as suas mortes. É possível supor que os dois parentes aqui referidos estivessem ligados ao ensino do Direito como estudantes, interesse que justificaria uma tal outorga. Tanto mais quanto um outro grupo de livros de Teologia, oriundos da livreria de D. Durando, seu antecessor em Évora, foi legado diretamente ao hospital.

enterrassem no adro, como
o ordena em hũa prouisão
sua, de dez de Nouembro,
era Mcccxxj. que são an-
nos de Christo 1293. sellada
com o fello de suas armas,
que tem de hũa parte a ima-
gẽ da virgem Senhora nos-
sa, com o menino Iesu nos
braços, & da outra hũa nao
com dous coruos.

(CUNHA, 1642: 2202 v)

"Nossa Senhora à direita e o navio com o corpo de S. Vicente à esquerda com uma letra «S. Vicentius» e dois homens com as luces, um para pegar e tirar o corpo do santo do navio, que parece seriam os priores de Santa Justa e de São Vicente de Fora, sobre o que houve contenda querendo-o cada um para si quando veio o santo a Lisboa" (AHMC, *Fundo dos Faros da Casa Vimieiro*, Pasta 4, f. 16v).

Fig. 45. Dois testemunhos de um selo perdido. Compilado por MARIA DO ROSÁRIO MORUJÃO.

Exemplo privilegiado dos circuitos descritos para muitas bibliotecas pessoais, esta última doação é ainda particularmente reveladora dos possíveis laços existentes entre estes dois eclesiásticos, bispos da diocese de Évora, possivelmente forjados ou, pelo menos, reforçados, nos meandros do serviço régio dos quais ambos participaram.

D. Domingos deu ainda atenção à partilha dos seus bens móveis por muitos daqueles que o tinham servido, bem como pelas instituições religiosas das quais esperava intercessão por sua alma. Vários foram, assim, os mosteiros e as igrejas contemplados, com realce para os cenóbios de Alcobaça, Santa Cruz de Coimbra e São Vicente de Lisboa e para as ordens militares, entre outros. A todos pediu aniversários por sua alma, pela do bispo D. Durando, seu antecessor em Évora, de D. Airas, bispo de Lisboa e de sua mãe e avó. Beneficiou ainda os seus familiares, como foi o caso de Pedro e João, identificados como filhos de Urraca, sua parente, bem como os seus criados; legou quantias significativas para o cumprimento de obras pias, como é o caso da redenção de cativos e manutenção de pontes. Privilegiou os pobres, as viúvas dos bispados de Évora e de Lisboa, as donzelas pobres e vários hospitais. E lembrou ainda todos os mosteiros da Estremadura e do Alentejo aos quais não tinha destinado um legado particular.

Ao longo do seu testamento mencionou, por várias vezes, o seu hospital de São Paulo, estipulando novas doações de dinheiro para a compra de bens de raiz e de leitos e entregando-lhe todos os bens móveis que viesse a ter na altura da morte, desde que não fossem bens pertencentes à diocese de Lisboa.

Terminou o seu testamento mencionando os seus testamenteiros, ou seja, aqueles que encarregava do cumprimento das suas vontades e, de novo, o eixo

do seu trajeto pessoal e eclesiástico assume uma particular centralidade. Nomeou Paio Domingues, deão de Évora, João Martins, cónego de Lisboa, Afonso Anes cónego de Évora e Airas Martins. A todos pediu que atuassem de acordo com o conselho de D. Dinis, prevendo ainda que, em caso de morte de um dos testamenteiros, este fosse substituído por mestre Bartolomeu, reitor da igreja de São Bartolomeu de Lisboa.

No final da sua vida, Domingos Anes Jardo reestruturava, através do seu testamento, os círculos institucionais e pessoais que tinham marcado o seu trajeto e construía uma memória da sua vivência.

HERMÍNIA VASCONCELOS VILAR

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: BRANDÃO, 1974-1980; *CABIDO DA SÉ*, 1954; *ChAflIII*; CUNHA, 1642; *CUP*; *DOCUMENTOS DE NICOLAS IV*, 2009; *LIBER ANNIVERSARIORUM*, 1948; *LES REGISTRES D' HONORIUS IV*, 1888; *OSVF*; *TESTAMENTA*, 2010; **Estudos:** BARROCA, 1999; COSTA, 1987; COSTA, 1990b; EUBEL, 1935-1978: I; FARELO, 2003; FARELO, 2013a; FREIRE, 1996; GOMES, 2011b; GUERREIRO, 1971; MARQUES, 1990; MARTINS, 2013; NORTE, 2013a; SERRÃO, 1962; VENTURA, 1992a VENTURA, 2006a; VILAR, 1999; VILAR, 2014; VILAR, 2016.

JOÃO MARTINS DE SOALHÃES

(1294-1313)

D. João Martins de Soalhães foi eleito bispo de Lisboa no início do ano de 1294, após um muito breve período de sede vacante, motivado pelo falecimento do seu anterior titular, D. Domingos Anes Jardo. Escolhido pelo cabido da catedral segundo o sistema de compromisso, a 23 de janeiro desse ano, coube ao compromissário Pedro Remígio, cónego dessa comunidade capitular, a responsabilidade da nomeação, da qual D. João Martins foi informado em Coimbra, cidade onde residia e ocupava um canonicato na sé (ADB, *Gav. dos Arcebispos*, n.º 17).

Natural de Soalhães, facto atestado pelo uso constante do locativo na sua identificação e pela sua ligação patrimonial a esta localidade situada junto ao Douro e ao Tâmega, em Marco de Canaveses, o seu percurso clerical encaminhara-o para a cidade do Mondego. A sua filiação é um pouco obscura. Nascido por volta de 1250, pois a sua condição de clérigo comprovada antes de 1276 assim o sugere (ADB, *Col. Cronológica*, pasta 3, n.º 96), e filho de um presbítero e de uma mulher solteira, tal como aparece referido numa bula de Nicolau IV (ADB, *Gav. dos Privilégios e Honras*, n.º 5), a sua ilegitimidade porventura explica a ausência de informações claras quanto aos seus progenitores. José Augusto Ferreira baseando-se no direito de padroado exercido por D. João de Soalhães sobre a igreja de São Martinho de Soalhães, refere-o como filho de Gonçalo Gonçalves e segundo sobrinho do arcebispo D. João Viegas de Portocarreiro (FERREIRA, 1928-1935: II, 116). Porém, as Inquirições de 1288 identificam-no como filho de Martim Viegas (*PMH, INQ. DINIS*: 145). De facto, a ligação de D. João ao deão de Braga Fernão Anes de Portocarreiro, de quem era clérigo familiar e protegido

João Martins de Soalhães

c.1250	Nascimento
1294-1313	Bispo de Lisboa
1313-1325	Arcebispo de Braga
1325.12.1	Morte

desde muito jovem, de alguma forma o associa à linhagem dos Portocarreiro, com a qual a historiografia tradicional o tem relacionado.

Gonçalo e Lourenço, seus irmãos, Vasco, Constança, Maria, Martinho, Joana, seus filhos, Rodrigo, Sancho, João e Guiomar, seus criados e hipoteticamente também seus filhos, Maria Peres, mãe de Vasco, e vários sobrinhos referidos como clérigos (ADB, *Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos*, n.º 1), compunham uma família chegada que seria certamente mais vasta.

Usufruindo desde muito jovem da proteção do referido deão Fernão Anes, figura destacada no tempo de Afonso III e reconhecido além-fronteiras (RODRIGUES [ET AL.], 2005: 52-58), terá sido encaminhado para a aprendizagem das primeiras letras e para os saberes do *trivium* e do *quadrivium* sob a orientação de dois clérigos presbíteros (ADB, *Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos*, n.º 1) e posteriormente para o ensino universitário. A frequência de estudos no exterior exigia fartos recursos, postos à disposição do jovem João Martins provavelmente pelo seu protetor, o deão. Frequentou comprovadamente a Universidade de Paris, já como clérigo secular, na segunda metade de duzentos, cursando Teologia (JORGE [ET AL.], 2005: 39). A referência que fez no seu testamento a “os meus livros de Medicina” leva-nos a supor também aí ter estudado esta disciplina. A análise dos volumes que possuía na sua biblioteca, da qual constavam numerosas obras versando o Direito Canónico e o Direito Civil, torna credível a sua condição de estudante também na Universidade de Bolonha (ADB, *Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos*, n.º 1; *TESTAMENTA*, 2010: n.º 2.35) ou na de Salamanca, onde detinha um imóvel (FARELO, 2013a: 263). Apesar de a documentação não lhe associar qualquer título académico, permitindo duvidar da aquisição de um grau universitário, é inequívoca a sua preparação na área da jurisprudência. Ela foi certamente determinante na carreira que desenvolveu ao longo da vida, tanto no âmbito eclesiástico como político: uma feliz conciliação de fatores ao nível social e patrimonial mas essencialmente cultural criou as condições necessárias à construção dessa carreira, que fez de D. João Martins uma personagem singular da época dionisina.

Situemo-nos num tempo imediatamente anterior à sua nomeação para Lisboa: cónego de Coimbra, cargo que já ocupava desde o início da década de oitenta, no auge da sua maturidade, era homem de confiança do bispo D. Aiméric d'Ebrard, além de seu vigário e protegido (ADB, *Gav. 1.ª das Igrejas*, n.º 210). A sua influência no tecido social conimbricense comprova-se pelo facto de ter sido criado (*nutritus*) pelo cabido da Sé (TT, *Sé de Coimbra*, 2.ª inc., mc. 11, n.º 539) e pelo papel determinante que desenvolveu na fundação do mosteiro de Santa Clara por D. Mor Dias, questão complexa que se arrastou por anos, conduzindo

a uma vasta produção documental (ADB, *Gav. de Religiões e Mosteiros*, n.º 18-31; *Gav. 1.ª das Igrejas*, n.º 134-137; SANTOS, 2000; ANDRADE, 2011) e na qual D. João de Soalhães foi figura central como procurador da mesma dona e mais tarde seu testamenteiro.

Clérigo desde muito jovem, a sua ascensão ao presbiterado aconteceu em contexto polémico. Nomeado pároco da igreja de Avô, na diocese de Coimbra, pelo bispo D. Aiméric, a nomeação foi indeferida pelo arcebispo de Braga D. Telo, ao qual Coimbra estava sujeita, que argumentava não ter o candidato as condições exigidas, devido à sua situação de clérigo não presbítero. A questão necessitou de arbitragem na Cúria papal e arrastou-se por alguns anos, tendo o bispo entretanto ordenado a João Martins e levando D. Telo a retroceder, alegando ter agido “por má informação” (ADB, *Gav. dos Arcebispos*, n.º 34 e 91).

Paralelamente à consolidação da sua carreira eclesiástica, e não alheia a ela, a relação de D. João de Soalhães com o rei D. Dinis foi-se desenvolvendo. Teria sido criado na corte, como afirma D. Rodrigo da Cunha (CUNHA, 1989: II, 172). Protegido do deão bracarense Fernão Anes, seria um dos “criados” régios (VENTURA, 1992a: 247)? Essa situação tornaria possível o convívio com o futuro rei D. Dinis, convívio que poderá explicar a relação próxima de ambos na vida adulta. O hábito de introduzir os descendentes das famílias nobres na corte do rei, para aí serem educados e fazerem parte do círculo restrito dos jovens príncipes, era ao tempo um procedimento comum, de forma a dar continuidade à influência de certas linhagens junto dos monarcas. Certo é que, quando o rei D. Dinis, que não tinha chegado ainda aos vinte anos, decidiu procurar noiva, escolheu D. João de Soalhães, a quem refere como seu vassalo e procurador especial, para se deslocar a Aragão e pedir a infanta Isabel em casamento (TT, *Ch. D. Dinis*, lv. 1, f. 89-91). Tal escolha implicava um elevado grau de confiança, quiçá tecida nos anos da adolescência e da juventude, embora os separasse alguma diferença de idades, que não ultrapassaria uma década.

Desde então, a carreira eclesiástica de D. João de Soalhães entrou em franca ascensão e é impossível dissociar esse percurso do bem-sucedido serviço prestado ao rei. Cumpriu decerto as suas funções na catedral de Coimbra de forma muito pouco eficiente, devido às longas e constantes ausências motivadas pelas missões régias, tendo acumulado, mesmo assim, além da cura de almas na igreja de Avô, canonicatos em Lisboa e Lamego e reitorados em várias igrejas (FARELO, 2003: II, 269-270). No final da década de 80, foi um dos agentes do rei que em Roma se destacaram na resolução do conflito relativo às liberdades eclesiásticas que se arrastava já desde o reinado anterior (MATTOSO, 1993: 143-149) e que opunha os prelados do reino à monarquia. D. João de Soalhães permaneceu na Cúria

pontifícia “em relação de amizade e serviço com alguns cardeais” (COSTA, 1990b: 308) – chegou a ser capelão do futuro papa Nicolau IV (LINEHAN, 2007: 148-149) – e foi por sua mão que o interdito lançado sobre o reino pelo papa foi levantado, em 1290 (CUNHA, 1989: II, 172). O seu desempenho em todo este processo iria refletir-se na sua promoção pessoal, aparecendo de seguida intitulado de clérigo do rei e seu conselheiro (*ChDD2*: n.º 95). Inclusivamente o rei D. Dinis solicitou a Nicolau IV a atribuição de certos benefícios a favor de D. João de Soalhães (COSTA, 1990b: 31; LINEHAN, 2007: 149), o que vem confirmar a elevada estima que o cónego de Coimbra gozava junto do rei e do pontífice.

A partir desta data, a sua presença na corte é constante. A interferência do monarca na sua indigitação para bispo de Lisboa é um facto (VILAR, 2001: 596) e enquadra-se perfeitamente na política dionisina de introduzir personalidades da sua inteira confiança em lugares chave das dioceses portuguesas, evitando e prevenindo no futuro situações como as que se haviam enfrentado no tempo de seu pai D. Afonso III, e contribuindo assim para o fortalecimento do poder régio. Dois anos antes, em maio de 1292, havia sido escolhido pelo cabido bracarense para seu arcebispo. Embora o então cónego de Coimbra tenha declinado a eleição, vislumbramos aqui a primeira tentativa régia nesse sentido.

Ao longo dos 19 anos em que ocupou o episcopado olisiponense, D. João de Soalhães viveu períodos de grande atividade na área da representação diplomática do reino, o que o obrigou a frequentes ausências da sua diocese. Acompanhou a corte com assiduidade, desempenhando funções de grande proximidade com o rei, como se pode verificar pela sua intervenção na redação de documentos da sua chancelaria entre 1291 e 1308 (FARELO, 2012b: 88). Neste contexto, realizou constantes viagens, tendo como destino os vizinhos reinos peninsulares e a corte pontifícia, sempre incumbido de missões que exigiam elevada competência e tacto político.

Logo após a sua nomeação para a diocese de Lisboa, contornou a sua obrigação de ir a Compostela, diocese à qual Lisboa estava sujeita, pedir a necessária confirmação ao seu arcebispo. Alegando doença, nomeou procuradores para esse efeito na Guarda (ADB, *Gav. dos Privilégios e Honras*, n.º 5), estando na verdade já a caminho de Castela, como embaixador do rei (ALMEIDA, 1967-1971: I, 275). Decididamente, os interesses régios sobrepunham-se às suas obrigações eclesiásticas.

A participação do agora bispo de Lisboa nas questões da política externa portuguesa está bem documentada: por exemplo, acompanhou D. Dinis a Alcanices, em setembro de 1297 (SERRÃO, 1998: 37); a Aragão, aquando da mediação do rei português no conflito que opunha os reinos de Castela e Aragão, e

que conduziu à assinatura da paz de Agreda (MATTOSO, 1993: 152), tendo sido um dos principais obreiros das sentenças arbitrais realizadas em Tarazona (JORGE [ET AL], 2005: 27); ou a Roma, onde solicitou a legitimação dos filhos do rei castelhano Sancho IV e a dispensa de parentesco entre os infantes castelhanos e portugueses, necessária à concretização dos casamentos acordados em Alcanices (LINEHAN, 2007: 150-155; PIZARRO, 2008: 151). É de notar, porém, o destacado protagonismo de D. João de Soalhães no desenrolar da conturbada e complexa questão que levou à extinção da Ordem do Templo em Portugal, e sua substituição pela Ordem de Cristo, parecendo-nos inclusivamente responsável pela forma como evoluiu o processo e pelas soluções encontradas, através do aconselhamento ao rei.

Com efeito, D. João de Soalhães encontrava-se bem colocado para gerir a questão templária no extremo ocidental da Península: não somente ele tinha mantido na Cúria apostólica, em 1306, um conflito com a Ordem sobre as dízi-mas do património templário na diocese olisiponense, como também integrou pouco depois a comissão judicial destinada a dirimir os conflitos jurisdicionais entre o rei e a Ordem (TT, *Gav.* VII, mç. 4, n.º 2; FARELO, 2012b). Assim, quando Clemente V ordenou que se indagasse sobre o comportamento dos templários na Península Ibérica, o bispo Soalhães fez parte da comissão pontifícia encarregada de instruir esse processo em Castela, sendo nessa qualidade que participou em Salamanca, em outubro de 1310, no julgamento decorrente dos inquéritos realizados aos Templários nessa província eclesiástica, dos quais constariam aqueles que ele próprio efetuou aos freires galegos em Orense e em Medina del Campo, durante o primeiro semestre desse mesmo ano (MURR, 1803: 34-140; *ACTAS INÉDITAS*, 1882: 63, 91-99; SANS I TRAVÉ, 1996: 249-264; FARELO, 2012b).

Nesse concílio salamantino, foi instruído pelo rei para que se mostrasse “mais ouvinte do que actuante” (CAPÊLO, 2007: 207), em linha com a atitude pouco hostil que o monarca parece ter evidenciado face aos templários portugueses, na sequência dos acontecimentos que levaram à extinção da Ordem (LOPES, 1997a: 143-150; VALENTE, 2012). A falta de sigilo e de celeridade com que a inquirição foi implementada refletiu, mais uma vez, a atitude do rei português face à questão: obedecendo todavia à determinação papal, proporcionou o tempo necessário para que os freires se ausentassem do país ou recolhessem às suas terras de origem, desligando-se da sua condição de cavaleiros do Templo.

Acreditamos também que a presença de D. João de Soalhães em Avinhão em 1317 (ADB, *Gav. das Dignidades e Cónegos*, n.º 29) esteja relacionada com a aprovação papal do processo que levou à criação da Ordem de Cristo, que viria a efetivar-se poucos anos depois, integrando os bens da Ordem do Templo, bem

como muitos dos seus freires. Todo o processo que levou à extinção da Ordem do Templo em Portugal evoluiu de forma inteligente, cautelosa e até premeditada, sendo evidente o papel central desempenhado por D. João de Soalhães. A sua múltipla qualidade de agente do rei, bispo de Lisboa, sufragâneo de Compostela e inquiridor pontifício proporcionou-lhe um conhecimento aprofundado de toda a causa e facilitou-lhe a procura das soluções mais acertadas na ótica dos interesses da monarquia portuguesa. Servindo o rei, ajudou a garantir para a Coroa, dentro da legalidade vigente, sem perseguições desnecessárias, o poder sobre os bens templários, sonegando-os à autoridade papal e antepondo-se à decisão pontifícia. Esta atitude revelou o domínio de uma visão política alargada, que privilegiava os interesses do reino, face a forças externas e poderosas. D. João de Soalhães enquadra-se perfeitamente no contexto da época, em que vemos o clero, ao mais alto nível, comprometido na execução das políticas régias.

A fronteira entre o compromisso pessoal e o institucional era ténue, mas igualmente dinâmica: o serviço régio possibilitava a obtenção de benefícios vários, mas também se exercia no sentido inverso, ajudando na resolução de questões de âmbito eclesiástico que roçavam a esfera política. Sucederam-se, pois, doações do padroado de igrejas (por ex. em ADB, *Col. Cronológica*, pasta 6, n.º 233), escambos, benefícios eclesiásticos diversos, disponibilizados pelo monarca a favor de D. João de Soalhães, como revela uma leitura atenta dos documentos da chancelaria régia neste período. “Pelo muito serviço que eu dele recebi”, como deixou registado D. Dinis, a propósito das doações das igrejas de Santo Estevão de Alfama de Lisboa (1295), de São Nicolau da Feira (1300), das Abitureiras (1303), do padroado das igrejas de São Martinho de Santarém e de São João de Pernes (1309) (*ChDD2*: n.º 413, 421; TT, *Ch. D. Dinis*, lv. 3, f. 11v, 29).

Porém, cremos que a relação entre ambos não foi totalmente pacífica. A dedicação com que cumpria as delicadas missões que o soberano lhe colocava entre mãos não significava por certo subserviência cega e situações houve em que uma certa tensão apareceu latente. Aconteceu, a título de exemplo, em 1297, na cidade de Coimbra, quando a rainha, apoiada por este bispo de Lisboa, protestou formal e veementemente contra a decisão do rei de legitimar os filhos do seu irmão D. Afonso, alegando perigo para a Coroa portuguesa (*As GAVETAS*, 1960-1975: VII, 485-487 e PIZARRO, 2008: 161-165). Ou então, quando se tratou de defender direitos jurisdicionais eclesiásticos em choque com os direitos da Coroa, como foi o caso da questão que levou à assinatura da Concordata dos 22 artigos, em julho de 1309 (ALMEIDA, 1967-1971: IV, 76-80). Afirma-se inclusivamente que D. João de Soalhães se retirou para Braga agastado com o rei. Certo é que a relação pessoal de décadas pareceu quebrar-se com a sua retirada para Braga, em 1313, onde foi

ocupar, por nomeação papal e contra a vontade do rei, o lugar vago por morte do arcebispo D. Martinho de Oliveira, falecido fora do país (ADB, *Gav. dos Arcebispos*, n.º 45). O alheamento das questões relativas ao poder central a partir do momento em que foi para Braga até ao ano da sua morte, em 1325, é patente na análise da numerosa documentação existente no Arquivo Distrital de Braga.

Enquanto bispo de Lisboa, D. João de Soalhães, embora muitas vezes ausente da sua sé devido ao constante serviço régio, não descurou o seu papel de prelado. Em primeiro lugar, construiu uma vivência pacífica com os cónegos da catedral, quiçá através de uma sábia gestão dos seus titulares: fez ascender às dignidades capitulares pessoas a quem estava ligado por laços de amizade e confiança, como foi o caso do deado, chantrado, tesouraria e mestre-escolado. Além disso, abriu espaço na comunidade a pessoas do seu círculo pessoal e familiar (FARELO, 2003: I, 79-80), evitando assim os conflitos e fortalecendo a coesão capitular na obediência ao seu bispo.

Ao obter do papa Bonifácio VIII a criação dos meios-cónegos da sé, conseguiu contornar os problemas causados pela falta de clérigos no culto da catedral, contribuindo, ao mesmo tempo, através da divisão de duas prebendas para uma melhor distribuição dos recursos (FARELO, 2003: I, 35). Igualmente, o recrutamento de efetivos para a chancelaria régia no seio da instituição capitular lisiponense poderá não ser alheio à influência exercida por este bispo: ao longo do seu episcopado, dois chanceleres e um vice-chanceler eram também cónegos de Lisboa (FARELO, 2003: I, 93).

A sua preocupação com as questões doutrinárias, com o culto, com a moralização dos costumes e com a administração da diocese teve a sua maior expressão no sínodo que realizou em Lisboa, no mês de janeiro de 1307. Aí foram abordados temas como a negligência no cumprimento do ofício divino, as condições de dignidade nas ocasiões da saída do viático para os enfermos ou o alheamento abusivo de rendas de igrejas. Especificaram-se as penas aplicáveis, coligiram-se constituições anteriores da Igreja de Lisboa, às quais foram associadas outras emanadas do concílio de Salamanca, reunido pelo arcebispo de Compostela, diocese da qual Lisboa era sufragânea. E obrigaram-se todos, sob pena de excomunhão, a possuir um exemplar dessa coleção, para que não pudessem escusar-se por desconhecimento (ADB, *Gav. dos Concílios e Sínodos*, n.º 45 e *SYNODICON*, 1982: 281).

No ano seguinte, deu início à demarcação do termo de Torres Vedras pelas igrejas da vila (TORRES, 1988: 82-83; LOPES, 1964-1966: 135-162; “PARA A HISTÓRIA”, 1970: 53-175; RODRIGUES, 1995: 32-33).

A sua ligação à Sé de Lisboa traduzir-se-ia ainda na fundação de uma capela própria, dedicada a São Sebastião, em 1305, pela qual fez perdurar a sua



memória nesta cidade, apesar da sua passagem para Braga, onde viria a falecer (TT, *Gav.* III, mç. 4, n.º 11).

“Quão breves são os dias dos homens”. Esta frase, com a qual João de Soalhães quis iniciar o seu testamento, redigido em Coimbra em 1293 (ADB, *Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos*, n.º 1; *TESTAMENTA*, 2010: n.º 2.35), traduz plenamente a consciência da finitude da vida e a necessidade de garantir o não esquecimento pelos vindouros. Este implicava a existência de bens que propiciassem as rendas exigidas pela manutenção da memória pelos tempos fora: construção de monumento funerário, dotação das capelas, recursos atribuídos aos capelães nomeados, pagamento de missas, aniversários, dádivas e esmolas, verbas destinadas a substituição de paramentos, cera, azeite, entre outros. Muitos clérigos centravam os seus objetivos de vida na construção de um património que fosse suficientemente vasto para garantir, não só o estatuto e a segurança material em vida, mas essencialmente a perpetuação da sua memória. D. João de Soalhães não fugiu à regra: ao longo da sua vida, reuniu um vasto património, que cobria várias zonas do país. A região duriense, onde se situa Soalhães, sua terra de origem; a zona centro, possuindo em Avô bens patrimoniais, detendo propriedades em Condeixa e Mogofores e casas de morada em Coimbra; a Estremadura e o Ribatejo, com casas de morada em Santarém e Lisboa. Nestas regiões possuía herdades, quintas, casais, casas, padroado de igrejas, bens e benefícios diversos que fora acumulando. Tudo bem organizado e gerido, a avaliar pela

referência aos seus livros dos celeiros. Mesmo anteriormente à ocupação do bispado de Lisboa, a boa gestão do património conferia-lhe abundância monetária, a avaliar pelas dádivas que ordena no seu testamento: 1500 libras, no mínimo. Com muitos destes bens formou, em 1304, um importante morgadio, cujo centro passou a ser a torre de Cadimes, em Marco de Canaveses, e que entregou a Vasco Anes, seu filho, legitimado pelo rei, e que jaz sepultado na capela-mor da igreja de Soalhães (FERREIRA, 1928-1935: II, 118).

Mais tarde, quando se fixou em Braga, continuou a adquirir bens em grande número, situados nesta diocese, os quais anexou à capela dedicada a São Martinho, de quem era devoto, que mandara construir na sé catedral junto ao braço sul do transepto e que tinha instituído para sua sepultura (ADB, *Gav. 2.^a das Igrejas*, n.º 40).

Com o passar dos anos, velho, doente, mentalmente debilitado, foi-se alheando do governo da sua diocese. Esta, entregue a gestores oportunistas, no contexto da guerra que opôs D. Dinis a seu filho, entrou num período de grande turbulência, que mereceu a atenção do pontífice, com vista à correção dos seus vícios (ADB, *Gav. dos Arcebispos*, 47). A estabilidade chegou pela mão do seu coadjutor, entretanto nomeado, D. Gonçalo Pereira, então bispo de Lisboa. Falecendo a 1 de dezembro de 1325, foi sepultado na referida capela, mas a memória que ambicionou e determinou não foi cumprida: desalojados em 1511, para aí se construir a nova sacristia, os seus restos mortais foram trasladados para um túmulo de pedra, com a seguinte inscrição: *Huc sunt ossa domini Joannis de Soalhaes archiepiscopi bracharensis anno salutis 1511*. No entanto, esta arca tumular encontra-se hoje vazia, num espaço contíguo à capela de Nossa Senhora da Piedade, na sé de Braga. Na verdade, os restos mortais deste arcebispo encontram-se afinal em sepultura rasa, nessa mesma sacristia e sem qualquer identificação, em túmulo que para si fizera construir o arcebispo D. João de Sousa (1703-1710), deixado vazio por este ter falecido em Lisboa.

JUSTINIANA MACIEL

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: *ACTAS INÉDITAS*, 1882; *ChDD2*; CUNHA, 1989; *AS GAVETAS*, 1960-1975; “PARA A HISTÓRIA”, 1970; *PMH, INQ. DINIS; SYNODICON*, 1982; *TESTAMENTA*, 2010; TORRES, 1988; **Estudos:** ALMEIDA, 1967-1971; ANDRADE, 2011; CAPÊLO, 2007; COSTA, 1990b; FARELO, 2003; FARELO, 2012b; FARELO, 2013a; FERREIRA, 1928-1935; JORGE [ET AL.], 2005; LINEHAN, 2007; LOPES, 1964-1966; LOPES, 1997a; MATTOSO, 1993; MURR, 1803; PIZARRO, 2008; RODRIGUES, 1995; RODRIGUES [ET AL.], 2005; SANS I TRAVÉ, 1996; SANTOS, 2000; SERRÃO, 1998; VALENTE, 2012; VENTURA, 1992a; VILAR, 2001.

ESTÊVÃO MIGUÉIS (1313-1322)

Frei Estêvão Miguéis assume, na história do episcopado português medieval, um importante protagonismo marcado pelo percurso diversificado, ao serviço do poder curial, mas simultaneamente consciente dos seus interesses pessoais. Ao longo da sua vida revela-se devedor e protagonista de diversas fidelidades e caminhos, que fazem dele um clérigo experiente e um hábil diplomata.

Não se conhece a data do seu nascimento e, sendo oriundo de Évora (*MPV* II, XXXV), da sua origem familiar pouco se vislumbra, a não ser que, devido ao patronímico que ostenta, o seu pai seria Miguel. Tem um irmão identificado como Pedro Miguéis, que acompanhou o infante D. Afonso, na primavera de 1321, quando este se deslocava a Lisboa e se encontrou com o exército de seu pai, junto a Sintra, em Albogas, e várias irmãs, pelo menos duas, pois fala-se dos seus sobrinhos que são justicados por se terem envolvido em crimes na Corte, e de um outro, D. Fernando Ramires que ocupou a diocese do Porto, entre 1313 e 1322, em substituição do seu tio. Ainda se pode ligar à sua parentela, de acordo com Félix Lopes (1997a: 96), o sobrejuiz Silvestre Miguéis, Maria Miguéis, ama-de-leite de D. Dinis, uma outra mulher com o mesmo nome (ou possivelmente a mesma) que era filha de Miguel Fernandes, colação de D. Afonso III, casada com o fidalgo Nuno Rodrigues Bocarro (BRANDÃO, 1974-1980: V, 122v-123), e ainda frei Domingos Miguéis, acompanhante em Portugal do legado pontifício frei Nicolau (ESPERANÇA, 1656-1666: I, 145), e João Miguéis que recebeu de D. Dinis um casal em Alfândega da Fé, em 1284 (TT, *Ch. D. Dinis*, lv. 1, f. 108).

Estêvão Miguéis

?	Nascimento
1310-1313	Bispo do Porto
1313-1322	Bispo de Lisboa
1322-1326	Bispo de Cuenca
1326.1-4	Morte

Os primeiros dados que possuímos acerca da sua vida pública revelam a vocação religiosa que o torna membro da fraternidade franciscana. Assim, professou, em data desconhecida na Ordem de São Francisco e deve ter realizado estudos superiores, possivelmente em Paris (LOPES, 1997a: 97), onde estudaram muitos dos seus confrades, uma vez que demonstra erudição e competência ao longo da sua vida quer na corte portuguesa quer na Cúria pontifícia.

Membro, pois, da Ordem franciscana que desde a década de trinta do século XIII tinha uma província portuguesa (a de Santiago) e que, desde 1272, estava agrupada em duas custódias: a de Lisboa (com sete casas) e a de Coimbra (com seis casas) (ESPERANÇA, 1656-1666: I, 13 e 629; CONCEIÇÃO, 1740: 4; SOUSA, PINA, ANDRADE E SANTOS, 2016: 259). Ocupava o lugar de custódio de Lisboa pelo menos desde 1301, quando a 21 de setembro desse mesmo ano, autoriza frei Martim Novais a nomear e substituir procuradores para tratar da transação de bens de herança de que é testamenteiro (LOPES, 1997b: 142). Esteve à frente da custódia de Lisboa até 1310, período durante o qual se lhe conhecem diversas atividades e um protagonismo importante que o mantém muito próximo da Corte dionisina, participando em vários atos oficiais.

Assim, na Cúria, à semelhança de outros clérigos, frei Estêvão aparece ligado a ofícios administrativos da burocracia régia, como redator de documentos, entre 1305-1311, ou exercendo a justiça como ouvidor *ad hoc*, designado para questões específicas, como, em 1306, a propósito de um litígio entre o monarca e os herdeiros do mordomo de seu pai, em 1307, noutra contenda desta feita entre o rei e o mestre do Templo sobre jurisdições de castelos e vilas e, em 1309 e 1310, em sentenças contra os templários (*O LIVRO DAS LEZÍRIAS*, 2003: 155, 235-236, 234-239, 240-245, documentos compulsados e referidos em: FARELO, ROLDÃO E MARQUES, 2007: 271-313 e JORGE [ET AL.], 2005: 26).

A sua influência e papel na Corte, não apenas junto do rei mas também de D. Isabel, são confirmados por uma carta do monarca aragonês Jaime II (irmão da rainha Isabel) de 30 de dezembro de 1303, em que este se dirige a D. Dinis e aos homens da sua Corte (em que se integra frei Estêvão que é referido como custódio) agradecendo o seu papel na mediação exercida pelo monarca português nos conflitos entre Castela e Aragão (ACA, *Cancillerías Reales*, 332, f. 121v). A direta referência ao custódio, embora com o lapso de omitir qual dos dois que então existiam em Portugal era o visado, não coloca em dúvida ser frei Estêvão o designado pelo monarca aragonês, devido à sua proximidade nos negócios diplomáticos do casal régio.

Esta posição na Cúria é ainda reforçada pelo facto de, desde 1310 e até cerca de 1316, frei Estêvão ser nomeado como confessor régio, fazendo parte da Capela

Real, o que era então na corte uma importante posição, pois tratava-se de um conselheiro do rei nos seus negócios públicos, mormente nos que à religião e consciência respeitavam. Neste contexto se insere o seu papel na chamada questão dos templários (FARELO, 2012b: 63-109; GOMES, 2011a:75-116; LOPES, 1997a: 100-121) que, pela importância que revestia esta Ordem na Cristandade, nomeadamente em Portugal, coloca inúmeros problemas e necessita de diversas missões diplomáticas levadas a cabo na Cúria romana.

Quando a 13 de outubro de 1307, o rei de França Filipe, o Belo, ordena a prisão dos freires do Templo e o sequestro dos seus bens, dava início a um longo processo, com diversas etapas e que culminaria com a extinção da Ordem nos reinos cristãos. O papa Clemente V, refém da situação criada e pressionado pelo rei francês, reconhece na bula *Pastoralis praeminentiae* de 22 de novembro de 1307, dirigida a toda a Cristandade, os “crimes” levados a cabo pelos templários e ordena que sejam presos todos os membros da Ordem e os seus bens sequestrados e colocados à disposição da Santa Sé, determinando o pontífice a forma como se procederia em relação a estes. Anunciou, ainda, pela bula *Regnans in Coelis* de 12 de outubro de 1308, a realização de um Concílio em Vienne (1311-1312), na França, para o mesmo mês de 1310, com o objetivo de tratar deste assunto.

Em Portugal, ainda antes do início das hostilidades movidas por Filipe o Belo contra os freires templários, o rei D. Dinis trata dos assuntos internos e da sua relação com a Ordem, de forma diversa, tendo começado por contestar aos templários a posse dos bens de Soure e Idanha, com o argumento que todos os bens doados pelos monarcas portugueses à Ordem do Templo permaneciam bens nacionais porque lhe foram doados para serviço do reino (LOPES, 1997a: 105; FARELO, 2012b: 55, 69). Na resolução deste diferendo promovido nos tribunais já estava incluído frei Estêvão, ainda custódio, como um dos cinco juízes do caso (os outros eram o arcebispo de Braga D. Martinho de Oliveira, o bispo de Lisboa D. João Martins de Soalhães, mestre João das Leis e Rui Nunes) (LOPES, 1997a: 106-110). O pleito termina com sentença favorável ao monarca que, após longa querela, reavia assim os seus bens, em novembro de 1309 (Soure, Pombal, Ega e Redinha) e em janeiro de 1310 (Idanha-a-Velha, Salvaterra, Rosmaninhal e Segura).

Simultaneamente e na sequência da bula *Pastoralis* (1307), o rei ter-se-á apoderado dos bens dos templários, como se infere de documentos posteriores e, no cumprimento das ordens pontifícias, trata de orquestrar com o rei de Castela, Fernando IV e com o de Aragão, Jaime II, uma resolução para o problema do destino a dar aos referidos pertences.

Entretanto reunido o Concílio de Vienne, depois de um primeiro adiamento, anunciado pela bula *Alma Mater* de 4 de abril de 1310, a primeira sessão realiza-se a 16 de outubro de 1311. Da agenda conciliar constavam, além da questão templária, a ajuda à Terra Santa, a reforma da Igreja e o conflito que opunha conventuais e espirituais franciscanos, entre outros assuntos. Mas, como já era expectável, foi o primeiro item que ocupou e concitou grande parte dos interesses conciliares. A Igreja portuguesa fez-se representar pelo então já bispo do Porto e antigo custódio de Lisboa, D. frei Estêvão, pelo arcebispo de Braga D. Martinho de Oliveira, pelo bispo de Lamego e, possivelmente, pelo prior de Santa Cruz, que na assembleia defenderam os interesses portugueses.

Logo na segunda sessão conciliar, realizada a 3 de abril de 1312, e face à permanente ameaça francesa, o papa publica a bula *Vox clamantis* (datada de 22 de março de 1312), pela qual suprimia a Ordem do Templo, não como resultado de uma sentença mas como mandado apostólico (MINNERATH, 1996: 59-63). O pontífice reserva para si e para a Santa Sé o destino dos freires e dos seus bens. Tendo, em seguida, pela bula *Ad providam*, de 2 de maio de 1312, transferido para a Ordem do Hospital todos os bens do Templo, com uma exceção no que concerne às posses da Ordem nos reinos de Aragão, Maiorca, Castela e Portugal, sobre as quais ficou de se resolver posteriormente.

A 23 de agosto do mesmo ano, Clemente V envia aos reis da Península as suas cartas *Dudum filii carissime*, em que lhes solicita que apresentem urgentemente as suas alegações quanto ao destino a dar aos bens dos templários, marcando o primeiro dia útil de fevereiro para fazer a referida alegação. D. frei Estêvão é, então, enviado à Cúria pontifícia para tratar deste assunto e já lá estaria no princípio de fevereiro de 1313, acompanhado dos procuradores régios Vicente Anes César e João Lourenço de Monsaraz. As suas alegações levam o sumo pontífice a marcar novo prazo para o rei português apresentar as suas razões.

É ainda durante esta estadia na Cúria que o papa o nomeia administrador dos bens do Templo, o que não é do agrado do monarca português e que constituirá uma das razões para as suas dissidências (CUNHA, 1642: 326v), como se demonstrará no decurso das suas relações.

Entretanto, como conselheiro e confessor de D. Dinis (desde pelo menos 1310), vai cimentando uma relação que conduziu à sua nomeação como bispo do Porto pelo papa Clemente V.

Na Sé do Porto é o sucessor de D. Frédulo (1308?-1309), bispo estrangeiro que não consta que alguma vez tivesse estado em Portugal e que sucedera a D. Geraldo Domingues (1300-1308), que, em 1308, passara à sé de Palença (1308-1313/1314). A nomeação de D. Frédulo obedecera a um interesse papal

que assim dava a um clérigo, seu apaniguado, os rendimentos da Sé portuense. À morte deste, em 1309, vacante de novo a Sé do Porto, encontrando-se D. frei Estêvão na Cúria romana, por intercessão régia, o papa achou por bem conceder-lhe o benefício, pela bula *Regiminis universalis Ecclesiae* de 11 de fevereiro de 1310 (ASV, *Reg. Vat.* 57, cap. 139, f. 38a). Mas só a 9 de abril temos a confirmação de que já é conhecida a sua nomeação em Portugal, pois assina vários documentos como bispo eleito (LOPES, 1997a: 122). No entanto, ainda a 18 de julho, Clemente V mandatava o arcebispo de Braga para, com mais dois ou três prelados, no espaço de três meses, consagrarem o referido bispo e dele receberem juramento (ASV, *Reg. Vat.* 57, cap. 546, f. 145a).

Com o possível objetivo de se instalar na sua nova Igreja, solicita ao papa Clemente V, a 9 de abril de 1310, um empréstimo até à soma de cinco mil florins de ouro, ao que o pontífice acede, obrigando o prelado, para o efeito, os bens móveis e imóveis da sua Igreja até à referida soma (ASV, *Reg. Vat.* 57, cap. 17, f. 5a). No mesmo ano, a 15 de setembro, obtém do pontífice a faculdade de fazer visitar as “igrejas, os mosteiros e outros locais eclesiásticos da sua diocese”, durante um triénio, por outras pessoas, e receber procurações moderadas em dinheiro em razão das ditas visitas (ASV, *Reg. Vat.* 57, cap. 545, f. 145b) e ainda a de receber na sua Igreja do Porto, duas pessoas idóneas como cónegos e providenciar a cada um deles uma prebenda em vacatura ou a vagar (ASV, *Reg. Vat.* 57, cap. 544, fl. 145a).

No entanto, frei Estêvão não se demora por muito tempo na sua diocese, ocupado que estava com os assuntos da Corte. Com efeito, parte para o Concílio de Vienne, em 1311, como acima se referiu. Terminado o Concílio a 6 de maio de 1312, o prelado passa pela sua diocese, onde em setembro, em sessão capitular, anexava ao deado da Sé o mosteiro de Canedo, que pertencia ao seu cabido. E, no mesmo dia, já de saída para Lisboa, encarregava o cónego Martim Vasques de executar a referida anexação (*CENSUAL*, 1924: 324-330).

Da Sé do Porto “herda” também a latente conflitualidade da jurisdição da cidade, que se arrastava desde episcopados e reinados anteriores (VILAR, 2001:597; ANTUNES, OLIVEIRA E MONTEIRO, 1984: 118-120). No entanto, esta situação não o exime de continuar a ser um homem ao serviço do monarca, tendo sido, à época, examinador das causas levantadas pelas inquirições régias de 1307, em substituição de anteriores comissões que se debruçaram sobre estes mesmos resultados e concitando igualmente as reclamações por parte da nobreza que se sentia lesada (MATTOSO, 2002: 218-219). Pois o que estava em causa era o demarcar dos bens e direitos do rei face aos domínios da nobreza prestigiada do norte de Portugal e D. Estêvão é, nesta fase, como áulico ao serviço do monarca, um

instrumento dócil e incluído no processo de afirmação régia. Mas, em pouco tempo, como veremos, a sua situação mudará.

Como embaixador na corte do papa Clemente V e na sequência da sua estadia em Avinhão para dirimir as questões relativas aos bens dos templários, D. Fr. Estêvão alcança a Sé de Lisboa para si e a do Porto para o seu sobrinho Fernando Ramires. Aí faz valer a sua influência na Cúria, onde se discutia a sucessão do arcebispo de Braga D. Martinho Pires de Oliveira, na sequência da eleição capitular para o cargo do cónego Afonso Anes, e não de João Afonso, o futuro bispo de Lisboa, como até recentemente propunha a historiografia (FARELO, ROLDÃO E MARQUES, 2007: 288 e 298 e a biografia de João Afonso de Brito neste volume). Deslocado o candidato bracarense à Cúria, este acabou por renunciar ao cargo nas mãos do cardeal Arnaldo de Pellegrue, sendo a ser nomeado para a Sé de Silves. Vago, na Cúria o arcebispado, o papa Clemente V transferiu para Braga o bispo de Lisboa D. João Martins Soalhães, nomeando para o seu lugar D. Frei Estêvão e para o Porto, D. Fernando Ramires. Esta solução não era, de forma alguma, do agrado de Dinis, que teria preferido conservar D. João Martins Soalhães em Lisboa, indo D. Frei Estêvão para Braga (FERREIRA, 1923-1924: I, 297). E ainda mais desagradável foi, aos olhos do monarca, a ida para a diocese do Porto de D. Fernando Ramires, sobrinho de D. frei Estêvão. Esta conjugação de escolhas, orquestrada pelo franciscano na Cúria romana, onde estanciava à data dos acontecimentos, fê-lo colocar em risco o favor e a confiança que nele depositava o monarca português.

A sua nomeação para bispo da Sé lisiponense, pela bula *Ecclesiarum utilitati* de 8 de outubro de 1313, bem como a do seu sobrinho, não são do beneplácito de D. Dinis. O rei chegará mesmo a acusar o prelado, no “Manifesto de 1320”, de usar dinheiro da Coroa para comprar estas duas dignidades, o que não parece muito natural, pois sabendo o monarca deste “desvio”, com certeza não lhe teria mantido a sua confiança, o que acontece efetivamente até cerca de 1317 (LOPES, 1997b). Assim sendo, só o poder que granjeou na Cúria papal lhe permitiu obter para si a diocese de Lisboa e, ao mesmo tempo, negociar com a deputação do Porto que se tinha deslocado a Avinhão, a nomeação de um seu familiar para a sua anterior catedral.

Chegado a Lisboa, ainda em outubro de 1313, D. frei Estêvão encontra um cabido que tem de formar e disciplinar à sua medida, e com esse objetivo proporciona a entrada no mesmo de estrangeiros ligados à Cúria papal, como é o caso do chantre Viviano de Acromonte (1313), cónego prebendado de Dax (em 1313) e do arcediogo de Lisboa, Pedro Tessier, cardeal de Santo Estêvão *in*

Coeliomonte e vice-chanceler apostólico (a. de 1325) (JORGE [ET AL.], 2005: 43), este último formado em Direito Canónico (JORGE [ET AL.], 2005: 39).

Consubstancia-se desta forma, nas suas relações com o cabido, a influência da Cúria romana, o que não é de estranhar, uma vez que o bispo foi ao longo da sua vida um seu diplomata e agente, como sublinhado recentemente por Vítor Teixeira (TEIXEIRA, 2001: 58), devendo a esta a sua dignidade episcopal.

Este acesso de eclesiásticos estrangeiros ao quadro das dignidades capitulares, embora pontual, marca no entanto um momento de rutura com o episcopado anterior. Este tinha privilegiado o recrutamento de autóctones, curiosamente com ligações ao cabido conimbricense (TT, *Sé de Coimbra*, 2ª inc., mç. 5, n.º 226), o que se justificaria pelas relações familiares/clientelares do bispo Soalhães com a região mondeguna (casos de Estêvão Eanes Bocharo, Domingos Gonçalves, Pedro *Remigii* ou Egas Lourenço Magro) (FARELO, 2003: I, 85) e com os seus interesses. Aliás, o cabido continuava a contar com importantes dignitários portugueses como o deão, Egas Lourenço Magro, o chantre Afonso Domingues, o tesoureiro que está relacionado de perto com o Ordinário, Mestre Pedro, o mestre-escola Afonso Pais e Estêvão Rodrigues, arcediogo de Santarém (FARELO, 2003: I, 58-63).

No entanto, é óbvio que o cabido olisiponense não via com bons olhos esta mudança, por nela vislumbrar uma interferência da Cúria nos seus assuntos internos, o que pode ainda justificar o agudizar do conflito entre o bispo e o cabido, na segunda metade da década de 1310. Também a dispensa de residência, normalmente outorgada aos cónegos estudantes é concedida aos membros da cúria episcopal, aos servidores do bispo e de outros senhores. Este direito, que já de si acarretava a diminuição da participação dos cónegos nas atividades quotidianas da instituição capitular, é alargado, sensivelmente pela mesma época, aos coletores da Câmara apostólica (FARELO, 2003: I, 48).

A juntar a estes interesses em tensão, o litígio entre o bispo e o cabido, não sendo de carácter endémico, revela a existência de fações no seio capitular decorrentes, não apenas dos problemas de carácter interno anteriormente referidos, mas também da penetração de problemas políticos nomeadamente os que estão na base da guerra civil de 1319-1325.

O primeiro momento de maior tensão tem lugar em finais da década de 1310, quando o Cabido da Sé de Lisboa apela à Cúria apostólica devido à conduta do bispo D. frei Estêvão à frente da diocese (CUNHA, 1642: 230-234). Este era então acusado de alienar bens da igreja olisiponense em favor do mosteiro de Alcobaça e da Ordem de Avis, de conduta indigna de um prelado por viver amancebado, de nepotismo pelo favorecimento de familiares e amigos em

contratos da Sé e concessão de benefícios e de aplicar uma justiça “injusta”, não a partir da Lei, mas “por pleitos, afeição e por ódio” (CUNHA, 1642: 234). Estes agravos tinham algum fundamento, como deixa entrever uma doação de D. frei Estêvão ao mosteiro de Alcobaça dos frutos e réditos da igreja de Santa Maria de Porto de Mós (TT, *Mosteiro de Alcobaça*, 1.^a inc., Documentos particulares, mc. 26, n.º 33).

O desfecho e veracidade destes apelos é de menor importância face à constatação que os argumentos apresentados contribuem para desacreditar o bispo junto da Cúria régia, num momento em que D. frei Estêvão já tinha transferido a sua lealdade a favor do infante D. Afonso. É claro que, subjacente a este conflito está o apoio de uma grande parte da instituição capitular à causa de D. Dinis, numa das raras vezes que é possível isolar o posicionamento político do Cabido da Sé de Lisboa no período estudado (FARELO, 2003: I, 122-123)

Também se dá conta de um outro pleito com a Ordem de Santiago por causa do provimento de igrejas paroquiais das redondezas de Palmela, provimento que o mestre da Ordem dizia caber-lhe. Desta querela temos eco numa bula do papa João XXII, datada de 1 de março de 1320, ao arcediogo de Cerveira na Sé de Tui e a outros, a mandar-lhes ver e sentenciar pleito que corria entre as referidas partes (SANTARÉM, SILVA E LEAL, 1842-1869: I, 325-326).

Nas tarefas do seu múnus pastoral, é a ele que cabe terminar uma inquirição, mandada fazer, em 1309, pelo bispo João Martins Soalhães a fim de delimitar as freguesias de Torres Vedras. Este inquérito, iniciado a 26 de agosto de 1309, constituiu a forma mais justa, segundo o prelado, de responder ao pedido das quatro paróquias torrienses para alargar aos campos a delimitação de cada uma delas, expresso no sínodo que se realizou em janeiro de 1307 (TORRES, 1988: 82-83; LOPES, 1964-1966: 135-162; “PARA A HISTÓRIA”, 1970: 53-175; RODRIGUES, 1995: 32-33). Mas um processo como este é sempre moroso e coube a D. frei Estêvão fazer a delimitação final das paróquias sobreditas, pelas suas cartas patentes que, infelizmente, hoje já não se conservam (LOPES, 1997a: 126; TORRES, 1988: 82-83). Por referência documental, sabe-se apenas que esta divisão (*SYNODICON*, 1982: 283, 314-315, cit. TT, *Colegiada de São Miguel de Torres Vedras*, cx. 1 (n.73), rolo n.º 2) é realizada no sínodo de Lisboa, em 1315, do qual apenas resta a notícia sobre o consentimento para tal outorgado pelo Cabido e de todo o clero, bem como do próprio rei D. Dinis, por se considerar tal ação benéfica para acabar com algumas discórdias existentes entre os clérigos e as paróquias sobre a coleta das dízimas.

Ainda no tempo deste prelado se projetou dividir a diocese de Lisboa em duas circunscrições eclesiásticas. Nada se sabe, porém, da forma ou do tempo

que ocupou este desiderato não concretizado (EUBEL, 1913-1914: I, 506).

Bispo e franciscano com uma importante ação diplomática na Corte régia e especialmente na Cúria romana, revela no seu selo algo da sua espiritualidade, escolhendo representar em dois níveis, dois santos emblemáticos: Maria e São Vicente. A primeira ligada à invocação da sede episcopal, mas também à devoção mariana dos franciscanos e o segundo como patrono de Lisboa e matriz refundadora da cidade e da Sé.

Entre 1314 e 1316, pouco se sabe da sua atividade diplomática, parecendo certo que se dedicou bem mais ao seu múnus apostólico na Sé lisiponense. Em outubro de 1316, morava ainda em Lisboa (CUNHA, 1642: 234v), mas desde essa data desaparece como subscritor de diplomas régios.

Começa então a queda em desgraça do bispo face ao monarca. Fruto de um certo atrito, o prelado começa mesmo a evitar aparecer em ocasiões importantes para o seu múnus, enviando um representante, como é o caso da cerimónia da bênção e lançamento da primeira pedra da igreja de Porto Novo, realizada em outubro de 1317, em que se faz substituir pelo prior da Alcáçova de Santarém (LOPES, 1997a: 133). A partir daqui, os acontecimentos precipitam-se e contribuem para o agravamento da situação entre ambos.

Muito se tem especulado sobre esta situação. Para ela terão contribuído muitas atividades e decisões de D. frei Estêvão que não agradaram a D. Dinis, mesmo quando estava ao seu serviço. Assim, frei Estêvão comporta-se sempre como um curial que, estando em Avinhão para defender os interesses do reino português, não se esquece, no entanto, dos seus próprios e sabe tirar partido da posição de supremacia que o contato com a Cúria lhe dá para fazer valer os seus intentos. Esta atitude é bem visível na sua nomeação para bispo de Lisboa contra a vontade régia, o mesmo acontecendo com a designação do seu sobrinho para o Porto. Também pouco agradável (e talvez incómoda) teria sido para

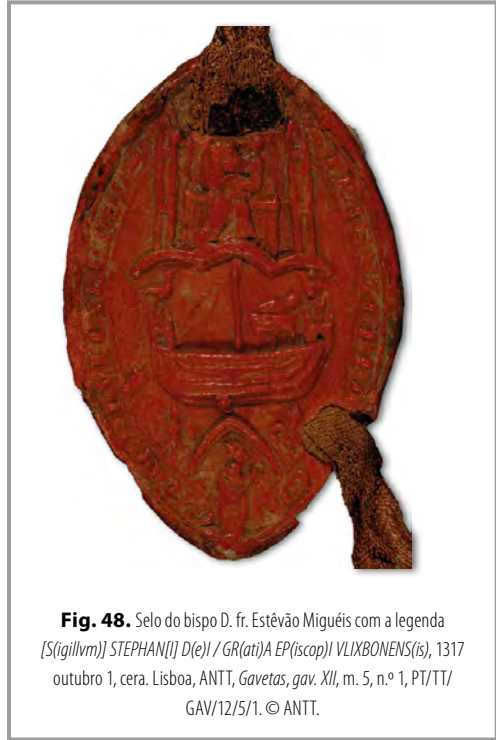


Fig. 48. Selo do bispo D. fr. Estêvão Miguéis com a legenda
[S(i)gillvm]] STEPHAN[II] D(e)i / GR(at)A EP(iscop) VLIXBONENS(is), 1317
outubro 1, cera. Lisboa, ANTT, Gavetas, gav. XII, m. 5, n.º 1, PT/TT/
GAV/12/5/1. © ANTT.

D. Dinis a escolha feita pelo papado de frei Estêvão para administrador dos bens do Templo, que o monarca considerava da sua inteira responsabilidade. E embora não se reconheçam confrontos diretos entre os dois devido a esta situação, o certo é que esta deve ter contribuído para um certo mal-estar que, no entanto, à época não se torna visível. Terá sido toda esta conflitualidade latente que determina a escolha do bispo a favor de Afonso IV e de sua mãe a rainha Isabel, na guerra civil? A resposta parecer ser o sim.

Ciente destas questões, o monarca acusa o prelado, no “Manifesto de 1320” (LOPES, 1997b) contra o filho D. Afonso de, em conluio com o seu sobrinho, o bispo do Porto, o terem acusado junto do papa, “gabandosse aca o bispo de Lixbôa en alguuns logares de desserviços e de torva que el Rey reçebeo per el en na Corte do Papa” (LOPES, 1997a: III, 95-96 e 151).

Por seu lado, o monarca desfere um rude golpe na família do bispo ao mandar executar dois dos seus sobrinhos (um seria irmão de D. Fernando Ramires e o outro primo) por “crimes praticados”, apesar de D. frei Estêvão e do bispo do Porto terem apelado à sua clemência (BRANDÃO, 1974-1980: VI, 476-478). O seu irmão, o cavaleiro Pedro Miguéis, é igualmente acusado por D. Dinis no “manifesto de 1321” de ser do partido de D. Afonso (LOPES, 1997a: 96).

Assim, como embaixador junto do papa de Avinhão, João XXII, é nesta Corte que se encontra refugiado, em 1320, com o seu sobrinho Fernando Ramires, bispo do Porto, quando D. Dinis envia uma embaixada ao papa em que sublinha que se não fizesse conta do bispo D. frei Estêvão que aí se encontrava (TEIXEIRA, 2001: 64). A questão já estava muito personalizada, pois nos inícios de 1318, o monarca português enviara ao papa uma carta em que se queixava de quem o prejudicava, referindo-se expressamente a D. frei Estêvão, a quem acusava de envenenar o seu relacionamento com o infante D. Afonso e com a rainha D. Isabel, sua esposa (LOPES, 1997d). O sumo pontífice respondeu-lhe revelando-se pesaroso pelo que acontecia na família real mas, simultaneamente, alegrava-se por D. Dinis não ter dado ouvidos à maledicência e exortava-o a prosseguir no intento de manter a harmonia familiar (TT, *Bulas*, mç. 68, n.º 60). Informava-o ainda de que escreveria a D. frei Estêvão, admoestando-o e exigindo-lhe que se emendasse.

Neste âmbito se inscrevem as já referidas críticas enviadas nos finais da década de 1320 ao sumo pontífice pelo cabido olisiponense, que encontram eco junto do papado face à situação descrita. Perante esta conjuntura desfavorável, o prelado envia ao rei D. Dinis uma carta, datada de 28 de outubro de 1320, criticando a ação do Cabido de Lisboa, mas justificando-se e pedindo a clemência régia, a fim de poder regressar para junto do seu rebanho (CUNHA, 1642: 235). A missiva,

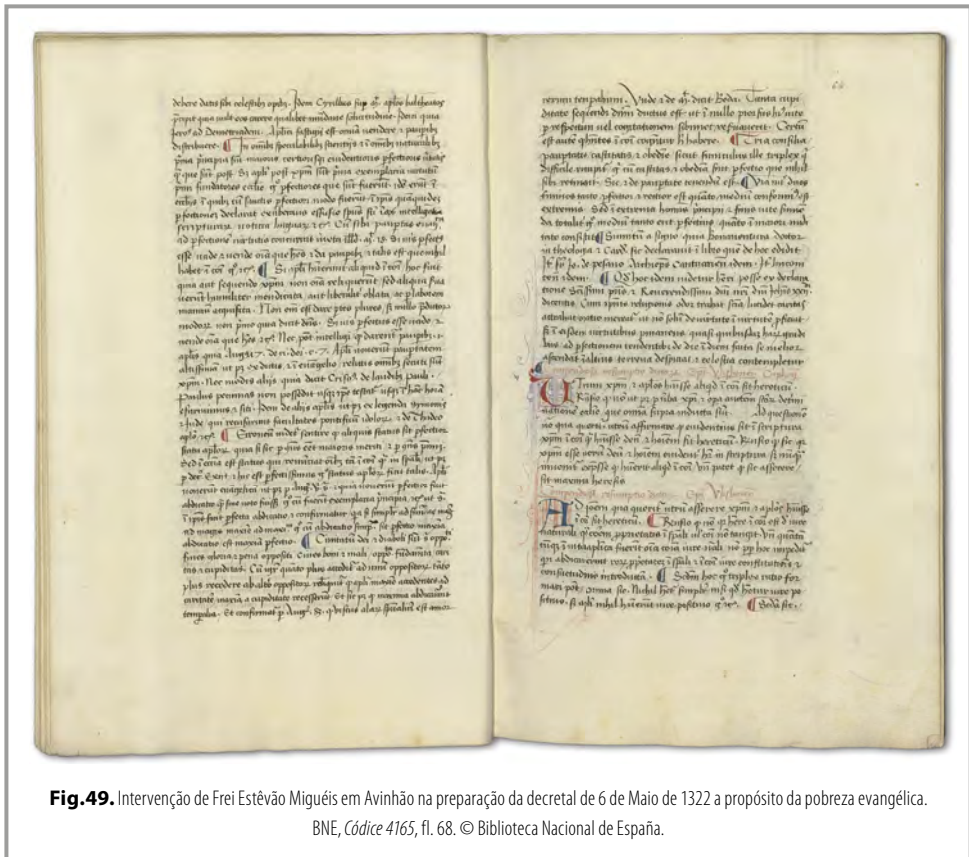


Fig.49. Intervenção de Frei Estêvão Miguéis em Avinhão na preparação da decretal de 6 de Maio de 1322 a propósito da pobreza evangélica.

BNE, Códice 4165, fl. 68. © Biblioteca Nacional de España.

segundo alguns redigida a pedido do papa, revela as dissidências existentes na Cúria episcopal de Lisboa, a que não são alheios os problemas já apontados, acrescidos da ausência do bispo – um religioso – da sua sede e da crescente partidariização que, na altura, já se vivia face ao conflito do monarca com o seu filho.

Em 23 de agosto de 1321, o papa João XXII recomendava aos bispos de Coimbra, Guarda e Viseu que “exercitassem os actos Episcopales no Bispado de Lisboa em quanto o bispo D. Esteuário estava auzente” (BRANDÃO, 1974-1980: VI, 433-434).

Mas para não correr o risco de eternizar o problema, decidiu o pontífice resolver o conflito de forma diplomática, nomeando outro bispo para Lisboa. A sua escolha recairia em D. Gonçalo Pereira, enviando D. Frei Estêvão para a diocese de Cuenca.

A sua nomeação para Cuenca acontece a 21 de agosto de 1322, após dois anos de vacatura desta sé, pois desde a morte de D. Pascual, o cabido catedralício tinha elegido, por meio de compromissos, como novo bispo o então deão

Pedro Martínez, que, no entanto, devido a vários motivos, teve que renunciar à sua eleição nas mãos do pontífice (DÍAZ IBAÑEZ, 2003: 91-94). A transferência de D. frei Estêvão para esta diocese castelhana permitiu resolver o provimento desta Sé e afastar o prelado dos conflitos com o monarca português e com o cabido de Lisboa.

Mas a sua autoridade intelectual junto do papado não parece ter sido muito abalada, uma vez que, ainda antes da sua nomeação para Cuenca, na primavera de 1322, é um dos teólogos ouvidos pelo papa João XXII sobre a forma de viver a pobreza evangélica. Esta questão, alimentada por um grupo de franciscanos, os *fraticelli*, que desejavam viver em pobreza e desprendimento total dos bens, à semelhança de Cristo e dos apóstolos, dá origem a uma discussão entre os franciscanos sobre a pobreza e a forma de a viver, incendiando e pondo em questão a vida “instalada” de toda a Igreja, incluindo a do próprio papado. Tomando uma posição cismática, quase herética, envolveram na polémica outras ordens religiosas, nomeadamente os dominicanos, e a Universidade de Paris.

D. frei Estêvão e seu sobrinho, D. Fernando Ramires, estão presentes na referida discussão académica que ocorre em Avinhão e que se inicia a 6 de maio de 1322. As exposições realizadas foram coligidas em códices contendo as atas da assembleia. Entre as diversas intervenções, conta-se a realizada por D. frei Estêvão (BNE, Códice 4165, f. 68). Assumindo um discurso teórico e académico, o franciscano português apresenta uma abordagem conciliadora, defendendo que Cristo e os Apóstolos tudo teriam em comum e nada a título individual e particular.

No entanto, o debate suscitado por iniciativa pontifícia não logrou resolver a questão que antes se adensou (LOPES, 1997a: 135-140), acabando por se estender a toda a Ordem franciscana. No capítulo Geral de Perugia, em 1322, ainda se reafirma que Cristo e os Apóstolos viviam em pobreza total e absoluta, nada possuindo a título individual, nem comunitário. Face a esta discussão, o papado, a 12 de novembro de 1323, pela decretal *Cum inter nonnullus*, considera herética a referida proposição, que conserva os seus defensores mesmo depois da decisão pontifícia (DUVAL-ARNOULD, 1990: 385-409).

Esta terá sido também a última intervenção pública de D. Frei Estêvão, uma vez que, nomeado para Cuenca, para lá se retira em condições que não parecem muito favoráveis. Assim, a sua situação económica não seria famosa, pois pede emprestados 15 000 morabitanos ao jovem Gil Álvarez de Albornoz, só os devolvendo a 19 de fevereiro de 1324 (DÍAZ IBAÑEZ, 2003b: 94-95).

João XXII, reiteradamente (entre 1322 e 1325), tenta recuperar, a favor da Sé romana, os bens móveis e imóveis do bispo D. frei Estêvão que constituíam reserva apostólica, ou seja “todos os frutos, réditos e proventos que estavam à

disposição do referido bispo (...) e outros bens móveis do referido bispo ao tempo da sua transferência, reservados pelo papa e pela Sé Apostólica, os quais serão aplicados nas necessidades da Igreja de Roma” (ASV, *Reg. Vat.* 111, fl. 251-251v, ep. 1041 e ep. 1042 – Avinhão, 18 de setembro de 1322).

A última notícia que temos do prelado data de 28 de janeiro de 1326, quando aparece como confirmante de uma carta de privilégio dada por Afonso XI (1312-1350) ao mosteiro de Celanova. Deve ter morrido pouco depois, porque, na sua catedral já estará, em 11 de abril do mesmo ano, o seu sucessor, D. Fernando Gutiérrez (1326-1327).

Manda-se sepultar em Santa Cruz de Coimbra, junto dos Santos Mártires de Marrocos (CUNHA, 1642: 235v), de acordo com a sua devoção franciscana, não se sabendo se tal desejo foi ou não cumprido.

Homem multifacetado e interveniente nas várias instâncias do poder, não apenas na Cúria régia e pontifícia mas também no interior da sua diocese de Lisboa. Diplomata ao serviço de um reino e de um rei, não se esquece dos seus interesses particulares e familiares, que não esconde. Mas também religioso e senhor de uma cultura e autoridade reconhecidas que o fazem custódio de Lisboa e participante na discussão sobre um dos temas emblemáticos do franciscanismo e da Igreja em geral, no segundo decénio do século XIV. Tendo caído em desgraça, afasta-se dos principais centros de poder e refugia-se em Cuenca, onde acabará os seus dias, sem dele termos mais notícias.

MARIA FILOMENA ANDRADE

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: BRANDÃO, 1974-1980; CASTRO, 1762-1763; *CENSUAL*, 1924; CONCEIÇÃO, 1740; CUNHA, 1623; CUNHA, 1642; ESPERANÇA, 1656-1666; *MPV*; *O LIVRO DAS LEZÍRIAS*, 2003; “PARA A HISTÓRIA”, 1970; SANTARÉM, SILVA E LEAL, 1842-1869: I; *SYNODICON*, 1982; TORRES, 1988; **Estudos:** ALMEIDA, 1967-1971; ANTUNES, OLIVEIRA E MONTEIRO, 1984; DÍAZ IBAÑEZ, 2003b; DUVAL-ARNOULD, 1990; EUBEL, 1913-1914; EUBEL, 1913-1914; FARELO, 2012b; FARELO, ROLDÃO E MARQUES, 2007; FERREIRA, 1923-1924; GOMES, 2011a; HEFELE, 1907-1921: VI; HOMEM, 1998; JORGE [ET AL.], 2005; LOPES, 1964-1966; LOPES, 1997a; LOPES, 1997b; LOPES, 1997c; LOPES, 1997d; MATTOSO, 2002; MINNERATH, 1996; SOUSA, PINA, ANDRADE E SANTOS, 2016; PIZARRO, 2005; RODRIGUES, 1995; TEIXEIRA, 2001; VÍLAR, 2001.

GONÇALO PEREIRA

(1322-1326)

A românica sé de Braga, que hoje se nos apresenta com muitas alterações e acrescentos de séculos posteriores, demonstrando o interesse de reis e senhores por essa Igreja primaz, tem adossada a ela quatro significativas capelas erguidas pelos seus arcebispos. Uma delas, hoje conhecida por capela de Nossa Senhora da Glória, foi mandada construir por D. Gonçalo Pereira. A sua dimensão, a simbólica das suas pinturas, a monumentalidade e decoração do seu túmulo e jacente revelam-nos a vontade deste arcebispo de legar uma perene memória da sua vida e dos seus feitos. Memória que, em pedra e em escrito, perdura viva até aos dias de hoje.

Família

D. Gonçalo Pereira era neto de Pedro Rodrigues de Pereira e filho de Gonçalo Pires Pereira (LL 21G11,12,13,14). Entroncava, pela via paterna, na linhagem dos Pereira, ramo dos Trastâmara. Os Pereira não tiveram ligações significativas à Corte e ao poder régio, nem possuíram um património avultado ou alianças matrimoniais com linhagens de primeira grandeza nobiliárquica desde finais do século XII e por todo o seguinte. No entanto, a família ascendeu a um primeiro plano no século XIV, dada a trajetória de vários membros em carreiras eclesiásticas no clero secular ou nas Ordens Militares, sobretudo descendentes do segundo casamento de Pedro Rodrigues Pereira, que conduziu a linhagem a uma aproximação à Coroa (PIZARRO, 1999: II, 296-297).

O seu pai, Gonçalo Pires Pereira, de muito controversa identificação, admitindo-se até a existência de dois irmãos com o mesmo nome (KRUS, 1994:

Gonçalo Pereira

c. 1265	Nascimento
1322-1326	Bispo de Lisboa
1323-1325	Coadjutor do arcebispo de Braga
1326-1348	Arcebispo de Braga

98-99), terá sido comendador da Ordem do Hospital na “Espanha” e terá estado em Castela de 1268 a 1271, sendo também referido como comendador de Lima, Toronho, Távora, Faia e Panóias. Foi casado duas vezes, primeiro com Urraca Vasques Pimentel e depois com Inês Lourenço Carnes, tendo descendência de ambos os matrimónios, contando ainda com um filho de barregania (PIZARRO, 1999: II, 302-309; genealogia 4.16.2).

Por linha materna, era neto de Vasco Pimentel, casado com Maria Eanes de Fornelo, e filho de Urraca Vasques Pimentel, linhagem que possuía também ligações à Ordem do Hospital e marcava igualmente presença na Corte em estreita ligação com os Pereira (SOUSA, 2000: 170-171, 192-193). Terá nascido em torno de 1265 e morreu a 22 de dezembro de 1348, talvez vítima de peste (COELHO, 1990: 391, 416).

Percurso eclesiástico inicial

O ascensional percurso eclesiástico de D. Gonçalo Pereira vai fundar-se nas redes eclesiásticas dos seus familiares, nos laços de clientelagem, no serviço ao rei e à Coroa e no patronato de clérigos do reino ou do papado, alicerces indestrutíveis de uma brilhante carreira, que a longevidade mais firmou, e sustentadores de um forte poder. Também o saber coadjuvava este percurso. D. Gonçalo Pereira poderá ter-se educado na corte culta de D. Dinis, mas veio, numa verdadeira *peregrinatio academica*, a cursar a universidade em Montpellier (onde estudava em 1306), Toulouse e Salamanca, nem sempre com comportamentos modelares, como se depreende das cartas de absolvição que lhe foram concedidas, concluindo talvez Leis e Cânones em Salamanca (CUNHA, 1635: 177-178; *PORTUGALIA PONTIFICIA*, 2013: I, n.º 926, 964; II, 342-343, 356-357; FARELO, 2013a: 264). Justamente nesta última cidade teve uma relação com D. Teresa Pires Vilarinho, da qual nasceu D. Álvaro Gonçalves, prior do Hospital, que contou com diversos filhos de sucessivas uniões. Entre eles, da ligação com Iria Gonçalves do Carvalhal, destaca-se D. Nuno Álvares Pereira, elevado a Condestável por D. João I, e cuja uma única descendente, D. Beatriz, casou com o filho ilegítimo do monarca, D. Afonso, futuro duque de Bragança.

D. Gonçalo recebeu a ordem da Epístola em 1287, já como prior de São Nicolau da Feira, e depois a do Evangelho em 1288, que lhe foram concedidas pelo bispo da Guarda, em São Vicente da Beira (CUNHA, 1642: 238; FIGUEIREDO, 1800: II, 356; FERREIRA, 1928-1935: II, 127). Sendo um clérigo da domesticidade do arcebispo de Braga D. Martinho Pires de Oliveira, grande fiel do rei e com reconhecida influência na Cúria pontifícia (VILAR, 1999: 48-49; VILAR, 2001: 595-596), foi provido como cónego da Sé de Tui, em 1296, com

o assentimento do papa Bonifácio VIII, que permitiu ao referido arcebispo agraciar seis dos seus clérigos com benefícios eclesiásticos (FERREIRA, 1928-1935: II, 128; *PORTUGALIA PONTIFICIA*, 2013: I, n.º 887). Este canonicato vagara pela ascensão a bispo do Porto de D. Sancho Pires de Froiã, deão do Porto, que era seu primo, filho de Pedro Homem Pereira (LL 31A2), e igualmente um clérigo doméstico do arcebispo D. Martinho Pires. Mas com D. Sancho Pires no bispado, ficara livre a dignidade de deão da catedral portuense, que D. Gonçalo Pereira veio também a acrescentar nesse mesmo ano (CUNHA, 1635: 178; CUNHA, 1642: 238). Em 1307, recebeu ainda dispensa para acumular mais dois benefícios aos que já possuía, percebendo-se por outra bula de Clemente V, do ano de 1313, que os mesmos se traduziram no priorado do Salvador da Lousada e no de São João de Cinfães (*REGESTVM*, 1885-1892: n.º 1816, 9541). Nesta última carta foi-lhe ainda aditada dispensa para aceder à igreja de São Martinho de Cedofeita, a qual lhe veio porém a ser retirada em 1318, devido à acumulação benefical, que motivou mesmo um processo na Cúria (*LETTRES COMMUNES*, 1904-1947: n.º 7618). Percebe-se bem como todo este seu trajeto de acúmulo de benefícios e dignidades reflete uma estratégia das redes familiares e de clientelagem, que promove os membros da linhagem e recompensa os servidores com carreiras eclesiásticas proveitosas economicamente e bem posicionadas hierarquicamente para poderem almejar mais altos destinos.

Logo em 1321, após o assassinato pelos apoiantes do infante D. Afonso do bispo de Évora D. Geraldo Domingues, colaborador fiel de D. Dinis, o cabido eborense fracionou-se, escolhendo alguns cónegos D. Gonçalo Pereira e outros o deão de Évora, D. João Afonso de Brito. Os apoiantes do primeiro seguiram para a Cúria em Avinhão, onde então residia D. Gonçalo, e tê-lo-ão informado das suas intenções, que não mereceram muito interesse da sua parte, já por certo pensando noutras dioceses mais prometedoras (VILAR, 1999: 79-85).

Na verdade, nesse ano, D. Gonçalo Pereira, que fora enviado ao papa por D. Dinis, negociava na Cúria, onde esteve pelo menos até setembro de 1322, a remoção do bispo do Porto, D. Fernando Ramires, e de seu tio D. Frei Estêvão Miguéis, bispo de Lisboa, prelados que se haviam incompatibilizado com o monarca no contexto da luta do rei com o seu filho, o infante D. Afonso, e dos pleitos sobre a jurisdição do Porto, para além do primeiro também estar desavindo com o próprio D. Gonçalo Pereira (ANTUNES, OLIVEIRA E MONTEIRO, 1984: 116-118). D. Dinis conseguiu os seus intentos, dado que o bispo de Lisboa foi transferido para Cuenca e o do Porto para Jaén. Esperava-se agora a substituição dos prelados portugueses por eclesiásticos próximos do rei, estando indigitado para bispo de Porto, o chantre da Sé da Guarda, D. João Gomes, e

para o bispado de Lisboa, D. Gonçalo Pereira. E, assim, o serviço ao rei e o seu apoio, tutelado ao mais alto nível pelo pontífice, fez D. Gonçalo Pereira ascender a bispo de Lisboa, por bula de 21 de agosto de 1322 (FERREIRA, 1928-1935: II, 129-130; *PORTUGALIA PONTIFICIA*, 2013: I, n.º 1029).

Bispo de Lisboa e arcebispo de Braga

Pouco se conhece da sua ação na diocese de Lisboa de onde, na duração do seu episcopado de 1322 a 1326, estaria a maior do tempo afastado, encontrando-se a gestão da mesma a cargo dos seus vigários gerais, Pedro de Fumone e João Miguéis, cónegos de Lisboa e Afonso Rodrigues, cónego de Silves (TT, *Col. Especial*, cx. 5, n.º 3).

Na realidade, logo a 24 de julho de 1323, foi nomeado coadjutor do arcebispo de Braga D. João Martins de Soalhães, que, embora conselheiro e colaborador de D. Dinis, no final do seu mandato e já idoso, não estava a governar convenientemente a arquidiocese nem tão-pouco os seus auxiliares agiam melhor (*PORTUGALIA PONTIFICIA*, 2013: I, n.º 1033). D. Gonçalo procurou então defender o património da mesa arquiépiscopal, que era usurpado por fidalgos ou alienado e ao mesmo tempo tentou disciplinar a vida eclesiástica (CUNHA, 1635: 179-180;

CUNHA, 1642: 239; FERREIRA, 1928-1935: II, 131-132).

Compreende-se assim que, à morte de D. João Martins de Soalhães, a 1 de dezembro de 1325, o papa João XXII o tenha nomeado arcebispo de Braga, em fevereiro do ano seguinte, havendo-se mantido nesse cargo até à sua morte. Todavia, a transição de D. Gonçalo de Lisboa, diocese preenchida pelo deão de Évora, D. João Afonso de Brito, para Braga, levantou ainda alguns dissídios entre estes dois prelados, até porque o primeiro, com o consentimento papal, retinha as rendas da diocese olisiponense até ser investido na de Braga. Reacendiam-se deste modo anteriores oposições, acabando D. Gonçalo por apenas



Fig. 50. Selo do bispo D. Gonçalo Pereira com a legenda *S(gill)vm*
GONSALVI MIS(er)ACIONE / DIVINA VLIXBONEN(sis) EP(iscop)i, 1322 maio
28, cera. Madrid, AHN, *Sigil-Sellos*, C. 81, n.º 1. © AHN.

receber o pátio em junho de 1326, entrando em Braga no mês seguinte (*PORTUGALIA PONTIFICIA*, 2013: I, n.º 1056-1059; VILAR, 2010: 152-155).

Sabe-se ainda que terá reunido em Lisboa, entre 1 e 3 de setembro de 1324, um sínodo de que infelizmente desconhecemos o conteúdo. Deveria no entanto ter sido nele exigente e atingiria mesmo o laicado, uma vez que houve reações de rei D. Dinis e da nobreza, para além das do clero. D. Gonçalo teve então de fazer uma composição com o monarca e outra com o prior da colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém, garantindo-lhe que as constituições promulgadas não prejudicariam os seus direitos nem os da sua igreja (*SYNODICON*, 1982: 315-317).

Como prelado da arquidiocese de Braga, D. Gonçalo empenhou-se em dignificá-la no espiritual e em lutar pela defesa do seu património e pelo supremo poder jurisdicional prelatício sobre a cidade.

Reuniu cinco sínodos, conhecendo-se o teor dos de 1326 e 1333, havendo notícia da celebração de outros três em 1329, 1330 e 1342 (*SYNODICON*, 1982: 39-53; FERREIRA, 1928-1935: II, 134-135). O sínodo de 1326 teve como objetivo reformar e disciplinar o clero, denunciando muitos dos seus abusos no vestuário e na tonsura, no seu porte, linguagem e rixas, proibindo-lhe ainda a usura com homens de qualquer credo – judeus, muçulmanos ou cristãos – e interditando a exploração de bens eclesiásticos por judeus. No de 1333, o primeiro sínodo redigido em português, traçava um quadro muito negativo do estado material das igrejas com o seu património destruído, inculto e despovoado e da vida religiosa decadente, não se rezando missas, horas canónicas ou ministrando os sacramentos, imputando tal situação essencialmente ao absentismo dos eclesiásticos. Determinava por isso que o clero secular e regular vivesse nas suas igrejas e mosteiros e cumprisse os serviços religiosos que lhe competia e zelasse pelos bens das suas casas. Moralmente, exigia que os clérigos não tivessem barregãs nem desrespeitassem ou fossem indiferentes às excomunhões e que o clero regular residisse no interior dos mosteiros e não fora deles, ainda que com boas condições de vida e alimentação. Já nos de 1329 e 1330, requereu ao clero um subsídio caritativo para fazer face às despesas da sua missão como arcebispo e em defesa da diocese, não se conhecendo o teor do normativo do de 1342, que fora no entanto convocado para denunciar as usurpações dos fidalgos nas igrejas e mosteiros da diocese (*PORTUGALIA PONTIFICIA*, 2013: I, n.º 1164; II, 494-497).

Teve diversas questões com o prior de Guimarães, o qual, no ano de 1341, negou até a visitação do arcebispo, mas D. Gonçalo executou-a mesmo à força (*PORTUGALIA PONTIFICIA*, 2013: I, n.º 1118-1120, 1139-1142; II, 481-483; FERREIRA, 1928-1935: II, 145-147; KRUS, 1994:100).

No que diz respeito ao património, coube-lhe inicialmente pugnar, com a ajuda de D. Afonso IV, pela restituição de bens espoliados em tempos do seu antecessor (VILAR, 2010:155). Em 1329, D. Gonçalo envolveu-se numa questão com o concelho de Vila Flor, em que o monarca procurou intervir a favor do concelho através do seu corregedor, mas o arcebispo não aceitou tal interferência régia nas suas jurisdições (VILAR, 2010: 158). Empenhou-se, em 1334 e em 1342, em reaver a quinta de Antonhais no couto de Braga (l., fr. São Paio da Pousada), que se encontrava nas mãos de João Mendes de Briteiros, e o couto de Ervededo (conc. de Chaves), na posse de D. Branca Lourenço de Valadares, viúva de Martin Anes de Briteiros, bem como por permutas ou doações conseguiu a anexação de diversas igrejas à mitra bracarense (FERREIRA, 1928-1935: II, 141, 147-150; KRUS, 1994:100).

Um poder entre poderes

O estreito e bom relacionamento de D. Gonçalo Pereira com D. Dinis ficou já patente. Sabemos também que, nas lutas que opuseram o monarca ao infante D. Afonso, quando os exércitos de ambos estavam em vias de se afrontarem, no ano de 1323, terá sido graças à intervenção da rainha D. Isabel e do arcebispo que se evitou o embate militar, embora o prelado fosse favorável ao partido régio (MARQUES, 1987: 493).

Foi embaixador do rei na Cúria pontifícia para afastar da cadeira episcopal alguns dos opositores à sua política. Pelo patrocínio régio, viu-se nomeado bispo de Lisboa e indiciado para arcebispo de Braga desde que foi indigitado para administrar a arquidiocese nos últimos anos do governo de D. João Soalhães. Não será, pois, de admirar que tenha sido escolhido para testamenteiro do monarca, juntamente com o seu tio, o prior do Hospital D. Estêvão Vasques Pimentel, nos seus dois testamentos de 1322 e 1324, no primeiro sendo ainda deão do Porto e clérigo do rei e no segundo já na situação de bispo de Lisboa. Poderá mesmo ter sido ele que rezou a missa por ocasião do sepultamento de D. Dinis, no mosteiro de Odivelas, no mês de janeiro de 1325 (PIZARRO, 2005: 256).

As relações com D. Afonso IV foram sempre muito fortes, tanto na oposição como na composição. O monarca ascendeu ao trono decidido a avocar à Coroa os poderes jurisdicionais que pudessem andar usurpados por senhores laicos e eclesiásticos, numa firme política de afirmação e fortalecimento do poder régio e de efetivo governo e pleno controlo territorial de todo o reino sob a sua autoridade, que um desmultiplicado corpo de oficiais régios seus delegados asseguraria. Não hesitou mesmo em confrontar o seu poder temporal, que pela graça de Deus lhe havia sido concedido, com o poder espiritual.

As questões com o poderoso arcebispo de Braga tornaram-se inevitáveis, como aconteceu também com o senhorio episcopal portuense. E eclodiram logo no começo do reinado. Em fins de 1326 ou inícios do ano seguinte, D. Afonso IV estava a nomear tabeliães régios para Braga a fim de escreverem os atos respeitantes aos seus feitos. Desrespeitava assim frontalmente a plena jurisdição do couto episcopal bracarense e, de imediato, D. Gonçalo excomulgou esses tabeliães e não aceitou a ordem régia. O monarca insistiu, e, através de ordens enviadas ao corregedor de Entre Douro e Minho, Vasco Pereira, que era aliás irmão do arcebispo, mandou prender qualquer tabelião do bispo que escrevesse documentos da competência régia e exigiu que o prelado levantasse as excomunhões. O papa João XXII interveio, rogando que D. Afonso IV não se opusesse aos privilégios arquiiepiscopais, mas não houve cedências. Um longo documento de 2 de setembro de 1327 apresentava, quase em jeito de diálogo, os argumentos inconciliáveis de parte a parte, reclamando D. Gonçalo os seus direitos eclesiásticos e o seu poder jurisdicional sobre Braga e o monarca advogando a teoria da separação do poder espiritual, que cabia ao papa e às pessoas eclesiásticas, e do poder temporal, que pertencia ao imperador e aos reis, polémica que corria, aliás, por toda a Europa nessa centúria. Dois meses depois, cedendo ambas as partes um pouco, D. Gonçalo mostrava os documentos que fundamentavam os seus privilégios jurisdicionais, o que antes negara fazer, e D. Afonso IV, por carta de 2 de novembro de 1327, aceitava respeitá-los (COELHO, 1990: 395-399).

O apoio do influente D. Gonçalo Pereira, no interior do reino e na Cúria pontifícia, era imprescindível a D. Afonso IV, que não queria travar uma guerra civil quando a política peninsular se mostrava instável. Por isso se esforçou o monarca por assinar um acordo com Afonso XI, o que veio a acontecer em Escalona, a 25 de março de 1328, em que ambos os soberanos confirmavam os tratados anteriormente celebrados pelos seus pais. Quando em Coimbra, a 17 de dezembro de 1327, D. Afonso IV recebeu os procuradores do rei de Castela com vista à celebração desse contrato de confirmação, aí estava como testemunha, entre outros bispos, D. Gonçalo Pereira (SOUSA, 2005: 181-188).

Mas, em meados da década de 30, houve de novo tensões entre o rei e o arcebispo. No ano de 1334, D. Afonso IV, pelo conhecido “chamamento” geral, exigiu que todos os nobres, prelados e instituições religiosas, que detivessem jurisdições, apresentassem as provas dos seus direitos. Esta lei foi muito mal recebida pela nobreza e pelo clero. D. Gonçalo Pereira, a que se juntou o bispo de Viseu, opôs-se, sendo lidos os seus protestos no tribunal régio reunido em Santarém. Todavia, o tabelião, que assistia à audiência, afastou-se antes de

acabada a leitura, não lavrando qualquer documento, o que nos deixa intuir uma instrução régia para obstruir tais reclamações (BARROS, 1945-1954: II, 458-459).

Esta tensão interna não podia, porém, quebrar as boas relações do rei com tão importante eclesiástico, quando a política externa exigia rigorosa vigilância.

As hostilidades entre Castela e Portugal acabariam de facto por acontecer, acumulando-se razões de ambos os lados – repúdio de D. Branca e casamento do infante D. Pedro com D. Constança Manuel, indigno comportamento de Afonso XI para com sua esposa, D. Maria, filha de D. Afonso IV, entre outras – e D. Gonçalo apoiou militar e diplomaticamente o monarca. Em 1337, ocorreu ao Porto, quando uma incursão de galegos intentava cercá-lo e perseguiu-os por terras de Braga, obrigando-os à retirada (CUNHA, 1635: 183; KRUS, 1994: 100).

Estes conflitos peninsulares inquietavam os reinos da Cristandade, temendo-se a vulnerabilidade dos cristãos em guerra, que facilitaria os avanços dos muçulmanos de Granada ou mesmo do Norte de África. O papa Bento XII interveio e, em 1337, rogava a colaboração dos arcebispos de Braga e de Santiago de Compostela com o núncio papal para restabelecerem a paz entre Portugal e Castela (*PORTUGALLA PONTIFICIA*, 2013: I, n.º 1144; II: 485). Com vista às negociações de paz, nos inícios de outubro de 1338, as delegações dos reis de Castela e de Portugal reuniram-se em Alcalá de Henares e foi D. Gonçalo o procurador de D. Afonso IV, embora no momento tivesse declinado as propostas castelhanas por serem pesadas para o reino português (CUNHA, 1635: 184-185). Abriu-se de novo a guerra, como uma vez mais se perseguiu a concórdia. E, em 1339, D. Afonso IV nomeou D. Gonçalo Pereira como embaixador para negociar a paz com Castela, a qual acabará por vir a ser conseguida nesse ano (Sousa, 2005:188-205).

Nesse quadro de bom relacionamento, D. Afonso IV deu o seu apoio militar a Afonso XI, quando Tarifa foi cercada pelos muçulmanos. E nesta campanha cruzadística, que se saldará pela vitória dos cristãos na Batalha do Salado, a 30 de outubro de 1340, de novo se encontrava ao lado do rei o seu fiel partidário D. Gonçalo Pereira, que teria possivelmente mais de 70 anos, a par do seu filho D. Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Hospital, dos mestres de Santiago e de Avis e de muitos outros nobres (CUNHA, 1635: 185-186; Sousa, 2005: 210-219).

Todavia, ainda uma vez mais se afrontarão politicamente o rei e o arcebispo. Em fevereiro de 1341, o corregedor Afonso Domingues entrou em Braga reclamando a jurisdição cível e crime da cidade. Destituiu os tabeliães do arcebispo, nomeou alcaide e juiz para a cidade, prendeu os rebeldes laicos ou eclesiásticos, levantou o concelho contra o seu senhor, que compôs mesmo um selo próprio para dar credibilidade a uma outra identificação. Aberta uma guerra civil, D. Afonso IV procurou restituir a paz, não secundando a vontade e o querer do

corregedor, delegado do seu poder ou algo exorbitante nele, e entregou uma vez mais a plena jurisdição de Braga ao seu arcebispo. Atendia, como se aludia na carta régia de 24 de agosto de 1341, aos muitos serviços prestados por este seu valido e àqueles que ainda poderia receber, dada a sua grande importância “porque he tal que mi pode servir quando mi seu serviço comprir” (COELHO, 1990: 400-402). Sem esquecer que, em sentido contrário, também D. Gonçalo recebera do rei, em diversos momentos, a confirmação dos seus privilégios e o reforço da autoridade real nas cobranças de rendas ou litígios em que se envolveu (FERREIRA, 1928-1935: II, 141).

Por sua vez, a abundante documentação pontifícia atesta-nos que as relações de D. Gonçalo com a Cúria papal foram igualmente intensas e as melhores, sobretudo a partir da ascensão ao papado de João XXII, que fixou a sua residência em Avinhão, onde o prelado bracarense esteve várias vezes.

Junto do papa, defendeu os interesses do rei de Portugal D. Dinis, como vimos, e continuamente foi noticiando os êxitos das negociações ocorridas entre o rei e o infante D. Afonso, em que ele próprio fora intermediário, como depois agirá, a mando do pontífice, nas questões de D. Afonso IV com Castela.

Várias letras apostólicas são emanadas em 1322, reportando-se à promoção de D. Gonçalo ao episcopado de Lisboa e apoiando-o, percebendo-se nelas que o pontífice aceitara os pedidos de D. Dinis, que o recomendara para tal dignidade (ASV, *Reg. Vat.* 111, f. 243v, 244, 253). Do mesmo modo o sustentou como coadjutor do arcebispo de Braga, na ação de reforma material e espiritual da diocese, como depois quando se encontrava já à frente do arcebispado (ASV, *Reg. Vat.* 113, f. 108).

Em vários anos, o papa João XXII incumbiu-o da resolução de dissídios eclesiásticos e recomendou-lhe que auxiliasse os núncios apostólicos a cobrar as rendas devidas à câmara apostólica por transferência, morte ou dívidas de diversos bispos, como os de Lisboa, Porto, Évora, Guarda, Coimbra (*PORTUGALIA PONTIFICIA*, 2013: I, n.º 1061, 1073, 1082; II, 417-418; ASV, *Reg. Vat.* 111, f. 254v-255v; 113, f. 311). No final da década de 30, Bento XII nomeou-o mesmo coletor da câmara apostólica para receber os réditos das vacaturas dos benefícios eclesiásticos e bispados de Portugal, bem como para cobrar diversos subsídios que o reino devia pagar à Cúria (ASV, *Reg. Vat.* 133, f. 134, 135). João XXII demonstrava, nas suas cartas, uma total confiança neste prelado, a quem muito protegeu, o que D. Gonçalo reconhecia em absoluto, continuando os seus sucessores, Bento XII e Clemente VI, a manter com ele um bom relacionamento, havendo por isso desempenhado um papel importante na direção da coletoria portuguesa durante as décadas 1330 e 1340 (FARELO, 2013b: 82, 94, 95).

A preparação do fim

Sentindo por certo já o peso dos anos, e pensando em cumprir todos os cânones de uma boa morte, em que a disposição da última vontade era peça chave, com cerca de 67 anos de idade, este prelado começou a preparar o seu fim, no caminho seguro para o mundo celeste em consonância com uma perene memória neste mundo terreno. Memória de uma vida e de uma carreira, que teve todos os requisitos – linhagem, saber, talento, ambição, amizades, idade e experiência – para se notabilizar (GUENÉE, 1987: 20-47).

Em 1331, terá iniciado as diligências para a construção de uma capela e casas para os capelães com o assentimento papal (*PORTUGALIA PONTIFICAL*, 2013: I, n.º 1115, 1116) e, entre os anos de 1333 e 1334, numa coerente e sistemática política aquisitiva, favorecida certamente pela conjuntura depressiva que então se vivia, comprou talhos, leiras, herdades, vinhas e bacelos, procurando, na paisagem rural nortenha de minifundismo, emparcelar terrenos que mais rendessem no seu cultivo e exploração. E atuava, como sempre declarava em tais atos, não como arcebispo, mas “pera razom de sa pessoa e de seu patrimonio”. Quando, em 29 de novembro de 1333, pediu a D. Afonso IV a confirmação das suas compras, declarava já ter despendido 6000 libras e rogava autorização para investir mais 10000 libras, o que o monarca não consentiu, embora o prelado adquirisse mais prédios ao longo de 1334, 1335 e 1342.

Toda esta denodada ação tinha em vista a dotação da sua capela, que fundou por carta de 27 de abril de 1334, provida com quintas, casais, herdades, casas, o padroado de várias igrejas e algum dinheiro consignado em bens, património este concentrado no concelho de Braga e nos limítrofes de Barcelos, Vila Nova de Famalicão e Felgueiras, para além de uma quinta em Lisboa, na freguesia de Loures. Mas porque o papa João XXII lhe concedera autorização para poder retirar terras, posses e rendimentos do cabido até ao montante de 6000 florins, ainda em 29 de março de 1336 lhe afetou outros prédios rurais e urbanos (COELHO, 1990: 405-409, 419-423).

A viabilidade económica de uma capela, que perpetuamente sufragasse a sua alma, estava assegurada, o que lhe daria maiores garantias de que os deveres espirituais exigidos seriam cumpridos. D. Gonçalo Pereira, com grande rigor e minúcia, vai então estipular nos estatutos, o regulamento da capela, a sua administração e a construção do edifício (COELHO, 1990: 409-416, 425-462).

Ao abrir a sua última vontade, declarava-se “misero e muito ingrato pecador”, o que não seria uma mera fórmula de humildade mas uma profunda consciência da trajetória da sua vida, em que “envolto nos humanos negócios aos quaes com mais forças apliquei os movimentos do meu coração...fui

negligente e remisso em celebrar os divinos obsequios”. Pesar-lhe-iam por certo os maus costumes da sua juventude e os atos violentos que por vezes perpetrara no exercício já do seu múnus eclesiástico, tantas vezes em dissonância com as exigências morais e religiosas das normativas que impusera. Por isso, repetidamente determinava missas e orações para compensar os ofícios religiosos que não celebrara. Não menos estava seguro que devia o seu elevado estatuto e superior poder a patronos, que indigitava para serem lembrados também nesta capela – o papa João XXII, “o qual depois de Deus me fez quasi de nada”, D. Dinis “de que reciby muitos bens” e D. Afonso IV e seus sucessores, a quem requeria a proteção e guarda das suas cláusulas testamentárias.

Na capela haveria seis capelães, coadjuvados por três moços clérigos, tendo cada um deles de lhe rezar missa diária nos quatro altares da capela, as horas canónicas da Virgem e dos defuntos, as exéquias fúnebres sobre o seu túmulo e outras missas e ofícios ao longo do ano, que discriminava com pormenor. Nas missas, sufragavam-se as almas de D. Dinis, D. Afonso IV, dos arcebispos e clérigos de Braga seus sucessores, que seriam os guardiães desta manda, do bispo D. Pedro Sanches e de todos os que o haviam beneficiado. A remuneração do desempenho de todos os encargos constava, no caso dos clérigos, de cinco soldos diários para comida e vinte e cinco libras anuais para vestuário e no dos moços de dez libras anuais, mas o incumprimento das obrigações era penalizado com multas que se especificavam.

Este corpo de eclesiásticos viveria em comunidade em casas contíguas à capela, em boas condições de cama e mesa, sendo mesmo atendidos por um serviçal, pago com oito libras anuais, e receberiam particulares cuidados em caso de enfermidade. Seguiriam, no entanto, regras estritas de vida e moral – não sairiam ou se ausentariam e, quando o fizessem, e só por tempos curtos, deveriam deixar um substituto; não poderiam exercer ofícios públicos ou ter outros benefícios eclesiásticos; não teriam mancebas nem deveriam permanecer tempo alongado em excomunhão. Cumpria-lhes ainda saber ler e cantar para cumprir condignamente as suas funções e apresentarem-se sempre devidamente paramentados.

O administrador da capela devia escolher de entre eles um capelão-mor, que contaria com mais dez libras que os demais, o qual deteria as chaves da capela e do tesouro. Neste, guardavam-se cálices, cruces, turíbulos, livros, vestimentas (pelo menos seis capas de seda) e outros ornamentos para o desempenho dos capelães e ainda mais três vestimentas e três cálices de estanho para outros clérigos que viessem rezar na capela.

O deão da catedral assumiria as funções de provedor e administrador dos bens da capela, cuidando dos seus rendimentos. Por sua vez, dois contadores,



eleitos cada ano pelo São João, anotariam as receitas e as despesas. Na arca do tesouro, guardada com três chaves, detidas, respetivamente, pelo administrador, capelão-mor e cabido, existiria sempre um pecúlio de 1000 libras para fazer face a obras na capela ou nas casas dos capelães. Satisfeitos todos os encargos, se houvesse remanescente, devia ser distribuído pelos pobres.

Várias cláusulas da manda especificavam que o deão que fosse governador da capela devia ser natural de Portugal por linha paterna e materna, ou, no mínimo, por uma delas, pois de outro modo o cargo passaria para o chanfre ou o mestre-escola ou ainda para um qualquer cónego eleito pelo cabido. Pressente-se, no detalhe do normativo, uma preocupação com este item, temendo-se por certo que qualquer estrangeiro pudesse alienar o património e as rendas da instituição.

Determinava-se ainda que o cabido seria o máximo responsável pelo cumprimento das cláusulas espirituais e temporais estatuídas para a capela, podendo

destituir quem fosse incumpridor e estando sempre vigilante e a ela associado, pressentindo-se uma boa relação do arcebispo com os seus cónegos. Cumpriria ao cabido rezar anualmente um aniversário por sua alma, com ofício de vésperas e matinas, recebendo aliás cada um dos presentes montantes em dinheiro por tais celebrações e, no final da missa, seriam lidos os estatutos da capela para que sempre se lembrassem e acatassem, recebendo mesmo os assistentes à leitura cinco libras.

Mas D. Gonçalo, na sua longa vida, teve ainda ocasião de rever os estatutos da sua capela por cartas de 12 de setembro de 1343 e 5 de julho de 1344, que foram confirmados pela bula *Laudabile et pium* de Clemente VI, datada de Avinhão de 12 de julho de 1346, como os anteriores o haviam sido pelo papa João XXII (*PORTUGALIA PONTIFICAL*, 2013: I, n.º 1165, 1175, 1176; II, 497-522).

Como as rendas da capela sobejavam, ficou então determinado que oito pobres residiriam permanentemente nas suas casas, sendo cuidados por duas mulheres honestas que lhes asseguravam os serviços de comida, cama, lavagem de roupa e do corpo e cuidados de saúde, se adoecessem, sendo-lhes também destinado condigno vestuário. Os pobres retribuiriam esses benefícios materiais com a sua intermediação junto do divino, ouvindo missas, ofícios e rezando orações por alma de D. Gonçalo. Por sua vez o corpo eclesial da capela acrescentava-se com dois capelães e um moço clérigo.

Estes novos encargos eram garantidos com um reforço considerável do património da capela, que pormenorizadamente se mencionava. Os rendimentos de todos os bens permitiam mesmo que o pagamento ao administrador aumentasse, bem como as dádivas aos cónegos e porcionários do cabido que assistissem às celebrações do seu aniversário, e ainda que a reserva monetária guardada na arca duplicasse.

D. Gonçalo insistia também na estrita vigilância do cumprimento das suas determinações para o que convocava um familiar e o arcebispo de Braga, mediante compensações, bem como o cabido da catedral e o rei a serem protetores e zeladores dos estatutos da capela. Mesmo até ao fim, este prelado, preparando a passagem e assegurando a sua vida futura no Além, cuidou, com detalhe e rigor, do investimento dos *temporalia* em *spiritualia*, (CHIFFOLEAU, 1980a).

O edifício gótico da capela erguia-se ao lado da de São Geraldo e no seu interior dispunham-se quatro altares – o maior e principal em honra da Virgem, e os secundários dedicados a Santo André, Santa Maria Madalena e aos Mártires São Lourenço e São Vicente, síntese da sua profunda espiritualidade mariana, carregada de uma devoção a uma santa pecadora, como ele próprio se confessava, e evocando também a memória do principal orago de Lisboa, prelazia que antes



Fig. 52-53. Vestes litúrgicas funerárias armoriadas de D. Gonçalo Pereira (mitra e luvas), primeira metade do séc. XIV, tecidos. Braga, Cabido da Sé de Braga – Tesouro-Museu da Sé de Braga, n.º inv. TMSB 1756-7TEX. © Cabido da Sé de Braga – Museu Pio XII. Foto: Manuel Correia.

detivera. Os altares teriam sempre lâmpadas de azeite a alumia-los e a capela haveria de se encontrar iluminada durante toda a noite, jorrando sobre todo o espaço a luz salvífica.

Ao centro, defronte do altar-mor, destacava-se o seu monumental túmulo de grande qualidade artística, obra encomendada em 1334 a Mestre Pero de Coimbra e Telo Garcia de Lisboa. O primeiro teria sido o responsável pelo monumento fúnebre da Rainha Santa Isabel, que o arcebispo teria visto, havendo ordenado um similar programa escultórico, se bem que adaptado à sua pessoa e estatuto.

No lateral direito da sua arca encontram-se figurados os cônegos da Sé, que o acompanharam em vida e agora na morte, ao zelar pelo cumprimento das suas últimas vontades, dialogando com os doze apóstolos esculpidos no lado oposto, aqueles que sempre fielmente seguiram Cristo. A cabeceira está decorada com a Paixão de Cristo, ladeado pelo discípulo amado (erradamente à direita) e pela Virgem e aos pés apresenta-se a Virgem da sua particular devoção com o menino ao colo, numa dialéctica entre o princípio e o fim, entre a infância e a morte de um Deus-Menino e Homem, na manifestação da sua religiosidade crística e mariana, ostentada em imagem, mas reforçada pela palavra dos evangelistas, que se evocam na figuração tetramórfica do leão (Marcos), do boi (Lucas), da águia (João) e do anjo (Mateus). O seu imponente jacente retrata-o, nos traços de uma vetusta idade, com todos os atributos da sua dignidade arquiépiscopal – vestes pontificais de enorme aparato – já estudadas na sua riqueza têxtil e ornamental



Fig. 54. Pintura mural com armas de D. Gonçalo Pereira na sua capela funerária, 1334-1336, frescos. Braga, Sé de Braga, capela sepulcral do arcebispo (Capela da Glória) (claustro). © Cabido da Sé de Braga

(ALARCÃO, 2004: 15-20; ALARCÃO, 2014: 369-386), mitra decorada com pedras preciosas, báculo, mãos enluvadas, ostentando jóias e anéis de pedrarias –, na magnificência do seu estatuto e na grandeza do seu poder de rico cortesão e senhor da Igreja (SILVA E RAMÔA, 2009: 110-112). Manifestação de poder espiritual que se reforça de poder terreno. Nas paredes pintadas a fresco com ornamentações geométricas moçarabizantes, destacam-se o brasão dos Pereira e o brasão real, numa afirmação inequívoca do alto prestígio da sua linhagem e da sua indissociável e prestimosa associação ao rei e à Coroa.

Segundo a manda, alegando-se que a capela era pequena, nela só poderiam ser sepultados outros arcebispos de Braga, mas nenhum ousou partilhar esse espaço sagrado e simbólico da sua memória terrena projetada para o Além.

Memória de um comprometido político na corte portuguesa, de um poderoso bispo de Lisboa e arcebispo de Braga, de um influente eclesiástico na Cúria pontifícia, de um dos mais prestigiantes membros da linhagem dos Pereira em meados de Trezentos, raiz matricial da futura Casa de Bragança.

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas. *BENOÎT XII. LETTRES CLOES*, 1919-1959; CUNHA, 1635; CUNHA, 1642; FIGUEIREDO, 1800; *LETTRES COMMUNES* (1904-1947); *LL; PORTUGALIA PONTIFICIA*, 2013; *REGESTVM*, 1885-1892; *SYNODICON*, 1982; **Estudos:** ALARCÃO, 2004; ALARCÃO, 2014; ANTUNES, OLIVEIRA E MONTEIRO, 1984; BARROS, 1945-1954; CHIFFOLEAU, 1980a; COELHO, 1990; FARELO, 2013a; FARELO, 2013b; FERREIRA, 1928-1935; GUENÉE, 1987; KRUS, 1994; MARQUES, 1987; PIZARRO, 1999; PIZARRO, 2005; SILVA E RAMÔA, 2009; SOUSA, 2000; SOUSA, 2005; VILAR, 1999; VILAR, 2001; VILAR, 2010.

JOÃO AFONSO DE BRITO

(1326-1342)

D. João Afonso de Brito foi bispo de Lisboa entre 1326 e 1342. Anteriormente chegara a ser escolhido pelo cabido eborense para bispo desta cidade, em 1322, num processo polémico de que adiante se dará conta. As suas relações familiares denotam uma rede de ligações eclesiásticas ao mais alto nível. De facto, João Afonso era sobrinho do arcebispo de Braga Martinho Pires da Oliveira e o seu filho bastardo Martim Afonso de Brito casaria com uma filha de Afonso Martins Froião, este último um primo do arcebispo de Braga Gonçalo Gonçalves Pereira (*LD*, 2AN7; FREIRE, 1996: I, 415; KRUS, 1994:107). Mais importante ainda terá sido a proteção régia que a família dos Brito recebeu pelo menos desde o final do reinado de D. Dinis, aí residindo um dos fatores de promoção social que a linhagem conheceu ao longo do século XIV. As boas relações com Afonso IV e a confiança que João Afonso granjeara durante a sua longa permanência na Cúria pontifícia levaram o papa João XXII, em 1327, a solicitar ao então recente bispo de Lisboa que intercedesse junto do monarca português, a fim de que este não se opusesse à nomeação de tabeliães por parte do arcebispo de Braga (SANTARÉM, SILVA E LEAL, 1842-1869: IX, 339-340; ALMEIDA, 1967-1971: I, 487). A proximidade da Corte régia e do próprio rei conferiam ao bispo de Lisboa uma inegável relevância política que D. João Afonso de Brito não enjeitaria e de que os da sua família também beneficiaram. Foi assim que Constança Afonso, irmã do bispo de Lisboa e viúva de Mem Rodrigues de Vasconcelos, foi agraciada em

João Afonso de Brito

? Nascimento

1326-1342 Bispo de Lisboa

1342.7.25 ou 8.26 Morte

1339 com uma carta de mercê régia pela qual pôde manter certos bens que seu marido recebera (SOUSA, 2005: 113). Como corolário da referida proteção do rei, o próprio João Afonso de Brito haveria de reconhecer que a sua família era “feitura” dos reis de Portugal, como ficou registado na Chancelaria Régia (*ChAftV*, II, 310-311).

D. João Afonso de Brito surge pela primeira vez na documentação em junho de 1302, quando testemunha em Montpellier uma procuração de seu primo Rodrigo Pires de Oliveira, prior de Guimarães (SARAIVA, 2003: 64). Regressado da Cúria ou provavelmente de uma viagem de estudo – como sugere o facto de o seu primo se encontrar no ano anterior em Paris, na casa de mestre Raoul de *Vico Novo* – já nessa altura se intitulava cônego de Braga. Sendo provável que tivesse obtido pouco depois um canonicato no cabido da Sé de Évora, certa é a sua ascensão a benefícios mais importantes, por volta de 1312, quando o cabido eborense o elegeu como o seu deão e os padroeiros leigos da igreja de São Miguel de Tresminas o escolheram como prior (TT, *Odivelas*, liv. 2, f. 102; *REGESTVM*, 1885-1892: n.º 10193).

Não é possível defender a sua identificação com o eleito de Braga em 1313, como sugere repetidamente a historiografia, uma vez que este último é, na realidade, Afonso Anes, parente de D. Domingos Jardo e futuro bispo de Silves (FARELO, ROLDÃO E MARQUES, 2007: 288, 293). Uma tal confusão reside, em parte, no parco conhecimento sobre o seu percurso nestes anos, porventura motivado por uma estadia no estrangeiro. Sabemo-lo na Cúria pontifícia em 1317, pois nessa data o papa manditou três clérigos para administrar os seus benefícios durante os cinco anos seguintes, argumentando o pontífice com o facto de ele se encontrar *causa studii* na Cúria (*LETTERS COMMUNES*, 1904-1947: n.º 3356). Aí terá permanecido nos anos subsequentes, o que permitiu consolidar as suas relações e o seu conhecimento dos meandros curiais. Contudo, encontrar-se-ia já no reino português em 1321, quando foi escolhido por uma parte do cabido da Sé de Évora para suceder ao bispo D. Geraldo Domingues. As peripécias desta eleição, polarizada em torno das figuras de D. Gonçalo Pereira, futuro bispo de Lisboa e arcebispo de Braga, e do próprio João Afonso, deixaram rasto na documentação e são por demais conhecidas (VILAR, 1999: 79-83, *maxime* 82). Na verdade, esta eleição entroncava no conflito que então grassava entre o rei D. Dinis e o infante D. Afonso, ao ponto de este último solicitar ao papa que a referida cátedra fosse concedida a João Afonso. A resposta do pontífice foi hábil: tendo provido o novo bispo – castelhano, por sinal – antes de receber a carta do infante, o papa justificou a referida escolha com o propósito de não beneficiar nenhum dos lados, “de forma a manter a concórdia entre as

partes, parecendo grosseiro – aos olhos do papa – prover agora o referido deão” (ASV, *Reg. Vat.* 111, f. 251v-252, ep. 1044).

Contudo, o seu tempo chegaria, mais cedo ou mais tarde. Assim, na companhia do mais importante valido afonsino, de seu nome Lopo Fernando Pacheco, liderou a embaixada que o novo monarca enviou logo no início do reinado à Cúria apostólica. Para além dos assuntos que os embaixadores régios deveriam tratar com João XXII, D. Afonso IV constituiu-o como seu procurador para recuperar uma dívida efetuada em nome de D. Dinis por Vasco Martins, cônego de Lisboa, que até então defendia os negócios do reino de Portugal na Cúria apostólica (FARELO, 2010b: 751-752; ASV, *Reg. Vat.* 113, f. 39, ep. 316; TT, *Núcleo Antigo*, n.º 39, f. 32v-34v; ANF, J 597³).

João Afonso aproveitou esta nova estadia na Cúria para fazer avançar os negócios benéficiais dos seus senhores e da sua família. Em 23 de fevereiro de 1325, certamente pouco depois de chegar a Avinhão, foi ele um dos executores da carta de provisão em favor de Afonso Gonçalves de um canonicato, sob expectativa de prebenda em Lamego, a pedido da rainha D. Beatriz. Idêntica função consta da carta, datada pela chancelaria apostólica do dia seguinte, pela qual o seu irmão Martinho Afonso obteve a graça expectativa de uma dignidade na Sé de Braga. Menos de três meses depois, coube-lhe a execução da colação de Ascenso Domingues, clérigo da mesma rainha Beatriz, na igreja de Santa Maria de Salzedas, na diocese de Lamego (*LETTRES COMMUNES*, 1904-1947: n.º 1633, 21647, 22377).

João Afonso esperava então pela sua vez para adquirir novos benefícios, como se deduz da concessão que lhe é feita por essa altura de 300 florins de ouro anuais sobre os frutos de Montemor-o-Novo, pertencentes à mesa do bispo de Évora, justificada significativamente pela espera “de uma prelatura, uma dignidade ou um benefício (*personatum*)” (*LETTRES COMMUNES*, 1904-1947: n.º 22343).

Com efeito, a sua oportunidade surgiu alguns meses mais tarde com a chegada à Cúria, nos inícios do ano 1326, da notícia da morte do arcebispo de Braga D. João Martins de Soalhães. O processo da sua substituição desenvolveu-se de forma célere, uma vez que Gonçalo Pereira foi transferido de Lisboa para a arquidiocese de Braga, sendo João Afonso provido para o seu lugar, por cartas apostólicas de 27 de fevereiro desse ano (*LETTRES COMMUNES*, 1904-1947: n.º 24512). Uma bula enviada ao rei, datada de 2 de maio, permite perceber que essa solução não era a desejada por D. Afonso IV. De facto, este havia enviado carta ao papa solicitando a Sé de Braga para D. João Afonso. Ora, a astuciosa resposta do papa não passou, desta feita, pelo argumento do atraso da receção da missiva régia, como em 1321-1322. Ao invés, o pontífice dizia acreditar ter

agradado ao rei por ter provido Gonçalo Pereira na referida Sé, ao mesmo tempo que concedeu ao candidato régio a Sé de Lisboa (ASV, *Reg. Vat.* 113, f. 244, ep. 1437). Nessa perspectiva, a promoção episcopal deste último constituiu uma dupla compensação: pela postulação falhada a Évora em 1321 e pela apresentação régia falhada a Braga em 1326.

No entanto, ao contrário do que se poderia pensar – e reavivando certamente antigos antagonismos – o provimento de João Afonso na cátedra olisiponense não se fez sem dificuldades. Desde o dia 4 de março seguinte, o papa João XXII permitiu que Gonçalo Pereira retivesse para si a administração e a percepção das rendas da diocese de Lisboa, até que fosse empossado nos bens e na administração pacífica da arquidiocese de Braga e que João Afonso fosse provido na Sé olisiponense (ADB, *Col. Cronológica*, pasta 10, n.º 422-429; *LETTRES COMMUNES*, 1904-1947: n.º 24554). Este compasso de espera, nitidamente prejudicial aos interesses de João Afonso, motivou uma reação clara de sua parte. Por um lado, cumprindo a prática de um eleito ausente da sua diocese, deu poder ao seu vigário-geral, Gil Martins, tesoureiro de Braga, para proceder ao provimento e colação de todos os benefícios da sua nova Igreja, até que chegassem a Lisboa as respetivas cartas apostólicas (CUNHA, 1642: 241v).

Como seria de esperar, a questão não ficou resolvida com a chegada das mesmas. Publicadas perante o cabido olisiponense a 6 de maio, tais documentos foram contestados pelo procurador do arcebispo no respeitante à administração dos bens e dos réditos gerados pela diocese (CUNHA, 1642: 241v). Terá sido nesta altura que João Afonso modificou a sua estratégia, passando a mobilizar as suas clientelas para ações de sabotagem, nomeadamente através de intervenções destinadas a retirar capacidade administrativa aos apaniguados do arcebispo-eleito, como nos casos do roubo do selo da audiência ou da apropriação indevida dos rendimentos da fábrica da sé (ADB, *Col. Cronológica*, pasta 10, n.º 435; VILAR, 2010: 152-153).

A solução para esta questão viria no mês seguinte, com a tomada de posse da arquidiocese bracarense pelo antigo prelado de Lisboa (CUNHA, 1642: 239). Por essa altura, João Afonso estaria ainda na Cúria pontifícia, a proceder aos diversos trâmites associados à sua promoção episcopal. Após a sua nomeação, efectuada nos fins de fevereiro, iniciou-se o processo de transferência dos seus benefícios. Desde logo, a primeira instituição a retirar dividendos da mesma foi a própria Cúria, na medida em que a concessão em 15 de março a Raimundo de Serra da sua igreja de Tresminas foi justificada pela devoção deste último “ao papa e à Sé apostólica” (*LETTRES COMMUNES*, 1904-1947: n.º 24688). Um importante passo do referido processo de acesso à cátedra teve lugar cerca de um mês

mais tarde, com a receção das cartas testemunhais referentes à sua consagração. Concedidas a 4 de maio pelo cardeal Guilherme Peyre de Godin – o qual havia sido poucos anos antes legado apostólico na Península Ibérica –, João Afonso podia legitimamente sair da Cúria e voltar ao reino (*LETTRES COMMUNES*, 1904-1947: n.º 25208). Contudo, a permanência então na Cúria do enviado da rainha, Vasco Martins, fê-lo porventura retardar a sua partida até que este recebesse os benefícios que João Afonso possuía no cabido ebo-
rense (*LETTRES COMMUNES*, 1904-1947: n.º 25234). Será, pois, já na qualidade de deão de Évora que a chancelaria apostólica refere Vasco Martins como aquele que solicitou ao papa, em nome da rainha D. Bea-

triz, a concessão de uma cruz do Santo Lenho e de várias relíquias de santos. Segundo o papa, tais ofertas deveriam ser dadas ao novo bispo de Lisboa e a frei Francisco, franciscano e confessor da rainha, os quais teriam a incumbência de as levar à referida D. Beatriz (ASV, *Reg. Vat.* 113, f. 244-244v, ep. 1440).

Mas o novo prelado de Lisboa não se iria despedir da Cúria sem antes retribuir a benesse que lhe havia sido concedida. Motivado pelas necessidades financeiras da Cúria, então a braços com os “heréticos” italianos organizados em torno dos duques de Milão, João Afonso ofereceu à Câmara Apostólica os rendimentos da mesa episcopal lisiponense durante o primeiro ano do seu pontificado, mais propriamente desde o dia da sua promoção e confirmação até ao São João seguinte (24 de junho de 1327) (CUNHA, 1642: 241v).

Curiosamente, João Afonso não obteve um grande conjunto de indultos – ao contrário da prática geralmente observada na Cúria aquando das promoções episcopais –, pois logrou alcançar somente uma graça para que o seu confessor o pudesse absolver plenamente, tanto em artigo de morte como em todos os seus pecados (*LETTRES COMMUNES*, 1904-1947: n.º 26145). Seria esse um efeito da ação do arcebispo bracarense? Na verdade, este último mantinha-se pujante na Cúria,



Fig. 55. D. Afonso IV nomeia D. João Afonso de Brito como seu procurador na Cúria Apostólica, 1325 março 18, pergamimho. Paris, Archives Nationales, J 5973. ©Archives Nationales (France)

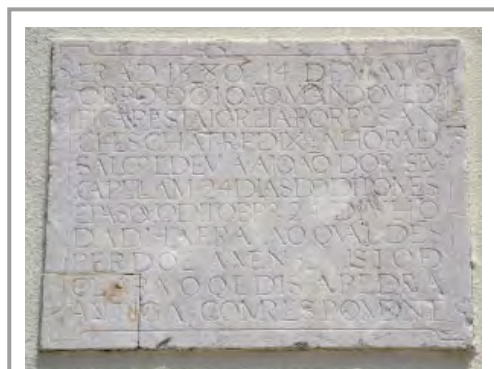


Fig. 56. Epígrafe moderna embutida na fachada da igreja de São Lourenço de Carnide (Lisboa). Nela se copia o conteúdo de uma inscrição medieval, já desaparecida em finais do século XIX, alusiva à construção do templo, feita por iniciativa do bispo D. João Afonso de Brito, poucos meses antes da sua morte. © Paróquia de S. Lourenço de Carnide. Foto: Paulo Almeida Fernandes.

como testemunha o facto de o canonicato prebendado em Braga, pertencente a João Afonso, ter sido entregue a João Vicente, um apaniguado do novo arcebispo, enquanto os rendimentos episcopais, então alienados temporariamente, iriam ser geridos pelo referido arcebispo, como determinado pelo papa por bula de 23 de agosto (*LETTRES COMMUNES*, 1904-1947: n.º 26149).

Desconhecem-se os efeitos práticos dessa alienação, assim como da própria vivência de D. João Afonso na sua diocese, para além de ter mandado fundar a igreja de São Lourenço de Carnide, dois meses e

meio antes de morrer (BARROCA, 2000: II/2, 1638-1639). O conhecimento da sua biografia para este período deriva, em grande medida, da documentação pontifícia, pelo que a sua ação só pode ser apreendida a partir das missões de que foi incumbido pelo poder apostólico. Estas focam-se, em termos cronológicos, nos primeiros anos do seu episcopado, geralmente em torno de assuntos envolvendo o rei D. Afonso IV. Assim, desde outubro de 1326, foi chamado a dirimir a sucessão na sua antiga igreja de Tresminas. Com o escalar da dissensão entre o monarca e o arcebispo por causa da jurisdição na cidade bracarense, o papa contará com a proximidade de João Afonso face ao rei para lhe confiar a tarefa de persuadir Afonso IV a não se opor à criação de tabeliães por D. Gonçalo Pereira. Nesse mesmo ano, documenta-se a ligação de D. João Afonso ao bispo de Coimbra D. Raimundo. Com efeito, João Afonso será um dos juízes conservadores para dirimir as questões envolvendo D. Raimundo durante o quinquénio de 1327 a 1332. Com relações privilegiadas com o prelado conimbricense e com a rainha, D. João Afonso, nesse mesmo ano de 1327, é nomeado para inquirir da veracidade dos agravos imputados ao bispo e ao cabido de Coimbra relativamente ao não cumprimento dos privilégios pontifícios concedidos às clarissas de Santa Clara de Coimbra. Dois anos mais tarde, o bispo de Lisboa é o arauto de mais uma questão envolvendo a cidade de Coimbra. Desta feita, a incumbência régia recai sobre a Universidade, então fixada à beira do Mondego. Juntamente com o eleito de Viseu Miguel Vivas e com o arcediago de Penela, João Afonso assumirá



também ele a tarefa de executar o indulto concedido por João XXII ao rei, a saber, a isenção de residência nos seus benefícios durante cinco anos para todos os clérigos que, no referido Estudo Geral estudassem Direito Canónico e Civil, assim como as outras ciências (*LETTRES COMMUNES*, 1904-1947: n.º 26658, 28508, 28655, 46976; SANTARÉM, SILVA E LEAL, 1842-1869: IX, 339-340).

Esta seria a última grande missão conhecida do bispo de Lisboa a mando do papa. De facto, as incumbências que lhe foram posteriormente solicitadas por este último remeteram para assuntos de carácter benéfico – geralmente em favor de criaturas da rainha-mãe D. Isabel e de curiais portugueses em Avinhão com ligações à Corte portuguesa (*LETTRES COMMUNES*, 1904-1947: n.º 53343, 56489). Ainda que numericamente pouco significativas, o acesso ao trono pontifical de Bento XII alargou-lhe a área de ação em tais matérias. Para além de conferir benefícios, em pelo menos um caso (*LETTRES COMMUNES*, 1903-1911:



Fig. 58. D. Afonso IV faz doação ao cabido da sé “de São Vicente” de Lisboa do padroado da igreja de São Miguel de Sintra com a ratificação e assinatura do bispo D. João Afonso de Brito, 1336 fevereiro 24, pergamimho. Lisboa, ANTT, *Gav. I*, mc. 5, n.º 11, PT/TT/GAV/1/5/11. © ANTT.

n.º 896), João Afonso foi mandatado pelo papa para dispensar do defeito de natalidade o escolar Martinho Gomes, ou para reintegrar na comunidade dos fiéis o apóstata Estêvão Anes, pertencente ao convento olisiponense da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho (*LETTRES COMMUNES*, 1903-1911: n.º 1929, 3310).

A forte ligação de João Afonso de Brito a Afonso IV, pressentida pela documentação pontifical e patente na chancelaria régia portuguesa (GOMES, 1995: 65 e 97), materializa-se, nomeadamente, na sua presença junto do rei em situações envolvendo o seu espaço diocesano. Assim, testemunha em fevereiro de 1332 o escambo efetuado entre D. Afonso IV e o mosteiro do Pombeiro ou, quatro anos mais tarde, em que está igualmente presente aquando da doação régia do padroado da igreja de São Miguel de Sintra ao cabido olisiponense (TT, *Gav. XIX*, mc. 6, n.º 30; CUNHA, 1642: 242v).

Embora tivesse continuado o seu múnus episcopal nos anos subsequentes, por exemplo comissionando agentes capitulares para dar posse de benefícios ou agindo como ordinário para dispensar uniões matrimoniais com grau de afinidade incompatível, como aquela entre o casal olisiponense formado pelo cavaleiro Soeiro Mendes Coelho e Beatriz Afonso [de Baião], viúva de Nuno Gonçalves (*CABIDO DA SÉ*, 1954: 108-109; *LETTRES COMMUNES*, 1903-1911: n.º 8915), a documentação conservada evidencia uma atenção particular com a gestão do seu património e a sobrevivência do seu grupo familiar.

Em 1329, João Afonso de Brito terá instituído o morgadio de Santo Estêvão de Beja e, em 1336, Afonso IV outorgou-lhe carta de mercê para a constituição de um morgadio com os bens que o bispo possuía na cidade de Évora, em Viana do Alentejo e no Alvito e respetivos termos (CUNHA, 1642: 242v). D. João Afonso instituiu o morgadio na pessoa de Martim Afonso, para que este administrasse e mantivesse os bens referidos, deixando-os depois da morte ao seu filho varão mais velho, desde que legítimo e leigo, e assim sucessivamente, de geração em geração. Era neste documento que o instituidor do morgadio declarava pretender o engrandecimento dos reis de Portugal, de quem a sua linhagem e ele próprio eram “feitura”. Na mesma carta de morgadio, o prelado afirmava que o citado Martim Afonso era “nosso criado”, mas esta forma de tratamento não se referia a um servidor de D. João Afonso de Brito. Na realidade, Martim Afonso era filho bastardo do bispo, como o confirma o *Livro de Linhagens* do conde D. Pedro de Barcelos (LL, I, 34B4, p. 383; SOUSA, 2005: 134-135). João Afonso criava assim um morgadio para os seus descendentes, contando com o reconhecimento e o expresso apoio do próprio monarca. Neste mesmo ano de 1336, o prelado fez testamento onde manifestava a sua vontade de vir a ser sepultado na capela-mor da sé de Lisboa, o exacto local que Afonso IV e a sua mulher D. Beatriz elegeram para última morada (CUNHA, 1642: 242v). Ainda segundo a vontade de D. João Afonso, o seu sobrinho Gonçalo Mendes de Vasconcelos deveria zelar por que lhe fosse cantada missa por alma no altar de São Vicente da mesma sé. Deixava ao cabido uma quintã no termo de Odemira e fazia seus testamentos a sua mãe, D. Ausenda, Martim Afonso, seu irmão, Bartolomeu Esteves, cônego de Braga, e Fernão Guilherme, cônego de Lisboa (CUNHA, 1642: 242v-243). Através da criação do morgadio e da sepultura na sé olisiponense, com as respetivas missas cantadas, D. João Afonso de Brito procurava assim perpetuar a sua memória, tanto na vertente familiar e patrimonial, como na eclesiástica e espiritual. A sua ação e influência foram decisivas para o processo de ascensão social e mesmo de nobilitação dos da sua linhagem, quer pela carreira e pela rede de solidariedades eclesiásticas, quer pelas alianças com outras famílias por via do

parentesco (Nogueiras ou Pereiras, por exemplo) e que conheceram nesta centúria idênticos percursos de promoção nobiliárquica.

Permanecem as dúvidas quanto à data de sua morte, uma vez que a epígrafe da fundação da igreja de São Lourenço de Carnide situa-a a 24 de julho de 1342, um dia antes daquela inscrita no Obituário de São Vicente de Fora (BARROCA, 2000: II/2, 1638-1639; *OSVF* 118). D. João Afonso de Brito deixou ainda ao cabido da Sé de Lisboa duas arcas de prata e ornamentos, usados estes nas celebrações mais solenes. Os sufrágios por alma de D. João Afonso na sé tinham lugar a 5 de fevereiro, 30 de março, 24 de junho, 25 de julho, 16 de setembro, 6 e 27 de outubro (CUNHA, 1642: 243; *CABIDO DA SÉ*, 1954: 76).

BERNARDO VASCONCELOS E SOUSA
MÁRIO FARELO

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas. *CABIDO DA SÉ*, 1954; *ChAfIV*; CUNHA, 1642; *LD*; *LETTRES COMMUNES*, 1903-1911; *LETTRES COMMUNES*, 1904-1947; *LETTRES COMMUNES*, 1904-1947; *LL*; *OSVF*; *REGESTVM*, 1885-1892; SANTARÉM, SILVA E LEAL, 1842-1869; **Estudos:** ALMEIDA, 1967-1971; BARROCA, 2000; FARELO, 2010b; FARELO, ROLDÃO E MARQUES, 2007; FREIRE, 1996; GOMES, 1995; KRUS, 1994; SARAIVA, 2003; SOUSA, 2005; VILAR, 1999; VILAR, 2010.

VASCO MARTINS

(1342-1344)

Vasco Martins foi ordenado bispo de Lisboa no dia 25 de setembro de 1342, na sequência de um longo e complexo processo político, envolvendo exílios, ameaças e perseguições, remontando ao período em que dirigira a Sé do Porto, numa altura em que se encontrava em rota de colisão com o rei D. Afonso IV. Ao receber a prelatura lisboeta, Vasco Martins tornou-se o 13.º titular da catedral, depois da restauração diocesana de que esta fora alvo, em 1147, após a conquista da cidade aos muçulmanos, por Afonso Henriques. Sucedeu na função episcopal a João Afonso de Brito (1326-1342), por morte deste e por decisão do papa Clemente VI (1342-1352), a seguir a uma breve vacatura que durou cerca de dois meses. O episcopado de Vasco Martins, primeiro de seu nome, à frente da Sé lisboeta, revelou-se, contudo, relativamente curto. Faleceria na cidade de Santarém, pouco mais de dois anos passados sobre a data da sua eleição, no dia 18 de novembro de 1344. A morte encontrou-o em pleno exercício das suas funções pastorais, quando percorria a diocese que lhe tinha sido confiada, conduzindo visitas às paróquias sob sua jurisdição (SARAIVA E COELHO, 2005: 117-136).

Antes de receber a cátedra de Lisboa, Vasco Martins fora, durante 14 anos, bispo do Porto (1328-1342), um grande número dos quais esteve ausente da sua diocese. Primeiro, autoexilado na Cúria papal, então sedeadada em Avinhão, local onde recebeu a sagração episcopal; e, mais tarde, depois de um breve regresso, recheado de episódios marcantes, refugiando-se na região de Lamego, no território de Medelo, área que parece ter sido o vértice da sua linhagem patrilinear e lugar de origem de vários elementos da sua parentela (CUNHA, 1642: 244-248).

Vasco Martins

?	Nascimento
1328-1342	Bispo do Porto
1342-1344	Bispo de Lisboa
1344.11.18	Morte

Por exemplo, também de Medelo, lugar da freguesia de Almacave, foi natural D. Afonso Pires, sobrinho de D. Vasco Martins (filho de uma irmã do prelado, D. Maria Martins), que viria a ser bispo do Porto, ocupando a cadeira episcopal portuense entre 1358 e 1372 (BARROCA, 2000: II/2, 1770-1779, n.º 634).

A demorada permanência em Avinhão foi determinante para o percurso eclesiástico de Vasco Martins. Residiu na Cúria apostólica pelo menos 12 anos, entre 1322 e 1334 (SILVA, 2013b: 250), tendo-se aí dirigido para obter a proteção de Jacques d'Euse, um antigo cardeal-bispo do Porto, que fora eleito papa, sob o nome apostólico de João XXII (1316-1334). Aí buscou refúgio do clima de guerra civil vivido em território português, que opunha, num confronto sangrento, o rei D. Dinis ao seu filho, o infante Afonso, que haveria de reinar como Afonso IV.

À época do conflito, Vasco Martins era um dos mais importantes partidários da causa do rei D. Dinis, revelando um absoluto alinhamento político e ideológico com as posições de seu tio, Geraldo Domingues, um antigo bispo do Porto (1300-1308) e de Palença (1308-1313), que obtivera entretanto a prelatura de Évora (1313-1321). O bispo eborense era um indivíduo muito bem relacionado, frequentador do círculo mais íntimo do rei D. Dinis e familiarizado com os corredores da Câmara apostólica, como se infere da posição que ocupou como capelão do cardeal-diácono de *Santa Maria in Via Lata*, Giacomo Colonna (VILAR E BRANCO, 2005: 95-118).

Este Geraldo Domingues era filho do abade de Penude, Estêvão Domingues, e irmão de Vicente Domingues e do cônego Martim Domingues, respetivamente o avô, o tio e o pai de Vasco Martins (VILAR E BRANCO, 2005: 100-112). Além dos anteriores, conhecem-se alguns outros familiares do bispo de Lisboa, todos seus sobrinhos: Afonso Pires, cônego da sé do Porto, e Vasco Pires; Pedro Rodrigues e Vasco Rodrigues, ambos estudantes; Geraldo Vicente e Vasco Vicente das Leis; além de uma Isabel, filha do abade da igreja de Armamar (*CENSUAL*, 1924: 463-491).

Mais do que o pai ou a mãe, de quem se sabe apenas que era uma mulher solteira à altura do seu nascimento – motivo que obrigaria, mais tarde, a uma dispensa do defeito de nascimento de Vasco Martins, passada pelo papa, para lhe permitir receber ordens sagradas (*CUPI*, 79-80) –, Geraldo Domingues foi seguramente a pessoa mais importante da sua vida. Começou por ser seu tutor desde a mais tenra infância, e foi o seu maior protetor enquanto viveu, colaborando de forma empenhada na ascensão do futuro bispo de Lisboa, através da influência exercida em vários quadrantes políticos e religiosos, fazendo uso das clientelas que foi capaz de construir e colocar ao serviço dos interesses familiares,

urdindo estratégias em rede que, mais tarde, seriam reproduzidas pelo próprio sobrinho (VILAR E BRANCO, 2005: 95-116).

A proteção familiar de Geraldo Domingues a Vasco Martins estendeu-se, embora de forma não tão visível ou entusiástica, ao seu irmão, Lourenço Martins, um cônego da Sé de Coimbra e reitor da igreja de Santo Estêvão de Santarém, a quem Geraldo Domingues chamou para cônego da sé de Palença, na altura em que governou a diocese castelhana. A relação entre os dois irmãos não era pacífica; animosidade que fica bem evidente no incidente em que Lourenço Martins se apoderou de bens do irmão, em Santarém, aproveitando-se da sua debilidade física, nas vésperas da sua morte (SARAIVA E COELHO, 2005: 128,135).

O patrocínio do tio paterno à carreira de Vasco Martins foi visível desde muito cedo, remontando pelo menos a 1306, altura em que este aparece referenciado precisamente como seu clérigo. Um apoio que continuou a fazer-se sentir sempre, até à hora da morte de Geraldo Domingues, quando, face à ausência de descendência, o bispo de Évora voltou uma vez mais a privilegiar Vasco Martins, designando-o como seu testamenteiro e herdeiro universal (*CENSUAL*, 1924: 463-491). Dos bens recebidos, o destaque maior vai para o morgadio de Medelo, cuja doação contribuiu para a instituição do significativo património de Vasco Martins, bastante ampliado posteriormente, fruto sobretudo das várias prebendas eclesiásticas auferidas ao longo da sua carreira.

A amplitude da fortuna que alcançou é bem ilustrada pela generosa doação feita à Sé e cabido do Porto, no ano de 1331, quando ainda estava estacionado em Avinhão, no que talvez tenha sido a solução encontrada por Vasco Martins para garantir a fidelidade do cabido que dirigia, atendendo à sua prolongada ausência no exterior. A riqueza do bispo revela-se também na magnificência do seu próprio funeral, considerando os valores destinados à celebração das suas exéquias, como nas disposições testamentárias que deixou, com numerosos bens a serem distribuídos por um vasto número de pessoas e instituições: familiares, correligionários, dependentes, comunidades monásticas, pobres, humildes, doentes, leprosos, idosos e conversos judeus (SARAIVA E COELHO, 2005: 119-126).

O dramático episódio da morte do tio, Geraldo Domingues, vítima de um assassinato político cometido por elementos da facção afeta ao infante Afonso, ocorrido em Estremoz, a 5 de março de 1321 (BARROCA, 2000: II/2, 1452-1456, n.º 547), esteve na raiz do abandono de Portugal por Vasco Martins, quando era apenas prior na igreja de Torres Vedras. Desvalido do incessante apoio do tio, temendo pela vida e perante a incapacidade demonstrada por D. Dinis em proteger os seus aliados mais próximos, Vasco Martins, que era, na ocasião, um dos

clérigos do rei (1317-1320), acabou por buscar asilo político num meio inacessível ao pretendente à Coroa portuguesa, a cúria papal de Avinhão.

Na altura em que rumou à cidade papal, Vasco Martins era já um membro ilustre do clero português, muito graças às práticas de nepotismo desenvolvidas por seu tio, mas também, seguramente, fruto de um misto de mérito e de habilidade política pessoais. Com efeito, Vasco Martins foi um homem culto, exposto desde pequeno a um ambiente grandemente favorável ao seu desenvolvimento cultural e intelectual. Fez a sua formação mais avançada no recém-criado Estudo Geral de Lisboa (*CUP* I, 79-80), fundado no final do século XIII, por iniciativa de D. Dinis, contando com o apoio e beneplácito do clero português e a sanção papal de Nicolau IV (1288-1292) (NORTE, 2013c: 149-186). Aí, o futuro bispo de Lisboa cursou direito civil, durante seis anos, um conhecimento que lhe terá sido por certo proveitoso no desenvolvimento da sua carreira eclesiástica. É muito possível que tenha continuado a aprofundar esses conteúdos durante a sua demorada passagem por Avinhão, círculo onde evoluíam numerosos canonistas e civilistas, a começar pelo próprio papa, que fora um antigo professor em ambos os direitos, nos estudos de Toulouse e de Cahors (DOUIE, 1967: 1014-1015).

A importância que o bispo do Porto, mais tarde bispo de Lisboa, consagrou ao conhecimento e à formação, quer própria quer alheia, é inegável. Transparece, por exemplo, nas doações feitas aos já referidos sobrinhos, Vasco Rodrigues e Pedro Rodrigues, ou a outros parentes, como Nuno, filho de Gonçalo Lourenço Estremoz, e um certo André, todos eles estudantes e beneficiários do seu testamento. A sede de conhecimento de Vasco Martins repassa, sobretudo, a doação de 1331, em que o prelado cedeu à Sé e cabido do Porto uma impressionante livreria para a época, constituída por um grande número de códices, compreendendo algumas dezenas de obras e tratados em vários domínios do saber medieval (*CENSUAL*, 1924: 463-491).

O contingente mais numeroso do núcleo bibliográfico era formado por obras de Direito, mas não faltavam textos ligados a outras disciplinas e atividades, como a Teologia, a Liturgia ou a Homilética. Os livros legados aparecem, na maior parte, referidos pelo nome ou, em alternativa, pelo seu *incipit*, permitindo reconstituir, com grande firmeza, o elenco quase completo da doação, em especial os numerosos escritos legais que a integraram (PEREIRA, 1964-1966: 20-21).

As obras jurídicas cedidas podem ser divididas em obras de Direito Canónico e em obras de Direito Civil, de acordo com a distinção corrente em que se dividia a ciência jurídica no período medieval. No arrolamento feito, entre os tratados de direito canónico figuram os seguintes escritos: um relatório de Berengário Frédel, o *Senior*, cardeal-presbítero dos santos Nereu e Aquileu, sobre

o conjunto da legislação canónica, datado de 1306; um *Livro Sexto* (i.e., a coletânea de decretais promulgadas entre os pontificados de Gregório IX e Bonifácio VIII, sujeita aos aparatos de vários decretalistas, nomeadamente do arcediogo bolonhês Guido de *Baysio*, de João André e de Ulpiano; um livro dedicado às eleições canónicas, redigido pelo cónego agostiniano e cardeal-bispo de Palestrina Guilherme de Mandagout; umas *Clementinas* (ou seja, a coleção de decretais de Clemente V promulgadas por João XXII, com glosa ordinária de João André; um aparato ao *Livro Sexto*, feito por João, dito o *Monge*, cardeal dos santos Marcelino e Pedro, presumivelmente o cardeal conhecido por esse nome, que foi bispo da diocese de Arras; umas *Decretais*, de Gregório IX, com glosa de Bernardo de Parma; um repertório do bispo de Cambrai, Guido de Collemedio ao *Apparatus in quinque libros decretalium*, mandadas editar por Inocêncio IV; e um livro de Bernardo de Compostela, o Novo, por identificar. Por sua vez, entre os livros de Direito Civil (ou romano, como também era conhecido esse ramo legal na medievalidade), contam-se um comentário às regras do Direito, da autoria de Dino de Mugello (1303); uma suma dedicada aos usos dos feudos, composta em meados do século XIII; várias edições glosadas pelo famoso civilista de Bolonha Acúrcio, nomeadamente dois exemplares do *Digesto Velho*, um *Esforçado*, um *Código* e um *Digesto Novo*; um outro comentário ao *Esforçado*, ao *Digesto Novo* e a três livros do *Código* de Justiniano, feito por Odofredo (1265); um *Rosário sobre o Decreto*, composto por Guido de Baysio; além de um *Volumen* pequeno, nomenclatura usada comumente para designar a coletânea formada pelo *Código* de Justiniano, as *Instituições* e o *Autêntico* (PEREIRA, 1964-1966: 10-12, 48-50).

O catálogo destas obras, observado no seu conjunto, mostra Vasco Martins como um profundo conhecedor dos corpos legais dos dois Direitos. Conhecia tanto as grandes coleções mandadas coligir e publicar pelo imperador Justiniano, recuperadas nos séculos XI e XII para servir de base ao Direito Civil, como as cinco coleções das *Decretais*, coligidas por ordenação papal para regular a esfera do Direito eclesiástico.

Dos restantes livros doados por Vasco Martins, não causa surpresa a *Bíblia* aí achada, indispensável a um clérigo, sobretudo pertencente ao alto clero. De resto, a Teologia tinha um papel de relevo na livraria doada, em especial o *Livro das Sentenças*, da autoria de Pedro Lombardo, que foi na Idade Média o grande manual para o ensino e aprendizagem da sagrada doutrina em contexto escolar, juntamente com o Velho e o Novo Testamentos (AZTALOS, 1996: 418-421). Dessa obra clássica de Teologia podem-se encontrar alguns exemplares no espólio legado, com destaque para um manuscrito em particular: uma versão

comentada pelo célebre dominicano São Tomás de Aquino. Ainda neste âmbito, entre os livros doados encontra-se um compêndio com sermões de frei João, que se trata possivelmente do franciscano João Duns Escoto.

Existem, por outro lado, obras excêntricas aos universos do Direito e da Teologia, ainda que perfeitamente sintonizadas com os interesses e hábitos literários do tempo. Desde logo, uma suma de confissões, creditada a João de Friburgo, género muito em voga na época, cuja popularidade se deveu a uma influência direta das ordens mendicantes, que apontavam à reforma dos costumes e insistiam no sacramento da confissão como forma de remissão dos pecados. Já no plano da Liturgia e da Parenética, contabilizam-se cinco sermonários e um pontifical, peças indispensáveis para a condução das homílias e para a organização dos ritos litúrgicos. A completar o lote de manuscritos cedidos, surge um tratado de redação em prosa (*Ars dictaminis*), composto por quatro sumas, das quais uma é atribuível a Buoncompagno de Florença e outra possivelmente saída do punho de Alberto de Gandino ou de Rofredo de Benevento. Ignora-se a proveniências das duas restantes. Este tipo de manuais que prescreviam a forma correta da composição em prosa conheceram, também eles, uma grande divulgação na Idade Média, em consequência da sua versatilidade, pois eram usados para vários fins – gramáticos, mas também retóricos.

Vasco Martins previu o empréstimo de algumas das obras cedidas à Sé portuense, mas reservando-as unicamente para tarefas de estudo ou para a composição de sermões. Rodeou-as de cláusulas severas sobre o seu usufruto, acompanhadas na maior parte dos casos pela fixação de elevadas cauções, para precaver eventuais situações de alienação, perda ou dano (*CENSUAL*, 1924: 463-491). As razões para dedicar uma tal atenção aos livros prendem-se com o alto valor atingido pelos manuscritos, em função dos custos envolvidos na sua produção, a começar pelas matérias-primas utilizadas, passando pela sua raridade, e a acabar na sua produção especializada, feita por indivíduos com competências escritas muito escassas à época (NORTE, 2013b: 124).

Na mesma doação, a par dos livros, são mencionados numerosos ornamentos, vestes e paramentos, juntamente com lotes de finas vestes rituais, ricamente adornadas, além de gemas e pedras preciosas, e, até, armas trabalhadas. Peças, com frequência, fabricadas em metais preciosos, muitas das quais contendo joias engastadas. Alguns exemplos desses objetos, colhidos aleatoriamente da doação, somados aos muitos livros nela elencados, contribuem para estimar o nível patrimonial de Vasco Martins. Anotem-se, a título ilustrativo da sua fortuna pessoal, os seguintes itens: uma mitra guarnecida de pérolas; várias safiras encastoadas em lâminas douradas; um anel de ouro pontifical, com uma grande ametista e

três rubis; dois pares de luvas brancas de seda; um báculo pastoral dourado, cravejado de pedras preciosas; e um número apreciável de túnicas, dalmáticas e mantos, muitos dos quais apresentando ricas e delicadas decorações (*CENSUAL*, 1924: 463-491).

A grande fortuna atestada por este documento e, mais tarde, confirmada pelo testamento do bispo, deve ser ligada, por um lado, à sua herança familiar, mas, por outro lado, e em grande parte, à sua carreira eclesiástica e à forma como evoluiu no *cursus honorum* da Igreja. Com efeito, as funções religiosas para que foi designado Vasco Martins incluíram um conjunto apreciável de reitorados e canonicatos, além de pelo menos uma dignidade capitular e duas prelaturas, tudo funções ligadas a importantes rendimentos eclesiásticos, as chamadas prebendas – rendas de valor variável, em função da relevância dos ofícios desempenhados e da dimensão das mesas capitular e episcopal das casas religiosas a que estavam adstritas (RODRIGUES, 2000: 261-302).

Neste particular, a reconstituição que é possível de fazer do percurso eclesiástico de Vasco Martins mostra-o, em sucessão ou ao mesmo tempo, a exercer várias funções, tanto em contexto paroquial como diocesano, mas nunca monástico. No quadro paroquial, sabe-se que foi nomeado como reitor, ou prior, de várias casas religiosas, algumas do padroado régio, dispersas por quase todas as dioceses situadas em território português, a saber: a igreja de Santa Maria de Almacave, na diocese de Lamego (s. d.); a igreja colegiada de Barcelos, na arquidiocese de Braga (1306); a igreja de São Miguel de Penela, na diocese de Coimbra (1315); a igreja colegiada de São Pedro de Torres Vedras, na diocese de Lisboa (1317-1327); e a igreja de Santiago de Beja, na diocese de Évora (1318) (SARAIVA E COELHO, 2005: 126-129).

Por sua vez, no que diz respeito ao seu trajeto diocesano, aparentemente terá começado por ser clérigo do bispo do Porto, por chamamento de seu tio Geraldo Domingues (1306). A partir daí, sucederam-se em ritmo rápido, as nomeações para canonicatos num grande número de dioceses, apesar de nem sempre se saber com total rigor as datas extremas em que exerceu cada um desses lugares. Parece ter começado como cônego da Sé de Coimbra, numa ligação que persistiu por vários anos (1311-1322). Depois, foi nomeado para cônego da Sé de Lisboa (1322), beneficiando da vaga deixada aberta pela morte de Raimundo de Monteros, um clérigo e capelão da rainha Constança de Castela, e de sua mãe, Isabel de Portugal. Seguiram-se, num curto intervalo de tempo, as nomeações para canonicatos em duas catedrais hispânicas, primeiro na de Sevilha (1324) e, depois, na de Toledo (1326). Nesta última, a sua indigitação resultou da eleição de Pedro Gómez Barroso para bispo da diocese de Múrcia.

Mais ou menos pela mesma altura, é referido como cónego da Sé de Évora (1326). O benefício ficara vago pela promoção episcopal de D. João Afonso de Brito para Lisboa (1326-1342). Na sequência desta mudança, Vasco Martins ocupou também a posição de deão da sé eborense, dignidade que o bispo entretanto eleito para Lisboa também exercera naquela Sé. Seria a morte deste mesmo D. João Afonso de Brito que haveria de lhe dar acesso à cátedra episcopal de Lisboa, vários anos mais tarde. Muito antes de isso ocorrer, Vasco Martins foi ainda nomeado cónego de uma outra diocese castelhana, a de Burgos (1327). Repetiu-se a circunstância do seu provimento ocorrer na sequência da vacatura do canonicato por nomeação do anterior beneficiário Garcia Torres de Sotoscueva para o governo da diocese (SARAIVA E COELHO, 2005:131-132).

Pouco tempo depois, sucedeu enfim a eleição de Vasco Martins para prelado de uma diocese portuguesa. Tornou-se, no ano de 1328, o 18.º bispo do Porto, por morte de João Gomes (1322-1327). Não é certa a data da sua eleição, mas terá acontecido, seguramente, logo nos primeiros dias de janeiro desse ano. Todavia, a consagração episcopal chegaria apenas no mês de março do ano seguinte, em 1329, das mãos de cardeal-bispo de Túsculo, o franciscano Bertrand de La Tour (1323-1332/33). Não sem antes se verificarem duas prorrogações no âmbito desse processo. O motivo na base dos sucessivos adiamentos foi a contestação movida à consagração pelo rei Afonso IV, seu adversário político de longa data, e que pretendia ver à frente da cátedra portuense um dos seus homens de confiança, o chanceler régio Miguel Vivas (SOUSA, 2005: 131).

Goradas as pretensões de Afonso IV, mas temendo represálias, Vasco Martins começou por governar a diocese do Porto à distância. Contou para isso com a colaboração de João Palmeiro, seu vigário-geral e figura muito próxima. Por outro lado, enquanto residiu na Cúria apostólica, o prelado deu largo uso à sua formação como jurista, e interveio em muitas causas eclesiásticas na qualidade de procurador de vários membros importantes do clero português. Representou, em Avinhão, os interesses dos bispos Estêvão Anes Brochardo, de Coimbra, João Martins de Soalhães, de Braga e Gonçalo Pereira, de Lisboa, que acabaria a sua carreira como arcebispo bracarense. No tempo em que permaneceu em Avinhão, o nome de Vasco Martins repetiu-se em perto de uma centena de cartas papais, na maioria expedidas para os reinos hispânicos de Portugal, Castela e Aragão, quase sempre na condição de executor apostólico do papa João XXII, dando provimento em benefícios a clérigos, cónegos, dignidades, familiares e oficiais (SARAIVA E COELHO, 2005: 130-131).

O falecimento de João XXII, seguido da eleição apostólica de Pierre Roger, o papa Clemente VI (1342-1352), acarretou uma mudança significativa nas

circunstâncias do bispo portuense. A política pastoral instituída pelo novo pontífice previa o regresso dos bispos absentistas, residentes em Avinhão, às dioceses sob sua jurisdição. Assim, forçado a acatar as diretivas do novo papa, Vasco Martins regressou à diocese do Porto, em 1335 (CUNHA, 1642: 244v).

Aí encontrou um ambiente hostil, movido contra si pelo rei português. Durante a sua ausência, Afonso IV procurara retirar o senhorio da cidade ao bispo, apropriar-se dos rendimentos da mesa episcopal e interferir ativamente na administração urbana. O ambiente de grande crispação instalado entre as duas partes, rei e bispo, apenas foi interrompido pela ofensiva militar conduzida sobre o Norte português, em 1336, por ordem do rei de Castela, sob a liderança dos galegos Fernão Rodrigues de Castro e João de Castro, que avançaram pelo território minhoto e duriense, chegando a controlar várias localidades fronteiriças, numa primeira fase bem-sucedida dessa operação. A ameaça militar suspendeu, de forma momentânea, as hostilidades internas. Tanto mais que, para o desenlace da guerra, se revelou decisiva a ação do próprio Vasco Martins, em conjunto com as do arcebispo de Braga, Gonçalo Pereira, e do mestre da Ordem de Cristo, frei Estêvão Gonçalves, ao conterem e derrotarem os invasores. Já no ano seguinte, os três homens lideraram uma hoste que saiu ao encontro das forças inimigas, derrotando-as definitivamente (CUNHA, 1742: 96).

Findo o confronto luso-castelhano, prontamente se reacenderam as questões de política doméstica entre o rei e Vasco Martins em torno do governo da diocese portuense e da intendência da cidade. Em 1339, servindo-se dos corregedores régios ao seu serviço, Afonso IV voltou a insistir no controlo das rendas eclesiásticas e impôs a jurisdição régia na cidade, mantendo-se indiferente aos protestos do prelado e do seu cabido, que não abdicavam de reivindicar a jurisdição integral, quer no plano espiritual, quer no temporal. Neste quadro de confronto aberto, o rei conseguiu habilmente captar o apoio das oligarquias urbanas portuenses e capitalizar em seu proveito o generalizado descontentamento popular. Em 1341, a tensão atingiu o cume, eclodindo uma insurreição armada, incitada pelo oficialato régio e municipal, que levou à invasão do paço episcopal, à morte de alguns vassalos do bispo, culminando na fuga deste para o castelo da cidade, beneficiando da sua proximidade à sé. Quando, enfim, pôde abandonar a cidade, Vasco Martins lançou sobre ela um interdito (SOUSA, 2005, 130-132).

O prelado portuense procurou, nessa altura, abrigo na sua propriedade de Medelo, de onde só parece ter saído para governar a Sé de Lisboa. A última notícia da atuação de Vasco Martins como prelado portuense remete para uma epígrafe desaparecida de uma ara da sagração igreja de São Martinho de Sande, na comarca de Riba-Tâmega, por D. Vasco, datada de 7 de julho de 1342

(BARROCA, 2000: II/2, 1640-1641, n.º 602). Para o seu lugar foi nomeado Pedro Afonso (1343-1357), sobrinho do arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, vindo diretamente da diocese de Astorga, onde antes fora ordenado bispo (JORGE, 2000b: 140).

A designação de Vasco Martins como bispo de Lisboa aparece, neste contexto, como a fórmula achada pelo papa para sanar o problema que afetava a Sé do Porto e para garantir a integridade física e moral do prelado, no que parece ter sido uma jogada político bem-sucedida, pois não há notícias de conflitos ou controvérsias entre o rei e o bispo na época em que este assumiu a catedral lisboeta. Com a chegada de Vasco Martins à diocese de Lisboa, entraram, naturalmente, na sua dependência direta os membros do cabido – cônegos e dignitários capitulares em exercício. Eram eles: o deão Pedro Gomes Barroso (1341-1348), mais conhecido como cardeal Hispano, por ter sido criado cardeal-bispo titular da igreja de Santa Sabina; o chantre Pedro Sanches (1330-1347); o tesoureiro mestre Gil das Leis, reputado jurista (1322-1346); o mestre-escola João Palmeiro, seu velho conhecido (1341-1360) e o arcediogo de Santarém, Martinho Martins Zote (1325-1342), que pouco tempo depois seria substituído na função por Bartolomeu Martins (1344-1347). Sabe-se também que a posição de arcediogo de Lisboa, em 1343, foi exercida por Lourenço Canelas, mas não é claro se ocupava a dignidade no momento da indigitação de Vasco Martins (FARELO, 2003: II, 22, 54-58, 85-91, 100-103, 115-116, 132-133).

De todos estes nomes, o de João Palmeiro era seguramente o mais caro ao novo bispo. Como mencionado, fora o seu vigário-geral e homem de mão na diocese do Porto, pelo que não causa surpresa ter sido chamado por Vasco Martins a desempenhar idêntica função em Lisboa. Uma posição exercida também, em diferentes momentos, pelo chantre Pedro Sanches e por Diogo, prior de São Pedro de Alfama (1344). Assente no apoio desses homens e do restante corpo capitular, o bispo de Lisboa parece ter-se dedicado quase exclusivamente à atividade pastoral durante o espaço de tempo em que exerceu o episcopado, sobretudo através das visitas paroquiais e afastando-se das querelas políticas (CUNHA, 1642: 245v-246).

Foi precisamente no âmbito de uma dessas visitas, talvez debilitado pelo esforço físico da viagem, que Vasco Martins acabaria por falecer. Ignoram-se, com rigor, as causas da sua morte, mas sabe-se que recebeu cuidados médicos de mestre Afonso, seu cônego em Lisboa e físico da rainha Beatriz, e, possivelmente, de mestre Martinho, prior da igreja do Salvador de Arraiolos e físico do infante D. Pedro. Um rol de despesas com medicamentos atestam que a sua morte não foi imediata. Mas todos os esforços para o salvar se revelaram infrutíferos e Vasco



Martins foi dado como morto no dia 18 de novembro de 1344. Seguiram-se, ato contínuo, os preparativos relacionados com a trasladação dos seus restos mortais para a igreja do Salvador de Bouças, situada nos arredores de Matosinhos, não muito longe das suas origens. O cadáver do bispo de Lisboa começou por ser embalsamado e amortalhado, e o seu caixão foi impermeabilizado para resistir à longa deslocação. A jornada demoraria cerca de trinta dias até ao seu destino, decorrendo entre meados dos meses de novembro e de dezembro. Uma procissão foi organizada para acompanhar o corpo, com perto de uma centena de pessoas, composta inicialmente por elementos da casa de Vasco Martins e por clérigos contratados, como era corrente acontecer em funerais de membros do alto clero. Perto do final da viagem, o contingente da comitiva engrossou com a presença de muitos religiosos, em especial ligados ao clero portuense. O itinerário

empreendido teve, pelo menos, duas paragens longas, para prestar homenagens ao defunto: as cidades de Coimbra e Porto, onde Vasco Martins fora, respetivamente, cónego e bispo (SARAIVA E COELHO, 2005: 135-136).

Numerosos foram os sufrágios realizados em seu nome e por seu mando, como as obras e os legados pios que mandou fazer e entregar a igrejas, mosteiros e hospitais, como forma de expiação dos seus pecados. Também foram entregues esmolas aos mais desprotegidos, designadamente pobres, enfermos, órfãos e viúvas. Além disso, sucederam-se as exéquias com missas, vigílias com recitação de horas canónicas, orações e cantos genéricos. As luminárias acompanharam a sua viagem, sinalizando a luta simbólica entre as luz e as trevas, nessa dicotomia bem/mal tão típica da gramática religiosa medieval (GUREVITCH, 1991: 20). Foi ainda instituída, por decisão do próprio bispo de Lisboa, uma capela na igreja do Salvador de Bouças, dotada de muitos bens. O propósito era explícito: a celebração de missas diárias, para garantir a proteção de sua alma e a do seu tio e protetor, Geraldo Domingues.

Todas estas práticas salvíficas eram muito ao gosto da época, dada a importância concedida à morte na Idade Média. Efetivamente, num meio impregnado de extrema religiosidade como o medieval, a passagem do mundo terreno ao extra terreno, requeria inúmeros cuidados, face aos perigos iminentes de queda no Inferno ou no Purgatório que impendiam sobre os religiosos e a massa dos fiéis (CARVALHO, 2001-2002: 15-40). É a essa luz que se explicam as muitas e variadas estratégias de encomenda da alma realizadas em benefício do defunto. Um lote de esquemas propiciatórios de proteção, indulgência e intercessão, que pretendiam proporcionar um lugar no Reino dos Céus a Vasco Martins, homem controverso e de muitas faces: jurista de formação, clérigo protegido, leal servidor régio, político exilado, vitorioso líder militar, rico proprietário, servidor apostólico em Avinhão, bispo contestado do Porto, e, na sua última personificação, o pastor que, em meados do século XIV, entre os anos de 1342 e 1344, governou a diocese de Lisboa.

ARMANDO NORTE

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: *CENSUAL*, 1924; CUNHA, 1642; CUNHA, 1742; *CUP*; **Estudos:** AZTALOS, 1996; BARROCA, 2000; CARVALHO, 2001-2002; DOUIE, 1967; FARELO, 2003; GUREVITCH, 1991; JORGE, 2000b; NORTE, 2013b; NORTE, 2013c; PEREIRA, 1964-1966; RODRIGUES, 2000; SARAIVA E COELHO, 2005; SILVA, 2013b; SOUSA, 2005; VILAR E BRANCO, 2005.

ESTÊVÃO DE LA GARDE (1344-1348)

Associado por vezes de forma errónea ao grupo familiar dos Garde-Adhémar, D. Estêvão de la Garde foi originário de uma família radicada na diocese baixo-limusina de Tulle (França), mais precisamente na paróquia de La Garde – hoje Largarde-Enval –, na qual se erguia o castelo de Daumar, nome pelo qual foram igualmente conhecidos alguns dos seus irmãos. Filho do cavaleiro Bernardo de la Garde, senhor de Pelissane e de Mondragon, fez parte de uma fratria que beneficiou de importantes carreiras dentro da Igreja nas décadas centrais do século XIV, em larga medida fruto das ligações consanguíneas com o papa Clemente VI (*LETTRES COMMUNES*, 1903-1911: n.º 6751; LAINÉ, 1839: 117, 119-123; MOREMBERT, 1981: col. 1228; PÉLISSIER, 1951: 16, 55). Ainda que as fontes não permitam precisar o laço familiar existente entre o pontífice e D. Estêvão de la Garde, é significativo que este último tenha sido uma das personagens esculpidas no sepulcro do papa na igreja da Chaise-Dieu, testemunho eloquente da proximidade entre ambos (DAVID, 1944: 4).

Promovido ao sólio apostólico em 1342 como Clemente VI, Pierre Roger de Beaufort foi pródigo para com os seus consanguíneos, nomeadamente após a morte do seu irmão. Com efeito, este antigo leitor de Teologia em Paris alcançou o mestrado-geral da Ordem dos Pregadores, acabando por ser promovido em 1342 a cardeal-presbítero com o título de Santa Sabina. Falecido no ano seguinte, deixou 3800 libras de dívidas, razão pela qual o novo pontífice concedeu aos seus executores testamentários – Estêvão e Guilherme de la Garde – a

Estêvão de la Garde

?	Nascimento
1344-1348	Bispo de Lisboa
1348-1351	Bispo de Saintes
1351-1361	Arcebispo de Arles
1361.5.19	Morte

soma total de 5300 florins de ouro (DU BOYS E ARBELLOT, 1854: 170-171; *LETTRES CLOSES*, 1901-1969: n.º 485, 1169). Para o caso em apreço, a importância destes documentos reside na identidade dos executores testamentários, porquanto a designação de irmãos do falecido, aí registada, permite simultaneamente confirmar a relação fraternal entre os dois e invalidar a relação familiar de tio-sobrinho geralmente evocada entre Estêvão e Guilherme de la Garde (FISQUET, 1868: 603).

Os laços de sangue que os uniam repercutiram-se na similitude dos respetivos percursos funcionais e eclesiásticos. Em 1343-1344, na altura em que procederam ao pagamento das dívidas e das despesas de sepultura do seu falecido irmão, Estêvão e Guilherme dispunham de benefícios no cabido catedral de Beauvais, o primeiro como arcediogo e o segundo como cônego e chanceler, este último usufruído a partir de 1345 (*LETTRES CLOSES*, 1901-1969: n.º 485, 1169, 1489). Nessa altura, habitavam em Avinhão, à semelhança de um outro irmão, Bernardo de la Garde, dito de Daumar, o qual testemunhou documentos de Guilherme Roger, senhor de Chamborn e irmão do papa em finais de 1343 (CHEVALIER, 1923: n.º 32545, 32594).

Graças à priverança com o papa, ascenderam a importantes ofícios ligados à Cúria. Guilherme de la Garde é dito professor de Direito Canónico e de Direito Civil, capelão do papa e ouvidor do Sacro Palácio em 1346, ao passo que Estêvão surge designado, desde 1342, como mestre, arcediogo de Beauvais, ouvidor das Causas do Palácio Apostólico, capelão e familiar do papa. Dois anos volvidos, é na sua condição de sacerdote, arcediogo de Beauvais, capelão apostólico e “sabe-dor das ciências” que o refere a bula, datada de 22 de dezembro de 1344, pela qual Clemente VI lhe confere o bispado de Lisboa, cujo provimento o papa havia reservado para si (ASV, *Reg. Aven.* 62, f. 159; *LETTRES CLOSES*, 1901-1969: n.º 1731; 31; CHEVALIER, 1923: n.º 34332; ALBANÈS E CHEVALIER, 1899-1900: III, col. 672-673, n.º 1576).

Esta nomeação como bispo de Lisboa foi excecional a vários títulos. Em primeiro lugar, porque ele tornou-se o primeiro estrangeiro a governar a diocese desde o bispo D. Airas Vasques, em meados do século anterior. Não sendo uma nomeação inspirada pelo rei, Clemente VI enviou, três semanas depois da referida promoção, uma série de cartas de recomendação em seu favor dirigidas ao monarca, à rainha, ao infante D. Pedro e a Lopo Fernandes Pacheco (*LETTRES CLOSES*, 1901-1969: n.º 1399). O envio da referida bula a este último não seria inocente, uma vez que, para além de ser o principal valido régio à época, sabe-se que o seu irmão Fernando Rodrigues chegou a elaborar uma súplica com o propósito de suceder ao bispo Vasco Martins com o apoio do cabido olisiponense (TT, *Avis*, mç. 5, n.º 537; FARELO, 2010a: 86).

A referida nomeação era igualmente excecional pelo facto do novo prelado não ter o mínimo desejo de residir na diocese olisiponense. Ao invés, manteve-se em Avinhão, onde foi chamado a intervir em diversos negócios, como foi o caso do encargo que lhe foi dado por Clemente VI, em agosto de 1346, para que examinasse, juntamente com o seu irmão Guilherme, as sentenças dadas em favor de Geraldo de Margarida, cavaleiro da diocese de Limoges contra Pariolo Gebelini, sobre os limites da vila de *Romanis*, na diocese de Vienne (*LETTRES CLOSES*, 1901-1969: n.º 2708). No ano seguinte, o pontífice testemunhou mais uma vez a confiança que depositava nele através da sua nomeação, juntamente com o bispo de Uzès, para uma legacia ao condado de Valentina e de Die, durante a qual dirimiu processos entre o respetivo bispo e o conde, recebendo como legado a soma diária de oito florins de ouro (CHEVALIER, 1923: n.º 35279, 35295, 35310, 35323, 35334, 35336, 35354, 35418, 35456).

Como se encontrava ausente da diocese de Lisboa – dizia-se então que governava esta última de forma remota (*agens in remotis*) –, D. Estêvão escolheu para o representar três dos seus familiares: Pedro de Martelo e Elias Roberti, clérigos da diocese de Limoges, e Raimundo Tolosano, oriundo da diocese de Mirepoix. Seleccionados previsivelmente pouco depois da nomeação episcopal do prelado, estariam prontos a partir da Cúria em finais de janeiro de 1345, conforme consta no salvo-conduto emitido nessa altura pela chancelaria apostólica, que os declara “de partida para Lisboa” (*LETTRES CLOSES*, 1901-1969: n.º 1416).

À sua chegada a Lisboa, Pedro de Martelo e Elias Roberti assumiram o vicariato-geral, enquanto Raimundo Tolosano manteve-se entre 1346 e 1347 como vigário da audiência que os bispos olisiponenses detinham em Santarém (TT, *Casa de Palmela*, cx. 3, mç. 1, n.º 7; *Alcáçova de Santarém*, mç. 15, n.º 287; *Santa Cruz do Castelo*, mç. 2, n.º 93). Apesar de D. Estêvão de la Garde ter procurado acautelar a respetiva promoção benéficial – por exemplo através de uma súplica em 1347 para que Pedro de Martelo conseguisse um canonicato e prebenda no cabido de Braga –, foi no episcopado seguinte, marcado pela crise causada pela Peste Negra, que estes oficiais lograram aceder a dignidades do cabido olisiponense. Desde 1348, a tesouraria foi entregue a Elias Roberti e, por sua morte, a Raimundo Tolosano, que dela se encontrou provido a partir de 1350, altura em que representava o novo bispo D. Teobaldo como um dos seus vigários-gerais na cidade (ASV, *Reg. Aven.* 96, f. 491v; *MPVI*, 159, n.º 302; 200, n.º 404; TT, *Santo Estêvão de Alfama*, mç. 16, n.º 315). Pedro de Martelo acabou por usufruir de um importante trajeto benéficial na diocese e mesmo no reino. Tendo acumulado o vicariato-geral com o cargo de oficial de D. Estêvão, integrou o cabido da Sé de Lisboa como cónego em 1347 e como arcediogo de

Lisboa a partir do início da década seguinte. Daí até à sua morte, ocorrida em 1355, foi ele a pessoa em quem a Câmara Apostólica confiou para assegurar a defesa dos seus interesses financeiros do reino de Portugal (ASV, *Reg. Aven.* 96, f. 109; FARELO, 2003: II, 118-122; FARELO, 2013b: 79, 85).

Importa sublinhar que a ausência física de D. Estêvão da sua diocese não significou necessariamente o desinteresse pela mesma, embora mantendo-se como eclesiástico ao serviço da Cúria. Assim o mostram as bulas obtidas a 25 de janeiro de 1345, ainda na condição de eleito. Por elas, garantia, por um lado, o provimento em seu benefício de dois clérigos no ofício de tabelião e da possibilidade de celebrar missa antes do nascer do sol, o que sugere a preparação de uma missão fora da Cúria e, por outro lado, a outorga da faculdade de purificar durante três anos as igrejas e cemitérios que tivessem sido profanados, tanto na cidade como na diocese de Lisboa, sinalizando a sua efetiva atenção pela administração diocesana (ASV, *Reg. Aven.* 78, f. 471v; 79, f. 117v, 118v; 97, f. 327).

Na verdade, a diocese de Lisboa foi rapidamente mobilizada para lhe oferecer novas fontes de rendimento. Uma vez chegados à diocese, os seus vigários-gerais foram instados a receber os montantes arrecadados pelo cabido durante a vacatura episcopal, não tardando que os 1000 florins gerados pela diocese, após a morte de D. Vasco, fossem canalizados para Avinhão, onde o bispo residia (ASV, *Collectoriae* 275, f. 18v; CUNHA, 1642: 248).

De igual modo, D. Estêvão conseguiu, durante o seu primeiro ano de episcopado, que Clemente VI lhe autorizasse o lançamento de um subsídio caritativo sobre o seu clero, cujo montante ultrapassava o limite imposto anteriormente por Bento XII (ASV, *Reg. Aven.* 84, f. 33v). No entanto, o elemento mais inusitado desta autêntica drenagem de fundos consistiu numa outra graça concedida pelo pontífice, sensivelmente pela mesma altura, pela qual o prelado foi investido do poder de visitar, não somente as instituições eclesiásticas que lhe estavam adscritas como ordinário, mas também aquelas que se encontravam isentas do poder episcopal. Levada a cabo durante a segunda metade de 1346 pelo vigário Raimundo Tolosano no espaço escalabitano e pelo vigário-geral Elias Roberti em Lisboa, esta visitação indignou os membros de algumas instituições eclesiásticas isentas da diocese, como os cônegos regrantes de São Vicente de Fora, na sequência da visitação à capela do mosteiro, e os cavaleiros da Ordem de Cristo, afrontados pela pretensão do vigário em visitar a igreja de Santiago de Santarém e as igrejas de Tomar (ASV, *Reg. Aven.* 79, f. 136; CLÉMENT VI, 1960-1961: n.º 692; TT, *São Vicente de Fora*, 2ª inc., cx. 7, n.º 40; *Ordem de Cristo*, mc. 2, n.º 24).

Como seria de esperar, para além do estabelecimento de novas fontes de rendimento à custa dos rendimentos diocesanos, D. Estêvão de la Garde

procurou inserir as suas clientelas nas instituições eclesiásticas da cidade, desde logo por via de uma graça apostólica, datada de 1345-1346, que lhe garantia o poder de reservar e de conferir seis benefícios a clérigos da sua escolha. Para além disso, pôde retribuir as suas clientelas através do direito de colação que o bispo de Lisboa detinha em algumas instituições eclesiásticas e assistenciais da diocese, à semelhança dos provimentos em 1347 dos seus familiares Pedro Miguéis de Leritz e Guilherme *Greguti*, leigo da diocese de Cahors, respetivamente na igreja de São Martinho de Alporão, em Santarém e na provedoria do Hospital dos Meninos em Lisboa. Neste último caso, sabe-se que o provimento resultou de uma carta do prelado, datada de Avinhão (nas casas onde habitava), a 17 de junho de 1345, pela qual lhe conferia o poder de “governar e administrar todos os seus direitos, réditos, proventos e emolumentos do Hospital dos Meninos em Lisboa, cuja colação e provisão lhe pertencem” (ASV, *Reg. Aven.* 85, f. 542v; 86, f. 293; 87A, f. 311v-312). Como seria de esperar, as clientelas que o bispo procurou inserir em Lisboa não se limitaram aos membros da sua Casa, dado que se registam provimentos em favor de membros da sua família, nomeadamente no caso do seu consanguíneo e tesoureiro mestre Guido *Iudicis*, beneficiado em 1348 por autoridade apostólica com o arcediagado de Santarém, o qual foi concedido no ano seguinte a um sobrinho do bispo denominado Olivério *Gaydelli*. De igual modo, entre 1349 e 1350, receberam canonicatos em Lisboa um outro consanguíneo do bispo, chamado Olivério de Antissac, assim como um outro sobrinho, de nome João de Bos (MPVI, 159, n.º 303).

Face às iniciativas tendentes a retribuir e a promover as suas clientelas, tornam-se menos evidentes as ações desenvolvidas pelo prelado no âmbito do governo da sua diocese. Ainda assim, os dados que subsistem mostram que o bispo de la Garde não se descartou das suas responsabilidades enquanto Ordinário. Desde logo, manteve contato com o cabido, como demonstra D. Rodrigo da Cunha, que pôde utilizar para a elaboração da notícia sobre Estêvão, na sua primeira parte do *Catálogo dos Prelados da Igreja de Lisboa* (1642), os documentos conservados no arquivo capitular antes da sua destruição pelo Terramoto de 1755. Segundo este autor, o bispo de la Garde enviara cartas ao cabido que não lhe pareceram dignas de serem copiadas, por não terem “particularidade alguma, que se deva relatar”, pelo que “passamos por ellas, como por muitas memórias de seu tempo” (CUNHA, 1642: 248-248v). Mais generoso se afigurou o arquivo pontifício, dado que aí se registam diversos mandados apostólicos que lhe são dirigidos, entre 1345 e 1347, em ordem a viabilizar a dispensa de três clérigos da sua diocese feridos de ilegitimidade, a saber Lourenço Eanes, Rodrigo Gonçalves e João Francisques, clérigo do Salvador de Torres Novas, nascidos de

presbíteros e de mulheres solteiras (ASV, *Reg. Aven.* 84, f. 33v; 87A, f. 320v, 349v). De igual modo, sabe-se que a distância não impediu que D. Estêvão defendesse as suas prerrogativas jurisdicionais, porquanto se prova a utilização da sua influência junto do pontífice para garantir o exercício dos seus direitos sobre os lugares de Santo António [do Tojal] e de Enxara [do Bispo] que lhe eram questionados tanto pelo município de Lisboa (POLICARPO, 2011) como pela Ordem de Cristo (bula de Clemente VI de 11 de dezembro de 1345 em *CLÉMENT VI*, 1960-196: n.º 843).

Como aconteceria com alguns dos seus sucessores, também D. Estêvão obteve autorização do papa para limitar as paróquias da cidade e da diocese que não estivessem delimitadas, provavelmente numa tentativa de disciplinar o pagamento dos direitos paroquiais e de incrementar os rendimentos episcopais. Para promover as campanhas construtivas na sé, Clemente VI concedeu-lhe, a 7 de dezembro de 1346, o poder de outorgar, durante uma década, uma indulgência de 100 dias para todos aqueles que ajudassem a fábrica da sé, em honra do mártir São Vicente, cujo corpo a catedral abrigava (ASV, *Reg. Aven.* 84, f. 54v; 88, f. 412).

As notícias sobre o governo da diocese olisiponense terminaram na primeira metade de 1348, pelo facto de ele ter sido transferido para a diocese francesa de Saintes, por bula datada de 17 de maio de 1348 (ALBANÈS E CHEVALIER, 1899-1900: III, col. 673-674, n.º 1577). Os contornos exatos dessa transferência não são conhecidos, embora não sejam de descartar questões ligadas ao governo desta última, dado que essa transferência foi, na realidade, uma permuta entre D. Estêvão e o até então bispo de Saintes, D. Teobaldo de Castillon. Poucos são os dados conhecidos sobre os dois anos e meio em que se manteve à frente dessa diocese, período durante o qual o seu irmão D. Guilherme é sucessivamente eleito bispo de Périgueux e arcebispo de Braga. Ainda assim, manteve nesse período contatos com o coletor apostólico aragonês Fulc Perier e foi na condição de bispo de Saintes que D. Estêvão intercedeu em favor de membros da sua Casa para a obtenção de diversos benefícios na diocese de Lisboa. Teria sido durante este período – algo obscuro da sua carreira – que, segundo alguns autores, Clemente VI o teria nomeado cardeal-presbítero de São Martinho *in Monte Coelio* em 1350. No entanto, nenhuma fonte corrobora essa ideia, pelo que se deverá depreender da mesma uma qualquer confusão com um homónimo (ASV, *Reg. Aven.* 113, f. 133; FISQUET, 1868: 603).

Mas é sobretudo pela posse do arcebispado de Arles que a figura de D. Estêvão é conhecida da historiografia não-portuguesa. Nomeado para essa diocese a 8 de janeiro de 1351, foi já como arcebispo de Arles que desempenhou uma legacia na Lombardia, na Romanha e no reino de Nápoles (ALBANÈS E

CHEVALIER, 1899-1900: III, 674-675, n.º 1578; LAINÉ, 1839: 121). Durante o período que permaneceu nessa cátedra, cunhou florins de ouro em seu nome e teve que gerir a instabilidade causada pelas companhias de mercenários que devastaram a sua arquidiocese (FISQUET, 1868: 603; GIARD, 1967: 121-122).

Falecido em 19 de maio de 1361, foi exumado na igreja de São Trofimo de Arles, na capela de São Gens mandada erigir pelo seu irmão Guilherme (ALBANÈS E CHEVALIER, 1899-1900: III, col. 682; PAULET, 1910: 93).

MÁRIO FARELO

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: ALBANÈS E CHEVALIER, 1899-1900; CHEVALIER, 1923; *CLÉMENT VI*, 1960-1961; CUNHA, 1642; *LETTRES CLOSES*, 1901-1969; *LETTRES COMMUNES*, 1903-1911; *MPV*; **Estudos:** DAVID, 1944; DU BOYS E ARBELLOT, 1854; FARELO, 2003; FARELO, 2010a; FARELO, 2013b; FISQUET, 1868; GIARD, 1967; LAINÉ, 1839; MOREMBERT, 1981; PAULET, 1910; PÉLISSIER, 1951; POLICARPO, 2011.

TEOBALDO DE CASTILLON

(1348-1356)

Recolhidas a partir dos registos da Chancelaria e da Câmara Apostólica conservados no Archivio Segreto Vaticano, as informações disponíveis sobre a vida de Teobaldo de Castillon permitiram traçar um retrato de um prelado embrenhado nos assuntos da Câmara Apostólica em Portugal e, simultaneamente, consciente da importância das redes mercantis para o engrandecimento do seu património, do qual se destacava a posse de mais de uma centena de livros (RENOUARD, 1968; WILLIMAN, 1980-2001: I, 53; WILLIMAN, 1988: 244-245; JULLIEN DE POMMEROL E MONFRIN, 2001: 20, 315-328; *THE SPOILS*, 2014: xiii-xiv).

Nascido após 1283, o nepotismo de que parece beneficiar é um dos elementos considerados como estruturantes na sua carreira, à semelhança de muitos outros clérigos que orbitavam em torno dos papas de Avinhão (RENOUARD, 1968: 1037; *THE SPOILS*, 2014: xiii). No seu caso, valeu-lhe a ligação ao seu tio D. Guilherme de la Mothe, cunhado de uma sobrinha de Clemente V e membro de um grupo familiar que conseguiu ascender – mediante o favor pontifício – ao episcopado de dioceses como Bazas e Saintes (O'REILLY, 1840: 190; BERNARD, 1949: 380, 390). Com efeito, a promoção deste seu tio ao episcopado de Bazas, nos inícios do século XIV, permitiu-lhe ingressar no respetivo cabido catedralício. Chantre da instituição, não residiu no seu benefício por cursar Direito Civil provavelmente em Toulouse ou Montpellier (RENOUARD, 1968: 1037). Com efeito, a frequência universitária foi a razão evocada para que lhe fossem concedidos dois indultos apostólicos emitidos em 24 de outubro, de 1309 e de 1310,

Teobaldo de Castillon

Depois de 1283	Nascimento
1313-1318	Bispo de Bazas
1318-1348	Bispo de Saintes
1348-1356	Bispo de Lisboa
1356.5.28	Morte

pelos quais ganhou o direito de usufruir, prospetivamente durante um triénio e durante um quinquénio, dos rendimentos do seu chantrado sem efetuar a necessária residência (*REGESTVM*, 1885-1892: n.º 5877, 6160).

Desconhecendo-se se alguma vez alcançou um grau académico em Leis, D. Teobaldo não chegou a beneficiar até ao fim do indulto supracitado, dado que, em 27 de abril de 1313, foi nomeado para a cátedra de Bazas, no seguimento da transferência do seu tio para o bispado de Saintes (*REGESTVM*, 1885-1892: n.º 9271). Designado como eleito da diocese, foi chamado a inquirir, no mês seguinte, a validade da escolha de um preboste da Igreja de Toulouse, ao passo que foi pouco tempo depois um dos prelados escolhidos pelo papa para consagrar as igrejas de Santa Maria de Uesta e de São Martinho de Villandrau, respetivamente nas dioceses de Bazas e de Bordéus (*REGESTVM*, 1885-1892: n.º 10003, 10009).

Um conjunto de graças, datadas pela chancelaria apostólica de 27 de junho desse ano, faz suspeitar que D. Teobaldo não se encontrava com frequência na diocese, dado que duas delas conferiam-lhe a possibilidade de nomear um clérigo idóneo para visitar por ele durante um triénio os lugares eclesiásticos da sua diocese, assim como um sacerdote, igualmente idóneo, para o substituir na purificação de igrejas e cemitério que haviam sido profanados pela efusão de sangue ou sémen. É igualmente provável que D. Teobaldo se confrontasse com algumas resistências à sua sagração episcopal. Dois outros indultos, datados desse mesmo dia, garantiram-lhe que o seu tio D. Guilherme exerceria uma intervenção direta nas cerimónias associadas ao seu acesso ao episcopado: poderia ser por ele provido às ordens do diaconato e do presbiterado (dado que ele era então somente subdiácono) e consagrado como bispo, assistido de dois ou três outros antístites. Não seria impossível que tais resistências tivessem como origem as forças nobiliárquicas e oligárquicas presentes em Bazas, pois num outro desses indultos papais se reconhecem as invasões, usurpações, rapinas e posse indevida de parte das décimas, direitos e bens do bispo e da Igreja de Bazas perpetradas por alguns nobres e poderosos da referida diocese. Por fim, D. Teobaldo obteve, nesse conjunto de concessões, algumas das graças que eram outorgadas não raras vezes a um novo prelado, como era o caso de poder nomear um clérigo discreto como confessor para o absolver dos seus pecados, a faculdade de nomear os seus sucessores nos benefícios eclesiásticos que detinha e de testar os seus bens pessoais para o pagamento do seu funeral, das remunerações dos seus servidores (consanguíneos ou não) e das suas dívidas (*REGESTVM*, 1885-1892: n.º 9402-9407, 9414; *THE SPOILS*, 2014: 55-56).

Resistências suplementares ter-se-lhe-iam perfilado, pois seis meses após este conjunto de indultos, recebeu da chancelaria apostólica uma nova dispensa,

referente ao facto de não ter a idade canónica nem as ordens sacras necessárias para o seu provimento episcopal. Dispensado nessa ocasião desse duplo impedimento, pôde *de facto* assumir a direcção da sua diocese, deixando em vacatura os benefícios eclesiásticos menores que detinha até então: o chantrado, o canonicato e a prebenda de Bazas, assim como o canonicato prebendado de São Severino, na diocese de Bordéus (*REGESTVM*, 1885-1892: n.º 9799, 10102).

Esse conjunto de graças sugere que D. Teobaldo se encontrava por essa altura bem relacionado na Cúria, ainda que não seja possível afirmar com certeza que tivesse sido alguma vez legado ao rei Filipe, o Belo, como já foi afirmado (*AUDIAT*, 1871: 30).

D. Teobaldo manteve-se na cátedra de Bazas durante os cinco anos seguintes. Desconhece-se de quem partiu a ideia da permuta do seu episcopado com o do tio em 1318, embora não seja impossível que este último quisesse sair de um bispado pertencente à província de Bordéus, onde o prelado estava em conflito com o rei de Inglaterra (*LETTRES COMMUNES*, 1904-1947: n.º 6193-6194). A hipótese da Coroa inglesa ganhar doravante um interlocutor mais favorável em Saintes com essa permuta é consistente, dado que D. Teobaldo foi escolhido, desde o mês de outubro de 1322, para o conselho do rei de Inglaterra no ducado, a pedido do senescal de Saintonge (TNA, C 61/35, membrane 13, doc. 120, 12 e membrane 7d, n.º 260). Uma tal permuta era-lhe igualmente favorável do ponto de vista económico: a diocese de Saintes rendia três vezes mais do que a sua anterior diocese (CAILLET, 1975: 94).

Das poucas informações sobre a sua ação como Ordinário em Saintes (TEMS, 1774: 354), a historiografia tem valorizado sobretudo o facto de esse período lhe ter permitido adquirir um conhecimento efetivo das redes de mercadores de La Rochelle, as quais se viriam a revelar mais tarde essenciais no desenvolvimento do circuito para a transferência dos direitos apostólicos entre o reino de Portugal e a Cúria avinhonense (RENOUARD, 1968; GUILLEMAIN, DARRICAU E MARQUETTE, 1974: 689).

Após três décadas de presença nessa cátedra, D. Teobaldo viu-se novamente envolvido numa outra permuta episcopal, em sintonia com a crescente prática preconizada pelos papas avinhonenses. Por bula de 17 de março de 1348, D. Teobaldo foi transferido de Saintes para a diocese de Lisboa, ao passo que D. Estêvão de la Garde efetuou o percurso inverso (ALBANÈS E CHEVALIER, 1899-1900: III, col. 673-674, n.º 1577; ASV, *Reg. Aven.* 92, f. 531).

Yves Renouard propôs uma justificação para essa permuta ligada em primeiro lugar à administração apostólica, fazendo da passagem de D. Teobaldo à diocese de Lisboa uma consequência da vontade pontifícia em reformar o



processo de transferência dos réditos devidos à Camara Apostólica pelo clero lusitano (RENOUARD, 1968: 1036). Não sendo possível negar a evidência dessa reforma e do aproveitamento do circuito comercial de La Rochelle para esse efeito, não é impossível que a questão estivesse relacionada – como não raras vezes – com os problemas existentes entre o prelado e as instâncias religiosas diocesanas, como aconteceu no caso do seu sucessor na Sé olisiponense.

A transferência de D. Teobaldo foi acompanhada de duas bulas de 29 de abril de 1348, tendentes a acautelar as necessidades financeiras do prelado. Deste modo, enquanto da sua antiga diocese recebia o poder de exigir todos os bens e débitos diocesanos, apesar da sua transferência, beneficiou igualmente de um indulto que lhe permitia exigir um “módico” subsídio caritativo no seu novo bispado (ASV, *Reg. Aven.* 97, f. 381v). Quem tivesse lido os outros dois privilégios emitidos em seu favor, nessa mesma data, veria que Teobaldo estava disposto a seguir o exemplo do seu predecessor e a manter-se longe da diocese olisiponense, tanto mais que então a Peste Negra varria a Cristandade, ceifando vidas e desregulando quotidianos. De facto, nesse dia o papa autorizou que ele não fizesse residência pessoal em Lisboa durante dois anos – em virtude “de certas razões” – e que durante um triénio alguém por ele pudesse purificar igrejas e cemitérios que tivessem sido profanados (ASV, *Reg. Aven.* 98, f. 402, 403, 404v).

Após um compasso de espera de cerca de três meses, sabe-se que no dia 1 de agosto de 1348 ainda não tinha efetuado o necessário juramento de fidelidade e de obediência à Santa Sé, uma vez que solicitou então ao papa que o mesmo pudesse ser recebido por Guy de Conborn, então bispo de Noyon ou por Jean Champdorot, de Le Puy-en-Velay (ASV, *Reg. Aven.* 98, f. 195; *MPVI*, 149, n.º 281). Nessa mesma ocasião, D. Teobaldo aproveitou para suplicar ao sumo pontífice em favor de dois dos seus familiares, a dispensa de exame para acederem a benefícios eclesiásticos inscritos em dioceses francesas (*MPVI*, 149, n.º 282-283).

O atraso verificado no processo não impediu que as autoridades eclesiásticas olisiponenses fossem avisadas da sua promoção, dado que estas consideravam D. Teobaldo como o prelado da diocese no momento em que o cônego de Lisboa Jacobo mandou redigir o seu testamento, em 26 de setembro de 1348 (*CABIDO DA SÉ*, 1954: 49). Fixado em Montpellier depois de ter saído da Cúria, mantinha-se ao corrente dos assuntos pela informação que recebia dos seus dependentes em Lisboa. Para isso, entre outros eventuais expedientes, aproveitava a passagem de clérigos portugueses vindos da Cúria apostólica, como lembrou mais tarde o prior de Santiago de Lisboa, João de Soure, ao referir que tinha visitado o bispo em 1349 e que este o incumbira do transporte de várias missivas para diversas pessoas a viver em Lisboa (*LIVRO VERDE*, 1940: 122).



Fig. 61. D. Teobaldo, bispo de Lisboa dá comissão a D. Fernando Rodrigues, prior da Alcáçova de Santarém e cônego de Lisboa, para prover um benefício eclesiástico na sua diocese. Montpellier, 1351 setembro 17, pergaminho. Lisboa, ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Avis, Convento de São Bento de Avis*, mc. 5, n.º 463, PT/TT/OACSB/001/0005/00463. © ANTT.

A decisão de deixar Montpellier e de se fixar em Lisboa tomá-la-ia em 1351 (RENOUARD, 1968: 1039), provavelmente em virtude do fim do biénio de isenção de residência pessoal que havia recebido do pontífice. Ao fim de vários meses de preparação pela venda de parte dos seus bens e de colocação dos seus capitais, D. Teobaldo parte com os seus de Montpellier, antes do dia 28 de abril de 1352. Tendo preferido seguir a via terrestre, passaram por Béziers, Narbonne, Perpignan e Barcelona, antes de tomarem provavelmente o caminho de Santiago com destino a Lisboa, onde chegam antes de 6 de agosto, ao fim de cerca de quatro meses de viagem (RENOUARD, 1968: 1042-1043; *THE SPOILS*, 2014: 179-184).

Na diocese viria a encontrar parte dos clérigos que, havia poucos anos antes, escolhera, ainda em Montpellier, como seus representantes em Lisboa. Segundo um inquérito elaborado quatro décadas mais tarde, os escolhidos haviam sido João Lourenço Chamiceiro, que aí tinha ido solicitar o canonicato e a prebenda de Lugo para o seu irmão e Lourenço Eanes de Abiul, os quais D. Teobaldo fez seus procuradores e vigários, com poderes para concederem os benefícios pertencentes à colação episcopal e para recolherem os rendimentos episcopais (LIVRO VERDE, 1940: 118-119, 123).

A documentação conservada confirma o exercício de João Lourenço, cónego de Évora, nas funções de vigário-geral e oficial entre dezembro de 1348 e abril de 1349 (FARELO, 2003: II, 486; TT, *Chelas*, mç. 19, n.º 367; mç. 33, n.º 642; *Santos-o-Novo*, n.º. 1528). Ainda que auxiliado eventualmente pelo vigário Gonçalo Martins (FARELO, 2003: II, 486), o falecimento, por essa altura, de Lourenço Eanes de Abiul terá precipitado uma primeira reorganização dos oficiais agindo *in partibus* em nome do prelado. Esta última parece ter revestido a forma de uma distinção entre o grupo de oficiais que representavam diretamente o bispo no exercício da sua jurisdição ordinária, daqueles que assumiriam o papel de seus procuradores na gestão da sua Casa. Assim, D. Teobaldo preferiu prover a sua oficialidade com clérigos portugueses, nas pessoas de Estêvão Anes [de Elvas], raçoeiro de Lisboa e de Gomes Vasques Moutinho, provedor do Hospital de Santo Elói, facto que permitiu ao bispo arregimentar posteriormente um clérigo pertencente ao cabido olisiponense – e assim substituir o falecido Lourenço Anes, cónego da instituição – e um outro com boas relações com a rainha (TT, *São Vicente de Fora*, 1.ª inc., mç. 12, n.º 8). Identificados como vigários-gerais de D. Teobaldo até ao terceiro trimestre de 1350, o recrutamento do grupo vicarial sofreu, a partir daí, uma mudança, com a integração de oficiais estrangeiros, nomeadamente de antigos vigários do seu antecessor (Raimundo Tolosano e Pedro de Martelo) e por um outro apaniguado do bispo, Ranulfo Bocharði, vigário-geral entre novembro de 1351 e outubro de 1352 (FARELO, 2003: II, 486; TT, *Avis*, mç. 5, n.º 536; *Santo Estêvão de Alfama*, mç. 16, n.º 312; *São Vicente de Fora*, 2ª inc., cx. 14, n.º 10). De igual modo, o vicariato abriu-se então a um outro clérigo lusitano, Estêvão Martins (julho de 1351) – provavelmente o mesmo que havia exercido anteriormente o vicariato em nome do bispo em Torres Vedras – assim como, ainda que de forma muito pontual, aos procuradores do bispo, como sugere o caso de Roberto de Cruce, identificado nessa condição em documento de agosto de 1350 (FARELO, 2003: II, 486; AHASS, *São Julião*, cx. 2, n.º 35).

Embora se documente ainda o vicariato-geral de Estêvão Anes e de Gomes Vasques em meados de 1352 (TT, *Santa Cruz do Castelo*, mç. 3, n.º 106, 113; *Santo Estêvão de Alfama*, mç. 12, n.º 221), a chegada do bispo à cidade de Lisboa por essa altura imprimiu uma nova mudança no corpo vicarial, com a saída dos dois clérigos portugueses. Enquanto o primeiro desapareceu da documentação, o segundo transferiu-se para Évora, onde passou a exercer idênticas funções ao serviço do bispo João Afonso (BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 21, n.º 52). Doravante, nos últimos anos do seu episcopado, a representação ordinária do prelado passou a ser assegurada por estrangeiros, todos eles reconhecidos pelos

graus académicos obtidos em Direito Civil: ao bacharel em Leis Ranulfo Bocharði, visitador pelo bispo da diocese nos inícios de 1353, juntou-se o vigário-geral Astorgio de Albignac, doutor em Leis (novembro 1353-janeiro 1356) – o qual havia sido vigário na cidade e arcediagado de Lisboa em outubro 1352 e anteriormente professor na Universidade de Montpellier –, assim como o oficial Guilherme Carbonnel, licenciado em Leis (fevereiro 1354-janeiro 1356), que se viria a destacar na vigararia-geral do bispo D. Agapito 15 anos mais tarde (FARELO, 2003: II, 486; ASV, *Reg. Aven.* 124, f. 543, 591; TT, *São Martinho de Sintra*, mç. 3, n.º 103).

Quanto a Gomes Vasques Moutinho, regressado de Évora em 1355, continuou a desempenhar funções na oficialidade, seja como vigário-geral, a título próprio ou como substituto de um outro vigário-geral em funções, sendo dado como falecido em meados do ano seguinte (TT, *Santa Cruz do Castelo*, mç. 3, n.º 115; *Chelas*, mç. 15, n.º 300; *Santa Maria de Almoester*, mç. 10, n.º 20; AHASS, *São Julião*, cx. 2, n.º 40).

Centrados na tramitação quotidiana dos processos chegados à audiência, a gestão da casa do prelado escapou aos vigários-gerais e oficiais do bispo, revertendo para a área de atuação do grupo de clérigos que D. Teobaldo enviou periodicamente à diocese como seus procuradores. O primeiro a assumir a condução dos negócios do bispo foi Nolet de Saint-Léger, um clérigo da Aquitânia, que centralizou entre 1349 e 1350 os rendimentos episcopais que João Lourenço havia recolhido no arcediagado de Lisboa e Roberto de Cruce no espaço escalabitano, a título de coletor da vila e arcediago de Santarém (*THE SPOILS*, 2014: 67). Ainda que as solidariedades não pudessem ser estranhas aos dois grupos, é inquestionável que os procuradores do bispo distinguiram-se do corpo vicarial, como muito bem sabiam os membros do cabido da Sé de Lisboa ao citarem, em meados de 1350 e perante Gomes Vasques, os procuradores do bispo, Nolet de Saint-Léger e Roberto de Cruce, relativamente a um pleito sobre as dízimas a pagar pelos paroquianos da alcáçova de Lisboa (TT, *São Jorge de Arroios*, mç. 1, n.º 16; *Salvador de Lisboa*, mç. 1, n.º 1).

É possível pensar que o mandato destes procuradores não se limitava à estrita esfera fiscal, dado que, em dezembro de 1349, o prelado conferiu a Nolet, juntamente com Pedro Martelo, cónego de Lisboa e anterior vigário do seu antecessor, o poder exclusivo de apresentar em seu nome os postulados aos benefícios pertencentes ao padroado episcopal, “até à sua chegada à diocese” (RENOUARD, 1968: 1049). Este exemplo parece indiciar que D. Teobaldo teria querido “afastar” o corpo vicarial do exercício sistemático da confirmação das apresentações beneficiais que eram submetidas ao prelado, como se comprova das

comissões que ele passou, ainda ausente em Montpellier, no dia 17 de setembro de 1351, para que o cônego de Lisboa Fernando Rodrigues e o seu vigário Ranulfo Brochardi confirmassem um clérigo que o Mestre de Avis havia apresentado à igreja de Alcanede ou já em Lisboa, em 8 de dezembro de 1352, quando comissionou Pedro de Martelo para conferir a igreja de Santa Maria de Arruda a Gil Vasques (TT, *Avis*, mç. 5, n.º 463, 536; *São Vicente de Fora*, 1ª inc., mç. 12, n.º 23).

Ainda que permanecendo em Lisboa até ao final do episcopado de D. Teobaldo, os dois procuradores episcopais em exercício no biénio 1349-1350 divergiram posteriormente nos seus percursos. Nolet de Saint-Léger, após uma tentativa fracassada de aceder a um canonicato prebendado em Lisboa ainda em 1350, foi destituído por incompetência da procuradoria do bispo ao fim de 20 meses de atividade, sendo substituído por Ithier Cabrol. Ascendendo ao priorado de São Pedro de Sintra tornou-se, uma vez falecido D. Teobaldo, um dos mais importantes informadores do vigário enviado pelo seu sucessor para reconstruir a fiscalidade diocesana durante o tempo da respetiva vacatura (RENOUARD, 1968: 1037; *THE SPOILS*, 2014: 71). Quanto a Roberto de Cruce, conseguiu alcançar uma quartanária do cabido ainda em 1350 e manteve-se como um dos oficiais da Casa episcopal com responsabilidades na área fiscal, o que poderá justificar que ele tivesse sido responsável pelas despesas efetuadas com as exéquias e o funeral do coletor Pedro de Martelo e tivesse recebido, em nome do cabido, os emolumentos cobrados pelo uso do selo da audiência durante a vacatura (*THE SPOILS*, 2014: 61, 90).



Fig. 62. D. Teobaldo, bispo de Lisboa, envia carta aos paroquianos de Santa Maria da Arruda, informando-os que proveu nessa igreja Gil Vasques, cônego do mosteiro de São Vicente de Fora, 1352, dezembro 8 em traslado dado no dia seguinte, pergaminho. Lisboa, ANTT, OCRSA, *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1ª inc., mç. 12, n.º 23, PT/TT/MSVFL/1M12/23. © ANTT.

A carta supracitada em favor de Pedro de Martelo e de Nolet de Saint-Léger testemunha a importância que D. Teobaldo conferiu à inserção das suas clientelas – tanto portuguesas quanto estrangeiras – no tecido benéfico da sua diocese. Assim, existem provas de que ele concedeu aos cônegos João de Elarencio e João de Lentillac, durante o segundo semestre de 1349, as prebendas no cabido da Sé de Lisboa que se encontravam em vacatura pela morte de João Anes e de Fernando Guilherme (ASV, *Reg. Aven.* 105, f. 365; MPVI, 166, n.º 310). Sensivelmente pela mesma altura, conseguiu que um dos seus clérigos que com ele vivia em Montpellier, de nome Elias *Cavalerii*, obtivesse a igreja de Santa Maria de Pernes. Os seus oficiais não foram esquecidos nesses anos de 1349-1350, pois o seu primeiro vigário, Gonçalo Martins, obteve um dos quatro meio-canonatos existentes no cabido de Lisboa, ao passo que os seus procuradores foram respetivamente agraciados com o priorado de São Pedro de Sintra (Nolet de Saint-Léger) e uma quartanária no cabido de Lisboa (Roberto de Cruce) (ASV, *Reg. Aven.* 105, f. 292v, *Reg. Aven.* 113, f. 288, 829, 843). Em 1351, chegaria a vez de D. Teobaldo solicitar para Gomes Vasques a expectativa de um canonicato e de uma prebenda no cabido lisiponense, argumentando o prelado que este o servia como seu oficial na respetiva Sé. Repetiu o pedido dois anos mais tarde em favor do seu vigário-geral Astorgio de *Albignac* (ASV, *Reg. Aven.* 124, f. 313, 443, 591; MPVI, 254, n.º 546).

É importante realçar que o rasto de tais manobras na documentação pontifícia termina *grosso modo* com o estabelecimento do bispo em Lisboa, em larga medida como consequência da graça apostólica que lhe permitiu, a partir de junho de 1352, reservar e colar benefícios no cabido da Sé de Lisboa para seis clérigos, mesmo que estes já fossem detentores de benefícios (ASV, *Reg. Aven.* 117, f. 179v-180). Para além disso, é preciso notar que, dada a sua presença na cidade, o prelado beneficiou, a partir daí de uma renovada capacidade de retribuir as suas clientelas com a colação de benefícios eclesiásticos pertencentes ao seu padroado, o que se mostrou particularmente evidente no caso da igreja de Santa Cruz de Lisboa. Com efeito, dois vigários-perpétuos da instituição, Ithier *Cabrol* (1353-1355) e Pedro de *Guardia* (1358-1361) foram ambos clérigos de D. Teobaldo (TT, *Santa Cruz do Castelo*, mç. 3, n.º 123, 136; mç. 4, n.º 158).

Os últimos anos do seu episcopado dão conta de um bispo ativo na sua diocese, concertando-se com os clérigos de Santa Cruz do Castelo sobre os dízimos (maio 1354) ou com o cabido sobre o direito de visitaçāo da Sé e de outras igrejas da cidade (junho 1354) (CUNHA, 1642: 249). A 18 de outubro do ano seguinte, foi ele um dos antístites que assistiu João Afonso, bispo de Évora, na consagração de João Garcia Palomeque, então realizada em Lisboa (ASV, *Inst. Misc.* 2036; AMACHO MACÍAS, 1975: 30).

Inocência VI outorga-lhe em julho um subsídio de 3000 florins de ouro e em novembro, em conjunto com o cabido, a graça de não ser obrigado a receber na Sé e na sua diocese clérigos providos de benefícios em expectativa (*LETTRES SECRÈTES*, 1959-1975: n.º 1675; CUNHA, 1642: 249; ALMEIDA, 1967-1971: I, 511). Tais benesses estão relacionadas com as missões entretanto atribuídas ao prelado pela Câmara apostólica, a saber a percepção do espólio do antigo coletor e seu oficial Pedro de Martelo e a recolha na diocese do primeiro ano da décima quadrienal em benefício de Afonso IV e do pontífice (WILLIMAN, 1980-2001: I, 200; JULLIEN DE POMMEROL E MONFRIN, 2001: 20, 315; TT, *Chelas*, mç. 57, n.º 1137; *Alcobaça*, 2ª inc., mç. 91, n.º 29).

Destinatário de dois mandados apostólicos emitidos em maio de 1356 – um para se informar da transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra e dos respetivos rendimentos e o outro, do desejo de Constança Anes, viúva de Gonçalo Anes, leigo de Lisboa, de ingressar no convento de Santa Clara de Lisboa – acaba por não chegar a recebê-los. Dado como doente no dia 23 de maio de 1356, veio a sucumbir cinco dias mais tarde (ASV, *Reg. Aven.* 132, f. 536; *LETTRES SECRÈTES*, 1959-1975: n.º 2217-2221; *THE SPOILS*, 2014: xiv-xv e 25).

As contas estabelecidas pelo coletor João Guarrige (1355-1356) permitem ter a noção do que teriam sido as suas exéquias e o seu funeral, permanecendo as 1 364 libras por ele despendidas em todo esse processo um testemunho eloquente da magnificência que revestiu todo o cerimonial efetuado em Lisboa, nesse fim de primavera do ano de 1356 (*THE SPOILS*, 2014: 115-117).

O coletor iniciou o registo com um dos pagamentos efetuados ainda em vida do bispo, a saber a despesa com um físcico, contatado para observar e comprovar que o bispo se encontrava de mente sã (*si esset sanus*), certamente de forma a validar a legalidade das últimas vontades do prelado. Falecido no dia 28 de maio, haveria que mobilizar todos aqueles que teriam uma intervenção no cerimonial, dos membros da família de D. Teobaldo aos restantes agentes eclesiásticos da cidade. Permanecendo na dependência do prelado, pertencia aos membros da sua família demonstrar o pesar pela morte do falecido no simbolismo e nas ações. Para o efeito, foram confeccionadas, por 45 libras, peças de vestuário para os membros da *familia* episcopal, a partir de quase cem panos pretos, adquiridos a dois mercadores de Montpellier por mais de 532 libras. Haveria, igualmente, que passar a palavra do que tinha acontecido. Para isso, foram contratados cinco pregoeiros que tiveram por missão anunciar o óbito pela cidade, segundo o costume da terra, ao mesmo tempo que rezavam o *Pai Nosso* por alma do falecido. Entretanto, preparava-se o cortejo fúnebre, o qual foi delimitado pelas luzes de cirios e das tochas apressadamente fabricadas, sendo aqueles que os empunhavam

retribuídos com a soma total de 3 libras. Paralelamente, 20 sacristães – representando provavelmente todas as paróquias da cidade – foram contratados a uma libra cada para repicar os sinos das suas igrejas. Multiplicavam-se então as celebrações em memória do defunto nos templos da cidade, às quais se juntaram 22 missas privadas (*secrete*) que custaram ao coletor a soma de 5 libras e 10 soldos. Acompanhado pelas cruces das igrejas da cidade e por membros das cinco ordens religiosas (franciscanos, dominicanos, cónegos regrantes, eremitas de Santo Agostinho e trinitários) aos quais se juntaram as donas do mosteiro de Santos, conforme era prática da cidade, o corpo chegou à sé, onde foi velado por 26 presbíteros que recitaram o saltério. Coberto por um pano ao qual foram apostos, por 20 soldos, os escudos episcopais, foi sepultado na sua igreja catedral com as vestes pontificais negras que costumava usar, acabando o coletor por oferecer ao cabido os restantes paramentos negros de D. Teobaldo. O seu túmulo custou “bastantes dinheiros” – no dizer do coletor –, a começar pelas 75 libras dispendidas com o primeiro pagamento da lápide tumular.

A catedral acabou por acolher o corpo do falecido prelado, contrariando o que D. Teobaldo havia deixado expresso sobre o assunto, ao escolher a igreja do convento de São Francisco de Lisboa como lugar de sepultura. Tal facto poderá ter resultado do litígio que, à sua morte, mantinha com o cabido por causa de alguns réditos disputados por ambos. Certamente por essa razão, uma missa especial foi celebrada em São Francisco de Lisboa, tendo o coletor notado que beneficiou da presença de toda a família do bispo e que lhe custara 10 libras.

Enterrado o bispo, a memória do prelado seria perpetuada de diversas formas ao longo dos trinta dias seguintes, com especial ênfase para a comemoração dos oitos dias e o mês do falecimento. Nessas alturas, repetiam-se os gestos das exéquias: os cónegos e o restante clero da Sé satisfaziam os ofícios e as missas requeridas; junto à sepultura do bispo desfilavam uma vez mais os representantes das cinco ordens religiosas presentes na cidade e ofertava-se pão, no valor de 26 libras. Ao longo desses trinta dias, homens e mulheres levaram à sé oblações de pão, vinho, peixe, carne e cordeiros inteiros, recebendo por isso 34 libras e 16 soldos. Em paralelo, foram feitas ofertas aos pobres ao longo desse mesmo período, como era costume, o que custou ao coletor 128 libras.

Pagas essas despesas, João Garrigue teve ainda que desembolsar dos bens do prelado as somas necessárias para pagar os legados episcopais e os estipêndios dos membros da sua Casa. Para isso, procedeu rapidamente à venda de taças, pratos e outras peças em prata e em ouro, de um pluvial com as insígnias do bispo, de vários animais e de um conjunto de 14 livros (*THE SPOILS*, 2014: xv). Estes faziam parte de uma livraria composta por pelo menos 132 obras, na qual pontificavam,

entre outros, quatro dezenas de livros litúrgicos, mais de três dezenas de manuais de Direito e cerca de 20 livros de Medicina. Constituída, ao que parece, segundo um objetivo “nitidamente utilitário e prático”, a sua biblioteca era agora dispersa, após a sua morte (RENOUARD, 1968: 1039; JULLIEN DE POMMEROL E MONFRIN, 2001, 2001: 20). Para além disso, na sequência do terramoto que devastou a cidade de Lisboa no dia 24 de agosto de 1356, o coletor teve de entregar 3000 libras desse espólio para reconstruir alguns dos edifícios destruídos pelo cataclismo, nomeadamente a capela-mor da sé, recentemente construída por Afonso IV, e outros edifícios pertencentes ao bispo (*THE SPOILS*, 2014: xv). Dessa forma, somente o remanescente do seu património pôde ser reclamado pela Câmara Apostólica a título de direito de espólios, pelo que, no seu retorno à Cúria de Avinhão em inícios de 1357, João de Garrigue pôde levar com ele uma vasta seleção de “ouro, prata, pedras preciosas, anéis, alfaías, livros, linhos, tapeçarias, joias, malas, cintos, espadas, relíquias, relicários, pedras de altar, altares portáteis, dinheiros, peles e salvas”, a qual viria a fazer parte de uma história de pirataria, bem conhecida da historiografia. João Guarrigue voltou a Portugal três anos mais tarde como coletor-geral, altura em que concedeu quitação ao então coletor Guilherme Piloti pelas mais de 1600 libras que este lhe havia entregado a título dos bens recolhidos do espólio de D. Teobaldo (*THE SPOILS*, 2014: xv, 73, 105).

Apesar dos derradeiros conflitos mantidos com o cabido, a sua memória foi objeto de diversos aniversários na sé de Lisboa. Aos cinco estabelecidos pela Câmara Apostólica segundo D. Rodrigo da Cunha (2 e 30 de julho, a 21 de setembro e a 7 de outubro), acrescia um outro celebrado na capela de Bartolomeu Joanes, certamente um sinal do apego que o seu instituidor João Lourenço Chamiceiro teve à memória do bispo que servira em Lisboa, no decurso do conturbado período da Peste Negra (CUNHA, 1642: 249v; TT, *Hospital de São José*, lv. 19, f. 164v).

MÁRIO FARELO

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: ALBANÈS E CHEVALIER, 1899-1900; *CABIDO DA SÉ*, 1954; CUNHA, 1642; JULLIEN DE POMMEROL E MONFRIN, 2001; *LETTRES COMMUNES*, 1904-1947; *LETTRES SECRÈTES*, 1959-1975; *LIVRO VERDE*, 1940; *MPV*; *REGESTVM*, 1885-1892; *THE SPOILS*, 2014; **Estudos:** ALMEIDA, 1967-1971; AMACHO MACÍAS, 1975; AUDIAT, 1871; BERNARD, 1949; CAILLET, 1975; FARELO, 2003; GUILLEMAIN, DARRICAU E MARQUETTE, 1974; O'REILLY, 1840; RENOUARD, 1968; TEMS, 1774; WILLIMAN, 1980-2001; WILLIMAN, 1988.

REGINALDO DE MAUBERNARD

(1356-1358)

Originário do baixo Limousin, tal como o seu antecessor D. Estêvão de la Garde, Reginaldo de Maubernard nasceu no seio de uma família nobre implantada no viscondado de Comborn, um dos quatro que constituíam no período medieval a atual Corrèze.

Apesar de não ser fácil proceder à reconstituição genealógica dos seus ascendentes, dada a impossibilidade em entroncar todos os homónimos surgidos na documentação, os Maubernard – igualmente registados como *Malbernard* ou *Malbernat* – identificam-se desde os inícios do século XIII com o cavaleiro Gautier Maubernard. À sua morte, ocorrida em 1249, este deixou pelo menos dois filhos, Reginaldo e Elias, responsáveis por um fortalecimento da presença patrimonial da familiar na região ao longo da segunda metade dessa centúria, nomeadamente através da compra de bens em Allassac, uma das aldeias pertencentes ao senhorio eclesiástico do bispo de Limoges (POULBRIÈRE, 1891: 545-546; CHAMPEVAL, 1898: 394; “CHARTULARIUM MONASTERII”, 1890: 180, 223, 229).

Reginaldo terá prosseguido uma carreira universitária, sendo bastante plausível que seja ele o professor em Leis que proferiu uma sentença arbitral no pleito de 1279 entre os abades de Tulle e de Obazine. O visconde de Comborn concedeu-lhe, nesse ano, a justiça de mero e misto império sobre todos os lugares pertencentes ao seu património, o que permitiu à sua família assumir, a partir daí, o título de cossenhores de Allassac. Casado com Angelciada de Roffignac, membro de uma família nobre da mesma região, faleceu nos finais do

Reginaldo de Maubernard

?	Nascimento
1353-1356	Bispo de Palença
1356-1358	Bispo de Lisboa
1358-1361	Bispo de Autun
1361.7. 21	Morte

século XIII ou nos inícios do seguinte. Com efeito, no casamento da sua filha Margarida, em 1313, refere-se que a sua viúva era tutora de um seu outro filho, de nome Elias, provavelmente o *domicello* desse nome que fez homenagem nesse ano ao bispo de Limoges pelo manso de Durney, o qual lhe veio pela via da sua mulher Columbe, filha do cavaleiro Hugo de Vale ou de Bardia (CHAMPEVAL, 1898: 394-395; LEROUX E RIVAIN, 1908: 9-10, 15; *DOCUMENTS*, 1904: 86-90; MARCHE, 1899: 180).

Elias de Maubernard, irmão do anterior Reginaldo, foi conhecido, a partir da década de 1280, como cavaleiro de Comborn, condição em que foi recordado no necrológio do mosteiro cartuxo de Glandier. A sua morte, comemorada no dia 2 de dezembro, teve ter ocorrido em finais do século XIII. Conhece-se o seu selo, armoriado com seis conchas, através de uma quitação que o mesmo vez ao referido mosteiro em 1285, precisamente no mesmo ano que emancipou os seus filhos Gautier e Reginaldo (POULBRIÈRE, 1891: 545-546; BOSREDON E RUPIN, 1886: 272). Assim, o primeiro regista-se como *domicello* na homenagem que prestou em 1296 ao bispo de Limoges pelos bens que possuía na aldeia de Voutezac, perto de Allassac, sendo identificado como preboste da mesma em 1304. Conhecido pelo selo que usava – de seis conchas como o de seu pai – designou-se de cavaleiro no início da década de 1320 (POULBRIÈRE, 1891: 545-546; LEROUX E RIVAIN, 1908: 12; *DOCUMENTS*, 1904: 86-90; GUILHIERMOZ, 1892: 385-386). Quanto a Reginaldo, regista-se a sua ligação ao mosteiro de Glandier através do estabelecimento de um aniversário em 1280, assim como na participação na carta de quitação passada por seu pai a esta cartuxa cinco anos mais tarde, na qual após o seu selo heráldico, composto de seis conchas divididas por uma banda. Designado igualmente de *domicello* a partir de 1296, substituiu o seu tio homónimo na representação familiar, dado que é ele quem assumiu o título de cossenhor de Allassac em documentos de 1305 e 1310 (POULBRIÈRE, 1891: 545-546; CHAMPEVAL, 1898: 394; BOSREDON E RUPIN, 1886: 272-273; *DOCUMENTS*, 1904: 80-83; MARCHE, 1899: 180).

O facto deste último desaparecer da documentação relativa à família a partir daí – a compra de uma casa em Allassac nesse ano de 1310 é efetuada através do seu procurador Adhémar de Assier – sugere que poderá ter falecido por esses anos, o que explicaria que a representação familiar passasse a ser assumida nos anos subsequentes pelo seu filho Pedro. Designado de *domicello*, este último participou em 1317 numa das raras sessões conhecidas do tribunal dos senhores de Allassac, na qualidade de cossenhores, sendo certamente este último o *domicello* P. Malbernart que se designa, uma década mais tarde, como filho e herdeiro do outrora cavaleiro *Reynaldi Malbernardi*. Assim se percebe que tenha sido ele – após o seu tio-avô Reginaldo em 1279 e o seu pai, também ele Reginaldo, em 1305 – a

receber em 1331 a confirmação, pelo visconde de Comborn do poder de exercer justiça nos bens familiares em Allassac (*DOCUMENTS*, 1904: 12-13, 82, 104).

Ora, é difícil não ver neste Pedro de Maubernard, *domicello* entre 1317 e 1331, o homónimo que partilha nos anos seguintes com o seu irmão Reginaldo a responsabilidade dos assuntos familiares, seja em 1338 na regulação da justiça em Allassac, seja dois anos depois num contrato de venda. Cossenhor de Allassac ainda em 1354 e já designado de cavaleiro, Pedro de Maubernard casou com Margarida de Beaumont, o que lhe permitiu tornar-se no senhor de *Bellomonte*, epíteto pelo qual foi conhecido durante os vários meses que exerceu o cargo de *viguier* de Avinhão, até morrer, vítima de peste, em 16 de junho de 1361 (*DOCUMENTS*, 1904: 79-81; CHAMPEVAL, 1898: 394-395; DUVAL-ARNOULD, 1980: 312; CHIFFOLEAU, 1980b: 329; CHAMPEVAL, 1894: 452; MARCHE, 1899: 179).

Face a este percurso, poucas dúvidas subsistem em identificar o irmão deste Pedro de Maubernard com o futuro bispo de Lisboa, pelo que será provável que o seu desaparecimento da documentação familiar a partir do final da década de 1330 esteja relacionado com a sua entrada ou permanência ao serviço do cardeal Estêvão Aubert, futuro papa Inocêncio VI, de quem era camareiro e familiar em 1342 (*DOCUMENTS*, 1904: 83; GASNAULT, 1975: 157; MILLET, 1982: 439). Com efeito, a ligação funcional a este último teria sido fundamental para o seu percurso eclesiástico, desde logo no cabido da Sé de Laon. Expectante de uma prebenda em 1342, obteve o desejado benefício dois anos mais tarde, antes de assumir o arcediagado de Thiérarchie a partir de 1348 (*RECUEIL DES PRIVILÈGES*, 1674: 243; MILLET, 1982: 439).

Mas foi com a coroação de Inocêncio VI que a sua carreira ganhou amplitude. Com efeito, o novo pontífice designou-o como tesoureiro apostólico a 24 de janeiro de 1353, tendo sido encarregado, nesse mesmo ano, pelo próprio papa, da transladação do corpo do falecido Clemente VI para a igreja da La Chaise-Dieu. Em paralelo com o ofício de tesoureiro apostólico, D. Reginaldo foi igualmente conhecido pela sua carreira episcopal, a qual se iniciou poucos meses depois do acesso à tesouraria com a promoção à cátedra de Palença, o primeiro dos três episcopados que ocupou durante a sua vida (GASNAULT, 1975: 157; DÉPREZ, 1900: 238; MILLET, 1982: 439).

Nomeado pelo seu protetor a 16 de junho de 1353, a sua promoção foi concretizada com extrema rapidez, de forma a retirar ao cabido catedralício o poder de postular o seu sucessor durante os primeiros três meses seguintes ao falecimento do antigo prelado palentino. Tendo prometido os 2500 florins a título dos costumeiros serviços comuns, a recomendação em seu favor foi enviada ao rei de Castela Pedro I, em bula de 6 de dezembro (ARRANZ GUZMÁN, 2001: 441).

A sua saída da cátedra palentina três anos mais tarde foi atribulada, como explanam as bulas existentes sobre o assunto, sobretudo pelo facto de ter sido o cabido que acabou por pagar os serviços comuns que D. Reginaldo não havia satisfeito durante o seu episcopado. Apesar das questiúnculas registadas nas bulas emitidas por Inocêncio VI sobre esse caso, rezava-se na Sé de Palença um aniversário por sua alma, a 16 de julho, comemorando a data em que foi eleito para a mesma (GONZÁLEZ DÁVILA, 1647: 161; MADRID, 1932: 350; ARRANZ GUZMÁN, 2001: 441; *BULAS Y CARTAS*, 1970: n.º 206, 231, 250-251; *LETTRES SECRÈTES*, 1959-1975: n.º 2379-2382).

Tendo sido absolvido por autoridade apostólica do vínculo que o ligava à cátedra palentina, D. Reginaldo foi transferido a 20 de junho para a cátedra de Lisboa, então em vacatura pelo falecimento de D. Teobaldo de Castillon, atendendo, no dizer do pontífice, aos muitos serviços por ele prestados. Tal como no caso anterior, esta transferência foi a forma encontrada pelo papa para evitar que os rendimentos da diocese, então em vacatura, permanecessem nas mãos do cabido ou do rei (ASV, *Reg. Aven.* 134, f. 72; CUNHA, 1642: 257-257v; ALMEIDA, 1967-1971: I, 511; RENOARD, 1968: 1045). E, de facto, toda a máquina apostólica agiu com celeridade. Saído de Lisboa a 23 de maio de 1356, o mensageiro do coletor apostólico em Portugal terá chegado à Cúria com a notícia da doença de D. Teobaldo menos de um mês depois, pouco antes de Inocêncio VI prover o bispado lisiponense na pessoa de D. Reginaldo, como referido, a 20 de junho (*THE SPOILS*, 2014: xiv-xv; 25). No consistório que determinou a sua escolha, estiveram presentes 18 cardeais, os quais receberiam os cinco serviços miúdos que o bispo prometeu dar a 13 de julho, juntamente com os 2000 florins de serviços comuns, metade a pagar no dia 24 de junho seguinte e a outra metade um ano depois (ASV, *Obl. et Sol.* 22, f. 190).

Como de costume, já nessa data o papa tinha comunicado a sua escolha às autoridades eclesiásticas e leigas do reino, sob a forma de uma série de bulas de recomendação, todas datadas do dia 1 de julho. Três delas são dirigidas à rainha, ao infante e ao rei. Nesta última, o papa procura captar a benevolência régia para a escolha de Reginaldo, argumentando que este último ajudaria ao avanço dos negócios do rei e ao progresso das carreiras dos seus servidores na Cúria pontifícia. A carta enviada na mesma data ao arcebispo de Braga D. Guilherme de la Garde, sem deixar de recomendar o novo prelado, oriundo tal como o arcebispo do baixo Limousin, incide sobretudo no papel que este último era chamado a desempenhar no conflito que o rei mantinha com o cabido sobre os bens de Teobaldo. Finalmente, as cartas de recomendação estendiam-se ao rei de Castela e ao seu conselheiro João Fernandes de Fenestrosa, certamente no âmbito

do diferendo que D. Reginaldo mantinha sobre os direitos fiscais de Palença (*LETTRES SECRÈTES*, 1959-1975: n.º 2217, 2218, 2219, 2221, 2222, 2254, 2326, 2397; FARELO, 2010a: 86). Três dias mais tarde, é a vez da chancelaria apostólica emitir uma nova bula, desta feita dirigida ao deão e Cabido olisiponenses, instando-os a bem acolher os vigários, procuradores e gentes do novo bispo (*LETTRES SECRÈTES*, 1959-1975: n.º 2228).

Atendendo ao clima de confronto então vivido entre o rei e o infante Pedro, é provável que as *vexationes* que este último perpetrrou contra a Igreja de Lisboa – e que obrigaram o coletor apostólico e o vigário de Reginaldo a pagar-lhe a importante soma de 530 escudos de ouro antigos provenientes dos rendimentos eclesiásticos da diocese – tenham contribuído para o desejo do papa em alcançar o entendimento com o poder régio (*THE SPOILS*, 2014: 61). Talvez seja esta uma das explicações para o cuidado revelado por Inocêncio VI em justificar junto do monarca a escolha de D. Reginaldo para a cátedra de Lisboa em detrimento do candidato régio, assunto ventilado em quatro bulas datadas de 1 de julho, 18 de agosto e 8 de outubro de 1356 e de 13 de janeiro do ano seguinte. Nelas, Inocêncio VI afirmou não ter conhecimento da eleição do novo bispo que o cabido havia feito na pessoa de Fernando Rodrigues Pacheco, tio de Diogo Lopes e que a carta régia enviada sobre o assunto pelo rei chegara à Cúria somente a 8 de julho, depois da eleição que ele fizera, em acordo com os cardeais, em favor de D. Reginaldo de Maubernard (*LETTRES SECRÈTES*, 1959-1975: n.º 2217, 2218, 2219, 2221, 2222, 2254, 2326, 2397, 2422; FARELO, 2010a: 86). O bom entendimento com o papado também não deixaria de ser benéfico para o rei, que assim ganharia um poderoso aliado no conflito que mantinha com o cabido de Lisboa sobre os bens do falecido D. Teobaldo, sobretudo a partir do momento em que se percebe que a entidade capitular havia agravado os interesses da Sé olisiponense durante a vacatura episcopal. Não é por isso surpreendente que o monarca tenha feito um bom acolhimento aos representantes do novo bispo e encetado esforços para fazer devolver a Reginaldo os bens do bispado que haviam sido alienados, ao contrário do que fizera duas décadas antes, quando se manifestou com veemência contra a nomeação de prelados estrangeiros para dioceses portuguesas. Para responder a eventuais dúvidas do monarca, o papa prometeu, em bula datada de janeiro de 1357, que a falta de residência do bispo de Lisboa não seria um problema, dado que a mesma não ditaria uma diminuição dos favores concedidos aquela Igreja, prometendo o papa que ela seria tão favorecida como se o prelado aí estivesse em pessoa (*LETTRES SECRÈTES*, 1959-1975: n.º 2254, 2416, 2422, 22; FARELO, 2010a: 86). A mesma argumentação foi seguida pelo pontífice, uma vez D. Pedro I subido ao trono (*LETTRES SECRÈTES*, 1959-1975: n.º 2888).

Na verdade, sabe-se que a ausência de D. Reginaldo não o impediu de conhecer, de se interessar e de defender os interesses da sua Igreja. Com efeito, chegado a Lisboa no dia 24 de agosto de 1356 – justamente no dia do grande terramoto que destruiu parte da catedral – o seu vigário-geral Gualter de Assier assumiu o controlo da vigairaria-geral. De imediato, envidou todos os esforços em ordem a obter um primeiro relatório circunstanciado da situação da diocese, concluído em dezembro desse ano, o qual é, simultaneamente, um *statu quaestionis* sobre a administração – sobretudo de ordem fiscal – da Igreja de Lisboa até essa altura (TT, *Alcobaça*, 2.^a inc., mç. 56, n.º 8; *THE SPOILS*, 2014: 70-71). Preocupa-o, em particular, os atentados aos direitos episcopais perpetrados pela administração capitular no tempo da vacatura. Para além de arrendamentos mal feitos, os membros do cabido dividiram entre si as dízimas dos altares que haviam sido seques-tradas ao antigo bispo D. Teobaldo, o que causou um grande prejuízo à mesa episcopal. Para além disso, a instituição capitular usurpava na altura a coleta que cabia ao novo bispo, pelo que o vigário solicitava a intervenção do prelado para a resolução do assunto, uma vez que não se podia agir contra o cabido – dado que era isento do bispo nesta questão – e que a sua devolução implicava o consentimento capitular, assunto tratado na longa bula que o papa enviou ao cabido a 26 de janeiro de 1357 (*LETTRES SECRÈTES*, 1959-1975: n.º 2548). Perspetivando já a sua gestão dos direitos episcopais, Gualter de Assier lembra o seu prelado que era necessário fazer chegar a Lisboa as bulas de concessão do subsídio outorgado por Inocêncio VI e da visitação, sem as quais o clero não pagaria os direitos aí estipulados, facto tanto mais grave quanto esse ano de 1356 tinha sido gerador de uma colheita boa e fértil, o que permitiria recolher pingues direitos em favor do bispo. Nos seus cálculos, o arrendamento dos dois arcediagados poderia render ao novo bispo a soma de 3200 florins (5000 libras pelo arcediagado de Lisboa e 4580 pelo de Santarém), chegando à soma de 4700 florins com a soma da venda do vinho, trigo e outros arrendamentos dos bens episcopais (*THE SPOILS*, 2014: 70-71).

Assim se percebe o vigor que D. Reginaldo de Maubernard colocou, ainda que *agens in remotis*, no governo da diocese. Nesse sentido, defendeu os seus direitos face às usurpações que o concelho de Lisboa fazia no seu couto de Santo António do Tojal e procurou aumentar os seus direitos promovendo uma melhor organização do espaço diocesano através da limitação das paróquias, sobretudo daquelas onde o rei usufruía do direito de padroado. Relativamente ao Cabido, procurou mitigar alguma das suas ações, nomeadamente no que se referia ao empréstimo de 5000 libras portuguesas que a instituição contraiu para fazer avançar a candidatura falhada de Fernão Rodrigues à cátedra olisiponense (*LETTRES SECRÈTES*, 1959-1975: n.º 2546-2549).

Para levar a cabo estas e outras medidas, o bispo apoiou-se, num primeiro tempo, no seu representante Gualter de Assier, a quem entregou o vicariato-geral, certamente para agilizar as questões relacionadas com a gestão da diocese. Uma vez esta última estabilizada, a oficialidade foi entregue aos oficiais que haviam servido D. Teobaldo: Astorgio de Albignac foi vigário-geral entre 1356 e 1357, substituído no ano seguinte por Estêvão Anes de Elvas e por Guilherme Piloti, este último vigário-geral do arcebispo Guilherme de la Garde em Braga entre 1349 e 1354 (FARELO, 2003: II, 487). O seu compatriota Gualter de Assier manteve-se na procuradoria do prelado, sem, no entanto, deixar de participar nos negócios diocesanos como vigário de D. Reginaldo, o qual deve ter sido preponderante na obtenção em seu favor do reitorado da igreja de Santa Maria de Lousã (TT, *Sé de Coimbra*, 2ª inc., mç. 63, n.º 2326).

Apesar dos diferendos mantidos com o cabido ao longo do seu episcopado, D. Reginaldo procurou perpetuar a sua memória na Sé, através do estabelecimento de seis aniversários pagos pelo aluguer de uma casa em Lisboa comprada pelo cabido, os quais se celebravam a 21 de janeiro em honra do Espírito Santo e de São Vicente, a 1 e 24 de maio com missa da Santa Cruz, a 20 de junho, data em que foi eleito para a cátedra e a 30 de setembro (CABIDO DA SÉ, 1954: 37, 304; CUNHA, 1642: 257-258).

A última transferência episcopal de D. Reginaldo teve lugar em agosto de 1358 com a passagem para a cátedra de Autun, sem que tivesse pago a totalidade dos respetivos serviços comuns pela anterior promoção na cátedra olisiponense (ASV, *Obl. et Sol.* 22, f. 229; ASV, *Reg. Aven.* 138, f. 126). Igualmente ausente da sua diocese, teve de lidar com o recrudescer da instabilidade criada pela Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Tal como em Palença e em Lisboa, um aniversário por sua alma aí foi estabelecido, na véspera do dia de Santa Maria



Fig. 63. O substituto do vigário-geral de D. Reginaldo, bispo de Lisboa, dirime um pleito sobre umas alcaçarias que o mosteiro de Alcobaça possuía em Lisboa, 1356 setembro 23. Lisboa, ANTT, *Santa Maria de Alcobaça*, 2ª inc., mç. 56, n.º 8, PT/TT/MSMALC/2M56/8.
© ANTT.

Madalena (GAGNARD, 1774: 153-154; SAINTE-MARTHE, 1654: 51; CHARMASSE, 1898: 3-4; GARRIGOU-LAGRANGE, 1911: 276, 278).

Como o seu irmão Pedro, faleceu na Cúria pontifícia, vítima de peste, a 21 de julho de 1361. Tendo morrido sem testamento, os seus bens foram reservados pela Câmara Apostólica, embora o seu sobrinho Godofredo David tenha acabado por ficar na posse dos seus bens móveis, deduzidas as despesas com as suas dívidas e o pagamento dos seus servidores (TEMS, 1774: 445-446; MILLET, 1982: 439; GASNAULT, 1975: 157; COULET, 1980: 81; BUTAUD, 2005: nt. 120).

É um facto que a história legou uma visão redutora da figura de D. Reginaldo de Maubernard. Nada transparece da sua formação, apesar de se conhecer a existência de pelo menos dois dos seus livros, um *Pontifical* de Guilherme Durand, bispo de Mende (1230-1296) e um volume com dois *Hexaemeron*, um em versão latina de São Basílio de Cesareia (c. 329-379) e um outro atribuído a Beda, o Venerável (GASNAULT, 1975: 156-157). Na verdade, a sua figura permanece como um membro mais “distinto” de um grupo familiar em processo de decadência. Ainda que D. Reginaldo não tenha descurado os seus assuntos familiares – por exemplo ao obter uma alienação de rendas em Allassac em 1359 e ao providenciar à carreira eclesiástica do seu sobrinho Godofredo David, filho da sua irmã Elis ou Alix de Maulbernard, que lhe sucedeu no arcediagado de Laon e na cátedra de Autun, – a família viria a diminuir em importância a partir do final da centúria. Para isso terá contribuído, em grande medida, a venda efetuada por João de Maubernard, sobrinho do bispo e filho de seu irmão Pedro, por motivos de dívidas, de grande parte do património familiar, na qual se incluía o castelo e torre de la Motte de Allassac, igualmente chamada de *Maubernardie* (DOCUMENTS, 1904: 209-217; CHAMPEVAL, 1898: 391, 395; GARRIGOU-LAGRANGE, 1911: 259; R. P., 1865: 11).

MÁRIO FARELO

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: *BULAS Y CARTAS*, 1970; *CABIDO DA SÉ*, 1954; “CHARTULARIUM MONASTERII”, 1890; *DOCUMENTS*, 1904; CUNHA, 1642; GONZÁLEZ DÁVILA, 1647; LEROUX E RIVAIN, 1908; *LETTRES SECRÈTES*, 1959-1975; *RECUEIL DES PRIVILÈGES*, 1674; SAINTE-MARTHE, 1654; *THE SPOILS*, 2014; TEMS, 1774; **Estudos:** ALMEIDA, 1967-1971; ARRANZ GUZMÁN, 2001; BOSREDON E RUPIN, 1886; BUTAUD, 2005; CHAMPEVAL, 1894; CHAMPEVAL, 1898;; CHARMASSE, 1898; CHIFFOLEAU, 1980b; COULET, 1980; DÉPREZ, 1900; DUVAL-ARNOULD, 1980; FARELO, 2003; FARELO, 2010a; GAGNARD, 1774; GARRIGOU-LAGRANGE, 1911; GASNAULT, 1975; GUILHERMOZ, 1892; MADRID, 1932; MARCHE, 1899; MILLET, 1982; POULBRIÈRE, 1891; R. P., 1865; RENOUARD, 1968.

LOURENÇO RODRIGUES
(ou LOURENÇO MARTINS DE BARBUDO)
(1358-1364)

Está ainda por fazer, em grande medida, a história do episcopado português da segunda metade do século XIV (FARELO, 2013c: 280); talvez por isso tenham permanecido durante longo tempo ignotas quase todas as facetas da vida e obra do antístite que exerceu o seu múnus pastoral à frente da diocese lisiponense entre 1358 e 1364 – Lourenço de seu nome. O arcebispo D. Rodrigo da Cunha, na sua *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa* (CUNHA, 1642: 258-259), atribuiu-lhe o patronímico Rodrigues e referenciou o seu episcopado de modo bastante sucinto, abordando o empenho de D. Lourenço na reforma dos costumes de um clero cuja diocese era governada havia mais de uma década por bispos não residenciais, a frequente realização de visitas pastorais, a convocação de um sínodo diocesano e, finalmente, o haver testemunhado o juramento de D. Pedro, relativo à celebração do matrimónio com D. Inês de Castro.

Uma versão sumária desta descrição foi compilada em várias corografias que foram sendo dadas à estampa ao longo dos séculos XVIII e XIX – como o *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*, de João Baptista de Castro (CASTRO, 1762-1763: III, 116-117), o *Gabinete Histórico*, de Fr. Cláudio da Conceição (CONCEIÇÃO, 1818: 24), ou o *Portugal Antigo e Moderno*, de Pinho Leal (LEAL, 1874: 270) –, a qual passou também a algumas obras do século XX, casos da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (“RODRIGUES, D. LOURENÇO”, 1945: 935) ou do *Dicionário de História de Lisboa* (PEREIRA, 1994b: 170).

Lourenço Rodrigues

Final do séc. XIII	Nascimento
1347-1356	Bispo da Guarda
1356-1358	Bispo de Coimbra
1358-1364	Bispo de Lisboa
1364.6. 19	Morte

Contudo, quer a publicação de inúmeras fontes atinentes à história eclesiástica medieval, quer os estudos de história religiosa levados a cabo ao longo dos últimos decénios têm permitido um conhecimento mais aprofundado dos percursos individuais de muitos homens ligados à Igreja em Portugal durante o século XIV – entre os quais o bispo de Lisboa, D. Lourenço.

Baseando-se nas listagens episcopais de Conrad Eubel na *Hierarchia Catholica Medii Aevi* (EUBEL, 1913-1914: I, 196, 235, 507), julgamos ter sido António Domingues de Sousa Costa – fruto da ampla recolha documental a que procedeu no Archivio Segreto Vaticano, destinada à publicação dos *Monumenta Portugaliae Vaticana* – o primeiro a intuir que D. Lourenço teria tido uma longa carreira eclesiástica, identificando-o, com grande probabilidade, com um chantre da sé conimbricense que ocupara sucessivamente as cátedras da Guarda (1347-1356) e de Coimbra (1356-1358) antes de ser transferido para a de Lisboa (MPVI, 565).

Deve-se, contudo, a Mário Farelo a proposta de fazer corresponder este prelado a D. Lourenço Martins de Barbudo, membro da importante família dos de Barbudo; nesse sentido, sustenta ser um erro designar D. Lourenço com o patronímico “Rodrigues”, pelo que se deverá “corrigir o patronímico Rodrigues dado por D. Rodrigo da Cunha, e perpetuado pelos episcopólogos posteriores, em Martins” (FARELO, 2005: 180), ainda que, por um lado, o seu irmão surja mencionado nas fontes como Álvaro Rodrigues e, por outro, a divergência verificada em torno do patronímico do bispo, “mais do que um erro, se deva a uma flutuação da construção patronímica, em função da escolha do nome de batismo ou do próprio patronímico do progenitor. Este facto é particularmente visível no caso em apreço, na medida em que sabemos que o pai de Álvaro Rodrigues se chamava Martim Rodrigues, sendo lógico portanto que D. Lourenço pudesse ser designado patronimicamente como “Martins” (como no testamento da rainha D. Beatriz) ou como “Rodrigues” (na bibliografia tradicional)” (FARELO, 2009: 367). Deve-se sublinhar, no entanto, a frequente ausência do locativo “de Barbudo” em muita da documentação compulsada e, uma vez alçado à dignidade episcopal, a quase total elisão do patronímico “Martins”, o que dificultou a identificação dos documentos pertinentes para reconstruir o percurso biográfico de D. Lourenço.

A viabilidade desta hipótese permitiu aclarar alguns factos, suprimindo não apenas a falta generalizada de informações sobre a sua vida antes do governo da sé olisiponense, como também importantes lacunas nos episcopólogos egitanienense e conimbricense, onde as menções a um prelado de nome Lourenço na segunda metade da centúria de Trezentos eram demasiado parcas; com efeito, tanto no *Livro das Vidas dos Bispos da Sé de Coimbra* – escrito nos finais do século XVI pelo cónego conimbricense Pedro Álvares Nogueira, embora só dado pela

primeira vez à estampa no século xx por António Gomes da Rocha Madahil (NOGUEIRA, 1942: 122) –, como no *Catalogo Chronologico-Critico dos Bispos de Coimbra*, de Francisco Leitão Ferreira (FERREIRA, 1724: 112) e, bem assim, no *Catalogo dos Bispos da Idanha, e Guarda*, de Manuel Pereira da Silva Leal (LEAL, 1722: 21-22), o referido antístite surge elencado sem qualquer patronímico, e sem que lhe seja atribuída qualquer obra de vulto à frente do governo daquelas dioceses; mais recentemente, Pinharanda Gomes, na sua *História da Diocese da Guarda*, dava o bispo como falecido em Avinhão por volta de 1360, pouco depois do término do seu mandato à frente da diocese egitaniense (GOMES, 1981: 153), mas sem citar qualquer fonte que corroborasse este seu juízo – o qual deve ser, por conseguinte, liminarmente rejeitado.

Origens

Lourenço nasceu em data incerta, mas que podemos, com alguma plausibilidade, situar nos finais do século xiii – se admitirmos um percurso académico relativamente precoce, em face da sua primeira menção como doutor em Direito Canónico, logo em 1321 (CUP I, 81-82), o que pressuporia já vários anos de estudo naquela data –, no seio de uma importante família da oligarquia lisboeta com ascendência nobre: os de Barbudo. Embora o seu nome esteja omissos nos nobiliários medievais, o mesmo não sucede com vários familiares seus que figuram nos *Livros de Linhagens* – quer no *Livro do Deão* (LD, 142), quer no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (LL, 104).

Lourenço era filho de Martim Rodrigues de Barbudo e de uma dona de Lisboa cujo nome se ignora, neto de Rodrigo Anes de Barbudo (ou de Leiria, do qual se diz ter cegado um dos filhos) e de Maria Fernandes, bisneto de João Gonçalves de Barbudo e de D. Estevainha Pires da Nóbrega – irmã do mordomo-mor de D. Afonso III, D. João Peres de Aboim, o que faz de Lourenço descendente, por via feminina, de uma outra importante linhagem nobre do Entre-Douro-e-Minho, os da Nóbrega (PIZARRO, 1999: II, 280) –, e trineto de Gonçalo Pires de Belmir e de uma senhora cujo nome a história não preservou, herdeira do couto de Barbudo (em Vila Verde, a norte de Braga), donde deriva o distintivo elemento onomástico individualizador desta família. Em face do exposto, não é de admirar que Lourenço se denominasse nobre varão (*nobilis vir*) numa súplica por si endereçada ao papa Clemente VI (1342-1352), com data de 22 de fevereiro de 1345 (MPVI, 48).

Lourenço era ainda sobrinho-neto de Martim Anes de Barbudo – que fora cónego de Lisboa entre 1294 e 1302 (FARELO, 2005: 179) – e do cavaleiro Estêvão Anes de Barbudo, ambos irmãos de seu avô Rodrigo Anes; irmão de Álvaro

Rodrigues de Barbudo – cavaleiro, homem-bom, guarda do infante D. Pedro e vereador de Lisboa em 1342 (FARELO, 2009: 365) –, bem como tio materno de Martim Afonso Valente – que ingressou na carreira eclesiástica e viria a obter benefícios nas sés da Guarda e de Coimbra, em 1353, através da intercessão de D. Lourenço (MPVI, 271-272), vindo a ser alcaide-mor de Lisboa já durante o reinado de D. Fernando (FARELO, 2009: 347-349).

Com um parentesco mais distante, encontramos três dos filhos de Soeiro Gonçalves de Barbudo (tio-bisavô de Lourenço) e, como tal, primos em primeiro grau dos seus tios-avôs Martim Anes e Estêvão Anes: Estêvão Soares de Barbudo, morto na lide de *Tigaate* em 1274 ao serviço de Nuño González de Lara, “o Bom”, bem como Fernão Soares de Barbudo e Sentil Soares de Barbudo, ambos mortos na lide de Alfaiates ao serviço de Álvaro Núñez de Lara, em 1286 (MARTINS, 2014: 320).

Igualmente membros da sua família (ainda que desconhecendo-se o grau preciso de parentesco) deverão ter sido Pedro Gonçalves, dito de Barbudo, cónego de Braga em 1249 (RODRIGUES [et al.], 2005: 161-162); Estêvão Vaz de Barbudo, almirante do mar durante o reinado de D. Afonso IV, comandante de uma armada de três galés e cinco navios destinada à defesa da costa dos ataques de corsários granadinos e marroquinos, a qual acabou desbaratada pelo capitão de Cádiz, Gonzalo Ponce de Marchena, em 1336 (PINA, 1653: cap. XXIX, 31); João Martins de Barbudo, por diversas vezes alvazil de Lisboa nas décadas de 1350 e 1360 (FARELO, 2009: 501-503) e pai de dois irmãos desavindos, homónimos dos dois tios-avôs de Lourenço – Estêvão Anes de Barbudo, um dos partidários do mestre de Avis na crise sucessória (como refere Fernão Lopes), e Martim Anes de Barbudo, um freire de Avis que passou a Castela no contexto da crise de 1383-85 (onde ficou conhecido como Martín Yáñez de Barbudo), tendo sido recompensado por João I de Castela (1379-1390) com o mestrado de Alcântara, vindo a falecer numa emboscada na guerra contra os muçulmanos de Granada, próximo de Alcalá la Real, em 1394 (LÓPEZ DE COCA CASTAÑER, 2012: 185-187); este último deixou três filhos ligados às ordens militares, a saber: Vasco Martins de Barbudo, freire de Alcântara e comendador-mor de León, Nuno Martins de Barbudo, freire de Avis e comendador de Juromenha, e Pêro Martins de Barbudo, também ele freire da Ordem de Avis (OLIVEIRA, 2009: 367-369).

Formação académica

Lourenço Martins de Barbudo é mencionado em súplicas datadas de 1321 e 1331 como doutor em Decretos (CUP I, 81-82, 115), surgindo em 1345 já como doutor em ambos os Direitos (CUP I, 158, 160; MPV I, 48, 77) e

professor de *utriusque iuris* em 1347 (SARAIVA, 2006: 242). Este percurso pressupõe uma formação inicial na área do Direito Canónico (antes de 1321), após o que teria igualmente concluído a formação em Direito Civil (em data compreendida entre 1331 e 1345). Relativamente à primeira fase do seu percurso académico, e dada a penúria documental relativa às primícias do *studium generale* português (fundado em Lisboa no final do século XIII), é impossível determinar se Lourenço Martins – cuja família se encontrava, por essa época, já vinculada a Lisboa, e onde alguns dos seus elementos viriam a ocupar funções camarárias, como já ficou dito – frequentou ou não a Universidade portuguesa (em Lisboa, antes de 1308, ou em Coimbra, depois daquela data), ou se, pelo contrário, fez o percurso de tantos outros escolares portugueses que se viram obrigados a percorrer os trilhos da *peregrinatio academica* pelos Estudos Gerais da Cristandade, antes do estabelecimento de uma universidade em Portugal; parece-nos, contudo, viável situá-lo no *Midi* francês aquando do doutoramento em ambos os Direitos, duas décadas mais tarde.

Com efeito, podemos confirmar a presença de um certo Lourenço Martins em Montpellier, em 10 de junho de 1342, circunstância em que figura como testemunha do doutoramento em Direito Canónico de um seu conterrâneo, Estêvão Vicente (SERRÃO, 1971: 42-43); embora tal não nos permita necessariamente atestar a sua frequência da Universidade de Montpellier naquela data, a verdade é que os presentes nestas provas académicas costumavam ser, por norma, colegas do candidato. Assim, e apesar do carácter fragmentário e meramente indiciário desta notícia, parece-nos possível identificar este Lourenço Martins com o nosso biografado, sendo assim plausível afirmar que estaria a estudar em Montpellier nessa altura e aí teria alcançado o grau de doutor em ambos os Direitos, em data compreendida entre 1342 e 1345; já o exercício de funções docentes poderá ter ocorrido em Avinhão, visto encontrar-se na Cúria na ocasião em que é referido como professor de *utriusque iuris* – mas tal hipótese carece, para já, de confirmação documental. A única proposição verdadeiramente certa no seu percurso académico é o hiato relativamente longo (de pelo menos 24 anos) que mediou entre a obtenção dos graus de doutor em Direito Canónico e Direito Civil.

Serviço palatino e curial

D. Lourenço iniciou-se cedo no desempenho de funções no serviço régio e, um pouco mais tarde, no serviço da Cúria, em simultâneo com a sua carreira eclesiástica. De facto, surge atestado como clérigo do rei logo em 1322, quando reinava ainda D. Dinis (FARELO, ROLDÃO E MARQUES, 2007: 306), aparecendo

mencionado mais tarde como capelão de D. Afonso IV (FARELO, 2005: 179) e procurador dos negócios deste monarca junto da Cúria em 1345 (MPVI, 48); além disso, encontramos em setembro de 1331 a rainha-viúva, D. Isabel de Aragão, a interceder em favor de D. Lourenço junto do papa na obtenção de um benefício (CUP I, 115), o que poderia sugerir ter sido também clérigo da casa da rainha (FARELO, 2010b: 744), e bem demonstrativo do apreço em que o tinham vários elementos da família real.

Quer a ligação ao clero régio, quer a formação académica terão certamente ajudado “à sua integração funcional na cúria de Avinhão” (FARELO, 2009: 367). Sendo certo que D. Lourenço estava ainda em Lisboa nos finais de 1338 – quando figura como testemunha num documento em que o seu irmão, Álvaro Rodrigues, aparece nomeado como guarda do infante D. Pedro (FARELO, 2005: 179) – vamos encontrá-lo, como já vimos, em Montpellier, em meados de 1342 (SERRÃO, 1971: 42-43), antes de se mudar para a vizinha Avinhão (onde se encontrava, pelo menos, desde 2 de dezembro de 1345), tendo então ingressado na administração burocrática papal; nesta última data, aparece designado como capelão pontifício e auditor (ouvidor) das causas no Sacro Palácio Apostólico (MPVI, 77), funções que ainda exercia em 24 de dezembro de 1347 (SARAIVA, 2006: 242), já depois de ter sido nomeado bispo da Guarda.

Em Avinhão, D. Lourenço terá conhecido D. Gil de Albornoz, antigo arcebispo de Toledo, entretanto elevado ao cardinalato por Clemente VI, tendo seguido na primeira legação do cardeal castelhano a Itália, em 1353, destinada a restaurar o poder temporal dos papas naquela península. Em 14 de setembro achava-se em Milão, como se depreende de uma epístola de Petrarca endereçada a Francesco Nelli (então prior da igreja dos Santos Apóstolos, em Florença, e secretário de Angelo Acciaiuoli, prelado desta cidade); nesta carta o humanista refere-se ao “*amantissimus pater Egitaviensis [sic] Episcopus cancellarius suus*” (FRANCISCI PETRARCAE, 1863: 463), pedindo a Nelli que entregasse ao chanceler do cardeal algumas missivas da sua parte; em 2 de outubro desse ano estava já em Florença, como escreve Nelli na resposta a Petrarca, onde diz que se iria encontrar no dia seguinte com o “*Episcopum Egitanensem cancellarium domini legati*” (UNAMI, 1892: 197). Desta forma, pode-se concluir que, à chegada a Itália, já havia sido nomeado chanceler da casa do cardeal, ofício que haveria de manter até 1357 (FARELO, 2009: 367), o que testemunha bem do seu prestígio e da confiança que D. Gil lhe devotava (FARELO, 2010b: 742); concomitantemente, foi também nomeado pelo cardeal seu capelão, em data anterior a 14 de fevereiro de 1354 (FILIPPINI, 1896: 104; MPVII, XCVI).

Finda a legação, D. Lourenço regressou, em data incerta, a Portugal, tendo ingressado uma vez mais no serviço da família real. Podemos especular que já

estivesse de volta ao reino em 23 de março de 1357, data em que figura, na qualidade de bispo de Coimbra, como um dos executores do segundo testamento da rainha D. Beatriz de Castela (MENINO, 2012: 222) – sendo este, de resto, o único documento em que, enquanto prelado, é expressamente referido pelo seu patronímico Martins. A sua nomeação para esta função faz-nos crer que já estaria em Portugal, antes daquela data, ao serviço da rainha, para ter merecido a distinção de ser um dos seus testamenteiros. No ano seguinte, D. Lourenço exerceu o cargo de chanceler-mor da casa de D. Beatriz (*HGCRP* I, 134; MENINO, 2012: LX), tendo sido designado executor do terceiro e último testamento da então viúva de D. Afonso IV, datado de 29 de dezembro de 1358 – desta feita, já na qualidade de prelado de Lisboa (*PROVAS*, 1946-1954: I, 235; MENINO, 2012: XL).

Morta a rainha-viúva, em 24 de outubro de 1359, saiu o antístite de Salvaterra de Magos, onde então se encontrava, para Lisboa, tendo chegado na noite seguinte, a fim de presidir às exéquias reais na sé; permaneceu na cidade durante um mês, antes de partir para Santarém, a 25 de novembro do mesmo ano (SARAIVA, 2005: 434). Apesar da morte da sua senhora, nem por isso a sua proximidade à casa real se desvaneceu; muito pelo contrário, D. Lourenço parece ter concitado o favor do novo soberano, D. Pedro I – o que não é de estranhar se tivermos em conta que, por um lado, o irmão do bispo, Álvaro Rodrigues de Barbudo, havia sido, na década de 1330, guarda do futuro monarca e que, por outro lado, o próprio D. Lourenço havia já estado ao serviço do pai (D. Afonso IV), da mãe (D. Beatriz), do avô (D. Dinis) e provavelmente também da avó (D. Isabel) do rei de Portugal. Estavam assim naturalmente reunidas as condições propícias para prosseguir o favorecimento régio do bispo.

Com efeito, logo no quadro das confirmações gerais, habituais no início de cada reinado, D. Lourenço (então ainda prelado de Coimbra) apresentou pessoalmente a D. Pedro os privilégios dados pelos reis seus antecessores aos coutos do bispo e do cabido conimbricenses (FIGUEIREDO, 1790: 16), obtendo do novo monarca a confirmação dos mesmos em 10 de junho de 1358 (*ChDP*: 113-116). Dois anos volvidos, em junho de 1360, conforme o relato de Fernão Lopes (*CDPI*, cap. XXVIII, 126), D. Pedro convoca D. Lourenço (juntamente com outros prelados do reino, fidalgos e oficiais da corte) para a Escola de Decretais do Estudo Geral de Coimbra, onde confirmou solenemente a declaração que proferira em Cantanhede alguns dias antes, na qual afirmava haver recebido D. Inês de Castro por sua legítima esposa em Bragança, quando era ainda infante herdeiro (*HGCRP* I, 367-368; *PROVAS*, 1946-1954: I, 275-279). Mais tarde, em março de 1362, D. Lourenço partiu para Coimbra para participar nas cerimónias de trasladação de D. Inês para Alcobaça (SARAIVA, 2005: 434). Como adiante se

verá, D. Pedro parece ter cultivado grande simpatia pessoal pelo antístite, sobretudo pelo zelo e empenho que D. Lourenço pôs na moralização do clero – uma causa que mereceu sempre o maior interesse do rei.

Percorso eclesiástico

A carreira eclesiástica de D. Lourenço remonta, pelo menos, à década de 1320 (mais de 20 anos antes de ascender ao episcopado); foi detentor de inúmeras dignidades e benefícios em sés, colegiadas e igrejas paroquiais portuguesas. A mais antiga referência conhecida a esse respeito dá-o como tendo obtido de João XXII um canonicato com prebenda na sé de Braga em 22 de setembro de 1321 (*CUP* I, 81), dignidade em que se encontra atestado até 1331 (*CUP* I, 115).

Pouco tempo volvido, a 14 de outubro de 1321, o mesmo pontífice concedeu-lhe uma das quatro meias-conezias existentes na sé de Lisboa (*CUP* I, 82). Também em 1321 surge referido como reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Porto de Mós, posição que detém, pelo menos, até 1327, ano em que aparece como raçoeiro na igreja da Pederneira (FARELO, ROLDÃO E MARQUES, 2007: 306). Em 28 de dezembro de 1330 alcança um canonicato e porção na colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém (*CUP* I, 114) e, no ano seguinte, é designado vigário da igreja de Tentúgal, obtendo ainda uma conezia e prebenda na sé do Porto (FARELO, ROLDÃO E MARQUES, 2007: 306) e, em 21 de setembro de 1331 um outro canonicato e prebenda na sé de Coimbra – este último benefício através da intercessão da rainha-viúva, D. Isabel de Aragão, junto do papa João XXII (*CUP* I, 115), o qual confirmou a permuta que D. Lourenço fizera com Egas Lourenço Magro, deão de Lisboa, do canonicato e porção que detinha na colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém pela dignidade em Coimbra (*MPVI*, 50-51). Entretanto, em 1340, dizia ainda ter sido apresentado na igreja de Fonte Arcada (FARELO, ROLDÃO E MARQUES, 2007: 306).

D. Lourenço era ainda cónego em Coimbra quando, em 1345, se referia a si próprio numa súplica como reitor da igreja de São Silvestre (depois corrigida em São Paio) da Lousã, impetrando do papa Clemente VI a faculdade de poder reter essa igreja paroquial com qualquer outro benefício eclesiástico com curato de almas (*MPVI*, 48), o que lhe foi concedido por bula de 22 de fevereiro de 1345 (*CUP* I, 158); em 25 de março desse ano, obteve ainda do mesmo pontífice a faculdade de poder acumular, com a conezia que já detinha, uma outra dignidade com ou sem cura de almas (*CUP* I, 160).

Em dezembro de 1345, aparece atestado pela primeira vez na Cúria pontifícia, em Avinhão, e é nessa situação que se inicia o seu percurso como prelado, passando então a integrar o restrito grupo de homens que compunha o corpo

episcopal do reino. Em 15 de outubro de 1347, D. Lourenço é referido já não como simples cónego, mas como chantre de Coimbra, sendo nesse mesmo dia nomeado pelo papa Clemente VI bispo da Guarda, cátedra que vagara por força da transferência de D. Afonso Dinis para a sé eborense (EUBEL, 1913-1914: I, 235; COSTA, 1957a: 591-593; FARELO, 2013c: 293); no entanto, numa súplica datada de 24 de dezembro desse mesmo ano, D. Lourenço ainda surge designado apenas como chantre de Coimbra (FARELO, 2005: 179-180; SARAIVA, 2006: 242).

Mário Farelo sugere que tanto a nomeação de D. Afonso Dinis (secretário e médico de D. Afonso IV) como a de D. Lourenço (clérigo do mesmo rei) para as dioceses de Évora e da Guarda teriam sido uma forma de Clemente VI acautelar a eventual animosidade do monarca perante a nomeação de mais estrangeiros para as mais importantes dioceses portuguesas – no caso, de D. Guilherme de la Garde (irmão do bispo de Lisboa, D. Estêvão de la Garde) para a riquíssima igreja metropolitana de Braga, que viria a vagar pela morte de D. Gonçalo Pereira, e de D. Teobaldo de Castillon para o bispado de Lisboa; contudo, não há notícias de qualquer contestação, por parte de D. Afonso IV, face à presença cada vez mais significativa de clérigos não portugueses nos benefícios e dignidades das dioceses do reino (FARELO, 2010a: 98).

Como D. Lourenço se encontrasse em Avinhão ao tempo da promoção ao episcopado, atendendo às funções que então exercia na Cúria papal (era, recordemo-lo, capelão pontifício e ouvidor no Sacro Palácio à data da nomeação), ao desencadear do grande flagelo de meados do século XIV (a Peste Negra) e, finalmente, à sua viagem a Itália, integrado na legação do Cardeal Albornoz (entre 1353 e 1357), não consta que se tivesse alguma vez deslocado à diocese para a qual fora eleito, pelo que governou a Guarda durante quase nove anos através de vigários-gerais (LEAL, 1722: 22). Do seu episcopado, conhece-se apenas um instrumento, datado de 23 de novembro de 1349, pelo qual proveu um seu apaniguado no arcediagado de Celorico (LEAL, 1722: 21-22).

Em 14 de fevereiro de 1354, numa carta endereçada aos cardeais Andouin Aubert, prelado de Maguelone, no sul de França e sobrinho de Inocêncio VI, e a Bertrand de Deaux, bispo de Sabina, o cardeal Gil de Albornoz “recomendava intimamente” o seu chanceler, suplicando que intercedessem junto do papa para que fosse concedido a D. Lourenço o bispado de Tarazona (na província eclesiástica de Saragoça), caso o mesmo viesse a vagar (FILIPPINI, 1896: 104; *MPV* II, XCVI); tal, porém, acabou por não suceder, e seria apenas dois anos mais tarde que, na sequência da morte do antístite de Coimbra, Jorge Anes, Inocêncio VI irá transferir D. Lourenço da diocese egitaniense para a conimbricense, em 23 de maio de 1356 (EUBEL, 1913-1914: I, 196).

À data da nomeação, D. Lourenço não se encontrava ainda em Portugal mas em Itália, onde exercia funções como chanceler da casa do cardeal Albornoç. Ignoramos a ocasião precisa em que regressou ao reino, ainda que acreditemos que estivesse de volta antes de 23 de março de 1357, data do segundo testamento da rainha D. Beatriz; em 28 de junho desse ano já D. Pedro lhe ordenava, na qualidade de prelado de Coimbra, que procedesse à anexação da igreja de São Martinho de Montemor-o-Velho ao mosteiro de Santa Clara de Coimbra, assim que aquela igreja vagasse (*ChDP*: 23-25), sendo de supor que, por essa altura, já estivesse instalado na cidade do Mondego.

De qualquer forma, o seu episcopado em Coimbra foi consideravelmente curto, não chegando, segundo Nogueira, a governar “mais que dous anos” (NOGUEIRA, 1942: 122), tese seguida por Ferreira, que dizia não ter durado “dous annos completos” o episcopado de D. Lourenço (FERREIRA, 1724: 112); António de Brito Cardoso dá a sumária informação de que governou a diocese apenas alguns meses (CARDOSO, 1985: 7), o que nos parece menos certo. Não obstante, D. Lourenço teve ainda tempo para fazer uma visitação ao seu novo bispado – a qual suscitou uma apelação interposta pelas freiras do mosteiro de Lorvão, relativamente a uns capítulos da visita que deixara na vila de Abiul (FERREIRA, 1724: 112).

Apesar da sua brevidade, o governo de D. Lourenço à frente da diocese conimbricense parece ter marcado o início de uma singular tendência nas carreiras eclesiásticas do tempo; o bispado de Coimbra deixou de ser o corolário de longas carreiras episcopais, assumindo-se, na hierarquia episcopal portuguesa, como uma verdadeira antecâmara de promoção àquela que se tinha convertido na mais importante diocese do reino (com exceção do arcebispado primaz de Braga), transitando os bispos de Coimbra, no término dos seus episcopados, para a Sé de Lisboa (MORUJÃO, 2009: 541-542) – para além de D. Lourenço, tais foram os casos dos seus sucessores imediatos à frente da diocese conimbricense, D. Pedro Gomes Barroso e D. Vasco Rodrigues. Com efeito, aproveitando a transferência do prelado Reginaldo de Maubernard para a diocese de Autun, no sul de França, em 25 de agosto de 1358, D. Lourenço foi nomeado por Inocêncio VI para a diocese de Lisboa (EUBEL, 1913-1914: I, 507); esta, porém, ficou em *sede vacante*, governada pelo vigário-geral Estêvão Esteves (FARELO, 2003: 487), até D. Lourenço ter sido sagrado e investido nas suas novas funções, o que parece ter acontecido apenas em 14 de março de 1359 (CONCEIÇÃO, 1818: 24).

Redes clientelares

Na qualidade de antístite, D. Lourenço deteve casa própria e, como tal, uma extensa clientela, a qual começou a compor quando estava ainda no estrangeiro

– tal se deduz de uma súplica que endereçou a Clemente VI em 13 de abril de 1350, na qual solicitava um indulto para que quatro clérigos que se encontrassem ao seu serviço pudessem receber os frutos e proventos dos seus benefícios, sem a obrigação de neles residirem (*MPVI*, 183) – o que facilmente se compreende com a necessidade de financiar a permanência dos seus apaniguados junto de si, em Avinhão ou em Itália.

Embora a súplica em apreço não se destine a nenhum indivíduo em concreto, vários documentos preservam o nome de outros homens ao serviço de D. Lourenço, como Vicente Anes, seu clérigo, para quem suplicava meia-prebenda na Sé da Guarda, em 29 de maio de 1348 (*MPVI*, 144) e, mais tarde, a igreja paroquial de Santa Maria da Lourinhã, em 2 de agosto de 1351 (*MPVI*, 232), aparecendo referido como seu vigário-geral à frente da diocese da Guarda nesta última data (*MPVI*, 232); de João Esteves, também seu clérigo, para quem suplicava, em 29 de maio de 1348, a igreja paroquial de Santa Maria do Paul, na diocese da Guarda (*MPVI*, 144), e que é também referido como seu familiar em 1363 (*MPVI*, 428, 435); de João Pires de Burgo, cónego de Guimarães, referido como seu “familiar e comensal contínuo” em 19 de agosto de 1353 (*MPVI*, 276); de Pedro Esteves, perito em Direito Canónico, seu “dileto comensal e doméstico”, para quem suplicava, em 2 de dezembro de 1357, o canonicato e prebenda de Viseu (*MPVI*, 327); de Domingos do Vale, seu vigário na diocese de Coimbra, para quem pedia, na mesma data do anterior, o canonicato e prebenda de Braga (*MPVI*, 327); de Rodrigo Pires, seu “servidor e familiar”, para quem solicitava, também na mesma data, uma conezia e prebenda a vagar em qualquer igreja catedral (*MPVI*, 327); de Fernando Martínez de Mansilla, clérigo leonês, estudante de Direito Canónico, seu “familiar e comensal”, para quem pedia, em 2 de dezembro de 1357, vários benefícios não especificados (*MPVI*, 327), e que aparece depois mencionado como clérigo e cubiculário (camareiro) do bispo de Lisboa e administrador do hospital da nação hispânica em Avinhão, em 30 de novembro de 1362 (*MPVI*, 412); de Afonso Domingues, estudante de ambos os direitos e perito em Direito Canónico, referido como seu procurador junto da Cúria pelo menos entre 30 de novembro de 1362 e 6 de abril de 1363 (*MPVI*, 413, 417, 428, 436); de Airas Vasques da Azóia, seu criado (anos mais tarde alvazil-geral de Lisboa), a quem encarregou das obras da sé entre 1359 e 1363 (FARELO, 2009: 354); de João de Soure, seu clérigo e guardião das chaves do tesouro episcopal de Lisboa (SARAIVA, 2005: 421); de Álvaro Pais e de Rodrigo Anes, referidos como seus clérigos, familiares e oficiais na cúria de Lisboa (SARAIVA, 2005: 431); ou ainda de Gonçalo Anes, tabelião de Lisboa e seu familiar, que o acompanhara nas suas viagens durante oito anos, entre Avinhão, Itália e Portugal (SARAIVA, 2005: 428).

Desempenho como bispo de Lisboa

D. Lourenço foi um dos dois únicos prelados de Lisboa de origem portuguesa durante o longo período compreendido entre a ascensão de D. Estêvão de la Garde ao episcopado (1344) e o assassinato de Martinho Anes de Zamora (1383); o seu governo, balizado entre 1358 e 1364, distinguiu-se ainda pela residência efetiva do prelado na diocese. Com efeito, dos três prelados franceses que o antecederam (Estêvão de la Garde, Teobaldo de Castillon e Reginaldo de Maubernard), dois permaneceram em Avinhão, tendo exercido o seu governo à frente da diocese através de vigários-gerais; por seu turno, nos 19 anos que se seguiram à morte de D. Lourenço (excepto durante escassos meses em 1371, quando a diocese teve à sua frente um outro português, Vasco Rodrigues, até então bispo de Coimbra e transferido para Braga antes mesmo de ter sido sagrado prelado lisboeta), a diocese foi governada por vários antístites de origem castelhana, só voltando a ter um bispo “nacional” com a promoção ao episcopado de D. João Anes, durante o interregno de 1383-1385.

As dioceses portuguesas haviam-se convertido em benefícios muito apetecíveis para clérigos de outras nações, o que explica este predomínio quase absoluto de estrangeiros, não só à frente da cátedra olisiponense, mas também de outros bispados do reino (como Coimbra), ao longo do século XIV – de resto, o antecessor imediato de D. Lourenço em Lisboa era familiar do papa Inocêncio VI (FARELO, 2005: 165-166).

Recém-elevado ao sólio olisiponense, uma das primeiras medidas de D. Lourenço parece ter sido ordenar a reedificação da capela-mor da sé de Lisboa, que havia ruído durante o governo dos seus predecessores – provavelmente como consequência de um dos sismos que assolou o país em novembro de 1347, julho e agosto de 1355 ou agosto de 1356 (SARAIVA, 2005: 435) – sem que, entretanto, tivesse sido reparada, causando assim grande dano no edifício. Para esse efeito, em 6 de abril de 1359, nomeou D. Lourenço um homem da sua casa, Airas Vasques da Azóia, como provedor da obra da sé (CUNHA, 1642: 258v), cargo que viria a exercer até 1363. Durante esses quatro anos, teve por função encetar todas as diligências necessárias para se levar a cabo o restauro da catedral, detendo para isso plenos poderes para receber, administrar e emprazar os bens da instituição destinados à sua reedificação (FARELO, 2009: 354-356). Além disso, D. Lourenço autorizou ainda a realização de obras na colegiada de Santa Cruz do Castelo, cujo padroado lhe pertencia, entre 1359 e 1360 (SARAIVA, 2005: 433) e, a partir de 20 de julho de 1360, uma significativa intervenção no paço episcopal de Lisboa (SARAIVA, 2005: 435), situado na Alcáçova, a nascente do castelo de S. Jorge.

Pouco depois da sua sagração, D. Lourenço encetou uma visitação às igrejas da cidade e da diocese (CUNHA, 1642: 258), hábito que, no dizer do autor da *Historia Ecclesiastica*, procurou levar a cabo todos os anos, até à sua morte (CUNHA, 1642: 259). De facto, e a julgar pelos registos constantes do *Livro das Despesas da Casa do Bispo D. Lourenço* – um documento único, redigido por João de Soure, seu clérigo, que nos permite reconstituir os itinerários deste antístite –, o prelado passava muito tempo fora de Lisboa, “instalado nas suas câmaras de Azóia, Alhandra, Santo Antão do Tojal, Marvila, Enxara e Vila Verde, ou em Sintra, Santarém e Alenquer (...), endereçando a João de Soure missivas por si próprio redigidas, pedindo-lhe a confeção de guloseimas como açúcar rosado, a enviar com mantimentos (peixotas e ostras) e apetrechos para os locais onde estanciava” (SARAIVA, 2005: 434), o que parece favorecer a alegação de ter empreendido muitas visitas na sua diocese, das quais não subsistiram, contudo, quaisquer livros de visitação coevos. A análise do *Livro das Despesas* demonstra que o período máximo de tempo em que D. Lourenço permaneceu ininterruptamente na cidade de Lisboa cifra-se nos seis meses, compreendidos entre os últimos dias de abril e outubro de 1362 (SARAIVA, 2005: 434), atestando desta forma uma singular mobilidade que o terá provavelmente levado a muitas das paróquias da sua extensa diocese.

Um dos maiores combates que D. Lourenço travou durante o seu governo foi a moralização dos costumes eclesiásticos. Na visão de D. Rodrigo da Cunha, o desleixo do clero da diocese de Lisboa ficara a dever-se ao facto de os antecessores de D. Lourenço terem sido estrangeiros que exerceram o seu episcopado a partir de Avinhão, descurando assim o bom governo da diocese. Nesse sentido, D. Lourenço proibiu ao clero diocesano, “sob graves penas, [usar] jogos,

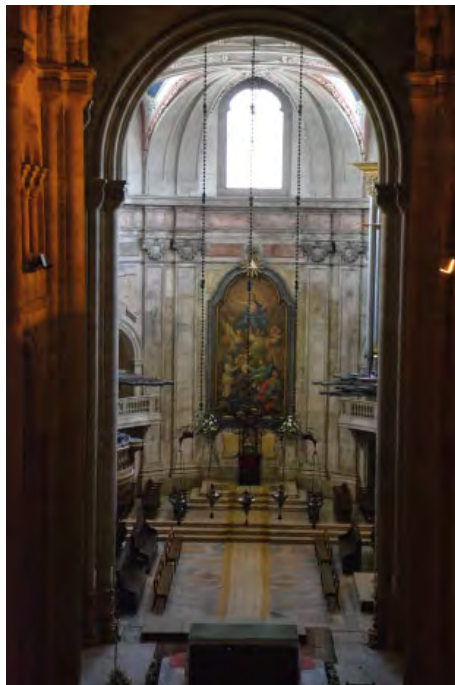


Fig. 64. Atual capela-mor da Sé da Lisboa. Objeto de múltiplas intervenções, a ela se liga a memória de D. Lourenço que a mandou reedificar durante o seu episcopado, [1358-1364]. Lisboa, Sé de Lisboa. ©DGPC. Foto: Paulo Almeida Fernandes.

guedelhas e trajos indecentes” (CUNHA, 1642: 258), através de uma provisão datada de outubro de 1360. A publicação de tal medida valeu-lhe, apenas alguns dias volvidos, uma apelação interposta pelo cabido da sé contra o cumprimento dessa provisão relativa a “coroas e vestidos dos clérigos” (*CABIDO DA SÉ*, 1954: 109), uma vez que os clérigos da diocese estavam acostumados a viver licenciosamente, mas tal não o impediu de levar a bom porto a sua reforma, tendo sido muito acarinhado no seu esforço de moralização pelo rei D. Pedro, a qual fazia “guardar as constituições do bispo, assi pelo muito que o amava, e estimava, como pelo que também desejava, que todos vivessem reformados” (CUNHA, 1642: 258).

De igual forma, por uma outra provisão passada em 18 de outubro do mesmo ano, D. Lourenço vedou aos beneficiados das igrejas da diocese o arrendamento dos frutos das mesmas, sob pena de excomunhão (CUNHA, 1642: 258v). Esta medida foi reforçada num sínodo que convocou na sé de Lisboa; as constituições, publicadas em 29 de julho de 1363, impediam o aluguer, emprazamento ou alienação de quaisquer bens imóveis pertencentes à Igreja por parte de clérigos, beneficiados, priores, abades, cónegos e outras dignidades, sob pena de privação dos seus benefícios por período de três anos (CUNHA, 1642: 258v). Curiosamente, e apesar da referência expressa à publicação destas constituições sinodais, deve-se notar que este sínodo a que alude D. Rodrigo da Cunha não aparece elencado nas listas de sínodos diocesanos de Lisboa organizada por Isaías da Rosa Pereira (1961: 393-394) e, mais tarde, por António García y García no *Synodicon Hispanum* (SYNODICON, 1982: 283-284), passando do sínodo celebrado por D. Gonçalo Pereira em 1324 para o organizado por D. João Afonso Esteves de Azambuja em 1404 – o que, causando embora alguma surpresa, não invalida a realização do mesmo, ficando a sua ausência a dever-se, provavelmente, à falta de outros testemunhos coevos, bem como de constituições que tenham chegado até aos nossos dias.

Morte e legado

D. Lourenço encontrar-se-ia gravemente doente desde 1361, sendo acompanhado pelo seu boticário, mestre Pêro, que lhe preparava “mezinhas, xaropes e clisteres” para tratar uma patologia do foro intestinal (SARAIVA, 2005: 437); nos finais de 1363, a situação clínica do prelado parece ter-se agravado, tendo-se iniciado a execução do seu túmulo no convento de São Francisco de Lisboa, obra orçada em 200 libras e que ficou concluída em “sete semanas e seis dias” (SARAIVA, 2005: 438). O bispo acabou por falecer em 19 de junho de 1364, quando empreendia a sua última visita pastoral (CUNHA, 1642: 259). Mário Farello especula que “a sua sucessão estaria provavelmente já decidida no momento em

que a notícia do seu falecimento chegou a Avinhão” (FARELO, 2013c: 303), visto que, pouco mais de um mês após a sua morte já o antigo prelado de Coimbra, Pedro Gomes Barroso, se achava provido no cargo de bispo de Lisboa (23 de julho).

D. Lourenço nomeara, como executores do seu testamento, João Rol, por várias vezes vereador do concelho de Lisboa (FARELO, 2009: 516), mestre João das Leis, vassalo do rei, e Pedro Esteves, prior da igreja de Santo André. Antes, porém, de se dar cumprimento às suas disposições testamentárias, deu-se início ao levantamento e inventariação dos pertences do falecido, tendo em vista a arrecadação de parte dos seus bens devida quer à Coroa, quer à Santa Sé, ao abrigo do *ius spolii*. Primeiramente, Pedro Afonso, vassalo d'el-rei, procedeu à pesagem e recolha dos metais preciosos – “1925 dobras de Castela, 98 reais, 430 florins, 3038 escudos antigos e cerca de 4685 dobras mouriscas velhas e novas que, a par de outras moedas de ouro e prata, perfaziam um total de 11071 peças de ouro e cerca de 252 marcos de prata”, a que se juntava uma baixela de prata (SARAIVA, 2005: 421) –, das jóias – 2 escorpiões, 3 anéis de prata e 11 de ouro, incluindo com pedras preciosas, como cornalina, jasper, calcedónias, topázios e safiras (SARAIVA, 2005: 422) –, dos rendimentos de Santarém – “93 libras, 6 soldos e 8 dinheiros das dízimas da igreja da Alcáçova de Santarém referentes ao último ano do episcopado, (...) 7 moios e 44 alqueires de trigo, cevada e milho, (...) 15 animais, entre mulas, rocins e asnos” (SARAIVA, 2005: 422-423) –, das roupas e tecidos, incluindo panos de Ypres, Valenciennes ou Inglaterra (SARAIVA, 2005: 423), bem como da sua significativa biblioteca, contabilizando 47 volumes versando Direito Civil, Direito Canónico ou Liturgia, além de “uma das Decretais glosada [que] tinha sido recebida em penhor por D. Lourenço” (Saraiva, 2005: 423), bem como “o livro em papel dito “das Visitações” [que] havia sido propriedade de D. Vasco Martins, bispo



Fig. 65. Fôlio inicial do inventário do processo de espólio do bispo D.

Lourenço Rodrigues, 1364, pergaminho. Vaticano, ASV, Camera Apostolica, Collectoriae, n.º 275, f. 113. ©ASV

de Lisboa falecido em 1344” (SARAIVA, 2005: 424). A biblioteca de D. Lourenço era significativa, ainda que de menor dimensão do que a maior parte das livrarias arroladas nos espólios produzidos pelos coletores pontifícios aquando da morte de cônegos e raçoeiros de Lisboa nos meados do século XIV (FARELO, 2003: 107).

Reservada a parte do rei, Vasco Domingues (tesoureiro de Lisboa e comissário apostólico), Guilherme Piloto (chantre e coletor apostólico) e Estêvão Martins (cônego e subcoletor apostólico) irão proceder, entre 1364 e 1365, a um longo e detalhado inventário de todos os rendimentos oriundos dos bens eclesiásticos, um processo ao qual foi anexo o já citado *Livro das Despesas da Casa do Bispo D. Lourenço*, um caderno da maior riqueza para a compreensão da obra de D. Lourenço à frente da diocese, com um registo bastante pormenorizado de todas as suas despesas, e que constitui o único livro de despesas de uma casa episcopal em Portugal durante a Idade Média (SARAIVA, 2005: 419-420), o qual se conserva até hoje no Archivio Segreto Vaticano (ASV, *Collectoriae* 275, f. 113-157v e 179-258).

Finalmente refira-se que, de acordo com o calendário da sé, D. Lourenço havia ordenado celebrar-se o seu aniversário, pelo qual tinha deixado ao cabido as rendas dos frutos de meia-conezia e de metade do valor devido pelos alugueres de umas casas que tinha possuído junto às do antigo bispo D. Domingos Anes Jardo (1289-1293) (CUNHA, 1642: 259).

ANDRÉ DE OLIVEIRA LEITÃO

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: *UN AMI*, 1892; *CABIDO DA SÉ*, 1954; CASTRO, 1762-1763; *CDPI*; *ChDP*; CONCEIÇÃO, 1818; *CUP*; CUNHA, 1642; FERREIRA, 1724; FIGUEIREDO, 1790; *FRANCISCI PETRARCAE*, 1863; *HGCRP*; *LD*; LEAL, 1874; LEAL, 1722; *LL*; *MPV*; NOGUEIRA, 1942; PINA, 1653; *PROVAS*, 1946-1954; *SYNODICON*, 1982; **Estudos:** CARDOSO, 1985; “RODRIGUES, D. LOURENÇO”, 1945; COSTA, 1957a; EUBEL, 1913-1914; FARELO, 2003; FARELO, 2005; FARELO, 2009; FARELO, 2010a; FARELO, 2010b; FARELO, 2013c; FARELO, ROLDÃO E MARQUES, 2007; FILIPPINI, 1896; GOMES, 1981; LÓPEZ DE COCA CASTAÑER, 2012; MARTINS, 2014; MENINO, 2012; MORUJÃO, 2009; OLIVEIRA, 2009; PEREIRA, 1961; PEREIRA, 1994b; PIZARRO, 1999; RODRIGUES [et al.], 2005; SARAIVA, 2005; SARAIVA, 2006; SERRÃO, 1971.

PEDRO GÓMEZ BARROSO, *O JOVEM* (1364-1369)

Este prelado não deve confundir-se, tal como assinala erroneamente C. Eubel (EUBEL, 1913-1914: I, 201), com o familiar do cardeal Gil de Albornoz e decretista bolonhês Pedro Alfonso de Toledo, bispo que foi transferido por Gregório XI em 1373 da Sé de Osma para a de Cuenca, onde permaneceu até 1378, data em que foi transferido para Évora (DÍAZ IBÁÑEZ, 2003b: 101-102). Também não se deve confundi-lo com o seu tio, o também cardeal Pedro Gómez Barroso *o velho*, vulgarmente chamado *cardenal Hispanus*, bispo de Cartagena e cardeal – primeiro com o título de Santa Praxedes e depois como bispo de Santa Sabina – entre 1327 e 1348, ano de sua morte (EUBEL, 1913-1914: I, 16). Um outro sobrinho deste *cardenal Hispanus* foi Fernán Pérez de Ayala, pai do célebre chanceler Pedro López de Ayala, sobre quem o cardeal exerceu uma influência decisiva na respetiva vocação literária e aptidão para a diplomacia (MARTÍN ANSÓN, 2001: 145). Finalmente, Pedro Gómez Barroso *o jovem* nada tem a ver com o também arcebispo sevilhano Pedro Gómez Álvarez de Albornoz, governador da mitra sevilhana entre 1379 e 1390 (EUBEL, 1913-1914: I, 278; GÓMEZ REDONDO, 2009: II, 1875). Esta semelhança onomástica motivou frequentemente uma grande confusão e erros por parte da historiografia na hora de identificar todos estes prelados.

As origens familiares deste ramo castelhano dos Barroso devem ser procuradas no cavaleiro português Pedro Gómez Barroso, o qual, por inícios do século

Pedro Gómez Barroso, *o jovem*

?	Nascimento
1348-1358	Bispo de Sigüenza
1358-1364	Bispo de Coimbra
1364-1369	Bispo de Lisboa
1369-1371	Arcebispo de Sevilha
1371-1374	Cardeal-presbítero de Santa Praxedes
1374.6.2 ou 7.3	Morte

XIII, havia emigrado para Castela, instalando-se em Toledo, onde se casou e formou família, pertencendo à sua descendência os dois cardeais Pedro Gómez Barroso, tio e sobrinho. A linha genealógica imediata de ambos situa-se em Fernán Pérez Barroso e Mencía de Sotomayor, os quais tiveram três filhos: García Fernández Barroso, que casou com Teresa Gudiel e tiveram um filho; Fernán Pérez Barroso que casou com Mayor Pérez de Acevedo, dos quais nasceram dois filhos, o futuro bispo de Lisboa e cardeal Pedro Gómez Barroso e García Fernández Barroso; o bispo de Cartagena e cardeal Pedro Gómez Barroso e Sancha Fernández Barroso, casada com Pedro López de Ayala, pais de Fernán Pérez de Ayala e avós do chanceler Pedro López de Ayala (MARTÍN ANSÓN, 2001: 145 e 153, nt. 2). Segundo alguns autores, Pedro Gómez Barroso *o jovem* era filho de García de Sotomayor y Gómez, nascido em Toledo em 1321-1322 (SÁNCHEZ HERRERO, 2002: 72).

Sendo raçoeiro toledano, obteve em 1335 um canonicato na igreja de Palença, seguindo-se, dois anos mais tarde, a obtenção de idêntico benefício na Sé de Toledo e, em 1341, o arcediagado nesta última catedral. Tendo o papa reservado em seu favor o deado da Igreja toledana quando este entrasse em vacatura, recebeu, a pedido do seu tio cardeal, uma autorização apostólica para prosseguir os seus estudos em Direito e doutorar-se (*CARTULARIO DE LA UNIVERSIDAD*, 1970: 150). Em 14 de agosto de 1348, Clemente VI promoveu-o à diocese de Sigüenza, designando-o de *decanum ecclesie Toletane, legum doctore, in subdiaconatus ordine constitutus* e outorgando-lhe para o efeito uma dispensa de idade, pois Pedro Gómez não havia ainda cumprido os 26 anos (ASV, *Reg. Vat.* 187, f. 39v-40).

Residiu pessoalmente pouco tempo no bispado de Sigüenza, pelo facto de se encontrar amiudadas vezes na corte pontifícia de Avinhão, daí resultando uma escassez de documentos sobre o seu governo e as suas atividades administrativas nessa Sé (MINGUELLA Y ARNEDO, 1910-1913: II, 59). Por outro lado, é quase certa a sua presença nas Cortes que Pedro I convocou em Valladolid a partir de setembro de 1351, nas quais se confirmaram os privilégios que Afonso XI havia concedido em 1332 à Igreja de Sigüenza (ARRANZ GUZMÁN, 1990: 88).

O papa Inocêncio VI interveio diretamente em diversas ocasiões na questão do aprisionamento do bispo de Sigüenza, resultante do apoio que este havia prestado à rainha Branca de Bourbon, aquando do seu abandono pelo rei Pedro I, em junho de 1353, pouco depois da boda. Assim, algum tempo depois do referido abandono, Pedro Gómez dirigiu-se à Corte pontifícia para solicitar ao papa a sua intervenção em favor da rainha repudiada, constando-se aí a sua presença em agosto desse ano (MINGUELLA Y ARNEDO, 1910-1913: II, 61). Esteve presente, em 19 de janeiro de 1355, na excomunhão papal contra Pedro I, lançada

na catedral de Toledo pelo bispo de Senez, legado pontifício em Castela (1354-1355), na qual participaram igualmente o arcebispo toledano e outros prelados. Esse facto prova a sua oposição ao monarca castelhano, o qual, pouco depois, ordenou a sua prisão no castelo de Aguilar de Campoo, a confiscação dos seus bens e o seu posterior desterro, ao mesmo tempo que era transladada a Sigüenza a rainha Branca, a qual permaneceu sob custódia dos homens do rei no paço episcopal até 1359, dois anos antes de sua morte (DÍAZ MARTÍN, 1981: 375-383). Enquanto isso, a 12 de agosto de 1355, o pontífice pediu ao arcebispo de Toledo, Blas Fernández, que intercedesse *maxime promptius et efficacius* perante Pedro I de Castela, para que libertasse do cativeiro o bispo de Sigüenza (*BULAS Y CARTAS*, 1970: 176, n.º 167). A mediação do prelado toledano teve ter surtido efeito, pois no ano seguinte, a 1 de junho de 1356, o papa notificou o rei de França João II da próxima visita do bispo de Sigüenza, libertado graças ao apoio pontifício e do cidadão genovês Otobonno de Oliva. Estes apresentaram-se perante o monarca francês com uma mensagem da sua sobrinha, a rainha Branca de Castela, que se encontrava *miserabilem statum*, para que o rei intercedesse a seu favor (*BULAS Y CARTAS*, 1970: 237, n.º 228).

A partir daí, Pedro Gómez estabeleceu-se na Corte pontifícia de Avinhão, na qual trabalhou em favor da administração papal, não mais voltando a residir na sua Sé de Sigüenza (MINGUELLA Y ARNEDO, 1910-1913: II, 65), nem tão pouco na de Coimbra, para onde foi transferido por Inocêncio VI a 25 de agosto de 1358 (SÁNCHEZ HERRERO, 2002: 73; EUBEL, 1913-1914: I, 196). É provável que a sua passagem para um bispado lusitano não fosse do desagrado do rei português. Com efeito, sabemos que ele se tornara um agente do rei D. Pedro I de Portugal na própria Cúria. Por carta de 19 de abril de 1362, este monarca conferiu-lhe a jurisdição definitiva sobre as terras de Belmonte, argumentando que “*elle em corte de Roma me ffiz e faz muito serviço*” (SÁNCHEZ SESA, 1999: 766). Este é, aliás, um dos raros dados disponíveis sobre a ação administrativa que ele terá desenvolvido ao longo dos seis anos que governou a mitra conimbricense.

Com o falecimento do bispo D. Lourenço, Urbano V transferiu-o no dia 23 de julho de 1364 de Coimbra para o bispado de Lisboa (*URBAIN V*, 1954-1989: n.º 12559, 12658; EUBEL, 1913-1914: I, 507). Desconhecem-se os contornos exatos do seu processo de provimento, para além de ter prometido pagar, a 17 de agosto desse ano, os 2000 florins devidos pela sua promoção (*ASV, Obl. et Sol.*, 36, f. 4412v; *TAXAE PRO COMMUNIBUS*, 1949: 126). Provavelmente, permaneceu ainda algum tempo na Cúria, porquanto ele foi um dos executores de duas concessões apostólicas: uma em favor de Guilherme *Camatoni*, da capelanía na Igreja de Rupe, na diocese de Carpentras, a 11 de outubro de 1364, e a outra de

Fernando Fernandes, escolar em Direito Canónico, no canonicato com reserva de prebenda na Sé de Évora, a 26 de outubro de 1364 (*URBAIN V*, 1954-1989: n.º 10006, 12466).

Contudo, Pedro Gómez não permaneceu por muito mais tempo na Cúria. A partir do final do ano, sabemos-lo no norte da Península Itálica, no âmbito de uma missão diplomática ordenada por Urbano V. Concretamente, foi incumbido de resolver os agravos que haviam sido perpetrados contra o bispo João Fieschi e a Sé de Vercelli pelos duques de Milão (Bernabo e Galeazzo), em luta com os marqueses de Monserrate (*LETTRES SECRÈTES*, 1902-1955: n.º 1462-1467, 1479, 1530-1532). Teria voltado alguns meses mais tarde à Cúria, se acreditarmos que a sua nomeação como executor dos provimentos de Guilherme *Gonaudi*, da vigararia perpétua de Autun, a 19 de fevereiro de 1365, de Guilherme *Delitiosi*, da igreja paroquial de Dulcone, na diocese de Reims, a 26 de fevereiro de 1365 e de Geraldo de *Trolio*, da capelanía da Sé de Carpentras, a 11 de maio de 1365, estaria relacionada com a sua presença nos meandros curiais (*URBAIN V*, 1954-1989: n.º 13331, 13342, 13465).

As competências diplomáticas de Pedro Gómez foram pouco depois postas novamente à prova pelo mesmo Urbano V. Desta feita, a sua missão levou-o ao reino de Inglaterra. Com esse propósito, o papa emitiu uma série de documentos, todos datados do dia 28 de setembro de 1365, pelos quais pedia ao monarca inglês que acreditasse das informações que o prelado lhe iria transmitir, ao mesmo tempo que o pontífice solicitava livre-trânsito em seu favor ao governador de Calais, Bartolomeu de Borwarchs. Nessa mesma ocasião, o papa fixou-lhe o salário em 8 florins de ouro diários, a pagar pelo conjunto do clero inglês (*ASV, Reg. Vat.* 247, f. 34v, 155-156, 318-319; *LETTRES SECRÈTES*, 1902-1955: n.º 1996; *CALENDAR*, 1902: 19).

Satisfeita a sua missão junto do rei inglês, D. Pedro Gómez dirigiu-se às terras do Império. Com efeito, Urbano V ordenou, a 24 de fevereiro de 1366, a sua participação no Parlamento geral que o imperador Carlos IV planeava nesse mesmo ano (*ASV, Reg. Vat.* 248, f. 51v). Mais uma vez, o papa preocupou-se com as contingências práticas da viagem, ao solicitar em seu favor, no dia anterior, um salvo-conduto ao conde Amadeu e ao comandante militar de Nuremberga, para que o seu núncio pudesse atravessar sem sobressaltos o condado de Saboia e parte do espaço alemão (*ASV, Reg. Vat.* 248, f. 48, 53; *LETTRES SECRÈTES*, 1902-1955: n.º 2135; SAUERLAND, 1904: 15). Certamente com o intuito de dar lustro à referida missão, o papa concede-lhe, desde o mês de junho, um conjunto apreciável de prerrogativas, entre as quais o poder de nomear dez tabeliães, de absolver 40 pessoas e 40 clérigos ilegítimos, de dispensar 20 casais que tivessem

casado apesar do defeito de consanguinidade em quarto grau e de conceder licença a 100 pessoas para visitar o Santo Sepulcro (ASV, *Reg. Vat.* 248, f. 200-201). Pedro Gómez acabou por participar no referido parlamento, realizado em Frankfurt, nos meses de agosto e setembro seguintes, existindo sobre essa legacia diversos documentos na chancelaria imperial e nos registos dos bispos de Mainz datados dos finais desse ano e dos inícios do seguinte (*DIE REGESTEN DES KAISERREICHS*, 1877-1889: n.º 102, 112, 402, 4339, 4354, 4361, 6026; *REGESTEN DER ERZ-BISCHÖFE*, 1913-1914: n.º 563, 2070-2071, 2189, 2215-2216).

Como seria de esperar, tais deambulações tiveram o seu efeito na gestão dos assuntos diocesanos de Lisboa, uma vez que a respetiva administração *in remotis* acabou por ser assegurada através de vigários-gerais, nomeadamente Afonso Peres e João Afonso, seu capelão e capiscol (chantre) de Toledo, para quem ele solicitou, em 27 de setembro de 1365 a graça para obter durante três anos os frutos do referido chantrado e dos outros seus benefícios sem efetuar a necessária residência (*URBAIN V*, 1954-1989: n.º 14228).

Os poucos dados existentes sugerem que D. Pedro Gómez pautou a gestão da sua diocese sem alienar as demais jurisdições eclesiásticas tradicionalmente existentes no espaço lisiponense. Com efeito, por carta de janeiro de 1366, readmitiu nos seus direitos jurisdicionais o deão do cabido, na altura o cardeal Guilherme de la Jugie, o qual pode assim nomear um vigário ordinário destinado a julgar causas civis, matrimoniais ou criminais, intentadas civilmente, com autoridade para expedir cartas monitórias e promulgar excomunhões contra a retenção indevida de frutos e retenção de dízimos (CUNHA, 1642: 259v).

D. Pedro Gómez mostrou-se igualmente um prelado preocupado com a promoção dos seus apaniguados. A 20 de novembro de 1362, sendo então bispo de Coimbra, apresentou ao papa um rol com diversas súplicas beneficiais em



Fig. 66. Carta de Paio Nicolau, vigário-geral de D. Pedro Gomes Barroso, 1368 agosto 30, pergaminho. Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, mc. 8, n.º 150, PT/TT/CSEAL/M08/150.
© ANTT.

favor de três dos seus familiares: para Alfonso Martínez, presbítero toledano, um canonicato com expectativa de prebenda, prestimónios e porções prestimoniais na Igreja de Toledo; para García Martínez, seu capelão, presbítero da diocese de Sigüenza, um canonicato com expectativa de prebenda, prestimónios e benefícios simples na Igreja e diocese de Sigüenza e para Alfonso Fernández, clérigo toledano, a expectativa de uma razão inteira com porções prestimoniais na Sé de Toledo; o papa concedeu as três súplicas, outorgando-lhes o correspondente *fiat* (ASV, *Reg. Suppl.* 36, f. 19v). Quatro anos mais tarde, a 5 de maio de 1366, sendo já bispo de Lisboa, pediu que se outorgasse a Juan Alfonso de Cervatos, clérigo toledano e estudante de Direito Canónico, um canonicato e prebenda com prestimónio e porções prestimoniais em vacatura na Igreja e diocese de Sevilha por morte de Fernando Martínez, arcediogo de Reina e capelão apostólico, concedendo o papa a petição e especificando que o valor dos prestimónios não poderia superar os 30 florins (ASV, *Reg. Suppl.* 45, f. 162-162v). Para além daqueles mencionados acima, também sabemos que outro dos seus familiares foi Martín Miguel de Cantalapiedra, licenciado em Decretos e cónego de Salamanca (*CARTULARIO DE LA UNIVERSIDAD*, 1970: 150-151).

Depois da morte do rei Pedro I e do arcebispo de Sevilha, frei Alfonso Fernández de Toledo y Vargas, Urbano V transferiu-o para a arquidiocese sevilhana, no dia 4 de junho de 1369 (*URBAIN V*, 1954-1989: n.º 25162-21163; SÁNCHEZ HERRERO, 2002: 73; EUBEL, 1913-1914: I, 278) e, pouco depois, a 18 de junho, prometeu pagar à Câmara Apostólica 2600 florins a título dos serviços comuns associados à sua promoção (DÍAZ IBÁÑEZ, 2003a: 546; ASV, *Obl. et Sol.* 36, f. 225). Só nessa altura ele teve de abrir mão dos rendimentos da diocese de Lisboa, como lembra um documento de 23 de dezembro de 1371, pelo qual o papa manda que os seus apauiguados recebam em nome do referido prelado todos os frutos, réditos e proventos, direitos, bens e créditos que lhe pertencem na diocese de Lisboa até à data da sua transferência (*GRÉGOIRE XI*, 1992-2008: III, 304, n.º 12648).

O seu pontificado sevilhano foi muito breve e não subsistem muitos dados documentais da sua atuação na diocese, salvo alguns atos administrativos e a ajuda urgente que teve de prestar em 1370 a frei Gonçalo, em trigo, cevada e dinheiro por causa dos graves danos infligidos sobre a cidade de Cádiz pela armada portuguesa (SÁNCHEZ HERRERO, 2002: 73).

Finalmente, a 30 de maio de 1371, Pedro Gómez Barroso foi nomeado cardeal por Gregório XI com o título de Santa Praxedes (o mesmo que havia obtido o seu tio) e libertado do arcebispado de Sevilha. Esse facto permitiu-lhe auferir novos benefícios eclesiásticos menores. Capitalizando a ligação à sua anterior diocese, Gregório XI reservou e conferiu-lhe por *motu proprio* o

canonicato prebendado e o chantrado de Lisboa, então em vacatura pelo provimento de Martinho Lourenço ao deado de Coimbra (*GRÉGOIRE XI*, 1992-2008: III, 297, n.º 12611). Pela mesma altura, obteve o canonicato, a prebenda e o arcediagado de Ribadeo, na Sé de Oviedo (*GRÉGOIRE XI*, 1992-2008: III, 304, n.º 12650), muito provavelmente como contrapartida pela perda de rendimentos advinda da confiscação que Henrique de Trastâmara havia ordenado dos benefícios dos clérigos que não residiam em Castela, mesmo aqueles residentes na Cúria como o próprio cardeal Pedro Gomez (MOLLAT, 1964: 258).

Foi titular dos benefícios na Sé de Lisboa até à sua morte, ocorrida em Avinhão no dia 2 de junho ou no dia 3 de julho de 1374 (EUBEL, 1913-1914: I, 21) ou no final do ano, segundo outras opiniões, jazendo na sua igreja de Santa Praxedes.

Certo é que documentação pontifícia, datada de 9 de janeiro de 1375, menciona como executores do seu testamento Nicolás Martínez, arcediagado de Salamanca e Francisco Fernández, cónego toledano (*CARTULARIO DE LA UNIVERSIDAD*, 1970: 151).

Alguns autores atribuíram a Pedro Gómez Barroso *o jovem* a autoria do *Libro del consejo e de los consejeros* (*CARTULARIO DE LA UNIVERSIDAD*, 1970: 151), o primeiro tratado castelhano que trata especificamente da figura e função dos conselheiros do rei, embora pareça mais forte a tese segundo a qual a referida autoria caberia a seu tio Pedro Gómez Barroso *o velho* (HARO CORTÉS, 2009: 235-236, nt. 3).

JORGE DÍAZ IBÁÑEZ

MÁRIO FARELO

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: *BULAS Y CARTAS*, 1970; *CALENDAR*, 1902; *CARTULARIO DE LA UNIVERSIDAD*, 1970; CUNHA, 1642; *GRÉGOIRE XI*, 1992-2008; *LETTRES SECRÈTES*, 1902-1955; *REGESTEN DER ERZBISCHÖFE*, 1913-1914; *DIE REGESTEN DES KAISERREICHES*, 1877-1889; SAUERLAND, 1904; *URBAIN V*, 1954-1989; *TAXAE PRO COMMUNIBUS*, 1949; **Estudos:** ARRANZ GUZMÁN, 1990; DÍAZ IBÁÑEZ, 2003a; DÍAZ IBÁÑEZ, 2003b; DÍAZ MARTÍN, 1981; EUBEL, 1913-1914; GÓMEZ REDONDO, 2009; HARO CORTÉS, 2009; MARTÍN ANSÓN, 2001; MINGUELLA Y ARNEDO, 1910-1913; MOLLAT, 1964; SÁNCHEZ HERRERO, 2002; SÁNCHEZ SESA, 1999.

FERNANDO ÁLVAREZ DE ALBORNOZ

(1369-1371)

Fernando Álvarez de Albornoz nasceu provavelmente no dia 17 de janeiro de 1336, sendo filho ilegítimo de Fernando Gómez, irmão do cardeal Gil de Albornoz, o qual conseguiu para o seu sobrinho desde cedo a dispensa pontifícia do respetivo defeito de nascimento, para que pudesse receber ordens e benefícios eclesiásticos (FERRER MALLOL, 2002: XXIV). Assim, no dia 10 de outubro de 1356 foi promovido ao acolitado na Sé de Ancona pelo franciscano e bispo de Segóvia Fr. Gonçalo. Alguns anos mais tarde, no dia 10 de março de 1362, foi ordenado subdiácono na capela de la Roca de Ancona, por Juan Tedeschi, bispo daquela cidade (GARCÍA Y GARCÍA, 1972: 135-136) e, segundo um breve relato autobiográfico que se conservou do próprio Fernando Álvarez, recebeu a ordem de diácono no mês seguinte (VALDALISO CASANOVA E FURTADO, 2013: 100). Contudo, era ainda designado pela documentação pontifícia como subdiácono quando, em junho de 1369, lhe foi concedido o bispado de Lisboa.

Chegou a Bolonha no dia 25 de setembro de 1353, quando contava 17 anos de idade, tendo começado os seus estudos em Decretos na Universidade a 11 de outubro, sob a direção de Paulo de *Liazariis* e tendo igualmente como mestre João Andrés. No dia 26 de julho de 1361, submeteu-se ao exame privado diante de João de *Calderini*, João de *Lignano* e André de São Petrónio e recebeu finalmente o grau de doutor em Direito Canónico no dia 7 de outubro desse ano, na igreja de São Pedro de Bolonha, correndo o respetivo discurso de investidura a cargo do mencionado canonista João de *Calderini* (GARCÍA Y GARCÍA, 1972: 136).

Fernando Álvarez de Albornoz

1336.1.17 (?)	Nascimento
1369-1371	Bispo de Lisboa
1371-1377?/1380	Arcebispo de Sevilha
1377?/1380?	Morte

Após o seu doutoramento, tornou-se docente na Universidade de Bolonha como professor de *lectura ordinaria* de Decreto, assegurando essa função sem interrupções desde 10 de outubro de 1363, dia em que pronunciou por encargo da Universidade o discurso inaugural do curso, até ao dia 7 de setembro de 1369. Ainda que se trate de uma questão debatida entre os historiadores do Direito Canónico, parece que a verdadeira diferença entre a leitura *ordinaria* e a *extraordinaria* radicava nos próprios livros que se liam na universidade, consoante estes fossem explicados integralmente somente numa destas leituras ou particamente em cada uma delas. Assim, pelo menos em Bolonha, o estudo do *Decreto* e das *Decretais* era objeto de uma abordagem partilhada, lidos no âmbito da leitura *ordinaria* durante o período da manhã, enquanto algumas partes destes textos se liam à tarde, sob a forma de leitura extraordinária (GARCÍA Y GARCÍA, 1972: 151).

Durante os seus anos como professor, interveio na concessão do grau de doutor a alguns dos seus discípulos. Assim, no dia 4 de agosto de 1369 realizou a entrega simbólica do livro na cerimónia de doutoramento a Álvaro Martínez, reitor do Colégio de São Clemente, a quem, no dia 23 de junho desse mesmo ano, havia apresentado para a realização do seu exame privado (PÉREZ MARTÍN, 1998: 39). Segundo o *Chartularium* da Universidade de Bolonha, teria igualmente examinado em Direito Canónico nesse ano de 1369, a João de Wildenberg, a 24 de abril; Paulo Herbord, a 26 de maio; Ruggiero de Castel di Sangro, a 11 de agosto; Oberto della Fontana, a 14 de agosto e Pedro de Monte Filottrano, a 12 de setembro (GARCÍA Y GARCÍA, 1972: 140-141).

Usufruiu de numerosos benefícios eclesiásticos por concessão pontifícia, graças à mediação do cardeal seu tio, entre os quais uma razão do cabido de Toledo (1351) e canonicatos em Sevilha (1353), Cuenca e Toledo (1354) (GARCÍA Y GARCÍA, 1972: 152-153); foi igualmente abade da colegiada de Santa Maria de Valladolid (1358), em acumulação com os referidos benefícios já referidos (PÉREZ MARTÍN, 1998: 39; GARCÍA Y GARCÍA, 1972: 153). Desde 1366, foi preboste e cónego do cabido catedralício de Valência, após renunciar ao canonicato sevilhano e à abadia da colegiada de Valladolid (URBAIN V, 1954-1989: n.º 16900, 16920). Desde setembro de 1367, ascendeu à dignidade de arcediogo no cabido catedralício de Toledo, benefício que se encontrava em vacatura pela morte do seu tio, o cardeal Gil de Albornoz, devendo para o efeito renunciar ao canonicato na Igreja de Cuenca (PÉREZ MARTÍN, 1998: 39; URBAIN V, 1954-1989: n.º 19060). Pouco depois, no dia 9 de novembro desse ano, Urbano V concedeu-lhe a faculdade de eleger confessor que o pudesse absolver de todos os seus pecados *in articulo mortis* (URBAIN V, 1954-1989: n.º 20701).

Foi em 4 de junho de 1369, na qualidade de subdiácono – assim o refere o documento de provisão pontifícia – que Urbano V o promoveu à diocese de Lisboa, então em vacatura pela transferência do bispo Pedro Gómez Barroso *o jovem* à mitra de Sevilha (*URBAIN V*, 1954-1989: n.º 25163; EUBEL, 1913-1914: I, 507). Devido a esta promoção, Fernando Álvarez teve que renunciar ao canonicato e prebostado de Valência, assim como ao canonicato e arcediagado de Toledo, benefícios cuja provisão o papa reservou imediatamente para si (*URBAIN V*, 1954-1989: n.º 23317 e 23341). Posteriormente, no dia 7 de julho, o pontífice concedeu-lhe o direito de poder receber de imediato as ordens de diácono e de presbítero (*URBAIN V*, 1954-1989: n.º 24132). No dia 7 de setembro desse ano deixou o ensino dos Decretos, sendo ordenado como presbítero no dia 22, na capela do colégio de São Clemente em Bolonha, das mãos de Pedro de Toledo, bispo de Osma. Finalmente, no dia 30 desse mesmo mês, foi consagrado como bispo na igreja de São Domingos de Bolonha pelo cardeal Albano, *Anglicus Grimoldi* (SÁNCHEZ HERRERO, 2002: 74).

Em 9 de maio de 1370, Fernando Álvarez recebeu de Urbano V os privilégios de poder celebrar missa antes do amanhecer, inclusivamente em lugares que estivessem em situação de interdito (*URBAIN V*, 1954-1989: n.º 25566 e 27081). Sabemos que durante esse ano, devido ao absentismo total do prelado, nunca chegou a residir na diocese de Lisboa, atuando como seu vigário-geral o clérigo João de Soure, o qual vinha desempenhando importantes funções administrativas entre os oficiais eclesiásticos lisboetas deste o tempo do bispo D. Lourenço Rodrigues (SARAIVA, 2005: 421).

Praticamente dois anos após a sua nomeação para Lisboa, foi transferido por Gregório XI, a 9 de junho de 1371, para o arcebispado de Sevilha, então em vacatura pela promoção ao cardinalato de Pedro Gómez Barroso (EUBEL, 1913-1914: I, 278). Em 27 de agosto, o papa conferiu-lhe o direito de poder receber, através dos seus procuradores, os frutos e rendas da mesa episcopal de Lisboa que lhe eram devidos até à data da sua transferência para a arquidiocese sevilhana (*GRÉGOIRE XI*, 1992-2008: n.º 12136).

Não obstante, Fernando Álvarez permaneceu em Itália até setembro de 1372, como executor testamentário do seu tio cardeal, embrenhado na criação do Colégio Espanhol de São Clemente de Bolonha e participando na redação e outorga dos seus primeiros estatutos (MARTÍ, 1972: 98-101). O cardeal Gil de Albornoz, seu tio, deixara estabelecido no seu testamento de setembro de 1364, que a aquisição de propriedades e rendas para o futuro colégio e a supervisão das obras ficariam a cargo do seu sobrinho Fernando Álvarez e de Alfonso Fernández, tesoureiro do cabido catedralício de Toledo (BENEYTO, 1950: 344). O projeto



Fig. 67. Andrea de' Bartoli (†1369), Fresco pintado no teto da capela, no qual Fernando Álvarez surge representado diante de Santa Catarina e do papa Urbano V, 1370, fresco. Bolonha, Biblioteca e Archivio Storico, Real Colegio de España. ©Real Colegio de España. Foto: Teresa Valdaliso.

do colégio prosseguia pouco depois, uma vez que, no dia 5 de abril de 1365, se assinou o contrato com os mestres construtores, os quais deviam sujeitar-se à traça e à estrutura definidas pelo próprio cardeal, pelos seus representantes – Fernando Álvarez e Alfonso Fernández – e pelo *ingegnerius* Matteo Gattapone da Gubbio. Deste modo, as obras do edifício encontravam-se em franco andamento em maio de 1367, o que permitiu que no ano seguinte chegasse o primeiro grupo de colegiais hispanos (SERRA DESFILIS, 2006: 20). Como já foi assinalado, em jeito de hipótese, é possível que o tratado de Vitrúvio (c. 80/70 a. C.-15 a. C) *De architectura* tenha influenciado o modelo estrutural de casa porticada escolhido para o colégio, dado que um manuscrito da dita obra se encontrava em posse de João *Calderini*, canonista e professor da Universidade de Bolonha, bastante ligado ao cardeal Albornoz e ao seu sobrinho Fernando Álvarez (SERRA DESFILIS, 2006: 22).

Assim, depois da morte do cardeal Albornoz, ocorrida no dia 23 de agosto de 1367, foi o seu sobrinho o verdadeiro impulsionador da instituição, regendo com toda a liberdade os seus destinos até inícios de 1372, quando o reitor do colégio, António Martín e os primeiros colegiais se manifestaram contra a gestão económica e o governo do colégio levados a cabo por Fernando Álvarez. Assim o atesta um juízo arbitral relativo a um conflito entre as partes, datado de maio

desse ano, pelo qual Fernando Álvarez teve de pagar ao colégio a importante soma de 8839 ducados de ouro, 14 soldos e 11 dinheiros bolonheses. Entre os árbitros, figurava um canonista de primeira linha, João de *Lignano*, o afamado jurista António de *Presbiteris* e outros homens eminentes na Bolonha daquele tempo (GARCÍA Y GARCÍA, 1972: 142-143; encontra-se um estudo aprofundado deste juízo em MARTÍ, 1972: 93-129).

Em todo o caso, o Colégio de São Clemente conservou a memória de Fernando Álvarez como uma figura chave da história da instituição. Assim, num fresco pintado na capela, atribuído a Andrea de Bartoli e datado de 1370, o mesmo surge representado diante Santa Catarina e do papa Urbano V. Um quadro da



Fig. 68. Quadro da época moderna com uma representação idealizada de Fernando Álvarez acompanhada de uma inscrição latina na qual se resumem os factos fundamentais da sua carreira eclesiástico-beneficial: tela. Bolonha, Biblioteca e Archivio Storico, Real Colegio de España. © Real Colegio de España. Foto: Teresa Valdaliso.

época moderna, conservado no mesmo colégio, com uma representação idealizada de Fernando Álvarez, faz-se acompanhar de uma inscrição latina na qual se resumem os factos fundamentais da sua carreira eclesiástico-beneficial: *Ferdinandus Alvarus Albornoz, Primus Collegii Rector, 1365, Praepositus Valentinus, Archidiaconus Toletanus, Abbas Vallisoletanus, Episcopus Ulixbonensis, Archiepiscopus Hispalensis, 1372* (GARCÍA Y GARCÍA, 1972: 133).

O regresso de Fernando Álvarez a Castela ocorreu no dia 10 de setembro de 1372, acompanhando o traslado dos restos mortais do cardeal seu tio desde Itália até à catedral de Toledo. Não obstante, três anos mais tarde, em 1375, alguns autores situam-no de novo em Itália (SÁNCHEZ HERRERO, 1984: 896; VALDALISO CASANOVA E FURTADO, 2013: 80, nt. 8). Após vários anos de titularidade da mitra sevillhana, durante os quais a sua ação como ordinário e a sua própria presença na Sé permanecem muito mal conhecidas, acabou por falecer, porventura em 1377 (SÁNCHEZ HERRERO, 2002: 75) ou, segundo alguns autores, em 1380 (EUBEL, 1913-1914: I, 278, nt. 8). Por seu lado, Diogo Ortiz de Zúñiga, nos seus *Anales eclesiásticos y seculares de la muy noble y muy leal ciudad*



Fig. 69. *Decretum Gratiani*, ricamente iluminado, com anotações pessoais de D. Fernando Álvares de Albornoz dos *puncta Decreti* e alguns registros de cariz autobiográfico lançados no primeiro fólio, séc. XIV, pergaminho. Toledo, Archivo y Biblioteca Capitulares, Catedral Primada de Toledo, Ms. 4-2, f. 7. ©Cabido da Sé de Toledo

de Sevilla, limitou-se a assinalar o silêncio documental sobre este prelado após 1377, afirmando não ter falecido em Sevilha nem ter sido sepultado na respetiva sé (VALDALISO CASANOVA E FURTADO, 2013, 2013: 81, nt. 9).

De entre os valiosos manuscritos que chegaram aos nossos dias e que atestam a atividade desenvolvida em Bolonha por Fernando Álvarez de Albornoz, destaca-se o Ms. 43-1, conservado na Biblioteca Capitular de Toledo, no qual se consigna, em forma de registo documental (desde 1364 até 1371), a totalidade da sua gestão como testamenteiro do cardeal Gil de Albornoz relativamente ao Colégio de São Clemente. A extensa compilação documental, na qual se reconhecem sobretudo diplomas de compra e venda de múltiplas e diversas propriedades, foi mandada elaborar a vários notários por Fernando Álvarez. Pelo sentimento de urgência que transparece da transcrição de alguns documentos, o manuscrito teria sido redigido provavelmente nos primeiros meses de 1372, no âmbito do conflito que ele manteve com o reitor e os primeiros colegiais sobre a gestão económica inicial da instituição, e deve ter sido empregue no referido juízo arbitral alcançado em maio desse ano. Uns meses mais tarde, em setembro, Fernando Álvarez regressou a Castela como arcebispo de Sevilha, fazendo-se acompanhar deste e de outros manuscritos, que logo passaram para as mãos do seu sobrinho, o arcebispo de Toledo Pedro Tenório, o qual, antes de falecer, os doou com outros manuscritos ao cabido catedralício toledano (GONZÁLEZ, 1972: 169-175).

De igual modo, deve-se destacar um valioso manuscrito do século XIII, que Fernando Álvarez herdou provavelmente de seu tio, no qual se continha o *Decretum Gratiani*, ricamente iluminado (veja-se sobre este YARZA LUACES, 2006: 32), com anotações pessoais dos *puncta Decreti* – pontos do *Decreto* que os professores tinham a obrigação de explicar em cada aula, indicando-se assim a sua extensão –, uma lista dos dias de jejum e alguns dados históricos e autobiográficos lançados no primeiro fólio do códice, hoje conservado na Biblioteca Capitular de Toledo (Ms. 4.2), após ter integrado a biblioteca privada do arcebispo Pedro Tenorio. Sabemos também que no começo do manuscrito haveria um outro fólio, hoje perdido, com uma lista a quatro colunas dos livros pertencentes a Fernando Álvarez, segundo se depreende de uma notícia que sobre este códice nos proporcionou o historiador jesuíta Andrés Marcos Burriel em meados do século XVIII (VALDALISO CASANOVA E FURTADO, 2013: 78-80). Para além dos dados autobiográficos de Fernando Álvarez contidos no manuscrito, o que mais chama a atenção dos especialistas é o relato de certos episódios da guerra civil castelhana (1366-1369) que surgem interpolados no texto, e que ocupam inclusivamente mais espaço que o conteúdo autobiográfico. O referido relato sobre

o conflito bélico desenvolve-se em três partes encadeadas entre si. Na primeira, narra-se a entrada em Castela e a coroação de Henrique de Trastâmara, a batalha de Nájera e a saída de Castela da mulher de Henrique com os seus filhos; na segunda, descreve-se o regresso de Henrique depois da saída do príncipe de Gales e a tomada de Burgos e, por último, na terceira se dá conta do assassinato e decapitação de Pedro I em Montiel em 1369 (VALDALISO CASANOVA E FURTADO, 2013: 83).

Resulta claro que tanto o relato autobiográfico como aquele dedicado à guerra civil castelhana foram redigidos por volta de 1369, quando Fernando Álvarez e grande parte da sua família e apaniguados se encontravam fora de Castela. Foi esse, porventura, o motivo pelo qual o autor decidiu registar as notícias recebidas por ele e seus familiares, oralmente ou através de correspondência epistolar, referentes ao conflito bélico, no qual, aliás, alguns dos seus parentes chegaram a participar ativamente. É também notória a ideologia claramente pro-henriquina do relato, algo perfeitamente compreensível à luz do alinhamento precoce dos Albornoz, desavindos com Pedro I, com o partido de Henrique de Trastâmara (RUSSELL, 1959: 322-323; VALDALISO CASANOVA E FURTADO, 2013: 87-90).

JORGE DÍAZ IBÁÑEZ

Texto traduzido do castelhano por Mário Farelo.

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: GRÉGOIRE XI, 1992-2008; URBAIN V, 1954-1989; **Estudos:** BENEYTO, 1950; EUBEL, 1913-1914; FERRER MALLOL, 2002; GARCÍA Y GARCÍA, 1972; GONZÁLVEZ, 1972; MARTÍ, 1966; MARTÍ, 1972; PÉREZ MARTÍN, 1998; RUSSELL, 1959; SÁNCHEZ HERRERO, 1984; SÁNCHEZ HERRERO, 2002; SARAIVA, 2005; SERRA DESFILIS, 2006; VALDALISO CASANOVA E FURTADO, 2013; YARZA LUACES, 2006.

VASCO RODRIGUES (ELEITO, 1371)

Foram durante largo tempo parcas – e, por vezes até, contraditórias – as informações disponíveis sobre a vida e a obra do bispo que o episcopologio lisiponense recorda sob o nome de D. Vasco II, eleito para a cátedra de Lisboa em 16 de junho de 1371 e que a regeu durante pouco menos de dois meses. A juntar a isso, a circunstância de, ao longo do terceiro quartel do século XIV, os prelados de, pelo menos, quatro dioceses portuguesas partilharem o mesmo nome próprio contribuiu para uma série de equívocos biográficos em torno deste antístite lisboeta que se pode hoje demonstrar, com grande dose de segurança, ter sido anteriormente bispo da Guarda (1363-1364) e de Coimbra (1364-1371) e que, depois da sua fugaz passagem pelo episcopado em Lisboa, foi elevado ao topo da hierarquia eclesiástica portuguesa, com a sua eleição para a sé primacial bracarense, função em que ainda se achava investido – muito embora nunca tenha sido consagrado (MPVIII/1, 172-173; MORUJÃO, 2009: 554) – quando faleceu, em finais de 1371.

A fim de se poder traçar a biografia deste prelado, tornou-se indispensável rastrear as histórias das dioceses nas quais se dizia ter exercido funções episcopais; no entanto, tal exercício revelou-se particularmente complexo, dada a profusão de informações discordantes em torno da sua pessoa. Em primeiro lugar, foi necessário desfazer cabalmente um equívoco que se gerou em torno deste prelado – já assinalado em artigo recente (MORUJÃO, 2009: 543) – e que o vinha

Vasco Rodrigues

Primeira metade do séc. XIV	Nascimento
1363-1364	Bispo da Guarda
1364-1371	Bispo de Coimbra
1371	<i>Eleito de Lisboa</i>
1371	Eleito de Braga
1371.11.18	Morte

acompanhando desde o final do século xvi, quando o cónego conimbricense Pedro Álvares Nogueira redigiu o *Livro das Vidas dos Bispos da Sé de Coimbra*, fazendo corresponder ao bispo do terceiro quartel do século xiv de nome Vasco a figura do arcebispo toledano Vasco Fernández de Toledo (NOGUEIRA, 1942: 124-126) – ou, talvez melhor, Blas Fernández de Toledo, personagem maior da vida político-religiosa castelhana do século xiv; com efeito, descendia de duas das mais importantes famílias da aristocracia castelhana (os Guzmán e os Lara), sendo filho de Fernán Gómez de Toledo, camareiro-mor do rei Fernando IV; era sobrinho de Gutierre Gómez de Toledo, arcebispo de Toledo (1310-1319), bem como tio de um outro Gutierre Gómez de Toledo, mestre de Alcântara (1361-1364) e ainda de um Suero Gómez de Toledo, arcebispo de Santiago (1362-1366) (SALAZAR Y CASTRO, 1696: 348).

Este Vasco Fernández de Toledo viria a desempenhar as importantes funções de chanceler-mor do rei Afonso XI de Castela e, morto este, exerceria idêntico cargo na casa da rainha, D. Maria de Portugal. Do ponto de vista eclesiástico, foi cónego (1320) e deão (1333) de Toledo, sendo depois promovido ao episcopado, primeiro como bispo de Palença (1343-1353) e, finalmente, arcebispo de Toledo (1353-1362). De acordo com Pedro Álvares Nogueira, tendo chegado a Portugal – fugido da perseguição que lhe movera o rei Pedro I de Castela – foi provido pelo homónimo monarca português na cátedra conimbricense, onde sucedeu ao também castelhano Pedro Gómez Barroso, entretanto transferido para Lisboa (NOGUEIRA, 1942: 124-125). Segundo o mesmo autor, Vasco Fernández teria governado a diocese de Coimbra durante sete anos, aí falecendo no exercício das suas funções, sendo primeiramente sepultado no convento de São Domingos daquela cidade, donde foi mais tarde trasladado para a Catedral de Toledo, e inumado diante do altar de Santa Maria a Branca (NOGUEIRA, 1942: 125).

Sendo inequívoco o exílio do arcebispo castelhano em terras portuguesas – já Pero López de Ayala, na sua crónica sobre o rei que passaria à posteridade com o apodo de *o Cruel*, afirmava ter Vasco Fernández procurado refúgio em Coimbra, instalando-se no convento de São Domingos, onde viria a finar-se ao cabo de poucos dias (LÓPEZ DE AYALA, 1591: 82v), no que foi seguido mais tarde por vários escritores eclesiásticos espanhóis (GONZÁLEZ DÁVILA, 1647: 160-162; FLÓREZ, 1747-1775: V, 381-384) –, a confusão de Pedro Álvares Nogueira poderá ter resultado, por um lado, de uma indevida equivalência entre os nomes Vasco (*Velascus*) e Brás (*Blasius*) e, por outro, da coincidência temporal entre o desterro do arcebispo toledano e a promoção ao episcopado conimbricense de um outro prelado de nome Vasco.

No primeiro quartel do século xvii, Frei Luís de Sousa, ao escrever a *História de São Domingos*, aborda a passagem do arcebispo D. Vasco por Coimbra,

mas em ocasião alguma o considera bispo daquela cidade. Diz ter chegado a Coimbra em 1360, tendo-se instalado no convento de São Domingos, onde faleceu passados dois anos – não sem antes sagrar a igreja de São Francisco da Ponte, também em Coimbra; a atestar a sua morte, menciona um assento do livro de óbitos do mosteiro de Santa Cruz que dava conta da morte do primaz toledano em 7 de março de 1362 (SOUSA, 1977: I, 290-291).

Também D. Rodrigo da Cunha, na *Segunda Parte da Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga* (CUNHA, 1635: 192-193), cita a notícia sumária de Frei Luís de Sousa, dando conta da problemática identificação deste prelado de Lisboa e Braga com o arcebispo de Toledo, que não poderia ser o mesmo, dada a diferença de cerca de nove anos que mediava entre as datas de óbito de ambos; no entanto, considerava duvidosa a identificação do antístite lisboeta e bracaraense com os bispos de Coimbra e da Guarda de nome Vasco, “a quem hũas vezes chamam de Toledo, outras de Meneses” (CUNHA, 1635: 193) – tese que o mesmo autor prosseguirá na *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa* (CUNHA, 1642: 261v-262). Em ambas as obras, D. Rodrigo menciona ainda que o prelado de Toledo teria sido administrador ou governador perpétuo do bispado de Évora (CUNHA, 1635: 193; 1642: 261v), informação cuja origem se desconhece mas que carece de qualquer verosimilhança.

O longo somatório de equívocos parecia destinado a perdurar na historiografia portuguesa; Jorge Cardoso, o autor do *Agiologio Lusitano* (CARDOSO, 1652-1666: I, 459; II, 70, 78; III, 384-385, 394), por várias vezes se refere ao arcebispo de Toledo que, durante dois anos, teve o encargo de governador do bispado de Coimbra e que, nessa qualidade, consagrou a igreja do convento de São Francisco da Ponte daquela cidade, onde viria a falecer – versão em tudo simile da recon-tada por Frei Manuel da Esperança na sua *Historia Seráfica* (ESPERANÇA, 1656-1666: I, 264-265; II, 381).

No século XVIII, os autores encarregados pela Academia Real da História Portuguesa da composição das histórias eclesiásticas dos bispados do reino avolumaram ainda mais a densa floresta de enganos em torno da figura de D. Vasco. Com efeito, se Manuel Pereira da Silva Leal, no *Catalogo dos Bispos da Idanha, e Guarda* (LEAL, 1722: 22-23), afirmava que o prelado egitaniense – a quem atribuiu o nome de D. Vasco de Meneses, apelido até então apenas referenciado por D. Rodrigo da Cunha (CUNHA, 1635: 193) – fora também bispo de Lisboa e arcebispo de Braga, em 1371, considerando sem qualquer valor a sua identificação com o arcebispo Vasco Fernández de Toledo (de quem diz ter sido apenas administrador apostólico dos bispados de Coimbra e de Évora, seguindo a informação anteriormente veiculada por D. Rodrigo da Cunha), já Francisco Leitão

Ferreira, no *Catalogo Chronologico-Critico dos Bispos de Coimbra* (FERREIRA, 1724: 114-116), identifica o dito Vasco Fernández, arcebispo de Toledo, com o antístite conimbricense do mesmo nome; contudo, para adequar esta identificação, partiu do pressuposto de que estaria viciada a data do óbito constante do assento transcrito por Frei Luís de Sousa e, supondo-o falecido na era de 1410 (1372) ao invés da de 1400 (1362), viabilizou a identificação de Vasco Fernández de Toledo com o bispo de Lisboa e arcebispo de Braga de nome Vasco, mas não o mencionando como prelado da Guarda.

Os autores que se seguiram limitaram-se a abordar o breve episcopado de D. Vasco à frente da diocese de Lisboa e a sua transferência para Braga, sem se referirem à sua carreira eclesiástica anterior. Com efeito, tanto João Baptista de Castro, no *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno* (CASTRO, 1762-1763: III, 118), como Frei Cláudio da Conceição, no *Gabinete Histórico* (CONCEIÇÃO, 1818: 31), ou ainda Pinho Leal, no *Portugal Antigo e Moderno* (LEAL, 1874: 271) chamam-lhe sumariamente D. Vasco II, dizendo que o mesmo se encontrava em Avinhão em 1371, quando Gregório XI (1370-1378) o nomeou bispo de Lisboa, Sé que governou apenas dois meses, antes de ser elevado ao arcebispado de Braga pelo mesmo pontífice, aí vindo a falecer no final desse ano.

No século xx, a maior parte dos autores parece fazer eco da leitura de Silva Leal, designando o prelado em causa como D. Vasco de Meneses e considerando-o bispo da Guarda e de Lisboa e arcebispo de Braga – tais são os casos de José Osório da Gama e Castro, na sua obra sobre a diocese da Guarda (CASTRO, 1902: 416-417), do verbete da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* respeitante a este antístite (“MENESES, D. VASCO DE”, 1945: 940), e ainda de Pinharanda Gomes, na *História da Diocese da Guarda* (GOMES, 1981: 153-154); a este último autor, porém, parecia estranho que o prelado tivesse obtido duas nomeações episcopais em tão pouco tempo, concluindo a sua breve nota biográfica dizendo que “os últimos anos da vida deste bispo são obscuros, acerca deles havendo diversidade de opiniões” (GOMES, 1981: 154) – o que, com propriedade, se poderia aplicar a toda a vida deste antístite.

Por seu turno, o autor dos *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga* postulou, um tanto ou quanto fantasiosamente, a existência de dois Vascos distintos a sucederem na cátedra bracarense em 1371: primeiro, o bispo de Lisboa e, logo depois, o de Coimbra, não se apercebendo de que se tratava da mesma pessoa. Diz monsenhor José Augusto Ferreira que foi “D. Vasco, Bispo de Lisboa, [transferido] para o Arcebispado bracarense pela Bulla “*Quam sit onusta*”, expedida em 11 de agosto de 1371. Contudo, como D. Vasco não tomasse posse, e falecesse em 18 de novembro seguinte, o papa reservou para si o provimento da

Igreja de Braga. O Cabido bracarense, ou por ignorar o facto, ou movido por influências estranhas, desatou a fazer eleições de candidatos ao Archiepiscopado de Braga e, assim, logo que se deu a vacancia da Sé (...) elegeu D. Vasco, Bispo de Coimbra. Este D. Vasco, Bispo de Coimbra, teve a mesma sorte do outro D. Vasco, Bispo de Lisboa, quer dizer, faleceu logo” (FERREIRA, 1928-1935: II, 176-177). Tal erro, porém, deve fundar-se na consulta, por monsenhor Ferreira, de um documento do Arquivo Distrital de Braga (ADB, *Gav. Sede Vacante*, n.º 5) em que o sucessor de D. Vasco, o arcebispo D. Lourenço Vicente, se refere à nomeação do seu antecessor como inválida – por haver sido provido pelo cabido e não pelo papa – e o denomina como prelado conimbricense, ao invés de bispo de Lisboa, bispado para o qual, à semelhança do de Braga, fora também eleito, mas nunca sagrado (MPV III/I, 172-173). Como D. Vasco faleceu antes de receber o pálio, D. Lourenço chegou a afirmar que “*non fuit archiepiscopus ne[c] nomen archiepiscopi meruit obtinere*” (MPV III/I, 173), ou seja, nunca fora arcebispo nem merecia ser tido enquanto tal no episcopologio bracarense.

Mais recentemente, António de Brito Cardoso persiste no erro de identificar este antístite com Vasco Fernández de Toledo (CARDOSO, 1985: 7), considerando-o bispo de Palença, arcebispo de Toledo e administrador apostólico da diocese de Coimbra, mas não o reconhecendo como prelado da Guarda, Lisboa e Braga, o mesmo dizendo dele Rafael Sánchez Sesa em estudo versando sobre os prelados de Coimbra de origem castelhana (SÁNCHEZ SESA, 1999: 768-770). Já Isaías da Rosa Pereira, em artigo para o *Dicionário de História de Lisboa*, não se refere à passagem do bispo pelas cátedras da Guarda ou Coimbra, afirmando sumariamente que D. Vasco (a quem não atribui patronímico algum) “esteve alguns meses em Lisboa e foi transferido para Braga” (PEREIRA, 1994b: 170). Esta confusa situação em torno da identidade deste prelado reinava ainda quando foi dado à estampa o *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (2000), cuja entrada relativa ao episcopologio português, coordenada por Ana Maria Jorge, menciona um D. Vasco de Meneses à frente da diocese da Guarda entre 1362 e 1367 (JORGE, 2000b: 137), o arcebispo de Toledo D. Vasco Fernández como administrador apostólico de Coimbra, entre 1364 e 1371 (JORGE, 2000b: 136), um D. Vasco como bispo de Lisboa, no ano de 1371 (JORGE, 2000b: 139) e, finalmente, um D. Vasco, arcebispo eleito de Braga, também em 1371 (JORGE, 2000b: 135) – posição que, no que a D. Vasco dizia respeito, em nada evoluíra desde que o padre Miguel de Oliveira publicara os catálogos episcopais anexos à sua *História Eclesiástica de Portugal* (OLIVEIRA, 1958: 434, 436, 440, 443).

Parece-nos hoje fora de qualquer dúvida ter sido um único eclesiástico de nome Vasco a ocupar, consecutivamente, as cátedras das seguintes quatro

dioceses portuguesas: Guarda (1363-1364), Coimbra (1364-1371), Lisboa (junho-agosto de 1371) e Braga (agosto-novembro de 1371) – sendo que, no caso das duas últimas, exerceu as suas funções apenas como bispo eleito, nunca tendo chegado a ser sagrado, como já se disse. Fica totalmente descartada a hipótese de este Vasco ter sido o bispo de Palença e arcebispo de Toledo de nome Vasco Fernández de Toledo que, apesar de ter vindo morrer a Coimbra, “nunca deixou de ser arcebispo, continuando à distância a actuar como responsável por aquela [arqui]diocese” (MORUJÃO, 2009: 543). Desfeito este equívoco, deve-se salientar ainda que D. Vasco nunca foi, como sustentaram alguns autores, governador do bispado de Évora – informação que não surge atestada em fonte alguma coeva –, o mesmo sucedendo em Coimbra, diocese em que não foi um mero administrador apostólico, mas sim bispo de pleno direito, surgindo na documentação com “uma intitulação semelhante à dos seus antecessores, em que se diz bispo pela graça de Deus e da Sé Apostólica, e assumindo-se como prelado nas subscrições autógrafas que nos legou, e nas quais assina ‘*episcopus vidi*’” (MORUJÃO, 2009: 544).

Por fim, refira-se que a consulta das listagens episcopais da *Hierarchia Catholica Medii Aevi* (EUBEL, 1913-1914: I, 144, 196, 235, 507) permitiu desfazer, em definitivo, as dúvidas em torno do percurso episcopal deste antístite; embora este autor o designe como Vasco de Meneses enquanto prelado da Guarda, Vasco Fernandes ao ser promovido ao sólio conimbricense, e apenas Vasco aquando das passagens por Lisboa e Braga (o que poderia continuar a fomentar dúvidas em torno da sua identidade), a sequência das nomeações não deixa margem para quaisquer dúvidas. Com efeito, este D. Vasco é o chantre da Guarda que foi promovido ao episcopado egitaniense (maio de 1363), depois transferido para Coimbra (julho de 1364) e que, nos meses finais da sua vida, foi eleito para as cátedras olisiponense (junho de 1371) e bracarense (agosto de 1371) – um percurso completamente distinto do de Vasco Fernández (naquela compilação referido como *Blasius Fernandez*), deão de Toledo ao tempo da sua eleição como bispo de Palença (1343) e transferido para a arquidiocese de Toledo dez anos mais tarde, arcebispado onde manteve as suas funções episcopais até morrer (EUBEL, 1913-1914: I, 386, 487).

Foi provavelmente com base nestas listas que A. H. de Oliveira Marques, em capítulo inteiramente dedicado ao clero, publicado no IV volume da *Nova História de Portugal* (MARQUES, 1987: 231), intuiu corretamente ser apenas um o prelado de nome Vasco que governou, em sequência, os bispados da Guarda, Coimbra, Lisboa e Braga; atribuiu-lhe, contudo, o apelido Meneses (que apenas figurava associado ao episcopologio egitaniense) e apontou-o – somente com

base no sobrenome – como um dos exemplos da ligação entre o episcopado e a alta nobreza ao longo dos séculos xiv e xv, mas aparentemente sem provas que fundamentassem essa asserção – muito embora Silva Leal, no *Catálogo dos Bispos da Idanha, e Guarda*, nos diga que “o nome, e alguns documentos que há seus, bem mostram ser daquela illustre família” (LEAL, 1722: 22-23), posto que, noutro passo, declarasse ignorar o nome dos seus progenitores, tornando assim impossível confirmar a afirmação anterior. De facto, essa suposta vinculação familiar não nos é comprovada pela documentação que foi possível coligir, e o patronímico de D. Vasco não terá sido nem Meneses, nem Fernandes, mas sim Rodrigues, sendo dessa forma que surge referido na documentação anterior à sua promoção à cátedra egitaniense, em 1363. Todavia, as fontes e estudos ao nosso dispor não nos permitiram averiguar eventuais relações familiares de Vasco Rodrigues, dada a frequência deste conjunto onomástico na documentação, impossibilitando uma identificação positiva com outras personagens do tempo.

Para adensar as dificuldades de interpretação respeitantes a D. Vasco, conserva-se, num documento por si subscrito enquanto bispo de Coimbra, datado de 28 de maio de 1367 (TT, *Lorvão*, gav. 3, mç. 11, n.º 27), um selo pendente em forma de dupla ogiva, contendo ao centro a figura de um prelado mitrado, envergando um báculo particularmente elaborado na mão esquerda e erguendo a mão direita em jeito de bênção (MORUJÃO E SARAIVA, 2014: 220-221); à sua volta, no interior de dois duplos arcos ogivais concêntricos, consta a legenda “VALASCI DEI GR[ATI]A EPI[SCOPI] COLIMBRIENSIS”, em caracteres romanos maiúsculos e, na base, o brasão episcopal, representando cinco vieiras postas em sautor (ignorando-se os esmaltes do escudo e das figuras). Embora o brasão em causa não pareça de todo corresponder às várias armas associadas ao patronímico Rodrigues (ZÚQUETE, 1961: 478-479), a legenda do selo aponta, de modo inequívoco, para uma identificação positiva com o bispo D. Vasco Rodrigues.

Em face dos dados disponíveis, também não se afigura fácil determinar com segurança mais informações acerca do contexto do seu nascimento – que, no entanto, nos parece possível situar, com algum grau de probabilidade, na primeira metade do século xiv, em local incerto. Ainda assim, parece ser pertinente inquirir da viabilidade da sua identificação com um certo Vasco Rodrigues, estudante no *studium generale* de Lisboa, a quem seu tio – D. Vasco Martins, que fora sucessivamente bispo do Porto (1327-1342) e de Lisboa (1342-1344) – deixara 300 torneses de prata em testamento (COELHO E SARAIVA, 2005: 125).

Esta última hipótese, meramente conjectural, funda-se numa referência constante numa súplica do então chantre da Guarda, Vasco Rodrigues, datada



Fig. 70-71. Selo de D. Vasco Rodrigues enquanto bispo de Coimbra, com a legenda [S(igillvm)] VALASCI DEI GR(ati)A / EP(iscop)I COLIMBRIENSIS, 1367 maio 28, cera. Lisboa, ANTT, Mosteiro de Lorvão, gav. 3, mç. 11, n.º 27, PT/TT/MSML/G3M11/00027. © ANTT.

de 22 de março de 1355, na qual este afirma ter estudado Direito Canónico durante algum tempo – “*qui per aliquia tempora in iure canonico studuit*” (MPVI, 299-300) –, expressão repetida na correspondente bula de Inocência VI (CUP I, 212). É de admitir que nesta data não se encontrasse a estudar, dada a utilização de uma forma verbal do pretérito, o que poderia favorecer a hipótese de ter frequentado a universidade em data anterior, eventualmente 11 anos antes, à data da morte de D. Vasco Martins. Contudo, nem o testamento deste último nos esclarece qual a matéria que o sobrinho estudava, nem a súplica do primeiro nos revela o local de estudo, conduzindo-nos assim a um beco sem saída. Por outro lado, estando atestadas as universidades de França e de Castela por onde passou Vasco Rodrigues (SERRÃO, 1971: 51; CUNHA E SILVA, 2005: 55), a escassez de fontes sobre o primeiro século de existência do *studium generale* português leva-nos a não poder concluir se cursou ou não na universidade de Lisboa e, em caso afirmativo, se é ou não exequível a sua identificação com o sobrinho do bispo Vasco Martins.

Só transcorridos mais de dois anos se volta a ter notícias relacionadas com o seu percurso académico; uma súplica do rei D. Pedro I de Portugal, datada de 17 de dezembro de 1357, alude a Vasco Rodrigues como “provido” (*proventus*) em Direito Canónico, sendo que, nesse momento, estudava ainda (*etiam*

pro nunc studentis) no *studium* de Montpellier (MPVI, 328-329; SERRÃO, 1971: 51). Neste contexto, *proventus* designava um estudante que já tinha cursado um certo número de anos (facto que poderia favorecer a identificação de Vasco Rodrigues com o sobrinho do bispo Vasco Martins, que estudara anos antes na Universidade de Lisboa), sem haver no entanto obtido o bacharelato – ainda que Rosário Morujão o diga bacharel em Direito Canónico (MORUJÃO, 2009: 543), um facto discutível, já que, apesar da frequência académica, não se encontraram documentos que sustentem que terá alcançado esse grau.

Quase quatro anos mais tarde, em 18 de agosto de 1361, uma súplica de Henrique, conde de Trastâmara, refere que Vasco Rodrigues, chantre da Guarda, estudou durante muito tempo Direito Canónico nos estudos de Salamanca e Montpellier e progrediu de forma louvável nos seus estudos – “*diu in iure canonico studuit et laudabiliter profecit*” (MPVI, 392). Ao contrário da presença em Montpellier – atestada em 1357 pelo rei D. Pedro de Portugal, e onde é dito expressamente que Vasco ainda estudava –, a súplica de Henrique de Trastâmara, ao fazer uso da forma do pretérito, sugere que, em 1361, Vasco já não frequentava qualquer universidade; além disso, não se pode inferir, como sustentou Veríssimo Serrão, que Vasco teria partido de Montpellier para Salamanca a caminho de Portugal e que se encontrava naquela cidade castelhana em 1361 (SERRÃO, 1971: 51), visto que, nessa data, o signatário da súplica, Henrique de Trastâmara, se encontrava exilado no sul de França, tendo sido provavelmente aí que Vasco Rodrigues teria contactado com o meio-irmão do rei de Castela. Por conseguinte, também não nos é possível depreender se a sua presença na universidade salmantina precedeu ou sucedeu-se à frequência do *studium* de Montpellier. Por fim, esta referência a apenas dois estudos gerais – sem qualquer menção ao de Lisboa – aconselha-nos a uma redobrada prudência na identificação de Vasco Rodrigues com o sobrinho do bispo Vasco Martins.

De notar ainda que embora Veríssimo Serrão identifique corretamente o chantre da Guarda Vasco Rodrigues com o futuro bispo de Coimbra, confunde-o depois com um homónimo Vasco Rodrigues que desempenhava as funções de chantre bracarense em 1431 (SERRÃO, 1971: 51), de acordo com uma informação que recolhera nos *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga* (FERREIRA, 1928-1935: II, 273) – hipótese que deve ser liminarmente rejeitada, visto D. Vasco ter falecido em 1371 nas funções de arcebispo eleito de Braga, como já se disse anteriormente.

Ao longo dos últimos anos da sua vida, Vasco Rodrigues surge ligado a importantes figuras políticas e religiosas do seu tempo, revelando uma importante teia de relações que parecem ter influído, de modo direto ou indireto, na

sua carreira eclesiástica. Assim, em 22 de março de 1355, D. Vasco, então chantre da Guarda, em súplica ao papa Inocêncio VI, afirma-se procurador e vigário do arcediogo da Guarda – o franciscano francês Pasteur d’Aubenais de Sarrats, cardeal-presbítero do título dos Santos Marcelino e Pedro, mais conhecido na documentação como o cardeal Pastor (*CUP* I, 212; *MPVI*, 299-300). O cardeal, importante figura na Cúria avinhonense – fora legado papal junto do reino de França em 1347, onde procurou mediar um conflito entre a Igreja e o rei Filipe VI – morreu em outubro de 1356, não se conhecendo mais nenhum documento que nos comprove a sua ligação com Vasco Rodrigues, pelo que não é possível afirmar quando terá começado a exercer funções como procurador do cardeal. O facto de a súplica ser passada em Avinhão leva-nos a supor que D. Vasco poderia ter conhecido D. Pasteur na Cúria e, dado ambos possuírem dignidades no cabido da Guarda, o cardeal francês tenha investido o português na qualidade de seu procurador e vigário, a fim de tratar dos assuntos que lhe diziam respeito, no temporal e no espiritual, enquanto arcediogo da diocese egitanense. Apesar da morte do cardeal, D. Vasco terá mantido as suas ligações a Avinhão; várias obras aludem à sua presença na Cúria, em 1362, antes da sua promoção ao episcopado na Guarda (LEAL, 1722: 23; CASTRO, 1902: 416; “MENESES, D. VASCO DE”, 1945: 940; GOMES, 1981: 153) e, anos mais tarde, em 1371, antes da eleição para o bispado de Lisboa (CUNHA, 1642: 261v; CASTRO, 1762-1763: III, 118; CONCEIÇÃO, 1818: 31; LEAL, 1874: 271) – ainda que, hipoteticamente, os referidos autores pudessem simplesmente ter engendrado estas estadias em Avinhão para fazer face às lacunas documentais, por forma a obviar ao seu desconhecimento em torno do governo de D. Vasco à frente daquelas dioceses.

Admitem-se, porém, como viáveis – e até prováveis – as suas viagens à Cúria; se em março de 1355 se encontrava em Avinhão, ao serviço do cardeal D. Pastor (*CUP* I, 212; *MPVI*, 299-300), importa averiguar em que circunstâncias teria ido D. Vasco à Corte papal nas restantes ocasiões – ter-se-ia aí deslocado apenas com o propósito de receber a sagração episcopal das mãos de Urbano V (1362-1370) ou Gregório XI (1370-1378) os pontífices que então regiam a Igreja, como sustentam vários dos autores supramencionados? Ou estaria antes na posição de representante de um dos seus dois grandes patronos seculares – o rei D. Pedro I de Portugal ou o conde Henrique de Trastâmara (o futuro Henrique II de Castela)? Com efeito, em 17 de dezembro de 1357, D. Vasco surge referido como “*personam dilecti sui specialis*” de D. Pedro I de Portugal, o qual suplicava para este seu servidor um canonicato com prebenda em Sevilha, vagos por morte de Bartolomeu Martins, deão e cónego daquela Sé – ou, em alternativa, um

canonicato e prebenda na Sé do Porto, não obstante ser já cónego prebendado e chantre da Guarda (MPVI, 328-329). Não se afigura fácil divisar a sua relação com o monarca português (não é certo se teria então alguma função na casa real), em face da quase total inexistência de referências na chancelaria daquele rei. De facto, D. Vasco surge mencionado uma única vez no livro da chancelaria, já como bispo da Guarda, quando D. Pedro lhe concede, por carta passada em Torres Vedras em 25 de março de 1364, uma série de privilégios relativos à jurisdição de vários lugares do seu bispado, incluindo as vilas de Caria e da Covilhã (LEAL, 1722: 23; CASTRO, 1902: 164, 282, 417), “emquanto el dicto dom vaasco for bispo do dicto logo da guarda” (ChDP, 406), concessão esta que, ao ser feita a título pessoal – não sendo extensiva, portanto, aos seus sucessores à frente da diocese – parece atestar bem do favor que D. Vasco detinha junto do rei D. Pedro.

Não deixa de ser curioso que o monarca português tenha suplicado para D. Vasco uma conezia numa diocese castelhana (Palença), o que poderia deixar antever que o visado talvez buscasse, na prossecução da sua carreira eclesiástica, obter dignidades e prebendas no reino vizinho, por esta altura prestes a mergulhar numa guerra civil. A ligação de D. Vasco a Castela torna-se particularmente evidente na década de 1360, no contexto do conflito armado que virá a opor o rei Pedro I ao seu meio-irmão, Henrique de Trastâmara, então exilado em França. As circunstâncias em que Vasco Rodrigues e Henrique de Trastâmara se conheceram são totalmente conjecturais, mas é possível que os dois homens se tivessem encontrado algures no Sul de França, talvez em Montpellier (o local onde Vasco havia estudado anos antes e onde Henrique se instalara, depois de ter escapado de Nájera em 1360) ou na vizinha Avinhão (onde Vasco se encontraria à data da promoção ao bispado da Guarda, em 1363), tornando-se então um apaniguado do Trastâmara. Com efeito, em 18 de agosto de 1361, Henrique de Trastâmara irá interceder junto do papa Inocêncio VI, suplicando para Vasco Rodrigues um canonicato e prebenda na abadia de Salas de Bureba, na diocese de Burgos (vagos pela promoção do seu abade, Juan Alfonso, ao bispado de Sigüenza) ou, em alternativa, um canonicato com prebenda na diocese de Palença (MPVI, 392). Embora não o designe através da tradicional fórmula “*dilectus suus*” (como fizera, anos antes, o rei de Portugal), Henrique de Trastâmara refere-se a Vasco Rodrigues através de um formulário bastante original, particularmente demonstrativo do singular apreço que aparentava nutrir pelo então chantre egitanense, de quem dizia ser “*providus, valde honestus, discretus, et in spiritualibus et temporalibus circumspectus*” (MPVI, 392).

Feitas as desambiguações possíveis em torno da figura de Vasco Rodrigues, e procurando detalhar, de forma ordenada e sequencial, os factos da sua carreira

eclesiástica, é razoável recuar até ao mês de julho de 1351 para sinalizar aquele que parece ser o primeiro sinal indubitável da sua aparição documental. Surge identificado, nessa data, num rol de confirmações apostólicas, como cónego prebendado da Sé da Guarda, posição ocupada na sequência da vacatura da conezia, por óbito do anterior titular, Martim Gil (*MPV I*, 228-229). Poucos anos volvidos, em março de 1355, Vasco Rodrigues aparece já referido como chantre da diocese egitaniense, no mesmo documento em que também é designado como procurador e vigário de D. Pastor, que era então, como já se disse, cardeal-presbítero dos Santos Marcelino e Pedro e arcediogo da mesma diocese (*MPV I*, 299-300).

Durante uma parte significativa do período em que Vasco Rodrigues foi chantre na diocese da Guarda, somou a essa dignidade as funções de cónego da Sé de Coimbra, no que era uma prática habitual na Idade Média – a acumulação de prebendas. A ligação à catedral situada à beira do Mondego remete para uma cronologia que parece ir de 1355 a 1363, com a conezia e a prebenda a recaírem, após essa data, em João Vasques de Tomar, um clérigo da diocese de Lisboa de nobre extração (*URBAIN V*, 1954-1989: n.º 2452). Em 22 de março de 1355, Vasco Rodrigues suplica pela primeira vez um canonicato com prebenda na Sé de Coimbra (*MPV I*, 299-300), pedido que, embora deferido por bula de Inocêncio VI com a mesma data (*CUP I*, 212), parece não ter sido atendido de imediato; é no mínimo seguro que, em dezembro de 1357, Vasco já tivesse o canonicato conimbricense sob expectativa, como esclarece uma súplica feita em seu benefício por D. Pedro I de Portugal, por intermédio da qual se solicita que sejam postos à sua disposição vários prestimónios que se encontravam vagos na Igreja de Sevilha (*MPV I*, 328-329). Certamente já se apoderara do canonicato de Coimbra em agosto de 1361, conforme demonstra nova súplica feita em seu favor relativa a benefícios na diocese de Burgos, desta vez endereçada ao papa por Henrique, conde de Trastâmara, ocasião em que detinha ainda um outro canonicato e prebenda sob expectativa, desta feita na Sé do Porto (*MPV I*, 392), aos quais havia já aludido também o rei de Portugal na sua súplica de 1357 (*MPV I*, 328-329).

Corria ainda o ano de 1361 quando o falecimento do titular da igreja de Santa Maria de Achete, na diocese de Lisboa, criou as condições para que Vasco Rodrigues pudesse aceder ao reitorado daquela igreja, na condição de renunciar à dignidade de chantre da Guarda (*MPV I*, 392), tendo o papa Inocêncio VI, na sequência de uma súplica que lhe fora endereçada pela própria igreja de Achete em 26 de agosto de 1361 (*MPV I*, 393), ordenado ao coletor apostólico em Portugal, Guilherme Piloto, que instituísse D. Vasco como reitor daquela igreja se abdicasse dos benefícios que detinha na Guarda, por uma provisão datada de

14 de janeiro do ano seguinte (MPV I, 393-394). Na circunstância, D. Vasco optou por não quebrar o vínculo com a Sé herdeira da antiga diocese da Egitânia, e foi precisamente no interior da catedral da Guarda que se iniciou a sua ascensão nas mais altas esferas do meio eclesiástico português; importaria, porém, apurar se nessa promoção moveram influências quer o rei de Portugal, D. Pedro I, quer Henrique de Trastâmara.

Naquela catedral foi elevado pela primeira vez à condição de bispo, em 1363, após uma disputa com Gonçalo Martins, deão da Sé de Silves e futuro bispo de Viseu (URBAIN V, 1954-1989: n.º 7950). Com efeito, a Sé da Guarda encontrava-se então carente de pastor, por óbito de Gil de Viana, e coube ao papa Urbano V confirmar o chantre no episcopado, em 26 de maio de 1363 (EUBEL, 1913-1914: I, 235). Vasco Rodrigues beneficiou para tal de um indulto apostólico, passado em 12 de junho desse ano, que lhe permitiu receber ordens maiores, dessa forma sanando um defeito formal que, de outro modo, o impediria de receber a consagração episcopal, pois estava vedado aos detentores de ordens menores o ingresso no episcopado (URBAIN V, 1954-1989: n.º 5538). Por decisão do mesmo papa pôde ainda retardar a sua consagração como bispo até três meses (URBAIN V, 1954-1989: n.º 5653); numa súplica datada de 27 de maio de 1363, Vasco Rodrigues aparece referido como eleito e confirmado na diocese da Guarda (MPVI, 438); em 6 e 11 de junho do mesmo ano, surge mencionado como bispo da Guarda a aguardar a consagração (MPVI, 440, 444) e, em 9 de julho do mesmo ano, é designado apenas como bispo eleito da Guarda numa súplica de Fernando Martínez de Mansilla, um clérigo de origem leonesa que fora entretanto provido como reitor à frente da igreja de Santa Maria de Achete (MPVI, 446). Entretanto, em 13 de julho desse ano, D. Vasco designava o arce-diago da Guarda, Afonso Peres, como seu procurador junto da Cúria, a fim de pagar a taxa “*pro communi servitio*” de 400 florins de ouro referente à sua ascensão episcopal, devendo metade do valor ser pago na festa da Ascensão e a outra metade pela Páscoa (ASV, *Obl. et Sol.* 35, f. 54v); em 20 de julho, D. Vasco comprometia-se pessoalmente a pagar a dita taxa (ASV, *Obl. et Sol.* 36, f. 66). Por seu turno, o seu substituto no canonicato e chantrado da Guarda deixados vagos pela promoção de Vasco Rodrigues ao episcopado foi Gonçalo Vasques, um bacharel em direito canónico (MPV I, 453), para quem estes benefícios haviam entretanto sido requeridos pelo cardeal-bispo de Frascati, Nicola Capocci (1350-1368) (CUPI, 241).

Pouco se sabe da sua atuação como ordinário egitaniense; é certo que se dirigiu a Avinhão após a sua nomeação, tendo sido sagrado por Urbano V em agosto de 1363, estando já de regresso ao reino em finais desse mesmo ano,

quando uma referência sumaria dá conta do provimento de um seu apaniguado na igreja de Santa Maria do Jarmelo, na docese da Guarda, em 3 de dezembro de 1363 (LEAL, 1722: 23; GOMES, 1981: 153).

Pouco tempo depois, em 1364, D. Vasco foi transferido para a sé de Coimbra, em resultado de uma rotação episcopal que levava o anterior bispo, Pedro Gómez Barroso, à prelatura da Igreja de Lisboa, deixando vaga a cátedra conimbricense (EUBEL, 1913-1914: I, 196). Ao que parece terá havido a intercessão do próprio rei de Portugal, D. Pedro, no processo conducente à nomeação do bispo da Guarda como prelado em Coimbra, o que não surpreende atendendo aos vários favorecimentos e súplicas feitos pelo soberano em seu favor. Seja como for, o provimento apostólico de Vasco Rodrigues como bispo de Coimbra consumou-se em 23 de julho de 1364, em carta remetida pelo papa Urbano V (URBAIN V, 1954-1989: n.º 12559). A consagração definitiva na prelatura foi um pouco mais tardia, ocorrida algures entre os meses de setembro e outubro desse ano, na Cúria de Avinhão, cidade para onde se dirigiu uma vez mais a fim de receber a sagração. A deslocação de D. Vasco para Coimbra levou a que o anterior deão da catedral egitaniense, Afonso Correia, assumisse os destinos da diocese da Guarda (URBAIN V, 1954-1989: n.º 12576).

Apesar do papel que D. Pedro terá desempenhado na promoção de D. Vasco à diocese de Coimbra, as posições do bispo parecem denunciar um alinhamento aparentemente favorável ao partido de Henrique e às conveniências políticas daqueles que o seguiam; disso parecem ser exemplos as nomeações de vários dos seus procuradores, onde avultam várias figuras castelhanas próximas do Trastâmara, designadamente D. Pedro Tenório – então arcediago de Toro, na diocese de Zamora, o qual virá a ser o sucessor de D. Vasco na cátedra de Coimbra e ainda futuro arcebispo de Toledo (SÁNCHEZ SESA, 1991: 1480-1481) –, bem como Toríbio Fernández (deão de Zamora), Gonçalo Esteves (cónego do Porto), Rodrigo Sánchez (cónego de Toledo) e García Martínez (cónego de Sigüenza), designados representantes de D. Vasco junto da Câmara Apostólica para procederem ao pagamento das taxas devidas pela sua promoção ao bispado de Coimbra (instrumento datado de 27 de agosto de 1364; ASV, *Instr. Misc.*, 2368); García Martínez será de novo feito seu procurador, por instrumento de 10 de outubro do mesmo ano, a fim de pagar a taxa “*pro communi servitio*” de 2000 florins de ouro pela promoção de D. Vasco à Sé conimbricense, bem como para liquidar a taxa em dívida do seu predecessor na diocese de Coimbra, D. Pedro Gómez Barroso, no valor de 500 florins de ouro, além da sua própria dívida relativa à anterior promoção à diocese da Guarda, no valor de 100 florins de ouro (ASV, *Obl. et Sol.* 36, f. 125v).

Em Coimbra, D. Vasco viria a exercer a função episcopal entre os anos de 1364 e 1371. Grosso modo, coincidentes com esse intervalo temporal são os vários mandados apostólicos recebidos pelo prelado da parte do papa Urbano V, com quem teria uma relação, senão próxima, pelo menos de confiança. Confirmam-no os vários momentos em que o pontífice apareceu a dar comissões ao então bispo de Coimbra. Sucedeu assim, em 29 de junho de 1365, quando o encarregou, juntamente com os bispos de Badajoz e de Silves, de conservar as jurisdições das ordens militares na diocese de Évora (*URBAIN V*, 1954-1989: n.º 14059). E o mesmo aconteceu quando o nomeou para dar provimento a vários religiosos. Veja-se, a este respeito, o caso de Gonçalo Esteves, perito em Direito Canónico, reitor da igreja de São Miguel de Monsanto, a quem o papa mandou atribuiu um canonicato e prebenda na sé da Guarda, em outubro de 1364 (*URBAIN V*, 1954-1989: n.º 12271); ou de Pedro Tenório, bacharel em Direito e então cônego de Toledo, investido por D. Vasco num canonicato e prebenda em Lisboa, no princípio do mês de dezembro desse mesmo ano (*URBAIN V*, 1954-1989: n.º 13231); ou a atribuição de uma porção perpétua na igreja paroquial de Santa Maria de Leiria dada a Vasco Martins de Guimarães, executada a mando do papa em setembro do ano seguinte (*URBAIN V*, 1954-1989: n.º 13636); ou ainda a entrada num canonicato em Lisboa proporcionada a Álvaro Peres, um antigo estudante de Direito Civil em Bolonha, de que foi incumbido em fevereiro de 1370 (*URBAIN V*, 1954-1989: n.º 23069); ou, enfim, a atribuição de um outro canonicato lisboeta, desta feita em favor de mestre Vasco Domingues, *scriptor* da Cúria avinhonense, para o que também recebeu delegação do mesmo papa, em maio desse ano (*URBAIN V*, 1954-1989: n.º 26339). Há também a anotar a situação em que o próprio Vasco Rodrigues foi indigitado por Urbano V como conservador e juiz apostólico por cinco anos do dominicano Guillaume de la Sudré, cardeal-bispo de Óstia e Velletri (1367-1371), juntamente com o chantre de Coimbra e o prior de Santa Cruz – corria, então, o ano de 1369 (*URBAIN V*, 1954-1989: n.º 23652).

A sua presença pelo bispado de Coimbra está ainda atestada através de dois documentos ligados à administração diocesana que se conservaram no cartório do mosteiro de Lorvão: um primeiro, datado de 24 de março de 1367, pelo qual confirmou uma apresentação feita pela abadessa laurbanense, D. Mécia Lopes (FERREIRA, 1724: 115), e um outro, com data de 5 de maio de 1368, pelo qual ratificou uma sentença do seu vigário-geral à frente da diocese de Coimbra, João Rodrigues, meio-cônego daquela Sé, que sancionava a posse de uma marinha na Esgueira em favor daquela comunidade monástica (FERREIRA, 1724: 115-116). Além disso, há ainda notícia de Vasco Rodrigues ter celebrado, juntamente com

o cabido de Coimbra, uma composição com Domingos Coelho, prior de Rates, em 1370 (FERREIRA, 1724: 116; SÁNCHEZ SESA, 1999: 768).

Em 1371, quando Vasco Rodrigues saiu da Sé conimbricense, aproximadamente sete anos após a sua chegada, o lugar que ocupava foi preenchido pelo já citado decretalista Pedro Tenório (*GRÉGOIRE XI*, 1992-2008: n.º 14637), anteriormente arcediogo de Calatrava (na Sé de Toledo) e o mesmo indivíduo que já havia sido provido pelo bispo D. Vasco com uma prebenda na diocese olisiponense.

Esse ano de 1371, que foi o último na vida de Vasco Rodrigues, revelou-se fértil em acontecimentos pois, num breve espaço de tempo, foi sucessivamente chamado a governar outras duas dioceses do reino – Lisboa e Braga –, revelando um percurso sempre ascensional no interior da Igreja portuguesa. De facto, a evolução de Vasco Rodrigues na carreira episcopal correspondeu a uma escalada no interior da rede eclesiástica, bem demonstrada pela crescente importância das dioceses que dirigiu enquanto bispo. Primeiro, exercendo o cargo na periférica e rural catedral da Guarda; mais tarde, na histórica – mas em acentuada perda de influência – cidade de Coimbra; depois em Lisboa, que era já então o mais relevante núcleo urbano do reino, devido à centralidade política, administrativa e económica que adquirira; e, finalmente, na arquidiocese de Braga, que, do ponto de vista puramente simbólico e religioso, se prefigurava como a mais importante Sé portuguesa, gozando de um evidente prestígio sobre as restantes, na sua qualidade de única metrópole eclesiástica do reino.

Quanto à fugaz estadia de Vasco Rodrigues na Sé de Lisboa – que, tudo somado, não ultrapassou os dois meses – sabe-se muito pouco. É seguro que sucedeu na diocese a Fernando Álvares de Albornoz (1369-1371) (JORGE, 2000b: 139) e que recebeu a nomeação para bispo de Lisboa, às mãos de Gregório XI, o recém-nomeado pontífice romano. Também parece ponto assente que a entrada em funções de D. Vasco, como bispo eleito, se deu a 16 de junho de 1371 (EUBEL, 1913-1914: I, 507).

O único ato que é possível atribuir-lhe como prelado lisboeta tem uma natureza estritamente institucional. D. Vasco instituiu, no dia 6 de agosto de 1371, o chantre Martim Lourenço e o tesoureiro Vasco Domingues, ambos elementos do seu novo cabido, assim como Gonçalo Esteves, mestre-escola de Coimbra, como seus representantes e da diocese na Cúria pontifícia, nomeadamente junto da Câmara Apostólica e do tesoureiro papal, com o propósito de efetuarem, em seu nome, o pagamento do serviço referente à promoção para o bispado de Lisboa (ASV, *Instr. Misc.*, 2653).

A passagem de D. Vasco pela sé olisiponense terminou, de forma abrupta e muito célere, no dia 11 de agosto seguinte. Dois dias volvidos, a 13 de agosto



Fig. 72. António Augusto Gonçalves (1848-1932), Desenho da reconstituição do túmulo do bispo D. Vasco, c. 1920, papel. Coimbra, Museu Nacional Machado de Castro. © DGPC. Foto: Museu Nacional Machado de Castro.

de 1371, era designado para arcebispo de Braga, e oficializado como tal (EUBEL, 1913-1914: I, 144). A oportunidade para que tal transferência se tivesse efetuado deveu-se à promoção do seu antecessor no arcebispado, o francês Jean de Car-dailiac, entretanto elevado a patriarca latino de Alexandria (*MPV* III/1, 170). A vaga provocada pela saída de D. Vasco da Sé de Lisboa foi colmatada por Gregório XI mediante a chamada do bispo de Brescia, Agapito Colonna, um futuro cardeal da criação de Urbano VI para a Igreja de Lisboa (*GRÉGOIRE XI*, 1992-2008: n.º 14548).

À semelhança do acontecido na diocese olisiponense, também a passagem de Vasco Rodrigues pela arquidiocese de Braga se mostrou bastante efêmera. Teve ainda tempo para se comprometer perante o papado a pagar a taxa apostólica referente à sua promoção a arcebispo, no valor de 6000 florins de ouro (*ASV, Obl. et Sol.* 36, f. 157v). Mas, apesar dessa intenção, Vasco Rodrigues nunca haveria de ver confirmada a sua eleição na cadeira bracarense. De facto, na qualidade de eleito de Braga, pouco mais fez do que interceder em favor de dois cónegos do cabido de Coimbra, sublinhando assim a sua vinculação à diocese que regera durante perto de sete anos: Martim Domingues, a quem o papa viria



Fig. 73. Tamba tumular com jacente (fragmentado) assente sobre arca tumular (acrescento posterior); último quartel do século XIV, autor não identificado, calcário de Coimbra. Coimbra, Sé-Velha de Coimbra, arcossólio da nave lateral esquerda (jacente). © DGPC. Fotos: Anísio Saraiva.



Fig. 74. Fotografia do jacente do túmulo do bispo D. Vasco, séc. XX. Cascais, Câmara Municipal de Cascais – Casa Reynaldo dos Santos Irene Quilhó dos Santos, CMC-CRSIQS/Arquivo Reynaldo dos Santos – f-002618 © Câmara Municipal de Cascais – Casa Reynaldo dos Santos Irene Quilhó dos Santos. Foto: António Novais.

a conceder um canonicato e prebenda e o arcediagado do Vouga (*GRÉGOIRE XI*, 1992-2008: n.º 10882), e Afonso Esteves, cónego prebendado de Coimbra e reitor da igreja de São Pedro da Pederneira, na diocese de Lisboa, a quem o pontífice conferiu o chantrado da Sé de Coimbra (*GRÉGOIRE XI*, 1992-2008: n.º 10888).

O prelado faleceria a 18 de novembro desse ano, escassos três meses após a sua nomeação para o lugar cimeiro da hierarquia da Igreja portuguesa, e curtos cinco meses depois de ter assumido funções como prelado da diocese lisboeta, aí passando sem deixar especial marca ou memória (*CUNHA*, 1635: 193). O local exato e as circunstâncias da sua morte são inteiramente desconhecidos. De igual modo, ignora-se a existência de qualquer testamento que tenha lavrado, de alguma capela ou legado que tenha instituído, ou ainda de sufrágios por sua alma que tenha ordenado em vida. Com certeza, apenas se sabe que o seu óbito marcou o início de um longo interregno na sucessão apostólica em Braga, disputada entre o cabido bracarense e a Cúria avinhonense, com várias eleições declaradas inválidas pelo papado, tendo decorrido mais de dois anos antes de Gregório XI designar um novo arcebispo primaz, em 19 de dezembro de 1373 – D. Lourenço Vicente da Lourinhã (1374-1389) (*MPV* III/1, 172-173).

Tal como se ignora o contexto do seu falecimento, assim também se desconheceu, durante muito tempo, o local onde D. Vasco se encontrava inumado. É de presumir que tenha acabado os seus dias em Coimbra – cidade de onde provavelmente não se terá chegado a ausentar apesar das nomeações para as

dioceses de Lisboa e de Braga. Admitindo-se – como já foi dito anteriormente – que o prelado usasse como armas um escudo com cinco vieiras postas em sautor, parece hoje pacífico identificar a sepultura do bispo D. Vasco com um túmulo desconhecido na Sé de Coimbra, situado na nave do lado do Evangelho, ostentando um jacente bastante mutilado, envergando vestes episcopais e com a cabeça mitrada repousando sobre uma almofada, inserido num arcossólio com a parede revestida de azulejos fitomórficos de padrão hispano-mourisco, e no qual se inscreve uma pedra de armas com o já referido brasão episcopal (DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, 1962; SARAIVA, FERNANDES E MORUJÃO, 2014). Não tendo nunca recebido o pálio relativo às sés de Lisboa e de Braga, o prelado acabou assim sepultado na catedral da última diocese onde exercera, *de jure* e *de facto*, o seu múnus episcopal: Coimbra.

ANDRÉ DE OLIVEIRA LEITÃO
ARMANDO NORTE

Cumpre aqui fazer uma nota de agradecimento ao mestre Anísio Miguel de Sousa Bem-Haja Saraiva pelas muito úteis informações recolhidas sobre D. Vasco, as quais serviram, em grande medida, para a composição da presente biografia.

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: CARDOSO, 1652-1666; CASTRO, 1762-1763; CASTRO, 1902; *ChDP*; *CUP*; CONCEIÇÃO, 1818; CUNHA, 1635; CUNHA, 1642; ESPERANÇA, 1656-1666; FERREIRA, 1724; FLÓREZ, 1747-1775; *GRÉGOIRE XI*, 1992-2008; *MPV*; GONZÁLEZ DÁVILA, 1647; LEAL, 1722; LEAL, 1874; LÓPEZ DE AYALA, 1591; NOGUEIRA, 1942; SALAZAR Y CASTRO, 1696; SOUSA, 1977; *URBAIN V*, 1954-1989; ZÚQUETE, 1961; **Estudos:** CARDOSO, 1985; COELHO E SARAIVA, 2005; CUNHA E SILVA, 2005; DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, 1962; EUBEL, 1913-1914; FERREIRA, 1928-1935; GOMES, 1981; JORGE, 2000b; MARQUES, 1987; “MENESES, D. VASCO DE”, 1945; MORUJÃO, 2009; MORUJÃO E SARAIVA, 2014; OLIVEIRA, 1958; PEREIRA, 1994b; SÁNCHEZ SESA, 1991; SÁNCHEZ SESA, 1999; SARAIVA, FERNANDES E MORUJÃO, 2014; SERRÃO, 1971.

AGAPITO DE COLONNA (1371-1380)

Os Colonna foram uma das mais importantes famílias nobres implantadas na Roma tardomedieval. Dividida ao longo do tempo em diversos ramos, D. Agapito pertenceu aos *Colonna de Palestrina*, beneficiários, em meados do século XIII, da maior parte do património detido até então pelo grupo familiar na urbe (CAROCCI, 1993: 44; KEYVANIAN, 2015: 263). Simultaneamente proprietária na cidade e no termo, os seus membros consolidaram a sua presença nas instituições de poder laico e eclesiástico da cidade, nomeadamente após a ascensão de um dos clérigos das suas relações ao pontificado, com o nome de Nicolau IV (REHBERG, 1999a; REHBERG, 1999b). O retrocesso causado pela perseguição que lhes foi movida pelo papa Bonifácio VIII acabou por não ter seguimento e o grupo familiar manteve a sua influência em Roma ao longo da centúria de Trezentos, não somente graças à projeção política adquirida por alguns dos seus membros, nomeados periodicamente para o ofício de senador romano, mas sobretudo pela capacidade por eles demonstrada em conseguir integrar o Consistório dos papas de Avinhão, numa altura em que este se encontrava cada vez mais povoado por clérigos oriundos do espaço meridional francês (DENIFLE, 1889: 493-452; BARONE, 1991: 73-89; CAROCCI, 1993: 54; PÍO, 2002, 261-287; HOLSTEIN, 2006: 93, 107, 113-114, 136).

É no seio deste grupo familiar, simultaneamente bem radicado em Roma e na Cúria romana, que nasceu D. Agapito de Colonna, algures no início da

Agapito de Colonna

c. 1320	Nascimento
1364-1369	Bispo de Ascoli Piceno
1369-1371	Bispo de Brescia
1371-1380	Bispo de Lisboa
1380	Cardeal-presbítero de Santa Prisca
1380.12.09	Morte

década de 1320. Foi filho de Giacomo Sciarra, o famoso protagonista do “atentado de Anagni” contra o papa Bonifácio VIII e posteriormente governante romano até 1328. Alguns dos membros da família encontravam-se bem inseridos na hierarquia eclesiástica, por altura do seu nascimento. Neste particular, destacam-se as figuras do seu tio Pedro Colonna, ele próprio sobrinho do cardeal D. Tiago Colonna, ambos envolvidos na luta contra Bonifácio VIII, e alvo de exílios forçados entre 1297 e 1305 (DENIFLE, 1889: 493-452; DYKMANS, 1982). Na geração seguinte, D. Agapito pode contar com a presença na hierarquia da Igreja de alguns primos direitos, nomeadamente o cardeal D. João Colonna, assim como D. Agapito e D. Tiago, respetivamente bispos de Luni e de Lombez.

Sendo-lhe atribuído o nome do santo padroeiro da igreja de Palestrina – bastante frequente na designação de diversos elementos masculinos da família –, nada se conhece em concreto sobre a sua juventude. Contudo, com a morte do seu progenitor, em 1328, é plausível que o jovem Agapito tenha obtido refúgio, e beneficiado de uma cuidada formação, junto do seu primo João de Colonna, então cardeal em Avinhão. Com efeito, a corte deste último constituiu um importante centro promotor da cultura humanística então em processo de desenvolvimento, nomeadamente pela integração de figuras como Petrarca (1304-1374) (SANTAGATA, 1988; HOLSTEIN, 2006). Sabe-se que aprendeu latim com o mestre Francesco Manni di Prato Vecchio e que foi discípulo do próprio Petrarca, como este último teve o cuidado de lembrar, em carta que lhe endereçou, em 1359, ao evocar os tempos em que Agapito fora seu aluno, durante os quais estudara de forma diligente (*LETTERE DI FRANCESCO PETRARCA*, 1866: 281; DYKMANS, 1982). A possibilidade de auferir de um tal preceptorado permitiu-lhe adquirir uma sólida formação eclesiástica e clássica, bem expressa no sermão relativo ao dia da Conversão de São Paulo que dele se conservou e no qual Marc Dykmans identificou o emprego e citação de textos de Tito Lívio, Vegécio, Valério Máximo, Séneca, Santo Agostinho e de outros Padres da Igreja, para além dos *Decretos* e de vários textos canónicos originais (BNF, *Ms. Lat 3291*: 1-4; *Col. Baluze*, n.º 66: 163; DYKMANS, 1982). Contudo, fica ainda por provar, de forma cabal, que a lista em português de bens e de livros, lançada em códice conservado no Arquivo Segreto Vaticano e atribuída a D. Agapito por Daniel Williman (ASV, *Reg. Aven.* 91, f. 302v-315v; WILLIMAN E MONFRIN, 1980: 266-268), seja efetivamente sua e não de um bispo de uma Sé portuguesa, como D. Lourenço Rodrigues, bispo de Lisboa entre 1359-1364, atendendo a que ambos estiveram, em meados da centúria de Trezentos, integrados em missões em nome do papa à Lombardia.

É provável que a sua formação humanística tenha decorrido em paralelo com a frequência da Universidade da Cúria – *studium urbis* –, dado que obteve, em 1343, uma dispensa para receber durante sete anos os frutos dos seus benefícios eclesiásticos, sem efetuar a necessária residência (DYKMANS, 1982).

Nessa altura, já D. Agapito tinha recebido o auxílio do seu primo com vista a obter alguns benefícios eclesiásticos, não sendo por isso possível aduzir provas que confirmem a tradição segundo a qual ele teria prosseguido uma carreira leiga ou militar anterior. Não é difícil perceber que esta ideia foi promovida para fundamentar a sua paternidade do futuro pontífice Martinho V, algo que a historiografia já desmentiu de forma convincente (VALOIS, 1896-1902: IV, 405; DYKMANS, 1976: 418-427). Iniciado na carreira “das honras” pelo cardeal seu primo, D. Agapito tornou-se capelão papal e, desde 1342, cónego prebendado de Pádua e de Tours, acrescentando, quatro anos mais tarde, o prebostado de São Martinho de Tours. Não sendo ainda claras as conjunturas específicas de tais promoções, não deixa de ser evidente que estas relacionaram-se com a circulação de benefícios, promovida por D. João Colonna, entre os membros da sua Casa, assim como com a distribuição geográfica dos benefícios ligados ao seu grupo familiar, centrada na Península Itálica, em França e na Flandres (MARTIN-CHABOT, 1920: 137-190; DYKMANS, 1982; HOLSTEIN, 2006: 143).

É provável que a morte do seu protetor em 1348 tenha ditado o regresso de Agapito à Península Itálica, à semelhança do que aconteceu com praticamente todos os familiares do falecido D. João de Colonna. Contudo, permaneceram os laços com estes últimos, a julgar pelo facto de ele ter sido um dos executores apostólicos – designado na altura como cónego de Tours – da graça concedida em 1350 a Louis *Sanctus*, familiar do seu falecido primo e grande amigo de Petrarca (BERLIÈRE, 1905: 17, 42). No ano seguinte, coube-lhe receber duas capelanias perpétuas, uma em Dinant e outro em Liège, às quais juntou o arqui-presbiterado (arcediago) da colegiada de Lonigo, na diocese de Vicenza e o priorado de São Nicolau (DYKMANS, 1982).

O facto de Inocêncio VI ter mencionado que ele estudava Direito Civil há três anos, aquando da sua nomeação para o arcediagado de Bolonha, em 1352 (DYKMANS, 1982; *MPV* III/I: 7), sugere a sua instalação nessa cidade, após a sua saída da Cúria. A sua indigitação para a vice-chancelaria da faculdade de Direito Canónico, faz pensar que teria estudado tanto Direito Civil como Direito Canónico, sendo por vezes designado de licenciado no segundo destes Direitos (WILLIMAN, 1988: 47). Permanecia ainda na Universidade bolonhesa, em 1359, ano em que participou como examinador nas provas de um estudante austríaco que salientou a sua origem nobiliárquica (DYKMANS, 1982; GHIRARDACCI, 1657:

II, 238). Sabe-se, contudo, que a sua estada em Bolonha foi entrecortada com permanências na Cúria avinhonense. Assim aconteceu pouco tempo depois do seu acesso ao arcediagado de Bolonha, uma vez que testemunhou, em 1353, precisamente na cidade de Avinhão, um documento relativo às visitas a efetuar pelo arcebispo de Bourges, curiosamente na companhia de D. Pedro Afonso, bispo do Porto (BAUMGARTEN, 1898: 139-140).

Embora sem dispor de familiares diretos no Consistório neste período, D. Agapito reuniu na sua pessoa um conjunto importante de atributos que o tornavam, a breve trecho, um bom candidato ao episcopado: uma formação cultural certamente cuidada, um conhecimento efetivo dos meandros curiais, uma visibilidade universitária e uma rede de relações tecida por anos de presença curial e pela pertença a uma das mais importantes famílias romanas. Coube a Urbano V explorar as competências de D. Agapito, fazendo-o, em 1363, bispo de Ascoli Piceno. É possível pensar que a sua nomeação para uma diocese situada na Península Itálica foi motivada, em alguma medida, pelas suas origens romanas. Até então diácono, foi ordenado nos inícios de 1364 (DYKMANS, 1982). As informações disponíveis sobre o seu episcopado de seis anos encontram-se há muito recenseadas. Delas se destaca a visita episcopal que efetuou à diocese em 1366 e a consagração da igreja de Santa Maria Assunta no ano seguinte (MARCUCCI, 1766: CCLXXXVII). Seria provavelmente uma das poucas vezes que teria visitado o seu espaço diocesano, dado que ele foi escolhido durante mais de uma década como núncio apostólico pelo próprio Urbano V e pelo seu sucessor Gregório XI (1370-1378).

Não tardou que o primeiro destes dois pontífices o nomeasse como seu núncio para o espaço germânico, razão pela qual o pagamento das taxas devidas pela sua promoção episcopal foi retardado um ano (SCHÄFER, 1937: 63). D. Agapito teve de mediar alguns dos conflitos políticos que aí grassavam entre os diversos “senhores e príncipes da Alemanha”, nomeadamente entre o imperador e o rei da Hungria, ou diversos conflitos de jurisdição eclesiástica, como aquele que envolvera o bispo de Passau e o arcebispo de Salzburgo com os duques de Áustria e da Baviera (LANG, 1903: 550; *VETERA MONUMENTA*, 1860: 64-65; VERWALTUNGS-AUSSCHUSS DER MUSEUMS FRANCISCO-CAROLINUM, 1883: 207-209; Munique, Bayerisches Hauptstaatsarchiv, *Hochstift Passau Urkunden (802-1808)*, n.º 681 e 683).

No ano seguinte, foi a vez de D. Agapito provar o seu valor, desta feita mais perto das suas origens. Nomeado para estabelecer a paz entre a cidade de Génova e um nobre ligado à casa dos Visconti, acabou por intervir em conflitos envolvendo outras cidades italianas (MOSTI, 1984; DYKMANS, 1982; GALLAND, 1998: 205-206,

281). A sua presença em solo itálico acabou por ser benéfica para o governo da sua própria diocese, uma vez que a sua proximidade permitiu-lhe intervir nos assuntos diocesanos da sua esfera de atuação, como se viu anteriormente.

Contudo, o insucesso da missão genovesa não inibiu o papa de o nomear para uma nova missão em terras germânicas, fruto certamente da sua anterior experiência. Desta feita, foi incumbido, em 1368, de fazer cessar o conflito então existente entre o marquês de Brandeburgo e o duque de Áustria (DYKMANS, 1982).

A sua indigitação para a diocese de Brescia, em 1369, teria surgido após esta missão. Ainda que permanecendo nessa altura na Península Itálica – em fevereiro desse ano testemunha em Lucca com o cardeal Guido de Bolonha e o sobrinho deste Roberto de Genebra a instituição de um vigário imperial –, teria sido um prelado ausente, um facto que o levou a governar a diocese através de pelo menos cinco vigários-gerais (*REGESTA IMPERII VIII*, 1877: 391, n.º 4728; DYKMANS, 1982; PAGNONI, 2013-2014: 160, 252).

Essa estada por terras italianas foi uma curta pausa no percurso diplomático de D. Agapito. Rapidamente foi intimado, juntamente com o bispo de Comminges, Bertrand de Cosnac, a promover o entendimento e levar à paz os reis de Aragão, Navarra, Castela e Portugal, os quais atravessavam um importante período de conflitualidade, fruto da guerra civil que então se vivia no reino castelhano. Como acontecia frequentemente nas relações entre o papado e a Península Ibérica, a mediação apostólica tinha como elemento estruturante a promoção da paz entre os reinos ibéricos, em ordem à continuação da luta contra o poder muçulmano (FARELO, 2016). Tal aconteceu com D. Agapito, instigado pelo papa, por bula de 9 de junho de 1370, a pregar a Cruzada, assim que fossem conseguidas as tréguas entre os reis de Castela e de Portugal (*LETTRES SECRÈTES*, 1955: n.º 3107).

Nomeado núncio por Urbano V, em fevereiro de 1370, dirigiu-se a Castela e posteriormente a Portugal, tendo sensibilizado ambos os monarcas para a necessidade da paz, “mostrando-lhes os danos e malles que sse da guerra seguiam a elles e a seus rreinos...”, segundo refere Fernão Lopes (c.1380-c.1460) (*CDF*, cap. LIII, 179). Com a morte do pontífice, foi confirmado na sua missão, em meados de 1371, pelo novo papa Gregório XI, com poder para usar as cartas emitidas pelo seu antecessor no conflito entre Portugal e Castela e, simultaneamente, para procurar a paz entre os reis de Aragão e de Navarra. Apesar de ter conseguido que o rei D. Fernando jurasse nas suas mãos a paz precária obtida através do tratado de Alcoutim, em março desse ano, o certo é que tardava a paz duradoura no conflito entre as Coroas portuguesa e castelhana (*CDF*; MACEDO,

1663: 115; BAPTISTA, 1956: 119, 121; COSTA, 1965: 21-28; SANTOS, 1988: 117; *GRÉGOIRE XI*, 1962-1965: n.º 25, 28; *GRÉGOIRE XI*, 1935-1957: n.º 125).

Com a entrada inglesa no conflito e o recrudescer das animosidades entre Portugal e Castela, a partir do início de 1372, e o consequente arrastamento da situação, o pontífice apelou em maio desse ano a um dos seus mais experimentados legados, o cardeal Gui de Bolonha (1342-1373). Pelo facto de esta nomeação constituir mais uma despesa para o clero hispano, à qual acrescia ainda o pagamento das procurações determinadas pelo papa, em 1371, o sumo pontífice ordenou a D. Agapito que não solicitasse mais procurações por motivo da sua missão, mas que procurasse receber o pagamento das que estavam em dívida (FARELO, 2013b: 90).

Ficando a gestão pontifícia nos assuntos ibéricos sob a tutela do legado (MARTÍN PRIETO, 2016), a missão de D. Agapito foi dada por terminada. Apesar de tudo, esta não deixou de ser importante para a sua carreira, pelo facto de uma das suas consequências ter sido a sua nomeação para a Sé de Lisboa, por bula emitida em 11 de agosto de 1371 (*GRÉGOIRE XI*, 1992-2008: n.º 14548). Provavelmente resultado da conivência de D. Fernando, esta representava uma solução de continuidade, pois, mais uma vez, a cátedra olisiponense encontrava-se provida por um estrangeiro, uma situação recorrente a partir de meados dessa mesma centúria.

Pagos rapidamente, na Câmara Apostólica, os encargos relacionados com esta nomeação, D. Agapito pôde tomar posse da diocese. Contudo, tal como anteriormente, ele foi um prelado pouco presente. No entanto, soube rodear-se de um núcleo de clérigos com experiência na burocracia episcopal de Lisboa nas pessoas de Guilherme Carbonnel, vigário nos últimos anos do episcopado de D. Teobaldo de Castillon; de João de Soure, antigo oficial do bispo D. Lourenço Rodrigues e de Roberto Anes Brunier. Entre 1372 e janeiro de 1380, ambos asseguraram o essencial da gestão burocrática do bispado, permitindo que a oficialidade episcopal usufruísse, na altura, de uma grande estabilidade no corpo dos seus dirigentes (FARELO, 2003: I, 489). Para a gestão dos seus negócios “particulares”, D. Agapito pôde contar com um seu compatriota, João de *Ripalta* e, no final da sua vida, com o clérigo Guido Insard (FARELO, 2003: II, 231-234). Enquanto este último se encontrava em Lisboa desde os meados da centúria, já o primeiro havia acedido ao cabido olisiponense pela mão do prelado, que o havia nomeado para a igreja de São Martinho de Santarém. Para o efeito, Gregório XI intimou o oficial de Lisboa a examiná-lo no reino, de modo a comprovar que ele dispunha dos requisitos necessários para aceder ao referido benefício (*GRÉGOIRE XI*, 1992-2008: 353, n.º 44289).

Apesar de pouco presente, a sua estada em Portugal permitiu-lhe travar conhecimento com alguns *grandes* do reino, como Álvaro Peres de Castro, conde de Arraiolos, que o apelida de “seu amigo” (TT, *Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, mç. 5, n.º 212). Contudo, não se encontra devidamente provada a aceção, desenvolvida a partir do século XVI pelos nobiliários portugueses e corrente ainda hoje, de que a sua descendente Cecília Colonna casou, algures na segunda metade do século XIV, com Rodrigo Anes de Sá, uma ideia aliás retomada, aparentemente sem qualquer base documental, por aqueles que vêm na figura de Cristóvão Colombo um Colonna (BARRETO, 1992: 500; SILVA E SILVA, 2013: 78; SOVERAL, 2003; MONTEIRO, 2000: 73-154).

Auxiliado por um corpo de oficiais experiente que assegurou o governo da diocese lisiponense, D. Agapito continuou a sua senda diplomática. Na ressaca da missão ibérica, Gregório XI nomeou-o, uma vez mais, como seu núncio à Alemanha, à Boémia e à Hungria. Talvez por isso, não pôde supervisionar, em pessoa, o envio a Avinhão, em finais de 1372 ou em inícios do ano seguinte, de 14 000 peças de ouro presumivelmente geradas a partir dos seus rendimentos episcopais na diocese lisiponense. Esse envio é conhecido graça às peripécias que envolveram o seu transporte. Com efeito, o procurador de D. Agapito, responsável pela remessa, acabou por morrer, no decurso do naufrágio do navio genovês em que seguiam, ocorrido em águas aragonesas. A rogo do papa, o rei e a rainha de Aragão, o duque de Gerona e Tiago de Roma, familiar e procurador de D. Agapito, foram intimados, em abril de 1373, a entregarem a referida soma aos três procuradores do bispo: Salvador de Jerpo, cónego de Gerona; Lippo Sold, mercador de Barcelona e Francisco Tegarii de Florença. Dois meses mais tarde, a preciosa carga encontrava-se, por motivos que não são esclarecidos, na posse das autoridades genoveses, razão pela qual é dirigido ao duque, bispo e comuna de Génova um novo pedido de devolução das peças de ouro (GRÉGOIRE XI, 1962-1965: n.º 1694, 1958-1959).

Este exemplo, para além de mostrar que D. Agapito manteve a *praxis* de transferir o dinheiro de Portugal para Avinhão, pela via genovesa iniciada alguns anos antes, ilustra a abrangência das suas relações, em grande medida tecidas ao longo da sua carreira diplomática e nas quais participavam igualmente alguns dos seus apaniguados, à semelhança do clérigo de Tournai João de Broube alias Deriche, identificado na condição de auxiliar do prelado nas suas missões em 1378 (MPV II, 3).

O litígio que D. Agapito então mantinha com o seu sobrinho homónimo, e demais herdeiros de Estêvão Colonna, sobre o castelo de onde a família retirou o seu nome (GRÉGOIRE XI, 1962-1965: n.º 870), não o impediu de prosseguir a

sua carreira diplomática. Como se viu, mal saiu da sua missão ibérica, o papa destinou-o a uma nova viagem com destino ao espaço germânico. Sabe-se que esta se encontrava em plena preparação durante o mês de outubro de 1372, quando o pontífice lhe concedeu um salvo-conduto e lhe conferiu a remuneração diária de 8 florins, aumentada para 10 florins em março de 1373. Durante os 18 meses seguintes, D. Agapito interveio, nem sempre com sucesso, nos diferendos que então opuseram os reinos da Hungria e da Sicília, ou o rei da Boémia ao marquês de Brandeburgo e o duque da Baviera, em paralelo com a pregação da Cruzada contra o Turco, que o imperador não parece ter apreciado particularmente (*GRÉGOIRE XI*, 1962-1965: n.º 218, 1134-1135, 1139, 1538, 1561, 1564-1567, 1627, 1650, 1657, 1980, 2083, 2332, 2142, 2393-2394; *VETERA MONUMENTA*, 1860: 127-129, n.º 257-260).

Finda a sua missão, nos inícios de 1374, não é impossível que ele tivesse voltado a Portugal, uma vez que Gregório XI recomendou-o ao rei D. Fernando e à rainha D. Leonor, por bula de 24 de janeiro de 1374, um sinal de que a sua Igreja estaria muito provavelmente a ser objeto de usurpações, porventura de natureza fiscal ou jurisdicional (*GRÉGOIRE XI*, 1962-1965: n.º 2439; DYKMANS, 1982).

Se chegou a vir a Lisboa, a sua estada foi curta. Com efeito, estaria no ano seguinte na Cúria, e não é impossível pensar que ele se tenha aí defendido, nessa ocasião, de um processo chegado à Rota pelas mãos do vigário e dos raçoeiros da colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa, pertencente ao seu padroado, os quais se agravavam do facto de ele ter aumentado o número de porções aí disponíveis (TT, *Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, mç. 5, n.º 226, 232). A consequente diminuição dos rendimentos do vigário e dos raçoeiros pesava menos na cabeça do prelado do que a possibilidade de aí integrar as suas clientelas. De igual modo, atesta-se então o seu envolvimento em diversos assuntos de natureza eclesiástica por mandados apostólicos relacionados com dioceses e clérigos da Península Itálica (*GRÉGOIRE XI*, 1962-1965: n.º 3197, 3555, 3601).

Seja como for, não tardou que D. Agapito voltasse a Lisboa, no decurso do ano de 1376 (ENCARNAÇÃO, 1759-1763: 327). Assumindo as suas prerrogativas de Ordinário, é ele que, em maio desse ano, autorizou em pessoa o escambo de propriedades entre a colegiada de Santa Marinha de Lisboa e o Conde João Afonso Telo e que, no mês seguinte, concedeu ordens de epístola a Gomes Martins, abade de Correlhã (TT, *Santa Marinha do Outeiro de Lisboa*, mç. 7, n.º 264; CUNHA, 1642: 263). A sua estada não deixa de assumir um importante *facies* “correcional”. À semelhança do que aconteceu no início do episcopado de Reginaldo de Maubernard, duas décadas antes, também ele obteve o indulto de

poder visitar e corrigir os institutos eclesiásticos da sua diocese, mesmo aqueles que se reclamavam isentos da jurisdição episcopal (*GRÉGOIRE XI*, 1992-2008: 355, n.º 44301). A ideia de “correção” associada à sua vinda é igualmente reforçada por uma singular benesse que o papa lhe concedeu nessa altura: o poder de nomear, ainda que só por uma vez, um franciscano como inquisidor em Portugal, fruto da crescente disseminação da heresia no reino, segundo a argumentação avançada pelo pontífice (MONTEIRO, 1750: 349; HERCULANO, 1979-1981: I, 18; LEA, 1888: 530). Sob esse pano de fundo, torna-se plausível que datem desse período os Estatutos dados ao cabido da Sé de Lisboa, sobre os quais se sabe que versavam, entre outros aspetos, sobre a assiduidades dos respetivos membros ao Ofício Divino, assim como sobre as celebrações de bodas e enterramentos (CUNHA, 1642: 264v; FARELO, 2003: I, 24, 45-46, 54).

Desconhece-se quanto tempo permaneceu em Lisboa. Teria passado a Roma ainda durante esse ano, ou já em 1379, uma vez que é aí que o encontramos, no início do Grande Cisma, a desempenhar um papel importante durante a nomeação de Urbano VI. Sendo o seu envolvimento nos acontecimentos por demais conhecido (GAYET, 1889: I, 94-95, 124, 251-252, 258, 347, 353, 356, 401, 420; II, 62-64, 109, 214; *MPV* III/1, 10, 12-13, 17, 19, 38, 45, 57, 59, 61-62, 65-70, 80-81, 84, 89, 98-102, 112-114, 119, 121-122, 131-136, 142, 150, 212; DYKMANS, 1982), importa sublinhar que, como um dos poucos romanos próximos do Consistório, D. Agapito acabou por se transformar num garante da segurança dos cardeais, nomeadamente de Roberto de Genebra, futuro Clemente VII, de quem era capelão e a quem forneceu guarida no seu castelo de Zaragolo (*MPV* III/1, 61, 80; *COSMIDROMIUS GOBELINI*, 1900: 79-80; JAMME, 2005: 438).

Apesar da sua presença em Roma, manteve o contato com Portugal, tendo sido ele quem enviou a notícia ao rei D. Fernando da eleição pontifícia de Urbano VI (VALOIS, 1891: 486; *MPV* III/1, 10; BAPTISTA, 1956: 70). Procedeu igualmente ao envio, pouco tempo depois, do seu sobrinho *Lello Palumbário* à Península Ibérica, como ele próprio afirmou em carta enviada a Urbano VI, em 1380 (SEIDLMAYER, 1940: 321-322; REHBERG, 1998-1999: 107; *MPV* III/1, 10).

D. Agapito tornou-se assim um dos homens de mão do papa. Ganhou espaço na Cúria, como indicia a sua participação no processo de canonização de Santa Brígida (*SVENSKT DIPLOMATARIUM*, 2014: 902-903 e 914-915) e, quando o pontífice ficou isolado com o êxodo da quase totalidade dos cardeais que o tinham elegido, D. Agapito, tal como o seu irmão D. Estêvão Colonna, foi incluído na promoção de cardeais levada a cabo, em 1379, por Urbano VI, a 18-19 de setembro ou a 13 de outubro, segundo D. Rodrigo da Cunha (VALOIS, 1896-1902. I, 159; COCHIN, 1908: 369; MACEDO, 1663: 120; CUNHA, 1642: 264).

Segundo o testemunho do embaixador castelhano Álvaro Martins, que com ele falou em Roma, D. Agapito não aceitou logo a eleição (*MPV* III/1, 8, 277). Fê-lo pouco depois, adotando o título presbiteral de Santa Prisca. Com tal decisão, a diocese de Lisboa entrou definitivamente em vacatura, embora se mantivessem em funções ao nível diocesano os oficiais por ele nomeados.

As suas ligações internacionais continuaram a ser exploradas pelo pontífice romano, sendo em nome deste último que D. Agapito escreveu ao arcebispo de Cantuária, ao cabido da abadia de Bury Saint Edmunds e ao coletor apostólico, a propósito da concessão da referida abadia a um Edmund Bromfield (*THE CHRONICA MAIORA*, 2005: 102-103; HARVEY, 2004: 162-164). Fruto dessa ligação com o mais importante reino da obediência romana, D. Agapito recebeu autorização do rei inglês Ricardo II para poder nomear procuradores e rendeiros para o arcediagado de Durham que o papa lhe havia concedido (*PUBLIC OFFICE RECORDS*, 1895: 549).

Contrastando com esta acumulação de benefícios e rendimentos eclesiásticos por parte do prelado, não deixa de causar perplexidade o rumor que então se disseminou na Cúria sobre a sua “pobreza”. Assim o atesta o alquimista Leonardo de Maurperg, que refere depender D. Agapito da venda de receitas de alquimia para a sua sobrevivência (CORBETT, 1936: 137). O próprio D. Agapito não se coibiu de referir no relatório enviado ao papa, em 1380, que não poderia voltar a Roma, porque “não tinha do que viver”. Desconhecemos o contexto destas informações e da provável insatisfação de D. Agapito face às fontes de rendimento que tinha disponíveis. Mas o episódio quase anedótico que o faz cruzar-se com o alquimista atesta o seu interesse por áreas do saber alvo da tradicional suspeita da Igreja.

Seja como for, o novo cardeal continuou ao serviço da diplomacia pontifícia, tendo sido escolhido por Urbano VI como um dos seus núncios. Enviado em inícios de 1380 para pacificar o conflito entre Génova e Veneza, não chegou a desempenhar na totalidade a sua missão, dado que o pontífice nomeou-o entretanto como seu legado a Aragão (MACEDO, 1663: 122; MURATORI, 1900-1965: 21-22, 26, 82, 92). Entrado em Roma para preparar a missão, elaborou o seu testamento, a 12 de dezembro de 1379, no convento dominicano de Arezzo, quase um ano antes da sua morte, fixada por António de Macedo no dia 9 de dezembro de 1380 (MACEDO, 1663: 122; REHBERG, 1998-1999: 141). Do seu testamento, atualmente conservado na Biblioteca Apostólica Vaticana (*Archivio Santa Maria Maggiore*, cart. 70, n.º 144; REHBERG, 1998-1999: 107), foram há muito publicadas as informações sobre a escolha da sua última morada e as medidas que tomou para perpetuar a sua memória. Escolheu para o efeito a basílica romana de Santa

Maria Maior, nessa altura um autêntico panteão dos Colonna, na qual estabeleceu duas capelas, situadas a meio da nave da igreja, diante do tabernáculo do famoso ícone bizantino mariano dos séculos V ou VI designado de *Salus Populi Romani*, igualmente conhecido como a *Virgem da Neve* ou de São Lucas. Aí acabou por ser sepultado, não sendo seguidas as outras sugestões de locais de exumação consideradas no testamento pelo próprio D. Agapito: o altar-mor diante do corpo do cardeal D. Tiago de Colonna, junto à sepultura do cardeal Pedro ou na capela de Nicolau IV. Para levar a cabo as suas derradeiras vontades, nomeou sete executores testamentários, nas pessoas dos cardeais de São Marcos (João Fieschi), de São Marcelo (Bartolomeu Mezzavacca) e de Sta. Cecília (Bonaventura Badoaro de Peraga), assim como do cavaleiro Landulfo de Colonna, do licenciado em Leis Francisco *Guidonis*, do cônego de São Pedro de Roma Francisco de Tosti e da sua irmã Andreia, monja de São Silvestre. Coube a Landulfo, como detentor dos bens do falecido, prover em 1387 ao pagamento dos referidos capelães (*SUPPLEMENTUM NOVUM*, 1729: 142; LANCIANI, 1897, 448-449; FERRI, 1907: 151; BIASIOTTI, 1915: 36; GIANANDREA, 1999: 71; ISRAËLS, 2003: 120; REHBERG, 1999a).

O seu epitáfio, provavelmente elaborado pelos seus testamenteiros, fazia menção da sua singular extração familiar, da sua carreira diplomática



Fig. 75. Testamento de D. Agapito de Colonna, 1379 dezembro 9, pergaminho. Vaticano, BAV, Archivo Santa Maria Maggiore, cart. 70, n.º 144. ©BAV



Fig. 76. Sepultura de D. Agapito de Colonna, último quartel do século XIV, pedra. Roma, Basílica de Santa Maria Maior, nave central. ©Cabido da Basílica de Santa Maria Maior. Foto: Foto Gioberti S.r.l.

e do fulgurante percurso ao serviço da Igreja que havia culminado com a sua promoção cardinalícia: “que naquela piquena sepultura jazia Agapito, honra de seus avôs, que por seus merecimentos alcançara a dignidade de cardeal & que se embarcára muitas vezes feito soldado, ocupação em que o tomara a morte” (CUNHA, 1642: 264; FORCELLA, 1877: 18, entre muitos outros).

Contudo, tenha-se presente que a sua memória não perduraria somente na basílica romana, mas também em Portugal através do estabelecimento de pelo menos dois aniversários na colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa, um a 2 de dezembro e um outro a 10 de março, este último estabelecido, em 1386, pelo seu antigo procurador Guido Insard (TT, *Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, mç. 6, n.º 278, 294; FARELO, 2003: II, 231-234). Apesar da ausência recorrente da diocese, garantia-se assim que D. Agapito seria perpetuamente lembrado como um dos prelados da Igreja de Lisboa.

MÁRIO FARELO

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: BAUMGARTEN, 1898; CDF; *THE CHRONICA MAIORA*, 2005; *COSMIDROMIUS GOBELINI*, 1900; CUNHA, 1642; ENCARNÇÃO, 1759-1763; FORCELLA, 1877; GHIRARDACCI, 1657; *GRÉGOIRE XI*, 1935-1957; *GRÉGOIRE XI*, 1962-1965; *GRÉGOIRE XI*, 1992-2008; LANG, 1903; *LETTERE DI FRANCESCO PETRARCA*, 1866; *LETTRES SECRÈTES*, 1955; MACEDO, 1663; MPV; MARCUCCI, 1766; MURATORI, 1900-1965; PUBLIC OFFICE RECORDS, 1895; *REGESTA IMPERII VIII*, 1877; SANTOS, 1988; SCHÄFER, 1937; *SUPPLEMENTUM NOVUM*, 1729; *SVENSKT DIPLOMATARIUM*, 2014; VERWALTUNGS-AUSSCHUSS DER MUSEUMS FRANCISCO-CAROLINUM, 1883; *VETERA MONUMENTA*, 1860; *THE WESTMINSTER CHRONICLE*, 1982; WILLIMAN E MONFRIN, 1980; **Estudos:** BARONE, 1991; BAPTISTA, 1956; BARRETO, 1992; BERLIÈRE, 1905; BIASIOTTI, 1915; CAROCCI, 1993; COCHIN, 1908; CORBETT, 1936; COSTA, 1965; DENIFLE, 1889; DYKMANS, 1976; DYKMANS, 1982; FARELO, 2003; FARELO, 2013b; FARELO, 2016; FERRI, 1907; GALLAND, 1998; GAYET, 1889; GIANANDREA, 1999; HARVEY, 2004; HERCULANO, 1979-1981; HOLSTEIN, 2006; ISRAËLS, 2003; JAMME, 2005; KEYVANIAN, 2015; LANCIANI, 1897; LEA, 1888; MARTÍN PRIETO, 2016; MARTIN-CHABOT, 1920; MONTEIRO, 1750; MONTEIRO, 2000; MOSTI, 1984; PAGNONI, 2013-2014; PIO, 2002; REHBERG, 1998-1999; REHBERG, 1999a; REHBERG, 1999b; SANTAGATA, 1988; SEIDLMAYER, 1940; SILVA E SILVA, 2013; SOVERAL, 2003; VALOIS, 1891; VALOIS, 1896-1902; WILLIMAN, 1988.

JOÃO DE AGOULT

(1378-1380)

(Obediência a Roma e depois a Avinhão)

D. João de Agoult (ou Agout) pertenceu a uma antiga família da nobreza provençal, originária de um burgo situado na diocese de Cavaillon, no Sul de França. Segundo a tradição historiográfica, foi neto de Raimundo d'Agoult, Grande senescal da Provença, filho de Foulques d'Agoult, senescal da Provença e camareiro-mor do reino de Nápoles (1370), irmão de Raimundo d'Agoult, igualmente camareiro-mor de Nápoles e de Foulques d'Agoult, Grande Senescal da Provença (PAPON, 1777: 237; COURCELLES, 1822-1833: VII, 23-28). Em paralelo, uma tradição mais recente perspetiva a sua identificação com os Agouts, senhores de Cabrières e da cidade des Tours d'Aix, originária dos Porcelet, uma antiga família da nobreza provençal com raízes no serviço ducal (AURELL, 1990-1991; *LES OBITUAIRES*, 2010).

Ainda que sejam poucas as certezas sobre a sua inserção familiar específica, as hipóteses apresentadas salientam uma mesma ligação ao serviço da Casa de Anjou na Provença, ao longo da segunda metade do século XIV. Nesta perspetiva, não admira que, uma vez ingressado na carreira eclesiástica, as suas solidariedades familiares e clientelares o tenham orientado para uma carreira benéfica no território provençal, como se atesta pela posse do prebostado de Riez entre 1370 e 1379, sendo então clérigo de ordens menores (PÉLISSIER, 1894: 364; ALBANÈS E CHEVALIER, 1899-1900: I, col. 648).

A sua ligação umbilical à Casa de Anjou justificará, como veremos, a sua mudança de obediência de Roma para Avinhão, acompanhando os (re)posicionamento políticos da dinastia angevina. Perante um tal percurso e uma tal

João de Agoult

?	Nascimento
1378-1380	Bispo de Lisboa
1380-1394	Arcebispo de Aix-en-Provence
1394.09.19	Morte

inserção geográfica, a explicação do seu vínculo ao bispado de Lisboa carece de um estudo cuidado.

Deveu-se a D. Rodrigo da Cunha a inserção de D. João de Agoult no episcopologio lisiponense, através de um capítulo a ele dedicado na sua *História Ecclesiastica da Igreja de Lisboa* (CUNHA, 1642: 264-264v). Escrevendo numa época em que o arquivo capitular ainda não tinha perecido sob os efeitos do Terramoto de 1755, o texto foi arquitetado em torno de uma descrição retrospectiva dos acontecimentos, apresentada por Urbano VI na bula de nomeação do bispo João Anes Escudeiro, presumivelmente datada de 1384-1385.

Segundo as informações que o autor afirma ter retirado da referida bula, o bispo D. Agapito havia sido libertado por Urbano VI do vínculo que o ligava a Lisboa, tendo sido nomeado em sua substituição um clérigo de nome João, apelidado no documento de *Aquensis*. Contudo, antes que lhe tivessem sido passadas as respetivas cartas de provimento, este havia sido nomeado bispo de Aix, hoje Aix-en-Provence. Por isso, a cátedra foi devolvida em comenda ao bispo D. Agapito, que a manteve até à sua morte, antes da mesma ter sido concedida a um outro João, que o autor declara não ser o futuro primeiro arcebispo de Lisboa (CUNHA, 1642: 264-264v). Deixando de parafrasear o documento apostólico, o autor procurou de seguida salientar a ligação de João à diocese: indicou que ele reteve o bispado de Lisboa durante quase dois anos e que chegou a nomear Marcos Nicolau como vigário-geral na cidade, conforme registado em carta de 20 de agosto de 1382. Remata o autor que a promoção de João ao arcebispado – e não ao bispado como anteriormente referido – de Aix-en-Provence teve lugar a 25 de fevereiro de 1383 (CUNHA, 1642: 264v).

O texto de D. Rodrigo da Cunha tornou-se rapidamente a fonte de referência preferencial – e mesmo única em muitos dos casos – para aqueles que desde o século XVIII se debruçaram sobre o episcopologio medieval de Lisboa (SYLVA, 1730: 125; CASTRO, 1762-1763: III, 199; CONCEIÇÃO, 1818: 32-33; LOPES, 1848: 226). A esse nível, não se sentiu o impacto do episcopologio de Conrad Eubel, constituído essencialmente a partir dos registos da chancelaria apostólica, no qual nada consta sobre a passagem de D. João de Agoult por Lisboa (EUBEL, 1913-1914: I, 507). Acrescendo a isto a incapacidade de historiadores tão bem informados quanto António Domingues da Sousa Costa para aduzirem novas fontes de informação sobre a sua permanência na cátedra lisiponense, é pela via de D. Rodrigo da Cunha ou dos seus émulo que o bispo Agoult continua a fazer a sua entrada nos episcopologios medievais portugueses mais recentes (GAMS, 1857: 104; ALMEIDA, 1967-1971: I, 511-512; OLIVEIRA, 1994b: 93, 307; JORGE, 2000b: 139).

Apesar do seu sucesso historiográfico, tanto antigo como recente, os argumentos apresentados pelo arcebispo-historiador merecem um reparo. Não somente a referência a Marcos Nicolau é uma corruptela do nome do vigário-geral Paio Nicolau, que nesse mesmo mês de agosto de 1382 dirigia o tribunal episcopal em nome do bispo D. Martinho Anes de Zamora (1379-1383) (MPV III/1, 261, nt. 221a e 313), como D. Rodrigo da Cunha declara no capítulo dedicado a este último que a promoção cardinalícia de D. Agapito teve lugar em 1376 (CUNHA, 1642: 265v), quando na realidade a mesma ocorreu dois anos mais tarde.

Deixando de lado os argumentos apresentados, as informações carreadas por D. Rodrigo da Cunha sobre a sucessão dos acontecimentos, no âmbito da nomeação episcopal a Lisboa de João de Agoult, são ainda assim plausíveis. Com efeito, este situa o início do processo na promoção cardinalícia de D. Agapito, ou seja, em setembro de 1378, após o isolamento do papa Urbano VI e a necessidade de prover um novo Consistório, devido à obediência da quase totalidade dos seus antigos cardeais ao recém-eleito Clemente VII, que se fixa em Avinhão. Nessa data, as relações entre o pontífice romano e Luís, duque de Anjou ainda não se tinham deteriorado, pelo que a nomeação de um familiar ducal como João de Agoult (MIROT, 1897: 125) para a cátedra de Lisboa poderia ter funcionado como uma *captatio benevolentiae* do papa face ao duque.

E porquê Lisboa? Para além da referida Sé se encontrar em vacatura pela promoção cardinalícia de D. Agapito, o reino de Portugal não seria então de todo desconhecido do duque. Com efeito, os anos de 1377 a 1380 assistiram ao estreitar das relações diplomáticas entre Portugal e a Casa de Anjou, com vista ao estabelecimento de uma aliança comum contra o reino de Aragão (VALOIS, 1891: 492; ARNAUT, 1960: 128). Não é impossível que, nesse âmbito, João de Agoult tenha porventura realizado uma deslocação a Portugal, embora não se detete a sua presença no reino aquando das diversas embaixadas conhecidas, nomeadamente daquela que os procuradores ducais Arnaut de Espanha, senhor de Montespain e senescal de Carcassone, Raymond Bernard le Flamenc e João Forest efetuaram a Portugal, no final do mês de abril de 1378, e sobre a qual subsiste uma importante e detalhada memória (“INSTRUCTIONS”, 1787: 356-357; LECOY DE LA MARCHE, 1892: 416-439; VALOIS, 1891: 493; SANTARÉM, SILVA E LEAL, 1842-1869: III, 31-34; MPV III/1, 10; COVILLE, 1938-1939: 330-333).

Contudo, podemos supor que esta eleição de João de Agoult não vingou, pelo facto da Casa de Anjou ter passado a favorecer o papa de Avinhão, Clemente VII, a partir dos finais de 1378 (VALOIS, 1896-1902: I, 148-149). Esta mudança de obediência foi bastante prejudicial para o partido urbanista, desde logo pela

crescente dificuldade em fazer chegar os seus enviados à Península, como aconteceu, em fevereiro de 1379, com a captura por forças francesas e angevinas do arcediago de Barroso (VALOIS, 1891: 490; *MPV* III/1, 265). Nesta conjuntura, é natural que João de Agoult tenha adotado a obediência clementina, uma mudança que lhe possibilitaria uma nova capacidade de intervenção na Cúria estabelecida em Avinhão. Face a esta mudança, é lógico que Urbano VI não tenha efetivado a redação das respetivas bulas – como informa D. Rodrigo da Cunha – e tenha considerado improcedente a nomeação efetuada, razão pela qual devolveu a referida cátedra de Lisboa em comenda a D. Agapito.

A confirmação desta hipótese é fornecida pelo testemunho do clérigo Domingos Dominguetta, apresentado em 1394 a Bonifácio IX. Suplicando nessa altura ao pontífice urbanista uma dispensa por ter sido sequaz clementino, o referido clérigo – por sinal bem conhecido em Lisboa (FARELO, 2003: II, 169-172) – conta que havia acompanhado à Cúria de Clemente VII, no início do Cisma (1378-1417), o bispo de Lisboa João, que se intitulava *legatus* do rei D. Fernando (“*dudum in primordiis instantes scismatis, cum quodam Johanne, antiepiscopo Ulixbonensi pretense legato quondam Fernandi, regis Portugalie et Algarbii Avinione ad antipapam, ex precepto ipsius regis seu dicti pretensi legati accessisset*”) (*MPV* II, 394).

Perante este testemunho, confirma-se que D. João de Agoult tinha declarado a sua obediência a Clemente VII e permanecia na Cúria avinhonense, presumivelmente desde os finais de 1378 ou inícios de 1379, intitulando-se simultaneamente bispo de Lisboa e representante de D. Fernando. No entanto, a sequência dos acontecimentos mostra que D. João de Agoult não obteve, da parte de Clemente VII, a desejada confirmação do bispado lisiponense, dado que o pontífice preferiu para aí transferir, em fevereiro de 1379, Martinho Anes de Zamora, aproveitando a reserva apostólica que havia lançado sobre todos os bispados vacantes na Cúria, na qual se contava a cátedra de Lisboa, então vaga pela deposição que o papa clementino fizera de D. Agapito (*MPV* III/1, 262-263, nt. 222; BAPTISTA, 1956: 79).

Ainda que Fernão Lopes tivesse feito depender a promoção de D. Martinho Anes de Zamora da ação de um clérigo, Gonçalo Vasques, e da sua vontade em obter o priorado de Guimarães que havia pertencido ao próprio prelado (*CDJI*: parte I, cap. II, 24) e não da vontade expressa do monarca em beneficiar um dos seus mais importantes privados, certo é que D. João de Agoult teria deixado de contar para o monarca lusitano. Aliás, uma ideia que está em linha com as dúvidas suscitadas por Domingos Dominguetta, no documento anteriormente citado, que o apelidara de suposto legado (*pretense legato*).

Contudo, a nomeação de D. Martinho Anes de Zamora não deixava de colocar um problema, a saber, a existência simultânea de três bispos de Lisboa: o urbanista D. Agapito, que permanecia em Roma; D. João de Agoult, que permanecia na Cúria de Avinhão sem aparentemente qualquer reconhecimento da parte do pontífice avinhonense; e D. Martinho Anes de Zamora, residente em Portugal e promovido por Clemente VII, mas sem possibilidade de tomar posse da diocese. De forma a resolver – ou pelo menos a minorar – esta situação, D. Fernando jogou a carta da neutralidade do reino e manteve o *status quo* com a permanência em funções dos representantes de D. Agapito, os quais se encontravam à frente da burocracia episcopal da cidade, desde o início da década de 1370 (MPVIII/1, 258).

Mediante esta escolha, foi difícil aos dois outros prelados prosseguirem na sua estratégia de tomada de posse da diocese. Relativamente a D. Martinho, a investigação disponível – geralmente assente nas asserções de D. Rodrigo da Cunha – tem salientado a sua rápida promoção à cátedra, alicerçada na referência a Paio Nicolau como seu vigário-geral em documento de 5 de maio de 1379 (CUNHA, 1642: 265v). Na verdade, uma crítica das informações existentes aponta claramente em sentido inverso, a saber, da sua clara incapacidade em fazer avançar o seu processo de entronização ao longo de todo o ano de 1379. Assim, é impossível a identificação anteriormente aludida, à luz da presença coeva dos vigários-gerais de D. Agapito em Lisboa e do exercício de Paio Nicolau como vigário-geral de D. Martinho na mesma diocese, registado somente a partir de janeiro do ano de 1380, quando D. Fernando pende para a obediência avinhonense (MPVIII/1, 261, nt. 221a; 312). Para além disso, as comissões apostólicas que lhe são atribuídas ao longo do ano, já como bispo de Lisboa, são inconclusivas. Por um lado, porque tais encargos não obrigavam que D. Martinho tivesse a posse da diocese. Pelo outro, porque a datação das mesmas pode não estar correta, não sendo inverosímil que possam ter sido antedatadas pela chancelaria apostólica, como propõe António Domingues de Sousa Costa (BAPTISTA, 1956: 85; MPVIII/1, 320).

Quanto a D. João de Agoult, é provável que ele quisesse a todo o custo “manter o vínculo” a Lisboa. Desconhecendo-se qualquer informação sobre a sua ligação na altura à diocese portuguesa, sabe-se no entanto que ele se identificava nos meandros curiais e junto das suas redes de solidariedade durante o ano de 1379 e nos inícios de 1380 como *vlixbonensis episcopus*. Esta última ideia leva a concluir da possibilidade de antedatação da carta pela qual Clemente VII o nomeou arcebispo de Aix, consignada no registo pontifício com a data de 1 de junho de 1379. Na verdade, esta data é significativa e não não teria sido escolhida

ao acaso, uma vez que a bula é datada de Nice, do dia em que o papa se apressou a chegar a Avinhão, vindo da Península Itálica e após uma breve estada na referida cidade de Aix (SAINTE-MARTHE, 1731: xxxii; VALOIS, 1896-1902: I, 176; ALBANÈS E CHEVALIER, 1899-1900: I, col. 92-93 e parte Instr., col. 67-68, n.º LX e COULET, 1975: 207), aproveitada pelo pontífice para resolver os últimos casos litigiosos envolvendo as nomeações episcopais às sés provençais (VENTURINI, 1990: 39). Para além disto, a nomeação de D. João de Agoult – membro de uma das mais importantes famílias da Provença do serviço ducal – tornou-se igualmente uma nomeação “política”, com vista a consolidar a influência da Casa de Anjou junto das instâncias governantes da Provença, no âmbito do conflito então em pleno desenvolvimento entre angevinos e provençais.

Plasmada em bula muito provavelmente antedatada, a sua nomeação à arquidiocese de Aix teria ocorrido, de facto, algures durante o ano de 1380. Torna-se, assim, lógico que Agoult fosse conhecido, nos meandros curiais e ao longo do ano anterior, com a única dignidade que possuía, por sinal concedida por Urbano VI – a de bispo de Lisboa.

Desta forma, julgamos que é ele o destinatário de uma carta enviada ao bispo de Lisboa pelo duque de Anjou durante o outono de 1379, segundo a datação crítica estabelecida pelo seu editor, Júlio César Baptista (BAPTISTA, 1956: 186-187; SÁNCHEZ SESA, 1999: 754; SÁNCHEZ SESA, 2004: 448). Associada, por este e outros autores, à figura de D. Martinho Anes de Zamora (PEIXOTO, 1998: 335-336), a missiva não suscitou o interesse dos investigadores, nomeadamente de António Domingues de Sousa Costa, que dela se limitou a sumariar brevemente o conteúdo, e de Salvador Dias Arnaut, que a associou simplesmente à questão do casamento de D. Beatriz, filha do rei D. Fernando com D. João I de Castela, no âmbito da sucessão ao trono português, após a morte d’*O Formoso* (MPV III/1, 249; ARNAUT, 1960: 129-130). Ora, a associação do destinatário à figura de D. João de Agoult torna o seu clausulado mais plausível e permite perceber algumas das suas “tarefas” na Cúria. Com efeito o duque trata o destinatário da sua missiva como “*episcopo lixibonensi* (sic), *amico nostro caríssimo*”, um superlativo que não se justifica como um mero efeito de escrita, mas que deverá traduzir uma relação próxima com o referido clérigo. Segundo o documento, o duque Luís fora informado pelo seu conselheiro Bernardo Flamigi dos bons serviços que o prelado lhe tinha prestado e da amizade que continuamente lhe manifestava. Pedia-lhe que prosseguisse, certamente na Cúria, a questão do casamento entre o duque e a filha do rei de Portugal e prometia-lhe, de igual modo, uma intercessão efetiva em seu favor junto de Clemente VII. Este último elemento é importante para o caso em apreço, pois reforça a ideia de que

D. João de Agoult não tinha sido ainda provido na arquidiocese de Aix no momento da sua redação, para além de sugerir que essa nomeação constituiu, afinal, o resultado da intercessão que o duque se diz disposto a solicitar em seu favor ao pontífice avinhonense.

A identificação de D. João de Agoult como bispo de Lisboa terá perdurado pelo menos até ao fim do primeiro trimestre de 1380. Em carta extraída dos volumes deixados por Étienne Baluze, hoje conservada na Biblioteca Nacional de França, datada de Avinhão, do dia 15 de março, *J(ohannes) Vlixbonensis Episcopus* declara ao arcebispo de Trani não ser possível revogar a transferência que o tinha feito passar de Braga à referida Sé italiana (BNF, *Ms. latin* 5155, f. 64-66; ver sobre o seu trabalho de compilador e autor, CHIFFOLEAU, 2008: 163-246). Encontrando-se esta passagem de uma cátedra à outra referida na documentação clementina desde o segundo semestre de 1380 (BAPTISTA, 1956: 109) e sabendo-se que, no mês de março do ano anterior, o papa Clemente VII não se encontrava ainda em Avinhão, teremos que supor que a referida carta foi redigida em 1380, e não em 1382, como proposto por Étienne Baluze a partir de um passo dos *Annales Ecclesiastici* de Raynaldus sobre a presença de Pedro de Luna em Portugal, presença essa que o documento aliás não refere (BARONIUS, 1880: XXVI, 415). Através desta fonte, desconhecida até hoje da historiografia nacional e internacional, percebe-se que as relações de Agoult incluíam mesmo uma figura urbanista importante – um “cismático” na linguagem de então –, como era o caso do arcebispo bracarense Lourenço Vicente (1374-1397). Não é fácil perceber essa relação, a qual poderia muito bem datar do tempo em que ambos estiveram na Cúria, no final do pontificado de Gregório XI e no início do de Urbano VI. Para além disso, não será de descartar a hipótese dessa relação provir de um antagonismo comum face a D. Martinho Anes de Zamora, opositor de Agoult na cátedra de Lisboa e inimigo de D. Lourenço Vicente, desde o seu envolvimento na deposição deste último do sólio bracarense ocorrida ainda durante o pontificado de Gregório XI (MARQUES, 1998: 343; SÁNCHEZ SESA, 2004: 449).

Toda esta conjuntura tem o seu epílogo a partir de janeiro de 1380, com a declaração de obediência de D. Fernando a Clemente VII. Em termos eclesiásticos, isto quis dizer que os prelados clementinos puderam assumir a direção das suas dioceses, o que, no caso de D. Martinho Anes de Zamora, se traduziu na assunção, de facto, dos destinos da Sé, como se depreende da presença dos seus vigários-gerais no tribunal episcopal a partir de então (*MPVIII/1*, 261, nt, 221a e 312). Neste novo quadro, D. Martinho pôde prosseguir o processo de entronização que se encontrava suspenso, o qual obrigou em 1380, junto da Câmara

apostólica, a uma nova promessa do pagamento dos serviços comuns e miúdos, agora extensíveis aos retroativos deixados por pagar pelos seus antecessores D. Agapito e D. Fernando Alborno (MPVIII/1, 263).

Nessa altura, já D. João de Agoult tinha deixado de se intitular bispo de Lisboa. Doravante, torna-se arcebispo de Aix, uma das principais figuras eclesíásticas da Provença. Atestando a importância das redes clientelares angevinas na sua promoção, Agoult surgirá rapidamente ao lado do duque na defesa dos direitos da Casa de Anjou no espaço arquiepiscopal sob a sua tutela. Com efeito, durante uma grande parte do tempo em que foi arcebispo, a sua ação foi condicionada pela conflitualidade latente entre as casas de Anjou e de Duras pelo controlo da Provença, na sequência da guerra que este último mantinha no espaço napolitano contra a rainha Joana I. Chamado a intervir do lado desta última, a dissensão com a casa angevina rapidamente se alastrou à Provença. Em 1381 e 1382, os apoios do duque eram limitados a linhagens nobres da região, entre as quais se destacava justamente a família de Agoult, com a fratria formada pelo arcebispo de Aix, pelo senescal Foulques e por Raimundo, o senhor de Sault (COULET, 1990a: 159; XHAYET, 1990: 409). Assim, quando os habitantes de Aix decidiram formar uma liga contra os angevinos, esta foi justamente considerada como uma liga “contra o duque e contra o senescal de Provença” (XHAYET, 1990: 405). Durante esse tempo, o arcebispo manobrou em favor do duque, encontrando-se na Cúria pontifícia e sobretudo em Apt, quando, em meados de abril de 1382, as comunas provençais decidem fortalecer a sua ação contra a casa angevina (JOURNAL, 1887: 28, 34; REGESTE DES ÉTATS, 2007: 124; XHAYET, 1990: 411), embora alguma cronística provençal dos séculos XVI e XVII dele tenha feito erradamente um acérrimo defensor do partido napolitano (COULET, 1990b: 447-448).

Continuando as negociações ao longo desse ano, a situação precipitou-se em 1383 com o falecimento da rainha Joana. A partir dessa altura, os cidadãos de Aix unem-se ao partido napolitano contra o duque, tornado herdeiro da falecida, com efeitos no recrudescimento do conflito armado. D. João de Agoult, forçado a exilar-se da sua cidade, refugia-se nos seus castelos do vale de Durance, próximo de Aix. Daí desenvolveu campanhas armadas contra a Liga de Aix, tornando-se um dos mais ardentes defensores do partido angevino (COULET, 1975: 208; COULET, 1990a: 164). Mais tarde, em 1386, Clemente VII conceder-lhe-á uma bula de anulação de todas as censuras que lhe foram impostas durante esse período, pela qual se percebe que ele “consentiu na morte de vários rebeldes, clérigos ou leigos” (ALBANÈS E CHEVALIER, 1899-1900: I, col. 93; VALOIS, 1896-1902: II, 111).

Contudo, é possível que tivesse mantido um certo grau de intervenção na esfera eclesiástica em Aix. Pelo menos assim pensava Clemente VII, ao pedir-lhe, em abril de 1383, para privar um clérigo da sua diocese de um benefício eclesiástico (VALOIS, 1896-1902: II, 97).

Entretanto, com a morte do duque Luís em 1384, a sua viúva protagonizará, nos anos seguintes, um processo de dismantelamento da união, terminando com a capitulação da Liga em setembro de 1387 e a vitória do partido angevino, simbolizada pela entrada na cidade do seu filho, Luís II de Anjou (XHAYET, 1990: 406-408). Chegava assim ao fim um período que teria sido certamente de insegurança para o arcebispo, dado que Clemente VII pagou durante três anos ao capitão da Santa Sé, Gantonnet de Abzac e à sua companhia de 40 homens, para que estivessem com D. João de Agoult e permanecessem no cerco de Aix (COURCELLES, 1822-1833: IX, 15; VILLEPELET, 1912: 395).

Contudo, este desfecho favorável não se traduziu no restabelecimento da autoridade de Agoult sobre a sua arquidiocese. Com o propósito de chamar a si a obediência da cidade e capitalizando a inimizade que os seus membros tinham relativamente ao arcebispo, Clemente VII suspendeu o prelado das suas funções. Ao contrário da maioria dos autores que viu nesta ação uma medida política e um mero simulacro (FISQUET, 1868: 111; ALBANÈS E CHEVALIER, 1899-1900: I, 92-93; VALOIS, 1896-1902: II, 111; VENTURINI, 1990: 91), Noël Coulet demonstrou a sua aplicabilidade, traduzida na ausência da cidade entre 1387-1388 e no facto do preboste de Riez funcionar, ao nível da diocese, como vigário-geral por mandato do papa entre 1388 e meados de 1389 (COULET, 1975: 208-210).

Nessa perspetiva, o acordo que o arcebispo concluiu em 1390 com o cabido sobre as somas que lhe eram devidas dos últimos quatro anos (ALBANÈS E CHEVALIER, 1899-1900: I, col. 94) marcou sobretudo o retorno à ordem anteriormente instituída e o reassumir dos destinos do arcebispado, pela tomada de posse dos respetivos bens e pela reintrodução dos seus apaniguados nas estruturas burocráticas da arquidiocese (COULET, 1975: 210).

Dado como falecido em meados de 1395 pelo autor da *Galia Christiana novissima* (ALBANÈS E CHEVALIER, 1899-1900: I, col. 94), sabe-se que Agoult terminou os seus dias a 19 de setembro de 1394 (COULET, 1975: 210-211). Os seus bens pessoais e os rendimentos do arcebispado foram rapidamente sequestrados pelo subcoletor dessa região, exigindo-se a venda de parte destes para pagamento das suas exéquias. Sendo tal hipótese rejeitada pelo cabido, que veria assim alienados diversos ornamentos e vestes sacerdotais pertencentes à sacristia da sé, os 50 florins necessários para a celebração das cerimónias fúnebres foram

avanzados por quatro familiares do antigo arcebispo. De tais cerimónias, que se realizaram segundo os desejos expressos no seu testamento, nada mais se sabe (COULET, 1975: 211). Foi exumado na catedral do Salvador de Aix-en-Provence e, segundo testemunho da *France pontificale*, o seu túmulo, esplendoroso pelos seus ornamentos e esculturas, foi transferido no século xvii da capela de Nossa Senhora da Esperança para junto da porta do campanário (FISQUET, 1868: 111; NICOLET, 1913: 33), do qual nada resta atualmente.

MÁRIO FARELO

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: ALBANÈS E CHEVALIER, 1899-1900; BARONIUS, 1880; CASTRO, 1762-1763; *CDJI*; CONCEIÇÃO, 1818; CUNHA, 1642; “INSTRUCTIONS”, 1787; *JOURNAL*, 1887; LOPES, 1848; *MPV*; *LES OBITUAIRES*, 2010; *REGESTE DES ÉTATS*, 2007; SAINTE-MARTHE, 1731; SANTARÉM, SILVA E LEAL, 1842-1869; SYLVA, 1730; **Estudos:** ALMEIDA, 1967-1971; ARNAUT, 1960; AURELL, 1990-1991; BAPTISTA, 1956; CHIFFOLEAU, 2008; COULET, 1975; COULET, 1990a; COULET, 1990b; COURCELLES, 1822-1833; COVILLE, 1938-1939; EUBEL, 1913-1914; FARELO, 2003; FISQUET, 1868; GAMS, 1857; JORGE, 2000b; LECOY DE LA MARCHE, 1892; MARION, 1845; MARQUES, 1998; MIROT, 1897; NICOLET, 1913; OLIVEIRA, 1994b; PAPON, 1777; PEIXOTO, 1998; PÉLISSIER, 1894; SÁNCHEZ SESA, 1999; SÁNCHEZ SESA, 2004; VALOIS, 1891; VALOIS, 1896-1902; VENTURINI, 1990; VILLEPELET, 1912; XHAYET, 1990.

JOÃO GUTIÉRREZ

(1381-1382)

(Obediência a Roma)

Nascido em Castela, agente do duque inglês D. João de Gaunt e bispo da diocese gascoa de Dax, hoje em França, os elementos sobre o percurso biográfico de D. João Gutiérrez encontram-se dispersos em fontes de origem castelhana, inglesa, francesa e pontifícia. Estas últimas apresentam, desde logo, grafias divergentes do seu apelido, algo que, para além de dificultar a sua identificação, suscitou, no final do século XIX e inícios do século XX, uma verdadeira controvérsia historiográfica (THOMAS, 1893: 502; VALOIS, 1896-1902: I, 247; DEGERT, 1898: 426-427; DEGERT, 1901: 26). Para o caso vertente, a sua origem justifica que se adote a grafia vernácula *Gutiérrez* e latina *Gutteri* registada na documentação castelhana, embora seja importante notar as variantes *Gutercerry*, *Gutier* e *Guterrerry* presentes na documentação inglesa (MIROT E DEPREZ, 1899: 191; PERROY, 1949: 143; TNA, *Special Collections*, 8/190/9492, E 101/316/37) ou as formas *Guittard*, *Guttery*, *Guteriz*, *Gutteriz*, *Guteritz* seguidas pelas fontes e historiografia francesas (TAUZIN, 1892: 247; DEGERT, 1898: 426-427; DEGERT, 1901: 26).

As suas origens familiares não são conhecidas, apesar de um autor segoviano, dos finais do século XVII, o referir como irmão de Geraldo Gutiérrez, cónego de Segóvia, instituidor de um aniversário na dita catedral em 1360, em honra da Conceição da Virgem (ROMAN Y CARDENAS, 1690: 145). Apesar de não ser possível aduzir provas desta relação familiar, é verdade que ambos partilhavam uma idêntica inserção no cabido de Segóvia. Registado como cónego da instituição deste 1358, João Gutiérrez foi igualmente, nessa data, procurador do

João Gutiérrez

?	Nascimento
1380-1381	Bispo de Dax
1381-1382	Bispo de Lisboa
1382-1393	Bispo de Dax
Fim 1393	Morte

cardeal Guilherme de la Jugie (SANZ Y DÍAZ, 1965: 54; CHACÓN GÓMEZ-MONEDERO [*et al.*], 2008: n.º 384), o que demonstra a sua capacidade de inserção na rede clientelar do então legado apostólico na Península (ZUNZUNEGUI ARAMBURU, 1964). Tais solidariedades foram desde logo reconhecidas no interior das paredes da catedral segoviana, tornando-se deão do respetivo cabido catedralício a partir de 1361-1362 (COLMENARES, 1969: 498; ROMAN Y CARDENAS, 1690:144-145; GONZÁLEZ DE FAUVE [*et al.*], 2006: 124).

Desconhece-se se a sua ligação com o rei castelhano Pedro I, o Cruel, data desta altura ou se é mais tardia. Certo é que, alguns anos mais tarde, ele fez parte dos apaniguados régios que acompanharam o monarca, em 1366, no exílio em Bayonne, na Gasconha, na sequência da invasão de Castela pelo seu meio-irmão Henrique de Trastâmara. D. João Gutiérrez teve então a oportunidade de testemunhar os esforços envidados por D. Pedro no sentido de obter o apoio financeiro e militar de Eduardo, o “Príncipe Negro”, filho do rei inglês Eduardo III, de forma a reaver o seu reino. Não somente testemunhou o reconhecimento de dívida que o rei castelhano mantinha com o referido príncipe inglês, como também se deteta a sua presença, em setembro desse ano, na cidade de Libourne, junto a Bordéus, aquando da formalização da ajuda a prestar pelo Príncipe Negro a D. Pedro (*FOEDERA*, 1740: 115 e 119; LÓPEZ DE AYALA, 1779: 433; DEGERT, 1901: 26; RUSSELL, 2000: 89; LABARTHE, 2010).

Caracterizado por alguns autores como “ardente defensor” do rei (ANDRÉS, 1993: 237; GONZÁLEZ DE FAUVE [*et al.*], 2006: 124), foi por este escolhido como seu representante diplomático e enviado a Inglaterra com o propósito de obter ajuda para a luta contra o Trastâmara, alguns meses antes do próprio monarca iniciar a sua retirada para Portugal e Galiza em 1366. É, pois, na qualidade de embaixador, clérigo e mensageiro do rei de *Espaigne* (TAUZIN, 1892: 247; DEGERT, 1901: 26; RUSSELL, 2000: 172-175; GONZÁLEZ DE FAUVE [*et al.*], 2006: 124; LABARTHE, 2010) que iniciou uma carreira diplomática que se prolongará por mais de duas décadas.

Com a morte do seu protetor em Montiel, João Gutiérrez refugiou-se em Bayonne, junta da Corte das infantas Constança e Catarina, respetivamente filha e neta do falecido Pedro I, o Cruel, engrossando o círculo dos partidários do antigo monarca que em torno dela gravitavam (RUSSELL, 2000: 196; ECHEVARRÍA ARSUAGA, 2002: 15; OLIVERA SERRANO, 2005: 243). Assim, a partir do seu casamento com Constança em 1371, o duque de Lancaster João de Gaunt pôde contar com o importante grupo de apoiantes de Pedro I aí estabelecidos, do qual viria a recrutar o grosso dos representantes para a gestão dos seus negócios ibéricos. Remunerado pelo seu patrono desde pelo menos o mês de janeiro de 1372

(*JOHN OF GAUNT'S REGISTER*, 1911: II, 17, 44, 139), D. João Gutiérrez servirá o duque ao longo dos 20 anos seguintes, tornando-se um dos seus mais importantes conselheiros, ao ponto de Peter E. Russell o ter considerado como a verdadeira “eminência parda por detrás da política peninsular da Inglaterra durante quase um quarto de século” (RUSSELL, 2000: 574).

Com o regresso do duque a Inglaterra em 1372 e a aceitação régia e parlamentar do seu título de rei de Castela, o exilado deão de Segóvia assumiu, na chancelaria ducal, a gestão dos assuntos peninsulares, para que os documentos por esta emanados apresentassem um teor diplomático que se aproximasse, o mais possível, daquele anteriormente utilizado pela chancelaria régia castelhana (*JOHN OF GAUNT'S REGISTER*, 1911: II, 44). Nesta perspetiva, não seria impossível que a escolha de João Gutiérrez para chanceler estivesse relacionada com uma anterior experiência no desembargo petrista (RUSSELL, 2000: 205; GONZÁLEZ DE FAUVE [*et al.*], 2006: 126) e com o seu domínio do Direito, como parece indicar o título de mestre que lhe é conferido na documentação inglesa, em 1374 (*JOHN OF GAUNT'S REGISTER*, 1911: II, 73-74). Fruto desta experiência, foi um dos cinco conselheiros escolhidos pelo duque, em 1373, para gerir em Inglaterra os seus assuntos castelhanos, enquanto se prolongasse a sua deslocação à Gasconha (*JOHN OF GAUNT'S REGISTER*, 1911: I, 138-139). No ano seguinte, beneficiando da continuada remuneração providenciada pelo duque (*JOHN OF GAUNT'S REGISTER*, 1911: II, 228-229, 302; VALDALISO CASANOVA, 2014: 168), são os assuntos do rei e do duque ingleses que o levam a sair do reino, numa missão a Bruges na companhia de Wyclif. A sua estadia extravasou os negócios puramente diplomáticos, uma vez que aproveitou a ocasião para recuperar, em nome do duque, diversas joias pertencentes ao falecido rei D. Pedro (*JOHN OF GAUNT'S REGISTER*, 1911: I, 73-74), da mesma forma que intercedeu para que dois dominicanos castelhanos pudessem ingressar na Universidade de Oxford (TNA, *Special Collections*, 1/43/58; E 101/316/37; MIROT E DÉPREZ, 1899: 191; DEGERT, 1901: 26; PERROY, 1949: 143; RUSSELL, 2000: 212, 597).

Impedido certamente de usufruir dos rendimentos do seu deado segoviano, a divisão da Cristandade em duas obediências, a partir de 1378, constituiu para ele uma oportunidade de promoção eclesiástica. Na sequência de uma deslocação à Cúria romana, em 1380, e certamente após a devida intercessão ducal, Gutiérrez acede ao bispado de Dax, após a destituição pelo Consistório do seu antecessor, João Bauffès, acusado de heresia por seguir a obediência clementina (DEGERT, 1898: 426, 432). Com este provimento, o duque simultaneamente recompensou-o pelo seu longo serviço e colocou um dos seus mais fiéis apaniguados numa diocese geograficamente retalhada em três, entre uma Gasconha urbanista, uma



Fig. 77-78. Documentos alusivos às atividades diplomáticas de João Gutiérrez ao serviço do duque de Lancaster João de Gaunt, na sua qualidade de deão de Segóvia, um atestando a sua intercessão a favor de dois frades dominicanos que desejavam ingressar na Universidade de Oxford e outro alusivo ao pagamento que lhe é feito de quarenta libras esterlinas. Londres, National Archives, *Special Collections*, 1/43/58 e 8/190/9492.

© National Archives.

Navarra e um Béarn clementistas. Será o início de uma relação, muitas vezes tempestuosa, que o novo prelado manteve com os habitantes de Dax, e que as suas ausências frequentes e as fricções, dentro do espaço diocesano, provocadas por ambas as obediências não ajudaram a minorar (RUSSELL, 2000: 212).

O cabido e o clero da cidade de Dax foram avisados da nomeação do novo prelado por carta de Eduardo III, datada de abril de 1380, ao mesmo tempo que aqueles que detinham bens do bispo, como o senhor de Osseirain, foram intimidados a devolvê-los (TNA, *Gascon Rolls*, C 61/93, memb. 3, n.º 72; TAUZIN, 1892: 247; VALOIS, 1896-1902: I, 247; MPV, II: 324-325). Nesta perspectiva, pode ter sido com o propósito de agradar às gentes de Dax que João Gutiérrez se interessou, na mesma época, pela libertação de um seu diocesano chamado

Bernardo de Vilaverde, o qual tinha sido acusado de seguir o partido clementino e permanecia preso na Torre de Londres (TAUZIN, 1892: 248; DEGERT, 1901:27).

Apesar desta eventual *captatio benevolentiae*, as gentes da cidade teriam visto pouco o seu novo prelado. Após ter sido chamado, em 1380, para dirimir um feito na sua diocese, envolvendo um habitante de Bayonne (TNA, *Gascon Rolls*, C 61/93, memb. 3, n.º 72), os negócios de D. João de Gaunt levaram-no à Bretanha e à negociação de um acordo com o respetivo duque (VALOIS, 1896-1902: I, 246; DEGERT, 1901: 26; PERROY, 1933: 120-121, nt. 274q; MPVIII/1, 325; RUSSELL, 2000: 317; LABARTHE, 2010).

Contudo, a aceitação de Gutiérrez na sua diocese carecia ainda do apoio geral. Devido a esta situação, o rei Ricardo II vê-se obrigado, em maio de 1380 e em agosto de 1381, a emitir novas ordens para que os habitantes de Dax reconheçam o prelado e a obediência urbanista (*FOEDERA*, 1740: 99, 142; DEGERT, 1898: 427-248), o que é visível no facto da viúva do senhor de Osserain não lhe ter devolvido ainda em novembro de 1380 o castelo de Saint-Pedelon, junto a Dax (TNA, *Gascon Rolls*, C 61/94, memb. 4, n.º. 35; LABARTHE, 2010).

Entretanto, degradam-se as relações entre os reinos de Portugal e de Castela. Desde os finais de 1380, uma expedição inglesa é preparada para prestar auxílio aos portugueses. João Gutiérrez prepara-se para a partida, estabelecendo procuradores com poderes para o representar durante um ano e munindo-se de uma carta de proteção do rei inglês, dada a 28 de abril de 1381, à qual juntará ainda uma prenda do duque no valor de 20 libras (TNA, *Gascon Rolls*, C 61/94, memb. 4, n.º 35; PERROY, 1933: 121; LABARTHE, 2010). Partindo de Plymouth com um contingente de 70 homens de armas e de 70 arqueiros, a expedição, liderada pelo conde de Cambridge, tio do rei Ricardo II, chega a Lisboa no dia 19 de julho de 1381 (DEGERT, 1901: 28; RUSSELL, 2000: 335-340, 344-345; GONZÁLEZ DE FAUVE [*et al.*], 2006: 127).

É importante salientar que a sua estada em Lisboa é parcamente documentada. Fernão Lopes (c.1380-c.1460) identifica-o como bispo de Dax e refere-o em duas ocasiões na sua *Crónica de D. Fernando*: uma primeira vez para referir a sua vinda na expedição inglesa e uma segunda para identificar a sua presença, com o bispo de Lisboa, no quarto especialmente decorado para acolher a infanta Beatriz, filha de D. Fernando (1367-1383) e o filho do conde de Cambridge, após os esponsórios realizados a 19 de agosto de 1381 (*CDF*, cap. CXXVIII, 453; cap. CXXX, 460). Sem que se conheça qualquer outra referência à sua presença em Portugal, admite-se que teria saído do reino em setembro de 1382, após as pazes celebradas entre Portugal e Castela e o consequente retorno das forças insulares, sem rei nem roque, a Inglaterra.



Fig. 79. . Pormenor do Paço da Alcáçova. 1540-1550, papel. Holanda, Leiden University Library, *Special Collections (KL) Bodel Nijenhuis, COLLBN J.29-15-7831-110-30*. © Leiden University Library

Tem-se considerado, algo aprioristicamente, que a sua promoção ao bispado de Lisboa dataria desta sua estadia, depois do rei D. Fernando ter declarado, a 19 de agosto de 1381, a obediência do reino ao papa de Roma. A sua identificação como bispo de Lisboa foi sobretudo discutida pelos autores que, no final do século XIX e inícios do século XX, procuraram estudar a sucessão dos bispos de Dax durante o Grande Cisma (1378-1417). O abade Antoine Degert, que havia defendido em 1898 o acesso de Gutiérrez ao bispado de Lisboa em 1381-1382, acabou por preferir situar, em texto publicado três anos mais tarde, a sua nomeação algures entre os anos 1384 e 1385, após o assassinato de D. Martinho Eanes de Zamora (DEGERT, 1898: 421, 428; DEGERT, 1901: 30-31).

Para a mudança de opinião de Degert contribuíram, em grande medida, as dúvidas suscitadas por Noël Valois à sua proposta inicial, as quais, na realidade, pecavam sobretudo pelo desconhecimento, por parte deste último, do episcopologio lisiponense da altura e da própria documentação portuguesa (DEGERT, 1898: 434-437). Perante tais objeções, o referido abade modificou a datação crítica de três importantes bulas, sem data, que ele havia publicado no seu estudo em 1898, a partir de uma cópia conservada nos Arquivos Departamentais da Gironda (DEGERT, 1899: 431-433). Na primeira, Urbano VI, referindo-se à destituição de D. João Bauffès, à sua substituição por D. João Gutiérrez e à transferência deste último para Lisboa, aceita as explicações do primeiro e reintegra-o no bispado de Dax, então vacante, sem prejuízo dos direitos do referido

bispo de Lisboa. Na segunda, o papa ordena que o cabido de Dax retenha todos os frutos e proventos da mesa episcopal, em nome da Câmara Apostólica, até que ele próprio proceda à nomeação de uma pessoa incumbida de receber os referidos rendimentos, a qual se percebe ser o bispo João Bauffès, a partir do conteúdo da terceira bula publicada. Nesta última, o pontífice refere-se expressamente à primeira das três, ao afirmar que tinha sido convencido da inocência João Bauffès, pelo que o havia restituído e reintegrado na Sé de Dax, conforme constava das referidas cartas (*“prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur”*). Ainda que não fosse possível estabelecer a cronologia exata dos acontecimentos, as letras pontifícias permitiam deduzir que a nomeação de D. João Gutiérrez para a Sé de Lisboa ocorreu antes da emissão da segunda bula, e que as letras de reintrodução do antigo bispo em Dax, correspondendo à primeira das três, tinha sido elaborada depois da segunda e antes da terceira bulas publicada por Degert.

Essa versão dos factos não teve acolhimento na historiografia portuguesa, pelo que historiadores como Júlio César Baptista e António Domingues de Sousa Costa penderam para a hipótese de D. João Gutiérrez ter sido bispo de Lisboa em 1381-1382 (BAPTISTA, 1956: 133; *MPV* III/1, 324-328). Sem ser taxativo quanto à data de nomeação, este último autor produz uma versão dos acontecimentos que se afigura a mais plausível sem, no entanto, ter percebido que na documentação que então publicava, se encontrava a chave do enigma. Com efeito, Sousa Costa encontrou e publicou as versões da segunda e terceira bulas anteriormente referidas, a partir do registo da Chancelaria apostólica, no qual as mesmas se encontram datadas respetivamente de 22 de março e de 19 de setembro de 1382 (*MPV* III/1, 327). Mediante esta datação clara dos documentos supracitados, prova-se em definitivo que D. João Gutiérrez foi transferido para Lisboa antes da primeira destas datas (22 de março de 1382), o que, aliás, se encontra em linha com os documentos da época que é possível aduzir simultaneamente em Lisboa e em Dax.

Quando D. João Gutiérrez chegou a Lisboa, a 19 de julho de 1381, ele e o comando inglês traziam a incumbência de fazer voltar o reino de Portugal à obediência urbanista, condição *sine qua non* para a efetivação da ajuda inglesa. D. Fernando não teve outra solução senão pronunciar a referida adesão após o conselho do arcebispo Lourenço Vicente e de vários letrados, na sé de Lisboa, exatamente um mês após a chegada do contingente insular (*CDF*, cap. CXXX, 459). Como se viu, nessa noite de 19 de agosto de 1381, segundo Fernão Lopes, as cerimónias dos sponsais da infanta Beatriz com o filho de Edmundo, conde de Cambridge, foram realizadas por D. João Gutiérrez como bispo de Dax e por

D. Martinho Anes de Zamora como bispo de Lisboa (BAPTISTA, 1956: 133; *MPV* III/1, 292-293, 326; RUSSELL, 2000: 347). Não é impossível que esta referência ao bispo de Lisboa seja uma interpolação do cronista, uma vez que Sousa Costa mostrou, com bons argumentos, que D. Martinho Anes se encontrava na Cúria avinhonense em maio, em meados de julho e em setembro de 1381 (*MPVIII*/1, 323), sendo por isso difícil de aceitar uma eventual viagem de D. Martinho a Lisboa – necessariamente meteórica – que lhe tivesse permitido estar presente na referida cerimónia e, em última instância, à declaração de obediência a Urbano VI no dia 19 de agosto. Seja como for, ao contrário do que tinha acontecido em janeiro do ano anterior com a passagem de Portugal à obediência clementina, a passagem à obediência a Roma não levou à mudança automática do governo da diocese. Com efeito, ainda a 21 de agosto, dois dias depois da declaração em favor de Urbano VI, é o vigário João de Soure, em substituição de Paio Nicolau, vigário-geral de D. Martinho, quem elabora um documento na audiência episcopal em favor do mosteiro de São Vicente de Fora de Lisboa (TT, *São Vicente de Fora*, 1.^a inc., mç. 18, n.º 10).

Com estes dados, percebe-se que a verdadeira mudança da situação ocorreu somente no mês seguinte, com a publicação no dia 8 de setembro, de bulas de Urbano VI a proclamar a cruzada contra os cismáticos castelhanos e a privação dos respetivos benefícios aos cardeais e clérigos que seguissem o partido de Clemente VII (*CDF*, cap. CXXX, 460). Um sinal de que se entrava então numa nova conjuntura é fornecida pelo próprio Clemente VII, uma vez que cessam os provimentos benéficiais que ele havia incessantemente efetuado na diocese de Lisboa desde o mês de junho desse ano (arrolados em *MPV* III/1, 318-320).

De facto, a execução das referidas bulas obrigava à destituição do bispo clementista e à sua substituição por um de obediência romana. D. João Gutiérrez assumia-se então como o melhor candidato para o lugar: urbanista, experiente na preladura, ligado ao grupo de pressão inglês, tinha a vantagem de se encontrar desde logo no terreno. O quase silêncio dos documentos emitidos pela audiência episcopal de Lisboa nesse último trimestre de 1381 faz pensar que essa mudança não foi linear, embora seja de aceitar que D. João Gutiérrez terá conseguido, na prática, tomar as rédeas da burocracia episcopal, a acreditar no verso de um documento hoje conservado no fundo da Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa, na Torre do Tombo. Trata-se de um mandado, datado do dia 26 de outubro, pelo qual Rodrigo Anes, substituto de Guilherme Carbonnel, ordena que se cumpra o clausulado do documento redigido no reto do pergaminho (TT, *Santo Estêvão de Alfama*, mç. 8, n.º 150). Ainda que estas personagens não se apresentem aí com qualquer outro epíteto, não é difícil ver neste curto texto a obra de oficiais

de João Gutiérrez, sobretudo tendo em conta que Guilherme Carbonnel havia sido o vigário-geral de D. Agapito na cidade e diocese olisiponenses até à declaração da obediência clementina por D. Fernando, em janeiro de 1380.

Contudo, uma vez que o domínio da diocese teria na sua base a força da conjuntura criada pela presença inglesa e não pelo respaldo eventual de uma tomada de posse canónica, a liderança de João Gutiérrez à frente da diocese acabou por carecer de sustentação pela falta imediata das letras apostólicas de nomeação. À medida que as relações entre o contingente inglês e os portugueses se foram deteriorando, também as possibilidades de D. João Gutiérrez em assegurar a posse da cátedra olisiponense se tornaram cada vez mais diminutas. Contribuem, aliás, para esta ideia o desconhecimento da existência de cartas emitidas pelos vigários-gerais de D. João durante todo o período e o facto de se registar a presença de vigários-gerais de D. Martinho, em funções na audiência episcopal, nos meses de dezembro de 1381 e de maio de 1382 (*MPV* III/1, 261, nota 221a e p. 313; TT, *Santo Estêvão de Alfama*, mç. 12, n.º 223). Ainda que a parcimónia documental para esse final de 1381 e o primeiro semestre de 1382 sugira um quadro de instabilidade e de incerteza no governo da diocese, não será porventura demasiado ousado afirmar que, a partir de dezembro de 1381, as esperanças de D. João Gutiérrez em tomar posse da cátedra de Lisboa se encontravam objetivamente goradas.

É bastante provável que a resolução do seu caso fizesse parte dos assuntos a tratar pelos membros da representação que o duque levou à Cúria romana e que obteve, em março de 1382, as bulas permitindo a anulação das alianças feitas pelo duque com D. João I de Castela e a possibilidade daquele beneficiar dos bens deste, na sequência da condenação do rei castelhano como cismático (BAPTISTA, 1956: 134; *MPV* III/1, 324-325). Tratava-se, com efeito, de uma boa ocasião para João Gutiérrez fazer avançar na Cúria o seu processo canónico de entronização em Lisboa. Uma prova de que a Cúria urbanista assumia como efetiva, por essa altura, a sua transferência para Lisboa é fornecida pela segunda das bulas publicados por Degert, pela qual Urbano VI reconheceu em 22 de março de 1382 a vacatura do bispado de Dax e ordenou ao respetivo cabido que os frutos da mesa episcopal fossem recolhidos em nome da Câmara Apostólica (*MPV* III/1, 325). Assim, não admira que historiadores como Edouard Perroy situem a sua transferência para Lisboa justamente nesse mês (PERROY, 1933: 178, 223).

Nestes meses iniciais de 1382, D. Martinho Anes permanecia em Avinhão, manobrando contra a aliança luso-inglesa, após reiterados mandados de D. Fernando para não sair da Cúria (*MPV* III/1, 324). Contudo, D. Martinho Anes mantinha aparentemente intacta a sua capacidade em intervir na diocese, como

se percebe do facto do seu vigário-geral se manter em funções na cidade em dezembro de 1381.

Na primavera de 1382, já todas as esperanças de D. João Guterrez se tinham dissipado e, à medida que se negociava entre Portugal e Castela uma solução para o “problema” do contingente inglês, cada vez mais se fortaleciam as aspirações de D. Martinho Anes em retomar a posse do seu bispado. A questão parece resolvida nos finais da primavera, quando o seu sobrinho João Garcia, então chantre de Silves, surge como seu vigário-geral em Lisboa, em documento de 25 de maio (TT, *Santo Estêvão de Alfama*, mç. 12, n.º 223). A prova de que D. Martinho Anes se encontrava na plenitude do seu múnus depreende-se do mandado por ele emitido, menos de dois meses depois, para que se procedesse à limitação das paróquias do bispado e do testemunho do prior de São Vicente de Fora, que então denunciava a referida limitação ordenada por D. Martinho, “bispo que agora é de Lisboa” (MPVIII/1, 261, nota 221a; 313). Esta expressão é simultaneamente sinal de uma nova conjuntura e de uma nova “legitimidade”, o que vai de encontro à ideia de D. Rodrigo da Cunha (1577-1643), segundo a qual ele regressou de Avinhão confirmado no bispado de Lisboa (CUNHA, 1642: 266).

Perante esta evolução dos factos, restava a D. João Gutiérrez reverter a sua transferência para Lisboa e conseguir a sua reintegração no bispado de Dax. Não podendo contar com a ajuda de Urbano VI, como veremos, ele ter-se-á apoiado nas suas solidariedades inglesas. Não foi, pois, um mero acaso, o facto de o rei de Inglaterra enviar dois mandados aos seus oficiais na Aquitânia, datados de 22 e de 24 de agosto de 1382, ordenando que o prelado recebesse de novo o governo diocesano. Com efeito, a sua nomeação para a diocese portuguesa tinha sido usada pelo cabido e cónegos de Dax como justificação para remover os vigários que João Gutiérrez aí havia nomeado e para alienar os bens do bispado. Por isso, o monarca inglês ordenou que o cabido inventariasse os bens episcopais que tivessem sido gastos e que os fizessem entregar a dois clérigos, os quais não poderiam dispor deles sem o consentimento do rei ou do bispo. Nesse documento se refere expressamente que Gutiérrez se encontrava ao seu serviço e do duque de Lencastre *in partibus hispanie*. Contudo, Ricardo II é mais explícito no primeiro destes dois documentos, dirigido ao seu senescal de Les Landes, porquanto o informa de que o bispo está ao seu serviço em Portugal. Relativamente ao argumento apresentado pelo cabido de Dax sobre a transferência de Gutiérrez para a cátedra olisiponense, o rei considera-a um falso rumor, ao qual os capitulares não deveriam dar fé (TNA, *Gascon Rolls*, C 61/96, m. 14 e m. 16; *FOEDERA*, 1740: 142; *FOEDERA*, 1728: 365-366; *FOEDERA*, 1869: 152-153; TAUZIN, 1892: 249; VALOIS, 1896-1902: I, 248; DEGERT, 1901: 28; PERROY, 1933: 122; MPVIII/1,

325; RUSSELL, 2000: 346). Ao fazê-lo, o monarca abria implicitamente a via para que D. João mesmo pudesse ser “reintegrado” no seu bispado gascão. Na verdade, nessa altura, somente a Cúria romana insistia na validade da nomeação do prelado para a cátedra de Lisboa, provavelmente motivada pelo desejo em manter nominalmente o bispado olisiponense sob obediência urbanista. E, nesse sentido, a solução encontrada por Urbano VI passou por aceitar o ato de contrição do antigo bispo clementino e restituir João de Bauffès em Dax, conforme consta das primeira e terceira bulas publicadas por Degert (DEGERT, 1899: 432-433; VALOIS, 1896-1902: II, 325; *MPV* III/1, 327).

Certamente consciente que a nomeação do antigo bispo clementino seria insustentável e que a pressão inglesa agia em favor de D. João Gutiérrez – como testemunham as cartas de proteção que lhe são passadas em 18 de março de 1383 (TNA, *Gascon Rolls*, C61 96; PERROY, 1933: 122) –, a Cúria não levou por diante a reinstituição de D. João de Bauffès, apesar do papa romano lhe ter concedido em 1387 os proventos do cabido, na parte da diocese de Dax que lhe fosse fiel (*MPV* III/1, 328).

Quanto a D. João Gutiérrez, sendo plausível a sua saída de Lisboa com o contingente inglês em setembro de 1382, procurou obter, como se viu, a restituição do bispado de Dax, ao mesmo tempo que continuou ao serviço da monarquia inglesa. Não muito depois do final da sua missão em Portugal, o rei Ricardo II nomeou-o, em abril de 1383, como um dos juizes para dirimir o conflito mantido com os seus tios (TAUZIN, 1892: 250). Pouco antes de partir para a Gasconha, no âmbito de uma embaixada a Castela, na qual ele terá tido um papel importante no sabotar da paz que o Parlamento queria estabelecer com o rei D. João I (TAUZIN, 1892: 251; RUSSELL, 2000: 381, 602), acabou por testemunhar a 18 de setembro, em Gijón, o perdão do rei ao seu irmão Afonso (SUÁREZ FERNÁNDEZ, 1977-1982: I, 528, n.º 352). Na verdade, a sua vinda à Península não tinha somente como móbil a questão política, pois Urbano VI nomeou-o igualmente, em abril de 1383, como núncio apostólico em Portugal, com o objetivo de pregar a Cruzada no reino e com o poder de conceder indulgências da Terra Santa a todos quantos combatessem em pessoa, com dinheiro ou gentes, os cismáticos castelhanos (*MPV* III/1, 342, 346, 418). Curiosa reviravolta de acontecimentos, para quem havia saído do território português poucos meses antes, despojado das suas anteriores prerrogativas.

O bispo de Dax voltaria pontualmente à sua diocese e, enquanto o pretendente D. João de Bauffès se mantinha no cerco de Lisboa ao serviço do partido castelhano (DEGERT, 1901: 31), D. João Gutiérrez encontrava-se a 16 de outubro de 1384 em Bayonne, quando cede duas capelanias a Bernardo de Bearn,

senhor de Saint-Arnoult (DEGERT, 1901: 29). Em agosto desse ano, é ainda em Bayonne que o encontramos, a instruir um processo envolvendo as gentes da cidade (TNA, *Gascon Rolls*, C61/98, memb. 8; LABARTHE, 2010).

Embora sem perder de vista a sua diocese, não tardaria em voltar à Península. Com efeito, em virtude da sua experiência nos assuntos ibéricos, foi nomeado, em 1385, como um dos cinco representantes de Ricardo II para negociar a paz e promover a obediência à causa urbanista junto de D. João I de Castela e de outros magnatas, como o conde de Armagnac ou o senhor de Albret (*FOEDERA*, 1740: 151; DEGERT, 1901: 29). E quando, pouco depois, o duque de Lancaster conseguiu de Urbano VI uma bula de cruzada contra os “cismáticos”, que lhe permitia depôr João de Castela e assumir o trono castelhano, foi ele um dos quatro clérigos que a pregou em Inglaterra (*THE WESTMINSTER CHRONICLE*, 1982: 165; RUSSELL, 2000: 442-443) e quem o papa Urbano VI nomeou, para o efeito, como seu núncio nos reinos de Inglaterra, Castela, Leão, Navarra, Portugal, Aragão e na Gasconha (*PORTUGALIA PONTIFICA*, 2015: I, n.º 1269, 1277 e 1278, 753-754). Naturalmente, o bispo de Dax acompanhou o duque na sua expedição castelhana, estabelecendo-se na Corte provisoriamente estabelecida em Orense, sendo ele um dos que terá falado na ocasião em nome do duque de Lancaster ao monarca castelhano (GONZÁLEZ DE FAUVE [*et al.*], 2006: 127). No âmbito das negociações com vista ao casamento da filha de João de Gaunt com o agora rei João I de Portugal, acompanhou D. Filipa a Portugal e assistiu à assinatura, em Babe, da renúncia do duque de Lancaster e de sua mulher a qualquer direito sobre a Coroa portuguesa (RUSSELL, 2000: 486; GONZÁLEZ DE FAUVE [*et al.*], 2006: 127). Como em 1383, Gutiérrez absolveu aqueles que haviam seguido outrora o partido clementino, como o clérigo Domingos Dominguetta (*MPV* II, 394). Acreditando na obediência do seu “sucessor” João Anes Escudeiro, concedeu nessa ocasião ao agora bispo de Lisboa a faculdade para ele próprio absolver aqueles que haviam abandonado Urbano VI e aderido a Clemente VII, prestando obediência ao rei castelhano e – referência significativa – ao antigo bispo de Lisboa D. Martinho Anes de Zamora (*MPV* III/1, 450).

Entrecruzando períodos de permanência em Dax ou em Bayonne, como em dezembro de 1387, quando assistiu à publicação de uma sentença do duque sobre um conflito entre franciscanos e dominicanos, e três meses depois, a um outro conflito sobre as clarissas de Bayonne ou mesmo no Natal de 1388 (DEGERT, 1901: 31-33; LABARTHE, 2010), Gutiérrez vive então por dentro as tensões políticas anglo-luso-castelhanas. Testemunha por isso importantes acontecimentos como o acordo celebrado, em março de 1387, entre o duque de

Lancaster e o rei castelhano Juan I (*MPV* III/1, 460; GONZÁLEZ DE FAUVE [*et al.*], 2006: 128).

De volta à diocese de Dax, D. João Gutiérrez acaba por se confrontar, em 1389, juntamente com o clero, com as autoridades comunais da cidade, por causa dos privilégios eclesiásticos. A ajuda que o duque então lhe proporcionou foi fundamental para a resolução do assunto, a qual revestiu a forma de uma lei sobre os privilégios dos clérigos casados, que já foi objeto de estudo detalhado (DEGERT, 1899: 418-423; RUSSELL, 2000: 573; LABARTHE, 2010). Ter-se-á deslocado nessa altura à Cúria, de modo a homenagear o novo pontífice Bonifácio IX (LABARTHE, 2010).

Agindo muitas vezes como embaixador ao serviço dos interesses ingleses, deslocou-se uma última vez como representante do duque a Castela, em 1390, quando tentou, sem sucesso, um entendimento e o casamento do herdeiro castelhano Henrique com uma das filhas dos de Lancaster, de forma a reconciliar os descendentes de Pedro “o Cruel” e de Henrique de Trastâmara (LABARTHE, 2010), sendo possivelmente nessa qualidade que assiste, em Pamplona, à coroação do rei de Navarra (DEGERT, 1901: 33).

Com a morte de D. João I de Castela em março de 1391, o insucesso de Gutiérrez parece certo, tanto mais que os castelhanos não ignoravam que ele se apresentava agora igualmente em nome de Bonifácio IX, sucessor de Urbano VI, à frente da cátedra romana, como um dos legados apostólicos enviados a Castela, justamente com o fito de conseguir a desvinculação da Coroa e do povo castelhano da obediência a Avinhão (TAUZIN, 1892: 251; VALOIS, 1896-1902: II, 217; DEGERT, 1901: 33-34; PERROY, 1933: 266; RUSSELL, 2000: 570-573; GONZÁLEZ DE FAUVE [*et al.*], 2006: 124, 128-129; LABARTHE, 2010). Como seria de esperar, a sua missão saldou-se com um novo fracasso, pois, como afirma Hugues Labarthe, o rei castelhano recusou ouvi-lo na qualidade de legado apostólico (LABARTHE, 2010).

É provável que essa tenha sido a sua última grande missão, passando, a partir daí, a concentrar-se nos assuntos da sua diocese. Nesse sentido, conseguiu do papa, em setembro de 1391, um conjunto de privilégios que lhe permitiram receber de todas as instituições eclesiásticas da diocese os direitos episcopais aquando da visitação, como também absolver os membros capitulares ou conventuais que abjurassem à obediência clementina (LABARTHE, 2010).

Como bispo de Dax e homem experiente nos assuntos da Igreja e da Lei, era natural que continuasse a ser chamado para missões específicas ou para o julgamento de processos judiciais. Nesse sentido, o rei inglês apelou ao prelado para ir examinar, em 1391, a Saint-Jean-Pied-de-Port uma cláusula do testamento do falecido rei de Navarra (DEGERT, 1901: 34). No ano seguinte, é igualmente o

monarca inglês quem lhe pede para dirimir um processo sobre o ofício de *maire* de Bayonne (TNA, *Gascon Rolls*, C61/103 memb. 3; LABARTHE, 2010). A sua estada nessa vila tornou-o um candidato plausível para representar o novo bispo que o papa romano para aí tinha nomeado, sendo na qualidade de vigário-geral deste último que o podemos encontrar em maio de 1393, num contrato que ele celebrou com os membros do respetivo cabido (DEGERT, 1901: 34; LABARTHE, 2010).

A morte surpreendeu-o no final desse ano, no paço episcopal em Dax (VALOIS, 1896-1902: II, 325; DEGERT, 1901: 34; PERROY, 1933: 267; RUSSELL, 2000: 573; GONZÁLEZ DE FAUVE [*et al.*], 2006: 124), no local de onde se tinha tão frequentemente ausentado para servir aqueles a quem, em última instância, ele devia muito do seu percurso de cerca de 25 anos nas esferas do poder.

MÁRIO FARELO

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: CDF; CHACÓN GÓMEZ-MONEDERO [*et al.*], 2008; CUNHA, 1642; FOEDERA, 1728; FOEDERA, 1740; FOEDERA, 1869; JOHN OF GAUNT'S REGISTER, 1911; LÓPEZ DE AYALA, 1779; MPV; PORTUGALLA PONTIFICIA, 2015; ROMAN Y CARDENAS, 1690; SANZ Y DÍAZ, 1965; THE WESTMINSTER CHRONICLE, 1982; **Estudos:** ANDRÉS, 1993; BAPTISTA, 1956; COLMENARES, 1969; DEGERT, 1898; DEGERT, 1899; DEGERT, 1901; ECHEVARRÍA ARSUAGA, 2002; GONZÁLEZ DE FAUVE [*et al.*], 2006; LABARTHE, 2010; MIROT E DEPREZ, 1899; OLIVERA SERRANO, 2005; PERROY, 1933; PERROY, 1949; RUSSELL, 2000; SUÁREZ FERNÁNDEZ, 1977-1982; TAUZIN, 1892; THOMAS, 1893; VALDALISO CASANOVA, 2014; VALOIS, 1896-1902; ZUNZUNEGUI ARAMBURU, 1964.

MARTINHO ANES DE ZAMORA

(1379-1383)

(Obediência a Avinhão)

O que, até há pouco tempo, se sabia sobre a vida e ação episcopal de D. Martinho Anes de Zamora em Lisboa (1379-1383) tinha como fonte principal a *Crónica de D. João I* na apreciação que dele aí se faz e sobretudo na narrativa pormenorizada da sua trágica morte, no desencadear da revolução de 1383-1385 (*CDJI*: parte I, cap. XIII, 23-26). Duarte Nunes de Leão (1600), D. Rodrigo da Cunha (1642) ou frei Manuel dos Santos (1727), no essencial pouco acrescentaram ao que escrevera o cronista. A abundante documentação inédita conservada no Arquivo Secreto do Vaticano, coligida e anotada nos vários volumes dos *Monumenta Portugaliae Vaticana*, editados entre 1968 e 1982 por António Domingues de Sousa Costa, bem como outras investigações e estudos feitos recentemente, em arquivos nacionais e estrangeiros, sobre a posição de Portugal no “Grande Cisma do Ocidente” ou a vida e reinado de D. Fernando (1367-1383) permitem conhecer hoje, melhor, aqueles e vários outros aspetos das atividades deste prelado. Alguns dos códices que faziam parte da sua livraria pessoal conservam-se em Roma, na Biblioteca Apostólica Vaticana com as seguintes cotas: *Borghesiani* 346 e *Vaticani Latatini* 713, 914, 963, 1016, 1176, 1318, 2672, 4032. Certamente que a sua análise permitirá averiguar autores e doutrinas que ocupavam as suas leituras e serviam de base aos seus escritos ou a sermões e discursos (BAPTISTA, 1956: 17, nt. 31; 116, nt. 20). E, no entanto, como lembra ainda A. D. de Sousa Costa, sabe-se que muitos volumes de súplicas apostólicas, como os do pontificado de Urbano VI (1378-1389), se perderam na totalidade. Além disso,

Martinho Anes de Zamora

?	Nascimento
1373-1379	Bispo de Silves
1379-1383	Bispo de Lisboa
1383.12.6	Morte

a praxe de excluir dos registos de súplicas as dignidades maiores (como bispados e abaciados) priva o historiador de documentação preciosa no seu ofício de compreender uma época tão complexa mas de verdadeiro fascínio (*MPVI*, X e XX).

A cronologia do episcopado de D. Martinho em Lisboa (1379-1383) é ainda hoje complexa e insegura, na medida em que simultaneamente dois papas disputavam o poder de eleição, nomeação, provisão e deposição dos titulares das sés e membros dos cabidos e da coletadoria dos respetivos rendimentos. O prelado zamorano surge, transferido de Silves, nomeado por Avinhão, em 7 de fevereiro de 1379, sem oposição do rei, quando em Lisboa pontificava ainda, ao menos até janeiro do ano seguinte, D. Agapito Colonna (1371-1380), diretamente ou através dos seus vigários, sucedendo-lhe depois, por nomeação de Urbano VI, D. João de Agoult (1378-1380) e mais tarde D. João Gutiérrez (1381-1382), vindo com a comitiva inglesa (*MPVIII*/1, 312, 324-325; CUNHA, 1642: 264-265).

Quando Clemente VII de Avinhão (1378-1394) transferiu para bispo de Lisboa D. Martinho de Zamora, a tarefa confiada ao novo prelado, antes designado por Gregório XI para bispo de Silves (1373-1379), era, por muitas outras razões, extremamente difícil e de enorme responsabilidade, devido à complexidade do momento e às conjunturas envolventes em que se encontravam a cidade, a diocese, o reino e a Igreja.

Com efeito, Lisboa, capital do reino de Portugal, era, em 1379, uma cidade de cerca de 35 000 almas, organizadas em 25 freguesias; espraiava-se pelas suas colinas, ribeirinhas do Tejo, por 102 hectares de área urbana que, desde quatro anos antes, uma sólida e altaneira cerca nova protegia de ataques inimigos (MARQUES, 1987: 183). Mas vivia numa situação de calamidades endémicas que tinham como pano de fundo a grande depressão que se prolongava desde os anos da Peste Negra (1348) e a Guerra dos Cem Anos (1337-1453) a que Portugal não ficou alheio. Guerras devastadoras com cercos terrestres e marítimos tinham, por duas vezes, em 1369-1371 e em 1372-1373, convocado os seus homens, arruinado as colheitas dos campos, incendiado ruas, casas e tendas de comércio, afastado mercadores estrangeiros, deixado sem trabalho muitos homens dos mes-teres, ocorrências que coexistiram com anos de carestia e de fome (1374-1376) e um novo surto de peste (1374). Desvanecera-se, assim, aquele clima otimista de crescimento económico e prosperidade que, no dizer do cronista, o tesouro régio e a abundância traficada nos seus portos prometiam, quando o rei D. Fernando começara a governar, pouco mais de uma década antes (*CDF*: Prologo, 5-7). Vivia-se agora, apesar de tantos esforços de reconstrução, em grandes crises

nos valores da economia, da vida social, política e moral. Os impostos não paravam de aumentar e a moeda de se desvalorizar; face ao empobrecimento e com a ameaça da miséria, cresciam os protestos em Cortes (Lisboa, 1371; Évora, 1374, Leiria, 1376), as *uniões* populares de revolta, os tumultos de mal-estar, os concelhos que atraíam o monarca e se passavam para os castelhanos. O rei estava doente e, precocemente envelhecido devido ao envenenamento por peçonha que lhe fora sendo ministrado (TT, *Ch. D. Fernando*, lv. 2, f. 45v-46 e 65), ziguezagueava entre alianças e promessas diplomáticas mas deixara de arbitrar internamente as elites oligárquicas e os clãs rivais, como os Castros, os Teles e outros; a degradação crescente da situação fazia recear pelo futuro da dinastia e do reino. Não deixavam de pairar no ar novas ameaças bélicas e, com elas, novo ciclo de calamidades. Efetivamente, uma terceira guerra contra Castela estalaria entre 1381-1382, sendo Lisboa e depois o Alentejo também ocupados por um contingente militar de mercenários ingleses sob o comando do conde de Cambridge (1341-1402), vindos no âmbito da aliança firmada com a Inglaterra em 1373, que a pretexto de defensores, se tornaram outros invasores, inimigos e salteadores.

É certo que em Lisboa nem tudo foi negativo durante os cinco anos do episcopado de D. Martinho: desde 1377, a Universidade regressara de novo à cidade onde tinha nascido, rejuvenescendo e animando a sua população, mas trazia os costumados problemas de instalação, manutenção, recrutamento escolar, convivência com os moradores locais, enfim necessidade de reforma que a tornassem mais atrativa, prestigiada e frequentada. O próprio bispo iria contribuir para isso, levando ao papa um rol de súplicas do reitor, professores e estudantes do Estudo Geral de Lisboa, que veria na quase totalidade aprovadas. No mesmo âmbito de promoção cultural e imitando o que se fazia nas catedrais e mosteiros, fora fundado, em 1378, numa das torres do castelo, um cartório régio para guarda de antigas e novas escrituras e diplomas oficiais, arquivo que mais tarde se designaria por Torre do Tombo e viria a tornar-se instrumento essencial na administração do reino e guarda da memória nacional. Em 1377, o rei dera à cidade o Foral da Portagem, que regulava melhor os abastecimentos e tentava impedir novos surtos de fome. Enfim, em 1380 instituía-se a Companhia das Naus e as práticas de seguros marítimos para fomentar e proteger o comércio e outras atividades do mar; desde 1375, através da chamada Lei das Sesmarias, tentava-se alargar a área das terras cultivadas, aumentar a produção agrícola e impedir a proliferação de desempregados, pedintes e vagabundos.

Por sua vez, o território da diocese lisbonense, uma das nove do reino, era enorme, estendendo-se até aos limites das de Coimbra, Guarda e Évora. As

paróquias e colegiadas eram mais de centena e meia mas havia ainda problemas de povoamento em muitas zonas rurais e existiam áreas de jurisdição, isenções e privilégios pertencentes a poderosos mosteiros e sedes de ordens militares, como Alcobaça, Tomar, Palmela ou Avis, onde o Ordinário deveria agir com avisada prudência e exercer esclarecidamente os poderes da sua função, a fim de evitar desgastantes e dispendiosos conflitos, inquirições, sentenças, suspensões e recursos, tão frequentes na época. A situação do clero é mal conhecida. Do último sínodo, reunido por D. Gonçalo Pereira no distante ano de 1324, não conhecemos as disposições promulgadas, sabendo apenas que provocaram reações por parte do rei, da nobreza e dos clérigos, pelo que o bispo se viu obrigado a fazer composições que assegurassem a paz e ninguém fosse prejudicado nos seus direitos (*SYNODICON*, 1982: 315-317).

Por outro lado, desde 1378, a Igreja ocidental vivia, como acima referimos, numa situação de divisão de obediências a dois papas rivais, Urbano VI sediado em Roma e Clemente VII em Avinhão, que mutuamente se reclamavam de única legitimidade. Tal bicefalia, provocando o alinhamento dos reinos, contribuía para criar novos fatores de rivalidade em plena Guerra dos Cem Anos, aumentando a conflitualidade política, a confusão e disputas entre o clero e a perplexidade no povo cristão. Note-se, porém, que o cisma não era um mero acidente ou querela jurídica como tantas do passado e que facilmente se pudesse solucionar; era antes o culminar de um longo processo de mutações em curso desde há muito, de sintomas de alterações políticas estruturais e de emergência dolorosa do Estado moderno (PAYAN, 2009: 12-13).

Era, pois, extremamente delicado e complexo o momento em que Clemente VII, desafiando a autoridade de Urbano VI, num momento de vacância da sé, transferia de Silves para Lisboa o seu novo prelado, embora viesse dotado de experiência e com o beneplácito do rei que, desde há muito, o tinha na sua confiança e amizade.

Origens e primeiras funções

Segundo as fontes mais antigas, D. Martinho Anes era castelhano, natural de Zamora. Deve ter vindo para o nosso país entre os emigrados que de Castela fugiam às perseguições de Pedro I, o Cruel (1334-1369), ou à guerra civil desencadeada entre este e seu irmão, Henrique, conde de Trastâmara, futuro rei Henrique II (1334-1379). Sabe-se que tinha família em Portugal: um filho, de nome João Martins (*MPV* I, 216), três sobrinhos clérigos, Pedro Garcia, Fernando Garcia e João Garcia e ainda Fernando Estêvão Domingues, dito seu consanguíneo. Todos no tempo do prelado seguiam a carreira eclesiástica nas sés de Silves,

Lisboa ou Zamora e, por seu intermédio, dirigiam súplicas ao papa Clemente VII, impetrando canonicatos, prebendas, porções, benefícios ou lugares na Cúria papal (*CUP* II, 23).

Tendo estudado, provavelmente na Universidade de Salamanca, Martinho Anes era clérigo, licenciado em Direito Canónico e bom letrado, tendo já dado provas de inteligência e capacidade de negociação na colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, cujos cónegos o haviam escolhido para seu 25.º prior secular, em 1371 (OLIVEIRA, 1978: 70). Conhecido ali por D. Martim Anes, o seu priorado deve ter sido exercido com tanto empenho e eficácia que deixou fama de boa liderança e de clérigo zeloso, na Igreja bracarense e no seu cabido, de tal forma que este viria, por sua vez, a elegê-lo como seu arcebispo, embora tal eleição acabasse por ficar sem efeito e o eleito com alguma frustração, como veio a verificar-se.

Ao invés e ao que parece, por intermédio de Gonçalo Vasques, licenciado em Decretos, que alcançou para si o priorado de Guimarães, D. Martinho foi nomeado para bispo de Silves, em fevereiro de 1373, pelo papa Gregório XI (1317-1378) (*CDJI*: parte I, cap. XII, 24), acumulando, com a sua autorização, durante algum tempo a direção e benefícios do priorado no norte e do bispado no sul (*MPVI*, 36).

Percurso régio e curial

D. Martinho Anes de Zamora mostrar-se-ia um típico bispo medieval, cortesão, político e diplomata, de carreira inteiramente votada ao serviço do seu monarca, da sua Igreja e em missões da Cúria papal de Avinhão na época em que eclodia a crise do “Grande Cisma”. Como a outros seus contemporâneos, pode bem aplicar-se o que destes oficiais e embaixadores de D. Fernando dizia Fernão Lopes: “d’esta guisa eram todos aguços a poer em obra o que el-rrei mandava” (*CDF*: Prologo, 9). Algumas destas tarefas levaram-no a prolongadas ausências da sua diocese cujo governo deixou ao cuidado de vigários. Ocupou-se especialmente na instalação da Cúria avinhonense, tarefa que o entusiasmou a ponto de penhorar e vender bens próprios para diligentemente poder cumprir as missões a ela respeitantes (*MPV* III/1, 321 e 323). Tornado próximo de D. Fernando, viria a ser um dos seus principais conselheiros em política eclesiástica, acabando por demovê-lo a sair da neutralidade e dar a sua adesão ao papa Clemente VII. Mostrar-se-á, igualmente, grande opositor da aliança com Inglaterra, preferindo-lhe o alinhamento com a França, no que não conseguiu sobrepor-se a outros conselheiros e convencer o rei.

O serviço régio e missões políticas viriam a ser para D. Martinho tarefas prioritárias: em 1376 fazia parte da embaixada que, juntamente com o abade de



Fig. 80. Discurso de D. Martinho perante D. Carlos V, rei de França, sobre o Cisma. 1380 julho 14, pergaminho. Vaticano, ASV, Arm. LIV, t. 18 – De Schismate, vol. V, fls. 197-203v. ©ASV

Alcobaça e do cavaleiro eborense Álvaro Gonçalves foi impetrar do papa Gregório XI, metade da décima de todas as rendas eclesiásticas do reino, que pela bula *Accedit nobis* de 2 de abril, durante dois anos, poderiam ser utilizadas para fazer guerra aos mouros de Granada e Benamarrim. Em agosto de 1377 aceitava ser cooptado entre os três juizes de inquirição a D. Lourenço Vicente, arcebispo e metropolitano de Braga, levando consigo o meirinho-mor de Entre Douro e Minho, Lopo Gomes, e muita gente de armas para dirimir uma causa que, de alguma forma, o envolvera e desiludira, como referimos (MPV III/1, 183, 192; MARQUES, 1998: 343).

Foi em 7 de fevereiro de 1379, já em pleno Cisma do Ocidente, que D. Martinho, adepto do papa de Avinhão, foi por ele transferido para bispo de Lisboa, considerada, apressadamente, a sé vacante.

Entre abril e junho de 1380, depois de longos debates e hesitações do rei, até então neutro na contenda dos papas, seguindo na companhia do cavaleiro João Gonçalves e de Vasco Peres de Camões, D. Martinho chefiava uma embaixada de aparato, embarcada em duas grandiosas galés, levando a Avinhão a declaração oficial da obediência de Portugal. Fora feita por D. Fernando em janeiro, em Évora, como o bispo revelou no discurso feito diante do rei Carlos V, na corte de Paris, em 14 de julho desse ano, acrescentando que tinha presidido ele próprio à missa naquela sé e nela feito solene sermão (MPV III/1, 228-249). No seu longo discurso, em latim, D. Martinho fazia para o rei de França e sua Corte um resumo da História de Portugal, acentuando as suas origens borgonhesas, o parentesco e formação de D. Afonso, conde de Bolonha e futuro rei e propondo, para perplexidade do monarca português como se veio a saber mais tarde, uma aliança entre os dois países, contra a Inglaterra e ao lado de Castela.

Para o papa, D. Martinho levava longas listas de súplicas do monarca, da Universidade, do cabido, de outros clérigos, de nobres e de familiares da sua casa

(CDF: cap. CLVI, 543; MPVI, 4-29; MPV III/1, 244). Muitos, especialmente os pedidos do rei, iam pré-datados de 16 de novembro de 1378, para assim lhes ser reconhecido maior período retroativo de vigência jurídica, prática antiga da chancelaria papal (BAPTISTA, 1956: 25; MPV III/1, 320-323).

Não foi possível encontrar, nem no arquivo do Vaticano nem nos arquivos portugueses, o diploma dessa declaração oficial do reino que, apesar de obediência eclesiástica, tinha o objectivo político de consolidar a amizade com a França e dissolver a aliança recentemente feita com a Inglaterra (BAPTISTA, 1956: 42).

Os embaixadores ainda se encontravam em França no mês de setembro, ficando entretanto o bispo de Lisboa na Cúria papal, detendo poderes e executando várias comissões, algumas a pedido do rei de Portugal, se bem que não possamos fiar-nos na datação, certamente ajustada para o efeito: transformar um ermitério em mosteiro dependente diretamente do papa, em Azinhoso (26 de agosto de 1379); aplicar certos rendimentos de igrejas de Braga, de Lisboa e outras, em favor da Universidade (28 de julho de 1379); visitar igrejas e certos prelados designados (24 de setembro de 1380); poder de representar o papa no reino de Portugal (24 de setembro de 1380); exercer o privilégio de conceder capelania nos arredores de Avinhão (8 de maio de 1381); contrair e fazer empréstimo de dinheiros e objetos de ouro, incluindo um seu anel pontifical com safiras, uma esmeralda e quatro pérolas, que foram vendidas para obviar as necessidades da Câmara Apostólica (16 de julho de 1381); executar certas bulas, em 6 de setembro de 1381, sobre a diocese de Rochester, na Inglaterra ou ainda a congregar meios em Castela através de empréstimos para armar galés no porto de Sevilha que, pela via militar, combatessem Urbano VI e os urbanistas (MPV III/1, 320-323; 330).

O seu zelo por esta causa empolgou-o de tal forma que o levava a advogar o uso de meios violentos e a exceder-se em relação ao tratamento dado ao rival do papa de Avinhão e aos seus seguidores, apelidando-os de “*illam sectam*”, “*istius Bartholomeus*”, “*scellerato Bartholomeo et intruso*” (MPV III/1, 242-243 e 265), o que traduz bem o clima de agressividade exasperada em que as facções destes homens da Igreja se digladiavam na luta pelo poder.

Mas a adesão portuguesa ao papa de Avinhão duraria pouco tempo. Cerca de ano e meio depois, em 19 de agosto de 1381, na festa da Degolação de São João Baptista, na sé de Lisboa, e como faz notar o cronista (CDF: cap. CXXX, 459), depois da chegada aos arredores da capital de um contingente militar inglês pedido para a ajuda de uma já iniciada terceira guerra contra os castelhanos, seguindo o avisado conselho do arcebispo D. Lourenço Vicente de Braga, D. Fernando e o reino voltavam à obediência do papa Urbano VI de Roma (MARQUES, 1998: 346). Nesse mesmo dia, presidiria, juntamente com D. João Gutiérrez,

bispo de Dax vindo com a comitiva inglesa, aos desponsórios da infanta D. Beatriz com o jovem Eduardo, filho dos condes de Cambridge (*CDF*:cap. CXXX, 460).

Ignoramos em que situação a autoridade eclesiástica de D. Martinho ficou, pois há falta de documentação para os meses de dezembro de 1381 a julho de 1382. Por autoridade de Roma, com data de março deste último ano, o bispo D. João Gutiérrez era transferido de Dax, na Gasconha, para Lisboa (*MPV*III/1, 324 e 327). No entanto, sempre fiel a Clemente VII e apesar de, a conselho do monarca, se ter demorado fora do reino, em Avinhão ou pelo sul de França, D. Martinho retomou as suas funções de bispo de Lisboa, primeiro através dos seus vigários e depois, pessoalmente (*MPV*III/1, 324, 325 e 328).

O ano de 1383 é o que melhor podemos documentar na vida de D. Martinho Anes de Zamora. Se em 23 de fevereiro de 1383 teve lugar a conferência de letrados em Santarém onde foi ouvido o cardeal aragonês, D. Pedro de Luna (futuro papa Bento XIII), legado de Clemente VII, e debatidas as suas razões para levar Portugal a regressar à obediência clementista, segundo as atas (incompletas) desse encontro, o bispo de Lisboa não foi convocado nem esteve presente (BAPTISTA, 1956: 87). O que hoje seguramente sabemos pela documentação conhecida é que o rei e o reino não voltaram a mudar de obediência, como durante muito tempo, erroneamente, se afirmou e importa corrigir, afastando a ideia de D. Fernando ter procedido como um catavento nesta matéria.

Nos meses seguintes, encontramos o bispo lisbonense exclusivamente ocupado em tarefas de cariz diplomático régio: em março deslocava-se à fronteira para receber a embaixada castelhana chefiada pelo arcebispo de Santiago de Compostela, D. João Garcia Manrique, que vinha como procurador do rei João I receber a infanta D. Beatriz em casamento (*CDF*: cap. CLVIII, 547); em abril assistia, na câmara do rei, já gravemente doente, em Salvaterra de Magos, à escritura do contrato de casamento da infanta (*MPV*III/1, 338 e 417) e em 17 de maio acompanhava-a em Elvas e Badajoz aí participando no ritual solene, presidido pelo arcebispo de Sevilha, do seu enlace com o rei castelhano João I (*MPV*III/1, 417).

Em 22 de outubro de 1383, D. Martinho assistiu, no paço, à agonia e morte de D. Fernando (envolto como pedira no hábito de São Francisco), e presidiu às singelas exéquias de tumulação no convento de São Francisco da cidade de Lisboa. Em novembro, ao perfazer 30 dias foi ainda, certamente, ele quem celebrou a missa de saimento com a presença da rainha e dos grandes do reino já em grande tensão e em acentuado movimento de iminente rutura, pois a revolta lavrava surdamente.

Em 6 de dezembro de 1383, no mesmo dia em que o Mestre de Avis matava o conde Andeiro nos paços de São Martinho (ao Limoeiro), D. Martinho foi barbaramente assassinado, ao lado, na sua sé, tendo sido precipitado do alto da torre norte, depois de acutilado e esfaqueado, juntamente com o prior de Santa Maria da Oliveira, seu hóspede. Fernão Lopes refere que o Mestre tentou impedir a tragédia, mas que um irmão da rainha, o conde D. João Afonso Telo, objetara, decididamente, que não valia a pena, pois quer o matassem quer não, não faltaria outro bispo português que faria melhor que ele! (*CDJI*: parte I, cap. XI, 23). Porque o agrediram? De que o acusaram? A turba amotinada queria os sinos da sé a tocar a rebate e clamava vingança

contra o bispo, porque gritavam que ele era castelhano como o conde Andeiro e sabedor da conspiração de traição e morte que a rainha e João Fernandes queriam dar ao Mestre! A incriminação de “cismático” era mais uma desculpa para um agir cego e soez de alguns corifeus de uma multidão ululante que não olhava a meios num processo que no caos revolucionário aproveitava também para ajuste de contas pessoais.

Ignorando ainda a morte do prelado, o papa Clemente VII de Avinhão, por bula de 23 de dezembro, reconhecendo as suas qualidades e recompensando a dedicação e os méritos do seu fiel servidor distinguiu-o, elevando-o ao cardinalato, notícia que quando foi conhecida em Lisboa já o não achou vivo.

Ação como Ordinário de Lisboa

Sobre a ação episcopal de D. Martinho, escreveu D. Rodrigo da Cunha, seguindo Fernão Lopes e afastando o estigma segregador de cismático com que o haviam marcado para o eliminar. Era bom eclesiástico, continua o cronista (*CDJI*: parte I, cap. XII, 23-26) e foi de grandes merecimentos, pelo menos de grande

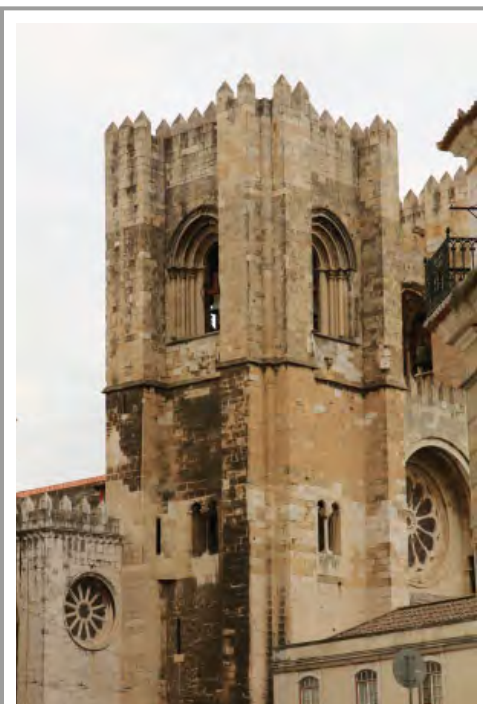


Fig. 81. . Torre norte da Sé de Lisboa. Lisboa, Sé de Lisboa. © DGPC.
Foto: José Avelar / Museu de Lisboa.

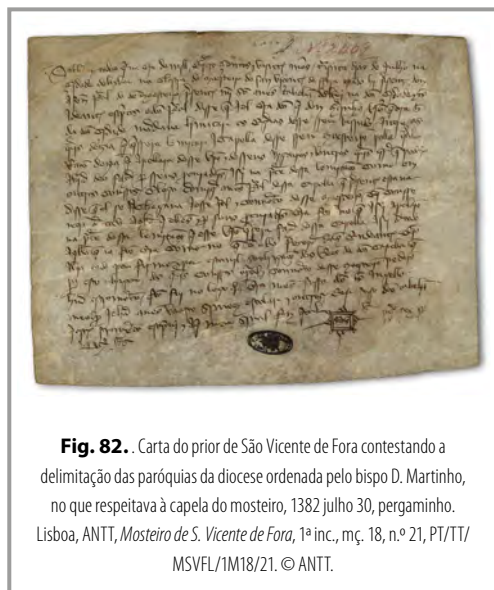


Fig. 82. Carta do prior de São Vicente de Fora contestando a delimitação das paróquias da diocese ordenada pelo bispo D. Martinho, no que respeitava à capela do mosteiro, 1382 julho 30, pergaminho. Lisboa, ANTT, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1ª inc., mc. 18, n.º 21, PT/TT/MSVFL/1M18/21. © ANTT.

negociação, sintetiza o historiador seiscentista. Foi exímio letrado, como se prova pelo bem argumentado discurso proferido na Corte de França, seguindo as mais eruditas regras da escolástica jurídica e tendo bom conhecimento e prática das fontes do Direito Canónico e dos seus glosadores (MPV III/1, 228ss).

A crónica ainda acrescenta que regeu muito bem a sua Igreja; era amigo do coro e do recolhimento, morava na claustra para poder participar nas horas canónicas e nos ofícios do cabido. Tinha um projecto de reforma que incluía a construção de casas para todos os cônegos habitarem

em comunidade, como nos tempos de outrora, e melhor poderem atender às suas funções litúrgicas e corais.

Devido a frequentes ausências, o governo do bispado foi exercido pelo vigário geral, Paio Nicolau (1380) e pelo vigário oficial João de Soure (1380 e 1382) (MPV III/1, 312-313). Com zelo de bom administrador, mandou fazer a delimitação das paróquias da diocese, por diploma de 30 de julho de 1382, para evitar atritos entre vizinhos e melhor poder fazer-se o enquadramento pastoral dos fregueses de cada uma (TT, *São Vicente de Fora*, 1.ª inc., mc. 18, n.º 21; MPV III/1, 313).

D. Martinho Anes acalentava, com o rei, um outro projecto de maior envergadura: a reorganização de toda a Igreja em Portugal, que colocasse as dioceses sufragâneas dependentes de metrópoles portuguesas e elevasse Lisboa a Sé metropolitana. A pedido do rei Formoso e do seu prelado, Clemente VII, pela bula *Nuper pro parte*, de 7 de junho de 1380, encarregava o bispo de Viseu e o abade de Alcobça de estudar esse plano global de remodelação dos bispados e a elevação de Lisboa a metrópole, para que não continuasse sujeita, em burocracias, hierarquia e deveres jurídicos, pastorais ou emolumentos financeiros, à galega Sé de Santiago de Compostela (BAPTISTA, 1956: 47-48 e 131-132). Esta é mais uma prova de que D. Martinho Anes, apesar de castelhano, natural de Zamora, além de zeloso pastor da sua Igreja, não era traidor e fazia diligências para dignificar a capital do reino, como fez, com êxito, com os privilégios conseguidos para a sua Universidade.

Neste domínio, D. Martinho fez pelo Estudo Geral o que talvez nenhum outro prelado tenha conseguido, impetrando e alcançando do papa benefícios e privilégios, quase todos respondidos com um “*fiat pro omnibus*”. A única exceção terá sido a restrição em criar uma Faculdade de Teologia – “*praeterquam in theologica facultate*” – dado que o privilégio do seu ensino superior já estava atribuído a certos conventos mendicantes. Por súplicas do rei e suas, Clemente VII renovava e confirmava-lhe com autoridade suprema, todas as prerrogativas concedidas pelos seus predecessores; aprovava a transferência de 1377 de Coimbra para Lisboa para que melhor se pudesse atender às necessidades e exigências de mestres e escolares; mas, desejando pôr fim à sua recorrente itinerância, fazia votos para que ela se mantivesse doravante em Lisboa, “*perpetuis temporibus*”. Pela bula *In superne dignitatis apostolice*, de 6 de junho de 1380, concedia-lhe o privilégio de os doutores nela formados poderem ensinar, sem necessidade de novo exame, em qualquer universidade da Cristandade – era o ambicionado *ubique docendi*. Atendendo um outro pedido do rei concedia-lhe, pela bula *Ad ea ex apostolice servitutis* do mesmo dia 6 de junho de 1380, que o monarca pudesse dispor dos rendimentos de certas igrejas de Braga, Lisboa e outras dioceses em favor e para dignificação do Estudo Geral (CUP II, 23ss; BAPTISTA, 1956: 132-133 e 134-135).

Em síntese: sucessores dos apóstolos na sua função de pastores, mestres da palavra divina e administradores, os bispos tinham ainda a tarefa de cuidar da unidade da Igreja; podemos dizer que as principais preocupações de D. Martinho, enquanto bispo de Lisboa, giraram em volta da ideia que então agitava os reinos e preocupava toda a Igreja ocidental: o da legitimidade papal, encarando a dualidade de pontífices como doença do século, cisma ou divisão ruínosa que em consciência urgia combater e anular. Os seus esforços encontraram eco no rei D. Fernando que, entre janeiro de 1380 e agosto de 1381, seguindo o seu conselho aderiu a Clemente VII, encarregando-o de chefiar a missão de obediência. Quando o monarca foi, por outros, convencido de que a legitimidade estava com Urbano VI, D. Martinho perdeu influência como conselheiro eclesiástico mas manteve a confiança do rei servindo-o em missões diplomáticas de alcance político e, ao que se julgava, de acalmia social e melhor consolidação dinástica. A morte prematura do monarca acarretou para ele a perda da sua própria legitimidade (OLIVEIRA, 1958: 127). No seu desencadear turbulento, os acontecimentos políticos arrastaram-no consigo como um dos fautores dos perigos que, justificando-os com o primado da ortodoxia, eram lutas de elites e clãs rivais mas, sem o saber, com essa violência gratuita haveriam de contribuir para cimentar as bases do sentimento nacional português (ARNAUT, 1960). A sua morte trágica vem descrita com pormenor e horror em Fernão Lopes no início da crónica de D. João I, para onde remetemos o leitor (CDJI: parte I, cap. XII, 23-26).

Memória

Ocupando lugar central entre os conceitos fundamentais da vida medieval, desde a sua injunção evangélica eucarística – “fazei isto em memória de mim” (Lc 22,19) – e com a obrigação da recordação litúrgica pelos vivos e pelos mortos, a memória era igualmente essencial no mundo profano pelo lugar dado à *consuetudo* e ao precedente para a legitimidade de um direito ou de certas instituições. A arenga dos diplomas não deixava de recordar as suas fraquezas para justificar, qual antídoto, as escrituras e a criação dos cartulários que evoluíram cada vez mais de instrumentos de administração para um papel de registo comemorativo (GEARY, 1996: 36).

Ignoramos se D. Martinho Anes de Zamora deixou testamento. Também não se sabe se deixou pedidos de sufrágios e se o seu nome chegou a figurar no *livro das kalendas* da sua catedral. Porventura, a morte inesperada, depois dos escassos mas incansáveis cinco anos ao serviço do rei, da Cúria papal e no governo da diocese de Lisboa, não lhe deu tempo de organizar as últimas disposições pessoais. Os tempos agitados e tumultuosos em que ocorreu a sua morte – sem luto nem funeral, exéquias ou sufrágios, até uma sepultura digna lhe foi negada, deixando que o corpo, desnudado, mutilado e arrastado pela ruas, fosse abandonado insepulto vários dias para servir de objeto de opróbrio e pasto dos cães – não foram propícios ao estabelecimento de uma memória imediata. Nenhum túmulo, nenhuma lápide, nenhuma pintura legou a sua figura à posteridade. Por outro lado, ignoramos se o arquivo da Sé foi saqueado ou incendiado no movimento arruaceiro que envolveu o seu assassinato. O facto de o *Inventário do Cabido* (1710-1716) ser mudo sobre este prelado pode entender-se como sintomático. Além disso, excetuado o discurso na Corte de Paris, não se conhecem escritos seus que possam servir aos historiadores para uma análise, em primeira mão, de sinais de escrita, do seu pensamento, projetos e intenções. Pelo que dele se conhece, sabe-se que foi um bispo superiormente dotado, tipicamente medieval, não separando o exercício do poder no serviço da sua Igreja do do seu rei e em sintonia estreita com o do papa que considerava verdadeiro.

Os termos em que Urbano VI, papa de Roma, enviou em 4 de novembro de 1384 ao novo bispo de Lisboa, por si nomeado, D. João Anes Escudeiro (1384-1402), um breve em que o autorizava a conceder perdão com diminutas penitências e castigos aos assassinos, mostra frieza de sentimentos (para espanto de D. Rodrigo da Cunha que, estranhando também o comportamento de indiferença do Mestre de Avis, invoca o caso do castelhano bispo de Palença que, pelo facto de ter sido apenas espancado por alguns cidadãos, em 22 de janeiro de 1319, levava o rei Afonso XI a ordenar a condenação à morte de quarenta implicados e



Fig. 83. Bula *Sedes apostolica* do papa Bonifácio IX outorgando a absolvição pontifícia de excomunhão pedida por João da Veiga, Silvestre Esteves e Estêvão Afonso, culpados pelo assassinato do bispo D. Martinho e de Gonçalo Vasques, prior de Santa Maria de Guimarães, 1385 novembro 4, pergamimho. Lisboa, AHML, Livro e Sumário das Bulas e Breves apostólicas do Senado da Câmara, n.º 1. © AHML.

a confiscação de todos os seus bens em benefício do bispo!). No breve urbaniano, o prelado D. Martinho é tratado com desprezo, negando-se-lhe o título do bispado que, efetivamente, detinha. Os assassinos de “um chamado Martinho, outrora bispo de Silves, cismático”, são classificados de “cidadãos com excesso de zelo e devoção”, agora arrependidos, que reclamavam ter frustrado um plano secreto do bispo e do prior de Guimarães para entregar a cidade nas mãos dos cismáticos. Tais termos são a clara expressão de uma oficial *damnatio memoriae*, longe da compreensão e benevolência de uma reintegração póstuma. Esta ainda tardaria, pelo menos até que o Concílio de Constança (1414-1418), a nível da Igreja universal, desse por bem feito tudo o que uns e outros pontífices e bispos ordenaram, sem sabermos se iguais sentimentos foram partilhados na Igreja local. D. Rodrigo da Cunha, seu sucessor, escrevendo dois séculos e meio mais tarde, é perentório: “Nós, contudo o contamos entre os bispos de Lisboa, assim para falarmos em nossas crónicas como porque depois o concílio de Constança deu por bem feito tudo o que uns e outros pontífices ordenaram” (CUNHA, 1642: 270v). Faltam-nos ainda estudos sobre o cabido lisbonense nesta conjuntura, para melhor se poderem esclarecer e compreender estes homens e estes tempos.

Mas a recusa de boa memória, segundo testemunho do cronista, alastrou também aos meios populares virando cantilena ligeira que as moças pelos campos de Lisboa, apanhando pedra pelas herdades cantavam altas vozes dizendo: “Esta

he Lixboa prezada, mirala e leixalla. Se quiserdes carneiro, quall derom ao Amdeiro; se quiserdes cabrito, quall derom ao Bispo” (*CDJI*: parte I, cap. CXV, 198).

A historiografia política dos nossos dias, de perspectiva inglesa, vê nele um amigo da França e defensor do partido apoiante da sua causa e, embora o apelide de clementista fanático, não deixa de reconhecê-lo como enérgico, capaz e de espírito virtuoso, conquanto que politizado (RUSSELL, 2000: 329 e 395).

Hoje, à distância, podemos, porém, concluir mais serenamente que D. Martinho, homem do seu tempo, foi um zeloso pastor da sua Igreja, infatigável ao serviço do papa que tinha por verdadeiro e um fiel servidor do seu rei e do reino que tinha escolhido para viver. A Universidade de Lisboa, recordada da sua história medieval, é-lhe altamente devedora de grandes benefícios e muitos privilégios alcançados: foi devido aos seus esforços que, verdadeiramente, se tornou uma universidade da cristandade e, pela universalidade dos seus diplomas, ficou em pé de igualdade com as mais conhecidas e famosas.

A Igreja de Lisboa teve no último dos prelados da primeira dinastia, numa época tão complexa, uma figura de grande envergadura moral e intelectual, esforçado em aumentar o seu prestígio pela cultura e pelas diligências diplomáticas, mas ficou mal amado pelo estigma com que o marcou o ódio de uma facção agressiva e pouco esclarecida dos seus contemporâneos.

Reconstrução sempre problemática e incompleta do que já não existe, a história é, como representação do passado, operação intelectual de seleção, arquivo e discurso crítico. O desencadear da revolução de 1383-1385 e o eco prolongado do seu triunfo marcaram a historiografia entre a boa e a má memória, entre o esquecimento e a recordação cultivada, correspondendo a *damnatio memoriae* do último reinado da dinastia à legitimação dos feitos da que se lhe seguiu. O trabalho de memória – lembrar-se, fazer memória – e o “dever de memória” de D. Martinho Anes, bispo de Lisboa, submetendo a sua herança a inventário, tornaram-se porém, matriz e condição necessária de escrita da sua história.

ARMANDO ALBERTO MARTINS

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: CASTRO, 1762-1763; *CDF*; *CDJI*; *CUP*; CUNHA, 1642; LEÃO, 1975; *MPV*; SANTARÉM, SILVA E LEAL, 1842-1869; SANTOS, 1988; *SYNODICON*, 1982; **Estudos:** ALMEIDA, 1967-1971; ARNAUT, 1960; BAPTISTA, 1956; Castilho, 1954-1975; GEARY, 1996; GOMES, 2005; LEVILLAIN, 1996; MARQUES, 1987; MARQUES, 1998; MARQUES, 2000; MARTINS, 2010; OLIVEIRA, 1958; OLIVEIRA, 1978; PAYAN, 2009; PERES E CERDEIRA, 1928-1974; RUSSELL, 2000; VALOIS, 1891.

Arcebispos de Lisboa,
séculos XIV-XVIII



OS ARCEBISPOS DE LISBOA (1393/1395-1710)

A criação do arcebispado

Devem-se ao rei D. Fernando as primeiras diligências com vista à criação do arcebispado de Lisboa, efetivada mais tarde pela execução da bula *In eminentissimae dignitatis* (10 de novembro de 1393) de Bonifácio IX (*PROVAS*, 1946-1954: I, 364-369; ALMEIDA, 1967-1971: I, 283-284). Tendo como pano de fundo o então recente conflito que viria a dividir a Cristandade, durante as quatro décadas seguintes, entre a obediência ao papa de Roma e ao papa de Avinhão, tais movimentações revestiram inicialmente a forma de um pedido régio, formulado em 1380, ao avinhonense Clemente VII. Com o propósito de aproveitar a solicitude e a benevolência de um pontífice que havia recebido a obediência do monarca português desde o início desse ano, lia-se na iniciativa régia uma igual vontade em promover os assuntos de um bispo de Lisboa que fora até então um dos seus mais fiéis apaniguados, D. Martinho Anes de Zamora.

O assunto foi levado à atenção do pontífice pelo próprio bispo olisiponense no âmbito de uma missão diplomática efetuada a Avinhão, que culminou na emissão de uma bula (7 de junho de 1380), pela qual Clemente VII ordenou ao abade de Alcobaça e ao bispo de Viseu a elaboração de um inquérito sobre a possibilidade de uma remodelação das dioceses portuguesas (*MPV* III/2: 523). Segundo o referido documento, a questão havia sido suscitada por D. Fernando, que propunha a elevação da diocese de Lisboa a Igreja metropolitana e a criação de quatro ou mais dioceses sedeadas em vilas que gerassem rendimentos eclesiásticos suficientes para tal. Para além disso, sugeria o monarca que se adscrivesse à nova metrópole os territórios eclesiásticos no espaço galego sob domínio do arcebispo de Braga e os territórios eclesiásticos em Portugal sobre domínio comostelano ou outro. Curiosamente, a justificação avançada para uma tal remodelação seguiu um raciocínio de cariz eminentemente pastoral: por causa da distância das suas sedes, tais espaços não eram objeto da visita dos respetivos arcebispos, com prejuízo evidente para a salvação das pessoas que aí viviam (BAPTISTA, 1956: 188).

Na verdade, ainda que a questão da obediência não tivesse sido aflorada, dado que Portugal seguia por essa altura o partido clementino e Castela

permanecia numa “neutralidade” latente, o que estava em causa era a falta de adequação das fronteiras eclesiásticas às fronteiras políticas estabelecidas entre Portugal e Castela desde os finais da centúria anterior. Mais do que o argumento geográfico propalado pelo monarca, a soberania da Sé de Lisboa sobre as dioceses portuguesas anteriormente sob domínio de metrópoles castelhanas viria a resolver um problema que extravasava o campo da jurisdição eclesiástica para a própria atuação política.

O desígnio fernandino rapidamente caiu por terra, desde logo pelas profundas implicações que a sua realização acarretaria para cada um dos referidos reinos, para os respetivos prelados e para a vivência religiosa de ambos os lados da fronteira. Por certo, também não teria ajudado o facto de D. Fernando não ter perdurado na obediência clementina. Pressionado pelo partido inglês desembarcado em Portugal no mês de julho de 1381 – no quadro de uma parceria anglo-portuguesa destinada a combater o rei castelhano João I – D. Fernando proclamou em agosto desse ano a sujeição de Portugal ao papa romano Urbano VI, alinhamento do qual o reino nunca mais se desligou formalmente (*MPV* III/2: 294). Falecido o monarca português em outubro de 1383, assassinado o bispo olisiponense pró-clementino D. Martinho Anes de Zamora, menos de dois meses mais tarde, gorou-se por algum tempo a ideia de um arcebispado sediado em Lisboa.

O projeto reavivar-se-ia uma década mais tarde, sob os auspícios de uma conjuntura mais favorável. No trono português sentava-se agora D. João I (1385-1433), antigo mestre de Avis, fundador de uma nova dinastia e timoneiro de um processo de afirmação do poder régio sobre as forças sociais do reino e do fortalecimento da independência portuguesa e da obediência romana face ao seu vizinho castelhano e clementista (cf. COELHO, 2005). Em Roma, a cátedra de São Pedro, que havia sido de um Urbano VI cada vez mais distante dos interesses portugueses no final do seu pontificado (BRÁSIO, 1959: 109), era agora ocupada por Bonifácio IX, membro de uma família baronal napolitana. Ainda que o tema careça de uma investigação mais aprofundada, D. João I parece ter encontrado neste papa um assíduo promotor dos seus interesses, ou não tivesse sido este a conceder-lhe, em 1391, um conjunto não despidendo de graças: a absolvição por ter incorrido em sentença de excomunhão, a dispensa dos votos de religião e do defeito de nascimento, a habilitação para casar e para reinar sobre o reino lusitano (SANTARÉM, SILVA E LEAL, 1842-1869: IX, 394-395; BRÁSIO, 1959: 110). É, pois, neste quadro de bom entendimento com o papado – o qual terá motivado, aliás, a incorporação, nesse mesmo ano, de duas galés portuguesas na armada pontifícia –, acrescido de um novo período de paz com Castela, resultante

das tréguas estabelecidas por quinze anos (1393-1408) (COELHO, 2005: 90-94) – que o assunto da criação do arcebispado de Lisboa voltou à ordem do dia.

É provável que este tivesse sido reavivado desde o início da década, dado que o pontífice mencionou, em 1393, que a concessão havia sido efetuada após um inquérito anterior levado a cabo junto dos bispos do Porto, de Coimbra e de Viseu e a análise da questão pelo vice-chanceler apostólico Francisco Prignani, cardeal-bispo de Palestrina.

Ainda que semelhante em alguns pontos com o projeto fernandino, a argumentação justificativa avançada por Bonifácio IX na bula *In eminentissimae dignitatis* é muito mais complexa e, por isso, também mais interessante. Desde logo, é importante sublinhar que o pedido ao papa é encabeçado pelo rei, mas também pela Câmara de Lisboa. Ou seja, mais do que um mero desígnio régio, a criação do arcebispado é igualmente um desígnio das forças dirigentes da urbe. E, em abono da verdade, o primeiro conjunto de justificações elencado pelo pontífice relaciona-se com a projeção social e económica adquirida pela cidade nesse final do século XIV. Com efeito, D. João I declarara ao pontífice que frequentava assiduamente a urbe, aí residindo durante muito tempo, inclusive na altura do próprio pedido (PROVAS, 1946-1954: I, 364). Lisboa era vista igualmente a partir da sua preeminência social, porquanto aí viviam muitos homens probos, tanto militares e letrados quanto mercadores e oficiais e muitas outras gentes. O elemento económico não era esquecido, sobretudo porque se tornava essencial mostrar que a metrópole em devir tinha a capacidade de gerar rendimentos suficientes para a sustentabilidade económica do respetivo corpo eclesiástico. Para isso, sublinhava-se a sua fecundidade em vitualhas e bens de consumo necessários ao abastecimento das pessoas, referindo-se Bonifácio XI à proteção conferida pela fortificação natural do seu porto de mar. De forma mais ou menos velada, era jogada desde o início a carta da “dignidade” da cidade – qual percursor das “grandezas” de Lisboa que viriam a constituir um tema literário nos séculos XVI e XVII. Desde logo, o novo arcebispado justificava-se pelas suas estruturas, pela ligação com o rei e pelas suas gentes.

Prosseguindo na argumentação apostólica, só depois eram salientados os aspetos eclesiásticos e religiosos. Como seria de esperar, o argumento simbólico não é esquecido. O pontífice declara que a cidade de Lisboa possui uma catedral, na qual repousam as relíquias do mártir São Vicente, proficuamente veneradas. Fazendo uma ligação implícita com a capacidade desse lugar de peregrinação em gerar riqueza, refere que a catedral é servida por um corpo suficiente de clérigos e por uma mesa episcopal, a qual pode, de forma “meritória suportar a honra arquiépiscopal e metropolítica” (PROVAS, 1946-1954: I, 366-367).

A questão do Cisma e do relacionamento entre os seguidores das duas obediências surge somente em terceiro lugar na argumentação do pontífice. É sublinhado, nessa altura, o papel que as gentes da cidade desempenharam junto do rei na obtenção da vitória sobre os castelhanos, aí designados como “cismáticos e hereges”, numa clara associação entre a nova dinastia lusitana e a Igreja de Roma, desenvolvida posteriormente por Fernão Lopes na sua *Crónica de D. João I* (VENTURA, 1997: 80). Em seguida, o pontífice recuperou o argumento geográfico anteriormente avançado por D. Fernando, agora adensando-o. Com efeito, a Sé de Lisboa, à semelhança das suas congéneres da Guarda, de Évora e de Lamego, dependia da província de Compostela, ao passo que a diocese de Silves pertencia à metrópole de Sevilha. Mais do que meramente implantadas em terra de cismáticos – na argumentação do papa romano –, estas encontravam-se geograficamente distantes das suas sedes, pelo que nunca eram visitadas pelos respetivos prelados. O papa consolidou esta argumentação pela referência à organização judicial de tais espaços, uma vez que esse distanciamento constituía igualmente um óbice para aqueles que tinham de ir responder ou prosseguir apelações nas Sés metropolitanas, pelos muitos incómodos que isso causava e pelos perigos suscitados pelas necessárias viagens. Por fim, e recuperando o *leitmotiv* avançado na década anterior, é referida a divergência entre as geografias eclesiástica e política dos dois reinos. Qualificada como uma “discrepância”, ela é sobretudo propiciadora de múltiplos incómodos, nomeadamente para as pessoas que se viam assim subordinadas a prelados pertencentes ao outro reino, situação igualmente potenciadora de confrontos bélicos.

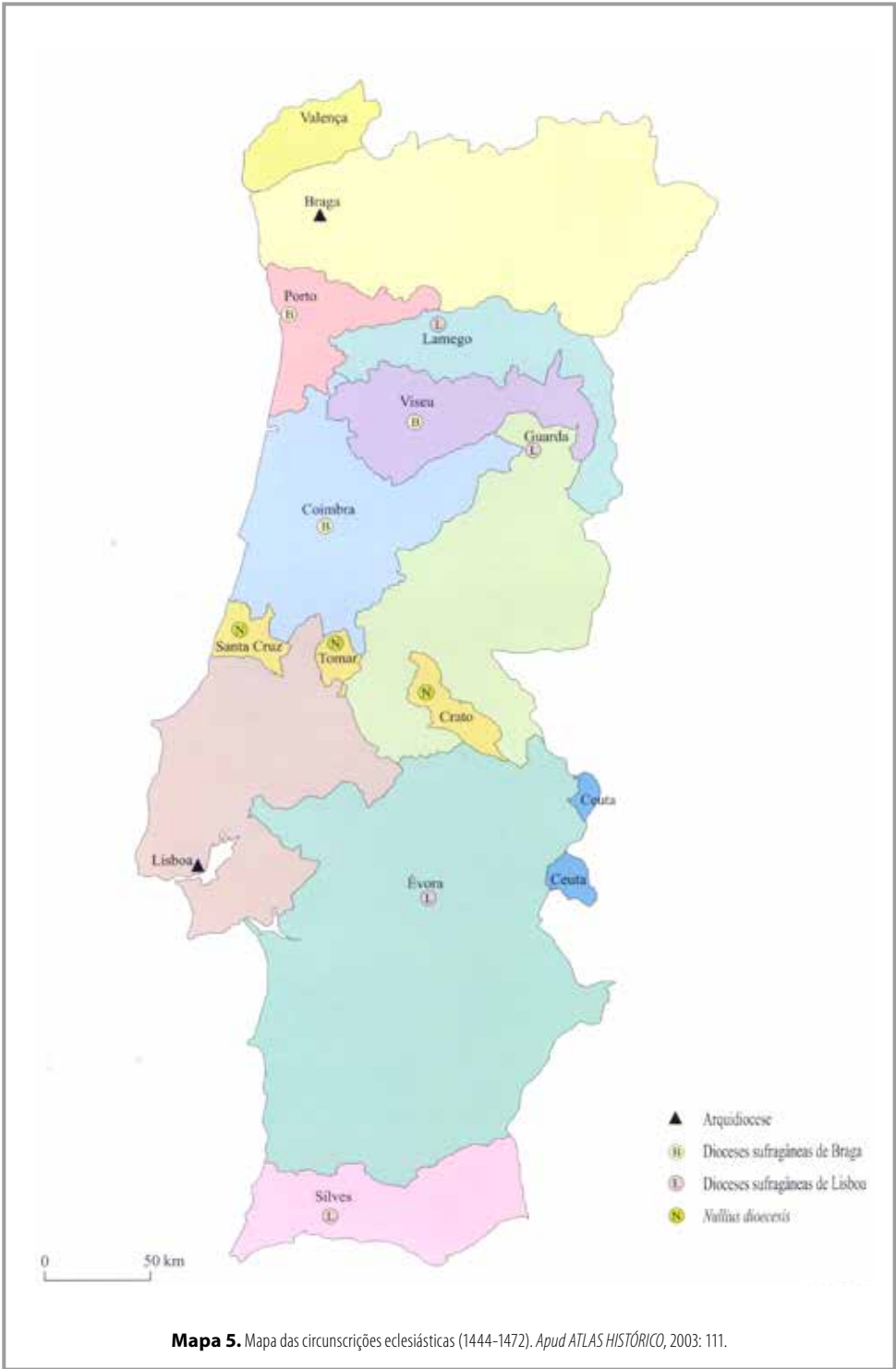
É, assim, nessa tríplice perspectiva de evitar perigos e escândalos, de favorecer um rei meritório e uma população fiel e devota, que o monarca e a Câmara de Lisboa solicitavam a libertação dessas dioceses da jurisdição compostelana e sevilhana, subordinando-as à catedral lisiponense, erigida na ocasião em dignidade metropolitana.

De forma lapidar, Bonifácio IX evoca o cerne da questão: a Igreja de Lisboa, “que sempre tinha sido filha, passa agora a ser mãe” (PROVAS, 1946-1954: I, 367). O seu titular, promovido à dignidade arquiépiscopal, passava a ter o poder de receber todas as causas dos seus sufragâneos, dos bispos e de todos os demais clérigos abrangidos pelo foro eclesiástico, sendo a sua nomeação arquiépiscopal consignada em bula específica, datada do mesmo dia da ereção da diocese em metrópole (PROVAS, 1946-1954: I, 367-368; BRÁSIO, 1957: 52-53). Prevendo as dificuldades da sua aplicação a todas as pessoas de qualquer estatuto, ordem e condição – inclusivamente arcebispos, bispos e reis –, o pontífice concedeu o

prazo de oito dias, após a sua publicação, para o cumprimento do referido mandado, sob pena de excomunhão.

Indubitavelmente, Bonifácio IX não ignorava os efeitos nefastos que esta reorganização traria para o exercício da jurisdição e para os cofres dos metropolitas compostelano e sevilhano. E não tardou que estes últimos reagissem, movendo influências junto da Cúria de Avinhão. Aproveitando a nomeação do aragonês Pedro de Luna como novo papa avinhonense, com o título de Bento XIII, o arcebispo de Compostela conseguiu, em outubro de 1394, que as dioceses galegas anteriormente sufragâneas da metrópole bracarense passassem para o seu domínio (*COLECCIÓN DOCUMENTAL*, 2000: 329). Dessa forma, tanto o pontífice romano quanto o avinhonense contribuíam, cada um à sua maneira, para fazer confluir as circunscrições eclesiásticas com o mapa político da parte ocidental da Península Ibérica. Tais diligências não terão sido estranhas à demora verificada na execução da bula *In eminentissimae dignitatis*, a qual, pela via de diversos indícios, se percebe ter tido lugar somente dois anos após a respetiva concessão, entre os finais de junho e princípios de agosto de 1395 (COSTA, 1989: 26; BARROCA, 2000: 2083). Por um lado, a documentação local olisiponense designa João Anes Escudeiro como bispo de Lisboa até junho de 1395, ao passo que a primeira referência conhecida à sua nova dignidade, consignada na documentação local, data somente do dia 9 de agosto (TT, *Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, mç. 7, n.º 330; AHASS, *São Julião*, cx. 4, n.º 100). Pelo outro, os traslados das bulas de criação da arquidiocese e da promoção do arcebispo, passadas aos representantes dos bispos sufragâneos para respetiva publicação, foram concedidos aos procuradores episcopais a mando do arcebispo D. João Escudeiro, a 11 de setembro de 1395, no caso da Guarda e quatro dias mais tarde no caso de Évora, certamente passado o tempo necessário para chamar a Lisboa os representantes dos prelados das suas novas dioceses sufragânea (*PROVAS*, 1946-1954: I, 364-369; *MPV* III/2: 468).

Perspetivados os contornos da sua criação, importa evidenciar alguns dos traços globais que configuraram a história do arcebispado de Lisboa ao longo dos seus três séculos de existência. Tarefa difícil pela parcimónia da investigação disponível, como também pelo carácter multiforme da sua definição. Com efeito, o termo *arcebispado* pressupõe uma configuração institucional que congrega a dimensão diocesana (*arquidiocese*) e a relação de superioridade hierárquica e jurisdicional que mantem com as dioceses sufragâneas (*metrópole ou província eclesiástica*). Nessa perspetiva, ser-nos-á particularmente útil a ideia do arcebispado como uma circunscrição eclesiástica adscrita ao múnus de um arcebispo, pelo que a sua história vincula-se de forma decisiva à história destes últimos.



Nesse sentido, procurar-se-á insistir nos grandes traços que caracterizaram a história do arcebispado do ponto de vista dos seus dirigentes. Quem foram? O que fizeram? Ao respigar alguma da muita informação carreada nas biografias apresentadas – estas sim o núcleo e o pretexto da presente obra –, pretender-se-á esclarecer, de forma sucinta, as dimensões do recrutamento e do perfil sociológico dos arcebispos e os contornos da sua ação no governo da diocese.

O recrutamento arquiépiscopal

Desde a promoção arquiépiscopal de D. João Anes Escudeiro (1393/1395) à morte de D. João de Sousa (1710), foram 20 os prelados que ocuparam a cátedra olisiponense. De uma forma geral, os respetivos magistérios sucederam-se sem grandes intervalos de tempo, com a exceção de uma vacatura entre 1643 e 1670, motivada pela demora na resolução do conflito entre Portugal e Espanha após a Restauração, durante a qual as postulações dos candidatos apresentadas pelos monarcas da nova dinastia bragantina não foram confirmadas por Roma (PAIVA, 2000c: 159).

Durante estes mais de três séculos, dificilmente se poderá falar num perfil sociológico único de prelado. As nomeações de qualquer bispo dependiam, à época, de um conjunto de fatores relacionados com os poderes capazes de intervir no processo, com o enraizamento social e funcional dos candidatos e com as próprias conjunturas políticas vigentes em Portugal e na Cúria romana, como bem chamou a atenção recentemente José Pedro Paiva em síntese paradigmática (PAIVA, 2016a: 161-162). Com relação aos poderes capazes de intervir na escolha do prelado olisiponense, um dos traços principais da evolução histórica das nomeações arquiépiscopais consiste no esbatimento da influência da eleição levada a cabo pelo cabido catedralício de Lisboa. Subsistem resquícios da sua eficácia em diversas nomeações episcopais efetuadas ao longo do século XIII (BRANCO, 1998: 85, 90) até que, no século seguinte, os papas de Avinhão preferiram cada vez mais a provisão apostólica, em detrimento da confirmação dos candidatos postulados pelas respetivas instituições capitulares. Tal facto significou, no caso de Lisboa, entre outros aspetos, a nomeação, durante a segunda metade de Trezentos, de um conjunto de prelados estrangeiros, desde D. Estevão de la Garde a D. Martinho Anes de Zamora (1344-1383). A incapacidade capitular em fazer vingar a postulação ordinária que o Direito Canónico lhe concedia acentuou-se no final da Idade Média e no restante período moderno, sem que isso tenha motivado a continuação do recrutamento de prelados oriundos de fora de Portugal. É provável que esse facto esteja relacionado com a crescente presença de portugueses em lugares de destaque na Cúria romana, a partir do início do século xv. Com efeito, acabava por ser em Roma, dentro e fora do

Consistório, que se plasmavam as diversas solidariedades e promoções dos candidatos e onde, em última instância, era decidido o prelado a eleger.

Mas, a par das vontades dos membros do corpo episcopal, dos cardeais e restantes curiais portugueses residentes na Cúria ou grandes famílias cortesãs – as quais poderiam ser mais ou menos eficazes consoante as conjunturas políticas e sociais vividas em Portugal e na Cúria –, uma outra foi assumindo um carácter preponderante: a vontade dos monarcas. Para isso, importa sublinhar que os três séculos de recrutamento arquiépiscopal em análise assistiram à institucionalização de um processo destinado a dar foro legal à indigitação do candidato régio.

A prática de recrutamento de um episcopado entre clérigos portugueses e da esfera de influência dos monarcas, com raízes anteriores, reforça-se claramente com o advento da nova dinastia de Avis, na “interação da lealdade, serviço e benefício” (VENTURA, 1997: 244). Na maior parte dos casos, o rei escolhe clérigos dotados de uma formação universitária adquirida no estrangeiro e conhecedores dos meandros do seu Desembargo, a começar com o segundo arcebispo de Lisboa D. João Afonso de Azambuja (1402-1415). Este período correspondeu a uma fase global de entendimento nas relações entre a Coroa e os prelados de Lisboa, só rompido com o arcebispo D. Pedro de Noronha e o seu alinhamento pelo partido da rainha D. Leonor contra o infante D. Pedro no conturbado período da regência e da menoridade de D. Afonso V, após a morte do rei Duarte (MORENO, 1979-1980: II, 899-900; GARRIDO, 2007: 69).

A questão da apresentação ou da postulação dos prelados pelo rei voltou à ordem do dia no contexto do Basileia (1431-1445), durante o qual foi solicitado aos embaixadores portugueses que procurassem obter uma graça apostólica que fizesse depender o provimento episcopal de uma necessária aprovação régia. Posteriormente, o infante D. Pedro conseguiu, ainda que sob aprovação pontifícia, se fizesse “recair sobre o rei a escolha dos bispos” (VENTURA, 1997: 85, 245). Mas é no século seguinte que se assiste à consolidação de todo o sistema, quando a bula *Eximiae devotionis*, de 1 de fevereiro de 1562, concedeu ao monarca português a faculdade perpétua de nomear os membros do episcopado luso (PAIVA, 2000c: 138). Contudo, somente a partir de 1740 conseguirão os monarcas portugueses nomear e apresentar formalmente, ou seja, propor *ad apresentationem* os prelados do reino (PAIVA, 2005: 48).

Não é, por isso, surpreendente, que os prelados lisiponenses testemunhem, a partir de Quatrocentos, ligações privilegiadas com o monarca, desde logo pela pertença a famílias da nobreza cortesã (Britos, Noronhas, Coutinhos, Nogueiras), acrescida geralmente de um percurso no serviço régio. Neste particular, é significativo realçar o sucesso de algumas destas famílias, oriundas da própria

cidade, em fazer guindar alguns dos seus membros ao topo da hierarquia eclesiástica da urbe, como sucedeu com D. João Afonso de Azambuja e D. Afonso Nogueira. As promoções de arcebispos como D. Fernando Meneses Coutinho e Vasconcelos, capelão-mor do rei D. Manuel, de D. João Manuel de Ataíde, esmoler de D. Filipe II ou, já no século XVIII, do cardeal D. Luís de Sousa e do capelão-mor D. João de Sousa, provam que o referido perfil perdurou nas escolhas régias para o arcebispado nas centúrias posteriores, ainda que estes exemplos atestem também o poder das solidariedades sociais. Com efeito, o primeiro pertencia a uma das mais importantes famílias do reino e o segundo era sobrinho do igualmente arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro; sem esquecer que o próprio D. João de Sousa muito deveu, para o sucesso do seu percurso, à intercessão do seu tio D. Diogo de Sousa, arcebispo de Évora. Não é, por isso, surpreendente, que a quase totalidade dos arcebispos biografados por José Pedro Paiva para o período moderno fossem justamente de extração nobre (PAIVA, 2005: 53).

Contudo, o recrutamento arquiépiscopal a partir do século XV marcou igualmente o início de um outro elemento que se revelaria estruturante. A escolha para arcebispo de D. Jaime, filho do infante D. Pedro, ainda que certamente decorrente dos esforços e das manobras na Cúria a mando da sua tia D. Isabel, duquesa de Borgonha, revelou um renovado interesse da família real pelo provimento nas Sés mais rendosas do reino. Prosseguindo uma atitude de quase mimetismo face a algumas famílias nobres da Corte, tal estratégia torna-se mais clara a partir do reinado de D. Manuel, procurando “colocar os próprios membros da família real na alta hierarquia da Igreja – para controlar o clero nacional e obter posições estratégicas em Roma para defender interesses na Cúria” (PAIVA, 2000c: 148-149). Este facto traduziu-se na obrigatoriedade da recomendação régia do futuro arcebispo, certamente para impedir casos de provimentos não caucionados pelo monarca, como aconteceu no início do século XVI, com a abdicação de D. Jorge da Costa em favor do seu irmão D. Martinho (PAIVA, 2006: 40). Coube a D. João III concretizar esta estratégia, com a obtenção na Cúria da confirmação do seu irmão D. Afonso como arcebispo de Lisboa, em 1523. Já depois da morte do referido monarca, a cátedra olisiponense chegou a ser ocupado cardeal-infante D. Henrique, um outro filho do rei D. Manuel. D. Afonso e D. Henrique são considerados, nesta perspectiva, como os exemplos mais tangíveis deste projeto, o qual, aliás, não se desligava de um processo concomitante de promoção destas personagens na Cúria sob a forma de reserva da dignidade cardinalícia para os membros da família régia (BUESCU, 2008: 207-214). Em virtude da importância dada pela Coroa à obtenção do cardinalato

– sem sucesso ao longo do século XIV (FARELO, 2016b: 291-309) e melhor conseguida a partir do início da centúria seguinte –, vários foram os arcebispos que beneficiaram da púrpura cardinalícia ao longo deste período: D. João Afonso de Azambuja, D. Jaime, D. Jorge da Costa, cardeal-infante D. Afonso, cardeal-infante D. Henrique e D. Luís de Sousa.

Como seria de esperar, a tendência em prover membros da família régia no arcebispado foi interrompida durante o período Áustria (1580-1640). O recrutamento dos arcebispos passou então pela ligação e promoção de candidatos oriundos de grupos familiares portugueses próximos da Corte régia espanhola, de onde resultaram promoções como as de D. Miguel de Castro e de D. Afonso Furtado de Mendonça (PAIVA, 2005: 50 e GIEBELS, 2011: 123).

Após 1640, permanece a ligação régia à nomeação arquiépiscopal, agora mediada pelos pareceres do Conselho de Estado, assim como a ligação à Cúria, agora sob a forma de uma averiguação das qualidades do candidato, efetuada em Lisboa sob supervisão da Nunciatura. A aristocratização da função manteve-se também até ao final deste período, antes do seu esbatimento em plena época pombalina (PAIVA, 2000c: 227-228). Em termos de percursos académicos, o período pós-filipino não parece trazer uma inovação de monta. A formação universitária no estrangeiro, que havia sido apanágio de alguns dos prelados de Quatrocentos – com a exceção de D. Pedro de Noronha que não parece ter adquirido qualquer grau académico –, passou a ser realizada no reino. A importância dada pelo Concílio de Trento (1545-1563) à formação do clero e a centralidade que atribui ao bispo no controlo da vida religiosa das respetivas dioceses ajuda a perceber o significativo aumento do número de arcebispos detentores de graus académicos (PAIVA, 2005: 55). Com efeito, a partir de 1670, raros foram os arcebispos que não frequentaram a Universidade de Coimbra, onde, aliás, vários deles se doutoraram em Direito Canónico.

Para além dos interesses da política régia e da preparação académica dos candidatos à nomeação arquiépiscopal, as qualidades pessoais e o percurso eclesiástico não deixariam de ser também tidos em conta. E, numa diocese como a de Lisboa, uma das mais rentáveis, associada à capital do reino, o seu provimento acabou por constituir uma forma de recompensar membros da família régia ou prelados experientes próximos da Corte. Com efeito, Lisboa assumiu-se como uma diocese de “chegada”, ou seja, como último patamar de uma carreira no episcopado, pontuada pela passagem por uma, duas ou mais dioceses. Na verdade, entre os séculos XV e XVIII, somente três dos arcebispos de Lisboa não passaram anteriormente por outra diocese (D. João Anes Escudeiro, D. Jaime, D. Martinho da Costa e D. Jorge de Almeida. Durante o século XV, os arcebispos

de Lisboa foram recrutados predominantemente entre os antigos prelados de Évora (casos de D. Diogo Álvares de Brito, de D. Pedro de Noronha e de D. Jorge da Costa) ou de Coimbra (casos de D. João Afonso de Azambuja, D. Luís Coutinho e D. Afonso Nogueira), embora, do “grupo coimbrão”, o primeiro tenha passado antes por Silves e pelo Porto e o segundo pela diocese viseense. O mesmo perfil se deteta no século seguinte, com D. Fernando Meneses Coutinho e Vasconcelos a passar antes pelo bispado de Lamego e D. Miguel de Castro pelo de Viseu. No entanto, o facto de nesta centúria terem passado pela cátedra dois infantes provocou inovações de monta. Com efeito, o cardeal-infante D. Afonso acumulou o arcebispado de Lisboa com a diocese de Évora, enquanto o seu irmão D. Henrique foi o único arcebispo de Lisboa que não faleceu na respetiva cátedra. Este último também constituiu o primeiro caso de rotação entre arcebispos, dado que passou a Lisboa depois de ter estado em Braga e em Évora.

Esta tendência acentuar-se-á no século seguinte, uma vez que os arcebispos D. Afonso Furtado de Mendonça e D. Rodrigo da Cunha saíram da cátedra bracarense para Lisboa. Estes dois prelados constituem, aliás, os que mais cátedras detiveram de todos os nomeados entre 1500 e 1820, pois passaram por quatro dioceses (PAIVA, 2000c: 226; PAIVA, 2005: 51). O início do século XVIII não trouxe qualquer inovação a este nível: o percurso episcopal de D. João de Sousa assemelhar-se-á ao *cursus* de D. Rodrigo da Cunha, também ele bispo do Porto e arcebispo de Braga antes de ganhar a cátedra de Lisboa.

Tais percursos determinaram necessariamente a duração dos governos destes prelados na cátedra lisiponense. Assim, aos longos magistérios dos arcebispos de Quinhentos suceder-se-ão, na centúria seguinte, desempenhos episcopais mais curtos, coroando já longas carreiras com a passagem por uma ou mais dioceses do reino.

O governo da arquidiocese

Não é fácil descortinar, de forma detalhada, as diversas implicações e matizes das ações governativas protagonizadas por cada prelado, ao longo destes três séculos de vida do arcebispado. Ainda assim, sabe-se que a criação arquiépiscopal acarretou, desde logo, alterações na tessitura jurisdicional e na geografia eclesiástica lisiponenses. Desde logo, o novo arcebispado permitiu a criação de uma nova configuração hierárquica. A par das prerrogativas judiciais, pastorais e administrativas inerentes à condição de ordinário na sua diocese, o novo arcebispo assumiu em paralelo competências de supervisão sobre a ação dos bispos da sua província. Os laços de dependência evidenciavam-se desde a tomada de posse, através do juramento de obediência que cada um dos prelados sufragâneos tinha

de prestar ao seu metropolitano. Os poucos dados existentes fazem pensar que, apesar de terem obedecido ao mandato apostólico, os novos bispos sufragâneos do arcebispado de Lisboa dificilmente terão encarado esta nova realidade com entusiasmo. Sabe-se que assim não aconteceu, pelo menos, no caso do bispo eborense, já que este parece ter obtido do papa, no ano seguinte à execução da *In eminentissimae dignitatis*, uma bula de isenção face à autoridade do arcebispo olisiponense (CASTRO, 1762-1763: III; 123). Sem que se conheça a cronologia exata, as resistências continuaram, no início da década seguinte, ao ponto do antístite de Lisboa solicitar, em 1408, a ajuda do braço secular para que os tabeliães dos bispados seus sufragâneos publicassem as cartas de citação, sentenças e mandatos emitidos por ele ou pelos seus vigários, dado que estes eram intimados a não o fazer pelos próprios prelados (*ChDJI* III/2: 37-38, n.º 467; VENTURA, 1997: 565; GRAF, 2011: 53).

Face a uma tal contestação, os arcebispos procuraram afirmar a sua condição metropolítica, não sendo, por isso, surpreendente que a documentação produzida no âmbito do tribunal arquiépiscopal passasse, a partir desta altura, a explicitar, nos protocolos emanados da audiência, o carácter “metropolitano” da Sé (TT, *Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, mç. 8, n.º 361). Ao longo dos séculos seguintes, os arcebispos de Lisboa puderam sentir-se ocasionalmente desafiados nas suas prerrogativas. É bem conhecido o diferendo que opôs o prelado olisiponense D. Miguel de Castro ao arcebispo de Braga D. Afonso Furtado de Mendonça em 1619, pelo facto de este último se ter deslocado em Lisboa com cruz alçada e ter abençoado as gentes (PAIVA, 2000c: 135). Por certo, a complexificação das estruturas administrativas no período moderno não deixaria também de retirar alguma da jurisdição adscrita ao Ordinário, como foi o caso da criação da Mesa da Consciência, que se arrogou das anteriores competências do prelado sobre a supervisão das instituições de assistência da diocese (PAIVA, 2000c: 152), ou da Inquisição que chamou a si a jurisdição sobre o pecado de sodomia (GIEBELS, 2011: 137). Contudo, tais escolhos seriam eminentemente conjunturais, dado que, em termos diacrónicos, os arcebispos olisiponenses acabaram por conseguir fazer valer os respetivos direitos como metropólitas, como deixam perceber, por exemplo os diversos casos do funcionamento do tribunal arquiépiscopal como instância de apelação da justiça episcopal eborense, logo em 1412-1413 e 1475 (BPE, *Pergaminhos avulsos*, pasta 2, n.º 1, 19; pasta 4, n.º 78).

Mas o múnus dos arcebispos ultrapassou, em muito, as funções de metropolitano. Como qualquer outro prelado, eles foram os responsáveis pela vida religiosa da sua diocese, cabendo-lhes assegurar a digna e atempada celebração dos sacramentos, a observância dos preceitos estabelecidos pelo Direito Canónico e

a devida doutrinação dos fiéis. Cientes das responsabilidades religiosas, judiciais e económicas adscritas ao seu múnus, os arcebispos desenvolveram um conjunto de estruturas administrativas centrais, ainda hoje imperfeitamente conhecidas. Ao tempo da criação do arcebispado, estas consubstanciavam provavelmente uma “grande” Casa episcopal, a qual deveria assegurar o lado espiritual e financeiro do governo diocesano (vejam-se as indicações nesse sentido em VILAR, 1999: 206-207). No período moderno, assistiu-se a uma especialização nas estruturas burocráticas da arquidiocese de Lisboa, com a associação das funções jurisdicionais e espirituais à Câmara Episcopal/Mesa Episcopal/Mesa de Despacho/Mesa de Consulta, numa clara paridade com a organização estabelecida nas suas congêneres de Braga e de Évora (veja-se o elenco de competências em PAIVA, 2016a: 207).

A gestão da conflitualidade regulava-se sobretudo no tribunal eclesiástico, local de decisão sobre todos os assuntos relacionados com o clero sob a sua jurisdição. Para exercerem de forma eficaz as suas competências judiciais, os arcebispos de Lisboa dispunham de uma estrutura orgânica, assente numa rede de “tribunais” estabelecidos nos principais núcleos urbanos da arquidiocese e hierarquizados em função dos dois arcediagados – Lisboa e Santarém –, que, desde os inícios do século XIII, partilhavam entre si o espaço diocesano. Contudo, os resquícios da existência dessa rede não antecedem as últimas décadas desta centúria e as primeiras décadas da seguinte. Nessa altura, deteta-se a presença de arceprestes em Santarém (1281), Ourém (1284), Torres Vedras (1289) e Óbidos (1317) e de um vigário em Sintra (1326) [TT, *Santa Maria de Alcobça*, 1ª inc., Docs. particulares, mç. 17, n.º 24 (1281), 27 (1284) e mç. 18, n.º 46 (1289); *Santa Maria de Óbidos*, mç. 9, n.º 173 (1317); *São Martinho de Sintra*, mç. 2, n.º 57 (1326)]. O facto de estes surgirem na documentação a julgar conflitos em nome do bispo sugere a possibilidade de tais oficiais usufruírem de uma capacidade judicial permanente e não apenas por delegação *ad casu* do prelado, sem que se tenha uma qualquer ideia sobre as formas, os campos e as limitações da sua atuação. A orgânica da referida rede sofreu pelo menos uma evolução, à medida que a vila de Santarém foi ganhando protagonismo e que a complexificação da sua componente humana e jurisdicional ditou o aumento da conflitualidade envolvendo o meio clerical. Desta forma, o arcepreste de Santarém deu lugar aos vigários referidos ao longo do século XIV, até ao máximo de três destes oficiais a agir em simultâneo, em meados dessa centúria (TT, *Ordem de Cristol/Convento de Tomar, Antiga Col. Especial, Docs. Particulares*, mç. 2, n.º 32), antes de, no século XV, a representação arquiépiscopal na vila se encontrar assegurada por um ou mais vigários-gerais (“VISITAÇÕES”, 1995: 208).



Fig. 84-85. Livro de estilos da Cúria de Lisboa, 1598, pergaminho. Lisboa, AHPL, *Livro de Estilos da Cúria de Lisboa*, encadernação (frente) e f. 1.

© AHCPL.

Mas era em Lisboa que se situava o topo desta estrutura. Sedeado na igreja do (arce)bispo, a sé de Lisboa, o tribunal eclesiástico realizava aí as suas sessões, que decorriam, a partir do último quartel do século XIV, de forma preferencial no primeiro piso do claustro da catedral (FARELO, 2009: 96, nt. 576). Geralmente encabeçado por dois vigários-gerais, aí se tramitavam os processos do foro eclesiástico, tanto sobre aqueles que ostentavam o estatuto clerical, como sobre as matérias com eles relacionadas (comportamento, costumes, jurisdição, bens), ainda que a documentação medieval subsistente incida, de forma esmagadora, sobre processos relativos a bens (propriedades, impostos e legados) ou pedido de traslados de documentos e raramente em matérias associadas com a vida sacramental ou aos costumes.

Com o esforço tridentino de renovação do conjunto da Igreja, também os tribunais eclesiásticos beneficiaram, a partir do segundo terço do século XVI, de uma “maior importância atribuída à gestão das dioceses e dos esforços de racionalização dos seus processos administrativos” (PAIVA, 2000c: 196; GOUVEIA, 2009: 187). Nesse sentido, elaboraram-se regimentos para os tribunais

episcopais, doravante designados de *Auditório eclesiástico* ou de *Relação eclesiástica*. O primeiro exemplo deste esforço de codificação da orgânica, regras e competências de um tribunal eclesiástico e dos seus membros, em Portugal, é justamente o de Lisboa, contido no *Livro de Estilos da Cúria de Lisboa*, datado de 8 de outubro de 1535, anterior em quase dois meses àquele geralmente admitido como o primeiro, o *Regimento do Auditório Eclesiástico de Évora* (AHPL, *Livro de Estilos da Cúria de Lisboa*, fl. 1; *REGIMENTO DO AUDITORIO*, 1598). É provável que um tal desconhecimento sobre a anterioridade do regimento olisiponense sobre o eborense se prenda com o facto de o primeiro ter circulado somente em versão manuscrita e de não ter suscitado qualquer interesse da parte dos investigadores para além dos dois opúsculos que Isaías da Rosa Pereira lhe consagrou (PEREIRA, 1964: 1-9; PEREIRA, 1973: 805-815). Da leitura do seu primeiro fólio se percebe que este regulamento é uma reformulação do *livro dos estilos* elaborado durante a segunda metade do século xv, em tempos do governo do cardeal D. Jorge da Costa, o que permite provar que o tribunal metropolitano de Lisboa dispunha de um conjunto de regras escritas de funcionamento desde finais do período medievo. Para além disso, a existência aí demonstrada do provisor, chanceler, ouvidores, vigário, promotores, meirinho, solicitador, contador, inquiridor, aljubeiro e porteiro (PEREIRA, 1973: 807-815) concorda com a estrutura conhecida para os demais tribunais arquiepiscopais, a partir da terceira década do século xvi (cf. PAIVA, 2000c: 196).

Para além da gestão da conflitualidade, o múnus (arqui)episcopal implicava a capacidade do prelado em identificar e corrigir práticas e comportamentos que não se encontrassem em sintonia com os preceitos católicos. Para isso, dispunham de um quadro normativo caldeado no Direito Canónico, ao qual se agregavam disposições vinculativas oriundas da resolução dos problemas colocados pelo quotidiano da vida religiosa. Estas surgiam, por um lado, sob a forma de estatutos ou constituições sinodais, correspondendo a uma normativa de aplicação geral emanada do quadro diocesano. A sua produção tinha lugar no âmbito de sínodos, reuniões do conjunto do clero beneficiado da diocese com o seu bispo com o propósito de avaliar e corrigir a vida quotidiana dos fiéis e o comportamento clerical. Tais reuniões, como sublinhou Manuel Clemente, “assinaram um esforço recorrente da parte de vários prelados em aperfeiçoar o ministério eclesiástico e a vida dos cristãos em geral” (CLEMENTE, 2001: 98). Tornado obrigatório e anual pelo IV Concílio de Latrão (1215), a sua realização em Lisboa, como aliás nas restantes dioceses do reino, foi bastante irregular. No momento de criação do arcebispado, existia uma longa tradição da sua celebração na diocese (*SYNODICON*, 1982: 285-340), fruto das tendências reformistas e

do espírito ordenador de alguns prelados olisiponenses, face à crescente complexificação sofrida pela sociedade a partir dos finais da Idade Média. Os dois primeiros arcebispos da cidade partilharam tais preocupações: D. João Anes Escudeiro promulgou disposições contra as práticas supersticiosas e a favor da sacralização dos templos, ao passo que o seu sucessor D. João Afonso de Azambuja, em sínodo realizado no dia 13 de janeiro de 1404, viria a sancionar um conjunto de disposições, em 33 estatutos, sobre a promoção cultural e o comportamento clericais, sobre as suas obrigações pastorais ou sobre o contacto dos cristãos com as minorias (*SYNODICON*, 1982: 317-339; COSTA, 1989; CLEMENTE, 2001: 99). O facto de ambos retomarem disposições emanadas dos grandes concílios ecuménicos medievais [Latráo II (1139), III (1179) e IV (1215), Lyon II (1274) e de Vienne (1311-1312)], dos concílios provinciais de Valladolid (1228 e 1322) e mesmo de anteriores disposições sinodais de Lisboa (1240, 1248, 1264, 1271, 1307) (*SYNODICON*, 1982: 285-340) revela como estas constituições se tornavam uma importante correia de transmissão da normativa aplicada na diocese.

Os estatutos sinodais de 1404, promulgados pelo arcebispo D. João Afonso de Azambuja, constituem um exemplo paradigmático, uma vez que neles se confirmam 16 constituições do seu antecessor – presumivelmente do primeiro arcebispo D. João Eanes Escudeiro –, procurando-se por este meio obviar ao facto de não serem “sabudas por todos nem guardadas” (*SYNODICON*, 1982: 318). Tanto quanto nos é dado a conhecer, estas constituições foram o primeiro exemplo da transmissão na diocese da normativa geral ao nível local e funcionaram como referencial da vida eclesiástica e religiosa ao nível paroquial ao longo de uma grande parte da centúria de Quatrocentos.

A necessidade de ajustamentos às constituições de 1404 surgiu de forma mais acutilante a partir de meados do século xv. Segundo Isaías da Rosa Pereira, o arcebispo D. Afonso Nogueira teria promovido, em 1462, a elaboração de umas constituições sinodais que seriam difundidas quando terminasse a visita feita à diocese desse ano, um projeto que aparentemente não teve seguimento (*SYNODICON*, 1982: 284; “VISITAÇÕES”, 1995: 191; SILVA, 2016: 187-193). A elaboração de novas constituições, orientadas segundo os desígnios reformistas, acabou por constituir o objetivo de D. Jorge da Costa, no âmbito de um sínodo realizado na segunda metade de 1484 (*SYNODICON*, 1982: 340; “VISITAÇÕES”, 1978: 139-140).

Praticamente desconhecidas, porquanto referidas a espaço nas cartas de visita posteriores, não deixaram de constituir uma das fontes das constituições que seriam promulgadas, em 1536, pelo cardeal-infante D. Afonso, na sequência do sínodo realizado em 25 de agosto desse ano. Estas novas constituições, em

32 capítulos, abordavam um conjunto variado de questões de carácter sacramental e pastoral, ligadas à vivência religiosa (*CONSTITUIÇOENS*, 1537). A receção do dispositivo normativo emanado do Concílio de Trento levou à convocação de dois sínodos promovidos pelo cardeal-infante D. Henrique a 5 de junho de 1565 e a 30 de maio de 1568. As disposições aí acordadas sobre o comportamento e disciplina do clero foram compiladas em constituições ditas *extravagantes*, as quais podem ser associadas às amplas prescrições de natureza sacramental e pastoral emanadas dos dois únicos concílios provinciais conhecidos para a metrópole lisiponense, realizados a 14 de fevereiro de 1566 e a 12 de março de 1574 (*CONSTITUIÇÕES EXTRAVAGANTES*, 1565; *CONSTITUIÇÕES EXTRAVAGANTES*, 1569; CLEMENTE, 2001: 100; LUÍS, 2009: 58). A evolução histórica do fenómeno sinodal em Lisboa no período moderno terminou com D. Rodrigo da Cunha e com o sínodo promovido pelo arcebispo-historiador em maio de 1640, poucos meses antes da chegada ao poder da Casa de Bragança (*CONSTITUIÇÕES SYNODAES*, 1656).

Como se viu no caso das constituições de 1404, a normativa sinodal encontrou o seu caminho ao nível local. No entanto, eram outros os documentos que melhor refletiam as micro-conjunturas religiosas existentes nas diversas igrejas e ermidas da diocese e que, por serem poucos estudados, merecem aqui a nossa demora. De forma a exercer a vigilância sobre a vida religiosa de clérigos e leigos ou sobre a conservação dos edificadados e do seu recheio, o Direito Canónico consignou o dever de visitação dos espaços e pessoas sob a alçada jurisdicional dos prelados. No caso de Lisboa, dispunham do direito de visitação – a um nível diríamos “regional” – os arcediagos de Lisboa e de Santarém. Os poucos traços documentais deixados por tais visitas reportam-se geralmente aos problemas suscitados pelo dever de pagar ou a fixação dos montantes a saldar a título das procurações solicitadas nessas ocasiões, uma situação perceptível desde os meados do século XIII (FARELO, 2009: 22).

Mas foram as visitas que os prelados deviam efetuar periodicamente à sua diocese, as que mais marcas deixaram relativamente à ação reguladora e disciplinadora dos bispos ao nível paroquial. Aquando da criação do arcebispado, esta prática estaria perfeitamente estabelecida, como deixam antever o ritmo anual de visitas anteriormente detetado sob o magistério do bispo D. Vasco Martins, entre 1342 e 1344 ou as visitas ordenadas por D. Teobaldo de Castillon (1348-1356) em meados dessa centúria (*CABIDO DA SÊ*, 1954: 322-328; “VISITAS”, 1992: 312-315, 319-326). Contudo, a ideia de uma prática rotineira destas visitas é toldada em grande medida pela extrema parcimónia das cartas de visitação conservadas para os finais do século XIV e o início do século seguinte, como aquela efetuada em 1391 à igreja de Santa Maria de Benfica e, em 1402

e 1403, a ata de visitação levada a cabo por D. João Afonso de Azambuja à igreja de Santa Maria de Marvila de Santarém e de São Pedro de Óbidos (TT, *Salvador de Lisboa*, mç. 3, n.º 56; “UMA VISITAÇÃO”, 1971: 21-30; MNA, *Ms. Col. São Pedro de Óbidos*, cx. 1, n.º 21). Para esse período, as visitas são sobretudo perceptíveis através de testemunhos secundários, como se ilustra no caso da visitação efetuada por Gonçalo Domingues, entre os dias de São João Batista de 1396 e 1397: um mandado do prior da igreja de Santa Marinha do Outeiro de Lisboa ao seu prioste para que este cumprisse as determinações estipuladas pelo arcebispo D. João Escudeiro e pelo visitador – referindo-se no documento que estes haviam visitado a referida colegiada por diversas vezes – e as quitações emitidas pelo mordomo e recebedor do arcebispo, Pedro Afonso de Alenquer, relativas às procurações recebidas do vigário e raçoeiros de Santa Cruz do Castelo de Lisboa (TT, *Sta. Marinha do Outeiro de Lisboa*, mç. 8, n.º 344, 346; *Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, mç. 7, n.º 338).

Somente a partir de meados do século xv, com a obrigatoriedade de compilação das cartas de visitas em livros próprios, de modo a evitar a sua circulação avulsa e o seu consequente extravio, se reuniram as condições para que tais conjuntos documentais pudessem chegar aos nossos dias. Algumas destas cartas ou atas de visitação são particularmente importantes, uma vez que, nas décadas centrais de Quatrocentos, se assistiu à prática recorrente de nelas se incluir uma normativa “híbrida”, isto é, artigos que se incluíam nas visitas particulares de cada instituição eclesiástica mas que tinham sido concebidos para serem aplicados ao nível de toda a diocese. As suas disposições podiam ser simplesmente diluídas nos restantes artigos “especiais”, como aconteceu na campanha de visitas efetuada em 1454 por Luís Anes, em representação do cardeal D. Jaime (“VISITAÇÕES”, 1967-1969: 136-140, art. 11 a 37) ou individualizadas sob a forma de um corpo coerente, designado na época por “artigos gerais” ou “visitações gerais”.

O primeiro conjunto conhecido de tais documentos reporta-se ao episcopado de D. Pedro de Noronha, aquando da visitação à diocese efetuada pessoalmente pelo prelado em 1446 (“VISITAÇÕES”, 1967-1969: 112-131; “CONSTITUIÇÕES”, 1887: 8-16, 22-32). Em 36 artigos, o arcebispo preocupa-se com a correta administração dos sacramentos e a celebração do culto, bem como com a residência dos clérigos, a digna celebração do culto e a gestão temporal dos bens das igrejas. Um facto que viria a ter repercussões futuras é a obrigatoriedade imposta pelo prelado em conservar nos coros das igrejas, em livro próprio, as visitas anteriores e as constituições sinodais, uma vez que umas e outras “som muito neçesarias [aos clérigos] assy por seu rregimento como ins-trução do poboo e colaçam dos sacramentos e rrefeçam das igrejas”

(“VISITAÇÕES”, 1967-1969: 125). Teria sido este um documento importante, pois na visitação anteriormente aludida de Luís Anes, em 1454, é ordenado que estas sejam conservadas em livro juntamente com as constituições de 1404, ao passo que o visitador de São Miguel de Sintra, em 1466, ordena que elas sejam “guardadas” (“VISITAÇÕES”, 1967-1969: 135, 141; MNA, Ms., Cód. 17, f. 19; “VISITAÇÕES”, 1978: 139). Nesta altura, havia já quatro anos que o visitador do anterior prelado D. Afonso Nogueira tinha publicitado um novo conjunto de determinações, agora individualizado como *Titollo dos capitollos jeeraaes em a dita çidade e arcebispado fectos pelo dicto Senhor arcebispo* (“VISITAÇÕES”, 1967-1969: 158-163; “VISITAÇÕES”, 1978: 191, 200-203; MNA, Ms., Cód. 17, f. 12v-17).

Nos seus 17 artigos, determina-se a elaboração de registos dos casamentos celebrados, dos aniversários por alma e das propriedades das igrejas, para além de disposições várias sobre o pedido de esmolos, a vivência dentro da igreja e o comportamento clerical. Trata-se de um conjunto de disposições que o prelado considerava particularmente importante implantar sem demora, uma vez que as restantes foram integradas “nas constituições signodaaes em as quaaes convem mais de se poer que nas visitasões particulares”, as quais seriam publicadas após o término da visitação e a limitação do arcebispado desse ano (“VISITAÇÕES”, 1967-1969: 162). Talvez porque estas constituições nunca foram difundidas, o início do arquiépiscopado de D. Jorge da Costa foi marcado pela elaboração de um novo conjunto de “visitações gerais”. Elaboradas entre 1464-1466, acabaram por ser integradas na visitação que o prelado efetuou à arquidiocese em 1467 (“VISITAÇÕES”, 1967-1969: 166-183; “VISITAÇÕES”, 1978: 149-150; “VISITAÇÕES”, 1995: 204-221; VENTURA, 2002: 12-18; “CONSTITUIÇÕES”, 1887: 120-127, 137-144, 152-156). Margarida Garcez Ventura, que as estudou de forma exaustiva, sintetizou as temáticas abordadas em três preocupações: assegurar o serviço das igrejas, cuidar dos seus bens e administrar os sacramentos aos fiéis (VENTURA, 2006b: 207).

Constituídos por estatutos sinodais e visitasões “gerais” ou particulares, o certo é que os poucos exemplares sobreviventes dos livros de visitação anteriores a Trento – abarcando uma cronologia entre os séculos xv e xvi e uma geografia restrita às colegiadas obidenses de Santa Maria (1432-1560, 1566-1656), Santiago (1434-1540), São João do Mocharro (1447-1560) e às igrejas de São Miguel de Sintra (1466-1495, 1527-1565), Santo André de Mafra (1473-1528), São Miguel de Torres Vedras (1462-1524), São Mateus de Santarém (1485-1518 e 1561-1609), São Lourenço de Lisboa (1478-1527), Santo Estêvão de Alfama de Lisboa (1529-1538) (TT, *Santa Maria de Óbidos*, lv. 1; *São Lourenço de Lisboa*, lv. 4; *São Mateus*



Fig. 86. Regimento dos visitadores do arcebispado de Lisboa, 1666, papel. Lisboa, BNP, Res. 3137 V, folha de rosto. ©BNP

de Santarém, lv. 1; *Santa Maria e S. Miguel de Sintra*, lv. 2; MNA, *Cód.* 17 e 25; “VISITAÇÕES”, 1967-1969; “VISITAÇÕES”, 1970-1971; “VISITAÇÕES”, 1978; “VISITAÇÕES”, 1989a; “VISITAÇÕES”, 1989b; “VISITAÇÕES”, 1995) – permanecem na realidade pouco estudados. Só a sua publicação integral e análise futura permitirão uma melhor compreensão dos governos arquiiepiscopais de Lisboa até aos alvares da reforma tridentina.

As visitas constituíram igualmente um dos veículos para transmitir as disposições do Concílio de Trento, no reforço da autoridade do prelado na sua diocese, da distinção entre o sagrado e o profano e da difusão devocional e uniformização cultural (PAIVA, 2000c: 251). A sua importância ditou a valorização deste mecanismo de

controlo, assistindo-se a partir daí ao aumento da sua frequência e à diversificação dos livros de registo, no âmbito de uma especialização da burocracia arquiiepiscopal, através da criação do Despacho das Visitações e do seu enquadramento feito por um *Regimento dos visitadores do arcebispado de Lisboa*, datado de 1666, hoje conservado na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, *Res.* 3137 V.; PAIVA, 2000c: 196-197; PAIVA, 2016a: 206-207; LUÍS, 2009: 62-64, 68, 71). Infelizmente, pouco se conhece, ainda, do resultado do trabalho desta repartição, pela falta de investigação histórica sobre a documentação contida nas várias dezenas de códices de visitas do arcebispado, produzidos entre os inícios do século XVII e os meados da centúria seguinte, conservados no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa (sobre as potencialidade deste estudo, veja-se LUÍS, 2009).

A ação do prelado na sua arquidiocese não se esgotava na elaboração e aplicação de normativa destinada a modelar, disciplinar e corrigir as vivências quotidianas e os comportamentos dos clérigos e leigos da sua diocese. Ditames de ordem administrativa, económica, demográfica e mesmo política estiveram

na origem das intervenções dos prelados na definição e recomposição da geografia eclesiástica da sua diocese e das dioceses colocadas sobre a sua dependência.

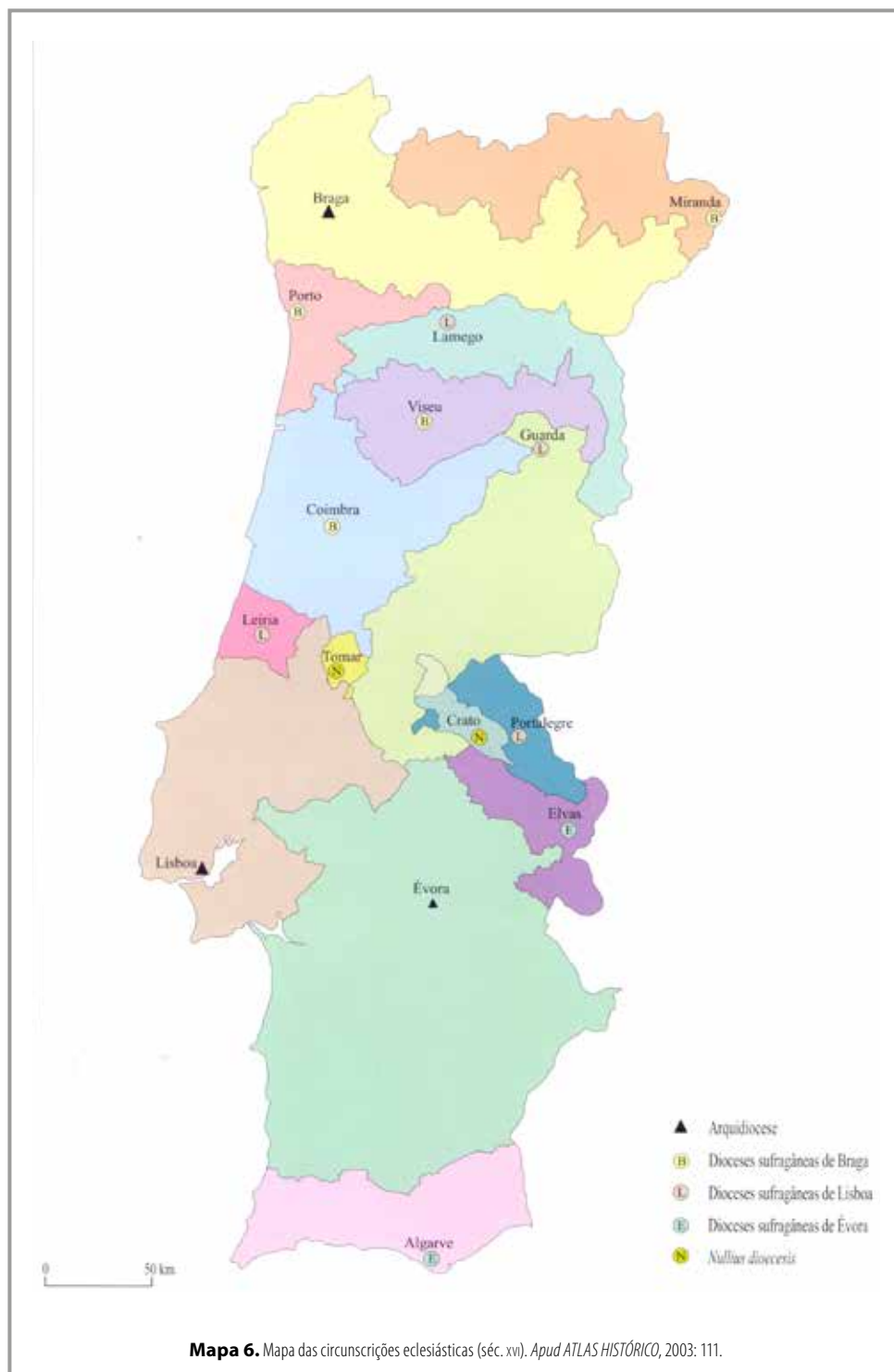
Os prelados de Lisboa confrontaram-se, ao longo de praticamente todo o período medieval, com a necessidade de (de)limitar os espaços paroquiais da diocese. Com efeito, este não era unificado, pois definia-se, em grande medida, a partir da propriedade detida pelos respetivos paroquianos. Este facto, para além de originar a multiplicação dos conflitos por existirem dúvidas sobre o pagamento das respetivas dízimas, fazia com que muito do espaço diocesano, sobretudo fora dos núcleos urbanos, estivesse sem qualquer tutela. A partir de meados do século XIII, procurou-se atalhar este problema através da limitação das paróquias do bispado (CUNHA, 1642: 163-163v). Contudo, tratar-se-ia de um paliativo insuficiente, dado que o estabelecimento humano em zonas ermas e a circulação patrimonial criavam bolsas de território em “terra de ninguém”. Muitos destes espaços acabavam por ser objeto de limitações regionais, à semelhança da realizada para as igrejas de Torres Vedras em 1309 (LOPES, 1997a: 125; LOPES, 1964-1966; “PARA A HISTÓRIA”, 1970) e de Santarém e seu termo em 1323 (CABIDO DA SÉ, 1954: 129; TT, *Santa Maria da Alcáçova de Santarém*, mç. 18, n.º 409). Ao longo da segunda metade de Trezentos, pelo menos D. Reginaldo de Maubernard pretendeu limitar as paróquias de Lisboa (LETTRES SECRÈTES, 1959-1975: n.º 2549). De igual modo, D. Martinho Anes de Zamora acarinhou o projeto de limitar as igrejas em 1382, um intento sobre o qual nada mais se sabe (TT, *São Vicente de Fora*, 1ª inc., mç. 18, n.º 21).

Esse desígnio foi retomado no início do século seguinte por D. João Afonso de Azambuja. Não se ficando pela promulgação das constituições sinodais, em 1404, o espírito “reformador” do prelado tê-lo-ia levado, pouco tempo depois, a perspetivar a limitação das igrejas do arcebispado, como se depreende da contestação apresentada pelo prior de São Martinho de Lisboa, no dia 2 de novembro de 1405, em plena câmara do arcebispo, sobre a vontade do mesmo e do cabido em proceder à referida limitação (TT, *Santiago e São Martinho de Lisboa*, mç. 2, n.º 30). Realizada neste episcopado ou nos seguintes, a limitação geral da diocese surge como um dado adquirido em 1430 (TT, *São Jorge de Arroios*, mç. 1, n.º 34). Em virtude dos longos pleitos suscitados pela incapacidade em definir os territórios de cada paróquia – o que dificultava o pagamento das dízimas e multiplicava os processos judiciais em sede do tribunal eclesiástico, foram promovidas, pontualmente, limitações *ad casu*, como a de São Lourenço de Lisboa em 1464 (SILVA, 2012a: 18, 24). D. Jorge da Costa procurou resolver definitivamente o problema, lançando em 1474 um processo de limitação das paróquias de Santarém (PINTO, 2014-2015: 7-12) e, entre 1476 e 1477, de

limitação geral dos territórios paroquiais da sua diocese, do qual resta um conjunto documental ainda hoje insuficientemente trabalhado (VARGAS, 2002: 54). O resultado deste trabalho de delimitação vigorou até às alterações sofridas pela malha paroquial da cidade nos meados do século XVI, e que fez ascender a 34 o número das suas paróquias (PAIVA, 2000c: 196).

No que respeita à configuração da arquidiocese, a evolução seguiu o sentido da complexificação da respetiva rede paroquial e, desde logo, da própria cidade. À data da criação do arcebispado, as 22 paróquias de Lisboa eram as mesmas de finais do século XII (SILVA, 1943; FARELO, 2006: 269-271). Devido ao crescimento demográfico da cidade e à correspondente necessidade de alargar a autoridade arquiépiscopal, na sequência das diretivas emanadas de Trento, tais alterações passaram por cisões operadas nas paróquias limítrofes de Nossa Senhora dos Mártires, de Santo Estevão de Alfama e de Santa Justa, muitas das vezes decorrentes da elevação de antigas ermidas a igrejas paroquiais, destinadas a responder às necessidades pastorais de diversos grupos. Assim, em 1551, foi erigida a paróquia do Loreto, a partir da capela fundada pelos italianos, na igreja de Santa Maria do Loreto, na freguesia de Nossa Senhora dos Mártires (SILVA, 1943: 253, 255). Quanto à freguesia de São José, o seu nome deriva da ermida do mesmo nome instituída pelos pedreiros e carpinteiros da cidade. No caso de Nossa Senhora do Socorro, a sua fundação remonta a 1596, no momento da consagração paroquial da ermida que os artilheiros haviam erigido sob a invocação de São Sebastião da Mouraria (SILVA, 1943: 267, 277). O mesmo fenómeno verifica-se ainda na instituição das paróquias de São Sebastião da Pedreira (a partir da ermida com essa invocação) e da Nossa Senhora das Mercês (na ermida da Ascensão de Cristo c. 1500) (SILVA, 1943: 278-279). O mesmo aconteceu por toda a diocese. O critério pastoral que desde Trento exigia a proximidade do clero face aos seus paroquianos conduziu à repartição do restante território por novas paróquias, cuja criação viria a ser cuidadosamente regulamentada pela legislação diocesana (veja-se o exemplo da criação da paróquia de A dos Cunhados e respetiva legislação em FONTES, 2002).

Mas a jurisdição do arcebispo não se limitou às paróquias da sua diocese, dado que a sua condição de metrópole, como vimos, lhe atribuía um poder tutelar sobre um conjunto de dioceses que foi variando ao longo do tempo. Atente-se, desde logo, que uma das razões para a criação do arcebispado havia sido justamente o desígnio da nova província eclesiástica refletir, na sua moldura geográfica, uma maior adequação às fronteiras políticas entre os reinos de Portugal e de Castela. Nesse sentido, a metrópole lisiponense viu serem-lhe adscritas as quatro dioceses que, situadas em solo português, se encontravam



Mapa 6. Mapa das circunscrições eclesiásticas (séc. xvi). *Apud ATLAS HISTÓRICO*, 2003: 111.

subordinadas a circunscrições eclesiásticas castelhanas: Lamego, Guarda e Évora à arquidiocese compostelana e Silves à diocese sevilhana.

Esta configuração manteve-se até aos inícios do século XVI, quando surgiu a necessidade de promover a organização eclesiástica dos territórios ultramarinos, colocados sob dependência portuguesa. Os arcebispos de Lisboa não parecem ter retirado, num primeiro tempo, qualquer vantagem desta reconfiguração. Não somente as dioceses de Ceuta e de Tânger não passaram para a dependência do arcebispo de Lisboa, ficando aparentemente sujeitas à Santa Sé, como também a criação da metrópole do Funchal em 1533 adscreeu a esta última as dioceses ultramarinas entretanto erigidas: Angra, Cabo Verde, São Tomé e Goa. Em paralelo, a Coroa parece ter definido como um dos seus eixos de atuação a limitação da influência do arcebispo de Lisboa na própria estrutura diocesana do reino. Com a exceção da diocese de Leiria, erigida em 1543 (ALMEIDA, 1967-1971: II, 9), nenhuma das dioceses criadas em Portugal nos reinados de D. João III e do cardeal-infante D. Henrique se tornou sufragânea de Lisboa. Para além disso, as próprias dioceses sufragâneas de Évora e de Silves viram-se libertadas dos anteriores laços metropolíticos no ano de 1540, quando a primeira foi elevada à condição de metrópole e a segunda se tornou sufragânea da primeira (PAIVA, 2000c: 188).

A situação inverteu-se a partir de meados de Quinhentos com o ganho para Lisboa de novas jurisdições, nomeadamente a partir de 1550, quando a arquidiocese do Funchal foi “despromovida” a mera diocese, na sequência das dissensões entre o respetivo prelado e o monarca (BUESCU, 2015b: 143-152). De uma assentada, o prelado lisiponense tornou-se metropolitano da diocese funchalense e de todas as suas antigas sufragâneas. Este acréscimo da importância de Lisboa sobre as dioceses fora do reino consolidou-se nas décadas seguintes. Doravante, algumas das fundações diocesanas levadas a cabo no Ultramar português tornar-se-iam dependentes de Lisboa, como nos casos das dioceses de São Salvador da Baía (1551) e do Congo (1596) (ALMEIDA, 1967-1971: II, 26).

Por fim, descortina-se na ação dos prelados da cidade, a vontade em promover a cultura dos seus diocesanos. Este desiderato vinha de longe, pois os bispos de Lisboa mantiveram na sua sé uma escola capitular e usufruíram de uma relação preferencial com a Universidade de Lisboa, assumindo a função de seu chanceler. Em 1291, o bispo Domingos Jardo teve a clarividência de transformar o hospital que fundara anos antes, na freguesia de São Bartolomeu em Lisboa, para que vários estudantes pudessem aí encontrar abrigo e recato para prosseguir os seus estudos (FARELO, 2013d: 188). Contudo, no período em estudo, tais preocupações parecem bastante limitadas. Será preciso esperar pela conjuntura

tridentina para vermos promovidas, neste âmbito, instituições de ensino como os seminários para a instrução dos futuros clérigos, dos quais se destaca a fundação pelo cardeal-infante D. Henrique, em 1566, do seminário diocesano de Santa Catarina.

Ao longo dos seus três séculos de história, o retrato que se pode esboçar dos arcebispos que detiveram a cátedra de Lisboa permanece deveras incompleto. Se é possível intuir as lógicas presentes nas suas nomeações ou as orgânicas administrativas sob a sua tutela, ficam por conhecer a dimensão humana e as práticas de gestão das suas Casas, assim como as próprias vivências quotidianas, certamente variadas e exigentes, conforme a importância do cargo que ocupavam. Se a normativa conservada permite registar muitas das respetivas preocupações pastorais e religiosas e algumas das suas intervenções na organização e gestão do espaço diocesano, fica por conhecer também o que pensavam do mundo ou do relacionamento com os restantes poderes da sociedade, no qual se encontravam inscritos. Constituindo as fichas biográficas que se apresentam de seguida um importante contributo para o efeito, haveria toda a vantagem em prosseguir e aprofundar o estudo do arcebispado de Lisboa, mobilizando uma documentação em grande medida pouco conhecida ou inédita, um desiderato alcançável somente com o desenvolvimento de um programa de investigação sustentado, profundo e amplo que se reclama de viva voz.

MÁRIO FARELO

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: *CABIDO DA SÉ*, 1954; CASTRO, 1762-1763; *ChDJI*; *COLECCIÓN DOCUMENTAL*, 2000; *CONSTITUIÇOENS*, 1537; “CONSTITUIÇÕES”, 1887; *CONSTITUIÇÕES EXTRAVAGANTES*, 1565; *CONSTITUIÇÕES EXTRAVAGANTES*, 1569; *CONSTITUIÇÕES SYNODAES*, 1656; *CONSTITUIÇÕES SYNODAES*, 1737; CUNHA, 1642; *LETTRES SECRÈTES*, 1959-1975; *MPV*; “PARA A HISTÓRIA”, 1970; *PROVAS*, 1946-1954; *REGIMENTO DO AUDITORIO*, 1598; SANTARÉM, SILVA E LEAL, 1842-1869; *SYNODICON*, 1982; VENTURA, 2002; “UMA VISITAÇÃO”, 1971; “VISITAÇÕES”, 1967-1969; “VISITAÇÕES”, 1970-1971; “VISITAÇÕES”, 1978; “VISITAÇÕES”, 1989a; “VISITAÇÕES”, 1989b; “VISITAÇÕES”, 1995; “VISITAS”, 1992; **Estudos:** ALMEIDA, 1967-1971; BAPTISTA, 1956; BARROCA, 2000; BRANCO, 1998; BRÁSIO, 1957; BRÁSIO, 1959; BUESCU, 2008; BUESCU, 2015b; CLEMENTE, 2001; COELHO, 2005; COSTA, 1989; FARELO, 2003; FARELO, 2006; FARELO, 2009; FARELO, 2013d; FARELO, 2016a; FARELO, 2016b; FONTES, 2002; GARRIDO, 2007; GIEBELS, 2011; GOUVEIA, 2009; GRAF, 2011; LOPES, 1964-1966; LOPES, 1997a; LUÍS, 2009; MORENO, 1979-1980; PAIVA, 2000c; PAIVA, 2005; PAIVA, 2006; PAIVA, 2016a; PEREIRA, 1964; PEREIRA, 1965; PEREIRA, 1973; PINTO, 2014-2015; SILVA, 1943; SILVA, 2012a; SILVA, 2016; VARGAS, 2002; VENTURA, 1997; VENTURA, 2006b; VÍLAR, 1999.

JOÃO ANES ESCUDEIRO

(1384-1402)

Vicissitudes várias ocorridas ao longo dos séculos fizeram com que sejam muito escassos e incompletos os testemunhos diretos da vida e episcopado daquele que, no final do século XIV foi, segundo a mais recente classificação, o 24.º e último bispo católico de Lisboa (1384-1393) (JORGE, 2000b: 139) e o seu primeiro arcebispo e metropolitano (1393-1402), D. João Anes Escudeiro. Com efeito, quer devido ao grande incêndio ocorrido na sé de Lisboa por ocasião do terramoto de 1 de novembro de 1755, que consumiu grande parte do cartório do Cabido, instalado numa das capelas claustrais, quer já no princípio do século XX, nos primeiros anos da República, com a expulsão, entre 1912-1914, do cardeal patriarca D. António Mendes Belo (1907-1929) do Paço de São Vicente de Fora e o sequestro do arquivo patriarcal aí abandonado até lá se instalar o liceu Gil Vicente e depois a incorporação, por etapas, de algumas das suas espécies no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Lisboa, muitas desapareceram ou irremediavelmente se deterioraram e arruinaram (DANTAS, 1914; DANTAS, 1915; PEREIRA, 1994b: 169).

Por outro lado, alguma da documentação original sobre o mesmo prelado e a sua Sé existente no Arquivo Secreto do Vaticano teve semelhante destino, tanto por causa da sua deslocação entre Roma e Avinhão, como na época napoleónica com depredações e saque ou na transferência de Roma para Paris e depois no seu retorno à Itália. Entre os livros então perdidos estava aquele em que se registava a bula do papa Bonifácio IX criando a metrópole lisbonense, ficando apenas do evento um breve sumário num dos índices (BRÁSIO, 1957: 51).

João Anes Escudeiro

c. 1340	Nascimento
1384-1393/1395	Bispo de Lisboa
1393/1395-1402	Arcebispo de Lisboa
1402.3.3	Morte

Origens

Por tudo isso, por falta de suficiente documentação de apoio, muitas têm sido as dúvidas hesitações e controvérsias acerca da biografia e ação deste prelado, começando pelo seu nome, naturalidade, família, data da sua eleição para bispo da Sé da capital do reino, data da sua morte. É hoje seguro que ele se chamava João Anes Escudeiro e este apelido não foi uma invenção de Fernão Lopes, como alguns autores escreveram, acusando o cronista de erro. Confirmam aquele nome vários documentos do convento dominicano feminino do Salvador, fundado em Lisboa em 1391, e o testemunho de um seu antigo criado (COSTA, 1989: 25-26). Também em alguns documentos papais é referido como Escudeiro ou *Scudero* (MPVI, 490; III/1, 317), ou ainda como João Anes de Tomar ou *de Thomerio* (MPVIII/1, 421; ASV, *Reg. Aven.* 178, f. 262; 222, f. 96v; D. Rodrigo da Cunha prefere chamar-lhe D. João de Tomar: CUNHA, 1642: 264-264v). Por esta designação toponímica e por ter sido nas casas que possuía naquela cidade em que redigiu o seu testamento, como afirma D. António Caetano de Sousa (*HGCRP* II, 14), julga-se que terá nascido ali, por volta do ano 1340. Nada se sabe dos pais mas teve ao menos um irmão ou irmã, visto que, já depois da sua morte, o cabido de Lisboa averigua cláusulas do seu testamento, na posse de um seu sobrinho, Gonçalo Vasques, também cônego da Sé. E seria ainda seu sobrinho Gil Eanes, que em 1402 era escudeiro da Casa de D. João I (1385-1433) (*MH*, 1960-1974: I, 283).

Igual controvérsia tem suscitado a data da sua morte. Apoiados na inscrição que se encontra na atual arca tumular na capela de São Sebastião da sé lisbonense, muitos têm escrito que terá morrido em 3 de maio de 1402. A verdade é que o ossário que ali foi adossado a uma das paredes da referida capela não é o primitivo túmulo. Feito e colocado no princípio do século XVII, o ossário recolheu as cinzas retiradas do túmulo original do princípio do século XV em que o bispo fora sepultado e que ocupava o lugar central em frente ao altar. No claustro da sé, pode ver-se ainda a arca e uma parte da tampa com a inscrição, que terá sido mal lida, tomando-se a abreviatura de março por maio. Assim, com base na leitura correta da inscrição desta tampa funerária, como já provara J. M. Cordeiro de Sousa e depois dele D. Luís de Lancastre e Távora, D. João Anes Escudeiro terá morrido em 3 de março de 1402 (SOUSA, 1935: 37; TÁVORA, 1982: 173; BARROCA, 2000: II/2, 2075-2083). As armas esquarteladas, ligando escaques e leões rompantes, que encimam a arca tumular são as mesmas que figuravam no túmulo original e, segundo os autores citados, deveriam pertencer à família dos Portocarreiro, estirpe a que, a seu ver, se ligaria o fundador daquela capela, D. João Martins de Soalhães, outrora bispo de Lisboa (1294-1313) e depois

arcebispo de Braga (1313-1325). Hoje sabemos que nada nos permite afirmar um parentesco entre os Portocarreiro e a casa de Soalhães ou que D. João Anes também pertencesse àquela família, como dizem alguns autores (SOUSA, 1935: 38). Por outro lado, temos prova documental escrita de que, em 16 de março de 1402, a Sé de Lisboa já se encontrava vacante, por morte de D. João Anes, arcebispo: “... na Era de mil e quatrocentos e quoreenta anos, dez e sex dias de março, na cidade de Lixboa, em nos paaços que fforom de dom Joham, arcebispo dessa mesma (...) aa ssee vagante...” (TT, *Santa Cruz do Castelo*, mç. 7, n.º 348; MPV III/1, 471, nt. 296).

A “eleição” episcopal de D. João Anes para bispo de Lisboa, quando era cônego da Sé, deve ter ocorrido poucos meses após a trágica morte do bispo D. Martinho Anes de Zamora (1379-1383), de obediência ao papa de Avinhão, assassinado em 6 de dezembro de 1383 no eclodir na revolução que alçaria ao poder o Mestre de Avis e provocaria a fuga da rainha viúva, D. Leonor Teles para Alenquer. Fazia-se também depois da transferência de D. João de Agoult ou d’Aix para a sua cidade natal, por Urbano VI, sem aquele prelado, nomeado em 1381, alguma vez ter residido em Lisboa (CASTRO, 1762-1763: III, 119). A cidade, muralhada desde 1375 com uma cerca nova, estendia-se por uma área de 102 hectares, tinha no final do século 25 paróquias, sendo algumas colegiadas e habitavam-na umas 35 mil almas (MARQUES, 1987: 183). O autor do *Livro de Arautos* classificava-a, em 1416, como “a nobre cidade metropolitana, a mais insigne de todas as outras do reino”, atribuindo à sua Igreja um rendimento anual de mais de 8000 coroas – a Coimbra 6000, ao Porto 3000 e a Braga 10000 coroas (LIVRO DE ARAUTOS, 1977: 248ss). A diocese era muito ampla, alargando-se para norte e para sul do Tejo: dividia-se em dois arcediagados, o de Lisboa e o de Santarém e, tendo por referência a lista da taxaço das igrejas de 1320-1321, constituíam-na uma centena e meia de igrejas paroquiais, sem contar numerosos mosteiros e conventos, como São Vicente de Fora, Santos, Palmela, Tomar ou Alcobaça, com os seus domínios, privilégios e isenções com que o bispo tinha que lidar como máximo pastor responsável pela vida cristã (ALMEIDA, 1967-1971: IV, 127-132).

Segundo o autor da *História Genealógica*, a nomeação de D. João, pelo papa Urbano VI, ter-se-ia verificado em 25 de fevereiro de 1383. Fortunato de Almeida aceita o dia e o mês mas considera errado o ano, por ser impossível, visto então ainda viver o bispo D. Martinho, que nunca foi removido, e o rei D. Fernando; propõe o ano de 1384 (ALMEIDA, 1967-1971: I, 512). Documentos do Arquivo do Vaticano publicados recentemente por António Domingues de Sousa Costa mostram, com certeza, que só a partir de abril de 1384 D. João figura em diplomas

como bispo de Lisboa mas não se exclui a hipótese de ter sido nomeado em Fevereiro desse mesmo ano: “*promotus anno VI domini Urbani*” (MPV III/1, 462ss).

Seguramente, D. João Anes Escudeiro começou a ser bispo de Lisboa nos primeiros meses de 1384, nos agitados e difíceis tempos da revolução de 1383-1385, nas vésperas do terceiro cerco dos castelhanos à cidade (30 de maio e 3 de setembro de 1384), ainda depauperada pelos efeitos dos de 1373 e 1382, numa conjuntura em que nela e na diocese se conjugavam os três maiores flagelos medievais: a guerra, a fome e a peste que dizimariam grande parte da sua população e no contexto do Cisma, das duas obediências papais que então dividiam a Igreja. Essas calamidades irão acompanhar todo o seu episcopado, pois o estado de guerra manter-se-á muito para além da sua morte; virão novos surtos de peste em 1389 e em 1400; em 1395 ocorrerá um demolidor terramoto que, de novo, afectará a sé e a fome tornar-se-á cíclica com surtos maiores entre 1384-1387, 1391-1392, 1394, 1397-1400 (MARQUES, 1987: 21 e 30-31).

Percurso formativo e eclesiástico

O jovem João Anes fora escolar certamente em Coimbra, onde então estava a Universidade, tendo levado na sua juventude vida bastante agitada e mesmo dissoluta, enquanto se formava bacharel em leis e se tornava perito em Direito Canónico, como confirmam os registos de súplicas à Cúria papal do ano 1364, então em Avinhão. Mário Farelo pôde, recentemente, estudar a sua carreira eclesiástica entre 1364 e 1382 (FARELO, 2003: 249-250). Ávido de benefícios, solicitava e obtinha, no primeiro daqueles anos, um canonicato na Sé da cidade do Mondego, sendo já então detentor da igreja de Santa Maria de Aguda naquela diocese e porcionário nas de Santiago de Santarém e Santa Maria de Sacavém, da diocese de Lisboa. A chancelaria de D. Fernando regista que em 20 de maio de 1371 se fez a legitimação de dois filhos seus, de nome Catarina e Afonso, tidos com Catarina Afonso, manceba solteira, sendo ele já clérigo de missa e cónego de Lisboa (FARELO, 2003: 249-250). A chancelaria de D. João I, por sua vez, registará também, mas só em 28 de março de 1405, já depois da morte de D. João Anes, a legitimação de um outro filho, Rodrigo Anes, tido com Constança Anes, ao tempo mulher solteira e quando ele era prior de Abitureiras, perto de Santarém, um cobiçado benefício ligado a uma cátedra canonical na Sé e à capelanía-mor da capela de São Sebastião na mesma, fundada por D. João Martins de Soalhães, como acima referimos (*ChdJI* II/3: 273, n.º 1514).

Certos pormenores de um carácter e teor de vida violentos ficaram registados numa bula muito expressiva e pormenorizada, de 10 de julho de 1400, dois

anos antes da sua morte em jeito de exame de consciência e rendiconto, ao sentir aproximar-se o fim da existência. O papa Bonifácio IX absolvía-o, certamente a seu pedido, de um conjunto de irregularidades, verdadeiras ou supostas, na primeira fase da sua vida, como a de ter contraído casamento à força com certa donzela que depois, com medo de seu pai, abandonou; ou de ter, na qualidade de oficial do bispo de Coimbra, mandado encarcerar um clérigo seu inimigo que veio a morrer à fome no cárcere; de se ter deixado corromper pelo padroeiro de certa igreja paroquial então vaga, anexa a uma cadeira do cabido da Sé que desta forma lhe foi alcançada; ou ainda, de terem sido criados seus que, para lhe agradar depois de o terem ouvido gritar: “livrem-me desse homem danado!”, participaram nos tumultos populares contra o bispo D. Martinho Anes e o prior de Guimarães, que os precipitaram do alto da torre norte da sé e depois arrastaram os seus cadáveres até ao Rossio onde os injuriaram e deixaram a ser devorados pelos cães (*MPV* III/1, 471-472; *CDJI*: parte I, cap. XII, 23-26).

Serviço curial

Na sua carreira eclesiástica, antes de ser “eleito” bispo, vemo-lo jovem culto e ambicioso, frequentemente recrutado para serviço dos papas de Avinhão ou de Roma, entre as dioceses de Coimbra e Lisboa: em 6 de setembro de 1371 era incumbido pela Cúria em Avinhão de prover um presbítero na quartanária (quarta parte de uma prebenda) na Igreja de Lisboa; em 8 de maio de 1378 foi designado executor com outros cónegos da Sé num pleito que envolvia o prior do mosteiro de São Vicente de Fora; em 2 de junho de 1380 foi encarregado de conferir uma porção na igreja de São Martinho de Lisboa e em 3 de junho desse ano, era executor do pedido do papa Clemente VII de Avinhão para conferir a igreja de Santa Maria de Setúbal a um freire de Santiago da Espada. Encontramo-lo depois, em 17 de março de 1382, como cónego de Lisboa, nomeado coletor apostólico de Roma em Portugal juntamente com D. Lourenço Vicente, arcebispo de Braga, pelo papa Urbano VI, substituindo todos os anteriores coletores (FARELO, 2003: 250).

Fiel amigo e conselheiro do Mestre de Avis, esteve a seu lado no desencadear da revolução e quando, em 6 de outubro de 1384, nos paços reais ele concedeu privilégios à cidade de Lisboa e entre os que lhe prestaram homenagem e juraram fidelidade; como estará, mais tarde, em abril de 1385, nas Cortes de Coimbra que elegeram o rei D. João I (*CDJI*: parte I, cap. CLIV, 285-288 e CLXXXII, 343-344). Mas não encontramos nenhum documento de antes ou depois da sua eleição episcopal que prove ter estado ao serviço régio ou encarregado de diligências diplomáticas e de missões importantes como as negociações de paz com



Fig. 87. Cópia setecentista de carta do arcebispo de Lisboa D. João Anes, 1390 setembro 10, papel. Lisboa, AHCPL, cx. 7 [inventário Cón. Isaías], n.º 1. © AHCPL.

Castela, com escreveram alguns autores. Há certamente confusão com o diligente e activo bispo de Évora, seu homónimo, também chamado D. João Anes, que Fernão Lopes apelida de “prelado de boa autoridade”, e que governou a sua diocese pela mesma altura (1384-1403). A este bispo eborense encarregou o rei de negociações em Roma para obter dispensa dos seus votos monásticos da Ordem de Avis, visto já ter casado com D. Filipa de Lencastrre, ou ainda da delicada tarefa de apaziguar as iras do Condestável, D. Nuno Álvares Pereira, quando este se sentiu esbulhado dos direitos e bens que lhe haviam sido doados no reguengo de Sacavém e ameaçava abandonar o reino (ALMEIDA, 1967-1971: I, 505). A única ligação que conseguimos encontrar entre os dois

prelados é que, por carta de D. João I, de 5 de setembro de 1385, ambos recebem comissão para se informarem e resolverem um litígio entre o prior de Santa Maria de Sacavém e o Estudo Geral (CUP II: 131-132, n.º 387).

Ação como Ordinário

Se, antes da sua eleição episcopal, D. João Anes não foi exemplo de ascetismo e honestidade, talvez devido ao ambiente agitado, confuso e incerto daqueles anos, teremos que reconhecer que desde que foi feito bispo, em 1384, e depois, quando elevado a arcebispo e metropolitano de Lisboa, em 1393, deu provas de ser prelado activo, pastoralmente zeloso e preocupado com a sua diocese, quer no bom funcionamento das instituições, na instrução do seu clero e na moralização dos costumes do povo. Estes dois últimos aspectos estão bem documentados: o primeiro, nas quinze recomendações feitas na visitação de 4 de julho de 1386 ao Cabido da sua Sé, onde mostra preocupação em que o mestre-escola seja bem remunerado e nada lhe falte, a fim de poder ensinar gramática e canto aos escolares da escola catedral (BNP, COD. 8952: 24-25v; CUNHA, 1642: 264v).

O direito de visitação havia sido contestado pelo cónegos, respirando o ambiente da época que valorizava os colégios consultivos provocando cismas e favorecendo-os como poder colectivo em longas épocas de vacância da Sé ou de exercício vicarial do poder da mitra. Quando o bispo no claustro da sé a anunciou em 12 de novembro de 1384, invocando aqueles certo privilégio, tornou-se necessário, quando ele se encontrava no castelo de Ourém, eleger uma comissão arbitral que veio a reconhecer não existir qualquer direito de isenção (BNP, COD. 8952: 87-87v); o segundo, através da legislação, aprovada em sínodo reunido em data incerta, de que o seu sucessor, D. João Afonso de Azambuja retomou 16 artigos para as suas constituições sinodais, em 1404 (*SYNODICON*, 1982: 334-335; COSTA, 1989: 31). Tratava-se de fazer doutrina no combate a certas superstições arreligadas nos costumes como a invocação dos demónios, manipulação das pessoas por encantamentos, consulta de bruxas, práticas de arcaicas formas de idolatria, crença em dias aziagos e outros de felicidade, diligências das alcoviteiras em enganar moças, mulheres casadas e viúvas, desbragadas festas das janeiras e das maias, uso de carpideiras nos enterros, bailes e danças desonestas nos mosteiros e nas igrejas. Apelava ainda a que não houvesse convívio próximo com refeições e carnes especialmente preparadas ou mezinhas de judeus. Insistia na observância dos dias em que se não deveria fazer feiras ou trabalhos servis. Nestas constituições, D. João Anes mostrava-se mais próximo do povo do que muitos dos seus contemporâneos; as suas diligências testemunham como a evolução das mentalidades e a educação cristã é muito lenta e de necessidade recorrente que cabe ao clero de não descurar estas tarefas.

Embora o autor do *Mappa de Portugal* nos informe que em 1386 “começou o zeloso prelado com a reforma do clero e aumento das igrejas as quais visitou com grande utilidade de todas, recuperando para elas muita fazenda, que andava alienada” (CASTRO, 1762-1763: III; 121), nada encontramos de concreto que possa especificar tão vasta actividade. O esforço pastoral de D. João Anes foi grande e real e entre outras coisas coube-lhe a tarefa difícil e certamente para si muito delicada, de executar o breve de Urbano VI, datado de 4 de novembro de 1385, cometendo-lhe licença para poder absolver das censuras e penas em que tinham incorrido João da Veiga, Silvestre Esteves e Estêvão Afonso, por terem assassinado na sé o bispo D. Martinho Anes de Zamora e Gonçalo Vasques, prior da colegiada de Guimarães que com ele se encontrava (CUNHA, 1642: 269v; *PORTUGALIA PONTIFICIA*, 2013: I, 753-754, n.º 1276). Em 3 de novembro de 1385, fez visitação às 16 capelas da Sé lisbonense, estimulando a cura dos bens, rendas e encargos que a cada uma cabia, conforme pormenorizadamente relatava o perdido *Livro 1.º das Capelas da Sé* e agora podemos documentar através do

desenvolvido sumário contido num códice da BNP (COD. 8952: 20-24). A capela que fora instituída pelo almirante Nuno Fernandes Cogominho de Chaves e sua mulher denominava-se agora Capela da Misericórdia por nela funcionar a respectiva Irmandade, sendo também ali que decorriam as reuniões do cabido (BNP, COD. 8952; *CABIDO DA SÉ*, 1954: 28).

Igual preocupação pastoral se nota ao nível da vida paroquial: a D. João Anes, já arcebispo, se deve a instituição da paróquia de Santa Maria dos Olivais, em 6 de maio de 1397, confirmada por bula de 1 de julho de 1400, do papa Bonifácio IX (ASV, *Reg. Lat.*, 80, f. 155v-157; DELGADO, 1969: 15). Em 12 de julho de 1391, na visita feita à capela paroquial de Santa Maria da então aldeia de Benfica, do padroado do convento do Salvador, recém-fundado, o bispo ordenava que a capela fosse ampliada por nela já não caber o povo, mandando que competia aos fregueses custear a ampliação do corpo da igreja e ao convento do Salvador a da *oussia* ou capela-mor (TT, *Mosteiro do Salvador de Lisboa*, mç. 4, n.º 59; COSTA, 1989: 26). O prelado que tinha colaborado na fundação do referido convento, confirmando para ele, a pedido de D. João I, a transferência do padroado da paróquia do mesmo nome, mostrava-se, em 16 de novembro de 1392 e de novo em 4 de março de 1393, intransigente na defesa da Igreja de Lisboa, protestando e não renunciando a emolumentos, jurisdições e direitos de visita e confirmação que lhe cabiam. Por estas razões, não hesitou em se opor a certas cláusulas que o fundador, D. João Afonso de Azambuja, então bispo do Porto (1391-1398), lhe queria impor, arrastando-se o diferendo pelos anos de 1392-1393 até se alcançar uma composição em 1396 (TT, *Mosteiro do Salvador de Lisboa*, mç. 26, n.º 505; COSTA, 1989: 72, 77 e 81). Igual intransigência mostrou, em novembro de 1393, acerca dos direitos em cobrar dízimos numa quinta do mosteiro de Santos, em Alfofornos (COSTA, 1989: 26).

As preocupações pastorais alargavam-se na colaboração de outras fundações conventuais como a do Carmo, pelo Condestável, em 1388, e a dos Frades Dominicanos Observantes, em Benfica, em 1399, ou confirmando a venda de bens de certas donas do convento de Chelas, cujas freiras provavam estar na miséria, depois das pilhagens e destruições feitas aos seus bens pelos soldados castelhanos no cerco de Lisboa de 1384 (TT, *Chelas*, mç. 16, n.º 315).

O zelo pastoral de D. João Anes – “o honrado D. João Escudeiro Bispo que então era desta cidade”, no dizer do cronista, é ainda visível no sentir e partilhar das angústias e das alegrias da cidade e do povo de Lisboa, nos difíceis anos de 1384-1385, ordenando e encabeçando ele mesmo, descalço, as procissões de acção de graças no final do cerco e quando à cidade chegou a notícia da ansiada vitória na batalha de Aljubarrota (*CDJI*: parte I, cap. CLI, 277-281; parte II,

cap. XLVII-XLIX, 112-122). Em 1391, presidiu na sé à liturgia solene e muito concorrida em que foi lida a bula do papa Bonifácio IX, absolvendo D. João I de todas as possíveis irregularidades na dispensa para o casamento, bem como participação em actos religiosos oficiados por cismáticos, isto é, seguidores do papa Clemente VII de Avinhão (MPVII, CXI-CXII e CXV).

Elevação da Igreja de Lisboa a arcebispado e catedral metropolitana

O autor da *História Genealógica* refere que D. João I, desejoso de engrandecer a capital do reino com uma Igreja sem sujeição de sufragânea, teria suplicado à Santa Sé que erigisse a catedral de Lisboa em metropolitana. De facto, assim diz o preâmbulo da bula de elevação. A verdade é que, as diligências para essa elevação datavam do reinado de D. Fernando e do bispo D. Martinho Anes de Zamora. A pedido do rei Formoso e do seu prelado, Clemente VII, pela bula *Nuper pro parte*, de 7 de junho de 1380, encarregava o bispo de Viseu e o abade de Alcobaça de estudar um plano global de remodelação das dioceses portuguesas, elevando Lisboa a metrópole e fazendo com que todas as sufragâneas nacionais dependessem de metrópoles portuguesas (BAPTISTA, 1956: 47-48 e 131-132). Esta é mais uma prova de que D. Martinho Anes, apesar de castelhano, natural de Zamora, além de zeloso pastor da sua Igreja, fazia diligências para em tudo dignificar Lisboa – como fez, com êxito, com os privilégios conseguidos para a Universidade – e para que deixasse de estar eclesiasticamente dependente de Santiago de Compostela, cumprindo-se, finalmente, o desejo dos monarcas portugueses desde D. Afonso Henriques de total independência de todas as dioceses do reino, como só fugazmente tinha acontecido com D. João Peculiar, em 1147-1148, pertencendo todas à metrópole de Braga.

Seria, porém, apenas em 10 de novembro de 1393 (e não de 1394) pela bula *In eminentissime dignitatis*, que o papa Bonifácio IX elevava D. João Anes à dignidade de arcebispo e a sua Igreja, doravante, à categoria de metrópole, desligando-a de Compostela e dando-lhe como sufragâneas as dioceses de Lamego, Guarda e Évora (igualmente desligadas de Santiago) e Silves (desligada de Sevilha) (BRÁSIO, 1957: 51-57). No entanto, como observa Sousa Costa, apesar de a bula ter sido passada com esta data, de facto, só em 15 de setembro de 1395, quase dois anos depois, foi executada e só desde o mês de outubro deste ano D. João Anes aparece como arcebispo de Lisboa nos documentos, sendo que naquele intervalo a diocese continuou dependente de Compostela (MPV III/1, 468). Não nos foi possível saber das diligências do arcebispo compostelano para evitar aquela separação mas devem ter sido feitos porfiados esforços da sua parte, exercidos num contexto de jurisdições disputadas junto dos dois papas que então

estavam em Roma e Avinhão, respetivamente Bonifácio IX e Clemente VII e o seu sucessor, Bento XIII (1394-1423), para que a decisão se protelasse.

No mesmo dia 10 de novembro de 1393, pelo breve *Ex suscepte servitutis*, D. João era nomeado arcebispo e metropolitano, elogiando-lhe o papa as qualidades de fidelidade e prudência que já mostrara como bispo e confiado no seu talento para assumir dignamente a nova responsabilidade. Por um breve de 4 de abril de 1394, Bonifácio IX encarregava os bispos do Porto e de Coimbra de fazer a entrega do pálio ao novo arcebispo e de receber dele o juramento de fidelidade na forma do costume e remetê-lo depois à Cúria papal. Por outro documento do mesmo dia, Bonifácio IX comunicava a D. João ter-lhe enviado o pálio por Gil Martins, reitor da igreja paroquial de Santo Estêvão de Lisboa e seu procurador na Cúria pontifícia (BRÁSIO, 1957). Não nos é lícito especular sobre a situação financeira do novo arcebispo de Lisboa ao ser instituído na função nem sabemos como foram solucionados os custos da sua promoção. Podemos porém recordar que encontramos documentos comprovativos de que, por várias vezes, entre os anos de 1385, 1387, 1389 e 1390, ainda D. João Anes ia pedindo adiamentos à Cúria romana para o pagamento, em prestações, das taxas da sua promoção episcopal, em 1384. A carestia de vida e as dificuldades financeiras que afligiram o povo de Lisboa e o país em geral, naqueles anos, conforme provam as repetidas queixas em Cortes, eram também sentidas pelo prelado lisbonense. Seria, por ventura, ainda devido a essas dificuldades que D. João pediria e viria a alcançar do papa Bonifácio IX, por bula de 13 de novembro de 1391, o poder de reservar benefícios em favor de 30 clérigos seus familiares que com ele tinham combatido na defesa da cidade então cercada pelos “cismáticos” castelhanos (MPV III/1, 472-473).

Os historiadores lamentam, por causa da destruição da documentação a que nos referimos, já não existir o livro em que se registou a bula de Bonifácio IX que criou a metrópole de Lisboa. Mas, até nós chegou uma cópia com reconhecimento notarial de 29 de novembro de 1395, pedida pelo bispo da Guarda, seu sufragâneo, a qual D. António Caetano de Sousa incluiu entre as *Provas Genealógicas da Casa Real Portuguesa* (PROVAS, 1946-1954: I, 364-369) e onde o papa expõe as razões que o levavam a atender o pedido régio de promoção da Sé, numa época tão delicada e de relações conflituosas com os vizinhos castelhanos. Era promoção eclesiástica da cidade e era triunfo político para Portugal.

Memória

D. João Anes morreu, pois, em 3 de março de 1402, sendo enterrado na sua Sé. Deixava testamento nas mãos de seu sobrinho, Gonçalo Vasques, cónego da

mesma Sé, de onde se extraíram as cláusulas pertencentes ao Cabido (BNP, COD. 8952: 72-72v). A memória de D. João Anes persistiu além disso, através dos séculos, pelo registo das acções por ele realizadas e cuja documentação, escrita, esfragística e arqueológica, chegou até nós. Podemos dizer que o ponto fulcral dessa memória gira em volta da capela de São Sebastião, na sé, onde ele, por ter conseguido o priorado de Abitureiras, foi capelão-mor e administrador, e obteve uma cátedra canonical no cabido lisbonense (renunciando à de Coimbra), nos termos em que D. João Martins de Soalhães, quando bispo de Lisboa, procedera àquela instituição, em 23 de março de 1305, associando-a ao padroado do morgado de Soalhães que também fundara (CUNHA, 1642: 227v-228).

Não lhe conhecemos obras escritas nem o seu último testamento, porém no que fez em Tomar, em data incerta, mas necessariamente depois de 1371, já se mandava enterrar na referida capela da sé de Lisboa onde era cônego. Deixava ao cabido os meios para sufrágios de aniversário e uma vigília anual diante do altar de São Vicente, na sua festa, “com missa oferecida no mesmo altar e ofertada com três libras e três estados de cera, como ele prometera” (BNP, COD. 8952: 72-72v; *CABIDO DA SÉ*, 1954: 209-210; *HGCRP* II, 14).

A bula de 10 de julho de 1400 em que o arcebispo D. João é absolvido de várias irregularidades cometidas ao longo da vida dá a entender que tinha sido por meios pouco lícitos que ele tinha alcançado do então morgado de Soalhães o priorado de Abitureiras, daquele dependente e anexo a uma prebenda da Sé: “*certi patroni cuiusdam parrochialis ecclesie, tunc vacantis cui quedam prebenda ecclesie Ulixbonensis annexa erat, tibi dixerunt si eis velle esse gratum, respondisti ac inde ad ecclesiam ipsam per eos fuisti presentatus*” (MPV III/1, 471).

Alguns autores têm concluído, pelo facto de ter decidido escolher para sua sepultura a capela de São Sebastião, onde jaz, um parentesco, por ventura de



Fig. 88. Arca tumular de D. João Anes, séc. XVII, pedra. Lisboa, Sé de Lisboa (Capela de S. Sebastião).
© DGPC. Foto: José Avelar / Museu de Lisboa.



Fig. 89. Fragmento da tampa que cobria o primitivo sarcófago de D. João Anes, séc. XV, pedra. Lisboa, Sé de Lisboa (Claustro). © DGPC. Foto: José Avelar / Museu de Lisboa.

filiação bastarda, com os senhores de Soalhães sem que se possa afirmar que estes entroncam na antiga linhagem dos Portocarreiro (*HGCRP* II, 14) e ler esses sinais genealógicos no enigmático escudo de armas que está por cima do ossário e já cobria a tampa do primitivo sarcófago. A interessante vida do dinâmico e zeloso último bispo de Lisboa e seu primeiro arcebispo, decorrida em tempos tão agitados e no alvorecer de uma nova etapa de vida portuguesa, deixou marcas indeléveis no crescimento e prestígio da sua Igreja mas, ainda conserva muitos enigmas a desvendar.

ARMANDO ALBERTO MARTINS

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: *CABIDO DA SÉ*, 1954; CASTRO, 1762-1763; *CDJI*; *ChDJI*; *CUP*; CUNHA, 1642; ENCARNÇÃO, 1759-1763; *HGCRP*; *MH*, 1960-1974; *LIVRO DE ARAUTOS*, 1977; *MPV*; *PORTUGALLA PONTIFICIA*, 2013; *PROVAS*, 1946-1954; *SYNODICON*, 1982; **Estudos:** ALMEIDA, 1967-1971; BAPTISTA, 1956; BARROCA, 2000; BRÁSIO, 1957; CASTILHO, 1954-1975; CLEMENTE, 2001; COSTA, 1989; DANTAS, 1914; DANTAS, 1915; DELGADO, 1969; FARELO, 2003; JORGE, 2000b; MARQUES, 1987; PEREIRA, 1994a; PEREIRA, 1994b; “SOALHÃES”, 1945; “SOALHÃES, D. JOÃO MARTINS DE”, 1945; SOUSA, 1935; TÁVORA, 1982.

JOÃO AFONSO ESTEVES DE AZAMBUJA

(1402-1415)

A 29 de maio de 1402, Bonifácio IX nomeia João Afonso Esteves de Azambuja como o novo arcebispo de Lisboa, sucedendo, deste modo, a D. João Anes Escudeiro, falecido, segundo o respectivo epitáfio, a 3 de março desse ano (*MPV* III/1, 531-532, 770; COSTA, 1989: 25-27; BARROCA, 2000: II/2, 2075-2083). João Afonso chega à cátedra episcopal de Lisboa após um percurso onde se cruzam o serviço da Igreja, com o governo de prestigiadas instituições eclesiásticas e de algumas das mais importantes dioceses do Reino, e o serviço do novel monarca João I, cuja puridade foi dos primeiros a integrar e a cujas ordens desempenhara já – e continuaria a desempenhar – importantes missões diplomáticas, tanto junto da cúria pontifícia como de outras cortes europeias, em particular a castelhana.

Se a escolha de João Afonso para a diocese de Lisboa revela o ensejo do monarca em compensar um dos seus mais fiéis e brilhantes servidores, ela é sobretudo consequente com todo um novo posicionamento político que se inaugura com a dinastia de Avis. Com efeito, o assumir definitivo pelo rei João I da obediência portuguesa ao papa de Roma e o alinhamento com os reinos fiéis a Urbano VI e aos seus sucessores acompanhou e em muitos casos reforçou e legitimou o esforço de consolidação da independência face a Castela e de fortalecimento político ao nível interno, com a recomposição da sua base social de

João Afonso Esteves de Azambuja

?	Nascimento
1389-1391	Bispo de Silves
1391-1398	Bispo do Porto
1398-1402	Bispo de Coimbra
1402-1415	Arcebispo de Lisboa
1411-1415	Cardeal-presbítero de São Pedro <i>Ad Vincula</i>
1415.1.23	Morte

apoio, o recrutamento de um conjunto novo de servidores e a substituição quase integral do corpo de eclesiásticos à frente das dioceses do Reino e dos principais e mais simbólicos lugares de culto associados à realeza por uma nova geração de prelados oriundos, na sua maioria, do círculo da puridade e do serviço régios (MPV III/1, 501-687). O novo monarca percebe o papel que deve assumir também como condutor da renovação e ordenamento da vida religiosa do Reino, escolhendo novos bispos fiéis a Roma e da sua confiança política, protegendo os protagonistas de movimentos religiosos de cariz mais radical e reformador – das observâncias mendicantes e das novas ordens reformistas (Jerónimos e Lóios) aos grupos eremíticos da pobre vida – ou garantindo a definitiva autonomia das casas religiosas sedeadas em Portugal das antigas províncias castelhanas, pela erecção canónica de províncias portuguesas das ordens respectivas, e dos territórios diocesanos portugueses ainda sujeitos a dioceses do reino vizinho (COELHO, 2005: 207-219; FONTES, 2012: 96-118; ROSA, 2012: 168-195).

João Afonso pertence ao conjunto de clérigos letrados que integram, desde o primeiro momento, o círculo mais fiel dos servidores do Mestre de Avis (*CDJI*, parte I, cap. CLXI, 305). A documentação sobrevivente atesta-o como um dos desembargadores do regedor do reino e depois monarca pelo menos desde 13 de fevereiro de 1384, e com uma intensa actividade de subscrição de diplomas régios que se estende até 1395, embora particularmente concentrada nos três primeiros anos (1384-1386), aos quais pertencem 308 dos 343 diplomas recenseados (HOMEM, 1990a: 330-331 e Anexo A, A8-A11). Numa fase de total reestruturação do desembargo e de mais clara associação dos seus oficiais à puridade do monarca e ao círculo dos seus conselheiros, João Afonso emerge como uma figura fulcral nos primeiros anos do governo de D. João I, mantendo-se como um dos homens da confiança do monarca, seu dedicado servidor e conselheiro (HOMEM, 1990a: 133-136, 176-179, 182, 330-331; HOMEM, 1990b: 187-197, 237, 261; GOMES, 1995: 120-125; GRAF, 2011:10-11, 32-46).

É pela documentação régia que o sabemos bacharel em Direito Canónico, com uma formação possivelmente recebida no Estudo Geral de Lisboa (MPV II, CXVII; MPV III/1, 585-588; COSTA, 1990c: I, 389; HOMEM, 1990a: 182; GRAF, 2011: 16-17). Desconhecemos o seu percurso anterior a 1384, embora o seu grau académico pressuponha já uma idade de pelo menos 23-25 anos quando ingressa no desembargo do futuro D. João I (MOULIN, 2013: 80). Pertencia a uma família que, como referirá no seu testamento, se associava há várias gerações ao serviço dos monarcas portugueses (COSTA, 1989: 4; GOMES, 1995: 65, 97). Entre os seus ascendentes mais próximos, o seu pai, Afonso Esteves de Azambuja, é recordado num diploma régio de 1384 pelos serviços prestados aos reis Pedro I e

Fernando I e ao próprio D. João I, a cuja causa adere desde o início (COSTA, 1989: 15, nt. 50; *CDJI*, parte I, cap. CLXI, 305) e o tio paterno, João Esteves de Azambuja, aparece documentado como alcaide de Lisboa em 1372 e “privado” do rei Fernando (MARTINS E VIEGAS, [2006]: 32; FARELO, 2009: 735; TT, *Mos-teiro do Salvador de Lisboa*, mç. 25, n.º 498).

As origens da sua família ligavam-no à Azambuja e ao termo da importante vila de Santarém, onde se situava uma parte significativa da sua base patrimonial, que João Afonso não deixará de reforçar. Com efeito, o rei João I concede-lhe jurisdição sobre a vila de Aveiras, separando-a do termo de Santarém (cartas régias de 1 de julho de 1391 e 24 de abril de 1407 – COSTA 1989: 10) e confirma-lhe a doação de Salvaterra de Magos, Sacarabotão e da lezíria da Atalaia, tal como as tivera seu pai (carta régia de 16 de junho de 1393 – COSTA 1989: 15). Na igreja de Azambuja se haviam feito sepultar os seus avós, bisavós e mãe (COSTA, 1989: 5, 94-95) e nela tinha João Afonso uma porção (COSTA, 1989: 4). De igual modo, o percurso dos seus antepassados ligava-o também a Lisboa, onde seu tio fora alcaide e onde o rei e a sua Corte, que os seus antepassados haviam servido, estanciavam com maior frequência. Não admira, por isso, que tivesse sido uma das paroquiais da cidade, a igreja do Salvador, a escolhida por seu pai e tio para local de sepultura e fundação da respectiva capela fúnebre.

João Afonso deverá muito do seu percurso ao serviço fiel e dedicado ao novo monarca. Acompanha-o no acto de eleição e nas Cortes celebradas em Coimbra em março-abril de 1385, sendo de assinalar como o seu nome é um dos propostos pelos povos para integrar desde logo o Conselho do monarca. Apesar de não estar entre os nomes selecionados por D. João I (em muito, um sinal político de autonomia do monarca e não do afastamento de João Afonso), o facto é que o nosso biografado não interrompe a sua atividade no desembargo e continua a integrar o grupo de privados do rei e do seu Conselho (*MPV* II, CCCLXIX-CCCLXX; COSTA, 1989: 1-2, 5; GRAF, 2011: 22-28).

Depressa a sua formação será aproveitada pelo monarca para as importantes tarefas diplomáticas que eram exigidas à nova dinastia, quer pela instável paz com Castela, quer pelo reconhecimento que urgia obter, sobretudo do papado, da legitimidade do monarca português. Deste modo, encontramos-lo, logo em 1388-1389, como embaixador de D. João I junto da Cúria pontifícia de Urbano VI, juntamente com D. João, bispo de Évora e Rodrigo Anes, cónego de Lisboa, em ordem a negociar a emissão das bulas que permitiriam ao monarca português ultrapassar todos os impedimentos de ilegitimidade ou decorrentes da sua condição clerical que recaíam sobre si e ver ratificado o seu casamento com a rainha Filipa de Lencastre (*MPV* II, CVIII-CXV, CXVII-CXXIII; *MPV* III/1, 511;

COSTA, 1989: 5; GRAF, 2011: 48-51). Além da incapacidade de obterem de imediato as desejadas bulas, as notícias disponíveis sobre esta embaixada aludem a problemas inesperados sofridos pelo grupo. Fernão Lopes liga-os à sua viagem de regresso ao reino, referindo simplesmente que os embaixadores foram retidos em território alemão no caminho para a Flandres e resgatados graças à intervenção do monarca português (*CDJI*, parte II, cap. CXXIV, 254; também referido por GRAF, 2011: 51). Um outro testemunho, dado pelo cronista Conrad Justinger, da cidade de Berna, alude a uma missão na Alemanha atribuída ao grupo pelo papa e à prisão dos embaixadores no castelo de Nidau, em território suíço (*DIE BERNER-CHRONIK*, 1871: 172). Encontrados numa situação miserável pela guarnição de Berna, que entretanto havia tomado a fortaleza em 1388, teriam sido conduzidos a essa cidade e agraciados pelas autoridades da cidade com roupas condignas, cavalos e 300 ducados para que pudessem voltar a Portugal. Chegados finalmente à Cúria, daí enviariam às mesmas autoridades municipais os referidos 300 ducados, acrescidos de 1000 ducados em testemunho de gratidão e para ajudar as despesas dos mesmos com o cerco de Nidau. Apesar dos eventuais reparos que se lhe podem fazer (o autor substituiu o bispo de Évora pelo bispo de Lisboa) e da disparidade de informações face ao testemunho de Fernão Lopes, o relato torna mais compreensível a passagem do grupo pela Alemanha e concorda com a sua presença na Cúria ainda em 1389.

O facto é que a não resolução imediata do assunto da ilegitimidade de D. João I justificaria uma nova ida de João Afonso a Roma, acompanhado, desta feita, pelo cavaleiro portuense João Rodrigues de Sá, entre o último trimestre de 1390 e os primeiros meses de 1391. Desta feita, conseguiria de Bonifácio IX a resposta positiva aos pedidos apresentados em nome do monarca português, a começar pelas desejadas bulas de dispensa quanto à sua ilegitimidade e anterior condição clerical, que lhe permitiam o assumir definitivo da condição régia e do consórcio matrimonial com D. Filipa de Lencastre (bulas *Divina disponente clementia* e *Quia rationi congruit* de 27 e 28 de janeiro de 1391, a que se juntava a bula *Romanus Pontifex*, também de 27 de janeiro: *MPVII*, CVIII-CXV, CXVII-CXXIII; COSTA, 1989: 6; GRAF, 2011: 55-56). A estas juntavam-se outras importantes concessões igualmente solicitadas pelo monarca português: a licença, para os dominicanos da Batalha, de receberem doações e legados (6 de março); a comutação feita ao rei do seu anterior voto de visitar o Santo Sepulcro (6 de março); a absolvição outorgada aos eclesiásticos que haviam pegado em armas contra os cismáticos (6 de março), a licença para os eclesiásticos do reino poderem contribuir com os proventos dos seus benefícios e de seus bens para a guerra contra os cismáticos (6 de março) e a comissão de admitir à obediência de Roma

os que antes haviam aderido a Clemente VII (13 de março de 1391); e ainda o mandato para se estudar o processo em curso de transferência da jurisdição temporal da cidade do Porto do bispo e cabido para o rei (6 de março). De diversas destas bulas, o próprio João Afonso era constituído executor, atestando o apreço que já então lhe é reconhecido pela autoridade apostólica (*MPV* III/1, 501-505, 588-590, 775; COSTA, 1989: 6-8, 36).

A 9 de julho, já em Portugal, está presente à publicação, então feita na sé de Lisboa, das bulas que dispensavam o rei João I de qualquer impedimento que pudesse obstar ao seu casamento e à assunção definitiva do trono português (*MPV* II, CVIII, CXI-CXV).

Documentamos também o seu envolvimento na negociação das tréguas com Castela, quer em 1399, quer em 1402. Os elementos disponíveis mostram-nos João Afonso ocupado nas negociações desde inícios de 1399, sendo enviado, com o Condestável Nuno Álvares Pereira, o deão de Coimbra Rui Lourenço e Álvaro Peres, escolar e cónego de Lisboa, para negociar as referidas tréguas com uma delegação castelhana. As conversações parecem ter-se prolongado por todo o ano de 1399, tendo como centro a vila, então portuguesa, de Olivença, acabando por se mostrar inconclusivas (*MPV* III/1, 594, 597-598, 774-775; COSTA, 1989: 22-25; GRAF, 2011: 73-74; VIGIL MONTES, 2016). Em 1402, João Afonso integrava uma nova embaixada enviada à corte de Henrique III de Castela com o intuito de renovar as tréguas de paz entre os dois reinos, sendo acompanhado por João Vasques de Almada, cidadão de Lisboa, e pelo Dr. Martim do Sem. Estas funções ocuparam-no seguramente entre abril e outubro, logrando, desta feita, a assinatura de novas tréguas por dez anos, celebrada na cidade de Segóvia a 15 de agosto desse ano e ratificadas pelos principais de Castela a 6 de outubro. Já se encontra de regresso a Portugal a 18 de novembro, data em que, nos seus paços de Santarém, ocorre a confirmação das tréguas por parte de D. João I (COSTA, 1989: 27-28; GRAF, 2011: 76; VIGIL MONTES, 2016).

João Afonso depressa será beneficiado com importantes cargos eclesiásticos, por iniciativa do rei João I. Começa, desde logo, por o escolher para prior da prestigiada igreja de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, apresentando-o como tal ao bispo de Lisboa a 23 de novembro de 1385 (*MPV* III/1, 585-586; COSTA, 1989: 2; GRAF, 2011: 47-48). Contudo, menos de quatro anos volvidos, encontrando-se na Cúria papal, João Afonso é promovido à diocese de Silves. A nomeação deve ter acontecido em março de 1389, quando surgem as notícias do pagamento da taxa devida por tal promoção, dando-o a chancelaria régia como bispo eleito de Silves desde junho desse ano e em plena posse desta diocese a partir de janeiro de 1390 (*MPV* III/1, 515-516 e nt. 335; COSTA, 1989: 5-6; GRAF, 2011: 53-55).

Não deve ter permanecido muito tempo na diocese algarvia, tanto mais que, como vimos, os anos de 1390-1391 são tomados, em larga medida, pela sua participação na embaixada enviada por D. João à corte de Bonifácio IX. É novamente durante a sua estadia em Roma que, a 15 de fevereiro de 1391, é emitida a bula que o transferia de Silves para a Sé do Porto, contra a deslocação de D. Martinho Gil, anterior bispo da cidade invicta, para a sé algarvia (1391-1404, 1407-1409) (*MPV*III/1, 501-501, 511-517, 587-588; COSTA, 1989: 5; COSTA, 1990c: I, 405).

Conhecemos ainda de forma lacunar a sua ação como bispo do Porto, também ela marcada pelas recorrentes ausências do prelado devido ao serviço do monarca e ao seu envolvimento, como veremos, na fundação do mosteiro do Salvador de Lisboa. A par dos diversos actos recenseados sobretudo por António Domingues de Sousa Costa e que atestam, ainda assim, a atenção de João Afonso aos seus deveres pastorais e o cumprimento das comissões apostólicas que lhe foram atribuídas por Bonifácio IX (COSTA, 1989: 13-15; GRAF, 2011: 66-68), importa realçar como a presença de D. João Afonso à frente desta diocese contribuiu para o desbloquear das negociações conducentes à passagem do senhorio da cidade para a esfera régia e a libertação do burgo do interdito eclesiástico que sobre ele recaía, chegando-se a um primeiro acordo assinado a 3 de setembro de 1392. Um assunto que seria retomado já após a sua transferência para Lisboa, concluindo-se definitivamente, de forma favorável ao rei e desta feita com a anuência de Roma, por acordo celebrado em 13 de fevereiro de 1405. De novo, será D. João Afonso Esteves de Azambuja, já como arcebispo de Lisboa, o mandatado por Inocência VII para homologar a concórdia entretanto alcançada (CUNHA, 1742: 145; *MPV*III/1, 594-597, 601-613; COSTA, 1989: 11-13, 35-40; COSTA, 1990c: I, 335-340; RIBEIRO, 2009; GRAF, 2011: 65-66, 78-79; o mesmo acontecerá para o acordo alcançado em 1401 com o arcebispo de Braga sobre o senhorio da cidade e seu termo, confirmado por D. João Afonso a 21 de maio de 1408: *MPV*III/1, 575-583, 775; COSTA, 1989: 40-41; COSTA, 1990c: I, 372, 389).

Já D. Rodrigo da Cunha realçara o empenho de D. João Afonso na criação da dignidade do arcediagado na catedral do Porto e a preocupação em dotá-la das rendas necessárias, pela união à mesma da igreja de Santiago de Meinedo e suas anexas. A iniciativa, atestada em provisão de 30 de março de 1398, visava sobretudo obviar aos inconvenientes decorrentes das ausências do bispo diocesano, associando à nova dignidade o encargo, à falta do ordinário, de garantir a visitação a igrejas e mosteiros da diocese, providor os reitores das igrejas e examinar os candidatos às ordens sacras e aos benefícios eclesiásticos (CUNHA, 1742: 145; COSTA, 1989: 16-18; GRAF, 2011: 68-70). O cuidado com a vida da diocese

transparece também na convocação de um sínodo diocesano, em data impossível de precisar, do qual se conhecem três constituições (n.º 14-16) alusivas à defesa e conservação dos bens e direitos eclesiásticos (retomadas por D. Antão de Chaves (1424-1447) nas constituições sinodais de 22 de novembro de 1430 – *SYNODICON*, 1982: 350-353; COSTA, 1989: 19-20).

De qualquer modo, este sínodo teria que acontecer em data anterior a 22 de julho de 1398, dado que, nesse mesmo dia, era emitida uma nova bula que transferia D. João Afonso do Porto para Coimbra (MPVIII/1, 534, 597; COSTA, 1989: 20). O seu contínuo envolvimento no serviço régio e a recorrente ausência da diocese devem justificar a omissão deste prelado do *Livro das vidas dos bispos da Sé de Coimbra*, redigido por Pedro Álvares Nogueira em finais do século XVI (NOGUEIRA, 1942). A própria documentação da sé conimbricense mostra a demora na tomada de posse da diocese por D. João Afonso (a sé é dita vacante até julho de 1399), e já em 1402 deixaria Coimbra para assumir o governo do arcebispado olisiponense (COSTA, 1989: 20-21; GRAF, 2011: 72). Sousa Costa documenta uma presença muito escassa de D. João Afonso em Coimbra (recenseia um único documento que a comprova, de 2 de abril de 1401), razão pela qual considera difícil a proposta dos editores do *Synodicon Hispanum* de que o nosso biografado tivesse oportunidade de convocar um sínodo em Coimbra durante o período em que governou a diocese (COSTA, 1989: 21-22; *SYNODICON*, 1982: 197-199). É já no final deste período conimbricense que João Afonso preside à sagração do altar-mor da colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, ocorrida a 23 de janeiro de 1401, com licença de D. Martinho Afonso Pires da Charneca, arcebispo de Braga, na presença do rei, da rainha, dos infantes e dos prelados de Santiago de Compostela e de Cidade Rodrigo (COSTA, 1989: 21-22; BARROCA, 2000: II/2, 2057-2067).

A 23 de abril de 1402, já se aventava a transferência de D. João Afonso para Lisboa, o que viria a concretizar-se a 29 de maio do mesmo ano (COSTA, 1989: 25-27). Envolvido, por então, na negociação das tréguas com Castela, assumiria pouco depois as suas funções. Regressado seguramente a Portugal em inícios de novembro – sabemos-lo, como vimos, nos seus paços arquiiepiscopais de Santarém a 18 desse mês, por ocasião da ratificação das tréguas com Castela pelo monarca português –, logo em dezembro desse ano se encontra pessoalmente a visitar a paroquial de Santa Maria de Marvila de Santarém (“UMA VISITAÇÃO”, 1971) e a igreja de São Pedro de Óbidos a 17 de maio do ano seguinte (MNA, *Ms., Col. São Pedro de Óbidos*, cx. 1, n.º 21).

As determinações que delas resultaram mostram um prelado preocupado em assegurar, não apenas a regularidade e exemplaridade do culto divino



Fig. 90. Visitação de D. João Afonso de Azambuja à igreja de Santa Maria de Marvila de Santarém, 1402 dezembro, pergaminho. Lisboa, ANTT, *Colegiada de Nossa Senhora da Assunção de Marvila de Santarém*, mc 1, n.º 1, PT/TT/SMSAMS/M001/000001. ©ANTT.

celebrado pelos seus clérigos, como também a necessária instrução dos fiéis, que deveriam participar na eucaristia aos domingos e dias festivos e ser devidamente ensinados “em aquellas cousas que ssom theudos de saber pera sua salvação”. Não teme, por isso, em traduzir para vernáculo o Credo e em estabelecer o que se deveria ensinar aos fiéis em cada época do ano, a registar em livro próprio. Do mesmo modo, vela pela regular administração dos sacramentos (baptismo, confissão e comunhão anuais, unção dos enfermos, matrimónio) e por uma correcta gestão e registo, quer dos bens e rendimentos da igreja, quer da razão devida aos seus beneficiados, necessariamente vigiada para que se cumprissem as obrigações litúrgicas da colegiada (“UMA VISITAÇÃO”, 1971; MNA, *Ms., Col. São Pedro de Óbidos*, cx. 1, n.º 21).

O mesmo tipo de preocupações transparece das constituições resultantes do sínodo que fez convocar a 13 de janeiro de 1404 (*SYNODICON*, 1982: 317-339; para a sua datação, ver por todos COSTA, 1989: 28-31, 126-127), repetindo, de resto, o que já fizera enquanto bispo do Porto. Sabemos que D. João Afonso tomou posse da diocese entre meados de maio e inícios de julho de 1403 e que, durante todo o período imediatamente posterior, não teve grandes ausências da diocese (COSTA, 1989: 29-33). Nas constituições sinodais, pôde demorar-se em muitos aspectos já abordados na referida visitação de 1402 e mesmo nas determinações conhecidas do sínodo que celebrou no Porto, e às quais voltaria ao visitar São Pedro de Óbidos: a conveniente formação do clero (determinando que aprendam gramática e canto e o necessário para a conveniente instrução dos fiéis), a exemplaridade do seu porte e comportamento, a importância de residirem nos seus benefícios, a vigilância sobre o exercício público da pregação e sobre a celebração dos

sacramentos, a conservação e correcta gestão dos bens eclesiásticos. Retoma ainda algumas constituições resultantes de um anterior sínodo, não datado, celebrado pelo seu antecessor à frente da cátedra olisiponense, alusivas sobretudo à permanência de práticas supersticiosas ou pagãs ou de hábitos contrários à guarda dos dias santos. As constituições promulgadas trazem também importantes determinações em relação aos mouros e judeus, tendentes a acentuar a separação entre estas minorias e a maioria cristã e a evitar as ocasiões de convívio mútuo ou da sua presença indevida no espaço cristão.

É interessante registar a preocupação em garantir a máxima publicidade das constituições, não só pela utilização do vernáculo em detrimento do latim, como pelo esforço em fazê-las registar nas paróquias num prazo máximo de seis meses. A determinação sinodal parece ter tido algum sucesso, atendendo às cópias das constituições encontradas em duas colegiadas de Óbidos (*SYNODICON*, 1982: 317-318) e uma outra no fundo das colegiadas de São Miguel e Santa Maria de Sintra (COSTA, 1989: 136-150).

Seja como for, o esforço ordenador do arcebispo lisboeta sobre a vida da sua diocese acabaria por se ver limitado por um novo e quase contínuo ciclo de ausências a partir de 1407, em larga medida decorrente do seu envolvimento em importantes missões diplomáticas ao serviço do monarca português, tanto junto do vizinho reino de Castela como da Cúria pontifícia e das assembleias conciliares que, desde os primeiros anos do século xv, se sucedem no intuito de procurar uma solução para o já longo e fracturante Cisma do Ocidente.

Sabemo-lo, com efeito, a acompanhar os assuntos relacionados com Castela desde 1405 e nomeado pelo rei para integrar novas negociações com o reino vizinho em 1407, tornadas mais urgentes após a morte de Henrique III de Castela e a problemática regência que lhe sucedeu. Envolvido no processo negocial pelo menos até agosto de 1408 (COSTA, 1989: 34-35; VIGIL MONTES, 2016), já não acompanharia a celebração de novas tréguas, assinadas em Ayllón em outubro de 1411. Com efeito, João Afonso seria entretanto mandatado pelo monarca para integrar a comitiva portuguesa enviada ao Concílio de Pisa, convocado a 16 de julho de 1408 por vários cardeais dos partidos dos papas de Avinhão e de Roma com o intuito de pôr termo ao Cisma que desde 1378 afectava a Cristandade (MPV III/1, 740-743; COSTA, 1989: 42-46). A decisão de envio da embaixada portuguesa era tomada a 11 de fevereiro do ano seguinte e partiria ainda no primeiro semestre desse ano, nela se integrando o arcebispo de Lisboa, a par de outros eclesiásticos e eminentes letrados do reino (sobre a composição da embaixada: MPV III/1, 689-874; COSTA, 1989: 44; MILLET, 2005: 236-247). Na expectativa de uma viagem longa e não isenta de perigos, João Afonso

Esteves de Azambuja deixava feito o seu testamento, redigido em Arganil a 20 de abril de 1409.

O Concílio, que se prolongaria até agosto de 1409, permitiria reunir um largo consenso em torno do novo papa aí eleito, o franciscano Alexandre V (1409-1410), apesar de não se alcançar a eliminação das anteriores obediências: Bento XIII, o papa avinhonense, manteria o apoio castelhano e escocês e Gregório XII o de um reduto germano-italiano. O grupo português, que chega ao concílio por finais de junho de 1409, manifesta o seu apoio ao novo papa recém-eleito, que estenderá ao seu sucessor, João XXIII, dada a morte precoce de Alexandre V, ocorrida a 3 de maio de 1410. Será já de João XXIII que o arcebispo de Lisboa recebe o título de cardeal de S. Pedro *ad Vincula*, a 6 de junho de 1411 (MPV III/1, 770; COSTA, 1990c: I, 383, 430).

João Afonso de Azambuja manteve-se afastado da diocese de Lisboa durante longos períodos, fazendo-se representar através dos seus vigários-gerais, entre os quais se contava um seu sobrinho – Álvaro Afonso, deão de Coimbra, notário apostólico e mestre-escola de Lisboa, que chegará ser proposto para bispo do Porto e de Évora e a quem o arcebispo confiaria o encargo de ser seu testamenteiro (MPV III/1, 740, 770, 773, 782-783; COSTA, 1989: 96-111; COSTA, 1990c: I, 428-439) – e um outro familiar, Estêvão Afonso, arcediogo de Santarém, doutor em Cânones na Universidade de Bolonha e vigário-geral do arcebispo pelo menos desde março de 1412 (COSTA, 1990c: I, 519-523; sobre o conjunto dos seus vigários-gerais, cf. MPV III/1, 770-775, 782-784).

Data do período imediatamente posterior ao Concílio de Pisa (primeiros meses de 1410) a peregrinação feita pelo nosso biografado à Terra Santa, realizando um projecto que já trazia em mente pelo menos desde 1403, quando para tal recebe expressa licença pontifícia, e que volta a referir no seu testamento, em 1409, já de partida para o Concílio de Pisa (MPV III/1, 781; COSTA, 1989: 46-47). Os anos seguintes, até setembro de 1414, passá-los-ia junto da Cúria pontifícia, com breves deslocações a Portugal, possivelmente nos primeiros meses de 1411 e seguramente em inícios de 1414 (COSTA, 1989: 49-55; MPV III/1, 781-785 e nt. 379). Abandonaria em definitivo a Cúria em setembro de 1414, alegando motivos de saúde, vindo ainda a participar no Concílio de Constança, a cuja abertura assiste (a 5 de novembro de 1414: MPV III/1, 785-786; COSTA, 1989: 55-56). De regresso a Portugal, morre em Bruges, na Bélgica, a 23 de janeiro de 1415 (MPV III/1, 785-786; COSTA, 1989: 55, 61; COSTA, 1990c: I, 436).

O segundo arcebispo de Lisboa morria, assim, fora da pátria, após mais de três décadas ao serviço do rei João I, no cumprimento de importantes missões diplomáticas que haviam contribuído para o consolidar da paz com Castela e

para o reconhecimento internacional e o fortalecimento político da nova dinastia de Avis. Aproveitando a sua formação universitária e a sua ascendência nobiliárquica, também ela associada ao serviço régio, logrou do rei João I o apoio para um percurso eclesiástico que o levaria a alcançar a sede arquiépiscopal de Lisboa e o cardinalato. O que se conhece da sua ação pastoral demonstra o seu empenho ordenador da vida religiosa, na salvaguarda dos bens e liberdades eclesiásticos, na exemplaridade da vida do seu clero e na procura de uma adequada formação cristã dos fiéis.

Contudo, o seu percurso é também revelador de uma significativa proximidade aos novos movimentos religiosos, desejosos de uma renovação das ordens já existentes ou adeptos de uma forma de vida mais austera, solitária e pobre, próxima das origens do monaquismo. João Afonso conhecia certamente muitos dos que haviam protagonizado a entrada ou a difusão das observâncias mendicantes no reino português ou o nascimento de comunidades eremíticas, algumas das quais entretanto integradas na Ordem de São Jerónimo. O monarca da boa memória e a sua família e, com ele, muita da principal nobreza de corte, haviam, aliás, apoiado e protegido muitos destes movimentos.

Assim, ainda como bispo do Porto, João Afonso Esteves de Azambuja patrocina a fundação do primeiro mosteiro observante de dominicanas em Portugal, a partir da igreja do Salvador, uma das paroquiais de Lisboa onde o seu pai e o seu avô, rompendo a anterior tradição familiar, se haviam feito sepultar e instituído a sua própria capela fúnebre. O projecto recuava a 1391, quando obtém licença pontifícia para a fundação, por bula de 13 de março, pressupondo a mesma o apoio dado à iniciativa pelo monarca português (MPV III/1, 592-593; COSTA, 1989: 71); este seria consubstanciado, ainda a 1 de julho desse ano, com a doação ao prelado do padroado da igreja do Salvador, que o arcebispo D. João Anes se apressaria a confirmar (MPVIII/1, 776-777; COSTA 1989: 9-10, 71-72). A ereção do mosteiro e a união da paróquia, com os seus direitos, à nova casa religiosa, eram levadas a cabo a 16 de novembro de 1392 (COSTA, 1989: 70-71). A 10 de julho de 1393, o rei dava licença a João Afonso para adquirir bens de raiz para a capela aí instituída pelo tio no valor de 1000 dobras (MPV III/1, 777; COSTA, 1989: 15, 81) e, logo em 1394, o prelado doava ao mosteiro a quarta parte das rendas da igreja e bens de Salvaterra (confirmada por carta régia de 06.09.1394: MPV III/1, 519 e 595, nt. 337ⁱ, 777; COSTA, 1989: 81). Dotaria ainda a novel comunidade de constituições próprias, apresentadas às freiras a 29 de novembro de 1396 (BNP, *Ilum.* 150, publ. por COSTA, 1989: 128-135), pelas quais assegurava a observância rigorosa da clausura, a sua submissão aos dominicanos e os seus direitos como prelado e fundador do mosteiro na apresentação do respectivo



Fig. 91. Constituições elaboradas por D. João Afonso de Azambuja para as freiras do mosteiro do Salvador de Lisboa, 1396 novembro 29, pergaminho. Lisboa, BNP, Ilum. 150. ©BNP

vigário (COSTA, 1989: 61-62, 82). A 8 de novembro de 1400, a instâncias do bispo, D. João I relembra a isenção de pagamento de dízimas outorgada pela Santa Sé às freiras do Salvador e determina que, por isso, não paguem a dízima e meia que então se cobrava (MPV III/1, 778-779; COSTA, 1989: 83).

Os testemunhos das intervenções de D. João Afonso a favor do mosteiro prolongam-se pelos anos subsequentes (COSTA, 1989: 83-88), atestando o seu cuidado com uma casa religiosa que se queria exemplar no rigor da clausura e no fervor da vida religiosa e à qual pretendia ligar os encargos litúrgicos pela salvação da sua alma e dos seus antepassados. Assim o deixa estipulado no seu testamento, redigido em 1409, man-

dando que o seu corpo seja sepultado “<em terra> em meio da capeela do moesteiro do saluador em a qual nosso thio Johan esteuez e nosso padre som sepultados. E que seia posta sobre nos hũa canpãa de pedra que nos pera ello mandamos trazer de frandes” (TT, *Mosteiro do Salvador de Lisboa*, mc. 25, n.º 503).

No seu túmulo – que parece, aliás, não cumprir exactamente o que fora determinado –, faz-se memória, em inscrição gravada na secção lateral da sua tampa, de como “SOLEMNIZOU Em BOLOnha / A SEPuLTUra DE Sam DomingOS Em ROMA HO M(osteir)o DE Sam JerOnYMO Em LIXBOA ESTE Em Que SE MAnDOU DEITAR” (leitura de BARROCA, 2000: II/2, 2117). É interessante o nexó que quis evidenciar entre a fundação do mosteiro lisboeta e outros dois actos de patrocínio religioso, certamente ocorridos durante a sua prolongada estadia junto da Cúria pontifícia, após o Concílio de Pisa (1409). Se da “solenização” do túmulo de São Domingos nada sabemos, não deixa de ser significativa, de novo, a relação do prelado com os Pregadores e com um símbolo tão importante da sua identidade, associado ao seu convento de Bolonha. Sabemos que aí esteve já no final da vida, a 16 de agosto de 1414,

assistindo, com D. Fernando da Guerra e outros cardeais, ao doutoramento em teologia do dominicano português frei Manuel Lourenço (COSTA, 1969: 22-24; COSTA, 1990c: I, 411). Do Mosteiro de Roma temos mais notícias: sabemos-lo ligado ao seu título cardinalício (São Pedro *ad Vincula*), na sua origem também uma igreja que o prelado decide converter em casa monástica, desta feita confiada à Ordem de São Jerónimo. A mudança fora aprovada pelo papa por bula de 18 de março de 1412, mantendo a vinculação do cardeal à sua igreja titular (COSTA, 1989: 51-52).

A atualidade do prelado, apoiando tanto a observância dominicana como a recém-aprovada Ordem de São Jerónimo (1373), ligava-se ainda a um aprofundamento religioso associado às temáticas de cariz penitencial e reformista. Assim o parecem indicar algumas das suas leituras, que nos são dadas pelo seu testamento. Com efeito, nos livros que menciona pertencerem-lhe ou estarem na sua posse, a par das expectáveis obras de Direito Canónico (as *Decretais* de Gregório IX e o *Liber Sextus Decretalium* de Bonifácio VIII), encontramos dois títulos do franciscano frei Álvaro Pais, bispo de Silves – o *De Statu et Planctu Ecclesiae* e o *Speculum Regum* – e o livro das *Confissões* de Martim Peres (COSTA, 1989: 89). João Afonso encontra-se no coração dos debates em torno dos caminhos de reforma da Igreja, da autoridade do concílio e dos pontífices, na procura de soluções para o Cisma que afetava a Cristandade. A posse das obras de Álvaro Pais parece revelar o alinhamento do prelado por uma teorização política mais tradicional, defensora do papel do papado e da sua autoridade no interior da Igreja. Mas outros indícios – desde a sua peregrinação à Terra Santa ao apoio às ordens mais rigoristas ou à sua atracção pelos ambientes monásticos, atestada pela sua residência, em Roma, no mosteiro beneditino de São Brás de Pinhota (COSTA, 1989: 52-53), ou a convocação sistemática de sínodos diocesanos – acentuam também as suas preocupações de renovação da vida religiosa.

João Afonso Esteves de Azambuja testemunha assim as contradições de muitos prelados reformadores, que oscilam entre as preocupações pastorais e de ordenamento da vida religiosa e o envolvimento no serviço régio que os afasta das respetivas dioceses e os lança noutros meandros de poder, sejam eles leigos ou eclesiásticos (CARVALHO, 2016). O seu túmulo, na presença surpreendente da heráldica familiar e dos símbolos que apelam simultaneamente para o prestígio das suas origens e para a sua autoridade como arcebispo e cardeal (o chapéu cardinalício, o báculo episcopal, a cruz processional), espelha o assumir consciente de um percurso onde as suas raízes familiares e o prestígio da sua linhagem vão a par com uma bem-sucedida carreira eclesiástica. Nele se cruzaram os



interesses da sua diocese, os do reino português e os da própria Cristandade (BARROCA, 2000: II/2, 2117-2128; BARROCA, 2005: 373-374; PINTO E OLIVEIRA, 2005: 396).

JOÃO LUÍS INGLÊS FONTES

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: *CDJI*; CUNHA, 1742; *CUP*; *DIE BERNER-CHRONIK*, 1871; *MPV*; NOGUEIRA, 1942; *SYNODICON*, 1982; “UMA VISITAÇÃO”, 1971; **Estudos:** BARROCA, 2000; BARROCA, 2005; CARVALHO, 2016; COELHO, 2005; COSTA, 1969; COSTA, 1989; COSTA, 1990c; FARELO, 2009; FONTES, 2012; GOMES, 1995; GRAF, 2011; HOMEM, 1990a; HOMEM, 1990b; MARTINS E VIEGAS, [2006]; MILLET, 2005; MOULIN, 2013; PINTO E OLIVEIRA, 2005; RIBEIRO, 2009; ROSA, 2012; SANTOS, 2015; VIGIL MONTES, 2016.

DIOGO ÁLVARES [DE BRITO?]

(1415-1422)

Em fevereiro de 1415 era transferido para a arquidiocese de Lisboa, o então bispo de Évora, D. Diogo Álvares (EUBEL, 1935-1978: I, 507; COSTA, 1990c: I, 434), após a morte de D. João Afonso de Azambuja (1402-1415) em janeiro deste mesmo ano.

D. Diogo Álvares manter-se-ia à frente desta arquidiocese até à sua morte, ocorrida em finais de 1422.

Sobre o seu governo na diocese de Lisboa pouca informação subsiste. Da mesma forma, poucos são os dados disponíveis sobre as suas ligações familiares ou a sua carreira eclesiástica. As informações relativamente díspares, avançadas por diferentes autores, sobre as suas origens permitem-nos apenas esboçar hipóteses interpretativas de um percurso acerca do qual pouco sabemos.

São pois essas hipóteses que a seguir apresentamos, cientes do muito que fica por responder.

Família e carreira

Uma das primeiras menções disponíveis sobre a carreira eclesiástica de D. Diogo Álvares refere-se à sua nomeação para bispo de Évora. Designado em 1406, de acordo com as indicações de Eubel (1935-1978: I, 236; COSTA, 1990c: I, 408), aí ficaria até à sua transferência para Lisboa. Com efeito, tanto Eubel como Gams referem essa nomeação, embora com datas diferentes, identificando-o então como Diogo Álvares de Brito (GAMS, 1857: 99; EUBEL, 1935-1978: I, 236). Já no episcopologio de Lisboa a sua nomeação, datada de fevereiro de 1415, como

Diogo Álvares [de Brito?]

?	Nascimento
1406-1415	Bispo de Évora
1415-1422	Arcebispo de Lisboa
Fim de 1422	Morte

já referimos, é mencionada por ambos os autores; mas, então, Diogo Álvares aparece apenas identificado como tal, ou seja, sem o nome de família que permite a sua integração na linhagem dos Brito.

É muito possível supor que esta diferente designação seja apenas casual. Mencionado na sequência de uma anterior nomeação, não terá parecido necessário aos autores a reafirmação do nome de família. Mas este dado, muito possivelmente aleatório, não deixa de assumir uma importância particular, dadas as dificuldades existentes no estabelecimento das verdadeiras relações de parentesco entre este eclesiástico e a família dos Brito.

De acordo com o Pe. António Franco, autor da obra *Évora Ilustrada*, Diogo Álvares *de Brito* seria sobrinho de dois bispos: João Afonso de Brito, bispo de Lisboa e de Martim Gil, bispo de Évora (FRANCO, 1945: 86). No entanto, nem as genealogias existentes nem a documentação disponível permitem estabelecer com pormenor, nem com algum grau de certeza, o tipo de parentesco que unia estes eclesiásticos. Da mesma forma, tanto Felgueiras Gayo como o *Livro de Linhagens do século XVI* não referem este parentesco de forma explícita, sendo mesmo omissos sobre a ligação de Diogo Álvares à família dos Brito (VILAR, 1999: 99-100, em particular nt. 318).

Com efeito, os dados disponíveis parecem apontar noutro sentido, permitindo a reconstituição de outras ligações familiares que caberá equacionar.

Em 1445, o regente D. Pedro (MH VIII, 248-249) autorizava Fernando Afonso Cicioso, cavaleiro e residente em Évora, a legar à Sé tantos bens de raiz quanto os necessários até ao montante máximo de 200 escudos de ouro para a manutenção de uma capela pelas almas de D. João, bispo que tinha sido de Évora, e de D. Diogo, outrora bispo de Évora e arcebispo de Lisboa. Ou seja, para a manutenção de uma capela fundada por alma de D. Diogo Álvares, então já falecido há quase 20 anos e por um bispo de Évora, de nome João. Neste caso, estamos possivelmente perante D. João Anes, bispo de Évora no final do século XIV e cujo papel na crise de 1383-1385 foi já realçado (VILAR, 2007a).

A doação que o regente D. Pedro autorizava a Fernando Afonso Cicioso vinha na sequência de uma ligação familiar que outros dados permitem atestar. Figura central nas elites eborenses de início do século XV (SERRA, 2015: 463-465), Fernando Afonso Cicioso tinha, através do seu casamento com Inês Mendes de Oliveira, reforçado a sua integração nessas mesmas elites com a ligação à família dos Oliveira (VILAR, 1999: 48-49), cuja presença na cidade datava já do final do século XIII (SERRA, 2015; VILAR, 1999; BEIRANTE, 1995).

Fernando Afonso Cicioso é mencionado como detentor de cargos municipais desde os primeiros anos do século XV, estando referenciado no *Regimento de*

Évora, datável deste período (*Os REGIMENTOS*, 2007: 6-13) como regedor, cargo de reconhecido prestígio e de acentuada influência local.

E é exatamente neste *Regimento* que o seu nome surge identificado em função de Diogo Álvares, arcebispo de Lisboa e seu tio, laço de parentesco que poderá explicar a doação autorizada em 1445 mas também a oferta feita em maio de 1424 de 30 marcos de prata por Fernando Afonso Cicioso ao cabido da Sé de Évora para aniversários pelo bispo de Évora D. João e pelo arcebispo de Lisboa, D. Diogo, seu tio, ambos sepultados no claustro da sé. D. João, que nos parece dever identificar-se, como já referimos, com o bispo D. João Anes de Évora e não com D. João Afonso de Brito, cujo corpo terá sido sepultado na sé de Lisboa e não de Évora. Aliás, a ausência de qualquer menção ao exercício da função de bispo de

Lisboa, na qual João Afonso de Brito acabou a sua vida, torna difícil que este D. João seja João Afonso de Brito. Tal facto não impede, porém, a existência de algum tipo de parentesco familiar entre os Brito e D. Diogo Álvares.

Na referida doação, Fernando Afonso invocava, ainda, a “grande criação e boa que en ell fizeram” (SERRA, 2015: 149-150, 464; ACSE, EE 13A) e fazia entrega de 30 marcos de prata que o arcebispo D. Diogo lhe dera em taças e copos de prata (BEIRANTE, 1995: 546), revelando uma proximidade assinalável com o prelado. Proximidade que explica também o encargo que assume em 1434 ao doar aos pobres de Montemuro uma herdade que tinha comprado com o dinheiro que lhe tinha sido deixado por um criado do arcebispo, de forma a assegurar a intercessão por sua alma (SERRA, 2015: 465).

Mas o facto de a sua identificação, no rol dos regedores incluídos no *Regimento de Évora*, ser feita em função de D. Diogo, reflete, de forma cabal, a importância que esse parentesco assumia na promoção do próprio Fernando Afonso Cicioso.

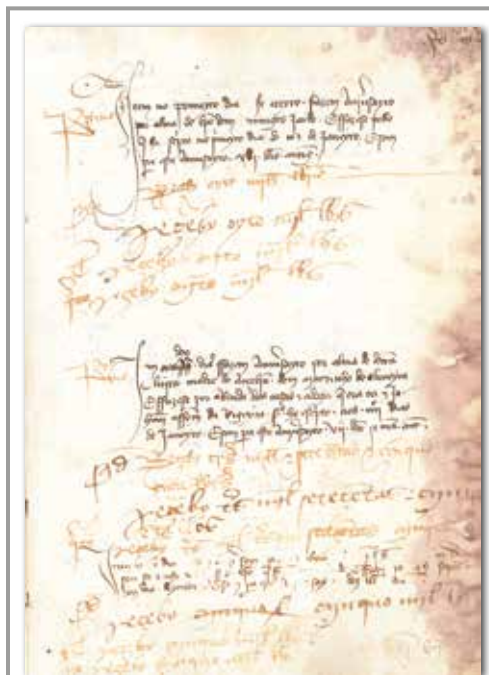


Fig. 94. Livro de Aniversários da Sé de Évora, com sufrágios por alma de D. João e do seu sobrinho D. Diogo Álvares, recordados como bispos eborenses, 1427, pergaminho. Évora, Arquivo do Cabido da Sé de Évora, CEC 4-XV- agora PT/ASE/CSE/JJ/001/Lv001-1427, fl. 15.
©Arquivo do Cabido da Sé de Évora.

Assim, a ser verdadeira a ligação de parentesco existente entre Diogo Álvares e João Anes, bispo de Évora, e de Fernando Afonso Cicioso como sobrinho de Diogo Álvares, estaríamos perante três gerações de uma mesma família com ligações às elites eborenses mas também com uma acentuada ligação ao serviço régio e ao mundo eclesiástico.

A escolha da sé de Évora como local de sepultura destes dois bispos (LOURO, 1965-1967: 87) teria consagrado a sua ligação à cidade eborense e às suas origens familiares, apesar da carreira de Diogo Álvares ter terminado em Lisboa.

Contudo, é possível que a sé de Évora enquanto local de sepultura tenha sido uma segunda escolha ou tenha sido apenas o espaço da sua capela onde o seu nome foi lembrado e a sua alma sufragada.

Com efeito, uma súplica dirigida ao papa Martinho V em março de 1424 por Luís Álvares Cabral coloca-nos perante uma outra faceta das ligações familiares de D. Diogo. Nessa súplica, Luís Álvares Cabral identifica-se como cavaleiro da diocese da Guarda e irmão de D. Diogo, arcebispo de Lisboa. Relata então que, em virtude da peste que grassava na cidade, D. Diogo teria saído de Lisboa e recolhido na localidade de Enxara, onde viria a morrer. Aí teria sido sepultado, na igreja paroquial, já que o cabido se tinha recusado a dar-lhe uma sepultura condigna, em virtude das dissensões e dos rancores que anteriormente os tinham oposto. Assim, Luís Álvares pedia a intervenção do papa, para que obrigasse o arcebispo e o cabido de Lisboa a dar-lhe uma sepultura digna, utilizando para tal os bens deixados pelo próprio D. Diogo (*MPV III/2*, 575, n.º 792).

Não sabemos qual terá sido a resposta efetiva do cabido, apesar da ordem papal para que se agisse de acordo com o Direito. Sabemos, contudo, que nos documentos relativos à cidade de Lisboa é referido não haver notícia da sua morte nem do lugar onde se encontrava sepultado, indício de que não estaria na sé de Lisboa (*CABIDO DA SÉ*, 1954: 15).

Mas a súplica acima mencionada vale, em particular, pelo quadro de oposição que traça e que parece ter marcado as relações entre o cabido e o arcebispo D. Diogo, pelo menos nos últimos anos da sua vida, dado ao qual regressaremos mais adiante, mas também pela relação familiar que é identificada.

Luís Álvares Cabral, escudeiro, aqui mencionado seria, muito possivelmente, o filho de Álvaro Gil Cabral, escudeiro e vassalo de D. João I, seu apoiante e destinatário de amplas doações feitas pelo ainda Mestre de Avis em 1384 e confirmadas em 1385, após a sua subida ao trono.

Aliás, na carta de confirmação das anteriores doações que D. João I lhe faz em abril de 1385, refere que Álvaro Gil teria perdido as cartas “quando Jaziamos

sobre Torres Vedras tomaram lhe os nossos enemjgos as cartas que sobresto de nos tinha e hũa sua azêmela com outras cousas” (*ChDJII* 2: 226-227, n.º 916).

Luís Álvares Cabral seria seu sucessor nos bens, tal como consta de uma carta de outubro de 1385 (*ChDJII* 2: 255-256, n.º 955), reafirmada em 1399 pelo mesmo monarca (*MHI*, 274-275). Mas seria também sucessor no serviço à dinastia de Avis participando, ao lado do infante D. Henrique, na empresa de Ceuta, juntamente com o seu filho, Fernão Álvares Cabral, vassalo e criado do Navegador.

Desde o apoio dado por Álvaro Gil ao Mestre que esta linhagem se irá ligar à região da Guarda e à sua alcaidaria, mas também à terra de Zurara e Manteigas, entre outras, justificando-se assim a identificação que é feita na súplica.

A ser assim, D. Diogo seria, igualmente, filho de Álvaro Gil Cabral, integrando-se nas primeiras gerações da linhagem dos Cabral cujo engrandecimento seguiu, de perto, a consolidação da dinastia de Avis. Esta proximidade em relação ao Mestre de Avis seria algo que teria unido seu pai e o bispo D. João em função do qual D. Diogo, surge, frequentemente, referido. Isto tomando como válida a identificação do bispo D. João, mencionado na carta de Fernando Afonso Cicioso como sendo o bispo que governou a diocese de Évora no final do século xiv. Estaríamos assim perante duas linhas familiares: uma que liga D. Diogo à linhagem dos Cabral e outra a Fernando Afonso Cicioso e às elites governativas de Évora. Duas linhas cuja zona de cruzamento nos é, contudo, neste momento, difícil de identificar.

De qualquer forma e, tal como já foi referido, a relação de parentesco tida com Fernando Afonso Cicioso era suficientemente importante para que este fosse designado em função dessa ligação no próprio Regimento da cidade.

A hipotética ligação de D. Diogo aos Brito, avançada pelo Pe. António Franco, colocá-lo-ia, sem dúvida, no centro de uma família que, desde pelo menos o final da primeira metade do século xiv mas com especial incidência a partir da segunda metade deste século, tinha no serviço régio, mas também no desempenho de cargos eclesiásticos de topo dois vetores de ação de muitos dos seus membros (GOMES, 1995: 97). A reconstituição gradual da composição social de elites de cidades como Lisboa e Évora (SERRA, 2015; FARELO, 2009) tem igualmente permitido comprovar a presença de membros desta família nos elencos governativos destas duas cidades ou como detentores de cargos de representação régia. Para mais, as suas ligações, nomeadamente por via do casamento, com outras famílias de incidência regional, como aconteceu em Évora, permitiu-lhes estender a sua influência a diferentes níveis da sociedade política.

Mas mesmo que esta ligação não possa ser afirmada de forma clara, é notória a integração de D. Diogo nos grupos que constituíam ou rodeavam as elites governativas da cidade.

Aí criou redes de clientela e de dependência, acerca das quais a documentação nos fornece alguns dados. Assim como acontece com as referências a Álvaro Gonçalves, cónego, prior do Salvador de Beja, referido como criado e “feitura” do arcebispo D. Diogo e como o primeiro guarda-roupa do rei D. Duarte (ACSE, CEC 4-XVII – agora PT/ASE/CSE/J/001/Lv003-1470, f. 28v); a Diogo Martins seu escudeiro e a Bartolomeu Anes, escrivão da sua câmara, quando ainda era bispo de Évora (ACSE, *Livro II de Originais*, f. 5) e a Vasco Vicente, cónego de Évora e seu vigário geral, em particular no decurso dos últimos anos do seu governo nesta diocese.

Quando o papa o transfere para Lisboa, fá-lo com o intuito de substituir D. João Afonso de Azambuja, uma personagem com grande influência e proximidade aos círculos régios. O maior afastamento que D. Diogo teria em relação aos meios cortesãos, sobretudo se comparado com o seu imediato antecessor, poderá ter jogado a seu favor nesta escolha papal, mas é também possível que, num contexto de reorganização da Igreja como era aquele que se vivia no início da segunda década do século xv, fosse difícil ignorar a opinião régia na escolha do arcebispo de Lisboa.

De uma forma ou de outra, D. Diogo é transferido para Lisboa no início de 1415. Em março deste mesmo ano, D. Álvaro Afonso, anterior deão de Coimbra, é transferido para Évora em substituição de D. Diogo, e, neste mesmo mês, D. Álvaro, em conjunto com o abade de Cedofeita, obrigavam-se na Cúria e em nome de arcebispo D. Diogo a pagar a taxa correspondente à sua transferência, indício de que o novo arcebispo não se teria então deslocado pessoalmente à Cúria (COSTA, 1990c: I, 434).

Para trás ficava a diocese de Évora, onde tinha pontificado como bispo cerca de nove anos e uma possível passagem pela colegiada de Santa Maria de Guimarães, a crer, mais uma vez, na informação de Eubel e repetida pelo Pe. António Franco (FRANCO, 1945: 86; VILAR, 1999: 99, nt. 319). Informação baseada no facto de, a 3 de janeiro de 1405, D. João I ter apresentado ao arcebispo de Braga o nome de D. Diogo Álvares, clérigo, para prior da colegiada de Santa Maria de Guimarães (MPV III/1, 625-626, nt. 505).

Perante si, o novo arcebispo tinha uma recém-formada arquidiocese e um rei que, em breve, chefiaria uma expedição a Ceuta. E D. Diogo seria chamado a intervir nesta conquista, não pela via militar mas pela via do reconhecimento da importância da integração diocesana da nova praça.

Arcebispo de Lisboa

No final de julho de 1415, uma armada partia de Lisboa em direção a Ceuta, perseguindo uma conquista fora das fronteiras do reino. Nela participavam o rei João I, bem como os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, além de um elevado número de nobres e cavaleiros. Ao contrário do que acontecia com o clero. Tal como refere Zurara (ZURARA, 1915: 252), o rei tinha-se limitado a levar o seu confessor e o capelão e o mesmo acontecia com os infantes, reduzindo-se a presença eclesiástica a membros do clero regular. A eles caberá mesmo a celebração da primeira missa na praça de Ceuta após a conquista bem-sucedida por parte dos portugueses. Assim, e ao contrário do que tinha acontecido em anteriores campanhas de conquista territorial, os bispos portugueses não terão participado de forma direta nesta empresa.

Contudo, D. Diogo viria a desempenhar um papel central na integração da praça conquistada no mapa diocesano português.



Fig. 96. Sentença dos arcebispos de Braga e de Lisboa ordenando a execução da bula *Romanus Pontifex*, de 1418 abril 4, de Martinho V, 1420 setembro 6, pergamimho. Lisboa, ANTT, *Colecção de Bulas*, mc. 11, n.º 13, PT/TT/BUL/0011/13. ©ANTT

A 4 de abril de 1418, Martinho V exarava a bula *Romanus Pontifex*, pela qual encarregava os arcebispos de Braga e de Lisboa, respetivamente D. Fernando da Guerra e D. Diogo (MH II, 287-289, n.º 144) de se informarem sobre se Ceuta reunia as condições para ser elevada a sede de diocese e a sua mesquita a catedral, tal como D. João I tinha requerido, numa data anterior a esta bula. E acrescentava que, no caso de concluírem que existiam condições, agissem de acordo com o pedido feito pelo monarca.

As indagações sobre as condições da praça ter-se-ão prolongado por cerca de dois anos ou, pelo menos, será apenas em setembro de 1420 que os mesmos dois arcebispos publicam uma sentença executória (MH II, 383-385, n.º 192 e COELHO, 2008: 286), na qual dão resposta ao estipulado pela bula *Romanus Pontifex*. Através dela, elevavam Ceuta a cidade e a sua mesquita a catedral, sede de uma nova diocese. E, para tal, demarcavam os seus termos, entregando à sua jurisdição o reino de Fez, bem como os territórios de Granada mais próximos do mar.

Na sequência desta carta, Ceuta passaria a ser o centro de uma nova diocese, para a qual Martinho V nomeou D. Aimaro, franciscano, já anteriormente designado bispo de Marrocos (MH III, 5-8, n.º 4; MPV IV, 328, nt. 2).

Pouco se sabe sobre a ação de D. Diogo enquanto arcebispo de Lisboa, aparte esta intervenção na criação da diocese de Ceuta. A sua escolha, a par de D. Fernando da Guerra para Braga, poderá ser um reflexo da confiança do papa e do monarca nestes eclesiásticos, mas os escassos dados que possuímos apenas nos deixam entrever as sombras de uma relação que nem sempre foi pacífica.

De novo recorreremos mais a indícios do que a dados claros.

Em outubro de 1419, D. Diogo dirigia uma súplica a Martinho V pedindo-lhe que anulasse e proibisse os arrendamentos de bens da mesa arquiiepiscopal que os seus antecessores costumavam fazer e argumentava então com a pressão dos nobres e outras pessoas poderosas, bem como das suas famílias, para que esses arrendamentos se realizassem. Mais uma vez, o papa concordou, ordenando que se fizesse como era pedido (MPV III/2, 214-215). Mas as implicações de uma hipotética aplicação desta ordem não são esclarecidas.

Em novembro de 1421, D. João I reiterava a obrigação do arcebispo D. Diogo de dar ao cabido as terças pontificais das igrejas de São Pedro e de Santiago de Ourém, terças que se encontravam embargadas e que o arcebispo se recusava a entregar (CABIDO DA SÉ, 1954: 131-132). É talvez na sequência desse não cumprimento da ordem régia que, em julho de 1422, o rei João I parece ter ordenado ao cabido de Lisboa que “se ouvese como em sé vacante sem embargo de ser vivo o arcebispo D. Diogo, porquanto havia trez anos que sem bullas apostólicas governava o arcebispado” (CABIDO DA SÉ, 1954: 132).

Contudo, sabemos que, ainda em 1421, D. João I respondia favoravelmente a dois pedidos do arcebispo D. Diogo. Um deles referia-se ao apoio que o prelado requeria por parte da justiça secular na prisão de culpados. Apoio que seria, frequentemente, recusado por parte das autoridades leigas, de acordo com a queixa do arcebispo, situação que levou o monarca a exortar os seus corregedores e juizes a que prestassem o auxílio necessário ao prelado, quando para tal fossem requeridos. O segundo era relativo à autorização para que o meirinho do arcebispo, bem como os seus aljubeiros de Lisboa e de Santarém e mais três pessoas por cada um dos aljubeiros, pudessem trazer armas. Autorização que foi dada pelo rei na mesma carta (*ChDJI* IV/1: 91-92, n.º 141).

Chegados a este ponto, caberá recuperar o relato feito por Luís Álvares Cabral e as referências então feitas aos conflitos e rancores entre o arcebispo e o cabido, suficientemente fortes ao ponto de impedirem a sepultura de D. Diogo. As dissensões então existentes não se terão limitado ao cabido mas incluído também o rei e o próprio infante D. Pedro, o qual, de acordo com a mesma fonte, teria enviado uma carta aos priores, ministros e guardiães dos conventos de Lisboa para que não obedecessem ao arcebispo (*CABIDO DA SÉ*, 1954: 132), bem como um alvará contra todos os que impedissem o cabido de exercer os seus direitos como se estivesse em sé vacante.

As razões que terão estado na base destes conflitos não são claras. A tentativa de recuperação dos bens da mesa arquiiepiscopal? A resistência a ordens régias que o arcebispo considerava beneficiarem os membros do cabido contra os seus próprios interesses? A recusa de influência de personagens próximas da Corte, como era o caso de Fernando Gonçalves de Beleágua, chantre de Coimbra, cuja postulação o infante D. Pedro parece apoiar em outubro de 1422 e para cujo processo pede o apoio monetário do cabido? (*CABIDO DA SÉ*, 1954: 130). Teria sido a peste ou antes estes conflitos que o teriam levado à Enxara?

É possível que todos estes fatores tenham estado presentes. Contudo, estas cartas são coevas dos últimos meses de vida de D. Diogo. Se em julho de 1422 as cartas régias ainda mencionam o arcebispo, em novembro do mesmo ano D. Pedro refere-se à postulação do doutor Beleágua como tendo já sido feita e como se D. Diogo tivesse já falecido.

Não obstante essa postulação, em março de 1423, Martinho V transferia, de novo, o bispo de Évora, D. Pedro de Noronha, para a diocese de Lisboa (COSTA, 1990c: I, 307-308; *MPV* IV, 140, nt. 3). Fazia-o após a morte de D. Diogo e a postulação do chantre de Coimbra, Fernando Gonçalves de Beleágua, para bispo de Lisboa. D. Diogo teria, muito possivelmente, morrido alguns meses antes, no final de 1422.

É possível que no seu testamento, cujo texto não conhecemos, tivesse deixado registado o seu desejo de ser sepultado na sé de Lisboa. Mas foi na de Évora que a sua memória se perpetuou, no espaço do claustro, a par de D. João, bispo de Évora, onde eram celebrados os aniversários pela sua alma (ACSE, *CEC 4-XV*-agora PT/ASE/CSE/J/001/Lv001-1427, f. 15 – Livro de Aniversários da Sé de Évora).

HERMÍNIA VASCONCELOS VILAR

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: *CHDJI*; FRANCO, 1945; *LIVRO DE LINHAGENS*, 1956; *MH*; *MPV*; *Os REGIMENTOS*, 2007; ZURARA, 1915; **Estudos:** BEIRANTE, 1995; COELHO, 2008; EUBEL, 1935-1978; FARELO, 2009; GAMS, 1857; GAYO, 1938-1941; GOMES, 1995; LOURO, 1965-1967; MARQUES, 1988b; SERRA, 2015; VILAR, 1999; VILAR, 2007a.

PEDRO DE NORONHA

(1423-1452)

Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa entre 1423 e 1452, representa o arquétipo do *clerici regis* do final da Idade Média (VILAR, 2014: 153-158). Bastardo real, foi educado na Corte como um nobre tendo, possivelmente, abraçado a carreira eclesiástica. Esta permitiu-lhe uma rápida ascensão, tendo atingido uma posição elevada na Igreja portuguesa, a partir da qual, definiu um importante trajeto político numa fase delicada da História de Portugal como foi a regência de D. Afonso V, tornando-se numa das personalidades mais influentes da primeira metade do século xv.

A imagem do seu percurso e da sua vida nas fontes posteriores não é, contudo, particularmente positiva. Ribeiro Guimarães, no século xix, na sua obra *Summario de Varia História* (GUIMARÃES, 1873: 162-166), retomava o quadro traçado por Francisco Monteiro Leiria no *Livro de memorias dos arcebispos de Lisboa, até ao anno de 1640* (BNP, COD. 140), realçando a secundarização dos deveres pastorais, numa linha de argumentação que mergulhava as suas raízes nos opositores ao infante D. Pedro (1392-1449).

Porém, a imagem que a documentação permite traçar é a de um eclesiástico próximo da Corte régia e com uma carreira feita à sombra da proteção ditada pelos círculos régios, de acordo com um modelo que pouco difere de outros prelados seus contemporâneos.

Tradicionalmente, o seu nascimento foi colocado pela historiografia nas Astúrias em torno de 1379-1382. O local parece-nos provável, dado que sabemos-lo filho de Afonso Henriques de Castela, conde de Gijón e filho ilegítimo de

Pedro de Noronha

1396/1397	Nascimento
1419-1423	Bispo de Évora
1423-1452	Arcebispo de Lisboa
1452.8.12 (?)	Morte

Henrique II de Castela e de Isabel de Portugal, filha natural de D. Fernando I de Portugal, que tinha nessa região o núcleo do seu domínio senhorial. No entanto, de acordo com os documentos papais, ele teria apenas 23 anos quando, em 11 de janeiro de 1419, foi proposto pelo monarca português seu tio para bispo de Évora (*MPV* III/2, 131, n.º 193), o que faz com que o seu nascimento tenha ocorrido entre 1396-1397.

O casamento de seus pais consubstanciou uma aliança entre os dois ramos ilegítimos das duas dinastias, o que foi acordado após a assinatura do Tratado de Santarém, a 19 de março de 1373 (RUSSELL, 1951: 455-473), como um símbolo de reconhecimento dos Trastâmara castelhanos por D. Fernando I de Portugal. O bastardo castelhano tinha reservas quanto a este enlace matrimonial, uma vez que aspirava ao casamento com D. Beatriz, a filha legítima do rei português, tendo para tal obtido, em 1379, uma anulação deste casamento autorizada por D. Gutierre de Toledo, bispo de Oviedo (*As GAVETAS*, 1960-1975: VI, 617-625, n.º 4104). Mas, a partir do fracasso das suas intenções iniciais após o casamento de João I de Castela e D. Beatriz em 1383, o conde de Gijón Afonso Henriques surge a par de D. Isabel (URÍA RÍU, 1951: 123-144).

O nascimento de D. Pedro de Noronha terá coincidido com o final da rebelião conduzida pelo seu pai, primeiro contra o seu meio-irmão João I de Castela e depois contra seu meio-sobrinho Henrique III de Castela. A insurreição teve lugar numa região na retaguarda do reino, de difícil orografia como eram as Astúrias, onde Afonso Henriques ocupava um lugar influente, construído a partir da sua posição como conde de Noreña e de Gijón. Teve como pretexto os abusos empreendidos contra os interesses da nobreza, aproveitando a situação de confronto entre Castela e Portugal, o que lhe permitiu atuar livremente numa área sem tropas leais à realza castelhana e fazer acordos com os ingleses e os portugueses (URÍA MAQUA, 1975: 177-238).

A revolta terminou num estrondoso fracasso. Os senhorios de seu pai foram confiscados pela Coroa e distribuídos entre a Igreja de Oviedo e o Principado das Astúrias, então uma nova instituição através da qual os herdeiros do trono castelhano controlariam um território propenso a rebeliões e reforçariam a sua posição antes da ascensão ao trono (SUÁREZ FERNÁNDEZ, 2003: 47-136). Não sabemos qual foi o destino escolhido por Afonso Henriques para o exílio, mas alguns autores ousam apontar que morreu em Óbidos, onde viveu os seus últimos anos com D. Isabel de Portugal e apoiado pelo monarca português (VALE, 1959: 110-111), uma ideia baseada na existência de um epitáfio do bastardo, sobre o qual temos muitas dúvidas que remonte ao tempo da sua morte (REGO, 1966: 25).

Sabemos, contudo, que os seus filhos foram acolhidos na Corte portuguesa sob a proteção do seu tio-avô, o rei D. João I de Portugal, que os considerava “*carissimi nepotis sui*” (MPVIII/2, 131, n.º 193). É possível que tenha sido então que tivesse assumido o título possuído por seu pai, o condado de “Noreña”, mas adaptado ao português “Noronha”.

Ao contrário dos seus irmãos, que tiveram uma carreira militar ligada à tomada de Ceuta (1415), D. Pedro seguiu uma carreira eclesiástica. A tal opção não terá sido estranho o apoio dado por D. João I, que

por ele intercede em 11 de janeiro de 1419, para lhe obter a mitra de Évora (MPV III/2, 131, n.º 193), bem como a 4 de abril de 1421, quando solicitou ao papa Martinho V (1417-1431) para que o sobrinho não fosse condenado por não ter recebido a consagração episcopal e não ter pago a anata à Câmara Apostólica no prazo acostumado (MH III, 10-12, n.º 6; MPVIII/2, 332, n.º 474). A razão evocada pelo monarca foi que o novo prelado estava impressionado com a morte de seu irmão João de Noronha, ocorrida na sequência da tomada de Ceuta, mas a verdadeira causa pode bem ter sido uma inicial falta de interesse pela mitra de Évora.

Os problemas do bispo com o pagamento de taxas pontifícias continuaram pelo menos até 23 de janeiro de 1422, quando pede ao papa Martinho V a possibilidade de arrendar metade dos benefícios da diocese para satisfazê-las (MPVIII/2, 439, n.º 620). Mas parece que isso não terá sido impedimento para assumir o governo da diocese, e até mesmo para promulgar um estatuto para o seu cabido abolindo a abolição da prática canonical da permuta de dignidades (PEREIRA, 1972: 555-556).

O seu governo da diocese alentejana foi breve, já que em 10 de março de 1423 foi promovido ao arcebispado de Lisboa, na sequência da morte do seu antecessor Diogo Álvares (EUBEL, 1913-1914: I, 507). A transferência de D. Pedro de Noronha foi sancionada por uma bula papal de Martinho V, ignorando que o cabido da Sé de Lisboa tinha postulado para o cargo a Fernando Gonçalves Belíagua, chantre de Coimbra e ordenado à cidade de Lisboa que acolhesse o novo arcebispo com “solícito cuidado”.



Fig. 96. Selo do arcebispo D. Pedro de Noronha com a legenda *Sigill[vm] ... archi / episco[p]i ...*, [1424-1452], cera. Lisboa, ANTT, Col. *Selos Soltos*, n.º 77, PT/TT/SIG/0077. ©ANTT

A ascensão meteórica de D. Pedro de Noronha não pode ser desligada da política joanina de colocação de eclesiásticos da sua confiança nos lugares de topo da hierarquia da Igreja, com a finalidade de facilitar a política regalista (MARQUES, 1994b: 141-145; VENTURA, 1997: 95-99). D. Pedro de Noronha será, aliás, um dos poucos prelados portugueses a não mostrar resistência à aprovação das leis “jacobinas” em 1426, ao contrário do que aconteceu com o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, o qual, apesar de ser primo do rei, foi também um dos mais zelosos defensores das liberdades eclesiásticas (VENTURA, 2012a).

Apesar de sua proximidade com o monarca e da sua privilegiada posição na Corte portuguesa, D. Pedro não parece ter desempenhado qualquer função no Conselho ou no Desembargo régios, como aconteceu com outros *clerici regis* anteriores, como foi o caso por exemplo de D. João Afonso Esteves de Azambuja, também ele arcebispo de Lisboa (COSTA, 1989: 151-179). Tal poderá ser explicado, em parte, pela deficiente formação jurídica, o que o prelado tentou resolver com uma súplica ao papa Martinho V feita em junho de 1423, solicitando um indulto de cinco anos para se ausentar da diocese antes de tomar posse, com a finalidade de frequentar um Estudo Geral (MPV III/2, 519, n.º 725). Contudo, o percurso de D. Pedro é bem representativo dessa tendência mais geral de afastamento gradual do grupo clerical do desempenho de funções no Desembargo, como já foi demonstrado por Carvalho Homem para o reinado de D. João I (HOMEM, 1987: 9-68; HOMEM, 1990a).

Mas a sua proximidade à família real determinaria o seu envolvimento em assuntos de representação externa. Assim, em 1427, D. Pedro foi designado para abordar a questão do casamento entre o herdeiro português D. Duarte e a infanta D. Leonor, irmã do rei Afonso V de Aragão. A sua escolha justificava-se pelos laços de parentesco que o ligavam aos Trastâmara que então governavam em Aragão. O facto de Afonso “o Magnânimo” o considerar então como “muito amado” terá, possivelmente, facilitado a negociação, dada a política familiar dos infantes de Aragão. Representou ainda o infante D. Duarte na celebração do contrato de casamento na corte aragonesa a 16 de fevereiro de 1428 (MH III, 180-197, n.º 91) e, de acordo com as crónicas castelhanas, a partir de abril de 1428 acompanhou a princesa numa viagem através de Castela até Portugal, onde chegou em junho para ser recebida pelo seu marido (CRÓNICA DE PEDRO, 1946: cap. I, 18-19). Ao atingir a fronteira teve um confronto com os homens de Lope de Mendoza, arcebispo de Santiago, que também acompanhava a princesa, pelo qual foi repreendido pelo infante D. Duarte (PÉREZ DE GUZMÁN, 1953: cap. XV, 633).

D. Pedro de Noronha testemunhou ainda a reforma de diversos capítulos do contrato matrimonial realizado em Coimbra a 4 de novembro desse mesmo ano (*MHIII*, 263-275, n.º 128; *As GAVETAS*, 1960-1975: VII, 503-528, n.º 4232). E, anos mais tarde, em 1435, coube-lhe requerer o dote devido pelos aragoneses (*MHV*, 147-148).

Após a morte do rei D. João I, sabemo-lo participante ativo no terceiro aniversário celebrado por alma do monarca, no qual se deu o conhecido milagre da cera, assim foi assinalado na certificação notarial solicitada pelo próprio prelado, numa clara preocupação de propaganda em favor da nova dinastia (*SYLVA*, 1734: 142-147; *SOUSA*, 1984: 459).

Durante os reinados de D. João I e de seu filho D. Duarte, D. Pedro de Noronha foi um próximo e leal colaborador da realeza. Porém, a morte d'ó *Eloquente* obrigou-o a tornar-se protagonista na regência e a tomar parte ativa na defesa dos interesses de D. Leonor de Aragão contra o popular infante D. Pedro. Esta mudança de atitude pode ser explicada pelo receio dos Noronha em perderem a posição privilegiada alcançada com a participação dos seus irmãos Fernando e Sancho de Noronha no Conselho do falecido monarca (*GOMES*, 1995: 91). Esta explicação torna menos plausível uma outra, dada quatro décadas depois, pelo cronista castelhano Alonso de Palençá, pela qual o prelado e a regente são acusados de manter uma relação desonesta (*CRÓNICA DE ENRIQUE IV*, 1973: 18-19).

Rui de Pina (1440-1522), na *Crónica de D. Afonso V*, traça-lhe uma imagem de um arcebispo traidor e conspirador quando narra a sua participação no partido antipetrino. Realça a sua responsabilidade pela abertura do testamento de D. Duarte, que estabelecia D. Leonor como a única regente (*CDAV*, cap. III, 590-591), o seu envolvimento em desfazer o acordo de casamento entre o D. Afonso V, ainda menor e Isabel de Portugal, filha do infante D. Pedro (*CDAV*, cap. VIII, 595-596) e a sua participação no movimento conspirativo aquando das Cortes de Torres Novas de 1438 (*CDAV*, cap. X, 597-598).

Tal posicionamento provocou a reação da cidade de Lisboa, que era mais favorável à causa do infante D. Pedro e, apesar da defesa preparada pelo arcebispo numa torre no Martim Moniz, este viu-se obrigado a fugir da cidade (*CDAV*, cap. XXXIII, 622-623). Num primeiro momento, tentou refugiar-se em Óbidos, cuja jurisdição pertencia a D. Leonor, por uma doação feita em 20 de abril de 1435 (*ChDD* I/1, 425, n.º 693), em conformidade com as disposições do seu contrato de casamento de 4 de setembro de 1428 (*As GAVETAS*, 1960-1975: VII, 465-479, n.º 4224) e a tradicional pertença da vila à Casa das rainhas portuguesas (*SILVA*, 1987: 152). Mas, também aí, não foi bem recebido, pelo que se

refugiou em Castela (*CDAV*, cap. XL, 629-630), onde provavelmente foi protegido pela rainha Maria de Aragão (1398-1445), irmã da rainha portuguesa D. Leonor e do rei aragonês D. Afonso V.

Essa situação foi aproveitada pelo infante D. Pedro para lhe retirar, a 8 de dezembro de 1439, os rendimentos do arcebispado de Lisboa e ordenar a sua gestão à edilidade de Lisboa, alocando metade para manter os custos duma administração episcopal sem cabeça e outra metade para saldar todas as dívidas que o arcebispo havia contraído durante o seu mandato (*MHVII*, 12-13, n.º 10).

O conde de Barcelos D. Afonso, seu aliado na rebelião contra D. Pedro, tentou interceder pelo seu regresso. Primeiro, sem sucesso, nas Cortes de 1439 que escolheram o infante D. Pedro como regente, devido à oposição gerada pelos representantes das cidades (*CDAV*, cap. XLI, 630-632) e, desta feita com êxito, na paz que acordou com o infante em Lamego, em 1442 (*CDAV*, cap. LXXV, 677-679).

Em 1446 sabemo-lo em visitação pessoal à diocese, no decurso da qual resultou um conjunto de visitas gerais (“VISITAÇÕES”, 1967-1969: 112-131).

A sua oposição ao infante D. Pedro manter-se-ia viva, justificando a participação na batalha de Alfarrobeira a 20 de maio de 1449, da qual pediu mais tarde a absolvição pontifícia (MORENO, 1979-1980: I, 564).

Após a vitória de Alfarrobeira, D. Pedro de Noronha prosseguiu a sua relação privilegiada com Afonso V de Aragão, que lhe recomendou frei Filipe Jordão, cisterciense e capelão de D. Leonor, solicitando a sua recondução na igreja de São Pedro [de Alfama] de Lisboa (*MHX*, 6-7, n.º 4). Seria o próprio monarca a interceder junto do papa Nicolau V a 25 de abril de 1452, para que lhe fosse atribuído o cardinalato (*MHX*, 167-168, n.º 135). O arcebispo restaurou o funcionamento da administração episcopal, conforme se torna patente na nomeação que fez, em 1450, de Pedro Anes para tabelião de sua câmara e de Afonso de Moura como seu ouvidor-geral (*MHX*, 319-321, n.º 242; 323-325, n.º 244).

A sua morte ocorreu num momento indeterminado de 1452, provavelmente entre a referida recomendação como cardeal, a 25 de abril, e a posse do seu sucessor D. Luís Coutinho, ocorrida a 15 de novembro (EUBEL, 1913-1914: II, 259). Na sua desaparecida sepultura, outrora situada na capela do Santíssimo Sacramento da sé de Lisboa, existiria possivelmente uma inscrição que assinalava o dia 12 de agosto de 1452 como a data de sua morte (CASTRO, 1762-1763: III, 128).

O arcebispo acumulou um enorme património ao longo da sua vida, havendo notícia de um assalto às suas casas de morada durante uma festividade de Santo António, para roubar ouro e prata (TT, *Ch. D. Afonso V*, lv, 13, f. 106,

142v). Em 1421, solicitou licença para fazer testamento (MPV III/2, 385, n.º 549), hoje desconhecido, no qual certamente procuraria atenter, como habitualmente, aos custos das honras fúnebres e dos encargos por sua alma e a recompensa dos seus criados e descendentes.

D. Pedro de Noronha, educado como um nobre, teve uma significativa descendência ilegítima, que ampliou o número dos membros dos Noronha, uma das linhagens mais importantes do reino português. A 13 de agosto de 1444, em plena crise da regência, foram legitimados os seus dois filhos mais velhos: D. João de Noronha, que foi alcaide-mor de Óbidos e Pedro de Noronha, que foi mordomo-mor de D. João II, comendador-mor da Ordem de Santiago e senhor do Cadaval (MORENO, 1979-1980: II, 900). Mas se considerarmos o *Livro de Linhagens do século XVI*, podemos juntar à lista outros cinco filhos: D. Fernando, governador da Casa de D. Joana, la Beltraneja; D. Leão; D. Isabel, mulher de D. João, marquês de Montemor; D. Inês, mulher de D. João de Almeida, conde de Abrantes e D. Leonor, mulher de D. Lopo de Albuquerque, conde de Penamacor (LIVRO DE LINHAGENS, 1956: 221-247).

NÉSTOR VIGIL MONTES

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: CASTRO, 1762-1763; CDAV; ChDD; CRÓNICA DE PEDRO, 1946; AS GAVETAS, 1960-1975; LIVRO DE LINHAGENS, 1956; MH; MPV; PÉREZ DE GUZMÁN, 1953; SYLVA, 1734; “VISITAÇÕES”, 1967-1969; **Estudos:** COSTA, 1989; EUBEL, 1913-1914; GOMES, 1995; GUIMARÃES, 1873; HOMEM, 1987; HOMEM, 1990a; PEREIRA, 1972; MARQUES, 1994b; MORENO, 1979-1980; REGO, 1966; RUSSELL, 1951; SILVA, 1987; SOUSA, 1984; SUÁREZ FERNÁNDEZ, 2003; URÍA MAQUA, 1975; URÍA RÍU, 1951; VALE, 1959; VENTURA, 1997; VENTURA, 2012a; VILAR, 2014.

Este estudo foi possível graças à bolsa de pós-doutoramento financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia do Ministério da Educação e Ciência de Portugal (SFRH/BPD/94257/2013) e inserido dentro do projeto “DEGRUPE – *A dimensão europeia de um grupo de poder: o clero e a construção política das monarquias ibéricas (XIII-XV)* / *The European Dimension of a Group of Power: Ecclesiastics and the political State Building of the Iberian Monarchies (13th-15th centuries)*”, financiado pelos fundos nacionais através da FCT/MCTES e pelos fundos europeus FEDER através do programa COMPETE (PDTC/EPH-HIS/4964/2012).

LUÍS COUTINHO

(1452-1453)

Nasceu provavelmente em Lamego, no último semestre de 1415, ou por inícios de 1416. Ignora-se a data do seu nascimento, mas ela deduz-se de uma súplica de 8 de maio de 1423 (*CUP* III, 802), quando ele disse ter sete anos de idade e se apresentou como escolar daquela diocese. Cresceu, pois, em Lamego e deve ter nascido nos paços que os seus pais, Gonçalo Vasques Coutinho e a sua segunda mulher, Joana de Albuquerque, possuíam no castelo da cidade (OLIVEIRA, 1994a). É certo que a sua família tinha outras residências na região – em Ferreirim, em Fonte Arcada, ou em Trancoso –, mas os paços de Lamego eram a morada principal e o centro dos seus domínios. De resto, tinham sido remodelados ou melhorados em redor de 1410, talvez por ocasião do casamento dos pais de Luís Coutinho. Deviam ter as comodidades mais apreciadas à época e serem usados com maior satisfação e maior frequência. Motivos que faziam deles, por certo, um dos pontos quentes de Lamego, onde se davam festas e banquetes e onde acorriam muitos moradores e algumas visitas. Motivos suficientes para que se incluísse o pai de Luís Coutinho entre o comum dos vizinhos, ou para que o seu irmão, Vasco Coutinho, o futuro 1.º conde de Marialva, viesse a ser outro dos homens mais importantes e poderosos da cidade.

Descendia Luís Coutinho, portanto, de uma influente linhagem beirã. De origens modestas, outrora associada à administração do velho couto de Leomil, a linhagem tinha entrado ao serviço dos monarcas e ganho notoriedade durante

Luís Coutinho

1415/1416	Nascimento
1439-1442	Eleito de Viseu
1442-1444	Bispo de Viseu
1444-1452	Bispo de Coimbra
1452-1453	Arcebispo de Lisboa
1453.1-3	Morte

os conflitos políticos e sociais de finais do século XIV (OLIVEIRA, 1999: 17ss). Esse mérito coube a Vasco Fernandes Coutinho, a quem Fernando I (1367-1383) doou o couto de Leomil e lhe confiou, em 1373, a defesa de cinco castelos da Beira, e, sobretudo, ao seu filho, Gonçalo Vasques Coutinho, o *herói* da batalha de Trancoso. Graças ao apoio deste à causa do mestre de Avis e à colaboração nas guerras com Castela, foi beneficiado com inúmeras mercês e doações. Sobretudo através delas, mas também por meio de uma agressiva política patrimonial, dirigida contra as comunidades rurais e as linhagens de cavaleiros locais, transformar-se-ia num dos fidalgos mais ricos e poderosos da Beira. Como que reconhecendo tal estatuto, D. João I confiou-lhe a defesa da fronteira beirã entre 1396 e 1398, quando se reabriram as hostilidades com Castela, vindo a nomeá-lo marechal da hoste pelo termo daquele período, assim consolidando o seu prestígio e autoridade por todo o reino.

De uma linhagem modesta da Beira, os Coutinhos haviam-se transfigurado numa das principais famílias do reino (OLIVEIRA, 1999: 39-43). Tinham assegurado a presença na corte desde 1387, quando se organizou a Casa da nova rainha e se lhes entregou três dos sete cargos citados por Fernão Lopes: o de copeiro-mor a Gonçalo Vasques, o de camareira-mor à sua irmã, Teresa Vasques e, por fim, o de aia à sua mãe, Beatriz Gonçalves de Moura. Tal proximidade com os monarcas, com os infantes e, sobretudo, com o herdeiro do trono, essencial para assegurar o futuro, foi decisiva para que os irmãos de Gonçalo Vasques encontrassem parceiros entre as principais famílias do reino. Também lhe garantiu, a ele, a oportunidade de se ilustrar com o sangue de antigos reis por volta de 1410, unindo-se em segundas núpcias com Joana de Albuquerque, filha do mestre de Santiago, mas que procedia de *alta stirpe régia*, como Luís Coutinho haveria de recordar na súplica de maio de 1423. Não admira, pois, que, em 1418, o funeral de Beatriz Gonçalves de Moura fosse um autêntico acontecimento nacional, levando quase toda a corte ao mosteiro de Salzedas, para lhe prestar uma última homenagem.

Apesar de solidamente firmados, o prestígio e o poder da linhagem eram ainda muito recentes, e, talvez, menos consensuais, sem a dignidade do passado, nem das tradições de que outras linhagens se podiam orgulhar. Não tardou, porém, que a lacuna fosse colmatada pela construção de um relato genealógico, que dava à história a dimensão do mito e fazia crer no caráter eterno da glória familiar. No lugar da história de uma ascensão recente e fulgurante, aquele relato ia buscar as origens da linhagem a um cavaleiro húngaro, que viera com o irmão para combater os mouros ao serviço de D. Afonso Henriques e encontrara terra e mulher nesta fronteira da Cristandade. Com a invenção desse antepassado, que

partilhava as origens geográficas que então se davam ao primeiro monarca, não só a linhagem cultivava a imagem do vassalo fiel, recompensado com a doação do couto de Leomil pelos serviços ao seu senhor, como justificava da melhor forma, através do sangue e da coragem dos seus maiores, muitas das honras, dos senhorios e do poder que disfrutava no presente (OLIVEIRA, 1999: 26-32). Desconhece-se a data desta visão romanceada da história da família, mas tudo indica que foi construída por meados do século xv, com a ativa colaboração dos aliados e de todos os membros da linhagem, desde o conde de Marialva, Vasco Coutinho, ao bispo de Coimbra, Luís Coutinho. A todos interessava de sobremaneira.

A família de Luís Coutinho era igualmente numerosa. Além dos seus vários tios – o seu avô paterno, Vasco Fernandes Coutinho, teve seis filhos – tinha ele seis irmãos, quatro do casamento do seu pai com Leonor Gonçalves de Azevedo, os restantes nascidos da união com Joana de Albuquerque. Por inícios do século xv, os primeiros estavam todos casados e com casa montada, formada em regra por bens e senhorios nas terras da Beira, ou sítios em regiões bem próximas, como Trás-os-Montes e a Estremadura. O padrão manteve-se na geração seguinte, se bem que dois filhos de Gonçalo Vasques tivessem feito carreira eclesiástica e um terceiro, Álvaro Gonçalves Coutinho, o *Magriço*, não viesse a casar, embora por razões alheias à sua vontade e, por certo, aos interesses da sua família (OLIVEIRA, 1999: 39-42). A vida e os feitos deste último, que o levaram a outros reinos da Europa, tal como de resto aos dois eclesiásticos da família, haveriam de servir de base à redação da narrativa dos *Doze de Inglaterra*, posteriormente consagrada por *Os Lusíadas*.

Como se viu, foi em Lamego que cresceu Luís Coutinho e aí terá aprendido as primeiras letras. Não restam dúvidas que foi escolar da diocese, como ele confessou na súplica de 1423, mas ignora-se onde e com quem. Talvez não na escola da Sé, já que a dignidade de mestre-escola não se provia há muito e só seria restaurada por meados do século xv (COSTA, 1977: 532), mas, pelo menos, sob orientação de algum clérigo letrado da diocese. Ou mesmo nos paços da família, com algum professor particular, como era frequente entre as famílias nobres e se praticava entre os Coutinhos (OLIVEIRA, 1999: 128), a avaliar por referências pouco posteriores. Seja como for, terá sido em Lamego que recebeu a primeira tonsura e as ordens menores, por certo pouco antes de maio de 1423, quando requereu um benefício eclesiástico para prosseguir estudos. Tudo indica, assim, que frequentou o Estudo Geral de Lisboa, cidade onde a sua família tinha uma residência junto ao mosteiro de São Vicente, desde finais do século xiv (OLIVEIRA, 1999: 124). Nada o confirma de forma direta, mas sugere-o, pelo menos, o

interesse e a dedicação de Luís Coutinho pelo Estudo Geral de Lisboa, onde desempenhou as funções de Reitor e de Conselheiro (*CUP* V, 1716), como Afonso V haveria de recordar numa carta de 10 de outubro de 1453.

A continuação dos estudos em Lisboa, ou mesmo a posse de um benefício eclesiástico, da qual não há, contudo, qualquer notícia para este período, não significam que Luís Coutinho já estivesse talhado para a vida eclesiástica. Por ter recebido ordens menores e ter sido provido numa eventual prebenda, isso não o obrigava a ser ordenado, nem o impedia de regressar ao estado laico, para casar e constituir família. Era esta uma situação comum entre os escolares, que podiam assim financiar os seus estudos e que só teriam que optar entre o laicado e a vida clerical quando fossem providos num benefício com cura de almas (COSTA, 1972: 241-242). Não seria outra a condição de Luís Coutinho, caso a súplica de maio de 1423 lhe tenha conseguido alguma prebenda, tanto mais que, pela sua idade, a ordenação ainda estaria distante. Por essa época, os seus pais também não tinham tomado, ao que parece, uma decisão firme sobre o seu futuro. Para eles, uma existência no século, idêntica à de outros senhores, ou à de outros cavaleiros, era uma hipótese igualmente válida. Foi isso, pelo menos, que eles admitiram uns anos antes, em agosto de 1421, ao nomearem Luís Coutinho como sucessor nos senhorios de Armamar, Penaguião, Fontes e Gondim, caso o seu irmão, Fernão Coutinho, que pouco mais velho seria, falecesse sem descendentes (OLIVEIRA, 1999: 57-58). Se viesse a concretizar-se essa eventualidade, a vida de Luís Coutinho seguiria certamente por caminhos muito diversos.

Tudo indica, portanto, que a aposta na vida eclesiástica só se consolidou por finais da década de vinte do século xv. Posto que nada o indique de forma inequívoca, o exemplo doutro dos seus irmãos, Fernando Martins, filho do primeiro casamento do seu pai, deve ter sido decisivo nessa escolha. Na verdade, a carreira deste último – teve o deado de Viseu e vários canonicatos, além das reitorias do Salvador de Bouças e de São Tomé de Lisboa, quando era escolar de Direito Canónico em Pádua e em Bolonha (COSTA, 1990c: 299-300) –, que seria coroada com a sua eleição como bispo de Coimbra em abril de 1418, mostrava que era possível contar com o empenho da família e com o apoio do monarca para encontrar uma colocação prestigiada (OLIVEIRA, 1999: 63). Seja como for, é de 11 de novembro de 1428 (*MPV* II, CCXXXIV), quando não tinha mais que 12 ou 13 anos, a nomeação de Luís Coutinho como deão de Lamego, cujas rendas foram-lhe entregues em comenda. Após esta provisão, a primeira que se conhece, seria identificado, em julho de 1432, como reitor do Salvador de Bouças (*CUP* IV, 966), igreja que pertencia ao morgado de Medelo, senhoreado pela sua família desde inícios do século xv.

Foi por esses anos que Luís Coutinho saiu do reino para estudar Direito Canónico em Pádua. Seguiu assim as pisadas do seu irmão, talvez após a morte deste, anterior a outubro de 1429, quando Álvaro Ferreira, deão de Évora, o substituiu na Sé de Coimbra (MPVIV, n.º 969, nt. 1). Ou até depois do óbito do seu pai, ocorrido em 1432. Fosse qual fosse a data da partida, Luís Coutinho já estaria em Itália em julho de 1432. A informação não é segura e até há indícios de sentido contrário (COSTA, 1986: 167), mas ela é sugerida pela bula com que Eugénio IV (1431-1447) o designou notário apostólico naquela data (CUP IV, 966). Ao recordar a sua ilustração pelo sangue régio e pela ciência, o pontífice não só o identificou como seu notário – *notario nostro* –, como lhe deu o título de mestre: *Magistro Ludovico*. Nem ele, nem as suas competências, eram desconhecidos. Usufruíra, pois, de alguma familiaridade com a Cúria, mesmo se beneficiara dos contactos e dos conhecimentos que o irmão fizera em Itália, por onde se demorara até 1424, quando governou a diocese de Coimbra através de vigários-gerais (COSTA, 1990c: 447-451). Seja como for, só uns anos mais tarde, em maio de 1438, é que Luís Coutinho se documenta como escolar de Direito Canónico em Pádua (CUP IV, 1104), ainda que tivesse residido em Siena por motivo de estudo em data que se ignora, talvez apenas em anos posteriores (MPV II, CCXL). Também frequentou a Cúria a partir de maio de 1438, pelo menos, onde deteve uma das dignidades, a de protonotário apostólico, acumulando igualmente outras graças e benefícios. Entre os últimos, havia um canonicato em Lisboa (CUP IV, 1150).

Graças aos benefícios que dispunha e à assistência, por certo, da sua família, mantinha em Itália uma casa numerosa. O seu capelão, Adriano Guilherme, era um sacerdote holandês, formado em Teologia, a favor de quem renunciou, entre março e agosto de 1439, ao deado de Lamego e a um canonicato em Évora (MPV II, CCXXXV). Tinha outros letrados entre os seus criados e familiares. Entre eles, encontrava-se Vasco Martins de Rabelo, originário de Lamego e estudante de Direito Canónico e de Teologia, para quem solicitou a igreja de Sousel em 1439 (CUP IV, 1172) e que virá a ser tesoureiro de Viseu e vigário-geral do bispo de Coimbra, João Galvão (MPVII, CCXXXVII-CCXXXVIII). Um terceiro era Lopo Afonso, em favor de quem pedira, em setembro de 1439, a igreja de Souselo, em Cinfães (MPV II, CCXL), e que deterá, em 1452, o cargo de mestre-escola em Coimbra (CUP V, 1641). Também se conhecem uns quantos criados, apenas documentados após o seu regresso ao reino. Caso do seu secretário, Gonçalo Lourenço (COSTA, 1990c: 174) e do seu vedor, Lourenço Afonso Homem, ou de dois dos filhos deste, Pedro Lourenço e Diogo Lourenço (OLIVEIRA, 1999: 98, 215), ambos com formação escolar e com carreira clerical (CUP V, 1675,

1693 e 1716). Ou dalguns outros ainda, por norma colocados em cargos de nomeação régia.

O favor da Coroa já se manifestava desde os tempos de Itália. Em janeiro de 1437, tinha o rei Duarte encomendado ao abade Gomes de Florença (c.1383-1459) os *feitos* de Luís Coutinho, seu criado, numa carta em que elencava os assuntos a tratar com a Santa Sé (*MHV* I, n.º 10). Ignora-se quais fossem aqueles feitos, ou se guardavam alguma relação com o acesso à Cúria, que se regista a partir do ano seguinte, e com a obtenção de uma colocação prestigiada. Os acontecimentos não tardaram a precipitar-se, no entanto, em ajuda de Luís Coutinho. Na verdade, o desacordo entre o pontífice e os padres no Concílio de Basileia (1431-1445), levando à rutura a 17 de setembro de 1437, quando Eugénio IV os colocou sob pena de excomunhão e de privação de dignidades, transferindo o concílio para Ferrara em finais desse ano (*MPV* II, CCXVII e ss.), criaria uma súbita oportunidade. Em resultado deste confronto e das posições que nele assumiu o bispo de Viseu, Luís do Amaral, aprovando em Basileia, entre janeiro e junho de 1439, a sentença contra o papa e a eleição de novo pontífice, Eugénio IV privá-lo-ia do bispado, nomeando Luís Coutinho para o seu lugar, por inícios de setembro de 1439 (*MPV* II, CCXXXII e ss.). O episódio tinha, contudo, outras implicações políticas, muito para lá do que possa revelar sobre as diferentes concepções doutrinárias dos conciliaristas e do pontífice sobre a ação do papado e a reforma da Igreja.

Como Sousa Costa já tinha assinalado, a eleição de Luís Coutinho não era inocente. Beneficiara um clérigo que não tinha mais que 23 ou 24 anos, embora ele tivesse omitido o defeito de idade, como reconheceu em súplica de abril de 1442 (*MPV* II, CCXL). Por acréscimo, era membro de uma linhagem que apoiara o partido da rainha após a morte do rei Duarte e se opunha à regência do Infante Pedro (OLIVEIRA, 1999: 65). De resto, a nomeação coincidira com a época em que se agudizavam as tensões internas, quase com um clima de guerra no reino, antes de a regência ser entregue em exclusivo ao Infante, por finais de outubro de 1439 (MORENO, 1979-1980: I, 26-55). Com a escolha de Luís Coutinho, o pontífice tomava posição sobre os conflitos no reino e enviava uma mensagem ao Infante. Com efeito, Eugénio IV tinha outros motivos de queixa. Após a morte do rei Duarte, em Setembro de 1438, as diretrizes que este dera aos embaixadores em Basileia – “al nom façam, salvo o que syntirem por serviço de Deus e honra do papa, seguimdo senpre sa tençom” (*MHV* I, n.º 36) – começaram a ser postas de lado, em benefício das posições dos conciliaristas. Foi o que fez o bispo de Viseu, Luís do Amaral, a partir de outubro de 1438, ou outros portugueses então admitidos no concílio, como o doutor Lopo Vasquez de Serpa

(MPV II, CCXXII-CCXXIX, CCXLV-CCL, CCLXXV e ss.). Tal como Sousa Costa sugeriu, a regência do reino deverá ter adotado uma atitude mais benévola para com o Concílio de Basileia, talvez até 1442. Contra essa nova orientação, ripostava agora Eugénio IV, privando Luís do Amaral do bispado de Viseu e entregando-o ao seu protonatário, Luís Coutinho.

Não admira, portanto, que o regente se tivesse oposto, quer à destituição de Luís do Amaral, quer à eleição de Luís Coutinho. De ambas dá notícia a letra *Credimus a certo* de Eugénio IV (MH VII, n.º 83), de janeiro de 1440, justificando a privação de Luís do Amaral e a eleição de Luís Coutinho e estranhando que este tivesse sido indevidamente substituído na Sé por oficiais sem as competências apropriadas. Em junho desse ano, o pontífice voltaria ao assunto numa letra com o mesmo tom (MH VII, n.º 84), censurando o monarca que intercedera por Luís do Amaral e insistindo para que o novo bispo entrasse em posse da Sé. A situação mantinha-se inalterada a 17 de dezembro de 1440, como Luís Coutinho reconheceu numa súplica dessa data, quando solicitou que o prazo de quatro meses para a sagração episcopal se contasse a partir do dia em que fosse informado da posse da diocese de Viseu (MPV II, CCXL). Só por finais de 1441, ou inícios de 1442, é que Luís Coutinho terá entrado em usufruto da Igreja, já que ele apenas se apresenta como eleito de Viseu a 14 de março de 1442 (MPV II, CCXL). A resolução do diferendo em torno do bispado teve que esperar, portanto, pelo apaziguamento das tensões no reino, quer dizer, pela época em que o regente criou o condado de Marialva para premiar um dos seus antigos adversários políticos e o entregou a Vasco Coutinho (OLIVEIRA, 1999: 43), o irmão mais velho do novo bispo.

Neste intervalo de tempo, Luís Coutinho não ficou quieto e foi preparando o regresso ao reino. Ainda antes de satisfazer, a 25 de setembro de 1439, as taxas e os serviços devidos pela promoção, solicitara, no dia 18, a graça de conservar o priorado do Salvador de Bouças, mesmo após a posse do bispado e a sagração episcopal (MPV II CCXL). Salvaguardava, assim, a administração desta igreja de Matosinhos, de que a sua família era padroeira. Por inícios de outubro, requereu novo indulto, desta vez para visitar a diocese por meio de um delegado, num prazo de cinco anos (MPV II, CCXL). As suas melhores expectativas foram, porém, adiadas, e, mais de um ano depois, confessava desconhecer quando entraria na posse da diocese, como já atrás de indicou. Protelou, pois, a ordenação, e terá aproveitado para continuar os estudos, talvez em Siena. Em março de 1442, já bispo eleito de Viseu, era apenas subdiácono, solicitando nessa data a mercê para ser ordenado diácono e presbítero no mesmo dia e para receber a sagração episcopal de bispo em comunhão com a Santa Sé. Como sugerem duas súplicas

de abril e de maio de 1442 (*MPV* II, CCXL-CCXLI), foi entretanto sagrado bispo, certamente enquanto se demorava por Siena.

Só deverá ter regressado ao reino por meados de 1442. Ignora-se a data da viagem, mas, a de 19 de maio de 1442, acreditava-se em Itália que ela estava em curso, ou para breve. Na realidade, foi ele então encarregue de dispensar dois dos seus diocesanos – um deles era a sua prima, Beatriz de Vilhena, filha de Rui Vasques Coutinho – do impedimento de consanguinidade (*MPV* II, CCXLI), pelo que se esperava, portanto, a sua chegada a Viseu. A residência em Viseu é suposta, de igual modo, por outra bula de setembro desse ano, incumbindo-o de examinar a união de dois vizinhos de Pinhel, que se realizara apesar de interdita por parentesco espiritual. A sua presença na cidade só se atesta, porém, em março de 1443, e, de novo, em abril seguinte, quanto se encontrava nos paços de Fontelo, junto a Viseu (*MPV* II, CCXLI). Da sua ação na diocese pouco mais se conhece, mas sabe-se que privou o tesoureiro da Sé do seu ofício, antes de agosto de 1443 (*MPV* II, CCXLI-CCXLII). De resto, pouco mais se demorou por Viseu, sendo transferido a 1 de abril de 1444 para a Sé de Coimbra (*MPV* II, CCXLI-CCXLII), vaga por morte do prelado anterior.

Mais uma vez, a passagem para Coimbra não foi pacífica. O contexto era de novo delicado, agora marcado pela rutura dos equilíbrios políticos no reino, por causa do conflito sobre a sucessão no cargo de Condestável e pelo receio de uma guerra com Castela (FONSECA, 1982: 29-34; THOMAZ, 1989: 203-205). O motivo voltou a ser o mesmo. O regente preferia outro candidato no lugar, Rui da Cunha, o prior de Guimarães, um clérigo da sua confiança e que fora um dos embaixadores à Santa Sé em 1440 para negociar o matrimónio do rei com a filha do regente (MORENO, 1979-1980: II, 1031-33). Numa altura em que todos os apoios eram decisivos, desejava evitar a entrega da Sé a um antigo adversário, mesmo se com isso reabria o ressentimento da sua família. Tal como sugere uma bula posterior, de outubro de 1445 (*MPV* II, CCXLII-CCXLIV), o pontífice quis promover um compromisso entre as partes, por certo ciente da situação no reino e das preocupações e dos interesses do regente. Sem desistir de Luís Coutinho para Coimbra, prometia entregar a Rui da Cunha a reitoria do Salvador de Bouças, que o primeiro conservara enquanto bispo de Viseu e que pertencia ao morgado de Medelo e à linhagem dos Coutinhos. Por razões que se ignoram, não se emitiram as bulas respetivas, em parte, talvez, porque os padroeiros se opuseram à transação. O episódio fechava-se, assim, em 1445, com a confirmação daquela igreja ao novo bispo de Coimbra e a vitória dos seus familiares, facto que seria contestado pela Coroa e que muito contribuiu para renovar e reforçar as diferenças políticas entre eles e o regente (OLIVEIRA, 1999: 65-66).

Como seria de esperar, Luís Coutinho não teve uma vida fácil em Coimbra, cidade que era a cabeça do ducado do regente. Ainda antes do final de 1445, já se via obrigado a reagir contra a devassa do couto episcopal da Vacariça, cometida pelo alcaide e pelas autoridades concelhias, certamente por altura da expedição militar a Castela que foi chefiada pelo Condestável D. Pedro, o filho do regente, por meados do ano (COELHO, 1989: 121-2; COELHO, 2001: 51-69). Naquela ocasião, o bispo estava no couto de Lourosa, em Oliveira do Hospital, mas, por carta daí enviada e lida na sé dois dias depois, num domingo, 12 de dezembro, ameaçava colocar toda a cidade sob interdito, à exceção da infanta D. Isabel, a noiva de D. Afonso V, caso a afronta não fosse explicada, os prejuízos ressarcidos e a legalidade reposta. Ao que parece, o diferendo resolveu-se sem problemas de maior, mas esperavam-no outras dificuldades. Das pressões e das contrariedades que sofreu pouco se sabe, mas o seu património foi objeto de retaliações, reconhecidas pelo monarca a 13 de outubro de 1449 (*MHX*, n.º 86), data em que lhe cedeu as casas que o antigo regente tinha em Lisboa. Talvez por idêntico motivo, dois meses antes havia-lhe doado várias quintãs do prior de Guimarães, Rui da Cunha, confiscadas por este ter acompanhado o infante D. Pedro em Alfarrobeira (MORENO, 1979-1980: II, 1033). Não seriam menores, por certo, os entraves postos ao seu governo da diocese, pelo menos a avaliar pelos clérigos que eram partidários do regente – o deão, Pedro de Ataíde, era do conselho do infante (NOGUEIRA, 1942: 159) –, alguns dos quais ele privou dos seus benefícios (COSTA, 1986: 178), após a batalha de Alfarrobeira.

Mas Luís Coutinho não devia ser um bispo muito presente, nem ter uma ação pastoral muito ativa. Em dezembro de 1445, estava em Lourosa, longe da cidade, como se viu, e os diplomas conhecidos (COSTA, 1986: 181-83) sugerem que governou a diocese através de vigários-gerais entre 1448 e 1452, quando a sua ausência era justificada por outros afazeres. Da sua pastoral pouco consta, ainda que a carta de 1445 revele um prelado preocupado em educar pelo exemplo – “antes ussar de piedade que de crueldade”, como recordou, querendo obviar às sanções do Direito (COELHO, 2001: 59, 67) –, numa postura que não se afasta muito das correntes espirituais da época. Também o seu selo, apenso a um diploma de 8 de abril de 1448 (TÁVORA, 1983: n.º 447), parece traduzir uma devoção particular pelo sofrimento de Cristo, representando um prelado em oração, a contemplar um Calvário, numa composição invulgar e com grande luxo de pormenores. Devia, pois, guardar de si a imagem de um clérigo culto e requintado. Não surpreende, por isso, que se tenha interessado pelo Estudo Geral de Coimbra, aprovando, em maio de 1446, a dotação financeira que fora acordada, três anos antes, entre o regente e algumas colegiadas da cidade (GOMES,



2006: 158). Explicou então o despacho pela vontade de acrescentar o “tesouro incomparável da sciência” (GOMES, 2001: 516), motivo certamente igual ao que o levou, anos depois, a prestar idêntica atenção ao Estudo de Lisboa, como já se indicou.

As ausências de Luís Coutinho da sua diocese – são raras as iniciativas de que se guardou memória no *Livro das Vidas dos Bispos*, um escrito do século XVI (NOGUEIRA, 1942) – explicam-se, em parte, pelo confronto com o regente nos anos iniciais, mas, sobretudo, pela sua vida como homem da corte e do poder. Devia ser um político hábil, para mais acostumado aos meandros da Cúria e habituado a lidar, há muito, com os entraves que a oposição do regente lhe criava. Sabia por certo como ganhar o respeito dos adversários, como sugere o facto de ter sido ele um dos escolhidos, em julho de 1447, ainda durante a regência, para

levar a Castela a infanta D. Isabel, filha do antigo governador da Ordem de Santiago e neta do duque de Bragança (*MHIX*, n.º 164). Aí assistiu ao seu matrimónio com João II de Castela, celebrado pelo bispo de Palençã, a 22 do mês, em Madrigal de las Altas Torres, a Este de Salamanca. Com esta missão, reconheciam-se as aptidões diplomáticas de Luís Coutinho, mas o episódio parece revelar, também, que ele havia chegado a algum entendimento com o regente. Do qual não há, no entanto, outras notícias, mas que poderia explicar porque foi ele quem deu a absolvição ao regente no campo de Alfarrobeira, como quer Rui de Pina (*CDAV*, cap. CXXI, 747).

Mesmo que o testemunho do cronista seja fiável, o acidente não afetou a confiança do monarca, certo do apoio que dele e da sua família havia recebido. A partir de agosto de 1449, Luís Coutinho atesta-se como membro do Conselho

do rei (TT, *Beiras*, lv. 2, f. 84 v-85), sendo provável que fosse então um dos prelados mais influentes do reino (GOMES, 2006: 129). Por essa época, deverá ter recebido algum encargo no Estudo de Lisboa, surgindo como seu reitor e conselheiro num diploma posterior à sua morte (*CUP* V, 1716), no qual se recordam do mesmo modo outros serviços. A missão mais importante, e, também, a mais prestigiante, foi a que D. Afonso V lhe confiou em novembro de 1451. Acompanhou a Itália a irmã do rei, D. Leonor, quando esta se dirigia ao encontro do imperador Frederico III, com quem casara por procuração, em Lisboa, a 9 de agosto daquele ano (COELHO, 2002-2003: 41-70). A comitiva era numerosa, com perto de 3000 homens, e viajou numa armada de nove navios até Siena, onde o encontro dos esposos foi abençoado pelo bispo da cidade, em fevereiro de 1452. Casou-os o pontífice em Roma, em março seguinte, sagrando-os depois como imperadores (COELHO, 2002-2003: 62-64). A todas estas cerimónias assistiu, por certo, o bispo de Coimbra.

Ao contrário do que diz Rui de Pina (*CDAV*, cap. CXXXII, 762), não é certo que Luís Coutinho tenha escoltado a imperatriz até à Áustria, onde esta chegou em junho de 1452 (COELHO, 2002-2003: 67). Quatro diplomas pontifícios que lhe respeitam, dois de abril e os outros de maio de 1452 (COSTA, 1986: 178), parecem sugerir que ficou por Itália. Por um deles, foi agraciado com o privilégio de delegar num procurador a visita da diocese de Coimbra, ou até doutras igrejas da sua jurisdição, catedrais, ou metropolíticas, caso fosse nelas provido. Por outro, Martinho V designou-o seu referendário. Tal como testemunha o primeiro destes diplomas, deverá ter feito contatos na expectativa de uma transferência futura, talvez para Lisboa, cujo prelado era um homem de idade e que faleceria meses depois. Se foi assim, contava certamente com o apoio do monarca, embora o pontífice só viesse a transferi-lo para a Sé de Lisboa, por bula de 12 de novembro de 1452 (COSTA, 1986: 179). Terá então regressado ao reino. Em janeiro seguinte, foi já Álvaro Peres, arcepreste de Pinhel e cônego de Coimbra (COSTA, 1986: 179), quem se obrigou por ele a satisfazer as taxas devidas pela promoção.

Não ocupou a cátedra de Lisboa por muito tempo. Como Sousa Costa havia notado (COSTA, 1986: 58*-61*), data de 31 de março de 1453 a bula que nomeava D. Jaime como seu sucessor à frente do arcebispado por sua morte. Ignora-se a data exata do seu falecimento, mas possivelmente já estaria morto a 17 de março, quando o monarca cedeu à rainha as casas que o Infante D. Pedro tinha em Lisboa (TT, *Ch. D. Afonso V*, lv. 3, f. 33v), as quais haviam sido doadas a Luís Coutinho e que este devolvera então à Coroa, sem nada se dizer da sua morte. Faleceu, pois, neste primeiro trimestre de 1453. Desconhece-se onde e

sob que circunstâncias. Uma tradição local pretende que morreu de lepra, em Sintra (AZEVEDO, 1978), dando-o como sepultado junto à gafaria da vila, a atual quinta do Ramalhão, num túmulo conhecido como “dos dois irmãos”. Não se sabe quais sejam os fundamentos de tal memória, que mobiliza informações que nada mais parece confirmar. É certo que se ignora o local exato da sua sepultura – e já não era conhecido no século XVI, como atesta o *Livro das Vidas dos Bispos* (NOGUEIRA, 1942: 163) –, mas não é impossível que Luís Coutinho fosse sensível aos apelos do sangue, do afeto e da memória, optando pelo mosteiro de Salzedas, próximo de Lamego e junto dos parentes e dos familiares (OLIVEIRA, 1999: 49-52). Desde outubro de 1448 que ele fora autorizado a fazer testamento (COSTA, 1986: 178), pelo que a escolha da sepultura podia estar há muito tomada.

LUÍS FILIPE OLIVEIRA

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: *CDAV*; *CUP*; *MH*; *MPV*; NOGUEIRA, 1942; **Estudos:** AZEVEDO, 1978; COELHO, 1989; COELHO, 2001; COELHO, 2002-2003; COSTA, 1972; COSTA, 1977; COSTA, 1986; COSTA, 1990c; FONSECA, 1982; GOMES, 2001; GOMES, 2006; MORENO, 1979-1980; OLIVEIRA, 1994a; OLIVEIRA, 1999; TÁVORA, 1983; THOMAZ, 1989.

JAIME DE PORTUGAL

(1453-1459)

Nasceu a 17 de setembro de 1433, certamente em Coimbra. Determina-se o dia do nascimento conjugando a data da sua morte, a 27 de agosto de 1459, com os dados do epitáfio – *vixit Annos XXV Menses XI Dies X* (FRÓES, 2005: 266) – que um dos seus testamenteiros, Álvaro Afonso, bispo de Silves, mandou lavrar para a sua capela em São Miniato de Florença. As certezas são menores quanto ao local. A cidade de Coimbra era, contudo, a cabeça do ducado dos seus pais, onde estes possuíam uns paços e nos quais deviam residir a maior parte do ano. Tinham eles, é certo, outras residências em Montemor-o-Novo e em Tentúgal, ambas por eles melhoradas, mas Coimbra era a capital dos seus domínios, o centro a partir do qual geriam um vasto património (COELHO, 1993; MORENO, 1997). Desde que havia casado, em 1428, com D. Isabel de Urgel, o pai de Jaime, o infante D. Pedro, manifestou um interesse particular pelos assuntos da cidade e das suas gentes, atestado pelas 60 cartas que remeteu ao concelho de Coimbra (AS CARTAS, 1958), entre 1429 e 1448. Talvez o casal se demorasse por Coimbra, em setembro de 1433.

Procedia Jaime, portanto, de uma família ilustre. Do facto dá conta o seu sarcófago, assim como o epitáfio que o acompanha, no qual se recordou a sua estirpe régia e onde se representaram as armas de Portugal e de Aragão (FRÓES, 2005: 265-266). Na verdade, o seu pai, o infante D. Pedro, que fora feito duque de Coimbra após a conquista de Ceuta, em 1415, era filho de D. João I e de

Jaime de Portugal

1433.9.17	Nascimento
1453	Eleito/administrador de Arras
1453-1459	Eleito/administrador de Lisboa
1456-1459	Cardeal-diácono de Santo Eustáquio
1457-1459	Eleito/administrador de Pafos
1459.8.27	Morte

D. Filipa de Lencastre, a qual era neta de Eduardo III e irmã de Henrique IV de Inglaterra. A ascendência da sua mãe, D. Isabel de Urgel, não era menos insigne. Não só era ela neta, pela mãe, de Pedro IV, o *Ceremonioso*, como o seu pai, Jaime de Urgel, fora um dos candidatos ao trono de Aragão, antes de Fernando de Antequera ser eleito rei, por meados de 1412 (RODRIGUES, 2012: 253-257). Não faltavam antepassados régios a Jaime, nem motivos para usar e para se distinguir com as armas das Coroas de Portugal e de Aragão.

Nascera ele, também, numa família numerosa. Se apenas tinha duas tias maternas, que ficaram em Aragão e que o monarca casaria com os condes de Nola e de Foix (RODRIGUES, 2012: 258-259), contava com cinco tios paternos, para lá de outros dois nascidos antes do casamento do seu avô (COELHO, 2005: 119-122). Como infantes de Portugal, todos ocupavam posições de influência. O mais velho deles sucedera no trono ao seu avô, enquanto os outros administravam três dos quatro esteios do reino, quer dizer, os mestrados de Santiago, de Cristo e de Avis (OLIVEIRA, 2009: 71-72, 76-77). Dera-se outro tanto com os seus tios bastardos: D. Afonso, mais velho, casara com a herdeira do Condestável e era conde de Barcelos, ao passo que D. Beatriz saíra do reino para se unir ao conde de Arundel, em Inglaterra. Mais importante, pelo menos para Jaime, fora o casamento da sua tia D. Isabel com o duque de Borgonha, Filipe o Bom, em junho de 1429 (COELHO, 2005: 127-130), já que o casal teria uma palavra decisiva no futuro dos seus sobrinhos, filhos do infante D. Pedro e de D. Isabel de Urgel, depois da morte do pai na batalha de Alfarrobeira.

Não eram menos os irmãos de Jaime. Fora ele o quarto dos sete filhos dos seus pais, três rapazes e quatro raparigas, todos nascidos entre 1429 e inícios dos anos quarenta (RODRIGUES, 2012: 272-275). Tal como os seus tios, também eles viriam a deter posições de destaque, talvez com maior projeção desde que o pai assumira a regência do reino por finais de 1439, durante a menoridade de D. Afonso V (MORENO, 1979-1980: I, 26-55). A observação vale sobretudo para dois dos mais velhos, D. Pedro e D. Isabel. Desta última, o pai faria uma rainha de Portugal, fazendo-a desposar D. Afonso V em 1441, quando ela não tinha mais que nove anos, embora a união só viesse a ser abençoada por meados de 1448 (RODRIGUES, 2012: 280-291). Por esta época, já o seu irmão D. Pedro, o mais velho, fora alçado a Condestável do reino e a governador da Ordem de Avis, estando em condições de secundar as opções do seu progenitor na condução dos negócios do reino (FONSECA, 1982: 29-34; OLIVEIRA, 2009: 77-79, 251-253). Após a batalha de Alfarrobeira, esse apoio valeu-lhe um exílio em Castela, mas voltaria a sair do reino em 1464 para assumir o trono de Aragão, onde faleceria dois anos depois (FONSECA, 1982: 130ss). O destino dos restantes irmãos não

foi menos brilhante, pelo menos dos que se refugiaram na Flandres, junto da tia. Se D. Beatriz casou, em 1453, com Adolfo, o filho mais novo do duque de Clèves, o mais velho, D. João, desposou em 1454 a herdeira do rei de Chipre, sendo regente desse reino e príncipe de Antioquia até 1457, ano em que faleceu (CDAV, cap. CXXVII, 755-756; GOMES, 2006: 88-90). Não faltavam a D. Jaime, portanto, os apoios e os contatos para uma carreira eclesiástica de sucesso no espaço da Cristandade Ocidental.

Dispunha ele, também, de uma formação adequada. Conhecem-se mal os anos que passou em Coimbra, os estudos que aí realizou, ou as competências que adquiriu. Ao que tudo indica, cresceu num ambiente culto e requintado, próprio das cortes régias e senhoriais mais importantes da época. Como se sabe, o pai era um homem instruído e viajado, mas a mãe, D. Isabel de Urgel, que falava certamente várias línguas e tinha outras aptidões letradas, interessava-se de igual modo pelas correntes que defendiam uma espiritualidade mais exigente, como sugere a tradução da *Vita Christi* de Ludolfo da Saxónia que mandou fazer, em 1445, para o seu convento de Tentúgal (NASCIMENTO, 2012; GOMES, 2006: 85). Um dos irmãos de D. Jaime, o Condestável D. Pedro, tinha idêntica preocupação pelas questões espirituais, assim como pelos escritos históricos e enciclopédicos, sendo autor de vasta obra, em português, ou castelhano (*OBRAS COMPLETAS*, 1975; FONSECA, 1982: 295ss). Duas das suas irmãs, a rainha D. Isabel e a infanta D. Filipa, uma das mais novas, que ficara na Corte com a irmã e se recolhera em Odivelas, também se interessavam pelas leituras espirituais, promovendo traduções a partir do francês e do latim (RODRIGUES, 2012: 275). Não seria outra, portanto, a formação de D. Jaime. Correspondia, pelo menos, aos padrões mais exigentes da época, como sugere o facto de os seus méritos e competências serem reconhecidos, anos mais tarde, por alguns humanistas italianos: o cardeal Eneas Silvio Piccolomini elogiou-lhe a “agudeza do engenho e o estudo das letras”, enquanto o livreiro Vespasiano de Bisticci recordou a aplicação às letras desde a mais tenra infância e a qualidade dos seus professores (SERRÃO, 1963; FONSECA, 1982: 21).

Ignora-se quem foram os seus percetores em Coimbra. Por certo não faltariam na cidade, que tinha diversas instituições religiosas, um mestre-escola na Sé e onde o seu pai organizaria, em 1443, um Estudo Geral (GOMES, 2001; GOMES, 2006: 158), para facilitar a difusão das ciências. Uma tradição bem posterior quer que o responsável pela educação de Jaime e dos seus irmãos tenha sido Álvaro Afonso, escrivão da puridade do infante D. Pedro e mestre-escola de Coimbra (COSTA, 1977: 193; FONSECA, 1982: 323). Nada o testemunha de forma direta, embora Álvaro Afonso, que era um clérigo de Coimbra e doutor

em Direito Canónico e que viria ser bispo de Silves, tivesse mantido uma relação muito próxima com D. Jaime (COSTA, 1986: 53 e ss.), acompanhando-o na Flandres e em Roma e vindo a ser um dos seus testamenteiros. Mais segura parece ser a frequência da Corte na companhia do pai, mormente na década de quarenta (FONSECA, 1982: 21; RODRIGUES, 2012: 274), quando D. Jaime poderá ter beneficiado da formação aí ministrada a D. Afonso V e ao seu irmão, o infante D. Fernando (GOMES, 2006: 56-9), todos sensivelmente com a mesma idade.

Quaisquer que tenham sido os seus mestres, ou os saberes que dominava, D. Jaime foi certamente educado para ser um dos grandes do reino. Mesmo que as suas expetativas não fossem muito altas – era o quarto filho, o terceiro varão, de uma família numerosa –, sempre nascera filho de duques e parente de reis. Por meados da década de quarenta, o futuro não podia parecer mais promissor. O seu pai continuava a reger os destinos do reino, facto que lhe abria as melhores perspectivas, até porque o irmão primogénito tinha casa montada desde 1444, quando assumiu o governo da Ordem de Avis, e o casamento da sua irmã com D. Afonso V em breve faria dele cunhado do monarca, além de primo direito. Os dados não são muito seguros, mas é provável que o pai lhe tenha montado casa por esses anos. Pelo menos, é o que se poderá inferir da identificação, em 1449, de alguns dos seus criados e servidores (*CDAV*, cap. CXXII, 748; MORENO, 1979-1980: I, 432, 472), desde aqueles que cumpriam funções domésticas, caso de um estribeiro e do pajem dos seus livros, aos que exerciam tarefas militares e carregavam a sua bandeira no campo de batalha. De resto, foi D. Jaime quem comandou por duas vezes, em abril e maio de 1449 (MORENO, 1979-1980: I, 353, 421), a vanguarda da hoste do seu pai, naquelas que seriam as suas primeiras ações militares.

Também foram as últimas, caindo com elas os sonhos de D. Jaime de uma vida no século, como um grande senhor. Na verdade, o matrimónio de D. Isabel com D. Afonso V, em maio de 1448, não obstara a que as relações do infante D. Pedro com o monarca se degradassem de forma acentuada, sobretudo após o termo da regência e o regresso a Coimbra, na companhia dos filhos D. Pedro e D. Jaime, em julho desse ano (MORENO, 1979-1980: I, 261-263; FONSECA, 1982: 47ss; GOMES, 2006: 64ss). Devido à oposição dos seus adversários e à erosão dos seus apoios políticos, no reino e no exterior, o ex-regente ver-se-ia empurrado para um confronto militar com o monarca, que o levaria à morte, em maio de 1449. Dois dos seus filhos, D. Jaime e D. João, que o seguiram na batalha de Alfarrobeira, ficaram presos às ordens do rei, enquanto o mais velho se refugiava em Castela. Só seriam libertados e autorizados a deixar o reino no final do ano, por pressão da tia, a duquesa de Borgonha, que enviara um

embaixador a Lisboa (MORENO, 1979-1980: I, 517-520; GOMES, 2006: 86) e que contou seguramente com apoio da irmã deles, a rainha.

Nunca mais voltou a Portugal. Liberto do cativoiro após a intervenção dos duques de Borgonha, D. Jaime procurou refúgio junto dos seus tios, não sem antes passar por Castela, a acreditar no testemunho que o seu irmão D. Pedro deixou na sua *Tragédia de la insigne reina Dona Isabel*, a ele justamente dedicada (OBRAS COMPLETAS, 1975; RAMOS, 2015: 23-26). Chegou a Bruges no dia 10 de janeiro de 1450, à cabeça de um grupo de cavaleiros, nobres e outros portugueses fugidos do reino, como relata Olivier de la Marche, um dos cronistas que dá conta da sua permanência por terras borgonhesas (MÉMOIRES, 1883-1888: II, 135; ATANÁZIO, 1983: 17; SOMMÉ, 1995: 322; SOMMÉ, 1998: 78; RODRIGUES, 2012: 309; MARCHANDISSE, MASSON E SOMMÉ, 2016: 135-164). Talvez acreditasse que os assuntos do reino português eram uma questão encerrada, por entender, tal como o seu irmão Pedro (FONSECA, 1982: 65), que “os feitos de Deus e do rey se nom deviam contradizer”.

Pouco se sabe da sua estada de quase um ano junto da tia. O facto de D. Isabel lhe ter comprado uma casa em Bruges – contraindo para isso um empréstimo junto dos mercadores na feira de Antuérpia – supõe que aí teria permanecido grande parte do tempo, certamente próximo da comunidade portuguesa nela fixada (SOMMÉ, 1996: 274; SOMMÉ, 1998: 81). Acompanhado pelo bispo de Silves D. Álvaro Afonso, que fora escrivão da puridade e chanceler-mor de seu pai e com quem manterá uma relação de grande proximidade até à sua morte (COSTA, 1986: 56-59; FRÓES, 2005: 262), terá tido um ano de formação e de abertura de horizontes, propiciada por uma Corte em sintonia com a cultura humanista que então brotava em diversas zonas da Europa.

Os seus tios foram uma fonte de amparo financeiro constante. A duquesa D. Isabel inscreveu-o na lista de pagamento dos cortesãos ducais desde o dia da sua chegada e os registos contabilísticos das despesas da sua própria casa (*hostel*), existentes para o último trimestre de 1450, mostram que ela lhe fixou uma remuneração diária no valor de 108 soldos, mais 60 soldos para a alimentação, de longe a soma mais elevada paga a qualquer dos membros da sua Casa (SOMMÉ, 1995: 331; SOMMÉ, 1998: 78-79). No início de maio do ano seguinte, D. Jaime passou a ser remunerado pelo próprio duque, através de uma pensão anual de 3832 francos e meio – paga retroativamente desde o início do ano e equivalente à soma determinada por Isabel – para o ajudar a “manter o seu estado e a pagar as despesas do seu *hostel*”, necessária após a sua saída de Borgonha para a Península Itálica em finais de março desse mesmo ano de 1451 (PORTUGAL ET BOURGOGNE, 1995: 46, 380-381; SOMMÉ, 1995: 332; SOMMÉ, 1998: 79; GOMES, 2006: 88).

A partida para Itália teria resultado da decisão dos duques em fazê-lo ingressar na Igreja (MH XI, 77-78, n.º 59), decisão essa que levou D. Isabel e o duque Filipe a prosseguirem, com uma indefetível atenção e energia, a promoção eclesiástica do seu sobrinho. Evidente desde os inícios de 1451 e coeva, portanto, da saída de D. Jaime para Itália, a estratégia adotada passou pela procura do apoio de algumas casas reinantes, para que estas intercedessem na obtenção de benefícios eclesiásticos em seu favor. Ainda que os duques fossem padroeiros de um conjunto substancial de benefícios no seu ducado e tivessem uma capacidade efetiva em fazer valer a sua opinião a esse nível (MOREAU, 1947: 429-430), D. Isabel virou-se primeiramente para Inglaterra, tendo conseguido do seu primo, o rei Henrique IV, logo em 1451, a autorização para que D. Jaime pudesse auferir benefícios eclesiásticos no seu reino (MH XII, 76; SOMMÉ, 1998: 81; GOMES, 2006: 88; RODRIGUES, 2012: 310). Em paralelo, tanto D. Jaime como D. Isabel solicitaram pela mesma altura a ajuda de Afonso V de Aragão. Mas, mais que endereçar uma súplica ao papa a pedir-lhe que concedesse benefícios e dignidades eclesiásticas em seu favor (28 de junho de 1451), o monarca aragonês interessou-se sobretudo pela sua promoção ao cardinalato, desejada pelos duques. Nesse sentido, enviou cartas e mobilizou as suas solidariedades curiais durante os anos de 1451, 1452 e 1453, para que fosse concedido a D. Jaime o título de cardeal-diácono (MH XII, 76-79, n.º 58-60; 87-91, n.º 67-70; 167-168, n.º 135; 296-298, n.º 217-218; COSTA, 1986: 58*; PORTUGAL ET BOURGOGNE, 1995: 46; GOMES, 2006: 88). Apesar dos rogos insistentes, que terão valido o ingresso do jovem português no corpo de notários apostólicos, entre 1451 e 1452 (“QUATRE LETTRES-MISSIVES”, 1964-1968: 3, 8), os seus negócios só conhecerão novidades com o papa seguinte.

Decidido o seu ingresso na Igreja, o *iter italicum* afigurava-se a opção mais pertinente, tanto para o desenvolvimento da sua formação académica, como para a aproximação ao centro de poder que era então a Cúria Romana. Como se viu, D. Jaime partiu para a Itália por finais de março de 1451, fixando-se em Perugia. Segundo o testemunho do livreiro florentino Vespasiano de Bisticci, que incluiu a biografia de D. Jaime nas suas famosas *Vite di uomini illustri del secolo XV*, aí se relacionou com os frades beneditinos olivetanos, uma ligação que tem sido considerada importante para explicar a sua exumação posterior no mosteiro de São Miniato de Florença, pertença dessa ordem (BISTICCI, 1970: 194-195; SOMMÉ, 1995: 332; SOMMÉ, 1998: 81; APFELSTADT, 2000: 184). Encontrava-se nessa cidade em setembro de 1453, quando dirigiu uma carta a João de Médicis, filho do famoso Cosme de Médicis, pedindo-lhe para o substituir no batizado do filho de um servidor da banca dos Médicis (HARTT *et al*, 1964: 33; ATANÁZIO, 1983: 18; APFELSTADT, 2000: 184). Apesar da distância, a duquesa continuou a

assisti-lo financeiramente, agora sob a forma de transferências de numerário a partir dos mercadores das feiras de Genebra – recebendo 1200 libras em 1452, através de Leonardo Lomelini e 200 escudos no ano seguinte –, e fixando-lhe uma renda sobre o Monte Comum de Veneza a partir dos seus rendimentos pessoais (SOMMÉ, 1995: 334; SOMMÉ, 1998: 78, 81-82, 153; *PORTUGAL ET BOURGOGNE*, 1995: 46-47, 380-381; RAMOS, 2015: 34).

Dados os esforços envidados pelos duques, não admira que a sua carreira se tenha desenvolvido através do acesso a benefícios eclesiásticos situados em zonas de influência dos seus tios, ou envolvendo agentes da confiança destes. Com efeito, a propositura da colegiada de São Pedro de Lille, que tinha sido solicitada em 1433 para um apaniguado ducal (“QUATRE LETTRES-MISSIVES”, 1964-1968: 2), era agora pedida para D. Jaime. As cartas enviadas aos membros dessa colegiada pelo duque, pela duquesa e pelo futuro Carlos, o Temerário (1467-1477), em janeiro de 1452, foram bem acolhidas, pelo que ele foi formalmente escolhido, a 31 de julho seguinte, como preboste da referida instituição, pouco depois de a duquesa lhes solicitar uma prebenda capitular para o seu sobrinho (BOURDON, 1850: 98; HAUTCOEUR, 1897: 267-268; “QUATRE LETTRES-MISSIVES”, 1964-1968: 11-12; SOMMÉ, 1995: 332; SOMMÉ, 1998: 82; *DER BRIEFWECHSEL*, 1995: I, 46f; KRUSE, 1996: 282; *LA CORRESPONDANCE D’ISABELLE*, 2009: 241, n.º 170; 245-246, n.º 172; 248-249, n.º 175; RODRIGUES, 2012: 310).

Nesta altura, tinha já caído por terra a ideia, desenvolvida pela duquesa desde o mês de janeiro de 1452, de desempatar o diferendo entre dois clérigos sobre o bispado de Münster através da concessão daquela cátedra ao sobrinho, contra o pagamento de uma pensão compensatória àqueles dois candidatos. Para esta primeira leva de benefícios, é provável que tivesse contribuído o facto de D. Jaime se encontrar por esse tempo na Cúria e se dispor a receber a ordem presbiteral (*LA CORRESPONDANCE D’ISABELLE*, 2009: 242-243, n.º 171), a qual, no entanto, ele nunca chegaria a tomar.

Nicolau V confirmou a posse desse benefício em São Pedro de Lille a 10 de maio de 1453 (COSTA, 1986: 58*), mas D. Jaime não ocupou essa prebostado durante muito tempo, embora a lembrança da sua presença tenha sobrevivido em Lille através da heráldica, com o seu escudo a figurar numa das janelas da basílica de Notre-Dame la Treille (VANDAME, 1907: 107-108).

Com efeito, a morte de Fortiguerre de Plaisance possibilitou a vacatura do bispado de Arras. Foi uma oportunidade que os duques não desperdiçaram e, em 23 de março de 1453, D. Jaime renunciou ao seu benefício em Lille para aceder à cátedra de Arras, sob recomendação do duque, segundo informa o cronista Jacques Du Clercq (REIFFENBERG, 1841: 32). No entanto, como

D. Jaime não tinha a idade canonicamente requerida para aceder ao episcopado, Nicolau V nomeou-o administrador da referida diocese, devendo ser ordenado bispo quando atingisse os 26 anos (FIERVILLE, 1874: 23; ATANÁZIO, 1983: 107; COSTA, 1986: 58*; GOMES, 2006: 88; RODRIGUES, 2012: 310). Coube a Afonso Anes, então raçoeiro de Santa Justa, responsabilizar-se, a 26 de março, perante a Câmara Apostólica, pelo pagamento de metade dos 4000 florins de serviços comuns e dos cinco serviços miúdos devidos pelo provimento naquela cátedra (COSTA, 1986: 58*-59*; 180, nt. 272). Mais uma vez, D. Jaime não ficaria muito tempo nessas funções, uma vez que, quatro meses depois, o Consistório destituiu-o do referido vínculo para que pudesse receber a administração do arcebispado de Lisboa.

O simbolismo desta concessão não estancou a carreira de D. Jaime de Portugal. Sem o promover ao colégio cardinalício, como desejavam os duques de Borgonha e os reis de Aragão e de Portugal, Nicolau V outorgou-lhe pouco depois a faculdade de aumentar o conjunto dos seus benefícios. Evocando a necessidade de ele dispor dos meios para levar uma vida condigna, o papa concedeu-lhe, em janeiro de 1454, a graça de receber três benefícios, ou mosteiros vagos, nas terras do duque de Borgonha, desde que estes não pertencessem à ordem beneditina (18 de janeiro), assim como dois mosteiros, ou dignidades abaciais, em Portugal (31 de janeiro), de qualquer ordem religiosa estabelecida no reino (MH XI, 319-27, n.º 225; COSTA, 1986: 60*).

Descuradas pelos historiadores, estas concessões são importantes, uma vez que elas fixaram as zonas geográficas onde D. Jaime exerceria depois a sua influência a nível benéfico. Não será demais insistir que tal “corrida às honras” será beneficiada pela morte de Nicolau V e, sobretudo, pela entronização na cátedra de São Pedro, em 1455, de um antigo oficial de Afonso V de Aragão, sob o nome de Calisto III. Alterando a intransigência do seu antecessor, que evitava satisfazer as intercessões que recebia, o novo papa elevou D. Jaime à púrpura na primeira promoção cardinalícia, em resultado dos pedidos do rei de França, do imperador, do rei de Portugal e do duque de Borgonha, segundo conta Vespasiano de Bisticci (ATANÁZIO, 1983: 25). Decidida a sua promoção em consistório secreto no dia 20 de fevereiro de 1456, Calisto III determinou pelas letras *Longa diu* que, caso ele viesse a falecer, os cardeais deviam proclamar a eleição de D. Jaime ao cardinalado antes do próximo conclave, para que ele pudesse ter voz na seguinte eleição pontifícia (MH XII, 241-244). Anunciada a decisão somente em setembro desse mesmo ano (APFELSTADT, 2000: 185), D. Jaime receberá o título de cardeal-diácono de Santo Eustáquio e não, como várias vezes se refere, o título de Santa Maria *in Porticu* (ATANÁZIO, 1983: 23;

COSTA, 1986: 60*-61*). Essa nomeação permitir-lhe-ia estar próximo da comunidade portuguesa, já que o seu diaconato ficava perto da área conhecida por albergar os portugueses, num dos topos da Piazza Navona (RICHARDSON, 2009: 245). Segundo a tradição, teria entrado em Roma pela porta de Santa Maria del Pópulo a 1 de dezembro de 1456, mas a sua presença na cidade está atestada desde 22 de abril de 1455, pelo menos (APFELSTADT, 2000: 185).

A elevação ao cardinalato não impediu o usufruto dos outros benefícios, nem da administração de Lisboa em particular, que se manteria até que ele fosse ordenado sacerdote e consagrado bispo (ATANÁZIO, 1983: 18, 106). Na verdade, esta nova dignidade aumentava as suas necessidades financeiras, sem as quais não podia manter convenientemente a sua nova Casa (*livrée*). O facto ajuda a explicar a preocupação dos membros da sua família – e em primeiro lugar da duquesa, sua tia – em encontrar-lhe novos rendimentos eclesiásticos, sobretudo nas zonas sob a sua influência, e, eventualmente em Itália, a crer numa notícia que o dá como abade do mosteiro cisterciense de Fossanova em 1456 (CORREIA, 2008: 417).

Nessa perspetiva, houve, da parte dos duques borgonheses, a tentativa de o nomear para a comenda de diversas abadias no seu espaço de influência, tentativa essa suportada desde maio de 1456 – e com efeitos retroativos à data da coroação de Calisto III, a 30 de abril de 1445 – por uma bula que lhe permitia receber quatro benefícios eclesiásticos nos domínios do duque de Borgonha, mesmo que pertencentes às ordens beneditina e cisterciense (COSTA, 1986: 62*). Por meio de nomeações legais, ou da intromissão irregular em provimentos já efetuados, a ação ducal não deixou de suscitar diversas oposições, apesar do respaldo da referida bula. Por isso, à data da sua morte, D. Jaime mantinha processos judiciais em sede de Cúria, quer sobre a abadia de Notre-Dame de Chatillon-sur-Seine, uma abadia de cônegos regulares na dependência ducal, sita no bispado de Langres, quer sobre a abadia cisterciense de Dunes, em Coxyde, próximo de Furnes, na Flandres ocidental, com esta última a ser contestada pelo bibliófilo Jean Crabbe (HUYGHEBAERT, 1966: 403; *PORTUGAL ET BOURGOGNE*, 1995: 353, 403-406; BELOTTE, 1997: 174; SOMMÉ, 1998: 83; TOURNOY, 2006: 74-75; GOMES, 2006: 88; PRIETZEL, 2001: 253; RAMOS, 2015: 34). No espaço borgonhês, procurou ainda obter o bispado de Besançon, embora dispusesse, em 1458, da abadia de Saint-Ghislain, situada no Hainaut, pertencente aos beneditinos, e viesse a obter nesse mesmo ano a comenda do mosteiro beneditino de Cambrai (MÄRTL, 1996: 272; BERLIÈRE, 1904: 188, n.º 1690; COSTA, 1986: 66*).

Em simultâneo, a escolha do seu irmão D. João como rei de Chipre abriu-lhe as perspetivas de inserção no tecido eclesiástico da ilha. Apesar do seu precoce desaparecimento, D. Jaime viu-se provido, em junho de 1457, na

administração do bispado de Pafos, com o seu familiar Afonso Anes a comprometer-se uma outra vez, junto da Câmara Apostólica, pelo pagamento da respetiva taxa, fixada em 2000 florins (COSTA, 1986: 65*; GOMES, 2006: 88; RODRIGUES, 2012: 310).

O reino português foi a segunda zona preferencial de inserção beneficinal de D. Jaime, sobretudo após a reconciliação régia com os seus primos e restantes partidários do falecido infante D. Pedro, efetuada em 1455. Tal como no caso borgonhês, Calisto III conferiu-lhe, desde inícios de abril de 1456 – outra vez com efeitos retroativos à data da sua coroação –, a possibilidade de obter em Portugal a comenda de três benefícios eclesiásticos das ordens de São Bento, de Cister e de Santo Agostinho, acumuláveis com a administração olisiponense (COSTA, 1986: 62*). Nessa perspetiva, recebeu em dezembro de 1455, por *motu proprio*, a comenda do mosteiro de Santo Tirso, após renúncia do seu capelão e familiar Afonso Lourenço, a respeito da qual, quatro meses depois, o omnipresente Afonso Anes, clérigo de Coimbra, se comprometia a pagar as taxas devidas (CUP V, 421-422, n.º 1777; CORREIA, 2008: 414-416; COSTA, 1986: 63*). No espaço de Lisboa, D. Jaime pôde ainda alcançar a posse da comenda do mosteiro de São Vicente de Fora a partir de fevereiro de 1458 (COSTA, 1986: 65*; GOMES, 2006: 88), facto que permitiu, por pouco tempo, é certo, que as duas mais importantes instituições eclesiásticas da cidade estivessem sob a tutela da mesma pessoa, assim prefigurando o que viria a ser comum entre os seguintes cardeais portugueses, como sucederia com D. Jorge da Costa (1464-1500).

No que respeita à arquidiocese olisiponense, a oportunidade de a administrar surgiu com a morte de D. Luís Coutinho em 1453, sendo provável que para isso contribuisse a carta enviada por D. Afonso V ao pontífice, a que Nicolau V responderia a 9 de dezembro desse ano, aceitando a recomendação de D. Jaime de Portugal, por atenção ao rei e à rainha portugueses (ATANÁZIO, 1983: 18; RODRIGUES, 2012: 310). Após conhecimento da vacatura, a decisão teve lugar no dia 31 de março de 1453, em pleno consistório, sendo D. Jaime absolvido do vínculo que o unia à comenda que detinha em Arras, para aceder à administração da diocese de Lisboa e aos poderes inerentes ao múnus arquiépiscopal aos 26 anos, depois da necessária consagração episcopal. Como era habitual, D. Jaime procedeu, pouco mais de um mês depois, às necessárias promessas de pagamento das taxas à Santa Sé. Assim, a 3 de maio apresentou-se perante as autoridades da Câmara Apostólica para renovar o pagamento dos serviços comuns devidos pelo acesso à cátedra de Arras, apesar de ter sido transferido para Lisboa, ao passo que a promessa de satisfazer metade dos 2000 florins de serviços comuns devidos pela administração olisiponense seria efetuada, no mesmo dia, por Fernando

Gonçalves, doutor em Decretos e cônego de Coimbra (*MH* XI, 259-265, n.º 188-191; COSTA, 1986: 58*-61*; GOMES, 2006: 88).

Governou a arquidiocese sempre *in absentia*, talvez porque “seria demasiado penoso para ele regressar a Portugal” (FRÓES, 2005: 262), como quer Rui de Pina (c.1440-c.1522). Que ele não exercia canonicamente o múnus de arcebispo, mas sim o de administrador, depreende-se dos títulos que são atribuídos, a ele e ao seu vigário-geral, pela documentação emitida pela oficialidade arquiépiscopal: “eleito e confirmado e administrador do arcebispado da dita cidade” em 1454, ou “Cardeal e administrador do arcebispado” em 1459, enquanto os diplomas apostólicos hesitavam entre a sua condição de “eleito”, ou de administrador perpétuo por delegação apostólica (TT, *Santa Maria de Alcobaça*, 2.ª inc., mç. 66, n.º 7; *Santo Estêvão de Alfama*, mç. 7, n.º 139; *Mitra Patriarcal*, lv. 13, f. 199-202; COSTA, 1986: 61*-63*). O vicariato-geral na vila e arcediagado de Santarém foi assegurado por Fernando Anes, talvez o irmão do bispo de Silves que se deslocou em 1464 a Florença para comprar armas (SOLDANI, 2010: 290), ao passo que o mesmo ofício foi desempenhado em Lisboa por Luís Anes, designado como cubiculário do papa, escolar em Direito Civil e cônego de Lisboa. Luís Anes não perduraria contudo na função após a morte de D. Jaime, dado que em 11 de janeiro de 1460, em plena sede vacante, o deão e o cabido olisiponenses haviam investido no respetivo vicariato-geral o chantre e cônego Afonso Anes (TT, *Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, mç. 9, n.º 428; COSTA, 1990c: 452-453, 457).

No que respeita às suas ações no governo diocesano, apenas subsistem notícias esparsas. Desde logo, o papado concedeu-lhe as ferramentas para que pudesse inserir os seus clientes no tecido eclesial da diocese: em 1457, foi-lhe conferida a faculdade de prover os benefícios vacantes, ou que vagassem na sua diocese. Em paralelo, beneficiou alguns dos seus apaniguados, alterando para isso a malha paroquial da diocese, como no caso da ereção em paróquia da ermida de Santa Maria de Valada, que entregou a Martinho Fernandes de Gouveia (*MPV* II, CCCI, CCCL, CCCLIV; COSTA, 1986: 61*). O cônego Luís Anes jogou nesta administração um papel fundamental, agindo em seu nome em momentos chave, como nas Cortes de 1455, ou procedendo às visitas episcopais, realizadas anualmente entre 1454 e 1458 (exceto a de 1456, feita pelo ouvidor-geral do prelado, Gonçalo Martins), desconhecendo-se se essa exigência canónica foi respeitada no último ano do arquiépiscopado (TT, *Santa Maria de Alcobaça*, 2.ª inc., mç. 66, n.º 7; *Santa Maria de Óbidos*, lv. 1, f. 38-49v; “VISITAÇÕES”, 1967-1969: 134-155; COSTA, 1986: 60; *MPV* II, CCXXXVII-CCXXXIX, nt. 589). As atas que delas subsistem não revelam preocupações legislativas precisas: por

elas perpassam antes questões pontuais ligadas ao comportamento e ausências clericais, à administração de sacramentos, à conservação dos objetos litúrgicos e à gestão do património, que afetavam o funcionamento das instituições eclesásticas (MNA, *Ms.*, COD. 17 (MS 16419), f. 4-11v, 18-20v; “VISITAÇÕES”, 1967-1969: 134-155).

Por incipientes que sejam, tais elementos mostram um interesse pela gestão da arquidiocese, a qual, em rigor, não era incompatível com as suas vivências curiais. Demorando-se pela Cúria, por certo, apenas de forma pontual durante os primeiros anos da década 1450, a sua promoção cardinalícia levá-lo-á a intensificar as relações com os restantes membros do consistório – ele nomeou como protetores do seu testamento os cardeais Guillaume d’Estouteville e Pedro Barbo – e a organizar a composição da sua Casa, constituída em grande parte com conterrâneos seus (APFELSTADT, 2000: 188-190). Destes, os diplomas pontifícios guardaram memória do seu camareiro e bispo de Silves, D. Álvaro Afonso; do irmão deste último Afonso Anes, certamente o procurador que agiu por diversas vezes em seu nome junto da Câmara Apostólica; do conhecido frei João Álvares, que havia estado cativo em Fez juntamente com o infante D. Fernando; dos seus capelães, o doutor em Decretos, Antão Martins, que havia sido familiar do infante D. Pedro; de João Afonso, licenciado em Decretos por Bolonha e de Afonso Lourenço, que renunciou em favor do cardeal à comenda de Santo Tirso; dos seus familiares, Mendo Peres, cônego de Lisboa e anterior familiar do antigo antipapa, Félix V, Pedro da Silva, doutor em Decretos e mais tarde desembargador de D. Afonso V e Martinho Fernandes de Gouveia, bacharel formado em Teologia; do seu antigo comensal, Jaime Botafogo, e do seu vigário-geral, Vasco Martins de Rebelo; do médico, doutor em Artes e bacharel em Teologia, Fernando Martins de Roriz, assim como do doutor em Decretos e cônego de Lisboa, Fernando Gonçalves (*MPV* II, CCCXXXVIII, CLXXVII, CCCXLIX; COSTA, 1990c: 69, 76-77, 84, 87-88, 113, 138-137, 147, 170, 677, 726, 593-4, 831, 844; *CUP* V, 404-405, n.º 1760; 417, n.º 1773; 421-422, n.º 1777; *CUP* VI, 135, n.º 1907; 240-241, n.º 2006; COSTA, 1990a: 187-276; APFELSTADT, 1992: 69-80; GOMES, 2013: 642).

Como seria de esperar, o grupo de influência criado em torno de si e da sua Casa tornava-o particularmente apto para promover os negócios portugueses da Cúria. Para além do patrocínio de alguns dos seus dependentes, ou da representação de uns quantos estrangeiros ligados à Borgonha (BERLIÈRE, 1904: 185, n.º 1663), é conhecida a sua intervenção e do bispo de Silves como executores da famosa bula *Romanus Pontifex*, em 1455, pela qual o rei de Portugal via confirmada a posse dos territórios descobertos até então pelos portugueses, assim como



Fig. 98. Friso armoriado da capela do arcebispo D. Jaime de Portugal, séc. XV, fresco. Florença, San Miniato al Monte (capela do cardeal D. Jaime de Portugal). Foto: Miguel Metelo Seixas.

o direito de prosseguir as descobertas africanas, e, porventura, a nomeação do citado bispo de Silves como legado *a latere* em Portugal, entre 1457 e 1459 com o propósito de promover no reino luso a luta contra os turcos. Nesse mesmo âmbito, o próprio D. Jaime acabou por ser nomeado por Calisto III como legado ao imperador, seu cunhado (MH XII, 118-121; COSTA, 1990c: 719; COSTA, 1985: 427-517; APFELSTADT, 2000: 185).

Clérigo com múltiplas responsabilidades políticas, eclesiásticas e diplomáticas, paira no entanto o desconhecimento sobre o homem. Devoto da Ordem de São Jerónimo, como sugere o papa ao conferir-lhe a graça de fundar, em setembro de 1454, um mosteiro hieronimita com 10 a 12 frades de Guadalupe, quer se situasse em Portugal continental ou nas ilhas (MH XII, 53-57; GOMES, 2006: 88), Vespasiano de Bisticci insiste nos encômios à sua virtude, honestidade e continência. Sublinha igualmente o seu apego ao estudo, dizendo que “era estudioso sempre”, embora a notícia de ter estudado Direito em Perugia, bem como o título de “mestre” que lhe é dado por alguns documentos pontifícios, possam não ter resultado da aquisição de um grau universitário (BISTICCI, 1970: 194-195; COSTA, 1986: 61*; RICHARDSON, 2009: 245; APFELSTADT, 2000: 184; RODRIGUES, 2012: 274). Em contrapartida, deve ter cultivado uma íntima relação com os livros, conhecendo-se a existência, em 1451, de um “pagem dos livros de Dom Jaime” (MORENO, 1979: 644) e tendo o citado Vespasiano confidenciado que viu um manuscrito de São Jerónimo (c. 347-420) densamente anotado da própria mão de D. Jaime (BISTICCI, 1970: 195; MARE, 2000: 173). Este último sabia, por certo, do que falava, pois, após a morte de D. Jaime, foi ele o



Fig. 99. Luca Della Robbia (1400-1482), medalhão com figura alegórica da virtude da fortaleza ostentando escudo com as armas do cardeal, séc. XV, cerâmica vidrada. Florença, San Miniato al Monte (capela do cardeal D. Jaime de Portugal). Foto: Miguel Metelo Seixas.

responsável pela venda da sua biblioteca pessoal, amealhando 753 florins com a alienação de parte dela aos Médicis e a altos dignitários da Igreja (HARTT *et al.*, 1964: 42; MARE, 2000: 173).

Além das somas enviadas no início da década 1450 pela sua tia, D. Jaime pôde contar com uma parte dos juros do dinheiro que o seu avô e o seu pai haviam investido no *Monte do Comum* de Florença, em cuja gestão ele acabaria por intervir em nome do seu primo, D. Afonso V, de sua mãe e dos seus irmãos, devido à sua presença na península italiana. Apesar da sua amizade com os Médici, a condução dos seus assuntos financeiros foi assegurada pelos Cambini, em casa

de quem D. Jaime viria a falecer, no dia 27 de agosto de 1459, após ter parado em Florença durante o percurso que o deveria levar ao concílio convocado pelo papa para Mântua (ATANÁZIO, 1983: 19-22; APFELSTADT, 2000: 186; GOMES, 2006: 84; RODRIGUES, 2012: 310).

Falecido em virtude da rutura de uma veia no peito e da impossibilidade de ser tratado pelo seu médico, Fernando de Roriz, teve tempo para ordenar o seu testamento a 5 de agosto, no qual deixava por testamenteiros D. Álvaro Afonso, bispo de Silves, Luís Anes, cónego de Lisboa e o provedor de sua casa frei João Álvares (APFELSTADT, 2000: 185-188, 211-212, 207-203). Depois do seu funeral, pago pela cidade de Florença em atenção à família régia portuguesa, foi sepultado na igreja de São Miniato, até que a sua famosa capela estivesse pronta em 1466 (FRÓES, 2005: 265; RICHARDSON, 2009: 459-460).

Objeto de múltiplas investigações históricas (HARTT *et al.*, 1964; ATANÁZIO, 1983; HANSMANN, 1993; KOCHL, 1996; GUIDET, 1998), esta capela teria sido ordenada por Álvaro Afonso, que providenciou toda a construção, paga em grande parte por doações dos membros da família real portuguesa e da cidade florentina, todas geridas pelos Cambini (ATANÁZIO, 1983; RICHARDSON, 2009:

460). Os oragos da capela ilustravam a relação que manteve com três santos diretamente a ele ligados – a Santiago pelo nome, a Eustáquio pelo título cardinalício, e a Vicente pela relação com Lisboa –, circunstância que reproduzia a disposição gráfica do seu selo: Santiago à direita, São Vicente à esquerda, Eustáquio ao centro, com o busto da Virgem e do Menino em cima e as suas armas e o chapéu cardinalício por baixo, estando o conjunto envolvido pela legenda “SIGILLUM DOMINI JACOBI CARDINALIS SANCTI EUSTACHII” (COSTA, 1990c: 726; APFELSTADT, 2000: 190).

Após a consagração da capela, o túmulo foi guardado por um antigo escravo, de nome Bastião, que com ele tinha saído de Portugal (HARTT *et al.*, 1964: 42, 56 e 160; LOWE, 2010: 33). Nessa altura, como ainda hoje, o seu epitáfio lembrava a memória de uma vida, seguramente repleta de alegrias e de tristezas, de sucessos e de falhanços, de honras e de desonras. Que já ia em 25 anos, 11 meses e 10 dias.

LUÍS FILIPE OLIVEIRA
MÁRIO FARELO



Fig. 100. Selo do arcebispo D. Jaime de Portugal, 1456 agosto 16, cera. Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama*, mc. 3, n.º 52, PT/TT/CSEAL/M03/000052. ©ANTT



Fig. 101. Jacente do cardeal D. Jaime de Portugal, séc. XV. Florença, San Miniato al Monte (capela do cardeal D. Jaime de Portugal). Foto: Miguel Metelo Seixas.

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: BERLIÈRE, 1904; BISTICCI, 1970; *AS CARTAS*, 1958; *CDAV*; *LA CORRESPONDANCE D'ISABELLE*, 2009; *CUP*; *DER BRIEFWECHSEL*, 1995; KRUSE, 1996; *MÉMOIRES*, 1883-1888; *MH*; *MPV*; *OBRAS COMPLETAS*, 1975; *PORTUGAL ET BOURGOGNE*, 1995; “QUATRE LETTRES-MISSIVES”, 1964-1968; “VISITAÇÕES”, 1967-1969; **Estudos:** APFELSTADT, 1992; APFELSTADT, 2000; ATANÁZIO, 1983; BELOTTE, 1997; BOURDON, 1850; COELHO, 1993; COELHO, 2005; CORREIA, 2008; COSTA, 1977; COSTA, 1985; COSTA, 1986; COSTA, 1990a; COSTA, 1990c; FIERVILLE, 1874; FONSECA, 1982; FRÓES, 2005; GOMES, 2001; GOMES, 2006; GOMES, 2013; GUIDET, 1998; HANSMANN, 1993; HARTT *et al*, 1964; HAUTCOEUR, 1897; HUYGHEBAERT, 1966; KOCHL, 1996; LOWE, 2010; MARCHANDISSE, MASSON E SOMMÉ, 2016; MARE, 2000; MÄRTL, 1996; MOREAU, 1947; MORENO, 1979-1980; MORENO, 1997; NASCIMENTO, 2012; OLIVEIRA, 2009; PRIETZEL, 2001; RAMOS, 2015; REIFFENBERG, 1841; RICHARDSON, 2009; RODRIGUES, 2012; SERRÃO, 1963; SOLDANI, 2010; SOMMÉ, 1995; SOMMÉ, 1996; SOMMÉ, 1998; TOURNOY, 2006; VANDAME, 1907.

AFONSO NOGUEIRA (1460-1464)

As raízes de um prelado

Afonso Nogueira terá nascido em Lisboa em 1399, filho de Afonso Anes Nogueira e de Joana Vaz de Almada. O seu local de nascimento sinalizava a estreita relação que, desde a segunda metade do século XIII, a sua família mantinha com a urbe lisboeta. Como tantas outras famílias, crescera e ascendera socialmente graças ao serviço da Coroa, ao acesso a importantes cargos ligados à cidade e a uma inteligente estratégia matrimonial. Na igreja de São Lourenço de Lisboa sedeariam o panteão familiar, de que granjearem obter o respetivo direito de padroado, aí instituindo diversas capelas e morgados. Seu pai, Afonso Anes Nogueira, acabaria por conseguir a almejada nobilitação, fruto, como tantos outros, do apoio votado ao partido do Mestre de Avis (FARELO, 2007; FARELO, 2012a; SILVA, 2012a).

Uma vez nobilitado, integrou o conselho régio (1399-1425) e D. João I concedeu-lhe a alcaidaria-mor de Lisboa (1400-1426). A sua nova posição social levou-o a alterar as estratégias matrimoniais seguidas anteriormente pelos Nogueira, preferindo aliar-se com uma família da mercancia olisiponense, também ela chegada recentemente à nobreza, os Almada, na pessoa de Joana Vaz de Almada. O casamento gerou uma descendência considerável, formada por quatro filhos varões, Álvaro, Rui, Afonso e Gomes, e por quatro filhas, Violante, Maria, Constança e Teresa (SILVA, 2012a: 107-108; SILVA, 2016: 168-169).

A nobilitação de Afonso Anes Nogueira permitiu aos filhos frequentarem e conviverem diariamente na Corte. Aí aprenderam certamente a ler, a escrever, a dominar a gramática e, provavelmente, o latim, assim como a dançar e a

Afonso Nogueira

1399	Nascimento
1453-1460	Bispo de Coimbra
1460-1464	Arcebispo de Lisboa
1464	Morte

manejar as armas (SOUSA, 1993: 539). A formação recebida na Corte poderá ainda ter sido enriquecida desde cedo pelo espólio livresco conservado nas bibliotecas dos vínculos da família, embora os empréstimos documentados de livros da capela de Mestre Pedro, nomeadamente de Teologia, a Afonso Nogueira sejam mais tardios (SILVA, 2012a: 81).

Com o tempo, a presença dos filhos de Afonso Anes Nogueira no meio cortesão e a sua proximidade à família real ampliou-se e diversificou-se. Com efeito, a nova geração de Nogueiras não só passou a integrar o corpo de vassalos que servia na casa dos infantes, como encontramos alguns dos seus elementos envolvidos nos projetos expansionistas da Coroa e a desempenhar importantes e prestigiantes funções, como as de alcaide-mor de Lisboa e de conselheiro ou embaixador régio (SILVA, 2016: 167-168).

Entre os filhos de Afonso Anes Nogueira, o nosso biografado parece ter sido o único a frequentar a universidade. De acordo com a historiografia tradicional, Afonso Nogueira recebeu o grau de doutor em Cânones e Leis na Universidade de Bolonha. Tal afirmação poderá ter as suas raízes possivelmente nas palavras de Paulo de Portalegre que justifica a viagem de Afonso Nogueira a Itália, entre 1426-1427, devido à vontade do futuro prelado em prosseguir os seus estudos em Bolonha (PORTALEGRE, 2007: 91-92). No entanto, António Domingues de Sousa Costa, no seu exaustivo estudo sobre os portugueses na Universidade de Bolonha no século xv, não o refere entre os estudantes lusos aí documentados nesse período (COSTA, 1990c: I, 376, 616, 623-624). Também a documentação que reunimos não permite comprovar a presença de Afonso Nogueira em Bolonha ou no seu Estudo Geral. Teria Paulo de Portalegre cometido um erro na redação da sua crónica? Ou teria Afonso Nogueira abandonado o seu intuito inicial de prosseguir os estudos em Bolonha? Não sabemos.

Além disso, Afonso Nogueira nunca surge identificado com o grau de doutor. Na verdade, a documentação atribui-lhe apenas o grau de mestre e já para um período muito posterior, entre cerca de 1442 e 1451 (TT, *Viscondes de Vila Nova de Cerveira*, cx. 1, n.º 22, 25). Tal parece sugerir que o clérigo nunca chegou a concluir a sua educação universitária, ficando-se apenas pela formação recebida possivelmente no Estudo Geral de Lisboa. A aparente pouca vontade de Afonso Nogueira em concluir a sua formação académica, apesar de difícil de conhecer, parece pressupor uma maior atração por outros interesses, como veremos adiante.

De Lisboa a Vilar de Frades: a experiência religiosa nos Lóios (1420 – c. 1428)

A partir da nobilitação, os Nogueira começaram a desenvolver outras práticas devocionais e a aproximar-se de ordens e casas religiosas mais rigoristas e capazes

de um acompanhamento espiritual mais exemplar e prestigiante, normalmente ligadas à observância dominicana e apoiadas pelo poder régio. Afonso Nogueira foi o que esteve mais próximo dos novos movimentos reformistas (SILVA, 2016).

Efetivamente, a documentação compulsada não refere onde e quando Afonso Nogueira contactou pela primeira vez quer com os adeptos da observância quer com outros reformadores. No entanto, não será totalmente despiciente considerar que os primeiros contactos tenham ocorrido possivelmente em Lisboa e, sobretudo, na corte régia, ainda durante a sua mocidade. Seria nesse ambiente que Afonso Nogueira e os seus irmãos teriam conhecido provavelmente, entre outros, D. Gomes Anes, abade de Santa Maria de Florença (c. 1383-1459); Martim Lourenço (†antes 1437), teólogo e confessor do Infante D. Fernando (1402-1443) e mestre João Vicente, confessor e físico régio, futuro fundador dos lóios e bispo de Lamego e Viseu (1380-1463). De igual modo, deverão ter tomado, pelo menos, conhecimento sobre as tentativas perpetradas por frei Estêvão de Aguiar, futuro abade do mosteiro de Alcobaça (1431-1446) e frei Fernando Falcão no sentido de introduzir a observância beneditina em Portugal, assim como de outras propostas religiosas de renovação que circulavam pela Europa cristã e pelo próprio reino (COSTA, 1963b; PINA, 2011: 81).

Entre 1420 e 1423, Afonso Nogueira esteve presente, juntamente com mestre João Vicente e Martim Lourenço, nos primeiros encontros na igreja de São Julião de Lisboa, que precederam a fundação dos lóios. De igual modo, participou nas primeiras experiências de vivência comunitária da futura congregação ocorridas ainda em Lisboa, na igreja dos Olivais e, mais tarde, na de Campanhã, em território portugalense. Aquando da transferência da comunidade do Porto para Braga, aproximadamente entre 1424 e 1426, sendo ainda leigo, regressou a Lisboa com Martim Lourenço, possivelmente para assumir a administração dos vínculos herdados com a morte do pai. Em 1426, Afonso Nogueira partiu para Itália juntamente com os irmãos Rui e Gomes Nogueira (PINA, 2011: 84; SILVA, 2012a: 112).

Em Itália, parecem ter visitado primeiramente Roma por motivos devocionais e familiares, mas seguiram caminhos diferentes depois de obtidas as bulas que requeriam. Afonso Nogueira viajou por Florença, Luca, Pisa, Roma e, possivelmente, Veneza, a fim de obter os estatutos dos cônegos de São Jorge em Alga de Veneza, e vários privilégios papais para os futuros lóios (COSTA, 1986: 194-213, 219-220).

Uma vez obtidos os estatutos, Afonso Nogueira regressou a Roma para solicitar ao papa, a 31 de março de 1427, autorização para receber na cúria romana as ordens sacras pelas mãos de qualquer bispo. Seguidamente, a 26 de abril, Afonso Nogueira conseguiu a aprovação pontifícia da forma de vida dos cônegos de Vilar

de Frades e da entrega do mosteiro de Vilar de Frades feita pelo arcebispo de Braga à mesma congregação, logrando ainda para os cónegos a possibilidade de gozarem de indulgência plenária em artigo de morte. Por fim, a 1 de junho, o clérigo conseguiu, diretamente ou através de intermediários, a possibilidade dos clérigos de Vilar de Frades receberem igrejas paroquiais, colocarem nessas instituições membros da congregação como sacerdotes e de o prior poder absolver todos os seus pecados, mesmo nos casos reservados apenas ao bispo (COSTA, 1986: 206-207).

O sucesso de Afonso Nogueira na sua estratégia de apoio aos futuros lóios resultou, em parte, da proximidade mantida com D. Gomes Anes, o abade de Santa Maria de Florença, e a sua rede de influência, uma vez que a correspondência do abade permite verificar que este solicitou aos seus contatos na Cúria romana que apoiassem Afonso Nogueira e os seus projetos. Apesar de conseguir a aprovação pontifícia, Afonso Nogueira inicia a sua viagem de regresso ao reino sem as bulas, possivelmente devido às dificuldades financeiras com que se deparava e à urgência de regressar em ordem a participar na divisão da herança deixada pelos seus pais (COSTA, 1986: 202-206, 222-224).

Provavelmente em 1428, Afonso Nogueira encontrou-se com mestre João, Martim Lourenço, João Rodrigues e outros clérigos em Vilar de Frades e entregou-lhes o hábito, a capa azul e as constituições dos cónegos de São Jorge em Alga (COSTA, 1986: 208-209). De acordo com a crónica da congregação dos lóios, Afonso Nogueira pretendeu doar nesse momento os morgados que administrava aos lóios, mas os religiosos recusaram a doação e justificaram a sua atitude por pretenderem evitar o peso da administração dos morgados e manter a paz das suas consciências (PINA, 2011: 111).

Os relatos dos acontecimentos ocultam certamente tensões e diferentes perspetivas sobre o futuro da congregação que hoje nos escapam. Desconhecemos, com efeito, as razões do afastamento inicial dos fundadores lóios de Lisboa e parece claro o seu distanciamento face aos projetos de Afonso Nogueira e, talvez, o seu desejo de independência face à família do futuro arcebispo. Seja como for, o facto é que a recusa da proposta de Afonso Nogueira precipitará o seu abandono da congregação. A sua nomeação, em 1430, para o reitorado de São João da Praça e o facto de Paulo de Portalegre – sublinhando a perseverança dos membros da congregação até à emissão da bula que confirmava a sua forma de vida, que apenas ocorre em 1430 – não incluir Afonso Nogueira entre os fundadores da congregação parece fazer recuar o momento da sua saída, provavelmente para pouco depois do encontro de 1428 (SILVA, 2016: 179-180).

Mesmo após a saída dos lóios, Afonso Nogueira mantém contatos com a congregação. Assim o obrigou, aliás, o desempenho das funções de arcebispo de

Lisboa, a partir de 1460, sabendo-se como procedeu à confirmação de doações e à resolução de questões sobre a cobrança de tributos nas igrejas ligadas aos conventos da congregação localizados na diocese (PINA, 2011: 111).

O regresso a Lisboa e à Corte: a carreira benéfical e o serviço ao rei (c. 1428-1453)

Mais difícil se torna conhecer o percurso do clérigo e as suas atividades durante o período que medeia entre a sua saída dos cónegos azuis e a ascensão à mitra conimbricense, uma vez que a documentação se revela menos expressiva e por vezes lacunar. Apesar disso, os dados disponíveis parecem apontar para duas linhas norteadoras do percurso de Afonso Nogueira entre c.1428 e 1453: o desenvolvimento da carreira benéfical e o serviço do rei.

Com efeito, encerrado o capítulo dos lóios, Afonso Nogueira regressa a Lisboa para administrar os seus bens e morgados e procurar desenvolver a sua carreira benéfical. Em 1430, Afonso Nogueira é nomeado por Nuno Fernandes para o reitorado da colegiada de São João da Praça de Lisboa. Alguns anos mais tarde, em 1436, Eugénio IV nomeia-o acólito e capelão pontifício, mas o clérigo parece não ter ficado satisfeito com as rendas do cargo de capelão. Numa carta enviada a D. Gomes, a 24 de maio de 1437, Afonso Nogueira afirmava que as rendas da capelania lhe prestavam pouco e preferia que fosse frei João de São Lourenço a usufruí-las, pelo que pedia ao abade para apoiar a nomeação do religioso para o cargo de capelão pontifício. Afonso Nogueira lograria alcançar os seus intentos, vindo a desempenhar as funções de protonotário apostólico (1442-1451), até as abandonar com a sua ascensão ao episcopado (SILVA, 2016: 181-182).

Concomitantemente, a estratégia de afirmação social de Afonso Nogueira passou ainda, tal como os seus familiares, pelo serviço ao monarca. De acordo com a documentação reunida, Afonso Nogueira serviu D. Duarte em assuntos relacionados provavelmente com a esfera eclesiástica, uma vez que, numa carta de 24 de maio de 1437, o clérigo comunicava a D. Gomes que o rei lhe entregara uma súplica para enviar ao papa, súplica que ele remetia nesse momento ao referido abade (COSTA, 1986: 213).

Com a morte de D. Duarte, Afonso Nogueira parece desempenhar um papel de certa importância no cenário político, apoiando inicialmente a regência de D. Leonor, na linha, aliás, de outros clérigos cortesãos importantes, como D. Fernando da Guerra, arcebispo de Braga. Todavia, Afonso Nogueira, mais uma vez seguindo D. Fernando da Guerra e outros clérigos proeminentes, acabaria por transferir o seu apoio para a fação dos infantes. Em 1442, as Cortes de Lisboa atribuíram a regência ao infante D. Pedro e tornou-se necessária a

aprovação da rainha sobre as decisões tomadas e a presença do futuro rei. De acordo com Rui de Pina, Álvaro Gonçalves de Ataíde foi enviado a Alenquer para solicitar a presença da rainha e de D. Afonso V nas Cortes e, após o seu insucesso, foi enviado Afonso Nogueira, o qual viu igualmente logrado o seu intento (SILVA, 2016: 182-183).

Não sabemos se a posição inicialmente tomada por Afonso Nogueira e a sua posterior mudança para o lado do infante D. Pedro contribuíram para fomentar divisões a nível familiar ou redirecionar ou enfatizar o apoio de outros familiares à causa do duque de Coimbra. Não obstante, no período final da disputa pela regência entre D. Leonor e D. Pedro, Mem de Brito, sobrinho de Afonso Nogueira, participou na campanha no Crato contra os partidários da rainha D. Leonor (SILVA, 2012a: 117).

Após a ascensão ao trono de D. Afonso V, Afonso Nogueira atingiu o auge no serviço régio, vindo a desempenhar, tal como o seu pai e avô, as funções de membro do conselho régio e a apoiar os embaixadores enviados por Frederico III a Portugal, em 1451, para realizar o seu casamento com D. Leonor e receber a infanta. O serviço e a proximidade ao monarca possibilitaram a Afonso Nogueira obter vários privilégios para si e para os seus apaniguados, sendo o melhor exemplo disso o apoio que recebeu provavelmente para chegar à mitra de Coimbra (1453) e, mais tarde, à de Lisboa (1460). É nesta última que nos centraremos, aguardando, aliás, estudos mais pormenorizados sobre a sua presença em Coimbra, ainda pouco conhecida e estudada (SILVA, 2016: 184-193).

A chegada à Sé de Lisboa (1460-1464)

Quando encontramos D. Afonso Nogueira já no exercício de funções episcopais, sobretudo em Lisboa, o seu comportamento e a sua ideia de reforma parecem ser já muito diferentes dos da sua juventude, comungando do perfil de prelado e da visão de reforma que parecem caracterizar o episcopado português da primeira metade do século xv. Para Afonso Nogueira, a ideia de reforma passaria agora por uma “reforma em continuidade” (CARVALHO, 1995: 638-639), assente no reforço da via institucional, na defesa da jurisdição do bispo, na afirmação da figura episcopal como agente veiculador dessa reforma e na rejeição de propostas de natureza mais radical.

Nesse sentido, D. Afonso Nogueira acabaria por alinhar com outros prelados, alguns mesmo próximos ou familiares do rei, que suspeitavam e temiam que o apoio dado pela Coroa aos novos movimentos reformadores ou a participação régia na reforma da Igreja pudessem cercear as liberdades e os privilégios do clero. É disso exemplo a sua colaboração ativa com a facção de D. Fernando

da Guerra, pelo menos numa fase inicial, no combate contra a legacia de D. João Galvão, bispo de Coimbra (SILVA, 2016: 186-187).

D. Afonso Nogueira não se ocupou apenas desse assunto durante o curto período em que chefiou a arquidiocese de Lisboa. Desde o início, em 1460, o prelado preocupou-se com o governo da sua diocese, delineando uma estratégia para a reformar e empenhando-se na sua concretização, sendo possível conhecê-la um pouco melhor através das atas das visitas pastorais que chegaram até nós.

Durante o seu episcopado, o prelado nomeou delegados com uma regularidade aparentemente anual, como vinha sendo tradição na diocese, para visitarem as igrejas sob a sua jurisdição (“VISITAÇÕES”, 1967-1969: 167). As visitas pastorais tinham como principais funções determinar o estado dos bens eclesiais, promover a doutrina cristã entre os clérigos e os fiéis e conhecer os comportamentos morais e as práticas religiosas dos clérigos e fregueses. Tudo a fim de identificar e corrigir *in loco* os desleixos e os desvios às determinações dos concílios e da legislação episcopal (CARVALHO E PAIVA, 2000: 365-366).

Terminadas as visitas, os prelados dispunham de uma visão mais clara sobre a vida religiosa da sua diocese, com uma rigorosa percepção dos problemas que a assolavam. Para lhes fazer frente, alguns prelados republicavam normas gerais determinadas pelos seus predecessores, por vezes revistas e atualizadas segundo a sua vontade, ou promulgavam novas determinações para resolver os problemas identificados, sendo a legislação episcopal emitida designada como *visitações gerais*. As normas eram, então, difundidas nas visitas seguintes por todos os locais da diocese, com a obrigação de serem lidas à comunidade num dos domingos de cada mês – durante o episcopado de D. Afonso Nogueira no primeiro domingo do mês – para que os fiéis e os clérigos soubessem o que o prelado mandava fazer na igreja e para o serviço de Deus (“VISITAÇÕES”, 1967-1969: 125, 158, 160-161). Além disso, os prelados poderiam ainda convocar os clérigos sob a sua jurisdição para um sínodo, a fim de formularem e aprovarem, conjuntamente, nova legislação sobre a vida diocesana, as constituições sinodais.

D. Afonso Nogueira agiu igualmente a esse nível, uma vez que, em meados de 1462, tinha já preparadas umas novas constituições, resultantes de um sínodo realizado possivelmente na Quaresma desse ano, as quais tencionava publicar apenas depois de terminar a visita pastoral e a limitação de todo o arcebispado. Entretanto, o prelado, homem precavido, aproveitou essa visita para promulgar e divulgar um conjunto de normas gerais (as *visitações gerais*), que deveriam dar resposta a alguns problemas, possivelmente aqueles que consideraria mais graves (“VISITAÇÕES”, 1967-1969: 158, 162).

Desconhece-se o texto destas constituições sinodais, que parece nunca ter chegado a publicar, uma vez que as visitas pastorais posteriores continuam a referir-se apenas às constituições sinodais de D. João Afonso de Azambuja, pelo menos até à promulgação das constituições de D. Jorge da Costa (antes de c. 1482). Teria D. Jorge da Costa aproveitado as normas sinodais de D. Afonso Nogueira para a redação das suas *visitações gerais* ou constituições sinodais? Não sabemos (“VISITAÇÕES”, 1967-1969: 112-131, 158-162; VENTURA, 2006b: 207).

Certa foi a preservação do texto das *visitações gerais* de D. Afonso Nogueira. A sua leitura permite verificar que Afonso Nogueira parecia compartilhar *grosso modo* das inquietações que assolaram outros prelados da diocese ao longo da centúria, principalmente no que dizia respeito à administração dos sacramentos aos fiéis, à celebração do ofício divino e à gestão das instituições eclesíásticas (“VISITAÇÕES”, 1967-1969: 112-131, 158-162; VENTURA, 2006b: 207).

D. Afonso Nogueira assumiu, à semelhança de D. Pedro de Noronha, a garantia da administração dos sacramentos aos fiéis como uma das principais linhas orientadoras do seu episcopado. Não obstante, ao contrário deste seu antecessor, mais preocupado com o batismo e, sobretudo, com a confissão, D. Afonso Nogueira fez incidir as suas determinações principalmente sobre o casamento e o combate à barregania. Quanto aos restantes sacramentos, possivelmente alvo de menor resistência por parte dos fiéis, encontramos apenas algumas determinações que visavam reforçar a necessidade de cumprimento da confissão e comunhão anuais (“VISITAÇÕES”, 1967-1969: 112-131, 158-160).

Outro grande objetivo de D. Afonso Nogueira, à semelhança de D. Pedro de Noronha, foi assegurar a celebração do ofício divino e o cumprimento dos sufrágios adscritos às igrejas e capelas da diocese, bem como fazer adequar a vida e os comportamentos dos clérigos da diocese ao estatuto eclesíástico e à doutrina cristã (“VISITAÇÕES”, 1967-1969: 116, 119, 124, 129, 158, 161). O prelado dedica ainda a sua atenção às condições materiais que sustentavam o culto litúrgico, começando por tentar assegurar a conservação e a administração correta do património eclesíástico. O cuidado de D. Afonso Nogueira com a gestão dos rendimentos eclesíásticos far-se-ia igualmente sentir na vigilância pelo cumprimento das disposições testamentárias e pela legitimidade dos peditórios (“VISITAÇÕES”, 1967-1969: 158-162).

Por fim, o arcebispo aproveitava para combater algumas práticas, hábitos e comportamentos dos fiéis contrários à doutrina cristã. É disso exemplo o combate aos feiticeiros, idólatras, adivinhadores e aos homens que lançavam sortes com chumbo, cera ou outros materiais, proibindo a sua presença e estadia nas igrejas (“VISITAÇÕES”, 1967-1969: 159-160).

No entanto, a leitura conjunta dos artigos das *visitações gerais* de D. Afonso Nogueira e D. Jorge da Costa parece sugerir que os problemas se mantiveram no episcopado seguinte. A estratégia de D. Afonso Nogueira para reformar a diocese poderá ter passado por outras medidas, ainda pouco conhecidas, como por exemplo a delimitação de paróquias, uma vez que o prelado afirmava nas suas *visitações gerais* que se encontrava a limitar o arcebispado (“VISITAÇÕES”, 1967-1969: 158-162; VENTURA, 2006b: 212-215).

A herança familiar: as capelas, os morgados e a colegiada de São Lourenço de Lisboa

Em 1464, em Lisboa, possivelmente quando começaram a surgir os primeiros surtos de peste, D. Afonso Nogueira preferiu manter-se afastado da cidade a fim de escapar à doença, mas o resultado não seria o desejado. Com efeito, em Alenquer, a 8 de junho desse mesmo ano, morreria vítima de peste (ALMEIDA, 1967-1971: I, 513). Desconhecemos se antes da sua partida para Alenquer, ou se durante a sua estadia na vila ou, mesmo, se em qualquer outro momento chegou a redigir ou a ordenar a redação de algum testamento. Se não podemos conhecer quais seriam as suas últimas vontades, o mesmo não podemos afirmar sobre as suas opções devocionais e a estratégia religiosa que seguiu até à sua morte. Ambas firmemente centradas, sobretudo depois da sua passagem pelos lóios, no regresso à estratégia espiritual, aos centros religiosos tradicionais – as capelas e a igreja de São Lourenço – e às práticas devocionais da sua família, bem como na salvaguarda e reforço do poderio simbólico da sua linhagem.

Nos finais da década de 20 do século xv e depois da morte dos seus pais, Afonso Nogueira herdara a administração das capelas de Joana Vaz de Almada, de Constança Eanes Palhavá e o morgado de Mestre João das Leis. A morte dos seus irmãos Rui e Gomes, na década seguinte, levou-o a herdar a administração dos morgados de Mestre Pedro, de D. Afonso Dinis, de D. João e de Maria Afonso. Deste modo, Afonso Nogueira seguia a estratégia dos seus antecessores, e iniciada pelo seu avô Mestre João das Leis, de acumular o maior número possível de vínculos da família, mesmo que isso significasse contrariar as normas de sucessão dos fundadores (SILVA, 2012a: 110-111).

No entanto, a ascensão de Afonso Nogueira ao episcopado obrigou o prelado a resolver as incompatibilidades entre a administração de alguns morgados e a sua entrada na carreira episcopal e, principalmente, a preparar a sucessão dos vínculos da família. Certamente por não dispor de descendentes diretos, a solução escolhida foi a passagem da administração do morgado de Mestre Pedro e, provavelmente, do de D. Afonso Dinis e de outros bens para as mãos do seu sobrinho Mem de



Fig. 102. Capela gótica na igreja de São Lourenço de Lisboa, séc. XIV, pedra. Lisboa, Igreja de São Lourenço. ©CML. Foto: Paulo Almeida Fernandes.

Brito, o primogénito de Violante Nogueira sua irmã, não sem antes garantir que conservaria a administração dos morgados até à sua morte e que os descendentes de Mem de Brito viriam a carregar o apelido Nogueira (SILVA, 2012a: 115-116).

Afonso Nogueira também procurou preservar o património simbólico e o prestígio da linhagem, embora de forma mais modesta, através da sua sobrinha Joana Almada, também ela filha de João Afonso de Brito e de Violante Nogueira. O prelado doou a Fernão Martins de Sousa, filho de Luís Álvares de Sousa, 200 mil reais brancos em dote com a sua sobrinha para fazer um morgado, mas salvaguardando, entre outros aspetos, que o administrador do novo vínculo seria obrigado a usar o nome e as armas dos Nogueira (TT, *Viscondes de Vila Nova de Cerveira*, cx. 7, n.º 1, f. 53).

Depois da sua experiência nos lóios, o regresso de Afonso Nogueira à estratégia religiosa da sua linhagem e, talvez não menos importante, a mudança da sua visão sobre o rumo que a reforma deveria seguir, levou-o também a favorecer a igreja de São Lourenço, sobretudo a partir da década de 1450, como revela a nomeação de Fernando Anes, prior de São Lourenço (1450-1465) para vigário da Sé. A ligação do prelado à igreja observa-se igualmente através de elementos

simbólicos, como seja a utilização da figura de São Lourenço nas matrizes sigilares dos seus selos, enquanto bispo de Coimbra e arcebispo de Lisboa. Tal prática revelava como a figura do mártir continuava a ser um símbolo da identidade da família (SILVA, 2012a: 114-115).

Em dezembro de 1455, antecipando a morte, o clérigo preferiu perpetuar a sua memória na colegiada de São Lourenço e, em menor escala, no mosteiro do Salvador de Lisboa. Afonso Nogueira instituiu a celebração de doze missas pela sua alma e pela daqueles de quem recebera bem.

Dez das missas deveriam ser oficiadas no primeiro dia de cada mês na igreja de São Lourenço, enquanto as duas restantes deveriam ser antes cantadas nos dias 10 de março e 25 de dezembro dentro da igreja do mosteiro dominicano do Salvador. O prelado regulamentava que a missa de Natal deveria ser acompanhada por órgãos. Caso não fosse possível celebrar a missa nesse dia, o clérigo estipulava que a cantassem nos dias imediatamente seguintes, ou seja, no de Santo Estêvão ou no da festa de São João Evangelista (TT, *Hospital de S. José*, lv. 62, f. 42).

No entanto, ao contrário da relação de proximidade que D. Afonso Nogueira manteria com a colegiada até à sua morte, a relação do prelado com as freiras do Salvador viria a deteriorar-se bastante durante o período em que governou os destinos da arquidiocese de Lisboa, devido à sua intervenção no conflito entre o mosteiro e o provincial dos frades pregadores. A questão, na verdade, não se resolveria em vida do prelado, mas tal facto não o impediu, como vimos, de também aí afirmar a sua autoridade e fazer perpetuar a sua memória.

GONÇALO MELO DA SILVA



Fig. 103. Selo do arcebispo D. Afonso Nogueira com a legenda *S(gillvm) r(everendissi)mi patris d(omni) Alfonsi Nogueira archiepiscopi Vlixbonensi(s), 1461 abril 15, cera. Madrid, AHN, Sigil-Sellos, C. 98, n.º 13. ©AHN*

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: PORTALEGRE, 2007; “VISITAÇÕES”, 1967-1969; **Estudos:** ALMEIDA, 1967-1971; CARVALHO, 1995; CARVALHO E PAIVA, 2000; COSTA, 1963b; COSTA, 1986; COSTA, 1990c; FARELO, 2007; FARELO, 2012a; PINA, 2011; SILVA, 2012a; SILVA, 2016; SOUSA, 1993; VENTURA, 2006b.

JORGE DA COSTA

(1464-1500)

D. Jorge da Costa é habitualmente conhecido como “Cardeal de Alpedrinha”, “Cardeal de Lisboa” ou “Cardeal de Portugal”.

O Pe. Francisco de Santa Maria (1653-1713), que estudou o percurso do futuro cardeal, envolve a sua biografia numa quase predestinação, juntando-se a muitos outros cujas informações contraditórias fundamentam mais interrogações do que certezas.

D. Jorge da Costa nasceu em Alpedrinha, talvez em 1406? e morreu em Roma, em 1508.

Seu pai foi, provavelmente, Martim Vaz, mas as dúvidas subsistem quanto à mãe: Maria Anes da Costa ou Catarina Gonçalves da Costa. O *status* familiar de D. Jorge, importante na época e frequentemente esgrimido nos meios eclesiásticos, permanece incerto: seria de “má condição” (Garcia de Resende, “gente muito baixa, popular e pobre” (Damião de Góis) ou gente nobre e abastada (D. António Caetano de Sousa e Francisco Nunes Franklin); ou seriam, simplesmente e para não entrar em polémica, “pais honrados e tementes a Deus”, como escreveu Francisco de Santa Maria.

Jorge da Costa

1406?	Nascimento
1463-1464	Bispo de Évora
1464-1500	Arcebispo de Lisboa
1477-1484	Cardeal-presbítero dos Santos Mártires Marcelino e Pedro
1484-1491	Cardeal-presbítero de Santa Maria de Trastevere
1486	Cardeal-presbítero de Santa Cecília
1489-1491; em comenda (1491-1508)	Cardeal-presbítero de São Lourenço in Lucina
1491-1501	Cardeal-bispo de Albano
1501-1503	Cardeal-bispo de Frascati
1503-1508	Cardeal-bispo de Porto e Santa Rufina
1508.9.19	Morte



Fig. 104. Nuno Gonçalves (act. 1450-1492), Painel do Arcebispo dos Painéis de São Vicente, [1460-1470], Óleo e Têmpera (?) sobre madeira de carvalho, 206x128,3 cm. Lisboa, MNAA, n.º inv. 1364 Pint. © DGPC/ADF Foto: Luísa Oliveira / José Paulo Ruas

Por volta de 1420, e possivelmente pela mão de um tio, entrou como estudante no hospital de Santo Elói. Aí se irão instalar, em breve, os Cónegos de São João Evangelista, uma congregação de forte pendor reformista, com grande exigência intelectual, doutrinal e ascética, fundada em tempos de D. João I. Com eles, o futuro Cardeal irá estudar latim, filosofia e teologia e se fortaleceu na fé e nas práticas de piedade.

Foi nessa família religiosa que, por influência do Pe. João Rodrigues, um dos fundadores daquela congregação, recebeu a ordenação sacerdotal, com cerca de 26 anos. E aí mesmo, já ordenado capelão, teria leccionado também as disciplinas de Latim, Filosofia e Teologia.

Depois de passar, como arcepreste, pela colegiada de Santarém, Jorge da Costa entra na corte em 1445, como mestre da infanta D. Catarina (n. 1436), filha de

D. Duarte. Fosse qual fosse o processo que levou o jovem presbítero a ser escolhido pelo regente D. Pedro para mestre de sua irmã, podemos contar com o prestígio que, na corte, aufeririam os Cónegos de São João Evangelista e a marca da zelo espiritual e solidez doutrinal que continuavam a imprimir na sua acção apostólica.

Jorge da Costa foi, não só mestre da infanta, mas seu confessor, assim como de D. Joana (filha póstuma de D. Duarte) e do infante herdeiro, o futuro D. Afonso V. Tendo D. Catarina falecido no mosteiro de Santa Clara de Lisboa (em 1463), o seu corpo foi sepultado no mosteiro de Santo Elói, em túmulo mandado fazer por D. Jorge, na qualidade de seu testamenteiro, na capela de Nossa Senhora da Glória. Nessa capela, um retábulo representava, em tamanho natural, D. Catarina e D. Jorge. E terá sido a profunda e duradoura afeição à infanta que inspirou a escolha das suas “armas de fê”: a roda das navalhas de

Santa Catarina de Alexandria em campo azul (talvez em consonância com o hábito dos cônegos seus mestres).

D. Jorge da Costa parece ter mantido uma atitude discreta em relação aos conflitos que, na corte e no reino, acabariam por conduzir à batalha de Alfarrobeira. É provável que, tal como alguns dos cônegos de que conhecemos o alinhamento, mostrasse simpatia pelo “bando” de D. Afonso V, de quem era confessor. Todavia, não sabemos desde quando este o tem como membro predilecto do seu conselho. Certo é que a sua

nomeação como bispo de Évora, em 1463, só poderia ter acontecido com o aval do monarca, que nesses anos, e na continuidade da política de seu pai, se revelava tão interventivo nas questões eclesiásticas. O mesmo se poderá afirmar da sua nomeação para arcebispo de Lisboa, em 1464. É ainda de destacar o empenho de D. Afonso V junto do papa Sisto IV para que lhe fosse concedida a dignidade cardinalícia, em 1477, com o título de cardeal dos Santos Mártires Marcelino e Pedro.

Temos vindo a seguir o percurso de D. Jorge na corte, no círculo mais restrito dos conselheiros e amigos de D. Afonso V. Aí inicia o seu percurso como grande senhor eclesiástico, com benefícios e rendas inerentes, os quais, por vezes, provocaram grande polémica, como foi o caso da comenda da abadia de Alcobça, cujo processo chega ao reinado de D. Manuel.

D. Jorge da Costa acumulava, pois, mercês régias e honras temporais inerentes à sua condição e segundo o costume da época. Será esta uma faceta que se irá acentuar no “tempo romano” da sua vida, a partir de 1480 e até à sua morte. Um grande senhor eclesiástico cuja progressiva ascensão se justifica pelos serviços prestados ao rei e à Coroa do reino, isto é, a Portugal, mas também à Igreja, em diversos planos.

Trata-se, pois, de uma carreira eclesiástica impulsionada pelo monarca e consolidada com vastas mercês bem documentadas, tendo em conta diversos serviços na corte, missões de política externa à cúria romana e a Castela (negociações para alianças matrimoniais). Não será de somenos ter acompanhado o



Fig. 105. Selo do arcebispo D. Jorge da Costa, 1471 janeiro 18, cera. Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santa Marinha do Outeiro de Lisboa*, mc. 5, n.º 183, PT/TT/CSMOL/M05/183. ©ANTT



Fig. 106. Pedra de armas e pintura armoriada da capela funerária do cardeal D. Jorge da Costa, séc. XV, pedra. Roma, Santa Maria del Popolo. ©Basilica parrocchiale Santa Maria del Popolo. Foto: Miguel Metelo Seixas

monarca na expedição africana de 1463-1464 na qualidade de bispo de Évora e de membro do conselho régio.

Em 1471, D. Afonso V parte novamente para África, deixando no reino vários senhores da sua confiança entre os quais, provavelmente, D. Jorge, pois este receberá numerosas mercês em conjunto com outros senhores que foram na expedição; em 1475 irá acompanhar o rei na acção militar contra Castela.

O cardeal permanecerá em Portugal aquando da viagem de D. Afonso V a França (1476-1477), por certo como homem de confiança do rei para vigiar a acção do príncipe D. João, que ficara como regente.

Como é sabido, o objectivo da viagem não se realizou e o rei decide retirar-se para Jerusalém até ao fim dos seus dias, escrevendo mesmo cartas de abdicação em favor do seu filho. Em breve se arrepende e regressa a Portugal nos finais de 1477, retomando o trono.

Durante a ausência do monarca, D. Jorge da Costa pode testar o projecto político do príncipe, que não partilhava. O episódio contado por Duarte Nunes de Leão significa que o Cardeal Alpedrinha (como D. João o apelidava com displicência) detectou o perigo da animosidade do príncipe e que decidiu retirar-se para Roma, sob o pretexto de alguma missão diplomática, o que sucedeu em 1480. Tendo em conta o que sucedeu a outros grandes senhores, mesmo eclesiásticos, não será abusivo afirmar que partiu a tempo de salvar a vida. Durante 28 anos, isto é, até à sua morte, D. Jorge não sairá de Roma.

Discretamente, por estar doente, o Cardeal de Portugal chega a Roma em 14 de junho de 1480, tendo sido recebido pelo Consistório e pelo papa a 8 de Julho. D. Jorge irá ganhar a confiança da Cúria e fazer reconhecer as suas capacidades diplomáticas, pois em 1484 será designado como legado *a latere* a Veneza para restabelecer a paz entre as repúblicas italianas.

Nesse mesmo ano, temos provas de que o prestígio, agora em Roma, vinha acompanhado de títulos e benefícios inerentes: em 1484, recebe o título de

Cardeal de Santa Maria de Trastevere; em 1486, já com o título presbiteral de Santa Cecília, foi eleito camarlengo do colégio cardinalício e recebeu a guarda do respectivo selo. O seu bom conselho foi reconhecido pelos sucessivos papas, nomeadamente por Alexandre VI, que escutava sempre o seu conselho nos assuntos relativos a Portugal. Foi por sua influência que se decidiu a autorização para que os freires das Ordens Militares (1496) pudessem casar, assunto que se arrastava desde o segundo quartel do século xv; diversas bulas, indulgências e mobilização financeira para as guerras de África trazem também a marca do seu esforço.

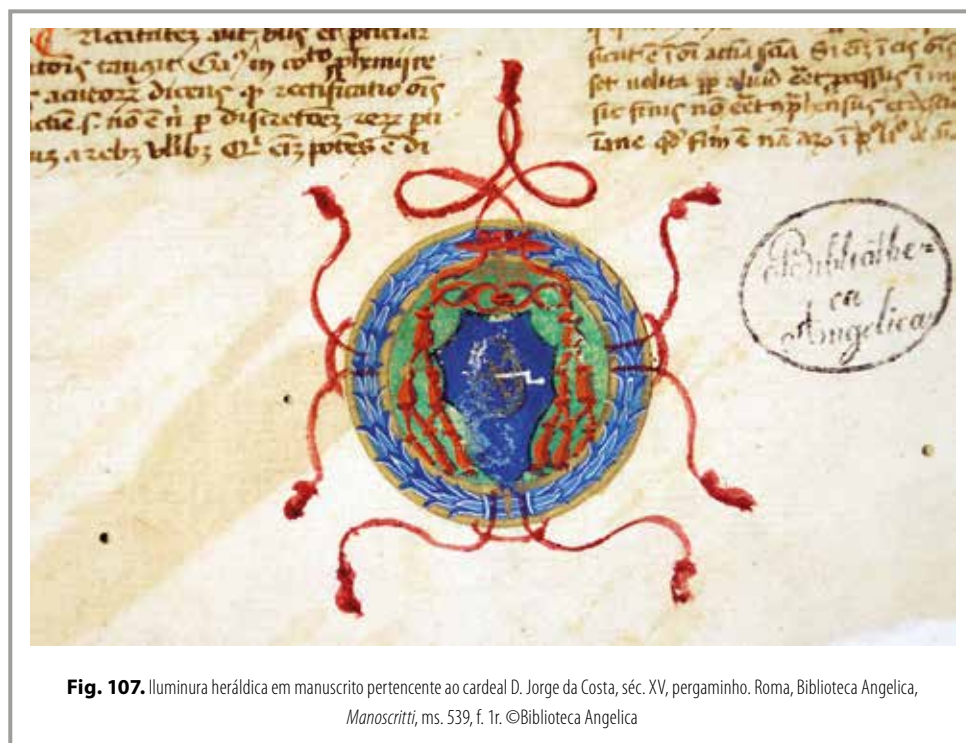
As capacidades negociais de D. Jorge da Costa foram postas ao serviço dos interesses portugueses em todas as conversações conducentes ao Tratado de Tordesilhas (1494). De facto, nem as reticências de D. Jorge relativamente ao projecto político de “preeminência real” de D. João II (mesmo na grave questão do beneplácito régio), nem a oposição à legitimação do bastardo D. Jorge, após a morte de D. Afonso (1491), com vista à herança do trono, a que D. Jorge se opunha veementemente, interferiram na sua dedicação à causa portuguesa.

Todavia, temos de assinalar que a dedicação a Portugal nunca foi interrompida. Logo em 1480 e já em Roma, é a D. João, ainda príncipe, que D. Jorge solicita auxílio financeiro para uma armada contra o turco; e nessa mesma carta declara-se fiel ao futuro rei de Portugal, muito embora saiba que ele não o considerava como tal. Assim, por exemplo, há que ter em conta que, na embaixada de “obediência” ao novo papa, Inocêncio VIII (1484), todos os pedidos de D. João II foram requeridos por D. Jorge; ou que a bula para a conquista de Azamor, dois anos depois, é concedida a seu pedido.

Por outro lado, e no plano pessoal relativamente ao monarca, registre-se a carta, carregada de conselhos espirituais e de mensagens de alento nas coisas públicas que D. Jorge dirige ao monarca e a D. Leonor por ocasião da morte do príncipe D. Afonso.

Mais tarde, é a ele que se devem as diligências para conceder ao bastardo D. Jorge a administração dos mestrados de Santiago e de Avis. Todavia, como atrás foi dito, o Cardeal de Portugal opôs-se à legitimação de D. Jorge, caminho aberto para a sucessão ao trono em detrimento do legítimo sucessor, D. Manuel, irmão da rainha, com a qual mantinha estrito contacto e que irá apoiar, mais tarde, na fundação das Misericórdias (1498).

Foram longas as diligências que iriam culminar no Tratado de Tordesilhas, num clima de grande tensão entre os Reis Católicos e D. João II, em que ambas as partes desejavam obter o aval papal para a divisão do mundo descoberto e a descobrir, conforme os interesses de cada um. D. Jorge da Costa só intervém na



fase final e sob orientação directa do rei, fazendo que Roma anule a primeira divisão, favorável a Fernando e Isabel. D. João II pressionou o papa com todos os protagonistas que conseguiu concitar (diversos reinos europeus e algumas repúblicas italianas) e o toque final, junto do papa e da Cúria, foi obra de D. Jorge da Costa.

Qualquer que seja a valoração de sucesso ou insucesso destas diligências por parte do Príncipe Perfeito, assim como do equilíbrio de várias facções existentes no reino, podemos sempre avaliá-las como de extrema lealdade aos interesses de Portugal e da Igreja.

D. Jorge permaneceu em Roma após a morte de D. João II, ao contrário de outros grandes senhores sobreviventes ou das suas linhagens, que se tinham exilado. Mas, ao contrário do que poderíamos supor, as relações entre ele e o novo monarca não serão as melhores, quicá porque D. Jorge, em vários escritos, não só dá a entender que D. Manuel lhe deve a coroa, mas também deixa transparecer que não o tem em grande apreço.

A mais grave questão entre ambos deriva da atribuição da arquidiocese de Braga, em 1501, após a morte de seu irmão, também ele Jorge, sem consulta ao

monarca. Esta questão faz lembrar outra, também com origem nas atribuições (ou trocas) de cadeiras episcopais entre ele e outro irmão, D. Martinho da Costa. De facto, D. Jorge recebera de D. Afonso V, em 1464, o arcebispado de Lisboa, *munus* que manteve depois de partir para Roma. Em 1498 foi substituído na diocese por seu irmão D. Martinho, mas só em 1500 irá renunciar oficialmente ao cargo. Tudo sem passar pelo assentimento do monarca, como é lembrado na crise aberta com a entrega do arcebispado de Braga. O papa e o colégio dos cardeais colocam o rei de Portugal

perante um facto consumado e nem os muitos esforços do monarca junto da Cúria anulam a decisão, que figura na bula de concessão de 29 de agosto de 1501. Seguem-se várias pressões do monarca para que ele desistisse dos benefícios recebidos. Não cabe aqui prolongar a narrativa deste longo episódio, que só mostra o poder de D. Jorge junto do papa, e que se prolonga até 1505, quando D. Jorge admite que o papa Júlio II nomeie D. Diogo de Sousa, então bispo do Porto, na condição deste bispado ser ocupado por seu sobrinho D. Diogo da Costa.

As querelas entre D. Jorge e D. Manuel reacendem-se em 1507, a propósito da reforma de um mosteiro de Santa Clara (em cidade que desconhecemos). Nas instruções para a embaixada de Roma, o monarca retira toda a confiança em D. Jorge.

Não sabemos mais sobre a sua formação para além de ser licenciado em Teologia, pelo menos desde 1462. Mas a subsequente carreira eclesiástica, iniciada no bispado de Évora logo no ano seguinte, permite-nos crer que não teria obtido o grau de doutor. Todavia, a sua competência na área da Teologia é reconhecida pelos papas: tanta que foi autorizado a conceder graus académicos.

Por outro lado, o seu interesse pelas letras, pelas artes e por aquilo que designamos por “cultura” não era somente o expectável como Cardeal Camarlengo ou como Decano do Colégio dos Cardeais, nomeadamente a decisão e supervisão de grandes obras então realizadas em Roma. A sua intervenção manifestava-se na protecção a familiares e amigos, possibilitando-lhes a frequência de prestigiadas universidades.



Fig. 108. Cruz processional com as armas de D. Jorge da Costa, séc. XV, metal. Lisboa, MNAA, n.º inv. 771 Met. ©DGPC. Foto: José Pessoa

Temos ainda de assinalar as remessas de livros para a biblioteca – dita *Livraria Antiga* – da arquidiocese de Braga, obras que viriam a ser utilizadas pelo seu irmão e homónimo D. Jorge da Costa. Dos 282 incunábulos de origem italiana (Siena, Bolonha, Roma e Veneza), muitos teriam sido doados pelo cardeal.

E assim entramos na última faceta de D. Jorge, por certo a menos documentada, estudada e valorizada: a sua acção pastoral.

A passagem pela diocese de Évora, onde sucede a D. Vasco Perdigão, é breve e parece não ter deixado grandes marcas (não achou pertinente reunir sínodo) para além da conclusão das obras do convento de Santa Clara com a confirmação de todas as suas rendas. Anos mais tarde, os cónegos da sé irão mesmo queixar-se da sua actuação.

Na diocese de Lisboa, D. Jorge sucede a D. Afonso Nogueira, que, na sua juventude, fora um dos fundadores dos Cónegos de São João Evangelista. Não será descabido supor a influência de D. Afonso Nogueira nesta nomeação, como não será impossível que D. Jorge tenha sempre mantido alguma relação de proximidade com essa família religiosa.

O facto é que o seu conhecimento da Igreja universal e da diocesana, assim como o seu zelo apostólico, bem vivos nas *Visitações Gerais* escritas entre 1462 e 1464 (que em tempos localizámos, identificámos e estudámos) pode ser atribuído a essa afinidade. Neste vasto documento, o arcebispo dá a orientação geral para as habituais visitas às igrejas do seu arcebispado, e parece ter servido para a elaboração de um regimento de visitantes, servindo também de base para as *Constituições Sinodais* de 1484, em sínodo reunido sem a sua presença, como veremos.

As *Visitações Gerais* constam de 45 capítulos em que está “tudo”, retomando as anteriores *Constituições Sinodais* de D. João Afonso de Azambuja (1404), mas acrescentando-as segundo as exigências do tempo presente, que era de reforma e que, aliás, tinha sido solicitada por D. Afonso V a Pio II, com resposta na bula de dezembro de 1460.

D. Jorge faz com lucidez o diagnóstico dos pecados, erros, abusos e desordens – antigos e novos – que necessitavam da sua urgente intervenção. Podemos retirar três linhas de força deste notável escrito: a primeira, será o seu zelo pastoral expresso numa didáctica de administração de sacramentos, combinada com o ensino continuado da doutrina; a segunda será a reorganização do serviço aos fiéis através da exigência do serviço divino devido pelos beneficiados; finalmente, como terceira linha de força, a defesa dos bens da Igreja (com doutrina sobre a sua função de sustentáculo do culto divino), que passa pela organização e guarda dos cartórios.

Como pano de fundo, a valorização da igreja matriz e do respectivo cura como garante do enquadramento de cada fiel na Igreja universal, não só em

termos institucionais, mas também em termos doutrinários. É na igreja matriz que se deve receber o batismo, a confissão, a comunhão e o matrimônio. Inicia-se então a organização do rol de confessados e comungados, cuja vigilância caberá ao bispo (não ao rei ou suas justiças como pretendia o monarca). É na igreja matriz que os fregueses deverão ouvir missa dominical e pregação. Nessa conformidade, fica vedado o uso litúrgico de oratórios e ermidas privadas, a não ser que recebam licença do cura.

Por tudo isto, estas Visitações Gerais, com a sua larga influência, asseguraram aos fiéis do arcebispado de Lisboa um esteio doutrinal e organizativo adequado aos tempos de grande mudança que se avizinhavam.

Há que notar que, ausente do reino, o Cardeal governava a sua diocese por meio de vigários gerais. Não descurou porém, a convocatória de um sínodo, reunido por volta de 1484. Retomando algumas ideias mestras das Visitações Gerais, aí estarão presentes, entre outros, temas como a residência dos beneficiados e a obrigação da confissão e comunhão anuais.

D. Jorge morreu com 102 anos. Teve tempo e quis preparar com antecedência e cuidado o seu próprio monumento tumular na igreja romana de Santa Maria *del Popolo*. Aí mandou gravar, em latim, um contido epitáfio que apresentamos em tradução: “Jorge, Bispo de Albano, Cardeal de Lisboa, reconhecendo a sua mortalidade, mandou em sua vida lavar para o seu cadáver, este sepulcro”.

Júlio II mandou gravar um outro epitáfio (que apresentamos em tradução). Perdoamos-lhe as naturais imprecisões pelo solene louvor a D. Jorge da Costa: “O português D. Jorge, bispo portuense, cardeal da Santa Igreja de Roma, lisbonense de virtude e saber, e por isso admitido no palácio real, elevou-se por



Fig. 109. Andrea Bregno (c.1418-1503), Estátua jacente do cardeal D. Jorge da Costa, início do séc. XVI, pedra. Roma, Igreja de Santa Maria del Popolo. ©Basilica parrocchiale Santa Maria del Popolo. Foto: Miguel Metelo Seixas.

grandes feitos obrados ao serviço de el rei tanto na sua pátria como fora dela; admitido ao senado e atraído a Roma por Sisto IV, alcançou grande renome pela sua piedade, talento e prudência durante o pontificado do papa Júlio II, que ele singularmente amou e serviu. Faleceu aos cento e dois anos de idade, em 1508”.

MARGARIDA GARCEZ VENTURA

[A Autora segue o acordo ortográfico anterior a 1990].

BIBLIOGRAFIA. Fontes Impressas: *CDAV*; GÓIS, 1949-1955; GÓIS, 1978; PINA, 1950; PORTALEGRE, 2007; RESENDE, 1991; SANTA MARIA, 1697; **Estudos:** MENDONÇA, 1991; PINA, 2011; VENTURA, 2012b.

MARTINHO DA COSTA (1500-1521)

D. Martinho da Costa nasceu em Alpedrinha, provavelmente em 1434 (MENDONÇA, 1991: 10), filho de Martim Vaz e de Catarina Gonçalves da Costa. Meio-irmão do cardeal e arcebispo de Lisboa D. Jorge da Costa, por parte do pai, usufruiu da proteção deste influente irmão no decurso da sua vida, designadamente na nomeação para o arcebispado de Lisboa, que o cardeal nele renunciou por bula de 28 de junho de 1500 (MENDONÇA, 1991: 48).

Muito se tem especulado acerca do estatuto social dos seus pais, chegando Damião de Góis a classificá-los de “gente mui baixa, popular e pobre” (GÓIS, 1949-1955: parte I, cap. XV, 35-36). Já Garcia de Resende, referindo-se ao cardeal D. Jorge, o diz como sendo “de má condição” (RESENDE, 1752: cap. XIX, 8). O que se sabe concretamente do pai, Martim Vaz, é que foi aposentado em 1463 por D. Afonso V, a pedido de D. Jorge, então bispo de Évora, apesar de não ter ainda 70 anos (TT, *Ch. D. Afonso V*, lv. 9, f. 150; MENDONÇA, 1991: 8). O cardeal D. Jorge da Costa terá nascido de um primeiro casamento de Martim Vaz, não se conhecendo o nome da mãe. Intitulando-se primeiro Jorge Martins, terá adotado, já tardiamente, o apelido da madrastra, com o qual ficou conhecido (MENDONÇA, 1991: 8). Quanto à segunda mulher de Martim Vaz, mãe de D. Martinho, Catarina Gonçalves da Costa era em 1505 proprietária em Alpedrinha de, pelo menos, um chão e duas vinhas (TOMBOS, 2009: 58, 61, 63).

O casal Martim Vaz e Catarina Gonçalves teve vários filhos, além de Martim Vaz ou Martinho da Costa (como se chamou depois de ascender ao arcebispado). De entre eles, destaque-se outro Jorge Martins ou D. Jorge da Costa, arcebispo de Braga entre 1486 e 1501; Catarina da Costa, que em 1468 casou

Martinho da Costa

1434 (?)	Nascimento
1500-1521	Arcebispo de Lisboa
1521.11.28	Morte

com Pedro de Albuquerque, alcaide-mor do Sabugal, com dote que lhe foi dado pelo cardeal seu irmão; Margarida Vaz da Costa, casada com Lopo Álvares Feio, de Alpedrinha, e mãe de dois bispos do Porto – Diogo Álvares Feio ou D. Diogo da Costa (nomeado em 1505, não chegou a tomar posse da diocese por ter morrido em 1507) e Pedro Álvares da Costa ou D. Pedro da Costa (bispo do Porto entre 1507 e 1535 e, posteriormente, bispo de Leon e bispo de Osma) –, bem como de Cristóvão da Costa, que foi tesoureiro-mor da Sé de Lisboa e será o testamenteiro do tio Martinho da Costa, de Gaspar da Costa, deão da Sé do Porto e, por fim, de Maria da Costa, que casará com o primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa (ARRAIS, 1934: 73-79; BNP, Cod. 1009-7; MOTA, 1929). Também irmão ou meio-irmão de D. Martinho foi João Vaz, casado com Margarida Anes, pai de Álvaro Vaz, cavaleiro da Ordem de Santiago e secretário de seus dois tios, arcebispos de Lisboa (ROSA, 2009: 194). Parece claro que a fortuna da família e a sua ascensão social se ficou a dever em grande parte à influência do cardeal D. Jorge, tanto em Portugal, na corte de D. Afonso V, como depois em Roma, na Cúria papal.

É provável que estes Costas, ditos de Alpedrinha, fossem também aparentados com os Costas de São Vicente da Beira, de que a figura mais ilustre foi D. Álvaro da Costa, guarda-roupa, camareiro e armador-mor de D. Manuel I, cujo terceiro casamento com a irmã de Carlos V negociou, o que lhe valeu o título de Dom, concedido por este rei pouco antes de morrer, para ele e toda a sua geração (ROSA, 2013: 16-18, 32-34, 125-126, 248-249).

Regressando a D. Martinho da Costa, convirá assinalar que da sua infância e juventude nada se sabe, nem sequer onde foi a sua formação escolar, mas em 1497, quando residente na Cúria romana, em súplica ao papa Alexandre VI para poder receber ordens sacras sem obrigação de observar os tempos canónicos, intitula-se “professor de sagrada Teologia” (*CUP IX*, 286-287). É possível que, tal como o cardeal D. Jorge, tenha sido educado no convento de Santo Elói de Lisboa, tanto mais que à data da sua morte ainda mantinha aposentos nos dois mosteiros de Lisboa dos cônegos de São João Evangelista, Santo Elói e São Bento de Xabregas (*CABIDO DA SÉ*, 1954: 91-92). Também o convento de Xabregas conservará “hum espinho da Coroa de Christo Senhor nosso, que deu para este convento o Arcebispo de Lisboa D. Martinho da Costa, irmão do Cardeal de Alpedrinha: guarda-se incluso ao comprido em hum viril de crystal, encaixado em húa Cruz de prata sobredourada, na qual se vê também húa fermosa relíquia do Santo Lenho: a Cruz he peça requissima, & com suma veneração, & estimação se guarda no Sacrário da cappella do Crucifixo” (SANTA MARIA, 1697: lv. II, cap. XXX, 487).

Poderá ter frequentado o Estudo Geral de Lisboa, mas não nos ficou qualquer registo da sua passagem por esta instituição. D. Rodrigo da Cunha diz que foi aluno da Universidade de Paris, mas até hoje nenhuma prova dessa frequência foi encontrada (CUNHA, 1635: 268). A verdade é que, no estado atual dos nossos conhecimentos, é tardia a primeira menção a Martim Vaz / Martinho da Costa na documentação, pois teria ele já mais de 40 anos quando, cerca de 1480, surge como procurador do irmão, o cardeal D. Jorge, então abade comendatário no mosteiro de Alcobaca (SANTOS, 1710: 299). Em data não determinada, sabemos que foi cônego e deão da Sé de Lisboa e chantre da catedral de Salamanca (GAMA, 1578: 354). Em 1500,

pouco antes de assumir o arcebispado de Lisboa, numa visitação à igreja de São Lourenço de Lisboa, como vigário-geral do irmão, intitula-se “Dom martinho da costa protonotário da sancta sse appostolica adiam e conigo na sse de lixboa provisor e vigairo gerall no sprituall e temporall por o Reverendissimo em Cristo padre e Senhor dom jorge por merçee de deus e da sancta igreja de Roma cardeall em ella bispo dalbano e arcebispo de lixboa meu Senhor...” (TT, *São Lourenço de Lisboa*, lv. 4, f. 33-34).

Como referido, em 1500, por bula do papa Alexandre VI, D. Jorge da Costa foi autorizado a renunciar no irmão o arcebispado de Lisboa. Tal renúncia não agradou ao rei D. Manuel, que não havia sido previamente informado da intenção do cardeal. Em carta de Roma do enviado Francisco Lopes, datada de agosto de 1501, por ocasião da nomeação do cardeal D. Jorge para arcebispo de Braga, na sequência da morte do irmão homónimo, o remetente escreve: “Requeri ao papa da parte de vossa Senhoria que oulhasse ao agrauo que avia feito tam pouco tempo avia no Arcebispado de lixboa”. O próprio rei, em carta ao cardeal, datada



Fig. 110. Assinatura do protonotário Martim Vaz, futuro arcebispo de Lisboa D. Martinho da Costa, na visitação à igreja de São Lourenço de Lisboa, 1500 junho 16, papel. Lisboa, ANTT, *Colegiada de São Lourenço de Lisboa*, lv. 4, f. 34, PT/TT/CSLL/L04. ©ANTT

de fevereiro de 1502, escreve que “Os dias passados eu tyue com justa causa muyto escandallo da forma em que quysestes que as cousas do arcebispado de lixboa pasasém, fasendo se nelas tam pouca mençam de mym como se nom teuera parte neste Reyno”. O rei acrescenta que “ainda se ajuntou pera mais paixam me acrecentar ver o pesar que ouuestes de ho arcebispo vosso irmão me querer seruir com seus beneficios, E ainda ate agora nom quisestes que ouuesse efeyto os a que os tenho dado” (*CDPI*, 25). Efetivamente, Diogo da Gama informará de Roma a D. Manuel, que o cardeal não pretendia abdicar dos rendimentos do arcebispado, reservando para si 3000 coroas ou, no mínimo, 2000 coroas (*CDPI*, 34). Mas, facto consumado, em junho de 1502, é D. Martinho da Costa, arcebispo de Lisboa, quem vai batizar na capela de São Miguel, no paço da Alcáçova, o príncipe D. João, futuro D. João III (Góis, 1949-1955: parte I, cap. LXII, 154).

Ao longo do seu episcopado participou nas cerimónias religiosas e régias que marcaram os vários acontecimentos no reino. Foi ele que em 1509 benzeu a primeira pedra do convento de Xabregas (MOTA, 1929), instituição da viúva de D. João II, a “rainha velha” D. Leonor, em quem teve sempre uma aliada. Também os estatutos do Hospital termal das Caldas da Rainha tiveram a sua assinatura em 1512 (CORREIA, 1930). Por duas vezes, em 1506 e em 1514, recebeu D. Manuel a Rosa de Ouro enviada pelos papas Júlio II e Leão X. De ambas, a cerimónia decorreu na Sé de Lisboa, oficiada por D. Martinho (*HGCRP* III, 327; CARNEIRO, 1937: 196-197).

Em dezembro de 1511 chegou a Lisboa o núncio do papa, Guilherme Caçador, que foi recebido em Alvalade por numerosa comitiva encabeçada por D. Martinho da Costa (BNP, Cod. 10851, f. 63). Trazia um breve de Júlio II convidando D. Manuel a enviar ao concílio, convocado para Latráo (1512-1517), os seus embaixadores, referindo concretamente o arcebispo de Lisboa. Mas, apesar de todas as insistências do papa, o rei não autorizou a ida de D. Martinho, argumentando com a muita falta que lhe fazia no Reino (BNP, Cod. 10851, f. 61v-62v).

Em setembro de 1517 recebeu em Lisboa as relíquias de Santa Auta, enviadas pelo imperador Maximiliano à rainha viúva D. Leonor, levando-as em procissão ao mosteiro da Madre de Deus: “Da praia foi a arca, em que vinham, leuada com solemne procissam ao mosteiro, e postas por dom Martinho da Costa, Arcebispo de Lisboa, em hum altar que na Egreja pera isso a Rainha donna Leonor mandou fazer” (Góis, 1949-1955: parte IV, cap. XXVI, 68-69).

Em 1518, é ele quem impõe, no paço da Ribeira, nos aposentos da rainha, o capelo de cardeal, enviado pelo papa Leão X por mãos de João Gonçalves da Câmara, ao infante D. Afonso (CORREIA, 1992: 143). Em finais desse ano, vai à fronteira do Caia buscar a irmã de Carlos V, D. Leonor, casada por procuração



Fig. 111. Autor desconhecido, Retábulo da chegada das relíquias de Santa Aute à Igreja da Madre de Deus, c.1522, Óleo sobre madeira de carvalho, 66,5x71,9 cm. Lisboa, MNAA, n.º inv. 1462 - B Pint. © DGPC. Foto: José Pessoa

com D. Manuel, casamento esse que ele celebra na vila do Crato em 24 de novembro de 1518 (Góis, 1949-1955: parte IV, cap. XXXIV, 84-89; CORREIA, 1992: 125-126). Em 1519 é nomeado capelão da infanta D. Isabel, futura mulher de Carlos V (TT, *Ch. D. Manuel*, lv. 35, f. 108) e, em 1521, depois de ter casado em abril, na Sé, a infanta D. Beatriz com o duque de Saboia, (na pessoa do seu procurador o senhor de Blaison), acompanha-a em agosto ao encontro do marido. Nas palavras de Garcia de Resende, que o conheceu, “Em companhia da senhora Infante mandou o muyto Reuerendissimo senhor dom Martinho da Costa, Arcebispo de Lisboa, Prelado muy principal, e de muyta autoridade” (RESENDE, 1752: 98v). Era ele a segunda figura da numerosa comitiva, tendo embarcado na maior nau depois da nau capitânia, onde ia o conde de Vila Nova de Portimão,



D. Martinho de Castelo Branco, capitão-mor e governador de toda a frota. Somente ele e o conde foram autorizados a assistir ao casamento por palavras de presente, oficiado em Nice pelo cardeal enviado do papa (GÓIS, 1949-1955: parte IV, cap. LXX, 184-189; CORREIA, 1992: 143-157).

Do seu *munus* pastoral enquanto esteve à frente da Sé de Lisboa, pouca informação nos chegou. Mesmo assim, pelo texto das visitas que conhecemos, percebe-se que D. Martinho da Costa não foi um pastor ausente. Anualmente, os seus enviados visitaram as freguesias da diocese, que era vasta, informando-se sobre a vida religiosa das comunidades e deixando recomendações sobre os desvios ou desleixos a corrigir. As suas preocupações centravam-se na instrução dos fiéis nos princípios fundamentais da fé, no cumprimento dos preceitos religiosos, na administração dos sacramentos, na celebração do culto divino, bem como no cuidado e administração dos bens e propriedades das igrejas. D. Martinho visitou pessoalmente algumas das paróquias da sua diocese: entre elas, conhecemos as visitas que fez a São Lourenço de Lisboa, em 1502, 1511 e 1517 (TT, *São Lourenço de Lisboa*, liv. 4), Santo André de Mafra, em 1504 e 1509 (“VISITAÇÕES”, 1978: 204, 217), Santiago de Óbidos, em 1504 e 1507 (“VISITAÇÕES”, 1989a: 262, 265) e São Miguel de Torres Vedras, em 1504 (“VISITAÇÕES”, 1995: 231). Porém, no seu tempo não foi reunido qualquer sínodo, nem publicadas constituições, seguindo D. Martinho as constituições sinodais do seu antecessor (ALMEIDA, 1967-1971: II, 363).

Por duas vezes esteve para receber o barrete cardinalício. Da primeira vez, em 1511-1512, chegou a estar indigitado, mas por interferência de D. Manuel, que pretendia o capelo para o filho, o infante D. Afonso, não o obteve (CDP I, 140-142, 168; GÓIS, 1949-1955: parte III, cap. XXIII, 98-100; BNP, *Cod.* 10851, f. 61v-62). Mais tarde, em 1520-1521, foi o próprio D. Manuel que intercedeu junto do Papa para o fazer cardeal (CDP II, 58), mas a morte alcançou-o antes de tal mercê lhe ser concedida. Efectivamente, D. Martinho morreu em Gibraltar, no regresso da viagem que levou a infanta D. Beatriz a Saboia, em 28 de novembro de 1521 (CORREIA, 1992: 157).

Quando a notícia oficial da sua morte chegou a Lisboa, em 5 de dezembro, o rei, que morreria poucos dias depois, “tomou muj grande sentymento segumdo mostrou com mujtas lagrymas e semtydas palavras (...) com supyta payxam que lhe entam chegou deu de mão a hua mesa do despacho a que estava assemtado dyzemdo o bom amjgo meo o Arcebispo muj cara me he vosa morte porque eu vejo bem a falta que vossa morte me fara” (CORREIA, 1992: 159). Nesse mesmo dia, “estando os conegos em matinas, se lhes deo a noticia que era morto o seo arcebispo D. Martinho em Gibraltar, vindo de Saboya, de acompanhar a infanta

D. Beatriz, filha d[e] ElRey D. Manoel, que casou com o duque, e logo mandarão convocar todos os cappittulares, e fazendo Cabbido, nomearão o arcepreste e douz conegos para fazerem inventario dos benz que achassem do dito arcebispo, assim nas cazas em que morava sobre a claustra da See, como nos dous mosteyros dos Loyoz, ainda que tinha deixado algumas, e para escrivão, o beneficiado da mesma Seé João Fernandez, e indo de tarde as ditas cazas já nellas acharão a hum juis dos órfãos com seo escrivão com alvará de[e] ElRey para fazer o dito inventario e os ditos conegos fizeram seo protesto de que ao Cabbido pertencia, digo, pertencia o dito inventario, porem que não podiam rezistir ao que ElRey mandava” (*CABIDO DA SÉ*, 1954: 91-92).

Um seu sobrinho, Cristóvão da Costa, tesoureiro-mor da Sé de Lisboa, mandou trasladar o seu corpo para Lisboa, onde o fez sepultar na sé, em 1558. Foi também Cristóvão da Costa que deu execução ao desejo testamentário do tio, edificando a capela de Santa Catarina em Alpedrinha, onde ele próprio foi enterrado em 1562 (BNP, *Col. Pombalina*, n.º 721). D. Martinho permaneceu, no entanto, na sé de Lisboa, tendo a sua sepultura desaparecido aquando do Terramoto de 1755. No início de século XVIII, Manuel Caetano de Sousa ainda a conheceu na capela-mor, com um epitáfio em que se lia: “Aqui jaz D. Martinho da Costa, Arcebispo de Lisboa, primeiro deste nome, o qual vindo de Saboya, adonde havia levado a Infante, faleceu em Gibraltar, e foy trasladado por Christovão da Costa Thesoureiro desta Sé, seu sobrinho. Era de 1558” (SOUSA, 1725: 343-344).

MARGARIDA LEME

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: *CABIDO DA SÉ*, 1954; CARNEIRO, 1937; *CDP*; CORREIA, 1992; CUNHA, 1635; *CUP*; GAMA, 1578; GÓIS, 1949-1955; *HGCRP*; RESENDE, 1752; SANTA MARIA, 1697; SANTOS, 1710; SOUSA, 1725; *TOMBOS*, 2009; “VISITAÇÕES”, 1970-1971; “VISITAÇÕES”, 1978; “VISITAÇÕES”, 1989a; “VISITAÇÕES”, 1995; **Estudos:** ALMEIDA, 1967-1971; ARRAIS, 1934; CORREIA, 1930; MENDONÇA, 1991; MOTA, 1929; ROSA, 2009; ROSA, 2013.

AFONSO DE PORTUGAL

(1523-1540)

O Cardeal-Infante D. Afonso de Portugal nasceu em Évora, a 23 de Abril de 1509, recebendo o sacramento do baptismo na sé da cidade, e morreu em Lisboa, a 21 de Abril de 1540. Foi o sexto filho do rei D. Manuel I de Portugal e da rainha D. Maria, sendo o seu quarto filho varão, após o príncipe D. João (n. 1502), futuro monarca, o infante D. Luís (n. 1506), duque de Beja e Condestável do Reino, e o infante D. Fernando (n. 1507), duque da Guarda. Cedo foi destinado pelo pai para a vida religiosa, no âmbito de cuidadosa gestão que o *Venturoso* fez dos destinos da sua numerosa prole masculina.

Quando D. Manuel completou, em codicilo de 11 de Dezembro de 1521, o testamento lavrado no mosteiro de Penha Longa em 7 de Abril de 1517 (*As GAVETAS*, 1960-1975: VI, XVI, 2-2), onde o monarca se recolhera após a morte de D. Maria, D. Afonso, ao contrário dos seus irmãos, e apesar da sua curta idade, via desenhado o seu futuro, revestindo já então várias dignidades eclesiásticas. Se o trono cabia ao príncipe D. João, D. Manuel deixava claras, completando-as e explicitando-as em 1521, a suas vontades quanto aos seus outros filhos e filhas. Assim, o monarca determinava que o seu sucessor concedesse estado e ofício de condestável ao infante D. Luís, “por ser meu filho

Afonso de Portugal

1509.4.23	Nascimento
1516-1519	Eleito/Administrador da diocese da Guarda
1517-1535	Cardeal-diácono de Santa Lúcia <i>in Septisolio</i>
1519-1523	Bispo de Viseu
1523-1535	<i>Eleito de Lisboa</i>
1523-1540	Bispo de Évora
1535-1540	Cardeal-presbítero de São João e São Paulo
1535-1540	Arcebispo de Lisboa
1540.4.21	Morte

segundo e não ter nenhuma cousa e haver nele tantas habilidades como nele há”, e o título de duque de Beja, para o que deixava as doações assinadas (FREIRE, 1996: III, 385); para as filhas, as infantas D. Isabel (n. 1503) e D. Beatriz (n. 1504), recomendava ao príncipe que as honrasse com casamentos “fora destes reynos” e, no codicilo, “o cuydado de se acabar o casamento da ifante Dona Isabel sua irmãa com o emperador”. Pelo seu casamento com Carlos V em 1525, D. Isabel veio a ser rainha de Espanha e imperatriz da Alemanha; e D. Beatriz tornou-se duquesa de Sabóia em 1521, ainda em vida de D. Manuel. Quanto ao infante D. Fernando, já em 1517 o monarca desejava o seu consórcio com a filha e única herdeira da grande Casa do conde de Marialva, e em 1521 instava o seu sucessor a que concluísse o casamento, aliança que veio também a concretizar-se.

No que respeita aos infantes mais novos, o rei manifestava o desejo de que quer D. Henrique (n.1512) quer D. Duarte (n.1515) viessem também a seguir a vida eclesiástica, “porque louvores a Deus no reyno há com que beem todos três devem e podem seer agasalhados”, o que sucederia com o primeiro, mas não com o segundo. Contando o infante D. Afonso apenas três anos de idade, em 1512, D. Manuel procurou fazê-lo cardeal, para o que instruiu o seu embaixador na Cúria, o doutor João Faria, pretensão a que o papa Júlio II não acedeu, em virtude de as leis canónicas determinarem que tal dignidade não podia ser concedida a alguém de idade inferior a 30 anos. No entanto, o monarca alcançou então do papa a designação do infante como protonotário apostólico no reino de Portugal. Em 19 de Setembro de 1516, D. Manuel conseguiu a sua nomeação como administrador e futuro bispo da Guarda, tinha o infante apenas sete anos de idade, quando terá recebido a prima tonsura e um conjunto de servidores: Afonso Dias, secretário pessoal, o doutor João Faria, chanceler, e Cristóvão Esteves, procurador (PAIVA, 2007b: 128). Menos de dois meses depois, a 26 de Outubro, em cerimónia realizada nos aposentos da rainha D. Maria, D. Afonso foi crismado com os irmãos D. Luís e D. Henrique por D. Martinho da Costa, arcebispo de Lisboa, e dele recebeu as quatro ordens menores (CARNEIRO, 1937: 200-201).

D. Manuel voltaria a propor o filho para o cardinalato. A pressão diplomática do rei junto da Cúria, através do seu embaixador D. Miguel da Silva, num contexto favorável para a Coroa, a que não foi alheia a embaixada manuelina de 1514 a Roma, deu finalmente os seus frutos: a 1 de Julho de 1517, o infante D. Afonso era criado cardeal da Igreja de Roma pelo papa Leão X com o título de *cardeal-diácono* de *Santa Lúcia in Septisolio*, no consistório de 1 de Julho de 1517, como dava conta D. Miguel da Silva no próprio dia ao rei (CDP I,

474-475). Por morte do cardeal Jiménez de Cisneros, a 8 de Novembro de 1517, D. Manuel acalentou ainda a ideia de conseguir para D. Afonso a diocese mais rica de toda a Espanha, como escrevia longamente em carta ao seu embaixador em 4 de Dezembro de 1517 (*CDP* I, 498-501).

Quando D. Manuel morreu, em 13 de Dezembro de 1521, o infante D. Afonso, então com 12 anos de idade, era protonotário apostólico no reino; tinha o governo do mosteiro de Alcobaça desde 1519, por troca do bispado da Guarda, que cedeu a D. Jorge de Melo, ano em que obtivera ainda o bispado de Viseu; era abade comendatário de Alcobaça (MARQUES, 2006: 232), da canónica de Santa Cruz de Coimbra e do Mosteiro de São João de Tarouca, este por bula de 14 de Setembro de 1520 (*CDP* II, 33); e, finalmente, ostentava a dignidade de cardeal.

A questão da idade para o acesso às dignidades eclesiásticas fora já abordada pelo pontífice em breve datado de 26 de Julho de 1515, dirigido a D. Afonso (*CDP* I, 352). Aquando da sua criação em 1517, o papa estabelecera que não lhe fosse entregue o barrete cardinalício, nomeando, por breve de 10 de Março de 1518, o arcebispo de Lisboa e os bispos de Lamego e do Funchal para a imposição do barrete a D. Afonso apenas quando este cumprisse os 18 anos de idade (*CDP* II, 5). Cerca de 15 dias antes de morrer, em carta de 26 de Novembro de 1521 ao seu embaixador, D. Manuel insistia na concessão do barrete cardinalício a D. Afonso (*CDP* II, 58-59). No entanto, em Portugal D. Afonso foi de imediato reverenciado como cardeal, e assim sempre doravante designado, como acontecia já no codicilo do testamento de D. Manuel. A primeira cerimónia pública do infante D. Afonso enquanto cardeal teve lugar na aclamação do seu irmão D. João III no convento de São Domingos no Rossio, a 19 de Dezembro de 1521. Vestido com uma opa de veludo carmesim, com um capelo do



Fig. 113. Retrato do cardeal-Infante D. Afonso, séc. XVIII, tela.
Lisboa, CCPL. © CCPL. Foto: Alexandre Salgueiro.

mesmo veludo forrado de arminhos brancos e na cabeça um barrete redondo de cetim carmesim, D. Afonso fez uso da sua condição de cardeal da Igreja, aspergindo o príncipe, à sua chegada a São Domingos, com água benta apresentada pelo bispo de Évora. Durante a cerimónia, o cardeal-infante ocupou sempre um lugar de destaque, sentando-se no estrado à direita do príncipe, em cadeira de espaldar; das mãos do bispo de Évora tomou os Santos Evangelhos que apresentou ao príncipe e sobre os quais D. João fez o seu juramento solene como rei; no final, durante o juramento de fidelidade, juraram primeiro os infantes D. Luís e D. Fernando, momento em que o novo rei, embora esboçando o gesto, não se levantou da cadeira mas, com D. Afonso “el Rei de todo se levantou e lhe fez mui grande honra per sua dignidade [de cardeal] quase não o consentindo que pusesse o joelho [no chão]” (CORREIA, 1992: 176-186; ANDRADA, 1976: parte I, cap. VIII-IX, 15-19). Depois, no interior da igreja de São Domingos, frente ao altar de Jesus, onde D. João III fez a sua primeira oração como monarca, o cardeal tomou as relíquias apresentadas pelo bispo de Lamego, “e as deu a beijar a E-Rei” (CARNEIRO, 1937: 212).

A precocidade na aquisição de altas dignidades eclesiásticas, e dos respectivos benefícios, como sucedeu com o infante D. Afonso, tem de ser considerada no contexto das relações da Coroa com o papado e a Igreja. Desde 1514-1515, e estratégia manuelina era a de “colocar nas mitras, preferencialmente nos arcebispos, membros da família real” (PAIVA, 2006: 38-53, 298; PAIVA, 2000b: 393-400; CRUZ, 1994: 93-107). Na época em causa, o provimento das dignidades eclesiásticas não revestia, em muitos casos, a dimensão pastoral que viria a ter mais tarde, em particular após o Concílio de Trento (1545-1563). As altas dignidades eclesiásticas constituíam um instrumento de afirmação dos poderes da Coroa, e uma importante peça, por ela gerida, de promoção política e de distinção social e clientelar, compreendendo-se, nessa medida, que os monarcas as quisessem reservar, nomeadamente para membros da família real. Sinal disso mesmo, além da dimensão política e clientelar acima referida, era a ausência frequente dos bispos das suas dioceses, havendo mesmo casos em que o bispo nunca residiu ou sequer visitou a diocese, como sucedeu na diocese do Funchal, criada em 1514, quer com o seu primeiro bispo, D. Diogo Pinheiro (†1526), quer com D. Martinho de Portugal a partir de 1533, quando se procedeu à elevação do Funchal a arquidiocese metropolitana (BUESCU, 2015b: 150; CRUZ, 1994: 102-104).

Esta intervenção da Coroa fez-se também sentir no reinado de D. João III, que procurava consolidar a política manuelina de reservar a dignidade de cardeal para os membros da família real, neste caso os irmãos e, no seu caso, até para o

seu filho bastardo, Duarte (†1543) (BUESCU, 2008: 207-214). Num processo de grande tensão e dramatismo, D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, em larga medida por pressão do papa Clemente VII (1523-1534) e o pouco empenhamento do rei, que quisera obter, sem sucesso, aquele benefício para o infante D. Henrique, fugiu para Roma no Verão de 1540 para escapar à ira régia, depois de ter sido feito cardeal *in petto* pelo papa no consistório secreto de 12 de Dezembro de 1539 – tratou-se, aliás, da última tentativa da cúria pontifícia para designar um cardeal que não fosse proposto pelo rei (BUESCU, 2015a; BUESCU, 2015b). Este desenlace articulou-se também, entre outros motivos, quer com a recente negativa papal em fazer cardeal a D. Henrique, quer com a morte prematura do cardeal D. Afonso, em 1540, ficando a abadia de Alcobaça em *sede vacante*. Antecipando-se a D. João III, que tinha intenção de reivindicar a sua administração para o infante D. Henrique, D. Miguel da Silva, através do seu agente em Roma, António Ribeiro, advertiu secretamente Paulo III da situação, apressando-se o pontífice a conceder a posição ao seu neto Alessandro Farnese, de quem D. Miguel da Silva era padrinho de baptismo. Ao ser sabido, tal facto provocou a indignação da família real, e D. Miguel da Silva e António Ribeiro foram acusados de traição pelo rei, precipitando a fuga.

A partir de 1521, a carreira eclesiástica do infante D. Afonso prosseguiu, tendo sido cumulado de importantes benefícios eclesiásticos durante o reinado de D. João III. Depois de insistentes pedidos do rei (“Instruções a João Faria”, CDP II, 80-84), por bula de 20 de Fevereiro de 1523, com apenas 14 anos de idade, foi promovido a arcebispo de Lisboa pelo papa Adriano VI (CDP II, 109), por morte do muito idoso arcebispo D. Martinho da Costa em 28 de Novembro de 1521 em Gibraltar, no torna-viagem da ida da infanta – duquesa D. Beatriz para Sabóia. Segundo alguns, o arcebispo morreu sem conseguir obter do papa o capelo de cardeal a que almejava, por oposição de D. Manuel (CORREIA, 1992: 157-158). Na mesma data, o infante alcançou o governo do bispado de Évora, em *sede vacante* por morte do bispo D. Afonso de Portugal em 1522 (CDP II, 108), acumulando as duas Sés até à morte, situação inédita na Igreja portuguesa (PAIVA, 2006: 302), e que contou com vigorosa oposição papal (PAIVA, 2006: 50). Mais uma vez, foi necessária uma dispensa especial em virtude de não ter ainda atingido a idade canónica necessária para presidir a uma diocese. Nesse mesmo ano deixou o bispado de Viseu, onde foi sucedido por bula de 9 de Setembro de 1524 (CDP II, 221) pelo franciscano frei João de Chaves, já de muita idade, falhado o desígnio de D. João III em prover o infante D. Henrique no bispado, por oposição terminante do mesmo Adriano VI (BUESCU, 2011: 175-176). Por morte de frei João de Chaves, foi então D. Miguel da Silva quem,

por iniciativa papal, obteve aquela diocese. Em 6 de Julho de 1525, D. Afonso recebeu em Almeirim o barrete cardinalício, e precisamente dez anos mais tarde, a 6 de Julho de 1535, o pálio, sendo então sagrado arcebispo de Lisboa. A 13 de Agosto desse ano viu alterado pelo papa Paulo III (1534-1549) o seu título de cardeal de Santa Lúcia pelo de São João e São Paulo.

A educação do infante D. Afonso, bem como dos infantes mais jovens, D. Henrique e D. Duarte, recomendada ao príncipe D. João por D. Manuel em testamento, teve a marca da sua condição de indivíduos de estirpe real. Numa Corte em que o contacto com a cultura humanista, literária e artística do Renascimento se tornava mais intensa, aos aspectos tradicionais da educação de qualquer criança e jovem de condição nobre, acresceu, no caso vertente, uma sólida formação humanista, literária e religiosa através de mestres criteriosamente escolhidos por D. João III. Entre 1523 e 1529-1530 a sua educação esteve a cargo de Aires Barbosa (†1540), humanista prestigiado e distinto helenista, discípulo de Angelo Poliziano em Florença e mestre de grego e de latim na Universidade de Salamanca, com quem D. Afonso terá aprendido Latim e Grego, Lógica e Física (SOARES, 2000: 109), e que lhe dedicaria o seu poema *Antimoria* (1536) (PINHO, 2006a). A partir de 1526-1527 e de forma mais sistemática a partir de 1533, juntou-se-lhe André de Resende (†1573), latinista e erudito dominicano que estudara em Alcalá de Henares, Salamanca, Paris e Lovaina, autor de um *Erasmí Encomium* (Basileia, 1531), e responsável pela decisão de D. João III em trazer para a Corte, em 1533, o humanista flamengo Nicolau Clenardo (†1542) (CEREJEIRA, 1974-1975). Resende manteve sempre uma relação de grande proximidade com o cardeal-infante até à morte deste, integrando a sua Casa. A morte de D. Afonso, em Abril de 1540 – a que se seguiu, em Setembro, a do infante D. Duarte, que fora também seu discípulo –, constituiria um rude golpe para Resende, já que desaparecia, então, o seu maior e mais generoso protector (PINHO, 2002 e 2006b).

O convívio com humanistas e letrados numa Corte então aberta aos ideais do humanismo terá também jogado um papel na formação e interesses do jovem cardeal-infante. Quanto à sua preparação religiosa e clerical, e em particular o estudo de Teologia e Cânones, destacam-se as figuras de Álvaro Gomes (†1545) prestigiado lente de Teologia em Paris, Salamanca e, regressado ao reino, em Coimbra e confessor de D. João III, e de Pedro Margalho (†1556), teólogo, cosmógrafo e jurista, que participou na conferência de Badajoz, em 1524, sobre a questão da demarcação das ilhas de Maluco, e que em 1527 integrou a delegação de teólogos portugueses à Junta de Valladolid, destinada a avaliar a ortodoxia de Erasmo (†1536) (SOARES, 2000: 71-96). Regressado de Salamanca em 1529,

nesse mesmo ano substituiu Aires Barbosa no ensino de D. Afonso, até 1535. A esta preparação mais sistemática não era alheio, também, o convívio com figuras episcopais de relevo na Corte, não tanto com o bispo de Viseu D. Diogo Ortiz de Villegas (†1519), que foi mestre de Gramática do futuro D. João III, com o qual o convívio foi escasso dado o seu falecimento sendo D. Afonso ainda muito jovem, mas sobretudo com D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, bispo de Lamego e capelão-mor de D. João III (DIAS, 1969: I, 215 e 294, II, 706; CEREJEIRA, 1974-1975; SOARES, 2000: 109-114; PAIVA, 2007b: 128-130; BUESCU, 2008: 35-36). Em testemunho pictórico de excepção, a *Deposição do Túmulo*, parte de um grande retábulo da capela-mor do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, da autoria de Cristóvão de Figueiredo (†c. 1543), pintor da câmara



Fig. 114. Francisco de Melo? (?-†1536), Manuscrito em velino, que ostenta uma pintura com as armas do cardeal-infante e a sua condição de cardeal de São Brás e arcebispo de Évora, descoberto em 1935 e descrito em 1946 por Luís Silveira, atribuído a Francisco de Melo. Hamburgo, Staats-und Universitat Bibliothek de Hamburgo, Codex 136, f. 1. ©Staats-und Universitat Bibliothek de Hamburgo.

do cardeal-infante, pelo menos Pedro Margalho estará retratado (SOARES, 2000: 135; FLOR, 2010: 278). De acordo com Barbosa Machado, o cardeal-infante compôs uma *Vita Alphonsi Lusitanorum Regum Primi*, e outras obras latinas que André de Resende coligiu, oferecendo-as, depois de impressas, a D. João III (MACHADO, 1965-1967: I, s/v). A correspondência latina mantida, nomeadamente, com André de Resende, evidencia a sólida formação do cardeal-infante e a “muita erudição e requintado estilo formal”, próprios da correspondência humanista do tempo (PINHO, 2002: 291).

Há notícias esparsas do seu interesse pelos livros sendo certo que, como príncipe humanista, possuiu livros e manuscritos, adquiridos ou objecto de oferta, mantendo contacto com livreiros e impressores, embora os testemunhos concretos sejam escassos (TT, *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 65, n.º 82). Na Biblioteca de Hamburgo existe um precioso manuscrito em velino, que ostenta as armas do cardeal-infante e a sua condição de cardeal de São Brás e arcebispo de Évora, descoberto em 1935 e descrito em 1946 por Luís Silveira. O manuscrito, anónimo, que poderá ter sido da autoria do matemático e humanista eborense Francisco de Melo (†1536), consiste numa monumental lista de 1531 topónimos portugueses – cidades, vilas, montanhas e rios –, que terá sido oferecido a D. Afonso em 1524 (MOREIRA, 2014: 38-42). Uma afirmação de Damião de Góis, nas brevíssimas linhas que dedica a este filho do rei D. Manuel na sua *Crónica*, merece uma atenção particular, já que, embora de forma velada, alude a aspectos relativos a um contexto político feito também de tensões e conflitos, a que a figura do cardeal-infante D. Afonso não foi alheia: “teue [o cardeal-infante] algũas desavenças com elRei dom Ioão terceiro seu irmão, per cujo respeito se quisera ir secretamente pera Roma, aho que elRei acudio com muita prudencia” (Góis, 1949-1955: parte II, cap. XLII, 143).

Em 1537, no quadro da turbulência político-religiosa que sacudia a Europa cristã desde o desafio de Lutero em 1517, e no sentido de procurar assegurar a unidade da fé e da disciplina eclesiástica, o papa Paulo III convocou um concílio ecuménico para a cidade de Mântua para o ano seguinte, que não chegou a realizar-se. Na sua condição de cardeal, D. Afonso fez saber da sua intenção em participar naquela magna assembleia da Cristandade. É a esta questão que alude Góis na sua *Crónica*, que conhecemos de forma mais pormenorizada pela correspondência do núncio pontifício em Portugal, na época Hieronimo Capodiferro. Não era segredo que o cardeal queria viver em Roma, como comentava o núncio ao secretário do papa Paulo III, Ambrogio Ricalcato, dando conta das conversas mantidas com o cardeal-infante a propósito do seu firme desejo de “*venire alla corte [di Roma]*” (*LA CORRESPONDANCE*, 1980: 221, n.º 65). Em 3 de Março de 1538, Capodiferro

escrevia ao cardeal Farnese referindo a decisão inflexível de D. Afonso em partir para Roma e rogando a sua intercessão para obter um breve papal para o efeito (*LA CORRESPONDANCE*, 1980: 245-246, n.º 72). O próprio papa Paulo III escreveu ao monarca, a 21 de Dezembro de 1538, intercedendo por D. Afonso e pedindo ao rei a sua autorização para que o cardeal-infante pudesse assistir ao Concílio (TT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 63, n.º 82). Contudo, foi também inflexível a oposição de D. João III a esse desiderato.

Numa época em que Roma constituía, nos planos espiritual e político, o centro nevralgico da Cristandade, o cardeal D. Afonso manteve também uma relação com a Cúria que procurou fosse autónoma, por dois motivos centrais: primeiro, porque acalentou, sem sucesso, o projecto de conseguir para si a legação permanente da Santa Sé em Portugal – função desempenhada entre 1527 e 1529 por D. Martinho de Portugal, por nomeação do papa Clemente VII (*CDP* II, 289) – para o que enviou a Roma o seu agente italiano Pierantonio Casulano, como escrevia o então núncio Marco Vigerio della Rovere em 16 de Maio de 1534 a Pietropaolo Carnesecchi (*LA CORRESPONDANCE*, 1980: 51, n.º 15; ver ainda 96, n.º 24 e 98, n.º 25); depois, mais tarde, porque pretendeu partir para Roma, na sua condição de cardeal, para participar no concílio ecuménico, como acabámos de ver. É talvez a esta melindrosa situação que se refere uma carta dirigida a D. João III, sem data e sem indicação de autor, mas que alude ao cardeal-infante, e que podemos datar da década de trinta. Em substância, entre outros assuntos, o seu autor lembrava um momento em que o rei, na presença do duque de Bragança, mandou chamar D. Garcia de Meneses, governador da casa do cardeal-infante e o anónimo autor da carta, “E nos perguntou se se poria o cardeall a ferros...” (*COLEÇÃO DE S. LOURENÇO*, 1973: I, 92, n.º 6). Pensamos que este documento se insere no contexto do frustrado episódio romano de D. Afonso.

A correspondência da nunciatura em Portugal no reinado de D. João III ajuda a compreender a dinâmica de outros interesses, tensões e jogos de poder que, para além dos estritamente ligados à Coroa – uma Coroa então com relações muito tensas com a Santa Sé, sobretudo por causa da questão da Inquisição e dos cristãos-novos – se movimentavam na Corte, bem como ter uma visão mais próxima sobre os seus protagonistas e, até, conhecer importantes fracturas no seio da própria família real. É o caso da pouco ventilada mas explícita oposição de D. Afonso à concessão do barrete cardinalício ao irmão, D. Henrique, de que dava conta o núncio Capodiferro ao cardeal Farnese, em carta cifrada de 13 de Abril de 1538 (*LA CORRESPONDANCE*, 1980: 265-266, n.º 78; BUESCU, 2008: 230-231; MARCOCCI, 2012: 205). Em carta de 23 de Setembro, ao mesmo, o núncio aplaudia a não concessão da púrpura a D. Henrique (*LA CORRESPONDANCE*,



Fig. 115. Constituições do arcebispado de Lisboa. Folha de rosto com armas. Lisboa: per Germam Galharde, 1537, papel. Lisboa, BNP, Res. 141/1 A. © BNP.

1980: 320, n.º 98). Por outro lado, o cardeal-infante não terá sido também alheio à queda em desgraça de D. Martinho de Portugal, após o regresso de uma difícil estadia em Roma como embaixador de D. João III, porventura por correr o rumor na Corte de que D. Martinho inviabilizara em Roma a legacia a que o cardeal-infante aspirava (*LA CORRESPONDANCE*, 1980: 96, n.º 24; 98, n.º 25; MARCOCCI, 2012: 204-205; BUESCU, 2015b: 143-152). Se em 1532 o então nuncio Marco Vigerio della Rovere, recém-chegado à Corte portuguesa, que D. Afonso recebeu em casas que possuía em Xabregas (*CORRESPONDANCE*, 2001: 584, n.º 137), dizia ser o cardeal-infante D. Afonso pessoa gentilíssima, estudiosa e virtuosa, mas pouco se intrometendo nos negócios de Estado (*LA CORRESPONDANCE*, 1980: 18, n.º 4), alguns anos mais tarde a sua inserção

no acontecer político do reino e da corte mostrava-se, pois, bem diferente. O próprio nuncio teve alguns conflitos de jurisdição com o cardeal (*LA CORRESPONDANCE*, 1980: 90-91, n.º 23; 155-157, n.º 41; 159-160, n.º 42).

Nesse mesmo ano de 1532 teve lugar a visitação do abade de Claraval, frei Edme de Saulieu, ao mosteiro de Alcobaça, do qual D. Afonso era abade comendatário, no âmbito da sua *peregrinatio hispanica* pelas abadias cistercienses da Península. Frei Edme deparou com a oposição de D. Afonso ao cumprimento dessa missão, e a visitação ocorreu apenas depois de meses de diligências e de esforços junto do cardeal-infante e do próprio D. João III, de que dá conta o documento redigido pelo seu secretário, frei Claude de Bronseval (SOALHEIRO, 2009: 613). Tal como sucedia em tantas ocasiões no complexo cenário da Corte, quer numa escala ínfima ou nas grandes decisões, as ofertas e presentes eram uma forma de selar pedidos, mover influências, alcançar benesses, enfim, constituíam instrumentos de persuasão e de poder. Temos um interessante

testemunho disto quanto ao cardeal D. Afonso na sua relação com a Cúria, e em relação directa com a questão do concílio agendado para 1538. Por carta de 22 de Julho de 1538, o núncio Capodiferro anunciava ao cardeal Farnese a oferta pessoal de D. Afonso de uma “*carta de navigare*”, ao saber do desejo do cardeal em obter uma dessas cartas de navegação. O mapa em questão era de grandes dimensões, pelo que o núncio informava que só o poderia fazer seguir em ulterior correio (*LA CORRESPONDANCE*, 1980: 298-299, n.º 91).

A 25 de Agosto de 1536, já sagrado arcebispo de Lisboa e agora cardeal de São Pedro e São Paulo, o cardeal-infante D. Afonso celebrou um sínodo da arquidiocese de Lisboa, cujas *Constituições* foram publicadas no ano seguinte, e no qual foram tomadas algumas importantes decisões. A primeira foi a de instituir livro de registo de baptismos, prenunciando uma medida normalizadora que viria a ser instituída pelo Concílio de Trento. A segunda consistiu numa alteração ritual de vulto, fazendo substituir pelo rito romano o rito da Igreja de Salisbury, pelo qual a igreja de Lisboa se regia. Tal iniciativa teve como contexto a Reforma religiosa na Europa, em particular em Inglaterra, onde, em 1534, através do *Act of Supremacy*, Henrique VIII criava a Igreja de Inglaterra, desligada da obediência de Roma. A medida foi autorizada por bula do papa Paulo III de 9 de Dezembro de 1538.

A regulamentação diocesana e a aplicação da justiça estiveram no âmago do governo episcopal do cardeal-infante D. Afonso (PAIVA, 2007b: 145-152). Em 1534 patrocinou a publicação, nos prelos de Germão Galharde, das primeiras *Constituições Sinodais do Bispado de Évora*, por ocasião da realização do Sínodo da diocese, onde o texto foi apresentado e aprovado, em que André de Resende pregou o sermão inaugural (PINHO, 2006b: 171-182), e cujas actas foram publicadas em 1971 (PINHO, 2002: 317; PEREIRA, 1971). Em 1535 mandou elaborar o *Regimento do Auditório*. Em 3 de Julho de 1537 empreendeu uma visitação à catedral de Évora, ano em que fez publicar o *Regimento* dos cantores da Sé de Évora (ESPANCA, 1944: 53).

A acção pastoral directa do cardeal-infante D. Afonso, tradicionalmente considerada, desde Jorge Cardoso no *Agiologio Lusitano* (1657), com evidente intenção apologética e reproduzida desde então, como prenunciando a futura dimensão de bispo pastor preconizada pelo Concílio de Trento, tem sido reavaliada pela actual historiografia, sobretudo no sentido de a situar no contexto do seu tempo. As funções que lhe estavam reservadas por dignidade – celebração de missas, pregação, administração de sacramentos, visitas pastorais – eram, com excepções assinaladas, exercidas por outros prelados, como era comum aos bispos príncipes da época. Assim, “é (...) mítica a ideia de que ele (cardeal-infante

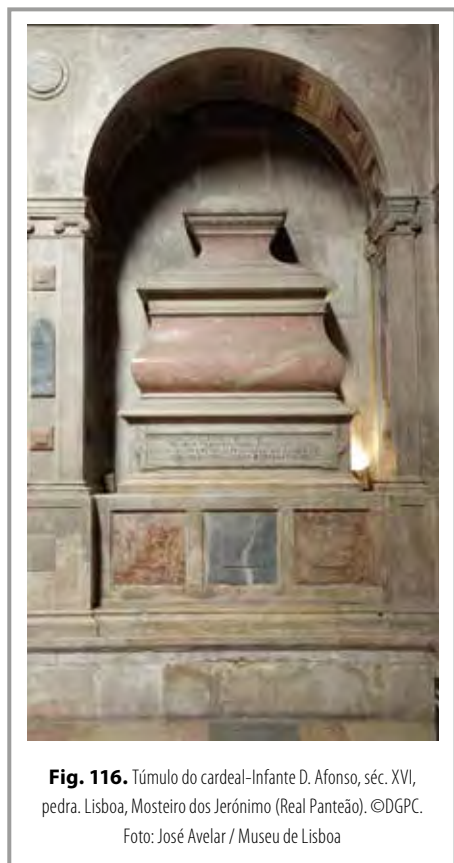


Fig. 116. Túmulo do cardeal-Infante D. Afonso, séc. XVI, pedra. Lisboa, Mosteiro dos Jerónimos (Real Panteão). ©DGPC.
Foto: José Avelar / Museu de Lisboa

D. Afonso) seria um antístite diferente dos demais, que nesse plano anteciparia a dimensão de bispo pastor que mais tarde veio a caracterizar a acção de muitos prelados “(PAIVA, 2007b: 136-137, 141). Tal realidade não significou no entanto, no contexto da época, um menor empenhamento no desempenho das obrigações episcopais por parte do cardeal, que evidenciou preocupação genuína pela formação intelectual do clero, a morigeração dos costumes de clérigos e fiéis, a difusão do ensino das bases da doutrina, o cumprimento das obrigações cultuais e litúrgicas. O momento fundador do Tribunal da Fé em Portugal ficaria associado a Évora e à sua Sé, e portanto ao seu bispo. Foi em Évora, onde então se encontrava a Corte, que em Novembro de 1536 se realizou a cerimónia solene da publicação da bula papal que instituiu a Inquisição em Portugal, em acto público na sé, perante o rei, o cardeal-infante e a

Corte, tendo D. Afonso oferecido os seus paços para as primeiras indagações dos inquisidores. Já anteriormente à instituição do Tribunal, há indícios da actuação da justiça episcopal em Évora contra os cristãos-novos (PAIVA, 2007b: 149-150), numa articulação cujos contornos foram recentemente evidenciados (PAIVA, 2011). Em Junho de 1539, sendo já Inquisidor-Geral o infante D. Henrique, o cardeal D. Afonso encarregou o teólogo e seu antigo mestre Álvaro Gomes de examinar os catálogos dos livreiros de Lisboa (MARCOCCI, 2012: 205), referindo expressamente os livros provenientes da Alemanha (*ÍNDICES*, 1983: n.º 8), naquele que constitui “o mais remoto vestígio de vigilância sobre o livro por parte dos bispos” (PAIVA, 2007a: 714).

A sua condição de filho de rei e de príncipe da igreja, senhor de uma grande e opulenta casa, cujo governador era D. Garcia de Meneses, com centenas de servidores e uma rede clientelar complexa (PAIVA, 2007b: 134ss), bem como a sólida cultura humanista que adquiriu repercutir-se-iam, para além da sua acção

pastoral e de governo diocesano, numa acção mecénática importante sobretudo em Évora, cidade onde tinha residência. A excelência musical do coro da capela da Sé, em que pontificou o mestre Mateus d'Aranda, muito deveu ao patrocínio do cardeal-infante, que se fez ainda sentir no campo das letras e das artes, com particular empenho na encomenda de alfaia, paramentos e objectos de culto, recuperação e manutenção de retábulos, bem como na protecção de eruditos e artistas (ESPANCA, 1944: 52-54; PINHO, 2006c; PAIVA, 2007b: 130-132).

O cardeal-infante D. Afonso morreu em Lisboa, a 21 de Abril de 1540, dois dias antes de completar os 31 anos de idade, “de tísica e ético na segunda espécie, e outras mais indisposições”, onde se recolhera, já muito doente, vindo de Évora. No dia seguinte, foi sepultado na capela-mor da sé, defronte do altar de São Vicente, vestido de pontifical de acordo com o cerimonial romano relativo ao enterro dos cardeais, como deixara escrito em testamento. O féretro foi acompanhado pelos cónegos da Sé, e “todos os Duques, Marqueses e Condes, e outros Senhores que então na Corte achavam” (CARNEIRO, 1937: 14). Onze anos mais tarde, em Outubro de 1551, em grandiosa cerimónia ordenada por D. João III, na presença de senhores e fidalgos, do núncio do Papa e do embaixador de Carlos V, e de muitos prelados, os seus restos mortais, previamente exumados na sé em cerimónia presidida pelo arcebispo de Lisboa, D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, foram trasladados, com os de D. Manuel, dos príncipes e infantes sepultados na “igreja velha” de Belém e os da rainha D. Maria, sepultada no convento da Madre de Deus, em Xabregas, para a “Igreja Nova” do mosteiro de Santa Maria de Belém, onde repousam (BUESCU, 2011: 230-233).

ANA ISABEL BUESCU

[A Autora segue o acordo ortográfico anterior a 1990]

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: ANDRADA, 1976; CARNEIRO, 1937; *CDP*; *COLECÇÃO DE S. LOURENÇO*, 1973; CORREIA, 1992; *LA CORRESPONDANCE*, 1980; *CORRESPONDANCE*, 2001; *AS GAVETAS*, 1960-1975; GÓIS, 1949-1955; *ÍNDICES*, 1983; **Estudos:** ALMEIDA, 1967-1971; BUESCU, 2008; BUESCU, 2011; BUESCU, 2015a; BUESCU, 2015b; CEREJEIRA, 1974-1975; CRUZ, 1994; DIAS, 1969; ESPANCA, 1944; FLOR, 2010; FREIRE, 1996; JORGE, 2000b; MACHADO, 1965-1967; MARCOCCI, 2012; MARQUES, 2006; MOREIRA, 2014; PAIVA, 2000b; PAIVA, 2006; PAIVA, 2007a; PAIVA, 2007b; PAIVA, 2011; PEREIRA, 1971; PINHO, 2002; PINHO, 2006a; PINHO, 2006b; PINHO, 2006c; SOALHEIRO, 2009; SOARES, 2000.

FERNANDO DE MENESES COUTINHO E VASCONCELOS

(1540-1564)

D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos nasceu c. 1480, em Lisboa, e nesta cidade veio a falecer, em 1564. Oriundo da mais alta nobreza, era filho de D. Afonso de Vasconcelos e Meneses, 1.º conde de Penela, bisneto do infante D. João, filho natural do rei D. Pedro I. Por via materna, era neto do 1.º conde de Abrantes, D. Lopo de Almeida e sobrinho de D. Francisco de Almeida, 1.º vice-rei das Índias e de D. Jorge de Almeida, bispo de Coimbra (FREIRE, 1996: III, 293-294, 317-322, 328-330; PAIVA, 2006: 296-297). Pertencendo, por nascimento, a uma família da mais alta aristocracia do reino, a proximidade da sua linhagem à Coroa havia de repercutir-se no seu destino pessoal. O seu irmão mais velho, João de Vasconcelos e Meneses herdou o título por morte do pai e foi vedor da Fazenda no reinado de D. João III. Como sucedia com os secundogénitos das grandes Casas, cuja reprodução e preservação assentava na primogenitura varonil na sucessão (PAIVA, 2006: 244-246), as possibilidades alternativas que se desenhavam para D. Fernando eram as armas, o alto serviço do rei ou uma possível carreira eclesiástica como, no seu caso, veio a suceder.

Estudou no mosteiro de São Vicente de Fora, onde teve por mestre D. Diogo Ortiz de Villegas, que veio a ser bispo de Tânger, de Ceuta e de Viseu e mestre do então príncipe D. João, e onde foi prior. Não há notícia de ter feito estudos universitários (PAIVA, 2013a: 95).

Antes de 1514-1515, altura em que a política manuelina evoluiria para a reserva das altas dignidades para membros da família real, a prática era a de “eleger prelados com serviços (...) prestados à coroa, com fortes vinculações

Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos

c. 1480	Nascimento
1513-1540	Bispo de Lamego
1540-1564	Arcebispo de Lisboa
1564.1.7	Morte

familiares à grande fidalguia, alguns ocupando posições nucleares no conselho do rei e governo da monarquia, pelo que se pode conjecturar que as nomeações decorriam dessa influência cortesã e (...) eram uma recompensa por fidelidades mantidas e serviços prestados” (PAIVA, 2006: 295). Foi precisamente o caso de D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos. Assim, o serviço régio e curial, profundamente imbricados com o desempenho eclesiástico, foram uma constante do seu percurso ao longo dos reinados de D. Manuel e de D. João III, e das regências de D. Catarina e D. Henrique. Em 1507 era já deão da capela de D. Manuel e em 1513 acumulava a abadia da Silva no arcebispado de Braga e a abadia de São Mamede de Algeriz em Chaves (QUINA, 2005: 17). Neste mesmo ano ascendeu à dignidade de bispo de Lamego, onde sucedeu a D. João Camelo de Madureira (1502-1513). Nomeado em 26 de Agosto de 1513, a sua ordenação episcopal em Novembro, confirmada pelo papa Leão X, fez dele o mais jovem bispo provido na diocese, com 33 anos de idade (PAIVA, 2013a: 93).

O seu episcopado de 27 anos foi o mais longo da história da diocese de Lamego. Note-se, contudo, que tal ocorria num tempo em que a residência diocesana era rara, com as excepções notórias de D. Diogo de Sousa arcebispo de Braga, e D. Jorge de Almeida, bispo de Coimbra (PAIVA, 2007a: 697), seu tio, sendo muito prolongadas as suas ausências, acompanhando o rei D. Manuel, e depois D. João III e a corte em Évora, Lisboa ou Coimbra (PAIVA, 2013a: 100). Entre Janeiro de 1528 e Junho de 1529 foi reitor da Universidade ainda no Estudo de Lisboa (PAIVA, 2013a: 99).

A figura do bispo de Lamego surge em inúmeras cerimónias da monarquia durante o reinado manuelino, na sua dupla condição de bispo e de capelão-mor do rei. A 9 de Junho de 1515, antes da partida para a mal-sucedida expedição a São João de Mamora, chefiada por D. António de Noronha, escrivão da puridade e governador de Ceuta entre 1487 e 1490, teve lugar uma missa solene na capela real. Após a celebração, o bispo de Lamego em “pontifical com mitra e bago” procedeu à bênção da bandeira que seguiu na armada para Marrocos (CARNEIRO, 1937: 197-198). Poucos dias mais tarde, no dia da festa do Corpo de Deus, o monarca recebeu a Rosa de Ouro enviada por Leão X a D. Manuel, por intermédio de Tristão da Cunha, seu embaixador na entrada triunfal em Roma de 1514, que lhe foi entregue pelo filho, Nuno da Cunha, em cerimónia realizada na sé de Lisboa. A rosa papal foi colocada no altar pelo bispo de Lamego. Foi ainda D. Fernando de Meneses quem, a 15 de Setembro de 1515, baptizou o infante D. Duarte “na sala grande dos Paços da Índia”, levando o saleiro o conde de Penela, seu irmão.

Já capelão-mor de D. Manuel desde Setembro de 1516 (MACHADO, 1965-1967: II, 63) presidiu ao enterramento, em Belém, de noite, “sem cerimónia alguma”, acompanhado apenas de alguns capelães-fidalgos, do recém-nascido infante D. António, morto no dia de Todos-os-Santos de 1516 (CARNEIRO, 1937: 194, 195, 196-197). Presente na agonia, morte, a 13 de Dezembro de 1521, e cerimónias fúnebres do rei D. Manuel, poucos dias depois o bispo de Lamego participou no levantamento do novo rei, a 19 do mesmo mês no convento de São Domingos, em Lisboa. À cerimónia de levantamento de D. João III seguiu-se o juramento de fidelidade, em que os prelados juraram após os infantes e os senhores de título, de acordo com as precedências; no caso dos prelados, coube a primazia ao bispo de Évora, jurando depois o de Safim e, em terceiro, o bispo de Lamego (CARNEIRO, 1937: 207-213). Finda a cerimónia, seguiu-se procissão até ao interior da igreja de São Domingos. Revestido de pontifical, o bispo de Lamego entregou as relíquias ao cardeal D. Afonso, que as deu a beijar ao rei, sendo devolvidas ao prelado que as recolocou no altar de Jesus; aqui ajoelhado, D. João III fez a sua primeira oração como monarca, ao som de um *Tè Deum Laudamus* e das orações do bispo de Lamego (CARNEIRO, 1937: 212).

O papel de D. Fernando de Meneses nas cerimónias de levantamento e aclamação de D. João III prenunciava uma proximidade junto do novo monarca, que veio a verificar-se ao longo de todo o reinado do *Piedoso*, tendo sido, porventura, o prelado de maior valimento junto de D. João III (PAIVA, 2006: 188). Dos 41 bispos diferentes eleitos durante este reinado, apenas dois transitaram do tempo de D. Manuel: o cardeal-infante D. Afonso, irmão do rei, e o bispo de Lamego (PAIVA, 2006: 301-302).

O protagonismo de D. Fernando de Meneses mostrou-se em diversas cerimónias curiais de evidente significado político, desde logo naquela que foi uma das maiores vitórias político-diplomáticas de D. João III nos primeiros anos do seu reinado, consumando o desejo expresso por D. Manuel em testamento: o casamento da infanta D. Isabel com o imperador Carlos V. Concluído o contrato a 17 de Outubro, ficando ainda dependente o matrimónio da dispensa papal, no dia seguinte, na casa da rainha, o secretário régio António Carneiro leu o contrato a D. João III que jurou sobre os Evangelhos e a cruz, o cumprimento de todas as cláusulas do contrato. O mesmo fizeram a infanta D. Isabel e depois os procuradores do imperador, nas mãos do bispo de Lamego e capelão-mor. O matrimónio, oficiado também pelo bispo de Lamego, teve lugar em Almeirim, a 1 de Novembro de 1525, havendo lugar ainda a um segundo recebimento a 20 de Janeiro de 1526, também presidido por D. Fernando de Meneses, dado

ter sido necessária uma segunda dispensa em virtude do estreito parentesco entre os nubentes (CARNEIRO, 1937: 230-233; BUESCU, 2007: 174-175).

A 24 de Fevereiro de 1526, a rainha D. Catarina dava à luz o seu primeiro filho. O infante foi baptizado a 4 de Março, com grande estado, na sala grande dos paços de Almeirim, pelo bispo de Lamego, sendo-lhe dado o nome de Afonso (BUESCU, 2007: 183). Morto em Santarém, em Junho, o corpo foi por ordem régia logo metido num ataúde e levado de barco para Belém, acompanhado pelo bispo de Lamego, sendo sepultado no mosteiro dos Jerónimos junto à campa rasa de D. Manuel. Foi ainda o bispo de Lamego quem baptizou o infante D. Manuel, a 12 de Novembro de 1531 (CARNEIRO, 1937: 213-214). Uma outra cerimónia curial de relevo teve lugar em 1537: o casamento do infante D. Duarte, irmão mais novo do rei, com D. Isabel, irmã do duque de Bragança D. Teodósio I, em faustosíssimas festas ocorridas em Vila Viçosa, tendo D. Fernando de Meneses integrado a comitiva de D. João III ao Alentejo (*HGCRP* VI, 10-22; BNP, *Res.*, cod. 1544, f. 105v-139).

Em 1540, com a prematura morte do cardeal-infante D. Afonso, D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, por proposta de D. João III (*CDP* IV, 331-332), foi nomeado arcebispo de Lisboa a 16 de Setembro de 1540 fazendo a sua entrada solene a 8 de Novembro desse ano.

Já D. Fernando de Meneses era arcebispo de Lisboa, um outro momento de capital importância política teve lugar em 1543, depois de demoradas e difíceis negociações (BUESCU, 2007: 272): o casamento da infanta D. Maria com Filipe das Astúrias. A viagem até à raia e a entrega da princesa das Astúrias aos representantes de Carlos V, o duque de Medina Sidonia e o bispo de Cartagena, em Outubro desse mesmo ano, foi confiada, por escolha de D. João III, ao duque de Bragança, D. Teodósio, e ao arcebispo de Lisboa e seu capelão-mor, que não se furtaram a grandes despesas para desempenharem com fausto a distinção conferida pelo rei (CARNEIRO, 1937: 274-304; BUESCU, 2007: 278).

Nove anos depois, em 1552, em novo casamento régio, do príncipe D. João (n. 1537) com D. Joana de Áustria (n. 1535), o oficiante das cerimónias religiosas foi uma vez mais o arcebispo de Lisboa (MACHADO, 1965-1967: II, 64).

Em 1551, D. Fernando de Meneses participou nas grandiosas cerimónias públicas de trasladação dos restos mortais de reis e infantes para a “igreja Nova” do mosteiro de Belém, ordenada por D. João III. Presidiu, na sé, à exumação dos restos mortais do seu antecessor no arcebispado de Lisboa, o cardeal-infante D. Afonso, que depois, em procissão solene, foram trasladados, com os de D. Manuel, dos príncipes e infantes e da rainha D. Maria para Belém (BUESCU, 2011: 230-233).

Em 1555, presidiu às cerimónias fúnebres do infante D. Luís, e em 1557 teve naturalmente um papel cimeiro quer nos procedimentos religiosos na agonia, morte e cerimónias de sepultamento do rei D. João III (CARNEIRO, 1937: 427-428; BUESCU, 2008: 342-345), quer na posterior cerimónia de *saimento* em Belém, a 13 de Julho, rezando missa, após pregação de António Pinheiro, na presença dos Grandes do reino, das ordens religiosas e do cabido da Sé, em memória do falecido monarca (CARNEIRO, 1937: 429). A 16 de Junho, escassos dias após a morte de D. João III, o arcebispo de Lisboa dava o sacramento da confirmação ao novo rei, D. Sebastião (n. 1554) (MACHADO, 1965-1967: II, 64).

A proximidade do rei e da Corte, bem como as formas de intervenção e desempenho dos prelados junto dos reis na época pré-tridentina permitem compreender e enquadrar o desempenho político de D. Fernando de Meneses. Esta dimensão é fundamental para o estabelecimento do seu perfil, tanto mais que D. Fernando de Meneses desempenhou altos cargos eclesiásticos durante cinco décadas, com D. Manuel, D. João III e ainda durante as regências de D. Catarina e do cardeal D. Henrique.

Logo em 1522, D. João III, que subira ao trono solteiro, dando cumprimento ao desejo do seu pai no testamento, quis dar continuidade ao consórcio de sua irmã a infanta D. Isabel com o imperador Carlos V. No conselho régio, essa questão viu-se alargada à do seu próprio casamento. São conhecidos os contornos deste caso, em que o debate, que extravasou o Conselho do rei e a Corte, se centrou – e se extremou – na hipótese de casamento do monarca com D. Leonor, a rainha viúva, defendida nomeadamente pelo duque de Bragança e pelos cidadãos de Lisboa (ANDRADA, 1976: parte I, cap. XVI, 34-36; cap. XIX, 40-43; cap. XX, 43-45; BUESCU, 2008: 164-176). O bispo de Lamego terá alinhado com os que aconselharam o monarca a casar com a infanta D. Catarina, decisão tomada finalmente pelo rei (QUINA, 2005: 16).

Em 1534, no quadro de um dos maiores dilemas do reinado joanino, relativo à decisão sobre a permanência ou o abandono das praças de África – no caso as praças de Safim, então sujeita a um poderoso cerco, e de Azamor –, D. Fernando de Meneses foi chamado, como outras figuras proeminentes da Corte e do Conselho régio, a pronunciar-se sobre a questão. Os conselheiros do rei, embora divididos, mostraram-se, como em 1529, em situação semelhante, maioritariamente favoráveis à manutenção das praças marroquinas. O então bispo de Lamego, em longa missiva de 7 de Outubro, retomando uma posição anterior, sustinha, justificando as suas razões, que “Vossa Alteza solte de todo sem fycarem castelos [em] Çafy e Azemor e cabo de Gue” (*As GAVETAS*, 1960-1975: I, 834-838).

Em 1540, outro momento de grande delicadeza política. A decisão de D. João III e de D. Catarina em casarem a infanta D. Maria com Filipe das Astúrias contou com forte oposição na Corte e no Conselho régio; em face da sucessiva morte dos filhos dos monarcas, não era impossível, dada a debilidade do príncipe D. João, que a infanta D. Maria viesse a suceder a seu pai. Casando com o príncipe das Astúrias, e na falta do príncipe D. João, a herdeira natural do trono de Portugal era D. Maria, consumando-se a união das coroas ibéricas. Com destaque para o conde de Vimioso e o marquês de Vila Real, incisivos na sua oposição, o Conselho mostrava-se, em bloco, hostil a tal casamento, que preocupava outras altas figuras da Corte e da Igreja portuguesa, como era o caso de D. Fernando de Meneses (BUESCU, 2007: 253-258). Em carta de 6 de Fevereiro de 1542, o embaixador castelhano Luís Sarmiento informava Carlos V como o arcebispo aconselhava o marquês de Vila Real para, no Conselho régio, se opor ao enlace (VELOSO, 1950: 69-70). Mas foi precisamente o arcebispo de Lisboa, como vimos, quem acompanhou em 1543, com o duque de Bragança, a jovem princesa até à raia, jornada da qual deixou testemunho escrito.

Outros testemunhos, esparsos, de maior ou menor relevância, evidenciam o apreço de D. João III pelo bispo de Lamego: em 1528, integrava o Conselho régio restrito, na época ainda bastante volátil em termos de composição; nesse mesmo ano, foi encarregado de receber, com o conde de Abrantes, D. Lopo de Almeida († 1530?), do conselho do rei (FREIRE, 1996: III, 370-373), seu primo, os embaixadores de Rodes (CARNEIRO, 1937: 218); em 1532, nas longas instruções a D. Martinho de Portugal que então partia para Roma, o monarca recomendava circunstanciadamente ao seu embaixador a apresentação junto do Papa de questões eclesiásticas do interesse do bispo de Lamego, “pelos muitos e mui continuados serviços que sempre fêz a El-Rei, meu Senhor e Padre (...) dignos de muito merecimento, (qu)e pelos que fêz e faz a Mim, com muito gasto de sua fazenda” (CARNEIRO, 1937: 97, 118-120). Em 1546, coube ao já arcebispo de Lisboa a imposição da Ordem do Tosão de Ouro a D. João III (CARNEIRO, 1937: 409-411), em cerimónia realizada no paço de Almeirim.

Logo após a morte de D. João III, em Junho de 1557, o arcebispo de Lisboa estava entre os presentes no Conselho régio convocado por D. Catarina (POLÓNIA, 2005: 139), participando nas cerimónias de levantamento do novo rei, D. Sebastião.

Entretanto, continuava a exercer o seu múnus episcopal, como sucedeu na sagração de frei Bartolomeu dos Mártires, a 3 de Setembro de 1559, na igreja de São Domingos, por D. João Soares, bispo de Coimbra, coadjuvado por D. Julião

de Alva, bispo de Portalegre e D. Pedro, bispo titular de Hipona, em que o arcebispo de Lisboa fez a entrega do púlpito ao novo bispo (PAIVA, 2006: 332).

O posicionamento político de D. Fernando de Meneses durante a regência de D. Catarina, de quem foi também capelão-mor, insere-se num contexto de tensão que culminou, no dia 8 de Dezembro de 1560, dia de Nossa Senhora, no “ajuntamento” de membros da alta nobreza e do alto clero, entre os quais o arcebispo de Lisboa, no convento de São Francisco, num acto público de resistência, verdadeiro “acto de insurreição” contra a regente no momento de constituição da casa de D. Sebastião (CRUZ, 1992: I, 91; II, 374, n.º XVII; BUESCU, 2007: 339-344). A atribuição, em 12 de Julho de 1561, do cargo de capelão-mor ao arcebispo de Lisboa terá sido uma “compensação” de D. Catarina a alguém que se sentiria agravado, quer por ter sido excluído da política de mercê de cargos da casa do rei em 1560, quer por não ser habitualmente chamado por D. Catarina para as reuniões da Mesa da Consciência, ao contrário do que sucedia com D. João III (CRUZ, 1992: I, 94).

As Cortes gerais do reino, que assinalariam o final da regência de D. Catarina e o início da do cardeal D. Henrique, mas não o desanuviamento político, tiveram lugar em Lisboa, em 12 de Dezembro de 1562, sendo que D. Fernando de Meneses foi escolhido, com D. Rodrigo Pinheiro, bispo do Porto, e D. João de Melo, bispo do Algarve, como procurador do clero às Cortes, cabendo-lhe um papel especialmente activo nas reuniões preparatórias, e a apresentação, com os bispos do Porto e do Algarve, dos capítulos do clero a D. Henrique, que jurou como regente, a 23 de Dezembro, nas mãos do arcebispo de Lisboa (CRUZ, 1992: I, 306-334; POLÓNIA, 2005: 139-177).

A sua relação com o cardeal D. Henrique não foi pacífica, tendo D. Fernando de Meneses redigido, na década de cinquenta, uns *Capítulos de suspeição contra o Cardial D. Henrique apresentados à Santidade de Paulo IV onde se faz uma publica confissão dos seus defeitos* (MACHADO, 1965-1967: II, 64).

Enquanto bispo de Lamego, para além da acção mecénica que referiremos, destacam-se da sua actividade a convocação de um concílio realizado em Coimbra, e a publicação das *Constituições Synodales do Bispado de Lamego* em 1563, muitos anos depois de ter deixado aquela dignidade, no ano em que terminou o Concílio de Trento. Das então nove dioceses do reino, foram as últimas a ser publicadas, dois anos depois de celebrado o sínodo (PAIVA, 2007a: 706).

Ao bispo de Lamego e depois arcebispo de Lisboa foram dedicadas algumas obras de diferente natureza, como a *Descrição do terreno ao redor de Lamego* (1531-1532) do cristão-novo Rui Fernandes, talvez por encomenda do próprio bispo (FERREIRA, 2012: 66-67), o *Compendio e Sumario de confessores...* (1546)

de Juan de Pedraza (PAIVA, 2007a: 704), e o *Summario ã que brevemente se contem algvas covsas assi eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa* (1555?), encomendado pelo arcebispo em 1551 a Cristóvão Rodrigues Oliveira, seu guarda-roupa, em que constam, nomeadamente, os rendimentos do arcebispado e do cabido lisboeta.

Em 1532, tornou-se membro da recém-fundada Mesa da Consciência e Ordens, e logo em 1536, foi nomeado inquisidor (PAIVA, 2006: 318-319), indício, uma vez mais, do seu valimento junto de D. João III e do seu apoio à criação do Tribunal.

A respeito das movimentações na Corte anteriores ao estabelecimento da Inquisição no reino, há ecos de alguma fricção com D. João III, em 1533. Em carta do nuncio Marco Vigerio della Rovere a Jacopo Salviati, de Outubro desse ano, o nuncio relatava como o bispo de Lamego falava em retirar-se da corte, sendo que a razão era um desentendimento com o rei por agravos ao conde de Penela, seu irmão, e ao seu tio, bispo de Coimbra, e a ele próprio que, segundo o embaixador, o rei não quisera para inquisidor (“*non l’havendo voluto per inquisitore*”) (LA CORRESPONDANCE, 1980: 31, n.º 7). A sua influência não terá sido alheia à criação, era já arcebispo de Lisboa, do Tribunal da Inquisição em Lamego, em 1541 (FERREIRA, 2012: 75-76). A publicação impressa, e portanto a fixação da respectiva versão oficial, do tratado de Francisco Álvares (†1540) *Verdadera Informaçam das Terras do Preste Joam...*, nas oficinas do tipógrafo régio Luís Rodrigues, obra com delicadas implicações teológicas e doutrinárias, e que já circulava em manuscrito em Roma pelo menos desde 1533, foi precedida da respectiva censura, cuja supervisão esteve a cargo de D. Fernando de Meneses (MARCOCCI, 2012: 205-209). Não há, em todo o caso, ao contrário do que sucedeu noutras dioceses, notícia de uma activa prática de censura do arcebispo de Lisboa aos livros impressos na cidade (PAIVA, 2007a: 719).

A questão da articulação entre a Inquisição e o poder episcopal (PAIVA, 2011) fica clara num episódio ocorrido em 1552, no contexto das grandiosas festas de casamento do príncipe D. João com D. Joana de Áustria. Em plena missa dominical no dia 11 de Dezembro celebrada na sala da rainha no paço da Ribeira, perante os reis, os príncipes, o cardeal-infante D. Henrique, os infantes D. Luís e D. Maria, o nuncio papal, e muita nobreza da corte, o inglês William Gardiner, mercador de Bristol, arrancou a hóstia das mãos do sacerdote no momento da eucaristia, atirando-a ao chão e derramando o vinho ainda não consagrado. D. João III não deixou que o matassem, como pretendiam muitos dos presentes, e ordenou que o levassem para o Limoeiro. Aí, os juizes nomeados pelo arcebispo de Lisboa sujeitaram o inglês a sumário processo, em que o réu

foi interrogado em latim. Posto a tormento no potro, acabou condenado como “manifesto herege, pertinaz, impenitente”. Relaxado ao braço secular, foi arrastado atado a uma mula até ao pelourinho onde lhe cortaram as mãos, o apedrejaram e queimaram vivo (PEREIRA, 1984; BUESCU, 2008: 331-332).

Reflectindo a sua alta linhagem e a *praxis* de desempenho das funções episcopais e de vida de tantos outros prelados na época, que a Igreja romana procurou contrariar, sem grande efeito, no V Concílio de Latráo (1512-1517), também D. Fernando de Meneses, profundamente embrenhado na vida política e na Corte, foi sobretudo um bispo ausente, embora atento e interventivo (RESENDE, 2007: 157; FERREIRA, 2012: 69; PAIVA, 2013a: 100), como testemunhava Rui Fernandes quanto ao “ensino (da doutrina) dos moços e moças do Bispado” (FERNANDES, 2012: 61).

Por breve de 16 de Setembro de 1519, o Papa Leão X exortava o bispo de Lamego e capelão-mor de D. Manuel a implementar a proibição de os clérigos se dedicarem à caça, pedido ao bispo que exercesse vigilância na sua diocese (CDPII, 26-27). Em muitos aspectos e ocasiões, comportou-se como um grande senhor laico, bispo-fidalgo a que não eram alheias actividades mundanas de cariz aristocrático e senhorial (PAIVA, 2006: 111-122), sempre presentes em actos e na projecção de uma imagem – D. Fernando de Meneses terá composto um *Nobiliário das Famílias de Portugal* (MACHADO, 1965-1967: II, 64). Como outros prelados, teve filhos (FERREIRA, 2012: 73-74), um dos quais, D. João Afonso de Meneses, foi arcebispo de Braga entre 1581 e 1587 (PAIVA, 2006: 365). Em 1551, quando D. João III determinou dar casa ao príncipe D. João, um dos fidalgos que deveriam dormir na sua câmara era D. António, filho do arcebispo de Lisboa (CARNEIRO, 1937: 418).

Durante a sua prelazia, mandou construir, c. 1554, o Palácio da Mitra e a igreja matriz, em Santo Antão do Tojal (Loures), para onde se retirou nos últimos anos de vida (MACHADO, 1965-1967: II, 64), de que nada resta em virtude de profundas alterações promovidas por D. Tomás de Almeida no século XVIII (SERRÃO, 2000: 261). Antes ainda da elevação ao bispado, c. 1511-1513, patrocinou as obras de decoração na igreja de Santa Leocádia (Chaves) (SERRÃO, 2000: 262-265). Teve, como outros bispos do seu tempo, com destaque para D. Diogo de Sousa em Braga e D. Miguel da Silva em Viseu, uma notável acção mecénica na diocese de Lamego no campo artístico (SERRÃO, 2000: 265-283; PAIVA, 2013a: 102), em particular na sé, que tivera um assinalável impulso a partir de 1502, com D. João Camelo de Madureira, seu antecessor. Essa acção materializou-se já declaradamente sob o signo da arte *ao romano*, quer na igreja e no seu recheio artístico, quer no claustro e nas intervenções no paço episcopal (FLOR,

2013: 119-130). A mais destacada e singular intervenção mecenática de D. Fernando de Meneses em Lamego residirá, contudo, nas monumentais tapeçarias de Bruxelas (QUINA, 2005: 11-148; MOREIRA, 2005: 149-171) adquiridas em 1535, executadas sobre cartões do reputado pintor Bernard Van Orley (†1541), embora não haja qualquer rasto documental da encomenda (QUINA, 2005: 15; FERREIRA, 2012: 70-71). Informação interessante a propósito de D. Fernando de Meneses e das suas coleções consta do testamento da rainha D. Catarina, lavrado a 8 de Fevereiro de 1578: “A Dona Ana de Aragão mando que se dem os pannos e ante porta da Historia de Salomão que forão do bispo capelão mor” (*As GAVETAS*, 1960-1975: VI, 46).

D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos morreu em Lisboa a 7 de Janeiro de 1564, aos 83 anos de idade, sucedendo-lhe no arcebispado de Lisboa o cardeal D. Henrique, dignidade que D. António, prior do Crato (1531-1595), procurou então alcançar, sem sucesso (CARNEIRO, 1937: 322). Jaz sepultado na capela-mor da sé de Lisboa.

ANA ISABEL BUESCU

[A Autora segue o acordo ortográfico anterior a 1990]

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: ANDRADA, 1976; CARNEIRO, 1937; *COLECÇÃO DE S. LOURENÇO*, 1973; CORREIA, 1992; *CDP*; *LA CORRESPONDANCE*, 1980; FERNANDES, 2012; *As GAVETAS*, 1960-1975; GÓIS, 1949-1955; *HGCRP*; SOUSA, 1936-1954. **Estudos:** ALMEIDA, 1967-1971; BUESCU, 2007; BUESCU, 2008; BUESCU, 2011; CASTRO, 1762-1763; CRUZ, 1992; DIAS, 1969; FERREIRA, 2012; FLOR, 2013; FREIRE, 1996; JORGE, 2000b; MACHADO, 1965-1967; MARCOCCI, 2012; MOREIRA, 2005; PAIVA, 2006; PAIVA, 2007a; PAIVA, 2011; PAIVA, 2013a; PEREIRA, 1984; POLÓNIA, 2005; QUINA, 2005; RESENDE, 2007; SERRÃO, 2000; VELOSO, 1950.

HENRIQUE DE PORTUGAL

(1564-1569)

O cardeal infante D. Henrique, arcebispo de Lisboa entre 1564 e 1569 (PAIVA, 2006: 334), apresenta-se como uma figura de charneira no século XVI português e europeu. Infante da Casa Real, filho de D. Manuel, irmão de D. João III, regente na menoridade de D. Sebastião e monarca num contexto de profunda crise política (1578-1580); personalidade central na vida religiosa portuguesa e europeia pelos cargos desempenhados; figura nuclear na esfera cultural pelos seus desempenhos de inquisidor, mas também de mecenas e mentor de numerosas iniciativas e empreendimentos culturais, entre os quais avulta a fundação da Universidade de Évora (1559), o cardeal infante D. Henrique tece em torno de si uma teia de relações complexas, tanto no domínio eclesiástico, como no campo político. Membro de uma numerosa família e último representante da dinastia de Avis, D. Henrique, sétimo filho de D. Manuel e oitavo da sua prole, nasceu a 31 de janeiro de 1512 e faleceu no mesmo dia do ano de 1580, como 17.º rei de Portugal.

A sua formação em tudo seguiu os parâmetros próprios de um infante da casa real. André de Resende, Clenardo e Pedro Nunes são três nomes que se encontram ligados à sua educação. Desconhece-se quem teriam sido os mestres responsáveis pela iniciação do infante nas primeiras letras. O primeiro mestre de que temos referência, desde 1531, é Pedro Nunes, o insigne matemático, que

Henrique de Portugal

1512.1.31	Nascimento
1533-1537	Eleito/administrador do arcebispado de Braga
1537-1540	Arcebispo de Braga
1540-1564	Arcebispo de Évora
1545-1580	Cardeal-presbítero dos Santos Quatro Coroados
1564-1569	Arcebispo de Lisboa
1575-1578	Arcebispo de Évora
1580.1.31	Morte



Fig. 117. Francisco de Holanda (atrib.) (1517-1585), *Nossa Senhora de Belém com a representação da família do rei D. João III*, [c.1550-1553], pintura a óleo sobre madeira de carvalho, 32x45 cm. Lisboa, MNAA, Inv. 1181 Pint. ©DGPC. Foto: José Pessoa.

estendia o seu magistério aos infantes D. Luís, D. Duarte e D. Henrique (CARVALHO, 1950). Em 1533, estaria já sob influência de André Resende – embora não esteja provado que este tenha sido, de facto, seu mestre (LEITÃO, 1909-1914: VII, 339-375) – e, posteriormente, de Clenardo. Teria sido por diligências de André de Resende que o humanista do Brabante, então catedrático em Salamanca, acabaria por vir para Portugal, com o intuito de ensinar ao infante, entre outras matérias, Filosofia e Teologia (CEREJEIRA, 1974-1975: I, 385), matérias que adicionaria à sua formação prévia em Humanidades e Ciências Matemáticas. A este leque nada teria acrescentado a ação formativa de João Vaseu, também ele um humanista, vindo de Salamanca em 1540, a pedido de Clenardo, para o substituir como mestre do Infante.

Desde 1533, a formação do Infante é voltada para a carreira eclesiástica, vindo a ser detentor dos principais cargos e dignidades: arcebispo das três principais dioceses do reino – Braga (1537-1540), Évora (1540-1564 e 1575-1578) e Lisboa (1564-1569), cardeal (1545), legado *a latere* (desde 1552 e reempossado em 1560) e inquisidor-geral do reino (1540-1580).

Teria recebido as primeiras ordens aos 14 anos, se bem que as de missa apenas as tivesse tomado por volta de 1533, data em que assumiu o cargo de administrador do arcebispado de Braga (BPE, Cód. CIII/1-15: *Crónica de El Rey D. Henrique decimo settimo Rey de Portugal*, s.d.). Todavia, já em 1522 para ele era solicitado o priorado de Santa Cruz e o bispado de Viseu. Concedeu-lhe Adriano VI o primeiro (bula *Nobilitas generis*, de 18 de fevereiro de 1523: CDP II, 102) mas negou-lhe o segundo, em razão da sua idade (carta de D. Miguel da Silva a El-Rei, de 25 de maio de 1523: CDP II, 152ss), tal como o faria Clemente VII, em 1524 (breve *Accidit nobis*, de 1 de julho de 1524: CDP II, 214). Em 1523 foi-lhe atribuído, por Adriano VI, o mosteiro de São Cristóvão de Lafões, da Ordem de Cister, e o priorado de São Jorge, da Congregação dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (bula *Romani Pontificis Providentia*, de 2 de março de 1523: CDP II, 110), ao qual renunciaria, em 1547, a favor do seu secretário, Jorge Coelho (RODRIGUES, 1931-1950: I, 25). Do ponto de vista eclesiástico, a precocidade e a multiplicidade de cargos e benefícios são um traço saliente da carreira eclesiástica do cardeal.

O primeiro grande passo na progressão da sua carreira deu-se com a sua nomeação, com apenas 21 anos, para administrador do arcebispado de Braga, pela bula *Divina disponente*, em 30 de abril de 1533, cargo que desempenharia até 1537, altura em que se tornaria seu pleno titular (bula de Clemente VII, *Divina disponente dementia*, de 30 de abril de 1533: CDP II, 441). Os principais atos desempenhados pelo infante na igreja primacial bracarense documentam, para o breve período em que aí se deteve, uma ação pastoral significativa. O prelado chega à sede arquiépiscopal em agosto de 1537 e parte para Lisboa a 21 de novembro do mesmo ano (FERREIRA, 1928-1935: II, 408). Nesse curto hiato temporal reúne um sínodo em 10 de setembro (*CONSTITUIÇÕES*, 1538: “Prologo”), provê o arcebispado de novas constituições (*CONSTITUIÇÕES*, 1538: “Prologo”), visita pessoalmente parte da arquidiocese e nomeia visitantes para o resto do território diocesano (FERREIRA, 1928-1935: II, 414, nt. 2). Preocupado com a degradação moral do clero e com a ausência de estruturas de formação, reorganiza os estudos públicos de Braga, mandando ampliar os edifícios do futuro Colégio de São Paulo, onde exercem, desde 1537, primeiro Nicolau Clenardo, e depois, João Vaseu. Em 1539, dota os estudos de São Paulo de novos estatutos, e aí se ministra um *curriculum* de perfil tendencialmente humanista, no qual, a par da Filosofia e da Teologia, se prevê o ensino da Gramática, da Retórica e da Poesia Latina (CEREJEIRA, 1974-1975: I, 132, nt. 1). D. Henrique promove ainda publicações de foro litúrgico, entre as quais o *Manuale Sacramentorum* (1538), o *Sacramental* de Clemente Sanchez de Vercial (1539)

e a edição do *Missale Bracharense* (1538), já iniciada por D. Jorge de Almeida (1483-1543).

Em 16 de setembro de 1538, foi nomeado prior de Cedofeita (bula de Paulo III, *Personam tuam*: CDP III, 447) e do mesmo período são as cartas pontifícias que o fazem administrador dos mosteiros de Paço de Sousa, Bustelo, Moreira e Caramos (bulas de Paulo III: *Aequum reputamos*, de 3 de novembro de 1534; *Personam tuam*, de 21 de maio de 1538 e *Romani Pontificis*, de 23 de setembro do mesmo ano: CDP III, 126, 447, 453). A estes cargos se adicionaria, em 1539, o de inquisidor-mor, para o qual é nomeado por D. João III (ALMEIDA, 1967-1971: II, 407ss; BAIÃO, 1906-1916: IV, 218; HERCULANO, 1979-1981: I, 186ss). A posse da nova atribuição nada tem de pacífica. O provimento do infante não só se depara com a relutância do núncio papal (ALMEIDA, 1967-1971: II, 410), mas também com a da Cúria romana, mercê, por um lado, do facto de não ter D. Henrique idade canónica suficiente para o desempenho do cargo e, por outro lado, devido ao seu parentesco com D. João III.

Como detentor deste cargo, foi responsável pela publicação do *Regimento da Santa Inquisição* (BAIÃO, 1906-1916: V, 272-298, n.º XXXI), datado de 3 de agosto de 1552 e das *Adições e Declarações* a este regimento (BAIÃO, 1906-1916: V, 302-305, n.º XXXVI), de 7 de agosto de 1564, documentos que irão orientar, de uma forma estrutural, o funcionamento do tribunal e regulamentar os seus principais procedimentos. O *Regimento do Conselho Geral* (BAIÃO, 1906-1916: IV, 412-417, n.º X), de 1 de março de 1570, também da sua responsabilidade, constitui o primeiro documento que estabelece a composição, atribuições e funcionamento deste órgão central do tribunal. A ele se junta o *Regimento da pessoa que teuer a carguo do collegio da doutrina da fé*, de 1551 (BAIÃO, 1906-1916: V, 301-302, n.º XXXV), e ambos se afirmam como instrumentos regulamentadores essenciais do Tribunal.

Das suas funções de inquisidor decorre ainda a publicação dos índices de livros proibidos (BAIÃO, 1906-1916: V, 392ss). Da sua iniciativa, poderemos recensear, entre 1547 e 1564, cinco edições relativas a quatro róis de livros proibidos. Estas edições datam, respetivamente, de 1547 (*Prohibiçam dos livros defesos*), 1551 (*Rol dos livros defesos por o Cardeal Iffante Inquisidor geral nestes Reynos de Portugal*), 1561 (*Rol dos Liuros defesos nestes Reinos & Senhorios de Portugal que ho Senhor Cardeal Iffante Inquisidor geral mandou fazer*) e 1564, tendo-se, neste último ano, procedido à publicação do *Index librorum prohibitorum* tridentino e à sua impressão em vernáculo (*Rol dos Lyvros que neste Reyno se Prohibem* (todos em ÍNDICES, 1983). A este número teremos que adicionar a publicação, sob a égide de D. João Soares, bispo de Coimbra e inquisidor do reino, do *Index*

auctorum et librorum (ÍNDICES, 1983), a qual se enquadra, ainda, na ação inquisitorial dirigida pelo Cardeal.

Com a morte do cardeal D. Afonso, seu irmão, titular do arcebispado de Lisboa e perpétuo administrador da diocese de Évora, foi nomeado pelo papa Paulo III, por bulas de 1540 (bulas *Gratie divinum praemium*, de 24 de setembro: ÍNDICES, 1983) e a pedido de D. João III, prelado de Évora, ao mesmo tempo que esta diocese é elevada a arcebispado (*Despacho que foy a Christóvão de Sousa sobre a vagante e outros negoceos, que levou Gouvea a III dias de Agosto de 1540 em Lisboa, a Enformaçam pera provisam do bispado de Evora, que se pede por El-Rei nosso Senhor pera o Senhor infante dom Henrique e, ainda, a Enformação das causas per que se ha de pedir que a see d'Évora seja por o santo padre eregida em igreja metropolitana e archiepiscopal*, documento da mesma

data: CDP IV, 313ss, 326-328, 340-343). Como titular da arquidiocese eborense se mantém o infante até 1564, ano em que, por virtude das funções de regente do reino na menoridade de D. Sebastião e da correlativa exigência de afastamento constante da sua diocese, é provido no arcebispado de Lisboa (bula *Exposit nobis*, de 21 de junho: CDP X, 164-167). Reassume porém a prelazia de Évora em 1575, após a morte de D. João de Melo (vide breve *Pridem Ecclesiae*, de 23 de dezembro de 1574: CDP X, 497-498).

A 8 de junho de 1545, concedia-lhe o papa os proventos de comendatário e perpétuo administrador do mosteiro de Alcobaça (bula *Apostolicae sedis*, de 8 de junho de 1545: CDP V, 424) e, em dezembro do mesmo ano era elevado à dignidade cardinalícia, tendo ficado dispensado de ir receber o barrete a Roma (breves *Quod semper optavimus e Hodie in his sacris*, de 16 de dezembro de 1545 e *Cum tui serenissimi*, de 15 de outubro de 1546: CDP V, 506; VI, 80). Igual curso ascendente



Fig. 118. Teto armoriado com as armas do cardeal-infante D. Henrique de Portugal, séc. XVI, pedra. Roma, Igreja dos Santos Quatro Coroados. Imagem cedida pelas Monjas Agostinhas do mosteiro dos Santi Quatro Coronatti. Foto: Miguel Metelo de Seixas.



Fig. 119. Pedra de armas do cardeal-infante D. Henrique de Portugal, aposta no arco triunfal da capela-mor, séc. XVI, pedra. Gaeiras, Convento de São Miguel das Gaeiras (conc. Óbidos).
©Concelho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Oeste.

prossegue a sua carreira quando, em 1553, lhe é atribuído o cargo de legado *a latere* (breve *Quod tua Magestas*, de 18 de agosto: *CDP* VII, 241), que consubstancia a autoridade do mais alto representante da Igreja no reino de Portugal. A natureza do cargo não deixa quaisquer dúvidas quanto à amplitude das suas atribuições e poderes, as quais reforçam e ampliam a sua capacidade de intervenção no domínio eclesiástico e até político (POLÓNIA, 2005).

Entre 1549 e 1559, o cardeal surge três vezes como candidato à tiara papal, num contexto indissociável das intenções e expectativas de D. João III, que para isso mobiliza o seu embaixador em Roma, Baltasar de Faria (cartas de 19 de janeiro e de 11 de fevereiro: *CDP* VI, 345-346,

346-349), e usa as suas redes de poder, tentando a adesão de Carlos V e Henrique II de França a essa causa. Os eventos não foram, porém, favoráveis à eleição do cardeal no conclave de 1549, como também não o foram no segundo, após a morte de Júlio III e no terceiro, realizado no decurso do falecimento de Paulo IV. Em 1555, data da segunda tentativa, está ainda patente o esforço pessoal de D. João III (Carta ao Comendador-mor, Roma, 6 de abril de 1555: *CDP* VII, 379ss), mas já em 1559, após a sua morte, e sob a regência de D. Catarina, apenas se assiste a uma ténue tentativa de dar seguimento a um projeto iniciado pelo monarca seu irmão (POLÓNIA, 2004b).

Dispensado por cartas apostólicas de assistir à assembleia conciliar de Trento (breve *Recepimus litteras*, de 30 de agosto do mesmo ano: *CDP* III, 399 e carta a Balthazar de Faria, de 22 de junho de 1545: *CDP* V, 443ss), é todavia justo vê-lo como um dos principais motores do processo de reconhecimento e publicitação das estipulações do Concílio em Portugal, integrando-as no corpo legislativo nacional. O seu comprometimento com o espírito de Trento é reconhecido como sendo mesmo anterior à conclusão das sessões conciliares, se atendermos ao teor dos *Capítulos que per ordenança do cardeal D. Henrique foram dados aos*

prelados por mandado de D. João III (de 1533: BPE, Cód. CIII/2-19). Estes capítulos documentam, inequivocamente, a aquiescência do cardeal Infante ao projeto tridentino, desde os seus primeiros momentos.

Nomeado arcebispo de Lisboa, por bula de Pio V, cargo que exerceu entre 1564 e 1569, é, antes de mais, nesta diocese que se podem testar os seus esforços para a implementação dos decretos de Trento. A bula de confirmação do concílio foi solenemente lida e publicada pelo cardeal na catedral de Lisboa. É, ainda, por sua iniciativa que se publicam os decretos tridentinos, primeiro em latim e depois em vernáculo (*Canones et decreta sacrosancti oecumenici et generalis Concilii tridentini*, 1564; *Decretos e determinações do Concílio Tridentino que devem ser notificados ao pouo...*, 1564; bula *Benedictus*

Deus, de 26 de janeiro de 1564 e breves de Pio V, *Sacri Tridentini*, de 3 de junho, *Ex tuae Majestatis*, de 24 de junho, *Sicut ad Sacrorum*, de 18 de julho e *Quod literis tuis*, de 6 de setembro: CDP X, 156, 163, 169; CAETANO, 1965: 7-87). Em termos de pastoral, regia-se até aí o arcebispado de Lisboa pelas Constituições de 1536, outorgadas pelo cardeal infante D. Afonso. Procedeu D. Henrique à sua revisão, de acordo com as disposições tridentinas. E fê-lo com a publicação das *Constituições Extravagantes*, em 1565 e das *Extravagantes Segundas...*, de 1566 (editadas em 1569), tendo estas sido aprovadas em concílio provincial, a que assistiram os bispos de Leiria, Portalegre, Lamego, Guarda, Funchal e São Tomé. Seguindo de perto o espírito conciliar, estes textos normativos constituíram-se em instrumentos essenciais para orientar a arquidiocese de Lisboa na segunda metade de Quinhentos.

Imbuído de uma profunda preocupação com a situação moral do clero, sentimento que igualmente partilhava com as orientações conciliares, o cardeal



Fig. 120. *Constituições extravagantes do arcebispado de Lisboa*, Lisboa: em Casa de Francisco Correa, impressor do serenissimo Cardeal Infante, 1565, papel. Lisboa, BNP, Res. 804//2 V. ©BNP



Fig. 121. Cristofano di Papi dell' Altissimo, Ritrato di Enrico I Re de Portogallo (c. 1580–c. 1599), pintura sobre madeira, 60x43 cm.
Firenze, Palazzo degli Uffizi, Galleria degli Uffizi. inv. n.º 3022. © Galleria degli Uffizi, Firenze.

formula, desde 1564, dois tipos de respostas para a melhoria da sua formação e desempenhos. Uma delas é a promoção de um rigoroso exame dos confessores, pregadores, assim como de todos os que pretendessem receber ordens, recorrendo, para tal, à colaboração dos padres jesuítas da casa professa de São Roque e do Colégio de Santo Antão de Lisboa. A outra é a criação de estruturas adequadas que integrassem os candidatos ao sacerdócio, proporcionando-lhes uma formação eficaz. Neste contexto se enquadram os constantes apoios, nomeadamente financeiros, ao colégio de Santo Antão, da Companhia de Jesus, e a fundação do seminário diocesano de Lisboa, o qual dota de rendimentos próprios, em 30 de novembro de 1566 (ALMEIDA, 1967-1971: II, 429, 638ss; RODRIGUES, 1931-1950: I, 165-175). Estes constituirão, porventura, os traços mais salientes e os elementos mais representativos da sua ação como prelado da diocese lisboeta, assim como os documentos mais relevantes do seu empenho em pôr em prática, nessa diocese, o espírito pastoral pós-tridentino – numa altura em que detinha, em simultâneo, os encargos de inquisidor-mor e de regente do reino na menoridade de D. Sebastião, cargo que exerce de 1562 a 1568.

As suas intervenções na vida religiosa do reino decorrem em grande medida das suas funções de arcebispo das três principais dioceses do reino, Braga, Évora e Lisboa, e do seu cargo de Inquisidor. Há, porém, uma terceira área de ação através da qual a sua intervenção se faz sentir: a da reforma das ordens religiosas. A sua ação de maior relevo como reformador das ordens religiosas exerceu-se enquanto legado *a latere*, a partir de 1560, quando, em 20 de setembro, reinvestido nessa dignidade, recebeu poderes para superintender na disciplina das corporações regulares (DIAS, 1960: I, 176). Iguais poderes recebeu, por cartas apostólicas, como par do bispo de Leiria e do arcebispo de Braga, para reformar as estruturas monásticas que se revelassem capazes de voltar à observância, ou de as extinguir, caso a sua situação o exigisse (breve de Pio V, *Altitudo divinae providentia*, de 29 de maio de 1566 e a bula do mesmo, *Ex iuncto*, de 26 de outubro de 1567: CDP X, 214-219, 277-283). Será no cumprimento destas atribuições que atuará nas Ordens de São Bernardo, São Bento, Santo Agostinho, São Jerónimo e São Domingos (DIAS, 1960: I, 99).

É, porém, também a outros títulos que o cardeal exerce a sua ação reformadora: como prior de Santa Cruz, como comendatário e administrador perpétuo do mosteiro de Alcobaça, como legado *a latere* e, finalmente, a título pessoal, como uma das pessoas nomeadas pelo pontífice, em 1567, para proceder à referida tarefa. Em relação a Santa Cruz de Coimbra, foi o cardeal dotado de poderes por um breve de Gregório XIII, de 1572 (breve *Exponi nobis*, de 11 de julho de 1572: CDP X, 450-452; TELES, 1645-1647: II, lv. V, cap. XXIX, 382). Em

Alcobaça, para além de procurar restaurar a estreita observância monástica, preocupa-se, em 1551, com a redistribuição dos dízimos, no sentido de aproximar os ofícios prestados aos benefícios usufruídos (ALMEIDA, 1967-1971: II, 116). Neste mosteiro, a atividade reformadora henriquina deverá ser integrada, como em outros domínios, num plano já iniciado por seu irmão, o cardeal D. Afonso (DIAS, 1960: I, 99).

Por incumbência real interveio, ainda, na restauração das ordens militares de Cristo e Avis, nomeadamente no que toca aos frades residentes dos conventos de Tomar e Avis, como parece estar documentado para o ano de 1559 (TELES, 1645-1647: II, lv. V, cap. XXIX, 383). Os juízos formulados em torno da sua ação neste domínio não são consensuais. Eles não colocam, porém, em causa o papel fundamental de D. Henrique no contexto religioso do Portugal quinhentista enquanto reformador das ordens religiosas.

O usufruto de benefícios afetos aos cargos que desempenhou fez do cardeal um dos mais destacados mecenas da vida cultural portuguesa. Não se estranha pois que a sua casa se afirme como o epicentro de círculos de homens cultos de que se rodeou. Teólogos, filósofos, retóricos e humanistas encontrar-se-iam nesses serões literários (TELES, 1645-1647: II, lv. V, cap. XXVIII, 380). Entre os próprios oficiais de sua casa, alguns dos seus colaboradores diretos são reconhecidos como intelectuais de renome, como é o caso do seu secretário pessoal, Jorge Coelho, doutor em Cânones, humanista, orador e poeta latino (RODRIGUES, 1931-1950: I, 225) e de Gaspar Barreiros, também ele humanista com reconhecidos percursos europeus, e beneficiado pelo mecenato do cardeal, a quem dedica algumas das suas obras. André de Resende, Sá de Miranda ou Damião de Góis, bem como Nicolau Clenardo e João Vaseu são outros nomes de humanistas que contaram como o seu mecenato (TELES, 1645-1647: II, lv. V, cap. XXVIII, 380).

Entre os círculos de espiritualidade que frequentou e que impulsionou em Portugal, contam-se os dominicanos e os jesuítas (POLÓNIA, 2008: 171-190). Entre os primeiros, avultam as suas relações pessoais com frei Luís de Granada e, com menos intensidade, com frei Bartolomeu dos Mártires. Da sua ligação à Companhia de Jesus dá prova o suporte, político, financeiro e pastoral, que deu aos seus padres e aos seus colégios, tomando-os como seus diretos colaboradores, seja na dimensão pastoral, seja pedagógica, seja mesmo na sua ação política (POLÓNIA, 2005: 61-75, 95-106, 204-229).

Na verdade, não é só pela via do mecenato que D. Henrique intervém na dinamização da vida cultural nacional. É vultuosa e assinalável a sua intervenção na área do ensino: pelo número de instituições pedagógicas que o vemos criar, fomentar e apoiar; pelo financiamento pessoal e institucional que nela investiu, ligado

diretamente aos cargos que ocupou; pela afetação de verbas procedentes de conventos e mosteiros extintos pela sua ação reformadora. A importância da sua ação decorre ainda da circunstância de as instituições de ensino que apoia se dirigirem a leigos e a eclesiásticos, e a múltiplos universos discentes, distribuídos por distintos graus de ensino, níveis sociais e procedências geográficas (POLÓNIA, 1993: 137-175).

São conhecidos os apoios prestados pelo prelado ao colégio de São Paulo, em Braga, entretanto entregue por frei Bartolomeu dos Mártires aos padres jesuítas, ao colégio do Porto, ao de Coimbra, e ao colégio de Santo Antão de Lisboa. A mais relevante das suas ações neste domínio ocorre, porém, em Évora, enquanto fundador do colégio do Espírito Santo, em 1553, e da Universidade, em 1559, entregues ambos ao magistério da Companhia (POLÓNIA, 2012: 81-100).

Se a Universidade parecia ter a prioritária função de preparar intelectualmente o clero diocesano, isso não exclui a intenção de dar lugar a outros estudantes, alguns deles nobres, outros pobres, a cujo sustento o cardeal infante se propunha, de igual forma, prover. É o que parece acontecer com a criação, em 1562, do colégio de São Manços, vulgarmente conhecido como dos Porcionistas e, em 1578, com a criação do colégio dos Moços de Coro (FONSECA, 1728: 42). O seu plano, de 1573, de criar, em Évora, novos colégios, a realizar-se, constituiria o corolário de um projeto pedagógico coerente e completo, tendo como centro a Universidade. Referimo-nos aos colégios de São Gregório, Santo Agostinho, São Jerónimo e Nossa Senhora da Purificação (*Enformação de que el Rey nosso senhor e o Cardeal Iffante legado pedem a Sua Santidade pera se ordenarem quatro colegios...*: RODRIGUES, 1931-1950: I, 86-87). Os colégios previstos seriam, respetivamente, para 40 clérigos cursantes; 60 estudantes de Artes; 50 humanistas de Latim e Grego e, finalmente, 12 teólogos “passantes”, ou seja, não frequentadores ordinários das aulas. Tendo como base o espírito original que o impregnava, fundar-se-á o colégio da Purificação, o qual integraria, também, as pretensões e os alunos do colégio de São Gregório para clérigos cursantes. Desta simbiose resultou um seminário de preparação sacerdotal. A fundação de seminários, tanto em Évora quanto em Lisboa, dá prova do comprometimento do prelado com o espírito de Trento.

A assistência que prestou às populações não é, todavia, apenas de natureza espiritual ou cultural. Também no domínio temporal procura o prelado suprir as necessidades dos mais carentes. Essa atuação de assistência às populações manifesta-se a vários títulos. Para além do apoio a órfãos, viúvas e pobres envergonhados, previsto no seu testamento, e de esmolos pessoais, documentadas no seu *Livro da Fazenda* (BPE, Cód. CVII/1-29), ela adquiriu um carácter institucionalizado, seja através do provimento de Misericórdias, em particular a de Évora, e de reformas



Fig. 122. Túmulo do cardeal-rei D. Henrique de Portugal, séc. XVI, pedra. Lisboa, Mosteiro dos Jerónimos (Real Panteão). ©DGPC. Foto: José Avelar / Museu de Lisboa.

de hospitais, seja pela fundação do Monte da Piedade, grémio que visava aprovisionar lavradores pobres em sementes para as colheitas de anos deficitários (FONSECA, 1728: 235).

No seu testamento (*PROVAS*, 1946-1954: III, 544-553) são múltiplas as verbas destinadas a fins assistenciais. Em concreto, e como legados pios, estipula o infante a doação de toda a sua roupa de linho ao Hospital de Todos os Santos de Lisboa e aquela de menor qualidade aos seus criados pobres; a alforria dos escravos mais velhos, com condição de ingresso em mosteiros, onde deveriam ser providos de sustento material e acompanhamento espiritual; a doação de 25000 cruzados, para obras pias, entre as quais o casamento de 200 órfãs e a redenção de 200 cativos, que se especifica deverem ser dos mais pobres e desamparados, e naturais do reino e, por fim, a aplicação de uma verba não determinada

para se vestirem 50 pobres. O prelado, então rei, cumpre, no momento das suas últimas deliberações, o paradigma de caridade cristã (POLÓNIA, 2004a: 135-154).

Depois de uma invocação, em que tomam lugar de destaque as figuras de Cristo e da Virgem Maria, e de um voto de fé e de obediência à Igreja católica, apostólica, romana, D. Henrique prevê, no seu testamento, a celebração, em seu sufrágio, de 5000 missas: 1000 em louvor das chagas do Senhor, 1000 de Santa Cruz, 1000 de Nossa Senhora e 2000 de *requiem*. Recomenda que, para além da eucaristia quotidiana a ele dedicada no mosteiro de Belém, se dissessem missas de aniversário por sua morte, cantadas e com responso, o mesmo se estipulando por ocasião do dia dos defuntos. Lugar de relevo assumem as obrigações que recomenda à Companhia de Jesus, enquanto responsável pelos Colégios de Lisboa, Porto, Braga e Évora, de todos se assumindo como benemérito, a par da Universidade, de que foi fundador (POLÓNIA, 2005: 246-250).

A 31 de janeiro, pelas 23 horas, morre D. Henrique, o último monarca da dinastia de Avis. Estavam presentes os padres Leão Henriques e Jorge Serrão, da Companhia de Jesus, o dominicano frei Luís de Granada, e frei Damião, da Ordem de São Francisco.

De acordo com o prescrito em testamento, foi o corpo do cardeal-rei depositado na capela-mor da igreja dos Paços de Almeirim. A 14 de dezembro de 1582, mandou Filipe II abrir a sua sepultura para se efetuar a trasladação dos seus restos mortais para o mosteiro de Belém, conforme D. Henrique tinha determinado num codicilo, feito quatro dias antes da sua morte (*PROVAS*, 1946-1954: III, 544-543). Existia, porém, uma outra sepultura do cardeal na igreja da Universidade de Évora, túmulo que ele próprio mandara construir, em janeiro de 1578, antes da ascensão à realeza. Estiveram presentes à trasladação do seu corpo o padre Leão Henriques e três outros religiosos da Companhia de Jesus, que tendo retirado uma parte de um pé, a levaram para Évora, onde simbolicamente, e como fora sua primeira vontade, também ficava, assim, tumulado. Aberta a sepultura, teriam verificado que se encontrava o seu corpo inalterado. De novo adornado de vestes cardinalícias, foi o corpo exposto à contemplação do povo, que assim lhe prestava nova homenagem (*RODRIGUES*, 1931-1950: I, 418).

Passado um século, em 18 de março de 1682, aquando da transferência dos seus restos mortais para o mausoléu que lhe fora destinado nos Jerónimos, reunidos quatro cónegos da catedral de Lisboa e alguns prelados e religiosos, o vigário geral dos Jerónimos e alguns médicos e cirurgiões verificou-se, porém, que, embora estivessem intactas as vestes cardinalícias com que fora sepultado, não se poderia considerar o seu corpo incorrupto, nem foi tida por milagrosa a ausência de decomposição física que aparentava (*MACHADO*, 1736-1751: II, 402; *CASTRO*, 1942: 351-352). A santidade não lhe foi, pois, conferida.

AMÉLIA POLÓNIA

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: *CDP*; *CONSTITUIÇÕES*, 1538; *CONSTITUIÇÕES*, 1588; *CONSTITUIÇÕES EXTRAVAGANTES*, 1565; *CONSTITUIÇÕES EXTRAVAGANTES*, 1569; *FONSECA*, 1728; *INDEX AUCTORUM*, [1559]; *INDEX LIBRORUM*, 1564; *ÍNDICES*, 1983; *MACHADO*, 1736-1751; *MANUALE SACRAMENTORUM*, 1538; *MISSALE BRACHARENSE*, 1538; *PROVAS*, 1946-1954; *ROL*, 1551; *ROL*, 1561; *ROL*, 1564; *SANCHEZ VERCIAL*, 1539; *TELES*, 1645-1647; **Estudos:** *ALMEIDA*, 1967-1971; *BALÃO*, 1906-1916; *CAETANO*, 1965; *CARVALHO*, 1950; *CASTRO*, 1942; *CEREJEIRA*, 1974-1975; *DIAS*, 1960; *FERREIRA*, 1928-1935; *HERCULANO*, 1979-1981; *LEITÃO*, 1909-1914; *PAIVA*, 2006; *POLÓNIA*, 1993; *POLÓNIA*, 2004a; *POLÓNIA*, 2004b; *POLÓNIA*, 2005; *POLÓNIA*, 2008; *POLÓNIA*, 2012; *RODRIGUES*, 1931-1950.

JORGE DE ALMEIDA

(1569-1585)

Clérigo secular, D. Jorge de Almeida nasceu em 1531, em Lisboa, e faleceu em 1585, igualmente em Lisboa. Era o terceiro filho de D. Lopo de Almeida (c. 1490-?-), capitão-mor de Sofala e vedor da Casa da princesa D. Joana de Áustria (1536-1573), mãe de D. Sebastião (1554-1578), e de D. Antónia Henriques (c. 1500-?), filha de D. João Pereira, comendador do Pinheiro na Ordem de Cristo e vedor da fazenda do infante D. Luís (1506-1555).

D. Jorge de Almeida era neto de D. Diogo Fernandes de Almeida (c. 1450-1508), prior do Crato, monteiro-mor de D. João II, alcaide-mor de Torres Novas e membro do Conselho real e bisneto de D. Lopo de Almeida (1416-1486), 1.º conde de Abrantes, 5.º vedor da fazenda, membro do Conselho real e diplomata de prestígio – foi membro destacado da comitiva que acompanhou a infanta D. Leonor (1434-1467), irmã mais velha de D. Afonso V (1432-1481), a Roma, onde desposou o imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Frederico III de Habsburgo (1415-1493). Teve ainda por tio-avô D. Jorge de Almeida (1458-1543), bispo de Coimbra a partir de 1483, 2.º conde de Arganil e primeiro inquisidor do reino (1536).

O seu encaminhamento, ainda muito jovem, para a vida eclesiástica corresponde à trajetória típica dos filhos segundos das casas aristocráticas, que visava a obtenção de cargos e funções de poder e influência com as correspondentes avultadas rendas.

Ainda assim, o percurso de D. Jorge de Almeida constitui um daqueles casos paradigmáticos em que a existência e os desempenhos do homem se articulam, em absoluto, com a dinâmica da época em que vive. Com efeito, D. Jorge não

Jorge de Almeida

1531	Nascimento
1569-1585	Arcebispo de Lisboa
1585.3.20	Morte



Fig. 123. Carta de doação do arcebispo de Lisboa D. Jorge de Almeida a sua irmã Ana, 1579 julho 23, papel. Lisboa, AHPL, cx. 7, n.º 2.
©AHPL

apenas assistiu a um dos momentos mais conturbados da História de Portugal, como inclusivamente participou de forma ativa no seu complexo desenvolvimento. De tal maneira que, mesmo por vezes de forma discreta, é possível detetar a sua presença recorrente nas situações decisivas.

Devido, sobretudo, à sua estreita ligação a D. Henrique (1512-1580, cardeal desde 1545 e rei de Portugal a partir de 1578), o cardeal-rei, D. Jorge de Almeida foi uma figura de encruzilhada, mergulhando fundo a sua ação no xadrez político português da época. Noutra vertente, os cargos cimeiros que ocupou na hierarquia da Igreja nacional fazem dele uma individualidade fulcral na vida religiosa portuguesa da segunda metade do século XVI, um

período de crise quase endémica para o reino e o império lusos, que culmina em 1580 com a monarquia dual.

Os panegíricos posteriores apresentam-no como alguém sério, profundo e reservado, de juízo prudente e ânimo compadecido e até bondoso (MACHADO, 1965-1967: II, 791).

Na Universidade de Coimbra

A carreira ascensional de D. Jorge de Almeida começa, ainda muito jovem, na Universidade de Coimbra, quando, em 1554, estudante de Teologia e já bacharel formado, foi encarregue por nomeação do Conselho de reger a cadeira de *Véspera* da Faculdade de Teologia.

Não era ainda doutor nem licenciado em Teologia, quando no dia 15 de novembro de 1559 se realizou um Conselho na dita instituição académica, presidido por Marcos Romeiro (1545-1558), lente de Sagrada Escritura, no qual se apresentou uma carta da rainha D. Catarina de Áustria, regente do reino entre 1557 e 1562 pela menoridade do neto, D. Sebastião. Nesta missiva régia

ordenava-se ao reitor D. Manuel de Meneses que se dirigisse de imediato para a Corte, ficando, no entanto, com poder para nomear quem lhe parecesse conveniente para servir no seu lugar enquanto durasse a sua ausência. Na resposta, o reitor nomeava D. Jorge de Almeida, solicitando ao Conselho que subscrevesse a escolha; o que, de facto, aconteceu. D. Manuel de Meneses convoca então o jovem substituto para prestar juramento com vista a servir o dito cargo.

Embora fosse tratado como próprio e verdadeiro reitor e apesar da vontade do Conselho da Universidade em elegê-lo efetivamente, D. Jorge de Almeida não pôde assumir oficialmente o cargo pelo facto de não ter ainda os 30 anos exigidos pelos estatutos da instituição. Foi necessária a intervenção de D. Catarina, que o dispensou da falta de idade, para ser de facto provido no cargo.

Tomou posse e prestou juramento no Conselho de 26 de janeiro de 1560, sob a presidência do visitador Baltazar de Faria, que deu conta desta eleição a D. Catarina por carta, para que lhe mandasse passar confirmação régia, a qual seguiu a 11 de setembro do mesmo ano.

D. Manuel de Meneses não mais voltou à Universidade de Coimbra, permanecendo no cargo D. Jorge de Almeida até 1563. Foi o sétimo reitor da Universidade desde 1537, ano em que esta instituição para ali se mudou em definitivo.

D. Jorge de Almeida, entretanto, fez os atos de *Quod libet* e exame privado, obtendo o grau de doutor em Cânones em 26 de julho de 1562.

Foi igualmente visitador e reformador da Universidade de Coimbra. O documento régio de nomeação, que ordenava que continuasse no lugar de reitor enquanto se não mandasse o contrário e usasse cumulativamente o poder do visitador e reformador, foi lido em Conselho-mor no dia 9 de fevereiro de 1563. O seu governo prolongou-se até 31 de julho do mesmo ano, data em que deu posse e juramento a Martim Gonçalves da Câmara, seu sucessor (*ANUÁRIO*, 1879: 235-240).

Ainda em Coimbra, assistiu, a 2 de maio de 1563, à inauguração e solene entrada dos colegiais de São Paulo no novo edifício, que tinha sido fundado e começado a construir em 1549 por D. João III.

O Real Colégio de São Paulo (1549-1834) foi um colégio universitário cuja existência aconteceu paralela à da Universidade de Coimbra, instituição da qual dependia a vários níveis. O colégio era masculino e de fundação régia, fazendo parte da Universidade de Coimbra desde 1562, após uma acesa disputa na qual D. Jorge de Almeida foi protagonista importante. Com efeito, a grande questão entre a Universidade e os Jesuítas teve início ainda no reitorado de D. Manuel de Meneses, prolongando-se contudo para o governo de D. Jorge de Almeida, quando



atingiu a sua fase mais controversa. Esta passou por lhe serem atribuídas, com vista à sua subsistência, as rendas da igreja de São Mamede de Vale de Remígio e da capela de Almoster, ambas pertença da Universidade. Tal concessão implicava a incorporação do colégio na Universidade, com o consequente usufruto dos respetivos privilégios. Assim viria a suceder por alvará de D. Catarina de 23 de outubro de 1562 (*ANUÁRIO*, 1879: 235-240; RODRIGUES, 1990: XXVI-XXVII, 44-46, 67).

D. Jorge de Almeida foi um claro apoiante da Companhia de Jesus, quer enquanto lente e reitor da Universidade de Coimbra, quer, mais tarde, como arcebispo de Lisboa. Defendeu sempre os seus interesses, como é exemplo o apoio dado em vários momentos ao estabelecimento de colégios. As boas relações que manteve com este instituto religioso constituem, aliás, um dos exemplos da sua plena predisposição para o espírito de mudança tridentino (RODRIGUES, 1931-1950: I, 29-30, 150 e 229; II, 201).

Arcebispo de Lisboa

Em 1564, a pedido do cardeal D. Henrique, então arcebispo de Lisboa após o falecimento de D. Fernando de Vasconcelos, D. Jorge de Almeida iniciou funções como governador da Sé lisbonense (ALMEIDA, 1967-1971: III, 848). Em 1569, por renúncia daquele devido às múltiplas atividades que encabeçava, ascende em pleno à cátedra arquiépiscopal (PAIVA, 2006: 334).

A 21 de março de 1574, D. Jorge de Almeida reúne na sua sé um concílio provincial (o segundo de Lisboa) a que assistiram os bispos de Leiria, Portalegre,

Lamego e Funchal, e onde se definiram importantes Constituições (CASTRO, 1762-1763: III, 143-144). Nesta reunião convocada pelo novo metropolitano foram tratadas diversas matérias disciplinares e estabelecidas normas com vista a uma correção dos abusos e melhoria dos costumes, ou seja, em ordem a ajudar todos os súbditos da sua província eclesiástica a melhor viver a fé cristã. Na essência, tratava-se de assegurar a continuação da aplicação à sua arquidiocese dos decretos reformadores do Concílio de Trento (1545-1563) – esforço vigorosamente iniciado pelo cardeal D. Henrique, enquanto arcebispo de Lisboa (POLÓNIA, 1990: 133-143).

Na qualidade de prelado lisboeta, D. Jorge de Almeida realizou diversas ações de reorganização institucional como a criação, em 1584, da paróquia olisiponense do Santíssimo Sacramento por desmembramento das Paróquias de São Nicolau e de Nossa Senhora dos Mártires.

Ao nível da vida pastoral, sobretudo depois de principiar a servir como arcebispo, a documentação mostra-nos como a sua atividade se pautou por um significativo dinamismo fundado numa ação enérgica, determinada e autêntica. D. Jorge de Almeida era um prelado sempre presente e preocupado. O serviço pastoral à comunidade da sua diocese, nos mais pequenos detalhes, era uma prioridade para ele. Pode afirmar-se que vivia o quotidiano dos fiéis sob a sua orientação com um pleno comprometimento pastoral, constituindo um exemplo de que em Portugal se exerceu com vigor o projeto reformador do mundo católico.

Autoridade, orientação e participação sempre no sentido do espírito tridentino, eis a forma como se pode resumir a atuação de D. Jorge de Almeida à frente da diocese de Lisboa. Neste ponto é fundamental ter em conta dois aspetos. Em primeiro lugar, que Portugal recebeu sem reservas o Concílio de Trento, como demonstra o alvará de 12 de setembro de 1564, que pressupõe a receção das determinações tridentinas e dita que os oficiais régios portugueses, ou seja, a vertente secular do poder, deviam apoiar em toda a linha, sem arvorar qualquer tipo de obstrução, a implementação do concílio pelos prelados. Depois, que, entre 1564 e 1578, produziu-se um amplo leque de textos legais que tinha por objetivo regular as dificuldades jurisdicionais entre a vertente eclesiástica e o domínio secular resultantes da receção do concílio no reino luso. Na essência tratava-se de passar à prática o previamente deliberado no plano teórico (CAETANO, 1965: 7-87).

Por último, é de destacar que o Concílio de Trento promoveu um acréscimo do poder dos bispos, em ordem ao controlo e vigilância da doutrina e dos comportamentos, tanto do clero como dos fiéis, exercido sobretudo pela via das visitas pastorais e de instrumentos de cariz normativo (CARVALHO, 1988: 121-163).

Até 1564, o arcebispado de Lisboa regeu-se pelas *Constituições* de 1536 aprovadas pelo cardeal infante D. Afonso. Porém, logo após assumir a prelazia,



Fig. 125. Encadernação com *super-libros* heráldico de D. Jorge de Almeida, na obra de Arnaldo Albertini (1480-1545) – *Tractatus solemniss et aureus ... de agnoscendis assertionibus catholicis, et haereticis*. Venetiis: ad Candentis Salamandrae Insigne, 1571 (2ª edição). Lisboa, Col. Miguel Cabral de Moncada. © Miguel Cabral de Moncada.
Foto: Ana Luísa da Cunha de Alvim.

o irmão D. Henrique, procedeu à sua revisão: em 1565, ordenou codificar com o título de *Extravagantes* diversas disposições tridentinas para serem observadas no arcebispado e, em 1566, mandou coligir as *Extravagantes segundas*, aprovadas no mesmo ano na capital em concílio provincial. Como fervoroso coadjuvante que era da linha reformista encetada pelo cardeal infante D. Henrique, por sua vez adepto devoto das premissas tridentinas, D. Jorge de Almeida certamente assumiu um destacado papel na consolidação de todo este processo na vasta área da sua diocese. Comprova-o, aliás, o facto de seguir e até aprofundar a produção legislativa e normativa levada a cabo pelo seu predecessor (POLÓNIA, 2009: 109-122).

Na sua atividade pastoral atende a áreas tão diversas como a legislação diocesana, a pregação, o controlo moral do clero e dos fiéis, a atividade assistencial, o recrutamento, formação, exame e ordenação do clero, a parcimónia da corte episcopal, a dignificação da Igreja, a repressão dos abusos, o cuidado e a importância atribuída ao sermão e ao catecismo, as confirmações ou visitas diocesanas, a administração e governo dos bens e réditos da Igreja no seu arcebispado, assim como, em sentido global, a cautela com os conteúdos da fé (AHPL, *Livros Antigos/Manuscritos*, ms. 499, 500, 529, 658-659, 661, 702, 744, 894, 907). E ainda que não tenhamos informação direta específica sobre alguns destes aspetos, a restante documentação existente, bem como o próprio percurso pessoal da figura em causa aliado à conjuntura nacional e da Cristandade em geral, confirmam este cenário (GOUVEIA, 1993: 290-301).

A presença constante de D. Jorge na diocese de que foi titular constitui outro elemento referencial da sua atuação. Com efeito, a não residência foi um mal de que D. Jorge nunca padeceu. Muito pelo contrário, a sua permanência na diocese foi assumida como um dever pastoral por ele escrupulosamente cumprido, ao mesmo tempo que funciona como um reflexo da sua preocupação moral e do

seu zelo pela comunidade que liderava. Esta é, aliás, uma das principais determinações que revelam como D. Jorge estava alinhado com as reformas tridentinas.

O prelado assumiu pessoalmente o amplo conjunto de encargos que implicava a liderança diocesana, inclusive quando avocou outras funções de primeira importância, fosse ao nível político, como aconteceu no quadro da crise sucessória, fosse em termos religiosos, como quando desempenhou os cargos de abade comendatário do mosteiro de Alcobaça ou de inquisidor-mor do reino (CDP X, 548, 551, 569). Ele nunca se desligou dos destinos da arquidiocese lisboeta. Ocupou o cargo com absoluta continuidade até à data da sua morte, procurando responder de forma modelar aos preceitos conciliares definidos a propósito das qualidades dos titulares das mitras (PAIVA, 2006: 111-170).

Abade comendatário e inquisidor-geral

O percurso eclesiástico de D. Jorge de Almeida foi ainda marcado por outros cargos e funções de grande realce. Com efeito, foi arcediogo na catedral de Évora, capelão-mor no reinado de D. Sebastião, abade comendatário do mosteiro de Alcobaça e inquisidor-mor do reino (SILVA, 1858-1862: IV, 160; SORIANO, 1860: 194). Naturalmente, ambos estes últimos cargos revestem-se de importância superlativa, em particular o segundo.

Em 18 de fevereiro de 1579, D. Jorge de Almeida foi nomeado coadjutor com direito a suceder ao cardeal-rei D. Henrique na administração do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. O que viria a acontecer por morte deste. Também aqui a sua ação se pautou pelo rigor e pelo esforço por implementar as deliberações saídas do Concílio de Trento (LIMA, 1734: I, 369, 425-432).



Fig. 126. Folha de rosto da obra *Index librorum prohibitorum* (Olysiptone: excudebat Antonius Riberius, 1581) com as armas de D. Jorge de Almeida, 1581, papel. BND: purl.pt/23331, Lisboa, BNP. ©BNP

No mesmo ano, será também o arcebispo de Lisboa o escolhido pelo cardeal infante D. Henrique para lhe suceder como inquisidor-mor do reino, demonstrando assim a absoluta confiança que depositava no prelado. No pedido de confirmação pontifícia que enviou para Roma, D. Henrique assinala que “o Arcebispo de Lixboa dom Jorge dalmeida, de cuja Virtude Letras E experiência pode vossa Sanctidade com muita Razão confiar, que Servirá o dito cargo como convem á importancia E obrigação dele” (CASTRO, 1942: 254).

Nomeado inquisidor-geral em 27 de dezembro de 1579 – o terceiro desde a instalação do Tribunal do Santo Ofício em Portugal –, o prelado lisboeta deu início a um novo período de administração e presidência institucional. De salientar, em 1581, a promulgação por sua ordem do *Index Librorum Prohibitorum*, com o anexo *Catálogo* português coordenado pelo dominicano frei Bartolomeu Ferreira (CARDOSO E BRAZÃO, 1980: 133-134). Publicada em Lisboa nas oficinas de António Ribeiro, esta obra apresenta-se ilustrada no frontispício com o escudo heráldico das armas do arcebispo de Lisboa e inquisidor-mor de Portugal.

D. Jorge de Almeida atuou à frente deste tribunal como continuador do esforço do Inquisidor-Geral que o precedeu, D. Henrique. Com efeito, este liderara esta instituição-chave do Portugal quinhentista durante cerca de 40 anos (1539-1579), deixando uma marca fortíssima: fez a institucionalização e afirmação do Tribunal praticamente a partir do zero, ou seja, a sua definição de poderes, competências, sustentabilidade financeira e social, estrutura orgânica, regulamentação interna e afirmação social (POLÓNIA, 2009: 123-155). O exercício de D. Jorge de Almeida pautou-se, pois, por uma consolidação deste emblemático e poderoso edifício eclesiástico. Bem montado e alicerçado que estava, havia que garantir o seu pleno funcionamento, mantendo-o ao mesmo tempo inabalável e até alargando, se possível, as suas atribuições. E aqui, tendo por pano de fundo um período altamente conturbado para o reino, o arcebispo de Lisboa distinguiu-se mais uma vez pelo critério e o empenho (BETHENCOURT, 1996: 447-453).

Em resumo, D. Jorge de Almeida exerceu zelosamente o cargo de inquisidor-mor até à data da sua morte, em 1585, assumindo plenamente as responsabilidades de consolidação jurídica, normativa, regulamentar e organizacional da instituição que recebeu em mãos. A herança era pesada e o legado de grande responsabilidade, sobretudo porque oriundos do seu mentor (MAGALHÃES, 1987: 191-228).

Homem de cultura

D. Jorge de Almeida foi também um homem de cultura, estando por detrás de algumas obras importantes. É-lhe atribuído, por exemplo, um *Nobiliário das*

Famílias de Portugal, que permaneceu manuscrito. Acerca deste texto, o bibliógrafo e genealogista setecentista D. António Caetano de Sousa refere que “Em algumas memorias tenho encontrado fizera hum Nobiliário, e assim não se pode deixar de numerar a sua illustrissima pessoa entre os Genealógicos (...) e deste livro não temos outra noticia, que ter sido do Arcebispo D. Jorge” (*HGCRP* I, CLIII-CLIV).

Para além do já referido *Index*, são merecedoras de destaque as *Constituições do Arcebispado de Lisboa*, publicadas em 1588 pelo seu sucessor, D. Miguel de Castro (SILVA, 1858-1862: IV, 160). Patrocinou ainda obras como o *Tratado dos erros, que contém as Glozas dos Sagrados Canones* do dominicano frei Fernando de Almeida (c. 1620-1660), que a dedica precisamente ao inquisidor-mor (CARDOSO E BRAZÃO, 1980: 133-134).

O político e o governador

Mas o titular da mitra lisbonense foi também uma figura merecedora de especial atenção no panorama político português do último quartel de Quinhentos. De facto, em diversas situações cruciais a sua presença foi, de alguma forma, constante e distintiva. Por outro lado, desempenhou cargos e funções de primeira grandeza.

Desde logo, em 1574, aquando da primeira partida de D. Sebastião para África, é precisamente perante o arcebispo que D. Henrique faz o auto de juramento como regente do reino, a 3 de setembro (SANTARÉM, SILVA E LEAL, 1842-1869: XVII, 73).

Depois, em 1578, um momento fundamental na carreira de D. Jorge de Almeida: D. Sebastião parte pela segunda (e definitiva) vez para África, deixando o governo do reino nas mãos de uma Junta de Governadores, da qual o arcebispo de Lisboa faz parte (juntamente com Pedro de Alcáçova Carneiro, vedor da fazenda e membro do Conselho de Estado, Francisco de Sá de Meneses, camareiro-mor do rei, e D. João de Mascarenhas, com a assistência de Miguel de Moura, secretário de Estado). A nomeação teve lugar a 4 de junho, entre a azáfama da partida que fazia ferver Lisboa, devendo o grupo de governadores assumir, durante a ausência do rei, o controlo dos assuntos correntes do Estado (CRUZ, 2009: 320; SANTARÉM, SILVA E LEAL, 1842-1869: XVII: 200; *HGCRP* III, 588; VELOSO, 1935: 202-236, 265-284).

Neste ponto, é crucial salientar a oposição levantada por D. Jorge de Almeida à trágica campanha africana de junho de 1578 protagonizada por D. Sebastião. O arcebispo aconselhou o rei em contrário, contudo os seus pareceres não foram tidos em conta (CARDOSO E BRAZÃO, 1980: 133-134; ALMEIDA, 1967-1971: III, 848).

Por sua vez, durante o breve reinado de 17 meses de D. Henrique, o arcebispo de Lisboa integra o Conselho privado do soberano, acompanhando de muito perto as profundas vicissitudes que marcam a governação do cardeal-rei, desde a urgente questão do resgate dos milhares de cativos resultantes de Alcácer Quibir à sombra cada vez mais presente da crise sucessória, passando pelo sensível problema do estado profundamente precário das finanças do reino (VELOSO, 1946: 242-403). Assim, entre agosto de 1578 e janeiro de 1580, D. Jorge de Almeida auxilia em extensão e profundidade o idoso monarca – D. Henrique tem 66 anos e uma saúde débil –, que não hesita em recorrer ao seu conselho em questões de prioridade absoluta como por exemplo a relativa à contra-argumentação às razões apresentadas por Filipe II em oposição à possibilidade do matrimónio de D. Henrique.

O culminar do seu protagonismo nesta matéria dá-se quando o seu nome aparece entre os cinco governadores escolhidos por D. Henrique para regerem o reino após a sua morte (BOUZA ÁLVAREZ, 2008: 101; CASTRO, 1762-1763: III, 143-144; SILVA, 1858-1862: IV, 160). Com efeito, consciente da gravidade do problema da sucessão, D. Henrique convoca Cortes, as quais abriram oficialmente em Lisboa, sob a sua presidência, a 1 de abril de 1579, impondo aos estados jurarem obediência aos regentes por ele nomeados em testamento (os restantes eram D. João de Mascarenhas, vedor da fazenda; Francisco de Sá de Meneses, camareiro-mor; Diogo Lopes de Sousa, governador da Casa do Cível e D. João de Telo Meneses, antigo embaixador em Roma) (HGCRP III, 649; VELOSO, 1946: 242-403).

D. Jorge de Almeida fez tudo o que estava ao seu alcance para ajudar o cardeal-rei no seu principal intento: garantir a sucessão régia pela via legalista, ou seja, assegurar que, antes e depois da sua morte, não existissem conflitos armados internos e externos em redor da sucessão. A solução para a crise teria sempre de ser política (leia-se legal e pacífica) e nunca militar, fundamentada, preferencialmente, em incontestáveis bases de Direito. Daí, aliás, a prioridade dada pelo soberano, sempre com o apoio de D. Jorge de Almeida, à reunião de Cortes.

Nas referidas Cortes de Lisboa de abril de 1579, a ordem de trabalhos restringia-se a três tópicos: a composição de uma embaixada para ir a Roma requerer a dispensa dos votos eclesiásticos tomados pelo cardeal, para que este pudesse finalmente avançar com um projeto de aliança matrimonial; nomear e jurar obediência a uma junta de governadores que garantisse a regência do reino, em caso de morte do monarca (estes ficavam, portanto, incumbidos do governo e da defesa do Reino, bem como de assumir a responsabilidade de concluir o processo da sucessão régia); e nomear um grupo de juizes que aquilatassem e

sentenciassem sobre a sucessão, sendo que a decisão a que se chegasse, fosse qual fosse, deveria ser sempre acatada de forma integral (POLÓNIA, 2009: 227-299). Ora D. Jorge de Almeida esteve de alguma forma envolvido em todos os três pontos em debate.

Em relação a este último ponto, D. Jorge de Almeida integrou, juntamente com D. frei Gaspar do Casal, bispo de Coimbra, e D. António Pinheiro, bispo de Miranda, o rol de juízes que declararam, em agosto de 1579, não haver provas do casamento do infante D. Luís com D. Violante Gomes (c. 1510-1568) e que, portanto, D. António, prior do Crato (1531-1595) era filho ilegítimo, contribuindo para o afastar de aspirações ao trono, como desejava D. Henrique (*HGCRP* III, 373).

No entanto, o papa Gregório XIII (1572-1585), após num primeiro breve ter anuído a favor desta decisão, anulou a sentença do cardeal-rei, avocando a si o julgamento. Em seguida, num terceiro breve, acabou mesmo por entregar a resolução da causa ao núncio apostólico em Portugal, monsenhor Alexandre Frumento, e ao arcebispo de Lisboa (CASTRO, 1943: 57, 99-100; VELOSO, 1946: 242-403). Seriam eles, por decisão papal, a julgar e decidir de forma definitiva sobre o processo de legitimidade do prior do Crato, assumido pretendente ao trono português em oposição a Filipe II de Espanha. A causa nunca chegou a ser sentenciada. D. Jorge de Almeida integrou, portanto, os dois elencos de juízes nomeados para resolver um assunto crucial para os destinos do reino (PAIVA, 2006: 289-445; VELOSO, 1946: 225-227).

Finalmente, ainda em relação à participação de D. Jorge de Almeida no curto mas intenso reinado de D. Henrique, há a acrescentar que o arcebispo de Lisboa foi um dos testamenteiros do cardeal-rei (*HGCRP* III, 439 e 653).

Um dos aspetos que mais controvérsia levanta acerca da ativa participação do arcebispo de Lisboa no processo de mudança dinástica em Portugal no final do século XVI relaciona-se com a sua adesão (ou não) ao partido dos Áustria. De facto, D. Jorge de Almeida alinhou por Filipe II na questão sucessória, mas fê-lo tendo em mente o que à época considerava melhor para o reino de Portugal: estabilidade, ordem e segurança pública, crescimento económico, unidade católica, integração do reino (em profunda crise social, política e financeira) num império sem paralelo internacional, cuja influência, poder e alcance nunca poderiam ser almejados pela monarquia portuguesa, mesmo que as suas amplas possessões ultramarinas estivessem otimizadas em termos de operacionalidade e capacidade – o que, de facto, estava longe de acontecer. Ainda que tenha sido feita uma promessa de ascensão ao barrete cardinalício, os interesses nacionais foram determinantes na sua decisão como os acontecimentos posteriores irão comprovar.

Mais ainda, é fundamental não esquecer que, por um lado, a sociedade da altura é uma sociedade de mercês e de redes clientelares, e, por outro, o grupo social a que D. Jorge de Almeida pertence firma a sua existência num sistema de valores fundado em modelos de representação e de prestígio. Fenómenos à época com ligações mais fortes ao nível de grupo social do que propriamente de pátria. Daí, aliás, não ser de estranhar o aceitar da solução unionista pela generalidade da aristocracia e do episcopado nacionais, sobretudo garantindo o futuro rei estrangeiro todo um conjunto de promessas “autonómicas”, as quais, para o vértice da sociedade portuguesa, laica e clerical, nada mais eram do que garantias de importantes contrapartidas como a promoção pessoal no contexto de uma corte e um monarca poderosíssimos – algo que o Portugal coevo, ainda que independente, nem pouco mais ou menos poderia garantir. Os benefícios, mercês, privilégios, cargos e rendas resultantes da União dinástica simplesmente não tinham paralelo com uma invariavelmente debilitada monarquia portuguesa.

Noutra vertente ainda, com importância adicional ao nível do alto clero, há a destacar o facto de Filipe II constituir à época o grande campeão da causa católica, em particular contra os protestantes do Norte, circunstância que por si só lhe garante um lugar de raro privilégio e influência junto do papado, vantagem extensível afinal a todos os que de alguma forma lhe eram próximos ou por quem tinha afeição.

Compreende-se, por tudo isto, que o principal apoio à facção espanhola fosse oriundo dos mais importantes sectores laicos e eclesiásticos da sociedade portuguesa (POLÓNIA, 2009: 227-299).

É inegável que boa parte destes apoiantes filipinos foram-no, de facto, em resultado de aliciamento financeiro ou de promessa de cargos no futuro cenário político da União Dinástica. A este nível, a ação de cativar e de suborno por parte do embaixador filipino Cristóvão de Moura junto da nobreza e da prelazia portuguesa (sobretudo as cúpulas de ambos os campos) foi de extrema eficácia (VELOSO, 1946: 242-403).

No entanto, nem toda a nobreza e prelazia portuguesa foi seduzida e “comprada” por vantagens pessoais e de grupo. Muitos moveram-se por uma crença sincera de que este era o passo correto e a melhor solução para ultrapassar o estado calamitoso em que o reino então se encontrava.

Não se pode, efetivamente, acusar o arcebispo de Lisboa, bem como um conjunto de outras figuras portuguesas de proa, como D. frei Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga, e D. Jerónimo Osório, bispo do Algarve, de terem sido corrompidos ou subornados ao serem atraídos para a causa filipina. D. Jorge de Almeida alinhou com Filipe II, sem dúvida, mas sem corrupção. Pelo menos

nada ficou que o prove cabalmente. E, como já se referiu, a sua postura e opções políticas durante os dramáticos acontecimentos posteriores, sobretudo os ocorridos entre abril e julho de 1580, vêm atestar esta premissa. Por outro lado, a circunstância de, em termos materiais, o alto clero luso usufruir de benefícios e de uma independência superiores aos dos seus homónimos espanhóis também contribui fortemente para invalidar esta possibilidade.

Após o falecimento do cardeal-rei, os acontecimentos precipitaram-se ao nível da disputa entre o partido filipino e os apoiantes de D. António, prior do Crato, acabando por conduzir D. Jorge de Almeida para o centro de um verdadeiro turbilhão político. Com efeito, as relações entre Filipe II e os governadores de Portugal durante este período conheceram diversos estados. Os governadores eram, de acordo com os regulamentos dos seus poderes, a principal autoridade competente para declarar a sucessão e, conseqüentemente, os encarregados de entregar o reino ao pretendente a favor do qual se decidisse o litígio da sucessão. Por essa razão, o monarca espanhol pressionava-os continuamente a pronunciar uma declaração em seu benefício, convencido de que “se (...) quisessem, se alcançaria quase todo o Reino a receber-me e jurar” (BOUZA ÁLVAREZ, 2008: 101). No entanto, os governadores retardaram o seu reconhecimento, alegando a necessidade de convocar novas cortes que pusessem fim à questão sucessória – algo que o soberano espanhol queria a todo o custo evitar. Ora, neste processo, D. Jorge de Almeida foi o grande protagonista, até porque três dos restantes governadores eram abertamente favoráveis a Castela (João Telo de Meneses era partidário do duque de Bragança e, por isso, nada propício ao partido filipino).

O arcebispo de Lisboa tudo fez para instar Cristóvão de Moura a convencer o amo a não invadir Portugal, antes que esperasse pela deliberação das cortes, ou seja, que respeitasse a via legalista, que lhe devia ser favorável.

Chegou mesmo a lamentar junto do embaixador espanhol, face ao protesto-ultimato enviado por Filipe II (que equivalia a uma verdadeira declaração de guerra), a injustiça com que o rei católico imputava aos governadores o não ter sido ainda jurado pelos seus vassalos portugueses. Segundo ele, se o monarca não fora ainda reconhecido como rei de Portugal, tal devia-se à vontade do povo e não à sua responsabilidade. Mais ainda, teve a ousadia de questionar como poderiam os governadores, depois do solene juramento prestado perante as Cortes de Lisboa, decidir a seu favor sem a sentença dos juízes, nem a anuência dos três estados. Com a agravante de que vários doutores nacionais pesavam como dúvida o seu direito à sucessão.

De forma sempre resoluto, D. Jorge de Almeida lutou, pois, à frente da Junta de que fazia parte, para que o rei espanhol esperasse pela reunião dos três

estados, expressamente convocados para conceder “lo que ellos solos [os Governadores] no pueden, que es el reino” (VELOSO, 1953: 137), salientando sempre o perigo de rebelião no caso da população portuguesa perceber que o rei espanhol não estava disposto a esperar.

Mais ainda, D. Jorge recusou todas as propostas provenientes de Filipe II (nomeadamente, pela voz do jurisconsulto Rodrigo Vázquez, mesmo quando os restantes governadores estavam inclinados a aceitá-las – à exceção de D. João Telo, o único da Junta governativa decisivamente contrário a Filipe II. Simplesmente discordava da via proposta pelo rei católico, sendo a sua palavra sempre dirigida no sentido do apaziguamento e de que tudo se procedesse de forma legal. Foi, aliás, por isso considerado um hesitante pelos representantes espanhóis, Moura e Vázquez.

O resultado final de todo este processo, acelerado pela aclamação real do prior do Crato em Santarém e pela mobilização das tropas do duque de Alba, foi a *Declaração de Castro Marim*, assinada a 17 de julho de 1580, segundo a qual três dos governadores (João Mascarenhas, Francisco de Sá e Diogo Lopes de Sousa, precisamente os partidários de Filipe), fugidos pelo Algarve para Espanha, com passagem por Ayamonte, reconheciam o Habsburgo como rei legítimo de Portugal. D. Jorge de Almeida esteve em absoluto fora desta decisão, nada podendo fazer para interromper o curso dos acontecimentos. Filipe II passava agora a dispor do instrumento jurídico que lhe faltava. Era a sentença final, a qual tornava D. António rebelde face à lei (VELOSO, 1953: XXVI-XXVII, 3, 14, 41-48, 57-100, 127-170).

Outras intervenções

Sob o domínio filipino, D. Jorge de Almeida integrou – juntamente com Pedro de Alcáçova Carneiro, vedor da Fazenda, e Miguel de Moura, escrivão da puridade – o Conselho de Estado, ou seja, o mais importante dos órgãos consultivos portugueses conservados *in situ*, que tinha por principal função apoiar o governo do vice-rei de Portugal, D. Alberto, arquiduque de Áustria, cardeal e sobrinho do novo rei, que a partir de 1583, data em que Filipe I abandonou Portugal para nunca mais voltar, ficou encarregue de administrar o reino (CASTRO, 1762-1763: III, 143-144). Mais uma vez foi-lhe incumbida a tarefa de participar ativamente no despacho das matérias de Estado e de governo de Portugal (BOUZA ÁLVAREZ, 2008: 240-245). No entanto, esta atribuição pode também ser vista como mais um esforço por parte de Filipe I para dominar a cúspide da hierarquia da Igreja portuguesa, passo fundamental para controlar todo o clero nacional e eventuais resistências ao seu poder daí resultantes (VELOSO, 1946: 131-174, 245-277 e 281-368).

Para além destes desempenhos de grande relevância, há todo um conjunto de intervenções secundárias, mas nem por isso menos dignas de realce, na vida da corte e das grandes figuras do reino por parte de D. Jorge de Almeida. Um bom exemplo aconteceu durante a crise entre D. Catarina e D. Sebastião, quando esta ameaçou abandonar Portugal. O prelado lisboeta foi então uma das altas figuras do reino que lhe escreveu a apelar para não levar adiante o seu intento, dadas as consequências daí decorrentes para o reino (CRUZ, 2009: 228). Outro exemplo tem lugar a 14 de junho de 1578, quando nos derradeiros momentos de preparação da expedição para Marrocos é a D. Jorge de Almeida que, na sé da capital, depois de ouvir missa, cabe a honra de benzer o estandarte real, o qual entrega, com grande pompa, veneração e solenidade, a D. Luís de Meneses, alferes-mor do rei. A cerimónia, uma notável representação de poder, revestiu-se de um raro simbolismo espiritual, como seria de esperar face a tão sacra expedição (CRUZ, 2009: 322; LOUREIRO, 1978: 67, 71, 175-176).

Aparentemente menores, estas intervenções quando associadas aos altos cargos eclesiásticos e às funções governativas que lhe foram destinados durante as graves circunstâncias políticas e sociais que marcaram a vida do reino nos finais da década de 70 e no dealbar da de 80, permitem vislumbrar um cortesão moderno, que soube com prudência e consciência singrar em toda a linha na exigente sociedade de Corte.

A sua longa e proeminente carreira constitui uma notável prova do clientelismo que caracterizou o percurso do cardeal-rei D. Henrique, em todos os domínios da sua atuação. Ele próprio, aliás, teve certamente a sua clientela enquanto prelado, inquisidor-geral e governador do reino (OLIVAL E MONTEIRO, 2003: 1213-1239; PAIVA, 2005: 47-63). Mas se integrou uma poderosa e ampla rede clientelar – característica da época, como a mais recente historiografia demonstrou (PAIVA, 2006: 213-276; 289-356) – fê-lo de forma esforçada, responsável e atenta, fundando a sua ação num constante rigor e exemplaridade de comportamento, por sua vez apoiados por uma sólida formação intelectual e moral. Em nenhum momento, com D. Jorge Almeida, estamos perante um caso de clientelismo vazio ou de mera figuração social. Se integrava o núcleo de validos do cardeal-rei, sendo um dos seus principais privados e protegidos, tal devia-se a uma lealdade nunca traída e a uma confiança absoluta na sua capacidade e competência (PAIVA, 2006: 289-445).

D. Jorge de Almeida nunca se demitiu de cumprir zelosamente as suas obrigações, fosse como eclesiástico ou como homem de governo secular. Aliás, a este nível chega a ser impressionante a forma como se desdobra entre o prelado atento e consciente dos problemas da sua diocese, o inquisidor empenhado e o

governador político sensato – por vezes, combinava mesmo as várias funções com rara capacidade, como no-lo revela o processo inquisitorial de um tal Afonso Lopes, de 1582-1584, que indicia uma estreita colaboração e a complementaridade existente entre a justiça episcopal e a inquisitorial. D. Jorge de Almeida, na linha do desejado por D. Henrique, constitui, efetivamente, um excelente exemplo de como desde cedo existiu uma intensa colaboração entre o Santo Ofício e os bispos portugueses, como o comprova o facto de, em 1584, ter autorizado os inquisidores de Coimbra a delegarem nos oficiais dos prelados a recolha de depoimentos de testemunhas para as causas inquisitoriais, sempre que não fosse possível estas dirigirem-se às sedes dos tribunais de distrito (Luís, 2014: 118-122; PAIVA, 2003: 43-76; PAIVA, 2011: 169, 171 e 329).

Em síntese, atuando em pleno contexto tridentino, D. Jorge de Almeida assistiu e participou ativamente na conturbada transição entre as dinastias de Avis e de Habsburgo. Dessa forma, estamos perante um homem profundamente ligado ao destino do reino que o viu nascer.

É, na essência do seu desempenho eclesiástico e político, um homem do seu tempo. Um tempo de profundo devir religioso e secular. Um tempo, enfim, de implementação de reformas religiosas de alcance e impacto sem precedentes, com as quais intensamente se comprometeu.

Ao desfilar de cargos religiosos e políticos de primeira instância que desempenhou respondeu com a mesma constância: rigor, zelo, desinteresse, residência, legalidade, dinamismo em prole do bem comum, profundo sentido de responsabilidade. Ao ponto de podermos afirmar que teve uma vida orientada pela consciência do dever.

A sua carreira espiritual e temporal poderia sintetizar-se no termo “continuidade”. Continuidade, obviamente, para com a ação do cardeal-infante D. Henrique, seu inquestionável patrono e mentor, sobretudo em termos religiosos. E continuidade, por extensão, para com as deliberações conciliares tridentinas.

D. Jorge de Almeida faleceu a 20 de março de 1585, com 54 anos de idade, na cidade onde exerceu o seu múnus. Foi sepultado na capela-mor, em campa rasa.

PAULO CATARINO LOPES

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: ANDRADA, 1976; *ANUÁRIO*, 1879; CARNEIRO, 1937; CASTRO, 1762-1763; *CATALOGO*, 1581; *CDP*; *CHRONICA DO CARDEAL*, 1840; *CONSTITUIÇÕES EXTRAVAGANTES*, 1565; *CONSTITUIÇÕES EXTRAVAGANTES*, 1569; *CONSTITUIÇÕES EXTRAUAGANTES PRIMEYRAS*, 1588; *CONSTITUIÇÕES EXTRAUAGANTES SEGUNDAS*, 1588; *DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA*, 1987; *HGCRP*; *INDEX LIBRORUM*, 1581; *ÍNDICES*, 1983; *JORNADA*, 1978; LIMA, 1734; MACHADO, 1736-1751; MACHADO, 1965-1967; MENESES, 1730; MONTEIRO, 1721; *PROVAS*, 1946-1954; SANTARÉM, SILVA E LEAL, 1842-1869; SILVA, 1858-1862; SOUSA, 1936-1954; **Estudos:** ALMEIDA, 1967-1971; ARAÚJO, 1979; AZEVEDO, 1974; AZEVEDO, 2000-2001; AZEVEDO, 2000-2002; BARATA, 1992; BETHENCOURT, 1996; BOUZA ÁLVAREZ, 2008; CAETANO, 1965; CARDOSO E BRAZÃO, 1980; CARVALHO, 1985; CARVALHO, 1988; CASTRO, 1942; CASTRO, 1943; CRUZ, 2009; DIAS, 1960; EUBEL, 1923; FIGUEIREDO, 1945; GOUVEIA, 1993; GOUVEIA, BARBOSA E PAIVA, 2014; HERCULANO, 1979-1981; HESPAÑA, 1982; HESPAÑA, 1993; LOUREIRO, 1978; LUÍS, 2014; MAGALHÃES, 1987; MARCOCCI, 2012; MENDONÇA E MOREIRA, 1980; OLIVAL E MONTEIRO, 2003; PAIVA, 2003; PAIVA, 2005; PAIVA, 2006; PAIVA, 2011; PALOMO, 2006; PEREIRA, 1961; PEREIRA, 1976; PEREIRA, 1993; POLÓNIA, 1989; POLÓNIA, 1990; POLÓNIA, 2009; RODRIGUES, 1931-1950; RODRIGUES, 1990; SCHAUB, 2001; SORIANO, 1860; VASCONCELOS, 1911; VEIGA, 1990; VELOSO, 1935; VELOSO, 1946; VELOSO, 1953.

MIGUEL DE CASTRO

(1586-1625)

Natural de Évora, onde nasceu em dezembro de 1536, numa parentela ali documentada havia pelo menos um século. Eram os capitães-mores da urbe desde seguramente 1475 (ESPANCA, 1945: 89). D. Miguel foi batizado a 14 de dezembro na Sé (ADE, *Batismos da Sé*, lv. 1, f. 80v) pelo mesmo eclesiástico que um ano antes batizara o seu irmão D. António de Castro, num tempo em que a corte régia se estabelecera em Évora. Era talvez o 4.º filho de D. Diogo de Castro, do Conselho de D. João III, mordomo-mor da princesa D. Joana, mãe de D. Sebastião, que comprara o reguengo de Montemor e a alcaidaria-mor de Alegrete. Sua mãe era D. Leonor de Ataíde, filha dos senhores de Penacova. De uma parte e outra pertencia à fidalguia abastada e com crescente influência política. D. Diogo de Castro seria o homem mais rico de Évora, com cerca de quatro contos de renda perto do final da sua vida (VELOSO, 1946: 147); só dos proventos do dote da mulher comprara à Coroa juros que lhe custaram 1280.000 réis em 1542 e 1600.000 em 1554, quando D. João III precisava de liquidez para fortificar Mazagão e socorrer o Norte de África (TT, *Ch. Filipe II – Doações*, lv. 8, f. 125-131). Em 1569-1570, nos meses em que D. Sebastião permaneceu em Évora, alojou-se na casa destes capitães-mores, pois o palácio real necessitava de obras (CRUZ, 2006: 165); nas Cortes de Lisboa de 1579, D. Diogo de Castro foi um dos seis definidores escolhidos pela Nobreza para tratar da questão sucessória (POLÓNIA, 2005: 213). Os vínculos da família para com a realza foram relativamente contínuos desde meados de Quatrocentos, muito antes do referido empréstimo de D. Diogo de Castro a D. João III. Esses elos

Miguel de Castro

1536.12	Nascimento
1578-1586	Bispo de Viseu
1586-1625	Arcebispo de Lisboa
1625.7.1	Morte



Fig. 127. Fólio inicial do prólogo da obra *Repertorium de pravitate hereticorum* (Valência: Lambert Palmart, 1494) com assinatura autógrafa de D. Miguel de Castro, 1494, papel. Lisboa, BNP, INC. 576.

© BNP.

manter-se-iam com os Áustria, dos quais foram partidários. Em 1579 já estavam aliciados para fazer a entrega da cidade, a troco de 8000 ducados de renda (POLÓNIA, 2005: 222), montante que Filipe II considerou excessivo e contrapôs uma comenda e um título de conde (VELOSO, 1946: 148). Mais tarde, um elemento da família embarcou nas tropas do Marquês de Santa Cruz para combater D. António (GIEBELS, 2008: 44). Em 1583, tanta fidelidade valeu a D. Fernando de Castro, irmão mais velho de D. Miguel, o título de 1.º Conde de Basto e a confirmação perpétua da capitania do concelho. Tudo mercês feitas quando Filipe II estava de regresso a Madrid.

Em 21 de dezembro de 1570, D. Miguel de Castro doutorou-se em Teologia em Coimbra, cuja uni-

versidade frequentava pelo menos desde 1567 (PAIVA, 2016b: 173).

Aos 36 anos, cerca de dezembro de 1572, começou a sua carreira na Inquisição, quando recebeu provisão de deputado do tribunal de Lisboa, cargo que viria a jurar já em Janeiro seguinte (TT, *Inq. Lisboa*, lv. 104, f. 6v-7). Em 22 de junho de 1576 voltou a fazer um juramento no Santo Ofício lisiponense, desta feita como Inquisidor (TT, *Inq. Lisboa*, lv. 104, f. 20). Em setembro do ano subsequente foi indigitado para o Conselho Geral do Santo Ofício, quando já era caracterizado como fidalgo da Casa Real e prior da igreja de São Cristóvão em Lisboa (TT, *Conselho Geral*, lv. 136, f. 32-32v). Amparado pelo Cardeal D. Henrique, em cinco anos, muito rapidamente, chegou ao órgão cimeiro da Inquisição, numa fase em que este estava ainda a institucionalizar-se (TT, *Conselho Geral*, lv. 136, f. 32).

Depois da posse no Conselho Geral, nem necessitou de um ano (4 de julho de 1578) para ser preconizado bispo de Viseu, embora com uma pensão a favor do seu antecessor naquela mitra, D. Jorge de Ataíde (PAIVA, 2016b: 173). Teria

contado, uma vez mais, com a proteção do Cardeal D. Henrique e possivelmente com a de D. Sebastião. Em novembro desse ano de 1578, uma provisão autorizava ainda que no Conselho Geral se lhe dessem 300 cruzados “para ajuda das suas letras do bispado de Viseu” (TT, *Conselho Geral*, lv. 442, f. 17), que provavelmente teriam custado muito mais.

Juntamente com D. Jorge de Ataíde, D. Teotónio de Bragança e D. João de Portugal, nas Cortes de Lisboa de 1579, foi um dos quatro definidores do braço do clero, tal como seu pai o era da nobreza (POLÓNIA, 2005: 213-214).

Embora não se tenha enraizado muito em Viseu, D. Miguel de Castro fez pessoalmente algumas visitas pastorais e ao fim de sete anos e vários meses foi indigitado arcebispo de Lisboa, em 7 de fevereiro de 1586. Aliás, desde novembro do ano anterior que já não residia na diocese viseense (PAIVA, 2016b: 174, 363).

Logo em 1586 conseguiu a confirmação de vários privilégios para a sua arquidiocese: que pudesse ele arcebispo nomear “uma só pessoa leiga da jurisdição secular e cristã-velha que em todo o arcebispado receba e arrecade as ditas suas rendas” e um escrivão com as mesmas características para acompanhar esse executor; que os meirinhos dos arciprestados pudessem trazer varas brancas, como traziam os meirinhos das cidades e vilas do Reino; que os caseiros e foreiros do lugar de Almargem do Bispo, termo da vila de Sintra, gozassem em vida do arcebispo de todos os privilégios, liberdades, graças e franquezas que gozam os caseiros e foreiros dos desembargadores que serviam nas casas da Suplicação e Relação do Porto (TT, *Ch. Filipe I, Privilégios*, lv. 2, f. 60-62).

O novo cargo lisboeta era certamente fruto dos bons serviços da parentela a Filipe II, em 1580-1581, e dele próprio. Com efeito, D. Miguel contribuíra

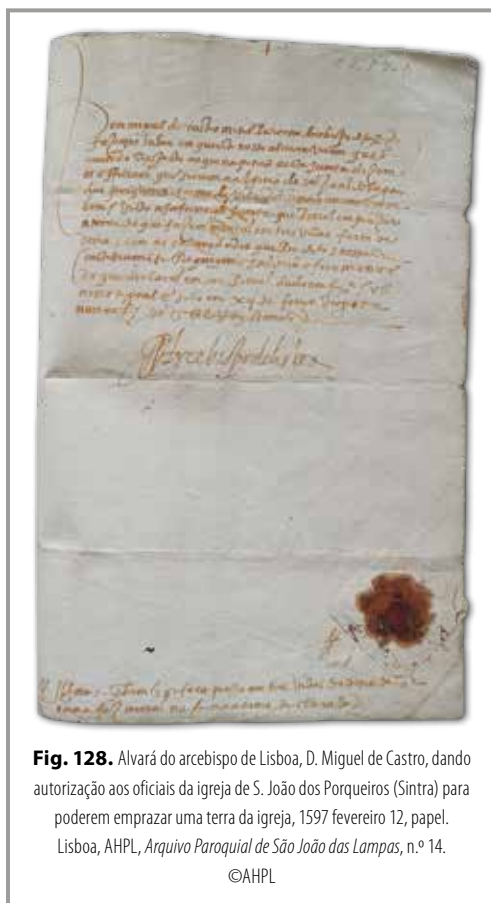


Fig. 128. Alvará do arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro, dando autorização aos oficiais da igreja de S. João dos Porqueiros (Sintra) para poderem emprazar uma terra da igreja, 1597 fevereiro 12, papel. Lisboa, AHPL, Arquivo Paroquial de São João das Lampas, n.º 14. ©AHPL



Fig. 129. Amaro do Vale (atrib., c.1550-1619), *Adoração da Corte Celestial* por D. Filipe II de Portugal e seu séquito, [1612-1619], óleo sobre madeira de carvalho, 267x157 cm. Lisboa, MNAA, n.º inv. 178, Pint. ©DGPC. Foto: José Pessoa.

para a aclamação do novo monarca em Viseu, pouco depois veio para Lisboa juntar-se aos adeptos do rei castelhano e esteve nas Cortes de Tomar (PAIVA, 2016b: 362), que quase só reuniram simpatizantes da nova dinastia.

A crer numa relação autógrafa de Pedro Lourenço de Távora, mediante informações que obteve do Conselho de Portugal, em Madrid, o núcleo de conselheiros que em Lisboa assessorava o vice-rei Alberto propusera outros nomes para o arcebispado de Lisboa: Martim Gonçalves da Câmara, o bispo de Lamego [D. António Teles de Meneses] e o bispo de Elvas [D. António Mendes de Carvalho]. No entanto, a reação do Conselho de Portugal fora adversa, como era muitas vezes em relação às escolhas feitas em Lisboa por aquele pequeno grupo. Perante um vice-rei “mancebo” e pouco experiente, segundo reportava Pedro Lourenço de Távora, aqueles assesso-

res eram acusados de dar maiores mercês a quem menos merecia: “e lá [em Madrid, no Conselho de Portugal] se espantavam das eleições que se faziam em Portugal (...) E que Nuno Álvares Pereira (secretário do Conselho de Portugal entre 1583 e 1586) desfizera esta eleição e fizera dar o arcebispado a Dom Miguel bispo de Viseu” (BA, 54-XIII-8, n.º 236).

A partir desta escolha, seria este cargo de arcebispo a marcar a vida de D. Miguel até morrer.

Em 1593, quando o arquiduque Alberto voltou a Madrid, para governar Portugal foram escolhidos cinco governadores, todos membros do Conselho de Estado e um deles foi precisamente D. Miguel de Castro. Era ele, aliás, quem tinha a primazia nesta junta que durou até 1600. A opção por um antístite no topo do colégio dirigente seria uma forma de dar mais autoridade ao governo.

Efetivamente, já o seu antecessor no arcebispado fora membro do núcleo que assessorava o cardeal Alberto.

Numa sátira feita aos referidos cinco governadores, D. Miguel de Castro era considerado “mais para cordeiro / que para pastor” e insistia-se que era enganado e recomendava-se-lhe que deixasse o Terreiro do Paço, ou seja a política, e que fosse tratar dos seus fiéis (“Foge do terreiro / vai para o teu gado / todo o companheiro / te traz enganado”). Dava-se a entender que não se importaria aos restantes (TT, *Manuscritos da Livraria*, lv. 1104, p. 415). Apesar destes versos, alguns episódios da sua vida revelam que seria uma pessoa de personalidade tendencialmente forte ou que pelo menos não fugia aos confrontos.

Em 1596, o seu peso como governador foi decisivo para que os arcebispos de Lisboa reouvesssem a mercê da vila de Alhandra de juro para sempre, com jurisdição cível e crime e provimento dos ofícios de tabeliães, contador inquiridor e distribuidor, além de outros (escrivão da câmara e almotaçaria e juiz e escrivão dos órfãos – TT, *Ch. Filipe II, Doações*, lv. 12, f. 9). Esclareça-se que, até 1586, a vila fora couto de homiziados da jurisdição da catedral olisiponense e onde as justiças régias não entravam, embora se considerasse que ali se acolhiam diversos criminosos. No entanto, Filipe II, mediante um breve papal, descoutara a vila e retirara a jurisdição dela aos arcebispos. O motivo formal foi por não lhe apresentarem a doação e, por conseguinte, a Coroa não lhes reconhecer a titularidade que alegavam ter. Entre 1596 e 1602, os arcebispos voltaram à posse da vila, que apenas perdeu a natureza de couto. Mantê-la-iam ao longo do Antigo Regime. Também pela nova mercê, embora os prelados devessem nomear ouvidores trienais que supervisionariam as eleições camarárias, a Coroa reservava para si “correição e alçada” (TT, *Ch. Filipe II, Doações*, lv. 12, f. 9v-10). O ouvidor podia trazer vara branca para mais autoridade (TT, *Ch. Filipe II, Privilégios*, lv. 5, f. 44v).

Tanto quanto a investigação disponível o permite saber, terá feito pessoalmente muito poucas visitas à sua arquidiocese das várias realizadas em seu nome; tudo indica que as fez sobretudo na freguesia da Sé, que visitou em 1598, 1603, 1604 e 1606 (GIEBELS, 2008: 59, 61).

Nos anos imediatamente posteriores à bula que reimpunha a residência obrigatória para os prelados em Portugal (1599) e ao capelão-mor D. Jorge de Ataíde ter recusado o cargo de Inquisidor-geral (1600), é bem provável que Cristóvão de Moura tenha proposto o nome de D. Miguel de Castro para inquisidor-mor (LÓPEZ-SALAZAR CODES, 2011: 23, 31, 34). Não se sabe se o próprio não terá aceite ou se o resto do centro político não se mostrou recetivo. Tudo indica que tenha ocorrido a última hipótese apontada, uma vez que a

Coroa pretendia a todo o custo evitar a indigitação de alguém que tivesse obrigações pastorais (LÓPEZ-SALAZAR CODES, 2011: 34-35).

Uma vez nomeado o arcebispo de Évora, D. Alexandre de Bragança, como inquisidor-geral (1602), o Marquês de Castelo Rodrigo, “da parte de Sua Majestade”, ainda se atreveu a propor a permuta das arquidioceses, pouco depois de novembro de 1602, data da apreciação do assunto no Conselho de Portugal (LÓPEZ-SALAZAR CODES, 2011: 105). Seria uma forma de resolver o problema da residência a D. Alexandre de Bragança. No entanto, a ideia fora camuflada, dizendo-se a D. Miguel que teria menos trabalho e ficaria no local do seu nascimento. D. Miguel de Castro não só não aceitou a troca por esta arquidiocese mais rendosa, como a 23 de janeiro de 1603 respondeu alegando o seu ressentimento por escrito: “porque por falta de memória, não pudesse haver alteração nas palavras, e em cousas desta qualidade é necessário pontualidade”. Sobre a última vantagem que lhe era referida, ripostou: “E a outra comodidade para haver de fazer esta permutação ser a cidade de Évora, lugar do meu nascimento, se quem informou a Sua Majestade desta comodidade, soubera, que a menor parte da vida gastei em Évora, qualquer outro lugar em que eu haja estado, tivera por mais natureza minha, e entendera, que me não serve viver naquela, senão de pouca comodidade minha; e se Deus se serve em toda a parte, aquele lugar, será de maior comodidade minha, no qual tiver mais ocasiões de o fazer”. Como remate propôs: “E sobre isto se a Sua Magestade parecer, que eu devo de deixar este lugar, com me fazer mercê, de me mandar alcançar do Grão Turco um salvo-conduto, para poder viver na santa cidade de Jerusalém, não somente darei o direito que tenho neste lugar ao Inquisidor-mor, mas a qualquer outra pessoa, que não tenha a sua qualidade, nem esperanças, que delas se possa ter, e por este meio somente ficará o Senhor Alexandre acomodado, e eu recebendo a maior mercê, que possa desejar” (BA, 51-VI-6, f. 118-118v). O seu interesse em manter-se em Lisboa, espaço de maior interação política, era evidente. Não lhe servia ir para a segunda cidade do Reino.

Em 1611, quando morreu D. Jorge de Ataíde, o vice-rei Cristóvão de Moura também o apontou como um dos nomes elegíveis para capelão-mor, mas não foi bem-sucedido (LÓPEZ-SALAZAR CODES, 2011: 53, 59).

Se já entre 1588 e a década de 1590 D. Miguel publicara documentos papais que reforçavam o poder da Igreja e que o monarca e a Inquisição não pretendiam ver divulgados em Portugal (GIEBELS, 2011: 125-126), depois dos episódios acima referidos, a atitude de D. Miguel tornou-se mais acutilante contra o Santo Ofício. Esta postura foi notória sobretudo enquanto D. Pedro de Castilho foi Inquisidor geral (1604-1615) e até vice-rei (1605-1607), período que começou marcado pela publicação do perdão geral aos cristãos-novos

(GIEBELS, 2011: 136). É importante realçar que D. Miguel participara na jornada dos três arcebispos que em abril de 1602 chegou a Valhadolid e era liderada pelo de Évora, entretanto falecido. Foram manifestar razões contra um perdão geral e, portanto, não veria com bons olhos que o mesmo fosse efetivado.

Foi sobretudo em torno dos delitos de foro misto, como a bigamia e as superstições, que as divergências entre o arcebispo e o Santo Ofício se tornaram patentes, por volta de 1605, mas não eram as únicas. Relativamente ao primeiro delito apontado, D. Miguel insistia que nem sempre haveria heresia envolvida, mas sim mero interesse libidinoso e, nesse sentido, devia ser o Ordinário a ter jurisdição sobre o crime.

Os diferendos terão durado até 1612 e acabaram com a intervenção de Roma (GIEBELS, 2011: 162-166). Motivaram em 1607 uma carta de

queixa de D. Pedro de Castilho ao rei e uma segunda ao monarca e ao valido Lerma em 1609. A este último relatava: “sempre procurei escusar em todas minhas ações rompimentos e contendas muito mais com o Arcebispo desta cidade por sua condição e desconfianças que comigo teve governando eu este reino, passei por elas, sem dar conta disso a Sua Magestade sendo de qualidade para o fazer, não cuida assim o arcebispo e vai procedendo, apaixonadamente. Toca já isto na Inquisição por o que é forçado, acudir, e não aflojar (...). Fará V. Excia. grande serviço a Deus em acudir e meter em razão ao arcebispo. Saia com a brevidade que o negócio pede” (BA, 51-VIII-20, f. 60). Como se depreende desta carta, as questões não se limitaram às do Santo Ofício.

É de notar que quando em 1606 se tomaram medidas para evitar as não comparências dos conselheiros de Estado efetivos às reuniões de tal órgão



Fig. 130. Folha de rosto das *Constituições do arcebispado de Lisboa assi as antigas como as extravagantes primeyras e segundas* (Lisboa: por Belchior Rodrigues, 1588) com as armas de D. Miguel de Castro e mandadas publicar pelo próprio, 1588, papel. BND:purl.pt/14564. © BNP.

(OLIVAL, 2008: 162), ressaltou-se de imediato a falta do arcebispo (“tendo eu consideração à ocupação contínua, que o Arcebispo dessa cidade de Lisboa tem no governo de sua Igreja”). O mesmo foi feito perante as “indisposições ordinárias do bispo D. Jorge de Ataíde”, capelão-mor, e “a alguns particulares respeitos que concorrem na pessoa do marquês de Castelo Rodrigo”. Estes não deviam ser chamados aos conselhos, o que tinha um claro sentido político, tanto mais que a carta régia não devia ser comunicada a terceiros pelo vice-rei Castilho (BA, 51-VIII-4, f. 16). Eram, sem grandes sombras de dúvida, as pessoas com mais profundo conhecimento político e igualmente partidários dos Áustria presentes em Lisboa naquela conjuntura. Além disso, tinham um estatuto social que faltava ao vice-rei e eram todos adversos ao perdão-geral. Podiam criar embaraços.

No respeitante aos que curavam usando salmos e palavras sagradas, D. Miguel também nem sempre identificava aqueles comportamentos como equivalentes a pacto com o demónio e a heresia e isso fazia-o resistir. Não permitiu que se publicassem nas igrejas da sua arquidiocese editais da Inquisição sobre a matéria. O diferendo motivou novas cartas de queixas de D. Pedro de Castilho, tanto ao rei como ao valido, mas desta feita logo no começo do seu vice-reinado. Em abril de 1612, escreveu ao Duque de Lerma: “busco todos os remédios para não chegar a rompimento com o Arcebispo por evitar escândalos, o de ele me não visitar nem ter a correspondência devida comigo seja à sua conta, para mim não é de importância, querer impedir os procedimentos do Santo Ofício não posso dissimular e ele o vai continuando por isso recorro a Sua Magestade e a Vossa Excelência a quem peço me faça mercê de aplicar o remédio que lhe parecer mais conveniente e de tomar resolução em outros negócios do Santo Ofício sobre que escrevi há muito tempo a Sua Magestade e a Vossa Excelência. E são eles de qualidade para se não dilatar mais a determinação” (BA, 51-VIII-20, f. 76). Uma vez mais o assunto foi resolvido com a intervenção do papa e da Congregação do Santo Ofício (LÓPEZ-SALAZAR CODES, 2010: 166-167).

D. Miguel voltou ao poder de vice-rei, em meados de 1615 (11 de julho), em circunstâncias muito particulares. Em junho desse ano, o arcebispo vice-rei, D. Aleixo de Meneses, foi indigitado presidente do Conselho de Portugal. Assim, deixava vago o cargo de Lisboa, pois recebera instruções para seguir sem delongas para a Corte da Monarquia. Devia suceder-lhe no posto o Conde de Salinas e Duque de Francavilla, D. Diego de Silva y Mendoza, mais tarde marquês de Alenquer. Para que este último tivesse tempo para se preparar e chegar de Castela a Lisboa, D. Aleixo foi encarregue de deixar o governo de Lisboa nas mãos do arcebispo da cidade. D. Miguel devia assumir o lugar de vice-rei nesse intervalo

e com o mesmo regimento do seu antecessor, o arcebispo de Braga. Numa carta do rei para D. Miguel, acentuava-se ainda mais o caráter provisório desta incumbência: devia ocorrer se o Conde de Salinas não chegasse antes da rápida partida de D. Aleixo (GAILLARD, 1982: 393-394).

Ao que parece, D. Miguel inicialmente não se mostrou muito recetivo à ideia de ser vice-rei, talvez por se tratar de uma incumbência provisória e além disso pela sua idade e múnus arquidiocesano. Terá sofrido pressões da parentela para aceitar o cargo (SERRÃO, 1979: 83). Neste contexto, não quis usar algumas das deferências associadas à ocupação, como era habitar no Paço. Teria continuado a morar pouco acima da catedral. Nas idas e vindas não admitiu a presença de guardas, nem acompanhamento. Nunca foi à Relação e evitou os eventos públicos, inclusive a capela real. De acordo com uma fonte produzida em Évora (BPE, *Cód. CIII/2-19*, f. 49-49v), a sua prática de governo foi considerada boa, melhor do que a de muitos que o antecederam: revelou assiduidade nas audiências, procurou que os seus criados não aceitassem petições e sobretudo consultou memoriais de serviços num tempo em que estava vedado fazê-lo em relação a tenças, comendas e juros novos. Justificava a sua atitude alegando que o monarca estava obrigado a pagar os afazeres que recebia (OLIVAL, 2008: 202).

O seu vice-reinado durou até à chegada do marquês de Alenquer, a 24 de março de 1617. O seu sobrinho D. Diogo de Castro, casado com uma prima de Cristóvão de Moura e presidente do Desembargo do Paço, foi um dos que se mostrou pouco agradado com a vinda do novo vice-rei, provavelmente por não ser natural do Reino e eventualmente pela sua parentela perder um lugar de tanta influência.

D. Miguel faleceu a 1 de julho de 1625, segundo consta do epitáfio da sua sepultura, reproduzido na *Biblioteca Lusitana* (MACHADO, 1965-1967: III, 471-472). Enterrou-se na sé de Lisboa, à entrada da porta.

Muito antes de perecer, em 1602, instituiu uma capela com seis capelães na referida Sé, “por fazer algum serviço a Nosso Senhor (...) para maior veneração do culto divino, e por ser ajudado com os sufrágios da santa igreja e o reverendo cabido ser mais respeitado” (TT, *Ch. Filipe II, Doações*, lv. 13, f. 67v). A administração da mesma passava em pleno ao cabido por sua morte, que praticamente desde o acordo de 1602 tinha a titularidade dos juros que a suportavam. Para o efeito, naquela data, D. Miguel tinha já adquirido 400.000 réis, através de Teodósio de Morais, tesoureiro e executor da mesa mestral e pontifical do arcebispado de Lisboa, seu testa-de-ferro, e que se comprometia a comprar ainda mais 100.000 réis em 3 anos, com dinheiro do prelado para a mesma capela. 300.000 réis tinham sido adquiridos, em 1600, ao Duque de Aveiro e à mulher, assentes nas rendas de

Montemor-o-Velho; 100.000 foram comprados, dois anos antes, aos testamenteiros da condessa do Redondo, D. Mécia de Meneses, filha do aio de D. Sebastião, consignados no ramo das sisas correntes da vila de Tancos, no almoxarifado de Tomar. Para perfazer os 500.000 réis, em 1606 ainda se compravam 57.000 réis ao cristão-novo assentista que corria com o apresto das naus da Índia e Malaca, Jorge Rodrigues Solis, um dos negociadores de perdão-geral entre 1600 e 1603 (TT, *Ch. Filipe II, Doações*, lv. 13, f. 254-257; PULIDO SERRANO, 2006: 357-360).

O somatório final da capela resultou da compra de vários padrões de juro mais pequenos ao preço de 16.000 réis o milhar, o que significou que os 500.000 réis terão custado o avultado montante de 8 mil contos de réis, se o preço oficial foi de facto respeitado. Pelo seu testamento, D. Miguel de Castro ainda terá mandado reforçar a sua capela com mais 150.000 de juro (TT, *Hospital de São José, Escrivão Botelho*, mç. 103, n.º 5, cx. 744, f. 68). Pela herança familiar e pelos cargos que teve, seria um arcebispo endinheirado. Em 1598, só da mãe herdou pelo menos 180.000 réis de juro anual (TT, *Ch. Filipe II, Doações*, lv. 8, f. 125-132). Em 1624, a Coroa ainda lhe devia dinheiro do seu ordenado de vice-rei, cujo mandato terminara em 1617, e que lhe estava a ser pago no executor do almoxarifado de Campo de Ourique. Cabia-lhe auferir 2400.000 réis ao ano (TT, *Ementas da Casa Real*, lv. 11, f. 191, 266), o que correspondia a um quantitativo inferior à paga de outros vice-reis, eventualmente mesmo dos vice-reis eclesiásticos que o antecederam. É bem possível que tivesse outros complementos, que por ora se desconhecem, pois alguns dos propostos aparentemente não terão sido aceites (SERRÃO, 1979: 83).

Quando D. Miguel faleceu, os seus testamenteiros conseguiram a nomeação do Dr. António Álvares Sanches, desembargador da Casa da Suplicação e corregedor do Cível da Corte, para tomar conhecimento de todas as causas tocantes à fazenda que ficara do arcebispo, “arrecadação dela cumprimento do seu testamento pagamento de suas dívidas e legados serviços de criados e de todas as mais suas dependências breve e sumariamente como for justiça” (TT, *Ch. Filipe III, Doações*, lv. 39, f. 256-256v).

De acordo com a primeira instituição da sua obra vincular já referida, cada capelão devia receber por ano 80.000 réis, o que equivalia ao rendimento de um pequeno priorado das ordens militares no Alentejo, naquela época. Para o clérigo tinha, no entanto, a vantagem de não envolver o trabalho de cura de almas e se limitar apenas a uma missa quotidiana (num total de 26 por mês), seguida de um responso sobre a sepultura do instituidor, além das obrigações de coro, como tinham os demais capelães custeados pelo cabido. Além disso, eram todos obrigados a acompanhar o cabido nas suas saídas formais, “todas as vezes que sair fora da igreja capitularmente”. Este vínculo, na realidade reforçava o poder do

cabido, embora os clérigos destinados ao lugar tivessem de ser escolhidos por oposições e exames. Apenas se abria exceções para o sacerdote “que se criasse em nossa casa ou fosse do serviço dela posto que não seja bom cantor sendo pessoa de boa vida e exemplo, e não sendo totalmente insuficiente seja admitido por capelão ainda que haja outro de mais suficiência, e isto queremos que se pratique em um lugar somente das ditas capelarias, e o mesmo se fará ao herdeiro da casa de meu pai que Deus tem mandando-o ele pedir” (TT, *Ch. Filipe II, Doações*, lv. 13, f. 69-69v). A documentação revela que teria vários criados, eclesiásticos e seculares, sem que se consiga dimensionar a sua família. Em 1590 teria inclusivamente um livreiro, como se documenta na tradução do catecismo de Pio V (1566-1572) que fez imprimir e eventualmente um impressor (*CATECHISMO ROMANO*, 1590: rosto; GIEBELS, 2008: 55). Em matéria de disciplina inerente ao conceito de casa, D. Miguel quase seguramente facilitou a carreira do seu sobrinho neto e homónimo, tendo-o colocado como arcediogo de Santarém (PAIVA, 2016b: 185).

Tal como começava a ser usual na época, os escolhidos para as capelarias de D. Miguel de Castro tinham que provar limpeza de sangue. A estas instituições não fora intencionalmente dada a natureza de benefício eclesiástico e ninguém se podia ordenar usando-as, para não adquirirem o estatuto de património, impedindo assim que o capelão fosse despedido se o merecesse.

Em 1788 ainda se cumpriam regularmente as obrigações desta capela e tudo indica que terão continuado. No incêndio posterior ao Terramoto de 1755, ter-se-ão perdido o testamento de D. Miguel e as contas da capela que estavam no cartório da Sé. Em resultado, nos anos 1764-1771, geraram-se divergências sobre a aplicação dos juros que nessa altura totalizavam o montante de 969.454 réis e já estavam assentes noutros pontos de receita, mas a interpretação dos cônegos, com interesses imediatos no assunto, prevaleceu (TT, *Hospital de São José, Escrivão Botelho*, mç. 103, n.º 5, cx. 744, f. 103).

FERNANDA OLIVAL

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: *CATECHISMO ROMANO*, 1590; **Estudos:** CRUZ, 2006; ESPANCA, 1945; GAILLARD, 1982; GIEBELS, 2008; GIEBELS, 2011; LÓPEZ-SALAZAR CODES, 2010; LÓPEZ-SALAZAR CODES, 2011; MACHADO, 1965-1967; OLIVAL, 2008; PAIVA, 2016b; PARDAL, 2007; POLÓNIA, 2005; PULIDO SERRANO, 2006; SERRÃO, 1979; VELOSO, 1946.

AFONSO FURTADO DE MENDONÇA

(1626-1630)

Nascido em Montemor-o-Novo em 1561, era filho de Jorge Furtado de Mendonça, comendador das Entradas, Padrões e Represa da Ordem de Santiago, e de Mécia Henriques, filha de Pedro de Sousa, alcaide-mor de Beja, e de Violante Henriques. Foi em Lisboa que começou os seus estudos, que continuou na Universidade de Coimbra, onde se doutorou em Cânones, em 1594. Aí frequentou também o colégio de São Pedro, como porcionista e colegial (1591), tendo sido eleito reitor do mesmo colégio em 31 de outubro de 1592 (ASV, *Proc. Consistoriales*, vol. 3 e 23; LEAL, 1725). Quando em 1630, por ocasião da sua morte, frei Francisco da Maia proferiu na sé de Lisboa o sermão fúnebre, comparou o percurso do prelado com o de Jacob. Tal como a figura bíblica, o antístite desde cedo se mostrou inclinado para os estudos: “buscai os primeiros anos do nosso grande Prelado, acha lo eis ocupado não com Esau no monte, e caça senão com Jacob na Universidade de Coimbra, tam aplicado ao estudo dos Sagrados Canones” (MAIA, 1631: 2). No entender do panegirista, terá sido essa dedicação que lhe permitiu a carreira que veio a ter. Claro que, na verdade, a influência da família não deve ser ignorada. Ainda estudante de Coimbra, o seu tio homónimo fê-lo seu coadjutor no deado da sé de Lisboa, com direito a futura sucessão, mas em 1609 acabou por desistir em favor de um seu sobrinho, também com o mesmo nome. Foi provido chantre da colegiada de Guimarães, benefício que renunciou com reserva de uma pensão (ASV, *Proc. Consistoriales*, vol. 3 e 23; LEAL, 1725; CUNHA, 1989).

Afonso Furtado de Mendonça

1561	Nascimento
1609-1615	Bispo da Guarda
1615-1618	Bispo de Coimbra
1618-1626	Arcebispo de Braga
1626-1630	Arcebispo de Lisboa
1630.6.2	Morte



Em 1597 foi nomeado reitor da Universidade de Coimbra e reformador dela, cargo que exerceu até 1605, quando foi designado para membro do Conselho de Portugal. Esta estada em Madrid, possibilitando uma proximidade ao centro político, terá sido, aliás, um dos fatores que potenciou a sua importante carreira eclesiástica e política (PAIVA, 2006: 399-400). Em 1608 foi escolhido para presidir à Mesa de Consciência e Ordens, o que fez até agosto de 1609, altura em foi provido no bispado da Guarda. Recebeu a sagração, na sé de Lisboa, do arcebispo D. Miguel de Castro, a 28 de fevereiro de 1610 e entrou no bispado a 7 de abril (ALMEIDA, 1967-1971: II, 627-628). Nesta diocese reuniu um sínodo diocesano a 29 de junho de 1614, concluindo e publicando as constituições iniciadas por D. Nuno de Noronha, mas apenas impressas já no tempo de D. Francisco de Cas-

tro, em 1621, na oficina de Pedro Craesbeeck, em Lisboa (ALMEIDA, 1967-1971: II, 515; PAIVA, 2000a: 11). No sermão fúnebre, estas constituições sinodais foram apresentadas como o mais importante texto do prelado, fruto do seu saber e preparação académica: “Derão logo no primeiro Bispado da Guarda, a que foi promovido, suas letras hum fruto tam perfeito, como forão as constituições delle, que com estudo, vigias, conferencias, e disputas de cinco annos continuos, e assistência de pessoas mais doctas e praticas, acabou com tal perfeição, que dizia o insigne Doutor Francisco Soares, que o Doutrinal das Constituições do Bispado da Guarda era o melhor que estava impresso, e por tal foi aprovado de todo o Synodo, *Nenime discrepante*, e o he hoje dos mais Doutos, que o lem” (MAIA, 1631: 5v-6). Só uma análise detalhada e comparativa com outros textos sinodais permitiria aferir até que ponto as constituições da Guarda se diferenciam de outras publicadas pela mesma altura. Seja como for, considerando que as

constituições em vigor datavam do ano de 1500, o novo texto foi, sem dúvida, um importante marco na atividade deste prelado, que deu assim cumprimento ao determinado no Concílio de Trento. Ainda na Guarda, cooperou com a Inquisição, tendo sido um dos prelados que defenderam a implantação no território português de agentes da Inquisição, como os comissários e os familiares do Santo Ofício, em detrimento das efémeras visitas inquisitoriais (PAIVA, 2011: 164). Teve um conflito com o cabido, por causa do provimento de uma meia conezia, que deu a um seu familiar, indo contra a concórdia feita entre o cabido e o seu antecessor. Uma nova concórdia foi assinada entre ambos, e confirmada pela Santa Sé (ALMEIDA, 1967-1971: II, 627-628).

Foi transferido para a diocese de Coimbra, por bula de Paulo V, expedida a 5 de dezembro de 1615, tomando posse da sua nova diocese em novembro do ano seguinte. Logo na primeira entrada solene na diocese, teve de enfrentar o protesto do cabido relativamente a questões de cerimonial. Tal não constituiu uma particularidade sua, já que por esta altura foram frequentes conflitos deste tipo, em grande medida potenciados pela entrada em vigor do novo cerimonial dos bispos, aprovado em Roma no ano de 1600 (SILVA, 2013a: 172-195).

Após a morte de D. frei Aleixo de Meneses, arcebispo de Braga, foi eleito seu sucessor em 1618 (ALMEIDA, 1967-1971: II, 607). A 22 de janeiro desse ano comunicou a notícia ao cabido, ainda antes de receber as bulas, informando os capitulares de que ia enviar o seu provisor Gaspar do Rego da Fonseca. As bulas chegaram em 1619, tomando posse do arcebispado, da cidade e seu termo através de D. frei António dos Santos, bispo coadjutor, a 1 de março. Entrou solenemente em Braga a 23 de maio (FERREIRA, 1928-1935: III, 130-143). Poucas semanas depois, partiu para Lisboa para estar presente nas Cortes que aí se realizaram em julho.

Já nesta cidade, e tendo-lhe sido dado conhecimento da intenção régia de que fosse D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa, “o mais antigo prelado do reino”, a outorgar ao monarca o juramento nas Cortes, D. Afonso protagonizou um aceso conflito de precedências com o dito arcebispo. O prelado bracarense reivindicava pertencer-lhe o acto de tomar o referido juramento por ser o primeiro prelado do país em dignidade, já que considerava a Igreja de Braga não só primaz de Portugal como de toda a Península, o que aliás era contestado por Toledo. Ameaçou mesmo retirar-se e procurar que as Cortes fossem declaradas nulas se não lhe fosse concedido o lugar devido. O rei desistiu das suas intenções, mas D. Miguel de Castro sentiu-se diminuído no seu prestígio e poder simbólico. Até porque, além do mais, D. Afonso Furtado de Mendonça decidiu percorrer as ruas de Lisboa com a cruz levantada diante de si, lançando bênçãos, como se

estivesse na sua própria diocese. O desentendimento foi tão intenso que chegou ao ponto de ambos os prelados se excomungarem mutuamente. O arcebispo de Braga não cedeu, e perante o interdito deambulatório que lhe foi imposto por D. Miguel de Castro, retirou-se para fora da cidade e mandou lavar um protesto por um notário apostólico, de modo a certificar a posse em que estava, tal como os seus antecessores, de trazer cruz alçada em Lisboa. Ao mesmo tempo, recorreu para o tribunal da Nunciatura, para que o arcebispo de Lisboa levantasse as censuras. A 3 de agosto o núncio Octavio Accoramboni declarou nulas e inválidas as censuras lançadas por D. Miguel de Castro e confirmou as prerrogativas dos arcebispos de Braga (ALMEIDA, 1967-1971: II, 602; FERREIRA, 1928-1935: III, 130-143).

Frei Francisco da Maia não ignorou este episódio no elogio fúnebre. Contudo, proferido na sé de Lisboa, não fez qualquer referência ao confronto entre D. Afonso e o seu antecessor na cátedra episcopal lisiponense. Em alternativa, é realçado o enfrentamento com o monarca, acusado de lhe negar o lugar de primaz e, por isso, de colocar em causa a justiça, que D. Afonso Furtado, como sempre, procurou defender, pois “pela justiça morreria mil vezes”, enfrentando “os grandes e nobreza deste Reyno” (MAIA, 1631: 8-8v).

O conflito de precedências surge, portanto, como ponto de partida e expressão do carácter justo do prelado, que não se inibira de enfrentar os poderosos e até de gerar ódios para defender a justiça. Além do mais, quando mais tarde ocupou o lugar de governador do reino, “sogeitava o tribunal da justiça à rezão, mas não ao amor; que teve conselheiros, mas não privados que o dominassem” (MAIA, 1631: 13v). Ou seja, não teria favorecido parentes e amigos quando estes não tinham “partes e merecimentos”, nem se teria deixado influenciar por “intercessões” (MAIA, 1631: 13-13v). Claro que o significado de “justiça” deve ser aqui entendido à luz do pensamento político da época, e não como o entendemos hoje (ver, por exemplo, HESPAÑA, 1994; OLIVAL, 2001: 15-38). De qualquer modo, o texto espelha uma determinada visão da sociedade, do poder e dos tribunais, que se não era a do elogiado, pelo menos era a do autor do texto, claramente contrário à corrupção: “Pois hum Prelado de mãos tam limpas, que não soo as não soube já mais estender pera aceitar cousa, que tivesse sombra de peita, senão que á custa de sua fazenda pretendia a mesma limpeza em seus ministros” (MAIA, 1631: 15-15v).

Regressado a Braga e ao governo da arquidiocese, ordenou novos estatutos para o seminário, por ele aprovados em 22 de outubro de 1620. Pretendendo dar continuidade à aplicação dos decretos tridentinos na arquidiocese, iniciada pelos seus antecessores, teve de confrontar-se com a resistência de instituições

como o cabido da catedral, que procurou preservar um conjunto de direitos que considerava não terem sido revogados pelos ditos decretos. Naquele mesmo ano, em agosto, conseguiu aprovar um regulamento para os visitantes, composto por 59 capítulos, e que ainda estava em vigor em meados do século XVIII (ADB, *Gavetas do Cabido, Acórdãos*, lv. 1, n.º 83 e n.º 85; FERREIRA, 1928-1935: III, 130-143). Quando estava a ser elaborado, em 1619, o conteúdo do regimento foi contestado pelos capitulares, mas após um processo de negociação, conseguiram que o prelado aceitasse que os livros das devassas e termos de culpados dos visitantes do cabido fossem numerados e rubricados pelos capitulares e não pelo provisor ou vigário-geral, agentes episcopais (SOARES, 1997: 196-197). D. Afonso procurou também substituir o breviário bracarense pelo romano, o que, mais uma vez, suscitou resistências por parte dos cônegos, que diziam haver “inconvenientes” na mudança (ADB, *Gavetas do Cabido, Acórdãos*, lv. 1, n.º 87). Em 1628, já no tempo de D. Rodrigo da Cunha, ainda se discutia em Braga a reforma do breviário (ADB, *Gavetas do Cabido, Acórdãos*, lv. 1, n.º 146). Procurando obter um maior controlo do que se passava na catedral e no próprio cabido, exerceu uma forte pressão para que os capitulares dessem autorização para que houvesse uma quarta chave do arquivo da sé, que ficaria nas mãos do provisor. Perante as censuras e interdito lançado por D. Afonso, o cabido recorreu ao Tribunal da Legacia, que em 1622 sentenciou a favor dos capitulares (ADB, *Gavetas do Cabido, Sentenças*, lv. 1, n.º 8).

Visitou pessoalmente uma boa parte do extenso território que estava sob sua alçada, nomeadamente Viana, Valença, Ponte de Lima, Monção, Melgaço, Vila Real, Chaves e Moncorvo. Em 1621 mandou o bispo coadjutor visitar a colegiada de Guimarães e suas igrejas filiais, mas o cabido da colegiada e a câmara opuseram-se e conseguiram impedir essa visita, reivindicando que só o arcebispo a podia fazer pessoalmente, como havia ficado estipulado numa concórdia feita no tempo de D. frei Baltasar Limpo. D. Afonso acabou por, então, ele próprio visitar a colegiada vimaranense, o que ocorreu sem percalços (FERREIRA, 1928-1935: III, 130-143). Em agosto de 1621, foi um dos prelados que criticaram o perdão geral de 1604, numa altura em que os cristãos-novos estavam novamente a pressionar a coroa para que introduzisse mudanças na Inquisição e prometiam dinheiro em troca da proteção régia (PAIVA, 2011: 227).

D. Afonso Furtado exerceu ainda o cargo de governador de armas do Minho, tendo residido, por isso, durante algum tempo em Viana da Foz do Lima (Viana do Castelo), onde estava em janeiro de 1626 quando recebeu a notícia da sua eleição para o arcebispado de Lisboa. Foi um dos raros exemplos de titulares de quatro mitras, o que no sermão fúnebre surge justificado como tendo sido

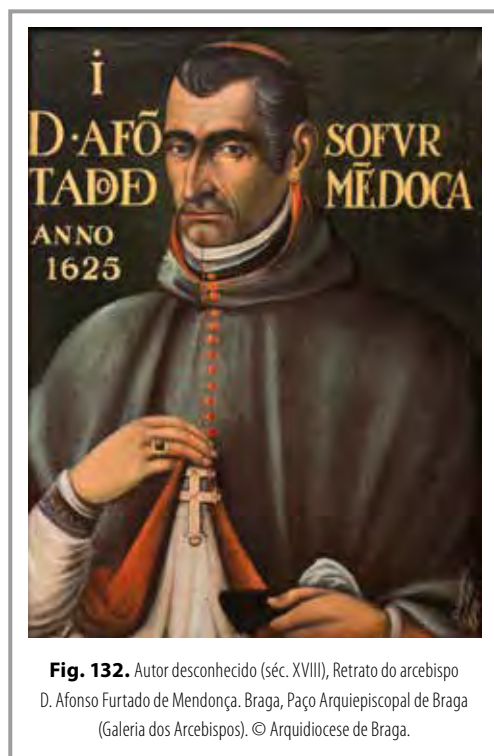


Fig. 132. Autor desconhecido (séc. XVIII), Retrato do arcebispo D. Afonso Furtado de Mendonça. Braga, Paço Arquiepiscopal de Braga (Galeria dos Arcebispos). © Arquidiocese de Braga.

recompensa pelos seus “trabalhos”, tal como Jacob foi premiado por Deus com quatro esposas (MAIA, 1631: 26v-27). Chegou a Lisboa a 13 de setembro de 1626, ocupando logo o seu lugar no governo do reino, para o qual havia sido também nomeado, juntando-se a D. Diogo de Castro, conde de Basto, e D. Diogo da Silva, conde de Portalegre. Todavia, as suas bulas só foram expedidas a 3 de dezembro, pelo que a sua entrada solene na diocese ocorreu apenas a 2 de maio de 1627.

O seu papel enquanto governador está pouco estudado. O facto de ao mesmo tempo liderar o governo espiritual do arcebispado de Lisboa e participar na administração secular do país mereceu, uma vez mais e sem surpresas, o elogio de frei Francisco da Maia, até porque esse acumular

de funções lhe permitia assegurar a defesa da jurisdição eclesiástica: “Pera que governe qual outro Moyses, que por ser juntamente Sacerdote e Governador do povo, governava o humano sem atropelar o Divino, antes preferindo sempre as rezoens politicas divinas às humanas, tendo nas mãos duas espadas para cortar, e defender com a temporal, quando não basta a espiritual” (MAIA, 1631: 17v-18).

Ainda em vida, foi também elogiado pelo poeta Paulo Gonçalves de Andrade, numa das suas canções. O tom encomiástico é evidente, mas desconhece-se a relação que possa ter existido entre os dois. Eventualmente, o autor pretendia desta forma alcançar algum tipo de proteção junto de uma importante figura do poder eclesiástico e secular (SILVA, 1854: 295-299).

Oh vós da Lusitana Monarchia
Com o peso caduca, e vacilante,
Unica gloria, e singular columna,
De cujos hombros o reparo fia
Contra os irados impetos bastante,

Tanta vez repetidos da Fortuna,
 Justamente repugna
 Aventurar-se a penna justamente
 Acreditando o proprio desatino,
 Quando subir intente
 Humana penna a merito divino,
 Porém, qualificando o detrimento,
 Do perigo fará merecimento,
 Quando de tanta luz precipitada
 No descredido fique acreditada,
 (...)

Claro Mendonça, que do Tronco claro
 De tantos Héroes, ramo produzido,
 Feliz compendio sois de seus valores,
 Do Tronco digo, que em prodígio raro
 Héroes dava por fructo exclarecido,
 Tropheos por folhas, e valor por flores
 De illustres anteriores
 Toda a virtude em voz recopilada,
 Arrimo sois, em cuja segurança
 A Patria fatigada
 De sobresaltos tremulos descança,
 Já sobre toda a Terra dilatado
 Sois dos lemites della respeitado,
 Tudo cobris de sombra, e vossa sombra
 Ampara a Patria como o Mundo assombra.
 (...)

Vossa prudencia justamente elegem,
 Dos dous Imperios alta intelligencia,
 Hespanha, e Roma cada qual prudente,
 E das gloriosas machinas, que regem,
 Tomando parte em si vossa prudencia,
 Descançando da qual gloriosamente
 Ao trabalho assistente
 Do Sceptro Real, do Pastoral cado,
 Aos Magisterios ambos vigilante,
 Alternado o cuidado,
 Sois d'ambas as Esphas novo Atlante,

E exercitando mystico o governo,
 Tanto no temporal, como no Eterno,
 Do sacro Pescador, do gran Monarcha
 De hum governaes o Imperio, e de outro a Barca.
 Este Imperio, Senhor, que dilatado
 Os Berços, e o sepulchro vê do dia,
 Remotos fins da Fabrica do Mundo,
 A vida deve a quem no campo armado
 Vida lhe deu com sangue, que vertia,
 Primeiro Afonso, e Marte não segundo,
 Já com saber profundo
 Quando com sangue não, nas mãos da Morte,
 Outro Afonso lhe dá segunda vida,
 Quando ao rigor da sorte
 A qualidade intrepida abatida,
 O Brio natural, de que se armava,
 A vontade dos Fados inclinava,
 De alto Poder efeito conveniente,
 Que hum Afonso o fundou, outro o sustente.
 (...)

Da sua ação enquanto prelado de Lisboa também pouco se conhece. Sabe-se que não abriu mão dos privilégios especiais que Roma concedeu através de jubileus, o que causou alguma tensão com o tribunal da Inquisição. Na verdade, se em 1612, quando era prelado da Guarda, D. Afonso escreveu aos inquisidores dando notícia de várias denúncias contra cristãos-novos judaizantes, cooperando assim com o Santo Ofício e reconhecendo-lhe jurisdição em matéria de foro da consciência, em 1629 a sua atitude foi um pouco diferente. Em fevereiro desse ano, aproveitando-se de um desses jubileus, conferiu extensos poderes de absolvição aos confessores. E não o fez de modo discreto. Pelo contrário, não só mandou traduzir e imprimir o texto do jubileu, como celebrou uma procissão entre a catedral e o convento de São Francisco (PAIVA, 2011: 121 e 125).

Tal como outros prelados da época, aplicou parte dos rendimentos da mitra em esmolas aos pobres e contribuiu para os cofres da Coroa, nomeadamente para o socorro da Baía, no Brasil, que por esta altura sofreu a investida dos holandeses. Mandou construir um novo paço episcopal, “mostrando nesta obra o mais que a amava [à arquidiocese de Lisboa], e o mais que a prezava. E pois o nosso sabio Prelado tendo outras esposas, só pera esta Igreja, esposa Real, fez casas e

paços particulares, bem se vê em quanto amor lhe fica empenhada, e quanta estimação della fazia” (MAIA, 1631: 30-31). O elevado valor despendido numa obra desta natureza terá suscitado algumas críticas na época, como se depreende do texto do sermão, que procurou defender e justificar a construção das casas prelatícias e de como elas honravam a Deus e à Igreja, além de terem permitido dar emprego a “huns que estavam ociosos na praça per não aver quem os ocupasse” (MAIA, 1631: 31).

Em 1630, após distúrbios provocados por ofensas ao Santíssimo Sacramento, ocorridos na igreja de Santa Engrácia, na noite de 15 para 16 de janeiro, e de que eram acusados os cristãos-novos, D. Afonso emitiu uma pastoral em que sublinhou a importância do culto do Santíssimo Sacramento e ordenou a sua imediata reposição na igreja, com toda a solenidade e celebração de missas e pregações diárias (PAIVA, 2011: 300). Faleceu poucos meses depois, a 2 de junho de 1630, com 70 anos, tendo sido sepultado na capela-mor da sé de Lisboa (ALMEIDA, 1967-1971: II, 639).

HUGO RIBEIRO DA SILVA

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: CUNHA, 1989; LEAL, 1725; MAIA, 1631; **Estudos:** ALMEIDA, 1967-1971; FERREIRA, 1928-1935; HESPAÑA, 1994; OLIVAL, 2001; PAIVA, 2000a; PAIVA, 2006; PAIVA, 2011; SILVA, 1854; SILVA, 2013a; SOARES, 1997.

JOÃO MANUEL

(1632-1633)

D. João Manuel nasceu cerca de 1572, filho de D. Nuno Manuel e D. Joana de Ataíde. O pai, senhor das vilas da Atalaia, Tancos e alcaide-mor de Marvão, foi embaixador em França no reinado de D. Sebastião. A mãe era filha de D. António de Ataíde, 1.º conde da Castanheira, conselheiro e vedor da fazenda, importante figura da Corte portuguesa de meados do século XVI. João Manuel era familiar de vários bispos: sobrinho do capelão régio e membro do Conselho de Portugal D. Jorge de Ataíde; sobrinho de D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa; primo dos antístites de Viseu D. Nuno de Noronha e D. frei António de Sousa e do bispo de Miranda D. João da Gama (NUNES, 2010: 134; PAIVA, 2006: 248). Como se verifica, ligações a influentes do reino não lhe faltavam. Acresce o facto de ser o sobrinho dileto de D. Jorge de Ataíde. Com efeito, Tomé Alvarez, biógrafo de Ataíde, refere o seguinte, aquando da sagração de D. João Manuel: “depois de ver sagrado (...) bispo de Viseu o Sr. D. João Manuel seu querido sobrinho” (BNP, COD. 13117, 94).

A formação foi feita em Coimbra. Destinado desde tenra idade à carreira eclesiástica, D. Afonso de Castelo Branco, antístite da cidade do Mondego, que mantinha relações de amizade com D. Jorge de Ataíde, concedeu-lhe a prima tonsura no dia 28 de outubro de 1587. Dez anos depois, a 1 de março de 1597, recebeu a ordenação presbiteral na igreja de Almedina. Prosseguiu os estudos no colégio de São Pedro e na Universidade, onde cursou Artes e Teologia. Principiou a formação superior no curso de Artes, no final da década de 80 do século XVI. Em

João Manuel

c.1572	Nascimento
1609-1625	Bispo de Viseu
1625-1632	Bispo de Coimbra
1632-1633	Arcebispo de Lisboa
1633.6.4	Morte



23 de março de 1590 obteve o grau de bacharel. Um ano depois, no dia 4 de junho de 1591, já era licenciado e mestre. Paralelamente à formação em Artes, matriculou-se no curso de Teologia, em 27 de novembro de 1590. Sete anos depois, no dia 22 de fevereiro de 1597, concluiu a formação superior com a obtenção do grau de bacharel (NUNES, 2010: 134-135).

Em inícios da década de 1590 foi designado prior da paróquia de Ventosa, localizada no concelho de Alenquer. Não se pense, todavia, que D. João Manuel, enquanto pároco, assumia a prática sacramental. Jamais administrou os sacramentos na paróquia de forma sistemática; à exceção de alguns casos pontuais – por exemplo em 13 de janeiro de 1600, D. João Manuel foi padrinho

de batismo de Beatriz, filha de António Frazão – os responsáveis pela administração dos sacramentos eram os curas ou capelães, que não o prior (TT, *Paróquia de Ventosa, Batismos*, lv. B1 – cx. 2, f. 20v).

Em 1602 foi designado esmoler do rei, sendo obrigado a renunciar à paróquia. Mas, na prática não exercia a atividade de esmoler por os réditos serem insuficientes, o que indicia que a aceitação do ofício foi motivada menos pelos rendimentos que auferia, que pelo prestígio do cargo. Vivia neste período com o irmão, o 1.º conde da Atalaia, D. Francisco Manuel de Ataíde. Contudo, o cargo de esmoler esteve na origem da sua nomeação, em 1602, para um benefício simples da igreja de São Bartolomeu, na localidade de Nisa, que rendia 60 mil réis anuais. Concorreram dez opositores. D. João Manuel teve o apoio de D. António de Mascarenhas, deão da Capela real, que com parecer favorável (a pretexto de garantir a existência do esmoler) determinou a escolha régia. Em 28 de julho de 1607 já era cônego da Sé de Lisboa, sendo-lhe este benefício atribuído pelo tio, D. Miguel de Castro (NUNES, 2010: 135).

No dia 9 de dezembro de 1609 foi preconizado bispo de Viseu. Embora o nome de Manuel Coutinho também tenha sido insinuado para a diocese, D. João Manuel, que à época contava cerca de 36 anos, foi o escolhido, tendo sido ordenado, em 21 de março de 1610, na igreja de Nossa Senhora da Graça, em Lisboa, pelo tio D. Jorge de Ataíde (PAIVA, 2006: 585; BNP, COD. 13117, 94). Note-se que à exceção do canonicato, os benefícios de D. João Manuel foram sempre atribuídos por mercê régia, o que atesta a importância das suas origens e, em particular, os apoios que, quer a família quer ele próprio, soube concitar nos meandros da Corte.

Na entrada no bispado cumpriu as determinações do cerimonial romano. Ou seja, informou a Câmara que desejava que fossem cumpridas as determinações do cerimonial, nomeadamente que entrasse na cidade a cavalo debaixo de um pálido “que lhe havia de trazer os magistrados da cidade”. De assinalar que foi o primeiro prelado a entrar na diocese “na forma do cerimonial romano” (NUNES, 2010: 136). Após a entrada, tomou posse na sede concelhia, em 13 de março de 1610, na presença dos vereadores, mestres e procurador do concelho, estando igualmente presentes o notário apostólico e o procurador do prelado. O ato teve duas partes. Em primeiro lugar, o notário procedeu à leitura da bula de nomeação. De seguida, os vereadores reconheceram a autoridade do prelado, beijando o documento pontifício e colocando-o sobre a cabeça (VALE, 1952: 335).

Imbuído da figura do bispo-pastor, seguindo o modelo de prelado tridentino que havia sido já encarnado pelas figuras tutelares de D. Jorge de Ataíde e D. Afonso de Castelo Branco, visitou a diocese em pessoa, logo no ano da entrada no bispado. A este respeito, em 1613, em sede de visita *ad limina*, disse o seguinte: “por nao estar bastante inteirado das cousas do bispado e lhe ser necessario visita lo primeiro como tem feito em a maior parte dele pessoalmente administrando o sacramento da confirmação a mais de 35 mil almas fazendo os mais officios que como bom pastor devia” (ASV, *Congregazione Concilii, Relationes, Viseu*, vol. 879, f. 18).

Não foi fácil realizar a visita, pois a região era agreste; foi descrita por ele como uma “*terra aspera et difficilis*”. A orografia, com a existência de regiões de montanha, as agruras do clima, em virtude de grandes amplitudes térmicas anuais e os solos pouco férteis, à exceção de algumas regiões, como por exemplo Besteiros e Lafões, ditavam a árdua existência do homem. Não obstante a agrura dos elementos, D. João Manuel calcorreou o território, fazendo-se deslocar aos lugares mais inóspitos e longínquos do bispado. No último terço do século XVII, havia ainda memória da sua visita a certos lugares, caso de Covelo de Paivó, pequena povoação encravada na serra da Gralheira. Acerca da visita pastoral a esta localidade dizia-se: “Este lugar he tao aspero e intractavel que para se chegar a elle he



Fig. 134. Frontispício do missal pontifical de Estêvão Gonçalves Neto (ativ. 1604-1627) (capelão do bispo de Viseu D. João Manuel, abade de Cerejo e depois cônego de Viseu) com as armas do bispo de Viseu D. João Manuel, [1616-1622], papel. Lisboa, BACL.

© ACL. Foto: José Avelar / Museu de Lisboa.

necessario caminhar duas legoas a pee per caminhos tão arriscados que periga a vida. E não ha memoria que Prellado algum visitase esta Igreja pessoalmente mais que o illustrissimo Senhor D. João Manuel de boa memoria de que se afirma ser levado em braços de homens” (NUNES, 2010: 315). As visitas, não obstante as dificuldades da sua execução em algumas regiões, foram frutíferas. Sobre esta matéria haveria de afirmar em 1619: “Da vida e costumes dos subditos (pela misericórdia de Deus) nao ha cousa notavel que reformar porque com as visitações de cada ano se emmenda quanto he possivel e com ellas está tambem o clero mui reformado” (ASV, *Congregazione Concilii, Relationes, Viseu*, vol. 879, fl. 22-25).

As visitas pastorais tiveram outro escopo, que não apenas perscrutar a realidade diocesana e efetivar diligências no sentido de corrigir desvios à prática religiosa e comportamento dos fiéis. Com efeito, em 1614, após se inteirar do “estado de nosso bispado” e “das necessidades que as Igrejas padeciam”, D. João Manuel convocou sínodo para fazer aprovar novas constituições diocesanas.

O sínodo terminou, todavia, de forma abrupta, sem que a assembleia aprovasse quaisquer estatutos sinodais. Os capitulares não aceitavam que o poder episcopal se imiscuisse em matérias que o cabido considerava da sua responsabilidade, a saber: hábitos clericais; feitura de tombo e formas a observar nos arrendamentos da mesa capitular; fixação dos salários dos oficiais da mitra em sede vacante e instituição de uma caução para os recursos das sentenças do tribunal episcopal. Em virtude de os procuradores sinodais se terem manifestado contra os decretos apresentados pelo prelado, este determinou que fossem presos. Imediatamente o clero amotinou-se. Para acalmar os tumultos, o bispo foi obrigado a recuar na prisão dos procuradores. Após o sínodo, a relação entre prelado e cabido manteve-se tensa; os ânimos só serenaram com a intervenção do vice-rei em finais de 1614; este, numa missiva aos capitulares disse: “que daqui em diante fossemos obedientes a nosso prelado e lhe nao dessemos occasiao a se queixar de nos outra vez porquanto que sendo o contrario disto v. magestade o faria saber ao sumo pontifice”. Os protestos do cabido, bem como os atrasos nas licenças e impressão da obra fizeram que só tivesse saído do prelo em 1617 (NUNES, 2010: 359-364).

As constituições de 1617 estiveram na vanguarda do direito diocesano coevo. Pese embora influenciadas pelas constituições do Porto (1585) e Coimbra (1591) de frei Marcos de Lisboa e D. Afonso de Castelo Branco, respetivamente, as constituições viseenses são mais abrangentes, profundas e complexas do que as suas congéneres. Veja-se, como mero exemplo, o caso das normas relativas ao comportamento dos fiéis, isto é, a forma rigorosa com que se tipificaram comportamentos desviantes e suas punições, a saber: excomunhão; suspensão; interdito; cessação *a divinis*; violação de igrejas; irregularidade; sacrilégio; blasfémia;



Fig. 135. Selo do bispo D. João Manuel, 1620 março 8, cera. Viseu, AMGV, n.º inv. DA 34. ©AMGV. Foto: DGPC/ADF.

juramento; mancebia; simonia; onzena. Por outro lado, os estatutos de 1617 são um compêndio de doutrina. O antístite refere, no prólogo das constituições sinodais, os motivos pelos quais considerou necessário enformá-los da forma catequética: “porque pode acontecer acharem alguns casos difficultosos de entender, pera maior comodidade sua nos alargamos nestas matérias quantos nos pareceu necessário pera os instruir nos fundamentos dellas, sem exceder os limites da brevidade devida” (*CONSTITUIÇÕES SINODAES*, 1617: prólogo). A importância das constituições foi tal que serviram de modelo a vários estatutos sinodais na Época Moderna, nomeadamente às constituições de Lisboa de 1646, do Algarve de 1674, de Lamego de 1683 e Porto de 1690 (PARVA, 2000a: 15). Por outro lado, estiveram em vigor na diocese, com revisões pontuais, até ao século XIX.

Mas a obra de D. João Manuel não se circunscreveu às constituições. À semelhança do que havia feito D. Afonso de Castelo Branco em Coimbra, dotou Viseu de um *Regimento do Auditório Eclesiástico*. Era um instrumento fundamental de regulação do funcionamento do tribunal eclesiástico e da administração diocesana (até 1617 as disposições relativas ao tribunal episcopal, que integravam as constituições sinodais, eram avulsas). Esta necessidade de dotar a diocese de um regimento decorreu da burocratização do aparelho dos bispados, que por sua vez resultou do reforço do poder episcopal operado em Trento.

No regimento, as funções do provisor, vigário-geral, promotor, bem como dos restantes oficiais da mitra foram discriminadas de forma rigorosa (o regimento tem 156 páginas). Igualmente o funcionamento do tribunal, sobretudo

as questões que tinham a ver com a apresentação dos libelos, contestação e administração da justiça acabaram por ser discriminadas. Quando comparado com regimentos coevos, verifica-se que foi influenciado pelo regimento de Coimbra, elaborado por D. Afonso de Castelo Branco em 1592. Contudo, é mais específico, mormente na forma como trata as competências dos oficiais. Por exemplo, em Viseu, as atribuições dos advogados, solicitadores e depositário foram objeto de regulação específica, sendo que em Coimbra não mereceram idêntica atenção.

D. João Manuel, não obstante a sua importância enquanto legislador, velou igualmente pelo cumprimento das normas da Igreja. Em 1618, dispôs sobre a obrigatoriedade de os clérigos participarem nas cerimónias religiosas, nomeadamente nas procissões, tal como os estatutos sinodais obrigavam. Neste mesmo ano, ordenou que “todas as igrejas deste bispado tenham ritual romano” para que a prática sacramental e a celebração dos ofícios divinos fossem feitas de acordo com o Ritual. E na visitação de 1619 ao cabido, ordenou o cumprimento da celebração de horas extraordinárias e a realização de reuniões capitulares que tratassem matérias espirituais, tal como se encontrava prescrito nos estatutos do corpo capitular.

A obra de D. João Manuel, em Viseu, não se circunscreveu à produção legislativa e à forma como velou pelo cumprimento da lei e cerimónias da Igreja. O bispo foi responsável pelas obras de renovação da capela de Santa Marta, contígua ao paço episcopal do Fontelo. Por outro lado, doou à Sé “os órgãos grandes com as armas do bispo”, bem como 17 reposteiros, 2 pontificais e 4 quadros que no século XVIII se encontravam na sacristia da catedral (PEREIRA, 1955: 511).

Em 1625, D. João Manuel foi transferido para a cátedra de Coimbra, sendo preconizado no dia 19 de fevereiro de 1625 (PAIVA, 2006: 579). Tomou posse do bispado, cerca de três meses depois, em 26 de maio (ALMEIDA, 1967-1971: II, 607). A fidelidade que sempre votou à monarquia esteve por trás desta promoção. Não se coíbia de presentear o monarca com gestos de estima e consideração; em 1621, ordenou que se fizessem procissões solenes no bispado a pedido do rei para que o monarca pudesse “acertar no governo della [monarquia] e das mais cousas que estavam na sua corte” (ADV, *Registos*, lv. 565/720, f. 64v-65).

Em Coimbra pautou a sua prelatura pelas mesmas linhas de atuação; por outras palavras, pelo zelo em fazer cumprir as disposições canónicas e estatutárias da Igreja. Em 1626, em sede de visita à sé, determinou o cumprimento das horas canónicas e composição no coro de acordo com as precedências que estavam consignadas nos estatutos. Referiu o seguinte a este respeito: “não podemos deixar

de sentir e estranhar muito o geral descuido com que nesta nossa Catedral sendo hua das principaes do reino se reza e canta o officio divino e a confusão que ordinariamente se segue de se não guardarem os pontos e pausas” (AUC, *Capítulos de Visita*, lv. 8, f. 22-23). Relativamente ao chantre, estipulou que deveria guardar “todas as cerimoniaes lendo pera esse efeito e considerando mui particularmente o Cerimonial Romano e regras do Missal e Breviario e as guardem em tudo sem faltarem nem ainda nas mais leves” (AUC, *Capítulos de Visita*, lv. 8, f. 22-23).

Da sua ação enquanto bispo de Coimbra, de destacar a doação que fez à Ordem dos Carmelitas Descalços da mata do Buçaco em 1628, com a finalidade de a Ordem do Carmelo lá construir um mosteiro (BRANDÃO, 1972: 155-156). De destacar, igualmente, o facto de ter ofertado à sé “hum palio de telilha com oito varas de prata com suas franjas de ouro mui bem acabado e perfeito”, em troca de uns “panos de rás”. Os panos eram os seguintes: um pano do Credo; um pano da história de José; três panos amarelos que contêm a história de Tróia; um pano da Ressurreição; três panos iguais de queda pequena; um pano das Bodas; quatro guarda-portas; um pano do Horto de ouro e seda; um guarda-porta de Caridade de ouro e seda; um guarda-porta de Nossa Senhora de ouro e seda (AUC, *Acordos do Cabido*, III, 1.^aD, 1,1,11, f. 336-337v).

A partir de 1625, o prelado foi sistematicamente requisitado pelo monarca para o seu serviço. Em dezembro deste mesmo ano mostrou ao cabido uma carta do rei tocante ao tributo real d’água, com o propósito de se efetuarem diligências para a sua cobrança. Em novembro de 1627 foi a Madrid para, em nome do clero, negociar a execução dos breves papais que autorizavam o monarca a taxar o clero português em 200 mil cruzados “para o socorro da Índia” e efetivar a cobrança dos “réditos de um mes de todas as prelasias e benefícios do seu patronato real que vacasse por espaço de quinze ano” (ASV, *Segreteria di Stato, Portogallo*, lv. 17, f. 230); D. João Manuel conseguiu que o estado eclesiástico se compromettesse a pagar 223 mil cruzados, a troco de o monarca desistir da execução do breve dos réditos dos benefícios (ASV, *Segreteria di Stato, Portogallo*, lv. 20, f. 73). Em 1629, reuniu uma junta de bispos na cidade de Tomar para promover a erradicação do judaísmo do reino (PAIVA, 2006: 421). E nesse mesmo ano, procedeu à execução de uma ordem régia no sentido de se “encanar o rio Mondego” (AUC, Cabido de Coimbra, *Correspondência recebida*, Dep. V, 3.^a Secção, Armário, Cx. 2, mç. de Filipe IV, doc. 10).

Os serviços ao monarca e a questão judaica desviaram-no do múnus (após 1625 esteve sistematicamente ausente do bispado). Em agosto de 1627 comunicou ao cabido “que tinha ordem dos senhores bispos deste reino para hir a corte tratar do subsidio que sua majestade intenta levar” (AUC, *Acordos do*



Fig. 136. Túmulo do arcebispo João Manuel, Séc. XVII, pedra. Lisboa, igreja do convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa (atual Igreja das Mercês) (Capela-mor). ©DGPC. Foto: José Avelar / Museu de Lisboa.

Cabido, III, 1.^aD, 1,1,11, f. 71v-82). Um ano depois esteve, igualmente, ausente de Coimbra, como se pode aferir a partir de uma missiva do rei ao cabido onde ele afirma “faço saber a vós deão dignidades e conegos da see da dita cidade e na ausência do Bispo” (AUC, Cabido de Coimbra, *Correspondência recebida*, Dep. V, 3.^a Secção, Armário, Cx. 2, mç. de Filipe IV, doc. 8). Em 1631 foi à Corte defender as posições da hierarquia episcopal portuguesa relativamente à questão judaica. E em finais de 1632 estava em Madrid, quando foi informado de que o monarca se preparava para o indigitar arcebispo de Lisboa (PAIVA, 2006: 421).

Os serviços prestados à dinastia filipina foram determinantes para que tenha sido designado arcebispo de Lisboa no dia 24 de novembro de 1632. O arcebispado era apetecível, não só pelo prestígio que conferia ao titular, mas igualmente pelos réditos associados. Quando D. João Manuel foi designado, a propósito dos rendimentos da diocese de Lisboa, o colector apostólico dizia “che in tutto sarà somma notabilissima” (ASV, *Segreteria di Stato, Portogallo*, lv. 21, f. 148). Na promoção ao arcebispado teve o valimento do governador D. António de Ataíde, que era seu primo (PAIVA, 2006: 420-421).

As graças do monarca não se ficaram pelo arcebispado de Lisboa. Em abril de 1633 foi designado vice-rei. Nesta época já era um homem doente (SERRÃO, 1979: 117). Assim sendo, a sua nomeação não teve a ver com o seu desempenho, que estaria obrigatoriamente comprometido pela doença. Foi, acima de tudo, um prémio pelos serviços prestados. No dia 29 de abril chegou ao reino, vindo de Madrid onde fora indigitado (MORATO, 1843: 76).

Praticamente não exerceu as funções de vice-rei e arcebispo, já que morreu, cerca de um mês após ter entrado no reino, antes ainda de receber o pálio, mais concretamente no dia 4 de junho de 1633, vítima de hidropisia. Foi sepultado na igreja do mosteiro de Nossa Senhora de Jesus (Cardais), em Lisboa, sendo o funeral patrocinado pela Capela real (TT, *Paróquia de Lisboa- Sé, Óbitos*, lv. 2, cx. 25, f. 61v). O epitáfio dizia o seguinte: “Sepultura de Dom Joao Manoel Bispo que foi de Viseu e de Coimbra Arcebispo de Lisboa, e Vicerei de Portugal. Faleceo a 4 de Junho do anno de 1633” (FIGUEIREDO, 1817: I, 360). O reconhecimento do monarca pelos serviços prestados foi manifestado, quer em vida, através das mercês que lhe concedeu, quer na morte, através de uma carta onde afirmava que era “hum vassallo e ministro de muita importância e zello de meu serviço” (SERRÃO, 1979: 118).

JOÃO ROCHA NUNES

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: *CONSTITUIÇÕES SINODAES*, 1617; *CONSTITUIÇÕES SYNODAES*, 1585; *CONSTITUIÇÕES SINODAES*, 1591; FIGUEIREDO, 1817; PEREIRA, 1955; *REGIMENTO DOS OFFICIAES*, 1592; **Estudos:** ALMEIDA, 1967-1971; BRANDÃO, 1972; MORATO, 1843; NUNES, 2010; PAIVA, 2000a; PAIVA, 2006; SERRÃO, 1979; VALE, 1952.

RODRIGO DA CUNHA
(1635-1643)

“Pay da Patria” ou “segundo don Oppas”? Já em vida e ainda mais após a sua morte, D. Rodrigo da Cunha provocou os mais diversos e desconstruídos juízos sobre a sua pessoa. Deve-se isto ao facto da sua destacada participação no golpe palaciano do 1.º de Dezembro de 1640 que acabou com o governo dos Habsburgo em Portugal e deu início ao da dinastia de Bragança. Com efeito, D. Rodrigo da Cunha apoiou, desde o início, o movimento restaurador. Seria a marcada implicação do prelado nos acontecimentos que levaram à entronização de D. João IV que, em grande medida, justifica que o seu papel como eclesiástico tenha sido eclipsado pela sua atividade política. Por isso, para os partidários dos Habsburgo, D. Rodrigo da Cunha representou o modelo do traidor. E, para os restauradores e os nacionalistas portugueses (desde o século XVIII até ao XX), foi um dos libertadores da pátria perante a opressão e o domínio estrangeiros.

No entanto, convém ter presente que D. Rodrigo morreu em janeiro de 1643, apenas dois anos após a Restauração. Portanto, sem menosprezar a sua atividade política nesse período, devemos ter presente que a maior parte da sua vida teve lugar sob o governo dos Habsburgo. Calibrar, na sua justa medida, a sua formação, as suas relações com a monarquia e as suas ações como bispo de diferentes dioceses ajudar-nos-á a ultrapassar o inútil debate nacionalista sobre D. Rodrigo da Cunha, que tem mais de juízo moral sobre a sua pessoa do que de interesse histórico sobre a personagem.

Rodrigo da Cunha

1577	Nascimento
1615-1618	Bispo de Portalegre
1618-1627	Bispo do Porto
1627-1635	Arcebispo de Braga
1635-1643	Arcebispo de Lisboa
1643.1	Morte

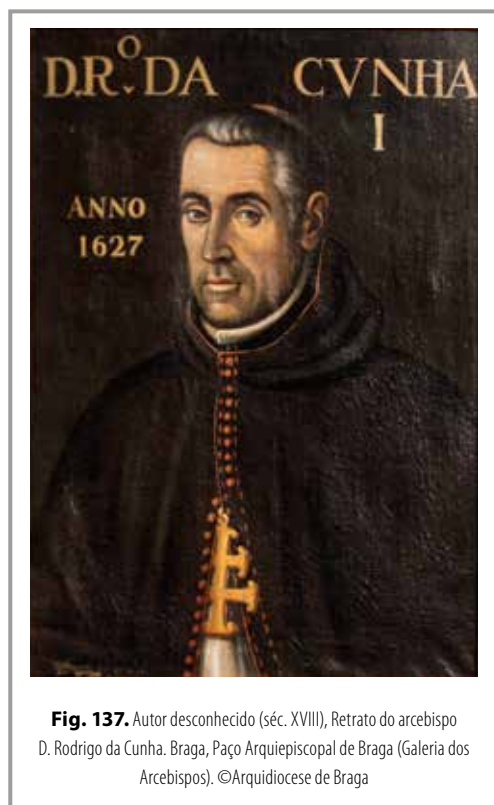


Fig. 137. Autor desconhecido (séc. XVIII), Retrato do arcebispo D. Rodrigo da Cunha. Braga, Paço Arquiepiscopal de Braga (Galeria dos Arcebispos). ©Arquidiocese de Braga

As origens familiares e a formação do prelado

Boa parte dos dados de que dispomos sobre a vida de D. Rodrigo da Cunha provêm dos escritos do próprio prelado que, como mostraremos adiante, foi, além de jurista, um incansável historiador e cronista.

Nasceu D. Rodrigo em Lisboa, em novembro de 1577, na freguesia da Madalena, no seio de uma família da fidalguia média portuguesa em processo de ascensão social. D. Pedro da Cunha, pai do futuro prelado, era comendador de São Martinho de Dornes, da Ordem de Cristo, e pertencia à família dos morgados de Tábua. Cunha destacou-se pela sua carreira militar durante o reinado de D. João III, especialmente nas praças africanas. Assim, na década de 1530, serviu em Tânger, Azamor e Mazagão. Também combateu na Índia,

em tempos do vice-rei D. Garcia de Noronha e do governador D. Estêvão da Gama. Com o primeiro, participou no famoso cerco de Diu de 1538. Em 1550, D. João III nomeou-o capitão-mor das galés e armada da costa do Algarve. Em 1564, D. Sebastião fê-lo capitão de Ceuta e, após cinco anos na praça africana, capitão-mor de Lisboa. No meio destas ocupações militares, D. Pedro da Cunha exerceu ainda o ofício de presidente do tribunal de alçada que D. Sebastião criou para as comarcas da Beira, Entre Douro-e-Minho e Trás-os-Montes em 1560.

Do segundo matrimónio de D. Pedro da Cunha, com D. Maria da Silva, iria nascer o futuro arcebispo de Lisboa. Pelo lado materno, D. Rodrigo da Cunha ligava-se a uma família de grandes letrados que tinham servido a Coroa nos altos tribunais de justiça e da Igreja. Assim, os seus bisavôs, João da Silva e João Fernandes da Silva, tinham sido regedores da Casa da Suplicação. Irmãos de D. Maria da Silva foram os eclesiásticos D. Aires da Silva e o dominicano frei João da Silva. Aires da Silva foi o primeiro reitor do Colégio Real de São Paulo – inaugurado em 1563 –, reitor da própria Universidade de Coimbra entre 1564

e 1569 e bispo do Porto. Em 1578, morreu com D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir. Poucos dias depois, faleceu também o seu irmão frei João da Silva, que não tinha participado na batalha pois tinha ficado em Tânger devido a uma enfermidade.

Após a morte do cardeal-rei D. Henrique, D. Pedro da Cunha, capitão-mor de Lisboa, tomou partido por D. António, prior do Crato. Por isso, com a derrota dos antonianos na batalha de Alcântara em agosto de 1580, D. Pedro da Cunha foi feito prisioneiro e morreu na torre de Belém. No mundo deixava um menino que, no momento de agregação de Portugal à monarquia hispânica, contava com apenas três anos de idade. Pelas contradições e complexidades da História, este menino, cujo pai tinha morrido prisioneiro, viria a ter uma brilhante carreira eclesiástica graças ao apoio dos Habsburgo e terminaria os seus dias como um dos máximos defensores dos Bragança.

Antes de chegar à Universidade, D. Rodrigo da Cunha, como tantos outros nobres de então, estudou Gramática e Retórica nos colégios da Companhia de Jesus de Lisboa e de Coimbra. Mais tarde, entre 1594 e 1604, cursou Cânones na Universidade de Coimbra e foi colegial do Colégio Real de São Paulo, no qual, como dissemos, o seu tio D. Aires da Silva tinha exercido o cargo de reitor. Em Coimbra atingiu o grau de doutor em Cânones em julho de 1604. Nessa altura, estava já preparado para iniciar a sua carreira eclesiástica.

A Inquisição, viveiro de bispos

Na Península Ibérica de princípios do século XVII, a passagem pelas faculdades de Cânones e pelos colégios universitários abria as portas de uma das instituições mais prestigiosas dos reinos ibéricos, a Inquisição, o que, aliás, constituía o primeiro degrau para o exercício dos mais altos cargos na administração da Igreja e da Coroa. Sem dúvida, parte do sucesso da carreira eclesiástica de D. Rodrigo da Cunha deve-se ao facto de ter sido membro do Tribunal do Santo Ofício pois, como assinalou José Pedro Paiva, até aos meados do século XVIII, quase metade dos prelados do reino provinham das fileiras da Inquisição (PAIVA, 2011: 305). Aliás, durante os anos em que integrou esta instituição teve lugar também a primeira aproximação entre D. Rodrigo e a monarquia. Como diria muitos anos mais tarde D. Agostinho de Vasconcelos Manuel, “o Tribunal da Inquisição que serviu deputado, & inquisidor (*sic*) alguns anos lhe foi degrau em que mostrou quão hábil era para os superiores” (CUNHA, 1635: folhas preliminares).

Sem dúvida, o arcebispo de Lisboa sempre foi consciente do muito que devia ao inquisidor-mor D. Pedro de Castilho e a ele dedicou a primeira das suas obras publicadas, em 1611. Castilho foi uma das personagens mais relevantes

do reinado de D. Filipe II em Portugal, pois exerceu os cargos de inquisidor-geral durante dez anos (entre 1605 e 1615) e de vice-rei em duas ocasiões (entre 1605 e 1607 e entre 1612 e 1614). Foi ele quem, em agosto de 1608, nomeou D. Rodrigo deputado do tribunal de Lisboa. No Santo Ofício, não era habitual que os inquisidores comessem a exercer esse ofício sem ter experiência prévia no tribunal. Por isso, os ministros da fé costumavam começar como promotores ou deputados e de aí ascendiam ao ofício de inquisidor. D. Rodrigo da Cunha seguiu este percurso. No entanto, importa sublinhar uma particularidade da carreira inquisitorial de D. Rodrigo da Cunha que explica, provavelmente, o seu sucesso posterior. Na altura em que integrou o Santo Ofício, o habitual era que os ministros servissem num ou vários tribunais antes de atingirem o de Lisboa, o mais importante, o que constituía com frequência a porta de entrada para o Conselho Geral e permitia uma relação mais estreita com os organismos de decisão política sediados no reino (o vice-rei ou os governadores). Ao invés desta tendência geral, mas tal como aconteceu com outros fidalgos, D. Rodrigo da Cunha não teve de fazer essa peregrinação pelo reino e entrou diretamente para o tribunal de Lisboa como deputado e inquisidor.

Já em novembro de 1609, apenas um ano após ter sido nomeado deputado de Lisboa, o Conselho Geral propôs-lo para o ofício de inquisidor de Évora, embora nesse momento Castilho preferisse outro candidato. O interessante é que já nessa altura o Conselho Geral achava que D. Rodrigo da Cunha poderia chegar a ser um dos principais ministros do tribunal. De facto, em 1611, publicou a sua primeira obra: um comentário sobre o breve de Paulo V pelo qual o papa concedia aos inquisidores jurisdição sobre os sacerdotes que solicitavam mulheres durante o sacramento da confissão. Após ter servido quatro anos como deputado do tribunal de Lisboa, o próprio inquisidor-geral Castilho promoveu-o a inquisidor, embora com uma forma um tanto peculiar. Em junho de 1612, D. Pedro de Castilho nomeou D. Rodrigo da Cunha e Rui Fernandes de Saldanha como inquisidores de Lisboa e ambos tomaram posse do cargo. No entanto, continuaram a desempenhar o ofício e a usufruir o ordenado de deputados. Só em 9 de fevereiro de 1615 Castilho confiou a D. Rodrigo o encargo de inquisidor no tribunal de Lisboa.

Foi precisamente nessa época que ele foi chamado a colaborar com a Coroa. Com efeito, desde 1610, diversos ministros tinham iniciado uma devassa sobre os chamados “pecados de ruim qualidade ou torpes” (isto é, os de cariz sexual). Estes eram, pela sua própria natureza, difíceis de descobrir e punir. A Inquisição só tinha jurisdição sobre a sodomia; os restantes delitos ficavam sob a alçada dos juizes régios e, no caso dos eclesiásticos, dos bispos e superiores das ordens

religiosas. Provavelmente devido à experiência que tinham na averiguação dos delitos mais ocultos e no castigo da sodomia, D. Filipe II recorreu a ministros do Santo Ofício para levar a cabo uma investigação geral sobre todos os pecados de “molície”, segundo a expressão da época. Assim, em 1610, o inquisidor de Lisboa Manuel Álvares Tavares realizou uma investigação nessa cidade e, no ano seguinte, o inquisidor de Coimbra João Álvares Brandão fez uma outra na cidade do Mondego. Em 1611, quando morreu Álvares Tavares, foi já outro inquisidor, D. Rodrigo da Cunha, o encarregado pela Coroa de continuar as investigações em Lisboa. O futuro arcebispo fez também parte, junto com o desembargador João Gomes Leitão e o deputado da Mesa da Consciência Inácio Ferreira, do tribunal composto por três pessoas encarregado de julgar os leigos acusados de terem cometido tais crimes (LÓPEZ-SALAZAR, 2010: 170-175). Anos mais tarde, quando era bispo do Porto, o próprio D. Rodrigo relembrou esta confiança da Coroa numa questão tão delicada como esta (CUNHA, 1623: 365).

Precisamente em 1611, talvez até antes de ter começado a sua investigação sobre tais pecados, pensou-se em D. Rodrigo da Cunha para o cargo de deputado da Mesa da Consciência. O vice-rei D. Cristóvão de Moura e boa parte dos membros do Conselho de Portugal votaram em Cunha para exercer tal ofício, mas D. Filipe II acabou por nomear Gaspar Pereira, também inquisidor e futuro deputado do Conselho Geral. De facto, D. Rodrigo da Cunha não pertenceu ao grupo dos membros do Santo Ofício que exerceram cargos em outros tribunais e conselhos do reino. A sua carreira passaria, antes, pelo episcopado.

A escolha dos Habsburgo: D. Rodrigo da Cunha, bispo

Em dezembro de 1613, quando se encontrava vaga a diocese de Lamego, o vice-rei D. Pedro de Castilho assinalava quais deviam ser as qualidades dos prelados: “grandes virtudes, ciência e capacidade” (PAIVA, 2006: 234). Castilho devia achar que D. Rodrigo reunia estas qualidades, pois propô-lo à Coroa para essa prelazia. Embora nessa altura D. Filipe II preferisse nomear bispo de Lamego a Martim Afonso Mexia, é importante assinalar que foi Castilho, ao qual Cunha devia a sua carreira inquisitorial, quem o recomendou para ocupar uma das mitras do reino. O seu acesso ao episcopado não tardaria em chegar.

A 6 de julho de 1615, D. Rodrigo da Cunha foi nomeado bispo de Portalegre por Paulo V sob proposta de D. Filipe II. Cunha foi consagrado na igreja de São Roque de Lisboa, da Companhia de Jesus, pelo coletor apostólico Ottavio Accoramboni, bispo de Fossombrone. Entrou na cidade de Portalegre a 15 de fevereiro de 1616 e aí residiu até abril de 1619. Como assinalou José Pedro Paiva, a diocese de Portalegre pertencia ao grupo das que tinham menos

importância, rendas e prestígio, mas constituía o início de carreira para aqueles que depois viriam a ser nomeados para mitras mais relevantes (PAIVA, 2005: 61). Assim aconteceu com D. Rodrigo. Em fevereiro de 1618, quando se debatia a provisão do bispado do Porto, tanto o pequeno conselho do vice-rei em Lisboa, quanto o Conselho de Portugal em Madrid e o confessor régio frei Luís de Aliaga propuseram – entre muitos outros, é certo – o nome de D. Rodrigo da Cunha. Foi este finalmente o escolhido pelo monarca e, em 22 de outubro de 1618, nomeado pelo papa. Portanto, o prelado deixou Portalegre e fez a sua entrada na cidade do Douro em 14 de abril de 1619. Precisamente também em 1618 pensou-se em D. Rodrigo da Cunha para o cargo de conselheiro eclesiástico do Conselho de Portugal em Madrid, embora, finalmente, o provido acabasse por ser D. Francisco de Bragança.

Sem dúvida, Porto não era Portalegre. A diocese portuense gozava de maior prestígio devido à sua antiguidade. Além disso, tinha mais rendas que a de Portalegre, embora a diferença não fosse muito grande. Assim, na altura em que D. Rodrigo foi nomeado, a prelazia foi avaliada em 14000 cruzados anuais. Nessa altura, a de Portalegre renderia cerca de 11000 cruzados (PAIVA, 2001: 251-252). Aliás, a mitra do Porto permitia ao prelado residir na segunda cidade do reino, sede de uma poderosa câmara e de um dos dois altos tribunais de justiça: a Relação. Tudo parece indicar que D. Rodrigo aproveitou a sua passagem por esta cidade para reforçar os laços com D. Diogo Lopes de Sousa, conde de Miranda e governador da Relação. A ele dedicou em 1623 o seu *Catálogo e história dos bispos do Porto*. Em troca, o conde escreveu uma barroca carta laudatória sobre o bispo e o seu pai, que foi publicada no próprio livro. Cunha também tentou ganhar a amizade do vice-rei D. Diogo da Silva, marquês de Alenquer, ao qual dedicou duas obras.

Uma boa amostra das preocupações pastorais de D. Rodrigo da Cunha nas dioceses de Portalegre e Porto são os seus tratados sobre os jubileus. O primeiro, publicado em Coimbra em 1620, examinava a graça concedida por Paulo V em 1619. O livro teve sucesso e foi traduzido em castelhano pelo mercedário frei Serafim de Freitas, professor da Universidade de Valholid, e editado nesta mesma cidade em 1621 com o título de *Resolución de lo que se ha de hazer para ganar el Iubileo de nuestro muy santo Padre Gregorio XV año de 1621*. Também D. Rodrigo resolveu fazer uma nova edição do seu tratado, motivado pelo jubileu concedido por Gregório XV em 1621.

Como o próprio bispo reconhecia, a concessão de jubileus costumava gerar dúvidas nos párocos relativamente às graças concedidas pelo papa, aos requisitos necessários para poder gozar delas e ao poder outorgado aos confessores. Para

resolver todas estas dúvidas, D. Rodrigo da Cunha publicou estes breves tratados, nos quais fica claramente patente a experiência prévia do prelado enquanto inquisidor. Assim, uma das questões que se colocavam periodicamente por ocasião destas indulgências era se os confessores podiam, em virtude destas graças especiais, absolver os fiéis da heresia oculta. Cunha dedicou boa parte do seu tratado a analisar esta questão e chegou à conclusão de que, em virtude do jubileu, os confessores não poderiam absolver da heresia oculta tirando, nalguns casos, a absolvição no foro da consciência. Esta questão levou-o a tratar também da dúvida sobre se os bispos, mesmo fora do jubileu, poderiam absolver da heresia oculta. E D. Rodrigo, bispo e inquisidor, concluiu que tanto a opinião afirmativa quanto a negativa poderiam manter-se e, portanto, praticar-se.

Como bispo do Porto, D. Rodrigo da Cunha participou nas Cortes celebradas por ocasião da visita de D. Filipe II a Portugal, em julho e agosto de 1619. Pôde então conhecer o príncipe Filipe, futuro monarca, ao qual deveria o culminar do seu sucesso na carreira eclesiástica. Assim, após sete anos como bispo do Porto, Cunha encontrava-se preparado para ocupar as mitras mais importantes do reino. Aliás, D. Filipe III devia estar satisfeito com o labor de D. Rodrigo e o bispo devia contar com apoios no governo de Lisboa ou no Conselho de Portugal em Madrid. Isso explica que, em 1626, D. Filipe III o propusesse ao papa para o arcebispado de Braga, que tinha ficado vago pela promoção de D. Afonso Furtado de Mendonça à arquidiocese de Lisboa. Urbano VIII nomeou-o arcebispo de Braga em 27 de janeiro de 1627 e o novo prelado entrou nesta cidade em 10 de junho desse ano. No decurso da entrada do primaz na sua cidade, celebraram-se umas faustosas festas que duraram oito dias.

D. Rodrigo da Cunha permaneceu na arquidiocese de Braga durante oito anos, entre 1627 e 1635. Dessa época data, como aliás é lógico, o tratado sobre a primazia da mitra bracarense, publicado em 1632. Não estava em jogo unicamente uma questão eclesiástica. Lembremos que no contexto da monarquia hispânica, a rivalidade entre Toledo e Braga a propósito da primazia das Espanhas atingiu um carácter marcadamente político, relacionado com o estatuto do reino de Portugal no contexto da monarquia dos Habsburgo. Em 1633, D. Rodrigo publicou a primeira parte da *História ecclesiastica dos arcebispos de Braga* e, em 1635, viria à luz a segunda. Estas obras inserem-se na estratégia de D. Rodrigo de defender o prestígio da sede primacial como meio de promoção da sua própria pessoa. Já o tinha feito também no Porto, quando escreveu a *História* dos bispos dessa cidade. A última das vidas dos bispos do Porto e de Braga era, evidentemente, a sua própria. D. Agostinho de Vasconcelos Manuel, na *laudatio* de D. Rodrigo publicada na *História Ecclesiastica dos arcebispos de Braga*, justifica

este costume do arcebispo em incluir a sua própria biografia. Na sua opinião, Cunha escrevia-a para evitar que outros o fizessem e louvassem as suas obras. A desculpa é tão absurda que até surpreende que o próprio arcebispo deixasse que saísse publicada.

O certo é que D. Rodrigo da Cunha mostrou-se muito sensível perante qualquer sinal que atacasse a primazia da diocese de Braga e, portanto, a sua própria como arcebispo. Por isso, não participou na junta de prelados reunida em Tomar entre maio e agosto de 1629 para tentar resolver o problema do judaísmo em Portugal. Pelos vistos, fê-lo por não ter conseguido para si a preeminência que pretendia (AZEVEDO, 1989: 195). Também se insere neste contexto a sua luta contra a criação do Patriarcado das Índias Orientais. Em 1630, D. Filipe III pensou requerer ao papa a criação desta dignidade e a nomeação de D. Francisco de Bragança como patriarca. Esta novidade causou a oposição dos prelados portugueses, pois o patriarca, embora sem jurisdição efetiva, teria precedência sobre eles. Parece que um dos mais firmes opositores à criação do patriarcado foi D. Rodrigo da Cunha, para o qual “no Reino não havia, nem podia haver outro patriarca, ou primaz mais que arcebispo de Braga” (CUNHA, 1635: 173). Devido à oposição dos prelados, D. Francisco de Bragança sentiu-se obrigado a renunciar à mercê real, embora não sem assinalar, com evidente mordacidade, que provavelmente os bispos portugueses temiam que o patriarca lhes recordasse as suas obrigações pastorais que não estavam a cumprir.

No arcebispado de Lisboa: tarefas pastorais e papel político

Em 1635, quando publicou a segunda parte da sua *Historia ecclesiastica dos arcebispos de Braga*, D. Rodrigo da Cunha já tinha sido nomeado por D. Filipe III para a arquidiocese de Lisboa. O prelado, cuja biografia punha fim a este segundo volume, sentiu-se obrigado a explicar que tinha aceitado esta transferência por “algumas conveniências” mas não porque achasse que a mitra de Lisboa superava a de Braga em dignidade ou rendas. Um espanhol da época não deixou de escrever à margem do exemplar conservado hoje na Biblioteca Nacional de Espanha: “Muy buenas excusas. Lo cierto es que quien pasa de Braga a Lisboa tiene mucha codicia, y ama mucho la bulla, y los gobiernos” (BNE, ms. 3/73011, f. 471). Não sabemos se realmente D. Rodrigo amava a “bulla”, mas tocar-lhe-ia em sorte participar num dos mais importantes acontecimentos da história de Portugal: a Restauração.

D. Rodrigo da Cunha foi nomeado arcebispo de Lisboa a 3 de dezembro de 1635 pelo papa Urbano VIII, sempre sob proposta do Rei Católico. O seu governo à frente desta diocese coincidiu com a decadência do regime filipino em

Portugal e com o período de crise da monarquia hispânica que atingiria o seu paroxismo em 1640. Desgastada por anos de luta contra os holandeses durante a Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648) e contra os protestantes no contexto da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), a monarquia hispânica teve de enfrentar um novo desafio a partir de 1635, quando a França lhe declarou formalmente a guerra. Estes conflitos constantes provocaram um incremento das necessidades financeiras, o que deu lugar a um aumento da pressão fiscal e ao recurso a novos meios para angariar fundos. Em Portugal, Margarida de Saboia foi nomeada vice-rainha em 1634, com encargo de impor o novo tributo do real d'água e de acrescentar o cabeção das sisas. Junto dela, encontravam-se o secretário de Estado Miguel de Vasconcelos e ministros não portugueses, como o marquês de Puebla e o secretário Ruiz Escaray. Como é sabido, a pressão fiscal provocaria os motins do Alentejo e do Algarve de 1637 e 1638. Como consequência, D. Filipe III chamou a Madrid os prelados e fidalgos portugueses, com o objetivo de debater o governo de Portugal. Entre os que viajaram a Madrid encontrava-se D. Rodrigo da Cunha, já arcebispo de Lisboa, que “contra sua vontade foi” e “contra a sua vontade se deteve”, segundo o franciscano frei João da Conceição (CONCEIÇÃO, 1641: dedicatória).

No meio deste intrincado ambiente político, D. Rodrigo da Cunha levou a cabo uma relevante atividade pastoral no seu arcebispado de Lisboa. Prova disso são as visitas que realizou e, muito especialmente, a reunião do sínodo diocesano por ele convocado. Assim, Cunha realizou pessoalmente a visita pastoral à sé de Lisboa no dia 29 de abril de 1637. Aliás, durante os meses de outubro e novembro de 1640, visitou também 32 paróquias da zona de Torres Vedras (PEREIRA,



Fig. 138. Folha de rosto das *Constituições synodales do arcebispado de Lisboa*. Novamente feitas no synodo diocesano que celebrou na Sé metropolitana de Lisboa [...]. J. D. Rodrigo da Cunha (Lisboa: na Officina de Paulo Craesbeeck, 1656) com o brasão do arcebispo D. Rodrigo da Cunha, 1656, papel. Lisboa, BNP. © BNP.

1985). Mas, sem dúvida, o seu legado mais importante enquanto arcebispo de Lisboa foi a reunião do sínodo diocesano, que teve início no dia 30 de maio de 1640, embora as constituições daí resultantes só viessem a ser publicadas em 1656, após a morte do arcebispo.

No entanto, o sínodo de 1640 acabou por ficar eclipsado pelos acontecimentos de dezembro desse ano, nos quais participaria de forma destacada o arcebispo de Lisboa. No dia 1 de dezembro de 1640, teve lugar a aclamação de D. João, duque de Bragança, como rei de Portugal. Tudo parece sugerir que o arcebispo de Lisboa conhecia bem a conjura que estava a ser preparada para acabar com o governo dos Áustrias. Precisamente, o seu sobrinho D. António da Cunha integrou o grupo dos que entraram no paço real. Após a morte do secretário Miguel de Vasconcelos, alguns dos conjurados dirigiram-se aos paços episcopais, onde estava o arcebispo. D. Rodrigo, então, segurou num crucifixo e iniciou uma procissão com destino ao edifício da Câmara de Lisboa. O suposto milagre é bem conhecido: ao passar pela igreja de Santo António, uma mão do Cristo crucificado desligou-se da cruz, o que foi interpretado pelos restauradores como signo da aprovação e amparo divinos: “se resolverão todos em que a obra era de Deos” (*RELAÇÃO*, 1627: 24). Aliás, no mesmo dia, os fidalgos escolheram os arcebispos de Lisboa e Braga como governadores do reino, até à chegada a Lisboa do novo rei. E, no dia 15 de dezembro, o arcebispo de Lisboa, juntamente com o de Braga e o inquisidor-geral, recebeu o solene juramento de D. João IV no Terreiro do Paço. Com o novo monarca, D. Rodrigo da Cunha integrar-se-ia no Conselho de Estado e no Conselho privado do rei (COSTA E CUNHA, 2008: 107, 162). E, como arcebispo de Lisboa, também contribuiria para o sustento do novo regime. Assim, em novembro de 1641, ordenou a todos os eclesiásticos da sua diocese que pagassem à Coroa a décima das rendas dos seus benefícios e bens patrimoniais, pois, como ele próprio afirmava, quando estava em questão a defesa do reino, todas as pessoas eclesiásticas se encontravam obrigadas a contribuir para ela.

A participação de D. Rodrigo na Restauração foi duramente criticada pelos ministros da monarquia hispânica e pelos portugueses fiéis a D. Filipe III. O historiador Matías de Novoa dizia desta sua intervenção: “feísima y abominable acción para un prelado de aquellos años en los umbrales de la muerte, y para un pastor que había de conducir aquel rebaño a los rediles de la paz y la quietud” (NOVOA, 1883: 394-395). E um português da época, testemunha dos acontecimentos, afirmava: “vimos ali o lobo em hábito de pastor, cevado na destruição das ovelhas” (BNE, mss. 2373, f. 278r). Bem diferentes resultam os juízos dos partidários da Restauração. Assim, frei João de São Bernardino, num sermão



Fig. 139. Lápide sepulcral do arcebispo D. Rodrigo da Cunha, séc. XVIII, pedra. Lisboa, Sé de Lisboa, nave lateral esquerda. ©Cabido da Sé Patriarcal de Lisboa. Foto: Paulo Almeida Fernandes

publicado em 1641, comparava o arcebispo de Lisboa com o sumo-sacerdote Joiada que devolveu o trono de Judá – usurpado por Atalia – ao seu legítimo possuidor, o rei Joás. E o agostinho frei António da Natividade manteve que D. Rodrigo era um novo Josué. Este tinha restaurado a república dos hebreus, pois a tinha levado à posse da terra prometida. No caso português, “os primeiros louvores da sua restauração” eram devidos a D. Rodrigo da Cunha, “autor mais principal da generosa ação com que nos desforçamos e metemos de posse da liberdade”.

Em janeiro de 1643, quando contava com 65 anos de idade, faleceu D. Rodrigo da Cunha. Foi enterrado na igreja de Santa Catarina, de onde foi trasladado em 1702 para a sé. No epitáfio colocado nessa altura pelo trinchante-mor D. Pedro Álvares da Cunha, lia-se que lhe tinha sido oferecido o capelo cardinalício e que o teria rejeitado, empenhado, como estava, na libertação de Portugal. Carecemos de dados para saber se, realmente, D. Filipe III procurou o capelo para o arcebispo de Lisboa. Mais seguro parece que esta questão foi uma construção posterior, tendente a sublinhar o papel desinteressado de D. Rodrigo como libertador da pátria, sobrepondo-a aos seus próprios interesses pessoais. Por isso, no mesmo epitáfio falava-se nele como “Pai da Pátria” (*HGCRP* XI, 825). Um epíteto que chocava com aquele utilizado pelo conde-duque de Olivares, para o qual Cunha era um “segundo don Oppas, también hijo de traidor,

clérigo virtuoso hasta ahora, teólogo bronco, persona sin ingenio, tenaz y ambicioso” (*MEMORIALES Y CARTAS*, 1978-1980: II, 203). Importa compreender a vida do arcebispo; julgá-lo não é a nossa obrigação.

ANA ISABEL LÓPEZ-SALAZAR

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: CONCEIÇÃO, 1641; *CONSTITUIÇÕES SYNODAES*, 1656; COSTA, 1706-1712; CUNHA, 1611; CUNHA, 1622; CUNHA, 1623; CUNHA, 1634; CUNHA, 1635; *HGCRP*; *MEMORIALES Y CARTAS*, 1978-1980; MORAIS, 1943-1948; NATIVIDADE, 1643; NOVOA, 1883; *RELAÇÃO*, 1627; *RELAÇÃO*, [1641]; SÃO BERNARDINO, 1641; VIEGAS, 1643; **Estudos:** AZEVEDO, 1989; COSTA, 1979; COSTA E CUNHA, 2008; LÓPEZ-SALAZAR, 2010; PAIVA, 2001; PAIVA, 2005; PAIVA, 2006; PAIVA, 2011; PEREIRA, 1985; RAMOS, 1979.

ANTÓNIO DE MENDONÇA

(1670-1675)

Um arcebispo de Lisboa em tempo de transição

Antes, propriamente, de enveredar pelo estudo da biografia do arcebispo de Lisboa D. António de Mendonça, à qual se poderiam juntar as de D. Luís de Sousa e D. João de Sousa, importa fazer o seu enquadramento na conjuntura político-religiosa da sua nomeação. Como é do conhecimento geral, desde a Restauração, Portugal era considerado pelo concerto dos Estados europeus como “nação rebelde”, tendo sido quebradas todas as relações, entre outras, com a Inglaterra, a Holanda, a França, obviamente, com a Espanha, que alimentava propagandisticamente o seu direito à posse do território português, e interrompidas todas as ligações diplomáticas entre o Estado português e Roma (CARDIM, 2002: 239-248). A não integração de Portugal no Tratado de Vestefália (1648) constituiu um rude golpe para toda uma plêiade de notáveis juristas, conselheiros e diplomatas que, logo após a independência, tentavam a todo o custo legitimar a refundação da Casa de Bragança (CARDIM, 2002: 256-257; BRAZÃO, [1939]).

Com efeito, apenas algum tempo antes do golpe palaciano de 1667 e a chegada à regência de D. Pedro, foram reatadas, em setembro de 1668, as relações entre Portugal e o Estado Pontifício, tendo os canais diplomáticos sido ativados em 1669 (LOURENÇO, 2010: 253-255). Só nessa data, o papa Clemente X reconheceu, por fim, Portugal como reino independente com capacidade para iniciar o provimento dos bispados estando vacantes, como refere José Pedro Paiva, em todas as dioceses de Portugal e do seu império (PAIVA, 2006: 447). Trabalho árduo para um regente e depois monarca, a partir de 1683, com

António de Mendonça

? .1.13 Nascimento

1669-1670 *Eleito de Lisboa*

1670-1675 *Arcebispo de Lisboa*

1675.2.14 Morte

múltiplos problemas de ordem financeira, agravados com as Guerras da Restauração (1640-1668), de afirmação política, num contexto de lutas e fações palacianas, incluindo as revoltas do seu próprio irmão D. Afonso VI, de afirmação diplomática e de defesa dos territórios ultramarinos (LOURENÇO, 2010). Aliás, as dificuldades eram particularmente complexas no domínio eclesiástico dado que, desde a Restauração, as dioceses haviam estado sem provimento de mitras, tendo, como consequência óbvia, a desorientação dogmática, espiritual e assistencial, para além dos múltiplos conflitos entre aqueles que, outrora, haviam ocupado lugares de destaque na hierarquia eclesiástica portuguesa.

Ora, o que se torna particularmente aliciante ao elaborar a biografia deste arcebispo de Lisboa, até alcançar esta preeminência, é que ele atravessou os tempos conturbados da governação de D. Afonso VI, o final do valimento (1667) do conde de Castelo-Melhor e o reatar das relações durante a regência de D. Pedro com Roma, em 1669. Ou seja, foi um arcebispo nomeado num tempo seguramente nada fácil para o exercício do múnus eclesiástico e espiritual.

Vejamos, brevemente, os critérios de seleção dos provimentos episcopais, pois eles são particularmente esclarecedores da conjuntura política e do conjunto de interesses que alicerçavam a arquitetura de poderes do período da regência de D. Pedro II.

Se, como referia o Pe. António Vieira, o provimento dos vários lugares da hierarquia eclesiástica deveria ter como principal objetivo no reino e no império o socorro aos desvalidos, aos mais carenciados tanto do ponto de vista dogmático como assistencial, os critérios de nomeação dos provimentos episcopais seguiram rumos bem diferentes. As rivalidades, as querelas pelas conezias, a disputa por lugares na hierarquia eclesiástica eram as principais preocupações, não só dos Grandes, mas da elite clerical, aproveitando-se de um regente ainda indeciso, titubeante e muito dependente das clientelas do poder central (PAIVA, 2006: 454-455).

De acordo com José Pedro Paiva, o universo de recrutamento dos prelados centralizou-se em Lisboa e em particular entre os membros do Conselho de Estado e do Conselho Ultramarino, no provimento das mitras continentais e imperiais. Sem dúvida, que tendo alcandorado o poder graças aos seus apoiantes reunidos em torno do Paço dos Corte-Real, não só privilegiou, claramente, os membros da cabala que o colocaram no poder e os membros da Casa do Infante (PAIVA, 2006: 454-455; LOURENÇO, 1997: 25-44; MONTEIRO, 2003a: 505, *maxime* 530-551), como o provimento para as dioceses estaria sempre dependente dos pareceres, nem sempre consensuais, das elites políticas cortesãs concentradas no Conselho de Estado. Com um poder garantido pelos Grandes, pelo

menos durante a regência, D. Pedro teve de seguir, na larga maioria das vezes, os pareceres do Conselho de Estado que dominava a vida política portuguesa (MONTEIRO, 2003a: 450-455). E este foi, sem dúvida, um dos aspetos que condicionou o perfil dos bispos escolhidos para as dioceses.

Deste modo, a eleição para bispos e arcebispos concentrou-se, como seria de esperar, no núcleo cortesão de homens fiéis a D. Pedro, provenientes da alta aristocracia eclesiástica, membros do Conselho de Estado ou do Conselho Ultramarino, secretários de Estado, oficiais do Santo Ofício, elementos próximos do príncipe e da família real, como oficiais da câmara, confessores, capelães da capela real, sumilheres da cortina, entre outros. Em suma, para além do valimento dos que rodeavam o príncipe, a influência política e uma sólida formação académica imperaram na escolha dos candidatos para o provimento das dioceses. Como refere José Pedro Paiva, o critério prioritário de escolha não era o de conjugar o mérito e as capacidades dos candidatos com as necessidades religiosas das dioceses. O que não significa que não tenham existido eclesiásticos conscientes dos seus deveres episcopais, devocionais e assistenciais. Todavia, a maioria possuía uma idade já avançada, o que gerou episcopados curtos, de fraca eficácia eclesiástica, sendo que alguns prelados já haviam alcançado o estatuto de eleitos em reinados anteriores, o que veio travar ainda mais uma rápida escolha dos candidatos (PAIVA, 2006: 455).

Esteve longe de ser pacífico o processo de escolhas levado a cabo, fruto do elevado número de candidatos, das ambições desmesuradas, da luta pela preeminência dos que já haviam sido nomeados no período Áustria para esses lugares, das múltiplas acusações da mediocridade dos nomeados e da excessiva interferência dos jesuítas (PAIVA, 2006). Vejam-se as críticas acutilantes do autor das *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna. Diario de Factos mais Interessantes Que Succederam no Reino de 1662 a 1680*, entre as quais se refere: “Tomaram-se as nomeações tam mal de todos que muitos dos nomeados as enjeitaram (...) e verdadeiramente tiveram razão pois sem nenhuma antepuseram as pessoas de menos qualidade, procedimento, serviço, letras e idade aos que tudo lhes iam diante” (*MONSTRUOSIDADES*, 1888: I, 92). Mas vários dos critérios de escolha acima enunciados, quando conjugados, facilitavam a mais rápida escolha da tão ansiada eleição.

Ainda segundo José Pedro Paiva, a primeira lista de nomeações divulgada no início de setembro de 1668 suscitou de imediato uma viva contestação, atendendo a que os opositores consideraram que eram nomeados apenas os medíocres. O regente D. Pedro viu-se forçado a anular a supracitada lista perante a forte influência política dos contestatários, entre eles, D. Pedro de Lencastre, 5.º duque de Aveiro, que recusaria, neste contexto, o arcebispado de Évora, vindo



Fig. 140. Autor desconhecido (séc. XVIII), Retrato do arcebispo D. António de Mendonça. Lisboa, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa.

© Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa.

em 1671 a ser escolhido para Inquisidor-Geral (PAIVA, 2006: 453) ou por outros que já tinham sido eleitos em reinados anteriores, como o poderoso D. Diogo de Sousa, arcebispo de Évora, D. Nicolau Monteiro, bispo do Porto e D. Manuel de Saldanha, bispo de Viseu, o que, deve reconhecer-se, foi mais um elemento que condicionou e dificultou a tomada de decisões (PAIVA, 2006: 455).

Ascendência e ligações familiares

D. António de Mendonça nasceu em Lisboa, a 13 de fevereiro, em ano desconhecido e veio a falecer a 14 de fevereiro de 1675. Tal como referido anteriormente, possuía um dos requisitos fundamentais: a pertença a uma das famílias aristocráticas dominantes com maior peso político no quadro da governação de D. Afonso VI e dos monarcas posteriores.

Neste sentido, descendente de uma das mais antigas e valorosas linhagens portuguesas, os Mendonça (*LIVRO DO ARMEIRO-MOR*, 2007; FREIRE, 1996: II, 161-173, *maxime* 172), era filho do 1.º conde de Vale de Reis, Nuno de Mendonça,

título criado por Filipe III a 16 de agosto de 1628, vindo a ser membro do Conselho da Regência de Filipe IV e vice-rei de Portugal nos últimos anos da sua governação em Portugal (SOUSA, 1725: 583-600; TT, *Ch. Filipe III*, lv. 2, f. 130). Apoiando, desde o início, a nova dinastia, o seu comportamento granjearia um forte valimento junto do monarca. Para além de toda esta influência abonatória de seu pai, partidário da facção restauracionista, D. António de Mendonça beneficiará da notoriedade do seu sobrinho, D. Nuno de Mendonça, 2.º conde de Vale de Reis, o qual já integrava o Conselho de Estado (PAIVA, 2006: 456).

Relativamente à descendência de seu pai, importa referir que casou, no Porto, com D. Guiomar de Noronha, filha de Luís da Silva e de Isabel de Miranda (MORAIS, 1943-1948: IV, 1, 448). Teve quatro filhos deste matrimónio: João de Mendonça, frade descalço de Santo Agostinho, que viria a enlouquecer; Lourenço de Mendonça, que morreu sem herdar o título, casado com D. Maria de Ataíde, tendo deste matrimónio nascido um filho, Nuno de Mendonça, o 2.º conde. Note-se que as ligações matrimoniais, como era corrente na época, fizeram-se, sobretudo neste último caso, com membros da alta aristocracia, numa típica prática endogâmica, entre a Casa do conde de Vale de Reis e a prestigiada Casa dos Ataíde, cujo pai havia sido seu colaborador, como referimos, no Conselho da Regência do Reino de Portugal, durante o período Áustria. O terceiro filho, Luís de Mendonça, “passou” à Índia. E, por fim, D. António de Mendonça, que ocuparia múltiplos cargos, como veremos em seguida, até ser provido como arcebispo de Lisboa (MORAIS, 1943-1948: IV/1, 448; GAYO, 1938-1941: XX, 49-50).

Carreira político-eclesiástica

Um dos principais problemas na elaboração criteriosa do percurso vivencial deste arcebispo é o facto de a maioria das fontes e referências bibliográficas ou não mencionarem a data em que D. António de Mendonça foi empossado em alguns dos cargos, ou indicarem datas contraditórias. Todavia, aquele que viria a ser o 18.º arcebispo de Lisboa, entre 1670 e 1675, num período muito curto, pois como a maioria dos providos nos bispados e arcebispados, foi nomeado em idade provecta, iniciou os seus estudos como porcionista no Colégio de São Paulo de Coimbra. Em seguida, licenciou-se em Cânones. Terá sido deputado do Santo Ofício de Coimbra e de Lisboa e membro da Junta dos Três Estados (BNP, cod. 10887, f. 23-23v). A 30 de junho de 1663 foi nomeado, pela primeira vez, Presidente da Mesa da Consciência e Ordens. Iremos transcrever a passagem dessa atribuição, por ser particularmente esclarecedora dos cargos que já possuía nessa data. Nesta ordem de ideias e “considerando a grande importância de que

he o cargo de Presidente da Meza da Consciencia e Ordens e o muito que con-
vem cumprir as obrigações delle e vendo como todas concorrem em o dito
Antonio de Mendonça, Comissário Geral da Bulla da Cruzada, sumilher da
cortina de S. Magestade, de que o dito Senhor o tem nomiado Arcebispo de
Braga, e do seu Conselho de Estado (...) Hei por bem fazer merce do dito cargo
de Presidente da Mesa da Consciencia e Ordens pera o servir por tempo de 3
annos segundo forma de regimentos, com a jurisdição, honras, prehemинencias,
privilegios, liberdades, precalços que por elle lhe são concedidos, e com o mesmo
ordenado (...) de seus antecessores” (TT, *Ch. Afonso VI*, lv. 3, f. 438v). Foi
nomeado uma segunda vez para a presidência da Mesa da Consciência e Ordens
a 30 de agosto de 1666 (TT, *Ch. Afonso VI*, lv. 19, f. 223-223v).

A partir deste relato, cruzando com outras fontes, sabemos que, antes de
ocupar o lugar de arcebispo de Lisboa, desempenhava já funções de grande
relevância, como comissário geral da Bula da Cruzada, sumilher da cortina em
data indefinida (BNP, cód. 10887, fl. 23v; BNP, cód. 163) e conselheiro de
Estado, lugar que já ocupava pelo menos desde 1664 (TT, *Ch. Afonso VI*, lv. 19,
f. 223) e que continuou a ocupar durante a regência de D. Pedro II, sendo depois
seu Ministro do Despacho e Expediente de Estado (HGCRPVII, 398). Enquanto
sumilher da cortina, receberá, por alvará régio, a quantia de 2 376 réis de vestia-
ria com esse cargo palatino (TT, *Registo Geral de Mercês*, lv. 21, f. 219v).

Para além destas atribuições foi, ainda, Provedor das Mercerias de Belém,
membro do Colégio dos Órfãos e Recolhimento do Castelo e deão da Capela
Real (BNP, cód. 10887, f. 23v; LOURENÇO, 2012: 53-63).

Finalmente, já pertencendo ao Conselho de Estado e acumulando cargos
de elevadíssima influência política e eclesiástica, foi nomeado, a 14 de setembro
de 1669, arcebispo de Lisboa, tendo sido empossado no ano seguinte (BNP, cód.
49, f. 83v). Note-se, como refere José Pedro Paiva, que foi Estêvão Bioso de
Figueiredo, canonista e vigário geral deste arcebispo de Lisboa, quem tomou o
lugar em seu nome. Embora não possuindo origem fidalga, deve ter contado
com o valimento do 2.º conde de Vale de Reis, sobrinho do arcebispo de Lisboa.
É compreensível que o seu sucessor no arcebispado de Lisboa, D. Luís de Sousa,
ao pretender nomear um vigário-geral que lhe fosse fiel, tenha dado a Estêvão
Bioso de Figueiredo uma mitra no Brasil, sendo depois promovido para o Fun-
chal, em 1683. Para quem não tinha origem fidalga, era uma promoção honrosa
e, para o novo arcebispo, uma forma airosa de afastar um apaniguado do seu
antecessor (PAIVA, 2006: 485; BNP, cód. 14, f. 26).

Note-se, a título de curiosidade, mas também de capacidade económica do
arcebispo, que, em 5 de novembro de 1671, as religiosas do Mosteiro de Santa

Clara de Santarém lhe venderam um foro de 14 000 réis que possuíam em Vialonga pertencente a D. Ana de Noronha (TT, *Adília Mendes*, mç. 2, n.º 29).

Por tudo o que foi referido, e apesar do período muito curto em que foi arcebispo de Lisboa, acumulou diversos e importantes cargos que o tornaram figura notável na organização eclesiástica e de participação ativa no Conselho de Estado.

Atuação episcopal de D. António Mendonça

Apesar do autor das *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna* “não lhe traçar um retrato abonador”, sublinhando a sua avareza pelos bens materiais que o acompanharam à sepultura, e que suscitaram durante muitos anos diversas queixas, tendo deixado uma avultada herança em dinheiro ao sobrinho, a saber, 50 mil cruzados e mais de 500 moedas de ouro (*MONSTRUOSIDADES*, 1888: IV, 29), a verdade é que D. António Mendonça, enquanto membro destacado da Inquisição, foi, segundo Joseph Lavalée, um dos mais acérrimos defensores dos réus, lutando contra as atrocidades do Santo Ofício em Portugal. Nas palavras deste autor, notável porque escreve no século XIX, momento de contestação sistemática contra a Inquisição, alimentada pelas ideias liberais, “a história conserva os nomes destes homens generosos, cujo patriotismo, desprezando os perigos a que se expunham atacando abertamente um inimigo tão poderoso como vingativo, ousarão tomar a defesa da humanidade n’um paiz em que frades fanáticos tinham conseguido pô-la na primeira ordem de crimes. Estes forão, os Marqueses de Gouvea, Marialva, D. António de Mendonça, bispo de Lisboa, D. Cristovão de Moura, bispo do Algarve, o marquês de Távora, o marquês de Fontes, o conde de Vila Flor, D. Sancho Manuel” (LAVALÉE, 1822: 98).

Por outro lado, a sua atuação foi muito mais ampla, pois tentou disciplinar, num espaço de tempo tão curto como foi o do seu governo episcopal, o comportamento de eclesiásticos e de leigos.

Neste sentido e de acordo com o espírito da Contra-Reforma, uma das principais preocupações da Igreja foi, indiscutivelmente, a reforma da vida e dos costumes de eclesiásticos e fiéis, de acordo com os princípios do Concílio de Trento (1545-1563), garantindo, desta forma, a ordem social. Nesta linha de pensamento, as constituições sinodais do arcebispado de Lisboa promoviam a exemplaridade dos costumes dos clérigos, meio de transmitir essa mensagem catequética e disciplinar aos leigos. Como provou Maria dos Anjos Fernandes Luís no seu estudo sobre as visitas pastorais ao concelho da Lourinhã (Luís, 2011: 169-179), o papel do arcebispo António de Mendonça, pelas diversas missivas no sentido de uma reforma de múltiplos aspetos da Igreja, é



Fig. 141. Pedra de armas do arcebispo D. António de Mendonça, séc. XVII, pedra. Lisboa, Museu de Lisboa - Museu do Aljube. © Museu de Lisboa - Museu do Aljube. Foto: José Avelar / Museu de Lisboa.

significativo. Por exemplo, a 13 de agosto de 1671, a carta enviada a este concelho tinha como objetivo a reforma dos trajes eclesiásticos (Luís, 2011: 178). A segunda, datada de 14 de agosto de 1671, ordenava que todos “os confessores do arcebispado lhe apresentassem, ou ao seu provisor, as respetivas licenças, sob pena de ficarem revogadas” (Luís, 2011: 179). Esta pastoral justificava-se pelo cuidado sobre quem deveria ter competência para a administração dos sacramentos, em especial o da penitência, que só poderia ser exercido por aqueles que tinham capacidade para o fazer. A terceira pastoral, de 3 de novembro de 1671, possuía a mesma orientação. Ordenou que todos os beneficiados da cidade de Lisboa e arcebispado, exceto da Sé, lhe apresentassem, ou ao seu provi-

sor, os títulos que comprovavam os provimentos dos respetivos benefícios, ainda que fossem apostólicos. Para além disso, existem dois editais, datados de 2 de novembro de 1671, sendo que o primeiro era dirigido aos oficiais da justiça eclesiástica do arcebispado para apresentarem o provimento dos lugares que ocupavam e um segundo ordenava que todos os clérigos, residentes em Lisboa, regressassem aos lugares dos quais eram residentes no prazo de 30 dias, a menos que apresentassem licença para dizer missa. Esta medida tinha um claro fundamento, pois a residência de muitos párocos e outros eclesiásticos que não pertenciam ao arcebispado significava que faltavam às suas obrigações nos lugares de que eram naturais. Obviamente que a presença em Lisboa era apelativa, pois, para este número elevado de clérigos, constituía uma oportunidade única de granjear meios, bens e mercês que lhes permitissem sobreviver, senão mesmo prosperar (Luís, 2011: 179).

Após o reatar das relações com Roma e de acordo com os princípios do Concílio de Trento, D. António de Mendonça foi verdadeiramente um arcebispo contrarreformista, tentando controlar os abusos laicos e eclesiásticos vividos na

diocese. E, deste ponto de vista, não obstante acumular muitos cargos dos quais beneficiou, o seu papel foi primordial, ainda que apenas durante cinco anos, no sentido de disciplinar uma Igreja sem rumo e indisciplinada antes de 1669.

MARIA PAULA MARÇAL LOURENÇO

A autora agradece, vivamente, a troca de impressões com o Professor Doutor José Pedro Paiva, que em muito enriqueceram este trabalho. E muito especialmente, a ajuda preciosa da Mestre Ana Catarina Necho.

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: *LIVRO DO ARMEIRO-MOR*, 2007; *HGCRP*; *MONSTRUOSIDADES*, 1888; MORAIS, 1943-1948; SOUSA, 1725; **Estudos:** BRAZÃO, [1939]; CARDIM, 2002; FREIRE, 1996; GAYO, 1938-1941; LAVALÉE, 1822; LOURENÇO, 1997; LOURENÇO, 2010; LOURENÇO, 2012; LUÍS, 2011; MONTEIRO, 2003a; PAIVA, 2006.

LUÍS DE SOUSA

(1675-1702)

Ascendência e adolescência

D. Luís de Sousa nasceu no Porto, a 6 de outubro de 1630 e morreu a 3 ou 4 de janeiro de 1702 (*HGCRP* XII/1, 321-324; BNP, cód. 47, f. 83v; BNP, cód. 49, f. 83v) com 71 anos, no seio de uma das famílias mais prestigiadas e de antiga linhagem. Era filho de D. Diogo Lopes de Sousa, 2.º conde de Miranda e de sua mulher, D. Leonor de Mendonça, filha de D. João Rodrigues de Sá de Menezes, 1.º conde de Penaguião e de D. Isabel de Mendonça (*HGCRP* XII/1, 316, 330). Os seus irmãos foram, respetivamente, Henrique de Sousa, 3.º conde de Miranda, 1.º Marquês de Arronches, casado com D. Mariana de Castro, dama do Paço, filha herdeira de D. António de Mascarenhas, comendador de Castelo-Novo na Ordem de Cristo, e de D. Isabel de Mendonça; outra das suas irmãs, D. Isabel de Mendonça, que nasceu no Porto, a 9 de junho de 1629 e veio a falecer no ano seguinte, e por fim, D. Mécia de Mendonça, igualmente nascida no Porto, a 2 de junho de 1627, tendo casado com o 1.º conde da Ribeira Grande, D. Manuel Baltasar Câmara (*HGCRP* XII/1, 330, 321).

Desde logo, podemos constatar que, para além da antiguidade da família Sousa, os casamentos endogâmicos dos irmãos e irmãs que se fizeram com membros da elite política apoiantes da causa restauracionista e depois do regente e futuro monarca D. Pedro II (1667-1683-1706) elevaram o estatuto e o prestígio linhagístico da família no quadro da aristocracia seiscentista.

Luís de Sousa

1630.10.6	Nascimento
1660-1661, 1667-1670	Governador do bispado do Porto
1671	Bispo titular de Bizerta (<i>Hippo Diarrhytus</i>)
1675-1702	Arcebispo de Lisboa
1697-1702	Cardeal-presbítero
1702.1.3/4	Morte



Fig. 142. Gravura de D. Luís de Sousa na obra *Retratos de cardeaes, bispos, e varoens portuguezes illustres em nobreza, armas, letras, e santidade / coordenados nos mezes de Abril, e maio do anno do Senhor* 1791, fl. 3-4, 1791, papel. BNP: E.A. 4 A. © BNP.

Antes de acompanharmos o percurso de vida de D. Luís de Sousa, importa relevar que seu pai, D. Diogo de Sousa, 2.º conde de Miranda, de acordo com D. António Caetano de Sousa, serviu exemplarmente os Áustrias, na Flandres, tendo regressado ao Porto, onde desempenhou as funções de Governador da Relação dessa cidade, a partir de 1613. Tratava-se de um cargo hereditário concedido à família, em 1582, por Filipe II de Espanha (HGCRP XII/1, 317).

Aquando da entrada de D. Filipe III, em 1619, em Lisboa, veio do Porto para honrar com a sua presença como todos os Grandes, a tão ansiada visita do monarca. De acordo com o mesmo autor, era de tal forma a sua proficiência, que, por carta de 29 de março de 1633, nomeou-o presidente do Conselho

da Fazenda (HGCRP XII/1, 316). Para além da sua antiga e prestigiada linhagem, destacou-se em funções de notável preeminência política ao serviço da monarquia dual.

De sublinhar que o jovem Luís de Sousa foi criado na Corte de Madrid, entrando, como menino da rainha, ao serviço de Isabel de Bourbon, tendo, por isso conhecido, muito cedo, os meandros da vida cortesã (HGCRP XII/1, 321).

Todavia, seu pai, enquanto apoiante da causa restauracionista, pouco beneficiou dessa alegria, pois veio a falecer a 27 de dezembro de 1640 (HGCRP XII/1, 317). D. Leonor de Mendonça, sua mulher, permaneceu, após enviuvar, em Madrid, só obtendo autorização para regressar a Lisboa com os seus filhos em 1646, tendo falecido a 24 de agosto de 1656 (HGCRP XII/1, 318). Os restos mortais de D. Diogo de Sousa vieram com a sua esposa, tendo sido trasladados, a 24 de maio de 1691, para a capela de São Miguel do real convento da Batalha, repousando num magnífico mausoléu, que seu filho, já cardeal e arcebispo de Lisboa, fez erguer com graça especial de D. Pedro II (HGCRP XII/1, 318).

A memória de seu pai e dos Sosas permanecia, assim, para os futuros descendentes e no seio da alta aristocracia portuguesa.

Estudos académicos e percurso religioso

Em Lisboa, foi admitido ao serviço de D. Teodósio, primogénito de D. João IV. Segundo D. António Caetano de Sousa, a estima seria mútua e ambos nutriam uma profunda paixão pelos livros e pela cultura em geral (*HGCRP* XII/1, 321). Começou os estudos de latinidade no prestigiado colégio jesuíta de Santo Antão, revelando, desde os dez anos, um gosto profundo pelos livros, apreço que continuou a manifestar ao longo da sua vida, tendo constituído uma “magnífica (...) e copiosa livraria” (*HGCRP* XII/1, 321). E tal como refere um manuscrito da Biblioteca Nacional, era “bem conhecido neste reino por amante dos livros e mecenas dos estudiosos cujas aventajadas partes estão pedindo mais honoríficos títulos como depois logrou” (BNP, cód. 47, f. 88v).

A 8 de fevereiro de 1651, não tendo ainda 20 anos, partiu para Roma, onde viria a doutorar-se em Direito Canónico, ficando ao serviço da Cúria romana (*HGCRP* XII/1, 322). Apesar de não existir qualquer informação sobre a sua ordenação sacerdotal, esta deverá ter ocorrido entre 1651 e 1652, ainda em Lisboa, ou depois de chegar a Roma. Nesta cidade recebeu a notícia dolorosa do falecimento de D. Teodósio, no ano fatídico de 1653, em que a Casa Real ficou, sucessivamente, enlutada com a morte de D. Joana, que tal como seu irmão, morreria a 17 de novembro de 1653 (*HGCRP* XII/1, 322v; LOURENÇO E PINTO, 2012: 169-173; MENESES, 1679-1698: I, 798, 802). De tal forma foi o pesar de D. Luís de Sousa, que ponderou abandonar o século, entrando para religioso da Cartuxa (*HGCRP* XII/1, 322). Para além disso, não deixou de demonstrar a sua profunda admiração por D. Teodósio, ordenando que fosse erguido em Roma um monumento em sua memória, o que prova a profunda devoção ao príncipe enquanto leal servidor dos Bragança (*HGCRP* XII/1, 322).

Continuou D. Luís na assistência da Corte de Roma, encontrando-se nela quando morreu Inocêncio X, a 3 de janeiro de 1655, e no momento da eleição de Alexandre VII a 7 de abril.

Nesse mesmo ano começa, de facto, a carreira eclesiástica de D. Luís de Sousa, ao ser nomeado, em 1655, pelo papa Alexandre VII, como deão do cabido da Sé do Porto, entretanto vago (*HGCRP* XII/1, 322; BNP, cód. 47, f. 88v). Com esta dignidade, partiu de Roma, em setembro do mesmo ano e, após venerar a Santa Casa do Loreto e antes de regressar a Portugal, viajou até Veneza, seguindo para a Alemanha, a Flandres, a Holanda e a França, chegando, por fim, a Portugal, a 26 de setembro de 1656 (*HGCRP* XII/1, 322-322v).

De regresso ao Porto, ocupou o lugar de deão, tendo sido designado quatro anos mais tarde por D. Afonso VI como governador das Armas da mesma cidade (por ausência do seu irmão Henrique na Holanda) e governador da Sé do Porto (*HGCRP* XII/1, 322-322v). É importante sublinhar que, em virtude da sua inserção portuense, o seu percurso tem sido confundido com aquele de um homónimo, designado de frei, esmoler-mor, bispo eleito do Porto, governador do arcebispado de Évora e abade de Alcobaça, falecido a 10 de outubro de 1667 e sepultado no convento de Nossa Senhora do Desterro de Lisboa (*HGCRP* XII/1, 322v; BNP, cód. 47, f. 89; MACHADO, 1965-1967: III, 150).

A 21 de julho de 1664, sendo colegial de São Paulo e lente da Universidade, é-lhe ainda concedido por D. Afonso VI um lugar de deputado da Mesa da Consciência e Ordens, sendo empossado neste cargo pelo anterior arcebispo de Lisboa, D. António de Mendonça (TT, *Registo Geral de Mercês, Ordens Militares*, lv. 3, f. 291v).

O ano de 1669, sendo D. Pedro já regente, foi particularmente dignificante para D. Luís de Sousa, pois o regente confirmou-o como governador de Armas e acrescentou-lhe o de governador da Relação da Casa do Porto (*HGCRP* XII/1, 323). Por outro lado, o regente renovou-lhe o cargo de esmoler-mor do reino, de capelão-mor e concedeu-lhe o título de cónego do cabido da Sé de Lisboa (*HGCRP* XII/1, 323).

Foi provedor da Misericórdia de Lisboa duas vezes, a primeira em 1674, a segunda em 1683, e em “ambas cumpriu as obrigações do officio com grande assistência, piedade e generosidade. Desde que ocupou a Dignidade de capellão-mor foi Presidente das Juntas das Missões Apostólicas, em que com cuidado fazia acudir com Operarios do Evangelho às Missoens das nossas Conquistas” (*HGCRP* XII/1, 323-324).

A 19 de janeiro de 1671, Clemente X elegeu-o bispo titular de *Hippo Diarrhytus*, sendo consagrado a 14 do mesmo ano, na capela real do Paço da Ribeira por Álvaro de São Boaventura, bispo da Guarda, assistido por Cristóvão da Silveira, arcebispo de Goa e por Estêvão dos Santos, bispo de São Salvador da Baía (*HGCRP* XII/1, 324).

Mas o ano de 1697 constituiu o culminar da carreira de D. Luís de Sousa, sendo primeiro eleito cardeal da Santa Sé e depois arcebispo de Lisboa. Com efeito, no consistório de 22 de julho de 1697 (BNP, cód. 47, f. 88v), por um breve apostólico de julho, D. Luís de Sousa foi criado cardeal-presbítero pelo papa Inocêncio XII (*HGCRP* XII/1, 324), sendo definitivamente consagrado a 12 de agosto de 1697 (BNP, cód. 47, f. 88v). Quando recebeu a notícia da sua nomeação, participou-a de imediato a D. Pedro II (*HGCRP* XII/1, 324). Querendo permanecer como capelão-mor da Capela Real, pediu ao rei se seria compatível continuar nesta função, alegando que se “a dignidade de Cardeal me pudesse embaraçar servir a

Vossa Majestade, por nenhum caso a aceitaria” (*HGCRP* XII/1, 324). O que prova, claramente, que apesar da elevada preeminência para a qual fora designado, D. Luís de Sousa colocava, em primeiro lugar, a sua lealdade e os seus serviços ao dispor do monarca.

A 6 de novembro de 1697, teve audiência pública em cerimónia, acompanhado dos seus parentes e amigos com luzido trem e “tendo cadeira de espaldas recusou sentar-se, e cobrir-se, o que fez com tanta atenção, que El Rey, que lhe era inclinado se obrigou muito do seu grande respeito”. No dizer de Caetano de Sousa, “foy grande cortesão, e muy instruído na etiqueta do Paço, e das Cortes” (*HGCRP* XII/1, 323).

A 17 de setembro de 1675 e após a morte de D. António de Mendonça, o regente D. Pedro solicitou ao papa Clemente X a nomeação de D. Luís de Sousa como arcebispo de Lisboa (*HGCRP* XII/1, 323), do que lhe tirou “bullas apostólicas”. A 2 de dezembro, Clemente X acedeu ao pedido do regente D. Pedro, conferindo a D. Luís de Sousa o pálio, tendo tomado posse, a 22 de janeiro de 1676, dia de São Vicente, padroeiro de Lisboa. Mais tarde, em 1697, o arcebispo colocou as relíquias desse santo num rico cofre, adornado de ricos mármore e embutidos numa “polida” capela, inaugurada a 9 de setembro desse mesmo ano. O mérito e altos cargos eclesiásticos desempenhados por D. Luís de Sousa fizeram da nomeação arquiépiscopal uma etapa decisiva na sua carreira já preenchida de títulos e benefícios eclesiásticos para além da constante intervenção política. Sinal da sua grande ambição política e eclesiástica é também a sua decisão, já como arcebispo de Lisboa, de colocar o seu retrato na casa capitular, tal como os seus preeminentes antecessores, D. Miguel de Castro e D. Rodrigo da Cunha “varões todos de gloriosa memoria” (*HGCRP* XII/1, 323).

Todavia, não foi pacífica esta eleição, antes profundamente disputada pelos seus pares. Temos notícia que Juan de Maserati, diplomata castelhano em Lisboa, logo após a morte de D. António de Mendonça, informou Madrid de que os



Fig. 143. Ex-líbris armoriado do arcebispo D. Luís de Sousa, séc. XVII, papel. Lisboa, Coleção Sérgio Avelar Duarte. ©Sérgio Avelar Duarte.

principais rivais eram o marquês de Gouveia, o marquês de Arronches e arcebispo de Braga e o inquisidor-mor, D. Veríssimo Lencastre, que pretendia manter este cargo caso fosse eleito, o “que não será nada fácil” (AGS, *Estado*, Legajo 2629; *apud* PAIVA, 2006: 449). O próprio autor anónimo das *Monstruosidades* declarava, por outro lado, que para estas eleições se “inquietaram muitos pretendentes” (*MONSTRUOSIDADES*, 1888: IV, 29-30).

Não estando na lista dos que já haviam sido ou arcebispos ou prometidos para ocupar tal cargo durante o período Áustria, não havendo, por isso, entradas diretas para esta mitra, D. Luís de Sousa constituiu a única exceção a esta norma, acabando por ser eleito arcebispo de Lisboa com vários apoios, tal como o conde da Atalaia, com forte valimento junto de D. Pedro e o conde da Ericeira, vedor da Fazenda (*PORTUGAL, LISBOA E A CORTE*, 1990: 116).

Certo é que a nomeação de Luís de Sousa como membro do Conselho de Estado de D. Pedro II, a 30 de agosto de 1697 (*HGCRP* XII/1, 323; BNP, cód. 10887, f. 23), viria a torná-lo numa das pessoas mais influentes nas matérias políticas dos finais do século XVII. De acordo com D. António Caetano de Sousa, “neste grande lugar mostrou o arcebispo seu talento «sendo votto atendido», merecia o de hum excelente conselheiro como ele foy; e no governo do seu Arcebispado insigne Pastor, deixando em a sua Igreja saudade e memoria” (*HGCRP* XII/1, 323). Embora pouco saibamos sobre a sua intervenção como conselheiro, tudo aponta no sentido de uma ativa e influente participação, o que demonstra bem que os desígnios do religioso e do político, numa época marcada pela ambiguidade entre as duas esferas, foram plenamente utilizados a seu favor e dos seus apaniguados.

A relação do marquês de Torcy, elaborada em 1684, descreve-o como “uma pessoa muito ambiciosa”, que tudo faria para ter o chapéu de cardeal, e um “cortesão muito assíduo” (*UMA RELAÇÃO*, 1962: 92).

Enquanto arcebispo de Lisboa, o seu legado mais importante foi o da instituição do *Lausperene* por bula de Inocêncio XI em 1684 (GENRO, 1958: 11). O privilégio da exposição permanente do Santíssimo Sacramento nas igrejas de Lisboa, tal como se fazia em Roma, foi sendo renovado até 1789, quando Pio VI concedeu o privilégio perpétuo ao patriarca de Lisboa, prática que se manteve até aos nossos dias (GENRO, 1958: 11). Segundo D. António Caetano de Sousa, o prelado, movido pela devoção ao Santíssimo Sacramento, amiúde “o (...) hia visitar em todas as igrejas, em que se achava, por todo o ano; e todas as vezes, que o encontrava com o Viatico levado aos enfermos lhes administrava como bom Pastor, e sendo pobre, acodia às suas necessidades aplicando-lhe hum e outro remedio da alma e do corpo. Desde aquelle tempo se conserva, sem interrupção este público

jubileu da nossa Corte” (*HGCRP* XII/1, 324). Querendo permanecer como capelão-mor e arcebispo de Lisboa, acabou por não viajar para Roma a fim de receber o chapéu cardinalício (*HGCRP* XII/1, 324).

De acordo com um manuscrito da BNP, D. Luís de Sousa “foi grande politico discreto e liberal, governou o Arcebispado com prudencia e amor, foi muito devoto do Santissimo Sacramento em cuja veneração alcançou o Lausperene” (citado por *HGCRP* XII/1, 324v)

Considerado um homem de grande energia e envolvimento eclesiástica, ordenou a reedificação do palácio arquiepiscopal, ampliando-o com magníficas obras. Por outro lado, reedificou o mosteiro de Santa Catarina de Ribamar, da Província da Arrábida, padroado da sua casa, tendo transformado o antigo palácio num hospício, mais cómodo do que grandioso, para receber os “Senhores della”. Por sua vez, na cartuxa de Laveiras, edificou uma cela com renda para assistência de um monge. Finalmente, “no deserto do Buçaco, sustentou perpetuamente um eremita” (*HGCRP* XII/1, 323).

Nas palavras de Caetano de Sousa, “em todas as suas acções se admirou magnificência, e assim foy da Corte respeitado, das Majestades attendido, e bem aceito, nas matérias de Estado, o seu voto estimável; porque soube ser politico, cortezão, e generoso; de sorte, que entre as muitas virtudes que se ornou, o admirarão revestido sempre de autoridade, mas tão agradável, que he o brilhante, que fará gloriosa a sua morte” (*HGCRP* XII/1, 323). Estas palavras laudatórias provam, entre outras informações de fontes manuscritas e impressas, bem como de referências bibliográficas que, não obstante as acusações de ser um homem ambicioso, foi um arcebispo notável pelas suas ações nos diversos cargos que desempenhou.

Prova do respeito e consideração do futuro patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, com autorização de D. João V, ordenou que fossem retocados ou pintados vários dos retratos de arcebispos de Lisboa no Palácio de Marvila. Neste sentido,



Fig. 144. Livro da receita e despesa das rendas da Mitra do arcebispo D. Luís de Sousa, 1687, papel. Lisboa, AHPL, Ms. 468. ©AHPL



foram distribuídos por duas salas do Paço os respectivos quadros, porém, na sua colocação não foi respeitada a ordem cronológica. Todavia, Vieira Lusitano não se limitou a retocá-los. A quase todos acrescentou emblemas alusivos às qualidades morais, conhecimentos ou factos da vida de cada um. O terceiro retrato é do cardeal D. Luís de Sousa. A este acrescentou o pintor sobre um bufete um grande copo cheio de água, com as armas do cardeal figuradas no vidro e junto do copo um papel meio enrolado, em que se lêem os títulos honoríficos de sua eminência (BARBOSA, 1862-1865: VII, 221).

D. Luís de Sousa viria a morrer a 3 ou 4 de janeiro de 1702, tendo sido enterrado na capela da Nossa

Senhora da Piedade, no claustro da sé de Lisboa. O desgosto e a amizade pelo defunto arcebispo ficou bem manifesto por parte de D. Pedro II, pois o monarca “recolheu-se nesse dia” (BNP, cód. 47, f. 83v). Ordenou a sua sepultura em campa rasa, onde não quis nada de grandioso, para além de uma lápide com as seguintes palavras *Sub tuum praesidium*, que alude à proteção da Virgem Maria e do Santíssimo Sacramento, sendo particularmente devoto de ambos (HGCRP XII/1, 324).

MARIA PAULA MARÇAL LOURENÇO

A autora agradece, vivamente, a troca de impressões com o Professor Doutor José Pedro Paiva, que em muito enriqueceram este trabalho. E muito especialmente, a ajuda preciosa da Mestre Ana Catarina Necho.

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: BARBOSA, 1862-1865; HGCRP; MENESES, 1679-1698; MONSTRUOSIDADES, 1888; PORTUGAL, LISBOA E A CORTE, 1990; UMA RELAÇÃO, 1962; **Estudos:** GENRO, 1958; LOURENÇO E PINTO, 2012; MACHADO, 1965-1967; PAIVA, 2006.

JOÃO DE SOUSA

(1703-1710)

D. João de Sousa nasceu em 1647 e morreu a 29 de setembro de 1710 (*HGCRP* XII/2, 85-88). Foi, logo após o nascimento, batizado a 9 de abril de 1647, em Lisboa, antes que a morte o levasse, o que era muito frequente, entre os recém-nascidos, nesta época (PARVA, 2006: 467; BNP, cód. 163, f. 51). Era filho de Tomé de Sousa, 8.º senhor de Gouveia, e de Dona Francisca de Meneses, filha de D. João Castelo-Branco e de D. Cecília de Meneses, filha de D. João Coutinho, 4.º conde de Redondo e da condessa D. Francisca da Silveira. Teve como irmão Fernão de Sousa, vedor de D. Afonso VI, de D. Pedro II e de D. João V, elevado a conde de Redondo a 2 de março de 1707. Possuía, por outro lado, duas irmãs, D. Cecília e D. Maria de Meneses, ambas religiosas no mosteiro de Santa Marta de Lisboa (*HGCRP* XII/2, 85-88). A ancestral descendência aristocrática e os casamentos nobiliárquicos endogâmicos provam, uma vez mais, que D. João de Sousa cumpria um dos requisitos fundamentais para uma promissora carreira política e eclesiástica, já que, à partida, pertencia ao grupo dos Grandes.

D. Tomé de Sousa, logo após a Restauração, entrou ao serviço da Casa de Bragança, que seu pai, D. Diogo de Sousa, arcebispo de Évora (1610) e membro do Conselho de Estado, havia largado após a morte de D. Catarina, situação que se manteve durante toda a monarquia dual. Após 1640, passou a exercer o ofício de vedor da Casa real, tal como o seu sucessor, o supracitado Fernão de Sousa (*HGCRP* XII/2, 85-88).

João de Sousa

1647.4	Nascimento
1683-1696	Bispo do Porto
1696-1703	Arcebispo de Braga
1703-1710	Arcebispo de Lisboa
1710.9.29	Morte

Contributo maior na sua carreira eclesiástica teve D. Diogo de Sousa, arcebispo de Évora. O futuro arcebispo D. João foi educado em sua casa, onde o exemplo de seu tio influenciou, decisivamente, os seus estudos e a vida eclesiástica (PAIVA, 2006: 467). Note-se que D. Diogo de Sousa era uma das personagens mais relevantes da corte do regente D. Pedro, sendo deputado do Santo Ofício de Évora a partir de 12 de julho de 1634, deputado da Inquisição de Coimbra a 22 de fevereiro de 1637 e inquisidor de Lisboa a 5 de agosto de 1638. Para além disso, foi deputado do Conselho Geral do Santo Ofício e da Mesa da Consciência e Ordens, visitador da Inquisição de Évora, sumilher da cortina, esmoler-mor, reformador das Ordens Militares, membro do Conselho de Estado de D. Afonso VI e do regente D. Pedro (1667-1683) (*HGCRP* XII/2, 83). Sendo uma das figuras preeminentes da Corte do regente, não lhe foi difícil ter parte ativa não só na educação, mas, sobretudo, no valimento político e eclesiástico a favor de D. João de Sousa.

Como sucede com a maior parte dos bispos, pouco se sabe da sua formação pré-universitária. Todavia, teve, como já foi referido, o apoio decisivo do seu tio, D. Diogo de Sousa. Antes da sua morte, em 1678, já este o ajudara, de forma decisiva, nos seus estudos em Coimbra e abriu-lhe as portas dos meandros da vida eclesiástica. Em 1664, D. João de Sousa tinha iniciado a sua formação superior em Coimbra e seu tio escrevia-lhe, assiduamente, incentivando-o a estudar, a “ser honrado”, solicitando, constantemente, notícias sobre o seu desempenho escolar, congratulando o seu sobrinho com o envio de felicitações sempre que D. João concluía com sucesso algum exame (BA, cod. 51-X-9: II, 350-517). Para além disso, esta correspondência dá-nos a conhecer como o tio patrocinava, de igual modo, financeiramente, os encargos do sobrinho. Acresce que, graças a D. Diogo de Sousa, alcançou várias prebendas eclesiásticas, entre as quais a do arcediagado de Santa Cristina, na Sé de Braga, em 1668, um dos benefícios mais rendosos desse arcebispado, ou a pensão de 1000 cruzados sobre as rendas do arcebispado de Évora, em 1672 (BA, cod. 51-X-9: II, 350-517).

Clérigo secular, formou-se em Cânones na Universidade de Coimbra, sendo associado ao colégio de São Pedro, entrando nele a 17 de dezembro de 1667 (SILVA, 1858-1862: IV, 41; PAIVA, 2006: 468; *HGCRP* XII/2, 85-88). Já governando a metropolitana Igreja de Évora e dispondo do arcediagado de Santa Cristina em Braga, tal como referido, o seu tio conseguiu promovê-lo a presidente da Relação Eclesiástica de Évora, para onde foi nomeado em outubro de 1671 (*HGCRP* XII/2, 85-88). Só nesse ano, já depois de o irmão mais velho ter casado e assim se garantir a perpetuação linhagística da casa, recebeu, finalmente, ordens de missa, conforme certidão de ordenação que foi celebrada em Évora



Fig. 146. Autor desconhecido (séc. XVIII), Retrato do arcebispo D. João de Sousa. Lisboa, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa.
© Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa.

(PAIVA, 2006: 468), as quais o habilitavam a alcançar lugares de maior prestígio na hierarquia eclesiástica.

Continuou a sua carreira ascensional ao ser eleito deputado da Inquisição de Lisboa, a 9 julho de 1678 e, em simultâneo, de sumilher da cortina do regente. Como sublinha José Pedro Paiva, algumas das mitras foram atribuídas a sumilheres da cortina, o que veio a suceder com D. João de Sousa (SILVA, 1858-1862: IV, 41). Note-se que, como sumilher da cortina de D. Pedro, um dos cargos palatinos mais importantes da Casa real, a sua influência política e eclesiástica podia exercer-se no espaço mais íntimo de convívio com o monarca, a sua própria câmara. E, por certo, que não deixou de o fazer.

Em 1682, integrou uma embaixada a Turim, conduzindo o duque de Saboia como seu sumilher da cortina (*HGCRP* XII/2, 85-88; CASTRO, 1762-1763: III, 154). Aquando do regresso desta embaixada, soube da sua eleição episcopal como bispo do Porto, em 1683, que havia sido recusada por D. Fernando Correia de Lacerda (CASTRO, 1762-1763: III, 154-155), cumprindo, em setembro desse

ano, em Lisboa, o juramento e profissão de fé. Foi, em seguida, deputado da Inquisição de Lisboa, tendo recusado o priorado-mor de Palmela e o bispado de Miranda (CASTRO, 1762-1763: III, 154). Esta recusa pode ser entendida como uma forma de alcançar voos mais altos, para além daqueles que já conseguira na cúspide da hierarquia eclesiástica. No entanto, aceitou o lugar de bispo do Porto, em 16 de dezembro de 1683, com cerca de 37 anos, tendo ocupado essa função desde essa data até 24 de janeiro de 1696. Viu, por outro lado, o seu nome confirmado pelo papa Inocêncio XI em 1684, sendo consagrado, em 16 de abril, pelo cardeal D. Veríssimo de Lencastre, auxiliado por D. Manuel Pereira, bispo emérito de São Sebastião do Rio de Janeiro e por D. António Santa Maria, bispo-titular de *Diocaesarea in Isauria* (BNP, cód. 49, f. 83v). Ocupou essa função, até ser elevado, em 24 de janeiro de 1696, a arcebispo de Braga, cargo que desempenhou, de facto, desde 24 de setembro de 1696. A sua entrada solene, para a qual carecemos de informações de ordem cerimonial e litúrgica, realizou-se em junho de 1697 com cerca de 57 anos. Permaneceu naquela diocese até 1703, quando foi transferido para a de Lisboa. Temos notícia que, no ano de 1696, veio, sendo ainda arcebispo de Braga, à Corte para resolver uma contenda sobre o lugar que deviam ocupar os seus ministros, pretendendo estes que, na ocasião dos pontificais, possuissem o assento nas cadeiras das dignidades, o que o cabido contestou vivamente (HGCRP XII/2, 85-88). Infelizmente, não sabemos muito mais a propósito deste conflito e da forma como D. João de Sousa participou na resolução da contenda.

Não obstante estas querelas eclesiásticas, e face a pestilências, provavelmente peste e epidemias na cidade do Porto, não deixou D. João de Sousa de acudir com “toda a generosidade”, ordenando de Lisboa a assistência aos pobres, em tudo o que fosse necessário não só para fazer face às doenças, mas também para conforto dos mais afetados e carenciados, de tal forma que foram inúmeras as despesas, tendo-se empenhado em 20 000 cruzados. Ordenava, por outro lado, que o viático fosse administrado todos os sábados aos doentes, muitas vezes sendo ele próprio a fazê-lo, para além da “missa rezada no Altar do Senhor” (HGCRP XII/2, 85-86).

Paralelamente, o valimento do tio aproximara-o de muitos dos mais importantes conselheiros de Estado, como foram os casos do conselheiro e Inquisidor-Geral, D. Veríssimo de Lencastre, ou do Secretário de Estado, D. frei Manuel Pereira. As solidariedades fundamentavam-se quase sempre em favores e D. Diogo de Sousa tinha votado em ambos para ocuparem lugares de bispos e os dois haviam sido consagrantes, no acto da sagração episcopal do sobrinho, D. João de Sousa, como bispo do Porto (PAIVA, 2006: 469). Para além dos seus méritos e de

uma carreira de elevada proficiência e sucesso, a influência do tio, de vários dos membros do Conselho e do próprio D. Pedro consolidaram a sua posição junto das elites políticas e eclesiásticas lisboetas. Como refere José Pedro Paiva, o corolário deste processo conduzi-lo-ia, sendo já arcebispo de Lisboa, a ser nomeado conselheiro de Estado (BNP, cód. 749. f. 11, 140v; PAIVA, 2006: 469).

Entre os membros de maior destaque e da maior confiança e valimento junto de D. Pedro, encontrava-se D. Nuno Álvares Pereira de Melo, 1.º duque de Cadaval, o qual, curiosamente, apesar de todo esse poder, não havia votado em D. João de Sousa para arcebispo de Lisboa. Prova de que, apesar dos Grandes terem um peso acrescido no Conselho de Estado, a decisão final para os lugares das mitras competia, em última instância, ao monarca, o que revela, claramente, que D. João Sousa dera ao rei múltiplas provas de fidelidade e de competência para ocupar um cargo com acrescidas responsabilidades eclesiásticas (BNP, cód. 749, f. 11; PAIVA, 2006: 469). Num dos códices da BNP, relativo ao papel dos arcebispos de Lisboa, as considerações do duque de Cadaval são gerais, pois que em carta de 4 de maio de 1702, um ano antes da eleição de D. João de Sousa, considerava o duque que “entendo que as virtudes e movimentos destes Prelados os fazem dignos desta ocupação” (BNP, cód. 749, f. 140v). De facto, não faz qualquer referência à atuação do bispo no ativo, D. Luís de Sousa, nem, em considerações posteriores, àquele que viria a ser o seu sucessor, logo em 1703, D. João de Sousa. O mais certo é que a prudência de um ministro tão experiente e arguto, mas também apoiante de D. Pedro, assim o determinasse.

A verdade é que D. João de Sousa marcou, desde bem cedo, a sua preeminência como arcebispo de Lisboa. Num texto particularmente elucidativo, e a todos os títulos modelar para o conhecimento do funcionamento do cerimonial de Corte, é particularmente expressiva a atitude do arcebispo no sentido de que nunca se colocaria num segundo plano face à sua primazia. O episódio teve lugar aquando do crisma do príncipe e infantes de D. Pedro II, a 30 de outubro de 1703, que se realizou na igreja das Flamengas em Alcântara, sendo convocados para a celebração o Inquisidor-Geral, D. frei José de Lencastre, sendo crismados pelo capelão-mor. Tendo comunicado através de D. António Pereira da Silva, o bispo de Elvas, a D. João de Sousa que “limpasse os óleos a suas Majestades”, este escusou-se “com achaques de [que] actualmente estava enfermo”. Acrescenta quem relata os acontecimentos “que se ficou entendendo, que o mais certo motivo de se escuzar” era o facto do lugar de arcebispo de Lisboa ser preeminente em relação a todos ao outros (BNP, cód. 10880, f. 20).

Por outro lado, parece ter sido um dos principais apoiantes na eleição do 1.º Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida. O voto dado, inicialmente, para

secretário de Estado, fundamentava-se no facto de D. Tomás de Almeida, pelo qual nutria uma particular preferência, “ter servido em vários tribunais com muita satisfação e inteireza” (BA, cod. 51-IX-13: 420v-421). Daí que possamos inferir da sua predileção por D. Tomás de Almeida para ocupar o eminente cargo de Patriarca de Lisboa. Seria interessante saber até que ponto participou, ou não, de forma mais direta nesta eleição, mas a documentação consultada não é específica quanto a esta matéria.

Porém, se teve uma carreira fulgurante, vários textos coevos são unânimes em considerá-lo “frugal [e] económico no tracto, que pudera economizar das rendas das suas mitras dous milhões de cruzados, uns 800.000\$000 réis, que tanto despendeu com os pobres do bispado, enquanto ocupou o Arcebispado de Lisboa” (SILVA, 1858-1862: IV, 41). Com efeito, segundo D. António Caetano de Sousa vivia “com grande parcimonia, que não tinha mais do que uma cama pobre; e de sorte, que estando doente, ordenou o Medico, que lhe mudassem o cobertor da cama por ser de lãa, e não houve móvel do Arcebispo huma colcha para a sua cama, e se remediou com pano de hum bufete” (*HGCRP* XII/2, 87).

Independentemente do tom panegírico e, eventualmente, algo exagerado, a verdade é que nos seus livros de contas, no período em que foi bispo de Braga e do Porto, é registada a despesa de “hum milhão e duzentos mil cruzados em beneficio dos pobres”. Acresce que, enquanto bispo do Porto, visitou o seu bispado “reformou costumes, administrou por suas mãos sacramentos, promoveo virtudes, chamou Missionarios, convocou Synodos, e ordenou Constituições que se imprimirão no anno de 1690”, num claro espírito contrarreformista (*HGCRP* XII/2, 87). Por outro lado, controlou em ambas dioceses os abusos e vícios dos membros da hierarquia eclesiástica que lhe estavam subordinados (*HGCRP* XII/2, 87).

Como refere João Baptista de Castro, “em todas as dioceses obrou acções de bom pastor, fazendo-se distinguir entre todos nos imensos actos de caridade, que usava com os poderes de tal forma, que foi chamado o São João esmoler do seu século”, pois chegava a dar a própria cama a quem “pobremente nada tinha, nem onde dormir”. Seguindo o mesmo autor, “chegando aos ouvidos do Papa Inocêncio XII [notícias do comportamento exemplar de D. João de Sousa], lhe escreveu uma carta em forma de breve com grandes elogios, onde concluindo lhe recomendava a perseverança das virtudes na imitação de si próprio” (*HGCRP* XII/2, 85-88; CASTRO, 1762-1763: III, 155).

Com efeito, quando foi nomeado arcebispo de Lisboa, em 1 de outubro de 1703, tendo vindo de Braga para a capital do Reino, “despendeo todas as suas rendas com pobres de sorte, que em seis annos, e quasi sete mezes, que ocupou

a Cadeira de Lisboa, despendeu cem contos oitocentos e cinco mil e oitocentos e trinta e hum real em esmolas” (*HGCRP* XII/2, 86; BNP, cód. 47, f. 89).

Temos conhecimento que, no final da sua vida, padeceu algumas “moléstias”, que nenhum dos autores refere concretamente, mas que o impossibilitaram de cumprir com as suas obrigações (*HGCRP* XII/2, 88).

Tão elevados méritos levaram a que D. Pedro II e depois D. João V pedissem ao Papa Clemente XII a púrpura cardinalícia, que não chegou a receber já que morreu, a 29 de setembro de 1710 (*HGCRP* XII/2, 88).

Ficou por seu herdeiro o 11.º conde de Redondo D. Tomé de Sousa, “e foy tão pouco que não bastava para o funeral”, tendo sido enterrado no cemitério dos pobres, em humilde sepultura na sua Sé, hoje Basílica de Santa Maria, sem epitáfio, tal como tinha determinado no seu testamento e onde, por ordem do conde, se celebraram modestas exéquias e a leitura do elogio fúnebre (*HGCRP* XII/2, 88).

Do maior interesse é exatamente o elogio fúnebre elaborado por ordem do sobrinho, e executado pelo doutor Francisco de São Bernardo, intitulado *Oração fúnebre nas exéquias do Illustrissimo Senhor Dom João, Arcebispo de Lisboa, celebradas na Sé da mesma cidade oferecida ao Excellentissimo Senhor Thome de Sousa Coutinho, conde de Redondo (...) em 30 de Outubro de 1710* e que sendo um texto panegírico, importa, contudo, analisar, em seguida, com algum detalhe (SÃO BERNARDO, 1710). Antes de mais, a associação entre São João Evangelista, congregação à qual o autor do sermão pertencia, e D. João de Sousa “para desenganar o conceyto, ainda que grande, que delle fazia a Corte de Portugal”, sendo que “estas palavras se escrevem do grande João para desenganar o conceyto que, delle fazia a Corte de Jerusalem” (SÃO BERNARDO, 1710: 8). Se a comparação evangélica é glorificante da sua actuação, porquê a necessidade de Francisco de São Bernardo recorrer a esta metáfora para enfatizar alguma incompreensão da Corte face à sua actuação como arcebispo? Teria D. João de Sousa opositores e detratores da sua imagem? Numa Corte seiscentista caracterizada por fações e invejas nobiliárquicas e, sobretudo, eclesiásticas, é bem provável que sim.

Por outro lado, “o nosso Illustrissimo Arcibispo foy na sua vida reputado por hum Prelado perfeyto, & exemplar, (...) & e na sua morte desenganou ao Mundo que era mais que exemplar, & perfeito Prelado” (SÃO BERNARDO, 1710: 8), alusão provável à forma discreta e humilde como se celebraram as suas exéquias, para quem tinha tido uma ascensão notável na hierarquia eclesiástica. Não deixa o cônego secular de sublinhar o papel de seu tio, pois “o Senhor Dom João de Sousa [foi] educado naquella escola de virtudes de seu tio o Veneravel Senhor Arcebispo

de Evora Dom Diogo de Sousa, havia de dizer que era digno discípulo de tal Mestre, & semelhança perfeyta de tal exemplar” (SÃO BERNARDO, 1710: 13).

Para além de enaltecer as suas qualidades que, como vimos, autores coevos ou posteriores subscrevem, tais como a “singular modéstia, generosa liberalidade, admirável rectidão, piedade incrível, afabilidade soberana,” tendo sido nomeado tão jovem com apenas, 36 anos por D. Pedro para bispo do Porto, “que repugnâncias! Oh que resistências senão virão nesta aceitação!”, tendo apenas aceite este cargo porque os “maiores homens deste Reyno em virtudes, em sangue & letras o violentarão a não contradizer esta eleyção” (SÃO BERNARDO, 1710: 13), incluindo, entre eles, o notável Pe. Bartolomeu do Quental, fundador da Congregação do Oratório em Portugal (1659), pois que “não era justo se eximisse do ministério, para que Deos o chegava a escolher” (SÃO BERNARDO, 1710: 13). Por fim, a encerrar esta oração fúnebre, refere que tantas virtudes fizeram com que D. Pedro II e D. João V o propusessem junto da Cúria pontifícia para a púrpura cardinalícia, tal como mencionado anteriormente.

Em jeito de conclusão, e tal como demonstrou Nuno Gonçalo Monteiro, desde o reinado de D. Pedro II e até cerca de 1736, assistiu-se a um processo de cristalização das elites que compunham a sociedade de corte, a “elite cortesã”, que tendeu a monopolizar a maior parte dos principais ofícios na Casa Real, bem como os cargos cimeiros da hierarquia militar, tribunais, conselhos, diplomacia, governo das colónias e da Igreja (MONTEIRO, 2003a: 50, 531-545; MONTEIRO, 2003b: 83-138). O mesmo sucedeu, como provou José Pedro Paiva, com as nomeações para dioceses no reino, sobretudo, as mais prestigiadas, 72,3%, que foram preenchidas com bispos provenientes da nobreza e esse número cresce, significativamente, para os 91,6% ao considerar apenas os arcebispados. A própria naturalidade dos prelados comprova a preferência pela elite cortesã, que controlou o processo de provimento episcopal neste reinado. Nas mitras do Reino, 47,6% dos antístites que desempenharam essas funções eram naturais de Lisboa e 53,8% no caso dos arcebispados. D. Pedro II, por outro lado, alargou as nomeações a diferentes ordens e congregações, de forma a evitar qualquer hegemonia de umas sobre as outras, incluindo algumas que não haviam estado anteriormente representadas como os trinitários, os oratorianos, os eremitas descalços de Santo Agostinho, sendo a maioria atribuída aos dominicanos (PAIVA, 2006: 450-451).

Ainda que com a sua especificidade de atuação arquiépiscopal, D. João de Sousa, tal como, anteriormente D. António de Mendonça e D. Luís de Sousa, cumpriu com os requisitos de origem nobiliárquica, complementados com a formação académica eclesiástica, em regra iniciada no colégio de São Pedro e

concluída com o doutoramento em Cânones na Universidade de Coimbra. Aliás os três, e não só D. João de Sousa, nasceram em Lisboa e foram escolhidos entre as elites cortesãs, sendo fervorosos apoiantes, sucessivamente, de D. Afonso VI, do regente D. Pedro e depois monarca. Em comum, possuíam o facto de todos pertencerem ao Conselho de Estado, garantindo-lhes um valimento político e social notável. Para além disso, alcançaram a mitra de arcebispo de Lisboa já numa idade provecta, o que não lhes permitiu, por vezes, uma atuação mais ativa.

D. João de Sousa, arcebispo de Lisboa durante sete anos, é, do nosso ponto de vista, a figura com maior preeminência a todos os títulos. Seguindo todos os requisitos dos outros – ascensão nobiliárquica, residência em Lisboa, formação eclesiástica até ao doutoramento – foi privilegiado deste a infância pela figura tutelar de seu tio, o famoso D. Diogo de Sousa, cujo valimento na Corte de D. Pedro II e os notáveis serviços no quadro da carreira eclesiástica lhe garantiram o rápido caminho de ascensão junto das elites políticas e religiosas, para além da concessão dos supracitados benefícios eclesiásticos. No conjunto das funções palatinas, foi sumilher da cortina de D. Pedro II e desempenhou funções como presidente da Relação de Évora, uma vez mais graças a seu tio, e de deputado da Inquisição de Lisboa. Tendo assumido funções diplomáticas tal como o seu antecessor, aquando da sua chegada de Turim é eleito bispo do Porto, não obstante ter recusado o priorado-mor de Palmela e o bispado de Miranda. Ambição de alcançar posições de maior destaque na hierarquia eclesiástica ou modéstia de D. João de Sousa? A verdade é que, logo a seguir, aceitou a mitra de bispo do Porto, a que se seguiu a de Braga e, finalmente, a de arcebispo de Lisboa. Tal como os seus antecessores, pertenceu ao Conselho de Estado de D. Pedro II, e os relatos coevos não deixam dúvidas quanto à forte influência clientelar de seu tio e de uma facção com decisiva primazia política que

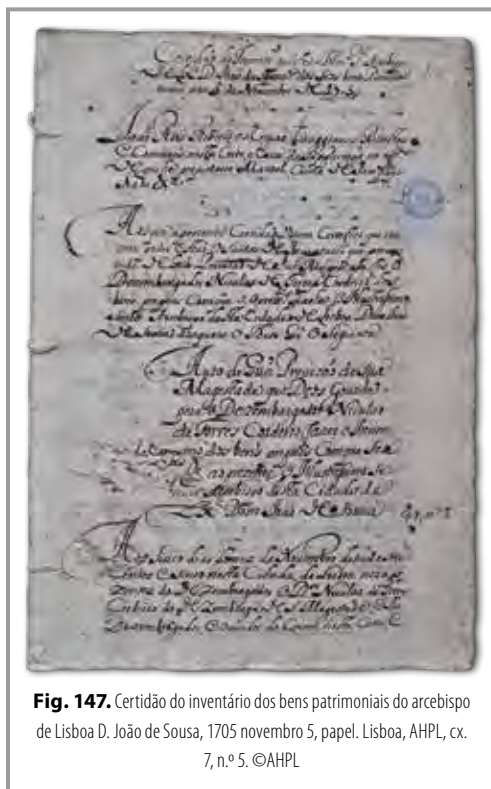


Fig. 147. Certidão do inventário dos bens patrimoniais do arcebispo de Lisboa D. João de Sousa, 1705 novembro 5, papel. Lisboa, AHPL, cx. 7, n.º 5. ©AHPL

subscreveram esta eleição. Tal como o seu antecessor movimentava-se à vontade nos meios cortesãos, conhecendo, de perto, as principais matérias do reino e exercendo o seu próprio valimento junto do monarca. Como ficou referido, em diversos momentos da sua vida, como arcebispo de personalidade forte e determinada, demonstrou claramente a sua preeminência eclesiástica, não admitindo irregularidades do ponto de vista protocolar. Tudo leva a crer que existiria alguma amizade e cumplicidade entre D. João de Sousa e D. Tomás de Almeida, primeiro patriarca de Lisboa, como tivemos ocasião de sublinhar.

Isso não significou que não fosse tanto como bispo ou como arcebispo um homem que aplicou as decisões tridentinas, sendo um exemplo de pastor ao nível catequético, modelar no seu comportamento, pautado pelo despojamento dos bens materiais em favor dos mais carenciados.

O governo dos três arcebispos de Lisboa, D. António de Mendonça, D. Luís de Sousa e D. João de Sousa, ocorrido entre 1670 e 1710, constituiu mais do que um tempo de transição. Na realidade, este foi um período em que lentamente se foram alicerçando as raízes políticas e eclesiásticas que permitiram a tão desejada transformação da Capela Real em Patriarcal, aspiração concretizada por D. João V.

MARIA PAULA MARÇAL LOURENÇO

Agradeço, vivamente, a troca de impressões com o Professor Doutor José Pedro Paiva, que em muito enriqueceram este trabalho. E muito especialmente, a ajuda preciosa da Mestre Ana Catarina Necho.

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: CASTRO, 1762-1763; *HGCRP*; SÃO BERNARDO, 1710; SILVA, 1858-1862; **Estudos:** MONTEIRO, 2003a; MONTEIRO, 2003b; PAIVA, 2006.

A iconografia
dos Bispos e Arcebispos de Lisboa



A HERÁLDICA DOS BISPOS E ARCEBISPOS DE LISBOA

Uma obra sobre os bispos e arcebispos de Lisboa e as suas formas de representação não ficaria completa sem abranger os usos heráldicos desses prelados. Porque, a partir de certa época, a seleção de um emblema heráldico passou a ser inerente ao múnus episcopal, nem que fosse para a abertura de cunhos dos respetivos selos de autenticação. Ainda hoje em dia, aqueles que ascendem à condição episcopal são instados a escolher um emblema, que geralmente se coaduna com as normas vigentes da heráldica eclesiástica. Mas nem sempre foi assim.

Na verdade, o posicionamento da Igreja face à heráldica começou por ser de alguma reserva. Quando surgiram no século XII, os emblemas heráldicos formaram-se como um código de representação ligado aos campos de batalha e aos valores nobiliárquicos, que serviram de fonte primeira para a constituição de uma estética própria da heráldica (BOUYÉ, 2001: 493-542). Tanto a simplicidade das composições, como o reduzido número de cores, a preferência por elementos geométricos e a estilização extremada das figuras evidenciavam essa origem guerreira e nobiliárquica. O mesmo se poderá dizer da eleição de uma peça de armamento, o escudo, como suporte privilegiado para a representação dos emblemas heráldicos, depois completado por uma série de elementos externos igualmente derivados dos usos bélicos (HABLOT, 2012: 143-166). A própria nomenclatura consagrou tal ligação: estes emblemas receberam a designação genérica de *armas*, ao passo que a linguagem usada para descrevê-los, fixada a partir dos séculos XIII e XIV, evidenciava uma nítida predileção pela terminologia cavaleiresca.

Deste modo, na sua origem, a heráldica cultivou uma relação privilegiada com o universo da guerra e da nobreza, acentuada à medida que se desenvolviam a literatura épica e a ética da cavalaria. Não admira portanto que o clero dos séculos XII-XIII tenha contemplado o fenómeno heráldico, de modo geral, com alguma desconfiança. Tanto mais que, longe de se confinar ao fenómeno bélico e nobiliárquico, a heráldica conheceu uma difusão que a levaria a ser usada nas mais variadas ocasiões e a atingir praticamente todos os segmentos sociais, além de se ter espalhado com rapidez por todo o Ocidente (PASTOUREAU, 1993: 37-46). As razões de tal sucesso são variadas, mas deve insistir-se na questão

fundamental do desenvolvimento da comunicação intercomunitária, com o progressivo declínio da autarcia, e na consequente necessidade de meios de identificação eficazes (MENÉNDEZ PIDAL, 2014: 136-140). Os quais, numa sociedade predominantemente analfabeta, tenderiam a ser de natureza sonora e visual, não-escrita: daí a projeção da heráldica e da antroponímia, instrumentos identitários inseparáveis um do outro em diversos sentidos.

A adesão do clero à heráldica fez-se portanto a reboque do resto da sociedade. E frequentemente a contragosto. Até certo ponto, existia mesmo alguma incompatibilidade entre a estética heráldica e aquilo que, até então, haviam sido os princípios norteadores da autorrepresentação episcopal. Incompatibilidade morigerada, é certo, pelo vértice comum da fusão entre ideal religioso e cavaleiresco, dupla aproximação patenteada por um lado pela ética do cavaleiro cristão e por outro pela figura do monge guerreiro. Essa fusão permitiu que a assunção de emblemas heráldicos pelos clérigos parecesse gradualmente menos estranha, mais compreensível, defensável.

No caso lisboeta, podemos observar as várias fases dessa gradual *heraldização* da autorrepresentação episcopal. Os primeiros selos e monumentos que chegaram até nós não contêm heráldica: os bispos de Lisboa elegeram noutros códigos, mais ligados à esfera religiosa, os sinais com que pretenderam dar a conhecer-se. Assim, embora existam selos dos prelados lisiponenses desde o princípio do século XIII, só mais de um século depois a sigilografia episcopal começou a incorporar elementos heráldicos: caso do selo de D. frei Estêvão Miguéis, datado de 1317. Mesmo assim, este selo evidencia o lugar subalterno que a heráldica ocupava então na autorrepresentação do bispo: os elementos centrais da composição são a figuração de Nossa Senhora, as insígnias do patrono São Vicente (barca, féretro e corvos) e a imagem do prelado orante sob um arco. Os apontamentos heráldicos reduzem-se a duas modestas flores-de-lis que ladeiam a ogiva (SARAIVA, MORUJÃO E SEIXAS, 2014: 166-167). Esta presença heráldica coloca-nos desde logo numa posição de perplexidade e incerteza infelizmente recorrente, pois as duas principais fontes usadas para o estudo da heráldica medieval são os selos e os armoriais; ora, no caso português, os primeiros só recentemente têm vindo a ser alvo de um levantamento sistemático, ao passo que os segundos são inexistentes. Tampouco o restante património armoriado – como túmulos, lápides funerárias e comemorativas, alfaia e vestes litúrgicas, pintura – foi ainda alvo de um inventário (SEIXAS, 2012: 509-558). Assim, ao observar as flores-de-lis do selo de D. frei Estêvão, apenas podemos comentar que se trata da figura mais corrente na heráldica medieval portuguesa, provavelmente como sinal da devoção mariana, tão marcante na religiosidade coeva

(BORGES, 2003: 310-345). Mas, no estado atual dos conhecimentos, não é possível atribuir-lhe um valor concreto como sinal de determinada estirpe ou de pertença a um grupo socioinstitucional.

Em contrapartida, o prelado subsequente na diocese de Lisboa apresenta um rol impressionante de manifestações heráldicas. Compreende-se que assim seja, tratando-se de D. Gonçalo Pereira, oriundo de uma linhagem que então desenvolvia um processo de ascensão ao topo da estrutura nobiliárquica portuguesa. Chegaram aos nossos dias diversos elementos armoriados deste prelado: dois selos diferentes, as pinturas parietais da capela funerária na sé de Braga, e ainda as suas vestes mortuárias (NÓBREGA, 1971: I/1, 250-265; SARAIVA E MORUJÃO, 2012: 106-115; SARAIVA, MORUJÃO E SEIXAS, 2014: 165; ALARCÃO E CARVALHO, 1993; MONTEIRO E SERRA, 2012: 63-67). Este conjunto patrimonial merece diversos comentários. O primeiro diz respeito ao duplo fenómeno de *heraldização do espaço sagrado* e ao seu corolário de *sacralização da heráldica* (HABLOT, 2011: 211-233). Quanto à penetração da heráldica no espaço sagrado, deve dizer-se que se trata de um fenómeno de notória intensidade nos séculos XIII e XIV, ligando-se sobretudo à questão da salvação das almas e da constituição para esse efeito de espaços de memória no interior das igrejas. No caso português, essa heraldização do espaço sagrado procedeu sobretudo em concomitância com a implantação de capelas funerárias, ligadas à observância de obrigações pias e amiúde à instituição de património vinculado destinado a garantir o cumprimento perpétuo dessas mesmas obrigações (ROSA, 2012: 341-416; SEIXAS E GALVÃO-TELLES, 2013: 319-342). Não espanta, portanto, que D. Gonçalo Pereira tenha erigido uma capela funerária e que a tenha ornado com os seus sinais heráldicos, como forma de identificação perene. Se atentarmos nos usos heráldicos do prelado, observaremos outrossim que os seus sinais familiares (a cruz florenciada e vazia de prata, em campo de vermelho) se conjugam com os sinais da sua devoção (corvos, vieiras, imagem mariana), além da própria representação do prelado como orante. A escolha dessas conjugações não é gratuita: os corvos e vieiras apenas se encontram presentes no seu selo enquanto bispo de Lisboa, desaparecendo do selo coevo do cargo bracarense. É interessante notar que as insígnias heráldicas do prelado são puramente de natureza linhagística, uma vez que a heráldica eclesiástica, então em período formativo, ainda não havia criado um repertório próprio de figuras (SAMEIRO, 1986: 466-478). Quanto à presença das armas dos Pereiras nas vestes funerárias de D. Gonçalo, deve notar-se que se trata do primeiro caso conhecido de tal género de aposição, bem expressiva da crescente proximidade entre heráldica e sagrado. As armas dos Pereiras beneficiavam, é certo, de uma vantagem nesse sentido, por terem uma



Fig. 148. Pintura mural com armas de D. Gonçalo Pereira na sua capela funerária, 1334-1336, frescos. Braga, Sé de Braga, capela sepulcral do arcebispo (Capela da Glória) (claustro). © Cabido da Sé de Braga.

cruz como figura. O processo de sacralização da heráldica familiar conheceu uma evolução notável ao longo do século xiv, em que as interpolações operadas no *Livro de Linhagens* do conde D. Pedro em redor da figura de D. Álvaro Gonçalves Pereira (filho de D. Gonçalo) e da sua participação na batalha do Salado (1340) permitiram a construção de uma *lenda heráldica*. Essa lenda ligava a cruz florenciada e argêntea das armas às sucessivas aparições miraculosas do mesmo sinal a diversos elementos da estirpe, desde os tempos da fundação do reino até ao Salado, permitindo depois a sua projeção para a própria figura de D. Nuno Álvares Pereira, neto de D. Gonçalo, e no século xv para a Casa de Bragança enquanto herdeira do condestável (SEIXAS E GALVÃO-TELLES, 2009: 205-217). A relação privilegiada da linhagem com a dimensão sagrada consubstanciava-se assim por via deste sinal heráldico.

Por fim, assinale-se que a profusão do património armoriado de D. Gonçalo Pereira deve conduzir-nos a uma reflexão heurística da maior importância para o estudo da heráldica episcopal lisiponense: nenhum dos elementos atrás arrolados se encontra na sé de Lisboa. Certamente, um dos motivos para que tal aconteça prende-se com a carreira deste prelado, que transitou para primaz

de Braga. Mas há outras questões de fundo: em primeiro lugar, as sucessivas destruições que a catedral sofreu por catástrofes naturais, sobretudo terramotos; em segundo lugar, as reconstruções subsequentes, por vezes motivadas simplesmente pela adaptação ao gosto vigente ou a novas necessidades ou preferências litúrgicas; finalmente, os restauros que, ao privilegiarem o retorno a uma mítica “traça primitiva”, destruíram um património hoje irrecuperável. Ao contemplarmos pois a relativa pobreza da sé de Lisboa, devemos ter em mente que este espaço deve ter albergado, ao longo das épocas medieval e moderna, um património heráldico substancial (TÁVORA, 1982: 3-60). Além das realizações arquitetónicas e da ornamentação aplicada, a heráldica devia estar presente numa miríade de objetos litúrgicos, devocionais, funerários, memorialistas, alguns dos quais (como as bandeiras, tecidos e escudos dos cavaleiros) confeririam ao interior do templo um colorido hoje quase inimaginável. Longe de constituírem uma ornamentação gratuita, tais objetos relacionavam-se de forma intrínseca com o culto praticado e com as diversas formas de religiosidade, devendo portanto ser considerados não apenas do ponto de vista estético, mas também cultural (ROSA, 2012: 477-538). Só o estudo aturado e sistemático das fontes documentais disponíveis permitirá uma reconstituição, ainda que parcial, dessa riqueza desaparecida.

Isso mesmo se comprova pela raridade dos túmulos de bispos de Lisboa na sua sé; tratando-se de sepulcros armoriados, não deixa de ser surpreendente que o mais antigo exemplar seja tão-somente o de D. João Anes Escudeiro, primeiro arcebispo, datável do princípio do século xv (BARROCA, 2000: II/2, 2075-2083). É também interessante notar que tanto este arcebispo como o seu antecessor Vasco Rodrigues (1371) deram continuidade ao modelo heráldico assinalado para D. Gonçalo Pereira, com uso exclusivo de insígnias de família, inseridas dentro de um escudo (MORUJÃO, 2009: 539-550; SARAIVA, FERNANDES E MORUJÃO, 2014: 150-152). O segundo arcebispo, cardeal D. João Afonso de Azambuja, veio alterar tal prática: o seu túmulo armoriado, inicialmente inserido na capela funerária da igreja do Salvador, em Lisboa, hoje conservado no Museu Arqueológico do Carmo, ostenta também um escudo com as armas da linhagem, porém enquadrado por um chapéu cardinalício (BARROCA, 2000: II/2, 2117-2128; PINTO E OLIVEIRA, 2005: 396). Tal peça de vestuário, desprovida de uso litúrgico, viria gradualmente a constituir-se em elemento predominante na construção do sistema heráldico da Igreja. No caso do cardeal Azambuja, como no dos cardeais seguintes a ocupar o sólio arquiépiscopal lisboeta – sucessivamente D. Jaime, D. Jorge da Costa e os cardeais-infantes D. Afonso e D. Henrique –, a presença do chapéu indiciava de forma inequívoca a dignidade cardinalícia,

uma vez que só mais tarde o seu uso viria a difundir-se pelo resto da hierarquia eclesiástica (SEIXAS, 2004: 55-72).

Como podemos observar pelos casos olisiponenses, a heráldica inseria-se na autorrepresentação dos prelados por via da sua função como código de identificação pessoal, baseado nos pré-existentis sinais das respetivas linhagens. Como não tardaremos a constatar, tal fonte de inspiração viria por vezes a ser completada ou substituída por outros elementos assumidos pelos prelados e integrados dentro do seu escudo, geralmente inspirados em iconografia religiosa e denotativos de determinada devoção. Isto significa que o escudo de armas de um prelado se constituía como transmissor de uma identificação pessoal baseada em critérios genealógicos e devocionais. Nada nele permitia exprimir o cargo ou dignidade do seu detentor; daí a habitual representação conjunta com outros elementos iconográficos capazes de transmitir essa mensagem (como o retrato com as insígnias episcopais). Ao longo do século xv, a heráldica eclesiástica procurou ultrapassar tal dissociação. Para atingir este objetivo, manteve o conteúdo do escudo enquanto escolha exclusiva do prelado, remetendo para o seu exterior uma série de elementos (precisamente designados como *elementos externos*) que pretendiam transmitir, de forma tão precisa quanto possível, o lugar ocupado pelo detentor das armas na hierarquia da Igreja. Passaram pois a coexistir dentro do mesmo emblema dois códigos distintos e complementares, o primeiro de valor identificativo e partilhado com as demais tipologias heráldicas, o segundo hierárquico e exclusivo da Igreja (SEIXAS, 2008: 415-480).

É o que se pode confirmar na heráldica de D. Pedro de Noronha, ainda na primeira metade do século xv: o escudo com as armas de família ocupa pela primeira vez um lugar central no selo de um prelado olisiponense, sendo encimado por uma mitra episcopal (SARAIVA, MORUJÃO E SEIXAS, 2014: 171). No que respeita às armas, elas exprimem de forma inequívoca a dupla origem régia ilegítima da linhagem, unindo as insígnias dinásticas portuguesas e castelhanoleonesas, devidamente diferenciadas (SEIXAS E GALVÃO-TELLES, 2011: 125-174). O que permite compreender a posição de destaque conferida ao escudo no selo de D. Pedro: o arcebispo salientava assim a sua pertença ao mais elevado patamar da aristocracia, logo abaixo da Casa Real e dos seus ramos legítimos, bem como a sua inclusão num grupo familiar com forte projeção na Corte. A junção da mitra permitia que qualquer observador minimamente informado percebesse que se tratava das armas de um prelado. Desta maneira, este binómio escudo-mitra constituía uma imagem correspondente à expressão *arcebispo Noronha*. Fórmula simples e eficaz de autorrepresentação, baseada em critérios linhagísticos e hierárquicos, desprovida porém de qualquer componente devocional.



Fig. 149. Friso armoriado da capela do arcebispo D. Jaime de Portugal, séc. XV, fresco. Florença, San Miniato al Monte (capela do cardeal D. Jaime de Portugal). Foto: Miguel Metelo Seixas

Os prelados que ocuparam subsequentemente o sólio lisiponense evidenciaram contudo alguma oscilação no equilíbrio entre sinais heráldicos e não-heráldicos. Assim, D. Luís Coutinho retomou no seu selo a clássica composição centrada numa cena de devoção, com autorrepresentação do arcebispo como orante, temperada com a heráldica que dava continuidade à fórmula do escudo mitrado inaugurada pelo seu predecessor. Nos casos de D. Jaime e de D. Jorge da Costa, a mitra cedeu o lugar ao chapéu denotativo da dignidade cardinalícia. Os usos heráldicos de D. Jaime mostram como as armas de um prelado tardo-medieval podiam exhibir-se sob formas notoriamente diversificadas: retomando o modelo do escudo com armas de família (no seu caso, um esquartelado das armas reais aragonesas e das armas reais portuguesas com o banco de pinchar de arminhos tal como usara seu pai, o infante D. Pedro, por diferença), este prelado ora o encima com o chapéu cardinalício, ora lhe sotopõe simplesmente uma cruz processional (insígnia da condição episcopal, tal como a mitra), ora o conjuga com elementos de devoção (SEIXAS E COLAÇO, 1994: 69-70; SARAIVA, MORUJÃO E SEIXAS, 2014: 169-170).

A expressão heráldica atinge com D. Jaime uma notoriedade excecional, em redor da sua capela funerária erguida na igreja de São Miniato al Monte, obra-prima da arte renascentista florentina (ATANÁZIO, 1983). Além do friso armoriado pintado a fresco que percorre a platibanda da capela, construído em redor do escudo de D. Jaime e revelando a parentela europeia do defunto, as suas armas encontram-se presentes no portal de entrada e no escudo sustido pelo anjo que, no conjunto dos quatro medalhões Della Robbia figurativos das virtudes cardeais que ornamentam a cúpula, representa a Fortaleza (DIONIGI, 2014: 160).

Atinge-se neste exemplar um dos pontos mais altos da arte heráldica, em que a beleza da composição reflete a do simbolismo inerente. É a primeira vez, na heráldica episcopal lisboeta, que uma figura religiosa surge como *tenente heráldico*, ou seja, na posição de amparar o escudo de armas. Esta relação aprofundada entre arte e heráldica está também patente no facto de as mesmas figuras devocionais (Santiago, São Vicente e Santo Eustáquio) escolhidas para integrar o selo de D. Jaime enquanto cardeal se encontrarem também presentes no tríptico do altar de sua capela funerária (ATANÁZIO, 1983: 85-89). Mais uma vez, devemos ter em mente que a heráldica observável hoje deveria ser completada por um conjunto de apetrechos litúrgicos, alguns dos quais armoriados, que neste caso deviam ter elevada expressão artística, como prova o capuz de pluvial recamado da autoria de Sandro Botticelli (ATANÁZIO, 1983: 137-140). A abundância heráldica do espaço funerário do cardeal D. Jaime, com lugar eminente reservado ao seu escudo, não seria estranha ao fenómeno de sacralização das armas reais portuguesas, que atingiu o seu apogeu nos séculos xv e xvi, com a dinastia de Avis (SEIXAS E PORTUGAL, 2012: 27-63).

A heráldica do sucessor na arquidiocese de Lisboa, D. Afonso Nogueira, deu seguimento à fusão com elementos devocionais: nos seus selos, o escudo com as armas de família é sustido pelos mártires São Vicente e São Lourenço, assentes sobre uma barca vogante e amparando uma cruz processional sotoposta ao escudo, numa composição de belo efeito estético e simbólico (SARAIVA E MORUJÃO, 2012: 115-119). Mas foi sem dúvida com o cardeal D. Jorge da Costa que a ligação da heráldica episcopal olisiponense à arte renascentista, iniciada com D. Jaime, colheu um seguidor à altura. O percurso romano do cardeal da Costa encontra-se semeado do seu rasto heráldico (GRILO, 1996: 149-218; CARDOSO, 2001: 36-42). Este está centrado na capela funerária erguida na igreja de Santa Maria del Popolo: aí se podem observar as suas armas esculpidas em dois delicados baixos-relevos, a ladear a epígrafe tumular, e numa pintura colorida inserida em moldura, também em baixo-relevo; elas ornamentavam igualmente uma cruz processional (MNAA, Inv. 771 Met), e tudo indica que estariam presentes em muitos outros objetos e paramentos litúrgicos. A heráldica povoa ainda uma série de iluminuras executadas em diversos códices encomendados pelo prelado (GRILO, 1996: 183-190). Trata-se do primeiro elo da heráldica episcopal olisiponense ao universo do livro. Nos códices medievais, a aposição de emblemas heráldicos funcionava sobretudo como marca de propriedade, mas podiam também remeter para o comanditário, o destinatário ou o dedicatário da obra. Objeto de prestígio, o livro assumia por vezes funções litúrgicas: assim se estabelecia mais uma ligação entre a heráldica e a dimensão do sagrado.

Além desta variedade das suas aplicações, a heráldica de D. Jorge da Costa apresentava também características intrínsecas relevantes. Ao invés de ostentar armas de família (a que talvez não tivesse direito), o cardeal optou por figurar no escudo uma roda de navalhas, instrumento de martírio de Santa Catarina, por quem nutria particular devoção. Os elementos religiosos haviam até então, como vimos, sido justapostos ao escudo, chegando quando muito a servir de tenentes. Com D. Jorge, esses motivos devocionais penetram no próprio escudo, a que fornecem a sua única figura heráldica. Ao proceder desta maneira, o cardeal talvez

não estivesse apenas a colmatar uma possível falha genealógica que o impedisse de ostentar armas de linhagem: agia também em conformidade com a nova estética das *empresas*, ou seja, dos emblemas livremente assumidos, que completavam a heráldica tradicional, compensando-lhe as insuficiências expressivas. O poderoso cardeal não precisava de recorrer a alusões nobiliárquicas: a sua dignidade de príncipe da Igreja ficava patente nas armas puramente devocionais, completadas pelo chapéu denotativo da dignidade cardinalícia. A uma ética diferente correspondia uma nova estética. Por isso, além da composição inovadora, também a forma adotada para as armas de D. Jorge se revelou devedora da moda do seu tempo e do meio curial em que ele se movia com êxito notório: o escudo toma a forma de *testa di cavallo*, típico da heráldica italiana e usado em Portugal quase exclusivamente para a figuração de empresas, ao passo que a estilização das figuras valoriza efeitos de tridimensionalidade até então incompatíveis com a arte heráldica tradicional. Isso mesmo se pode observar nas duas pedras de armas que ornamentam as torres sineiras da sé de Lisboa (MELLO, 2014: 158-160), colocadas no cunhal, de que se destacam em ousada erupção, formada por vários níveis sobrepostos em alto-relevo. A mestria desta realização nada deve à escultura heráldica mediev.

Pode considerar-se que, a partir do início do século XVI, as bases da heráldica episcopal lisiponense estão fixadas conforme os modelos experimentados na



Fig. 150. Pedra de armas do cardeal D. Jorge da Costa, séc. XV, pedra. Lisboa, Sé de Lisboa. ©DGPC.

centúria anterior. O escudo acolhe os elementos pessoais de identificação do prelado, geralmente inspirados na heráldica de família, outras vezes originados em devoção religiosa, por vezes fundindo-se uns elementos com os outros. Fora do escudo, os ornamentos exteriores indicam a dignidade eclesiástica, recorrendo-se para esse efeito a objetos ou vestes litúrgicos (cruz processional, mitra, báculo) ou ao chapéu eclesiástico. Este inspira-se no chapéu cardinalício, para o qual estabelece uma declinação de cores e de número de borlas que, ao longo da época moderna, evoluirá até formar, mediante o auxílio dos tratados de armaria, um verdadeiro sistema heráldico próprio da Igreja católica. Inicialmente consuetudinário, este sistema heráldico eclesiástico veio mais tarde, no final do Antigo Regime, a ser alvo de disposições normativas emanadas da Santa Sé. A cada dignidade é atribuída uma modalidade exclusiva do chapéu eclesiástico, o que permite que o observador que esteja na posse da chave heráldica possa decifrar de imediato, de forma inequívoca, o lugar que o detentor de determinadas armas ocupa na hierarquia da Igreja. Naturalmente, os usos concretos nem sempre seguiram a normativa consagrada pela tratadística, não tanto por constituírem uma fuga à regra, antes por estarmos diante de um fenómeno primordialmente derivado do costume e das práticas reiteradas. A norma adveio dessas práticas, o que explica que estas tivessem, até muito tarde, um carácter flutuante (SEIXAS, 2014: 297-333).

Assim, nessa construção gradual do sistema heráldico da Igreja, antes de se chegar a uma norma rígida, abundaram experiências e idiossincrasias. O que se pode verificar logo com três outros prelados que se sucederam na arquidiocese lisiponense no século XVI. Os cardeais-infantes D. Afonso e D. Henrique acrescentaram aos elementos exteriores as insígnias denotativas do seu alto nascimento, conjugando-as com as episcopais (AZEVEDO, 1960: 273-285). Como se pode ver nas constituições promulgadas e impressas por ordem destes dois arcebispos e no *Rol dos livros defesos* emitido por D. Henrique na qualidade de inquisidor-geral, a representação heráldica de ambos centrava-se naturalmente no escudo com as armas reais devidamente diferenciadas para exprimir o lugar de secundogénito que cada um deles ocupava na precedência dinástica (*CONSTITUIÇOENS*, 1537; *CONSTITUIÇÕES EXTRAVAGANTES*, 1569; *ROL*, 1564); o escudo era encimado por uma coroa aberta ao modo antigo, expressiva da qualidade de infante, tendo como elementos eclesiásticos o chapéu denotativo da dignidade cardinalícia e a cruz processional, pela qual se exprimia a condição episcopal. Assim, cada conjunto heráldico revelava a tríplice natureza do seu detentor como cardeal, arcebispo e infante de Portugal, ficando a identificação pessoal apenas a cargo do banco de pinchar, carregado com as

quadrículas que indicavam o lugar que cada um deles ocupava na sucessão dinástica (AZEVEDO, 1965: 40-43). No caso de D. Henrique, verifica-se a presença das suas marcas heráldicas também no património romano: estas ornamentam o tecto da basílica dos Santos Quatro Coroados, de que era titular, como forma de assinalar a sua ação mecenática (CARDOSO, 2001: 73). O terceiro caso ocorrido no século XVI diz respeito a D. Miguel de Castro (1586-1625), de quem se conhece uma bela capitular iluminada num códice hoje conservado no Arquivo do Museu Grão Vasco, em que se pode observar um uso avulso do escudo com as armas dos Castros (de treze arruelas) e da mitra (AMGV, lv. 14, f. 16). O que denota a liberdade com que estes elementos heráldicos ainda podiam ser então usados.

A partir do século XVII, os arcebispos lisboetas tendem a regularizar o seu comportamento heráldico. O escudo é essencialmente ocupado pelas armas de família, indiciando o recrutamento corrente dos prelados entre a alta nobreza do reino, sendo por vezes assente em cartelas ao gosto maneirista ou barroco; nos ornamentos exteriores, nota-se preferência pelo chapéu eclesiástico (que permitia uma expressão mais clara da posição hierárquica do armígero do que os elementos litúrgicos), geralmente completado pela cruz processional sotoposta. Ocasionalmente, verifica-se a presença de coronéis denotativos da respetiva qualidade nobiliárquica. A relação da heráldica com o livro impresso, iniciada com os cardeais-infantes quinhentistas, intensifica-se, ganhando diversidade. Assim, as armas de D. Rodrigo da Cunha marcam presença nas suas obras próprias, mas também nas que este prelado patrocina e nas que lhe são dedicadas (a título de exemplo: *CONSTITUIÇOENS SYNODAES*, 1656; CUNHA, 1632; CAMÕES, 1616). As de D. Luís de Sousa compõem o seu *ex-libris*, marca de posse que permitia a identificação dos livros da sua biblioteca pessoal (DUARTE, 1990: 335). Em ambos os casos, estamos perante exemplos de prelados eruditos e bibliófilos, que recorrem à heráldica para assinalar a sua relação com o universo do livro impresso. As características da heráldica arquiépiscopal olisiponense mantiveram-se até às transformações ocorridas no reinado de D. João V. Com a criação da Patriarcal, uma nova era aguardava a heráldica eclesiástica lisboeta, não apenas no que respeita às insígnias dos patriarcas, mas também de todos os prelados desta estrutura (SEIXAS, 2008-2009: 247-249).

MIGUEL METELO DE SEIXAS

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: CAMÕES, 1616; *CONSTITUICOENS*, 1537; *CONSTITUIÇÕES EXTRAVAGANTES*, 1569; *CONSTITUIÇOENS SYNODAES*, 1656; CUNHA, 1632; *ROL*, 1564; **Estudos:** ALARCÃO E CARVALHO, 1993; ATANÁZIO, 1983; AZEVEDO, 1960; AZEVEDO, 1965; BARROCA, 2000; BORGES, 2003; BOUDREAU, 1999; BOUYÉ, 2001; CARDOSO, 2001; DIONIGI, 2014; DUARTE, 1990; GRILO, 1996; HABLLOT, 2011; HABLLOT, 2012; MELLO, 2014; MENÉNDEZ PIDAL, 2014; MONTEIRO E SERRA, 2012; MORUJÃO, 2009; NÓBREGA, 1971; PASTOUREAU, 1993; PINTO E OLIVEIRA, 2005; ROSA, 2012; SAMEIRO, 1986; SARAIVA, FERNANDES E MORUJÃO, 2014; SARAIVA E MORUJÃO, 2012; SARAIVA, MORUJÃO E SEIXAS, 2014; SAVORELLI, 2013; SEIXAS, 2004; SEIXAS, 2008; SEIXAS, 2008-2009; SEIXAS, 2012; SEIXAS, 2014; SEIXAS E COLAÇO, 1994; SEIXAS E GALVÃO-TELLES, 2009; SEIXAS E GALVÃO-TELLES, 2011; SEIXAS E GALVÃO-TELLES, 2013; SEIXAS E PORTUGAL, 2012; TÁVORA, 1982.

OS SELOS DOS BISPOS E ARCEBISPOS DE LISBOA

Uma obra dedicada aos bispos e arcebispos de Lisboa não podia deixar de mencionar os selos por eles usados, garantia da autenticidade dos documentos que outorgavam e, em simultâneo, meio de identificação dos prelados como seus autores. Fontes iconográficas e escritas, dotadas de forte valor diplomático e normalmente datadas com precisão, foram, no entanto, durante muito tempo negligenciadas pelos investigadores, que não lhes deram a devida atenção, apesar da sua riqueza a múltiplos níveis.

Existiu uma ligação privilegiada entre o múnus episcopal e o selo desde muito cedo: os bispos foram os primeiros a recuperar o uso deste processo de validação, no ocaso de uma Alta Idade Média que reservara essa prática apenas a reis e imperadores. A partir das dioceses da Renânia, onde essa nova utilização do selo se iniciou, difundiu-se pelos bispados do restante Ocidente europeu durante os séculos XI e XII, que assistiram a uma forte multiplicação dos selos episcopais. No Portugal medievo, foram também os bispos os primeiros a usar selos: os dados disponíveis indicam que os primeiros selos episcopais datam da década de 1140 e pertenciam a prelados de origem estrangeira, ou com fortes ligações a outros reinos onde a selagem era já uma prática comum. Um dos precursores parece ter sido o inglês D. Gilberto Hastings, primeiro bispo de Lisboa após a *Reconquista*, que provavelmente autenticou com o seu selo uma doação de 1159 (TT, *Ordem de Cristo / Convento de Tomar*, D.P., mç. 1, n.º 5); infelizmente, tal impressão sigilar não chegou aos nossos dias.

Os primeiros selos episcopais portugueses que sobreviveram não são anteriores à década de 1180. O mais antigo que se conhece para Lisboa data de 1206, e pertencia a D. Soeiro (TT, *Sé de Coimbra*, 1.ª inc., mç. 9, n.º 21). Nele se seguiu o modelo mais comum em todo o tipo de representações episcopais, independentemente do material utilizado: tanto na escultura e na pintura como nas matrizes sigilares, o bispo surge em regra de pé, erguendo a mão direita em gesto de abençoar e envergando os paramentos próprios da sua condição pontifical; ostenta na cabeça a mitra, que indica ser detentor do grau mais elevado das ordens sacras, e na mão esquerda o báculo, que simboliza o cajado do pastor e a vara da



justiça que é sua missão garantir. O reduzido tamanho dos selos não permite ver o outro símbolo por excelência do múnus episcopal: o anel, representativo do compromisso que o prelado assumia para com a Igreja, tantas vezes colocado em evidência em esculturas e pinturas.

Esta repetição não era casual: a imagem patente nos selos devia corresponder a “um modelo, um estereótipo, profundamente ligado ao estatuto, ao cargo, à função social ou à instituição a que se reporta” (MORUJÃO E SARAIVA, 2014: 212). Não sendo um retrato, tinha de revelar a forma como bispos e arcebispos concebiam a sua função e, também, como esta era vista pela sociedade. Por isso se baseava em fórmulas iconográficas e emblemáticas que se iam repetindo desde a Península Ibérica à Europa de Leste ou da Escandinávia à Itália do Sul ao longo dos tempos, e só de forma lenta evoluíam. Pelo

facto de apresentarem uma figura em pé, preferia-se um formato mais alto do que largo e, assim, a larguíssima maioria destes selos têm o conhecido formato de dupla ogiva, semelhante às mandorlas, tão comuns, por exemplo, na escultura gótica.

É este modelo iconográfico e este formato que encontramos nos selos dos bispos de Lisboa conhecidos até às décadas finais do século XIII. Mas o facto de seguirem o mesmo padrão não significava que os selos fossem todos iguais. Pelo contrário, cada um deles evidenciava características próprias que ultrapassavam as simples alterações devidas ao facto de as matrizes serem gravadas por artesãos diferentes: cada qual era uma interpretação do padrão, com pequenas variantes mais ou menos acentuadas.

Assim, no selo de D. Soeiro, já referido, o prelado é representado com a mitra colocada de lado, fazendo-a parecer bicórnica; este é o testemunho português mais tardio que conhecemos desta forma de colocar a mitra, típica do

período anterior ao século XIII, altura em que passou a ser usada com as pontas para a frente.

As duas matrizes sigilares usadas por D. Airas Vasques (exemplos, respetivamente, em TT, *São Vicente de Fora*, 1.^a inc., mç. 3, n.º 6, de 1245, e TT, *Mosteiro de Alcobaça*, 1.^a inc., mç. 9, n.º 23, de 1258) são muito semelhantes, mas não se confundem. Em ambas, os pés assentam sobre uma pequena mísula, e os paramentos são bastante parecidos; porém, a matriz mais recente revela o que poderá ser uma dalmática mais curta, à altura da cintura, rematada por uma larga barra decorada, um elemento que é diferente não apenas da primeira matriz deste bispo, mas também de todos os outros selos episcopais portugueses que conhecemos para esta altura.

O seu sucessor, D. Mateus, legou-nos algumas importantes novidades a nível sigilográfico, para além do seu selo prelatício, que seguia o modelo descrito. Em primeiro lugar, deixou para a posteridade um selo de quando era apenas o prelado eleito para a diocese, e por isso tinha de ser diferente dos usados após a consagração: o eleito era representado sem paramentos pontificais, nem mitra ou báculo, segurando com as duas mãos um livro à altura do peito (TT, *Mosteiro de Alcobaça*, 1.^a inc., m. 9, n.º 36, de 1259). Em segundo lugar, no reverso do seu selo como bispo consagrado (TT, *São Domingos de Lisboa*, lv. 15, f. 29, de 1266), fez apor um contrasselo, o primeiro conhecido em Portugal em selos episcopais. Os contrasselos provinham de matrizes de pequenas dimensões, sinetes ou anéis sigilares, que nunca deviam deixar as mãos dos seus proprietários e eram chamados “selos secretos”; a sua aposição no verso da impressão episcopal constituía uma forma de reforçar a autenticidade que um selo já por si garantia. Em Portugal, estes pequenos selos foram sempre redondos e apresentavam, na maior parte dos casos, o busto do bispo, como sucede no contrasselo do bispo de Lisboa D. João Martins de Soalhães (TT, *NAF 10614*, selo solto sem data). Outros aproveitavam antigas pedras gravadas greco-romanas, tal como fizeram



Fig. 152. Selo de D. Mateus enquanto bispo eleito, 1259, cera. Lisboa, ANTT, *O. Cist., Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.^a inc., Documentos particulares, mç. 9, n.º 36, PT/TT/MSMALC/1DP09/36. © ANTT.



certos bispos do Porto. Podiam ainda também ser de temática hagiográfica, como é precisamente o caso do de D. Mateus, que apresenta a barca de São Vicente acompanhada pelos corvos, transportando o corpo do mártir e constitui o primeiro testemunho de iconografia do mártir padroeiro da cidade na sigilografia prelatícia de Lisboa.

Essa iconografia vicentina encontra-se também presente no selo de D. Domingos Anes Jardo, de que não chegou até nós nenhum exemplar, mas apenas duas descrições, uma integrada na obra de D. Rodrigo da Cunha acerca da história eclesiástica de Lisboa (CUNHA, 1642: 202v), outra numa cópia moderna do testamento do bispo (AHMC, *Fundo dos Faros da Casa Vimieiro*, pasta 4, f. 16v). Ambas informam que o selo de D. Domingos se dividia em duas partes; a da direita apresentava “a imagem da virgem Senhora nossa, com o menino Iesu nos braços” (CUNHA, 1642: 202v); a da esquerda, a nau de São Vicente com dois corvos, assim

como uma legenda a identificar o santo. Associam-se, pois, neste selo, as representações dos dois santos especialmente ligados à sé de Lisboa: a Virgem, sua titular, e São Vicente, cujas relíquias ali se veneravam, e que começa precisamente nestas décadas finais de Duzentos a surgir representado nos selos dos bispos, do cabido e dos cónegos da catedral.

O selo de D. Domingos pertence já a uma nova tipologia sigilográfica, que se desenvolve a partir do último quartel do século XIII e, em geral, reduz o tamanho da imagem do prelado e a relega para um plano inferior, deixando a maior parte do campo do selo livre para representações hagiográficas. O espaço era

normalmente dividido em vários segmentos ou níveis, quer na vertical (como parece ser o caso do selo de D. Domingos), quer na horizontal, como era mais comum. Ao mesmo tempo, tornava-se usual preencher o espaço vazio do campo com elementos arquitetónicos que, se se seguisse a tipologia tradicional, inseriam a figura do bispo numa estrutura retabular; se se adotasse a nova, separavam os vários planos de representação, onde eram inscritas cenas da vida de santos, de Maria ou de Jesus. O nível inferior, menos importante, ficava reservado para a representação do prelado orante; no superior surgia sempre a cena hagiográfica de maior valor, mesmo que tivesse as mais pequenas dimensões de todo o conjunto.

São bons exemplos desta tipologia hagiográfica, que podia representar santos ligados à catedral ou da especial devoção do prelado, os de D. João Martins de Soalhães, bispo já referido a propósito do seu contrasselo, e dos seus imediatos sucessores. O campo do selo de D. João encontra-se ocupado por um retábulo com três nichos sobrepostos: no topo, surge um pequeno *Agnus Dei*; no do meio, a Virgem padroeira da sé, sentada com o Menino; o inferior serve de enquadramento à figura do bispo, representado de perfil, orando, ajoelhado.

O selo de D. frei Estêvão Miguéis (TT, *Gav. XII*, mç. 5, n.º 1, de 1315) segue o mesmo padrão, com o campo dividido em três secções, as duas mais acima dividindo entre si quase todo o espaço disponível. Na secção superior surge a Virgem com o Menino, sentada num cadeiral ricamente decorado; na central, a barca de São Vicente, com as velas recolhidas, apresenta um corvo na popa e outro na proa, e o ataúde com o corpo do mártir bem visível; na inferior, em pequena escola, o bispo orante, ladeado por flores-de-lis, símbolo para-heráldico que anuncia a introdução nos selos dos bispos de Lisboa das suas armas pessoais.

Efetivamente, o século XIV assiste à entrada na iconografia sigilar dos prelados diocesanos de elementos heráldicos, que identificam não só o indivíduo, mas também a linhagem a que pertenciam, seguindo a tendência europeia que então se afirmava. O bispo D. Gonçalo Pereira incluiu elementos heráldicos no seu selo, que segue o mesmo modelo hagiográfico dividido em três planos dos seus antecessores (AHNM, *Sigil-Sellos*, c. 81, n.º 1, de 1322). No superior, temos, uma vez mais, a Virgem com o Menino ao colo, graciosamente sentada num largo cadeiral. A meio, um vulto de eclesiástico nimbado ocupa o centro; ladeia-o a legenda “*Sanctus Vincentius*” que o identifica, tal como o fazem, também, os dois corvos, um de cada lado, ao nível dos pés do mártir. Sob os corvos, duas vieiras, símbolos por excelência de Santiago, indiciam provavelmente a devoção do bispo ao apóstolo de Cristo sepultado em Compostela. Entre a legenda e os pássaros, simetricamente colocadas de cada lado do santo mártir, duas cruzes vazadas e floreadas associam à iconografia vicentina o emblema



Fig. 154. Selo do arcebispo D. Pedro de Noronha com a legenda *Sigill[vm] ... archi / episco[pi] ...*, [1424-1452], cera. Lisboa, ANTT, Col. Selos Soltos, n.º 77, PT/TT/SIG/0077. © ANTT.

heráldico dos Pereira, que, ao contrário do que acontecerá no selo de D. Gonçalo enquanto arcebispo de Braga (ADB, *Selos soltos*, s.n., de [1326-1348]), não estão inseridas dentro de escudos, o que mostra como as primeiras décadas do século XIV são ainda uma fase de introdução da heráldica nos selos episcopais.

Durante a segunda metade de Trezentos, os elementos armoriados ocupam cada vez mais relevo na sigilografia episcopal portuguesa. Não temos exemplos lisboetas para o comprovar, mas conhecemos o selo de D. Vasco Rodrigues, eleito no mesmo ano para Lisboa e logo

depois para Braga, que na verdade não chegou a ocupar nenhuma destas cátedras, e faleceu em Coimbra, onde tinha sido bispo entre 1364 e 1371 (TT, *Mosteiro de Lervão*, gav. 3, mç. 11, n.º 27, de 1367); no seu selo como bispo desta diocese, repete-se a partição em vários planos, mas só no superior existe uma cena hagiográfica, a Virgem com o Menino. O plano central, o maior, representa o bispo *stante*, enquanto no inferior figuram as suas armas, inseridas num escudo de tipo francês.

A heráldica encontra-se já em plena pujança e domina por completo os selos dos prelados do século XV que chegaram até nós. Lisboa fora, entretanto, elevada a arcebispado, e o selo do quarto arcebispo, D. Pedro de Noronha, tem o campo completamente preenchido pelas armas dos Noronha, inseridas num escudo e encimadas por uma mitra que o identifica como arcebispo (TT, *NAF 10619*, de [1424-1452]). Para se adaptar melhor ao desenho das armas, o selo passou a ser redondo: depois de séculos de selos episcopais em dupla ogiva, o formato circular tornou-se comum e o mais adequado ao tipo heráldico.

De facto, são assim os selos seguintes que conhecemos. No de D. Jaime de Portugal, o escudo de armas ocupa todo o campo, enquanto as duas matrizes conhecidas para D. Afonso Nogueira associam a heráldica à hagiografia, apresentando lado a lado, em pé sobre uma embarcação em cujas extremidades se equilibram dois corvos, São Vicente, com um livro aberto à altura do peito, e São Lourenço, segurando a grelha do seu martírio (AHNM, *Sigil-Sellos*, c. 98,

n.º 13, de 1461; TT, *São Vicente de Fora*, 1.ª inc., mç. 32, n.º 15, de 1462). Entre os dois mártires, vê-se o escudo de armas dos Nogueira, encimado por uma mitra numa das matrizes. A família do arcebispo era especialmente devota a São Lourenço, tendo mesmo o padroado da igreja de Lisboa com a sua invocação, onde se encontrava o panteão dos Nogueira. O exemplar de 1461 foi gravado sobre um cocho de madeira; é o mais antigo caso de uso deste processo de proteção das impressões sigilares que conhecemos no seio do clero secular português, e um dos poucos que se revelou eficaz, pois, por via de regra, os cochos sobreviveram, mas vazios dos selos que era suposto guardarem. Finalmente, o selo de D. Jorge da Costa, o célebre cardeal Alpedrinha (TT, *Sta. Marinha de Outeiro*, mç. 5, n.º 183, de 1471), é também hagiográfico e heráldico em simultâneo, apresentando a representação de uma graciosa Santa Catarina de Alexandria acompanhada pelo instrumento do seu martírio, a roda, que o arcebispo escolheu não só como empresa, mas também para ser o elemento principal das suas armas.

O formato tradicional da dupla ogiva não tinha, porém, caído no esquecimento; se D. Jaime optou pelo selo redondo e heráldico enquanto arcebispo de Lisboa, escolheu uma matriz com a forma tradicional e dividida em vários planos para o seu belíssimo selo de cardeal, verdadeira obra de arte renascentista em miniatura, no qual se reproduz o mesmo trio de santos que figuram no retábulo da sua capela florentina: Santiago, São Vicente e Santo Eustáquio, representados de pé e identificados com legendas no plano central, enquanto no superior se vê a Virgem com o Menino e, no inferior, a habitual figura do eclesiástico orante é substituída pelas armas de D. Jaime, encimadas pelo chapéu cardinalício (MATOS, 1992: 264). Não conhecemos o selo de D. Luís Coutinho como arcebispo de Lisboa, mas enquanto esteve à frente da diocese de Coimbra, entre 1444 e 1452, usou uma matriz em dupla ogiva e dividida na horizontal em dois planos, com uma cena do calvário na parte superior, entre elementos arquitetónicos cuja estética renascentista é claramente visível; no plano inferior, o bispo está representado rezando, com um escudo de armas de cada lado, encimado por uma mitra (TT, *Sé de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 67, n.º 2484, de [1444-1452]).

Estes são os selos dos prelados de Lisboa que conhecemos até 1500, data que corresponde ao levantamento sigilográfico levado a cabo até agora, no âmbito do projecto *Sigillum Portugaliae* (<http://portugal-sigillum.net/>). Os dos séculos seguintes não foram ainda objeto de uma pesquisa paciente e laboriosa, que esperamos poder levar a cabo numa nova fase do projeto que continue a inventariação e catalogação dos selos do clero secular português (e de outros universos sociais) até ao final do Antigo Regime. Os selos conhecidos não correspondem a mais de cerca de 30% dos prelados que ocuparam esta cátedra

diocesana durante quase 350 anos. O desaparecimento do cartório da sé lisboeta explica em parte um tão escasso número de selos sobreviventes; o facto de, durante a segunda metade do século xiv, ter havido episcopados curtos, protagonizados por quem nunca ocupou de modo efetivo a cátedra, constitui outra parte da explicação. Mas, infelizmente, estas perdas não são excecionais. Os dados que conhecemos, fruto do referido projeto e de outros estudos, apontam para o desaparecimento de mais de 50% dos selos originalmente apostos a documentos que hoje já não os ostentam.

Além da incúria humana, que tão mal cuidou dos documentos do passado, o material em que os selos eram gravados e a forma como eram apostos nos documentos contribuíram muito para a sua difícil preservação. Os selos de que falámos foram impressos em cera, material ao qual era atribuído todo um simbolismo ligado à memória e à pureza, e cujas propriedades para reproduzir fielmente a imagem presente numa matriz eram conhecidas desde tempos imemoriais. À cera virgem eram, muitas vezes, adicionados outros elementos, como a resina, para lhe dar mais maleabilidade e resistência, e corantes, para lhe mudar a cor; se muitos apresentam tons acastanhados, outros tantos são vermelhos, uma das cores preferidas em todas as épocas para imprimir selos. O metal, mormente o chumbo, o mais utilizado, era reservado apenas para reis, imperadores e papas. A cera é frágil, facilmente se quebra e sofre a usura do tempo e o desgaste da fricção. Suspensos dos pergaminhos, estes pequenos objetos eram de acondicionamento difícil, e ainda são: continuam hoje em dia a constituir um desafio para os arquivistas. As pequenas caixas em madeira ou metal em que a cera era diretamente vertida e que os deviam proteger, como vimos no caso de um dos selos de D. Afonso Nogueira, não surtiram o efeito desejado na maioria dos casos.

Outro tipo de selo começou a ser usado nos séculos finais da Idade Média, especialmente sobre o papel que, pela sua fragilidade, não aguentava o peso de um selo pendente. O selo de chapa era apostado diretamente no suporte documental, com a ajuda de uma fina camada de cera ou de farinha e água misturadas, que era coberta por um pedaço de papel, sobre o qual se imprimia a matriz. Mas estes selos soltavam-se com facilidade e sobreviviam menos vezes ainda. O *corpus* já conhecido até ao final do século xv conserva muito poucos selos de chapa dos titulares das dioceses portuguesas. No caso de Lisboa, apenas conhecemos, até 1500, um exemplar pertencente ao arcebispo D. Jorge da Costa, datado de 1470, infelizmente em muito mau estado, não permitindo sequer uma tentativa de leitura da sua iconografia (AHPL, *Títulos da Capela de Maria Esteves*, cód. 2, n.º 19).

Para fazer a impressão, era utilizada uma matriz metálica, cujo fabrico era

feito por um gravador, eventualmente um ourives, cujas aptidões artísticas variavam muito. Nenhum dos bispos e arcebispos de Lisboa estudados nesta obra nos legou a sua matriz sigilar. O facto não é estranho: por via de regra, as matrizes eram canceladas após a morte do seu titular, e frequentemente partidas, assim se garantindo que não voltavam a ser usadas. Existem matrizes sigilares de prelados lisboetas, mas posteriores ao período que nos propusemos apresentar, por ser aquele, como dissemos, acerca do qual possuímos já dados seguros.

Finalmente, uma palavra acerca das legendas que todos os selos possuem, na orla exterior, separada do campo por um filete em traço contínuo, duplo ou pontilhado. O estado de conservação dos espécimes que nos chegaram não nos permite ler todas, especialmente as dos selos quatrocentistas. Todas dizem, em latim, que se trata do selo de X, bispo (ou arcebispo) de Lisboa; os selos de D. Fr. Estêvão e de D. Gonçalo Pereira acrescentam a esta fórmula base, e comum à larguíssima maioria das dioceses de todo o Ocidente cristão, “*Dei gratia*”, no primeiro caso, e “*miseracione divina*”, no segundo. D. Afonso Nogueira preferiu, nas suas duas matrizes, uma fórmula mais elaborada: “*S(i-gillvm) r(everendissi)mi patris d(omni) Alfonsi Nogueira archiepiscopi Vlixbonensis(s)*” (entre parênteses, as letras reconstituídas das palavras abreviadas).

MARIA DO ROSÁRIO BARBOSA MORUJÃO

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: CUNHA, 1642; **Estudos:** BAUTIER, 1995; CHASSEL, 2014; GOMES, 2007; GOMES, 2008; GOMES, 2012; MATOS, 1992; MORUJÃO, 2010; MORUJÃO, 2012; MORUJÃO, 2015; MORUJÃO, 2016; MORUJÃO, LIRA, SARAIVA E PINTO, 2014; MORUJÃO E SARAIVA, 2014; SARAIVA, FERNANDES E MORUJÃO, 2014; SARAIVA E MORUJÃO, 2012; SARAIVA, MORUJÃO E SEIXAS, 2014; SILVA, 2013b; TÁVORA, 1983.

CULTURA ESCRITA DOS BISPOS E ARCEBISPOS DE LISBOA. LIVROS E LEITURAS

Introdução

“La lecture n’est pas un invariant historique – même dans ses modalités les plus physiques – mais un geste, individuel ou collectif, produit à chaque fois d’une forme de sociabilité, d’une représentation du savoir ou du loisir, d’une conception de l’individualité” (CHARTIER E ROCHE, 1984: II, 403). Nas palavras destes historiadores do livro fica expressa a assunção da singularidade inerente à relação do livro com o leitor e que torna tão difícil reconstituir, com alguma segurança, as modalidades de leitura no Antigo Regime. As fontes tradicionais são, como se sabe, os inventários, listas e catálogos que chegaram aos nossos dias, instrumentos elaborados em épocas distintas, com objetivos diferentes, de formas diversas e respeitantes a vários tipos de leitores. A riqueza informativa de um catálogo setecentista, com referências que em pouco se distinguem das que encontramos numa base de dados bibliográfica, não é comparável com a lista sumária de bibliotecas medievais ou com o inventário *post mortem* que pouco mais nos indica do que o título e a data de edição da obra. Ainda assim, estas fontes permitem uma visão abrangente dos livros de determinada biblioteca, apesar de ser sempre um registo temporalmente circunscrito por dizer respeito ao estado da biblioteca no momento em que o documento foi elaborado.

Outra fonte importante porque permite estabelecer uma relação mais expressiva entre o livro e o leitor é o encontro de livros cuja pertença está assinalada pela marca de posse que neles está inscrita. Acresce que, para além do nome do proprietário, se encontram muitas vezes outros elementos relevantes: comentários à obra, informações sobre onde, quando e como se adquiriu o livro, para além de sinais de antigos e/ou posteriores possuidores que o livro, nas suas “andanças” e passagens de mão, foi conhecendo. No entanto, para se estudar a biblioteca de uma determinada pessoa é necessário que o conjunto (ou uma maioria expressiva) dos seus livros se encontre em determinado sítio para que seja possível examiná-los. E aqui reside sempre o maior obstáculo, pois os livros à morte do seu proprietário seguiam, regra geral, caminhos que levavam à dispersão. Ocorrem, por vezes, situações de excepção, quando a biblioteca foi legada



Fig. 155. Rodrigo da Cunha, *Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa: vida, e accoens de seus Prelados, & varões eminentes em santidade, que nella floreceirão*. Vol. I – Contem duas partes: Primeira Da fundação de Lisboa, até ser ganhada aos Mouros por el Rey Dom Affonso Henriques: Segunda. Do tempo do mesmo Rey, até o Reynado del Rey D. João o I. em que foy levantada em metropolitana (Em Lisboa: por Manoel da Sylva), 1642, papel. Lisboa. © BNP.

a uma pessoa, individual ou coletiva, cujo amor pelos livros suscitava no proprietário a certeza de um futuro em segurança para o espólio que tinha constituído (CAMPOS, 2014).

Vêm estas palavras a propósito de algumas questões que, naturalmente, suscitámos no decorrer deste estudo. Que livros leram os bispos e arcebispos de Lisboa? Como encontrar esses livros? Perante um número tão extenso de prelados e num arco temporal tão amplo, escolhemos seguir um percurso diacrónico a partir do primeiro prelado da Lisboa portuguesa recorrendo às fontes disponíveis que citaremos no texto, considerando desde logo que os “silêncios” são muitos nesta matéria, sobretudo para o grupo de prelados da primeira dinastia, como facilmente se entende. Assim, pareceu-nos mais eficaz conduzir cronologicamente a narrativa em torno dos prelados que se apoiaram

na lição dos livros, apresentando, quando possível, não apenas as provas mas também os testemunhos escritos dessa “lição”.

Para os bispos cuja ação decorreu na primeira dinastia apoiámo-nos, de início, na *Historia ecclesiastica da igreja de Lisboa* (Lisboa, 1642) da autoria do arcebispo D. Rodrigo da Cunha, cujo primeiro e único volume termina com a morte do bispo D. Martinho Anes de Zamora em 1383. Foi, no entanto, essencial, a informação colhida nos artigos individuais desta obra que nos permitiu perceber os testemunhos da cultura escrita dos bispos e arcebispos de Lisboa. Foi de utilidade também para os prelados a *Biblioteca Lusitana* (MACHADO, 1965-1967), que nos permitiu uma visão minuciosa sobre as obras que escreveram ou que, de algum modo, suscitaram, impressas e manuscritas, bem como testemunhos dos livros e livrarias que possuíram. Do percurso diacrónico pretendemos fazer sobressair algumas linhas de força sobre assuntos mais versados

pelos bispos e arcebispos, aspectos da sua formação e, sempre que possível, testemunhos das suas leituras. Nesse particular, incluímos um caso de estudo, o arcebispo D. Rodrigo da Cunha em primeiro lugar porque se lhe deve, entre outras obras, a *Historia ecclesiastica da igreja de Lisboa: vida, e acçoens de seus prelados & varões eminentes em santidade que nella florecerão* que, como atrás indicámos nos serviu de fonte, obra que representa, na prática, um antepassado desta que agora se edita. Em segundo lugar, porque D. Rodrigo da Cunha não se distinguiu apenas na escrita, teve também uma acção mecénica interessante em torno das letras portuguesas e uma biblioteca que lhe deu o necessário sustentáculo para as obras de história eclesiástica que escreveu e, certamente também para os estudos de genealogia que, por gosto, prosseguiu. É, precisamente, com um contributo para a reconstituição do que foram as suas leituras que terminamos este estudo.

Bispos de Lisboa da primeira dinastia: os homens instruídos na lição das letras

Num percurso que se inicia com o bispo Gilberto de Hastings, estamos num campo de investigação que, até à segunda metade do século xv, será marcado pelo livro manuscrito e por um modelo de escrita e de leitura assente numa série de atividades crítico-exegéticas que, em muitos casos, configuram a existência de um espaço destinado à criação de novos textos e/ou à cópia dos existentes. Não é apenas a ideia de colecionar ou até de constituir um património escrito que está subjacente a este modelo. Acima de tudo, procura-se escrever e transcrever, guardar e transmitir. Reconhecemos as raízes antigas, onde desde logo sobressai a influência da biblioteca de Alexandria no que diz respeito à acumulação de saberes e dos seus testemunhos. O modelo articulou-se e adequou-se às exigências da vida espiritual cristã, tão assente nas práticas de leitura e escrita, e normalmente associamo-lo às grandes bibliotecas monásticas. A originalidade consiste em considerar todas as tarefas ligadas à produção dos livros como trabalho espiritual, em que o objectivo essencial é a transmissão da palavra de Deus, a qual, quando copiada é lida e, preferencialmente, memorizada e, quando transmitida através da leitura em comunidade, tem também a finalidade de ficar inscrita na memória de quem a ouve (NASCIMENTO, 1999).

O livro e os seus leitores na Idade Média não se esgotam, porém, no ambiente monástico. A formação do clero está ligada, desde muito cedo, às escolas diocesanas e, a partir do século xiii, consubstancia-se também nas universidades. Deste modo, a abordagem possível dos livros que existiriam na sé de Lisboa e daqueles que os seus prelados teriam como próprios, conquanto envolta

em mais conjecturas que certezas, passa em primeiro lugar, pela assunção de uma realidade que não podemos ignorar: para o ensino ministrado na escola catedralícia de Lisboa, era fundamental a existência de livros. Tomando como ponto de comparação o ensino afeto às catedrais em outros países, nomeadamente nos reinos de Castela e Leão, sabe-se que nas respetivas dioceses e mesmo antes do século XII, existia atividade docente, devidamente organizada curricularmente, e um cânone de leituras que vai mantendo alguma estabilidade mas incorporando novos textos de forma a acompanhar os movimentos religiosos e a doutrina da Igreja. Nesse cânone, sobressai a produção peninsular (por exemplo as *Ety-mologiae* de Santo Isidoro de Sevilha e, naturalmente, o estudo das Sagradas Escrituras, os livros de Liturgia, a Gramática, o Latim, as sumas teológicas, sobretudo a partir do século XIII, e o Direito) (GUIJARRO GONZÁLEZ, 2000).

Ler, escrever, cantar, conhecer os sacramentos, as orações, as devoções, praticar uma vida virtuosa e saber pregar, constituíam a base da preparação do clero. A formação do clero secular, a necessidade de habilitações e competências para o exercício dos seus misteres é, aliás, uma constante ao longo da história religiosa em Portugal e as distintas constituições sinodais da diocese de Lisboa dão conta dessas preocupações. Não será pois de estranhar que os prelados constituíssem, pela sua formação, se não uma livraria, pelo menos um conjunto de livros de seu uso. Neste período em que escasseiam as fontes disponíveis para uma avaliação das leituras dos bispos de Lisboa e da sua formação, parece ser D. Estêvão Gomes o único que mereceu reparo por ser “clérigo falho nas letras”, ainda que tivesse sido mestre-escola em Salamanca (*LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1892-1898: n.º 3113).

De D. Gilberto de Hastings, sabe-se que seria “homem realmente bem instruído nas sagradas letras” (*INDICULUM*, 2007: 189) e de seu irmão Roberto que teria legado um breviário à catedral de Lisboa, onde era cónego (*CABIDO DA SÉ*, 1954: 313). O bispo D. Mateus configura um exemplo interessante de escolha para as funções, pois era o mestre-escola da Sé, cargo de grande prestígio atendendo à relevância que, como antes se referiu, se atribuía à formação do clero. Sobre a sua relação com os livros, refere D. Rodrigo da Cunha que “mandou restituir ao cabido hum livro de historia, por ventura que fosse algum que contivesse os livros historiaes da escritura...” (CUNHA, 1642: 182). São, porém, os testamentos dos bispos que mais nos elucidam sobre os seus livros e livrarias. Começemos por D. Airas Vasques, sobrinho do arcebispo de Compostela, “em cujo cabido fora arcediogo”, que faz legado dos seus livros de Direito ao sobrinho Fernando Mendes, demonstrando-se, assim, a sua “preparação em Leis” (*TESTAMENTA*, 2010: 515-517, n.º 6.1). O seu legado de uma *Bíblia* ao convento dominicano de Lisboa foi mais atribulado. Tendo o assunto chegado à Cúria romana,

foi o papa Clemente IV quem ordenou ao seu sucessor D. Mateus, em 1266, a respetiva devolução aos Pregadores de Lisboa (TT, *São Domingos de Lisboa*, lv. 15, f. 308; NORTE, 2013b: II, 209).

Atesta-se igualmente a posse de livros pelo bispo D. Estêvão Anes de Vasconcelos, embora a referência surja no decurso da sua presença na Universidade de Bolonha, quando vende a um *Bascerio de Pistoria*, em 1266, um *Digesto novo sine apparatu* pelo preço de 33 libras bolonhesas (*CHARTULARIUM STUDII*, 1921: 207, n.º 441). A ligação entre a posse de livros e a frequência universitária espelha-se, de igual modo, em Portugal, a partir dos finais do século XIII, com a criação do Estudo Geral por D. Dinis, que coincide com o período em que D. Domingos Anes Jardo foi bispo de Lisboa. Ainda que não se conheçam bem os contornos da sua formação, certo é que, mais uma vez, pelo seu testamento se verifica a posse de livros: “Deixamos os nossos livros de direito canónico & civil & e as sumulas todas, a nossos parentes Martim Matheos, & Afonso Martins, & qualquer deles, que for vivo depois de nosso falecimento, aja o dito legado todo, por vida somente, & por morte, o deixe por nossa alma” (CUNHA, 1642: 207-207v). Acautelou, no entanto, que deviam “estes livros retornar ao hospital [de São Paulo, em Lisboa, de que D. Domingos era fundador] após a sua morte” (CUNHA, 1642: 206v-208), certamente com os livros de Teologia que o prelado possuía (NORTE, 2013b: II, 53). A frequência de estudos superiores na Universidade de Paris, “escola ordinária dos nossos portugueses” (CUNHA, 1642: 218v), pelo bispo D. João Martins de Soalhães não parece, no entanto, ter sido concluída, ainda que, segundo D. Rodrigo da Cunha, “das letras soube com emminencia o direito canónico, & civil...” (CUNHA, 1642: 218v). No seu testamento, consta um número expressivo de obras sobre Direito Canónico e Civil, bem como livros de Medicina que deveriam ser vendidos em Montpellier, o que atesta desde logo o seu conhecimento do meio universitário *in terra aliena* e uma anterior frequência em algum Estudo Geral peninsular ou transpirenaico no *Midi* francês ou mesmo em Bolonha (*TESTAMENTA*, 2010: 342-348, n.º 2.35; NORTE, 2013b: II, 162; NORTE, 2015: 495-496).

O bispo D. Vasco Martins formou-se no Estudo Geral de Lisboa e é o primeiro de quem se conhece a posse de uma importante livraria, versando diversos temas, que legou *inter vivos*, em 1331, à Sé e cabido do Porto. Predominava o Direito (são diversas as coleções de *Decretais*, por exemplo), mas os códices de matéria teológica, litúrgica e homilética também estavam presentes (*CENSUAL*, 1924: 463-491). Com mais de 70 volumes, foi certamente uma das maiores livrarias privadas do seu tempo em Portugal e, tendo em conta o custo elevado da produção dos livros, também uma das mais valiosas. Fruto da execução do anterior ato de doação, como de múltiplos outros legados, foi desmembrada à

sua morte. Para além de um significativo número de manuscritos entregues à Sé do Porto (aos quais acresciam seis outros códices após a sua morte) e de um conjunto de livros vendidos em Santarém, D. Vasco Martins deixou também um breviário do uso de Braga à igreja de Bouças, uma *Bíblia* à Sé de Sevilha, enquanto eram dadas obras às igrejas de São Pedro de Torres Novas e de Torres Vedras e à de Santiago de Beja para, com a respetiva venda efetuada em Santarém, se poder comprar alfaia litúrgica (PEREIRA, 1964-1966: 20-21, 48-50; WILLIMAN E POMMEROL, 1980: 159-170; COELHO E SARAIVA, 2005: 123-124).

Os seus sucessores Teobaldo de Castillon e D. Lourenço Martins de Barbudo mencionam nos testamentos a posse de livros, o primeiro somando cerca de 132 obras, que à sua morte foram dispersas, versando temas como a Liturgia, o Direito e a Medicina (RENOUARD, 1968: 1039; WILLIMAN E POMMEROL, 1980: 219-221; JULLIEN DE POMMEROL-MONFRIN, 2001: 20, 315-325; *THE SPOILS*, 2014: 109-110, 131-133, 169-171, 253, 261-262) e o segundo apresentando uma livraria de 47 volumes de Direito Civil e Canónico e Liturgia (SARAIVA, 2005: 423). Foi famosa a livraria do bispo Fernando Álvarez de Albornoz, doutor em Direito Canónico pela Universidade de Bolonha, de onde sobressai um exemplar do *Decretum Gratiani*, ricamente iluminado, que se conserva atualmente na Biblioteca capitular de Toledo (VALDALISO CASANOVA E FURTADO, 2013: 80; YARZA LUACES, 2006: 32).

Da livraria do bispo D. Martinho Anes de Zamora conhece-se um grupo de manuscritos que veio a integrar a biblioteca de Eugénio IV, hoje no fundo *Vaticani Latini* da Biblioteca Apostólica Vaticana. Praticamente todos originários da França meridional, alguns deles possuem os *ex-libris* dos donos anteriores a D. Martinho (*Vat. Lat.* 713 [anteriormente possuído pelo convento dominicano de Tarascon em Bouches-du-Rhône, França], 914, 963, 1016, 1176, 1318, 2085, 2679, 4032 e 4233 [os n.º 963 e 4032 haviam sido de Pedro de La Jugie, arcebispo de Narbonne (1347-1375)]). Assinale-se ainda a sua posse do *Borghese* 346, anteriormente possuído pelo papa Clemente VI (PETZER, 1931: 34-36, 315-316, 419-422, 515-516; LAURENT, 1958: 58-59; KUTTNER E ELZE, 1987; II, 263-264, 271; LEONARDI, 1987: 110-117; FOHLEN, 2008: 232, 237, 240-241, 246-247, 257-258, 295-296, 346-348, 370-371, 385-386).

Arcebispos de Lisboa: a cultura escrita dos primórdios da imprensa e a pastoral tridentina

Já no século xv e em pleno reinado de D. João I, o arcebispo D. João Afonso de Azambuja refere no seu testamento que possuía livros, neles avultando os textos de Direito Canónico mas também outras obras que permitem confirmar o seu

interesse por matérias religiosas do seu tempo, nomeadamente em torno da reforma da Igreja (COSTA, 1989: 89).

Mas foi com D. Jorge da Costa que se tornou mais evidente a relação multifacetada dos prelados lisiponenses com o registo escrito, decorrente, em grande medida, de uma longa permanência em Roma ao serviço da Cúria. Da sua atividade cardinalícia, resta uma nota autógrafa relativa aos trabalhos da comissão nomeada em 1496 por Alexandre VI para estudar a reforma da Igreja (BAV, *Vat. Lat.* 3883, f. 169; CÉLIER, 1907: 103-104). Como legado apostólico, permanece uma carta que recebeu do papa Inocêncio VIII em 1484, a qual acompanhava o envio de um tratado sobre o cerimonial a observar pelos legados apostólicos (BAV, *Vat. Lat.* 12285, f. 81-82v).

D. Jorge deixaria igualmente a sua marca em Roma, cidade onde permaneceu as três últimas décadas da sua vida. Para além de tomar a seu cargo a organização do futuro Hospital de Santo António dos Portugueses em Roma (ROSA, 1993b: 329-330), mandou restaurar, pouco antes de morrer, um antigo arco romano, doravante chamado “arco di Portogallo”, na atual Via del Corso e próximo do paço onde habitava, o qual viria a ser destruído em 1662 (RICHARDSON, 2009: 260-261; OLIVA, 2008: 719; BONACCORSO, 2014). A sua capela, erigida na igreja de Santa Maria *del Popolo*, foi recheada de diversas encomendas atribuídas ao pintor Pintoricchio, ao escultor e arquiteto Andrea Bregno e a Antoniazio Romano, responsável pela conhecida *Pala di Montelfalco* que aí se conservava originalmente (FLOCCIA, 1985; CHAMBERS, 1998; SIMONE, 2011).

Bem inserido na Cúria e nos meandros culturais romanos, não é surpreendente que alguns autores lhe tenham dedicado os seus livros ou publicações, à semelhança de Afonso de Soto, professor de Direito em Roma, que lhe dedicou um tratado sobre os legados apostólicos, ou de *Oliverius Servius*, aquando da publicação do *De Regimine principum* de Gil de Roma, impressos em 1482 por Stephan Planck em Roma e em 1498 por Simon Bevilaqua em Veneza. Certamente interessado pelos assuntos financeiros, Nicolau *Barianus* endereçou a D. Jorge a primeira dedicatória do seu *De monte impietatis*, impresso em Cremona no ano de 1494 por *Carolus de Darleriis*, enquanto, em data incerta, também o bispo de Torcello Stefano Taleazzi o honrou com a dedicatória ao seu *Comentário ao Cântico dos Cânticos* [BAV, *Vat. Lat.* 1049] (FELICIANGELI, 1917: 7, 15; OLIVA, 2008: 709, 711).

Cultor de relações com diversos humanistas e conhecedor do meio editorial romano (OLIVA, 2008: 709-710, 713-714), o prelado acumulou uma importante biblioteca, que deixou à igreja de Santa Maria *del Popolo*, onde foi exumado (OLIVA, 2008: 718). Contudo, como muitas vezes acontecia, esta acabou por se

dispersar com o tempo (ESPOSITO, 1986; ROMANI, 1983). Pelo menos um dos seus códices, o *De Evangelica praeperatione* de Eusébio de Cesareia na tradução de Jorge de Trebizonda, fez caminho até Inglaterra, como atesta a miniatura colorida com as suas armas aposta num dos seus primeiros fólios (British Library, *Harley* 3308, f. 5; WRIGHT, 1976: 472; MARE, 2000: 174-176). Contudo, é possível que alguns dos seus livros tenham acabado por chegar a Portugal, enriquecendo então a biblioteca arquiépiscopal de Braga, por entre os livros que o seu irmão homónimo deixou à Sé, muitos destes obtidos no tempo em que permaneceu na península itálica (MARQUES, 1988c: 18; MARQUES, 1996b: 77-78; MARQUES, 2002: 326; MATOS, 1995; MATOS, 2014; OLIVA, 2006; OLIVA, 2008; OLIVA, 2012).

D. Jaime de Portugal e os cardeais infantes D. Afonso e D. Henrique de Portugal configuram, ainda que em diferentes épocas e com diferentes matizes, a ligação entre o arcebispado de Lisboa e a família real. D. Jaime, filho do infante D. Pedro e neto de D. João I, cresceu num meio afeto aos livros, à leitura e à escrita de textos e, na sua estadia em Itália, ficou conhecido pelo “apego ao estudo”, tendo parte da sua biblioteca sido vendida aos Medici e a altos dignitários da Igreja (HARTT *et al.*, 1964: 42; MARE, 2000: 173).

Por sua vez, o cardeal D. Afonso, filho de D. João III, teve, tal como o seu irmão D. Henrique, uma sólida formação, para a qual muito contribuíram os mestres que tiveram, os livros que com grande probabilidade leram, a convivência e correspondência com eruditos. São já homens do livro impresso (sendo certo que o livro manuscrito ainda perdurou por muito tempo), tal como o arcebispo D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, de família pertencente à alta nobreza, cuja prelazia ocorre entre as dos dois irmãos. A possibilidade de, através dos prelos, potenciar todo um movimento crescente de produção e reprodução de textos escritos, está patente na apropriação que deles fez a Igreja e na dinâmica com que antigos e novos autores foram amplamente divulgados. Nesse domínio, a ação dos prelados de Lisboa é paradigmática, ora suscitando a divulgação de textos pastorais, ora protegendo e encomendando edições de obras que lhes foram dedicadas, ora, ainda, contribuindo, enquanto autores, para a produção de novos textos. É perceptível, nestas ações e no conhecimento que podemos ter dos livros que trazem os seus nomes associados, uma orientação de interesses que já não tem como principal foco de atenção o estudo do Direito que, como atrás vimos, foi primordial nas livrarias dos bispos e arcebispos até ao século xvi.

De D. Afonso de Portugal, não são tanto os livros da sua livraria mas a fama de erudição e de uma instrução orientada para o humanismo que deixou

testemunhos vários. Na sua ação pastoral, promulgou e mandou publicar as *Constituições do arcebispado de Lisboa* (Lisboa, 22 de março de 1537), edição cuidada, em fôlio, com portada onde sobressaem as suas armas. Quanto a D. Fernando de Meneses, com um percurso expressivo pelas dioceses portuguesas, tem o seu nome ligado a várias obras, algumas das quais foram por ele encomendadas (FERREIRA, 2012: 66-67; PAIVA, 2007a: 704). Destacamos o *Summario e que brevemente se contem algũas cousas assi eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa* (1555), que o arcebispo encomendou ao seu guarda-roupa Cristóvão Rodrigues de Oliveira (séc. XVI). Segundo a *Biblioteca Lusitana*, terá deixado manuscrito um *Nobiliario das familias de Portugal* (MACHADO, 1965-1967: II, 64). Mais adiante, veremos que também D. Jorge de Almeida e D. Rodrigo da Cunha, com proveniência social idêntica à de D. Fernando, compuseram obra similar.

O cardeal infante D. Henrique, na sua passagem pelo arcebispado de Lisboa, promulga e manda publicar as *Constituições extravagantes do Arcebispado de Lisboa* (Lisboa, 1565), na sequência do sínodo que ocorreu no mesmo ano onde os decretos tridentinos foram plenamente adotados, sendo explícito no Prólogo que estas *Constituições* se destinavam a substituir as antigas. Foram ainda editadas as *Extravagantes Segundas...*, em 1569, por ordem do arcebispo D. Jorge de Almeida e em 1588, já por mandado do arcebispo D. Miguel de Castro, procedeu-se a nova edição. No vasto conjunto de obras que suscitou e escreveu (DIAS, 2012), destacamos as que nos legou, do seu próprio punho, editadas em Lisboa: em “linguagem”, as *Meditações e homilias sobre alguns mysterios da vida de nosso Redemptor e sobre alguns lugares do Sancto Evangelho* (1574 e 1577), também em latim com o título *Meditationes et homiliae in aliqua mysteria Salvatoris e in nonnulla Evangelij loca* (1576), obra esta que foi editada igualmente em Lovaina no ano de 1575.

Arcebispos de Lisboa (1570-1643): pastoral e cultura escrita

A D. Jorge de Almeida, que sucedeu no cargo ao cardeal infante D. Henrique e foi, como ele, Inquisidor Geral, ficou a dever-se o *Index librorum prohibitorum, cum regulis confectis per patres a Tridentina Synodo delectos, auctoritate Sanctissimi Domini Nostri Pij IIII...* (Olisippone, 1581). Barbosa Machado atribui-lhe um *Nobiliario das familias de Portugal*, que terá ficado manuscrito (MACHADO, 1965-1967: II, 792). D. Miguel de Castro ordenou a publicação das *Constituições do arcebispado de Lisboa* (Lisboa, 1588), na sequência das reformas empreendidas pelos cardeais infantes D. Afonso e D. Henrique, bem como do *Cerimonial dos sacramentos da Sancta Madre Igreja de Roma conforme ao catecismo romano* (Lisboa, 1589). Deve-se-lhe ainda a edição do *Sacrum Provinciale Concilium*



Fig. 156. Fr. Simão da Luz (séc. XVII), *Sermão que pregou o Padre Mestre Fr. Simão da Luz da Ordem dos Pregadores, Regente da Universidade do Convento de S. Domingos desta Cidade de Lisboa no Officio, que fez o ditto Convento de S. Domingos na Sé da mesma Cidade, ao... Senhor Arcebispo Dom Miguel de Castro, que Deos têm em o qual se relatao suas virtuosas obras, & grãdes esmolas* (Lisboa: por Geraldo da Vinha, 1626), 1626, papel. Lisboa, BNP, R. 33632 P. ©BNP

Olyssiponensis secundum anno a Christo nato 1574 celebratum (Lisboa, 1589), obra que incorpora as Constituições e que D. Miguel, no Prólogo, considera ser da maior importância para todas “as pessoas que tem obrigação de as ter...” (f. 2). Estas obras pastorais distinguem-se pelas armas do arcebispo na página de rosto, sendo interessante notar que, nesta última, o pé de imprensa refere que a obra “achar se ha em casa de João Lopez, livreiro do Señor Arcebispo”.

D. Afonso Furtado de Mendonça, que foi reitor da Universidade de Coimbra, organizou as *Constituições synodais do bispado da Guarda* (Lisboa, 1621), cuja edição foi mandada fazer pelo seu sucessor D. Francisco de Castro. D. João Manuel de Ataíde pouco tempo ocupou o cargo mas fora, anteriormente, bispo de Viseu e de Coimbra. Nessa qualidade, ordenou e mandou publicar as *Constituições synodais do bispado de Viseu* (Coimbra,

1617), consideradas como modelo a vários estatutos sinodais na Época Moderna. Quanto a D. Rodrigo da Cunha, ao assumir o lugar de arcebispo de Lisboa tinha, à semelhança de outros seus antecessores, um percurso rico, como prelado, começado em Portalegre, seguindo para o Porto, Braga e por fim a capital. No desempenho das suas funções, deixou as *Constituiçoe[n]s synodales do Arcebispado de Lisboa. novamente feitas no synodo diocesano que celebrou na sé metropolitana de lisboa... D. Rodrigo da Cunha em os 30. dias de Mayo do anno de 1640. concordadas com o Sagrado Concilio tridentino, & com o dereito canonico, & com as constituições antigas, & extravagantes primeiras, & segundas deste arcebispado...*, impressas em Lisboa “por mandado dos muito reverendos senhores deaõ, & cabido da sancta sé de lisboa, sedevacante”, em 1656.

Note-se, aliás, que este grupo de arcebispos de Lisboa faz parte do “conjunto mais enérgico na implantação das medidas reformadoras de Trento” (PAIVA,

2000b: 234). Por outro lado, no período da dinastia filipina, foi frequente a acumulação das prelaturas com a ocupação de lugares importantes na administração estatal e da justiça, pois o perfil do bispo tridentino convoca a cultura e a titularidade de grau universitário, para além da pertença a famílias da nobreza, num percurso de escolha que José Pedro Paiva classifica de “aristocratização das prelaturas” (PAIVA, 2000b: 230).

Não é de estranhar, portanto, que na época tenham sido publicadas obras que lhes foram dedicadas e das quais enumeramos algumas. Assim, a D. Miguel de Castro, o teólogo Manuel de Góis de Vasconcelos dedica o seu livro *Caminho espiritual das almas christãs pera a salvação...* (Lisboa, 1613), edição que ostenta na folha de rosto o escudo das armas do arcebispo. Frei Baltasar Pais, OSST dedicou-lhe os *Commentarii ad canticum Moysis Exod. XV...*

(Ulyssipone, 1618) e o primeiro tomo dos *Sermoens da Quaresma...* (Lisboa, 1624). Frei Filipe da Luz, OESA, dedica também a D. Miguel de Castro a primeira parte dos seus *Sermões* (Lisboa, 1617). Nas exéquias deste prelado pregou o dominicano frei Simão da Luz “regente da Universidade do convento de S. Domingos desta cidade de Lisboa”, conforme se lê na folha de rosto da edição do *Sermão* (Lisboa, 1626). Com relação aos livros que lhe pertenceram, encontrámos na Biblioteca Nacional de Portugal um exemplar do *Repertorium de pravitate haereticorum*, impresso em Valência por Lambert Palmart, 1494, com marca de posse autógrafa do arcebispo: “Dó Migel de Castro”. Barbosa Machado (MACHADO, 1965-1967: III, 472) refere que terá deixado em manuscrito uma obra intitulada *De viris illustribus*.

O trinitário frei Baltasar Pais, que referimos acima, dedicou a D. Afonso Furtado de Mendonça o tomo segundo dos *Commentarioru[m] in canticum*



Fig. 157. Los libros de la Madre Teresa de Iesús, Fundadora de la reformation de los Descalços, y Descalças de Nuestra Señora del Carmen: De nuevo corregidos con su original, y añadido Tablas muy copiosas en esta ultima impression: ao... senhor D. Afonso Furtado de Mendonça Arcebispo de Lisboa, Gouvernador de Portugal, &c. (Lisboa: por Antonio Alvarez, 1628), 1628, papel. Lisboa, BNP ©BNP

magnum... (Ulissipone, 1628). Foram-lhe ainda dedicadas uma edição de *Los libros de la Madre Teresa de Jesus...* (Lisboa, 1628), na sua dupla qualidade de arcebispo de Lisboa e governador de Portugal e, de Gregório de São Martim, poeta, o livro de rimas *Todo lo bueno aplaze* (Lisboa, 1628), que tinha na folha de rosto as armas do arcebispo.

D. Rodrigo da Cunha, mecenas e autor

Esboçado desta forma o contexto sociocultural em que se moveram os prelados de Lisboa até à Restauração, vamos ver, com mais pormenor as linhas de ação de D. Rodrigo da Cunha que o qualificam no âmbito da história da cultura escrita, aqui assumida de acordo com a definição de Antonio Castillo Gómez: “la historia de la cultura escrita [es] como una forma específica de historia cultural cuyo objetivo debe estar en la interpretación de las prácticas sociales del escribir y del leer” (2003a: 93). Distinguiremos, então, quatro práticas: a primeira que compreende as obras que lhe foram dedicadas, a segunda, aquelas em que exerceu o seu mecenato, a terceira as que escreveu e a quarta as obras que leu e possuiu na sua biblioteca.

Enquanto arcebispo de Lisboa, foram-lhe dedicadas algumas obras no domínio da sermonária. Do padre Manuel de Escobar, SJ, um *Sermão...* (Coimbra, 1638) e, já depois da Restauração, dois sermões pregados na sé em que a dedicatória parece sobrepor-se ao título, na forma de apresentação textual do rosto. São eles, de frei João da Conceição, OFM, *Ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dom Rodrigo da Cunha arcebispo de Lisboa, do Conselho do Estado de Sua Magestade oferece este sermam...* *Frei João da Conceição...* (Lisboa, 1641), com o escudo das armas do arcebispo em grande evidência. No mesmo ano, frei João de São Bernardino, OFM, dedica-lhe o emblemático sermão pregado “no segundo domingo do advento, nono dia de Dezembro & da aclamação del rey Dom João o quarto” (SÃO BERNARDINO, 1641).

Noutro âmbito, foi dedicada a D. Rodrigo da Cunha a obra *Exposiçam sobre a rubrica do Breviario Romano VI. De vigilis...*, escrita pelo padre Valério de Sousa de Azevedo (Lisboa, 1639) e o primeiro volume do *Promptuario espiritual sobre os Evangelhos das festas dos santos que a Igreja Catholica celebra pollo discurso do anno...* (Lisboa, 1636), obra de frei Inácio Coutinho, OP. Da leitura da dedicatória retemos que o autor quer celebrar assim “o reconhecimento de merces recebidas & parte de desempenho que muito a V. Illustrissima devo” louvando em D. Rodrigo da Cunha, como primeira virtude, “o esplendor das letras, como mostram bem as doctissimas obras que há composto” (f. [3]). Conhece-se também uma obra que lhe foi dedicada mas nunca editada. Trata-se dos *Dialogos de*

varia doctrina ilustrados com emblemas, dirigidos ao Excellentissimo Senhor Dom Rodrigo d'Acunha Bispo do Porto et cet., da autoria de Vasco Mouzinho de Quevedo e Castelo Branco. O autor e a obra vêm referidos na *Biblioteca Lusitana* (MACHADO, 1965-1967: III, 777) e o manuscrito, numa cópia limpa e preparada para impressão, existe na BNP (COD. 13167) com proveniência da Casa de Cadaval.

O papel de D. Rodrigo da Cunha enquanto promotor de edições reveste-se de particular interesse, porquanto configura uma intenção de disseminar textos fundamentais da História e da Literatura de Portugal. Do período anterior à Restauração é a produção literária de Luís de Camões que mais lhe interessa: primeiro *Os Lusíadas* (Lisboa, 1609) quando era deputado do Santo Ofício, seguida de outra edição em 1612, igualmente de Lisboa. Depois, a *Comedia dos enfatriões*, que contém também a *Comedia de Filodemo* (Lisboa, 1615) e as *Rimas...* (Lisboa, 1616), quando já era bispo de Portalegre.

Estas edições partilham uma dedicatória do mercador de livros Domingos Fernandes, à custa de quem foram impressas, onde se expressam encômios, evidentemente, mas também agradecimentos pelo apoio de D. Rodrigo na impressão das obras e pelo interesse que punha nesta “empresa”, pois é, na verdade, um todo coerente em favor da divulgação da obra literária de Camões. O escudo de armas compõe o rosto, ajustando-se às circunstâncias da sua carreira. Já perto do fim da vida, mandou imprimir uma grande “obra de regime” que retomava a glória dos antigos reis portugueses, dedicando-a a D. João IV, com a particularidade de incluir textos já editados avulso e que consagravam a legitimidade do monarca. Trata-se das *Cronicas del rey Dô Ioam de gloriosa memoria o I deste nome e dos reys de Portugal o X e as dos reys D. Duarte e D. Affonso o V: ao muito alto e muito poderoso rey Dom Joam o IV Nosso Senhor tiradas a luz por ordem do... Senhor Dom Rodrigo da Cunha...arcebispo de Lisboa...*, da autoria de Duarte Nunes de Leão. A edição contém, com rosto próprio, os *Autos de levantamento e juramentos del rey N.S. D. Joam o IV e do Serenissimo principe D. Theodosio N.S. e proposição das cortes* (Lisboa, 1643).

O ano de 1643, que é o da morte de D. Rodrigo, suscita a edição em Lisboa de dois sermões de exéquias, um de frei António da Natividade, OESA, por iniciativa da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, na sé de Lisboa e outro de frei Nuno Viegas, O. Carm., em cerimónia organizada pela sua Ordem, também na sé de Lisboa.

Passamos agora ao elenco dos livros que escreveu. “A profunda sciencia da sagrada Theologia, Jurisprudencia Canonica, como da Historia Ecclesiastica e Secular do nosso Reino, e da mais principal parte della a Genealogia deixou

eternamente estampada nas laboriosas produções da sua penna...” (MACHADO, 1965-1967: III, 643). Na sua qualidade de doutor em Direito Canónico e deputado da Inquisição, publicou *Pro Santissimi D. N. Papae Pauli V. Statuto nuper emisso in confessarios faeminas solicitantes in confessiones motae solutae quaestiones aliquot* (Benavente, 1611) mais conhecido pelo título corrente *De confessariis solicitantibus mulieres in confessione*. De acordo com Barbosa Machado, foi reeditado com adições de frei Serafim de Freitas em 1620 e 1632.

Do período em que foi bispo do Porto, compôs as *Advertencias ao jubileu do anno de mil e seiscentos & vinte* (Coimbra, 1620), destinadas aos párocos e confessores do bispado. Já tinha feito idêntica obra, sendo bispo de Portalegre para um jubileu do ano de 1619, publicando-o em Madrid, como refere Barbosa Machado, mas não localizámos a edição. Saíram aumentadas as *Advertencias*, em razão de um novo jubileu (Porto, 1622), que teve traduções em francês e em latim. Para além destas obras de carácter pastoral, publicou o *Catalogo e Historia dos bispos do Porto* (Porto, 1623), que teve segunda impressão com adições de António Cerqueira Pinto, já em 1742. O impressor João Rodrigues, que se encontra ligado a estas obras, intitulava-se, aliás, “impressor de Sua Senhoria” e terá publicado, em 1627, um *Index* da livraria de D. Rodrigo de que não conseguimos localizar nenhum exemplar.

Em Braga, publica a coletânea *Commentarii in primam partem Decreti Gratiani* (Brachara Augustae, 1629). Chegou a escrever a segunda parte, que não logrou editar. Publicou em 1632 o *Tractatus de primatu Bracharensis Ecclesiae in Universa Hispaniae*, na mesma oficina tipográfica e, dois anos depois, é editado o *Breviarium Bracharense*, reformado, em Braga, onde foram também impressos os primeiro e segundo volumes da *Historia ecclesiastica dos arcebispos de Braga e dos santos e varões ilustres que florescerão neste arcebispado*, em 1634 e 1635. Nesta obra de história eclesiástica a que não falta a componente hagiográfica e exemplar, D. Rodrigo identifica-se, no rosto, como *arcebispo & senhor de Braga, primaz das Hespanhas*, pois tinha já publicado o tratado em que defendia o primado de Braga no universo hispânico e, ao contrário do que sucedera nas suas primeiras obras em que procura dedicá-las a membros da nobreza, oferece esta *Historia ecclesiastica*, à *Serenissima Virgem Santa Maria de Braga*. A figura do arcebispo de Braga D. Frei Bartolomeu dos Mártires suscitou-lhe um estudo biográfico porquanto, a partir de 1656, são várias as edições do *Cathecismo ou doutrina christã e praticas spirituaes* onde se lê, no rosto, que incluíam a *Vida & morte de seu author que escreveo o Senhor Arcebispo Dom Rodrigo da Cunha*.

No percurso de historiador que se inicia com a história dos bispos do Porto e se consolida e amplia com a dos arcebispos de Braga, não é, pois, de estranhar

que, enquanto arcebispo de Lisboa, tenha empreendido obra com idênticas características. Antes, porém, de apresentarmos a *Historia ecclesiastica da igreja de Lisboa...* (Lisboa, 1642), recordamos as palavras de Barbosa Machado atrás transcritas onde refere o gosto de D. Rodrigo pelos estudos de Genealogia. Não foram dados à estampa mas, entre as obras manuscritas, a *Biblioteca Lusitana* (MACHADO, 1965-1967: III, 644) menciona um *Nobiliario das famílias deste Reino*, de que Barbosa Machado conhecia a existência de algumas cópias. Na BNP existem duas cópias distintas (não têm sempre as mesmas famílias), em volumes com folhas manuscritas provenientes de diferentes mãos e de diferentes épocas, encadernadas juntas, por vezes com entrelinhamentos que acrescentam informações e atualizações que vêm até ao século XVIII, qualquer delas assumindo que a autoria é de D. Rodrigo da Cunha. Uma intitula-se *Nobiliario de famílias ilustres de Portugal composto por D. Rodrigo da Cunha com notas de Francisco de Meneses cônego em Évora* (BNP COD. 986). A outra cópia não tem folha de rosto e foi-lhe atribuído o título de *Genealogias Portuguesas* (BNP COD. 1334). No interior da capa, está uma inscrição manuscrita que refere: “Este Nobiliario he escripto pelo Arcebispo D. Rodrigo da Cunha”. Barbosa Machado menciona, ainda, um *Livro de Armaria* que se conservava na biblioteca do sobrinho, D. António Álvares da Cunha, provável herdeiro dos livros e manuscritos do arcebispo.

Retomamos, então, a *Historia ecclesiastica da igreja de Lisboa*, de que só foi editada a primeira parte e já póstuma. É verdade que no pé de imprensa está indicada a data de 1642, porém, as licenças são de 1643 e a dedicatória ao duque de Aveiro, então criança, tem a mesma data e está assinada por Manuel de Escobar, padre jesuíta que lhe dedicara, como vimos, um sermão editado em 1638. Estamos na presença de uma obra de apreciável dimensão e abrangência cronológica, neste volume compreendendo desde os primeiros bispos até ao reinado de D. João I, que a segunda parte, ainda em preparação, teria completado. Diz-nos Barbosa Machado, a esse propósito: “Addicionou esta obra seu sobrinho D. Antonio Alvares da Cunha Senhor de Taboa, trinchante mór dos Reis D. Affonso VI, e D. Pedro II. Deputado da Junta dos Tres Estados, Guarda Mór da Torre do Tombo [...] e a mostrou já acabada pela sua mão ao Padre D. Manoel Caetano de Sousa [...] e a deu ao Eminentissimo Cardial de Sousa, em cuja Livraria se conserva com outros preciosos M.S.” (MACHADO, 1965-1967: III, 644). Reforça-se, portanto, a ideia que o legado dos livros da biblioteca de D. Rodrigo da Cunha possa ter sido feito a seu sobrinho (ainda mais guarda-mor da Torre do Tombo e herdeiro da casa nobre). De qualquer modo, o manuscrito da segunda parte foi por ele completado e oferecido ao cardeal D. Luís de Sousa.

Este, por sua vez, convém lembrar que foi senhor de uma grande e escolhida biblioteca, ainda mais enriquecida com os livros de Jorge Cardoso, autor do *Agiologio Lusitano* (FERNANDES, 1997: 108 e 2001-2002: 123-176).

Livros da biblioteca de D. Rodrigo da Cunha

Como dissemos no início, a reconstituição que aqui pretendemos fazer da biblioteca de uso de D. Rodrigo da Cunha tem como base as referências às leituras que fez para escrever a *Historia* da Igreja de Lisboa, sendo que muitas, como o próprio autor afirma, já as tinha utilizado nas obras anteriormente escritas sobre as dioceses do Porto e de Braga. D. Rodrigo não hesita em afirmar que foi o primeiro a intentar a escrita da história eclesiástica das dioceses por onde passou, começando pelo Porto e, se a história dos bispos até ao reinado de D. Afonso Henriques foi, como diz, difícil de estabelecer “pola grande esterilidade que padecemos de noticias & memorias do mui antigo” (CUNHA, 1642: 1v), tal não significa que não procure sempre evitar as “fabulas” de forma a alcançar a verdade histórica. Quanto às razões que presidiram a este ciclo de história eclesiástica de Portugal, são sobretudo motivadas pela falta de tais estudos no país e pelo interesse que podiam suscitar, no presente como no futuro “poes he só o fim que pretendemos” (CUNHA, 1642: 2).

Como já dissemos, D. Rodrigo não escreveu apenas a história cronológica dos bispos e arcebispos, mas também a das ordens religiosas que se foram instalando no território da diocese, e das suas principais instituições. O contexto hagiográfico é, também, muito expressivo, com abundantes narrativas de vidas de santos (por exemplo, os mártires de Lisboa, São Vicente, Santo António e Santa Iria), bem como de biografias devotas, com destaque para os prelados. Os factos são narrados com recurso a bibliografia que vai referindo à margem, mas trabalhados e refutados quando os considera errados ou fantasiosos, especialmente, em questões genealógicas, atribuição de privilégios e padroados, confusões resultantes de homonímia e cronológicas. A obra contém, no final, dois índices, um dos capítulos e outro “das cousas mais notáveis”, que ajudam o leitor, especialmente o segundo índice pela apresentação das matérias em contexto.

Passando agora às fontes arquivísticas, verifica-se o que o autor, sobretudo a partir do início da história dos arcebispos, utiliza abundantemente o arquivo da Sé em detrimento de citações bibliográficas e, na parte respeitante às ordens religiosas, usa os cartórios dos conventos ou mosteiros quando sobre eles discorre. Nas fontes bibliográficas, cita muito as suas obras anteriores, quer para o contexto inicial sobre a história da Lusitânia, quer para prelados que tinham ocupado cargos também no Porto ou em Braga. O *Breviário Bracarense*, por exemplo, é citado para documentar a origem da religião cristã no território de Portugal.

A biblioteca de referência que acompanhamos nas glosas ao texto e que constituem obras que D. Rodrigo certamente teria na sua livraria estão alinhadas com os modelos de leitura em uso na sua época, para estudos de história eclesiástica. Identificámos a grande maioria, se bem que nalguns casos não saibamos bem qual a obra que pretende citar pois só figura, de forma sempre muito abreviada, o nome do autor. No cânone de leituras constam as Sagradas Escrituras, alguns santos e doutores da Igreja, nomeadamente, Santo Agostinho, Santo Isidoro de Sevilha, São Bernardo, São Julião de Toledo, São Tomás de Aquino e São Tomás de Cantuária. Junta-se o habitual conjunto de autores clássicos, gregos e latinos, cujas citações ocorriam frequentemente neste tipo de obras onde a erudição tinha um peso importante: Aristóteles, Lactâncio Firmiano, Virgílio (*Georgicorum*), Horácio (*Opere*), Lucano (*Pharsalia*), Ovídio (*Metamorphoseorum*), Cícero (*De natura deorum*) e nos historiadores Tácito (*Annalium sive Historiae Augustae libri*), Júlio César (*De bello gallico*), Suetónio (*Vitae XII Caesarum*), Quinto Cúrcio Rufo (*Historiarum libri* ou *De rebus gestis Alexandri Magnum*), Plínio (*Historiae mundi*) e Flávio Josefo (*Opera* ou *Los siete libros de... los quales contienen las guerras de los judios y la destruycion de Jerusalem*). Surgem, mais de uma vez, referências à obra de Flávio Lúcio Dextro que viveu no século iv e foi natural de Barcelona, amigo de São Jerónimo e historiador. Teria escrito a obra *Chronicon omnimodae historiae*, hoje conhecida por “Pseudo-Dextro” pois foi, na realidade, da autoria do padre Jeronimo Román de la Higuera que a editou em 1627. Questões sobre a autenticidade levantaram-se logo na época e prolongaram-se até ao século xviii. D. Rodrigo cita-o, também por via de frei Francisco de Bivar, O. Cist., historiador espanhol seu contemporâneo, que trabalhou igualmente sobre o suposto *Chronicon* de Dextro, publicando-o em Lyon também em 1627 e que o reconhecia como autêntico.

São, porém, os autores espanhóis e portugueses, cronistas religiosos e seculares e historiadores, sobretudo coevos, que mais encontramos citados. Nos autores espanhóis destacam-se, por serem referidos diversas vezes e tomados, no texto, como autoridades na história hispânica, desde logo Florián de Ocampo, com a *Chronica general de España...*, várias vezes editada no século xvi e o seu continuador Ambrosio de Morales, OSH, que escreveu *Los cinco libros posteros de la Chronica general de España* (Cordoba, 1586). Foi cronista de Castela, no tempo de Filipe II, para além de humanista e arqueólogo, inclusive correspondente de André de Resende. Outro cronista régio, Estebán de Garibay, que escreveu *Los quarenta libros del Compendio historial* (Amberes, 1570-1572), em 2 volumes, também figura entre os livros de D. Rodrigo da Cunha tal como os de outros cronistas régios, Gaspar Escolano, autor da *Decada primera de la historia de la*

ciudad y reyno de Valencia (Valencia, 1610) e do consagrado Jeronimo Zurita y Castro, os *Annales de Aragon*, numa das suas edições. O autor Gil González de Avila que o arcebispo cita, escreveu o *Theatro de las grandezas de la villa de Madrid...* (Madrid, 1623).

D. Rodrigo dá grande destaque a Juan de Mariana, SJ, e à obra *Historia general de España*, que teria, eventualmente, na sua livraria e que foi, aliás, no seu tempo, obra de grande sucesso. Igualmente Tomas Tamayo de Vargas, contemporâneo de D. Rodrigo, que editou em Madrid, no ano de 1624, as *Novedades antiguas de España*, poderia fazer parte da biblioteca do arcebispo. Estes últimos autores integraram um círculo de eruditos, alguns ligados ao poder régio por força das funções que desempenhavam, e entre os quais encontramos outros cujas obras referimos de seguida porque D. Rodrigo também as cita. Começamos por Garcia de Loaisa Giron, OP, que foi bispo de Toledo e tutor de Filipe III e compilou a *Collectio concilliorum Hispaniae*, 1593. Era amigo dos jesuítas Juan de Mariana e Pedro de Ribadeneira, a quem pediu que redigissem obras dedicadas à formação do príncipe. Juan de Mariana, por sua vez, foi professor em Roma do cardeal Belarmino que escreveu o *De scriptores ecclesiasticos* e seria depois o protector de Francisco Suarez, autor do *Opus de virtute et statu religione* (Coimbra, 1608-1609), em 2 volumes. Todas foram obras usadas por D. Rodrigo da Cunha no seu livro. A obra de Mariana, para educação do príncipe, que redigiu a pedido de Garcia de Loaisa, foi o *De rege et regis institutione* (Toledo, 1599), mais tarde queimada em França depois do assassinato de Henrique IV (1553-1610). Não é só esta que é citada pelo arcebispo, pois também faz referência à *Historia general de España*, como antes vimos. Ribadeneira, também da Companhia de Jesus, como Mariana e Suarez, foi um escritor polígrafo e muito editado no seu tempo. D. Rodrigo cita, precisamente, a obra de instrução *Princeps christianus adversus Nicolaus Machiavelus*, de 1595.

Como se sabe, as obras de exemplo constituíram sempre um grupo importante dentro da cultura escrita. Para além daqueles “espelhos de príncipes” que se assinalaram, D. Rodrigo faz ainda referência ao *Espejo del perfecto principe christiano*, da autoria de Francisco de Monzón, provavelmente já na segunda edição de 1571, dedicada a D. Sebastião e que constituiu uma visão atualizada daqueles princípios que o autor propugnara na anterior edição dedicada a D. João III, tornando-a uma obra mais adaptada ao contexto histórico e cultural que se vivia e “mais extensa” e “mais organizada” (FERNANDES, 1991: 56).

No domínio da história eclesiástica em geral, os autores espanhóis e respectivas obras que o arcebispo mais utiliza são Francisco de Padilla, *Historia ecclesiastica de España: Primera [-Segunda] parte* (Malaga, 1605) em 2 volumes, Juan

de Marieta, OP, *Historia ecclesiastica y flores de santos de España...* (Cuenca, 1584 ou 1594) e de Jeronimo Román de la Higuera, a *Historia ecclesiastica de la imperial ciudad de Toledo* que não foi publicada, mas da qual o arcebispo teria visto ou obtido uma cópia. Já para os cronistas das ordens, D. Rodrigo teria, para os franciscanos, o *De origine seraphicae ordinis franciscanae ejusque progressibus...* de Francisco Gonzaga, OFM, talvez na edição de Roma, 1587; para os dominicanos, Tomás de Maluenda, OP, *Annalium Sacri Ordinis Praedicatorum...* (Neapolis, 1627); para os jerónimos, José de Sigüenza, OSH, *Historia de la Orden de San Geronimo* (Madrid, 1595-1605), em 4 volumes; para os agostinhos, a *Origen de los frayles ermitaños de la Orden de San Agustin...* de Juan Márquez, OESA, editada em Salamanca, 1618 e para os trinitários, Pedro López de Altuna, OSST, *Primera [- segunda] parte de la Coronica general del Orden de la Santissima Trinidad...* (Segovia, 1637), em 2 volumes. Há a referir do cardeal italiano Cesare Baronio, a obra *Annales ecclesiastici*, à qual D. Rodrigo recorre por mais de uma vez.

Passemos agora para as obras de autores portugueses. Nos cronistas, destacam-se frei Bernardo de Brito, O.Cist., com a *Monarchia Lusitana* (Alco-baça, 1597-Lisboa, 1609) em 2 volumes e o seu continuador frei António Brandão com a *Quarta parte da Monarchia Lusitana* (Lisboa, 1632), que D. Rodrigo aprecia e cita diversas vezes. Dos cronistas régios temos Fernão Lopes, com as *Crónicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João I*, referidas em cópias manuscritas, tal como uma *Crónica de D. Dinis*, de Rui de Pina. De Duarte Nunes de Leão não seriam ainda as *Cronicas del rey Dom Joam de gloriosa memoria... e as dos reys D. Duarte e D. Affonso o V... tiradas a luz por ordem do ... Senhor Dom Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa...*, porque foram editadas em 1643, mas conhecia-lhes provavelmente o texto. De qualquer modo, usa deste autor a *Primeira parte das Chronicas dos reys de Portugal...* (Lisboa, 1600). De Pedro de Mariz, citam-se os *Dialogos de varia historia...* (Coimbra, 1594, 1597 ou 1598) e, relativamente a este autor, é de notar que colaborou com uma *Vida de Camões*, na edição das *Rimas*, de 1615, dedicadas a D. Rodrigo da Cunha, então bispo de Portalegre.

No domínio da história eclesiástica, D. Rodrigo usa de Jorge de Cabedo, o *De patronatibus ecclesiarum regiae coronae regni Lusitaniae...* (Lisboa, 1602). Nas crónicas religiosas, destaca-se frei Luís de Sousa, OP, *História de S. Domingos particular do Reino e conquistas de Portugal* (Lisboa, 1623) que lhe merece elogios, tal como frei Luís dos Anjos, OESA e o seu *Jardim de Portugal...* (Coimbra, 1626), muito citado, e frei Bernardo de Brito, O. Cist. com a *Chronica de Cister* (Lisboa, 1602). Na hagiografia e para além do *Jardim de Portugal*, sobressai de frei Diogo do Rosário, OP, o *Flos sanctorum*, talvez a edição acrescentada com a



Fig. 158. Marca de posse do arcebispo D. Rodrigo da Cunha da obra de Coelius Sedulius (séc. V) intitulada *Paschale* (Salamanca: Leonardo Hutz e Lope Sanz, ca. 1496), c. 1496, papel. Lisboa, BNP, INC 1143.

©BNP

Vida de Nossa Senhora, de Lisboa, 1613 mas há referências a obras avulsas como a *Antiguidade da sagrada imagem de Nossa S. de Nazareth*, Lisboa, 1628, escrita por Manuel de Brito Alão.

Alguns autores que conhecemos mais ligados à literatura de espiritualidade também são referidos pelo arcebispo. Desde logo, frei Luís de Granada, OP, e as suas *Obras* que conheceram diversas edições e D. frei Amador Arrais, O. Carm., e os seus *Dialogos* (Coimbra, 1604). Noutros géneros, há a referir *Os Lusíadas*, de onde D. Rodrigo transcreve estrofes e ao qual já sabemos que esteve ligado, apoiando duas edições, e o *Libri quatuor De antiquitatibus Lusitaniae*, de André de Resende, na edição de Évora, 1593 que D. Rodrigo cita e tinha na sua biblioteca, como o comprova o exemplar que existe e se encontra na

BNP com a marca de posse do arcebispo, autógrafa, no rosto: “Dom Rodrigo da Cunha” (RES. 527 V.).

Não é este o único livro que vimos como pertence de D. Rodrigo da Cunha. É verdade que, pelas leituras que fomos apresentando, o arcebispo era um historiador que acompanhava as edições de referência que, entre finais do século XVI e princípios do XVII, se iam publicando, sobretudo em Espanha. Porém, a sua biblioteca reunia, como vimos, obras manuscritas e impressos mais antigos, que comprovámos no encontro de dois incunábulo que lhe pertenceram: o *Paschale*, de *Coelius Sedulius*, autor do século IV, impresso em Salamanca, c. 1496 (BNP, INC. 499), que tem, para além da marca de posse de D. Rodrigo da Cunha, outra do convento de Nossa Senhora da Graça, de Lisboa. Terá sido uma oferta do arcebispo? Uma compra dos Agostinhos? O outro incunábulo é o *Supplementum Summae Pisanellae: Canones poenitentiales*, de *Nicolaus de Ausmo*, impresso em Vercelli, 1485 (BNP INC. 1143). Juntamos, ainda, o *Tractatus in*

forensi actione..., de Fernando Pais, editado em Lisboa, na oficina de João Blávio, 1559. Tem marca de posse de D. Rodrigo da Cunha mas não autógrafa, possivelmente de quem lhe cuidava da livraria.

Como dissemos, no início, a reconstituição de bibliotecas antigas, quando se conhecem delas poucos exemplares e falta um catálogo das existências, é um trabalho que comporta mais interrogações que certezas. No caso de D. Rodrigo da Cunha ficam-nos, no entanto, os livros que leu e certamente teve na sua posse, pois os usou na composição do primeiro volume da *Historia ecclesiastica da igreja de Lisboa*. Esperemos que se possam vir a encontrar mais livros e, quem sabe, o manuscrito do segundo volume.

FERNANDA MARIA GUEDES DE CAMPOS

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: *CABIDO DA SÉ*, 1954; *CENSUAL*, 1924; *CHARTULARIUM STUDII*, 1921; COUTINHO, 1636; CUNHA, 1623; CUNHA, 1642; *INDICULUM*, 2007; JULLIEN DE POMMEROL-MONFRIN, 2001; KUTTNER E ELZE, 1987; LAURENT, 1958; LEONARDI, 1987; PELZER, 1931-1933; *LES REGISTRES DE GRÉGOIRE IX*, 1892-1898; SÃO BERNARDINO, 1641; *THE SPOILS*, 2014; *TESTAMENTA*, 2010; WILLIMAN E POMMEROL, 1980; **Estudos:** BONACCORSO, 2014; BONINA, 2004; CAMPOS, 2014; CASTILLO GÓMEZ, 2000; CASTILLO GÓMEZ, 2001-2002; CASTILLO GÓMEZ, 2003a; CASTILLO GÓMEZ, 2003b; CÁTEDRA E LÓPEZ-VIDRIERO, 1999; CÉLIER, 1907; CHAMBERS, 1998; CHARTIER E ROCHE, 1984; COELHO E SARAIVA, 2005; COSTA, 1989; DADSON, 1998; DIAS, 2012; ESPOSITO, 1986; FELICIANGELI, 1917; FERNANDES, 1991; FERNANDES, 1997; FERNANDES, 2001-2002; FERNANDES, 2002a; FERREIRA, 2012; FLOCCIA, 1985; FOHLEN, 2008; GUIJARRO GONZÁLEZ, 2000; HARTT *et al.*, 1964; MACHADO, 1965-1967; MARE, 2000; MARQUES, 1988c; MARQUES, 1996b; MARQUES, 2002; MATOS, 1995; MATOS, 2014; NASCIMENTO, 1999; NORTE, 2013b; NORTE, 2015; OLIVA, 2006; OLIVA, 2008; OLIVA, 2012; PAIVA, 2000a; PAIVA, 2000b; PAIVA, 2006; PAIVA, 2007a; PEREIRA, 1964-1966; RENOUARD, 1968; RICHARDSON, 2009; ROMANI, 1983; ROSA, 1993b; SARAIVA, 2005; SIMONE, 2011; TRUMAN, 1999; VALDALISO CASANOVA E FURTADO, 2013; WRIGHT, 1976; YARZA LUACES, 2006.

A ENCOMENDA ARTÍSTICA EPISCOPAL. TRÊS CASOS PARA UMA INTRODUÇÃO AO TEMA

Uma dimensão menos conhecida da vida de alguns prelados relaciona-se com o seu protagonismo como promotores artísticos. Conhecem-se casos emblemáticos de encomenda de túmulos próprios, de capelas privadas, ou até de elementos devocionais de património móvel e integrado. Mas não existe um estudo específico que sistematize o papel que os bispos e arcebispos lisboetas tiveram na construção da paisagem da cidade e restante território diocesano ao longo dos séculos. É mais ou menos verificável o patrocínio associado às suas funções de expansão da autoridade e de ramificação paroquial. Mas esta dimensão do episcopado lisiponense teve outras materializações, que urge revelar, a partir de uma leitura comparada entre os fundos documentais disponíveis e a informação procedente por via arqueológica e artística. Na Idade Média, os bispos lisboetas fundaram hospitais de grande relevância, construíram e ampliaram os paços episcopais, deixaram a sua marca na sé, contribuíram ativamente para o engrandecimento do recheio artístico e devocional de muitos templos e o seu patrocínio está associado a quase todas as paróquias da cidade, do termo e da restante diocese.

As fontes de informação sobre este assunto, para lá de fragmentárias, estão dispersas e nem sempre são claras. À crítica sistemática da cronística da Época Moderna junta-se a necessidade de ler cuidadosamente as fontes medievais, pois raras vezes o patrocínio construtivo de índole episcopal é evidente, aparecendo confundido com a ação de outros agentes laicos e eclesiásticos, como o rei, o cabido, as muitas casas religiosas e até as comunidades locais de fiéis, parceiros privilegiados para a disponibilização de verbas que foram depois canalizadas para empreitadas específicas.

O “Livro de despesas da Casa de D. Lourenço Rodrigues”, revelado por Anísio Saraiva, que lhe consagrou um estudo introdutório (2005), parece ser uma fonte de primeira importância para averiguar o protagonismo daquele prelado na transformação da paisagem da cidade. Ainda que tenha sido bispo de Lisboa apenas durante seis anos (1358-1364), Lourenço Rodrigues empenhou-se em renovar o paço episcopal, onde se incluía a igreja de Santa Cruz do Castelo e em continuar as obras da cabeceira da catedral, iniciadas anos antes por

patrocínio de D. Afonso IV. Este documento, todavia, parece ser um destacado exemplo de uma dinâmica mais vasta, caraterizadora da missão dos prelados e que teve certamente muitos episódios que importa agrupar.

A sé de Lisboa na época gótica

As obras na sé de Lisboa realizadas entre os finais do século XIII e o término da centúria seguinte não foram objeto de estudo monográfico recente. Em menos de 100 anos, a catedral deixou de ser apenas um edifício românico e passou a albergar três grandes construções góticas, de distintas naturezas e com especificidades próprias, mas todas coincidentes no reforço dos âmbitos funerários do edifício: claustro, capela de Bartolomeu Joanes (primeira metade do séc. XIV) e nova cabeceira dotada de deambulatório e capelas radiantes. Para esta ampliação do conjunto catedralício, não se está em condições de esclarecer qual o papel desempenhado pelos diferentes bispos, embora se possa sugerir que, pelo menos em relação ao claustro e à nova cabeceira, os titulares da cátedra lisiponense não tenham sido meros espectadores das transformações operadas na “sua” catedral.

A construção do claustro estaria em marcha em 1281 (FERNANDES, 2006c: 23), penúltimo ano do episcopado de D. Mateus e, possivelmente, um ano após o seu regresso a Portugal, depois de prolongada estadia em Roma, onde terá mesmo redigido testamento. Ainda que nenhum diploma o confirme, terá o prelado, no seu regresso a Lisboa, ordenado a construção do claustro para aí mandar edificar a capela de São Nicolau, onde pretendia sepultar-se? D. Rodrigo da Cunha afirmou que Mateus repousava na capela de São Nicolau, que “começou a edificar na crastra da Sé, quando ainda estava em Roma” (1642: 182-182v), mas esta versão não é confirmada por outras fontes. Até ao momento, não foi possível relacionar o lançamento da obra claustral com qualquer agente eclesiástico ou laico da cidade, circunstância que não deixa de se estranhar, tendo em conta a grande mobilização de meios económicos que o empreendimento envolveu (não apenas para a construção em si, mas também para a libertação dos terrenos a nascente da sé) e o carácter inovador e até experimentalista do projeto, que considero ser um momento de renovação da escultura aplicada no gótico português (FERNANDES, 2006c: 43-44).

Outros bispos terão deixado memória pessoal no claustro. Suponho que tenha sido o caso de João Martins de Soalhães, que deve ter instituído a capela de São Sebastião na quadra, tendo em conta que, à data da sua constituição (1305), o deambulatório não estava sequer iniciado. Em altura desconhecida, mas seguramente depois de 1325, subtraída a ala ocidental do claustro (sacrificada pelo grandioso projeto de D. Afonso IV), a capela de João Martins de



Fig. 159. Abobadamento de uma capela gótica de tramo único, hoje incorporada no Camarim do Patriarca, séc. XIV, pedra. Lisboa, Sé de Lisboa.

© Foto: Paulo Almeida Fernandes

Soalhães deve ter passado para o deambulatório, onde D. Rodrigo da Cunha a localizou no século XVII, e onde permaneceu até aos nossos dias (CASTILHO, 1954-1975: V, 247).

A dimensão funerária da sé teve ainda outros bispos como protagonistas. O caso mais monumental parece ser a capela que hoje se abre na secção ocidental do “camarim do Patriarca”, espaço de planta centralizada, com abóbada de seis nervuras e que deve ter tido acesso direto para a nave norte (SILVA, 1936: 202-203), assim como se encostaria ao átrio do portal setentrional da sé. Este espaço, que estava provido de arcossólio para albergar o túmulo de um bispo (FIGUEIREDO, 2000: I, 48), foi depois integrado numa dependência única, conhecida como “camarim do Patriarca”, mas conserva ainda elementos góticos, como a abóbada e uma janela, tendo-se, infelizmente, perdido a cota original do pavimento. D. Rodrigo da Cunha transcreveu uma epígrafe datada de 1537, alusiva a um possível enterramento de D. Gonçalo Pereira, que foi aceite por Júlio de Castilho e Augusto Vieira da Silva (CASTILHO, 1954-1975: V, 203), mas é sabido que o arcebispo de Braga escolheu a capela de Nossa Senhora da Glória, na sé de Braga, para sua memória póstuma. A obra lisboeta foi provavelmente

aproveitada por outro titular da cátedra olisiponense, acerca do qual, no século XVI, já se havia perdido a memória. Resta a dúvida sobre se terá sido esta a capela mandada construir por D. Gonçalo Pereira enquanto bispo de Lisboa, embora não devam restar dúvidas sobre a datação trecentista dos poucos vestígios ainda conservados.

Igualmente duvidosa é a possível intervenção de D. João Afonso de Brito na nova cabeceira. O bispo tinha fortes relações pessoais com D. Afonso IV e com o seu aio, Lopo Fernandes Pacheco, ambos sepultados na sé de Lisboa: o monarca na capela-mor e o nobre na capela de Santo Aleixo, no deambulatório. O patrocínio real da nova cabeceira não está em discussão, pois o testamento de D. Afonso IV é claro a esse respeito, tendo o rei determinado que “fosse edificada por minhas próprias despesas na Igreja Cathedral de Lisboa û o Corpo do Benaventurado S. Vicente já, a ousia principal da dita Igreja com outras Cappellas darredor, a qual ousia eu hey por minha Cappella” (*PROVAS*, 1946-1954: I, 335). Não obstante a dimensão régia do empreendimento, o prelado pretendeu sepultar-se na capela-mor da catedral, ainda em tempo de vida de D. Afonso IV (1342), no mesmo espaço que o casal de monarcas havia reservado para seu lugar de enterramento, e onde também se expunham as relíquias de São Vicente.

Ainda no que respeita à cabeceira gótica da sé, subsistem outras informações que carecem de estudo mais aprofundado. Ao iniciar o seu episcopado à frente da diocese, em 1358, Lourenço Martins de Barbudo (Lourenço Rodrigues) ter-se-á confrontado com a necessidade de intervir no edifício catedralício, ainda que pareça ter dedicado mais atenção à renovação do paço episcopal. Desconheço quais as obras então realizadas na sé, e até se são discriminadas no “livro de despesas” da Casa do bispo, embora o facto de o prelado ter nomeado um provedor da obra da catedral (em abril de 1359) seja um indicador nesse sentido (FARELO, 2009: 354-356). A cabeceira gótica havia sido terminada por volta de 1334, a fazer fé numa inscrição recolhida por D. Rodrigo da Cunha (1642: 242), entretanto desaparecida, mas que mereceu crédito a Mário Barroca (2000: II, 1568-1571). No entanto, 20 anos depois, os corpos de D. Afonso IV e de sua mulher, D. Beatriz, não puderam ser logo sepultados na capela-mor da catedral, pois, aparentemente, esta não estaria em condições para tal, à data da morte de ambos (1357 e 1359, respetivamente). A opinião mais difundida sugere que tenha existido uma derrocada parcial da nova cabeceira aquando do terramoto de 1356 (SARAIVA, 2005: 435; FARELO, 2009: 354-356), sismo que provocou outros danos em Lisboa. Embora não sendo uma fonte contemporânea, a *Chronica del Rey Don Pedro el Cruel* (1542) refere que, naquela ocasião, se “derribó la capilla de Lisbona que había fecho el Rey Don Alfonso”

(*apud* COSTA E FONSECA, 2007: 9). E há outros testemunhos do impacto destrutivo que aquele terramoto teve em Lisboa, quer nos fornos de pão que abasteciam a cidade, quer numa recentemente descoberta inscrição nas paredes do que resta do paço da Alcáçova (PEREIRA, 2016). De acordo com a leitura preliminar realizada por Bernardo Sá Nogueira, o lapicida que deixou este testemunho parece corresponder ao reinado de D. Fernando I, o que deixa em aberto a hipótese de se ter registado uma campanha reconstrutiva de uma parcela do paço real no castelo de São Jorge, que apenas terá sido concluída ao tempo deste monarca.

Quer isto dizer que, tendo falecido D. Afonso IV e, depois, a rainha-viúva, terá a diocese de Lisboa sido chamada a mobilizar meios para a finalização da empreitada? Uma opinião difundida por Augusto Vieira da Silva, e repetida em sucessivos textos relativos ao edifício, aponta para a destruição em 1356 e reedificação apenas no reinado de D. João I (SILVA, 1936: 19-20; CHICÓ, 1954: 131; DIAS, 1994: 106). A verdade é que as obras terão continuado no tempo de D. Pedro I, muito possivelmente por intermédio do bispo Lourenço Martins de Barbudo e não do rei, e no reinado de D. Fernando, agora já por patrocínio direto do monarca, uma vez que o vedor das obras da catedral, João de Atouguia, se queixou a este último rei por atrasos no pagamento (PRADALIÉ, 1992: 106-107). Os túmulos reais, todavia, só foram colocados no lugar de destino mais de meio século depois de concluída a obra de D. Afonso IV, durante o reinado de D. João I (CASTILHO, 1954-1975: V, 18-21; FERNANDES, 2001: 31), onde Thomas Pitt os viu em 1760, tendo ambos, portanto, sobrevivido ao terramoto de 1755 e ao incêndio que se seguiu (PITT, 2006: 114-116).

Na atribulada história medieval da sé de Lisboa, é possível que o terramoto de 1356 tenha causado danos consideráveis na cabeceira gótica do edifício, a ponto de a sua reconstrução só ter sido terminada no reinado de D. João I. A platibanda exterior das capelas radiantes, que é idêntica à da cabeceira da igreja do convento do Carmo, assume-se como a mais visível imagem da conclusão das obras, mas o projeto materializado ao tempo da dinastia de Avis deve ter tido outras obras, como o parcial entaipamento dos arcos que ligavam a capela-mor ao deambulatório (FERNANDES, 2006-2007: 148-149).

A (des)memória de D. João Esteves da Azambuja no antigo mosteiro do Salvador de Lisboa

O segundo arcebispo de Lisboa foi decisivo para a história do antigo mosteiro do Salvador, em Lisboa, local onde estavam sepultados seu pai, Afonso Esteves (membro da Corte), e seu tio João Esteves (alcaide-mor da cidade e homem

próximo de D. Afonso IV e D. Pedro I). O projeto do, então, ainda, bispo do Porto, passou pela fundação de um mosteiro de monjas dominicanas, para a qual obteve licença papal em fevereiro de 1391, e pela construção de uma capela funerária privada, para a qual D. João I lhe outorgou o padroado da igreja em julho desse mesmo ano (síntese de dados em GRAF, 2011: 57-58).

Até às recentes intervenções arqueológicas conduzidas por João Albergaria e Maria Mulize Ferreira (2016), não haviam sido encontrados vestígios materiais da obra iniciada pelo prelado, a qual se arrastou certamente durante quase um século, só tendo recebido o impulso final com o patrocínio da rainha D. Leonor, mulher de D. João II, por volta de 1478 (MARQUES, 1994a: 96). A capela-mor, todavia, já deveria estar concluída à data do falecimento do prelado (1415), uma vez que foi nesse espaço que o fundador recebeu sepultura, em túmulo de pedra com tampa decorada com as insígnias episcopais e cardinalícias e em cujas faces laterais se representaram escudos com o brasão da família Azambuja. Ao que tudo indica, o testamento do bispo, de 1409, não foi cumprido, pois este havia determinado a sua sepultura em campa rasa, com laje de pedra que “mandamos trazer da Frandes” (BARROCA, 2000: II/2, 2127).

O convento ruiu com o terramoto de 1755 e o que dele restou foi definitivamente suprimido com as obras de reconstrução da casa religiosa e do paço anexo. Está em curso uma intervenção arqueológica que logrou já identificar estruturas de pavimento, armazenamento e elementos arquitetónicos, mas o material resgatado não foi ainda objeto de estudo detalhado, pelo que se aguarda uma primeira sistematização dos dados. Apesar das muitas transformações por que o conjunto monumental passou, a memória do seu fundador não se perdeu totalmente, uma vez que, até 1918, a igreja guardou o túmulo de D. João Esteves da Azambuja, primeiro na capela-mor (até 1608) e, depois, no coro alto (BARROCA, 2005: 374).

O monumento funerário do prelado foi já estudado, mas, neste momento, importa salientar parte do conteúdo da inscrição que foi gravada na secção lateral da tampa do sepulcro. Depois de apresentar D. João como arcebispo de Lisboa e cardeal de Roma, a epígrafe refere que ele havia solenizado o túmulo de São Domingos em Bolonha e que havia estado na origem de dois mosteiros: o primeiro de jerónimos, em Roma, e o segundo de dominicanas, em Lisboa, “em que se mandou deitar” (leitura de BARROCA, 2000: II/2, 2117).

O mosteiro jerónimo de Roma havia sido fundado pelo arcebispo de Lisboa em 1412, por acordo com os cónegos da igreja de S. Pedro *ad vincula* da cidade italiana (COSTA, 1989: 51). A associação de João de Azambuja aos jerónimos não causa espanto, dada a presença precoce na diocese de Lisboa de dois mosteiros

desta Ordem (Penha Longa e São Jerónimo do Mato, em Alenquer), ambos associados à figura de Fr. Vasco, um eremita português que fora, durante várias décadas, discípulo de Tomasuccio de Siena. Aliás, a autonomia que as casas jerónimas gozaram desde a sua fundação até 1415, quando se instituiu uma estrutura centralizada com a convocação do primeiro Capítulo Geral, reforçava os vínculos jurisdicionais que então uniam o novo mosteiro ao prelado (SOUSA, PINA, ANDRADE E SANTOS, 2006: 149).

Quanto à escolha das dominicanas para a casa conventual lisboeta do Salvador, as razões parecem mais óbvias, na medida em que o ramo dominicano era uma das ordens de maior prestígio no Portugal de Avis, como se testemunha pela entrega do mosteiro da Batalha aos Pregadores. O confessor de D. João I foi frei Vicente, inquisidor do reino e homem de primeiro plano na política peninsular, que alguns autores admitem ter tido também papel na fundação da casa dominicana do Salvador (SOUSA, PINA, ANDRADE E SANTOS, 2006: 394), e um seu colega no desembargo régio, João das Regras, fundou o convento dominicano de São Domingos de Benfica. O próprio João Esteves de Azambuja havia estado em Bolonha, onde “solenizara” o túmulo de São Domingos (possivelmente numa cerimónia em que teve natural protagonismo). Em Lisboa, instituiu um mosteiro feminino, possivelmente para regular práticas de reclusão feminina que se sabe terem existido nas imediações da antiga igreja do Salvador ao longo do século XIV? João Luís Fontes identificou duas emparedadas “em celas contíguas ao templo, entre 1319 e 1338” (FONTES, 2007: 264), mas é temerário, para já, associar a intervenção do arcebispo a esta realidade, embora a radicalidade da vida religiosa feminina na Lisboa do final da Idade Média fosse uma evidência que não deixaria de ser notada pelos vários agentes da Igreja. Fosse como fosse, certo é que a ereção do convento do Salvador se instituiu como o primeiro ato português da reforma dos Pregadores, então já em marcha em outras partes da Europa.



Fig. 160. Pormenor do túmulo do arcebispo D. João Esteves de Azambuja, c. 1415, pedra. Lisboa, Museu Arqueológico do Carmo.

©DGPC/ADF. Foto: José Pessoa.

A associação aos jerónimos e às dominicanas revela uma grande atualidade por parte de D. João Esteves da Azambuja, mesmo um posicionamento de vanguarda perante movimentos que protagonizavam uma radical renovação da Igreja. O antigo mosteiro do Salvador foi o lugar de memória deste arcebispo, mas também lugar de memória da Lisboa renovada sob o signo de Avis.

A construção manuelina da igreja de Nossa Senhora da Assunção de Enxara do Bispo

A Enxara do Bispo (conc. de Mafra) guarda uma relativamente documentada história medieval, embora não tenham surgido, até ao momento, vestígios materiais dessa dinâmica. Tem-se discutido as origens da localidade, bem como as da vizinha Enxara dos Cavaleiros e da ermida mariana edificada no alto da Serra do Socorro (síntese de dados em FERNANDES E VILAR, 2008: 534-539 e 553-554), mas a verdade é que a igreja de Nossa Senhora da Assunção já existia em 1191, ano em que o bispo e o cabido celebraram um acordo para a distribuição das rendas diocesanas. No caminho para o final da Idade Média, os titulares da cátedra episcopal lisboeta tiveram câmara eclesiástica na Enxara, razão pela qual ali foi produzida abundante documentação, sobretudo no século XIV.

Uma das razões para a invisibilidade material medieval da Enxara relaciona-se com a radicalidade com que o tempo artístico manuelino atuou sobre a região. Nas primeiras décadas do século XVI, a localidade albergou um estaleiro de mestres-de-obras, pedreiros e escultores, que foi responsável pela grande alteração da paisagem monumental da zona. A ermida da Serra do Socorro e a igreja matriz da Enxara do Bispo foram integralmente reconstruídas. Na vila, edificou-se ainda a capela do Espírito Santo e diversos elementos patrimoniais civis, de que restaram dois portais até 2005, aplicados num edifício do século XIX. E na Enxara dos Cavaleiros construiu-se pelo menos o pelourinho, que ainda se conserva, e efectuaram-se obras na igreja local, dedicada a Nossa Senhora do Pópulo.

O templo da Senhora da Assunção de Enxara do Bispo foi duramente afetado pelo terramoto de 1755, altura em que se arruinou o abobadamento do corpo e a fachada principal. Em 2008, no âmbito de obras ilegais no edifício, a demolição de uma parede do século XVIII permitiu a descoberta de materiais pétreos tanto da abóbada da nave, como do portal principal manuelino, elementos que foram anacronicamente remontados numa dependência interior do templo, como suporte ao patim de acesso ao púlpito, entretanto desprovido de apoio pela demolição da parede anexa. Restam, todavia, importantes parcelas que atestam a amplitude do projeto manuelino: os portais laterais, o portal de acesso à capela batismal, o abobadamento da capela-mor, um bocete monumentalizado no adro, uma



Fig. 161. Inscrição comemorativa da sagração da igreja da Enxara do Bispo em 1534 pelo bispo Ambrósio, hoje colocada na fachada principal do templo, 1534, pedra. Enxara do Bispo, Igreja de Nossa Senhora da Assunção da Enxara do Bispo. Foto: Paulo Almeida Fernandes

janela-respiradouro da parcela inferior da abside, a pia batismal e uma curiosa caixa de esmolas em pedra, elementos que provam como o projeto construtivo manuelino foi de tal forma integral que previu até a renovação do mobiliário de apoio.

Da destruição de 1755 e da apressada reconstrução posterior sobreviveram dois elementos que aludem à encomenda episcopal do edifício. O primeiro situa-se *in situ* e corresponde à decoração do fecho de abóbada central da cobertura da capela-mor, que exhibe um escudo com as cinco chagas e termina com a forma em mitra, o que sugere um patrocínio episcopal. Mais visível é a inscrição de sagração do templo, hoje afixada na fachada principal, ainda que se desconheça qual a posição original que ocupou na igreja do século XVI. Ela inicia-se da seguinte forma: na “era de 1534 a 8 de Outubro eu o bispo Ambrosio sagrei esta igreja”. À partida, esta inscrição não traria grande novidade, na medida em que alude à data de sagração e ao pretense titular da cátedra episcopal olisiponense à época. Todavia, o arcebispo de Lisboa em 1534 não era Ambrósio, mas sim o cardeal-infante D. Afonso de Portugal, filho de D. Manuel. Ambrósio terá sido um bispo auxiliar do arcebispo, cujo destacado estatuto no quadro político do reino o levou certamente a dispersar por diversas frentes e a requerer ajuda para cumprir as suas muitas missões: protonotário apostólico em Portugal; cardeal-diácono; abade comendatário de Alcobaça; bispo de Viseu; arcebispo de Lisboa; bispo de Évora e, finalmente, cardeal. No entanto, o escudo da capela-mor não é do cardeal-infante, como seria natural se os seus mais diretos colaboradores

estivessem orientados para afirmar o protagonismo do seu líder, ou do titular circunstancial da circunscrição eclesiástica. Poderá ser a pedra de armas do bispo Ambrósio, atribuição que, a confirmar-se, permitirá atribuir a renovação da igreja matriz de Enxara do Bispo (câmara eclesiástica dos prelados lisboetas) a um patrocínio privado e secundário no quadro da arquidiocese de Lisboa, naquelas primeiras décadas do século XVI.

Conclusão

Escolhi três exemplos, de séculos distintos, para ilustrar a diversidade de abordagens que a encomenda artística episcopal motiva. Na catedral de Lisboa, para onde naturalmente convergiram atenções de muitos poderosos do reino, o patrocínio episcopal pode aparecer oculto, disfarçado sob encomendas de maior visibilidade histórica. Já a intervenção de D. João Esteves da Azambuja na fundação das dominicanas do Salvador demonstra como muitos prelados se relacionaram com as casas conventuais e monásticas da cidade, alguns por serem oriundos dessas ordens, outros por prestígio social e fama da sua memória. Finalmente, a relevante reconstrução da igreja matriz da Enxara do Bispo prova como foram variados os agentes eclesiásticos que deixaram o seu nome associado a obras artísticas na área diocesana.

Estes três exemplos estão longe de esgotar o manancial de informação que um estudo específico sobre a encomenda artística episcopal revelará. Não se abordaram exemplos de património móvel e devocional, não se evidenciou a ação de bispos e arcebispos lisboetas com imóveis exteriores à área diocesana, nem se estabeleceu uma mais natural relação entre os episcopados e a constituição de paróquias. Há um longo, minucioso e necessário trabalho a fazer, muito para lá da reduzida ambição destas páginas introdutórias.

PAULO ALMEIDA FERNANDES

O autor agradece as informações prestadas por Mário Farelo, João Luís Fontes e Miguel Metelo Seixas.

BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: CUNHA, 1642; PITT, 2006; *PROVAS*, 1946-1954; **Estudos:** BARROCA, 2000; BARROCA, 2005; CASTILHO, 1954-1975; CHICÓ, 1954; COSTA, 1989; COSTA E FONSECA, 2007; DIAS, 1994; FARELO, 2009; FERNANDES, 2001; FERNANDES, 2006c; FERNANDES, 2006-2007; FERNANDES E VÍLAR, 2008; FIGUEIREDO, 2000; FONTES, 2007; GRAF, 2011; HOMEM, 1987; MARQUES, 1994a; PEREIRA, 2016; PRADALIÉ, 1992; SARAIVA, 2005; SILVA, 1936; SOUSA, PINA, ANDRADE E SANTOS, 2006.

TÚMULOS DOS BISPOS E ARCEBISPOS DE LISBOA

O quadro artístico dos túmulos dos bispos de Lisboa durante os séculos da baixa Idade Média é residual, em especial se nos detivermos nos casos dos prelados que escolheram a catedral desta cidade para lugar de inumação. Em boa verdade, muitos acabaram por eleger sepultura noutros templos do reino ou fora dele, de acordo com as suas nomeações, mas, entre os que o não fizeram, a quantidade que nos chegou é elucidativa ou do desinteresse dos bispos em perpetuar as suas memórias através de monumentos funerários com algum impacto no espaço religioso, ou do resultado das diferentes fases de destruição que a sé sofreu até aos nossos dias. Assim, e em traços muito gerais, podemos afirmar que a catedral de Lisboa guarda ainda alguns monumentos tumulares (de bispos) que resistiram ao tempo, ao derrube de tetos e muros (em consequência sobretudo, dos vários terremotos que assolaram a cidade, em especial no século xiv e, depois, em 1755), aos incêndios que também não pouparam a pedra de alguns túmulos (incluindo os de bispos, como podemos ver pelos exemplos remanescentes na Capela de Santo Aleixo, no claustro) e, mais recentemente, às campanhas de restauro e ao estado de quase esquecimento ou negligência a que ficaram votadas estas obras ao longo das últimas décadas.

Dos 29 bispos que ocuparam a sede lisboeta até ao final do século xiv, no edifício catedralício restam apenas três exemplos em razoável estado de conservação e um outro muito deteriorado e sem identificação possível. Das lápides de que a documentação dá conta (SOUSA, 1982; BARROCA, 2000), também não sobreviveram exemplos com interesse artístico que justifiquem a sua inclusão neste breve capítulo.

O primeiro túmulo episcopal sobre o qual arriscamos uma identificação é um exemplar muito simples, mas iconograficamente relevante. Nenhuma epígrafe ou elemento heráldico nos elucida sobre a identidade de quem aí foi inumado. Uma informação de Júlio Castilho, porém, permite-nos colocar a hipótese de se tratar do túmulo de D. Soeiro Viegas (FERNANDES, 2001: 93-94), que se fez sepultar na capela de Santa Eulália (*CABIDO DA SÉ*, 1954: 45), situada no cruzeiro, do lado do Evangelho. Ora, o túmulo em questão foi “encontrado” no

século passado durante as campanhas de restauro da sé, próximo de outro túmulo episcopal artisticamente mais “evoluído” e, quanto a nós, mais tardio, e de uma lápide (entretanto desaparecida) que identificava um destes *moimentos* como sendo de D. Soeiro Viegas (CASTILHO, 1970: 77). A leitura do texto da lápide foi realizada várias vezes por Cordeiro de Sousa, mas optamos aqui pela versão atualizada de Mário Barroca (2000: II/1, 745):

(Domnus Suarius Ulixbo) NEN(sis e) PISCO (pus Hic)/
JACET – QUI REGNANTE/
ALFONSO 2.º A MAURIS /
ALCASSARUM SALIS/
ERIPUIT – AN (no) DE – 1255 [isto é, *Anno Domini* de 1217]

É verdade que este bispo-cavaleiro, que governou a diocese de Lisboa durante 23 anos, não se manteve nessa liderança até à sua morte, mas quis ser inumado neste templo. Faz sentido aceitar que este terá encomendado o seu túmulo atempadamente, até mesmo em data anterior à sua última estada em Roma. Falecido num tempo em que, em Portugal, a escultura tumular ainda dava os seus primeiros passos no que se refere à presença de estátuas jacentes sobre as tampas tumulares, é muito provável que este bispo também tivesse optado por um monumento mais simples e mais semelhante aos que outros seus contemporâneos mandavam fazer, isto é, sem efígie.

O que podemos observar é uma arca funerária trapezoidal, lisa, coberta por tampa de duas águas e escalonada, onde apenas constam, em relevo inscrito, três objetos conotados com sua dignidade eclesiástica. Reconhecemos facilmente a representação do báculo (ou melhor, a sua parte superior), muito simples, esquemática até; uma cruz que, neste caso, ilustra bem a forma das cruzes que tanto eram usadas como cruzes processionais, como, noutras ocasiões, eram subtraídas aos bastões e serviam de cruzes de altar, usado o mesmo encaixe num outro tipo de suporte adaptável a esse uso. É precisamente a presença desse encaixe que aqui vemos representado na parte inferior do objeto. Por isso, não é uma cruz peitoral, insígnia que alguns bispos também usaram para se identificar, mas a cruz como símbolo universal, muito presente e usado no quotidiano da sua praxis episcopal. Por fim, a representação do que identificamos como um flabelo (CASTILHO, 1970: 77), aqui presente talvez por influência do que o bispo viveu e observou em cerimoniais da Cúria papal. Trata-se de uma insígnia rara e que serviu para demonstrar a grandeza e o cerimonial associados à sua dignidade e à relevância que conquistou no seio da Igreja portuguesa. Não nos parece possível

identificar neste objeto a representação de uma palmeira, símbolo do *Iter per Hispaniam*, como fez J. Wilson (2014: 218), pela simples razão de que o desenho é muito claro: se a parte superior, muito estilizada, pode ser identificada como folhas de palmeira, também pode ser a representação das penas usadas nos flabelos; já o tronco da hipotética árvore não pode ser interrompido ao meio por um bolbo circular (perfeitamente desenhado), pois tal não faz sentido por não corresponder ao tronco normalizado de uma palmeira e, a parte inferior, é a base em que este objeto assentaria no solo, a ladear, normalmente, a sédia episcopal.

O segundo túmulo recuperado no restauro e na proximidade do primeiro é, estilisticamente, datável dos finais do século XIII ou das primeiras décadas do século seguinte (FERNANDES, 2001: 90-97) e também não dispõe de identificação deixada pelos artistas na própria obra ou em alguma epígrafe. Julgamos poder propor ter pertencido a D. Mateus, prelado que governou os destinos desta diocese durante 24 anos. Outras hipóteses têm sido levantadas (SILVA E RAMÔA, 2009: 95-119) mas revelam-se impossíveis face aos dados fornecidos pela documentação (SARAIVA, FERNANDES E MORUJÃO, 2014: 147), pelo que persistimos nesta hipótese como sendo a mais provável. Homem da confiança e grande estima de D. Afonso III, foi também o introdutor em Lisboa da festa do *Corpus Christi* (1264) e preocupou-se em garantir boas condições para a veneração das relíquias vicentinas, que nesse templo se guardavam e expunham para veneração dos fiéis. Segundo D. Rodrigo da Cunha, foi sepultado “na capela de S. Nicolau que ele começou a edificar na crastra da Sé, quando ainda estava em Roma, e que acabou no último ano da sua vida (1282)” (CUNHA, 1642: 182-182v). Essa vontade, porém, nunca terá tido consequências, pelo que as palavras deste autor devem ser entendidas mais como uma informação sobre os desejos do bispo D. Mateus, do que sobre o local onde o túmulo se encontrava. O próprio D. Mateus, não tendo a certeza de ter a capela concluída à data da morte, em testamento mandou que o soterrassem “junto do altar de Santa Eulalia, entre a sepultura do bispo D. Soeyro e a sanchristia”, situada no atual “camarim do patriarca” (CABIDO DA SÉ, 1954: 45), onde permaneceu (no sector norte do transepto), ao lado de D. Soeiro Viegas. Ambas as arcas funerárias foram embutidas nas estruturas murárias reformuladas no século XVII para receberem os altares barrocos de Santa Ana e Santa Catarina (CASTILHO, 1970: 77), e aí permaneceram até aos restauros do século XX (CARDOSO, 1652-1666: I, 288; FIGUEIREDO, 2000: 22). Com esta informação, fica melhor explicada a razão destas duas sepulturas se terem mantido juntas até à data da sua descoberta.

Se D. Mateus mandou esculpir o seu túmulo no contexto da empreitada da capela de São Nicolau (renomeada Nossa Senhora de Belém no séc. XVII),

como seria expectável, a documentação é, quanto a isso, silenciosa. Mas ao ter mandado fazer capela funerária para si, correndo já as décadas de 70 e 80 do século XIII, e tendo em conta o que conhecemos da “encomenda artística” medieval portuguesa, é muito provável que a presença de um túmulo monumental nesse espaço estivesse nas intenções do prelado. Hoje, repousa na capela de Santo Aleixo, também no claustro, e esteve durante anos na capela de Nossa Senhora da Piedade (da Terra Solta), junto com outros túmulos e lápides igualmente relegados para os espaços possíveis...

Tem a particularidade de ser, provavelmente, o primeiro túmulo de um bispo da sé de Lisboa a apresentar jacente, e se foi realizado outro ou outros anteriores a este, a verdade é que não chegaram aos nossos dias, e a documentação sobre a sé de Lisboa e o seu cabido em época medieval é omissa a esse respeito. O jacente apresenta vestes episcopais e insígnias que imediatamente identificam a sua dignidade: a mitra e o báculo. Com uma figura pouco saliente em relação à tampa, o escultor usou uma fórmula que opta pela efígie escavada na tampa e inserida no espaço confinante de um arco trilobado, um modelo comum na tumulária do Ocidente tardo-medieval. Até ao final do século XIV, apenas se destacam, pela monumentalidade e inovação, os túmulos de dois bispos que ocuparam a catedral de Lisboa pouco tempo e, inclusive, escolhendo sepultura nas respetivas catedrais onde desempenharam funções durante mais anos. Refiro-me a um dos prelados mais poderosos e de ação mais notável durante a centúria de Trezentos: D. Gonçalo Pereira. Atravessou os reinados de D. Dinis e D. Afonso IV, com ambos colaborou ativamente e com ambos teve enfrentamentos, mas o poder que detinha não o tornou uma figura descartável (COELHO, 1990). Foi bispo de Lisboa entre 1322 e 1326 e, durante esses quatro anos, já numa idade que permitia antever a morte, o precavido bispo começou a tratar das opções para o seu enterramento, pelo menos, a escolha do local de sepultura.

Documentação relativa à sé e às obras de restauro informam que D. Gonçalo Pereira havia mandado abrir um arcossólio na parede da antecâmara do que é hoje o “camarim do patriarca”, no sítio onde está a atual porta (FIGUEIREDO, 2000: 48, a partir de Arquivo do Cabido da Sé de Lisboa, *Livro de Actas das Sessões Capitulares do Cabido da Sé de Lisboa* (1901-1920), B-1-21, Ata de 13 de março de 1903). Essa sepultura parietal não veio a concretizar-se (mesmo que tenha sido aberto o arcossólio), na sequência da sua nomeação para a sede bracarense. O que pode ser interessante questionar sobre esta intenção do então bispo de Lisboa é o que desse projeto pode ter transitado para aquele que depois desenvolveu em Braga. Nas datas em que foi bispo de Lisboa, outros túmulos



Fig. 162-163. Túmulo de D. Gonçalo Pereira (1322-1326) sob a forma de uma arca decorada nas quatro faces, assente sobre figuras de seis leões e coberta com tampa com jacente, onde se representa o prelado com as insígnias episcopais e ladeado por figuras de anjos, 1334-(1336), Mestres Pero e Telo Garcia (documentado), calcário de Coimbra. Braga, Sé de Braga, capela sepulcral do arcebispo (Capela da Glória) (claustro).
© DGPC/José Pessoa. Cortesia Cabido da Sé de Braga.

de grande significado social estavam a ser talhados (ou já estavam terminados) nas proximidades de Lisboa, em concreto, no mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas, destinado ao então monarca D. Dinis (†1325) e outro a um dos seu netos, o infante D. João (†1315) (FERNANDES, 2006a: 73-87), pelo que é possível que o prelado tivesse tido contacto com escultores que trabalhavam no estaleiro real, podendo-se aventar a possibilidade de um tal Telo Garcia, morador em Lisboa, que em 1334 surge ao lado de mestre Pero (morador em Coimbra) no contrato que o bispo mandou lavrar para a construção do seu túmulo na sé de Braga, pudesse corresponder a um conhecimento antigo, ainda dos tempos do bispado de Lisboa (FERNANDES, 2001: 118-119; FERNANDES, 2004a: 895).

O que singulariza este túmulo episcopal é a existência do primeiro contrato escrito que se conhece para a realização de uma obra deste tipo (entre a documentação que nos chegou), bem como a aproximação do modelo de *moimento* escolhido pelo poderoso arcebispo à da obra tumular de iniciativa real; desta vez, não ao de D. Dinis mas ao túmulo que a rainha D. Isabel de Aragão havia mandado fazer, em Santa Clara de Coimbra, onde o bispo o terá visto e, possivelmente, conhecido Mestre Pero, que depois também contratou. Por outro lado, também é a primeira vez que, através de um documento escrito para uma encomenda artística (em Portugal), temos a confirmação da preponderância do papel do cliente (comitente) nas opções tomadas e no acompanhamento dos trabalhos.

Destinado à sua capela funerária (capela da Glória), onde ainda se encontra, corresponde a um tipo de monumento funerário que fez muito sucesso nesses meados do século XIV: monumento retangular, com a arca esculpida nas quatro faces e a tampa dotada de portentoso jacente acompanhado de figuras de anjos. Obra notável a vários títulos (monumentalidade, novidade, riqueza iconográfica e qualidade artística), deve realçar-se a caracterização do jacente que, embora totalmente idealizado, é o mais naturalista dos jacentes episcopais realizados até então e também o mais impactante (com semelhanças com o jacente de Jaime II de Aragão – FERNANDES, 2004a: 889-894). Paramentado com vestes solenes, com total rigor pela imitação dos originais, revela uma profunda preocupação por parte de D. Gonçalo Pereira com a afirmação da sua condição socio-religiosa, particularmente sensível em detalhes como os dois anéis episcopais de grande dimensão e aparato, em vez de um, entre outros.

Registe-se, ao nível da iconografia, uma pretendida semelhança com o túmulo da rainha, ao escolher para as faces longas da arca a representação de um coro de 12 cónegos/chantres, cujos gestos, posturas e bocas abertas indiciam que estariam a cantar, ou melhor, a entoar a antífona “*in paradisum deducant te Angeli*”, como participantes perenes da cerimónia de exéquias do benfeitor” (Sousa, 2003: 94) e o conjunto dos apóstolos, com modelos representativos tão próximos dos que vemos no túmulo da Rainha Santa ou no túmulo de Rui do Casal (Santarém), ambos atribuídos à oficina de Mestre Pero. A presença do *Calvário* na testeira da arca não traz particular novidade, mas a representação do tema da *Nossa Senhora da Glória* na outra face estreita, não só se interliga com o orago da capela, como dá conta, em Portugal, de um tema que, ao tempo, teve grande divulgação em alguns dos principais centros artísticos, nomeadamente nas oficinas de produção de pequenos dípticos e trípticos portáteis lavrados em marfim, na região de Paris, em quantidade que ainda hoje impressiona, e que foram exportados para toda a Cristandade (FERNANDES, 2017).

O outro interessantíssimo e muito complexo túmulo de um bispo que foi nomeado para a diocese de Lisboa é o que pertenceu a D. Vasco Rodrigues. Foi bispo de Coimbra de 1364 a 1371 (MORUJÃO, 2009: 543) e, nesse ano, assumiu a cátedra de Lisboa, tendo ainda sido nomeado arcebispo de Braga, cargo que o fim da vida não lhe permitiu assumir.

A comparação entre a heráldica do brasão de D. Vasco Rodrigues usada na sua matriz sigilar (SARAIVA, MORUJÃO E SEIXAS, 2014) e a heráldica do brasão que ainda hoje se encontra na parede do arcosólio do túmulo do referido prelado permitiu a Anísio Saraiva identificar o jacente ainda existente na sé de Coimbra com o bispo D. Vasco Rodrigues (SARAIVA, FERNANDES E MORUJÃO, 2014:



Fig. 164-165. Tampa tumular com jacente (fragmentado) assente sobre arca tumular (acrescento posterior) de D. Vasco Rodrigues; fragmentos da antiga arca tumular com cenas da Criação do Mundo, divididas por edículas, último quartel do século XIV, autor não identificado, calcário de Coimbra. Coimbra, Sé-Velha de Coimbra, arcossólio da nave lateral esquerda (jacente). ©DGPC. Foto: Anísio Saraiva; cortesia Museu Nacional de Machado de Castro.

150-151), situação que se tornou ainda mais clara quando tivemos conhecimento dos fragmentos do túmulo que ainda conservam partes dos brasões que decoravam as extremidades do antigo sarcófago (como tão bem reproduziu António Augusto Gonçalves nos seus desenhos), e que repetem a mesma heráldica. É provável que o bispo já tivesse instituído capela e feito a encomenda do seu túmulo na sé de Coimbra, sendo aí sepultado em túmulo parietal (inserido em arcossólio).

O jacente, não obstante a destruição de boa parte do corpo e das insígnias episcopais é, ao nível da face, muito naturalista na representação (arriscamos mesmo afirmar que é realista, tanto quanto possível), e pode, eventualmente, ter sido realizado através de máscara funerária, hipótese que não conseguimos propor para nenhum outro jacente português do século XIV. De rosto imberbe e com os cabelos cortados a direito e levemente enrolados para fora, ao nível das orelhas, de acordo com a moda da época, as madeixas estão bem marcadas através de linhas sobrepostas sulcadas na pedra e cingidos pela mitra. Ao contrário dos jacentes portugueses do século XIV que o antecedem, D. Vasco Rodrigues não tem os olhos abertos, na condição de ressuscitado que se apresenta no seu corpo glorioso, mas tem os olhos fechados, a boca inexpressiva e no sentido descendente, a acompanhar as rugas faciais que lhe conferem semblante pesado e envelhecido, mas também muito próximo de um rosto verdadeiro – o rosto de um cadáver (SARAIVA, FERNANDES E MORUJÃO, 2014: 164).

Muito atribulada foi a vida deste túmulo no interior da sé, sendo destruído no século XVIII e os fragmentos de pedra esculpida da sua arca sepulcral usados como alvenaria de enchimento de paredes. Assim os encontrou António Augusto

Gonçalves na década de 20 do século passado, tendo-os recolhido no Museu Nacional Machado de Castro, do qual era director. Por gosto pessoal e “deformação profissional” fez desenhos aguarelados com propostas de reconstituição do túmulo original, com o cuidado de assinalar, através de cores diferenciadas, os lugares onde encaixariam os fragmentos originais que sobreviveram e as suas sugestões especulativas, mas, sem dúvida, fundadas na observação de obras de arte medieval dedicadas à mesma temática religiosa: a *Criação do Mundo*. Tema raríssimo na nossa escultura medieval, nas conhecido através de manuscritos iluminados, a sua composição nesta obra tumular distribuía-se, na face longa voltada para o público, por duas filas sobrepostas (dois andares) formadas por edículas que separavam as várias cenas (SARAIVA, FERNANDES E MORUJÃO, 2014, 167-170).

À semelhança do que sucedeu com a época medieval, os túmulos de bispos e arcebispos de Lisboa do período moderno (do Renascimento ao Barroco) não foram particularmente férteis no que diz respeito à representação iconográfica dos defuntos. Esta afirmação não deve merecer admiração, na medida em que está de acordo com a tendência artística dominante da tumulária do nosso país que parece ter optado quase sempre por programas iconográficos mais sóbrios. Os que não exibem tal severidade constituem em definitivo exceções à regra (p. ex. o túmulo do bispo da Guarda D. Jorge de Melo (1519-1548) no convento de São Bernardo de Portalegre ou o do bispo de Miranda D. Manuel de Moura Manuel (1632-1699) na capela de Nossa Senhora da Penha de França em Ílhavo).

Todavia, no início do Renascimento em Portugal, época sensivelmente correspondente ao primeiro quartel do século XVI, a tumulária parietal vulgariza-se com naturalidade sobre o modelo mais antigo de arca sobrepujada por estátua jacente e rodeada por motivos heráldicos e fitomórficos (FLOR, 2002). O sentido verticalista destes *moimentos* que albergam também ora retábulos pintados, ora grupos escultóricos de vulto, espelha melhor a nova atitude do Homem perante o fenómeno da morte (ARIÈS, 1989). O aumento aparatoso das dimensões dos túmulos e o enriquecimento do conjunto iconográfico e ornamental do mesmo chegam a extravasá-los, expandindo-se por capelas privadas ou pelas paredes laterais dos templos. As últimas moradas são os lugares por excelência onde os sepultados afirmam as suas virtudes cardeais e teologais, na sua relação com a sociedade e com Deus respetivamente (MARTÍNEZ GIL, 2000). A extrema visibilidade que ganham no espaço sagrado, por exemplo com a criação de capelas sepulcrais exclusivas ou com a imposição da imagem na ousia da igreja, faz da arte funerária um instrumento essencial para a perenidade da memória do prelado, mesmo depois da morte (VOVELLE, 1983).

Depois da Contra-Reforma e até ao início do século XVIII, com o ciclo do barroco à italiana do reinado de D. João V, o despojamento decorativo e a austeridade formal dos monumentos fúnebres são evidentes e parecem traçar para a escultura um forte paralelo visual com as características dominantes da arquitetura do mesmo período: a clareza, a ordem, a proporção e a simplicidade do estilo-chão, de que falava George Kubler (KUBLER, 1972). Quando seria de esperar que a tumulária contemplasse nos seus programas iconográficos e decorativos as formas agitadas e abundantes do estilo barroco, verificamos que a arte funerária escolheu pelo contrário, um figurino de recorte mais clássico e rígido, bem ao gosto do *decorum* tridentino em voga no nosso país entre a época da monarquia dual e o pós-Restauração (XAVIER, 2001).

A encomenda artística dos túmulos no século XVI previu em várias ocasiões a existência de estátuas jacentes ou ainda de orantes (à boa-maneira da arte francesa de inspiração lombarda), a sublinhar o carácter de *beatus* do defunto (BALSAMO, 2002). Todavia, no ocaso da renascença em Portugal e seguindo o modelo régio imortalizado na capela-mor da igreja do mosteiro jerónimo de Santa Maria de Belém com os túmulos de D. Manuel I e D. João III e respetivas esposas (c. 1572), os monumentos funerários dos prelados tornam-se mais compactos e menos exuberantes (VALE, 1998). A forma piramidal desses novos túmulos, numa citação visual evidente do catafalco (coberto por brocados e veludos) e do ataúde presentes nos ofícios fúnebres, substitui a antiga tipologia parietal do arco triunfal adossado à caixa murária (por vezes um arcossólio) com jacente/orante, urna e demais decorações iconográficas (p.ex. a representação da Virgem da Assunção ou de um *Julgamento final*, de um brasão heráldico, de imaginária avulsa entre outras). São bons exemplos dessa substituição os túmulos do bispo de Viseu D. Jorge de Ataíde (†1578) no convento de Santo António da Castanheira do Ribatejo ou os dos Castros na capela do *Corpus Christi* do convento de São Domingos de Benfica, ordenados pelo bispo da Guarda e inquisidor-mor do reino D. Francisco de Castro (1574-1653).

Tomando por base as considerações gerais tecidas a propósito da tumulária de prelados portugueses do período moderno, importa centrar mais em particular as nossas atenções para o sucedido com os arcebispos de Lisboa, no final do século XV até ao início do século XVIII. A situação da arte funerária na capital, no que aos exemplares remanescentes diz respeito, não foi substancialmente diferente do resto do país como à partida se poderia equacionar. Nem o estatuto de metrópole de um vasto Império, nem o facto de ser uma cidade cosmopolita e portanto mais permeável às novidades plásticas e estéticas propagadas pela Europa quinhentista e seiscentista foram suficientes para uma maior abertura e

inovação na construção de túmulos, capelas sepulcrais ou cenotáfios dignos de registo (CONSTABEL, 2016). Nem tão pouco serve de justificação à escassa existência de testemunhos os incêndios e os fortes abalos sísmicos sentidos em Lisboa, 1531 e 1755 em concreto, que destruíram parte do espólio artístico da sé e de outros lugares sacros na cidade.

A maioria dos arcebispos de Lisboa rejeitou a tumulária de aparato que os modelos medievais ou tardo-renascentistas tinham prospetado, como vimos, optando por locais de sepultamento despojados, quase sempre em campas rasas ou carneiros no interior do templo maior da capital (veja-se o caso de D. Rodrigo da Cunha (1577-1643) que da capela-mor foi trasladado para uma campa junto da Porta do Ferro na sé). Esta prática não constituiu novidade e o rastreio desses lugares, em grande parte incertos ou hoje desaparecidos, comprova essa atitude desapossada e modesta. Ainda que se possa advogar que as campas rasas situadas na capela-mor ou em outros locais da sé não eram sítio de somenos, dada a importância litúrgica e simbólica dos espaços, certo é que os arcebispos rejeitaram a exuberância decorativa primeiro, formal depois, para assinalar a sua última morada. Vejamos alguns exemplos que escaparam à regra enunciada e que justamente não se encontram na sé de Lisboa.

A última morada do cardeal D. Jaime, filho do infante D. Pedro, duque de Coimbra e portanto neto de D. João I, não foi a sé de Lisboa, como se poderia imaginar pelo facto de ter administrado a arquidiocese desde 1453, ainda em tenra idade. Depois do recontro de Alfarrobeira (1449), a partida de D. Jaime para a Flandres com mais dois irmãos, onde foram acolhidos pela tia, a poderosa duquesa da Borgonha D. Isabel, logo após a referida batalha, veio a revelar-se fundamental para o percurso biográfico e espiritual do futuro prelado. Além da concessão de uma pensão avultada (e invulgar ao tempo) em 1450, D. Isabel comprou-lhe uma casa em Bruges, onde viviam também outros portugueses (RAMOS, 2009). Um ano depois (1451), D. Jaime viaja até Roma na qualidade de protonotário apostólico, com o firme propósito de enveredar pela carreira eclesiástica, estabelecendo-se no mosteiro beneditino dos Olivetanos. A influência política e financeira do ducado da Borgonha e o empenho da Coroa portuguesa em promover D. Jaime, através do rei D. Afonso V, permitiram a sua rápida ascensão na hierarquia da Igreja. A posse do prebostado de São Pedro de Lille em 1452 e a administração do bispado de Arras e do arcebispado de Lisboa em 1453 ilustram tal ascensão meteórica, que viria a culminar na concessão do título de cardeal-diácono de Santo Eustáquio por parte do papa Calisto III em 1456. O bispado de Pafos (Chipre) e a dignidade do chapéu cardinalício em Roma em foram outras benesses recebidas por estes anos. Filipe

o Bom, duque da Borgonha, ainda quis fazer de D. Jaime prior dos cônegos regulares de Santo Agostinho de Notre-Dame de Châtillon-sur-Seine. No entanto, D. Jaime viria a falecer em Florença em agosto de 1459, nunca beneficiando deste outro privilégio.

Para o local de sepultamento, D. Jaime elegeu o mosteiro beneditino de São Miniato al Monte (arredores de Florença), ordenando a seus testamenteiros (D. Álvaro Afonso, bispo de Silves e Afonso Anes, cônego da Sé de Lisboa) a construção de uma capela, com respetivo dote e alfaia para garantir os ofícios religiosos (ATANÁZIO, 1983). Tal edificação, cujo arranque ronda o ano de 1460, recebeu a concordância dos beneditinos e da corporação florentina dos mercadores que tinham a seu cargo a responsabilidade das obras nesse mosteiro. As avultadas somas que serão despendidas na construção da capela sepulcral e o recurso a artistas de gabarito na Florença do *Quattrocento* (p. ex. os Rosselino, os Pollaiuolo, Alesso Baldovinetti ou Luca della Robbia), atestam a desafogada capacidade financeira que D. Jaime detinha ao tempo da morte, além das verbas essenciais que a duquesa D. Isabel concedeu para a conclusão do magnífico memorial do sobrinho. A obra é particularmente relevante e inovadora do ponto de vista espacial e decorativo, por se tratar talvez da primeira capela sepulcral da Renascença italiana, uma vez que importa recordar que a tradição funerária na cidade do Arno assentava na construção de arcos triunfais de maior ou menor imponência, embebidos ou até adossados aos muros dos templos (p. ex. os túmulos de Leonardo Bruni da autoria de Bernardo Rosselino em Santa Croce em Florença, de 1444, ou o do bispo Benozzo Federighi em Santa Trinità, também em Florença, de 1455). A sepultura, composta por estátua jacente de fino talhe escultórico e de valor retratístico elevado, espelha bem as qualidades da melhor produção escultórica da segunda metade do século xv, ou seja, do apelidado *sweet style* florentino (AVERY, 1992).

Podemos hoje especular se o perfil intelectual e artístico de D. Jaime, aliado ao gosto educado na cultura humanista do *Quattrocento*, teria possibilitado porventura a construção de um monumento sepulcral na sé de Lisboa. Todavia, a íntima ligação financeira e religiosa à cidade florentina e o modo abrupto como saiu do nosso país em circunstâncias políticas delicadas fizeram talvez com que D. Jaime optasse antes por São Miniato al Monte e não elegesse a sé lisboeta, que então administrava, como espaço para albergar os seus restos mortais.

Fenómeno semelhante ao de D. Jaime de Portugal sucedeu também a D. Jorge da Costa, o cardeal de Alpedrinha. Figura destacada da Cúria romana, obteve a sua formação intelectual junto do hospital colégio de Lisboa de São Paulo (mais tarde conhecido por colégio de Santo Elói na posse dos frades lóios



Fig. 166. Antonio Rossellino, jacente do cardeal D. Jaime de Portugal, séc. XV. Florença, San Miniato al Monte (capela do cardeal D. Jaime de Portugal). Foto: Miguel Metelo Seixas.

a Santiago), estudando na ocasião Latim, Filosofia e Teologia e sendo aí também ordenado presbítero. A sua indigitação por parte de D. Afonso V para mestre da irmã mais nova, D. Catarina, revela bem a ascensão de D. Jorge na Corte, o qual viria a tornar-se também o confessor do rei. Infelizmente, as crónicas asseveram a existência de um retrato de D. Jorge da Costa que depois se perdeu. Existia num retábulo que ornava a capela de Nossa Senhora da Glória, onde jazia a referida D. Catarina. A ligação profunda estabelecida com esta e a devoção pessoal por Santa Catarina do mesmo nome fez com que, para a sua heráldica pessoal, D. Jorge da Costa viesse a eleger a roda dentada alusiva ao martírio (MENDONÇA, 1991).

A nomeação posterior de D. Jorge como bispo de Évora (1463) e arcebispo de Lisboa (1464), bem como abade comendatário da abadia de Alcobaça (1475) e, entre outras benesses papais, como a de cardeal pelo papa Sixto IV (1476) resulta precisamente desse bom ambiente que reuniu à sua volta no seio da Corte portuguesa, tornando-se um homem da confiança política (como membro do

Conselho do rei), diplomática e religiosa (em Roma a partir de 1480) de D. Afonso V. O interesse e a caridade manifestados pela sé lisboeta ao longo do seu múnus, traduzidos nos apoios financeiros concedidos a esmolas, à redenção de cativos e à construção do grande retábulo de São Vicente da autoria de Nuno Gonçalves e da imponente torre dos sinos, não foram suficientes para elegê-la como última morada.

Com efeito, expressou a vontade em testamento, lavrado em 1499, de se fazer sepultar numa das capelas da nave sul da igreja de Santa Maria del Popolo em Roma, outrora dedicada a Santa Catarina de Alexandria e que fora pertença do cardeal Domenico della Rovere até 1488, data em que a vendeu a D. Jorge. Além de um retábulo pétreo, bem ao gosto do renascimento romano de Gian Cristoforo Romano (1456-1512), e de algumas pinturas a fresco de Pinturicchio, D. Jorge da Costa elegeu Andrea Bregno (1418-1506) e seus colaboradores (Mino da Fiesole?) como os responsáveis pelo programa escultórico e iconográfico do túmulo, onde os elementos heráldicos e a estátua jacente de enorme qualidade plástica pontificam todo o conjunto parietal (GRILLO, 1994). A ideia de imortalidade e o sentido classicista do monumento, ora decorado por finos relevos nas pilastras a fazer lembrar os motivos da *Domus Aurea* de Nero recém descoberta, ora cinzelado com médios relevos, dos quais se destaca a Virgem com Menino e dois anjos a sobrepujar o arcossólio tumular, contrastaria em demasia com a austeridade medieval imposta pelas paredes românicas da sé de Lisboa, mesmo que adornadas com finas tapeçarias e retábulos, como sabemos terem existido outrora no interior (RICHARDSON, 2009). A sensibilidade artística de D. Jorge da Costa traduzir-se-ia assim melhor num sepulcro pleno de dignidade clássica nos cânones do Renascimento e, na cidade do Tibre à época, respirava-se essa atmosfera classicizante, anos antes do arrojo da *maniera* de Rafael, Miguel Ângelo e do terrível saque de Roma.

Por último, analisemos o caso do túmulo do cardeal D. Henrique. Tendo sido proclamado regente de Portugal entre 1562 e 1568, durante a menoridade do sobrinho-neto D. Sebastião, D. Henrique assumiu a administração do arcebispado de Lisboa, depois de ter resignado o cargo de arcebispo de Évora no bispado do Algarve, D. João de Melo (POLÓNIA, 2005). Figura influente na Corte de D. João III e na Cúria Romana, o cardeal percorreu várias instâncias da hierarquia eclesiástica, desde o priorado do mosteiro de cónegos regantes de Santa Cruz de Coimbra, até ao arcebispado de Braga (1533-1540), Évora (1540-1564) e Lisboa (1564-1569), além de ter desempenhado funções de inquisidor-mor do reino (1539-1579) e de ter recebido do Sacro Colégio Pontifício a púrpura cardinalícia em 1546.



Fig. 167. Túmulo do cardeal-rei D. Henrique de Portugal, séc. XVI, pedra. Lisboa, Mosteiro dos Jerónimos (Real Panteão). ©DGPC. Foto: José Avelar / Museu de Lisboa.

Ao contrário dos seus antecessores no cargo de arcebispo de Lisboa, o cardeal-Infante D. Afonso de Portugal (1523-1540) e D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos (1540-1564), D. Henrique não escolheu a sé de Lisboa como *locus sepulcralis*. Com efeito, o irmão D. Afonso de Portugal veio a eleger um espaço particularmente relevante do ponto de vista simbólico e histórico – a capela-mor do templo metropolitano – junto do majestoso retábulo dedicado a São Vicente, da autoria do pintor Nuno Gonçalves (act. 1450-1492). Este retábulo evocativo das conquistas portuguesas no norte de África, que culminaram na tomada de Arzila e Tânger em 1471, servia de local de culto à família real, pelo menos desde o reinado de D. João I no final do século XIV, tanto nas cerimónias mais relevantes

da vida quotidiana da Corte como nas vésperas de combates militares contra os infiéis (FLOR, 2010).

Tal como o cardeal-infante D. Afonso, também D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos (1480-1564) veio a escolher a capela-mor da sé para o seu sepulcro, dando continuidade à tradição de sepultamentos de bispos e arcebispos passados com o uso de lápides funerárias discretas assinalando o espaço que lhe foi destinado (SERRÃO, 2000). Homem poderoso no seio da corte pela descendência dos condes de Penela (seu pai D. Afonso de Vasconcelos e Menezes era o primeiro titular) e pelos altos cargos desempenhados, nomeadamente os de deão e de capelão-mor da Capela real, bem como os de prior-mor do mosteiro lisboeta de São Vicente de Fora, o de reitor na Universidade de Coimbra e ainda o de inquisidor-mor do reino, D. Fernando foi responsável por várias empreitadas artísticas na sé e pela renovação artística da mesma, seguindo os critérios e ditames do Humanismo renascentista (SERRÃO, 2001).

Ao invés, o cardeal D. Henrique seguiu a tradição familiar de um passado recente de sepultamentos reais no mosteiro hieronimita de Santa Maria de Belém, numa manifestação de ritualização da História, elegendo o transepto norte como lugar de memória eterna pela sua passagem terrena, junto dos túmulos dos sobrinhos-netos e dos restantes membros da dinastia Avis/Beja. O figurino aparatoso dos monumentos funerários de Belém (c. 1572) pauta-se pela austeridade decorativa, bem ao gosto chão, e a ausência de estátua jacente no túmulo faz-se notar, aludindo-se deste modo à transitoriedade da vida e à humilde condição humana face ao *memento mori* (ARAÚJO, 1991). Foi assim com os túmulos dos primeiros reis desta nova dinastia na capela-mor do templo (D. Manuel I, D. Maria de Aragão e Castela, D. João III e D. Catarina de Áustria) e manteve-se com os restantes familiares (em todo o forro do transepto), num programa iconográfico uno, coerente e pleno de intenções celebrativas da casa de Avis/Beja e de (re)afirmação de um poder dinástico, ironicamente nas vésperas de se tornar dependente de um regime monárquico dual, inaugurado por Filipe II de Espanha a partir de 1581. O monarca espanhol, em 1582, viria a proceder à trasladação dos restos mortais do cardeal D. Henrique, da capela palatina do paço real de Almeirim para Belém, onde repousavam provisoriamente, o mesmo sucedendo com os de D. Sebastião, trazidos de Alcácer Quibir, numa data em que a conclusão dos trabalhos do forro do transepto e respetivas sepulturas se dava (em parte) por concluído. Com efeito, só no reinado de D. Pedro II (c. 1682), no tempo do governo do arcebispo de Lisboa D. Luís de Sousa (1630-1702), também capelão-mor do rei, se tomaram as necessárias diligências para que se desse por concluído todo o projeto arquitetónico e decorativo das sepulturas (VALE, 1998).

A tipologia tumular de reprodução do efémero em pedra, ensaiada em Belém logo em 1572, parece inspirar-se no aspeto formal da arte fúnebre efémera do tempo, nomeadamente nas exéquias em homenagem ao defunto. Como vimos, o modelo eivado de prestígio simbólico foi posteriormente reutilizado ao longo dos séculos XVII e XVIII em várias ocasiões por prelados e não só, casos dos monumentos fúnebres dos duques de Bragança na igreja do convento dos agostinhos em Vila Viçosa (c. 1677) ou do bispo D. António Pereira da Silva na capela das relíquias da sé de Faro (c. 1715). A arte portuguesa de Seiscentos parece ter preferido o despojamento iconográfico e ascético de gosto contra-reformado e da piedade protobarroca, ao contrário da restante Europa que assiste, durante o século XVII, à introdução progressiva de modelos que destacam a *vanitas* (CONSTABEL, 2016) e o triunfo pomposo da morte sobre a vida, bem como a imagem (mórbida) do macabro que, no caso português, marcava

sobretudo presença nas cerimónias fúnebres que antecipavam o último rito coletivo de homenagem ao defunto. Assim aconteceu com reis e nobreza, tal como sucedeu com o clero e, por maioria de razão pelo que fica dito, com os arcebispos de Lisboa.

CARLA VARELA FERNANDES
PEDRO FLOR

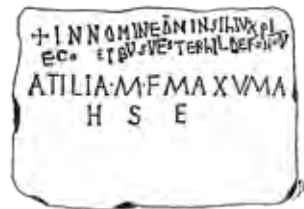
BIBLIOGRAFIA. Fontes impressas: *CABIDO DA SÉ*, 1954; CARDOSO, 1652-1666; CUNHA, 1642; **Estudos:** ARAÚJO, 1991; ARIÈS, 1988; ARIÈS, 1989; ATANÁZIO, 1983; AVERY, 1992; BALSAMO, 2002; BARROCA, 2000; BRANCO, 1999; CASTILHO, 1895; CASTILHO, 1970; COELHO, 1990; CONSTABEL, 2016; FERNANDES, 2001; FERNANDES, 2004a; FERNANDES, 2006a; FERNANDES, 2017; FIGUEIREDO, 2000; FLOR, 2002; FLOR, 2010; GRILO, 1994; KUBLER, 1972; MARTÍNEZ GIL, 2000; MATTOSO, 1993; MENDONÇA, 1991; MORUJÃO, 2009; POLÓNIA, 2005; RAMOS, 2009; RICHARDSON, 2009; SARAIVA, FERNANDES E MORUJÃO, 2014; SARAIVA, MORUJÃO E SEIXAS, 2014; SERRÃO, 2000; SERRÃO, 2001; SILVA E RAMÔA, 2009; SOTO CAVA, 2016; SOUSA, 1982; SOUSA, 2003; VALE, 1998; VOVELLE, 1983; WILSON, 2014; XAVIER, 2001.

Corpus iconográfico



BISPOS DE LISBOA

Ildefonso
[século X]



Inscrição funerária romana, do túmulo de Atilia Maxuma (séc. I), reaproveitada em época alto-medieval, encontrada em 1956 na aldeia de Faião, Sintra, séc. XI [atr.], calcário. São João das Lampas - Sintra, Museu Arqueológico de Odrinhas, n.º inv. F/LR/56/9. © Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, Câmara Municipal de Sintra. Junto o respetivo decalque publicado em Almeida, 1958: 31. [Fig. 13-14]

Gilberto de Hastings
(1147-1163/1165)





Sinal rodado de Gilberto de Hastings, 1159 fevereiro, pergaminho. Lisboa, ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Cristo e Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 1, n.º 5, PT/TT/OCCT/001/5. © ANTT. [Fig. 19]




Esta carta de doação de diversas igrejas à Ordem do Templo é autenticada com o sinal rodado de D. Gilberto, processo de validação raras vezes usado por um bispo e, por via de regra, reservado ao rei (MORUJÃO, 2010: 611). O seu uso deve-se ao facto de o documento ter sido elaborado na chancelaria régia, como indica o nome do escriba, Pedro Silva, cujo trabalho ao serviço de D. Afonso Henriques é conhecido (DMP-DR. Neste sinal, ao centro, surge uma cruz cujos braços dividem em pares as letras que formam o nome da diocese: UL / IX / BO / NA. Em redor, entre dois círculos concêntricos, uma legenda explica tratar-se do sinal do bispo: + SIGNVM GVILIBERTI VLIXBONENSIS EPISCOPI. O documento apresenta também os furos de suspensão de um selo desaparecido, que a corroboração não anuncia. É provável que pertencesse ao prelado, oriundo das Ilhas Britânicas, onde a prática da selagem já se encontrava então difundida (MORUJÃO, 2012: 21). Assim sendo, seria o terceiro mais antigo selo de bispo de que há notícia em Portugal.

MARIA DO ROSÁRIO MORUJÃO

BISPOS DE LISBOA

Soeiro (1185-1209)		<p>Selo do bispo Soeiro com a legenda + SIG / ILLVM SVARIU OLI / XBONENSIS EPISCOPI, 1206 abril, cera. Lisboa, ANTT, <i>Sé de Coimbra</i>, 1.ª inc., mç. 9, n.º 21, PT/TT/CSC/1DP09/21. ©ANTT [Fig. 24]</p> <p>O único exemplar sobrevivente do selo do bispo de Lisboa D. Soeiro autentica uma carta de composição entre o prelado de Coimbra e a Ordem do Templo, questão em que D. Soeiro interveio como árbitro. De cera vermelha acastanhada, o selo possui ainda a maior parte do cocho de bordas mais elevadas sobre o qual a matriz foi aposta e que permitiu a sobrevivência, praticamente intacta, da impressão. A forma de dupla ogiva é a mais habitual nas matrizes episcopais até ao século XV e apresenta, como era comum à época, a representação do bispo, de pé, envergando as vestes pontificais, segurando na mão esquerda o báculo, cuja crossa, aliás, invade a área da legenda, estando a mão direita erguida em gesto de bênção. A mitra que cobre a sua cabeça tem ainda a forma bicórnica antiga, que num selo de 1206 é já arcaizante. A legenda, em maiúsculas e sem abreviaturas, corresponde à formulação mais usual nos selos episcopais, indicando apenas o nome próprio do bispo e o cargo que exercia (CHASSEL, 2014; MORUJÃO E SARAIVA, 2014: 218-219).</p> <p>MARIA DO ROSÁRIO MORUJÃO</p>
Soeiro Viegas (1211-1233)		<p>Selo do bispo Soeiro Viegas, 1217, cera. Lisboa, ANTT, OCRSA, <i>Mosteiro de São Vicente de Fora</i>, 1ª inc., mç. 2, nº 3, PT/TT/MSVFL/1M02/03. ©ANTT. [Fig. 27]</p>

BISPOS DE LISBOA

		<p>Túmulo de D. Soeiro Viegas sob a forma de uma arca trapezoidal e tampa sepulcral com o mesmo formato e escalonada com decoração incisa na tampa (insígnias episcopais), autor não identificado, séc. XIII, calcário. Lisboa, Sé de Lisboa (atualmente na capela de Santo Aleixo no claustro da Sé). © DGPC/ADF. Foto: José Pessoa. [Figs. 28-29]</p>
<p>Airas Vasques (1244-1258)</p>		<p>Primeiro selo do bispo D. Airas Vasques com a legenda + <i>S(igillvm) : A(rie) : VLIXB / ONENSIS : EP(iscop)l</i>, [1244-1258], cera. Lisboa, ANTT, <i>Selos soltos</i>, cx. 1, saco 75. © ANTT [Fig. 34]</p> <p>Selo do bispo D. Airas Vasques elaborado a partir da segunda matriz usada pelo prelado, com a legenda + <i>S(igillum) : A(rie) : VLIXBO / N / ENSIS : EP(iscopi)</i>, 1258 outubro 3, cera. Lisboa, ANTT, <i>O. Cist., Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça</i>, 1ª inc., D.P., mç. 9, nº 23, PT/TT/MSMALC/1DP09/23. © ANTT [Fig. 36]</p>
<p>Mateus (1262-1282)</p>		<p>Selo de D. Mateus enquanto bispo eleito, 1259, cera. ANTT, <i>O.C., Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça</i>, 1ª inc., Documentos particulares, mç. 9, nº 36, PT/TT/MSMALC/1DP09/36. © ANTT [Fig. 152]</p>

BISPOS DE LISBOA



Selo e contrasselo do bispo D. Mateus com as legendas + *S(igillvm) MAT[HEI] . . . I . . . / [VLIXBON]EN[sis]* (selo) e + *S(ecretum) MA[TH] EI EP(iscop)I VLIXBON(ensis)* (contrasselo), 1266 outubro 2, cera. Lisboa, ANTT, *O.P., São Domingos de Lisboa*, lv. 15, f. 29 (anverso e reverso), PT/TT/CSDL/liv15. © ANTT [Figs. 38-39]



Túmulo do bispo D. Mateus com arca sepulcral sem decoração, assente em colunelos e coberta com tampa com jacente com a representação do bispo dotado das suas insígnias episcopais. Autor não identificado, c. 1282, calcário (lizo?). Lisboa, Sé de Lisboa (atualmente na capela de Nossa Senhora da Terra Solta (ou da Misericórdia) no claustro). © DGPC/ADF. Foto: José Pessoa. [Figs. 40-41]



A tampa é delimitada por uma moldura, em jeito de nicho trilobado no qual se insere o jacente do bispo - uma opção comum na tumulária espanhola, francesa ou inglesa durante o século XIII, mas que entre nós só tem este exemplo (entre os remanescentes). Traja vestes episcopais (casula muito ampla), cabeça mitrada, luvas, anel e báculo com crosse em voluta. Apesar de ser visível uma certa rudeza do trabalho escultórico, o rosto do jacente revela a caracterização da idade avançada do prelado, através da marcação das rugas faciais. Com significativa perda de matéria (especialmente no nariz), o rosto é largo e quadrado, com grandes olhos arredondados, espessas sobrancelhas e lábios grossos e salientes.

Terá sido disposto, originalmente, na capela de S. Nicolau, que este mandara erigir no claustro da catedral (CUNHA, 1642: 182-182v). Foi reencontrado, durante as obras de restauro da Sé, no braço norte do transepto da igreja, a servir de alvenaria de enchimento e atrás dos altares de Sta. Ana e Santa Catarina juntamente com o túmulo de D. Soeiro Viegas (CASTILHO, 1970: 77). Não se conhecem indicações por parte deste bispo para que fosse erigido o seu moimento, embora tivesse tido tempo e oportunidade para o fazer (quando escolheu o local de sepultura, por exemplo), uma decisão que não seria inusual para importantes prelados dos séculos XIII e XIV de outras dioceses.

CARLA VARELA FERNANDES

BISPOS DE LISBOA

**João Martins de Soalhães
(1294-1313)**



Selo e contrasselo do bispo D. João Martins de Soalhães, [1294-1313], cera. Legenda: *S(igillvm) I(o)H(ann)IS D(e)i GRA(tia) / EP(iscop)i VLIXBON(ensis)*. Legenda do contrasselo: *+ S(igillvm) I(ohannis) EP(iscop)i CURIE VLIXBONE(nsis)*. Lisboa, ANTT, *Selos soltos*, cx. 1, saco 74A (anverso e reverso). ©ANTT [Figs. 46-47]

**Estêvão Miguéis
(1313-1322)**



Selo do bispo D. fr. Estêvão Miguéis com a legenda *[S(igillvm)] STEPHAN[us] D(e)i / GR(ati)A EP(iscop)i VLIXBONENS(is)*, 1317 outubro 1, cera. Lisboa, ANTT, *Gavetas*, gav. XII, m. 5, nº 1, PT/TT/GAV/12/5/1. ©ANTT [Fig. 48]

**Gonçalo Pereira
(1322-1326)**



Selo do bispo D. Gonçalo Pereira com a legenda *S(igillvm) GONSALVI MIS(er)ACIONE / DIVINA VLIXBONENS(is) EP(iscop)i*, 1322 maio 28, cera. Madrid, AHN, *Sigil-Sellos*, C. 81, nº 1. ©AHN [Fig. 50]



Túmulo de D. Gonçalo Pereira sob a forma de uma arca tumular decorada nas quatro faces, assente sobre figuras de seis leões e coberta com tampa com jacente, onde representa o prelado com as insígnias episcopais e figuras anjos, 1334-(1336), Mestres Pero e Telo Garcia (documentado), calcário de Coimbra. Braga, Sé de Braga, capela sepulcral do arcebispo (Capela da Glória) (daustro). ©Cabido da Sé de Braga. Foto: DGPC/José Pessoa. [Fig. 51]

BISPOS DE LISBOA



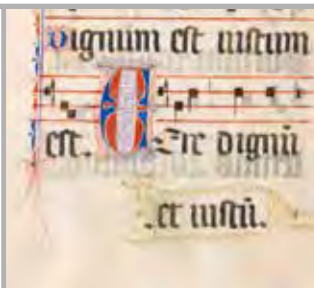
Vestes litúrgicas funerárias armoriadas de D. Gonçalo Pereira (mitra e luvas), primeira metade do séc. XIV, tecidos. Braga, Cabido da Sé de Braga – Tesouro-Museu da Sé de Braga, n.º inv. TMSB 1756-7 TEX. © Cabido da Sé de Braga – Museu Pio XII. Foto: Manuel Correia. [Fig. 52-53]



Pintura mural com armas de D. Gonçalo Pereira na sua capela funerária, 1334-1336, frescos. Braga, Sé de Braga, capela sepulcral do arcebispo (Capela da Glória) (claustro). © Cabido da Sé de Braga [Fig. 54]

BISPOS DE LISBOA

**Teobaldo de Castillon
(1348-1356)**



Caricatura de um prelado inscrita em *Pontificale* pertencente a D. Teobaldo de Castillon e identificada por Daniel Williman como respeitando o próprio prelado, primeira metade do séc. XIV, pergaminho. Vaticano, BAV, *Borghese*, ms. 11, fl. 48v. © BAV [Fig. 60]

**Fernando Álvarez de
Albornoz (1369-1371)**



Andrea de' Bartoli (†1369), Fresco pintado no teto da capela, no qual Fernando Álvarez surge representado diante de Santa Catarina e do papa Urbano V, 1370, fresco. Bolonha, Biblioteca e Archivio Storico, Real Colegio de España. © Real Colegio de España. Foto: Teresa Valdaliso. [Fig. 67]



Quadro da época moderna com uma representação idealizada de Fernando Álvarez acompanhada de uma inscrição latina na qual se resumem os factos fundamentais da sua carreira eclesiástico-beneficial, tela. Bolonha, Biblioteca e Archivio Storico, Real Colegio de España. © Real Colegio de España. Foto: Teresa Valdaliso. [Fig. 68]

**Vasco Rodrigues, eleito
(1371)**







Selo de D. Vasco Rodrigues enquanto bispo de Coimbra, com a legenda *[S(igillvm)] VALASCI DEI GR(ati)A / EP(iscop)i COLIMBRIENSIS*, 1367 maio 28, cera. Lisboa, ANTT, *Mosteiro de Lorrão*, gav. 3, mc. 11, n.º 27, PT/TT/MSML/G3M11/00027. © ANTT [Figs. 70-71]



António Augusto Gonçalves (1848-1932), Desenho da reconstituição do túmulo do bispo D. Vasco, c. 1920, papel. Coimbra, Museu Nacional Machado de Castro. © DGPC. Museu Nacional Machado de Castro. [Fig. 72]

BISPOS DE LISBOA

		<p>Tampa tumular com jacente (fragmentado) assente sobre arca tumular (acrescento posterior); último quartel do século XIV, autor não identificado, calcário de Coimbra. Coimbra, Sé-Velha de Coimbra, arcossólio da nave lateral esquerda (jacente). © DGPC. Foto: Anísio Saraiva. [Fig. 164]</p>
		<p>Fragmento da antiga arca tumular com cenas da Criação do Mundo, divididas por edículas, último quartel do século XIV, autor não identificado, calcário de Coimbra. Coimbra, Sé-Velha de Coimbra. © DGPC/Museu Nacional Machado de Castro.</p>
		<p>Fotografia do jacente do túmulo do bispo D. Vasco, séc. XX. Cascais, Câmara Municipal de Cascais - Casa Reynaldo dos Santos Irene Quilhó dos Santos, CMC-CRSIQS/Arquivo Reynaldo dos Santos – F-002618. © Câmara Municipal de Cascais - Casa Reynaldo dos Santos Irene Quilhó dos Santos. Foto: António Novais. [Fig. 74]</p>
<p>Agapito de Colonna (1371-1380)</p>		<p>Sepultura de D. Agapito de Colonna, último quartel do século XIV, pedra. Roma, Basilica de Santa Maria Maior, nave central. © Cabido da Basilica de Santa Maria Maior. Foto: Foto Gioberti S.r.l.</p>

ARCEBISPOS DE LISBOA

João Anes Escudeiro (1384-1402)



Fragmento da tampa que cobria o primeiro necrógrafo de D. João Gomes, séc. XV, pedra. Lisboa, Sé de Lisboa (claustro). © DGPC. Foto: José Avelar/Museu de Lisboa. [Fig. 89]



Arca tumular de D. João Anes, séc. XVII, pedra. Lisboa, Sé de Lisboa (Capela de S. Sebastião). © DGPC. Foto: José Avelar / Museu de Lisboa. [Fig. 88]

João Afonso Esteves de Azambuja (1402-1415)



Túmulo armoriado do arcebispo D. João Afonso de Azambuja, séc. XV. Lisboa, Museu Arqueológico do Carmo, n.º inv. Esc. 86. © DGPC/ADF. Fotos: José Pessoa. [Figs. 92-93]



Pedro de Noronha (1423-1452)



Selo do arcebispo D. Pedro de Noronha com a legenda *Sigill[vm]... archi / episco[pi]...*, [1424-1452], cera. Lisboa, ANTT, Col. Selos Soltos, n.º 77, PT/TT/SIG/0077. © ANTT [Fig. 96]

ARCEBISPOS DE LISBOA

**Luís Coutinho
(1452-1453)**



Selo de D. Luís Coutinho enquanto bispo de Coimbra, com a legenda *S(igillvm) Lvdovici Coutinho / ...*, [1444-1452], cera. Lisboa, ANTT, *Sé de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 67, n.º 2484, PT/TT/CSC/2M067/2484. © ANTT [Fig. 97]

**Jaime de Portugal
(1453-1459)**



Friso armoriado da capela do arcebispo D. Jaime de Portugal, séc. XV, fresco. Florença, San Miniato al Monte (capela do cardeal D. Jaime de Portugal). Foto: Miguel Metelo Seixas. [Fig. 98]



Luca Della Robbia (1400-1482), medalhão com figura alegórica da virtude da fortaleza ostentando escudo com as armas do cardeal, séc. XV, cerâmica vidrada. Florença, San Miniato al Monte (capela do cardeal D. Jaime de Portugal). Foto: Miguel Metelo Seixas. [Fig. 99]



Selo do arcebispo D. Jaime de Portugal, 1456 agosto 16, cera. Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama*, mç. 3, nº 52, PT/TT/CSEAL/M03/000052. © ANTT [Fig. 100]

ARCEBISPOS DE LISBOA

		<p>António Rossellino, Jacente do cardeal D. Jaime de Portugal, séc. XV. Florença, San Miniato al Monte (capela do cardeal D. Jaime de Portugal). Foto: Miguel Metelo Seixas. [Fig. 101]</p> <p>O magnífico jacente do Cardeal D. Jaime em San Miniato testemunha a qualidade extrema da execução técnica do escultor Antonio Rossellino. Acresce ainda que esta peça assevera o triunfo da arte do retrato na tumulária do Renascimento em Florença, na sequência daquilo que Piero di Niccolò Lamberti (c.1393-1435) tinha feito em Veneza ou Donatello (1386-1466) e Luca della Robbia (c.1400-1482) deixavam por esses anos na cidade do Arno.</p> <p>PEDRO FLOR</p>
<p>Afonso Nogueira (1460-1464)</p>		<p>Selo do arcebispo D. Afonso Nogueira com a legenda <i>S(igillvm) r(everendissi)mi patris d(omni) Alfonsi Nogueira archiepiscopi Vlixbonensi(s)</i>, 1461 abril 15, cera. Madrid, AHN, <i>Sigil-Sellos</i>, C. 98, n.º 13. © AHN [Fig. 103]</p>
<p>Jorge da Costa (1464-1500)</p>		<p>Nuno Gonçalves (act. 1450-1492), <i>Painel do Arcebispo</i> dos Painéis de São Vicente, [1460-1470], Óleo e Têmpera (?) sobre madeira de carvalho, 206x128,3 cm. Lisboa, MNAA, n.º inv. 1364 Pint. © DGPC/ADF Foto: Luísa Oliveira / José Paulo Ruas [Fig. 104].</p> <p>Já se quis ver nesta imagem a representação dos arcebispos de Lisboa D. Pedro de Noronha (1423-1452) ou D. Afonso de Nogueira (1460-1464). Todavia, a figura de Arcebispo nos "Painéis de S. Vicente" trata-se de D. Jorge da Costa. A história da encomenda do magnífico retábulo de autoria do pintor Nuno Gonçalves (act. 1450-1492), a cronologia da sua execução (entre 1460 e 1470) e a extraordinária semelhança entre a máscara na pintura e a do jacente do mesmo prelado na igreja de Santa Maria del Popolo em Roma reforçam tal identificação e refutam outras de menor consistência argumentativa.</p> <p>PEDRO FLOR</p>

ARCEBISPOS DE LISBOA



Retrato do cardeal D. Jorge da Costa, séc. XVIII, tela. Lisboa, CCPL. © CCPL. Foto: Alexandre Salgueiro.



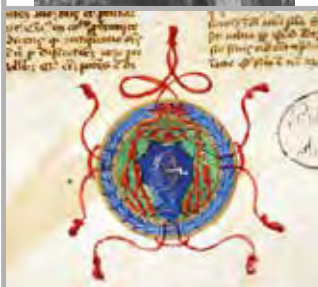
Selo do arcebispo D. Jorge da Costa, 1471 janeiro 18, cera. Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santa Marinha do Outeiro de Lisboa*, mç. 5, n.º 183, PT/TT/CSMOL/M05/183. © ANTT [Fig. 105]



Pedra de armas e pintura armoriada da capela funerária do cardeal D. Jorge da Costa, séc. XV, pedra. Roma, Santa Maria del Popolo. ©Basilica parrocchiale Santa Maria del Popolo. Foto: Miguel Metelo Seixas. [Fig. 106]



Pedra de armas do cardeal D. Jorge da Costa, séc. XV, pedra. Lisboa, Sé de Lisboa. © DGPC. [Fig. 150]







Iluminura heráldica em manuscrito pertencente ao cardeal D. Jorge da Costa, séc. XV, pergaminho. Roma, Biblioteca Angelica, *Manuscripti*, ms. 539, f. 1r. © Biblioteca Angelica [Fig. 107]




ARCEBISPOS DE LISBOA

		<p>Cruz processional com as armas de D. Jorge da Costa, séc. XV, metal. Lisboa, MNAA, nº inv. 771 Met. ©DGPC. Foto: José Pessoa. [Fig. 108]</p>
		<p>Andrea Bregno (c.1418-1503), Estátua jacente do cardeal D. Jorge da Costa, início do séc. XVI, pedra. Roma, Igreja de Santa Maria del Popolo. ©Basilica parrocchiale Santa Maria del Popolo. Foto: Miguel Metelo Seixas. [Fig. 109]</p>
<p>Martinho da Costa (1500-1521)</p>		<p>Autor desconhecido, Retábulo da chegada das relíquias de Santa Auta à Igreja da Madre de Deus, c.1522, Óleo sobre madeira de carvalho, 66,5x71,9 cm. Lisboa, MNAA, nº inv. 1462 - B Pint. © DGPC. Foto: José Pessoa. [Fig. 111]</p> <p>Em escala quase miniatural, denunciando um pintor de qualidade superior pela capacidade de retratar as várias fisionomias presentes na tábua do "Retábulo de Santa Auta", surge-nos uma rara representação do arcebispo D. Martinho da Costa. A julgar pela cronologia do seu múnus que coincidiu com a chegada das relíquias da aludida Santa ao mosteiro da Madre de Deus em Xabregas (Lisboa), a identificação é permitida, faltando-nos porém outros elementos iconográficos que nos sirvam de termo de comparação com este precioso testemunho.</p> <p style="text-align: right;"><i>PEDRO FLOR</i></p>
		<p>Paramentos oferecidos pelo rei D. Manuel I ao arcebispo D. Martinho da Costa, séc. XVI, tecido. Lisboa, Sé de Lisboa (tesouro). © Cabido da Sé de Lisboa. Foto: José Avelar / Museu de Lisboa. [Fig. 112]</p>





ARCEBISPOS DE LISBOA

		
Afonso de Portugal (1523-1540)		Retrato do cardeal-Infante D. Afonso, séc. XVIII, tela. Lisboa, CCPL. ©CCPL. Foto: Alexandre Salgueiro. [Fig. 113]
		Francisco de Melo? (?-†1536), Manuscrito em velino, que ostenta uma pintura com as armas do cardeal-infante e a sua condição de cardeal de São Brás e arcebispo de Évora, descoberto em 1935 e descrito em 1946 por Luís Silveira, atribuído a Francisco de Melo. Hamburgo, Staats-und Universitat Bibliothek de Hamburgo, Codex 136, f. 1. © Staats-und Universitat Bibliothek de Hamburgo. [Fig. 114]
		Constituições do arcebispado de Lisboa. Folha de rosto com armas. Lisboa: per Germam Galharde, 1537, papel. Lisboa, BNP, Res. 141//1 A. © BNP [Fig. 115]






ARCEBISPOS DE LISBOA

		Túmulo do cardeal-Infante D. Afonso, séc. XVI, pedra. Lisboa, Mosteiro dos Jerónimos (Real Panteão). © DGPC. Foto: José Avelar / Museu de Lisboa [Fig. 116]
Henrique de Portugal (1564-1569)		Francisco de Holanda (atrib.) (1517-1585), <i>Nossa Senhora de Belém</i> com a representação da família do rei D. João III, [c. 1550-1553], pintura a óleo sobre madeira de carvalho, 32x45 cm. Lisboa, MNAA, Inv. 1181 Pint. © DGPC. Foto: José Pessoa. [Fig. 117]
		Teto armoriado com as armas do cardeal-infante D. Henrique de Portugal, séc. XVI, pedra. Roma, Igreja dos Santos Quatro Coroados. Imagem cedida pelas Monjas Agostinhas do mosteiro dos Santi Quatro Coronatti. Foto: Miguel Metelo de Seixas. [Fig. 118]
		Pedra de armas do cardeal-infante D. Henrique de Portugal, aposta no arco triunfal da capela-mor, séc. XVI, pedra. Gaeiras, Convento de São Miguel das Gaeiras (conc. Óbidos). © Concelho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Oeste. [Fig. 119]
		<i>Constituições extravagantes do arcebispado de Lisboa</i> , Lisboa: em Casa de Francisco Correa, impressor do sereníssimo Cardeal Infante, 1565, papel. Lisboa, BNP, Res. 804//2 V. © BNP [Fig. 120]






ARCEBISPOS DE LISBOA

	<p>Cristofano di Papi dell'Altissimo, <i>Ritrato di Enrico I Re de Portogallo</i> (c. 1590-c. 1599), pintura sobre madeira, 60 x 43 cm. Firenze, Palazzo deli Uffizi, Galleria degli Uffizi, inv. n.º 3022. © Galleria degli Uffizi, Firenze. [Fig. 121]</p>
	<p>Autor desconhecido (séc. XVIII), Retrato do cardeal D. Henrique de Portugal, pintura a óleo. Évora, Museu de Évora, n.º inv. ME 1570. © DGPC. Foto: Manuel Ribeiro.</p>
	<p>Autor desconhecido (séc. XVIII), Retrato do cardeal D. Henrique de Portugal. Lisboa, Lisboa, Centro Cultural Casapiano. © Casa Pia. Foto: José Avelar / Museu de Lisboa.</p>
	<p>Autor desconhecido (séc. XVIII), Retrato do cardeal D. Henrique de Portugal como reformador da Ordem beneditina. Mosteiro de Singeverga. © Mosteiro de Singeverga. Foto: Luís Leal.</p>
	<p>Autor desconhecido (séc. XVIII), Retrato do cardeal D. Henrique de Portugal. Lisboa, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa. © Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa. Foto: Alexandre Salgueiro.</p>



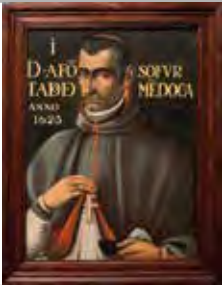


ARCEBISPOS DE LISBOA

		Autor desconhecido (séc. XVIII), Retrato do cardeal D. Henrique de Portugal. Braga, Paço Arquiepiscopal de Braga (Galeria dos arcebispos). © Arquidiocese de Braga
		Túmulo do cardeal-rei D. Henrique de Portugal, séc. XVI, pedra. Lisboa, Mosteiro dos Jerónimos (Real Panteão). © DGPC. Foto: José Avelar / Museu de Lisboa. [Fig. 122]
Jorge de Almeida (1569-1585)		Autor desconhecido (séc. XVIII), Retrato de D. Jorge de Almeida. Coimbra, Universidade de Coimbra (Sala do Exame Privado). © Universidade de Coimbra. [Fig. 124]
		Autor desconhecido (séc. XVIII), Retrato de D. Jorge de Almeida. Lisboa, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa. © Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa. Foto:
		Encadernação com <i>super-libros</i> heráldico de D. Jorge de Almeida na obra de Arnaldo Albertini (1480-1545) – <i>Tractatos solemnio et aureus... de agnoscendis assertionibus catholicis, et haereticis</i> . Venetis: ad Candentis Salamandrae Insigne, 1571 (2.ª edição). Lisboa, Col. Miguel Cabral Moncada. © Miguel Cabral Moncada. Foto: Ana Luisa da Cunha de Alvim. [Fig. 125]





ARCEBISPOS DE LISBOA

		Folha de rosto da obra <i>Index librorum prohibitorum</i> (Olysiptone: excudebat Antonius Riberius, 1581) com as armas de D. Jorge de Almeida, 1581, papel. BND: purl.pt/23331, Lisboa, BNP. © BNP [Fig. 126]
Miguel de Castro (1586-1625)		Amaro do Vale (atrib., c.1550-1619), <i>Adoração da Corte Celestial</i> por D. Filipe II de Portugal e seu séquito, [1612-1619], óleo sobre madeira de carvalho, 267x157 cm. Lisboa, MNAA, n.º inv. 178, Pint. © DGPC. Foto: José Pessoa. [Fig. 129]
		Autor desconhecido (séc. XVIII), Retrato de D. Miguel de Castro. Lisboa, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa. © Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa. Foto: Alexandre Salgueiro.
		Folha de rosto das <i>Constituições do arcebispado de Lisboa</i> assi as antigas como as extravagantes primeiras e segundas (Lisboa: por Belchior Rodrigues, 1588) com as armas de D. Miguel de Castro e mandadas publicar pelo próprio, 1588, papel. BND:purl.pt/14564. © BNP [Fig. 130]
		Lápide sepulcral do arcebispo D. Miguel de Castro, 1625. Lisboa, Sé de Lisboa, à entrada do templo. © Cabido da Sé Patriarcal de Lisboa. Foto: Paulo Almeida Fernandes.

ARCEBISPOS DE LISBOA





		
Afonso Furtado de Mendonça (1626-1630)		Folha de rosto da obra de Francisco da Maia intitulada <i>Sermão funeral nas exéquias do ilustríssimo e reverendíssimo senhor Dom Afonso Furtado de Mendonça</i> . (Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1631) com as armas do arcebispo D. Afonso Furtado de Mendonça, 1631, papel. Lisboa. © BNP [Fig. 131]
		Autor desconhecido (séc. XVIII), Retrato do arcebispo D. Afonso Furtado de Mendonça. Braga, Paço Arquiepiscopal de Braga (Galeria dos Arcebispos). © Arquidiocese de Braga [Fig. 132]
		Autor desconhecido (séc. XVIII), Retrato do arcebispo D. Afonso Furtado de Mendonça. Coimbra, Universidade de Coimbra (Sala do Exame Privado). © Universidade de Coimbra
João Manuel (1633)		Retrato do bispo D. João Manuel na obra <i>Retratos, e elogios dos varões, e donas, que illustraram a nação portuguesa</i> (Lisboa: Officina Simão Thaddeo Ferreira, 1817, Tomo I), 1817, papel. Lisboa, BNP. © BNP [Fig. 133]

ARCEBISPOS DE LISBOA

		<p>Frontispício do missal pontifical de Estêvão Gonçalves Neto (ativ. 1604-1627) (capelão do bispo de Viseu D. João Manuel, abade de Cerejo e depois cônego de Viseu) com as armas do bispo de Viseu D. João Manuel, [1616-1622], papel. Lisboa, BACL. © ACL. Foto: José Avelar / Museu de Lisboa. [Fig. 134]</p>
		<p>Selo do arcebispo João Manuel, 1620 março 8, cera. Viseu, AMGV, n.º inv. DA 34. ©AMGV. Foto: DGPC/ADF. [Fig. 135]</p>
		<p>Túmulo do arcebispo João Manuel, Séc. XVII, pedra. Lisboa, igreja do convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa (atual Igreja das Mercês) (Capela-mor). © DGPC. Foto: José Avelar / Museu de Lisboa. [Fig. 136]</p>
<p>Rodrigo da Cunha (1635-1643)</p>		<p>Autor desconhecido (séc. XVIII), Retrato do arcebispo D. Rodrigo da Cunha. Braga, Paço Arquiepiscopal de Braga (Galeria dos Arcebispos). © Arquidiocese de Braga [Fig. 137]</p> <p>O retrato de D. Rodrigo da Cunha não parece ter sido tirado em vida do mesmo. As feições algo rígidas do prelado e o teor demasiado descritivo das legendas que acompanham a efígie denunciam esse cariz mais tardio. Trata-se certamente de uma cópia de um original, entretanto perdido (?) que serviu para completar a apelidada Sala dos Arcebispos do Paço Episcopal de Braga.</p>

PEDRO FLOR

ARCEBISPOS DE LISBOA

		<p>Folha de rosto das <i>Constituições synodales do arcebispado de Lisboa. Novamente feitas no synodo diocesano que celebrou na Sé metropolitana de Lisboa [...]</i> D. Rodrigo da Cunha (Lisboa: na Officina de Paulo Craesbeeck, 1656) com o brasão do arcebispo D. Rodrigo da Cunha, 1656, papel. Lisboa, BNP. ©BNP [Fig. 138]</p>
		<p>Lápide sepulcral do arcebispo D. Rodrigo da Cunha, séc. XVIII, pedra. Lisboa, Sé de Lisboa, nave lateral esquerda. © Cabido da Sé Patriarcal de Lisboa. Foto: Paulo Almeida Fernandes. [Fig. 139]</p>
<p>António de Mendonça (1670-1675)</p>		<p>Autor desconhecido (séc. XVIII), Retrato do arcebispo D. António de Mendonça. Lisboa, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa. ©Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa. [Fig. 140]</p>
		<p>Pedra de armas do arcebispo D. António de Mendonça, séc. XVII, pedra. Lisboa, Museu de Lisboa - Museu do Aljube. © Museu de Lisboa - Museu do Aljube. Foto: José Avelar / Museu de Lisboa. [Fig. 141]</p>

ARCEBISPOS DE LISBOA

**Luís de Sousa
(1675-1702)**

Gravura de D. Luís de Sousa na obra *Retratos de cardeaes, bispos, e varoens portugueses illustres em nobreza, armas, letras, e santidade / coordenados nos mezes de Abril, e maio do anno do Senhor 1791, fl. 3-4, 1791, papel. BNP: E.A. 4 A. © BNP [Fig. 142]*





A iconografia de D. Luís de Sousa é escassa, embora o exemplo inserido na conhecida colectânea *Retratos de cardeaes, bispos, e varoens portugueses illustres* ... tenha contemplado e immortalizado a fisionomia do prelado. A vulgarização da arte da gravura nos séculos XVII e XVIII promoveu a difusão da imagem individual (e coletiva), suprimindo a incapacidade da pintura em dar resposta às crescentes solicitações da iconografia arquiépiscopal, enquanto chefe-máximo da diocese lisboeta. Além disso, o uso preferencial do papel para a disseminação dessa imagem tornava o processo mais eficaz, não só por razões de ordem financeira, mas também pela rapidez da circulação da figura em território nacional e ultramarino.

PEDRO FLOR



Claude Duflos (1665-1727), Gravura do Cardeal D. Luís de Sousa com a legenda na moldura oval (Aloysius S. R. E. Presbiter Cardinalis de Souza Lusitanus Archiepiscopus Ulysiponensis Creatus Die XXII Julii M.DCXCVII) e na peanha (Corporis Effigies haec est, non mentis Imago, Nam nil fucosum mens generosa capit, Hinc Tagus, hinc Tybris Ludovico libat honores, Sed cum ter magno foenore uterque suo. Birrhetam Tybris dum desert, fit Mare Rubrum, Et Tagus auriferum crescit in Oceanum), França, 1701), papel. Lisboa, MNAA Inv. 11323 Grav. © DGPC. Foto: Luísa Oliveira

ARCEBISPOS DE LISBOA

		<p>Ex-libris armoriado do arcebispo D. Luís de Sousa, séc. XVII, papel. Lisboa, Coleção Sérgio Avelar Duarte. ©Sérgio Avelar Duarte [Fig. 143]</p>
		<p>Autor desconhecido (séc. XVIII), Retrato do arcebispo D. Luís de Sousa. Lisboa, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa. ©Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa [Fig. 145]</p>
D. João de Sousa (1703-1710)		<p>Autor desconhecido (séc. XVIII), Retrato do arcebispo D. João de Sousa. Lisboa, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa. ©Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa [Fig. 146]</p>
		<p>Autor desconhecido (séc. XVIII), Retrato do arcebispo D. João de Sousa. Braga, Paço Arquiepiscopal de Braga (Galeria dos Arcebispos). ©Arquidiocese de Braga</p>

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

a. – antes de

ACA – Archivo de la Corona de Aragón

ACS – Archivo de la Catedral de Santiago de Compostela

ACSE – Arquivo do Cabido e Sé de Évora

ADB – Arquivo Distrital de Braga

ADBGC – Arquivo Distrital de Bragança

ADE – Arquivo Distrital de Évora

ADV – Arquivo Distrital de Viseu

AGS – Archivo General de Simancas

AHASS – Arquivo Histórico da Arquiconfraria do Santíssimo Sacramento das freguesias de São Julião e de Nossa Senhora do Rosário de Fátima de Lisboa

AHMC – Arquivo Histórico Municipal de Cascais

AHML – Arquivo Histórico Municipal de Lisboa

AHNM – Archivo Histórico Nacional de Madrid

AHPL – Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

AMGV – Arquivo Municipal Grão Vasco

ANF – Archives Nationales de France

apres. – apresentação /apresentado(a) por

arceb. – arcebispo

ASV – Archivio Segreto Vaticano

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra

b. – bispo

BA – Biblioteca da Ajuda

BACL – Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

BAV – Biblioteca Apostolica Vaticana

BNE – Biblioteca Nacional de España

BNF – Bibliothèque Nationale de France

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

Borgh. – *Borghesiani*

BPE – Biblioteca Pública de Évora

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto

c. – *circa*

cab. – cabido

cap. – capítulo, capítulos

CCPL – Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa

cf. – confronto

CDAV – Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*

CDD – Rui de Pina, *Crónica de D. Duarte*

CDF – Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*

CDJI – Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*

CDP – *Corpo Diplomático Português*

CDPI – Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro*

CEAACP – Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património

CEHR – Centro de Estudos de História Religiosa

CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

Ch. – Chancelaria

ChAfm – Chancelaria de D. Afonso III

ChAfm – Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV

CHAM – Centro de Humanidades

ChDD – Chancelarias Portuguesas. D. Duarte

ChDD2 – Chancelaria de D. Dinis. Livro II

ChDJI – Chancelarias Portuguesas. D. João I

ChDP – Chancelarias Portuguesas. D. Pedro

CHSC – Centro de História da Sociedade e da Cultura

CHUL – Centro de História da Universidade de Lisboa

CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades

CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço, Memória”

Cód. – Códice

Col. – Coleção

col. – coluna, colunas

conc. – concelho

cón. – cónego

conv. – convento

coord. – coordenação

CR – Cónegos Regulares (Teatinos)

CRSA – Cónegos Regulares de Santo Agostinho

CUP – *Chartularium Universitatis Portugalensis*

cx. – caixa

DGPC – Direção-Geral do Património Cultural

DGPC/ADF – Direção-Geral do Património Cultural / Arquivo de Documentação Fotográfica

dioc. – diocese

DMP-DR – *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*

doc. – documento, documentos

DS – *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*

ed./Ed. – edição, editado por / Edições, Editora, Editorial

ed. cit. – edição citada

ep. – epístola

f. – fólio, fólhos

fasc. – fascículo

FCG – Fundação Calouste Gulbenkian

FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

fr. – freguesia

gav. – gaveta

HGCRP – António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*

IEM – Instituto de Estudos Medievais

ig. - igreja

IHA – Instituto de História da Arte

inc. – incorporação

INIC – Instituto Nacional de Investigação Científica

Inq. – *Inquisição*

introd. – introdução

JNICT – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

l. – lugar

LD – *Livro do Deão*

LL – *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*

lv. – livro

LV – *Livro Velho*

mç. – maço

MH – *Monumenta Henricina*

MNARQ – Museu Nacional de Arqueologia

MNAA – Museu Nacional de Arte Antiga

MPV – *Monumenta Portugaliae Vaticana*

most. – mosteiro

Ms. – manuscrito

n.º – número

NAF – Coleção de Selos Soltos (TT)

nt. – nota

O. Carm – Ordem do Carmo

O. Cart. – Ordem da Cartuxa

O. Cist. – Ordem de Cister

O. Cristo – Ordem de Cristo

O. de M. – Ordem dos Mercedários

O. Hosp. – Ordem do Hospital

O. Sant. – Ordem de Santiago

Obl. et Sol. – *Obligationes et Solutiones*

OCD – Ordem dos Carmelitas Descalço

OEDSA – Ordem dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho

OESA – Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho

OFM – Ordem dos Frades Menores

OP – Ordem dos Pregadores

org. – organização

OSB – Ordem de São Bento

OSB Oliv – Ordem de São Bento (Olivetanos)

OSH – Ordem de São Jerónimo

OSST – Ordem da Santíssima Trindade e Redenção dos Cativos

OSVF – *Documentos Medievais Portugueses. II série: Um obituário do Mosteiro de S. Vicente de Fora*

p. – página, páginas

PL – *Patrologia Latina*

PMH, Inq. – *Portugaliae Monumenta Historica*, 1.^a série, *Inquisitiones*

PMH, Inq. Dinis – *Portugaliae Monumenta Historica*, nova série, IV/1-2 – *Inquisitiones: Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288, sentenças de 1290 e execuções de 1291*

policop. – policopiado

pref. – prefácio / prefaciado por

publ. – publicado

r. – rosto

Reg. Aven. – *Registra Avenionensia*

Reg. Lat. – *Registra Lateraniense*

Reg. Suppl. – *Registra Supplicatorium*

Reg. Vat. – *Registra Vaticana*

s.d. – sem data

s.e. – sem edição

séc. – século, séculos

sep. – separata

SJ – Companhia de Jesus

s.l. – sem local

s.n. – sem nome de editor

ss. – seguintes

t. – tomo

TNA – The National Archives
TOR – Terceira Ordem Regular Franciscana
TT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
UAb – Universidade Aberta
UAç – Universidade dos Açores
UC – Universidade de Coimbra
UCP – Universidade Católica Portuguesa
UÉ – Universidade de Évora
UL – Universidade de Lisboa
UNL – Universidade Nova de Lisboa
UP – Universidade do Porto
v. – verso; versículo
Vat. Lat. – *Vaticani Latini*
vol. – volume, volumes

BIBLIOGRAFIA

I. FONTES MANUSCRITAS

ARCHIVES NATIONALES DE FRANCE (PARIS)

- K 1338/51
- J 597³

ARCHIVIO SEGRETO VATICANO

- *Archivio Concistoriale, Processus Consistoriales*, vol. 3, 13, 23, 75.
- *Arm. LIV*, t. 18
- *Collectoriae*, vol. 275
- *Congregazione Concilii – Relationes – Viseu*, vol. 879
- *Instrumenta Miscellanea*, n.º 2160, 2368, 2638, 2653
- *Obligationes et Solutiones*, vol. 22, 35, 36
- *Registra Avenionensia*, vol. 62, 78-79, 84-86, 87A, 91-92, 96-99, 105, 113, 117, 124, 132, 134, 138, 178, 222
- *Registra Lateraniense*, vol. 80, 233
- *Registra Supplicatorium*, vol. 36, 45, 120, 151, 154, 168, 393
- *Registra Vaticana*, vol. 12, 18, 19, 20, 57, 59, 111, 113, 133, 187, 247, 248
- *Segretaria di Stato, Portogallo*, lv. 16, 17, 20-21

ARCHIVO DE LA CATEDRAL DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

- *Tumbo C*

ARCHIVO DE LA CORONA DE ARAGÓN (BARCELONA)

- *Cancillerias reales*, Reg. 332, 2542, 2692, 2945, 2975

ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS (VALHADOLID)

- *Estado*, legajo 2629.
- *Secretarias Provinciales, Portugal*, lv. 1481

ARCHIVO HISTÓRICO NACIONAL (MADRID)

- *Sigil-Sellos*, c. 81, n.º 1; c. 98, n.º 13

ARQUIVO DA DIRECÇÃO DE FINANÇAS DE SANTARÉM

- *Pergaminhos da Colegiada de Santa Cruz de Santarém*, mç. único, n.º 5

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

- *Acordos do Cabido (1625-1635)*, III, 1.^aD, 1, 1, 11.
- *Cabido de Coimbra, Correspondência recebida*, Dep. V, 3.^a Secção, Armário, Cx. 2, mç. de Filipe IV, n.º 8, 10
- *Capítulos de Visita (1566-1630)*, lv. 8

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

- *Coleção Cronológica*, pasta 3, n.º 96; pasta 6, n.º 233; pasta 10, n.º 422-429, 435
- *Gavetas do Cabido*
- *Acórdãos*, lv. 1
- *Gaveta da Sede Vacante*, n.º 5
- *Gaveta das Capelas, Sucessões e Vínculos*, n.º 1
- *Gaveta das Dignidades e Cônegos*, n.º 29
- *Gaveta 1.^a das Igrejas*, n.º 134-137, 210
- *Gaveta 2.^a das Igrejas*, n.º 40
- *Gaveta 2.^a das Propriedades do Cabido*, n.º 142
- *Gaveta das Propriedades Particulares*, n.º 534
- *Gaveta de Religiões e Mosteiros*, n.º 18-31
- *Gaveta dos Arcebispos*, n.º 3, 17, 34, 45, 47, 91
- *Gaveta dos Concílios e Sínodos*, n.º 45
- *Gaveta dos Privilégios e Honras*, n.º 5
- *Sentenças*, lv. 1
- *Selos soltos*, s.n.º

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGANÇA

- *Arquivo da Casa de São Payo de Vila Flor* – PT/ADBGC/FAM/CSPVFL/260

ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA

Batismos da Sé

- lv. 1

ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU

Cabido de Viseu

- *Registos*, lv. 565/720

ARQUIVO DO CABIDO DA SÉ DE ÉVORA

- PT/ASE/CSE/J/001/Lv001 (livro de aniversários, 1427; antigo *CEC 4-XV*)
- PT/ASE/CSE/J/001/Lv003 (livro de aniversários, 1470; antigo *CEC 4-XVII*)
- EE 13.^a
- Livro II de Originais

ARQUIVO HISTÓRICO DA ARQUICONFRARIA DO SANTÍSSIMO SANCRAMENTO DAS FREGUESIAS DE SÃO JULIÃO E DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA DE LISBOA

- *Pergaminhos da Colegiada de São Julião de Lisboa*, cx. 2, n.º 35, 40, cx. 4, n.º 100

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA*Chancelarias Régias*

- *Livro 2.º dos reis D. Duarte e D. Afonso V*, n.º 17
- *Livro e Sumário das Bulas e Breves Apostólicos do Senado da Câmara*, n.º 1

ARQUIVO HISTÓRICO DO PATRIARCADO DE LISBOA

- *Caixa 2*
- *Caixa 7*, n.º 1, 2, 5
- *Colações*
- *Livro de Estilos da Cúria de Lisboa*
- *Livros Antigos (Manuscritos)*:
- MS 468: Livro da receita e despesa da Mitra do Arcebispo D. Luís de Sousa (1687-1697)
- MS 499: *Cópia de vários documentos antigos* [séc. XVIII]
- MS 500: *Cópias autênticas de vários documentos da Torre do Tombo*
- MS 529: *Livro Antigo de Pasta (livro 1.º do Registo Geral da Câmara Eclesiástica)*
- MS 530: *Cópia do Livro Antigo de Pasta*.
- MS 658: *Livro 3.º do Registo Geral da Câmara Eclesiástica (1549-1567)*
- MS 659: *Cópia autêntica do Livro 3.º do Registo Geral da Câmara Eclesiástica*
- MS 661: *Livro 6.º do Registo Geral da Câmara Eclesiástica (1573-1621)*
- MS 702: *Livro de Registo geral da Câmara Patriarcal: Procurações, ofícios, benefícios e licenças (1573)*.
- MS 703: *Cópia autêntica do Livro 5.º do Registo Geral da Câmara Eclesiástica*
- MS 744: *Registo dos vários documentos da Câmara Eclesiástica do Patriarcado de Lisboa (1570)*.
- MS 894: *Processo Civil relativo à posse de um Morgadio de Lafetat (1582-1588)*
- MS 907: *Livro do compromisso da Irmandade e Confraria de Nossa Senhora de França erecta na freguesia de S. Tiago, em Lisboa (1576-1710)*.
- *Titulos da Capela de Maria Esteves*, cód. 2, n.º 19
- *Arquivo Paroquial de São João das Lampas (1421-1798)*, n.º 14 (UI 2049).

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS

- *Fundo dos Faros da Casa Vimieiro*, pasta 4

ARQUIVO MUNICIPAL GRÃO-VASCO (VISEU)

- Lv. 14
- DA 34

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (LISBOA)

Arquivo do Hospital de São José, lv. 19, 62.

Arquivos Particulares

- *Adília Mendes*, mç. 2, n.º 29.
- *Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima*, cx. 1, n.º 22, 25; cx. 7, n.º 1
- *Casa de Palmela*, cx. 3, m. 1, n.º 7

Cabido da Sé de Coimbra

- 1.^a inc., mç. 9, n.º 21;
- 2.^a inc., mç. 5, n.º 226; mç. 22, n.º 960; mç. 63, n.º 2326; mç. 67, n.º 2484

Chancelarias régias

- *Registo de D. Afonso II*
- *Chancelaria de D. Dinis*, lv. 1, 3
- *Chancelaria de D. Fernando*, lv. 1, 2
- *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 3, 9, 13, 19
- *Chancelaria de D. Manuel*, lv. 35
- *Chancelaria de D. Filipe I, Privilégios*, lv. 2
- *Chancelaria de D. Filipe II, Doações*, lv. 8, 12, 13
- *Chancelaria de D. Filipe II, Privilégios*, lv. 5
- *Chancelaria de D. Filipe III*, lv. 2.
- *Chancelaria de D. Filipe III, Doações*, lv. 39
- *Chancelaria de D. Afonso VI*, lv. 3, 19

Coleção de Bulas

- mç. 11, n.º 13; mç. 12, n.º 2; mç. 68, n.º 60

Coleção de Selos Soltos

- n.º 10614, 10616, 10619

Coleção Especial

- cx. 5, n.º 3

Colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa

- mç. 2, n.º 93; mç. 3, n.º 106, 113, 115, 123, 136; mç. 4, n.º 158; mç. 5, n.º 212, 225, 226, 232; mç. 6, n.º 278, 294; mç. 7, n.º 330, 338, 348; mç. 8, n.º 361; mç. 9, n.º 428

Colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém

- mç. 9, n.º 173; mç. 15, n.º 287; mç. 18, n.º 409

Colegiada de Santa Maria de Marvila de Santarém

- mç. 1, n.º 1

Colegiada de Santa Maria de Óbidos

- lv. 1
- mç. 9, n.º 173

Colegiada de Santa Maria do Castelo de Torres Vedras

- mç. 26, n.º 9; mç. 27, n.º 55

Colegiada de Santa Maria e São Miguel de Sintra

- lv. 2

Colegiada de Santa Marinha do Outeiro de Lisboa

– mç. 5, n.º 183; mç. 7, n.º 264; mç. 8, n.º 344, 346

Colegiada de Santiago e São Martinho de Lisboa

– mç. 2, n.º 30

Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa

– mç. 3, n.º 52; mç. 7, n.º 139; mç. 8, n.º 150; mç. 11, n.º 213; mç. 12, n.º 221, 223; mç. 16, n.º 312, 315; mç. 17, n.º 321

Colegiada de São Jorge de Arroios

– mç. 1, n.º 14, 16, 34

Colegiada de São Lourenço de Lisboa

– lv. 4

Colegiada de São Martinho de Sintra

– mç. 2, n.º 57; mç. 3, n.º 103

Colegiada de São Mateus de Santarém

– lv. 1

Colegiada de São Miguel de Torres Vedras

– cx. 1, n.º 73, rolo n.º 2

Colegiada de São Pedro e Santiago de Óbidos

– lv. 1

Conventos de Viana, Cabido de Tui

– cx. 1, doc. 6

Corpo Cronológico

– parte I, mç. 63, n.º 57, 82; mç. 65, n.º 82, 91

Ementas da Casa Real

– lv. 11

Gavetas

– Gav. I, mç. 5, n.º 11;
 – Gav. III, mç. 4, n.º 11;
 – Gav. VI, mç. único, n.º 22;
 – Gav. VII, mç. 4, n.º 2;
 – Gav. XII, mç. 5, n.º 1;
 – Gav. XVII, mç. 2, n.º 10; mç. 4, n.º 8; mç. 7, n.º 19; mç. 8, n.º 4;

Hospital de São José

– *Escrivão Botelho*, mç. 103, n.º 5, cx. 744

Leitura Nova

– *Beiras*, lv. 2

– *Legitimações*, lv. 2

– *Místicos*, lv. 3

Manuscritos da Livraria

– n.º 1104

Mesa da Consciência e Ordens

– *Ordem de Avis / Convento de São Bento de Avis*, mç. 5, n.º 463, 536-537

– *Ordem de Cristo / Convento de Tomar, Antiga Coleção Especial, Documentos Particulares*, mç. 1, n.º 5; mç. 2, n.º 24, 32

– *Ordem de Santiago, Mosteiro de Santos-o-Novo*, n.º 1528

i– lv. 13, 18

Núcleo Antigo

– n.º 39

Ordem de Cister

– *Mosteiro de Lorvão*, gav. 3, mç. 11, n.º 27

– *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*

– 1.^a inc., Documentos Particulares, mç. 5, n.º 10; mç. 7, n.º 22, 26; mç. 9, n.º 23, 36; mç. 17, n.º 24, 27; mç. 18, n.º 46; mç. 26, n.º 33

– 2.^a inc., mç. 15, n.º 336; mç. 56, n.º 8; mç. 66, n.º 7; mç. 91, n.º 29

– *Mosteiro de Santa Maria de Almôster*, mç. 10, n.º 20

– *Mosteiro de São Dinis de Odivelas*, lv. 2

Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho

– *Mosteiro de Chelas*, mç. 4, n.º 75; mç. 15, n.º 300; mç. 16, n.º 315; mç. 19, n.º 367; mç. 33, n.º 642; mç. 57, n.º 1137

– *Mosteiro de São Vicente de Fora de Lisboa*

– 1.^a inc., mç. 2, n.º 3; mç. 3, n.º 6 e 7; mç. 4, n.º 19-20; mç. 12, n.º 8, 23 e 23a; mç. 18, n.º 10, 21; mç. 25, n.º 28; mç. 32, n.º 15

– 2.^a inc., cx. 7, n.º 40; cx. 14, n.º 10

Ordem dos Pregadores

– *Convento de São Domingos de Lisboa*, lv. 15, 30

– *Mosteiro do Salvador de Lisboa*, mç. 1, n.º 1; mç. 3, n.º 56; mç. 4, n.º 59; mç. 25, n.º 498 e 503; mç. 26, n.º 505

Registos Paroquiais

- *Paróquia de Lisboa-Sé, óbitos*, lv. 02, cx. 25
- *Paróquia de Ventosa, batismos*, lv. B1, cx. 2
- *Paróquia de Ventosa, mistos*, lv. M3, cx. 1

Registo Geral de Mercês

- lv. 21.
- *Ordens Militares*, lv. 3.

Sé de Coimbra

- 1.^a inc., mç. 4, n.º 19-20; mç. 9, n.º 21
- 2.^a inc., mç. 7, n.º 357; mç. 11, n.º 539; mç. 22, n.º 960; mç. 67, n.º 2484

Sé de Viseu

- *Documentos Particulares*, mç. 7, n.º 6; mç. 11, rolo 1

Tribunal do Santo Ofício

- *Conselho Geral*, lv. 130, 136, 216, 368, 346, 442.
- *Inquisição de Lisboa*, lv. 104

BAYERISCHES HAUPTSTAATSARCHIV (MUNIQUE)

- *Hochstift Passau Urkunden (802-1808)*, n.º 681, 683

BIBLIOTECA ANGELICA (ROMA)

- *Manoscritti*, ms. 539

BIBLIOTECA APOSTOLICA VATICANA

- *Archivio Santa Maria Maggiore*, cart. 70, n.º 144;
- *Borghese*, ms. 11
- *Borghesiani*, 346
- *Vaticani Latini*
- n.º 713, 914, 963, 1016, 1049, 1176, 1318, 2085, 2679, 3883; 4032; 4233; 12285

BIBLIOTECA CAPITULAR DE TOLEDO

- Ms. 4-2

BIBLIOTECA DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA*Coleção Azul*

- Ms 7/6-9 A.: FIGUEIREDO, António Pereira de – *Lusitania Sacra/ Isto he/ Antigo, Moderno, Novissimo, / e Actual Estado da Igreja/ de Portugal, em quanto/ às Origens, Numero, e Divisões dos Bispados*. Lisboa: Real Academia da História Portuguesa, s.d..
- Missal Pontifical de Estêvão Gonçalves Neto*

BIBLIOTECA DA AJUDA (LISBOA)

- Cód. 49-IV-16;
- Cód. 51-VI-6;

- Cód. 51-VIII-4;
- Cód. 51-VIII-5;
- Cód. 51-VIII-13;
- Cód. 51-VIII-16;
- Cód. 51-VIII-20;
- Cód. 51-IX-13;
- Cód. 51-X-9;
- Cód. 54-XIII-8.

BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPAÑA (MADRID)

Códices, n.º 2373; 4165, R/22448

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (LISBOA)

Códices Alcobacenses

- *Alc. 66* – Breviário matutinal do mosteiro de Alcobça [séc. XIV]
- *Alc. 114* – Doctor Antonio Brandão Chronista Mor – *Miscelânea histórica e genealógica* [Manuscrito]

Coleção Pombalina

- n.º 721 – *Miscellanea* [Manuscrito], c. 1701-1800.

– *Fundo Geral*

- COD. 141/7 – *Catalogo dos bispos, e arcebispos que houve em esta cathedral de Lisboa*, [Manuscrito], c. 1710.
- COD. 47 – *Catálogo Histórico das Dignidades Eclesiásticas e Militares do Reyno de Portugal e suas conquistas. Parte primeira na qual se trata dos Inquisidores Gerais, Arcebispos de Braga, Lisboa e Evora e Bispos seus sufragâneos, trabalho e estudo de D. António Caetano de Sousa, clérigo regular examinador do Padroado do Sr. Infante D. Francisco e calificador do Santo Officio* (1706).
- COD. 49 – *Catálogo dos Bispos e Arcebispos de Lisboa composto pelo Pe João Baptista de Castro*.
- COD. 53 – *Catalogo dos Inquizidores Geraes, Inquizidores e Deputados das Inquizições de Lx.a, Coimbra e Evora*, [Manuscrito], d. 1720.
- COD. 140 – *Livro de memórias dos arcebispos de Lisboa, até ao anno de 1640*.
- COD. 163 – *Notícias breves de diversos prelados bracarenses*.
- COD. 749 – *Pareceres do Duque do Cadaval do Conselho de Estado*.
- COD. 867-869 – *Colecção de papeis impressos e manuscritos originaes, mui interessantes para conhecimento da historia da Inquisição em Portugal* [Manuscrito], 3 vols., Antonio Joaquim Moreira (ed.), 1863.
- COD. 887 – *Relações das cousas principaes que succederão em Portugal em tempo del Rey D. Sebastião*, [Manuscrito] tiradas de originaes do Reyno per João Baptista Lavanha, Coronista mor do Reyno de Portugal, 1577.
- COD. 986 – *Nobiliario de famílias illustres de Portugal*, composto por D. Rodrigo da Cunha; com notas de D. Francisco de Menezes, Cónego em Évora [Manuscrito]
- COD. 1009/17 – *Nobiliario de famílias portuguezas*, escripto por Manoel Alvares Pedroza; e em forma alphabetica disposto por D. Thomaz Caetano de Bem, Clerigo Regular, tomo II [Manuscrito], [1764]
- COD. 1334 – *Genealogias portuguezas* [Manuscrito]
- COD. 8952 – *Inventário do Cabido da Sé de Lisboa* (1710-1717).

- COD. 10851 – *Coleção de Varias Obras* [Manuscrito]
- COD. 10880 – *Chrisma do Principe e Infantes Filhos d'El Rey Dom Pedro II: e Ordens Menores, que no mesmo dia tomou o S.or Infante D. Antonio Filho do mesmo Rey (...).*
- COD. 10887 – *Noticia Historica da Meza da Consciencia e Ordens oferecido a Real Majestade e Augusto Monarca Portugues Rey e Senhor Nosso D. Joam 5.º. Escripta por Manoel Coelho Velloso Escrivão da Camara do Nosso Senhor, e do despacho do mesmo tribunal*
- COD. 11103/12 – *Origem da Sé de Lisboa hoje Basilica de Santa Maria Maior* [Manuscrito]
- COD. 13117 – FARIA, Manuel Severim de; ÁLVARES, Tomé – *Vidas de portugueses ilustres* [Manuscrito]
- COD. 13167 – *Dialogos de varia doctrina illustrados com emblemas*, dirigidos ao Excellentissimo Senhor Dom Rodrigo da Cunha Bispo do Porto et cet. auctor Vasco Mousinho Queuedo [Manuscrito], [séc. XVII]
- COD. 13312 – *Textos referentes à vida e reinado do Cardeal D. Henrique, ao interregno dos governadores, ao breve reinado de D. António Prior do Crato e ao início do domínio filipino*, [Manuscrito], 1693.
- COD. 13282 – CRUZ, Fr. Bernardo da, *Chronica del Rey Dom Sebastiam*, [Manuscrito], 1675.

Iluminados

- IL. 150 – Constituições elaboradas por D. João Afonso Esteves de Azambuja para as monjas dominicanas do mosteiro do Salvador de Lisboa (1396).

Incunábulo

- INC. 499 – SEDULIUS, Coelius – *Paschale*. Salamanca: Leonardo Hutz e Lope Sanz, ca. 1496
- INC. 576 – *Repertorium de pravitare haereticorum*. Valencia: [Lambert Palmart], 16 Setembro 1494
- INC. 1143 – AUSMO, Nicolau de – *Supplementum Summae Pisanellae. Canones poenitentiales / Astesanus de Ast. Consilia contra Judaeos foenerantes / Alexander de Nevo*. Vercelli: Jacobino Suigo, 27 Outubro 1485.

Reservados

- RES. 3137 V. – TEIXEIRA, Domingos de Mesquita – *Instrução E Regimento dos vizitadores do Arcebispado de Lisboa* [Manuscrito], 1666.

BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA

Códices

- Cód. CIII/1-15, f. 21-51 – *Crónica de El-Rey D. Henrique decimo settimo Rey de Portugal* (s.d.)
- Cód. CIII/2-19 – *Capítulos que per ordenança do Cardeal D. Henrique foram dados aos prelados por mandado de D. João III, de 1553.*
- Cód. CIII/2-26 – Papéis vários.
- Cód. CVII/1-29 – *Livro da fazenda do infante D. Henrique que começou em Janeiro do anno de 538 annos.*

Pergaminhos avulsos

- Pasta 2, n.º 1, 19;
- Pasta 4, n.º 78;
- Pasta 21, n.º 52.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO

- *Santa Cruz* 9 (Ms. 25)
- *Santa Cruz* 84

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE (PARIS)

- *Collection Baluze*, n.º 66
- *Manuscripts Latins*, n.º 3291, 5155, 9261

BRITISH LIBRARY (LONDRES)

- *Harley* 3308

COLEÇÃO SÉRGIO AVELAR DUARTE

- Ex-libris armoriado do arcebispo D. Luís de sousa.

CORPUS CHRISTI COLLEGE (CAMBRIDGE)

- Ms. 470, f. 125r-146r – *De expugnatione Lyxbonensi*

LEIDEN UNIVERSITY LIBRARY

- COLLBN J29-15-7831-110/30 a-q

MUSEU DE LISBOA – MUSEU DA CIDADE

- Foral de Lisboa, em confirmação de D. Sancho I

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (LISBOA)

Manuscritos

- Códices 17, 25
- *Colegiada de S. Pedro de Óbidos*, cx. 1, n.º 21

STAATS- UND UNIVERSITÄTSBIBLIOTHEK HAMBURG

- CODEX 136

THE NATIONAL ARCHIVES (LONDRES)

- *Gascon Rolls*, C 61/35, C 61/93, C 61/94, C61/96; C61/98, C61/103
- *Records of the Exchequer, and its related bodies, with those of the Office of First Fruits and Tenths, and the Court of Augmentations*, E 101/316/37
- *Special Collections*, 1/43/58, 8/190/9492

II. FONTES IMPRESSAS:

ABRANCHES, Joaquim dos Santos. 1895. *Fontes do Direito Ecclesiastico Portuguez Summa do Bulario Portuguez*. Coimbra: Ed. F. França Amado.

ACTAS INÉDITAS de siete concilios españoles celebrados desde el año 1282 hasta el de 1314. Ed. Fidel FITA Y COLOMÉ. Madrid: Imp. de F. Maroto, 1882.

ALBANÈS, Joseph Hyacinthe e CHEVALIER, Ulysse. 1899-1900. *Gallia christiana novissima. Histoire des archevêchés, évêques et abbayes de France d'après les documents authentiques*

- recueillis dans les registres du Vatican et les archives locales*. Tomos I-III. Montbéliard – Valence: Société anonyme d’Imprimerie Montbéliardaise – Imprimerie Valentinoise.
- ALFONSO X. 1972. *Las Siete Partidas del rey Don Alfonso el Sabio*, con glosas del licenciado Gregorio Lopez. Impressão facsimilada da ed. de Salamanca: Andreas de Portionaris, 1555. Madrid: s.l..
- UN AMI de Pétrarque: *Lettres de Francesco Nelli a Pétrarque*. Ed. Henry COCHIN. Paris: Honoré Champion Libraire, 1892.
- ANDRADA, Francisco de. 1976. *Crónica de D. João III*. Introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão.
- ANUÁRIO da Universidade de Coimbra de 1878-1879. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1879.
- AZEVEDO, Luiz Marinho de. 1652. *Primeira parte da fundação, antiguidades e grandezas da mui insigne cidade de Lisboa, e seus varoens illustres em sanctidade, armas & letras: catalogo de seus prelados, e mais cousas ecclesiasticas, & politicas ate o anno 1147 (...)*. Lisboa: Na Officina Craesbeckiana.
- BARBOSA, Inácio de Vilhena, 1862-1865. “Fragmentos de um roteiro de Lisboa (inédito)”. *Arquivo Pittoresco, Semanario Ilustrado*. Lisboa, ano V – ano VIII.
- BARONIUS, Caesar. 1880. *Annales ecclesiastici denuo et accurate excusi*, tomo 26: 1356-1396. Barri-ducis – Parisiis – Friburg Helv.: Ex typis consociationis Sancti Pauli.
- BAUMGARTEN, Paul Maria. 1898. *Camera Collegii Cardinalium für die zeit von 1295 bis 1437*. Leipzig: Giesecke & Devrient.
- BENOÎT XII. *LETTRES CLOSES et patentes intéressant les pays autres que la France*. Ed. J. M. de VIDAL e Guillaume MOLLAT. Paris: École Française de Rome, 1919-1959.
- BERLIÈRE, Ursmer. 1904. *Inventaire analytique des Libri obligationum et solutionum des Archives Vaticanes au point de vue des anciens diocèses de Cambrai, Liège, Théroutanne et Tournai*. Rome-Bruges-Paris: Institut Historique Belge – Desclée, de Brouwer et Cie-H. Champion.
- BERNARDINO, Sandra Virgínia P. G. 2003. *Sancius Secundus rex Portugalensis. A Chancelaria de D. Sancho II (1223-1248)*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003.
- BISTICCI, Vespasiano da. 1970. *Le vite*. Edizione critica com introduzione e commento di Auylo GRECO, vol. I. Firenze: Nella Sede dell’Istituto Palazzo Strozzi.
- BOISSELLIER, Stéphane. 2012. *La construction administrative d’un royaume. Registres de bénéfices ecclésiastiques portugais (XIII^e-XIV^e siècles)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa.
- BRANDÃO, António. 1973. *Monarquia Lusitana*. Parte III. Introdução e notas por António da Silva REGO et al.. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- BRANDÃO, Francisco. 1974-1980. *Monarquia Lusitana*. Partes IV-VI. Introdução e notas por António da Silva REGO et al.. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- BULÁRIO PORTUGUÊS. *Inocência III (1198-1216)*. Ed. Avelino de Jesus da COSTA e Maria Alegria Fernandes MARQUES. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.
- BULAS Y CARTAS secretas de Inocencio VI (1352-1362). Ed. José ZUNZUNEGUI ARAMBURU. Roma, Instituto Español de Historia Eclesiástica, 1970.
- CABIDO DA SÉ. *Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos reis e Rainhas*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1954.
- CALENDAR of Entries in the Papal Registers relating to Great Britain and Ireland, Papal letters. Ed W. H. Bliss, and J. A. Twemlow, vol. IV: 1362-1404. London: Her Majesty’s Stationery Office, 1902.

- CAMÕES, Luís de. 1616. *Rimas de Luis de Camoens*. Lisboa: na Officina de Pedro Crasbeeck.
- CARDOSO, Jorge. 1652-1666. *Agiologio Lusitano dos Sanctos, e Varoens Illustres em Virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas*. Tomos I-III. Lisboa: Na Officina Craesbeekiana.
- CARNEIRO, Pero de Alcáçova. 1937. *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro, Conde da Idanha, do tempo que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568)*. Publicação, revisão e notas por Ernesto de Campos de ANDRADA. Lisboa: Imprensa Nacional.
- AS CARTAS do Infante Dom Pedro à câmara de Coimbra (1429-1448). Ed. Belisário PIMENTA. Coimbra: Coimbra Editora, 1958.
- CARTULAIRE (Le) *Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (X^e-XIII^e siècles)*. Introd. et notes par Robert DURAND. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1971.
- CARTULARIO DE LA UNIVERSIDAD de Salamanca (1218 – 1600). Ed. Vicente BELTRÁN DE HEREDIA. Vol. I. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1970.
- CASTRO, João Bautista de. 1762-1763. *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*. Tomos I-III. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.
- CASTRO, José Osório da Gama e. 1902. *Diocese e districto da Guarda. Serie de apontamentos historicos e tradicionaes sobre as suas antiguidades, algumas observações respeitantes á actualidade, e notas referentes á cathedral egitaniense e respectivos prelados*. Porto: Typographia Universal.
- CATALOGO dos liuros que se prohibem nestes Reynos & Senhorios de Portugal... Com outras cousas necessarias á materia da prohibição dos liuros. Lisboa: Antonio Ribeiro, 1581.
- CATECHISMO ROMANO do papa Pio Quinto de gloriosa memoria, nouamente tresladado de latim em lingoagem [pello padre doctor Christouão de Mattos].... Lisboa: por Antonio Aluarez, 1590.
- CENSUAL do Cabido da Sé do Porto: Códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto. Ed. João GRAVE. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1924.
- CHACÓN GÓMEZ-MONEDERO, Francisco; CANOREA HUETE, Julián; SALAMANCA LÓPEZ, Manuel Joaquín. 2008. *Catalogo de la Sección institucional del Archivo de la Catedral de Cuenca*, vol. I: Siglos XII-XIV. Madrid-Cuenca: Servicio de Publicaciones de la Universidad Autónoma de Madrid – Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.
- CHANCELARIA DE D. AFONSO III (= *ChAfIII*). Ed. de Leontina VENTURA e de António Resende de OLIVEIRA. Livro I (vols. 1 e 2) e Livros II e III. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006-2011.
- CHANCELARIA DE D. DINIS. Livro II. (= *ChDD2*). Edição de Rosa MARREIROS. Coimbra: CHSC – Palimage Editores, 2012.
- CHANCELARIAS PORTUGUESAS. D. Afonso IV. (= *ChAfIV*). Ed. A. H. de OLIVEIRA MARQUES, 3 vols. Lisboa: INIC – Centro de Estudos Históricos da UNL, 1990-1992.
- CHANCELARIAS PORTUGUESA. D. Duarte. (= *ChDD*). Ed. João José Alves DIAS, 3 vols. em 4 tomos. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – UNL, 1998-2002.
- CHANCELARIAS PORTUGUESAS: D. João I. (= *ChDJII*). Ed. João José Alves DIAS, 4 vols. em 11 tomos. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – UNL, 2004-2006.
- CHANCELARIAS PORTUGUESAS. D. Pedro I (1357-1367). (= *ChDP*). Ed. A. H. de Oliveira MARQUES. Lisboa: INIC – Centro de Estudos Históricos da UNL, 1984.
- “CHARTULARIUM MONASTERII Sancti Petri Vosiensis”. Ed. Henri MONTÉGUT. in *Bulletin de la Sopciété archéologique et historique du Limousin* 39 (1890), p. 1-303.
- CHARTULARIUM STUDII Bononiensis. Documenti per la Storia dell’Università di Biologna dalle origine fno al secolo XV. Vol. V. Bologna: Commissione per la Storia dell’Università, 1921.

- CHARTULARIUM UNIVERSITATIS Portugalensis (1288-1537)*, vols. I-XV. (= *CUP*). Ed. A. Moreira de Sá, Francisco da Gama Caiiro e A. D. de Sousa Costa. Lisboa: Instituto de Alta Cultura – INIC – FCT, 1966-2003.
- CHEVALIER, Ulysse. 1923. *Regeste dauphinois, ou Répertoire chronologique et analytique des documents imprimés et manuscrits relatifs à l'histoire du Dauphiné, des origines chrétiennes à l'année 1349*. Tomo VI. Valence: Imprimerie Valentinoise.
- CHRONICA DO CARDEAL Rei D. Henrique e vida de Miguel Moura*. Lisboa: Typ. da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1840.
- CHRONICA MAIORA (The) of Thomas Walsingham (1376-1422)*. Tradução de David PREEST, introdução e notas de James G. CLARCK. Rochester (New York): The Boydell Press, 2005.
- CHRONICA REGIA Coloniensis*. Ed G. WAITZ. In *Chronica regia coloniensis (Annales maximi colonienses) cum continuationibus in monasterio S. Pantaleonis monumentis...* recensuit G. Waitz. Hanover: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1880.
- CLÉMENT VI. *Lettres closes, patentes et curiales intéressant les pays autres que la France*. Ed. Édouard DESPREZ e Guillaume MOLLAT, 3 vols. Paris: Edouard de Boccard, 1960-1961.
- COLEÇÃO DE S. LOURENÇO*. Prefácio e notas de Elaine Sanceau, vol. I. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973.
- COLECCIÓN (La) CANÓNICA Hispana*. Ed. Gonzalo MARTÍNEZ DÍEZ e Félix RODRÍGUEZ. Tomos I-VI. Madrid: CSIC, 1966-2002.
- COLECCIÓN DOCUMENTAL de la Catedral de Astorga*. Ed. Gregoria CAVERO DOMÍNGUEZ, María Encarnación MARTÍN LÓPEZ e Santiago DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, vol. III (1300-1499). León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 2000.
- CONCEIÇÃO, Apolinário da (frei). 1740. *Claustro Franciscano erecto no dominio da coroa portuguesa*. Lisboa Ocidental: na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca.
- CONCEIÇÃO, Cláudio da. 1818. *Gabinete Histórico*. Tomo II: *desde 1325 até 1580*. Lisboa: na Impressão Régia.
- CONCEIÇÃO, João da (frei). 1641. *Ao illustrissimo, e reverendissimo senhor dom Rodrigo da Cunha arcebispo de Lisboa (...) offerece este sermam, que pregou em sua Sancta Se em o dia da Trasladação do glorioso Martyr São Vicente, em quinze de Setembro do anno passado*. Lisboa: por Antonio Alvarez Impressor.
- CONCÍLIOS VISIGÓTICOS e hispano-romanos*. Ed. José VIVES, Tomás MARÍN MARTÍNEZ e Gonzalo MARTÍNEZ-DÍEZ. Madrid: CSIC, 1963 (Espania cristiana, 1).
- CONQUISTA (A) de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*. Edição de Aires A. Nascimento, introdução de Maria João Branco, 2.^a ed. Lisboa: Vega, 2007.
- CONSTITUIÇÃO SINODAL de Lisboa: «O sonho missionário de chegar a todos»*. Lisboa: Patriarcado de Lisboa, 2016.
- CONSTITUIÇÕES do Arcebispado de Braga*. Lisboa: per Germã Galharde, 1538.
- CONSTITUIÇOENS do Arcebispado de Lisboa*. Lisboa: per Germam Galharde, 1537.
- CONSTITUIÇÕES do Arcebispado de Lisboa assi as antigas como as extravagantes primeyras e segundas*. Lisboa: por Belchior Rodrigues, 1588.
- “CONSTITUIÇÕES do arcebispado de Lisboa decretadas por D. João Esteves d’Azambuja (1402-1414)”, ed. António Cardoso Borges de FIGUEIREDO. in *Revista Archeologica e histórica* 1 (1887), p. 10-15, 28-31, 60-64, 77-79, 108-109.
- CONSTITUIÇÕES EXTRAVAGANTES do Arcebispado de Lisboa*. Lisboa: em Casa de Francisco Correa, 1565.
- CONSTITUIÇÕES EXTRAVAGANTES do Arcebispado de Lisboa*. Lisboa: em Casa de António Gonçalves, 1569.

- CONSTITUIÇÕES EXTRAUAGANTES PRIMEYRAS do Arcebispado de Lisboa. Agora nouamente impressas por mandado do... senhor dom Migel de Castro, Arcebispo de Lisboa.* Lisboa: por Belchior Rodrigues, 1588.
- CONSTITUIÇÕES EXTRAUAGANTES SEGUNDAS do Arcebispado de Lisboa. Agora nouamente impressas por mandado do... senhor dom Migel de Castro, Arcebispo de Lisboa.* Lisboa: por Belchior Rodrigues, 1588.
- CONSTITUIÇÕES SYNODAES do Arcebispado de Lisboa. Novamente feitas no synodo diocesano que celebrou na Sé Metropolitana de Lisboa D. Rodrigo da Cunha em os 30. dias de Mayo no anno de 1640. Concordadas com o Sagrado Concilio Tridentino, & com o Direito Canonico, & com as Constituições antigas, & extravagantes primeiras & segundas deste Arcebispado.* Lisboa: na Officina de Paulo Craesbeeck, 1656.
- CONSTITUIÇÕES SYNODAES do Arcebispado de Lisboa. Novamente feitas no synodo diocesano que celebrou na Sé Metropolitana de Lisboa D. Rodrigo da Cunha em os 30. dias de Mayo no anno de 1640. Concordadas com o Sagrado Concilio Tridentino, & com o Direito Canonico, & com as Constituições antigas, & extravagantes primeiras & segundas deste Arcebispado.* Lisboa Oriental: na Officina de Filipe de Sousa Villela, 1737.
- CONSTITUIÇÕES SYNODAES do bispado de Coimbra.* Coimbra: por Antonio de Mariz, 1591.
- CONSTITUIÇÕES SINODAES do bispado de Viseu feitas e ordenadas em synodo [por]... dom João Manoel.* Coimbra: por Nicolao Carvalho, 1617.
- CONSTITUIÇÕES SYNODAES do bispado do Porto.* Coimbra: por Antonio de Mariz, 1585.
- CORPO DIPLOMATICO Portuguez contendo os Actos e Relações Politicas e Diplomaticas de Portugal com as Diversas Potencias do Mundo desde o Seculo XVI ate os nossos dias. (=CDP).* Ed. Luis Augusto Rebello da SILVA. 16 vols. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1862-1891.
- CORREIA, Gaspar. 1992. *Crônicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533).* Leitura, introdução, notas e índice por José Pereira da COSTA. Lisboa: Academia das Ciências.
- LA CORRESPONDANCE D'ISABELLE de Portugal, duchesse de Bourgogne (1430-1471).* Ed. Monique SOMMÉ. Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag, 2009.
- CORRESPONDANCE d'un ambassadeur castillan au Portugal dans les années 1530: Lope Hurtado de Mendoza.* Ed. par Aude VIAUD. Lisboa/Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian – CNCDP, 2001.
- CORRESPONDANCE (La) des Premiers Nonces Permanents au Portugal (1532-1553).* Edição crítica e notas por Charles-Martial DE WITTE, vol. II. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980.
- COSMIDROMIUS GOBELINI Person und als Anhang desselben Verfassers. Processus translacionis et reformationis monasterii Budecensis.* Ed. Max JANSEN. Munster: Druck und Verlag der Aschendorffschen Buchhandlung, 1900.
- COSTA, António Carvalho da. 1706-1712. *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*, tomos I-II. Lisboa: Valentim da Costa Deslandes.
- COSTA, Avelino de Jesus da. 1962. *Bulário Português do Século XIII (1198-1303). Subsídios para o Inventário.* [Dactilografado]. Coimbra.
- COUTINHO, Inácio (frei). 1636. *Promptuario espiritual sobre os Evangelhos das festas dos santos, que a Igreja Catholica celebra pollo discurso do anno (...).* Lisboa: por Lourenço Craesbeeck.
- CRÓNICA DE ENRIQUE IV, ordenada por Alonso de Palencia.* Ed. Antonio PAZ Y MELIA. Vol. I. Madrid: Atlas, 1973.
- CRÓNICA DE PEDRO Carrillo de Huete, halconero de Juan II.* Ed. Juan de MATA CARRIAZO. Madrid: Espasa-Calpe, 1946.

- CUNHA, Rodrigo da. 1611. *Pro Sanctissimi D.N. Papae Pauli V Statuto, nuper emisso in confessorios faeminas solicitantes in confessione motae, solutae quaestiones aliquot*. Benavente: apud Matthaeum Donatum.
- CUNHA, Rodrigo da. 1622. *Explicação dos ivbileos do anno de 1619 & de 1621*. Porto: por João Rodrigues.
- CUNHA, Rodrigo da. 1623. *Catalogo e historia dos bispos do Porto*. Porto: por João Rodrigues, 1623.
- CUNHA, Rodrigo da. 1632. *Tractatus de Primatu Bracharensis Ecclesiae in Universa Hispania: Virgini Deiparae Tutelari*. Bracharae: ex officina Joannis Roderici.
- CUNHA, Rodrigo da. 1634. *Primeira parte da historia ecclesiastica dos arcebispos de Braga, e dos santos, e varoens ilustres, que floreceraõ neste arcebispado*. Braga: por Manuel Cardoso.
- CUNHA, Rodrigo da. 1635. *Segunda parte da historia ecclesiastica dos arcebispos de Braga, e dos santos, e varoens illustres, que floreceraõ neste Arcebispado*. Braga: por Manuel Cardoso.
- CUNHA, Rodrigo da. 1642. *Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa: vida e açoens de seus Prelados & varões eminentes em santidade que nella florecerão (...)*. Parte I. Lisboa: por Manoel da Sylva.
- CUNHA, Rodrigo da. 1742. *Catalogo dos bispos do Porto*. Segunda impressam adicionado e com suplementos de varias memorias eclesiásticas... por António Cerqueira Pinto. Porto: na Officina Prototypa, Episcopal.
- CUNHA, D. Rodrigo da. 1989. *História Ecclesiástica dos Arcebispos de Braga*. Reprodução fac-similada com nota de apresentação de José MARQUES. Braga: Barbosa & Xavier.
- DE ITINERE Frisonum. Ed. Reinhold RÖHRICHT in *Quinti Belli Sacri Scriptores Minores*. Geneva: Illustrandis Orientis Latini Monumentis, 1879, p. 57-70.
- DER BRIEFWECHSEL Karls des Kühnen (1433-1477). *Inventar*, vol. 1. Ed. Werner PARAVICINI. Frankfurt a. M.: Peter Lang, 1995.
- DIE BERNER-CHRONIK des Conrad Justinger. Ed. de G. STUDER. Bern: Druck und Verlag von K. J. Wyss, 1871.
- DIPLOMATÁRIO da Sé de Viseu (1078-1278). Ed. Leontina VENTURA e João da Cunha MATOS. Coimbra: CHSC-IEM, 2010.
- DOCUMENTACIÓN (LA) PONTIFICIA de Alexandro IV (1254-1261). Ed. Ildefonso RODRIGUEZ DE LAMA. Roma: Instituto Español de Historia Ecclesiastica, 1976.
- DOCUMENTACIÓN (LA) PONTIFICIA de Honorio III (1216-1227). Ed. Demetrio MANSILLA. Rome: Instituto Español de História Ecclesiástica, 1965 (Monumenta Hispaniae Vaticana, Registros, vol. 2).
- DOCUMENTACIÓN (LA) PONTIFICIA hasta Inocencio III (965-1216). Ed. Demetrio MANSILLA. Roma: Instituto Español de Estudios Ecclesiásticos, 1955 (Monumenta Hispaniae Vaticana, Registros, vol. I).
- DOCUMENTACIÓN (LA) PONTIFICIA de Inocencio IV (1243-1254). Ed. Augusto QUINTANA PRIETO. Roma: Instituto Español de Historia Ecclesiastica, 1987.
- DOCUMENTOS DE BONIFACIO VIII (1294-1303) referentes a Espana. Ed. Santiago DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ. León: Secretariado de Publicaciones da Universidad de León, 2006.
- DOCUMENTOS DE CLEMENTE IV (1265-1268) referentes a Espana. Ed. Santiago DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ. León: Secretariado de Publicaciones da Universidad de León, 1996.
- DOCUMENTOS DE D. SANCHO I (1174-1211) (= DS). Ed. Rui Pinto de AZEVEDO, Avelino de Jesus da COSTA e Marcelino PEREIRA. Coimbra: Centro de História da Universidade, 1979.

- DOCUMENTOS DE GREGORIO X (1272-1276) referentes a Espana.* Ed. Santiago DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ. León: Secretariado de Publicaciones da Universidad de León, 1997.
- DOCUMENTOS DE HONÓRIO IV (1285-1287) referentes a España.* Ed. Santiago DOMÍNGUEZ SANCHEZ. León: Universidad de León, 2015.
- DOCUMENTOS DE NICOLÁS IV (1288-1292) referentes a Espana.* Ed. Santiago DOMÍNGUEZ, SANCHEZ. Leon: Universidad de León, 2009.
- DOCUMENTOS MEDIEVAIS PORTUGUESES – Documentos Régios. (= DMP-DR) Vol. I: Documentos dos Condes portucalenses e de D. Afonso Henriques, A.D. 1095-1185.* Ed. Rui de AZEVEDO. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958.
- DOCUMENTOS MEDIEVAIS PORTUGUESES. II série. Um Obiturário do Mosteiro de S. Vicente de Fora. A Comemoração dos que passaram deste mundo. (= OSVF).* Ed. Maria José de Azevedo SANTOS. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2008.
- DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA da Inquisição em Portugal: século XVI.* Ed. Isaías da Rosa PEREIRA. Lisboa: Cáritas Portuguesa, 1987.
- DOCUMENTS sur l'histoire du Limousin tirés des archives du château de Bach, près Tulle.* Ed. Gustave CLÉMENT-SIMON. Brive: Imprimerie Roche, 1904.
- ENCARNAÇÃO, Tomás de. 1759-1763. *Historia ecclesiae Lusitanae: per singula saecula ab Evangelio promulgato.* Vols. I-IV. Colimbriae: Ex Praelo Academia Pontificiae.
- ERDMANN, Carl. 1927. “Papsturkunden in Portugal”. in *Abhandlung der Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen, Philologisch-historische klasse, neue folio BD. XX, 3*, Berlin.
- ESPERANÇA, Manuel da (frei). 1656-1666. *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de São Francisco na Província de Portugal*, partes I e II. Lisboa: na Oficina de Antonio Craesbeeck de Mello.
- FERNANDES, Rui. 2012. *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas [1531 1532].* Estudo Introdutório, transcrição actualizada e fixação crítica do texto por Amândio Jorge Morais BARROS. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012.
- FERREIRA, Francisco Leitão. 1724. “Catalogo Chronologico-Critico dos Bispos de Coimbra”. in *Colecção dos Documentos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza, que neste anno de 1724 se compuzerão.* Lisboa Occidental: na Officina de Pascoal da Sylva.
- FIGUEIREDO, José Anastácio de. 1790. *Synopsis chronologica de subsidios ainda os mais raros para a historia e estudo critico da legislação portugueza*, tomo I. Lisboa: na Officina da Academia Real das Sciencias.
- FIGUEIREDO, José Anastácio. 1800. *Nova História da Militar Ordem de Malta e dos senhores Grão-Priores della, em Portugal.* Partes I-II. Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- FIGUEIREDO, Pedro José. 1817. *Retratos, e elogios dos varões, e donas, que illustraram a nação portugueza em virtudes, letras, armas, e artes, assim nacionais, como estranhos, tanto antigos, como modernos, oferecidos aos generosos portuguezes.* Tomo I. Lisboa: Officina Simão Thaddeo Ferreira.
- FLÓREZ, Enrique. 1747-1775. *España Sagrada. Theatro Geographico-Historico de la Iglesia de España*, tomos I-XXIX. Madrid: por Antonio Marín.
- FOEDERA, *conventiones, literae, et cujuscunque generis acta publica, inter reges Angliae et alios quosvis Imperatores, Reges, Pontifices, Principes, vel Communitates, ab ineunte saeculo Doudecimo, viz ab anno 1101, ad nostra usque Tempora, Habita aut Tractata, Ex Autographis, infra Secretiores Archivorum Regionum Thesaurarias, per multa Saecula reconditis, fideliter Exscripta.* Ed. Thomas RYMER, 2.^a ed., tomo VII. Londini: J. Tonson, 1728.
- FOEDERA, *conventiones, literae, et cujuscunque generis acta publica, inter reges Angliae et alios quosvis*

- Imperatores, Reges, Pontifices, Principes, vel Communitates, ab ineunte saeculo Doudecimo, viz ab anno 1101, ad nostra usque Tempora, Habita aut Tractata, Ex Autographis, infra Secretiores Archivorum Regiorum Thesaurarias, per multa Saecula reconditis, fideliter Exscripta.* Ed. Thomas RYMER. Tomi III, pars II. Hagae Comitum: Neaulme, 1740.
- FOEDERA, conventiones, literae, et cujuscunque generis acta publica, inter reges Angliae et alios quosvis Imperatores, Reges, Pontifices, Principes, vel Communitates, ab ineunte saeculo Doudecimo, viz ab anno 1101, ad nostra usque Tempora, Habita aut Tractata, Ex Autographis, infra Secretiores Archivorum Regiorum Thesaurarias, per multa Saecula reconditis, fideliter Exscripta.* Ed. Thomas RYMER. Vol. IV: 1377-1383. Londini: George Eyre and Andrew Strahan, 1869.
- FONSECA, Francisco da. 1728. *Evora Gloriosa. Epilogo dos quatro tomos de Evora Illustrada, que compoz o R.P.M. Manoel Fialho da Companhia de Jesus.* Roma: Officina Komaerkiana.
- FORCELLA, Vincenzo. 1877. *Iscrizioni delle Chiese e d'altri edifici di Roma dal secolo XI fino al giorni nostri*, vol. XI. Roma: Ludovico Cecchini, 1877.
- FRANCISCI PETRARCAE *Epistolae de Rebus Familiaribus et Variis*. Ed. Giuseppe FRACASSETTI, vol. III. Florentiae: Typis Felicis Le Monnier, 1863.
- FRANCO, António (Pe.). 1945. *Évora Ilustrada. Extraída da obra do mesmo nome do Padre Manuel Fialho.* Publicação, prefácio e índices de Armando de GUSMÃO. Évora: Ed. Nazareth, 1945.
- GAMA, António da. 1578. *Decisiones supremi senatus inuictissimi Lusitaniae regis.* Vlissippone: Emanuel Ioannes.
- GAVETAS (As) *da Torre do Tombo.* Ed. António da Silva REGO. Vol. I-XII. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1975.
- GESTA CRUCIGERORUM *Rhenanorum.* Ed. Reinhold RÖHRICHT. in *Quinti Belli Sacri Scriptores Minores.* Geneva: Illustrandis Orientis Latini Monumentis, 1879, p. 29-56.
- GHIRARDACCI, Cherubino. 1657. *Historia di Bologna*, vol. 2. Bologna: Per Giacomo Monti.
- GÓIS, Damião de. 1949-1955. *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel.* Nova edição conforme a primeira de 1566, partes I-IV. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- GÓIS, Damião de. 1978. *Crónica do Príncipe D. João.* Edição crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova.
- GONZÁLEZ DÁVILA, Gil. 1647. *Teatro Eclesiastico de las Iglesias Metropolitanas y Catedrales de los Reynos de las dos Castillas. Vidas de sus Arzobispos y Obispos, y Cosas Memorables de sus Sedes*, tomo II (*Que contiene las Iglesias de Sevilla, Palencia, Ávila, Zamora, Coria, Calahorra, y Plasencia*). Madrid: Imprenta de Pedro de Horna y Villanueva.
- GOSUINI *de Expugnatione Salacia Carmen.* Ed. Aires Augusto NASCIMENTO, in "Poema de Conquista: A Tomada de Alcácer do Sal aos Mouros (1217)". in *Poesia Latina Medieval (Siglos V-XV)*. Ed. by M. C. DÍAZ and J. M. DÍAZ DE BUSTAMANTE. Florença: SISMEI, 2005, p. 619-637.
- GRÉGOIRE XI (1370-1378). *Lettres communes.* Ed. Anne-Marie HAYEZ, Janine MATHIEU y Marie-Franc YVAN. *Annés I-III*, 3 vols. Rome: École Française de Rome, 1992-1993; *Années IV-VIII*, 2000-2008 (mimeografado).
- GRÉGOIRE XI (1370-1378). *Lettres secrètes et curiales du pape intéressant les pays autres que la France.* Ed. Guillaume MOLLAT. Paris: Éditions Edouard de Bocard, 1962-1965.
- GRÉGOIRE XI (1370-1378). *Lettres secrètes et curiales relatives à la France.* Ed. Léon MIROT, H. JASSEMINE, J. VIELLEARD et Guillaume MOLLAT. Paris: Éditions Édouard de Bocard, 1935-1957.

- IDACIO. OBISPO de Chaves su Crónicon*. Introducción, texto crítico, versión española y comentario por Julio CAMPOS. Salamanca: Ediciones Calasancias, 1984.
- INDEX AUCTORUM et librorum*. Coimbra: João Barreira, [1559].
- INDEX LIBRORUM Prohibitorum Cum Regulis Confectis*. Lisboa: Francisco Correia, 1564.
- INDEX LIBRORUM prohibitorum*. Olysiptone: excudebat Antonius Riberius, 1581.
- ÍNDICES dos Livros Proibidos em Portugal no século XVI*. Apresentação, estudo introdutório e fac-símile por Artur Moreira de Sá. Lisboa, INIC, 1983.
- INDICULUM Fundationis Monasterii Beati Vincentii Vlixbone*. Ed. e trad. por Aires A. NASCIMENTO. in *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*. Edição de Aires A. Nascimento, introdução de Maria João Branco, 2.^a ed. Lisboa: Vega, 2007, p. 177-201.
- INSCRIPCIONES CRISTIANAS de la España romana y visigoda*. Ed. José VIVES. Barcelona: CSIC, 1942.
- INSCRIPTIONES HISPANIAE christianae*. Ed. Aemilius HÜBNER. Berlim: apud G. Reimerum, 1871.
- “INSTRUCTIONS baillées à Moreau de Wissant, Chambellan; Pierre Roger de Lyssac, Maître-d’hôtel du duc d’Anjou; et Thibaut Hocie ou Hocre, Secrétaire du Roi, envoyés par Loys I, duc d’Anjou, à Henri Roi de Castille, touchant les royaumes de Majorques et Minorques, comtés de Roussillon et de Cardaigne, occupés par le Roi d’Aragon; avec les réponses du Roi de Castille; Relation de l’ambassade d’Arnaut d’Espagne, seigneur de Montespán, Sénéchal de Carcassonne; Raymond Bernard le Flamenc, et Jehan Forest, envoyés par Loys duc d’Anjou, à Henri Roi de Castille, et à Jehan I, Roi de Portugal, touchant les royaumes de Maillorque et de Minorque, au mois de Janvier 1377; Relation de l’ambassade de Migon de Rochefort, seigneur de la Pomarède, et de Guillaume Gayan, Conseillers du duc d’Anjou, envoyés en Sardaigne par Loys I, duc d’Anjou, à Hughes, juge d’Arborée, pour faire alliance avec ce Prince contre le Roi d’Aragon, au mois d’août 1378; Pièces tirées du manuscrit de la Bibliothèque du Roi”. Ed. M. GAILLARD. in *Notices et extraits des manuscrits de la Bibliothèque National et autres bibliothèques*, 1 (1787), p. 341-372.
- JOHN OF GAUNT’S REGISTER (1371-1375)*. Ed. Sydney ARMITAGE-SMITH, vol. 2. London: Camden Third Series, 1911.
- JORNADA del-rei Dom Sebastião à África. Crónica de Dom Henrique*. Ed. Francisco de Sales Mascarenhas Loureiro. Lisboa: IN-CM, 1978.
- JOURNAL de Jean Le Fèvre, évêque de Chartres, chancelier des rois de Sicile Louis I^{er} et Louis II d’Anjou*, ed. H. MORANVILLE, vol. 1, Paris, A. Picard, 1887.
- JUAN DE BICLARO, obispo de Gerona: Su vida y su obra*. Ed. Julio CAMPOS. Madrid: CSIC, 1960.
- JULLIEN DE POMMEROL, Marie-Henriette; Jacques MONFRIN. 2001. *Bibliothèques ecclésiastiques au temps de la Papauté d’Avignon. II: Inventaires de prélats et de clercs français – Édition*. Paris: CNRS Editions.
- KRUSE, Holger. 1996. *Hof, Amt und Gagen. Die täglichen Gagenlisten des burgundischen Hofes (1430-1467) und der erste Hofstaat Karls des Kühnen (1456)*. Bonn: Bouvier Verlag.
- KUTTNER, Stephan; ELZE, Reinhard. 1987. *A Catalogue of Canon and Roman Law Manuscripts in the Vatican Library*. Vol. II: *Codices Vaticani latini 2300-2746*. Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana.
- LANG, Alois. 1903. *Die Urkunden über die Beziehungen der päpstlichen Kurie zur Provinz und Diözese Salzburg (mit Gurk, Chiemsee, Seckau und Lavant) in der avignonischen Zeit: 1316-1378=Acta Salzburgo-Aquilejensia. Quellen zur Geschichte der ehemaligen Kirchenprovinzen Salzburg und Aquileja*, vol. 1. Graz: Styria.
- LAURENT, Marie-Hyacinthe. 1958. *Codices Vaticani Latini. Codices 1135-1266*. Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana.

- LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho. 1874. *Portugal Antigo e Moderno*. Vol. IV. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia.
- LEAL, Manuel Pereira da Silva. 1722. "Catalogo dos Bispos de Idanha, e Guarda". in *Colecção dos Documentos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza, que neste anno de 1722 se compuzerão*. Lisboa Occidental: Na Officina de Pascoal da Sylva.
- LEAL, Manuel Pereira da Silva. 1725. "Catalogo Chronologico dos Collegiais e Porcionistas do Collegio de S. Pedro". in *Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real de História Portuguesa que neste anno de 1725 se compuzerão*. Lisboa Occidental: na Officina de Pascoal da Sylva.
- LEÃO, Duarte Nunes de. 1975. *Crônicas dos Reis de Portugal*. Introd. e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello e Irmãos Editores.
- LEONARDI, Claudio. 1987. *Codices Vaticani latini. Codices 2060-2117*. Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1987.
- LEROUX, Alfred; RIVAIN, Camille. 1908. *Archives Départementales antérieures à 1790. Haute-Vienne. Archives ecclésiastiques – Série G*, tomo I: *Eveché de Limoges et chambre ecclésiastique*. Limoges: Imprimerie-Librairie-Papeterie Ducourtieux et Gout.
- LETTERE DI FRANCESCO PETRARCA *delle cose familiari libri ventiquattro. Lettere varie libro único*. Ed. Giuseppe FRACASSETTI, vol. 4. Firenze: Successori Le Monnier, 1866.
- LETTRES CLOSES *patentes et curiales de Clément VI se rapportant à la France*, edição de Édouard DESPREZ, Jean GLÉNISSON e Guillaume MOLLAT, Paris, École Française de Rome, 1901-1969.
- LETTRES COMMUNES *du pape Benoît XII (1334-1342) analysées d'après les registres dits d'Avignon et d'Avignon*. Edição de J. M. VIDAL, 3 vols.. Paris: École Française de Rome, 1903-1911.
- LETTRES COMMUNES *du pape Jean XXII (1316-1334). Lettres communes analysées d'après les Registres dits d'Avignon et du Vatican*. Ed. Guillaume MOLLAT, 16 vols. Paris: École Française de Rome, 1904-1947.
- LETTRES SECRÈTES *et curiales d'Innocent VI (1352-1362)*. Ed. Pierre GASNAULT, Maria-Hyacinthe LAURENT e Nathalie GOTTERI, 4 vols. Paris: École Française de Rome, 1959-1975.
- LETTRES SECRÈTES *et curiales du pape Urbain V (1362-1370) se rapportant à la France extraites des registres d'Avignon et du Vatican*. Ed. Pierre LECACHEUX e Guillaume MOLLAT. Paris, E. de Boccard – École française de Rome, 1902-1955.
- LIBER ANNIVERSARIORUM *Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas)*. Ed. crítica Pierre DAVID e Torquato de Sousa SOARES, 2 tomos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1948.
- LIBER FIDEI *Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Ed. crítica Pe. Avelino de Jesus da COSTA, 3 tomos. Braga: s.e., 1965-1990.
- LIBER ORDINUM *(Le) en usage dans l'Église wisigothique et mozarabe d'Espagne du cinquième au onzième siècle*. Ed. Marius FÉROTIN. Paris: apud Firmin-Didot – Instituti Franciae Typographos, 1904.
- LIBER VITAS *sanctorum patrum Emeretensium*. Ed. Antonio MAYA SÁNCHEZ. In *Corpus Christianorum. Series Latina*. Turnhout: Brepols, vol. 116, 1992.
- LIMA, Luiz Caetano de. 1734. *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa*. Tomo I. Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva.
- LIBROS *(Los) de la Madre Teresa de Jesus, Fundadora de la reformation de los Descalços, y Descalças de Nuestra Señora del Carmen. De nuevo corregidos com su original, y añadido de tablas muy copiosas en esta ultima impressiõ. Ao... Senhor D. Afonso Furtado de Mendonça arcebispo de Lisboa*. Lisboa: por Antonio Aluarez, 1628.

- LIVRO (O) DAS LEZÍRIAS d'el rei Dom Dinis*. Transcrição, estudo introdutório e notas de Bernardo de SÁ NOGUEIRA. Lisboa: Centro de História, 2003.
- LIVRO DE BENS de D. João de Portel*. Ed. Pedro A. de AZEVEDO. Portel: Câmara Municipal de Portel, 2003 (edição fac-similada).
- LIVRO DE LINHAGENS do Conde D. Pedro*. (= LL). Ed. crítica por José MATTOSO. in *Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, vol. II, 2 tomos. Lisboa: Academia das Ciências, 1980.
- LIVRO DE LINHAGENS do Deão*. (= LD). Edição Joseph PIEL e José MATTOSO. in *Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, Volume I. Lisboa: Academia das Ciências, 1980, p. 61-214.
- LIVRO DE LINHAGENS do Século XVI*. Ed. António Machado de FARIA. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956.
- LIVRO DO ARMEIRO-MOR (1509)*. Prefácio de Joaquim Veríssimo SERRÃO e de Vasco Graça MOURA. Lisboa: Academia Portuguesa da História, Edições Inapa, 2007.
- LIVRO DE ARAUTOS (= De Ministerio Armorum)*. Estudo codicológico, histórico, literário e linguístico e edição por Aires Augusto NASCIMENTO. Lisboa: Edição do autor, 1977.
- LIVRO DOS COPOS*, vol. I. Ed. Paula Pinto COSTA. In *Militarium Ordinum Analecta* 7 (2006).
- LIVRO VERDE da Universidade de Coimbra (Cartulário do século XV)*. Leitura, revisão e prefácio de António Gomes da Rocha MADAHIL. Coimbra: Arquivo e Museu da Universidade de Coimbra, 1940.
- LOPES, Fernão. 1968-1973 – *Crónica del Rei Dom Joham I de boa memória e dos Reis de Portugal o décimo*. (= CDJI) Parte I. Reprodução fac-similada da edição do *Arquivo Histórico Português* (1915) preparada por Anselmo Braamcamp Freire, prefácio por Luís Filipe Lindley Cintra. Parte II. Ed. William J. Entwistle. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- LOPES, Fernão. 2004. *Crónica de D. Fernando*. (=CDF) Edição crítica, introdução e índices de Giuliano MACCHI, 2.^a edição revista. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- LOPES, Fernão. 2007. *Crónica de D. Pedro*. (= CDPI) Ed. crítica de Giuliano MACCHI, 2.^a ed. revista. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- LOPES, João Baptista da Silva. 1848. *Memorias para a historia ecclesiastica do bispado do Algarve*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- LÓPEZ DE AYALA, Pedro. 1591. *Coronica del Serenissimo Rey Don Pedro, hijo del Rey Don Alonso de Castilla*. Pamplona: por Pedro Porralis.
- LÓPEZ DE AYALA, Pedro. 1779. *Cronicas de los Reyes de Castilla don Pedro, don Enrique II, don Juan I, don Enrique III*, tomo I. Madrid: en la Imprenta de don Antonio de Sancha.
- LUZ, Simão da (fr.). 1626. *Sermão que pregou o Padre Mestre Fr. Simão da Luz da Ordem dos Pregadores, Regente da Universidade do Convento de S. Domingos desta Cidade de Lisboa no Officio, que fez o ditto Convento de S. Domingos na Sè da mesma Cidade, ao... Senhor Arcebispo Dom Miguel de Castro, que Deus tem em o qual se relatão suas virtuosas obras, & grades esmolos*. Lisboa: por Geraldo da Vinha.
- MACEDA, M. J. 1790. *Hosius vere hosius (...), h. e. Hosius vere innocens, vere sanctus. Dissertationes duae (...). Accedit III: Potamius innocens innocentiae M. Hosii vindex seu de innocentia Potamii Ulyssiponensis episcopi deque emolumento in M. Hosii innocentiam inde manante*. Bolonha: [s.n.].
- MACEDO, Antonio de. 1663. *Lusitania infulata et purpurata seu pontificibus et cardinalibus illustrata*. Parisii: Apud Sebastianum Cramoisy, & Sebastianum Mabre Cramoisy.
- MACHADO, Diogo Barbosa. 1736-1751. *Memorias para a Historia de Portugal, Que Compreendem o Governo del Rey D. Sebastião, Unico em o Nome, e Decimo Sexto entre os Monarchas Portugueses*, 4 vols. Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva.

- MAIA, Francisco da. 1631. *Sermão funeral nas exéquias do illustrissimo e reverendissimo senhor Dom Affonso Furtado de Mendonça*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck.
- MANUALE SACRAMENTORUM consuetudinem alme bracharensis ecclesie. Salamanca: João de Junta, 1538.
- MARCUCCI, Francesco Antonio. 1766. *Saggio delle cose Ascolane e de' vescovi di Ascoli nel Piceno*. Teramo: Consorti, e Felcini.
- MÉMOIRES d'Olivier de la Marche, maître d'hôtel et capitaine des gardes de Charles le Téméraire. Ed. Henri BEAUNE et Jules D'ARBAUMONT, 4 vols. Paris: Librairie Renoard, 1883-1888.
- MEMORIALES Y CARTAS del Conde Duque de Olivares. Ed. John H. ELLIOT, José Francisco DE LA PEÑA y Fernando NEGREDO, 2 vols. Madrid: Marcial Pons – Centro de Estudios Europa Hispánica, 1978-1980.
- MENESES, D. Luís de (conde da Ericeira). 1679-1698. *História de Portugal Restaurado*. Tomos I-II. Lisboa: na Officina de João Galvão.
- MENESES, Manuel de (fr.). 1730. *Chronica do Muito Alto, e muito Esclarecido Príncipe D. Sebastião, Décimo Sexto Rey de Portugal*. Partes I-II. Lisboa Occidental: na Officina Ferreyriana.
- MISSALE BRACHARENSE. Lisboa: Germão Galharde, 1538.
- MONSTRUOSIDADES do Tempo e da Fortuna. *Diario de Factos mais Interessantes Que Succederam no Reino de 1662 a 1680, divulgado por J. A. da Graça Barreto*. Lisboa: Typographia da Viuva Sousa Neves Editora, 1888.
- MONTEIRO, Pedro (fr.). 1721. “Catalogo dos Inquisidores que tem havido na Santa Inquisição desta Corte de Lisboa”. in *Collecçam dos documentos, estatutos, e memórias da Academia Real da História Portuguesa*. Lisboa Occidental: na Officina de Pascoal da Sylva.
- MONTEIRO, Pedro (fr.). 1750. *Historia da Santa Inquisição do Reyno de Portugal, e suas Conquistas. Primeira Parte*. Lisboa: na Regia Officina Sylviana.
- MONUMENTA HENRICINA. (= MH). Ed. António Joaquim Dias DINIS. 15 vols. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974.
- MONUMENTA PORTUGALIAE VATICANA. (= MPV). Edição, introdução e notas por António Domingos de Sousa COSTA. Vols. I-IV. Braga-Porto: Editorial Franciscana, 1968-1982.
- MORAIS, Cristóvão Alão de. 1943-1948, *Pedatura Lustiana: nobiliário de famílias de Portugal*. Ed. Alexandre António Pereira de Miranda VASCONCELLOS, António Augusto Ferreira da CRUZ e Eugénio Eduardo Andrea da Cunha e FREITAS, 12 vols. Porto: Livr. Fernando Machado.
- MURATORI, Lodovico Antonio. 1900-1965. *Rerum Italicarum Scriptores*, vol. 13: *Raccolta degli storici Italiani dal cinquecento al millecinquecento*. Nouva editione riveduta com la direzione di Giosue CARDUCCI. Città di Castello: Casa Editrice S. Lapi.
- NATIVIDADE, António da (frei). 1643. *Sermam que pregou o Padre Mestre Frei Antonio da Natividade da Ordem de S. Agostinho, nas exequias, que os Religiosos da mesma Ordem fizeram na Sé de Lisboa pelo Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Dom Rodrigo da Cunha Arcebispo da mesma Cidade Josué Portuguesez*. Lisboa: por Antonio Alvarez.
- NOGUEIRA, Pedro Álvares. 1942. *Livro das vidas dos bispos da Sé de Coimbra*. Ed. António da Rocha MADAHIL. Coimbra: Universidade de Coimbra Arquivo e Museu de Arte.
- NOVOA, Matías de. 1833. *Historia de Felipe IV, rey de España, III*, in *Colección de documentos inéditos para la historia de España*, vol. LXXX. Madrid: Miguel Ginesta.
- OBITUAIRES (Les) du chapitre cathédral Saint-Sauveur et de l'Église Sainte-Marie de la Seds d'Aix-en-Provence. Ed. Anna CHAMA e Thierry PÉCOUT. Paris: Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 2010.

- OBRAS COMPLETAS do Condestável Dom Pedro de Portugal*. Ed. Luís Adão da FONSECA. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.
- OPUSCULA OMNIA Potamii Olisiponensis Episcopi*. Ed. Angel Custodio VEGA. El Escorial: Typis Augustinianis Monasterii Escorialensis (*Scriptores Ecclesiastici Hispano-latini veteris et medii aevi*, fasc. 12-15), 1934.
- ORÓSIO, Paulo – *História contra os pagãos: Esboço de uma História da Antiguidade Oriental e Clássica*. Introd. de Lúcio Craveiro da SILVA, versão portuguesa e anotações por José CARDOSO, índices de Maria Camila Duarte Lumiar RAMOS. Braga: Universidade do Minho, 1986.
- “PARA A HISTÓRIA Social de Torres Vedras. Um documento eclesiástico do ano de 1309”. Ed. Harold B. JOHNSON. in *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa* 73-74 (1970) 53-175.
- PORTUGAL ET BOURGOGNE au XV^e siècle (1384-1482): recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Ed. Jacques PAVIOT. Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1995.
- PELZER, Auguste. 1931-1933. *Codices Vaticani Latini*. Tomus II, pars prior: *Codices 679-1134*. Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana.
- PEREIRA, Manuel Botelho Ribeiro. 1955. *Diálogos Morais e Políticos*. Viseu: Ed. Beira Alta.
- PÉREZ DE GUZMÁN, Fernán. 1953. *Crónica del rey don Juan II*. Biblioteca de Autores Españoles, vol. LXVIII, Madrid.
- PINA, Rui de. 1653. *Chronica de Elrey Dom Alfonso o Quarto do Nome e Settimo dos Reys de Portugal*. Lisboa: na Officina de Paulo Craesbeeck.
- PINA, Rui de. 1950. *Crónica de El-Rei D. João II*. Coimbra: Almedina.
- PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V (=CDAV)*. In *Crónicas de Rui de Pina*. Ed. de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão Editores, 1977, p. 579-881.
- PITT, Thomas. 2006. *Observações de uma viagem a Portugal e Espanha (1760)*. Ed. de Maria João NETO. Lisboa: IPPAR.
- PORTALEGRE, Paulo de (Pe.). 2007. “*Novo Memorial do Estado Apostólico*”. *Primeira Crónica dos Lóios*, Ed. crítica por Cristina SOBRAL. Lisboa: Roma Editora.
- PORTUGAL, LISBOA E A CORTE nos Reinados de D. Pedro II e D. João V. Memórias Históricas de Tristão da Cunha de Ataíde, 1.º Conde de Povolide*. Introdução de António Vasconcelos de SALDANHA e Carmen M. RADULET. Lisboa: Chaves Ferreira, 1990.
- PORTUGALIA PONTIFICIA: Materials for the History of Portugal and the Papacy: 1198-1417*. Ed. Peter LINEHAN, 2 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA. Inquisitiones (=PMH, Inqs.)*. Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita. Olisipone: Typis Academicis, 1888-1977.
- PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA. Nova Série. Volume IV/1-2 – Inquisitiones: Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1291. (=PMH, Inqs. Dinis)* Introdução, leitura e índices por José Augusto de SOTTOMAYOR-PIZARRO. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2012-2015.
- POTAMII episcopi Olisiponensis opera omnia*. Ed. Marco CONTI. in *Corpus Christianorum – Series latina*, vol. LXIX A. Turnhout: Brepols, 1999, p. 55-277.
- POTÂMIO, *Epistula de substantia Patris et Fillii et Spiritus Sancti*. In *Patrologiae cursus completus – Series latina – Supplementum*. Ed. A. HAMMAN, vol. I. Paris: Garnier, 1958, col. 202-216.
- POTAMIO DE LISBOA: Estudio, edición crítica y traducción de sus obra*. Ed. Valeriano YARKA URKIOLA. Vitoria/Gasteiz: Universidad del País Vasco, 1999 (*Col. Anejos de Veleia*, Series minor, n.º14).

- POTÂMIO: OBRAS. Ed. Isidro Pereira LAMELAS (introdução e notas) e José António GONÇALVES (tradução). Prefácio e revisão de António Montes MOREIRA. Lisboa: Alcalá/Centro Cultural Franciscano, 2012 (Col. *Philokalia*, n.º 15).
- PROVAS da História Genealógica da Casa Real Portuguesa, Ed. António Caetano de SOUSA, 12 vols. Coimbra: Atlântida-Livraria Editora, 1946-1954.
- PUBLIC OFFICE RECORDS. 1895. *Calendar of the Patent Rolls preserved in the Public Record Office. Richard II. A. D. 1377-1381*. London: Eyre and Spottiswoode.
- PURPURA DOCTA, seu, *Vitae, legationes, res gestae, obitus, aliaque scitu, ac memoratu digna, &c. S.R.E. Cardinalium* (...). Ed. Georgius Josephus EGGS. Francofurti: Prostant & veneunt apud Joannem Georgium König, 1714.
- “QUATRE LETTRES-MISSIVES d’Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne”. Ed. Michel MOL-LAT DU JOURDIN. in *Revista Portuguesa de História* 11 (1964-1968) p. 1-9.
- RECUEIL DES PRIVILÈGES de l’Université de Paris accordez par les rois deepvis sa Fonsation jusques à Louis le Grand, XIV, du Nom. Ed. Cesar Egasse DU BOULAY. Paris: Chez la Veuve de Clavde Thibovst et Pierre Esclassan, 1674.
- REGESTA IMPERII VIII. *Die Regesten des Kaiserreichs unter Kaiser Karl IV. 1346-1378*. Ed. Johann Friedrich BÖHMER. Innsbruck: Verlag der Wagner’schen Universitäts Buchhandlung, 1877.
- REGESTE DES ÉTATS de Provence, 1347-1380. Ed. Michel HÉBERT. Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 2007.
- REGESTEN DER ERZBISCHÖFE von Mainz von 1289-1396, ed. de Fritz VIGENER, Abt. 2, vol. 1: 1354-1371; Darmstadt, Leipzig, Veit and Co, 1913-1914.
- REGESTEN (DIE) DES KAISERREICHS unter Kaiser Karl IV. (1346-1378). Ed. Alfons HUBER e Johann Friedrich BOHMER, Innsbruck, Verlag der Wagner’schen Universitäts Buchhandlung, 1877-1889.
- REGESTVM Clementis papae V ex vaticanis archetypis sanctissimi domini nostri Leonis XIII pontificis maximi ivssu et munificentia, nunc primum editum cura et studio monachorum ordinis s. Benedicti. 9 vols. Romae: ex Typographia Vaticana, 1885-1892.
- REGIMENTO DO AUDITORIO Ecclesiastico do arcebispado d’Evora e da sua Relaçam e consultas e Casa do Despacho e mais officiaes da justiça Ecclesiastica (...). Évora: por Manoel de Lyra, 1598.
- REGIMENTO DOS OFFICIAES do Auditório Eclesiástico do Bispado de Coimbra. Coimbra: por Antonio de Mariz, 1592.
- REGIMENTOS (Os) de Évora e de Arraiolos no século XV. Introdução e revisão de Hermínia Vasconcelos VILAR, leitura e transcrição de Sandra PAULO, 2007. (disponível em linha: https://issuu.com/cidehus/docs/regimento_final_09-09-14)
- REGISTRES (LES) DE CLÉMENT IV (1265-1268). *Recueil des bulles de ce Pape d’après les manuscrits originaux des archives du Vatican*. Ed. Édouard JORDAN. Paris: E. de Boccard Éditeur, 1893-1945.
- REGISTRES (LES) DE GRÉGOIRE IX. *Recueil des bulles de ce Pape d’après les manuscrits originaux du Vatican*. Ed. Lucien AUVRAY. Tomos I-IV. Paris: Ed. Librairie Thorin et Fils – Albert Fontemoin, 1896-1955.
- REGISTRES (LES) DE GRÉGOIRE X (1272-1276). *Recueil des bulles de ce Pape d’après les manuscrits originaux des Archives du Vatican*. Ed. Jean GUIRAUD. Paris: Thorin et fils, 1892-1898.
- REGISTRES (LES) D’HONORIUS IV d’après le manuscrit des archives du Vatican. Ed. Maurice PROU. Paris: Ernest Thorin Éditeur, 1888.
- REGISTRES (LES) D’INNOCENT IV d’après les manuscrits originaux du Vatican et de la Bibliothèque Nationale. Ed. Élie BERGER. Paris: Ernest Thorin Éditeur, 1884.

- REGISTRES (LES) DE NICOLAS III (1277-1280). *Recueil des bulles de ce Pape d'après les manuscrits originaux des archives du Vatican*. Ed. M. Jules GAY. Paris: Albert Fontemoin Editeur, 1938.
- RELAÇÃO de tudo o que passou na felice aclamação do mui alto e mui poderoso rey Dom João o IV nosso senhor. Lisboa: à custa de Lourenço de Anveres [1641].
- RELAÇÃO do recebimento e festas que se fizeram na augusta cidade de Braga à entrada do Illus. e Rev. Senhor D. Rodrigo da Cunha. Braga: Fructuoso Lourenço de Basto, 1627.
- RELAÇÃO (UMA) do Reino de Portugal em 1684. Ed. Joaquim Veríssimo SERRÃO. Separata do *Boletim da Universidade de Coimbra*, vol. XXV, Coimbra, 1962.
- RESENDE, Garcia de. 1752. *Chronica dos valerosos e insignes feytos del rey Dom Joam II... com outras obras que adiante se seguem*. Lisboa: na Officina de Manoel da Sylva.
- RESENDE, Garcia de. 1991. *Crônica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: INCM.
- ROL dos livros defesos por o Cardeal Iffante Inquisidor geral nestes Reynos de Portugal. Lisboa: por Germão Galharde, 1551.
- ROL dos liuros defesos nestes Reinos & Senhorios de Portugal que ho Senhor Cardeal Iffante Inquisidor geral mandou fazer. Lisboa: João Blávio de Colónia, 1561.
- ROL dos liuros que neste Reyno se prohibem per o serenissimo Cardeal Iffante, Inquisidor geral nestes Reynos & senhorios de Portugal. Com as regras do outro Rol geral que veo do sancto Concilio, trasladadas em language vulgar pera proueito daquelles que carecem da lingua Latina. Lisboa: per Francisco Correa, 1564.
- ROMAN Y CARDENAS, Juan. 1690. *Noticias genealogicas del linage de Segovia, continvadas por espacio de seiscientos años*. s.l.: s.n..
- SAINTE-MARTHE, Denis. 1731. *Gallia Christiana, in provincias eclesiásticas distributa; in qua series et historia archiepiscoporum, episcoporum et abbatum regionum omnium, quas vetus Gallia complectebatur, ab origine Ecclesiarum ad nostra tempora deducitur, & probatur ex authenticis Instrumentis ad calcem appositis*, tomo 5. Parisiis: Ex typographia Regia.
- SAINTE-MARTHE, Scevole. 1656. *Gallia christiana, qua series omnium archiepiscoporum episcoporum et abbatum Franciae, vicinarumque ditionum, ab origine ecclesiarum, ad nostra tempora per quatuor tomos deducitur. Et probatur ex antiquae fidei manuscriptis, Vaticani, regum, principum, tabulariis omnium Galliae cathedralium & abbatiarum. Opus fratrum gemellorum Scaevolae et Ludovici Sammarthianorum auctum, & primó in lucem editum a Petro Abelio et Nicolao Sammarthanis (...)*. Tomo I. Paris: J. Guignard.
- SALAZAR Y CASTRO, Luis de. 1696. *Historia Genealogica de la Casa de Lara, justificada con instrumentos, y escritores de inviolable fe*, tomo I. Madrid: En la Imprenta Real, por Mateo de Llanos y Guzmán.
- SANCHEZ VERCIAL, Clemente. 1539. *Sacramental*. Braga: Pedro de la Rocha.
- SANTA MARIA, Francisco de. 1697. *O ceo aberto na terra: historia das Sagradas Congregações dos Conegos seculares de S. Jorge em Alga de Venesa e de S. João Evangelista em Portugal*. Lisboa: na Officina de Manoel Lopes Ferreyra.
- SANTA MARIA, Nicolau de. 1668. *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho*. Partes I e II. Lisboa: na Officina de Joam da Costa.
- SANTARÉM, Visconde de; SILVA, Luís Augusto Rebelo da; LEAL, José da Silva Mendes. 1842-1869. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potências do Mundo Desde o Princípio da Monarchia Portugueza Até aos Nossos Dias*, 19 vols. Paris: J. P. Aillaud.
- SANTOS, Manuel dos (fr.). 1710. *Alcobaça Illustrada*. Parte I. Coimbra: na Officina de Bento Seco Ferreyra.

- SANTOS, Manuel dos (fr.). 1988. *Monarquia Lusitana. Parte VIII*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- SANZ Y DÍAZ, Clementino. 1965. *Reseña cronológica de algunos documentos conservados en el Archivo de la Catedral de Cuenca*. Cuenca: Ediciones Calasanz.
- SÃO BERNARDINO, frei João de. 1641. *Ao Illustmo, e Revmo Senhor D. Rodrigo da Cunha (...) dedica este sermão, que fêz em a sua Igreja Metropolitana, em o segundo domingo do Advento, nono dia de Dezembro, & da aclamação del Rey Dom João o quarto, q foi feita sabbado primeiro dia de Dezembro, avendo Sua Magestade entrado em Lisboa a seis do mesmo mes do anno de 1640*. Lisboa: Antonio Alvarez.
- SÃO BERNARDO, Francisco de. 1710. *Oração Funebre nas Exequias do Ilustrissimo Senhor Dom João de Sousa, Arcebispo de Lisboa, Celebradas na Sé da mesma Cidade (...) Em 30 de Outubro de 1710*. Lisboa: na Officina Joseph Lopes Ferreyra.
- S. VICENTE de Lisboa e seus milagres medievais. Ed. Aires Augusto NASCIMENTO e Saul António GOMES. Lisboa: Didaskalia, 1988.
- SAUERLAND, Heinrich Volbert. 1904. “Vatikanische Urkunden des 14. Jahrhunderts zur Geschichte des Hauses Hohenzollern”, *Quellen und Forschungen aus italienischen Archiven und Bibliotheken*, vol. 6, p. 1-15.
- SCHÄFER, Karl Heinrich. 1937. *Die Ausgaben der apostolischen Kammer unter den Päpsten Urban V und Gregor XI (1316–1378)*. Paderborn: Ferdinand Schöningh Verlag.
- SPANISH (THE) COLLEGE at Bologna in the Fourteenth Century. Edition and translation of its statutes, with introduction and notes by Berthe M. MARTI. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1966.
- SILVA, Inocêncio Francisco da. 1858-1862. *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos Applicaveis a Portugal e ao Brasil*. 23 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SOUSA, António Caetano de. 1946-1955. *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa. (=HGCRP)*. Nova edição revista por M. Lopes de ALMEIDA e César PEGADO. Tomos I-XII. Coimbra: Atlântida.
- SOUSA, Luís de (fr.). 1936-1954. *Anais de D. João III*. Prefácio e notas por M. Rodrigues LAPA, 2 vols. Lisboa: Sá da Costa.
- SOUSA, Luís de (fr.). 1977. *História de São Domingos*. Introdução e revisão de Manuel Lopes de ALMEIDA. Porto: Lello & Irmão Editores.
- SOUSA, Manuel Caetano de. 1725. “Catalogo historico dos Summos Pontifices, Arcebispos e Bispos portuguezes que tiverão dioceses ou titulos de igrejas fora de Portugal e suas conquistas, com a noticia topografica das cidades de que forão prelados”. in *Collecção dos documentos e memorias da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa Occidental: na Officina de Pascoal da Sylva, n.º XXXIII.
- SPOILS (The) of the Pope and the Pirates, 1357: the Complete Legal Dossier From the Vatican Archives. Ed. Daniel WILLIMAN e Karen Ann CORSANO. Cambridge, Mass.: The Ames Foundation-Harvard Law School, 2014.
- SUPPLEMENTUM NOVUM *Purpure doctæ seu vitæ, legationes, res gestæ, obitus, aliaque scitu, ac memoratu digna*(...). Ed. Georgius Josephus EGGS. Augsborg: Augustae Vindelicorum et Grae-zii, 1729.
- SVENSKT DIPLOMATARIUM, utgivet av Riksarkivet. Elfte bandet Fjärde häftet 1379. Ed. Claes GEJROT et al. Stockholm, 2014.
- SYLVA, Joseph Soares da. 1730. *Memorias para a história de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Joao I do anno de mil e trezentos e oitenta e três, até o anno de mil e quatrocentos*

- e trinta e três, dedicadas a El Rey D. João o V*, tomo I. Lisboa Occidental: na Officina de Joseph António da Sylva.
- SYLVA, Joseph Soares da. 1734. *Colecção dos documentos com que se authorizam as memorias para a vida del rey D. João I*, tomo IV. Lisboa Occidental: na Oficina de Joseph Antonio da Sylva.
- SYMEON OF DURHAM. 1885. *Historia Regum*. Ed. T. ARNOL. London: Rolls Series.
- SYNODICON Hispanum Dirigido por Antonio GARCIA Y GARCIA. Vol. II: *Portugal*. Ed. Francisco CANTELAR RODRÍGUEZ, Avelino de Jesus da COSTA, António GARCÍA Y GARCÍA, António GUTIERREZ RODRÍGUEZ e Isaías da Rosa PEREIRA. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.
- TAXAE PRO COMMUNIBUS servitiis 1295-1455. Ed. Hermann HOBERG. Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1949.
- TELES, Baltasar. 1645-1647. *Chronica da Companhia de Jesus da Provincia Portugueza*. Partes I-II. Lisboa: por Paulo Craesbeeck.
- TESTAMENTA Ecclesiae Portugaliae (1071-1325). Coord. Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa-Universidade Católica Portuguesa, 2010.
- TOMBOS da Ordem de Cristo. Ed. Iria GONÇALVES. Vol. 5: *Comendas da Beira Interior Sul (1505)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 2009.
- TORRES, Manuel Agostinho Madeira. 1988. *Descrição historica e economica da Villa e Termo de Torres Vedras*. Torres Vedras: Santa Casa da Misericórdia, 1988 (reprodução fac-similada da 2.^a ed., de Coimbra: Imprensa da Universidade, 1862).
- TUMBO (El) B de la catedral de Santiago. Edición y estudio. Ed. María Teresa GONZÁLEZ BALASCH. Santiago: Seminario de Estudios Galegos, 2004.
- URBAIN V (1362-1370). *Lettres communes, analyses d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican*. Edição Marie.-Hyacinthe LAURENT, 13 vols. Paris: E. de Boccard, 1954-1989.
- VETERA MONUMENTA historica Hungariam sacram illustrantia. Ed. Augustin THEINER, vol. 2. Romae: Typ. Vaticanis, 1860.
- VENTURA, Margarida Garcez. 2002. *A Colegiada de Santo André de Mafra (Séculos XV-XVIII). Leitura do Fundo Documental e Estudo Introdutório*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra.
- VERWALTUNGS-AUSSCHUSS DES MUSEUMS FRANCISCO-CAROLINUM. 1883. *Urkunden-buch des Landes ob der Enns*, vol. 8, Wien, Aus der K. K. Hof –und Staatdruckerel, apud http://monasterium.net/mom/AT/StiAL/LambachOSB/1365_II_14/charter
- VIEGAS, Nuno (fr.). 1643. *Sermão que pregou o Padre frey Nuno Viegas carmelita calçado (...) no Conuento do Carmo de Lisboa, nas exequias que ao (...) senhor dom Rodrigo da Cunha arcebispo de Lisboa fizeram os religiosos do mesmo convento, na sé da mesma cidade aos 6 de fevereiro de 1643*. Lisboa: na Officina de Domingos Lopes Rosa.
- “UMA VISITAÇÃO do Arcebispo de Lisboa, D. João Esteves de Azambuja, em 1402”. Ed. Isaías da Rosa PEREIRA. in *Arqueologia e História*, 3.^a série, 3 (1971) 21-30.
- “VISITAÇÕES de Santiago de Óbidos. I: 1434-1481”. Ed. Isaías da Rosa PEREIRA. in *Lusitania Sacra* 8 (1967-1969) 103-221.
- “VISITAÇÕES de Santiago de Óbidos. II: 1482-1500”. Ed. Isaías da Rosa PEREIRA. in *Lusitania Sacra* 9 (1970-1971) 79-116.
- “VISITAÇÕES de S. Miguel de Sintra e de Santo André de Mafra (1466-1523)”. Ed. Isaías da Rosa PEREIRA. in *Lusitania Sacra* 10 (1978) 135-257.
- “VISITAÇÕES de Santiago de Óbidos (1501-1540)”. Ed. Isaías da Rosa PEREIRA. in *Lusitania Sacra*, 2.^a série, 1 (1989a) 245-335.

- “VISITAÇÕES de Santo Estêvão de Alfama (1528-1539)”. Ed. Isaias da Rosa PEREIRA. in *Anais da Academia Portuguesa da História* 32/1 (1989b) 297-357.
- “VISITAÇÕES da igreja de São Miguel de Torres Vedras (1462-1524)”. Ed. Isaias da Rosa PEREIRA. in, *Lusitania Sacra*, 2.^a Série, 7 (1995) 181-252.
- “VISITAS paroquiais dos séculos xiv, xv e xvi”. Ed. Isaias da Rosa PEREIRA. in *Lusitania Sacra*, 2.^a Série, 4 (1992), p. 311-344.
- VITA *Sancti Antonii*. in *Portugalliae Monumenta Historica, Scriptores*. Ed. Alexandre HERCULANO. Lisboa: Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1856, p. 116-139
- WESTMINSTER CHRONICLE (THE), 1381-94. Ed. de L. C. HECTOR e B. F. HARVEY. Oxford: Clarendon Press, 1982.
- WILLIMAN, Daniel; POMMEROL, Marie Henriette Julien de. 1980. *Bibliothèques ecclésiastiques au temps de la papauté d'Avignon*. Tomo I/2: *Inventaires de prélats et de clercs non-français*. Avaint-propos de Jacques MONFRIN. Paris: CNRS.
- ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins. 1961. *Armorial Lusitano. Genealogia e Heráldica*. Lisboa: Editorial Enciclopédia.
- ZURARA, Gomes Eanes de. 1915. *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*. Ed. Francisco Maria Esteves PEREIRA. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

III. ESTUDOS:

- ADÁN, Gema; CABO, Carmen. 1992. “La necrópolis medieval de Santo Adriano de Tuñón. Análisis de una solución arquitectónica prerrománica”. in *III Congreso de Arqueología medieval española. Actas: Oviedo, 27 marzo-1 abril 1989*. Vol. II. Madrid: Asociación Española de Arqueología Medieval-Universidad de Oviedo, p. 207-211.
- ALARCÃO, Jorge de. 2008. “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – V”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 11/1, p. 103-121.
- ALARCÃO, Jorge de. 2013. “Percursos de Ibn Maruán”. *Portugália*. Nova série, vol. 34, p. 137-149.
- ALARCÃO, Teresa. 2004. “L’Ornement funèbre de D. Gonçalo Pereira, Archevêque de Braga”. *Archaeological Textiles Newsletter* 39 (Autumn 2004) 15-20.
- ALARCÃO, Teresa. 2014. “As vestes funerárias episcopais de D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga (†1348)”. in *O Clero secular medieval e as suas catedrais*. Coord. Anísio Miguel de Sousa SARAIVA e Maria do Rosário MORUJÃO. Lisboa: Universidade Católica-Centro de Estudos de História Religiosa, p. 369-386.
- ALARCÃO, Teresa; CARVALHO, José Alberto Seabra. 1993. *Imagens em paramentos bordados, séculos XIV a XVI*. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de. 1986. *Arte da Alta Idade Média*. Vol. II da *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Alfa.
- ALMEIDA, Fernando de. 1958. “Pedras visigodas de Lisboa”. *Revista de Guimarães* 68, p. 3-25.
- ALMEIDA, Fernando de. 1962. *Arte visigótica em Portugal*. Tese de Doutoramento em Arqueologia e História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ALMEIDA, Fernando de. 1966-1967. “Mais pedras visigóticas de Lisboa e do grupo lusitânico”. *Arquivo de Beja* 23-24, p. 224-240.
- ALMEIDA, Fernando de. 1971. “Novas inscrições paleocristãs do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas”. *Revista Portuguesa de História* 13, p. 339-341.

- ALMEIDA, Fortunato de. 1967-1971. *História da Igreja em Portugal*. Nova edição preparada e dirigida por Damião PERES, vols. I-IV. Porto: Portucalense Editora.
- ALONSO CAMPOS, J. Ignacio. 1986. “Sunna, Masona y Nepopis: Las luchas religiosas durante la dinastia de Leovigildo”. in *Los Visigodos. Historia y civilización*. Ed. Antonino GONZÁLEZ BLANCO. Murcia: Universidad de Murcia, p. 151-157.
- ÁLVAREZ, Sergio. 1989. “El ritmo prosaico de Potamio de Lisboa (2.º mitad del s. IV)”. *Euphrosyne*, 2.ª série, 17, p. 265-276.
- ALVES, Ana Maria Mendes Ruas. 2013. *O reyno de Deos e a sua justiça. Dom Frei Inácio de Santa Teresa (1682-1751)*. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.
- AMACHO MACÍAS, Aquilino. 1975. “Anotaciones Críticas al Episcopologio Pacense”. in *V Congreso de Estudios Extremeños*. Badajoz: Institución Cultural Pedro de Valencia, p. 1-65.
- AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge. 2012. *A condessa-rainha. D. Teresa*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- AMARO, Clementino. 1998. “Arqueologia urbana em Lisboa: um percurso possível”. in *Portugal islâmico – os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 61-71.
- AMARO, Clementino. 2001. “Presença muçulmana no claustro da Sé Catedral – três contextos com cerâmica islâmica”. in *Garb. Sítios islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa: IPPAR, p. 165-197.
- ANDRADE, A. A. Banha de (dir.). 1980-1983. *Dicionário da História da Igreja em Portugal*, vol. I-II. Lisboa: Editorial Resistência.
- ANDRADE, Maria Filomena Pimentel de Carvalho. 2011. *In oboedientia, sine próprio, et in castitata, sub clausura. A Ordem de Santa Clara em Portugal (Sécs XIII-XIV)*. Tese de Doutoramento em História Medieval, Universidade Nova de Lisboa.
- ANDRÉS, Gregorio de. 1993. “Relación de la vida del rey D. Pedro y su descendencia que es el linaje de los Castilla por Pedro Gracia Dei. Introducción y edición. (I)”. in *Cuadernos para Investigación de la literatura hispánica* 18, p. 233-252.
- ANTUNES, José. 1990. “O percurso e o pensamento político de Pedro Hispano, Arcebispo eleito de Braga e Papa João XXI”. in *Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga – Acta*, volume II/1. Braga: Universidade Católica Portuguesa, p. 125-184.
- ANTUNES, José. 1995. *A Cultura erudita portuguesa nos séculos XIII e XIV (Juristas e Teólogos)*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ANTUNES, José; OLIVEIRA, António Resende de; MONTEIRO, João Gouveia. 1984. “Conflitos políticos no reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão. Estado da questão”. *Revista de História das Ideias* 6, p. 25-160.
- ANTUNES, Miguel Telles; CUNHA, Armando Santinho. 1991. *Santos Mártires de Lisboa. Espólio osteológico de Santos-o-Novo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- APFELSTADT, Eric. 1992. “Christopher Columbus, Paolo dal Pozzo Toscanelli and Fernao de Roriz: new evidence for a Florentine connection”. *Nuncius*, 7/2, p. 69-80.
- APFELSTADT, Eric. 2000. “Bishop and Pawn: New Documents for the Chapel of the Cardinal of Portugal at S. Miniato al Monte, Florence”. in *Cultural Links Between Portugal and Italy in the Renaissance*. Ed. K. J. P. LOWE. Oxford, Oxford University Press, p. 183-223.
- ARAÚJO, Ana Cristina. 1991. “Morte, memória e piedade barroca”. in *Atitudes perante a Morte*. Ed. António Matias COELHO. Coimbra: Livraria Minerva, p. 47-91.
- ARAÚJO, António de Sousa. 1979. *Visitações a S. Lourenço de Carnide de 1600 a 1740. Para o Estudo da Pastoral e da História Social de Lisboa*. Braga: Ed. Franciscana.

- ARAÚJO, António de Sousa. 2003. “António Domingues de Sousa Costa, OFM, Canonista e Investigador (1926-2002), Elementos para a sua Biobibliografia”. *Itinerarium*. vol. 49, 175-176, p. 97-256.
- ARIÈS, Philippe. 1988. *O Homem perante a Morte*. Vol. II. Lisboa: Publicações Europa-América.
- ARIÈS, Philippe. 1989. *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*. Lisboa: Ed. Teorema.
- ARIÑO ALAFONT, A. 1941. *Collección Canónica Hispana, estudio de su formación y contenido*. Avila: Pontificia Universitas Gregoriana.
- ARNAUT, Salvador Dias. 1960. *A crise nacional dos fins do século XIV. I – A sucessão de D. Fernando*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ARRAIS, José António Pinto de Mendonça. 1934. *Genealogia dos Costas*. Posfácio de António Machado de FARIA. Lisboa: [s.n.].
- ARRANZ GUZMÁN, Ana. 1990. “Reconstrucción y verificación de las Cortes castellano-leonesas: la participación del clero”. *En la España Medieval* 13, p. 33-132.
- ARRANZ GUZMÁN, Ana. 2001. “Las elecciones episcopales durante el reinado de Pedro I de Castilla”. *En la España Medieval* 24, p. 421-461.
- ATANÁZIO, Manuel Cardoso Mendes. 1983. *A arte em Florença no séc. XV e a capela do cardeal de Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- AUDIAT, Louis. 1871. *Saint-Pierre de Saintes, cathédrale et insigne basilique: histoire, documents, brefs, indulgences, prières*. Saintes: Mme. Z. Mortreuil.
- AURELL, Martin. 1990-1991. “La substitution heraldique du testament de Guilhem Porcelet (1311)”. *Revue française d’héraldique et de sigillographie*, p. 13-29.
- VERY, Charles. 1992. *Florentine Renaissance Sculpture*. London: John Murray.
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira. 2000. “Introdução geral”. in *História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos A. Moreira AZEVEDO, tomo I. Lisboa: Círculo de Leitores, p. I-XXVII.
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir). 2000-2001. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. 4 tomos. Lisboa: Círculo de Leitores.
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir). 2000-2002. *História Religiosa de Portugal*. 3 vols. Lisboa: Círculo de Leitores.
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira (coord.). 2009. *Os Patriarcas de Lisboa*. Lisboa: Centro Cultural do Patriarcado – Aletheia Editores.
- AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de. 1960. “Brasões de armas de D. Henrique, cardeal da Santa Igreja Romana, Rei de Portugal, fundador da Universidade de Évora”. *Armas e Troféus*. 2.^a série, I/3, p. 273-285.
- AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de. 1965. “Meditações heráldicas Um ritmo heráldico, os lambéis dos filhos de D. Manuel I”. *Armas e Troféus*. 2.^a série, VI/1, p. 40-43.
- AZEVEDO, João Lúcio de. 1989. *História dos cristãos-novos portugueses*. Lisboa, Clássica Editora.
- AZEVEDO, José Alfredo da Costa. 1978. *O Denominado Túmulo dos Dois Irmãos (o lendário e o histórico)*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.
- AZEVEDO, Luiz Gonzaga de. 1939-1944. *História de Portugal*. Prefácio e revisão de Domingos Maurício Gomes dos Santos, vol. 1-6. Lisboa: Ed. Búlion.
- AZEVEDO, Maria Antonieta Soares de. 1974. *O Prior do Crato, Filipe II de Espanha e o trono de Portugal: algumas notas bibliográficas (século XVI)*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- AZEVEDO, Pedro A. de. 1904. “Os de Vasconcellos”. *Archivo Histórico Portuguez*. II, n.º 10, p. 363-380.

- AZTALOS, Monika. 1996. “A faculdade de teologia”. in *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. RÜEGG, vol. 1: *As universidades na Idade Média*, coord. H. de RIDDER-SYMOENS. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 411-441.
- BAIÃO, António. 1906-1916. “A Inquisição em Portugal e no Brasil. Subsídios para a sua história”. *Archivo Histórico Portuguez*. IV (1906) 205-236, 389-424; V (1907), 1-7, 94-102, 192-215, 272-306, 411-425; VI (1908), 42-56, 81-117, 169-185, 469-480; VII (1909), 1-16, 227-240, 441-448; VIII (1910), 47-61, 415-440, 470-480; IX (1914), 471-480; X (1916), 474-480.
- BALSAMO, Jean (ed.). 2002. *Les Funérailles à la Renaissance*. Genève: Droz.
- BAPTISTA, Júlio César. 1956. “Portugal e o Cisma do Ocidente”. *Lusitania Sacra*, 1.^a série, 1, p. 65-203.
- BARATA, Maria do Rosário de Sampaio Themudo. 1992. *As regências na menoridade de D. Sebastião: elementos para uma história estrutural*, 2 vols. Lisboa: INCM.
- BARBOSA, Pedro Gomes. 2008. *Reconquista Cristã. Nas origens de Portugal. Séculos IX a XII*. Lisboa: Ésquilo.
- BARCELÓ, Carmen. 2013. “Lisboa y Almanzor (374H. / 985 d.C.)”. *Conimbriga* 52, p. 165-194.
- BARONE, Giulia. 1991. “Niccolò IV e i Colonna”. in *Niccolò IV, un pontificato tra Oriente ed Occidente. Atti del Convegno di studi in occasione del VII centenario del pontificato di Niccolò IV, Ascoli Piceno (14-17 dicembre 1989)*. Ed. Enrico MENESTÒ. Spoleto: Centro Italiano di Studi sull’Alto Medioevo, p. 73-89.
- BARRETO, Augusto de Mascarenhas. 1992. *The Portuguese Columbus, Secret Agent of King John II*. New York: Palgrave Macmillian.
- BARROCA, Mário Jorge. 1989. “Em torno da residência senhorial fortificada. Quatro torres medievais na região de Amares”. *Revista de História*. Porto, 9, p. 30-41.
- BARROCA, Mário Jorge. 2000. *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. *Corpus Epigráfico medieval português*. 3 vols, Lisboa: FCG-FCT.
- BARROCA, Mário Jorge. 2003. “Da Reconquista a D. Dinis”. in *Nova História de Portugal*. Dir. Manuel Themudo BARATA e Nuno Severiano TEIXEIRA, vol. I (coord. José MATOSO). Lisboa: Círculo de Leitores, p. 21-161.
- BARROCA, Mário Jorge. 2005. “Epigrafia Medieval”. in *Construindo a Memória. As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Coord. José Morais ARNAUD e Carla Varela FERNANDES. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses – Museu Arqueológico do Carmo, p. 362-381.
- BARROS, Henrique da Gama. 1945-1954. *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XIII a XV*. Ed. anotada por Torquato de Sousa SOARES, 11 vols. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- BARROS, Maria Filomena Lopes de. 2000. “Moçárabes”. in *Dicionário de História religiosa de Portugal*. Dir. Carlos A. Moreira AZEVEDO, vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 246-249.
- BASTOS, Margarida Almeida; LOPES, Fernando Peixoto. no prelo – “A igreja de S. Cristóvão e a área envolvente: apontamentos histórico-urbanísticos”. in *Arte por São Cristóvão*. Coord. Paula TEIXEIRA. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- BAUR, Chrysostomus. 1907. *S. Jean Chrysostome et ses oeuvres dans l’histoire littéraire*. Paris: Louvain.
- BAUTIER, Robert-Henri. 1995. “Apparition, diffusion et évolution typologique du sceau épiscopal au Moyen Âge”. in *Die Diplomatie der Bischofsurkunde vor 1250*. Ed. Christoph HAIDACHER und Werner KÖFLER. Innsbruck: Tiroler Landesarchiv, p. 123-166.

- BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha. 1980. *Santarém Medieval*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha. 1995. *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – JNICT.
- BELOTTE, Michel. 1997. *Histoire de Chatillon-sur-Seine*. Dijon: édition de l'Auteur.
- BENEYTO, Juan. 1950. *El cardenal Albornoz. Canciller de Castilla y caudillo de Italia*. Madrid: Espasa-Calpe.
- BERLIÈRE, Ursmer. 1905. *Un ami de Pétrarque. Louis Sanctus de Beeringen*. Rome-Paris: Institut Historique Belge de Rome.
- BERNARD, Jean. 1949. “Le népotisme de Clément V et ses complaisances pour la Gascogne”. *Annales du Midi*, 61, p. 369-412.
- BETHENCOURT, Francisco. 1996. *História das Inquisições: Portugal Espanha e Itália*. Lisboa: Temas e Debates.
- BIASIOTTI, Giovanni. 1915. “La Basilica di S. Maria Maggiore di Roma prima delle innovazioni del secolo XVI (pl. I-III)”. *Mélanges d'archéologie et d'histoire* 35, p. 15-40.
- BOISSELLIER, Stéphane. 2005. “Sur quelques manuscrits concernant la fiscalité pontificale au Portugal”. *Archivium Historiae Pontificiae* 43, p. 13-45.
- BOISSELLIER, Stéphane. 2011. “Décimes et réserves des procurations dans la collectorie portugaise (1279-1371), l'apport des registres fiscaux pontificaux”. in, *El Dinero de Dios. Iglesia y fiscalidad en el Occidente Medieval, siglos XIII-XIV*. Ed. Denis MENJOT e Manuel SÁNCHEZ MARTÍNEZ. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, p. 71-90.
- BONACCORSO, Giuseppe. 2014. “Alessandro VII Chigi e Carlo Fontana. La demolizione dell'arco di Portogallo a Roma”. *Roma moderna e contemporanea* 22/1, p. 63-94.
- BONINA, Maria João Baptista. 2004. “A decoração pictórica da capela sepulcral do cardeal D. Jorge da Costa em Roma (1488-1503)”. in *El modelo italiano en las artes plásticas de la Península Ibérica durante el Renacimiento*. Ed. Maria José REDONDO CANTERA. Valladolid: Universidad de Valladolid, p. 473-490.
- BORGES, José Guilherme Calvão. 2003. “Heráldica de família em Portugal – Algumas singularidades (um estudo de heráldica comparada)”. *Anais da Academia Portuguesa da História*. 2.^a série, 41, p. 310-345.
- BOSREDON, Philippe; RUPIN, Ernest. 1886. *Sigillographie du Bas-Limousin*. Brive: Imprimerie Roche.
- BOUCHERON, Patrick; MENJOT, Denis; MONNET, Pierre. 2006. “Formes émergence, d'affirmation et de déclin des capitales: rapport introductif”. in *Les Villes capitales au Moyen Age*. Paris: Publications de la Sorbonne, p. 13-56.
- BOUDREAU, Claire. 1999. “L'héraldique ecclésiastique théorique de Bartolo de Sassoferrato (1355) à Jean Scohier (1607†)”. in *L'Héraldique Religieuse. Actes du X^e Colloque International d'Héraldique*. Ed. Claus D. BLEISTEINER. München: Académie Internationale d'Héraldique, p. 29-52.
- BOURDON, M.. 1850. *Essai historique sur la Collégiale de Saint-Pierre à Lille*. Lille: L. Lefort Libraire, 1850.
- BOUYÉ, Édouard. 2001. “L'Église médiévale et les armoiries: histoire d'une acculturation”. *Mélanges de l'Ecole française de Rome – Moyen Âge* 113, p. 493-542.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. 2008. *D. Filipe I*. Lisboa: Temas e Debates.
- BRANCO, Maria João Violante. 1996. “A conquista de Lisboa revisitada: estratégias de ocupação do espaço político, físico e simbólico”. in *Actas do 2.^o Congresso Histórico de Guimarães*.

- Vol. II – *A política portuguesa e as suas relações exteriores*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, p. 119-137.
- BRANCO, Maria João Violante. 1998. “Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração”. *Lusitania Sacra*, 2.^a série, 10, p. 55-94.
- BRANCO, Maria João Violante. 1999. *Poder real e eclesiástico: a evolução do conceito de soberania régia a sua relação com a praxis política de Sancho II e Afonso II*. Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, 2 vols.
- BRANCO, Maria João Violante. 2001a. “A conquista de Lisboa revisitada”. in *Arqueologia Medieval* 7, p. 217-234.
- BRANCO, Maria João Violante. 2001b. “A menoridade de Sancho II: breve estudo de um processo exemplar”. *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*. 3.^a série, 3, p. 89-116.
- BRANCO, Maria João Violante. 2003. “O bispo Airas Vasques e o alegado discurso em prol de Sancho II: mito ou realidade?”. in *Actas do Colóquio Internacional sobre Discursos de Legitimação*. Ed. Isabel Barros DIAS, Maria João BRANCO e Rosa SEQUEIRA. CD-Rom, Lisboa: Universidade Aberta.
- BRANCO, Maria João Violante. 2005. *D. Sancho I. O filho do Fundador*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- BRANCO, Maria João Violante. 2007. “Portuguese Ecclesiastics and Portuguese Affairs near the Spanish Cardinals in the Roman Curia (1213-1254)”. in *Carreiras Eclesiásticas no Ocidente Cristão (séc. XII-XIV) / Ecclesiastical Careers in Western Christianity (12th-14th C.)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, p. 79-100.
- BRANDÃO, Mário. 1972. *Estudos Vários*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- BRÁSIO, António. 1957. “Erecção da Metrópole Lisbonense”. *Lusitania Sacra*, 1.^a série, 2, p. 51-56.
- BRÁSIO, António. 1959. “Influência do cisma castelhano na solução da crise nacional de 1385”. *Lusitania Sacra*. 1.^a série, 4, p. 93-129.
- BRAZÃO, Eduardo. [1939]. *A Restauração. Relações diplomáticas de Portugal de 1640-1668*. Lisboa: Livraria Bertand.
- BUESCU, Ana Isabel. 2007. *Catarina de Áustria (1507-1578). Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- BUESCU, Ana Isabel. 2008. *D. João III (1502-1557)*, 2.^a edição. Lisboa: Temas & Debates.
- BUESCU, Ana Isabel. 2011. “A morte do rei. Tumulização e cerimónias de trasladação dos “*reais corpos*” (1499-1582)”. in *Na Corte dos Reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias. Estudos sobre o século XVI*, 2.^a edição. Lisboa: Colibri, p. 211-255.
- BUESCU, Ana Isabel. 2015a. “D. Miguel da Silva e a Coroa portuguesa: diplomacia e conflito”. in *D. Miguel da Silva – a obra ao tempo*. Viseu: Museu de Grão Vasco – Projecto Património, p. 15-49.
- BUESCU, Ana Isabel. 2015b. “A reconfiguração das dioceses no reinado de D. João III: poder(es) e conflito(s)”. in *Diocese do Funchal. A Primeira Diocese Global. História, Cultura e Espiritualidades (Actas de Congresso, 17-20 de Setembro 2014)*. Dir. José Eduardo FRANCO e João Paulo Oliveira e COSTA. Funchal: Diocese do Funchal – Esfera do Caos Editores, p. 143-152.
- BUGALHÃO, Jacinta; FOLGADO, Deolinda. 2001. “O arrabalde ocidental da Lisboa islâmica: urbanismo e produção oleira”. *Arqueologia Medieval* 7, p. 111-145.
- BUTAUD, Germain. 2005. “Entre le séjour et l’intégration: les officiers étrangers en Comtat Venaissin (1352-1433)”. in *Offices et Papauté (XIV^e-XVII^e siècle). Charges, hommes, destins*. Ed. Armand JAMME e Olivier PONCET. Rome: École Française de Rome, p. 741-759.

- CAEIRO, Francisco da Gama. 1966. “Novos elementos sobre Pedro Hispano: contribuição para o estudo da sua biografia”. *Revista Portuguesa de Filosofia* 22, p. 157-174.
- CAESSA, Ana; NOZES, Cristina; MOTA, Nuno. 2016. “Novas descobertas no criptopórtico de Lisboa: Rua da Conceição, 75-77 (1.ª fase)”. *Al-Madan* 20, p. 220-221.
- CAETANO, Marcelo. 1954. *As cortes de Leiria de 1254*. Lisboa: Academia das Ciências.
- CAETANO, Marcelo. 1965. “Recepção e execução dos decretos do Concílio de Trento em Portugal”. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa* 19, p. 7-87.
- CAILLET, Jean Pierre. 1993. *L'évergétisme monumental chrétien en Italie et à ses marges, d'après l'épigraphie des pavements de mosaïque (IV^e-VII^es.)*. Roma: École française de Rome.
- CAILLET, Louis. 1975. *La papauté d'Avignon et l'Église de France. La politique bénéficiaire du Pape Jean XXII en France (1316-1334)*. Paris: Presses Universitaires de France.
- CALDERÓN MEDINA, Inés; FERREIRA, João Paulo Martins. 2013. “Os Senhores de Cabreira e Ribeira: um estudo sobre a sua origem e transcendência peninsular (séculos XII-XIV)”. *Revista Portuguesa de História* 44, p. 123-152.
- CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de. 2014. *Bibliotecas de História: aspectos da posse e uso dos livros em instituições religiosas de Lisboa nos finais do século XVIII*. Tese de Doutoramento em História, FCSH-UNL, 3 vols.
- CANELLAS LÓPEZ, Angel. 1979. *Diplomática hispano-visigoda*. Zaragoza: Institución “Fernando El Católico”.
- CAPÊLO, José Manuel. 2007. “Castelo Branco, a Cidade-Capital Templária de Portugal: de 1215 a 1314”. in *Codex Templi*. Sintra: Zéfiro, p. 159-220.
- CARDIM, Pedro. 2002. “D. João IV (1640-1856): A Luta por uma causa rebelde”. In *História de Portugal*. Dir. José MATTOSO, vol. VIII – *O Antigo Regime*. Coord. António Manuel HESPAÑA. Lisboa: Lexicultural, Actividades Culturais, Lda, p. 239-248.
- CARDOSO, António de Brito. 1985. *Catálogo dos Bispos da Diocese de Coimbra*. Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- CARDOSO, António de Brito; BRAZÃO, Eduardo. 1980. “D. Jorge de Almeida”. in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Dir. António Alberto Banha de ANDRADE, vol. I. Lisboa: Resistência, p. 133-134.
- CARDOSO, Arnaldo Pinto. 2001. *A presença portuguesa em Roma*. Lisboa: Quetzal Editores.
- CARNEIRO, André. 2007-2008. “Sobre a cristianização da Lusitânia: novas reflexões a partir dos dados históricos e das evidências arqueológicas”. *A Cidade de Évora* 7, p. 153-181.
- CAROCCHI, Sandro. 1993. *Baroni di Roma. Dominazioni signorili e lignaggi aristocratici nel duecento e nel primo trecento*. Roma: Publications de l'École française de Rome.
- CAROLUS-BARRÉ, Louis. 1977. *Les pères du concile de Lyon (1274) – esquisses prosopographiques. Colloques internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique, n.º 558, 1274 Année Charnière. Mutations et continuités (Lyon-Paris, 30 septembre – 5 octobre 1974)*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique.
- CARVALHO, Elisa. 2001-2002, “A fortuna ao serviço da salvação da alma, da família e da memória, através dos testamentos dos arcebispos e dignatários de Braga na Idade Média (séculos XII-XV)”. *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 13-14, p. 15-40.
- CARVALHO, Joaquim de. 1950. “Pedro Nunes, Mestre do Cardeal Infante D. Henrique”. *A Cidade de Évora*. n.º 21-22, vol. II, p. 3-13.
- CARVALHO, Joaquim Ramos de. 1985. *As visitas pastorais e a sociedade de Antigo Regime. Notas para o estudo de um mecanismo de normalização social*. Trabalho de síntese na área de História Moderna e Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- CARVALHO, Joaquim Ramos de. 1988. “A jurisdição episcopal sobre leigos em matéria de pecados públicos: as visitas pastorais e o comportamento moral das populações portuguesas de antigo regime”. *Revista Portuguesa de História*. 24, 121-163.
- CARVALHO, Joaquim Ramos de; PAIVA, José Pedro. 2000. “Visitações”. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos A. Moreira AZEVEDO, vol. 4. Lisboa: Círculo dos Leitores, p. 365-370.
- CARVALHO, José Adriano Freitas de. 1995. “A Igreja e as reformas religiosas em Portugal no século xv. Anseios e limites”. in *El Tratado de Tordesillas y su época. Congreso Internacional de História – Actas*. Ed. Luís António RIBOT GARCÍA, Adolfo CARRASCO MARTÍNEZ e Luís Adão da FONSECA. Vol. II. Madrid: Sociedad “V Centenario del Tratado de Tordesillas” – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses – Junta de Castilla y León, p. 635-660.
- CARVALHO, José Adriano de Freitas. 2016. *Antes de Lutero: A Igreja e as Reformas Religiosas em Portugal no século XV. Anseios e limites*. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento.
- CASTILHO, Júlio de. 1895. “Sé de Lisboa”. *Ocidente* 595, p. 151.
- CASTILHO, Júlio de. 1954-1975. *Lisboa Antiga*, 3.^a ed. transcrita da 2.^a ed. revista e ampliada pelo autor e com anotações de Augusto Vieira da SILVA, 6 vols. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- CASTILHO, Júlio de, 1970. *Lisboa Antiga – Bairros Orientais*, 3.^a ed., vol. V e VI. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio (dir.). 2000. *Escribir y leer en el siglo de Cervantes*. Barcelona: Gedisa.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio. 2001-2002. “No passando por el como gato sobre brasas”: ler y anotar en la España del siglo de oro”. *Leituras: revista da Biblioteca Nacional* 9/10, p. 99-121.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio. 2003a. “Historia de la cultura escrita: ideas para el debate”. *Revista Brasileira de História da Educação* 5 (Jan.-Jun. 2003) 93-124.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio (dir.). 2003b. *Libro y lectura en la Península Ibérica y América, siglos XIII a XVIII*. Valladolid: Consejería de Cultura y Turismo.
- CASTRO, José de. 1942. *Dom Sebastião e Dom Henrique*. Lisboa: União Gráfica.
- CASTRO, José de. 1943. *O prior do Crato*. Lisboa: União Gráfica.
- CATARINO, Helena. 2005. “Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra”. in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*. Coord. Mário BARROCA e Isabel Cristina FERNANDES. Palmela: Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 195-214.
- CÁTEDRA, Pedro M.; LÓPEZ-VIDRIERO, Maria Luísa (dir.). 1999. *El escrito en el siglo de oro: practicas y representationes*. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- CÉLIER, Léonce. 1907. “Alexandre VI et la réforme de l'Eglise”. *Mélanges d'archéologie et d'histoire*. 27, p. 65-124.
- IV CENTENÁRIO da morte de D. Frei Bartolomeu dos Mártires. *Congresso internacional. Actas*. Fátima: Movimento Bartolomeano, 1994.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. 1974-1975. *O Renascimento em Portugal*. I – *Clenardo e a Sociedade Portuguesa (com a tradução das suas principais cartas)*; II – *Clenardo, o Humanismo e a Reforma*. 4.^a edição revista. Coimbra: Coimbra Editora.
- CHALMETA, Pedro. 1994. *Invasión e islamización. La sumisión de Hispania y la formación de al-Andalus*. Madrid: Editorial MAPFRE.

- CHAMBERS, D.S. 1998. "What made a Renaissance cardinal respectable? The case of Cardinal Costa of Portugal". *Renaissance Studies* 12/1, p. 87-108.
- CHAMPEVAL, Jean-Baptiste. 1894. "Notice sur le Château de Saint-Bonnet-la-Rivière". *Bulletin de la Société archéologique et historique de la Corrèze* 16, p. 445-459.
- CHAMPEVAL, Jean-Baptiste. 1898. "Dictionnaire géographique, administratif, statistique, historique, archéologique, etc. du département de la Corrèze". *Bulletin de la Société archéologique et historique de la Corrèze* 20, p. 385-397.
- CHARMASSE, Anatole. 1898. "L'Église d'Autun pendant la guerre de Cent Ans". *Mémoires de la Société Éduenne*, nouvelle série, 26, p. 1-135.
- CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel. 1984. "Les pratiques urbaines de l'imprimé". in *Histoire de l'édition française*. Vol. II. Paris: Promodis, p. 403-429.
- CHASSEL, Jean-Luc. 2014. "Le langage des attributs dans les sources sigillaires du Moyen Âge. Emblématique, institutions et société". in *Des signes dans l'image: usages et fonctions de l'attribut dans l'iconographie médiévale (du concile de Nicée au concile de Trente)*. Ed. Michel PASTOREAU e O. VASSILIEVA-CODOGNET. Turnhout: Brepols, p. 158-186.
- CHICÓ, Mário. 1954. *Arquitectura Gótica em Portugal*. Lisboa: Horizonte.
- CHIFFOLEAU, Jacques. 1980a. *La Comptabilité de l'Au-Delà. Les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Âge (vers 1320-vers 1480)*. Roma: École Française de Rome.
- CHIFFOLEAU, Jacques. 1980b. "La violence au quotidien. Avignon au XIV^e siècle d'après les registres de la cour temporelle". *Mélanges de l'École française de Rome. Moyen-Âge. Temps modernes* 92/2, p. 325-371.
- CHIFFOLEAU, Jacques. 2008. "Baluze, les papes et la France". in *Etienne Baluze, 1630-1718. Erudition et pouvoir dans l'Europe classique. Actes du colloque de Tulle, 21 octobre 2006*. Ed. Jean BOUTIER. Limoges: Presses de l'Université de Limoges, p. 163-246.
- CLEMENTE, Manuel. 2001. "Lisboa, Diocese e patriarcado de". in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos A. Moreira Azevedo, vol. III. Rio de Mouro: Círculo dos Leitores, p. 93-113.
- COCHIN, Claude. 1908. "Un manuscrit de Sainte-Croix de Jérusalem aux armes de Grégoire XI". *Mélanges d'Histoire et d'Archeologie* 28, p. 363-372.
- COELHO, António Borges. 1996. *O tempo e os homens – questionar a História III*. Lisboa: Caminho.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. 1989. "Entre Poderes: análise de alguns casos na centúria de Quatrocentos". *Revista da Faculdade de Letras. História* 6, p. 105-135.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. 1990. "O arcebispo D. Gonçalo Pereira. Um querer, um agir". in *Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga – Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia Braga/Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, p. 389-462.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. 1993. "O Infante D. Pedro, duque de Coimbra". *Biblos* 69, p. 15-57.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. 2001. "A cidade de Coimbra sob ameaça de interdito". *Revista de História das Ideias* 22, p. 51-69.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. 2002-2003. "A política matrimonial da dinastia de Avis: Leonor e Frederico III da Alemanha". *Revista Portuguesa de História* 36/1, p. 41-70.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. 2005. *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

- COELHO, Maria Helena da Cruz. 2006. “O que se vem investigando em História da Igreja em Portugal em tempos Medievais”. *Medievalismo*. 16, p. 205-223.
- COELHO, Maria Helena. 2008. *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*. Lisboa: Temas e Debates.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa. 2005. “D. Vasco Martins, Vescovo di Oporto e di Lisbona: Una carriera tra Portogallo ed Avignone durante la prima metà del Trecento”. in *A Igreja e o Clero Português no Contexto Europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, p. 117-136.
- COLMENARES, Diego de. 1969. *Historia de la insigne ciudad de Segovia y compendio de las historias de Castilla*, vol. I. Segovia: Academia de Historia y Arte de San Quirce.
- CONSTABEL, Rebecca. 2016. “Faith and Fury: Funerary monuments in Reformation France”. in *Dying, Death, Burial and Commemoration in Reformation Europe*. London/New York: Routledge, p. 137-156.
- CONTI, Marco. 1998. *The Life and Works of Potamius of Lisbon*. Turnhout: Brepols.
- CORBETT, James A. 1936. “L'alchimiste Léonard de Maurperg (XIVe siècle). Sa collection de recettes et ses voyages”. *Bibliothèque de l'École des Chartes* 97, p. 131-141.
- CORREIA, Fernando da Silva. 1930. *O Compromisso do hospital das Caldas dado pela rainha D. Leonor sua fundadora em 1512*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CORREIA, Francisco Carvalho. 2008. *O Mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588. A silhueta de uma entidade projectada no chão de uma história milenária*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Xeografia, Historia, e Arte, Universidade de Santiago de Compostela.
- CORREIA, Vergílio. 1928. “O Domínio Romano”. in *História de Portugal*. Dir. Damião PERES e Eleutério CERDEIRA, vol. I. Barcelos: Portucalense Editora, p. 217-313.
- COSTA, António Domingues de Sousa. 1957a. “Mestre Afonso Dinis, médico e secretário de D. Afonso IV, professor na Universidade de Paris”. *Itinerarium* III/16-17, p. 370-417, 510-606.
- COSTA, António Domingues de Sousa. 1957b. *Um mestre português em Bolonha no século XIII, João de Deus. Vida e obras*. Braga: Ed. Franciscana.
- COSTA, António Domingues de Sousa. 1963a. “Concílio”. in *Dicionário de História de Portugal*. Dir. Joel SERRÃO. Vol. I. Lisboa: Iniciativas Editoriais, p. 654-656.
- COSTA, António Domingues de Sousa. 1963b. “D. Gomes, reformador da Abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século xv”. *Studia Monastica* 5/1, p. 59-164.
- COSTA, António Domingues de Sousa. 1963c. *Mestre Silvestre e Mestre Vicente, Juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*. Braga: Ed. Franciscana.
- COSTA, António Domingues de Sousa. 1965. “Canonistarum doctrina de Iudaeis et Saracenis tempore Concilii Constantiensis”. *Antonianum* 40, p. 3-70.
- COSTA, António Domingues de Sousa. 1966. “As Concordatas portuguesas”. *Itinerarium* XII/51, p. 24-46.
- COSTA, António Domingues de Sousa. 1969. *Estudantes Portugueses na Reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV*. Lisboa: Imprensa de Coimbra, Lda. (sep. *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, vol. III, n.º 1).
- COSTA, António Domingues de Sousa. 1972. “O Célebre Conselheiro e Chanceler Régio Doutor João das Regras Clérigo Conjugado e Prior da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães”. *Itinerarium* XVII/77, p. 232-259.
- COSTA, António Domingues de Sousa. 1985. “A Jurisdição quase episcopal do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em Leiria e seus termos, reivindicada em processo judicial perante

- D. Álvaro Afonso, bispo de Silves e Legado *a latere* do papa Calisto III”. *Itinerarium* XXXI/123, p. 427-471.
- COSTA, António Domingues de Sousa. 1986. *Bispos de Viseu e Lamego no Século XV (Revisão crítica dos autores). I (1394-1463)*, Braga: Ed. Franciscana.
- COSTA, António Domingues de Sousa. 1987. “Concílio provincial de Compostela, realizado em 1292, com a participação de bispos portugueses, e a data do efectuado no tempo do arcebispo D. João Arias (No ambiente das Concordatas de El-Rei D. Dinis)”. *Itinerarium* XXXIII/129, p. 393-470.
- COSTA, António Domingues de Sousa. 1989. “D. João Afonso de Azambuja, cortesão, bispo, arcebispo, cardeal e fundador do convento das dominicanas do Salvador de Lisboa”. in *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*, tomo III. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português, 4/2, 1-150.
- COSTA, António Domingues de Sousa. 1990a. “Cristóvão Colombo e o cônego de Lisboa Fernando Martins de Reriz, destinatário da carta de Paulo Toscanelli sobre os descobrimentos marítimos”. *Antonianum* 65, p. 187-276.
- COSTA, António Domingues de Sousa. 1990b. “D. Frei Telo, arcebispo-primaz, e as concordatas de D. Dinis”. *Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga – Actas*. Vol. II/1. Braga: Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Teologia de Braga – Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, p. 283-316.
- COSTA, António Domingues de Sousa. 1990c. *Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o século XV*, 2 vols. Bolonha: Publicaciones del Real Colegio de España.
- COSTA, António Domingues de Sousa. 2002. “Os Arquivos Vaticano e Distrital de Braga na vida portuguesa da Idade Média e Renascimento”. *Itinerarium* XLVIII/173, p. 243-256.
- COSTA, Avelino de Jesus da. 1979. “Centenários natalícios dos arcebispos de Braga D. Frei Baltasar Limpo e D. Rodrigo da Cunha”. *Bracara Augusta* 33, p. 3-125.
- COSTA, Avelino de Jesus da. 1984. “D. João Peculiar co-fundador do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, bispo do Porto e arcebispo de Braga”. in *Santa Cruz de Coimbra do século XI ao século XX. Estudos no IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio 1082-1982*. Coimbra: Comissão Executiva do IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio, p. 58-83.
- COSTA, Avelino de Jesus da. 1988. “Arquivo do Vaticano: fonte da História de Portugal”. in *Conferência Internacional: Os Portugueses e o Mundo (Porto, 1985) – Actas*. Vol. VI. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, p. 7-25.
- COSTA, Avelino de Jesus da. 1997. *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas*. 6.^a edição. Coimbra: Instituto de Paleografia e Diplomática – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da. 2008. *D. João IV*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- COSTA, Manuel Gonçalves da. 1977. *História do Bispado e Cidade de Lamego*. Vol. I. Lamego: [Oficina Gráfica Barbosa & Xavier].
- COSTA, Maria Antonieta Moreira da. 2005. “Nepotismo e poder na arquidiocese de Braga (1245-1374)”. *Lusitania Sacra*, 2.^a série, 17, p. 117-140.
- COSTA, Marisa; FONSECA, João. 2007. “Sismicidade histórica em Portugal no período medieval”. *Sísmica 2007. 7.º Congresso de Sismologia e Engenharia Sísmica*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, p. 383-397.
- COULET, Noël. 1975. “Guillaume Fabre et le gouvernement du diocèse d’Aix au temps du grand schisme”. *Provence Historique* 25/100, p. 207-224.

- COULET, Noël. 1980. “Le livre de raison de Guillaume de Rouffilhac (1354-1364)”. in *Genèse et débuts du Grand Schisme d’Occident (1362-1394)*. Paris: Éditions du CNRS, p. 73-88.
- COULET, Noël. 1990a. “Les Aixoïs dans l’Union d’Aix”. in 1388. *La dédition de Nice à la Savoie. Actes du colloque international de Nice (septembre 1988)*. Ed. Rosine CLEYET-MICHAUD. Paris: Publications de la Sorbonne, p. 159-173.
- COULET, Noël. 1990b. “L’Union d’Aix dans l’historiographie provençale XVI^e-XVIII^e siècles”. *Provence Historique* 40/162, p. 443-454.
- COURCELLES, Jean Baptiste. 1822-1833, *Histoire généalogique et héraldique des pairs de France, des grands dignitaires de la couronne, des principales familles nobles du royaume, et des maisons princières de l’Europe, précédé de la généalogie de la maison de France*, vol. 1-12. Paris: Chez l’auteur e Arthus Bertrand.
- COVILLE, Alfred. 1938-1939. “Raymond Bernard Flamenc, dit “Sac de Lois“, conseiller des ducs d’Anjou, rois de Sicile, et juge mage de Provence (deuxième moitié du XIV^e siècle”. *Bibliothèque de l’École des Chartes* 99 (1938), p. 313-342; 100 (1939), p. 93-111.
- CRUZ, Maria Augusta Lima. 2006. *D. Sebastião*. Mem Martins: Círculo de Leitores.
- CRUZ, Maria Augusta Lima. 2009. *D. Sebastião*. Lisboa: Temas e Debates.
- CRUZ, Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo. 1992. *As Regências na Menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural*, 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CRUZ, Maria Leonor García da. 1994. “Alguns elementos sobre a situação eclesiástica em Portugal nos começos do reinado de D. João III”. in *Actas do Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora*, vol. II. Évora: Instituto Superior de Teologia – Seminário Maior de Évora, p. 93-107.
- CUNHA, Maria Cristina e SILVA, Maria João Oliveira. 2005. “Il clero della diocesi di Porto nell’Europa del Medioevo”. in *A Igreja e o Clero Português no Contexto Europeu/The Church and the Portuguese Clergy in the European Context*. Lisboa: Centro de Estudos de Historia Religiosa, p. 45-62.
- DADSON, Trevor J. 1998. *Libros, lectores y lecturas: estudios sobre bibliotecas particulares españolas del siglo de oro*. Madrid: Arco Libros.
- DA HISTÓRIA Eclesiástica à História Religiosa. *Lusitania Sacra* 21 (2009).
- DANTAS, Júlio. 1914. “Serviço de Incorporações pela Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos”. *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal* I/1, p. 1-8.
- DANTAS, Júlio. 1915. “O arquivo do cabido de Lisboa”. *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*. I/2, p. 76-81.
- DAVID, Pierre. 1944. *Français du Midi dans les évêchés portugais (1279-1390)*. Lisbonne: s.n..
- DEGERT, Abbé. 1898. “Documents sur l’histoire du schisme d’Occident à Dax et à Lisbonne”. *Bulletin du Comité des travaux historiques et scientifiques. Section d’histoire et de philologie* 3-4, p. 423-437.
- DEGERT, Abbé. 1899. “Note relative à l’ordonnance du duc de Lancastre sur la jouissance du droit de clergie à Dax (1389)”. *Bulletin du Comité des travaux historiques et scientifiques. Section d’histoire et de philologie* 3-4, p. 418-423.
- DEGERT, Abbé. 1901. “Histoire des évêques de Dax (suite)”. *Bulletin de la Société de Borda. Dax (Landes)* 26, p. 1-36.
- DELEHAYE, Hippolyte. 1933. *Les origines du culte des martyrs*, 2.^a edição revista. Bruxelas: Société des Bollandistes.
- DELGADO, Ralph. 1969. *A Antiga Freguesia dos Olivais*. Lisboa: Imprensa Municipal de Lisboa.

- DENIFLE, Henrich. 1889. “Die Denkschriften der Colonna gegen Bonifaz VIII. und der Cardinale gegen die Colonna”. *Archiv fur Literatur- und Kirchen- geschichte* 5, p. 493-452.
- DÉPREZ, Eugène. 1900. “Les funérailles de Clément VI et d’Innocent VI d’après les comptes de la Court pontificale”. *Mélanges d’archéologie et d’histoire* 20/1, p. 235-250.
- DIAS, Isabel Rosa. 2011. *Culto e Memória Textual de S. Vicente em Portugal (da Idade Média ao século XVI)*. Edição revista. Lisboa: s.n., 2011 [orig. Tese de Doutoramento, Universidade do Algarve, 2003].
- DIAS, João José Alves. 2012. *Cardeal D. Henrique: 1512-1580. Obra impressa*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal – Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- DIAS, José Sebastião da Silva. 1960. *Correntes de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, 2 vols. Coimbra: Instituto de Estudos Filosóficos.
- DIAS, José Sebastião da Silva. 1969. *A Política Cultural da Época de D. João III*, 2 vols. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- DIAS, Maria Manuela Alves; GASPARG, Catarina Sousa. 2006. *Catálogo das inscrições paleocristas do território português*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- DIAS, Pedro. 1994. *A Arquitectura gótica portuguesa*. Lisboa: Estampa.
- DÍAZ IBÁÑEZ, Jorge. 2001. “El pontificado y los reinos peninsulares durante la Edad Media. Balance historiográfico”. *En la España Medieval* 24, p. 465-536.
- DÍAZ IBÁÑEZ, Jorge. 2003a. “La Iglesia de Castilla y León y el papado de Aviñón. Súplicas benéficas, prosopografía y clientelismo eclesiástico en época de Urbano V”. in *El reino de León en la Edad Media*, vol. X (colección “Fuentes y estudios de Historia leonesa”, n.º 98). León: Centro de Estudios San Isidoro, p. 469-715.
- DÍAZ IBÁÑEZ, Jorge. 2003b. *Iglesia, Sociedad y Poder en Castilla. El Obispado de Cuenca en la Edad Media (Siglos XII-XV)*. Cuenca: Editorial Alfonsópolis.
- DÍAZ MARTÍN, Luis Vicente. 1981. “El Pontificado y Castilla en el marco de las relaciones internacionales a mediados del siglo XIV”. *Archivos Leoneses* 35, p. 351-386.
- DIOGO, António. M. Dias. 1994. “Fragmento de sepultura paleocristã”. *Lisboa Subterranea*. Lisboa: Electa, p. 231-232.
- DIONIGI, Renzo. 2014. *Stemmi Robbiani in Italia e nel Mondo. Per un catalogo araldico, storico e artistico*. Firenze: Polistampa.
- DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS. 1962. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. N.º 109 – *A Sé Velha de Coimbra*. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.
- DOMÍNGUEZ DEL VAL, Ursicino. 1998. *Historia de la antigua literatura latina hispano cristiana*. I: *Siglos III-IV*. Madrid: Fundación Universitaria Española.
- DOUIE, D. L. 1967. “Pope John XXII”. in *New Catholic Encyclopedia*, vol. 7. New-York: McGraw-Hill, p. 1014-1015.
- DU BOYS, Auguste; ARBELLOT, L’Abbé. 1854. *Biographie des hommes illustres de l’ancienne province du Limousin*, t. I. Limoges: Imprimerie Ardillier Fils.
- DUARTE, Sérgio Avelar. 1990. *Ex-libris portugueses heráldicos*. Porto: Livraria Civilização.
- DUCHESNE, Louis. 1907-1915. *Fastes épiscopaux de l’ancienne Gaule*. Paris: A. Fontemoing, 3 vols.
- DURAND, Jean-Dominique. 2009. “Le parcours de l’Histoire religieuse dans l’évolution culturelle européenne”. *Lusitania Sacra*. 2.ª série, 21, p. 39-61.
- DUVAL, Yvette. 1993. “Projet d’enquête sur l’épigraphie martyriale en Espagne romaine et wisigothique (et Byzantine)”. *Antiquité Tardive* 1, p. 173-206.

- DUVAL-ARNOULD, Louis. 1980. “Les registres de la Cour temporelle d’Avignon à la Bibliothèque Vaticana (Vat. lat. 14761-14781)”. *Mélanges de l’École française de Rome. Moyen-Âge. Temps modernes* 92/2, p. 289-324.
- DUVAL-ARNOULD, Louis. 1990. “Élaboration d’un document pontifical: les travaux préparatoires à la constitution apostolique *Cum inter nonnullos* (12 novembre 1323)”. in *Aux origines de l’État moderne. Le fonctionnement administratif de la papauté d’Avignon. Actes de la table ronde d’Avignon (23-24 janvier 1988)*. Rome: École Française de Rome, p. 385-409.
- DYKMANS, Marc. 1976. “L’Agapito Colonna père de Martin V”. *Revue d’Histoire Ecclésiastique* 71, p. 418-427.
- DYKMANS, Marc. 1982. “Colonna, Agapito”. in *Dizionario Biografico degli Italiani*. Vol. 27. Roma: Treccani, p. 256-260.
- ECHEVARRÍA ARSUAGA, Ana. 2002. *Catalina de Lancaster. Reina Regente de Castilla (1372-1418)*. Hondarribia: Editorial Nerea.
- EDWARDS, Katherine. 1967. *The English Secular Cathedrals in the Middle Ages: a constitutional study with special reference to the fourteenth century*. Manchester: University Press.
- ERDMANN, Carl. 1935. *O Papado e Portugal no Primeiro Século da História Portuguesa*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- ESPANCA, Túlio. 1944. “As pinturas da Catedral de Évora em 1537 e o retábulo flamengo da Capela do Esporão”. *A Cidade de Évora* II/6, p. 52-77.
- ESPANCA, Túlio. 1945. “Fortificações e alcandarias de Évora”. *A Cidade de Évora* III/9-10, p. 41-90.
- ESPOSITO, Ana. 1986. “Centri di aggregazione: la biblioteca agostiniana di S. Maria del Popolo”. in *Un pontificato ed una città. Sisto IV (1471-1484)*. Roma: Istituto Storico per il Medio Evo, p. 569-597.
- EUBEL, Conradus. 1913-1914. *Hierarchia Catholica Medii Aevi sive Summorum Pontificum, S.R.E. Cardinalium, Ecclesiarum Antistitum Series*. I: *ab Anno 1198 usque ad annum 1431 perducta*; II: *ab Anno 1431 usque ad annum 1503 perducta*. Monasterii: Sumptibus et typis Librariae Regensbergianae.
- EUBEL, Conradus. 1935-1978. *Hierarchia catholica Medii Aevi sive summorum pontificum, S.R.E. cardinalium, ecclesiarum antistitum series e documentis tabularii praesertim Vaticani collecta, digesta, edita*. I-VIII. Patavii: typis et sumptibus domus editorialis “Il Messaggero di S. Antonio”, 1935-1978 (editio re-impressio immutata: Monasterii 1913-1923).
- EUBEL, Conradus; VAN GULIK, Guilelmus; SCHMITZ-KALLENBERG, Ludovicus. 1923. *Hierarchia Catholica Medii et Recentioris Aevi sive Summorum Pontificum, S.R.E. Cardinalium, Ecclesiarum Antistitum Series*. III: *Saeculum XVI ab Anno 1503 complectens*. Monasterii: Sumptibus et typis Librariae Regensbergianae.
- FARELO, Mário. 2001-2002. “Os estudantes e mestres portugueses nas escolas de Paris durante o período medievo (sécs. XII a XV): elementos de história cultural, eclesiástica e económica para o seu estudo”. *Lusitania Sacra* 2.^a série, 13-14, p. 161-196.
- FARELO, Mário. 2003. *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos (1277-1377)*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 3 vols.
- FARELO, Mário. 2005. “A quem são teúdos os barões e sages cônegos? Perspectivas sobre as redes de solidariedade no Cabido da Sé de Lisboa (1277-1377)”. *Lusitania Sacra* 2.^a série, 17, p. 141-182.
- FARELO, Mário. 2006. “O direito de padroado na Lisboa medieval”. *Promontoria* 4, p. 267-289.

- FARELO, Mário. 2007. “Ao serviço da Coroa no século xiv: o percurso de uma família de Lisboa, os «Nogueiras»”. in *Lisboa Medieval: os rostos da cidade*. Ed. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA e João Luís FONTES. Lisboa: Livros Horizonte, p. 145-168.
- FARELO, Mário. 2009. *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*. Tese de doutoramento em História Medieval, Universidade de Lisboa.
- FARELO, Mário. 2010a. “Les clerics étrangers au Portugal durant la période de la papauté avignonnaise: un aperçu préliminaire”. *Lusitania Sacra* 2.^a série, 22, p. 85-147.
- FARELO, Mário. 2010b. “La représentation de la couronne portugaise à Avignon (1305-1377)”. *Anuario de Estudios Medievales* 40/2, p. 723-763.
- FARELO, Mário. 2012a. “Os morgados dos Nogueiras: entre a medieval estratégia de poder e a moderna lógica documental”. in *Colóquio internacional Arquivos de família, séculos XIII-XIX: que presente, que futuro?* Ed. Maria de Lurdes ROSA. Lisboa: IEM – CHAM – Caminhos Romanos, p. 185-204.
- FARELO, Mário. 2012b. “*Pro defensione iuris regis*. Les relations entre la Couronne portugaise et le pape Clément V à la lumière du procès des Templiers”. in *A extinção da Ordem do Templo*. Ed. José Albuquerque CARREIRAS. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, p. 107-153.
- FARELO, Mário. 2013a. “Lisboa numa rede latina? Os escolares em movimento”. in *A Universidade medieval em Lisboa (séculos XIII- XVI)*. Coord. Hermenegildo FERNANDES. Lisboa: Tinta da China, pp. 237-265.
- FARELO, Mário. 2013b. “Payer au roi et au pape. Les décimes pontificales imposées au clergé portugais pendant l’époque avignonnaise”. in *Financiar el reino terrenal. La contribución de la Iglesia a finales de la Edad Media (s. XIII-XVI)*. Ed. Jordi MORELLÓ BAGET. Barcelona: CSIC – Institución Milà I Fontanals -Departamento de Ciencias Históricas – Estudios Medievales, p. 55-106.
- FARELO, Mário. 2013c. “O percurso eclesiástico e político de Afonso Domingues de Linhares, Bispo da Guarda (1364-1394) e de Segóvia (1394-1397)”. *Estudos Segovianos* LV/112, p. 279-323.
- FARELO, Mário. 2013d. “A *Universitas* no labirinto: poderes e redes sociais”. in *A Universidade medieval em Lisboa (séculos XIII- XVI)*. Coord. Hermenegildo FERNANDES. Lisboa: Tinta da China, p. 187-234.
- FARELO, Mário. 2016a. “Do processo de refundação da diocese a 1505”. in *História da Diocese de Viseu*. Coord. José Pedro PAIVA. Vol. I – *Séc. VI-1505*. Viseu: Diocese de Viseu – Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 446-493.
- FARELO, Mário. 2016b. “Une relation dans l’ombre? L’interventionnisme cardinalice dans le royaume du Portugal au temps des Papes d’Avignon”. in *Ecclesiastics and Political State Building in the Iberian Monarchies, 13th-15th centuries*. Ed. Hermínia Vasconcelos VILAR e Maria Joao BRANCO. Lisboa: Publicações do CIDEHUS, p. 291-309 [<http://books.openedition.org/cidehus/1732>].
- FARELO, Mário; ROLDÃO, Filipa; MARQUES, André Evangelista. 2007. “Les clerics dans l’administration dionysienne (1279-1325)”. in *Carreiras Eclesiásticas no Ocidente Cristão (Séculos XII-XIV)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, p. 269-313.
- FARINHA, António Dias. 1994. “Lisboa, evolução: período muçulmano”. in *Dicionário da História de Lisboa*. Dir. Francisco SANTANA e Eduardo SUCENA. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, p. 510-511.
- FEIGE, Peter. 1978. “Die Anfänge des portugiesischen Königtums und seiner Landeskirche”. *Spanische Forschungen der Gorresgesellschaft* 29, p. 85-436.

- FELICIANGELI, Bernardino. 1917. “Le Proposte per la guerra contro i Turchi presentate da Stefano Taleazzi, vescovo di torcello, a papa Alessandro VI”. *Archivio della R. Società romana di storia Patria* 40, p. 5-63.
- FERNANDES, Carla Varela. 2001. *Memória de Pedra. Escultura Tumular Medieval na Sé de Lisboa*. Lisboa: IPPAR.
- FERNANDES, Carla Varela. 2004a. *Poder e Representação. Iconologia da Família Real Portuguesa. Primeira Dinastia (séculos XII a XIV)*. Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 vols.
- FERNANDES, Carla Varela. 2006a. “Proposta de Identificação de um jacente medieval. O Infante D. João”. *ARTIS. Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa* 5, p. 73-87.
- FERNANDES, Carla Varela. 2006-2007. “D. Afonso IV e a Sé de Lisboa. A escolha de um lugar de memória”. *Arqueologia e História* 58-59, p. 143-166.
- FERNANDES, Carla Varela. 2017. *Mestre Pero*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja.
- FERNANDES, Hermenegildo. 2006b. *D. Sancho II. Tragédia*. Rio de Mouros: Círculo de Leitores.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira. 2004b. *O Castelo de Palmela. Do islâmico ao cristão*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela.
- FERNANDES, Lúcia, FERNANDES, Paulo Almeida. 2014. “Entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica: novos dados sobre a decoração arquitectónica da cidade de Lisboa”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 17, p. 225-243.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. 1991. “Francisco de Monzón, capelão e pregador de D. João III e D. Sebastião”. *Lusitania Sacra* 2.^a Série, 3, p. 39-70.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. 1997. “A biblioteca perdida de Jorge Cardoso (†1669) e a biblioteca do *Agiologio Lusitano*: livros de gosto e de uso. Parte I, os manuscritos”. *Via spiritus* 4, p. 105-132.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. 2001-2002. “Uma biblioteca ibérica?”. *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional* 9-10, p. 123-176.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. 2002a. *Agiológico Lusitano: estudo e índices*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FERNANDES, Paulo Almeida, 2002b. “O sítio da Sé de Lisboa antes da Reconquista”. *Revista Artis* 1, p. 57-87.
- FERNANDES, Paulo Almeida. 2003. “Lápide funerária do bispo *Iulianus*”. in *Tavira. Poder e Território*. Coord. Maria MAIA e Carla Varela FERNANDES. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Câmara Municipal de Tavira, p. 297-298.
- FERNANDES, Paulo Almeida. 2005. “Visigótico ou moçárabe? O núcleo de arte da Alta Idade Média da cidade de Lisboa”. in *Construindo a Memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Coord. J. M. ARNAUD e Carla Varela FERNANDES. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 264-283 e 292-293.
- FERNANDES, Paulo Almeida. 2006c. “O claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura «cheia de imperfeições»?”. *Murphy* 1, p. 18-69.
- FERNANDES, Paulo Almeida. 2007. “Os moçárabes de Lisboa e a sua importância para a evolução das comunidades cristãs sob domínio islâmico”. in *Lisboa medieval: Os rostos da cidade*. Coord. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA e João Luís FONTES. Lisboa: Livros Horizonte, p. 71-83.
- FERNANDES, Paulo Almeida. 2009. “Novos elementos sobre a arte moçárabe em território português”. *Xarajib* 9, p. 71-103.

- FERNANDES, Paulo Almeida. 2015. “Aproximações à vivência religiosa moçárabe: a *iconografia do paraíso* na arte peninsular cristã dos séculos IX e X”. in *Redenção e Escatologia. Estudos de filosofia, religião, literatura e arte na cultura portuguesa*. Ed. Samuel DIMAS, Renato EPIFÂNIO e Luís LÓIA. Vol. I, tomo 1. Lisboa: Nota de Rodapé Edições, p. 207-220.
- FERNANDES, Paulo Almeida. No prelo. “Olysipona. A cidade entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média”. *IV Colóquio “A Nova Lisboa Medieval”: a cidade e o seu território*. Lisboa: IEM.
- FERNANDES, Paulo Almeida; VILAR, Maria do Carmo. 2008. “A Ermida de Nossa Senhora do Socorro”. in *Boletim Cultural '07*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra, p. 531-575.
- FERREIRA, José Augusto. 1923-1924. *Memórias Archeológico-Históricas da cidade do Porto*. Tomos I-II. Braga, Cruz & Companhia Editores.
- FERREIRA, José Augusto. 1928-1935. *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (séculos III-XX)*. Vols. I-IV. Braga: edição da Mitra Bracarense.
- FERREIRA, Maria Manuela de Sousa Vaquero Freitas. 2012. *O Tribunal da Inquisição de Lamego. Contribuição para o estudo da Inquisição no Norte de Portugal*. Tese de doutoramento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- FERRER MALLOL, Maria Teresa. 2002. “Historia de los Hechos del cardenal Gil de Albornoz, de Juan Ginés de Sepúlveda. Estudio histórico”. in GINÉS DE SEPÚLVEDA, Juan. *Historia de los Hechos del cardenal Gil de Albornoz*. Ed. J. COSTAS RODRÍGUEZ, A. MORENO HERNÁNDEZ *et al.* Pozoblanco: Ayuntamiento de Pozoblanco, p. IX-LVIII.
- FERRI, G. 1907. “Le carte dell’archivio liberiano. Dal secolo X al XV (continuazione e fine)”. *Archivio della Regia Società Romana di Storia Patria* 30, p. 119-168.
- FIERRO, Maribel. 2007. “Os Ulemas de Lisboa”. *Lisboa Medieval: os rostos da cidade*. Ed. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA e João Luís FONTES. Lisboa: Livros Horizonte, p. 33-59.
- FIERVILLE, Charles. 1874. *Le cardinal Jean Jouffroy et son temps: 1412-1473*. Paris: Imprimerie Salettes.
- FIGUEIREDO, Ana Paula. 2000. *O espólio artístico das capelas da Sé de Lisboa. Abordagem cripto-histórica*. Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 vols.
- FIGUEIREDO, Antero de. 1945. *D. Sebastião, Rei de Portugal: 1554-1578*. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.
- FILIPPINI, Francesco. 1896. “La prima legazione del Cardinale Albornoz in Italia (1353-1357) [I]”. *Studi Storici. Periodico Trimestrale* 5/1, p. 81-120.
- FISQUET, Honoré. 1868. *France pontificale (Gallia Christiana). Histoire chronologique et biographique des archevêques et évêques de tous les diocèses de France depuis l’établissement du Christianisme jusqu’à nos jours divisée en 18 provinces ecclésiastiques. Métropole d’Aix. Aix, Arles, Embrun (seconde partie), 2.^a edição*. Paris: E. Repos.
- FLOCCIA, Francesco. 1985. “Ancora un contributo, e un’ipotesi, per Antoniazio Romano”. *Storia dell’arte* 53, 15-21.
- FLOR, Pedro. 2002. *O Túmulo de D. João de Noronha e de D. Isabel de Sousa na igreja de Santa Maria de Óbidos*. Lisboa: Ed. Colibri.
- FLOR, Pedro. 2010. *A arte do retrato em Portugal nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- FLOR, Pedro. 2013. “Do romano ao ouro burnido. A arte na Sé de Lamego entre o Renascimento e o Barroco”. in *Espaço, poder e memória: A Catedral de Lamego, sécs. XII a XX*. Coord. Anísio Miguel de Sousa SARAIVA. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da UCP, p. 105-140.

- FOHLEN, Jeannine. 2008. *La bibliothèque du pape Eugène IV (1431-1447). Contribution à l'histoire du fonds Vatican latin*. Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana.
- FONSECA, Luís Adão da. 1982. *O Condestável D. Pedro de Portugal*. Porto: INIC.
- FONTES, João Luís Inglês (coord.). 2002. *A dos Cunhados. Itinerários da Memória*. A dos Cunhados: Pro-Memória.
- FONTES, João Luís Inglês. 2007. "Reclusão, eremitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média". in *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*. Ed. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA e João Luís FONTES. Lisboa: Livros Horizonte, p. 259-277.
- FONTES, João Luís Inglês. 2012. *Da «Pobre Vida» à Congregação da Serra de Ossa: génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)*. Tese de Doutoramento em História Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- FRANÇA, José-Augusto. 2008. *Lisboa: História Física e Moral*. Lisboa: Livros Horizonte.
- FRANSEN, Gérard. 1973. *Les collections canoniques*. Turnhout: Brepols.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp. 1996. *Brasões da Casa de Sintra*. 3.^a edição. Lisboa: IN-CM (edição fac-similada).
- FRÓES, Vânia Leite. 2005. "Le Cardinal du Portugal: célébration de la vie et mémoire de la mort à Florence au quattrocento". in *A Igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, p. 257-266.
- GAGNARD, Philippe. 1774. *Histoire de l'Église d'Autun*. Autun: P. Dejussieu.
- GAILLARD, Claude. 1982. *Le Portugal sous Philippe III d'Espagne: l'action de Diego de Silva y Mendoza*. Grenoble: Université des Langues et Lettres de Grenoble.
- GALLAND, Bruno. 1998. *Les papes d'Avignon et la Maison de Savoie (1309-1409)*. Rome: Publications de l'École Française de Rome.
- GAMS, P. Pius Bonifacius. 1857. *Series Episcoporum Ecclesiae Catholicae, quotquot innotuerunt a Beato Petro Apostolo*. Graz: Akademische Druck – U. Verlagsanstalt.
- GARCÍA MORENO, Luís Agustín. 1989. *Historia de España visigoda*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- GARCÍA MORENO, Luís Agustín. 1991a. "La conyuntura política del III concilio de Toledo: Una historia larga y tortuosa". in *Concilio III de Toledo. XIV Centenario 589-1989*. Toledo: Arzobispado de Toledo, p. 271-296.
- GARCÍA MORENO, Luís Agustín. 1991b. "Élites y Iglesia Hispanas en la transición del imperio romano al reino visigodo". in *La conversión de Roma. Cristianismo y paganismo*. Madrid: Ediciones Clasicas, p. 223-258.
- GARCÍA Y GARCÍA, Antonio. 1972. "El decretista Fernando Álvarez de Albornoz y la fundación del colegio de España". in *El cardenal Albornoz y el colegio de España*. Ed. Evelio VERDERA Y TUELLES, vol. II. Bolonia: Publicaciones del Real Colegio de España, p. 131-165.
- GARCIA Y GARCIA, Antonio. 1992. "The faculties of law". in *A History of the University in Europe*. Ed. Hilde de RIDDER-SYMOENS. Vol. I. *Universities in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 388-408.
- GARRIDO, Luís. 2007. *D. Luís Pires. Retalhos da vida de um prelado quatrocentista*. Tese de mestrado em História medieval e do Renascimento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- GARRIGOU-LAGRANGE, François. 1911. "Notice biographique sur deux évêques limousins". *Bulletin de la société archéologique du Limousin* 61, p. 258-283.
- GASNAULT, Pierre. 1975. "Les manuscrits copiés par Hugues de Parisot". *Scriptorium* 29/2, p. 153-159.

- GAUDEMET, Jean. 1985. *Les sources du droit de l'Église en Occident du I^{er} siècle au VII^e siècle*. Paris: Les éditions du Cerf-CNRS.
- GAUDEMET, Jean. 1989. "Notes d'histoire des collections canoniques". *Revue historique de droit français et étranger*. 65:1, p. 47-59.
- GAYANGOS, Pascual. 1850. *Memoria sobre la autenticidad de la Crónica denominada del moro Rasis*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- GAYET, Louis. 1889. *Le Grand Schisme d'Occident d'après les documents contemporains déposés aux Archives Secrètes du Vatican*. Vols. I-II. Florence-Berlin: Loescher et Seeber S. Calvary.
- GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. 1938-1941. *Nobiliário de famílias de Portugal*. Ed. Agostinho de Azevedo MEIRELLES e Domingos de Araújo AFFONSO, 17 vols. Braga: Pax.
- GEARY, Patrick J. 1996. *La Mémoire et l'oubli à la fin du premier millénaire*. Paris: Aubier.
- GENET, Jean-Philippe. 2006. "Londres est-elle une capitale?". in *Les Villes capitales au Moyen Age*. Paris: Publications de la Sorbonne, p. 155-185.
- GENRO, Manuel Vaz. 1958. *O lausperene em Lisboa e em outras terras do país*. Lisboa: União Gráfica.
- GIANANDREA, Manuela. 2009. "Le lastre gotiche nel chiostro dell'ex Convento dei Santi Bonifacio e Alessio all'Aventino. Un'ipotesi per il perduto ciborio dell'immagine mariana e una riflessione sui cibori per icona nel tardo Medioevo romano". *Studi Romani* 18/1-4, p. 164-181.
- GIARD, Jean-Baptiste. 1967. "Le florin d'or au Baptiste et ses imitations en France au XIV^e siècle". *Bibliothèque de l'École des Chartes* 125/1, p. 94-141.
- GIEBELS, Daniel Norte. 2008. *A relação entre a Inquisição e D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa (1586-1625)*. Tese de mestrado em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- GIEBELS, Daniel Norte. 2011. "A Inquisição e a Mitra de Lisboa: análise a partir do governo do arcebispo D. Miguel de Castro (1586-1625)". *Lusitania Sacra* 2.^a série, 23, p. 121-150.
- GOMES, Ana; GASPAS, Alexandra. 2001. "O castelo de São Jorge. Da fortaleza islâmica à alcáçova cristã". in *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magrebe 500-1500*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela / Colibri, p. 497-404.
- GOMES, Ana; GASPAS, Alexandra; PIMENTA, João; GUERRA, S.; MENDES, H.; RIBEIRO, S.; VALONGO, António; PINTO, P. 2003. "Castelo de São Jorge – balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos". *Estudos – Património* 4, p. 214-223.
- GOMES, Jesué Pinharanda. 1981. *História da Diocese da Guarda*. Braga: Edição do Autor.
- GOMES, Rita Costa. 1995. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Carnaxide: Difel.
- GOMES, Rita Costa. 2005. *D. Fernando*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- GOMES, Rita Costa. 2013. "La cour de Bourgogne et la cour du Portugal au XV^e siècle". in *La cour de Bourgogne et l'Europe. Le rayonnement et les limites d'un modèle culturel. Actes du Colloque international tenu à Paris les 9, 10 et 11 octobre 2007*. Ed. Werner PARAVICINI. Ostfilden: Thorbecke, p. 631-648.
- GOMES, Saul António. 2000. "Cónegos Regrantes de Santo Agostinho". in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira AZEVEDO, tomo A-C. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 429-434.
- GOMES, Saul António. 2001. "Escolares e Universidade na Coimbra Medieval. Breves notas documentais". in *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 509-531

- GOMES, Saul António. 2006. *D. Afonso V, o Africano*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- GOMES, Saul António. 2007. In limine conscriptionis: *documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: séculos XII a XIV*. Viseu: Palimage.
- GOMES, Saul António. 2008. *Imago & Auctoritas. Selos Medievais da Chancelaria do Mosteiro de Alcobaça*. Coimbra: Palimage.
- GOMES, Saúl. 2011a. “A extinção da Ordem do Templo em Portugal”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 11, p. 75-116.
- GOMES, Saul. 2011b. “Um registo de contabilidade medieval do mosteiro de S. Jorge de Coimbra (1257-59)”. *Medievalista* [Em linha]. 10. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA10/gomes1003.html>
- GOMES, Saul António. 2012. *Introdução à sigilografia portuguesa: guia de estudo*. 2.^a ed. revista e ampliada. Coimbra: FLUC.
- GÓMEZ REDONDO, Fernando. 1999. *Historia de la prosa medieval castellana*, vol. II. Madrid: Cátedra.
- GONZÁLEZ DE FAUVE, María Estela; LAS HERAS, Isabel; FORTEZA, Patricia de. 2006. “Apología y censura; posibles autores de las crónicas favorables a Pedro I de Castilla”. *Anuario de Estudios Medievales* 36/1, p. 111-144.
- GONZÁLEZ VÁZQUEZ, Marta. 1996. *El arzobispado de Santiago: una instancia de poder en la Edad Media (1150-1400)*. Santiago: Seminario de Estudos Galegos.
- GONZÁLVEZ, Ramón. 1972. “El Ms. 43-1 de la catedral de Toledo. Un registro de documentos de Fernando Álvarez de Albornoz (1360-1371)”. in *El cardenal Albornoz y el colegio de España*. Ed. Evelio VERDERA Y TUELLES, vol. II. Bolonia: Publicaciones del Real Colegio de España, p. 167-207.
- GOUVEIA, António Camões. 1989. “O bispo do *Tratado da Cidade de Portalegre* do Pe. Pereira Sotto Maior”. *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre* 3, p. 55-70.
- GOUVEIA, António Camões. 1993. “O Enquadramento Pós-Tridentino e as Vivências do Religioso”. in *História de Portugal*. Dir. José MATTOSO. Vol. IV: *O Antigo Regime*. Coord. António Manuel HESPANHA. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 290-301.
- GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (coord.). 2014. *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa.
- GOUVEIA, Jaime Ricardo. 2009. “*Quod non est in actis, non est in mundo*: mecanismos de disciplina interna e externa no Auditório Eclesiástico de Coimbra”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 9, p. 179-204.
- GOUVEIA, Mário de. 2007. “O culto dos santos mártires de Lisboa na fronteira ocidental do reino de Leão (séc. X-XI)”. in *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade. Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*. Ed. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA e João Luís FONTES. Lisboa: Livros Horizonte, p. 388-399.
- GOYAU, Georges. 1891. *Chronologie de l'empire romain*. Paris: C. Klincksieck.
- GRAF, Carlos Eduardo de Verdier. 2011. *D. João Esteves da Azambuja: exemplo da interligação de poderes (séculos XIV e XV)*. Tese de mestrado em História Medieval e do Renascimento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- GRILO, Maria João Bonina. 1994. *A Capela Sepulcral do Cardeal D. Jorge da Costa – um exemplo de mecenatismo eclesiástico na Roma do Renascimento*. Tese de mestrado em História da Artes, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 3 vols.

- GRILO, Maria João Bonina. 1996. "A actividade diplomática e cultural do cardeal D. Jorge da Costa em Roma (1479-1508)". in *Os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Universidade Lusíada, p. 149-218.
- GUENÉE, Bernard. 1987. *Entre l'Église et l'État. Quatre vies de prélats français à la fin du Moyen Âge (XIII^e-XV^e siècles)*. Paris: Gallimard.
- GUERRA, Amílcar. 2006. "Os mais recentes achados epigráficos do castelo de S. Jorge, Lisboa". *Revista Portuguesa de Arqueologia* 9/2, p. 271-297.
- GUERREIRO, J. Alcântara. 1971. *Galeria dos Prelados de Évora*. Évora: Gráfica Eborense.
- GUIDET, Giovanni Matteo. 1998. "La Cappella del Cardinale del Portogallo a San Miniato al Monte". in *Chappelle del Rinascimento a Firenze*. Ed. Mario CARNIANI. Firenze, Editore Becocci, p. 59-68.
- GUIJARRO GONZÁLEZ, Susana. 2000. "Las escuelas y la formación del clero de las catedrales en las diócesis castellano leonesas (siglos XI al XV)". in *La enseñanza en la edad media: X Semana de Estudios Medievales, Nájera 1999*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, p. 61-95.
- GUILHIERMOZ, Paul. 1892. *Enquetes et procès. Études sur la procédure et le fonctionnement du Parlement au XIV^e siècle suivies du style de la Chambre des enquetes du style des commissaires du Parlement et de plusieurs autres textes et documents*. Paris: Alphonse Picard, éditeur.
- GUILLEMAIN, Bernard; DARRICAU, Raymond; MARQUETTE, Jean-Bernard. 1974. *Le diocèse de Bordeaux*. Paris: Éditions Beauchesne.
- GUIMARÃES, J. Ribeiro. 1873. *Summario de Varia História: narrativas, lendas, biographias, descrições de templos e monumentos, estatísticas, costumes civis, políticos e religiosos de outras eras*, vol. III. Lisboa: Editores Rolland e Semiond.
- GUREVITCH, Aron. 1991. *As categorias da cultura medieval*. Lisboa: Ed. Caminho.
- HABLOT, Laurent. 2011. "L'héraldisation du sacré aux XII^e-XIII^e siècles. Une mise en scène de la religiosité chevaleresque?". in *Actes du colloque Chevalerie et christianisme aux XII^e et XIII^e siècles*. Dir. Martin AURELL. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, p. 211-233.
- HABLOT, Laurent. 2012. "Entre pratique militaire et symbolique du pouvoir, l'écu armorié au XII^e siècle". in *Estudos de Heráldica Medieval*. Ed. Miguel Metelo de SEIXAS e Maria de Lurdes ROSA. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais – Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos – Caminhos Romanos, p. 143-166.
- HANSMANN, Martina. 1993. "Die Kapelle des Kardinals von Portugal in S. Miniato al Monte. Ein dynastisches Grabmonument aus der Zeit Piero de' Medici". in *Piero de Medici "Il Gottoso" (1416-1469). Kunst in Dienst der Mediceer*. Ed. Andreas BEYER e Bruce BOUCHER. Berlin: Akademie-Verlag, p. 291-316.
- HANSON, Richard Patrick Crosland. 1988. *The Search for the Christian Doctrine of God. The Arian Controversy, 318-381*. Edinburgh: T&T Clark.
- HARO CORTÉS, Marta. 2009. "Compilatio y transmisión en el *Libro del consejo e de los consejeros*". in *De la lettre à l'esprit. Hommage à Michel Garcia*. Ed. Carlos HEUSCH. Lyon: Le Manuscrit, p. 233-258.
- HARTT, Frederick et al. 1964. *The Chapel of the Cardinal of Portugal, 1434-1459 at San Miniato in Florence*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- HARVEY, Margaret. 2004. *The English in Rome, 1362-1420. Portrait of an Expatriate Community*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HAUTCOEUR, Edouard. 1897. *Histoire de l'église collégiale et du chapitre de Saint-Pierre de Lille*, tomo 2. Lille-Paris: L. Quarré – A. Picard.

- HEFELE, Charles-Joseph. 1907-1921. *Histoire des Conciles d'après les documents originaux*, 16 vols. Paris, Librairie Letouzey et Ané.
- HERCULANO, Alexandre. 1979-1981. *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, 2 vols. Lisboa: Bertrand.
- HERCULANO, Alexandre. 1981-1989. *História de Portugal. Desde o começo da Monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*. Notas críticas de José MATTOSO. Tomos I-IV. Lisboa: Livraria Bertrand.
- HESPAHHA, António Manuel. 1982. *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*. Coimbra: Almedina.
- HESPAHHA, António Manuel. 1993. "O Poder Eclesiástico. Aspectos Institucionais". in *História de Portugal*. Dir. José Mattoso. Vol. IV: *O Antigo Regime*, coord. António Manuel HESPAHHA. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 287-290.
- HESPAHHA, António Manuel. 1994. *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal, séc. XVII*. Coimbra: Almedina.
- HOLSTEIN, Alizah. 2006. *Rome during Avignon: Myth, Memory, and Civil Identity in Fourteenth-Century Roman Politics*. Tese de Doutoramento, Faculty of the Graduate School of Cornell University.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho. 1987. "Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos privados de D. João I". *Revista da Faculdade de Letras: História* Série II, 4, p. 9-68.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho. 1990a. *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho. 1990b. *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*. Lisboa: Livros Horizonte.
- HOMEM, Armando Luis de Carvalho. 1996. "A dinâmica dionisina". in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense a crise do século XIV*. Coord. Maria Helena da Cruz COELHO e Armando Luís de Carvalho HOMEM. Vol. III da *Nova História de Portugal*. Dir. Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES. Lisboa: Editorial Presença, p.144-165.
- HOMEM, Armando Luís Carvalho. 1998. "Perspectivas sobre a prelazia em tempos dionisinos". *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História* 2.^a série, 15/2, p. 1469-1477.
- HOPPE, Jean Marie. 2000. "Le corpus de la sculpture visigothique. Libre parcours et essai d'interprétation". in *Visigodos y Omeyas. Un debate entre la Antigüedad tardía y la alta Edad Media*. Madrid: CSIC, p. 307-355.
- HUYGHEBAERT, N. 1966. "Abbaye des Dunes à Koksijde et à Bruges". *Monasticon belge* 3/2, p. 353-445.
- ISRAËLS, Machtelt. 2003. *Sassetta's Madonna della Neve. An Image of Patronage*. Tese de Doutoramento, Instituut voor Cultuur en Geschiedenis.
- JAMME, Armand. 2005. "Renverser le pape. Droits, complots et conceptions politiques aux origines du Grand Schisme d'Occident". in *Coups d'Etat à la fin du Moyen Age? Aux fondements du pouvoir politique en Europe occidentale*. Ed. François FORONDA, Jean-Philippe GENET e José Manuel NIETO SORIA. Madrid: Casa de Velázquez, p. 433-482.
- JORGE, Ana Maria C. M. 2000a. "A dinâmica de cristianização e o debate ortodoxia/heterodoxia: O eclodir da dissidência. A querela arianista"; "Organização eclesiástica do espaço: Do Império Romano ao Reino Asturiano Leonês"; "As instituições e o elemento humano: A permanência no século"; Monarquia e Igreja. Convergência e oposições: Da Igreja constantiniana ao Reino Asturiano-Leonês". in *História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos

- Moreira AZEVEDO. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 25-29; 137-142; 237-241; 303-305.
- JORGE, Ana Maria C. M. 2000b. "Episcopologio (catálogo dos bispos católicos portugueses)". in *Dicionário da história religiosa de Portugal*. Dir. Carlos A. Moreira AZEVEDO. Tomo C-I. Lisboa: Círculo de leitores, p. 131-146.
- JORGE, Ana Maria C. M. 2002. *L'épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité tardive (III^e-VII^e siècles)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- JORGE, Ana Maria C. M. [et al.]. 2005. "La dimension européenne du clergé de Lisbonne (1147-1325)". In *A Igreja e o Clero Português no Contexto Europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, p. 17-43.
- KEYVANIAN, Carla. 2005. *Hospitals and Urbanism in Rome, 1200-1500*. Leiden: Brill.
- KOCHL, Linda A. 1996. "The Early Christian revival at S. Miniato al Monte: The Cardinal of Portugal Chapel". *Art Bulletin* 78/3, p. 527-555.
- KRUS, Luís. 1994. *A construção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – JNICT.
- KUBLER, George. 1972. *Portuguese Plain Architecture. Between Spices and Diamonds (1521-1706)*. Middletown: Wesleyan University Press.
- LABARTHE, Hugues. 2010. "Guteritz, Johannes [49]" in *Obediences.net* [<http://obediences.net/afficheNoticesWiki.php?identif=49&page=not>] (publicado em 2010.8.9).
- LAINÉ, M. 1839. *Archives généalogiques et historiques de la Noblesse de France, ou Recueil de Preuves, mémoires et notices généalogiques servant à constater l'origine, la filiation, les alliances et les illustrations religieuses, civiles et militaires de diverses maisons et familles nobles du royaume avec la collection des nobiliaires généraux des provinces de France*, t. VI. Paris: Chez l'auteur.
- LAMELAS, Isidro Pereira. 2001. "Mistério da Trindade e Maria em Potâmio de Lisboa (?- c. 360)". *Didaskalia* 31, p. 61-87.
- LANCIANI, Rodolfo. 1897. "Il patrimonio della famiglia Colonna al tempo di Martino V (1417-1431)". *Archivio della Regia Società Romana di Storia Patria* 20, p. 369-449.
- LAVALÉE, Joseph. 1822. *História completa das inquisições de Itália, Hespanha e Portugal, ornada com várias estampas que nella se tratão*. 2.^a ed. Lisboa: Typographia Maignense.
- LAY, Stephen. 2009. *The Reconquest Kings of Portugal*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- LEA, Henry Charles. 1888. *A history of the Inquisition of the Middle Ages*, vol. I. New York, Harper & Brothers.
- LECOY DE LA MARCHE, A. 1892. *Les relations politiques de la France avec le royaume de la Majorque (Iles Baléares, Roussillon, Montpellier, etc.)*, tomo II. Paris: Ernest Leroux, éditeur, 1892.
- LEITÃO, André de Oliveira; SANTOS, Filipa. 2013. "Presenças moçárabes em *al Usbuna* e seu alfoz (até 1147). Um estado da questão". *Revista Rossio* 1, p. 92-103.
- LEITÃO, Francisco. 1909-1914. "Vida de André de Resende. Biografia inédita". *Arquivo Histórico Português* VII, p. 339-417; VIII, p. 62-69, 161-184, 338-366; IX, p. 177-334.
- LEPINE, David. 1995. *Brotherhood of Canons serving God. English secular Cathedrals in The Later Middle Ages*. Bury St. Edmunds: Boydell.
- LEVILLAIN, Ph. (dir.). 1996. *Dizionario Storico del Papato*, 2 vols. Milano: Bompiani.
- LINEHAN, Peter. 2007. "Patronage and indebtedness: Portugal, Castile and the papal Court around the year 1300". *Historia, instituciones, documentos* 34, 147-158.
- LISBOA SUBTERRÂNEA. 1994. Coord. Raffaell D'INTINO. Lisboa-Milão: Sociedade Lisboa 94 – Electa.

- LIVERMORE, Harold. 1990. "The 'Conquest of Lisbon' and its Author". *Portuguese Studies* 6, p. 1-16.
- LLORCA, Bernardino. 1951. *Manual de Historia Eclesiastica*. Barcelona: Ed. Labor.
- LOPES, Fernando Félix. 1952. "As primeiras clarissas de Portugal". *Colectânea de Estudos* 2.^a série, III/2, p. 210-234.
- LOPES, Fernando Félix. 1964-1966. "Para a história de Torres Vedras". *Lusitania Sacra* 7, p. 135-152.
- LOPES, Fernando Félix. 1997a. "Das actividades políticas e religiosas de D. Fr. Estêvão, Bispo que foi do Porto e de Lisboa". in *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. III. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 95-152.
- LOPES, Fernando Félix. 1997b. "O primeiro manifesto de el-rei D. Dinis contra o infante D. Afonso seu filho e herdeiro". in *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. III. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 129-154.
- LOPES, Fernando Félix. 1997c. "Santa Isabel de Portugal. A larga contenda entre el-rei D. Dinis e seu filho D. Afonso". in *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. III. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 79-107.
- LOPES, Fernando Félix. 1997d. "Santa Isabel na contenda entre D. Dinis e o filho, 1321-1322". in *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. III. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 109-127.
- LÓPEZ DE COCA CASTAÑER, José Enrique. 2012. "La cruzada particular de un maestro de la Orden de Alcántara (1394)". *Studia Historica. Historia Medieval* 30, p. 175-195.
- LÓPEZ-SALAZAR, Ana Isabel. 2010. *Inquisición portuguesa y Monarquía Hispánica en tiempos del perdón general de 1605*. Lisboa: Edições Colibri – CIDEHUS/UE.
- LÓPEZ-SALAZAR, Ana Isabel. 2011. *Inquisición y política: el gobierno del Santo Oficio en el Portugal de los Austrias (1578-1653)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa.
- LORENZO, Juan. 1978. "Acercamiento a la sintaxis de Potamio". *Emerita* 46, p. 117-130.
- LOUREIRO, Carlos. 2017. "A geometria dos paramentos islâmicos das casas I e II da Praça Nova do Castelo de S. Jorge". in *Documentação a Representação Digital de Bens Culturais. Catálogo de Exposição*. Lisboa: Instituto Superior Técnico, p. 22.
- LOUREIRO, Francisco Sales. 1978. *D. Sebastião, antes e depois de Alcácer Quibir*. Lisboa: Edições Vega.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal. 1997. *A Casa e o Estado do Infantado (1654-1706). Formas e práticas administrativas de um património senhorial*. Lisboa: JNICT-Centro de História da Universidade de Lisboa.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal. 2010. *D. Pedro II. O Pacífico (1648-1706)*. Lisboa: Círculo de Leitores – Temas e Debates.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal. 2012. "Formas de assistência aos Homens de Guerra: D. Catarina de Áustria e os «merceeiros de Belém»". in *Rainhas no Portugal Moderno: Casa, Corte e Património*. Lisboa: Edições Colibri, p. 53-63.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal; PINTO, Ricardo Fernando. 2012. *D. Luísa de Gusmão (1613-1666): Restaurar, Reinar e Educar*. Lisboa: Gradiva.
- LOURO, Henrique da Silva. 1965-1967. "Sepulturas da Sé de Évora dos séculos XIII a XV". *A Cidade de Évora* 48-50, p. 65-92.
- LOWE, Kate. J. P. 2010. "The stereotyping of black Africans in Renaissance Europe". in, *Black Africans in Renaissance Europe*. Ed. Thomas F. EARLE e Kate J. P. LOWE. Cambridge: Cambridge University Press, p. 17-48.

- LUÍS, Maria dos Anjos dos Santos Fernandes. 2009. *Vivências religiosas e comportamentos sociais: visitas pastorais ao concelho da Lourinhã no século XVII*. Tese de mestrado em História Regional e Local, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- LUÍS, Maria dos Anjos dos Santos Fernandes. 2011. "Visitas Pastorais ao concelho da Lourinhã na 2.^a metade do século xvii". *Lusitania Sacra* 2.^a série, 23, p. 169-179.
- LUÍS, Maria dos Anjos dos Santos Fernandes. 2014. *Vivências religiosas e comportamentos sociais: visitas pastorais ao concelho da Lourinhã nos séculos XVII e XVIII*. Lourinhã: Câmara Municipal da Lourinhã.
- MACHADO, Diogo Barbosa. 1965-1967. *Bibliotheca Lusitana*. Revisão por Manuel Lopes de Almeida, 4 tomos. Coimbra: Atlântida Editora.
- MACIAS, Santiago. 2005. "Islamização no território de Beja: reflexões para um debate". *Análise Social* XXXIX/173, p. 807-826.
- MACIEL, M. Justino. 1996. *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*. Lisboa: Edição do Autor.
- MADOZ, José. 1947. "Potamio de Lisboa". *Revista Española de Teología* 7, p. 79-109.
- MADRID, Alonso Fernández. 1932. *Silva Palentina*, tomo I. Palencia: Imp. de "El Diario Palentino" de la Viuda de J. Alonso.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. 1987. "Em busca dos tempos da Inquisição (1573-1615)". *Revista de História das Ideias* 9, p. 191-228.
- MARCHANDISSE, Alain; MASSON, Christophe; SOMMÉ, Monique. 2016. "Jacques de Coimbre (1433-1459), un cardinal lusitano-bourguignon". in *Évêques et cardinaux princiers et curiaux (XIV^e-début XVI^e siècle), des acteurs du pouvoir. Actes du colloque de Lille-Tournai, 18-19 mars 2011*. Ed. M. MAILLARD LUYPAERT, A. MARCHANDISSE et B. SCHNERB. Turnhout: Brepols, p. 135-164.
- MARCHE, Abbé B. A. 1899. "Allasac et ses annexes (suite)". *Bulletin de la Société des Lettres, Sciences et Arts de la Corrèze* 21, p. 177-213.
- MARCOCCI, Giuseppe. 2012. *A Consciência de um Império: Portugal e o seu Mundo (sécs. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- MARE, Albinia de la. 2000. "Notes on Portuguese patrons of the Florentine book trade in the Fifteenth Century". in *Cultural links between Portugal and Italy in the Renaissance*. Ed. Kate J. P. LOWE. Oxford: Oxford University Press, p. 168-181.
- MARION, Jules. 1845. "Liste des archevêques et évêques de France: distribués par provinces ecclésiastiques". *Annuaire historique pour l'année* 9, p. 93-126.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. 1987. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Vol. IV da *Nova História de Portugal*. Dir. Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES. Lisboa: Ed. Presença.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. 1988a. "Lisboa medieval: uma visão de conjunto". in *Novos ensaios de História medieval portuguesa*. Lisboa: Ed. Presença, p. 80-91.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. 1994a. "Depois da Reconquista. A Cidade na Baixa Idade Média". in *O Livro de Lisboa*. Coord. Irisalva MOITA. Lisboa: Livros Horizonte, p. 89-113.
- MARQUES, José. 1988b. *A arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MARQUES, José. 1988c. "O Arcebispo D. Jorge da Costa e os primórdios da imprensa portuguesa". *Forum* 4, p. 1-31.
- MARQUES, José. 1994b. "Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal no século xv". *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 11, p. 137-172.

- MARQUES, José. 1996a. “A influência das bulas papais na documentação medieval portuguesa”. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto, 13, p. 25-62.
- MARQUES, José. 1996b. “Livrarias de mão”. in *Da Memória do mundo*. Porto: Universidade do Porto – Faculdade de Letras – Biblioteca Central, p. 73-82.
- MARQUES, José. 1998. “D. Lourenço Vicente visto de Avinhão”. *Theologica* 33/2, p. 341-365.
- MARQUES, José. 2002. “A Pregação em Portugal na Idade Média. Alguns aspectos”. *Via Spiritus* 9, p. 317-347.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes. 1990. *O papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)*. Tese de Doutoramento em História da Idade Média, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes. 1996c. “A restauração das dioceses de Entre Douro e Tejo e o litígio Braga-Compostela”. in *2.º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do Congresso*. Vol. 5. *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, p. 49-84.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes. 2000. “Cisma do Ocidente e Portugal”. in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos A. Moreira Azevedo, tomo A-C. Lisboa, Círculo de Leitores, p. 344-346.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes. 2006. “A família do Venturoso e a Ordem de Cister”. in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. III. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 227-244.
- MARTI, Berthe M. 1966. *The Spanish College at Bologna in the Fourteenth Century: Edition and Translation of Its Statutes, with Introduction and Notes*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- MARTI, Berthe M. 1972. “1372: The Spanish College versus the Executors of Cardinal Albornoz’s Testament”. in *El cardinal Albornoz y el colegio de España*. Ed. Evelio VERDERA Y TUELLS, vol. II. Bolonia: Publicaciones del Real Colegio de España, p. 93-129.
- MARTÍN ANSÓN, María Luisa. 2001. “El cardenal don Pedro Gómez Barroso y el relicario de la Virgen del Cabello”. *Goya. Revista de Arte* 282, p. 145-155.
- MARTÍN PRIETO, Pablo. 2016. “Sobre la segunda legación en España del Cardenal Guido de Boulogne (1372-1373)”. *Hispania Sacra* LXVIII/137, p. 231-246.
- MARTÍN Y MARTÍN, José Luis. 1996. “El poblamiento de Portugal según *collectoriae* vaticanas del siglo XIV: diócesis de Lisboa y Coimbra”. *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2ª série, 13, p. 123-151.
- MARTIN-CHABOT, Eugène. 1920. “Contribution à l’histoire de la famille Colonna de Rome dans ses rapports avec la France”. *Annuaire-Bulletin de la Société de l’Histoire de France* 57/2, p. 137-190.
- MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. 1961-1962. “El Epítome hispánico: Una colección canónica española del siglo VII”. *Miscelánea de Comillas* 36, p. 5-90; 37, p. 321-466.
- MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. 1967a. “La colección canónica de la Iglesia sueva: los *Capitula Martini*”. *Bracara Augusta* 21, p. 224-243.
- MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. 1967b. “Canonística española pregraciana”. in *Repertorio de Historia de las Ciencias Ecclesiásticas en España* 1, p. 377-395.
- MARTÍNEZ GIL, Fernando. 2000. *Muerte y Sociedad en la España de los Austrias*. Cuenca: Ed. Universidad.
- MARTINS, Armando. 2003. *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.

- MARTINS, Armando. 2010. *Posição do rei D. Fernando (1378-1383) no Grande Cisma do Ocidente: hesitação religiosa ou estratégia política?* Provas de Agregação em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MARTINS, Armando. 2013. “Lisboa, a cidade e o estudo: a Universidade de Lisboa no primeiro século da sua existência”. in *A Universidade medieval em Lisboa (séculos XIII-XVI)*. Coord. Hermenegildo FERNANDES. Lisboa: Tinta da China, p. 41-88.
- MARTINS, Miguel Gomes. 2014. *A Arte da Guerra em Portugal. 1245 a 1367*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- MARTINS, Miguel Gomes; VIEGAS, Inês Morais (coord.). [2006]. *A alcaidaria e os alcaides de Lisboa durante a Idade Média (1147-1433)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Direcção Municipal de Cultura – Departamento de Bibliotecas e Arquivos – Divisão de Gestão de Arquivos.
- MÄRTL, Claudia. 1996. *Kardinal Jean Jouffroy (†1473). Leben und Werk*. Singmaringen: Jan Thorbecke Verlag.
- MATOS, José Luís de. 1999. *Lisboa islâmica*. Lisboa: Instituto Camões.
- MATOS, Maria Antónia Pinto de (coord.). 1992. *Nos confins da Idade Média: arte portuguesa: Séculos XII-XV*. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- MATOS, Manuel Cadafaz de. 1995. “Incunábulo italiano em Portugal no reinado de D. João II. Para um estudo das tipologias de «marcas de posse»”. in *Amar, Sentir e Viver a História – Estudos de homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*. Vol. II. Lisboa: Edições Colibri, p. 811-835.
- MATOS, Manuel Cadafaz de. 2014. “A biblioteca do Cardeal Alpedrinha, (constituída em Itália em fins da Idade Média), a biblioteca da Sé de Braga e alguns incunábulo italiano em Portugal: para um estudo de tipologias das *marcas de posse*”. in *Obras Completas de Manuel Cadafaz de Matos*. Vol. VII: *Da história cultural, social e das técnicas à história das bibliotecas na Idade Média Europeia: Estudos Medievais I*. Lisboa: Centro de Estudos de História do Livro e da Edição – Ed. Távola Redonda, p. 529-574.
- MATTOSO, José. 1982. “Cluny, crúzios e cistercienses na formação de Portugal”. in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e a sua Colegiada*, vol. V. Guimarães: Comissão organizadora do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, p. 281-299.
- MATTOSO, José. 1985. *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. 2 vols. Lisboa: Editorial Estampa, 1985.
- MATTOSO, José. 1990. “Os Moçárabes”. in *Fragmentos de uma composição medieval*. 2.^a ed. Lisboa: Estampa, p. 19-34.
- MATTOSO, José. 1992. “As perturbações do princípio do século v” e “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”. in *História de Portugal*. Dir. José MATTOSO. Vol. I: *Antes de Portugal*. Coord. José MATTOSO. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 289-290, 439-565.
- MATTOSO, José (coord.). 1993. *A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Vol. 2 da *História de Portugal*. Dir. José MATTOSO. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MATTOSO, José. 2002. “A guerra civil de 1319-1324”. in *Obras Completas*, vol. 8. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 217-227.
- MATTOSO, José. 2007. *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.
- MATTOSO, José. 2009. “Perspectivas de investigação em História medieval portuguesa”. *Lusitania Sacra* 2.^a série, 21, p. 153-171.
- MAYEUR, Jean-Marie [et al.] (dir.). 1990-2001. *Histoire du Christianisme: des origines à nos jours*. Paris: Desclée- Fayard, 14 vols.
- MELLO, José António de (coord.). 2014. *Casas e Palácios de Lisboa. Pedras d’Armas*. Lisboa: Scribe.

- MENDONÇA, José Lourenço de; MOREIRA, António Joaquim; FERREIRA, João Palma. 1980. *História dos principais actos e procedimentos da Inquisição em Portugal*. Lisboa, INCM.
- MENDONÇA, Manuela. 1991. *D. Jorge da Costa, Cardeal de Alpedrinha*. Lisboa: Colibri.
- MENÉNDEZ PIDAL, Faustino. 2014. *Los emblemas heráldicos. Novecientos años de historia*. Sevilla: Real Maestranza de Caballería.
- “MENESES, D. VASCO DE”. in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. XVI. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., 1945, p. 940.
- MENINO, Vanda Lisa Lourenço. 2012. *A Rainha D. Beatriz e a sua Casa (1293-1359)*. Tese de Doutoramento em História Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MESLIN, Michel. 1967. *Les Ariens d'Occident, 335-430*. Paris: Éditions du Seuil.
- MILLET, Hélène. 1982. *Les chanoines du chapitre cathédral de Laon, 1272-1412*. Rome: École Française de Rome.
- MILLET, Hélène. 2005. “La participation du Portugal au Concile de Pisa (1409)”. in *A Igreja e o Clero Português no contexto português*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, p. 235-254.
- MINGUELLA Y ARNEDO, Toribio. 1910-1913. *Historia de la diócesis de Sigüenza y de sus obispos*, 3 vols. Madrid: Tip. de la Revista de Archivos Bibliotecas y Museos.
- MINNERATH, Roland. 1996. *Histoire des Conciles*. Paris: PUF.
- MIROT, Léon. 1897. “Les rapports financiers de Grégoire XI et du duc d'Anjou”. *Mélanges d'archéologie et d'histoire* 17/1, p. 113-144.
- MIROT, León; DÉPREZ, Eugène. 1899. “Les ambassades anglaises pendant la guerre de Cent Ans. Catalogue chronologique (1327-1450) (suite)”. *Bibliothèque de l'École des Chartes* 60/1, p. 177-214.
- MOITA, Irisalva. 1970. “Noticiário arqueológico e artístico (2)”. *Revista Municipal*. Lisboa, 31, p. 124-125.
- MOLLAT, Guillaume. 1964. “Grégoire XI et la Péninsule Ibérique”. *Journal des Savants* 1964/4, p. 255-260.
- MONTEIRO, Fernando M. Moreira de Sá. 2000. “Sás: as origens e a ascensão de uma linhagem”. *Revista de Genealogia & Heráldica* 3, p. 73-154.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. 2003a. *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*. 2.^a edição revista. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. 2003b. *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais – ICS.
- MONTEIRO, Paulo; SERRA, Madalena. 2012. “Lampasso medieval: estudos e conservação de fragmentos têxteis pertencentes ao túmulo do arcebispo D. Gonçalo Pereira”. in *Actas do I Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauro*. Ed. Gonçalo Vasconcelos e SOUSA e Eduarda VIEIRA. Porto: Escola das Artes – Universidade Católica Portuguesa, p. 63-67.
- MORATO, Francisco Manoel Trigoso d'Aragão. 1843. “Memória sobre os secretários dos reis e regentes de Portugal desde os antigos tempos da monarquia até à aclamação d'El Rei D. João IV”. in *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. 2.^a série, tomo I, parte I. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, p. 27-79.
- MOREAU, Edoard de. 1947. “Les familiers des ducs de Bourgogne dans les canonicats des anciens Pays-Bas”. in *Miscellanea Historica in honorem Leonis van der Essen Universitatis*

- Catholicae in oppido Lovaniensi iam annos XXXV professoris*. Brussel-Parijs: Editions Universitaires, pp. 429-437.
- MOREIRA, António Montes. 1967. “Dois textos mariológicos de Potâmio de Lisboa”. *Itinerarium* 13, p. 457-464 (= “Textus mariologici Potamii Olisiponensis”. in *De primordiis cultus mariani*. Tomo III. Roma: Pontificia Academia Mariana Internationalis, 1970, p. 205-211).
- MOREIRA, António Montes. 1969. *Potamius de Lisbonne et la controverse arienne*. Louvain: Bibliothèque de l’Université.
- MOREIRA, António Montes. 1975. “Le retour de Potamius de Lisbonne à l’orthodoxie nicéenne”. *Didaskalia* 5, p. 303-354.
- MOREIRA, António Montes. 2012. “Meio século de investigação sobre Potâmio de Lisboa”. *Itinerarium* 58, p. 591-612 (= Prefácio de *POTÂMIO: OBRAS*. 2012).
- MOREIRA, Rafael. 2005. “História de uma coleção”. in *Tapeçarias Flamengas do Museu de Lamego*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 149-171.
- MOREIRA, Rafael. 2014. “Alberti et Francisco de Melo. Renaissance Cartographique et Architecturale au Portugal”. *Albertiana* 17, p. 23-51.
- MOREMBERT, T. de. 1981. “GARDE (Étienne de La), archevêque d’Arles” e “GARDE (Guillaume de La), archevêque d’Arles”. in *Dictionnaire d’Histoire et de Géographie Ecclesiastiques*. Dir. R. AUBERT, t. XIX. Paris: Letouzey et Ané, col. 1228.
- MORENO, Humberto Baquero. 1979-1980. *A Batalha de Alfarrobeira, antecedentes e significado histórico*. Vol. 1 e 2. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- MORENO, Humberto Baquero. 1997. “O Infante D. Pedro e o Ducado de Coimbra”. in *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra: Itinerários e E Ensaios Históricos*, Porto: Universidade Portucalense, p. 25-54.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa. 2009. “Bispos em tempo de guerra: os prelados de Coimbra na segunda metade do século xiv”. in *A Guerra e a Sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. 6 a 8 de Novembro de 2008. Actas*. Coord. de Maria Helena da Cruz COELHO, Saul António GOMES e António Manuel Ribeiro REBELO. Vol. I. Torres Novas: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais – Sociedad Española de Estudios Medievales, p. 539-550.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa. 2010. *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: FCT/FCG.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa. 2012. “A sigilografia portuguesa em tempos de D. Afonso Henriques”. *Medievalista* 11. Disponível em <https://medievalista.revues.org/744>.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa. 2015. “SIGILLVM: corpus dos selos portugueses”. *INVENIRE, Revista de Bens Culturais da Igreja* 11, p. 72-73.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa. 2016. “The SIGILLVM project – the Portuguese sigillographic heritage in the light of a project’s results”. in *Heritage 2016. Proceedings of the 5th International Conference on Heritage and Sustainable Development*. Ed. R. AMOÊDA, S. LIRA, C. PINHEIRO. Vol. I. Barcelos: Green Lines Institute, p. 957-965.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; LIRA, Sérgio; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; PINTO, Pedro. 2014. “The Portuguese sigillographic heritage: SIGILLVM, a new research project on a remarkable and mostly neglected heritage”. in *Heritage 2014. Proceedings of the 4th International Conference on Heritage and Sustainable Development*. Ed. R. AMOÊDA, S. LIRA, C. PINHEIRO. Barcelos: Green Lines Institute, p. 583-590.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa. 2014. “O selo: símbolo de representação e de poder no mundo das catedrais portuguesas”. in *O clero*

- secular e as suas catedrais: novas perspectivas e abordagens*. Coord. Anísio Miguel de Sousa SARAIVA e Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO. Lisboa: CEHR-UCP, p. 205-264.
- MOSTI, Renzo. 1984. “L’assalto del comune di Tivoli ai «castra» dell’abbazia di S. Paolo in una fonte notarile del 1367-68”. in *Atti e memorie della Società tiburtina di storia e d’arte* 57, p.115-162.
- MOTA, Isabel Ferreira da. 2009. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva.
- MOTA, Salvado. 1929. *Alpedrinhenses ilustres*. Alpedrinha: Ed. do Autor.
- MOULIN, Leo. 2013. *La vie des étudiants au Moyen Âge*. Paris: Albin Michel.
- MUNIER, Charles. 1987. *Vie conciliaire et collections canoniques en Occident, IV-XII^e siècles*. London: Variorum reprints.
- MURR, Christoph Gottlieb von. 1803. “Anhäng zur Geschichte der Tempelherren in Spanien und Portugal”. in *Üeber den wahren Ursprung der Rosen-Kreuzer und des Freymaurerordens: Nebst einem Anhang zur Geschichte der Tempelherren*. Sulzbach: Iohan Esaias Seidel, p. 109-158
- NASCIMENTO, Aires Augusto do. 1999. “O Scriptorium medieval, instituição matriz do livro ocidental”. in *A iluminura em Portugal: identidade e influências (do século X ao XVI): catálogo da exposição*. Coord. Maria Adelaide MIRANDA. Vol. I. Lisboa: Biblioteca Nacional, p. 51-109.
- NASCIMENTO, Aires Augusto do. 2012. “A *Vita Christi* de Ludolfo da Saxónia, em português: percursos da tradução e seu presumível responsável”. in *Ler Contra o Tempo: condições dos textos na cultura portuguesa (recolha de estudos em Hora de Vésperas)*. Vol. II. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, p. 823-841.
- NICOLET, F. 1913. “Histoire de l’Enseignement Secondaire en Provence: l’École centrale des Bouches-du-Rhone (1798-1802) (suite)”. *Annales de Provence* 10/2, p. 5-37.
- NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da. 1971. *Pedras de armas e armas tumulares do Distrito de Braga*. Braga: Junta Distrital de Braga.
- NORTE, Armando José Gomes. 2013a. “Lentes, escolares e letrados: das origens do Estudo Geral ao final do século XIV”. in *A Universidade medieval em Lisboa (séculos XIII-XVI)*. Coord. Hermenegildo FERNANDES. Lisboa: Tinta da China, p. 89-148.
- NORTE, Armando José Gomes. 2013b. *Letrados e Cultura Letrada em Portugal (séculos XII e XIII)*. Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- NORTE, Armando José Gomes. 2013c. “Processos de institucionalização do Estudo Geral português”. in *A universidade medieval em Lisboa: séculos XIII-XVI*. Coord. Hermenegildo FERNANDES. Lisboa: Tinta-da-China, p. 149-186.
- NORTE, Armando José Gomes. 2015. “Vestígios da cultura na antecâmara da morte: o caso das livrarias de mão do clero medieval português nos testamentos catedráticos”. in *O clero secular medieval e as suas catedrais: novas perspectivas e abordagens*. Coord. Anísio SARAIVA e Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO. Lisboa: CEHR, p. 439-500.
- NUNES, João Rocha. 2010. *A reforma católica na diocese de Viseu (1553-1639)*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- OLIVA, Anna Maria. 2006. “Breve nota su Jorge da Costa, fratello del cardinale lusitano”. *RR. Roma nel rinascimento. Bibliografia e note*. 2006, p. 75-86.
- OLIVA, Anna Maria. 2008. “Il cardinale portoghese Jorge da Costa ed il suo radicamento a Roma”. in *Scritti per Isa. Raccolta di studi offerti a Isa Lori Sanfilippo*. Ed. Antonella MAZZON. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, p. 699-726.

- OLIVA, Anna Maria. 2012. “I fratelli da Costa tra Italia e Portogallo. Incunaboli ed arredi sacri dall’Italia e da Roma alla sede arcivescovile di Braga”. in *Roma e il Papato nel medioevo. Studi in onore di Massimo Miglio*. Ed. Amadeo de VINCENZIIS. Vol. I: *Percezioni, Scambi, Pratiche*. Roma: Istituto Storico per il Medio Evo, p. 525-537.
- OLIVAL, Fernanda. 2001. *As ordens militares e o estado moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar.
- OLIVAL, Fernanda. 2008. *D. Filipe II: de cognome «o Pio»*. Lisboa: Temas e Debates.
- OLIVAL, Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. 2003. “Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820)”. *Análise Social* XXXVII/165, p. 1213-1239.
- OLIVEIRA, Luis Filipe. 1994a. “As Residências dos Coutinho na região de Lamego (séculos xiv-xv)”. in *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (20, 21, 22 Maio 1993)*, vol. II. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 299-308.
- OLIVEIRA, Luís Filipe. 1999. *A Casa dos Coutinhos: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*. Cascais: Patrimonia.
- OLIVEIRA, Luis Filipe. 2009. *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*. Faro: Universidade do Algarve.
- OLIVEIRA, Miguel de. 1958. *História Eclesiástica de Portugal*. 3.^a ed. Lisboa: União Gráfica.
- OLIVEIRA, Miguel de. 1994b. *História Eclesiástica de Portugal*. 5.^a ed., com breve actualização do Pe. Artur Roque de Almeida. Lisboa: Publicações Europa-América.
- OLIVEIRA, Manuel Alves de. 1978. *História da Real Colegiada de Guimarães*. Guimarães: Gráfica da Livraria Cruz.
- OLIVERA SERRANO, César. 2005. *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avis Trastámara*. Santiago de Compostela: CSIC – Xunta de Galicia – Instituto de Estudios Gallegos “Padre Sarmiento”.
- O'REILLY, Patrice-John. 1840. *Essai sur l'Histoire de la ville et de l'arrondissement de Bazas depuis la conquête des romains dans la Novempopulanie jusqu'à la fin du 18^e siècle*. Bazas: De l'Imprimerie de Labarrière.
- ORLANDIS, José. 1987. *Historia de España: Época visigoda (409-711)*. Madrid: Editorial Gredos.
- ORLANDIS, José. 1992. “Le royaume wisigothique et son unité religieuse”. In *L'Europe héritière de l'Espagne wisigothique*. Madrid: Casa de Velázquez, p. 9-16.
- ORLANDIS, José; RAMOS-LISSÓN, Domingo. 1986. *Historia de los concilios de la España Romana y Visigoda*. Pamplona: Universidad de Navarra.
- PAGNONI, Fabrizio. 2013-2014. *L'episcopato di Brescia nel tardo medioevo. Sistema documentário, articolazione istituzionale, vicende politiche e patrimonial*. Tese de Doutoramento, Università degli Studi di Milano.
- PAIVA, José Pedro. 2000a. “Constituições Diocesanas”. in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos A. Moreira AZEVEDO, tomo C-I. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 9-15.
- PAIVA, José Pedro. 2000b. “Igreja e Estado II. Época Moderna”. in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos A. Moreira AZEVEDO, tomo C-I. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 393-400.
- PAIVA, José Pedro. 2000c. “A Igreja e o poder”, “Dioceses e organização eclesiástica”, “Os mentores”. in *História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos A. Moreira AZEVEDO. Vol. II: *Humanismos e Reformas*. Coord. João Francisco MARQUES e António Camões GOUVEIA. Lisboa, Círculo dos Leitores, p. 135-185, 187-199, 201-237.
- PAIVA, José Pedro. 2001. “D. Fr. Luís da Silva e a gestão dos bens de uma mitra. O caso da diocese de Lamego (1677-85)”. in *Estudos de homenagem a João Francisco Marques*. Coord.

- Luís A. Oliveira RAMOS, Jorge Martins RIBEIRO e Amélia POLÓNIA. Vol. II. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 245-255.
- PAIVA, José Pedro. 2003. “Os bispos e a Inquisição portuguesa (1536-1613)”. *Lusitania Sacra* 2.^a série, 15, p. 43-76.
- PAIVA, José Pedro. 2005. “Definir uma elite de poder: os bispos em Portugal (1495-1777)”. in *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Org. Nuno MONTEIRO, Pedro CARDIM e Mafalda Soares da CUNHA. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 47-64.
- PAIVA, José Pedro. 2006. *Os Bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- PAIVA, José Pedro. 2007a. “Bispos, imprensa, livro e censura no Portugal de Quinhentos”. *Revista de História das Ideias* 28, p. 687-737.
- PAIVA, José Pedro. 2007b. “Um príncipe na diocese de Évora: o governo episcopal do cardeal infante D. Afonso (1523-1540)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 7, p. 127-174.
- PAIVA, José Pedro. 2011. *Baluartes da fé e da disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- PAIVA, José Pedro. 2013a. – “O episcopado lamacense desde D. João Madureira (1502) a D. Miguel de Portugal (1644)”. in *Espaço, poder e memória: A Catedral de Lamego, sécs. XII a XX*. Coord. Anísio Miguel de Sousa SARAIVA. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da UCP, p. 81-103.
- PAIVA, José Pedro. 2013b. *Un episcopato vigile. Portogallo, secoli XVI-XVIII*. Lecce: Edizioni Grifo.
- PAIVA, José Pedro. 2016a. “O episcopado”, “As estruturas do governo diocesano”. in *História da Diocese de Viseu*. Coord. José Pedro PAIVA. Vol. 2: 1505-1819. Viseu: Diocese de Viseu e Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 161-205, 206-224.
- PAIVA, José Pedro, 2016b, “O episcopado”, “A acção dos bispos e os outros poderes”. in *História da Diocese de Viseu*. Coord. José Pedro PAIVA. Vol. 3: 1820-1974. Viseu: Diocese de Viseu e Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 161-205, 319-479.
- PALOMO, Federico. 2006. *A Contra-Reforma em Portugal, 1540-1700*. Lisboa: Livros Horizonte.
- PALOMO, Federico. 2009. “Una bibliografía imperfecta o el análisis fragmentario a treinta años de estudios sobre historia religiosa de la Península Ibérica en los siglos XVI-XVIII”. *Lusitania Sacra* 2.^a série, 21, p. 173-235.
- PAPON, Jean Pierre. 1777. *Histoire générale de Provence, dédiée aux états*, tomo III. Paris, chez Moutard.
- PARDAL, Rute Maria Lopes. 2007. *As elites de Évora ao tempo da dominação filipina: estratégias de controlo do poder local (1580-1640)*. Lisboa: Edições Colibri – CIDEHUS.
- PASTOUREAU, Michel. 1993. *Traité d'Héraldique*. Paris: Bordas.
- PATORNILHO, Daniela, PEREIRA, Sofia Silva. 2013. *Elemento pético da Fundação Ricardo Espírito Santo da Silva* (inédito).
- PAULET, Abbé Louis. 1910. *La Primatiale ou Monographie historique et descriptive de la Basilique Saint-Trophime d'Arles*. Bergerac: Imprimerie générale du Sud-Ouest.
- PAYAN, Paul. 2009. *Entre Rome et Avignon une histoire du Grand Schisme (1378-1417)*. Paris: Flammarion.
- PAZOS, Antón M. (ed.). 1995. *La historia religiosa en Europa: siglos XIX-XX*. Pamplona: Ediciones de Historia.
- PEIXOTO, Eduardo de Melo. 1998. “O Cisma do Ocidente e a posição do Arcebispo D. Lourenço Vicente”. *Theologica* 33/2, p. 327-340.

- PÉLISSIER, Antoine. 1951. *Clément VI le Magnifique. Premier pape limousin (1342-1352)*. Corrèze: Imprimerie Catholique.
- PÉLISSIER, León. 1894. "Notes et extraits de quelques manuscrits de la bibliothèque Méjanes". *Revue des bibliothèques* 4, p. 241-370.
- PEREIRA, Gonçalo. 2016. "Crónicas do castelo". in *National Geographic Portugal* (Janeiro de 2016), p. 20-31.
- PEREIRA, Isaías da Rosa. 1961. "Sínodos da Diocese de Lisboa. Notas históricas". *Lumen* 25, p. 385-398.
- PEREIRA, Isaías da Rosa. 1964. "Livro dos Estilos da Cúria de Lisboa". *Lumen* 28, p. 825-833.
- PEREIRA, Isaías da Rosa. 1964-1966. "Livros de Direito na Idade Média. I.". *Lusitania Sacra* 1.^a série, 7, p. 7-60.
- PEREIRA, Isaías da Rosa. 1965. "Os livros das visitas paroquiais". in *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros, Coimbra, 1963 – Actas*. Vol. 2. Coimbra: Gráfica de Coimbra, p. 475-484.
- PEREIRA, Isaías da Rosa. 1970-1971. "Inventário provisório do Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa". *Lusitania Sacra* 1.^a série, 9, p. 311-385.
- PEREIRA, Isaías da Rosa. 1971. "Sínodo diocesano de Évora em 1534". *Anais – Academia Portuguesa de História* 2.^a série, 20, p. 169-232.
- PEREIRA, Isaías da Rosa. 1972. "Estatutos do cabido da Sé de Évora (1200-1356)". *Anais da Academia Portuguesa de História* 2.^a série, 21, p. 513-620.
- PEREIRA, Isaías da Rosa. 1973. "L'Officialité diocésaine de Lisbonne au XVI^e siècle". *Année Canonique* 17, p. 805-815.
- PEREIRA, Isaías da Rosa. 1976. *Subsídios para a história da inquisição em Portugal no século XVI*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- PEREIRA, Isaías da Rosa. 1984. "O desacato na Capela Real em 1552 e o processo do calvinista inglês perante o ordinário de Lisboa". *Anais – Academia Portuguesa de História* 2.^a série, 29, p. 595-623.
- PEREIRA, Isaías da Rosa. 1985. "No 4.^o centenário da morte de D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa". *Anais – Academia Portuguesa de História* 2.^a série, 30, p. 269-326.
- PEREIRA, Isaías da Rosa. 1993. *A Inquisição em Portugal: séculos XVI-XVII – período filipino*. Lisboa: Vega.
- PEREIRA, Isaías da Rosa. 1994a. "Arquivo da Cúria Patriarcal". in *Dicionário da História de Lisboa*. Dir. de Francisco SANTANA e Eduardo SUCENA. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, p. 83-84.
- PEREIRA, Isaías da Rosa. 1994b. "Bispos, Arcebispos e Patriarcas". in *Dicionário da História de Lisboa*. Dir. de Francisco SANTANA e Eduardo SUCENA. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, p. 169-177.
- PEREIRA, Maria Teresa Lopes. 2015. *Os Cavaleiros de Santiago em Alcácer do Sal, Século XII a fins do Século XV*. Lisboa: Edições Colibri.
- PERES, Damião; CERDEIRA, Eleutério (dir.). 1928-1974. *História de Portugal*. Porto-Barcelos: Portucalense Editora, 10 vols.
- PÉREZ MARTÍN, Antonio. 1998. *Espanoles en el Alma Mater Studiorum. Profesores hispanos en Bolonia (de fines del siglo XII a 1799)*. Murcia – Salamanca: Instituto de Derecho Común Europeo/Universidad de Murcia – Centro de Historia Universitaria Alfonso IX/Universidad de Salamanca.
- PERROY, Edouard. 1933. *L'Angleterre et le Grand Schisme d'Occident. Étude sur la politique religieuse de l'Angleterre sous Richard II (1378-1399)*. Paris: J. Monnier.

- PERROY, Edouard. 1949. “Louis de Male et les négociations de paix franco-anglaise”. *Revue belge de philologie et d'histoire* 27/1, p. 138-150.
- PETERS, Edward. 1970. *The Shadow King. Rex inutilis in Medieval Law and Literature, 715-1327*. New Haven and London: Yale University Press.
- PICARD, Christophe. 1997. *L'océan atlantique musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade*. Paris: Maisonneuve & Larose.
- PICARD, Christophe. 2000. “Les chrétiens mozarabes: encadrement religieux et déclin. L'exemple du Gharb al-Andalus”. *Mutations d'identités en Méditerranée*. Paris: Bouchene, p. 97-110.
- PICARD, Christophe. 2001. “Les mozarabes de Lisbonne: le problème de l'assimilation et des la conversion des chrétiens sous domination musulmane à la lumière de l'exemple de Lisbonne”. *Arqueologia Medieval* 7, p. 89-94.
- PICARD, Christophe. 2005. “Les Marches du Gharb al-Andalus à l'époque omeyyade d'après le *Muqtabis* d'Ibn Hayyân (IX^e-X^e siècle)”. in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*. Coord. Mário BARROCA e Isabel Cristina FERNANDES. Palmela: Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 71-76.
- PICOITO, Pedro. 2008. “A trasladação de S. Vicente. Consenso e conflito na Lisboa do século XII”. *Medievalista online* 4. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA4/medievalista-picoito.htm>
- PINA, Maria Isabel Pessoa Castro. 2011. *Os Lóios em Portugal: origens e primórdios da Congregação dos Cônegos Seculares de São João Evangelista*. Tese de Doutoramento em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- PINHO, Sebastião Tavares de. 2002. “André de Resende e o cardeal-infante D. Afonso: quatro cartas inéditas da sua correspondência latina”. *Humanitas* 54, 2002, p. 289-317.
- PINHO, Sebastião Tavares de. 2006a. “Aires Barbosa, pedadogo e poeta”. in *Humanismo em Portugal. Estudos*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 97-114.
- PINHO, Sebastião Tavares de. 2006b. “André de Resende e o cardeal-infante D. Afonso: em torno do sermão pregado no Sínodo de Évora em 1534”, in *Humanismo em Portugal. Estudos*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 153-182.
- PINHO, Sebastião Tavares de. 2006c. “O cardeal-infante D. Afonso, prelado e mecenas do humanismo português”. *Eborensia* XCI/38, p. 36-41.
- PINTO, Pedro. 2014-2015. “Documentação avulsa medieval e moderna do Arquivo Histórico Municipal de Santarém – primeira parte (D. Afonso III a D. João III)”. in *Mátria Digital* 2 (Nov. 2014-Out. 2015), p. 1-40 [<http://matriadigital.cm-santarem.pt/index.php/arquivo>].
- PINTO, Segismundo; OLIVEIRA, Lina Maria Marrafa de. 2005. “Peças de interesse heráldico”. in *Construindo a Memória. As coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Ed. José Morais ARNAUD e Carla Varela FERNANDES. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 382-407.
- PIO, Berardo. 2002. “La propaganda política nel contenzioso tra Bonifacio VIII e i Colonna”. in *La propaganda politica nel basso medioevo. Atti del XXXVIII Convegno storico internazionale. Todì, 14-17 ottobre 2001*. Spoleto: Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, p. 261-287.
- PIRES, Maria Fernanda de Matos. 1967. *Documentos arqueológicos para a história das origens do Cristianismo em Portugal*. Tese de licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. 1999. *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 vols. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família – Universidade Moderna.

- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. 2005. *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. 2008. *D. Dinis*. Lisboa: Temas e Debates.
- POLICARPO, António Jorge Rosado dos Santos. 2011. *Disputa de jurisdições: o Bispo, o Concelho e o Rei (Inquirição dos lugares de Sto. António e Estrada e da vila de Alhandra, 1332/33)*. Tese de Mestrado, Universidade Aberta.
- POLÓNIA, Amélia. 1989. *O Cardeal Infante D. Henrique, arcebispo de Évora. Um prelado no limiar da viragem tridentina*. Tese para prestação de provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- POLÓNIA, Amélia. 1990. “Recepção do Concílio de Trento em Portugal: as normas enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos Bispos do Reino, em 1553”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, História*. 2.^a série, 7, p. 133-143.
- POLÓNIA, Amélia. 1993. “Formação Académica e Vida Quotidiana dos Estudantes da Universidade de Évora nos primórdios da sua fundação. Uma Leitura Contextual”. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto. 2.^a série, 10, p. 137-175.
- POLÓNIA, Amélia. 2004a. “A actuação assistencial do Cardeal Infante D. Henrique. Linhas de um modelo de actuação pastoral”. in *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*. Dir. Laurinda ABREU. Lisboa: Ed. Colibri-CIDHEUS, p. 135-154.
- POLÓNIA, Amélia. 2004b. *O Cardeal Infante D. Henrique, arcebispo de Évora: um prelado no limiar da viragem tridentina*. Porto: Edição de Autor.
- POLÓNIA, Amélia. 2005. *D. Henrique. O Cardeal-Rei*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- POLÓNIA, Amélia. 2008. “O Cardeal Infante D. Henrique. Interações institucionais e espirituais com o universo dominicano”. in *Os Dominicanos em Portugal*. Lisboa- Porto: ISTA / Centro de Estudos de História da Espiritualidade, p. 171-190.
- POLÓNIA, Amélia. 2009. *D. Henrique. O Cardeal-Rei*. Lisboa: Temas e Debates.
- POLÓNIA, Amélia. 2012. “A fundação da Universidade de Évora em análise contextual. A Universidade ao serviço de um projecto pastoral e pedagógico”. in *Universidade de Évora (1559-2009). 450 anos de modernidade educativa*. Coord. Sara Marques PEREIRA e Francisco Lourenço VAZ. [s.l.]: Chiado Editora, p. 81-100.
- POULBRIÈRE, Jean-Baptiste. 1891. “Titres et documents”, *Bulletin de la Société des Lettres, Sciences et Arts de la Corrèze* 13, p. 543-546.
- PRADALIÉ, Gerard. 1975. *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa: Palas Editora.
- PRADALIÉ, Gérard. 1992. *O Convento de S. Francisco de Santarém*. 2.^a ed. Santarém: Câmara Municipal de Santarém.
- PRIETZEL, Malte. 2001. *Guillaume Fillastre der Jüngere (1400/071473). Kirchenfürst und Herzoglich-Burgundischer Rat*. Stuttgart: Thorbecke.
- PULIDO SERRANO, Juan I. 2006. “Las negociaciones con los cristianos nuevos en tiempos de Felipe III a la luz de algunos documentos inéditos (1598-1607)”. *Sefarad* 66/2, p. 345-376.
- QUINA, Maria Antónia. 2005. “O núcleo de tapeçarias flamengas do Museu de Lamego”. in *Tapeçarias Flamengas do Museu de Lamego*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 11-23.
- R. P. 1865. *David, en Limousin, seigneurs de Rochebrune, Ventoux ou Vanteaux, Droisy... connus sous les dénominations de marquis et comtes de Lastours, barons des Etangs, seigneurs de La Vilate, seigneurs de Lascaux et seigneurs de Vanteaux*. Limoges: Imprimerie de Chappoulaud.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira. 1979. *Os legados do Bispo do Porto Dom Rodrigo da Cunha*. Porto. [Porto Médico], Sep. Voz Portucalense, 08/03/1979.

- RAMOS, Manuel. 2009. “Os membros da Geração de Avis: amizades, inimizades e falta de exemplariedade”. in *Symbolon I – Amor e Amizade*. Coord. Belmiro Fernandes PEREIRA e Jorge DESERTO. Porto: FLUP, p. 91-114.
- RAMOS, Manuel. 2015. “O impacto de Alfarrobeira nas relações com o ducado da Borgonha”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História*. 4.^a série, 5, p. 23-36.
- REAL, Manuel Luis. 1995. “Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular”. in *IV Reunión de Arqueología Cristã Hispânica*. Barcelona: Institut d'estudis Catalans – Universitat de Barcelona – Universidade Nova de Lisboa, p. 17-68.
- REAL, Manuel Luís. 1998. “Os Moçárabes do Gharb português”. in *Portugal Islâmico. Catálogo de Exposição*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 35-56.
- REAL, Manuel Luís. 2000. “Portugal: cultura visigoda e cultura moçárabe”. in *Visigodos y Omeyas. Un debate entre la Antigüedad tardía y la alta Edad Media*. Madrid: CSIC, p. 21-75.
- REAL, Manuel Luís. 2014. “Reflexões sobre o moçarabismo no Gharb al-Andaluz: o caso português”. in *O Sudoeste peninsular entre Roma e o Islão*. Ed. Susana GÓMEZ MARTÍNEZ, Santiago MACIAS e Virgílio LOPES. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 245-351.
- REAL, Manuel Luís. 2015. “Os moçárabes entre a convivência e a intolerância: resistências, apostasias, dissimulações e ambiguidades”. in *Cristãos contra Muçulmanos na Idade Média peninsular*. Coord. Carlos de AYALA MARTÍNEZ e Isabel Cristina Ferreira FERNANDES. Lisboa: Colibri e Universidad Autónoma de Madrid, p. 39-73.
- REHBERG, Andreas. 1998-1999. “Familien aus Rom und die Colonna auf dem kurialen Pfündenmarkt (1278-1348/78)”. *Quellen und Forschungen aus italienischen Bibliotheken und Archiven* 78, p. 1-122; 79, p. 99-214.
- REHBERG, Andreas. 1999a. *Die Kanoniker von S. Giovanni in Laterano and S. Maria Maggiore im 14. Jahrhundert Eine Prosopographie*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- REHBERG, Andreas. 1999b. *Kirche und Macht im römischen Teecento. Die Colonna und ihre Klientel auf dem kurialen Pfündenmarkt (1278-1378)*. Rome: Deutschen Historische Instituts im Rom.
- REIFFENBERG, Le Baron de. 1841. *Coup d'œil sur les relations qui ont existé jadis entre la Belgique et le Portugal*, tomo XIV. Bruxelles: Hayez.
- REGO, Rogério da Figuroa. 1966. “O genearca dos Noronhas onde foi sepultado?”. *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-libris* 35, p. 20-35.
- REI, António. 2005. “Ocupação humana no alfoz de Lisboa durante o período islâmico (714-1147)”. in *Nova Lisboa Medieval*. Lisboa: Colibri – Instituto de Estudos Medievais – Núcleo Científico de Estudos Medievais, p. 25-42.
- REI, António. 2007. “Os rostos do poder na Lisboa das Taifas (1009-1093). Novas leituras”. *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*. Ed. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA e João Luís FONTES. Lisboa: Livros Horizonte, p. 60-70.
- RENOUARD, Yves. 1968. “Un Français du Sud-Ouest, évêque de Lisbonne au XIV^e siècle: Thibaud de Castillon (1348-56)”. in *Études d'histoire médiévale*. Paris: S.E.V.P.E.N., p. 1035-1049.
- REPÉRTÓRIO bibliográfico da historiografia portuguesa (1974-1994). 1995. Dir. Maria Helena Cruz Coelho, Maria Manuela Tavares Ribeiro, Joaquim Ramos de Carvalho. Lisboa – Coimbra: Instituto Camões – Faculdade de Letras de Coimbra.
- RESENDE, Nuno. 2007. “A Diocese de Lamego no contexto do património religioso e cultural português”. *Douro. Estudos e Documentos* 22, p. 145-184.

- RIBEIRO, João Pedro. 1798. *Observações históricas e críticas para servirem de memorias ao systema da diplomática portuguesa*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências.
- RIBEIRO, João Pedro. 1896. *Dissertações Chronologicas e Criticas*. Tomo V. Lisboa: Academia Real da Sciencias de Lisboa.
- RIBEIRO, José Cardim. 1994. “*Felicitas Iulia Olisipo*. Algumas considerações em torno do catálogo *Lisboa subterrânea*”. *AlMadam* 3, p. 75-95.
- RIBEIRO, Luís Mário Araújo. 2009. *A transição do senhorio episcopal portugalense para a Coroa em 1406*. Tese de Mestrado em História Medieval e do Renascimento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- RICHARDSON, Carol M. 2009. *Reclaiming Rome: Cardinals in the Fifteenth Century*. Leiden: Brill.
- RIVERA RÉCIO, Juan Francisco. 1988. “Gundemar (Décret de)”. in *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques*. Vol. 22. Paris: Letouzey et Ané, col. 1165-1167.
- RODRIGUES, Ana Maria Seabra de Almeida. 1995. *Torres Vedras a Vila e o termo nos finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gubenkian – JNICT.
- RODRIGUES, Ana Maria Seabra de Almeida. 2000. “Patrimónios, direitos e rendimentos eclesiásticos”. In *História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos A. Moreira AZEVEDO. Vol. I: *Formação e limites da cristandade*, coord. Ana Maria JORGE e Ana Maria S. A. RODRIGUES. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 261-302.
- RODRIGUES, Ana Maria Seabra de Almeida. [et al.]. 2005. *Os Capitulares Bracaraenses (1245-1374): Notícias Biográficas*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.
- RODRIGUES, Ana Maria Seabra de Almeida. 2012. *As Tristes Rainhas. Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- “RODRIGUES, D. LOURENÇO”. in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXV. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., 1945, p. 935.
- RODRIGUES, Francisco. 1931-1950. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Vols. I e II. Porto: Apostolado da Imprensa.
- RODRIGUES, José Maria. 1892-1893. *Nota sobre a necessidade de nos Arquivos do Vaticano se fazerem investigações concernentes à História de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1892 [e *O Instituto* 40 (1893), p. 310-317].
- RODRIGUES, Manuel Augusto. 1990. *A universidade de Coimbra e os seus reitores. Para uma história da instituição*. Coimbra: Arquivo da Universidade.
- ROGIER, L.-J. [et al.] (dir.). 1963-1975. *Nouvelle Histoire de l'Église*. Paris: Ed. du Seuil, 5 vols.
- ROLO, Raul de Almeida. 1964. *O bispo e a sua missão pastoral, segundo D. Frei. Bartolomeu dos Mártires*. Porto: Movimento Bartolomeano.
- ROLO, Raul de Almeida. 1977. *Formação e vida intelectual de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Porto: Movimento Bartolomeano.
- ROMANI, Valentino. 1983. “Per la biblioteca romana del cardinale Jorge da Costa”. *Accademie e Biblioteche d'Italia* 3, p. 236-240.
- ROSA, Maria de Lurdes. 1993a. “Notícias sobre fundos do Archivo Segreto Vaticano com interesse para a história medieval de Portugal”. *Lusitania Sacra* 2^o série, 5, p. 379-390.
- ROSA, Maria de Lurdes. 1993b. – “«S. Antonio dei Portoghesi»: Elementos para a história do hospital nacional português em Roma (sécs. XIV-XX)”. *Lusitania Sacra* 2.^a serie, 5, p. 319-378.
- ROSA, Maria de Lurdes. 1997. “Cultura jurídica e poder social. A estruturação linhagística da nobreza portuguesa pela manipulação dos impedimentos canónicos de parentesco (1455-1520)”. *Revista de História das Ideias* 19, p. 229-308.

- ROSA, Maria de Lurdes. 2009 – “Em torno de Álvaro Vaz, cavaleiro de Santiago (m. 1513): um estudo das formas de estruturação das elites sociais «intermédias»”. in *As ordens militares e as ordens de cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares, 15 a 18 de Fevereiro de 2006*. Coord. Isabel Cristina F. FERNANDES. Palmela: Câmara Municipal / GEOS, p. 187-245.
- ROSA, Maria de Lurdes. 2012. *As Almas Herdeiras. Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal 1400-1521)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- ROSA, Maria de Lurdes (dir.). 2013. *D. Álvaro da Costa e a sua descendência, sécs. XV-XVII: poder, arte e devoção*. Lisboa: IEM/CHAM/Caminhos Romanos.
- RUSSELL, Peter Edward. 1951. “Fernão Lopes e o Tratado de Santarém”. *Revista Portuguesa de História* 5, p. 455-473.
- RUSSELL, Peter Edward. 1959. “The *Memorias* of Fernán Álvarez de Albornoz, archbishop of Seville, 1371-1380”. in *Hispanic Studies in Honour of I. González Lluberias*. Ed. Frank PIERCE. Oxford: Dolphin, p. 319-330.
- RUSSELL, Peter Edward. 2000. *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*. Tradução de Maria RAMOS e revisão de João Gouveia MONTEIRO. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SÁ, Artur Moreira de. 1966-1968. *Primórdios da Cultura Portuguesa*. Vols. I-II. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de. 2008. *Tabelionato e Instrumento Público em Portugal. Gênese e Implantação (1212-1279)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- SALTET, Louis. 1906. “Fraudes littéraires des schismatiques lucifériens aux IV^e et V^e siècles”. *Bulletin de littérature ecclésiastique* 8, p. 300-326.
- SAMEIRO, Pedro de Sá Alves. 1986. “L’héraldique ecclésiastique au Portugal”. in *Genealogica & Heraldica. Report of the 16th International Congress of Genealogical and Heraldic Sciences*. Helsinki: The Finnish National Committee for Genealogy and Heraldry, p. 466-478.
- SANCHEZ HERRERO, José. 1984. “Centros de enseñanza y estudiantes de Sevilla durante los siglos XIII al XV”. in *La España Medieval* 4, p. 875-898.
- SÁNCHEZ HERRERO, José. 2002. “La Iglesia de Sevilla durante los siglos bajomedievales (1248-1474)”. in *Historia de las diócesis españolas*. Coord. José SÁNCHEZ HERRERO. Vol. X: *Iglesias de Sevilla, Huelva, Jerez, Cádiz, Ceuta*. Madrid: B.A.C., p. 59-130.
- SÁNCHEZ SESA, Rafael. 1991. “Don Pedro Tenorio (c. 1328-1399). Aproximación a la vinculación eclesiástica, familiar y política de un arzobispo toledano al Reino de Portugal”. *História. Revista da Faculdade de Letras*. Porto. 2.^a série, 8, p. 1479-1492.
- SÁNCHEZ SESA, Rafael. 1999. “Obispos procedentes de Castilla y proyectos de reforma en la sede de Coimbra (1358-1407)”. *Hispania Sacra* 51, p. 753-784.
- SÁNCHEZ SESA, Rafael. 2004. “Santiago contra São Jorge: cisma, religión y propaganda en las guerras castellano-portuguesas de la baja Edad media”. *Hispania Sacra* 56, p. 447-464.
- SANS I TRAVÉ, Josep Maria. 1996. “L’inedito processo dei Templari in Castiglia (Medina del Campo, 27 aprile 1310)”. in *Aciri 1291. La fine della presenza degli ordini militari in Terra Santa e i nuovi orientamenti nel XIV secolo*. Ed. Francesco TOMMASI. Perugia: Quattroemme, p. 249-264.
- SANTAGATA, Marco. 1988. *Petrarca e i Colonna: sui destinatari di R. v.f., 7, 10, 28 e 40*. Lucca: Maria Pacini Fazzi.

- SANTOS, Ana Paula Pratas Figueira. 2000. *A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra. (Da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel)*. Tese de Mestrado em História da Idade Média, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2 vols.
- SANTOS, Josival Nascimento dos. 2010a. *A relação entre D. João de Melo, bispo de Coimbra (1684-1704), e a Inquisição*. Tese de mestrado em História Moderna: poderes, ideias e instituições, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- SANTOS, Josival Nascimento dos. 2015a. *D. João de Melo bispo de Elvas, Viseu e Coimbra (1670-1704)*. Tese de doutoramento em Altos Estudos em História, no ramo de Época Moderna, Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- SANTOS, Maria Alice Pereira. 2015b. *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*. Tese de Doutoramento em História Medieval, Universidade Aberta.
- SANTOS, Matilde Mendonça dos. 2010b. *Os bispos e o Tribunal do Santo Ofício no arquipélago de Cabo Verde: 1538-1646*. Tese de mestrado em História Moderna: Poderes, Ideias e Instituições, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- SANTOS, Zulmira C. 2009. “A produção historiográfica portuguesa sobre a História religiosa na época moderna: questões e perspectivas”. *Lusitania Sacra* 2.^a série, 21, p. 249-261.
- SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa. 2001-2002. “O processo de inquirição do espólio de um prelado trecentista: D. Afonso Pires, bispo do Porto (1359-1372†)”. *Lusitania Sacra* 2.^a série, 13-14, p. 197-228.
- SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa. 2003. *A Sé de Lamego na primeira metade do séc. XIV (1296-1349)*. Leiria: Edições Magno.
- SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa. 2005. “O quotidiano da casa de D. Lourenço Rodrigues, bispo de Lisboa (1359-1364†): notas de investigação”. *Lusitania Sacra* 2.^a série, 17, p. 419-438.
- SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa. 2006. “*Clientuli et procuratores* na Avinhão de Clemente VI, segundo as notas de um notário português”. in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Ed. Natália Marinho ALVES, Maria Cristina Almeida CUNHA e Fernanda RIBEIRO. Vol. I. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património e Departamento de História – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 227-244.
- SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; COELHO, Maria Helena da Cruz. 2005. “D. Vasco Martins, vescovo di Oporto e di Lisbonna: una carriera tra Portogallo ed Avignone durante la prima metà del Trecento”. In *Colóquio Internacional “A Igreja e o Clero Português no Contexto Europeu”*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, p. 117-136.
- SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; FERNANDES, Carla Varela; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa. 2014. “Mémoire au-delà de la mort: les évêques portugais et leurs monuments tumulaires au Moyen Âge”. in *L'évêque, l'image et la mort: identité et mémoire au Moyen Âge*. Ed. Nicolas BOCK, Ivan FOLETTI e Michele TOMASI. Roma: Viella, p. 141-189.
- SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa. 2012. “Sigilografia e heráldica eclesiástica medieval portuguesa no *Archivo Histórico Nacional de Espanha*”. in *Estudos de Heráldica Medieval*. Coord., Miguel Metelo de SEIXAS e Maria de Lurdes ROSA. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais -Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos – Caminhos Romanos, p. 93-122.
- SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SEIXAS, Miguel Metelo de. 2014. “L'héraldique dans les sceaux du clergé portugais (XIII^e-XV^e siècles)”. in

- Héraldique et numismatique II: Moyen Âge-Temps modernes*. Ed. Yvan LOSKOUTOFF. Le Havre: Presses Universitaires de Rouen et du Havre, p. 153-178.
- SAVORELLI, Alessandro. 2013. “L’araldica per la storia: una fonte ausiliaria?”. in *Nel laboratorio della storia. Una guida alle fonti dell’età moderna*. Ed. Maria Pia PAOLI. Roma: Carocci, p. 289-315.
- SCHAUB, Jean-Frédéric. 2001. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SCUDIERI RUGGIERI, Jole. 1969. “Considerazioni sul latino di Spagna del secolo IV”. *Cultura Neolatina* 29, p. 126-158.
- SEIDLMAYER, Michael. 1940. *Die Anfänge des großen abendländischen Schismas. Studien zur Kirchenpolitik insbesondere der spanischen Staaten und zu den geistigen Kämpfen der Zeit (Spanische Forschungen der Görresgesellschaft)*. Münster: Aschendorff.
- SEIXAS, Miguel Metelo de. 2004. “Os ornamentos exteriores na heráldica eclesiástica como representação da hierarquia da Igreja Católica”. *Lusíada. Revista de Ciência e Cultura. Série de História*. 2/1, p. 55-72.
- SEIXAS, Miguel Metelo de. 2008. “Heráldica eclesiástica na porcelana oriental de importação portuguesa”. in *Portugal na Porcelana da China. 500 Anos de Comércio*. Coord. A. Varela SANTOS. Vol. II. Lisboa: Artemágica, p. 415-480.
- SEIXAS, Miguel Metelo de. 2008-2009. “A pedra de armas de Lázaro Leitão Aranha”. *Olisipo* II/29-30, p. 247-249.
- SEIXAS, Miguel Metelo de. 2012. “Bibliografia de heráldica medieval portuguesa”. in, *Estudos de Heráldica Medieval*. Ed. Miguel Metelo de SEIXAS e Maria de Lourdes ROSA. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais – Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos – Caminhos Romanos, p. 509-558.
- SEIXAS, Miguel Metelo de. 2014. “Heráldica eclesiástica: entre usos concretos e disposições normativas”. in *O Clero Secular Medieval e as suas Catedrais: novas perspectivas e abordagens*. Ed. Maria do Rosário MORUJÃO e Anísio de Sousa SARAIVA. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, p. 297-333.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; COLAÇO, José Estevens. 1994. *As armas do infante D. Pedro e de seus filhos*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo. 2009. “O condestável D. Nun’Álvares e as armas dos Pereiras revisitadas”. in *Olhares de hoje sobre uma vida de ontem. D. Nuno Álvares Pereira: homem, herói e santo*. Dir. Humberto Nuno de OLIVEIRA et al. Lisboa: Universidade Lusíada Editora -Ordem do Carmo em Portugal, p. 205-217.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo. 2011. “A pedra de armas do paço dos alcaides-mores de Óbidos: uma memória heráldica”. in *Casa Nobre – Um património para o futuro*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, p. 125-174.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo. 2013. “«E tragam as armas direitas dos Costas em todos os lugares, e peças». O património armoriado dos Costas: uma estratégia de comunicação?”. in *Dom Álvaro da Costa e a sua descendência, séculos XV-XVII. Poder, arte e devoção*. Coord. Maria de Lurdes ROSA. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais – Centro de História de Além Mar – Caminhos Romanos, p. 319-342.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; PORTUGAL, João António. 2012. “À sombra dos príncipes. A heráldica dos Sousas no mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha”. in *A Capela dos Sousas no Mosteiro da Batalha*. Ed. Pedro REDOL e Saul António GOMES. Batalha: Município da Batalha, p. 27-63.

- SERRA, Joaquim Bastos. 2015. *Governar a cidade e servir o rei. A Oligarquia concelhia de Évora em tempos medievais (1367-1433)*. Tese de Doutoramento, Universidade de Évora.
- SERRA, Susana. 2008. *Castelo de São Jorge. Núcleo Museológico*. Lisboa: EGEAC.
- SERRA DESFILIS, Amadeo. 2006. “El colegio de España en Bolonia y la arquitectura universitaria del primer Renacimiento en Italia y España”. in *España y Bolonia. Siete siglos de relaciones artísticas y culturales*. Dir. José LUIS COLOMER y Amadeo SERRA DESFILIS. Madrid: Centro de Estudios Europa Hispánica, pp. 17-30.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. 1962. *Portugueses no Estudo de Salamanca*, Lisboa: [s.n.].
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. 1963. “Cardeal D. Jaime”. in *Dicionário de História de Portugal*. Dir. Joel SERRÃO, vol. II. Lisboa: Iniciativas Editoriais, p. 573-574.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. 1971. *Les Portugais à l'Université de Montpellier (XII^e-XVII^e Siècles)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1979. *História de Portugal*. Vol. IV. Lisboa: Verbo.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. 1998. “O Tratado de Alcanices visto de Portugal”. in *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das Terras de Riba Côa*. Lisboa: Universidade Católica Editora, p. 31-39.
- SERRÃO, Vítor. 2000. “O bispo D. Fernando Meneses Coutinho, um mecenas do Renascimento na diocese de Lamego”. in *Propaganda e Poder. Congresso Peninsular de História de Arte*. Coord. Ivo de CASTRO, Maria João NETO e Vítor SERRÃO. Lisboa: Colibri, p. 259-283.
- SERRÃO, Vítor. 2001. *A Cripto-História da Arte. Análise de obras de arte inexistentes*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SHWINGES, Rainer Christoph. 1992. “Student education, Student life”. in *A History of the University in Europe*. Ed. Hilde de RIDDER-SYMOENS. Vol. I. *Universities in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 195-243.
- SIDARUS, Adel; REI, António. 2001. “Lisboa e seu termo segundo os geógrafos árabes”. *Arqueologia Medieval* 7, p. 37-77.
- SILVA, Augusto Vieira da. 1936. “Descrição da Sé”. in CASTILHO, Júlio de. *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*. 2.^a ed. Vol. V. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 15-130.
- SILVA, Augusto Vieira. 1943. *As freguesias de Lisboa (estudo histórico)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- SILVA, Augusto Vieira da. 1944. *Epigrafia de Olisipo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- SILVA, Carlos Guardado da. 2008. *Lisboa Medieval. A organização e a estruturação do espaço urbano*. Lisboa: Colibri.
- SILVA, Gonçalo Melo da. 2012a. *Espiritualidade e Poder na Lisboa dos Finais da Idade Média: a Colegiada de São Lourenço e os seus Patronos (1298-1515)*. Tese de Mestrado em História, especialidade História Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- SILVA, Gonçalo Melo da. 2016. “Um prelado em tempos de reformas: o percurso de D. Afonso Nogueira (1399-1464)”. *Lusitania Sacra* 2.^a série, 33, p. 161-202.
- SILVA, Hugo Ribeiro da. 2013a. *O clero catedralício português e os equilíbrios sociais do poder (1564-1670)*. Lisboa: CEHR.
- SILVA, José Custódio Vieira da; RAMÔA, Joana. 2009. “*Sculpto imagine episcopal*: jacentes episcopais em Portugal (séc. XIII-XIV)”. *Revista de História da Arte* 7, p. 95-119.
- SILVA, José Maria da Costa e. 1854. *Ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas portugueses*. Lisboa: na Imprensa Silviana.

- SILVA, José Mattos e; SILVA, António Mattos e. 2013. “Sás e Colonnas: tiveram relações familiares?”. *Lusíada. História* 9-10, p. 63-83.
- SILVA, Manuela Santos. 1987. *Óbidos medieval: estruturas urbanas e administração concelhia*. Tese de Mestrado em História Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- SILVA, Maria João Oliveira. 2013b. *A escrita na catedral: a chancelaria episcopal do Porto na Idade Média*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa.
- SILVA, Paula Oliveira e. 1999. “Potâmio e a controvérsia ariana”. in *História do Pensamento Filosófico Português*. Dir. Pedro CALAFATE, vol. I. Lisboa: Ed. Caminho, p. 43-65.
- SILVA, Rodrigo Banha da. 2012b. “A ocupação do período da dominação islâmica na Praça da Figueira (Lisboa)”. in *Afonso I de Portugal nos 900 anos do seu nascimento*. Coord. Salette SALVADO. Lisboa: Grupo Amigos de Lisboa, p. 137-147.
- SILVA, Rodrigo Banha da; GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela. 2013. “O bairro islâmico da Praça da Figueira (Lisboa)”. in *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular. Encontros e Desencontros*. Ed. Rosa Varela GOMES, Mário Varela GOMES e Catarina TENTE. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências, p. 17-26.
- SIMONE, Gerardo de. 2011. “Melozzo pittore papale. La gloria dell’umana bellezza”. in *Melozzo da Forlì. L’umana bellezza tra Piero della Francesca e Raffaello. Catalogo della mostra (Forlì, Musei S. Domenico, 29 gennaio-12 giugno 2011)*. Ed. Daniele BENATI, Mauro NATALE e Antonio PAOLUCCI. Milano: Cinisello Balsamo, p. 206-227.
- SIMONETTI, Manlio. 1974. “La crisi ariana e l’inizio della riflessione teologica in Spagna”. in *Colloquio italo-spagnolo sul tema: Hispania Romana*. Roma: Accademia Nazionale dei Licei, p. 127-147 (= *Studi di Cristologia postnicena*. Roma: Institutum Patristicum Augustinianum, 2006, p. 209-233).
- SIMONETTI, Manlio. 1975. *La crisi ariana nel IV secolo*. Roma: Institutum Patristicum Augustinianum.
- “SOALHÃES”. In in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. XXIX. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., 1945, p. 299-304
- “SOALHÃES, D. JOÃO MARTINS DE”. In in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. XXIX. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., 1945, p. 304-305.
- SOALHEIRO, João. 2009. “*More Cisterciensis Ordinis*: Acta da visitação de D. Fr. Edme de Saulieu, abade de Claraval, ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (1532)”. in *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Dir. Maria do Rosário Themudo BARATA e Luís KRUS. Lisboa: Caleidoscópio, p. 611-618.
- SOARES, António Franquelim Neiva. 1997. *A arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1500-1700)*. Braga: Bezerra.
- SOARES, Luís Ribeiro. 2000. *Pedro Margalho*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- SOLDANI, María Elisa. 2010. *Uomini d'affari e mercanti toscani nella Barcellona del Quattrocento*. Barcelona: CSIC – Anejos del Anuario de Estudios Medievales.
- SOMMÉ, Monique. 1995. “Les Portugais dans l’entourage de la duchesse de Bourgogne, Isabelle de Portugal (1430-1471)”. *Revue du Nord*, LXXVII/310 (avril-juin), p. 321-343.
- SOMMÉ, Monique. 1996. “Isabelle de Portugal et Bruges: des relations privilégiées”. in *Internationaal Historisch Colloquium Vlaanderen Portugal 15de-18de eeuw Handelingen*. Dir. A. VENDEWALLE. Bruges: Brugge Société d’Émulation, p. 261-279.
- SOMMÉ, Monique. 1998. *Isabelle de Portugal duchesse de Bourgogne, une femme au pouvoir au XV^e siècle*. Villeneuve-d’Ascq: Presses Universitaires du Septentrion.

- SORIANO, Simão José da Luz. 1860. *Revelações da minha vida e memórias de alguns factos e homens meus contemporâneos*. Lisboa: Typ. Universal.
- SOTO CAVA, Victoria et alii. 2016. *Los Realismos en el Arte Barroco*. Madrid: UNED.
- SOTOMAYOR Y MURO, Manuel. 1979. "Potamio de Lisboa". in *Historia de la Iglesia en España*. Dir. por Ricardo GARCIA-VILLOSLADA. Vol. I: *La Iglesia en la España romana y visigoda (siglos I-VIII)*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos/Maior, p. 212-218.
- SOUSA, Armindo de. 1984. "A morte de D. João I: um tema de propaganda dinástica". *Lucerna*, número extraordinário, p. 417-487.
- SOUSA, Armindo de. 1993. "1325-1480". in *História de Portugal*. Dir. José MATTOSO. Vol. II: *A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Coord. José MATTOSO. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 310-556.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. 2000. *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (século XIII-XIV)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. 2005. *D. Afonso IV (1291-1357)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (Dir.); PINA, Isabel Castro, ANDRADE, Maria Filomena; SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva. 2016. *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento – Guia Histórico*. 3.^a edição. Lisboa: Livros Horizonte.
- SOUSA, J. M. Cordeiro de. 1927. "Inscrições sepulcrais da Sé de Lisboa". *O Archeologo Português* 26, p. 288-313.
- SOUSA, J. M. Cordeiro de. 1935. *Inscrições Sepulcrais da Sé de Lisboa*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- SOUSA, J. M. Cordeiro de. 1966. "Uma cruz feita no século IX com ouro levado do saque de Lisboa". in *Colectânea Olisiponense*. Vol. 3. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 5-6.
- SOUSA, J. M. Cordeiro de. 1982. *Colectânea de Estudos Olisiponenses*. 2 vols. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- SOUSA, Luís Manuel Correia de. 2003. *Iconografia Musical na Arte da Idade Média em Portugal*. Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- SOVERAL, Manuel Abranches de. 2003. *Origem dos Avelar e dos Soveral* [<http://www.soveral.info/mas/Soveral%20e%20Avelar.htm>].
- SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis (1977-1982). *Historia del reinado de Juan I de Castilla*, 2 vols. Madrid: Universidad Autónoma.
- SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. 2003. *El Principado de Asturias. Un proceso de señorialización regional*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e. 1982. "A Heráldica Medieval na Sé de Lisboa". *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa* 3.^a série, 88/I, p. 143-200.
- TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e. 1983. *O estudo da sigilografia medieval portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- TAUZIN, Abbé. 1892. "Les diocèses d'Aire et de Dax pendant le Schisme d'Occident". *Revue de Gascogne* 33, p. 245-259 e 327-339.
- TEIXEIRA, Vítor Gomes. 2001. "D. Frei Estevão, OFM: de Portugal a Avinhão, entre a infidelidade e a ingratidão". in *Portogallo mediterraneo*. Dir. Luís Adão da FONSECA e Maria Eugénia CADEDDU. Cagliari: Consiglio Nazionale delle Ricerche – Instituto sui rapporti italo-iberici, p. 39-74.
- TEMS, Abbé Hugues du. 1774., *Le clergé de France, ou tableau historique et chronologique des Archevêques, Evêques, Abbés, Abbeses & Chefs des Chapitres principaux du Royaume, depuis la fondation des Eglises jusqu'à nos jours*. Vol. 2. Paris: Chez Delalain.

- TENTE, Catarina; FARELO, Mário; GOMES, Saul António. 2016. “Agentes e formas de organização institucional”. in *História da Diocese de Viseu*. Coord. José Pedro PAIVA. Vol. I – Séc. VI-1505. Viseu-Coimbra: Diocese de Viseu – Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 171-350.
- THOMAS, Antoine. 1893. “Sur le nom d’un évêque de Dax au XIV^e siècle”, *Revue de Gascogne* 34, p. 502.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. 1989. “Le Portugal et l’Afrique au XV^e siècle: les débuts de l’Expansion”. *Arquivos do Centro Cultural Português* 26, p. 161-256.
- TORRES, Cláudio. 1992. “O Garb-al-Andaluz”. in *História de Portugal*. Dir. José MATTOSO. Vol. I: *Antes de Portugal*. Coord. José MATTOSO. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 361-437.
- TORRES, Cláudio, 2001. “Lisboa muçulmana: um espaço urbano e o seu território”. *Arqueologia Medieval* 7, p. 73-77.
- TORRES, Cláudio; CORREIA, Fernando Branco; BORGES, Artur Goulart. 1993. *Núcleo Visigótico – Museu Regional de Beja*. Beja: Museu de Beja.
- TOURNOY, Gilbert. 2006. “Un humaniste italien en France. Francesco Florio”. in *L’Italie et la France dans l’Europe latine du XIV^e au XVII^e siècles. Influence. Émulation. Traduction*. Ed. Marc DERAMAIX e Ginette VAGEHEIM. Mont-Saint Aignan: Publications des Universités de Rouen et du Havre, p. 61-78.
- TOVAR DE LEMOS, Pedro (Conde de Tovar). 1931-1932. “Os Arquivos do Vaticano”. *Anais das Bibliotecas e Arquivos* 9, 88-104; 10, 45-58 [reimpresso em Pedro TOVAR DE LEMOS. *Estudos Históricos*. Vol. I. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1960-1961, p. 61-138].
- TOVAR PAZ, Francisco Javier. 1994. “*Tractatus, Sermones atque Homiliae*: El cultivo del género literario del discurso homilético en la Hispania tardoantiga y visigoda”. *Anejos del Anuario de Estudios Filológicos* 15, p. 97-106.
- TOVAR PAZ, Francisco Javier. 1995. “La *narratio* “De las Lágrimas” en el “De Lazaro” de Potamio de Lisboa”. in *La narratio cristiana antica*. Roma: Institutum Patristicum Augustinianum, p. 491-500.
- TRIKI, Hamid. 1999. *Itinerario cultural de Almorávides y Almohades. Magreb y Península Ibérica*. Granada: Fundación «El Legado Andalusi».
- TRUMAN, Ronald W. 1999. *Spanish treatises on government, society and religion in the time of Philipp II*. Leiden: Brill.
- URÍA MAQUA, Juan. 1975. “El conde D. Alfonso”. *Asturiensia Medievalia* 2, 177-238.
- URÍA RÍU, Juan. 1951. “El matrimonio del conde D. Alfonso, bastardo de Enrique II, y su anulación”. *Archivum* 1, p. 123-144.
- VALDALISO CASANOVA, Covadonga. 2014. “El exilio político de los petristas en Portugal (1369-1373)”. *Erasmus. Revista de historia bajomedieval y moderna* 1, p. 152-168.
- VALDALISO CASANOVA, Covadonga; FURTADO, Rodrigo. 2013. “El escrito autobiográfico de Fernando Álvarez de Albornoz y la guerra civil castellana (1366-1371)”. *Estudios de Historia de España* 15, p. 75-104.
- VALE, Alexandre de Lucena. 1952. “Livros dos Acordos da Câmara de Viseu”. *Beira Alta* 11/4, 354-356.
- VALE, Alexandre de Lucena. 1959. “D. Isabel de Portugal, Condessa de Gijón e de Noronha”. *Anais da Academia Portuguesa de História* 2.^a série, 9, p. 101-116.
- VALE, Teresa Leonor M. 1998. “Exotismo e Poder Político: as representações de elefantes na tumulária régia de Santa Maria de Belém”. in *Os Construtores do Oriente Português*. Dir. Mafalda Soares da CUNHA. Lisboa: CNCDP, p. 97-109.

- VALENTE, José. 2012. “The end of the knights Templar in Portugal: loyalty or pragmatism?”, in *As Ordens Militares: Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*. Ed. Isabel Cristina FERNANDES. Vol. I. Palmela: Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, p. 355-370.
- VALOIS, Noël. 1891. “Discours prononcé le 14 juillet 1380, en présence de Charles V, par Martin, évêque de Lisbonne, ambassadeur du roi de Portugal”. *Bibliothèque de l'École des Chartes* 52, p. 485-516.
- VALOIS, Noël. 1896-1902. *La France et le Grand Schisme d'Occident*. 4 vols. Paris: Alphonse Picard et fils.
- VANDAME, Henri. 1907. “Iconographie de la Basilique Notre-Dame de la Treille à Lille”. *Bulletin de la Société d'études de la province de Cambrai* 9, p. 1-341.
- VARGAS, José Manuel. 2002. “As freguesias de Lisboa e do seu termo na Idade Média”. *Olisipo* 2.^a série, 17 (Julho-Dezembro), p. 47-66.
- VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de. 1911. “Nota chronologica bibliographica das constituições diocesanas portuguesas, até hoje impressas”. *O Instituto* 58, p. 491-505.
- VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de. 1930. *Sé-Velha de Coimbra: apontamentos para a sua história*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- VEIGA, Carlos Margaça. 1990. *A agregação da coroa de Portugal à de Castela: aspectos da estratégia de Filipe II*. Tese para prestação de provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- VELOSO, José Maria de Queirós. 1935. *D. Sebastião: 1554-1578*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- VELOSO, José Maria de Queirós. 1946. *A perda da independência*. Vol. I: *O reinado do Cardeal D. Henrique*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- VELOSO, José Maria de Queirós. 1950. *Estudos Históricos do século XVI*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- VELOSO, José Maria Queirós. 1953. *O interregno dos governadores e o breve reinado de D. António*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- VELOSO, Maria Teresa Nobre. 2000. *D. Afonso II: Relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- VENTURA, Leontina. 1992a. *A Nobreza de Corte de D. Afonso III*. 2 vols. Tese de doutoramento em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- VENTURA, Leontina. 2000. “Os Portocarreiro: um percurso luso-castelhano (séculos XI-XV)”. in *El Condado de Benavente. Relaciones Hispano-Portuguesas en la Baja Edad Media*. Benavente: Centro de Estudios Benaventanos “Ledo del Pozo”, p. 95-127.
- VENTURA, Leontina. 2006a. *D. Afonso III*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- VENTURA, Margarida Garcez. 1992b. *O Messias de Lisboa. Um estudo de mitologia política (1383-1415)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- VENTURA, Margarida Garcez. 1997. *Igreja e poder no século XV. Dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas (1383-1450)*. Lisboa: Edições Colibri.
- VENTURA, Margarida Garcez. 2006b. “As «Visitações gerais» de D. Jorge da Costa: notícia e breve análise”. in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Ed. Natália Marinho ALVES, Maria Cristina Almeida CUNHA e Fernanda RIBEIRO. Vol. III. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património e Departamento de História – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 201-225.

- VENTURA, Margarida Garcez. 2012a. “As leis jacobinas. Estudo e transcrição”. *Medievalista online* 12. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA12/ventura1203.html>
- VENTURA, Margarida Garcez. 2012b. “Cristãos da primitiva Igreja: uma aproximação à reforma da Igreja no Portugal quatrocentista”. in *Raízes Medievais do Brasil Moderno. Ordens Religiosas entre Portugal e o Brasil*. Coord. João Marinho dos SANTOS e Manuela MENDONÇA. Lisboa: Academia Portuguesa da História – Centro de História da Sociedade e da Cultura, p. 251-288.
- VENTURINI, Alain. 1990. “La guerre de l’Union d’Aix (1383-1388)”. in *1388. La dédition de Nice à la Savoie. Actes du colloque international de Nice (septembre 1988)*. Ed. Rosine CLEYET-MICHAUD. Paris: Publications de la Sorbonne, p. 35-141.
- VIGIL MONTES, Nestor. 2016. “João Afonso Esteves de Azambuja y Rui Lourenço, dos perfis de eclesiástico diferentes en los primeros compases de la construcción de las paces entre Portugal y Castilla (1389-1407)”. In *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries*. Ed. Hermínia Vasconcelos VILAR e Maria João BRANCO. Évora: CIDEHUS, p. 129-146. Disponível em <http://books.openedition.org/cidehus/1557>
- VIGUERA MOLINS, María Jesus. 1995. “El establecimiento de los musulmanes en Spania – Al-Andalus”. in *V Semana de Estudios Medievales*. Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, p. 35-50.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos. 1999. *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos. 2001. “O episcopado do tempo de D. Dinis: trajectos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325)”. *Arquipélago. História* 2.^a série, 5, p. 581-604.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos. 2001-2002. “História da Igreja medieval em Portugal: um percurso possível pelas provas académicas”. *Lusitania Sacra* 2.^a série, 13-14, p. 569-582.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos. 2005. *D. Afonso II. Um rei sem tempo*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos. 2007a. “Na Sombra da crise de 1383-85: o governo do bispo D. João de Évora”. *Eborensia* 39-40, p. 103-116.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos. 2007b. “Em torno de uma diocese: os bispos de Lisboa entre dois séculos”. in *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*. Ed. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA e João Luís FONTES. Lisboa: Livros Horizonte, p. 129-144.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos. 2009. “Estruturas e protagonistas religiosos na historiografia medieval portuguesa”. *Lusitania Sacra* 2.^a série, 21, p. 125-151.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos. 2010. “No tempo de Avinhão: Afonso IV e o episcopado em meados de Trezentos”. *Lusitania Sacra* 2.^a série, 22, p. 149-165.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos. 2014. “Les *clerici regis* et le service du roi dans le Portugal des XIII^e et XIV^e siècles”. in *Église et État. Église ou État? Les clercs et la genèse de l’État moderne*. Dir. Christine BARRALIS, Jean-Patrice BOUDET, Fabrice DELIVRÉ e Jean-Philippe GENET. Paris: Publications de la Sorbonne – École française de Rome, p. 153-158.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos. 2016. “Between service and loyalty: chancery and chancellors of Portugal in the 14th century”. in *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries* [online]. Lisbonne: Publicações do CIDEHUS, p. 57-79 [<http://books.openedition.org/cidehus/1553>].
- VILAR, Hermínia Vasconcelos; BRANCO, Marta Castelo. 2005. “Servir, gouverner et leguer: l’évêque Geraldo Domingues: 1285-1321”. in *A Igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa -Universidade Católica Portuguesa, p. 95-116.

- VILAR, Hermínia Vasconcelos; ROSA, Maria de Lurdes. 2011. "The Church and Religious Practices". in *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Dir. José MATOSO, ed. Maria de Lurdes ROSA, Bernardo Vasconcelos e SOUSA e Maria João BRANCO. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, p. 323-347.
- VILLEPELET, Ferdinand. 1912. "Testament de Gantonnet d'Abzac, 18 décembre 1401". *Bulletin de la Société Historique du Périgord* 39, p. 369-375 e 466-482.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa. 1966. *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. 2 vols. Porto-Lisboa: Civilização.
- VIVES, José. 1939. "La inscripción del puente de Mérida de la época visigótica". *Revista de Estudios Extremeños*. Madrid. 13, p. 1-7.
- VOVELLE. 1983. *La Mort et l'Occident, de 1300 à nos jours*. Paris: Gallimard.
- WILLIMAN, Daniel. 1980-2001. *Bibliothèques ecclésiastiques au temps de la Papauté d'Avignon*. Vols. I-II. Paris: Éditions du CNRS.
- WILLIMAN, Daniel. 1988. *The Right of Spoil of the Popes of Avignon, 1316-1415*. Philadelphia: The American Philosophical Society (*Transactions of the American Philosophical Society*, vol. 78, part. 6).
- WILMART, André. 1912. "Fragments du Ps.-Origène sur le psaume XCI dans une collection espagnole". *Revue bénédictine* 29, p. 274-293.
- WILMART, André. 1913. "La lettre de Potamius à Athanase". *Revue bénédictine* 30, p. 257-285.
- WILMART, André. 1918a. "La collection des 38 homélies latines de saint Jean Chrysostome". *The Journal of Theological Studies* 19, p. 305-327.
- WILMART, André. 1918b. "Le De Lazaro de Potamius". *The Journal of Theological Studies* 19, p. 289-304.
- WILSON, Jonathan. 2014. "Tactics of Attraction: Saints, Pilgrims and Warriors in the Portuguese Reconquista". *Portuguese Studies* 30/2, p. 204-221.
- WILSON, Jonathan. 2016. *Contextualising the Gosuini De Expugnacione Salaciae Carmen; the development of Crusading Ideology in the Portuguese Reconquista*. Tese de Doutoramento, Universidade de Liverpool.
- WILSON, Jonathan. 2017. "Enigma of the *De Expugnacione Lyxbonensi*". *Journal of Medieval Iberian Studies* 9/1, p. 99-129.
- WILSON, Jonathan. No prelo. *Two Texts from Alcobaça: the De Expugnacione Scalabis and the Gosuini de Expugnacione Salaciae Carmen*. Leiden: Peeters.
- WRIGHT, Cyril Ernest. 1976. "Manuscripts of Italian Provenance in the Harleian Collection in the British Museum: Their Sources, Associations and Channels of Acquisition". in *Cultural Aspects of the Italian Renaissance. Essays in Honour of Paul Oskar Kristeller*. Ed. Cecil H. CLOUGH. Manchester: Manchester University Press, p. 462-484.
- XAVIER, Pedro Amaral. 2001. *A Morte: símbolos e alegorias*. Lisboa: Livros Horizonte.
- XHAYET, Geneviève. 1990. "Partisans et adversaires de Louis d'Anjou pendant la guerre de l'Union d'Aix". *Provence Historique* 40/162, p. 403-427.
- YARZA LUACES, Joaquín. 2006. "Manuscritos iluminados boloñeses en España. Siglos XIII y XIV". in *España y Bolonia. Siete siglos de relaciones artísticas y culturales*. Ed. José LUIS COLOMER y Amadeo SERRA DESFILIS. Madrid: Centro de Estudios Europa Hispánica, p. 31-48.
- ZUNZUNEGUI ARAMBURU, José. 1964. "La legación del cardenal Guillermo de La Jugie a Castilla y Aragón (1355-1358)". *Anthologica Annua* 12, p. 129-158.

LISTA DOS COLABORADORES E AUTORES

Amélia Polónia (autora): Docente na Faculdade de Letras da Universidade do Porto; investigadora do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (Universidade do Porto).

Ana Isabel Buescu (autora): Docente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; investigadora do CHAM – Centro de Humanidades (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores).

Ana Isabel López-Salazar (autora): Universidad Complutense de Madrid.

Ana Maria Jorge (autora): Docente na Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa; investigadora do Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa).

André de Oliveira Leitão (autor): Investigador do Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa) e do Centro de História da Universidade de Lisboa. Técnico de Museologia e Património no Castelo de S. Jorge (EGEAC, E.M.).

António Camões Gouveia (coordenação; arbitragem científica): Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; investigador do CHAM – Centro de Humanidades (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores) e do Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa).

António Montes Moreira (autor): Investigador do Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa); académico de mérito da Academia Portuguesa da História.

Armando Martins (autor): Docente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa.

Armando Norte (autor): Bolseiro de Pós-Doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/115857/2016); investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura (Universidade de Coimbra).

Bernardo Vasconcelos e Sousa (autor): Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; investigador do Instituto de Estudos Medievais (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

Carla Varela Fernandes (pesquisa de iconografia; autora): bolseira de pós-doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/76929/2011); investigadora do Instituto de Estudos Medievais (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

Catarina Tente (arbitragem científica): Docente e Subdiretora para a Investigação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; investigadora do Instituto de Estudos Medievais (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

Celina Bastos (pesquisa de iconografia): Técnica Superior do Museu Nacional de Arte Antiga.

Fernanda Maria Guedes de Campos (pesquisa de iconografia; autora): Investigadora do CHAM – Centro de Humanidades (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa / Universidade dos Açores).

Fernanda Olival (autora): Docente da Universidade de Évora; directora e investigadora do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (Universidade de Évora).

Filipa Roldão (autora): Bolseira de Pós-Doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/76818/2011); investigadora do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.

Gonçalo Melo da Silva (autor): Bolseiro de Doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/85931/2012); investigador do Instituto de Estudos Medievais (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

Hermenegildo Fernandes (autor): Docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; diretor e investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa.

Hermínia Vasconcelos Vilar (autora): Docente da Universidade de Évora; investigadora do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (Universidade de Évora) e colaboradora do Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa).

Hugo Ribeiro da Silva (autor): Marie Curie Research Fellow, King's College, London.

João Luís Inglês Fontes (direcção e coordenação, autor): Investigador do Instituto de Estudos Medievais (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa) e do Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa); bolseiro de Pós-doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/85739/2012).

João Rocha Nunes (autor): Instituto Politécnico de Viseu.

Jonathan Wilson (autor): Investigador do Instituto de Estudos Medievais (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

Jorge Díaz Ibáñez (autor): Universidad Complutense de Madrid.

José Antunes (autor): Professor Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

José Augusto Sotto Mayor Pizarro (arbitragem científica): Docente na Faculdade de Letras da Universidade do Porto; investigador do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade da Universidade do Porto.

José Marques (arbitragem científica): Professor Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; investigador do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (Universidade do Porto) e do Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa).

Leontina Ventura (autora): Docente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura (Universidade de Coimbra).

Luís Carlos Amaral (arbitragem científica): Docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; investigador do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (Universidade do Porto) e do Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa).

Luís Filipe Oliveira (autor): Docente da Universidade de Algarve; investigador do Instituto de Estudos Medievais (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa).

Manuela Santos Silva (arbitragem científica): Docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; investigadora do Centro de História da Universidade de Lisboa.

Margarida Garcez Ventura (autora): Professora aposentada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; investigadora do Centro de História da Universidade de Lisboa e académica de número da Academia Portuguesa da História.

Margarida Leme (autora): Investigadora do Instituto de Estudos Medievais (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa).

Maria Alegria Marques (arbitragem científica): Docente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

Maria Cristina Almeida e Cunha (arbitragem científica): Docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; investigadora do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (Universidade do Porto).

Maria de Lurdes Correia Fernandes (arbitragem científica): Docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; investigadora do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (Universidade do Porto) e do Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa).

Maria de Lurdes Rosa (arbitragem científica): Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; investigadora do Instituto de Estudos Medievais (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa) e do Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa).

Maria do Rosário Morujão (pesquisa de iconografia; autora): Docente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura (Universidade de Coimbra) e do Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa).

Maria Filomena Andrade (coordenação; autora): Docente na Universidade Aberta; diretora-adjunta do Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa); colaboradora do Instituto de Estudos Medievais (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa).

Maria Helena da Cruz Coelho (autora): Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura (Universidade de Coimbra) e colaboradora do Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa); académica de número da Academia Portuguesa da História.

Maria João Branco (autora): Docente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; diretora e investigadora do Instituto de Estudos Medievais (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) e do Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa).

Maria João de Oliveira e Silva Borges de Pinho (arbitragem científica): investigadora do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (Universidade do Porto) e do Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa); bolseira de Pós-Doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/72098/2010).

Maria Justiniana Maciel Lima (autora): Mestre em História Medieval pela Universidade do Minho.

Maria Paula Marçal Lourenço (autora): Docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; investigadora do Centro de História da Universidade de Lisboa. Académica do Número da Academia Portuguesa da História.

Mário Farelo (coordenação; autor): Investigador do Instituto de Estudos Medievais (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), do Centro de História da Universidade de Lisboa e do Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa).

Mário Jorge Barroca (arbitragem científica): Docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; investigador do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (Universidade do Porto).

Miguel Metelo de Seixas (pesquisa de iconografia; autor): docente na Universidade Lusíada; investigador do Instituto de Estudos Medievais (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa) e do CHAM – Centro de Humanidades (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa; Universidade dos Açores); bolseiro de pós-doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/69540/2010).

Nestor Vigil Montes (autor): Bolseiro de pós-doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia do Ministério da Educação e Ciência de Portugal (SFRH/BPD/94257/2013) e investigador do projeto “DEGRUPE – *A dimensão europeia de um grupo de poder: o clero e a construção política das monarquias ibéricas (XIII-XV) / The European Dimension of a Group of Power: Ecclesiastics and the political State Building of the Iberian Monarchies (13th-15th centuries)*” financiado pelos fundos nacionais através da FCT/MCTES e pelos fundos europeus FEDER através do programa COMPETE (PDTC/EPH-HIS/4964/2012); investigador do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (Universidade de Évora).

Paulo Almeida Fernandes (pesquisa de iconografia; autor): Coordenador do Museu de Lisboa – Palácio Pimenta; investigador do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (Universidade de Coimbra) e do Instituto de Estudos Medievais (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa).

Paulo Catarino Lopes (autor): Investigador do Instituto de Estudos Medievais (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa) e do CHAM – Centro de Humanidades (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores); bolseiro de Pós-doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/97963/2013).

Pedro Cardim (arbitragem científica): Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; investigador do CHAM – Centro de Humanidades (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores).

Pedro Flor (pesquisa de iconografia; autor): Docente na Universidade Aberta; investigador do Instituto de História da Arte (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa).

Ricardo Aniceto (pesquisa de iconografia): técnico superior de arquivo no Serviço de Arquivo Histórico e Biblioteca do Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa; investigador do Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa).

Saul António Gomes (autor): Docente na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura (Universidade de Coimbra) e do Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa).

Zulmira Santos (arbitragem científica): Docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; investigadora do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (Universidade do Porto).

AGRADECIMENTOS

Agradece-se aqui publicamente a todas as instituições que nos facultaram ou permitiram a captação e reprodução, a título gratuito, das imagens utilizadas nesta obra e que assim nos honraram com o seu apoio:

Abbazia di San Miniato Al Monte (Florença)
Academia das Ciências de Lisboa
Archives Nationales (France)
Archivo de la Catedral de Toledo
Arquivo Distrital de Braga
Arquivo Histórico Municipal de Lisboa
Arquivo Nacional da Torre do Tombo
Basilica Parrocchiale Santa Maria del Popolo (Roma)
Biblioteca Angelica (Roma)
Biblioteca Nacional de Portugal
Biblioteca Pública Municipal do Porto
Cabido da Sé de Évora
Cabido da Sé Patriarcal de Lisboa
Câmara Municipal de Lisboa
Castelo de São Jorge – EGEAC
Centro Cultural Casapiano
Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa
Comunidade Intermunicipal do Oeste
Direção Geral do Património Cultural
Miguel Cabral Moncada
Monache Agostiniane Santi Quatro Coronatti (Roma)
Mosteiro de Singeverga
Mosteiro dos Jerónimos
Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas
Museu Arqueológico do Carmo / Associação dos Arqueólogos Portugueses
Museu de Évora

Museu de Lisboa – EGEAC

Museu do Aljube – EGEAC

Museu Grão Vasco

Museu Machado de Castro

Museu Nacional de Arte Antiga

Paço Arquiepiscopal de Braga – Museu Pio XII

Paróquia das Mercês (Lisboa)

Paróquia de Enxara do Bispo

Paróquia de São Lourenço de Carnide

Real Colegio de España (Bolonha)

Sé de Braga

Sé de Coimbra

Sérgio Avelar Duarte

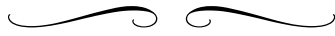
Staats- und Universitätsbibliothek Hamburg

Unidade Territorial do Centro Histórico – Câmara Municipal de Lisboa

Universidade de Coimbra

Agradecemos ainda ao Corpus Christi College da Universidade de Cambridge a cedência, em condições particularmente vantajosas, das imagens alusivas ao manuscrito do *De Expugnatione Lyxbonensi*.

Índices



Os presentes índices constituem um instrumento de trabalho em ordem a potencializar o aproveitamento da informação reunida e a agilizar a identificação dos lugares, pessoas ou instituições mencionados ao longo da obra. Contemplaram-se todas as referências explícitas e, sempre que possível, as implícitas, a cada lugar, instituição ou indivíduo.

No índice toponímico-institucional, o critério de ordenamento é o toponímico, em relação ao qual se dispõem as referências das instituições localizadas em cada lugar e os ofícios / cargos com elas relacionados. Esta opção permite recuperar mais facilmente o conjunto de indivíduos associados ao serviço de determinadas instituições, nomeadamente as eclesiásticas, ou identificar a toponímia ou os edifícios citados para cada lugar. Procurou-se, no caso da toponímia portuguesa, identificar os respectivos concelhos e, fora de Portugal, os respectivos países. Para as dioceses, mantiveram-se separadas as que só após o período em estudo foram unidas, fruto de reestruturações mais contemporâneas da malha diocesana.

No caso do índice onomástico, foram mantidas as informações indispensáveis à identificação dos indivíduos referidos, embora circunscritas às apresentadas no texto. Para uma mais fácil identificação e localização no tempo, foram acrescentadas as datas extremas dos períodos de governação para papas, cardeais, bispos e arcebispos, imperadores, reis e vice-reis, rainhas, califas e emires.

ÍNDICE TOPONÍMICO

- Abitureiras (conc. Santarém) – ig. – 242
 Abiul (conc. Pombal) – 338
 Abrantes (conc.) – 214; conde – 501, 575, 580, 599
 Achete (conc. Santarém) – ig. Santa Maria – 372, 373
 Adaúfe (conc. Amares) – 216
 A-dos-Cunhados (conc. Torres Vedras) – 454
Aeminium, dioc. – 52
 África – 268, 546, 547, 579, 607, 617, 650, 758
 Agen (França) – 32, 36, 40, 41, 45, 47
 Agreda (Espanha) – tratado de paz (1304) – 241
 Aguda – ver Chão de Couce
 Aguiar da Beira (conc.) – 197
 Aguiar de Campoo (Espanha) – castelo – 347
 Aix – ver Aix-en-Provence
 Aix-en-Provence (França) – 398, 400, 401, 461
 – arquidiocese/arcebispado – 182, 304, 394, 398, 399, 400, 401; arceb. – 299, 393, 394, 397, 398, 400, 401, 402;
 – cab. da Sé – 401; vigário-geral – 401
 – ig. catedral do Salvador – 401, 402
 Al-Andaluz – 77, 145, 154; 155
 Alarcos (Espanha) – batalha (1195) – 147
 Alba (Espanha) – duque – 612
 Albano (Itália) – cardeal-bispo – 543
 Albignac (França) – 327
 Albogas (conc. Sintra) – 247
 Alcácer Quibir (Marrocos) – 759; batalha (1578) – 608, 651
 Alcácer do Sal (conc.) – 82, 89, 97, 102, 105, 126, 146, 154, 155, 156, 157, 159, 159, 164, 167, 746
 Alcaínça (conc. Mafra) – 82
 Alcalá de Henares (Espanha) – 268; Universidade – 566
 Alcalá la Real (Espanha) – 332
 Alcanede (conc. Santarém) – ig. – 315
 Alcanices (Espanha) – 240, 241
 Alcântara (conc. Lisboa) – ver Lisboa
 Alcântara (Espanha) – Ordem de – 332; freire – 332; mestre – 362
 Alcobaça (conc.) – 145, 193, 335, 731
 – Congregação de Santa Maria de (O. Cist.) – 162, 180, 234;
 – most. Santa Maria (O. Cist.) – 90, 102, 109, 126, 161, 189, 253, 254, 327, 420, 461, 545, 563, 565, 570, 589, 593, 594, 605, 756; abade – 120, 150, 162, 180, 198, 200, 201, 203, 421, 422, 426, 433, 467, 533, 555, 563, 570, 605, 674, 743; chantre – 148, 180; prior – 148;
 Alcoutim (conc.) – tratado (1371) – 385
 Alegrete (conc. Portalegre) – alcaide-mor – 617
 Alenquer (conc.) – 153, 215, 341, 450, 461, 536, 539, 640, 741; conv. São Francisco (OFM) – 182; ig. Santa Maria e São Tiago – 174; marquês – 624, 654
 Alentejo – 234, 578, 626, 657
 Alexandria (Egipto) – 29, 757; biblioteca – 715; concílio (362) – 33, 34, 35; patriarcado – 377; patriarca – 30, 31, 32, 33, 35, 37, 38, 40
 Alfaiates (conc. Sabugal) – 332
 Alfândega da Fé (conc.) – 247
 Alfarrobeira (conc. Vila Franca de Xira) – batalha (1449) – 500, 511, 512, 516, 518, 545, 754
 Alforneiros (conc. Amadora) – 466
 Algarve – 146, 191, 396, 455, 612, 650, 657
 – dioc.: bispo – 581, 610, 667, 757; constituições sinodais – 644. Ver também Silves, dioc.
 Algeriz (conc. Valpaços) – ig. São Mamede – 576;
 Alhandra (conc. Vila Franca de Xira) – 203, 341, 621
 Aljubarrota (conc. Alcobaça) – batalha (1383) – 466
 Allasac (França) – 321-323, 328
 Almacave (conc. Lamego) – 288; ig. Santa Maria – 293
 Almada (conc.) – 89, 145, 146, 531, 540
 Almargem do Bispo (conc. Sintra) – 619
 Almeirim (conc.) – 566, 577; paço – 578, 580, 597, 759
 Almodala (conc. Castro Daire) – 144
 Almoester (conc. Alvaiázere) – capela – 602
 Alpedrinha (conc. Fundão) – 192, 193, 543, 546, 553, 709; capela de Santa Catarina – 560
 Alpedriz (conc. Alcobaça) – ig. – 149
 Alpriate (conc. Vila Franca de Xira) – 210

- Alvalade – ver Lisboa
 Alvito (conc.) – 285
 Amares (conc.) – 216; ig. / fr. São Salvador – 215, 216, 217
 Anagni (Itália) – 170, 199, 200, 382
 Ancira (Arménia) – concílio (358) – 33; dioc.: bispo – 33
 Ancona (Itália) – capela de la Roca – 353; dioc.: 353; bispo – 353
 Angra do Heroísmo (conc.) – dioc. – 456
 Anjou (França) – duques – 118, 393, 395, 396, 398-401
 Antequera (Espanha) – 516
 Antioquia (Síria) – principado – 31, 517
 Antonhais (conc. Braga) – 266;
 Antuérpia (Bélgica) – 519
 Apt (França) – 400
 Aquileia (Itália) – 37, 39
 Aquitânia (França) – 314, 412
 Aragão (reino) – 239, 240, 248-250, 294, 334, 385, 387, 390, 395, 414, 424, 437, 498-500, 515, 516, 520, 522, 584, 730, 750, 759
 Arezzo (Itália) – 390
 Arganil (conc.) – conde – 599
 Arles (França) – concílio (314) – 27, 30; ig. São Trofimo (capela de São Gens) – 305
 Armagnac (França) – conde – 414
 Armamar (conc.) – 506; ig.: 288; abade – 228;
 Arno, rio (Itália) – 755, 771
 Arrábida (conc. Setúbal) – Província de Santa Maria (OFM) – 677
 Arraiolos (conc.) – conde – 387; ig. Salvador – 296
 Arras (França) – dioc.: 291, 515, 521, 754; administrador da dioc. – 515, 522, 524, 754; bispo – 291;
 Arronches (conc.) – marquês – 671, 676
 Arruda dos Vinhos (conc.) – ig. Santa Maria – 315
 Arundel (Reino Unido) – conde – 516
 Arzila (Marrocos) – 758
 Ascoli Piceno (Itália) – dioc.: bispo – 381, 384, 385
 Assier (França) – 322, 327
 Asti (Itália) – ig. Santa Maria Assunta – 384
 Astorga (Espanha) – dioc. – 92, 296
 Astúrias (Espanha) – reino – 62, 64, 69, 70, 80; principado – 495, 496, 578, 580
 Atalaia (conc. Vila Nova da Barquinha) – 473, 639; condes – 639, 640, 676
 Atlântico, oceano – 89
 Áustria – 383, 578, 582, 599, 600; duques – 384, 385, 612, 620
 Autun (França) – dioc. – 321, 328, 338; bispo – 321, 327; vigararia – 348
 Aveiro (conc.) – duque – 625, 663, 727
 Ávila (Espanha) – dioc. – 28, 52, 92
 Avinhão (França) – 22, 111, 116, 117, 118, 120, 241, 252, 255, 256, 258, 263, 269, 273, 277, 279, 278-283, 287-289, 290, 294, 298, 300-303, 307, 309, 311, 319, 323-326, 331, 333, 334, 336, 337, 339-341, 343, 346-348, 351, 364, 370, 371, 373-378, 381, 382, 384, 386-388, 393, 395-401, 410-412, 415, 417, 418, 420-425, 428, 433, 437, 439, 459, 461-463, 468, 479; hospital – 339; Universidade da Cúria – 383
 Avis (conc.) – conv. São Bento de (O. Avis) – 420, 594; Ordem de – 115, 253, 464, 516, 518, 547, 594; mestres – 268, 315, 332, 425, 428, 434, 461, 463, 472, 488, 489, 504, 531; governadores – 516, 518; freires – 332.
 Avô (conc. Oliveira do Hospital) – 244; ig. – 239
 Ayllón (Espanha) – 479
 Azambuja (conc.) – 342, 440-443, 450, 453, 465, 466, 471, 484, 485, 490, 538, 550, 695, 718, 740-742, 744; ig. Santa Maria – 473
 Azamor (Marrocos) – 547, 579, 650
 Azinhoso (Mogadouro) – ermitério – 423; most. – 423
 Azóia – ver Santa Iria de Azóia
 Babe (Bragança) – 414
 Badajoz (Espanha) – 424; conferência (1524) – 566; dioc. – 92; bispo – 375; província – 28; taifa – 129
 Baía (Brasil) – 636; dioc. São Salvador: bispo – 674
 Barbudo (conc. Vila Verde) – couto – 331
 Barcelona (Espanha) – 312, 387, 729; Archivo de la Corona de Aragón – 248
 Barcelos (conc.) – 270, 285; conde – 500, 516; ig. colegiada – 293
 Basileia (Suíça) – 508; concílio (1431-1445) – 440, 508, 509
 Basto, condes de – 634
 Batalha (conc.) – conv. Santa Maria da Vitória (OP) – 474, 672, 741
 Baviera (Alemanha) – duques – 384, 388
 Bayonne (França) – 404, 407, 413, 414, 416; cab. da Sé – 416; dioc.: vigário-geral – 416; most. Santa Clara (OFM) – 414
 Bazas (França)
 – cab. da Sé – 307; chantre – 307, 309;
 – dioc. – 307, 308; bispo – 307, 308;
 Béarn (França) – 406, 413
 Beaumont (França) – 323
 Beauvais (França) – cab. da Sé – 300; arcediogo – 300; chanceler – 300
 Beira (Portugal) – 504, 505; comarca – 650

- Beja (conc.) – 64;
 – alcaide-mor – 629;
 – cab. da Sé: cónegos – 490;
 – *conventus* – 27;
 – dioc. – 52;
 – duque – 561, 562;
 – igr.: Salvador – 490; Santiago – 293, 718; Santo Amaro – 65; Santo Estevão – 285
- Bélgica – 480
- Belmonte (conc.) – 347
- Benamarim – 422
- Benavente (conc.) – 726
- Benevento (Itália) – 292
- Berna (Suiça) – 474
- Besançon (França) – dioc. – 523
- Beselga (conc. Tomar) – 132
- Besteiros (conc. Amares) – igr. São Paio – 216, 217
- Bética (província romana) – 28, 52
- Béziers (França) – 312
- Bizerta (Tunísia) – bispo titular – 671, 674
- Blaison (França) – senhor – 557
- Boémia (Alemanha) – 387, 388
- Bolonha (Itália) – 201, 215, 217, 291, 345, 353, 356, 357, 359, 384, 385, 386, 482, 550, 741; arcediogo – 383, 384, 422; Biblioteca e Archivo Storico del Real Colegio Mayor de San Clemente de los Españoles – 356, 357; Colégio de São Clemente – 354-357, 359; Conv. São Nicolau de Vinha (OP), actual Basílica de S. Domingos – 482; túmulo de São Domingos – 482, 740, 741; igr. São Pedro – 353; Universidade – 136, 238, 353, 354, 356, 375, 383, 480, 526, 532, 717, 718; reitor – 506
- Bolsena (Itália) – 204
- Bordéus (França) – 404; dioc. – 308, 309
- Borgonha, ducado – 519, 524, 526, 754; duques – 441, 516, 518-520, 522, 523, 754, 755;
- Bornaria (conc. Amares) – honra – 216
- Bouças (conc. Matosinhos) – igr. Salvador – 297, 298, 718; prior / reitor – 506, 509, 510
- Bouches-du-Rhône (França) – 718
- Bourges (França) – arquidiocese: arceb. – 384
- Brabante (ducado) – 586
- Braga – 116, 152, 201, 216, 217, 242, 243, 252, 264, 265, 267, 268-271, 272, 274, 282, 378, 476, 492, 533, 587, 631-634, 650, 655, 684, 718, 726, 748;
 – arquidiocese / arcebispado – 28, 52, 53, 88, 91, 92, 93, 95, 107, 110, 115, 116, 119, 120, 125, 138, 145, 149, 158, 169, 178, 213-215, 217, 218, 264, 265, 279, 280, 293, 336, 361, 364-366, 369, 376, 377, 379, 421, 423, 427, 437, 438, 444, 445, 455, 461, 467, 548, 550, 551, 586, 587, 588, 656, 680, 720, 726, 728, 757; arceb. – 87, 96, 113, 116, 119, 124, 125, 127, 130, 137, 138, 153, 160, 161, 169, 174, 188, 202, 206, 211, 213-217, 237, 239, 240, 242, 244, 245, 249-252, 261-263, 264-269, 275, 277-279, 281, 282, 294-296, 304, 324, 337, 338, 340, 363-366, 369, 377, 399, 422, 423, 433, 443, 461, 463, 476, 477, 490-492, 498, 535, 549, 553, 555, 576, 583, 585-587, 593, 610, 625, 629, 631-633, 649, 655, 656, 658, 666, 676, 679, 682, 684, 687, 694-95, 708, 722, 726, 728, 737, 748, 750; bispo coadjutor – 261, 269, 631, 633; constituições diocesanas – 587; sínodos diocesanos – 265, 587; vigário-geral – 217, 219, 327, 633;
 – Arquivo Distrital – 139, 141, 237-245, 280, 365, 633, 708;
 – cab. da Sé – 119, 214, 216, 240, 272, 273, 274, 275, 301, 365, 378, 421, 631, 633, 766; arcediogo – 213-215, 217, 219; arcediogo de Santa Cristina – 680; arquivo da Sé de – 633; chantre – 272, 369; cón. – 214, 215, 226, 252, 272-274, 278, 285, 332, 339; deão – 214, 215, 218, 219, 223, 237-239, 271, 272; mestre-escola – 204, 215, 272; tesoureiro – 214, 280;
 – Colégio de São Paulo (SJ) – 587, 595, 596;
 – II Concílio (572) – 54;
 – igr. catedral – 261, 272, 274-275, 379, 633, 737, 749, 765, 766; (capela de Nossa Senhora da Piedade) – 245; (capela de Nossa Senhora da Glória) – 261, 270-275, 693, 694, 737, 749, 750, 765, 766; (capela de São Geraldo) – 273; (capela de São Martinho) – 245; (claustro) – 694, 749, 765, 766; Tesouro-Museu da Sé – 274, 766;
 – Paço arquiépiscopal – 634, 650, 777, 779, 780, 783; (Galeria dos Arcebs.) – 634, 650, 777, 779, 780, 783;
- Bragança (conc.) – 56, 262, 335, 622, 654, 656, 661; Arquivo Distrital – 56; duque – 275, 449, 512, 569, 578, 579, 580, 611, 617, 694, 759;
- Brandeburgo (Alemanha) – 388; marquês – 385;
- Brasil – 554, 636; 666
- Brescia (Itália) – dioc. – 385; bispo – 377, 381;
- Bretanha (França) – 407; duque – 407.
- Bristol (Inglaterra) – 582
- Bruges (Bélgica) – 405, 480, 519, 754
- Bruxelas – 584
- Buçaco (conc. Mealhada) – most. Santa Cruz (OCD) – 646, 677;
- Burgos (Espanha) – 360;
 – cab. da Sé – 294;
 – dioc. – 92, 294, 371, 372;
 – Concílio (1080) – 81;

- Bury Saint Edmunds (Inglaterra) – abadia de (OSB) – 390
- Bustelo (Penafiel) – most. São Miguel de (OSB) – 588
- Cabo Verde – dioc. – 456
- Cabreira – ver Cabrera
- Cabrera (Espanha) – 213
- Cabrières (França) – 393
- Cacela (conc. Vila Real de Santo António) – 81
- Cadimes (conc. Marco de Canaveses) – torre de – 245
- Cádiz (Espanha) – 332, 350;
- Cadaval (conc.) – duque – 501, 683, 725
- Cagliari (Sardenha, Itália) – 30, 34
- Cahors (França) – dioc. – 303; Universidade – 290
- Caia (conc. Elvas) – 556
- Calais (França) – 348
- Caldas da Rainha (conc.) – hospital termal – 556
- Calabria (Espanha) – dioc. – 52
- Cambrai (França) – dioc.: bispo de – 291
- Cambridge (Inglaterra) – conde – 407, 409, 424; Corpus Christi College – 89, 125
- Campanhã (conc. Porto) – 533
- Campo de Ourique (conc. Ourique) – almoxarifado – 626
- Canedo (conc. Santa Maria da Feira) – most. São Pedro (OSB) – 251
- Cantalapiedra (Espanha) – 350
- Cantanhede (conc.) – 335
- Cantuária (Inglaterra) – 729; arceb. – 390
- Capadócia (Turquia) – 33
- Caramos (conc. Felgueiras) – most. São Martinho (CRSA) – 588
- Carcassone (França) – senescal – 395
- Caria (conc. Belmonte) – 371
- Carpentras (França) – dioc. – 347, 348
- Carrión de los Condes (Espanha) – arcediogo de – 181
- Cartagena (Espanha) – dioc.: bispo – 345, 346, 578
- Cartaginense (província romana) – 28, 52
- Cartago (Tunísia) – 27, 28
- Cascais (conc.) – Arquivo Histórico e Municipal – 234, 706; Câmara Municipal de Cascais – 378, 770; Casa Reinaldo dos Santos Irene Quilhó dos Santos – 378, 770
- Castanheira – ver Castanheira do Ribatejo
- Castanheira do Ribatejo (conc. Vila Franca de Xira) – conde – 639; conv. Santo António (OFM) – 753;
- Castel di Sangro (Itália) – 354
- Castela, reino – 118, 120, 121, 202, 240, 241; 240, 248-250, 262, 267, 268, 269, 289, 293, 294, 295, 323, 324, 332, 335, 340, 343, 346, 347, 351, 357, 359, 360, 362, 368, 369, 371, 374, 385, 386, 390, 398, 403-405, 407, 411-415, 420, 422-424, 428, 433, 434, 454, 462, 464, 468, 471, 473, 475, 477, 479, 480, 496, 498, 500, 504, 510-512, 516, 518, 519, 545, 546, 580, 611, 624, 675, 716, 729, 759
- Castela-Leão, reino – 175
- Castelo Branco (conc.) – 559, 639, 641, 643-645
- Castelo Melhor (conc. Vila Nova de Foz Côa) – conde – 662
- Castelo Rodrigo (conc. Figueira de Castelo Rodrigo) – 622, 624
- Castillon (França) – 307-319; 386, 449, 718
- Castro Marim (conc.) – 211, 612
- Cavaillon (França) – dioc. – 393
- Cedofeita (conc. Porto) – ig. colegiada de São Martinho – 263; abade / prior – 490, 588
- Celada (Espanha) – 44
- Celanova (Espanha) – most. do Salvador (OSB) – 259
- Celorico (conc. Celorico da Beira) – arcediogo – 337
- Ceras (conc. Tomar) – 132
- Cerejo (conc. Pinhel) – pároco – 642
- Cerveira (Conc. Vila Nova de Cerveira) – arcediogo – 254
- Cesareia (Israel) – 33, 720
- Cesareia (Turquia) – 33, 328
- Centumcellae* – ver Civitavecchia
- Ceuta (Marrocos) – 438, 489-492, 515, 650; – dioc. – 456, 492; bispo – 575; – governador – 576; – mesquita – 492; – sé – 497; – tomada de (1415) – 497
- Chambord (França) – 300
- Chão de Couce (conc. Ansião) – ig. Santa Maria da Aguda – 462
- Chatillon-sur-Seine (França) – abadia de Notre-Dame (CRSA) – 523, 755
- Chaves (conc.) – 465, 565, 633; ig. Santa Leocádia – 583;
- Chichester (Inglaterra) – dioc. – 127
- Chipre – 755; rei – 517, 523
- Cinfães (conc.) – ig. São João – 263; prior – 507;
- Ciudad Rodrigo (Espanha) – 477; dioc. – 92; 178;
- Civitavecchia (Itália) – 31
- Cízico (Turquia) – 31
- Claraval (França) – abade do most. (O. Cist.) – 570
- Clèves (Alemanha) – duque – 517
- Coimbra – 64, 75, 81, 101, 109, 154, 173, 237, 244, 267, 274, 337, 347, 363, 366, 374, 376, 377, 378, 419, 427, 499, 515, 517, 518, 576, 614, 644, 645, 647, 651, 654, 708, 722, 724, 726, 730-732, 749, 751, 762, 767, 768, 779;

- Arquivo da Universidade – 646, 647;
- cab. da Sé – 237, 238, 253, 282, 335, 338, 376, 377, 631; chantre – 330, 337, 375, 378, 493, 497; cón. – 230, 238, 240, 289, 293, 330, 336, 338, 362, 372, 513, 517, 524, 525; deão – 351, 475, 480, 490, 511; mestre-escola – 376, 507, 517;
- dioc. – 61, 92, 116, 126, 128, 132, 138, 147, 148, 178, 239, 293, 332, 336-339, 347, 365, 366, 374-378, 438, 455, 463, 507, 511, 513, 631, 645, 646, 709; administrador apostólico – 365; bispo – 120, 146, 149, 153, 160, 185, 188, 197, 202, 206, 220, 238, 239, 242, 244, 257, 269, 282, 294, 298, 329-331, 335, 340, 343, 345, 347, 350, 361-369, 374, 375, 378, 435, 443, 462, 463, 468, 471, 477, 503, 505-507, 510, 512, 513, 531, 535, 536, 537, 541, 576, 580, 582, 588, 599, 609, 629, 631, 639, 645, 646, 648, 722, 750, 762, 767, 770; constituições sinodais – 643-635; sínodo diocesano – 477, 581; tribunais eclesiásticos – 614; vigário-geral – 375, 507;
- colégios: colégio de São Pedro (TOR) – 629, 639, 680, 686; colégio real de São Paulo – 601, 651, 665, 674; colégio das Artes ou Colégio de Jesus (SJ) – 595, 596, 651;
- Congregação de Santa Cruz (CRSA) – 135; 151, 194, 210, 211, 234, 363;
- conv. / most.: Santa Cruz (CRSA) – 39, 40, 90, 91, 126, 132, 136, 138, 139, 144, 148; 151, 191, 197, 237, 259, 563, 567-568, 593, 757; (capela dos mártires de Marrocos) – 259; (isento de) – 438; (prior do most.) – 250, 375, 587, 593; São Domingos (OP) – 362, 363; Santa Clara (OFM) – 238, 282, 338, 749, 750;
- cortes – 463, 473;
- custódia (OFM) – 248;
- duque – 511, 536, 754;
- Estudo Geral / Universidade: 282-283, 317, 333, 335, 427, 442, 462, 511, 517, 566, 600, 601, 602, 618, 629, 639, 651, 674, 680, 686, 722, 758, 777, 779; Faculdade de Teologia – 600; lentes da Universidade – 602, 674; reitor da Universidade – 601, 620, 650; Sala de Exame Privado – 602, 777, 779. Ver Lisboa, Estudo Geral/Universidade.
- ig.: Santa Maria de Almedina – 639; São Francisco da Ponte – 363; São Jorge – 225; sé – 90, 230, 378, 379, 646, 750, 751, 768;
- Inquisição de – 614, 653, 665, 680;
- Museu Machado de Castro – 377, 752, 767;
- Coina (conc. Barreiro) – 146; ig. do castelo – 146
- Colonna (Itália) – 381-392, 418; castelo – 387
- Combourn (França) – 322; viscondado – 321; visconde – 322, 323; ver Corrêze
- Comminges (França) – dioc.: bispo – 385
- Compostela – ver Santiago de Compostela
- Condeixa (conc.) – 244
- Congo – dioc. – 456
- Conimbriga (conc. Condeixa-a-Nova) – 64; dioc. – 51
- Constança (Alemanha) – concílio (1414-1418) – 429
- Constantinopla (Turquia) – 31; II concílio (381) – 33; patriarca – 43, 44
- Córdova (Espanha) – 27, 30, 36, 64, 70; – califado – 65; – dioc. – 28; bispo – 32;
- Cória (Espanha) – dioc. – 52, 92
- Corrêze (França) – 321;
- Correlhã (conc. Ponte de Lima) – couto – 187; ig.: abade – 388
- Covelo de Paivó (conc. Arouca) – 641
- Covilhã (conc.) – 144, 371
- Coxyde (Bélgica) – 523
- Crato – 164, 167, 536, 557; isento – 438, 455; prior (O. Hosp.) – 584, 599, 609, 611, 612, 651
- Cremona (Itália) – 719
- Crespos (conc. Braga) – 217
- Cuenca (Espanha) – 259, 263, 731; – cab. da Sé – 257, 354; deão – 257; – dioc. – 115, 257, 258; bispo – 247, 259, 345;
- Daumar (França) – castelo – 299
- Dax (França) – 406, 407, 409, 414, 429; – cab. da Sé – 406, 409, 412, 413; cón. – 412; – castelo de Saint-Pedelon – 407; – dioc. – 403, 407, 409, 413-415; bispo – 403, 405, 407-409, 411-415, 424; paço episcopal – 416
- Die (França) – condado – 301; dioc.: bispo de – 301
- Dinant (Bélgica) – 383
- Diu (Índia) – 650
- Douro, rio – 27, 237, 267, 297, 331, 422, 650, 654
- Dornes (Ferreira do Zêzere) – comendador de São Martinho (O. Cristo) – 650
- Dulcone (França) – ig. – 348
- Dunes (Bélgica) – abadia (O. Cist.) – 523
- Durance, vale de (França) – 400
- Durham (Inglaterra) – arcebispo -390
- Ega (conc. Condeixa-a-Nova) – 249; ig. – 148
- Elvas (conc.) – 327, 424, 455; dioc.: bispo – 620, 683
- Elvira (Espanha) – concílio (entre 295 e 314) – 27; dioc.: bispo – 30
- Entre Homem e Cávado, julgado – 213
- Enxara do Bispo (conc. Mafra) – 203, 304, 341, 488, 493, 742; 743; capela do Espírito Santo – 742; ig.

- Santa Maria ou de Nossa Senhora da Assunção -178, 742-744.
- Enxara dos Cavaleiros (conc. Mafra) – 742; ig. Nossa Senhora do Póculo – 742; pelourinho – 742;
- Ericeira (conc.) – conde – 676
- Ervas Tenras (conc. Pinhel) – 199, 201
- Ervededo (conc. Chaves) – 266
- Escandinávia – 704
- Escalona (Espanha) – 267
- Esgueira (conc. Aveiro) – 375
- Espanha – 164, 395, 403, 404, 439, 562, 563, 609-612, 661, 729, 731, 732
- Espoleto (Itália) – 170
- Estouteville (França) – 526
- Estremadura (Portugal) – 234, 244, 505
- Estremoz (conc.) – 197, 289
- Europa – 267, 505, 548, 568, 585, 610, 661, 704, 741
- Évora (conc.) – 89, 105, 118, 126, 139, 146, 149, 157, 159, 247, 285, 314, 419, 422, 444, 486-488, 561, 568, 572, 573, 576, 595, 597, 622, 625, 680, 732, 774, 776;
- Arquivo do Cab. da Sé – 487, 490, 494;
- Arquivo Distrital – 617;
- Biblioteca Pública – 313, 444, 591, 625;
- cab. da Sé – 263, 277, 278, 281, 487, 497; arcediogo – 605; cón. – 226, 227, 232, 235, 294, 313, 490, 507, 727; deão – 235, 264, 278, 279, 281, 294, 507;
- colégios: Espírito Santo (SJ) – 595, 596; Moços do Coro – 595, 596; Nossa Senhora da Purificação (SJ) – 595, 596; Santo Agostinho – 595, 596; São Gregório – 595, 596; São Jerónimo – 595, 596; São Manços (SJ) – 595, 596;
- dioc. / arquidiocese – 28, 52, 92, 110, 115, 138, 143, 144, 224, 227, 230, 234, 293, 337, 348, 375, 436-438, 443, 445, 455, 456, 467, 490, 497, 549, 550, 565, 572, 586, 589; – bispo /arceb. – 27, 112, 115, 144, 145, 156, 186, 200, 206, 207, 223-227, 232, 233, 234, 263, 269, 277-280, 288, 289, 316, 337, 345, 363, 366, 441, 443, 444, 464, 473, 474, 480, 485-490, 493, 495-497, 543, 545, 546, 549, 553, 561, 564, 567, 568, 572, 577, 585, 586, 589, 622, 623, 663, 664, 674, 679, 680, 685, 743, 756, 757, 774; auditoria eclesiástica – 447; constituições diocesanas – 571; relação eclesiástica – 680, 687; sínodo diocesano – 550, 571; visitasões diocesanas – 571
- ig. catedral – 487, 488, 494, 572, 573, 617;
- Inquisição – 652, 680;
- most. Santa Maria Scala Coeli (O. Cart.) – 673
- Museu – 776;
- Universidade – 585, 595, 596, 597;
- Faia (Cabeceiras de Basto) – 262
- Faião (Sintra) – 62, 71, 79, 80, 81, 82
- Faro (conc.)
- dioc. – 28, 52, 81; Ver Ossónoba e Silves.
- sé (capela das relíquias) – 759
- Feira (conc.) – 217; ig. São Nicolau – 242, 262
- Felgueiras (conc.) – 270
- Ferrara (Itália) – 508
- Ferreirim (conc. Lamego) – 503
- Ferreiros (Amares) – ig. Santa Maria – 216
- Fez (Marrocos) – reino – 492, 526
- Figueiró – 211
- Filottrano (Itália) – 354
- Flandres (Bélgica) – 383, 517, 518, 523, 566, 672, 673, 740, 754
- Florença (Itália) – 292, 334, 387, 520, 525, 528, 533, 566, 596, 697, 755, 756, 770;
- ig.: Santa Croce – 755; Santa Trinitá – 755; Santos Apóstolos – 334;
- Monte do Comum – 527-529;
- most.: Santa Maria (OSB) – 533, 534; (abade de) – 508, 533, 534; São Miniato al Monte (OSB Oliv.) – 520, 515, 520, 528, 529, 697, 755, 756, 770, 771; (capela do cardeal D. Jaime de Portugal) – 515, 527, 528, 529, 697, 698, 770, 771;
- Palazzo / Galleria degli Uffizi -596; 776;
- Foix (França) – condado – 516
- Fonte Arcada (Sernancelhe) – 503; ig. – 336
- Fontelo (conc. Armamar) – 510
- Fontes (conc. Santa Marta de Penaguião) – 506; marquês – 667
- Fossanova (Itália) – most. (O. Cist.) – 523
- Fossombrone (Itália) – dioc.: bispo – 653
- França – 38, 117, 118, 208, 249, 311, 337, 338, 347, 368-371, 377, 381, 383, 393, 396, 403, 421-425, 430, 522, 546, 590, 639, 657, 661, 673, 718, 730, 782;
- Francavilla – duque – 624
- Frankfurt (Alemanha) – 349
- Frascati (Itália) – dioc.: bispo – 373, 543
- Friburgo (Alemanha) – 292
- Frígia (antiga província romana) – 32
- Frísia (Países Baixos) – 156
- Funchal (conc.) – dioc. – 456, 564, 666; bispo – 563, 591, 603;
- Furnes/Veurne (Bélgica) – 523
- Gaeiras (conc. Óbidos) – 775; – conv. São Miguel (OFM) – 590, 775
- Galécia, província romana – 28, 52
- Gales – príncipe – 360

- Gália – 31, 32, 32, 34, 47, 53, 401
 Galiza (Espanha) – 295, 404, 426, 437
 Gandino (Itália) – 292
 Gasconha (França) – 404, 405, 413, 414, 424
 Gasteiz (Espanha) – Universidade de Gasteiz/Vitória – 37
 Genebra (Suíça) – 385, 389, 521
 Génova (Itália) – 347, 384, 385, 387, 390
 Gerona (Espanha) – 387
 Gharb al-Andaluz – 143, 144, 145
 Gibraltar, estreito – 155, 559, 560
 Gijón (Espanha) – 413, 496; conde – 495
 Girona (França) – Arquivos Departamentais – 408
 Glandier (França) – most. Santa Maria (O. Cart.) – 322
 Granada (Espanha) – 268, 332, 422, 492, 594, 597, 732
 Grécia – 34
 Grijó (conc. Vila Nova de Gaia) – most. do Salvador (CRSA) – 198
 Golegã (conc.) – ig. Santa Maria – 203
 Goa (Índia) – arquidiocese – 456; arceb. -674; ver Índia.
 Gondim (conc. Maia) – 506
 Gouveia (conc.) – marquês – 676, 679;
 Gralheira, Serra da – 641
 Guadalupe (Espanha) – most. Santa Maria (OSH) – 527
 Guadiana, rio – 27
 Guarda (conc.) – 178, 240, 372, 419, 489;
 – cab. da Sé – 370; arcediogo – 370, 373; arcediagado de Celorico – 337; chantre – 263, 366-373; deão – 178, 374; tesoureiro – 99, 171;
 – cortes – 113;
 – dioc. – 92, 98, 110, 168, 279, 331, 332, 337, 339, 364, 365, 370, 371, 372, 374-376, 436-438, 455, 456, 467, 488, 630; administrador da dioc. – 561, 562; bispo – 97, 120, 188, 206, 208, 214, 257, 262, 269, 329-331, 334, 337, 361, 363-367, 371, 372, 374, 468, 562, 563, 591, 629, 630, 631, 636, 674, 752, 753; constituições sinodais – 630; sínodo diocesano – 630; ver Idanha-a-Velha
 – duque – 561;
 – ig. catedral – 373;
 Guimarães – 168, 375;
 – Câmara – 633;
 – ig. colegiada de Nossa Senhora da Oliveira – 169, 421, 477, 490, 633; cab. /cón. – 339, 633; chantre – 169, 629; mestre-escola – 169; prior – 168, 169, 170, 264, 278, 396, 425, 429, 490, 510, 511
 Hainaut (Bélgica) – 523
 Hamburgo – 567, 774; Staats-und-Universitat Bibliothek – 567, 568, 774;
 Hastings (Inglaterra) – 127
 Hipona (Tunísia) – 43, 45, 46; dioc.: bispo – 43, 45, 46, 581
 Hippo Diarrhytus – ver Bizerta
 Hispânia – 27, 28, 30, 34, 35, 37, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58
 Holanda – 566, 661, 673, 674;
 Hungria – 387, 388, 504; imperador – 384
 Idanha-a-Velha (conc. Idanha-a-Nova) – 249; dioc. – 52, 92; bispo – 152, 331, 363, 367; ver Guarda;
 Ílhavo (conc.) – capela de Nossa Senhora da Penha de França – 752;
 Índia – 626, 646, 650, 665;
 – patriarcado das Índias Orientais – 656; ver Goa.
 – vice-rei – 575
 Inglaterra – 91, 120, 124, 127, 128, 129, 130, 309, 343, 348, 386, 390, 403, 404, 405, 407, 409, 411-414, 415-416, 418, 421-424, 430, 434, 496, 505, 516, 520, 571, 661, 720, 761;
 Iria (Espanha) – dioc. – 92
 Itália – 53, 201-203, 204, 210, 334, 337, 338, 339, 348, 355, 357, 383-385, 388, 398, 459, 507, 508, 510, 513, 519, 520, 523, 528, 532, 533, 548, 704, 720
 Jaén (Espanha) – 263
 Jarda (conc. Figueiró dos Vinhos) – 225
 Jarmelo (conc. Guarda) – ig. Santa Maria – 374
 Jerusalém (Israel) – 88, 155, 156, 164, 546, 622, 685; basílica do Santo Sepulcro – 349, 474
 Juromenha (conc. Alandroal) – 332
 La Chaise-Dieu (França) – most. (OSB) – 299, 323
 La Higueira (Espanha) – 729
 La Jugle (França) – 404
 La Manche (França) – 519
 La Morera (Espanha) – 28
 La Motte-les-Allasac (França) – castelo – 328
 La Rochelle (França) – 309, 311
 Lácio (Itália) – 31
 Lafões (conc. S. Pedro do Sul) – 641; most. São Cristóvão (O. Cist.) – 587
 Lagarde-Enval (França) – 299
 Lago (conc. Amares) – ig. Santa Maria – 217;
 Lamego – 279, 287, 436, 500, 503, 505, 514;
 – cab. da Sé: mestre-escola – 505;
 – castelo – 503;

- dioc. – 52, 92, 110, 138, 239, 279, 293, 438, 455, 456, 467, 503, 576, 583, 653; bispo – 112, 120, 206, 250, 443, 563, 564, 567, 575-583, 591, 603, 620, 653; constituições diocesanas – 581, 644; paço episcopal – 533, 583;
- igreja catedral – 583; (claustro) – 583;
- Tribunal da Inquisição – 582;
- Lancaster (Inglaterra) – duque – 404, 406, 413-415
- Langres (França) – diocese – 523
- Lanhoso (conc. Póvoa de Lanhoso) – 217
- Laon (França) – cab. da Sé – 323; arcediagado – 328
- Latráo (Itália) – 149, 175, 177, 178, 179, 556;
- Concílios – 114; II Concílio (1139) – 95, 448; III Concílio (1179) – 95, 448; IV Concílio (1215) – 95, 153, 154, 169, 447, 448; V Concílio (1512-1517) – 583
- Laveiras (conc. Oeiras) – most. Nossa Senhora Vale de Misericórdia (O. Cart.) – 677
- Leão (Espanha) – 716;
- comenda: comendador – 332
- dioc. – 92; bispo – 554; clérigos – 339, 373;
- reino – 80, 81, 149, 161, 414; rei – 147, 161; ver Castela e Leão
- Leão-Astorga, dioc. (Espanha) – 27; bispo – 27. Ver Astorga; Leão.
- Leiden (Holanda) – Leiden University Library – 108, 408
- Leiria – 89, 105, 126, 132, 191;
- dioc. – 20, 456; bispo – 591, 593, 602;
- ig. Santa Maria – 375;
- isento – 126
- Lencastre – ver Lancaster (Inglaterra)
- Leomil (conc. Moimenta da Beira) – 503-505
- León (Espanha) – ver Leão
- Lerma (Espanha) – 623, 624
- Les Landes (França) – 412
- Lião (França) – ver Lyon
- Libourne (França) – 404
- Liège (Bélgica) – 383
- Lille (França) – 521; basílica de Notre-Dame la Trille – 521; colegiada de São Pedro – 521, 754;
- Lima, comenda de (O. Hosp.) – 262
- Límia, terra (Portugal) – 184
- Limoges (França) – dioc. – 301; bispo – 321, 322;
- Limousin (França) – 321, 324
- Lisboa – 12, 18, 19, 25, 27-29, 36, 37, 60-79, 81-83, 85, 87-90, 92-93, 96-102, 105-112, 115, 116, 119-121, 123-127, 130, 139, 140-142, 145, 146, 149, 155-157, 160-163, 174, 177, 180, 182-184, 188, 189, 191, 194, 203, 204, 208, 221, 230, 233, 244, 245, 247, 251, 255, 265, 270, 274, 301, 303, 304, 312, 313, 315-317, 319, 324, 326, 327, 329, 331-335, 340, 341, 362, 365, 369, 376, 386, 388, 389, 394, 396, 407, 409-414, 418, 423-426, 429, 430, 431, 435, 437, 442, 444, 446, 449, 452-454, 460, 461, 463, 464, 466-468, 470, 473, 475, 478, 484, 488-491, 493, 497, 499, 500, 506, 511, 513, 519, 529, 531-533, 535, 536, 539, 540, 544, 545, 549, 555, 557-559, 561, 572, 573, 575-577, 579, 582, 584, 586, 587, 589, 591, 595, 596, 599, 600, 604-607, 618-620, 622, 624, 630-632, 634, 636, 640-643, 647, 648, 650, 653-655, 657, 659, 662, 664, 668, 669, 672, 673, 675, 676, 678-682, 684, 686, 687, 692, 698, 704-706, 708-710, 714, 721-725, 731-733, 736-739, 741, 742, 747, 749, 753, 754, 758, 761-765, 767, 769-776, 778, 779, 781-783;
- Academia Real da História – 19, 53, 262;
- Arquivo Histórico da Arquiconfraria do Santíssimo Sacramento das fr. de São Julião e de Nossa Senhora do Rosário de Fátima de Lisboa – 313, 314, 437;
- Arquivo capitular – 394, 428, 627, 710, 728;
- Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa – 446, 452, 459, 462, 600, 604, 619, 677, 687, 710;
- Arquivo Municipal (Arquivo Histórico) – 140, 429;
- Biblioteca da Academia das Ciências – 642, 780;
- Biblioteca Nacional da Ajuda – 620, 622-624, 680, 684;
- Biblioteca Nacional de Portugal – 102, 452, 459, 464, 466, 469, 481, 482, 554, 556, 560, 578, 591, 605, 618, 623, 630, 640, 641, 657, 665, 666, 671, 672, 683, 685, 714, 722, 723, 735, 727, 732, 774, 775, 778, 779, 782;
- cab. da Sé – 88, 89, 90, 91, 93-100, 103, 105, 106, 125-129, 132, 133, 136-139, 141, 147, 149, 152, 159, 162, 164, 168, 173, 174, 178, 181, 182, 184-186, 188, 190, 191, 196, 197, 199-201, 210, 212, 214, 219, 224 230, 233, 237, 253, 254, 256, 258, 280, 284, 286, 296, 300-303, 317, 319, 324-327, 342, 349, 376, 386, 389, 422, 439, 453, 459, 460, 464, 469, 488, 492, 493, 497, 525, 560, 579, 582, 706, 716, 735, 742, 748; arcediagos – 127, 139, 143, 153, 172, 200, 252, 301-302, 314, 326 446, 449, 461, 525; *cancellarius* – 99, 137; chanceler – 137, 456; chantre – 83, 99, 100, 127, 185, 191, 196, 199, 200, 243, 252, 253, 296, 351, 525; cón. – 91, 95, 101, 102, 103, 104, 124, 126, 127, 135, 138, 141, 143, 146, 178, 196, 199, 200, 202, 235, 237, 243, 264, 279, 285, 293, 311, 375, 473, 475, 525-527, 538, 555, 559, 560, 573, 706, 716, 755; deão – 97, 99, 100, 102, 127, 143, 144, 150, 151, 153, 159, 160, 168, 171, 173-175, 177-181, 185, 191, 196, 197, 199, 200, 202, 210, 243, 253, 325,

- 336, 349, 525, 555, 629; escola capitular – 456, 716; mestre-escola – 95, 99, 100, 127, 136, 137, 173, 179, 182, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 243, 253, 296, 464, 475, 480, 716; tesoureiro – 100, 127, 180, 185, 196, 243, 253, 296, 554, 560;
- Centro Cultural do Patriarcado de – 664, 678, 681, 772, 774, 776-778, 781, 782, 776;
 - colégios: Colégio de Santo Antão (SJ) – 593, 595, 596, 651; Colégio dos Órfãos e Recolhimento do Castelo – 666;
 - Cortes – 113, 419, 500, 525, 535, 536, 608, 611, 617, 619, 631, 655;
 - Custódia (franciscanos) – 182, 248, 250, 259;
 - dioc. / arquidiocese / patriarcado – 11, 12, 15, 19-25, 27-29, 36, 49, 52-54, 56-58, 60, 61, 79, 81, 82, 87, 89, 91-93, 97-99, 102, 104, 107, 110, 111, 112, 114, 115, 119, 120, 121, 123, 124, 126-128, 132, 133, 135, 136, 138, 139, 141, 143-145, 147-150, 154, 161-164, 168, 174, 175, 179, 180, 182, 189, 190, 195, 198, 201, 206, 208, 209, 210, 218, 219, 221, 223-225, 230, 232, 237, 239, 241, 243, 245, 252-254, 257, 259, 264, 269, 273, 279, 282, 293, 296, 298, 300-304, 309, 311, 316, 319, 324, 329, 330, 338, 340, 341, 349, 350, 351, 353, 355, 364, 366, 370, 372, 376-379, 386, 387, 388, 390, 392, 394, 397, 410, 412, 418, 419, 424, 426-428, 433, 435, 437-439, 439-442, 444, 445, 447-450, 452-455, 457, 461-463, 467, 471, 476, 477, 480, 481, 484, 485, 493, 500, 513, 522, 524-526, 535-537, 541, 550, 555, 571, 582, 584, 587, 589, 591, 597, 603, 604, 607, 620, 625, 626, 630, 633, 634, 647, 655-658, 666, 668, 669, 684, 693, 698, 700, 701, 705, 708, 715, 716, 721, 722, 727, 728, 733, 739, 745-747, 750, 754, 757; arceb.s – 19, 20, 23, 24, 107, 394, 431-457, 459-470, 471-484, 485-494, 495-502, 503-514, 515-529, 531-541, 543-552, 553-560, 561-574, 575-584, 585-597, 599-615, 617-627, 629-637, 639, 648, 649-660, 661-670, 671-678, 679-688, 691, 695, 697, 698, 701, 703, 708-711, 713-715, 718, 721-725, 727, 731, 732, 735, 739-741, 743, 744, 749, 750, 752-754, 756-760, 769-783; arcepreste – 560; bispos de – 11, 12, 19, 20, 22-49, 51-85, 87-133, 135-165, 167-170, 171-175, 177-182, 183-194, 195-213, 213-222, 223-235, 237-245, 247-259, 261-275, 276-286, 287-298, 299-305, 307-319, 321-328, 329-344, 345-351, 353-360, 361-379, 381-392, 393-402, 403-416, 417-430, 433, 434, 440, 459-467, 486, 691, 692, 695, 696, 703-708, 711, 713-720, 735, 738, 742, 746-748, 752, 761-768; câmara episcopal – 435, 436, 445, 453; constituições sinodais – 104, 537, 538, 550, 571, 587, 591, 603, 607, 623, 630, 644, 667, 684, 721, 722; meirinho do arceb. – 493; mesa episcopal – 281, 435, 445; mesa do despacho – 445; mesa da consulta – 445; Mitra de – 132; mordomo – 147, 450; ouvidor geral do bispo – 525; Patriarcas – 19, 459, 671, 672, 676, 677, 683, 684, 688, 701; seminário diocesano de Santa Catarina – 457, 593; sínodos diocesanos de – 104, 105, 147, 177, 181, 190, 196, 208-210, 243, 254, 265, 329, 342, 420, 447-449, 465, 477, 537, 551, 559, 571, 658, 684; tribunal episcopal – 395, 399, 444, 446, 447, 453; vigários-gerais – 22, 198, 264, 280, 296, 302, 313, 312, 316, 326, 327, 349, 355, 394, 395, 397, 399, 411, 412, 480, 525, 526, 540, 551, 555; visitas episcopais – 525, 537-539, 550, 551, 559, 604;
 - Estudo Geral / Universidade – 227, 230-231, 290, 317, 333, 367-369, 419, 422, 423, 426, 427, 430, 472, 498, 505, 506, 512, 513, 532, 555, 717, 723; (Faculdade de Teologia) – 427; conselheiro – 506, 513; reitor – 506, 513, 576; ver Coimbra, Estudo Geral / Universidade.
 - Fundação Ricardo Espírito Santo Silva – 65;
 - Hospitais: de Todos os Santos – 596; dos Meninos – 303; dos peregrinos de São Vicente – 205; dos Santos Paulo, Elói e Clemente – 230-234, 231, 313, 456, 544, 717, 756;
 - ig. /paróquias: Flamengas – 683; igreja velha de Belém – 573; Nossa Senhora das Mercês – 454, 457, 780; Nossa Senhora do Socorro – 454; Salvador – 473, 481, 695 (ver Lisboa, mosteiro do Salvador); Santa Catarina – 659; Santa Cruz do Castelo – 66, 139, 178, 316, 340, 388, 392, 450, 735; Santa Engrácia – 637; Santa Justa e Santa Rufina – 66, 83, 234, 454, 522; Santa Maria de Alcamim – 73, 74, 83 (ver igreja de São Cristóvão); Santa Maria de Benfica – 449, 466; Santa Maria do Loreto – 454; Santa Maria dos Mártires – 90, 129, 454, 603; Santa Maria dos Olivais – 466, 533; Santa Maria Madalena – 172, 650; Santa Marinha do Outeiro de – 388, 450; Santiago – 139, 311; Santo António – 658; Santo Estevão de Alfama – 242, 410, 411, 451, 454, 468; São Bartolomeu – 139, 230, 235, 456; São Cristóvão – 66, 73, 74, 83, 618; São João Baptista do Lumiar – 205; São João da Praça – 534, 535; São José – 454; São Julião – 533; São Lourenço – 451, 453, 531, 539-541, 555, 559, 709; São Lourenço de Carnide – 282, 285; São Mamede – 59, 63, 66, 83, 162, 180; São Martinho – 139, 453, 463; São Mateus do Lumiar – 205; São Nicolau – 603; São Pedro de Alfama – 296, 500;

- São Sebastião da Pedreira – 454; Santíssimo Sacramento – 603; São Tomé de – 506; Sé – 63, 68, 70-73, 77, 79, 82, 88-90, 103, 106, 108, 109, 120, 124, 125, 142, 167, 169, 171, 172, 210, 232, 243, 255, 285, 286, 304, 341, 342, 344, 379, 425, 459, 468, 470, 475, 487, 488, 494, 556, 560, 621, 576, 578, 591, 613, 625, 629, 630, 632, 636, 657, 659, 685, 694, 695, 699, 706, 707, 715, 716, 724, 725, 735-739, 744-748, 754, 755, 757, 758, 769, 772, 778, 781; (camarim patriarcal) – 737, 747; (capela de Bartolomeu Joanes) – 736; (capela de João Martins de Soalhães) – 736-737; (capela de Nossa Senhora da Piedade) – 678, 748; (capela de Nossa Senhora de Terra Solta / capela da Misericórdia) – 212, 748, 764; (capela de Santa Eulália) – 150, 745; (capela de Santo Aleixo) – 165, 738, 745, 748, 763; (capela de São Nicolau/ capela de Nossa Senhora de Belém) – 212, 736, 747, 764; (capela de São Sebastião) – 243, 460, 462, 469, 736, 769; (capela de São Vicente) – 426; (capela do Santíssimo Sacramento) – 500; (capelas radiantes) – 736; (capela-mor) – 319, 340, 560, 573, 584, 637, 738, 739, 754, 758; (claustro) – 70, 71, 72, 78, 164, 165, 446, 460, 465, 470, 560, 557, 678, 736, 745, 748, 763, 764, 769; (tesouro) – 141, 339, 558, 773; (torre norte) – 425, 463;
- Inquisição – 618, 652, 665, 653, 681;
- most. / conv.: casa professa de São Roque (SJ) – 593, 653; Chelas (CRSA) – 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 82, 105, 466; Jerónimos – ver Santa Maria de Belém; Madre de Deus de Xabregas (OFM) – 556, 573, 773; Nossa Senhora da Graça (OESA) – 21, 284, 641, 732; Nossa Senhora de Jesus/ dos Cardais (TOR) – 647, 648, 780; Nossa Senhora do Carmo (O. Carm.) – 466, 739; Nossa Senhora do Desterro (O. Cist.) – 674; Salvador (OP) – 460, 466, 476, 481, 482, 541, 739-742, 744 (ver Lisboa, igreja do Salvador); Santa Clara (OFM) – 21, 544; Santa Maria de Belém (OSH) – 482, 572, 578, 596, 597, 753, 758, 759, 775, 777; Santa Marta (OFM) – 679; Santíssima Trindade (OSST) – 182; Santo Elói (Lóios) – 532, 544, 554; mosteiro de Santo Elói (capela de Nossa Senhora da Glória) – 544; Santos-o-Novo (O. Sant.) – 63; Santos-o-Velho (O. Sant.) – 63, 73, 83, 461, 466; São Bento de Xabregas (Lóios) – 554, 556; São Domingos de Benfica (OP) – 466, 741, 753; São Domingos de Lisboa (OP) – 182, 563, 564, 577, 580, 716, 717, 722, 740; São Francisco (OFM) – 21, 182, 318, 342, 424, 581, 636; São Vicente de Fora de (CRSA) – 21, 90, 102, 105, 128, 129, 132, 139, 140-141, 144, 147-150, 153, 163, 174, 180, 186, 191, 193, 194, 205, 225, 232, 233, 234, 284, 302, 315, 410, 412, 426, 461, 463, 505, 524, 575, 758.
- Museu Arqueológico do Carmo – 63, 67, 68, 69, 73, 695, 741, 769;
- Museu de Lisboa – 66; Museu de Lisboa – Museu do Aljube – 668, 781; Museu de Lisboa – Palácio Pimenta – 72, 74, 76; Museu de Lisboa – Teatro Romano – 58, 63, 64;
- Museu Nacional de Arqueologia – 451, 452, 477, 478, 484, 526;
- Museu Nacional de Arte Antiga – 544, 549, 557, 586, 620, 698, 771, 773, 775, 778, 782;
- oficiais: alcaide – 61, 147, 193, 332, 473, 531, 532; alvazis – 147; porteiros – 147;
- Santa Casa da Misericórdia – 16, 24, 674;
- toponímia urbana, bairros e edifícios: alcáçova – 76, 77, 79, 87, 208, 314, 340; Alcântara – 651, 683; Alfama – 78; Alvalade – 144, 556; Arouca – 205; Belém – 577-579, 666, 753; Casa dos Bicos – 68, 72; castelo de São Jorge – 65, 67, 76, 108, 340, 739; cerca fernandina – 461; cerca moura – 65; cerca velha – 70, 73, 77, 78; judiaria de – 212; Limoeiro – 582; Lumiar – 205; Marvila – 126, 127, 341; mesquita aljama – 77, 78, 88, 89, 90, 126; muralhas – 76, 146; Paço da Ribeira – 556, 582, 658, 674; Paço de São Martinho de (Limoeiro) – 425; Paço do Concelho – 641, 658; Paço episcopal – 106, 193, 311, 340, 341, 344, 463, 525, 636, 735, 738; Paço episcopal de São Vicente de Fora – 459; Paço régio da Alcáçova – 228, 408, 556, 573, 739; (capela de São Miguel) – 556; Paços da Índia – 576; Palácio da Mitra – 583; Palácio de Marvila – 677; Palácio do Chafariz d'el-Rei – 72, 75; Palácio Penafiel – 58; Porta das Termas ou de Alfama – 77; Porta do Ferro – 77, 754; Praça Nova (castelo) – 65, 67, 78; Rossio – 463, 563; Rua da Prata – 78; Rua da Saudade – 64; Rua dos Bacalhoeiros – 72, 74; Telheiras – 205; Terreiro do Paço – 621, 658; torre de Martim Moniz – 499; Xabregas – 570, 573;
- Torre do Tombo – 131, 148, 149, 150, 151, 152, 155, 157, 170, 172, 180, 186, 187, 189, 190, 192, 193, 205, 211, 217-221, 223, 224, 227, 229-231, 233, 238, 239, 241, 242, 244, 247, 253-256, 264, 278, 279, 283, 284, 297, 300-302, 312-317, 319, 326, 327, 349, 367, 368, 387, 388, 392, 410-412, 419, 426, 437, 444, 445, 450, 451, 453, 459, 461, 466, 473, 478, 482, 491, 497, 500, 512, 513, 525, 529, 532, 540, 541, 545, 553, 555, 557, 559, 568, 617, 618, 621, 625-627, 640, 648, 665-667, 674, 703-709, 717, 727, 761-765, 767, 769, 770;

- Lombardia (Itália) – 304, 382
 Lombez (França) – dioc.: bispo de – 382
 Londres (Inglaterra) – Museu Britânico – 72; The National Archives – 309, 403, 405-407, 412-414, 416; Torre de – 407
 Lonigo (Itália) – arcediago – 383
 Loreto (Itália) – Basílica da Santa Casa – 673
 Lorrão (conc. Penacova) – most. São Mamede e São Paio (O. Cist.) – 338, 375; abadessa – 375;
 Loures (conc.) – 270, 583; ig. Santa Maria – 178
 Lourinhã (conc.) – 378; igr. Santa Maria – 181, 210, 339;
 Lousã (conc.) – ig.: Santa Maria – 327; São Silvestre/ São Paio – 336
 Lousada (conc.) – ig. do Salvador – 263
 Lovaina (Bélgica) – 721; Universidade – 566
 Lucca (Itália) – 385, 533
 Lugo (Espanha)
 – cab.: arcediago – 203; mestre-escola – 203
 – dioc. – 92; bispo – 312;
 Lumiar – ver Lisboa
 Luni (Itália) – dioc.: bispo – 382
 Lusitânia – 728; província romana – 27, 28, 36, 51, 52, 53, 54, 55; província eclesiástica – 51, 56, 57;
 Lyon (França) – 27; I Concílio (1245) – 183, 187-189, 194; II Concílio (1274) – 207, 208, 448; ig. São João – 208
 Madrid (Espanha) – 541, 618, 620, 630, 646, 647, 654, 657, 672, 675, 726, 730, 731, 771; Arquivo Histórico Nacional – 541, 707, 709, 771; Biblioteca Nacional de España – 257, 656, 658; Museu Arqueológico Nacional – 71;
 Madrigal de las Altas Torres (Espanha) – 512
 Mafra (conc.) – 742; ig. Santo André – 343, 451, 559
 Maguelone (França) – 337
 Mainz (Alemanha) – dioc.: bispo – 349
 Maiorca, reino de – 250
 Malaca (Malásia) – 626
 Málaga (Espanha) – 730
 Maluco, ilhas de (Indonésia) – 566
 Maluenda (Espanha) – 731
 Mansilla (Espanha) – 373
 Manteigas (conc.) – 489
 Mântua (Itália) – 528, 568, 569
 Marco de Canaveses (conc.) – 237, 245;
 Marialva (conc. Meda) – conde – 503, 505, 509, 562; marquês – 667
 Marrocos – 576, 613; bispo – 492
 Marvão (conc.) – alcaide-mor – 639
 Marvila – ver Lisboa
 Matosinhos (conc.) – 297, 509
 Mazagão (Marrocos) – 617, 650
 Medelo (conc. Lamego) – 287-289, 295, 506, 510
 Medina del Campo (Espanha) – 241
 Medina Sidonia (Espanha) – 578
 Mediterrâneo, mar – 75
 Meinedo (conc. Lousada) – ig. Santiago – 476
 Melgaço (conc.) – 633
 Mende (França) – dioc.: bispo – 328
 Mérida (Espanha) – 28, 36, 54, 62, 87;
 – Concílio provincial (666) – 57, 58;
 – *conventus* – 27;
 – dioc. / arquidiocese – 27, 28, 52, 92, 124, 149; bispo – 27;
 – província eclesiástica – 92
 Minho, rio – 267, 295, 331, 422, 633, 650
 Milão (Itália) – 30, 31; 153, 281, 334, 348; Casa dos Visconti – 384; Concílio (355) – 30
 Miranda (conc. Miranda do Douro) – conde – 654, 671, 672; dioc. – 455, 682, 687; bispo – 609, 639, 752;
 Mirepoix (França) – 301
 Moçaravia (conc. Sintra) – 82
 Mogofores (conc. Anadia) – 244
 Monção (conc.) – 633
 Moncorvo – ver Torre de Moncorvo
 Mondego, rio – 237, 282, 338, 372, 639, 653
 Mondoñedo (Espanha) – dioc. – 92
 Mondragon (França) – 299
 Monsanto (conc. Idanha-a-Nova) – ig. São Miguel – 375
 Monserrate, marqueses – 348
 Monte Agraço – ver Sobral de Monte Agraço
 Montejunto (Alenquer) – 182
 Montespán (França) – 395
 Montemor-o-Novo (conc.) – 279, 515, 617, 629; marquês – 501
 Montemor-o-Velho (conc.) – 135; 153, 626; ig.: Santa Maria da Alcáçova – 197; São Martinho – 338
 Montemuro (conc. Évora) – eremitério – 487
 Montenegro (Espanha) – arcediagado – 203
 Montiel (Espanha) – 360, 404
 Montpellier (França) – 278, 311, 312, 315, 333, 334, 371, 717; Universidade – 136, 262, 307, 314, 333, 369
 Moreruela (Espanha) – most. Santa Maria (O. Cist.) – 152;
 Mouquim (conc. Vila Nova de Famalicão) – 187
 Moura (conc.) – 504, 621, 622, 625
 Moreira (conc. Maia) – most. do Salvador (CRSA) – 588

- Münster (Alemanha) – dioc.: bispo – 521
 Múrcia (Espanha) – dioc.: bispo – 293
 Mursa (Croácia) – 30, 31, 47
- Nájera (Espanha) – 360, 371
 Nápoles (Itália) – 36, 393, 400, 434, 731; reino – 304, 393
 Narbonne (França) – 312; arquidiocese: arceb. de – 718
 Navarra, reino de – 385, 406, 414, 415
 Nazaré (conc.) – ig. Nossa Senhora – 732
 Nice (França) – 398, 559
 Niceia (Turquia) – Concílio (325) – 29, 30, 31, 32, 33, 35, 37, 40
 Nicomédia (Turquia) – 40
 Nidau (Suíça) – castelo – 474
 Nisa (conc.) – ig. São Bartolomeu – 640
 Nogueira (conc. Braga) – 187
 Nola (Itália) – conde – 516
 Noreña (Espanha) – conde – 496
 Nova Iorque (Estados Unidos da América) – National Design Museum – 69
 Noyon (França) – dioc.: bispo – 311
 Nuremberga (Alemanha) – 348
- Obazine/ Aubazines (França) – abade – 321
 Óbidos (conc.) – 178, 496, 499, 590, 775; alcaide-mor – 501; arcepreste – 445; ig.: Santa Maria – 451; Santiago – 451, 559; São João de Mocharro – 178, 187, 451; São Pedro – 186, 450, 477, 478;
 Odemira (conc.) – 285
 Odivelas (conc.) – most. São Dinis e São Bernardo (O. Cist.) – 109, 266, 517, 749;
 Olivares (Espanha) – duque – 659
 Olivença (Espanha) – 475
 Oliveira (conc. Lanhoso) – 217
 Oliveira do Hospital (conc.) – 511
 Orense (Espanha) – 414; dioc. – 92, 241
 Oriola (conc. Portel) – 211
 Orvieto (Itália) – 204
 Osma (Espanha) – dioc.: bispo – 175, 345, 554
 Osserain (França) – 406
 Ossónoba – dioc. – 28; bispo – 27. Ver Silves e Faro.
 Óstia e Velletri (Itália) – dioc.: cardeal-bispo – 375
 Ota (conc. Alenquer) – 145
 Ourém (conc.) – 132; arcepreste – 446; castelo – 465; ig.: Santiago – 492; São Pedro – 492;
 Oviedo (Espanha) – dioc. – 92, 351, 496; bispo – 496
 Oxford (Inglaterra) – Universidade – 405-406
- Paço (conc. Santa Maria da Feira) – 217
- Paço de Sousa (conc. Penafiel) – most. do Salvador (OSB) – 588
 Pádua (Itália) – 163;
 – cab. da Sé: cón. – 383;
 – Universidade – 507; reitor – 506
 Pafos (Chipre) – dioc.: administrador – 515; bispo – 524, 755
 País Basco (Espanha) – 37
 Palacios (Espanha) – most. (O. Cist.) – 172; abade – 168;
 Palença (Espanha) – 325, 327;
 – cab. da Sé – 173, 323, 324; cónegos – 289; mestre-escola – 173; tesoureiro – 178;
 – dioc. – 92, 168, 172, 250, 289, 346, 371; bispo – 178, 179, 181, 250, 288, 321, 323, 324, 362, 365, 366, 428, 512;
 Palestrina (Itália) – dioc. – 381, 382; cardeal-bispo de – 291, 435;
 Palmeira (conc. Braga) – 217; ig. Santa Maria – 215, 217;
 Palmela (conc.) – 89, 146, 157, 254, 420, 682; conv. Santiago (O. Sant.) – 461
 Pamplona (Espanha) – 415
 Panóias – 262
 Panónia (Hungria) – 30
 Paris – 136, 278, 281, 299, 422, 428, 750; Archives Nationales de France – 279, 281; Bibliothèque Nationale de France – 219, 382, 399; cab. da Sé: deão – 554; concílio (361) – 33; dioc.: bispo – 104; Universidade – 136-138, 238, 248, 258, 555, 566, 717;
 Passau (Alemanha) – dioc.: bispo – 384; Diöcezanmuseum – 68
 Paul (conc. Covilhã) – ig. Santa Maria – 339
 Pederneira (conc. Nazaré) – ig. São Pedro – 149, 189, 336, 378;
 Pelissane (França) – 299
 Penas Róias (conc. Mogadouro) – 227
 Penacova (conc.) – 617
 Penaguião – ver Santa Marta de Penaguião
 Penamacor (conc.) – conde – 501
 Penela (conc.) – arcediogo – 282; conde – 575, 576, 582, 758; ig. São Miguel – 293
 Penha Longa (conc. Sintra) – most. São Jerónimo (OSH) – 561, 741
 Península Ibérica – 27, 62, 65, 76, 79, 81, 124, 157, 241, 262, 281, 385, 387, 388, 389, 404, 413, 414, 437, 466, 570, 580, 631, 651, 704;
 Penude (conc. Lamego) – abade – 288
 Périgueux (França) – dioc.: bispo – 304
 Pernes (conc. Santarém) – ig.: Santa Maria – 316; São

- João – 242
 Perpignan (França) – 312
 Perúgia (Itália) – 172, 258, 520, 527, 754;
 Pinhel (conc.) – 510; arcepreste – 513;
 Pisa (Itália) – 533; Concílio (1409) – 479, 480, 482
 Plaisance (França) – 521
 Plymouth (Inglaterra) – 407
 Poitiers (França) – 30, 31, 32, 33
 Pombal (conc.) – 249; igreja – 148
 Pombeiro (conc. Felgueiras) – most. Santa Maria (OSB) – 284
 Ponte de Lima (conc.) – 633
 Portalegre (conc.) – 532, 534, 602, 653;
 – dioc. – 455, 653; bispo – 580, 591, 649, 653, 654, 722, 725, 726, 731;
 – conde – 634;
 – most. São Bernardo (O. Cist.) – 752;
 Porto (conc.) – 40, 116, 251, 255, 263, 268, 295, 296, 475, 478, 480, 481, 533, 665, 671-673; 682, 726;
 – Biblioteca Pública Municipal – 39, 40;
 – cab. da Sé – 251, 289, 290, 295, 475, 717; arcediogo – 476; chantre – 97, 99, 100, 296; cón. – 251, 293, 374; deão – 251, 263, 266, 673;
 – casa da relação – 619, 677;
 – casa da suplicação – 619;
 – castelo – 295;
 – colégio de São Lourenço (SJ) – 595, 596;
 – dioc. – 92, 107, 115, 138, 169, 247, 250, 251, 252, 289, 290, 292, 294, 295, 296, 297, 336, 371, 372, 438, 455, 461, 672, 717, 718, 728; bispos – 120, 169, 188, 206, 207, 214, 247, 250, 251, 256, 263, 269, 287, 288, 290, 295, 298, 367, 384, 435, 443, 468, 471, 474, 476-478, 554, 581, 664, 674, 679, 681, 682, 684, 686, 687, 706, 722, 725, 726, 728, 740; governador da diocese – 671, 672, 674; sínodo diocesano – 478 vigário-geral – 294, 296
 – governador das armas – 674;
 – paço episcopal – 295;
 – sé – 295;
 Porto-Santa Rufina (Itália) – dioc.: bispo – 543, 549, 551;
 Porto Novo (conc. Torres Vedras) – ig. São Dinis – 255
 Porto de Mós (conc.) – ig. Santa Maria – 254, 336
 Portugal – 16, 17, 18, 19, 20, 22, 83, 87, 88, 89, 90, 91, 96, 97, 105, 106, 111, 114, 117, 119, 120, 121, 123, 127, 128, 136, 138, 139, 142, 144, 149, 157, 160, 163, 177, 182-185, 187-189, 198, 200-204, 206, 211, 220, 228, 230, 240-243, 247-251, 255, 259, 262, 266-269, 278, 279, 281, 285, 289, 293, 294, 301, 302, 309, 319, 324, 329, 330, 333, 334, 335, 338, 339, 362-364, 368-370, 372-374, 382, 386-388, 389, 392, 395-399, 404, 407, 409-414, 417-420, 422-424, 430, 433, 434, 439-442, 447, 454, 463, 465, 468, 471-475, 477, 479-481, 484, 491, 495-498, 500, 507-509, 515, 516, 519-529, 536, 543, 545, 547, 549, 556, 561-574, 568, 569, 579, 580, 585-597, 599, 600, 603, 606-614, 619-622, 625, 630-632, 639, 646, 649, 652-658, 661, 663, 665, 673, 685, 686, 694, 699-701, 705, 717, 720, 721, 725, 727, 728, 731, 732, 741, 743, 745, 746, 749, 750, 752, 753, 757, 761, 770, 776;
 – governador – 724;
 – Universidade Católica Portuguesa – 11, 15, 16, 17, 19, 23, 24; Centro de Estudos de História Religiosa – 11, 15, 16, 17, 19, 23, 24;
 – vice-rei – 647, 648, 665
 Provença (França) – 393, 398, 400; grande senescal – 393, 400
 Ramalhão (conc. Sintra) – 514
 Rates (conc. Póvoa do Varzim) – priorado de São Pedro: prior – 376
 Ravena (Itália) – dioc.: bispo – 44
 Redondo (conc.) – conde – 626, 679, 685
 Redinha (conc. Pombal) – 249; – ig. – 148
 Refóios de Riba Lima (conc. Ponte de Lima) – 217
 Reims (França) – dioc. – 348
 Reina (Espanha) – arcediogo – 350
 Renânia (Alemanha) – 156; dioc. – 703;
 Rendufe (conc. Amares) – most. Santa Maria (O. Cist.) – 221
 Ribadeo (Espanha) – arcediogo – 351
 Ribamar (conc. Oeiras) – most. Santa Catarina (OFM) – 677
 Riba-Tâmega (Portugal) – 295
 Ribatejo (Portugal) – 244
 Ribeira – ver Ribera
 Ribeira Grande (conc.) – conde – 67
 Ribera (Espanha) – 213
 Riez (França) – 393, 401; dioc.: bispo – 182
 Rimini (Itália) – Concílio (359) – 33-37
 Rio Bom (conc. Amares) – 216
 Rio de Janeiro (Brasil) – dioc. São Sebastião: bispo – 682
 Ripalta (Itália) – 386
 Rodes – 580
 Roma (Itália) – 21, 29, 36, 91, 96, 97, 100, 101, 102, 105, 111, 117, 121, 124, 125, 130, 160, 178, 211, 212, 219, 221, 381, 387, 389, 390, 397, 417, 428, 434, 483, 518, 543, 546-551, 554, 565, 568-570, 576, 589, 590, 599, 654, 673, 719, 730, 731, 736, 746, 754, 768, 771, 773;

- Biblioteca Angelica – 548, 772; 562;
- Concílio – 34;
- ig. / basílicas: Santa Cecília – 543; Santa Lúcia *in Septisolio* – 561, 566; Santa Maria del Popolo – 551, 557, 698, 719, 771-773; Santa Maria *in Via Lata* – 288; Santa Maria Maior – 391, 392, 768; Santa Maria *in Trastevere* – 543, 547; Santa Praxedes – 345, 350, 351; Santa Prisca – 381, 390; Santa Sabina – 220, 337, 345; Santos Quatro Coroados – 585, 589, 701, 775; São Lourenço *in Lucina* – 543; São Pedro – 391, 740; São Pedro *ad Vincula* – 471, 480, 483;
- Hospital de Santo António dos Portugueses de – 719;
- most.: São Brás Pinhota – 483, 740; São Silvestre *in capite* – 391
- Sé Apostólica – 88, 91, 93, 96, 97, 100, 101, 102, 105, 111, 112, 113, 114, 115, 132, 152, 153, 158-163, 168, 169, 171, 173, 174, 177, 179, 180, 184, 185, 186, 188, 192, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 210, 211, 224, 227, 228, 239, 240, 241, 248-250, 253, 255, 258, 259, 262, 266, 381, 389, 393, 403, 405, 408-411, 413, 415, 416, 420, 433-435; 439, 441, 456, 459, 463, 464, 467, 468, 471-476, 479, 480, 482, 490, 497, 507-510, 512, 513, 520-524, 526, 535, 546, 548, 549, 551, 554-556, 562, 564, 565, 571, 569, 570, 580, 582, 588, 590, 606, 608, 610, 623, 631, 635, 636, 661, 662, 669, 673, 677, 700, 716, 721, 746, 747, 755; chancelaria apostólica – 163, 394, 397, 403, 409, 423; coletor apostólico – 463;
- toponímia: Arco di Portugallo (Via del Corso) – 719; Piazza Navona – 523; Porta de Santa Maria del Popolo – 523;
- Romanha (Itália) – 304
- Romanis* (França) – 301
- Rosmaninhal (conc. Idanha-a-Nova) – 249
- Rupe (França) – ig. – 348
- Sabóia (França) – 348; duque de – 557, 559, 560, 562, 565, 657, 681
- Sabugal (conc.) – 554
- Sacarabotão (Santarém) – 473
- Sacavém (conc. Loures) – 464; ig. Santa Maria – 462, 464
- Sacro Império Romano-Germânico – 348, 384, 385, 387, 388, 473, 522, 527, 562, 572, 599, 673
- Sado, rio – 156
- Safim (Marrocos) – 577, 579; castelo – 579;
- Saint Arnoult (França) – 414
- Saint-Ghislain (Bélgica) – most. (OSB) – 523
- Saintes (França) – dioc. – 304, 311; bispo – 299, 304, 307, 308
- Saint-Jean-Pied-de-Port (França) – 415
- Saintonge (França) – 309
- Salado (Espanha) – batalha (1340) – 268, 694
- Salamanca (Espanha) – 241, 512, 567, 731, 732;
- cab. da Sé – 350; arcediogo de – 351; chantre – 555; mestre-escola – 716
- Concílio (1310) – 243;
- dioc. – 52, 92, 241; bispo – 185;
- Universidade – 136, 226, 262, 369, 421, 566, 586
- Salas de Bureba (Espanha) – 371
- Salisbúria (Inglaterra) – catedral – 571; ritual – 128
- Salinas (Espanha) – conde – 624, 625
- Salvaterra de Magos (conc.) – 249, 335, 424, 473, 481; tratado de (1383) – 120
- Salzedas (conc. Tarouca) – most. Santa Maria (O. Cist.) – 279, 504, 514
- Salzburgo (Áustria) – arquidiocese: arceb. – 384
- San Adrián de Tuñón (Espanha) – ig. – 69
- Sande (conc. Guimarães) – ig. São Martinho – 295
- Santa Cruz do Cabo de Gué (Marrocos) – 579;
- Santa Iria de Azóia (conc. Loures) – 341
- Santa Marta de Penaguião (conc.) – 506
- Santarém (conc.) – 75, 89, 105, 109, 126, 130, 132, 146, 182, 195, 244, 267, 289, 326, 335, 341, 343, 424, 445, 453, 462, 473, 493, 578, 612, 718, 750;
- arcediogo – 253, 296, 301-303, 314, 446, 449, 461, 480, 525, 627;
- arcepreste – 446, 544;
- conv. / most. – Santíssima Trindade de (OSST) – 182; São Francisco (OFM) – 182; Santa Clara (OFM) – 197, 666-667; São Domingos (OP) – 182;
- *conventus* – 27;
- cortes – 218;
- dioc. – 20;
- ig.: Santa Iria – 210; Santa Maria da Alcáçova – 210, 211, 229, 255, 265, 312, 336, 343, 475; Santa Maria de Marvila – 178, 179, 187, 195, 212, 450, 477, 478; Santo Estevão – 289; São Mateus – 451; São Martinho de Alporão – 242, 303, 386; Santiago – 132, 302, 462;
- paço do arceb. de Lisboa – 475, 477;
- termo – 216;
- tratado de (1373) – 496;
- vigário-geral – 525
- Santiago de Compostela (Espanha) – 91, 125, 130, 172, 187, 188, 312, 477, 707;
- arquidiocese – 87, 88, 92, 93, 95, 106, 110, 124, 125, 138, 148, 149, 158, 168, 186, 196, 242, 426, 436, 437, 456, 467; arceb. e metropolita – 22, 95, 96,

- 97, 99, 106, 120, 138, 139, 152, 159, 171-173, 179, 183, 184, 186, 187, 193, 194, 201, 205, 219, 240, 243, 268, 362, 424, 437, 467, 498, 718;
– Archivo de la Catedral de Santiago de Compostela – 187;
– cab. da Sé – 185, 716; arcediogo – 99, 179, 184, 716; cón. – 186; deão – 178, 184;
Santo Antão do Tojal (conc. Loures) – 341, 583; ig. – 178, 304, 326;
Santo Tirso (conc. Santo Tirso) – 526; most. (OSB) – 524;
São João das Lampas (conc. Sintra) – 80, 761; ig. São João dos Porqueiros – 619
São João de Mamora (Marrocos) – 576
São João de Ver (conc. Santa Maria da Feira) – 217
São João dos Porqueiros – ver São João das Lampas
São Miguel de Odrinhas (conc. Sintra) – 40; Museu Arqueológico – 62, 80, 81, 82, 761;
São Paio de Pousada (conc. Braga) – 266;
São Pedro do Sul (conc.) – 173
São Salvador da Baía (Brasil) – dioc. – 456
São Salvador de Vilar do Monte (conc. Ponte de Lima) – 217
São Tomé (São Tomé e Príncipe) – dioc. – 456; bispo – 591;
São Vicente da Beira (conc. Castelo Branco) – 262, 554
Saragoça (Espanha) – dioc. – 27, 28, 52
Sardenha (Itália) – 29, 34
Sárdica (Bulgária) – Concílio (343) – 29
Sault (França) – 400
Saxónia (Alemanha) – 517
Segóvia (Espanha) – 403, 475, 731;
– cab. da Sé de – 403, 404; cón. – 403; deão – 120, 405, 406;
– dioc. – 92; bispo – 353;
– sé – 403, 404
Segura (conc. Idanha-a-Nova) – 249
Selêucia (Turquia) – Concílio (359) – 33
Senez (França) – dioc.: bispo – 347
Serpa (conc.) – 175, 177, 178, 508
Serra do Socorro (conc. Mafra) – ermida de Nossa Senhora do Socorro – 742
Setúbal (conc.) – dioc. – 20; ig. Santa Maria – 463
Sevilha (Espanha) – 91, 129, 357, 359, 424, 716, 729;
– arquidiocese – 92, 110, 293, 350, 355, 357, 370, 372, 436, 437, 456, 467; arceb. – 345, 350, 351, 353, 355, 357, 359;
– cab. da Sé – 354;
– sé – 359;
– taifa – 129,
Sicília (Itália) – 388
Siena (Itália) – 507, 509, 510, 513, 550, 741
Sigüenza (Espanha) – 347;
– dioc. – 346, 347, 349, 371; bispo de – 345, 346, 347;
– cab. da Sé: cón. – 374;
Silva (conc. Barcelos) – 216; abade – 576
Silves – 146, 418;
– cab. da Sé: chantre – 412; cón. – 264; deão – 373;
– dioc. – 92, 110, 115, 420, 421, 436, 438, 467, 475; bispo – 119, 145, 252, 278, 375, 417, 418, 420, 421, 429, 443, 456, 471, 476, 483, 515, 518, 519, 525-528, 755; vigários-gerais – 421. Ver Algarve, Faro, Ossónoba.
Simancas (Espanha) – Archivo General – 676
Singevega (conc. Santo Tirso) – most. (OSB) – 776;
Singidunum (Sérvia) – 30, 31, 47
Sintra (conc.) – 49, 71, 79, 80, 89, 105, 247, 341, 514, 619; arcepreste – 446, 449, 461; ig.: Santa Maria – 179, 479; São Martinho – 178, 187; São Miguel – 284, 451, 479; São Pedro – 178, 187, 315, 316
Sírmio (Croácia) – 30, 31, 32; Concílio (359) – 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 44, 47. Ver Sremska Mitrovica.
Soalhães (conc. Marco de Canaveses) – 114, 237, 244, 462, 469, 470, 705, 736; ig. São Martinho – 237, 245
Sobral de Monte Agraço (conc.) – ig. Santa Maria – 178
Sobradelo (conc. Póvoa de Lanhoso) – 216
Sofala (Moçambique) – 599
Soure (conc.) – 249, 311, 386, 426
Sousel (conc.) – ig. – 507
Souselo (conc. Cinfães) – ig. – 507
Sremska Mitrovica (Croácia) – 30. Ver Sírmio.
Suiça – 474
Tábua (conc.) – 650, 727
Tâmega, rio – 237
Tancos (conc. Vila Nova da Barquinha) – 626, 639
Tânger (Marrocos) – 650, 651, 758; dioc. – 456; bispo – 575;
Tarascon (França) – conv. (OP) – 718
Tarazona (Espanha) – 241, 337
Tarifa (Espanha) – 268
Tarraconense, província romana – 28, 52
Tarouca (conc.) – most. São João (O. Cist.) – 563
Távora (conc. Tabuaço) – marquês – 667
Telheiras – ver Lisboa
Tejo, rio – 72, 76, 77, 78, 126, 146, 418, 461
Tentúgal (conc. Montemor-o-Velho) – 515; conv. Santa Cristina (OP) – 517; ig. – 336;
Terra Santa – 123, 155, 208, 250, 413, 480, 483

- Thiérarchie (França) – arcediagado – 323
 Tojal (conc. Loures) – ver Santo Antão do Tojal
 Toledo (Espanha) – 79, 81, 91, 130, 345, 346, 361, 364, 496, 631, 655, 729, 730;
 – Archivo y Biblioteca Capitulares de la Catedral Primada – 358, 359, 718;
 – arquidiocese – 28, 52, 57, 61, 92, 158, 346, 347, 349, 366; arceb. – 125, 175, 177, 179, 334, 347, 349, 359, 361-366, 374;
 – cab. da Sé – 354, 355, 359; arcediago – 354, 355, 356; arcediago de Calatrava – 376; chantre – 349; cón. – 293, 350, 351, 354, 362, 374, 375; deão – 362, 366;
 – III Concílio (589) – 54, 55, 63; IV Concílio (633) – 54, 56, 58; V Concílio (636) – 58; VI Concílio (638) – 58; VII Concílio (646) – 58; VIII Concílio (653) – 57; X Concílio (656) – 58; XII Concílio – 57; XIII Concílio (683) – 56, 57; XV Concílio (688) – 58; XVI Concílio (693); XVII Concílio (694) – 57;
 – sé – 357, 362;
 Tomar (Conc.) – 132, 146, 372, 420, 460, 469, 626, 646, 656; Conv. de Cristo (O. Cristo) – 461, 594; cortes – 620; ig. – 302; isento – 438, 455;
 Torcy (França) – marquês – 676
 Tordesilhas (Espanha) – tratado de (1494) – 547
 Toro (Espanha) – arcediago – 374
 Toronho (Espanha) – 262
 Torre de Moncorvo (conc.) – 633
 Torres Novas – 146; alcaide-mor – 599; cortes – 499; ig.: Salvador – 303; São Pedro – 179, 718;
 Torres Vedras – 165, 243, 254, 289, 313, 370 453, 489, 657; arcepreste – 445; ig.: Santa Maria do Castelo – 181, 289, 297; Santiago – 179; São Miguel – 211, 451, 559; São Pedro – 181, 293, 718;
 Toulouse (França) – ig. – 308; Universidade – 262, 290, 307
 Tournai (Bélgica) – dioc. – 387
 Tours (França) – cab. da Sé: cónego – 383
 Tours d'Aix (França) – 393
 Trebizonda (Turquia) – 720
 Turim (Itália) – 681, 687
 Turquia – 527, 626
 Túsculo (Itália) – dioc.: cardeal-bispo – 294
 Trácia (antiga região da Macedónia) – 31
 Trani (Itália) – arquidiocese: arceb. – 399
 Trancoso (conc.) – 503; batalha de (1385) – 504
 Transmires – ver Tresminas
 Trás-os-Montes (Portugal) – 505, 650
 Trastâmara (Espanha) – condado – 360, 369-372, 404, 415, 420, 496, 498
 Trento (Itália) – Concílio (1545-1563) – 12, 442, 449, 451, 452, 454, 564, 571, 579, 581, 590, 591, 595, 603, 605, 631, 632, 644, 667, 669, 688, 721, 722
 Tresminas (conc. Vila Pouca de Aguiar) – ig. São Miguel – 278, 280, 282
 Tréveris (Alemanha) – 30
 Tui (Espanha) – cab. da Sé – 262; dioc. – 92, 254
 Tulle (França) – abade – 321; dioc. – 299
 Urgel (Espanha) – 515-517
 Ustesta (França) – ig. Santa Maria – 308
 Uzès (França) – dioc.: bispo – 301
 Valada (conc. Cartaxo) – ermida de Santa Maria – 525
 Vale de Reis – conde – 664-666
 Vale de Remígio (conc. Mortágua) – ig. São Mamede – 602
 Valença (conc.) – 199, 438, 633
 Valência (Espanha) – 618, 723, 730;
 – dioc.: 354;
 – cab. da Sé – 354; cón. – 354, 355; preboste – 354, 355, 357
 Valenciennes (França) – 343
 Valentina (França) – condado – 301
 Valladolid (Espanha) – 346, 566, 623; abade da colegiada de Santa Maria – 354, 357; Concílios provinciais (1228, 1322) – 448; Universidade – 654
 Valle de Cerrato (Espanha) – arcediago – 181
 Vasconcelos (conc. Amares) – honra – 213, 216
 Vaticano
 – Archivo Segreto – 21, 161, 173, 184, 186, 251, 259, 269, 279-281, 300-304, 307, 309, 311, 314, 316, 317, 324, 327, 330, 343, 344, 348-350, 373, 374, 376, 377, 382, 417, 422, 423, 459, 460, 466, 629, 641, 643, 646, 647;
 – Biblioteca Apostólica Vaticana – 21, 310, 390, 391, 417, 718, 719;
 – II Concílio (1962-1965) – 16;
 Veneza (Itália) – 390, 521, 533, 546, 550, 604, 719;
 cónegos de São João em Alga – 533, 534
 Vercelli (Itália) – 30, 732; dioc. – 348;
 Verona (Itália) – 43, 44, 46
 Vestefalia (Alemanha) – tratado de (1648) – 661
 Vialonga (conc. Vila Franca de Xira) – 667
 Viana da Foz do Lima – ver Viana do Castelo
 Viana do Alentejo (conc.) – 285, 633
 Viana do Castelo (conc.) – 196, 199, 633
 Vicenza (Itália) – dioc. – 383
 Vienne (França) – Concílio (1311-1312) – 249-251, 448; dioc. – 301;
 Vila Cova (conc. Braga) – 217

- Vila Flor (conc. Bragança) – 266; conde – 667
 Vilar de Frades (conc. Barcelos) – 532-534; most. do Salvador (Lóios) – 533-534
 Vila Nova de Famalicão (conc.) – 270
 Vila Nova de Portimão (conc.) – conde – 557
 Vila Verde (conc.) – 341
 Vila Viçosa (conc.) – 578; conv. Santo Agostinho (OESA) – 759;
 Vila Real (conc.) – 633; marquês – 580
 Vilaverde (Espanha) – 407
 Villandrau (França) – ig. São Martinho – 308
 Vimioso (conc.) – conde – 580
 Viseu (conc.) – 169, 510, 619, 620, 639, 644, 645;
 – Arquivo Distrital – 645;
 – Arquivo do Museu Grão Vasco – 644, 701, 780;
 – cab. da Sé – 339; chantre – 180; cón. – 169, 170, 642; deão – 180, 506; tesoureiro – 507, 510;
 – dioc. – 52, 92, 138, 162, 169, 438, 455, 509, 566, 619, 641, 643, 644, 645, 722; bispo – 120, 200, 206, 257, 267, 282, 373, 426, 433, 443, 467, 503, 508-510, 533, 561, 563, 565, 567, 575, 583, 587, 617, 618, 639, 641-643, 648, 664, 722, 743, 753, 780; protonotário do bispo – 509; sínodo diocesano – 643; tribunal episcopal – 644; vigário-geral – 644; visitas episcopais – 643
 – paço episcopal de Fontelo – 645; (capela de Santa Marta) – 645;
 Viterbo (Itália) – 174, 179, 206
 Vitória (Espanha) – Universidade de Gasteiz/Vitória – 37
 Vouga, arcediogo – 378;
 Voutezac (França) – 322
 Vlaardingen (Holanda) – 156
 Ypres (Bélgica) – 343
 Zamora (Espanha) – 397-399, 408, 410, 414, 417-430, 433, 434, 439, 453, 461, 465, 467; cabido da Sé: deão – 374; dioc. – 92, 374
 Zagarolo (Itália) – castelo – 389
 Zaviais – 82
 Zurara (conc. Mangualde) – 489

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Abd Al-Rahmann I, emir (756-788) – 62-63
 Abdemalic, b. – 79
 Acácio de Cesareia, b. (340-366) – 33
 Acúrcio, jurista – 291
 Adão, mestre-escola do cab. de Lisboa – 127, 137
 Adhémar de Assier, procurador de Reginaldo de Maubernard, *domicello* – 322
 Adolfo de Clèves, nobre – 517
 Adriano IV, papa (1154-1159) – 132
 Adriano V, papa (1276) – 204, 206
 Adriano VI, papa (1522-1523) – 565, 587
 Adriano Guilherme, deão do cab. de Lamego – 507
 Adrião, santo – 69, 80, 82
 Aécio de Antioquia – 31
 Afonso (mestre), físico da rainha Beatriz e cón. do cab. de Lisboa – 296
 Afonso, filho do b. de Lisboa João Anes Escudeiro – 462
 Afonso, filho do rei Afonso III – 215, 242
 Afonso, filho do rei João I, conde de Barcelos e 1.º duque de Bragança – 262, 500, 512, 516, 759
 Afonso, irmão do rei João I de Castela – 413
 Afonso, filho do rei João II – 547
 Afonso, filho do rei João III – 578
 Afonso, prior do most. de São Vicente de Fora – 426
 Afonso II, rei das Astúrias (791-842) – 64
 Afonso II, rei de Portugal (1211-1223) – 97, 100, 105, 140, 152-153, 155, 157-161, 163-164, 168, 178-179
 Afonso III, rei de Portugal (1248-1279) – 94-95, 98, 105-106, 109-111, 183-184, 189-194, 196, 200-203, 206-207, 211, 215, 217-218, 225-231, 238, 240, 247, 331, 422, 747
 Afonso IV, rei de Portugal (1325-1357) – 106-107, 113-114, 247, 254, 256, 263, 266-271, 277-279, 282-285, 287-289, 294-296, 300, 317, 319, 324-325, 332, 334-335, 337, 736, 738-739-740, 748
 Afonso V, rei de Aragão (1416-1458) – 498, 500, 520, 522
 Afonso V, rei de Portugal (1438-1481) – 440, 495, 499, 506, 510-513, 516, 518, 522, 524, 526, 528, 536, 544-546, 549-551, 553-554, 599, 725, 731, 754, 756-757
 Afonso VI, rei de Portugal (1656-1683) – 662, 664, 674, 679-680, 687, 727
 Afonso IX, rei de Leão (1188-1230) – 147, 161
 Afonso X, rei de Castela e Leão (1252-1284) – 201
 Afonso XI, rei de Castela (1312-1350) – 259, 267, 346, 362, 428
 Afonso Anes, chantre e cón. do cab. de Lisboa – 524, 755
 Afonso Anes, cón. do cab. de Évora, b. de Silves (1312-1320) – 232, 235, 252, 278
 Afonso Anes, irmão do b. Álvaro Afonso – 526
 Afonso Anes, raçoeiro de Santa Justa, clérigo de Coimbra – 522, 524
 Afonso Anes Nogueira, pai do arceb. de Lisboa Afonso Nogueira – 531, 533, 536, 539
 Afonso Correia, b. da Guarda (1364-1394) – 118, 374
 Afonso de Castelo Branco, b. de Coimbra (1585-1615) – 639, 644-645
 Afonso de Moura, ouvidor-geral – 500
 Afonso de Portugal, b. Évora (1485-1522) – 564
Afonso de Portugal, cardeal-infante (1535-1540), b. de Viseu (1519-1523), b. de Évora (1523-1540) e arceb. de Lisboa (1535-1540) – 441-443, 448, 556, 559, 561-573, 577-578, 589, 591, 594, 603, 695, 700, 720-721, 743, 758, 774-775
 Afonso de Soto, professor de Direito em Roma – 719
 Afonso de Vasconcelos e Meneses, 1.º conde de Penela – 575, 758
 Afonso Dias, secretário do arceb. de Lisboa Afonso de Portugal – 562
 Afonso Dinis, b. de Évora (1347-1352) – 337, 539
 Afonso Domingues, chantre do cab. de Lisboa – 253
 Afonso Domingues, corregedor de Entre Douro e Minho – 268
 Afonso Domingues, procurador do b. Lourenço Rodrigues – 339
 Afonso Esteves, cón. e chantre do cab. de Coimbra – 378

- Afonso Esteves de Azambuja, pai do arceb. de Lisboa
João Afonso Esteves de Azambuja – 472, 481, 739
- Afonso Ferraz, b. da Guarda (?- 1396?) – 468
- Afonso Furtado de Mendonça**, b. da Guarda (1609-1615), b. de Coimbra (1615-1618), arceb. de Braga (1618-1626) e arceb. de Lisboa (1626-1630) – 442-444, 629-637, 655, 722-724, 779
- Afonso Furtado de Mendonça, tio do arceb. de Lisboa
Afonso Furtado de Mendonça – 629
- Afonso Gonçalves, cón. do cab. de Lamego – 279
- Afonso Henrique de Castela, conde de Gijón – 495, 496-497
- Afonso Henriques, rei de Portugal (1139-1185) – 61, 87, 91, 105, 123-130, 132, 138-140, 143, 146, 155, 158, 287, 467, 504, 714, 728, 761
- Afonso Lopes, processado da Inquisição – 614
- Afonso Lourenço, capelão e familiar do arceb. de Lisboa
Jaime – 524, 526
- Afonso Martins, parente do b. de Lisboa Domingos
Anes Jardo – 233, 717
- Afonso Martins Froiã, primo do arceb. de Braga Gonçalo Pereira – 277
- Afonso Nogueira**, b. de Coimbra (1453-1460) e arceb. de Lisboa (1460-1464) – 13, 441, 443, 448, 450, 531-541, 550, 698, 708, 710-711, 771
- Afonso Pais, mestre-escola do cab. de Lisboa – 253
- Afonso Peres, procurador do b. eleito Vasco Rodrigues – 373
- Afonso Peres, sobrinho de Martim Martins de Cabreira, arcediogo do cab. de Braga – 217
- Afonso Peres, vigário-geral de Lisboa – 349
- Afonso Pires, b. do Porto (1359-1372) – 288
- Afonso Pires, prior do most. de Santa Cruz de Coimbra – 375
- Afonso Rodrigues, cón. do cab. de Silves – 264
- Agapito de Colonna**, b. de Ascoli Piceno (1364-1369), b. de Brescia (1369-1371), b. de Lisboa (1371-1380) e cardeal-presbítero de Santa Prisca (1380) – 115, 117, 314, 377, 381-392, 394-397, 400, 411, 418, 768
- Agapito de Colonna, b. de Luni (1344) – 382
- Agapito de Colonna, sobrinho do b. de Lisboa Agapito de Colonna – 387
- Agostinho, santo – 43, 45-46, 138, 382, 729
- Agostinho de Jesus (OESA), arceb. de Braga (1588-1609) – 623
- Agostinho de Vasconcelos Manuel, cavaleiro (O. Cristo) – 651, 655
- Ahmad Al-Razi, geógrafo – 62-63
- Aidulfo de Conímbriga – 64
- Aimaro d'Aurillac (OFM), b. de Ceuta (1421-1444) – 492
- Aiméric d'Ebrard, b. de Coimbra (1279-1295) – 238-239
- Airas Martins, escrivão régio – 235
- Airas Vasques, b. de Lisboa (1244-1258) – 95-100, 102, 104, 106, 177, 183-197, 205, 210, 215, 234, 300, 705, 716, 763
- Airas Vasques da Azóia, alvazil-geral de Lisboa – 339-340
- Aires Barbosa, humanista – 566-567
- Aires da Silva, b. do Porto (1573-1578) – 650-651
- Al-Bakri, geógrafo – 77
- Albert von Winkel, b. de Passau (1363-1380) – 384
- Alberto III, duque de Áustria – 384, 385
- Alberto, arquiduque de Áustria, vice-rei de Portugal (1583-1593) e cardeal de Jerusalém (1580-1598) – 612, 620, 621
- Alberto de Gandino, jurista – 292
- Alcuíno, teólogo – 32
- Aleixo de Meneses (OESA), arceb. de Braga (1612-1617) e vice-rei da Índia (1607-1609) – 624-625, 631
- Alessandro Farnese, cardeal (1534-1589) – 565, 569, 571
- Alesso Baldovinetti, pintor – 755
- Alexandre III, papa (1159-1181) – 95, 138-139
- Alexandre IV, papa (1254-1261) – 196-200, 206
- Alexandre V, papa (1409-1410) – 480
- Alexandre VI, papa (1492-1503) – 547, 549, 554-555, 719
- Alexandre VII, papa (1655-1667) – 673
- Alexandre de Bragança, arceb. de Évora (1603-1608) – 622
- Alexandre Frumento, núncio apostólico – 609
- Alfonso Fernández, clérigo de Toledo – 350
- Alfonso Fernández, tesoureiro do cab. de Toledo – 355-356
- Alfonso Fernández de Toledo y Vargas, arceb. de Sevilha (1362-1366) – 350
- Alfonso Martínez, presbítero de Toledo – 350
- Alix de Maubernard, irmã do b. Reginaldo de Maubernard – 328
- Al-Mansur, califa (1160-1199) – 146
- Al-Mansur, governador (938-1002) – 77
- Alonso de Palenç, cronista – 499
- Al-Udri, geógrafo – 77
- Álvaro**, b. de Lisboa (1164/1165-1184) – 93-94, 96-97, 99-102, 132-133, 135-143, 148
- Álvaro Afonso, deão do cab. de Coimbra e mestre-escola do cab. de Lisboa – 480, 490
- Álvaro Afonso, escrivão da puridade do infante D. Pedro, mestre-escola do cab. de Coimbra e b. de

- Silves (1453-1467) – 515, 517-519, 526-528, 755
- Álvaro da Costa, guarda-roupa, camareiro e armador-mor do rei Manuel I – 554
- Álvaro de Bazán, 1.º marquês de Santa Cruz – 618
- Álvaro de Lencastre, 3.º duque de Aveiro – 625
- Álvaro de São Boaventura (OFM), b. da Guarda (1669-1672) – 674
- Álvaro Ferreira, b. de Coimbra (1431-1444) – 507, 510
- Álvaro Gil Cabral, escudeiro e vassalo do rei João I – 488-489
- Álvaro Gomes (mestre), lente de Teologia – 566, 572
- Álvaro Gonçalves, cavaleiro – 422
- Álvaro Gonçalves, cón. e prior do Salvador de Beja – 490
- Álvaro Gonçalves Coutinho, irmão do arceb. de Lisboa Luís Coutinho – 505
- Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1.º Conde de Atouguia – 536
- Álvaro Gonçalves Pereira, prior da Ordem do Hospital – 262, 268, 694
- Álvaro Martínez, reitor do Colégio de São Clemente – 354
- Álvaro Martins, embaixador castelhano – 390
- Álvaro Nogueira, irmão do arceb. de Lisboa Afonso Nogueira – 531-533
- Álvaro Núñez de Lara, nobre – 332
- Álvaro Pais, oficial da cúria de Lisboa – 339
- Álvaro Pais (OFM), b. de Silves (1333-1352) – 483
- Álvaro Peres, arcepreste de Pinhel e cón. do cab. de Coimbra – 513
- Álvaro Peres, cón. do cab. de Lisboa – 375
- Álvaro Peres, escolar e cón. do cab. de Lisboa – 475
- Álvaro Peres de Castro, conde de Arraiolos – 387
- Álvaro Rodrigues de Barbudo, guarda do infante D. Pedro – 330-332, 334-335
- Álvaro Vaz, cavaleiro (O. Sant.) – 554
- Amadeu, conde – 348
- Amador Arrais (O. Carm.), escritor – 732
- Amaro do Vale – 620, 778
- Ambrogio Ricalcato, secretário do papa Paulo III – 568-569
- Ambrósio, b. de Rossion, coadjutor do arc. Afonso de Portugal – 743-744
- Ambrosio de Morales, humanista – 729
- Ana, santa – 747
- Ana de Aragão, legatária do testamento da rainha Catarina – 584
- Ana de Noronha – 667
- Andouin Aubert, b. de Maguelone (1352-1353) – 337
- André, estudante – 290
- André, santo – 273
- André Anes, arcediogo de Penela no cab. de Coimbra – 282
- André de Resende, escritor – 566, 568, 571, 585-586, 594, 729, 732
- André de São Petrónio, jurista – 353
- André Marcos Burriel (SJ), escritor – 359
- Andrea Bregno, escultor e arquiteto – 551, 719, 757, 773
- Andrea de Bartoli, pintor – 356-357, 767
- Andrea Della Torre (OP), b. de Génova (1368-1377) – 387
- Andrea de Colonna, monja de São Silvestre – 391
- Angelciada de Roffignac, casada com Reginaldo de Maubernard – 321
- Angelo Acciaiuoli, b. de Florença (1342-1355) – 334
- Angelo Poliziano, humanista – 566
- Anglicus Grimoaldi*, cardeal-b. de Albano (1367-1388) – 355
- Aniano de Celada – 44
- Antão de Chaves, b. do Porto (1424-1447) – 477
- Antão Martins, capelão – 526
- Antónia Henriques, mãe do arceb. de Lisboa Jorge de Almeida – 599
- Antoniazio Romano, pintor – 719
- António, filho do arceb. de Lisboa Fernando de Menezes Coutinho e Vasconcelos – 583
- António, filho do rei João III – 577
- António, Prior do Crato – 584, 609-610, 612, 618, 651
- António, santo – 163, 170, 500, 728
- António Álvares da Cunha, sobrinho do arceb. de Lisboa Rodrigo da Cunha – 727
- António Álvares Sanches, desembargador da Casa da Suplicação e corregedor do Cível da Corte – 626
- António Brandão (O. Cist.), cronista – 228, 731
- António Caetano de Sousa (CR), historiador – 460, 468, 543, 607, 672-673, 676-677, 684
- António Carneiro, secretário régio – 577
- António da Cunha, sobrinho do arceb. de Lisboa Rodrigo da Cunha – 658
- António da Natividade (OESA), escritor – 659, 725
- António de Ataíde, 1.º conde da Castanheira – 639
- António de Ataíde, governador de Portugal – 647
- António de Castro, irmão do arceb. de Lisboa Miguel de Castro – 617
- António de Macedo, escritor – 390
- António de Mascarenhas, comendador (O. Cristo) – 671
- António de Mendonça**, arceb. de Lisboa (1670-1675) – 661-669, 674-675, 686, 688, 781
- António de Noronha, escrivão da pureza e governador de Ceuta – 576

- António *de Presbyteris*, jurista – 357
- António de Santa Maria (OFM), b. titular de *Diocæsarea in Isauria* (1678-1685) e b. de Miranda (1685-1688) – 682
- António de Sousa (OP), b. de Viseu (1594-1597) – 639
- António dos Santos (OESA), b. de Nicomédia e coadjutor de Braga (1616-1641) – 631, 633
- António Martín, reitor do Colégio de São Clemente – 356
- António Mendes Belo, cardeal-patriarca (1907-1929) – 459
- António Mendes de Carvalho, b. de Elvas (1570-1591) – 620
- António Pereira da Silva, b. de Elvas (1701-1704) – 683, 759
- António Pinheiro, b. de Miranda (1564-1579) – 579, 609
- António Ribeiro, agente de Miguel da Silva em Roma – 565
- Antonio Rossellino, escultor – 756, 771
- António Teles de Meneses, b. de Lamego (1579-1598) – 620
- António Vieira (SJ), pregador – 662
- Apuleio, escritor e filósofo – 49
- Ara**, b. de Lisboa (683) – 58
- Ario, presbítero de Alexandria – 29
- Aristóteles, filósofo – 729
- Arnaldo Albertini, escritor – 604, 777
- Arnaldo de Pellegrue, cardeal (1305-1331) – 252
- Arnaut de Espanha, senhor de Montespán e senescal de Carcassone – 395
- Arnulfo Forense, cón. do cab. de Lisboa – 127, 139, 148
- Ascenso Domingues, clérigo da rainha Beatriz – 279
- Astorgio de Albignac, vigário-geral do b. Teobaldo de Castillon – 314, 316, 327
- Atalia, rei de Judá (841-835 a.C.) – 659
- Atanásio, b. de Alexandria (328-373) – 30-35, 37, 39, 41, 44, 48
- Atilia Maxuma – 80, 761
- Ausenda, mãe do b. de Lisboa João Afonso de Brito – 285
- Auta, santa – 556-557, 773
- Baltasar de Faria, embaixador do rei João III em Roma – 590, 601
- Baltasar Limpo (O. Carm.), arceb. de Braga (1550-1558) – 633
- Baltasar Pais (OSST), escritor – 723
- Bartolomeu, arcediogo do cab. de Lisboa – 127
- Bartolomeu, cón. do cab. de Lisboa – 200
- Bartolomeu (mestre), capelão e médico do rei Afonso III – 203
- Bartolomeu (mestre), reitor da ig. de S. Bartolomeu de Lisboa – 235
- Bartolomeu Anes, escrivão – 490
- Bartolomeu de Borwarchs, governador de Calais – 348
- Bartolomeu de Quental, fundador da Congregação do Oratório em Portugal – 686
- Bartolomeu dos Mártires (OP), arceb. de Braga (1559-1581) – 580, 594-595, 610, 726
- Bartolomeu Esteves, cón. do cab. de Braga – 285
- Bartolomeu Ferreira (OP), censor – 606
- Bartolomeu Joanes, mercador de Lisboa – 319, 736
- Bartolomeu Martins, arcediogo de Santarém no cab. de Lisboa – 296
- Bartolomeu Martins, deão e cón. do cab. de Sevilha – 370
- Bartolomeu Mezzavacca, cardeal de São Marcelo (1378-1383; 1389-1396) – 391
- Bascerio de Pistoria, habitante de Bolonha – 717
- Basílio de Ancira, b. (336-360) – 33
- Basílio de Cesareia, santo – 33, 328
- Bastião, escravo – 529
- Beatriz, filha de António Frazão – 640
- Beatriz, filha do infante D. Pedro e mulher de Adolfo de Clèves – 516-517, 528
- Beatriz, filha do rei João I, mulher de Thomas FitzAlan, conde de Arundel – 262, 516
- Beatriz, mulher de Carlos III, duque de Sabóia – 557, 559-560, 562, 565
- Beatriz, rainha de Castela (1383-d. 1409), filha do rei Fernando I – 117-118, 398, 407, 409, 424, 496
- Beatriz, rainha de Portugal (1283-1300), mulher do rei Afonso III – 201-202
- Beatriz, rainha de Portugal (1325-1359), mulher do rei Afonso IV – 109, 279, 281-282, 285, 296, 300, 313, 324, 330, 335, 337-338, 738-739
- Beatriz Afonso [de Baião], casada com Soeiro Mendes Coelho – 285
- Beatriz de Vilhena, filha de Rui Vasques Coutinho – 510
- Beatriz Gonçalves de Moura, avó do arceb. de Lisboa Luís Coutinho – 504
- Beatriz Pereira de Alvim, filha de Nuno Álvares Pereira – 516
- Beda, o Venerável, santo – 328
- Benozzo Federighi, b. de Fiesole (1421-1450) – 755
- Bento XII, papa (1334-1342) – 268-269, 283-284, 295, 302, 346, 424
- Bento XIII, papa (1394-1423) – 118, 399, 437, 468, 479-480
- Berengário Frédo, o Sênior, cardeal-presbítero dos santos Nereu e Aquileu (1305-1309) – 290

- Bernabo, duque de Milão – 348
 Bernard Van Orley, pintor – 584
 Bernardo, santo – 729
 Bernardo II, arceb. de Compostela (1224-1237) – 97, 171-173, 179
 Bernardo VII, Conde de Armagnac – 414
 Bernardo Compostelano Júnior (mestre) – 100, 291
 Bernardo de Bearn, senhor de Saint-Arnou – 413-414
 Bernardo de Brito (O. Cist.), cronista – 731
 Bernardo de la Garde, senhor de Pelissane e de Mon-dragon – 299
 Bernardo de la Garde, irmão do b. de Lisboa Estêvão de la Garde – 300
 Bernardo de Parma, escritor – 291
 Bernardo de Vilaverde, habitante da diocese de Dax – 407
 Bernardo Flamigi, conselheiro – 398
 Bernardo Mendes, cón. do cab. de Lisboa – 143, 146
 Bernardo Rosselino, escultor – 755
 Bertrand, b. de Senes (1346-1358) – 347
 Bertrand de Cosnac, b. de Comminges (1252-1274) – 385
 Bertrand de Deaux, cardeal-b. de Sabina (1348-1355) – 337
 Bertrand de La Tour, cardeal-b. de Túsculo (1323-1332) – 294
 Blas Fernández, arceb. de Toledo (1353-1362) – 347, 362-366
 Boaventura, santo (OFM) – 208
 Bonaventura Badoaro de Peraga, cardeal de Sta. Cecília (1378-1381) – 391
 Bonifácio VIII, papa (1294-1303) – 232, 243, 263, 291, 381-382, 444, 483
 Bonifácio IX, papa (1389-1404) – 108-109, 396, 415, 429, 433-437, 459, 463, 466-468, 474, 476
 Branca, filha do rei Afonso III – 211
 Branca, filha do rei Sancho I – 162
 Branca, sobrinha do rei Afonso XI de Castela – 268
 Branca de Bourbon, rainha de Portugal (1353-1361) – 346-347
 Brígida, santa, rainha da Suécia (1316?-1373) – 389
 Buoncompagno de Florença, escritor – 292
 Calisto III, papa (1455-1458) – 522-524, 527, 755
 Carlos, rei da Boémia (IV da Alemanha) (1346-1378) – 388
 Carlos I de Borgonha (Valois), duque (1467-1477) – 521
 Carlos II, rei de Navarra (1349-1387) – 385, 415
 Carlos III, duque de Sabóia (1504-1553) – 557, 560
 Carlos III, rei de Navarra (1387-1425) – 415
 Carlos IV, imperador (1346-1378) – 384, 388
 Carlos V, imperador (1519-1556) – 554, 556-557, 562, 573, 577-580, 590
 Carlos V, rei de França (1364-1380) – 115, 422
 Carlos VII, rei de França (1422-1461) – 522
Carolus de Darleriis, impressor – 719
 Catarina, filha do b. de Lisboa João Anes Escudeiro – 462
 Catarina, filha do rei Duarte – 544, 756
 Catarina, neta do rei Pedro I de Castela – 404
 Catarina Afonso, mãe de Catarina e Afonso, filhos do b. de Lisboa João Anes Escudeiro – 462
 Catarina da Costa, irmã do arceb. de Lisboa Martinho da Costa – 553
 Catarina de Alexandria, santa – 545, 560, 659, 699, 709, 747, 756-757, 766
 Catarina de Áustria, rainha e regente de Portugal (1525-1578), mulher do rei João III – 576, 578-581, 584, 590, 600-602, 613, 679, 753, 759
 Catarina de Sena, santa – 356-357, 767
 Catarina Gonçalves da Costa, possível mãe do arceb. de Lisboa D. Jorge da Costa – 543, 553
 Cecília, irmã do arceb. de Lisboa João de Sousa – 679
 Cecília Colonna, descendente do b. Agapito de Colonna – 387
 Cecília de Meneses, avó materna do arceb. de Lisboa D. João de Sousa – 679
 Cesare Baronio, cardeal (1596-1607) – 731
 Cesário, b. de Lisboa (656) – 58
 Cícero, autor – 729
 Cipriano de Cartago, santo – 27, 28
 Claude de Bronseval (O. Cist.) – 570
 Claude Duflos, gravador – 782
 Cláudio da Conceição (OFM), autor – 329, 364
 Clemente IV, papa (1265-1268) – 205-206, 717
 Clemente V, papa (1305-1314) – 241, 249-252, 263, 291, 307-308
 Clemente VI, papa (1342-1352) – 114, 269, 273, 287, 294, 299-302, 304, 311, 323, 331, 334, 336-337, 339, 346, 718
 Clemente VII, papa (1378-1394) – 109, 115-119, 395-401, 410, 418-428, 433, 461, 463, 467-468, 475
 Clemente VII, papa (1523-1534) – 565, 569, 587
 Clemente X, papa (1670-1676) – 661, 674-675
 Clemente XII, papa (1730-1740) – 685
 Columbe, filha de Hugo de Vale ou de Bardia – 322
 Conrad Justinger, cronista – 474
 Constança, filha do b. João Martins de Soalhães – 238
 Constança, filha do rei Pedro I de Castela – 404
 Constança, irmã do arceb. de Lisboa Afonso Nogueira – 531-532

- Constança, rainha de Castela (1302-1313), filha do rei Dinis – 293
- Constança Afonso, irmã do b. de Lisboa Afonso de Brito – 277
- Constança Anes, mãe de Rodrigo Anes, filho do b. de Lisboa João Anes Escudeiro – 462
- Constança Anes, viúva de Gonçalo Anes – 317
- Constança Anes Palhavã – 539
- Constança Manuel, rainha de Portugal (1340?-1349) – 268
- Constâncio II, imperador (641-668) – 30-31, 33
- Constantino, imperador (306-337) – 12
- Cosme de Médicis, banqueiro – 520
- Crispim, abade – 58
- Cristofano di Papi dell'Altissimo, pintor – 592, 776
- Cristóvão Colombo, navegador – 387
- Cristóvão da Costa, tesoureiro-mor do cab. de Lisboa – 554, 560
- Cristóvão da Silveira (OESA), arceb. de Goa (1670-1673) – 674
- Cristóvão de Figueiredo, pintor – 568
- Cristóvão de Moura, 1.º conde e marquês de Castelo Rodrigo, vice-rei de Portugal (1600-1603, 1608-1612) – 610-612, 621-623, 625, 653
- Cristóvão de Sousa, diplomata do rei João III – 589
- Cristóvão Esteves, procurador do rei Manuel I – 562
- Cristóvão Rodrigues Oliveira, autor – 582, 721
- D. (mestre), prior de Santa Maria de Alenquer – 174
- Damião (OFM) – 597
- Damião de Góis, humanista – 543, 553, 568, 594
- Décio, imperador (249-251) – 27
- Dinis, rei de Portugal (1279-1325) – 12, 87, 106, 109-113, 207, 211, 218, 220, 223-224, 226, 228-231, 235, 239-243, 245, 247-252, 254-256, 262-266, 269, 271, 277-279, 288-290, 333, 335, 717, 731, 748-749
- Dino de Mugello, jurista – 291
- Diocleciano, imperador (284-305) – 11, 27, 28, 51-52
- Diego de Silva y Mendoza, conde de Salinas, vice-rei (1617-1621) – 624-625
- Diogo, prior de São Pedro de Alfama de Lisboa – 296
- Diogo Álvares [de Brito]**, b. de Évora (1406-1415) e arceb. de Lisboa (1415-1422) – 443, 485-494, 497
- Diogo Álvares Feio [ou Diogo da Costa], b. do Porto (1505-1507) – 549, 554
- Diogo da Gama, embaixador régio na Cúria Apostólica – 556
- Diogo da Silva, conde de Portalegre – 634
- Diogo da Silva, marquês de Alenquer – 654
- Diogo de Castro, 2.º conde de Basto, vice-rei (1633-1634) – 634
- Diogo de Castro, pai do arceb. de Lisboa Miguel de Castro – 617, 619
- Diogo de Castro, tio do arceb. de Lisboa Miguel de Castro – 625
- Diogo de Sousa, arceb. de Évora (1671-1678) – 441, 664, 679-680, 682-683, 685, 687
- Diogo de Sousa, b. do Porto (1495-1505) e arceb. de Braga (1505-1532) – 549, 576, 583
- Diogo do Rosário (OP), autor – 731
- Diogo Fernandes de Almeida (O. Hosp.), prior do Crato – 599
- Diogo Lopes de Sousa, governador da Casa do Cível – 608, 612
- Diogo Lopes de Sousa, 2.º conde de Miranda – 654, 671-673
- Diogo Lopes Pacheco – 325
- Diogo Lourenço, filho de Lourenço Afonso Homem – 507
- Diogo Martins, escudeiro – 490
- Diogo Ortiz de Villegas, b. de Tânger (1491-1500), de Ceuta (1500-1504) e de Viseu (1505-1519) – 567, 575
- Diogo Ortiz de Zúñiga, autor – 357
- Diogo Pinheiro, b. do Funchal (1514-1526) – 564
- Dionísio de Milão, b. (séc. III) – 30
- Domenico della Rovere, cardeal (1478-1501) – 757
- Domingos, santo – 740-741
- Domingos (mestre), cón. do cab. de Lisboa – 179
- Domingos Anes Jardo**, b. de Évora (1285-1289) e b. de Lisboa (1289-1293) – 110, 112, 218, 223-235, 237, 278, 344, 456, 706-707, 717
- Domingos Coelho, prior de Rates – 376
- Domingos do Vale, vigário da dioc. de Coimbra – 339
- Domingos Dominguetta, clérigo – 396
- Domingos Fernandes, mercador de livros – 725
- Domingos Gonçalves, clérigo – 253
- Domingos Mendes, cón. do cab. de Lisboa – 202
- Domingos Miguéis (OFM), membro de legacia apostólica a Portugal – 247
- Domingos Pires, mestre-escola do cab. de Braga – 204
- Donatello, pintor – 771
- Duarte, duque de Guimarães, filho do rei Manuel I – 562, 576, 578, 586
- Duarte, filho do rei João III e arceb. de Braga (1542-1543) – 565
- Duarte, rei de Portugal (1433-1438) – 440, 490-491, 498-499, 507-508, 516, 535, 544-545, 725, 731
- Duarte Nunes de Leão, cronista – 417, 546, 725, 731
- Durando Pais, b. de Évora (1267-1283) – 110, 200, 207, 224, 227, 233-234

- Durando, chanceler do rei Sancho II – 179
 Durando, chantre do cab. de Lisboa – 127
- E. *Ovequiz*, reitor da ig. de Santiago de Torres Vedras – 179
 Edme de Saulieu, abade de Claraval (O. Cist.) – 570
 Edmund Bromdiel, clérigo – 390
 Edmundo de Langley, duque de York e conde de Cambridge – 407, 409, 419
 Eduardo II, rei de Inglaterra (1307-1327) – 309
 Eduardo III, rei de Inglaterra (1327-1377) – 348, 404-406, 516
 Eduardo, duque de York, filho de Edmundo de Langley – 407, 409, 424
 Eduardo de Woodstock, príncipe de Gales – 360, 404
 Egas Fafes de Lanhoso, b. de Coimbra (1248-1267) – 202, 206, 213, 216
 Egas Lourenço Magro, deão do cab. de Lisboa – 253, 336
 Elias, filho de Reginaldo de Maubernard – 322
 Elias *Cavalerii*, prior da ig. de Santa Maria de Pernes – 316
 Elias de Maubernard, cavaleiro de Conborn – 321-322
 Elias Roberti, clérigo da dioc. de Limoges – 301-302
 Élie de Saint-Yrieix, b. de Uzès (1344-1356) – 301
 Elis de Maubernard, ver Alix de Maubernard
 Elvira Dias, tia do b. de Lisboa D. Mateus – 195, 210
 Elvira Gomes, possível mãe de Álvaro, b. de Lisboa – 135
 Eneas Silvio Piccolomini, b. de Siena (1450-1458) e cardeal (1456-1458) – 513, 517. Ver Eugénio IV, papa.
Eolo, b. de Lisboa (c. 536) – 53
 Epicteto de *Centumcellae*, b. (séc. IV) – 31
 Erasmo de Roterdão, humanista – 567
 Estebán de Garibay, cronista – 729
 Estevaínha, irmã do arceb. Estêvão Soares da Silva – 214
 Estevaínha Pires da Nóbrega, bisavô do b. Lourenço Rodrigues – 331
 Estêvão, cón. do cab. de Lisboa – 127
 Estêvão, santo – 541
 Estêvão (mestre), chantre do cab. de Lisboa – 83, 100
 Estêvão (mestre), físico do rei – 216
 Estêvão (mestre), legatário do b. de Lisboa Airas Vasques – 215
 Estêvão Afonso, arcediogo de Santarém e vigário-geral do arceb. de Lisboa – 480
 Estêvão Afonso, oligarca de Lisboa – 429, 465
 Estêvão Anes, apóstata – 284
 Estêvão Anes, chanceler do rei Afonso III – 191, 214, 229
 Estêvão Anes, prior do most. de Santa Cruz de Coimbra – 250
 Estêvão Anes (de Elvas), raçoeiro do cab. de Lisboa – 313, 327
Estêvão Anes de Vasconcelos, b. de Lisboa (1286-1287) – 110, 213-224, 230, 717
 Estêvão Anes Brochardo, b. de Coimbra (1303-1318) – 220, 253, 294
 Estêvão Anes de Barbudo, filho de João Martins de Barbudo – 332
 Estêvão Anes de Barbudo, tio-avô do b. de Lisboa Lourenço Rodrigues – 331-332
 Estêvão Anes do Tojal, cón. e arcediogo do cab. de Braga – 214
 Estêvão Aubert – ver Inocêncio VI, papa
 Estêvão Brioso de Figueiredo, canonista e vigário-geral – 666
 Estêvão Colonna, irmão do b. de Lisboa Agapito de Colonna – 387, 389
 Estêvão Dade, prior da ig. de Santa Maria da Oliveira de Guimarães – 265
 Estêvão da Gama, governador – 650
 Estêvão de Aguiar, abade do most. de Alcobaça – 533
 Estêvão de Douat, cón. do cab. de Lisboa – 127
Estêvão de la Garde, b. de Lisboa (1344-1348) – 12, 114, 299-305, 309, 321, 340, 439
 Estêvão Domingues, abade de Penude – 288
 Estêvão dos Santos, b. de São Salvador da Baía (1669-1672) – 674
 Estêvão Esteves, vigário-geral da dioc. de Lisboa – 338
 Estêvão Gomes, eleito de Lisboa (1234-1237) – 94, 98-100, 171-175, 179, 182, 185, 716
 Estêvão Gonçalves, mestre da Ordem de Cristo – 295
 Estêvão Gonçalves Netto, iluminador – 642, 780
 Estêvão Martins, abade do most. de Alcobaça – 198, 200-201, 203
 Estêvão Martins, clérigo – 313
 Estêvão Martins, cón. do cab. de Lisboa e subcoletor apostólico – 344
 Estêvão Miguéis, b. do Porto (1310-1313), de Lisboa (1313-1322) e de Cuenca (1322-1326) – 112-113, 247-259, 263, 692, 707, 765
 Estêvão Peres, sobrinho-neto do arceb. Estêvão Soares da Silva – 214
 Estêvão Rodrigues, arcediogo de Santarém e cón. do cab. de Lisboa – 214, 253
 Estêvão Soares da Silva, arceb. de Braga (1213-1228) – 152, 160-161, 169, 213-214, 216, 221
 Estêvão Soares de Barbudo, parente do b. de Lisboa Lourenço Rodrigues – 332

- Estêvão Vasques Pimentel, prior da Ordem do Hospital – 266
- Estêvão Vaz de Barbudo, almirante do mar – 332
- Estêvão Vicente, doutor em Direito Canónico – 333
- Eudes de Sully, b. de Paris (1198-1208) – 104
- Eugénio III, papa (1145-1153) – 125
- Eugénio IV, papa (1431-1447) – 507-509, 535, 718
- Étienne Baluze, autor – 399
- Eulália, santa – 747
- Eunómio de Cízico – 31
- Eusébio de Cesareia, b. (c. 313-339) – 720
- Eusébio de Nicomedia, b. (339-341) – 40
- Eusébio de Vercelli, b. (354-371) – 30
- Eustáquio, santo – 529, 698, 709, 754
- Ezequias, rei de Israel (716-687 a.C.) – 47
- Faustino, presbítero de Roma – 29, 36
- Febádio de Agen, b. da Gália (†392) – 32, 40-41, 45, 47
- Félix V, papa (1439-1449) – 526
- Fernán Gómez de Toledo, camareiro-mor do rei Fernando IV de Castela – 362
- Fernán Pérez Barroso, avô do b. de Lisboa Pedro Gómez Barroso – 346
- Fernán Pérez Barroso, pai do b. de Lisboa Pedro Gómez Barroso – 346
- Fernán Pérez de Ayala, pai do chanceler Pedro López de Ayala – 345-346
- Fernando (mestre), cón. do cab. de Palença – 168, 173
- Fernando, infante de Serpa, filho do rei Afonso II – 175, 177-178
- Fernando, Infante Santo, filho do rei João I – 516, 518, 526, 533
- Fernando, filho do b. de Lisboa Pedro de Noronha – 501
- Fernando, filho do rei Manuel I, duque da Guarda – 561-562, 564
- Fernando I, rei de Aragão (1412-1416) – 516
- Fernando I, rei de Portugal (1367-1383) – 12, 108, 115-119, 385-386, 388, 396-399, 407-409, 411, 417-419, 421-424, 426-428, 430, 433-434, 436, 461-462, 467, 473, 496, 504, 731, 739
- Fernando II, rei de Aragão (1479-1516) – 547-548
- Fernando IV, rei de Castela (1295-1312) – 249
- Fernando Afonso Cicioso, cavaleiro de Évora – 486-488
- Fernando Afonso de Albuquerque, mestre da Ordem de Santiago – 504
- Fernando Álvarez de Albornoz**, b. de Lisboa (1369-1371) e arceb. de Sevilha (1371-1377/1380) – 353-360, 376, 400, 718, 767
- Fernando Álvarez de Toledo y Pimentel, duque de Alba – 612
- Fernando Anes, arcediogo do cab. de Lugo – 203
- Fernando Anes, possível irmão de Álvaro Afonso, b. de Silves – 525
- Fernando Anes, prior de São Lourenço e vigário da Sé – 540
- Fernando Anes de Portocarreiro, deão e cón. do cab. de Braga – 214-215, 237-239
- Fernando Correia de Lacerda, candidato ao bispado do Porto – 681
- Fernando da Guerra, arceb. de Braga (1417-1467) – 483, 491-492, 498, 534-537
- Fernando de Almeida (OP), autor – 607
- Fernando de Castro, 1.º conde de Basto – 618
- Fernando de Meneses, 2.º Conde da Ericeira – 676
- Fernando de Noronha, irmão do b. de Lisboa Pedro de Noronha – 497, 499
- Fernando Estêvão Domingues, familiar do b. Martinho Anes de Zamora – 420
- Fernando Falcão (O. Cist.) – 533
- Fernando Fernandes, escolar em Direito Canónico – 348
- Fernando Garcia, sobrinho do b. Martinho Anes de Zamora – 420
- Fernando Gómez, pai do b. Fernando Álvarez de Albornoz – 353
- Fernando Gonçalves, cón. dos cabs. de Coimbra e Lisboa – 524-526
- Fernando Gonçalves de Beleágua, chantre do cab. de Coimbra – 493, 497
- Fernando Gutiérrez, b. de Cuenca (1326-1327) – 259
- Fernando Martínez, arcediogo de Reina e capelão apostólico – 350
- Fernando Martínez de Mansilla, clérigo da dioc. de Léon – 339, 373
- Fernando Martins, deão do cab. de Viseu – 506-507
- Fernando Martins de Roriz, médico, doutor em artes e bacharel em Teologia – 526, 528
- Fernando Mendes, abade do most. de Alcobaça – 150
- Fernando Mendes, consobrinho do b. de Lisboa Aires Vasques – 184, 716
- Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos**, b. de Lamego (1513-1540) e arceb. de Lisboa (1540-1564) – 141, 441, 443, 567, 573, 575-584, 602, 720-721, 758
- Fernando Pais, autor – 733
- Fernando Peres, sobrinho do chanceler régio Julião Pais – 100
- Fernando Ramires, b. do Porto (1314-1322) e de Jaén (1322-1335) – 247, 252, 255-256, 258, 263

- Fernando Rodrigues Pacheco, cón. do cab. de Lisboa e prior da ig. de Santa Maria da Alcáçova de Santarém – 300, 312, 315, 325-326
- Fernão Álvares Cabral, filho de Luís Álvares Cabral – 489
- Fernão Coutinho, irmão do arceb. de Lisboa Luís Coutinho – 506
- Fernão de Sousa, conde de Redondo – 679-680
- Fernão Guilherme, cón. do cab. de Lisboa – 285, 316
- Fernão Hermiges, irmão do b. de Lisboa Airas Vasques – 184, 196
- Fernão Lopes, cronista – 117, 332, 335, 385, 396, 407, 421, 423, 425-427, 436, 460, 463, 466, 474, 504
- Fernão Martins de Sousa, filho de Luís Álvares de Sousa – 540
- Fernão Rodrigues de Castro, nobre galego – 295
- Fernão Soares de Barbudo, parente do b. de Lisboa Lourenço Rodrigues – 332
- Filipa, filha do infante D. Pedro – 516-517, 528
- Filipa de Lencastre, rainha de Portugal (1387-1415) – 128, 414, 464, 473-474, 477, 504, 516
- Filipe, duque de Borgonha – 516, 519-523, 755
- Filipe I, rei de Portugal (1580-1598) – 608-612, 618-621, 623-625, 672, 729, 759
- Filipe II, rei de Portugal (1598-1621) – 441, 631-632, 652-655, 672, 730, 778
- Filipe III, rei de Portugal (1621-1640) – 12, 646-647, 655-658, 665
- Filipe IV, rei de França (1285-1314) – 249, 309
- Filipe VI, rei de França (1328-1350) – 370
- Filipe da Luz (OESA), autor – 723
- Filipe das Astúrias, casado com a infanta D. Maria – 578, 580
- Filipe Jordão (O. Cist.), capelão da rainha – 500
- Firmiano, autor – 729
- Flávio Josefo, autor – 729
- Flávio Lúcio Dextro, autor – 729
- Florêncio de Mérida, b. (séc. IV) – 36
- Florián de Ocampo, historiador – 729
- Fortiguierre de Plaisance, b. de Arras (1438-1452) – 521
- Foulques d'Agoult, pai do b. de Lisboa João d'Agoult – 393
- Foulques d'Agoult, irmão do b. de Lisboa João d'Agoult – 393, 400
- Fouques de Caille, b. de Riez (1240-1273) – 182
- Francesco Manni di Prato Vecchio (mestre) – 382
- Francesco Nelli, prior da ig. dos Santos Apóstolos, Florença – 334
- Francesco Petrarca, autor – 334, 382-383
- Francisca da Silveira, mulher de João Coutinho – 679
- Francisca de Meneses, mulher de Tomé de Sousa – 679
- Francisco de Assis, santo – 424
- Francisco (OFM), confessor da rainha Beatriz – 281
- Francisco Álvares, autor – 582
- Francisco Brandão (O. Cist.), cronista – 191
- Francisco da Maia (OESA), pregador – 629-630, 632, 634, 779
- Francisco de Almeida, 1.º vice-rei das Índias – 575
- Francisco de Bivar (O. Cist.), historiador – 729
- Francisco de Bragança, membro do Conselho de Portugal em Madrid – 654, 656
- Francisco de Castro, b. da Guarda (1617-1630) e inquisidor-mor – 630, 722, 753
- Francisco de Holanda, pintor – 585, 775
- Francisco de Melo, matemático – 567-568, 774
- Francisco de Meneses, cón. do cab. de Évora – 727
- Francisco de Monzón, autor – 730
- Francisco de Padilla, autor – 730
- Francisco de Portugal, 1.º Conde de Vimioso – 580
- Francisco de Sá de Meneses, camareiro-mor do rei Sebastião – 607-608, 612
- Francisco de Santa Maria (Lóios), cronista – 543
- Francisco de São Bernardo, doutor – 685
- Francisco de Tosti, cón. da basílica de São Pedro de Roma – 391
- Francisco Domingues, prior da ig. de Santa Maria de Alcáçova de Santarém – 255
- Francisco Fernández, cón. do cab. de Toledo – 351
- Francisco Gómez de Sandoval, 1.º duque de Lerma – 623-624
- Francisco Gonzaga (OFM), autor – 731
- Francisco *Guidonis*, licenciado em Leis – 391
- Francisco Leitão Ferreira, autor – 331, 338, 363-364
- Francisco Lopes, procurador régio na Cúria romana – 555
- Francisco Manuel de Ataíde, 1.º conde da Atalaia – 640
- Francisco Monteiro Leiria, autor – 495
- Francisco Prignani, cardeal-b. de Palestrina (1380-1394) – 435
- Francisco Soares, doutor – 630
- Francisco Suarez, jurista – 730
- Francisco Tegarí, procurador do b. de Lisboa Agapito de Colonna – 387
- Frederico III, imperador (1440-1493) – 513, 522, 527, 536, 599
- Frédulo, b. do Porto (1308-1309) – 250
- Frúilhe Egas de Lanhoso, casada com Soeiro Peres Torta da Silva – 216
- Fulc Perier, coletor apostólico – 304
- Galeazzo II, duque de Milão – 348
- Gallandi, autor – 44, 46

- Gantonnet de Abzac, capitão da Santa Sé – 401
- Garcia de Loaisa Giron, arceb. de Toledo (1598-1599) – 730
- Garcia de Meneses, governador da casa do Cardeal-Infante Afonso de Portugal – 569, 572
- Garcia de Noronha, vice-rei – 650
- Garcia de Resende, cronista – 543, 553, 557
- García de Sotomayor y Gómez, possível pai do b. Pedro Gómez Barroso, *o Jovem* – 346
- García Fernández Barroso, irmão do b. de Lisboa Pedro Gómez Barroso – 346
- García Fernández Barroso, tio do b. de Lisboa Pedro Gómez Barroso – 346
- García Martínez, cón. do cab. de Sigüenza – 350, 374
- García Menendez, b. de Bayonne (1393-1405) – 416
- Garcia Peres, prior dos dominicanos (OP) – 185
- Garcia Peres Escacho, mestre da Ordem de Santiago – 268
- García Torres de Sotoscueva, b. de Burgos (1327-1348) – 294
- Gaspar Barreiros, humanista – 594
- Gaspar da Costa, deão do cab. do Porto – 554
- Gaspar de Gúzman y Pimentel Ribera y Velasco de Tovar, conde-duque de Olivares – 659
- Gaspar do Casal (OESA), b. de Coimbra (1579-1584) – 609
- Gaspar do Rego da Fonseca, provisor do cab. de Braga – 631
- Gaspar Escolano, autor – 729
- Gaspar Pereira, deputado da Mesa da Consciência – 653
- Gautier de Maubernard, cavaleiro – 321
- Gautier de Maubernard, filho de Elias de Maubernard – 322
- Geraldo de la Garde, irmão do b. de Lisboa Estêvão de la Garde – 299-300
- Geraldo de la Margarida, cavaleiro da dioc. de Limoges – 301
- Geraldo de *Trollo*, capelão da sé de Carpentras – 348
- Geraldo Domingues, b. do Porto (1300-1307), de Palença (1309-1314) e de Évora (1314-1321) – 113, 250, 263, 278, 288-290, 293, 298
- Geraldo Guitiérrez, cón. do cab. de Segóvia – 403
- Geraldo Vicente, sobrinho do b. de Lisboa Vasco Martins – 288
- Germão Galharde, impressor – 571
- Germínio de Sirmio, b. (351-376) – 32
- Giacomo Colonna, cardeal-diácono de Santa Maria *in Via Lata* (1278-1297) – 288
- Giacomo Sciara, pai do b. de Lisboa Agapito de Colonna – 382
- Gian Cristoforo Romano, pintor – 757
- Gil, arcediogo de Santarém no cab. de Lisboa – 179
- Gil, chantre do cab. de Viseu – 180
- Gil (mestre) – 100
- Gil Álvarez de Albornoz, cardeal (1350-1367) – 258, 334, 337-338, 345, 353-357, 359
- Gil Anes, sobrinho do b. de Lisboa João Anes Escudeiro – 460
- Gil das Leis (mestre), tesoureiro do cab. de Lisboa – 296
- Gil de Roma, autor – 719
- Gil de Viana, b. da Guarda (1360-1362) – 373
- Gil González de Ávila, autor – 730
- Gil Martins, reitor da ig. de Santo Estêvão de Lisboa – 468
- Gil Martins, tesoureiro do cab. de Braga – 280
- Gil Rebolo, deão do cab. de Lisboa – 100
- Gil Vasques, reitor da ig. de Santa Maria da Arruda – 315
- Gilberto de Hastings**, b. de Lisboa (1147-1163/1165) – 88-91, 93-94, 96, 103, 123-133, 135-136, 139, 703, 715-716, 761
- Gilberto de Kent, cón. do cab. de Lisboa – 127
- Glanville, família – 124
- Godofredo David, sobrinho do b. de Lisboa Reginaldo de Maubernard – 328
- Goma**, b. de Lisboa (c. 610) – 57
- Gomes Anes (OSB), abade de Santa Maria de Florença – 508, 533-535
- Gomes Eanes de Zurara, cronista – 491
- Gomes Martins, abade de Correlhã – 388
- Gomes Nogueira, irmão do arceb. de Lisboa Afonso Nogueira – 531-533, 539
- Gomes Vasques Moutinho, provedor do hospital de Santo Elói – 313-314, 316
- Gonçalo (OFM), b. de Segóvia (1355-1358) – 350, 353
- Gonçalo, irmão do b. João Martins de Soalhães – 238
- Gonçalo Anes, leigo de Lisboa – 317
- Gonçalo Anes, tabelião de Lisboa – 339
- Gonçalo Domingues, visitador – 450
- Gonçalo Esteves, cón. do cab. da Guarda – 375
- Gonçalo Esteves, cón. do cab. do Porto – 374
- Gonçalo Esteves, mestre-escola do cab. de Coimbra – 376
- Gonçalo Gonçalves, arcediogo do cab. de Braga – 215
- Gonçalo Gonçalves, possível pai do b. João Martins de Soalhães – 237
- Gonçalo Lourenço, secretário do arceb. de Lisboa Luís Coutinho – 507
- Gonçalo Martins, deão do cab. de Silves e b. de Viseu (1365-1373) – 373

- Gonçalo Martins, subdiácono – 159
 Gonçalo Martins, vigário do b. Teobaldo de Castillon – 313, 316
 Gonçalo Mendes, chanceler do rei Afonso II – 158
 Gonçalo Mendes de Vasconcelos, sobrinho do b. de Lisboa João Afonso de Brito – 285
Gonçalo Pereira, b. de Lisboa (1322-1326) e arceb. de Braga (1326-1348) – 112, 114, 245, 257, 276-280, 282, 294-296, 337, 342, 420, 693-695, 707-708, 711, 737-738, 748-750, 765-766
 Gonçalo Pires de Belmir, trisavô do b. de Lisboa Lourenço Rodrigues – 331
 Gonçalo Pires Pereira, pai do arceb. Gonçalo Pereira – 261
 Gonçalo Vasques, bacharel em Direito Canónico – 373
 Gonçalo Vasques, clérigo – 396
 Gonçalo Vasques, cón. do cab. de Lisboa – 460, 468-469
 Gonçalo Vasques, licenciado em Decretos – 421
 Gonçalo Vasques, mestre da Ordem de Avis – 268
 Gonçalo Vasques, prior da ig. de Santa Maria de Guimarães – 425, 429, 465
 Gonçalo Vasques Coutinho, pai do arceb. de Lisboa Luís Coutinho – 503-506
 Gonzalo Ponce de Marchena, capitão de Cádis – 332
 Gosuíno, autor – 157
 Gregório, cardeal diácono de Sant'Ângelo (1190-1202) – 148
 Gregório IX, papa (1227-1241) – 95, 162-164, 167-168, 170-171, 173-175, 177-182, 184-185, 196, 291, 483
 Gregório X, papa (1272-1276) – 207, 216
 Gregório XI, papa (1371-1378) – 117, 350-351, 355, 370, 376-378, 384-389, 399, 418, 421-422
 Gregório XII, papa (1406-1415) – 480
 Gregório XIII, papa (1572-1585) – 593, 609
 Gregório XV, papa (1621-1623) – 654
 Gregório de Elvira, b. (séc. IV) – 30
 Gregório de São Martim, poeta – 724
 Gualter de Assier, vigário-geral do b. Reginaldo de Maubernard – 326-327
 Gualtério *primus*, cón. do cab. de Lisboa – 127
 Gui de Bolonha, cardeal (1342-1373) – 385, 386
 Guido de Baysio, arceidiago do cab. de Bolonha – 291
 Guido de Collemedio, b. de Cambrai (1296-1306) – 291
 Guido Insard, cón. do cab. de Lisboa – 386, 392
 Guido *Iudiciis* (mestre), arceidiago de Santarém no cab. de Lisboa – 303
 Guilherme Caçador, núncio apostólico – 556
 Guilherme *Camatoni*, capelão da ig. de Rupe – 347
 Guilherme Carbonnell, vigário-geral do b. de Lisboa Agapito de Colonna – 314, 386, 410-411
 Guilherme de la Garde, b. de Perigueux (1349), arceb. de Braga (1349-1361) e de Arles (1361-1374), irmão do b. de Lisboa Estêvão de la Garde – 299-301, 304-305, 324, 327, 337
 Guilherme de la Jugie, cardeal (1342-1374) – 325, 349, 404
 Guilherme de la Mothe, b. de Bazas (1302-1313, 1319) e de Saintes (1313-1319) – 307-308
 Guilherme de Mandagout, cardeal-b. de Palestrina (1312-1321) – 291
 Guilherme de Orange, conde e cruzado – 156-157
 Guilherme de Panoias, cón. do cab. de Lisboa – 127
 Guilherme *Delitiosi*, pároco de Dulcone – 348
 Guilherme Durand, b. de Mende (1230-1296) – 328
 Guilherme *Gonaudi*, vigário perpétuo de Autun – 348
 Guilherme *Greguti*, familiar do b. de Lisboa Estêvão de la Garde – 303
 Guilherme Peyre de Godin, cardeal (1312-1336) e legado apostólico – 281
 Guilherme Piloti, coletor apostólico e chantre do cab. de Lisboa – 319, 327, 344, 372
 Guilherme Roger, irmão do papa Clemente VI – 300
 Guillaume d'Estouteville, cardeal (1439-1483) – 526
 Guillaume de la Sudré, cardeal-b. de Óstia e Velletri (1367-1373) – 375
 Guiomar, criada do b. João Martins de Soalhães – 238
 Guiomar Coutinho, condessa de Marialva – 562
 Guiomar de Noronha, filha de Luís da Silva e Isabel de Miranda – 665
 Gundemar, rei visigodo (610-612) – 57
 Gutierre de Toledo, b. de Oviedo (1377-1389) – 496
 Gutierre Gómez de Toledo, arceb. de Toledo (1310-1319) – 362
 Gutierre Gómez de Toledo, mestre de Alcântara (1361-1364) – 362
 Gutierre López de Luna, b. de Palença (1370-1391) – 428
 Guy de Conborn, b. de Noyon (1347-1349) – 311
 Henrique, cardeal-infante (1545-1580), arceb. de Braga (1537-1540), Évora (1540-1564; 1575-1578) e Lisboa (1564-1569) – 13, 441-443, 449, 456-457, 562-563, 565-566, 569-570, 572, 576, 579, 581-582, 584-597, 600, 602-610, 613-614, 618-619, 651, 695, 700-701, 720-721, 757-759, 775-777
 Henrique, filho do rei João I e duque de Viseu – 489, 491, 516
 Henrique de Bona, cavaleiro – 156

- Henrique de Sousa Tavares, 3.º conde de Miranda e 1.º Marquês de Arronches – 671, 674, 676
- Henrique II [de Trastâmara], rei de Castela (1369-1379) – 351, 359-360, 369-374, 385, 404, 415, 420, 496
- Henrique II, rei de França (1547-1559) – 590
- Henrique III, rei de Castela (1390-1406) – 415, 475, 479, 496
- Henrique IV, rei de França (1589-1610) – 730
- Henrique IV, rei de Inglaterra (1399-1413) – 516, 520
- Henrique VIII, rei de Inglaterra (1509-1547) – 571
- Herberto, abade do most. de Morerucla – 152
- Herveu de Glanville, cruzado – 124
- Hieronimo Capodiferro, núncio apostólico – 568, 570-571
- Hilário de Poitiers, b. (†367) – 30-33
- Hildefonsus*, b. (séc. X) – 62, 81, 761
- Hisham I, emir de Córdoba (788-796) – 77
- Hisham II, califa (976-1009) – 76
- Honório III, papa (1216-1227) – 154, 157-158, 160-162, 169, 177, 179
- Honório IV, papa (1285-1287) – 110, 211, 219-220, 222-224
- Hugo de Vale ou de Bardia, cavaleiro – 322
- Ibn Hayan al-Mughrib, historiador – 64
- Ibn Marwan, líder militar (?-c.890) – 64
- Idácio de Chaves, b. (427-460?) – 54-55
- Ildefonso, b. – ver *Hildefonsus*
- Inácio Coutinho (OP), autor – 724
- Inácio de Vilhena Barbosa, autor – 63, 69
- Inácio Ferreira, deputado da Mesa de Consciência – 653
- Inês, filha do b. de Lisboa Pedro de Noronha – 501
- Inês de Castro, consorte do rei Pedro I ([1320 e 1329]-1355) – 329, 335
- Inês Lourenço Carnes, casada com Gonçalo Pires Pereira – 262
- Inês Mendes de Oliveira, casada com Fernando Afonso Cicioso – 486
- Inocêncio III, papa (1198-1216) – 95, 109, 149, 153-155, 158, 196
- Inocêncio IV, papa (1243-1254) – 185-188, 215, 218, 291
- Inocêncio V, papa (1276) – 206
- Inocêncio VI, papa (1352-1362) – 114, 317, 323-326, 337-338, 340, 346-347, 368, 370-372, 383
- Inocêncio VII, papa (1404-1406) – 476, 479
- Inocêncio VIII, papa (1484-1492) – 547-548, 719
- Inocêncio X, papa (1644-1655) – 673
- Inocêncio XI, papa (1676-1689) – 676, 682
- Inocêncio XII, papa (1691-1700) – 684
- Iria, santa – 728
- Iria Gonçalves do Carvalhal, mãe do Condestável Nuno Álvares Pereira – 262
- Iríneu de Lião, b. (177-195?) – 27
- Isabel, filha do b. de Lisboa Pedro de Noronha – 501
- Isabel, filha do rei Fernando I – 496
- Isabel, filha do rei João I, duquesa de Borgonha – 441, 516-523, 528, 754-755
- Isabel, imperatriz, mulher de Carlos V (1526-1539) – 557, 562, 577, 579
- Isabel, sobrinha do b. de Lisboa Vasco Martins – 288
- Isabel, a Católica, rainha de Castela (1474-1504) – 547-548
- Isabel de Aragão, rainha de Portugal (Rainha Santa) (1282-1335) – 239, 248, 256, 266, 274, 283, 293, 334-336, 749-750
- Isabel de Bourbon, rainha de Espanha e de Portugal (1621-1644) – 672
- Isabel de Bragança, mulher do infante D. Duarte – 578
- Isabel de Mendonça, irmã do arceb. de Lisboa Luís de Sousa – 671
- Isabel de Mendonça, mulher de António de Mascarenhas – 671
- Isabel de Mendonça, mulher de João Rodrigues de Sá de Menezes – 671
- Isabel de Miranda, mãe de Guiomar de Noronha – 665
- Isabel de Portugal, rainha de Castela, mulher do rei João II de Castela (1447-1496) – 512
- Isabel de Portugal, rainha de Portugal, mulher do rei Afonso V (1448-1455) – 499, 510-511, 516-519, 524, 528
- Isabel de Urgel, mulher do Infante D. Pedro – 515-517, 528
- Isaías, profeta – 40, 46-47
- Isidoro de Sevilha, santo – 716, 729
- Ithier Cabrol, vigário da ig. de Santa Cruz do Castelo de Lisboa – 315-316
- Iulianus*, b. – 81
- Jacinto, cardeal (1141-1191) e legado apostólico – 141
- Jacob, patriarca bíblico – 629, 634
- Jacobo, cón. do cab. de Lisboa – 311
- Jacopo Salviati, genro de Lourenço de Médicis – 582
- Jacques d'Euse – ver João XXII
- Jacques Du Clercq, cronista – 521
- Jaime II, rei de Aragão (1291-1327) – 248-249, 750
- Jaime Botafogo, comensal – 526
- Jaime de Portugal**, arceb. de Lisboa (1453-1459) e cardeal (1456-1459) – 441-442, 450, 513, 515-530, 695, 697, 708-709, 720, 754-756, 770-771

- Jaime de Urgel, avô do cardeal Jaime de Portugal – 516
 Jean Champdorot, b. de Le Puy-en-Velay (1342-1356) – 311
 Jean Crabbe, bibliófilo – 523
 Jean de Cardaillac, arceb. de Braga (1361-1371) e patriarca latino de Alexandria (1371-1379) – 377
 Jerónimo, santo – 527, 729, 731
 Jerónimo de Aquileia, autor – 37, 39
 Jerónimo Osório, b. do Algarve (1564-1580) – 610
 Jerónimo Román de la Higuera (SJ), autor – 729, 731
 Jeronimo Zurita y Castro, autor – 730
 Jesus Cristo – 38, 41-42, 45-48, 66, 123, 209, 230, 234, 258, 274, 706-709, 757
 Jiménez de Cisneros, cardeal (1507-1517) – 563
 Joana, filha do b. João Martins de Soalhães – 238
 Joana, filha do rei João IV – 673
 Joana, filha póstuma do rei Duarte – 544
 Joana I, rainha de Nápoles (1343-1382) – 400
 Joana Almada, sobrinha do arceb. de Lisboa Afonso Nogueira – 540
 Joana de Albuquerque, mãe do arceb. de Lisboa Luís Coutinho – 503-506
 Joana de Ataíde, mãe do arceb. de Lisboa João Manuel – 639
 Joana de Áustria, mulher do príncipe D. João (1536-1573) – 578, 582, 599, 617
 Joana de Castela, a Beltraneja (1462-1530) – 501
 Joana de Urgel, mulher do conde de Foix – 516
 Joana Manuel, rainha de Castela, mulher do rei Henrique II (1366/1369-1381) – 360
 Joana Vaz de Almada, mãe do arceb. de Lisboa Afonso Nogueira – 531, 539
João, b. de Lisboa (c. 500) – 53
 João, cardeal-presbítero de Santa Praxedes (1212-1244) – 179
 João, cón. do cab. de Lisboa – 127
 João, criado do b. João Martins de Soalhães – 238
 João, duque de Gerona – 387
 João, filho do rei João I e governador da Ordem de Santiago – 512, 516
 João, filho do rei João III – 578, 580, 582-583
 João, filho do rei Pedro I – 575
 João, marquês de Montemor – 501
 João, mestre de Avis – ver João I, rei de Portugal
 João, neto do rei Dinis – 749
 João, príncipe de Antioquia, filho do infante D. Pedro – 516-518, 523, 528
 João, santo, apóstolo e evangelista – 34, 38, 274, 541, 685
 João (mestre), doutor em Leis – 179
 João I, mestre de Avis, regedor e defensor do reino, rei de Portugal (1383-1433) – 12, 105, 108-109, 111, 119, 262, 315, 332, 414, 417, 425, 427-428, 435-436, 460-464, 466-467, 471-477, 479-482, 488-493, 496-499, 504, 515-516, 528, 531, 544, 714, 718, 720, 727, 731, 739-741, 754, 758
 João I, rei de Castela (1379-1390) – 116, 118, 332, 398, 411, 413-414, 415, 424, 434, 467, 496
 João II, rei de Castela (1406-1454) – 479, 512
 João II, rei de França (1350-1364) – 347
 João II, rei de Portugal (1481-1495) – 12, 501, 546-548, 556, 561, 599, 740
 João III, conde de Foix – 516
 João III, rei de Portugal (1521-1557) – 441, 456, 556, 563-570, 572-573, 575-583, 585-586, 588-591, 601, 617, 650, 720, 730, 753, 757, 759, 775
 João IV, rei de Portugal (1640-1656) – 649, 658, 673, 724-725
 João V, rei de Portugal (1706-1750) – 53, 677, 679, 685-686, 688, 701, 753
 João XXI, papa (1276-1277) – 100, 191, 196-197, 199-200, 202, 206-208, 216-217, 219, 228
 João XXII, papa (1316-1334) – 254, 256-258, 264, 267, 269-271, 273, 277-280, 283, 288, 291, 294, 334, 336
 João XXIII, papa (1410-1415) – 480, 483
 João Afonso, b. de Évora (1252-1255) – 316, 539
 João Afonso, chantre do cab. de Toledo – 349
 João Afonso de Brito, casado com Violante Nogueira – 540
João Afonso de Brito, deão do cab. de Évora e b. de Lisboa (1326-1342) – 112-114, 252, 263-264, 277-287, 294, 313, 486-487, 738
João Afonso de Azambuja, b. de Silves (1389-1391), do Porto (1391-1398) e de Coimbra (1398-1402), arceb. de Lisboa (1402-11415) e cardeal-presbítero de São Pedro *Ad Vincula* (1411-1415) – 342, 435, 440-444, 448, 450, 453, 465-466, 471-485, 490, 498, 538, 550, 695, 718, 739-742, 744, 769
 João Afonso de Meneses, arceb. de Braga (1581-1587) – 583
 João Afonso Telo, conde – 388
 João Afonso Telo, conde, irmão da rainha Leonor – 425
 João Álvares (OSB), provedor da casa do arceb. de Lisboa D. Jaime – 526, 528
 João Álvares Brandão, inquisidor de Coimbra – 653
 João Andrés (mestre), decretalista – 291, 353
 João Anes, cón. do cab. de Lisboa – 316
João Anes Escudeiro, b./arceb. de Lisboa (1384-1402) – 12, 109, 340, 394, 428, 437, 439, 442, 448, 450, 459-470-471, 475, 481, 695, 769

- João Anes Homem, b. de Viseu (1373-1383) e de Évora (1383-1404) – 118, 426, 433, 444, 464, 467, 473-474, 486-489, 494
- João Baptista, santo – 80, 205, 423
- João Bauffès, b. de Dax (1375-1380) – 405, 408-409, 413
- João Blávio, impressor – 733
- João *Calderini*, canonista – 353, 356
- João Camelo de Madureira, b. de Lamego (1502-1513) – 576, 583
- João Castelo-Branco, avô do arceb. de Lisboa João de Sousa – 679
- João Coutinho, 4.º conde de Redondo – 679
- João Crisóstomo, santo – 43-45
- João da Conceição (OFM), autor – 657, 724
- João da Gama, b. de Miranda (1615-1617) – 639
- João da Silva, regedor da Casa da Suplicação – 650
- João da Silva (OP), tio do arceb. de Lisboa Rodrigo da Cunha – 650-651
- João da Veiga, oligarca de Lisboa – 429, 465
- João das Leis (mestre), juiz – 249, 343, 539
- João de Abbeville, cardeal-b. de Sabina (1227-1237), legado apostólico – 169
- João de Agoult**, b. de Lisboa (1378-1380) e arceb. de Aix-en-Provence (1380-1394) – 393-402, 418, 461
- João de Almeida, conde de Abrantes – 501
- João de Atouguia, vedor das obras da catedral de Lisboa – 739
- João de Bos, cón. do cab. de Lisboa – 303
- João de Broube alias Deriehe, clérigo de Tournai – 387
- João de Castro, nobre galego – 295
- João de Chaves (OFM), b. de Viseu (1524-1526) – 565
- João de Colonna, cardeal (1327-1348) – 382-383
- João de Deus (mestre), arcediogo do cab. de Lisboa – 100, 200
- João de Elarencio, cón. do cab. de Lisboa – 316
- João de Évora, cón. do cab. de Lisboa – 127
- João de Freitas, senhor da vila de Montemor-o-Velho – 135
- João de Friburgo, autor – 292
- João de Gaunt, duque de Lancaster – 403-407, 411-412, 415
- João de Lentillac, cón. do cab. de Lisboa – 316
- João de *Lignano*, canonista – 353, 357
- João de Maubernard, sobrinho do b. de Lisboa Reginaldo de Maubernard – 328
- João de Mascarenhas, membro da Junta de Governadores – 607-608, 612
- João de Médicis, filho de Cosme de Médicis – 520
- João de Melo, b. do Algarve (1549-1564) e arceb. de Évora (1564-1574) – 581, 589, 757
- João de Mendonça (OEDSA), autor – 665
- João de Noronha, filho do b. de Lisboa Pedro de Noronha – 501
- João de Noronha, irmão do b. de Lisboa Pedro de Noronha – 497
- João de Portugal, b. da Guarda (1556-1585) – 619
- João de *Ripalta*, membro da casa do b. de Lisboa Agapito de Colonna – 386
- João de São Bernardino (OFM), pregador – 658, 724
- João de São Lourenço (O. Carm.), capelão pontifício – 535
- João de Soure, oficial e vigário-geral do b. Lourenço Rodrigues – 311, 339, 341, 355, 386, 410, 426
- João de Sousa**, b. do Porto (1683-1696), arceb. de Braga (1696-1703) e arceb. de Lisboa (1703-1710) – 11, 245, 439, 441, 443, 661, 679-688, 783
- João de Telo Meneses, embaixador em Roma – 608
- João de Vasconcelos e Meneses, conde de Penela – 575-576, 582
- João de Vila Verde, tesoureiro do cab. de Lisboa – 196
- João de Wildenberg, estudante em Direito Canónico – 354
- João, dito *o Monge*, cardeal dos santos Marcelini e Pedro (1294-1313) – 291
- João Domingues, cón. do cab. de Lisboa – 179
- João Duns Escoto (OFM), teólogo – 292
- João Esteves, clérigo do b. de Lisboa Lourenço Rodrigues – 339
- João Esteves de Azambuja, tio do arceb. de Lisboa João Afonso Esteves de Azambuja – 473, 482, 739
- João Faria (doutor), chanceler – 562
- João Fernandes, b. de Lamego (1285-1296) – 110
- João Fernandes Andeiro, conde – 425, 430
- João Fernandes da Silva, regedor da Casa da Suplicação – 650
- João Fernandes de Fenestrosa, conselheiro do rei Pedro I de Castela – 324
- João Fernandes de Urgeses, cón. do cab. de Braga – 226
- João Fernandez, beneficiado no cab. de Lisboa – 560
- João Fieschi, b. de Vercelli (1348-1381/1382) e cardeal de São Marcos (1378-1381/1382) – 348, 391
- João Forest, procurador ducal – 395
- João Francisques, clérigo da ig. do Salvador de Torres Novas – 303
- João Fulberto**, postulado b. de Lisboa (1233-1234) – 22, 98-99, 171-175
- João Galvão, b. de Coimbra (1460-1481) – 507, 537
- João Garcia, chantre do cab. de Silves – 412, 420
- João Garcia Palomeque, b. de Badajoz (1355-1373) – 316
- João Gomes, chantre do cab. da Guarda e b. do Porto (1322-1327) – 263, 294

- João Gomes Leitão, desembargador – 653
 João Gonçalves, cavaleiro – 422
 João Gonçalves, deão do cab. de Viseu – 180
 João Gonçalves da Câmara, enviado papal a Portugal – 556
 João Gonçalves de Barbudo, bisavô do b. de Lisboa Lourenço Rodrigues – 331
 João Guarrige, coletor apostólico – 317-319
 João Gutiérrez, b. de Dax (1380-1381; 1382-1393) e de Lisboa (1381-1382) – 118, 403-416, 418, 423-424
 João Homem (I), b. de Viseu (1333-1348) – 267
 João Homem (II), b. de Viseu (1391-1425) – 435
 João Lourenço Chamiceiro, cón. do cab. de Évora – 312-314, 319
 João Lourenço de Monsaraz, cavaleiro – 250
 João Lopez, livreiro – 722
João Manuel, b. de Viseu (1609-1625), b. de Coimbra (1625-1632) e arceb. de Lisboa (1632-1633) – 441, 639-648, 722, 779-780
 João Martins (OFM), b. da Guarda (1278-1301) – 262
 João Martins, filho do b. de Lisboa Martinho Anes de Zamora – 420
 João Martins de Barbudo, alvazil de Lisboa – 332
João Martins de Soalhões, b. de Lisboa (1294-1313) e arceb. de Braga (1313-1325) – 12, 112, 235, 237-245, 249, 252-254, 264, 266, 279, 294, 460, 462, 469, 705, 707, 717, 736-737, 765
 João Miguéis – 247
 João Miguéis, cón. do cab. de Lisboa – 264
 João Pais, tesoureiro do cab. de Braga – 152
 João Palmeiro, vigário-geral do b. Vasco Martins e mestre-escola do cab. de Lisboa – 294, 296
 João Peculiar, b. do Porto (1136-1138) e arceb. de Braga (1138-1175) – 83, 87, 91, 123-125, 127-130, 132, 137-138, 467
 João Pereira, comendador da Ordem de Cristo – 599
 João Peres de Aboim, mordomo-mor e conselheiro do rei Afonso III – 213, 216, 331
 João Peres de Orense, afilhado do b. de Lisboa Aires Vasques – 184, 186
 João Peres de Vasconcelos, pai do b. de Lisboa Estêvão Anes de Vasconcelos – 213, 216
 João Pires de Burgo, cón. de Guimarães – 339
 João Rodrigues, impressor – 726
 João Rodrigues, meio-cón. do cab. de Coimbra – 375
 João Rodrigues (Lóios), padre – 534, 544
 João Rodrigues de Sá, cavaleiro do Porto – 474
 João Rodrigues de Sá de Menezes, 1.º conde de Penaguião – 671
João Rol (*Raolis*), b. de Lisboa (1239-1241) – 94, 96-102, 104, 106, 162, 164, 171, 173, 175, 177-182, 185
 João Rol, vereador do concelho de Lisboa – 343
 João Soares (OESA), b. de Coimbra (1545-1572) – 580, 588
 João Soares Coelho, privado e conselheiro do rei Afonso III – 213-214
 João Telo de Meneses, governador – 611-612
 João Vasques de Almada, cidadão de Lisboa – 475
 João Vasques de Tomar, clérigo da dioc. de Lisboa – 372
 João Vaseu, humanista – 586-587, 594
 João Vaz, irmão ou meio-irmão do arceb. de Lisboa Martinho da Costa – 554
 João Vicente, cón. do cab. de Braga – 282
 João Vicente, b. de Lamego (1430-1444) e Viseu (1444-1463) – 533-534
 João Viegas de Portocarreiro, arceb. de Braga (1245-1251) – 188, 215, 217, 237
 João Wyclif, teólogo – 405
 Joás, rei de Judá (835-796 a.C.) – 659
 John of Hexham, cronista – 129
 Joiada, sumo-sacerdote – 659
 Jorge, conde e cruzado – 156
 Jorge Anes, b. de Coimbra (1338-1356) – 337
 Jorge Cardoso, autor – 363, 571, 728
 Jorge Coelho, prior de São Jorge de Coimbra – 587, 594
 Jorge da Costa, arceb. de Braga (1486-1501) – 548, 550, 553, 555, 720
Jorge da Costa, b. de Évora (1463-1464), arceb. de Lisboa (1464-1500) e cardeal (1477-1508) – 12, 13, 441-443, 448, 450, 453, 524, 538-539, 543-555, 695, 697-699, 709-710, 719-720, 755-757, 771-773
Jorge de Almeida, arceb. de Lisboa (1569-1585) – 442, 599-614, 621, 721, 777-778
 Jorge de Almeida, b. de Coimbra (1481-1543) – 575-576, 582, 588, 599
 Jorge de Ataíde, b. de Viseu (1568-1578) – 618-619, 621-623, 639, 641, 753
 Jorge de Cabedo, autor – 731
 Jorge de Lencastre, filho do rei João II, duque de Coimbra e administrador das Ordens de Avis e Santiago – 547
 Jorge de Melo, b. da Guarda (1519-1545) – 563, 752
 Jorge de Trebizonda, autor – 720
 Jorge Furtado de Mendonça, comendador – 629
 Jorge Rodrigues Solis, cristão-novo – 626
 Jorge Serrão (SJ) – 597
 José de Lencastre (OCD), inquisidor-mor – 683

- José de Sigüenza (OSH), cronista – 731
 Josué, juiz bíblico – 659
 Juan Alfonso de Cervatos, clérigo de Toledo – 350
 Juan Alfonso de Salas, b. de Sigüenza (1361-1375) – 371
 Juan Arias, arceb. de Compostela (1238-1266) – 99, 106, 183-185, 716
 Juan Cabeza de Vaca, b. de Coimbra (1377-1383) – 118
 Juan de Mariana (SJ), autor – 730
 Juan de Marieta (OP), autor – 730-731
 Juan de Maserati, diplomata castelhano – 675
 Juan de Pedraza (OP), autor – 581-582
 Juan de Soria, b. de Osma (1231-1240) – 175
 Juan Fernández de Limia, arceb. de Compostela (1331-1338) – 268
 Juan García Manrique, arceb. de Compostela (1383-1399) – 118, 424, 437, 467
 Juan García Palomeque, b. de Badajoz (1354-1373) – 375
 Juan Márquez (OESA), autor – 731
 Juan Martínez Siliceo, b. de Cartagena (1541-1546) – 578
 Juan Tedeschi, b. de Ancona (1349-1380) – 353
 Júlia, mártir de Lisboa – 11, 28, 63
 Julião, chanceler – 100
 Julião (mestre) – 180
 Julião de Alva, b. de Portalegre (1549-1560) – 580
 Julião de Toledo, santo – 729
 Júlio II, papa (1503-1513) – 549, 551-552, 556, 562
 Júlio III, papa (1550-1555) – 590
 Júlio César, ditador romano (49-44 a.C.) – 729
 Justiniano, imperador (527-565) – 291
- Lactância, autor – 729
 Lambert Palmart, impressor – 723
Landerico, b. de Lisboa (688-693) – 58
 Landulfo de Colonna, cavaleiro – 391
 Lanfranco de Milão (mestre) – 153
 Lázaro, irmão de Marta e Maria – 40, 42-46, 48
 Leão, filho do b. de Lisboa Pedro de Noronha – 501
 Leão X, papa (1513-1521) – 556, 559, 562-563, 576, 583
 Leão Henriques (SJ) – 597
 Leogivildo, rei visigodo (569-586) – 55
 Leonardo de Maurperg, alquimista – 390
 Leonardo Lomellini, mercador – 521
 Leonardo Bruni, humanista – 755
 Leonor, filha do b. de Lisboa Pedro de Noronha – 501
 Leonor, rainha de Portugal, mulher do rei João II (1481-1525) – 547, 556, 740
- Leonor da Sicília, mulher de Pedro IV, rei de Aragão (1349-1375) – 387
 Leonor de Aragão, rainha de Portugal, mulher do rei Duarte (1428-1445) – 440, 498-499, 508, 535-536
 Leonor de Ataíde, mãe do arceb. de Lisboa Miguel de Castro – 617, 626
 Leonor de Áustria, rainha de Portugal, mulher do rei Manuel I (1518-1529) – 554, 556, 579
 Leonor de Mendonça, mulher de Diogo Lopes de Sousa – 671-672
 Leonor de Portugal, mulher do imperador Frederico III (1452-1467) – 513, 536, 599
 Leonor de Urgel, irmã de Isabel de Urgel, mulher do conde de Nola – 516
 Leonor Gonçalves de Azevedo, mulher de Gonçalo Vazques Coutinho – 505
 Leonor Teles, rainha de Portugal, mulher do rei Fernando I (1372-1386) – 388, 424-425, 461
 Libério, papa (352-366) – 30, 31
 Liberto de Bal, cón. do cab. de Lisboa – 127
 Lippo Sold, mercador de Barcelona – 387
 Lope de Mendonza, arceb. de Compostela (1399-1445) – 477, 498
 Lopo Afonso, mestre-escola do cab. de Coimbra – 507
 Lopo Álvares Feio, casado com Margarida Vaz da Costa – 554
 Lopo de Albuquerque, conde de Penamacor – 501
 Lopo de Almeida, 1.º conde de Abrantes – 575, 580, 599
 Lopo de Almeida, capitão-mor de Sofala e vedor da casa de Joana de Áustria – 599
 Lopo Fernandes Pacheco, valido do rei Afonso IV – 278, 300, 738
 Lopo Gomes, meirinho-mor em Entre-Douro-e-Minho – 422
 Lopo Vasquez de Serpa, doutor – 508
 Louis *Sanctus*, familiar do cardeal João de Colonna – 383
 Lourenço, irmão do b. João Martins de Soalhães – 238
 Lourenço, santo – 273, 541, 698, 708-709
 Lourenço Afonso Homem, vedor do arceb. de Lisboa Luís Coutinho – 507
 Lourenço Anes, clérigo de Lisboa – 303
 Lourenço Anes de Abiul, vigário do b. de Lisboa Teobaldo de Castillon – 312-313
 Lourenço Canelas, arcediogo de Lisboa no cab. de Lisboa – 296
 Lourenço de Mendonça, casado com Maria de Ataíde – 665
 Lourenço Gonçalves, cón. do cab. de Braga – 215
 Lourenço Hispano, canonista – 186

- Lourenço Martins, irmão do b. de Lisboa Vasco Martins – 289
- Lourenço Martins de Barbudo – ver Lourenço Rodrigues
- Lourenço Rodrigues**, b. de Lisboa (1358-1364) – 12, 329-344, 347, 355, 382, 386, 718, 735, 738-739
- Lourenço Vaz, visitador do arceb. de Lisboa Jorge da Costa – 451
- Lourenço Vicente, arceb. de Braga (1374-1397) e arceb. de Trani (1380) – 117, 365, 378, 399, 409, 422-423, 463
- Luca della Robbia, escultor – 755, 770-771
- Lucano, poeta romano – 49, 729
- Lucas, evangelista – 41, 208, 274
- Lúcifer de Cagliari, b. da Sardenha († 370) – 29, 30, 34
- Ludolfo da Saxónia (O. Cart.), autor – 517
- Luís, filho do rei Manuel I, duque de Beja e Condestável do Reino – 561-562, 564, 579, 582, 586, 599, 609
- Luís I, duque de Anjou – 116, 395, 398-401
- Luís I, rei da Hungria (1342-1382) – 384
- Luís II, duque de Anjou – 401
- Luís Álvares Cabral, irmão do b. de Lisboa Diogo Álvares [de Brito?] – 488-489, 493
- Luís Álvares de Sousa – 540
- Luís Anes, cubiculário do papa e cón. do cab. de Lisboa – 525, 528
- Luís Anes, visitador – 450-451
- Luís Coutinho**, b. de Viseu (1439-1444) e de Coimbra (1444-1452) e arceb. de Lisboa (1452-1453) – 443, 500, 503-514, 524, 697, 709, 770
- Luís da Silva, pai de Guiomar de Noronha – 665
- Luís de Aliaga (OP), confessor régio – 654
- Luís de Camões, autor – 725, 731
- Luís de Granada (OP), autor – 594, 597, 732
- Luís de Mendonça, irmão do arcebispo de Lisboa António de Mendonça – 665
- Luís de Meneses, alferes-mor – 613
- Luís de Sousa**, arceb. de Lisboa (1675-1702) e cardeal (1697-1702) – 441-442, 661, 666, 671-678, 686, 688, 701, 727-728, 759, 782-783
- Luís de Sousa (OP), cronista – 362, 364, 731
- Luís de Sousa (O. Cist.), b. eleito do Porto, governador do arcebispado de Évora (1663-1667) e abade de Alcobaça – 674
- Luís de Vasconcelos e Sousa, conde de Castelo-Melhor – 662
- Luís do Amaral, b. de Viseu (1430-1439) – 508-509
- Luís dos Anjos (OESA), autor – 731
- Luís Manuel de Távora, 4.º Conde de Atalaia – 676
- Luís Rodrigues, tipógrafo régio – 582
- Luís Sarmiento, embaixador – 580
- Luiz Marinho de Azevedo, autor – 68
- M., reitor da ig. de Santa Maria de Sintra – 179
- M. Nunes, dito cón. do cab. de Lisboa – 179
- Madalena, santa – 273
- Mafalda, beata, filha do rei Sancho I – 100, 153, 158, 161
- Manassés, rei de Judá (687-642 a.C.) – 47
- Manrique da Silva, 1.º marquês de Gouveia – 676
- Manuel, filho do rei João III – 578
- Manuel I, rei de Portugal (1495-1521) – 441, 545, 547-549, 554-563, 565-566, 568, 573, 576-577-579, 585, 743, 753, 759, 773
- Manuel Álvares Tavares, inquisidor de Lisboa – 653
- Manuel Baltasar Câmara, 1.º conde da Ribeira Grande – 671
- Manuel Caetano de Sousa (CR), autor – 560, 727
- Manuel Clemente, cardeal-patriarca de Lisboa (2000-) – 16, 23, 447
- Manuel Coutinho, clérigo – 641
- Manuel da Esperança (OFM), cronista – 363
- Manuel de Brito Alão, autor – 732
- Manuel de Escobar (SJ), autor – 724, 727
- Manuel de Góis de Vasconcelos, autor – 723
- Manuel de Meneses, reitor da Universidade de Coimbra – 601
- Manuel de Moura Manuel, b. de Miranda (1689-1699) – 752
- Manuel de Saldanha, b. de Viseu (1670-1671) – 664
- Manuel dos Santos (O. Cist.), cronista – 417
- Manuel Lourenço (OP), doutor em Teologia – 483
- Manuel Pereira (OP), b. do Rio de Janeiro (1676-1680) e Secretário de Estado – 682
- Marcelino, presbítero de Roma – 29, 36
- Marco Vigerio della Rovere, núncio apostólico – 569-570, 582
- Marcos, evangelista – 274
- Marcos Nicolau, vigário-geral de Lisboa – 394-395. Ver Paio Nicolau.
- Marcos Romeiro, lente – 600
- Margarida, filha de Reginaldo de Maubernard – 322
- Margarida Alvernaz, mulher do almirante Nuno Fernandes Cogominho de Chaves – 466
- Margarida Anes, mulher de João Vaz – 554
- Margarida de Beaumont, mulher de Pedro de Maubernard – 323
- Margarida de Sabóia, vice-rainha (1634-1640), duquesa de Mântua – 657
- Margarida Peres de Portocarreiro, cunhada do b. de Lisboa Estêvão Anes de Vasconcelos – 215

- Margarida Vaz da Costa, irmã do arceb. de Lisboa Martinho da Costa – 554
- Maria, filha do b. João Martins de Soalhães – 238
- Maria, filha do rei João III – 578, 580, 582
- Maria, irmã do arceb. de Lisboa Afonso Nogueira – 531-532
- Maria, rainha de Castela, filha do rei Afonso IV (1328-1357) – 268, 362
- Maria, santa, mãe de Jesus – 39, 45, 47, 80, 89-90, 123, 230, 234, 255, 273-274, 529, 581, 596, 678, 692, 706-709, 726, 732, 757
- Maria Afonso, cunhada do Mestre João das Leis – 539
- Maria Anes da Costa, dita mãe do arceb. de Lisboa Jorge da Costa – 543
- Maria da Costa, irmã do arceb. de Lisboa Martinho da Costa – 554
- Maria da Silva, mulher de Pedro da Cunha – 650
- Maria de Aragão, rainha de Castela (1420-1445) – 500
- Maria de Aragão e Castela, rainha de Portugal, mulher do rei Manuel I (1500-1517) – 561-562, 573, 578, 753, 759
- Maria de Ataíde, mulher de Lourenço de Mendonça – 665
- Maria de Blois-Châtillon, mulher de Luís, duque de Anjou – 401
- Maria de Meneses, irmã do arceb. de Lisboa João de Sousa – 679
- Maria Eanes de Fornelo, casada com Vasco Pimentel – 262
- Maria Fernandes, avó do b. de Lisboa Lourenço Rodrigues – 331
- Maria Martins, irmã do b. de Lisboa Vasco Martins – 288
- Maria Miguéis, ama do rei D. Dinis – 247
- Maria Miguéis, filha de Miguel Fernandes – 247
- Maria Pais, barregã do rei Sancho I – 144
- Maria Peres, barregã do b. João Martins de Soalhães – 238
- Maria Soares Coelho, nobre – 213
- Mariana de Castro, mulher de Henrique de Sousa – 671
- Marta, santa – 45
- Martim Afonso, filho do b. de Lisboa João Afonso de Brito – 285
- Martim Afonso de Brito, filho do arceb. de Braga Martinho Pires de Oliveira – 277
- Martim Afonso de Brito, irmão do b. de Lisboa João Afonso de Brito – 279, 285
- Martim Afonso Mexia, b. de Lamego (1615-1619) – 653
- Martim Afonso Valente, sobrinho do b. Lourenço Rodrigues – 332
- Martim Anes de Barbudo, cón. do cab. de Lisboa – 331-332
- Martim Anes de Barbudo, filho de João Martins de Barbudo – 332
- Martim de Rumenel, cón. do cab. de Lisboa – 127
- Martim do Sem, doutor em Leis – 475
- Martim Domingues, irmão do b. Geraldo Domingues – 288
- Martim Domingues, cón. e arcediogo do Vouga no cab. de Coimbra – 377
- Martim Gil, b. de Évora (1368-1382) – 486
- Martim Gil, cón. do cab. da Guarda – 372
- Martim Gonçalves da Câmara, reitor da Universidade de Coimbra – 601, 620
- Martim Lourenço, chantre do cab. de Lisboa – 376
- Martim Lourenço, teólogo e confessor do infante D. Fernando – 533
- Martim Martins de Cabreira, arcediogo do cab. de Braga – 213, 217, 220
- Martim Mateus, parente do b. Domingos Anes Jardo – 233, 717
- Martim Novais (OFM), executor testamentário – 248
- Martim Pais Barregão, comendador de Palmela (O. Sant.) – 156-158
- Martim Peres, autor – 483
- Martim Peres, cón. do cab. de Braga, clérigo e privado do rei Afonso III – 215
- Martim Rodrigues de Barbudo, pai do b. Lourenço Rodrigues – 330-331
- Martim Vasques, cón. do cab. do Porto – 251
- Martim Vasques (OFM), inquisidor – 389
- Martim Vaz, pai do arceb. de Lisboa Jorge da Costa – 543, 553
- Martim Viegas, pai do b. João Martins de Soalhães – 237
- Martín Miguel de Cantalapiedra, cón. do cab. de Salamanca – 350
- Martín Pérez de Fontova, b. de Viseu (1313-1322) – 257
- Martinho, b. da Guarda (1319-1322) – 257
- Martinho, filho do b. João Martins de Soalhães – 238
- Martinho, santo – 245
- Martinho (mestre) – 100
- Martinho (mestre), físico do infante Pedro – 296
- Martinho (mestre), tesoureiro do cab. de Lisboa – 180
- Martinho, b. de Dume (556-579) e de Braga (572-579), santo – 53
- Martinho, b. de Salamanca (1229-1245) – 185
- Martinho IV, papa (1281-1285) – 206, 219, 224
- Martinho V, papa (1417-1431) – 383, 488, 491-493, 497-498, 513

- Martinho Afonso Pires da Charneca, b. de Coimbra (1385-1398) e arceb. de Braga (1398-1416) – 435, 476, 477, 490
- Martinho Anes de Zamora, b. de Silves (1373-1379) e de Lisboa (1379-1383) – 12, 115-119, 340, 395-399, 408, 410-412, 417-430, 433, 439, 453, 461, 463, 465, 467, 714, 718
- Martinho da Cela, abade do most. de Alcobaça – 118, 421-422, 426, 433, 467,
- Martinho da Costa, arceb. de Lisboa (1500-1521) – 441-442, 549, 553-560, 562, 565, 773
- Martinho de Castelo Branco, conde de Vila Nova de Portimão – 557, 559
- Martinho de Portugal, arceb. do Funchal (1533-1547) – 564, 569-570, 580
- Martinho Fernandes de Gouveia, bacharel – 525-526
- Martinho Geraldês, arceb. de Braga (1256-1271) – 206
- Martinho Gil, b. do Porto (1390) – 476
- Martinho Gomes, escolar – 284
- Martinho Gonçalves, b. de Coimbra (1183-1191) – 146
- Martinho Lourenço, deão do cab. de Coimbra – 351
- Martinho Lutero, reformador – 568
- Martinho Martins Zote, arcediogo de Santarém no cab. de Lisboa – 296
- Martinho Miguéis, prior do most. de São Jorge de Coimbra – 225
- Martinho Pais, b. da Guarda (1200-1225) – 152
- Martinho Pires, b. de Évora (1237-1266) – 186
- Martinho Pires de Oliveira, arceb. de Braga (1295-1313) – 243, 249-250, 252, 262-263, 277
- Martinho *Raolis*, monge de Alcobaça – 162, 180
- Martinho Rodrigues, b. do Porto (1191-1235) – 169
- Mártires de Marrocos, santos – 259
- Marturus*, tumultado em Lisboa – 63
- Mateus, arcediogo do cab. de Lisboa – 127
- Mateus, apóstolo e evangelista – 205, 274
- Mateus, b. de Lisboa (1262-1292) – 94-95, 99-100, 104-106, 110, 112, 194-212, 218-219, 223-224, 227, 705-706, 716-717, 736, 747, 763-764
- Mateus Rosso Orsini, cardeal de Santa Maria *in Porticu* (1262-1305) – 204
- Mateus d'Aranda, mestre – 573
- Mateus Martins, b. de Viseu (1254-1268; 1275-1287) e de Coimbra (1268-1275) – 197, 200, 206
- Matilde, condessa de Borgonha – 201
- Matteo Gattapone da Gubbio, engenheiro – 356
- Máxima, mártir de Lisboa – 11, 28, 63
- Maximiliano, imperador (1493-1519) – 556
- Mayor Pérez de Acevedo, mãe do b. de Lisboa Pedro Gómez Barroso – 346
- Mécia de Mendonça, irmã do arceb. de Lisboa Luís de Sousa – 671
- Mécia de Meneses, condessa do Redondo – 626
- Mécia Henriques, mãe do arceb. de Lisboa Afonso Furtado de Mendonça – 629
- Mécia Lopes, abadessa do most. de Lervão – 375
- Mem de Brito, nobre – 536, 539-540
- Mem Rodrigues de Vasconcelos, casado com Constança Afonso – 277-278
- Mencía de Sotomayor, avô do b. de Lisboa Pedro Gómez Barroso – 346
- Mendo, b. de Lamego (1147-1176) – 87
- Mendo Gonçalves, prior da Ordem do Hospital em Portugal – 156-157
- Mendo Peres, cón. do cab. de Lisboa – 526
- Menelau, tesoureiro do cab. de Lisboa – 127
- Miguel Ângelo, pintor – 757
- Miguel da Silva, embaixador – 562
- Miguel da Silva, b. de Viseu (1526-1547) – 565-566, 583
- Miguel de Castro, arcediogo de Santarém no cab. de Lisboa – 627
- Miguel de Castro, b. de Viseu (1578-1586) e arceb. de Lisboa (1586-1625) – 441-444, 607, 617-627, 629, 631-632, 639-640, 675, 701, 721-723, 778
- Miguel de Meneses, 4.º marquês de Vila Real – 580
- Miguel de Moura, secretário de Estado – 607, 612
- Miguel de Vasconcelos, secretário de Estado – 657-658
- Miguel Fernandes, colação do rei Afonso III – 247
- Miguel *Ovequiz*, clérigo – 179
- Miguel Vivas, b. eleito de Viseu (1329-1333) – 114, 282, 294
- Mino da Fiesole, colaborador de Andrea Bregno – 757
- Moisés – 634
- Mor Dias, fundadora do most. de Santa Clara de Coimbra – 238-239
- Natália, santa – 69
- Nero, imperador (54-68) – 757
- Nestoriano, b. de Lisboa (c. 578) – 53
- Neufrídio, b. de Lisboa (646) – 58
- Nicola Capocci, cardeal-b. de Frascati (1361-1368) – 373
- Nicolás Martínez, arcediogo do cab. de Salamanca – 351
- Nicolau, b. de Silves (1189-1191) – 145
- Nicolau, cón. do cab. de Lisboa – 127
- Nicolau III, papa (1277-1280) – 206
- Nicolau IV, papa (1288-1292) – 111, 223, 230-231, 237, 239, 290, 381, 391
- Nicolau V, papa (1447-1455) – 500, 520-522, 524

- Nicolau *Barianus*, autor – 719
 Nicolau Clenardo, humanista – 566, 585-586, 594
 Nicolau de Santa Maria (CRSA), cronista – 135-137, 147
 Nicolau Hispano, legado apostólico – 106, 111, 206, 228, 247
 Nicolau Maquiavel, autor – 730
 Nicolau Monteiro, b. do Porto (1670-1672) – 664
 Nicolau Saraça, criado do rei Afonso III – 202
 Nicolaus de Ausmo, autor – 732
 Niso, cón. do cab. de Lisboa – 127
 Nolet de Saint-Léger, procurador do b. de Lisboa
 Tebaldo de Castillon – 314-316
 Nuno, filho de Gonçalo Lourenço Estremoz, estudante – 290
 Nuno Álvares Pereira, condestável – 262, 464, 475, 694
 Nuno Álvares Pereira, secretário do Conselho de Portugal – 620
 Nuno Álvares Pereira de Melo, 1.º duque de Cadaval – 683
 Nuno da Cunha, filho do embaixador Tristão da Cunha – 576
 Nuno de Mendonça, 1.º conde de Vale de Reis – 664-665
 Nuno de Mendonça, 2.º conde de Vale de Reis – 665
 Nuno de Noronha, b. de Viseu (1586-1594) e da Guarda (1594-1608) – 630, 639
 Nuno Fernandes, nobre – 535
 Nuno Fernandes Cogominho de Chaves, almirante – 466
 Nuno Gonçalves, casado com Beatriz Afonso [de Baião] – 285
 Nuno Gonçalves, pintor – 757-758, 771
 Nuño González de Lara, o Bom, senhor de Lara – 332
 Nuno Manuel, pai do arceb. de Lisboa João Manuel – 639
 Nuno Martins de Barbudo (O. Avis), comendador de Juromenha – 332
 Nuno Rodrigues Bocarro, casado com Maria Miguéis – 247
 Nuno Viegas (O. Carm.), pregador – 725
 Oberto della Fontana, estudante em Direito Canónico – 354
 Octavio Accoramboni, núncio apostólico – 632
 Odofredo, autor – 291
 Odório, b. de Viseu (1147-1165) – 87
 Odório, cón. do cab. de Lisboa – 127
 Olivério de Antissac, familiar do b. de Lisboa Estêvão de la Garde – 303
 Olivério *Gaydelli*, arcediogo de Santarém do cab. de Lisboa – 303
Oliverius Servius, autor – 719
 Olivier de la Marche, autor – 519
 Opas, filho de Égica, rei dos Visigodos – 659
 Ordonho III, rei de Leão e Astúrias (951-956) – 76
 Orósio, autor – 55
 Óssio de Córdova, b. (294-357) – 27, 30, 32, 36
 Otobono de Oliva, cidadão genovês – 347
 Ottavio Accoramboni, b. de Fossombrone (1579-1610) – 653
Ottobonus, cardeal-diácono de Santo Adriano (1251-1276) – ver Adriano V
 Ovídio, poeta – 729
 P., deão do cab. de Lisboa – 159
 P. Afonso – 168
 P. Moniz, prior da ig. de Santiago de Alenquer, 174
 P. Peres, cón. do most. de S. Vicente de Fora – 174
 Paio de Coimbra, cón. do cab. de Lisboa – 127
 Paio Domingues, cón. e deão do cab. de Évora – 226, 235
 Paio Galvão, cardeal-b. de Albano (1212-1230) – 163
 Paio Gonçalves, prior do most. de S. Vicente de Fora – 150
 Paio Nicolau, vigário-geral – 394, 395, 397, 410, 426
 Paio Pais, chantre do cab. do Porto, eleito de Lisboa (1233) – 22, 94, 97, 99-100, 167-171, 173
 Paio Peres Correia, mestre da Ordem de Santiago (1242-1275) – 191
 Pariolo Gebelini, morador na dioc. de Vienne – 301
 Pascoal, b. de Cuenca (1299-1320) – 257
 Pasteur d'Aubenais de Sarrats, cardeal-presbítero dos Santos Marcelino e Pedro (1350-1356) – 370, 372
 Paulino de Tréveris, b. (349-358) – 30
 Paulo, b. de Lisboa (589) – 55, 63
 Paulo, santo e apóstolo – 382
 Paulo III, papa (1534-1549) – 565-566, 568-569, 571, 589
 Paulo IV, papa (1555-1559) – 581, 590
 Paulo V, papa (1605-1621) – 624, 631, 652-654
 Paulo de *Liazaris*, professor de Direito – 353
 Paulo de Portalegre (Lóios), cronista – 532, 534
 Paulo Gonçalves de Andrade, poeta – 634
 Paulo Herbord, estudante em Direito Canónico – 354
 Pedro, b. titular de Hipona – 581
 Pedro, Condestável, filho do infante D. Pedro – 511, 516-519, 516
 Pedro, filho do rei João I, duque de Coimbra e regente – 12, 332, 440-441, 486, 491, 493, 499-500, 508, 510-513, 515-518, 524, 526, 528, 535-536, 544, 720, 754

- Pedro (mestre), arcediogo do cab. de Lisboa – 139
 Pedro (mestre), clérigo – 532, 539
 Pedro (mestre), tesoureiro do cab. de Lisboa – 253
 Pedro I, rei de Castela (1350-1366) – 323-324, 346-347, 350, 360, 404-405, 416, 420, 738
 Pedro I, rei de Portugal (1357-1367) – 12, 111, 113, 268, 296, 300, 324-325, 329, 334-336, 338, 342, 347, 368-374, 404, 472, 575, 731, 739-740
 Pedro II, regente (1667-1683) e rei de Portugal (1683-1706) – 661-663, 666, 671-672, 674-676, 678-681, 683, 685-687, 727, 759
 Pedro IV, rei de Aragão (1336-1387) – 385, 387, 516
 Pedro Afonso, b. de Astorga (1333-1342) e do Porto (1342-1357) – 296, 384
 Pedro Afonso, conde de Barcelos – 196, 285, 694
 Pedro Afonso, vassalo do rei Pedro I – 343
 Pedro Afonso de Alenquer, mordomo e recebedor do b. de Lisboa João Anes Escudeiro – 450
 Pedro Alfonso de Toledo, b. de Osma (1368-1373), Cuenca (1373-1378) e nomeado de Évora (1378) – 345, 355
 Pedro Álvares da Costa [ou Pedro da Costa], b. do Porto (1507-1535), de Leon (1535-1539) e de Osma (1539-1563) – 554
 Pedro Álvares de Alvito, mestre dos Templários – 156-157
 Pedro Álvares Nogueira, autor – 330, 338, 362, 477
 Pedro Anes, arcediogo de Cerveira no cab. de Tui – 254
 Pedro Anes, tabelião – 500
 Pedro Anes Gago de Riba de Vizela, casado com Urraca Afonso – 216
 Pedro Barbo, cardeal (1451-1464) – 526
 Pedro Craesbeeck, impressor – 630
 Pedro Crisólogo, b. de Ravena (433-450) – 44
 Pedro da Cunha, capitão-mor de Lisboa – 650-651
 Pedro da Silva, desembargador do rei Afonso V – 526
 Pedro de Albuquerque, alcaide-mor do Sabugal – 554
 Pedro de Alcáçova Carneiro, vedor da Fazenda e membro do Conselho de Estado – 607, 612
 Pedro de Ataíde, deão do cab. de Coimbra – 511
 Pedro de Castilho, Inquisidor Geral e vice-rei – 622-624, 651-653
 Pedro de Castilla de Eril, b. de Palença (1440-1461) – 512
 Pedro de Colonna, cardeal (1288-1297; 1305-1326) – 382, 391
 Pedro de Fumone, cón. do cab. de Lisboa – 264
 Pedro de *Guardia*, vigário da ig. de Santa Maria do Castelo de Lisboa – 316
 Pedro de La Jugie, arceb. de Narbonne (1347-1375) – 718
 Pedro de Lencastre, 5.º duque de Aveiro – 663
 Pedro de Luna – ver papa Bento XIII
 Pedro de Mariz, autor – 731
 Pedro de Martelo, arcediogo de Lisboa no cab. de Lisboa – 301, 313-317
 Pedro de Maubernard, *domicello*, senhor de Bellomonte – 322, 328
 Pedro de Monte Filottrano, estudante em Direito Canónico – 354
Pedro de Noronha, b. de Évora (1419-1423) e arceb. de Lisboa (1423-1452) – 12, 440, 442-443, 450, 488, 493, 495-501, 538, 696, 708, 769, 771
 Pedro de Noronha, mordomo-mor do rei João II – 501
 Pedro de Portugal, cón. do cab. de Lisboa – 127
 Pedro de Ribadeneira (SJ), autor – 730
 Pedro de Sousa, alcaide-mor de Beja – 629
 Pedro Egas, abade de Alcobaça – 162
 Pedro Esteves, perito em Direito Canónico – 339
 Pedro Esteves, prior da ig. de Santo André – 343
 Pedro Garcia, clérigo, sobrinho do b. de Lisboa Martinho Anes de Zamora – 420
 Pedro Gómez Álvarez de Albornoz, arceb. de Sevilha (1379-1390) – 345
 Pedro Gómez Barroso, cavaleiro – 346
 Pedro Gómez Barroso, o Jovem, b. de Sigüenza (1348-1358), de Coimbra (1358-1364) e de Lisboa (1364-1369), arceb. de Sevilha (1369-1371) e cardeal-presbítero de Santa-Praxedes (1371-1374) – 338, 343, 345-351, 355, 362, 374, 424
 Pedro Gómez Barroso, Sênior, deão do cab. de Lisboa, b. de Cartagena (1326-1327) e cardeal (1327-1348) – 293, 296, 345-346, 351
 Pedro Gonçalves dito de Barbudo, cón. do cab. de Braga – 217
 Pedro Homem Pereira, pai do b. Sancho Pires de Froião – 263
 Pedro Juliães – ver João XXI, papa
 Pedro López de Altuna (OSST), autor – 731
 Pedro Lourenço, filho de Lourenço Afonso Homem – 507
 Pedro Lourenço de Távora, autor – 620
 Pedro Lombardo, autor – 291
 Pedro López de Ayala, chanceler e cronista – 345-346, 362
 Pedro López de Ayala, pai de Fernán Pérez de Ayala e avô de Pedro López de Ayala – 346
 Pedro Margalho, teólogo e jurista – 566-567
 Pedro Martínez, deão do cab. de Cuenca e b. de Évora (1322-1340) – 258
 Pedro Martins, chanceler régio e b. de Coimbra (1296-1301) – 229-230

- Pedro Miguéis, irmão do b. Estêvão Miguéis – 247, 256
 Pedro Miguéis de Leritz, familiar do b. de Lisboa Estêvão de la Garde – 303
 Pedro Moniz, chantre do cab. de Lisboa – 100
 Pedro Moniz, mestre-escola do cab. de Braga – 215
 Pedro Muñiz, arceb. de Compostela (1207-1224) – 152, 159
 Pedro Nunes, matemático – 585
 Pedro Pires, chantre do cab. de Viseu – 200
 Pedro Pitões, b. do Porto (1146-1152) – 87
 Pedro *Raolis*, tabelião de Lisboa – 162, 180
 Pedro Remígio, cón. do cab. de Lisboa – 237, 253
 Pedro Rodrigues, escolar – 288, 290
 Pedro Rodrigues Pereira, avô do arceb. Gonçalo Pereira – 261
 Pedro Salvadores, b. do Porto (1235-1247) – 188, 214
 Pedro Sanches, b. – 271
 Pedro Sanches, chantre do cab. de Lisboa – 296
 Pedro Silva, escrivão régio – 761
 Pedro Soares, b. de Coimbra (1192-1232) – 149, 153-154, 160
 Pedro Soares, irmão do arceb. de Braga Estêvão Soares da Silva – 214
 Pedro Tenório, b. de Coimbra (1371-1377) e arceb. de Toledo (1377-1399) – 359, 374-376
 Pedro Tessier, cardeal de Santo Estêvão *in Coeliomonte* (1320-1325) e vice-chanceler apostólico – 252-253
 Pero (mestre), boticário do b. de Lisboa Lourenço Rodrigues – 342
 Pero Anes de Vasconcelos, irmão de Estêvão Anes de Vasconcelos – 215
 Pero de Coimbra (mestre), escultor – 272, 274, 749-750, 765
 Pero Martins de Barbudo, freire da Ordem de Avis – 332
 Pierantonio Casulano, agente do arceb. de Lisboa Afonso de Portugal – 569
 Piero di Niccolò Lamberti, escultor – 771
 Pierre Corral, abade da ig. de Tulle – 321
 Pierre de Chastellux, b. de Valentina e de Die (1342-1350) – 301
 Pierre Roger de Beaufort – ver Clemente VI, papa
 Pietropaolo Carnesecchi – 569
 Pilgrim of Puchheim, arceb. de Salzburgo (1365-1396) – 384
 Pintoricchio ou Pinturicchio, pintor – 719, 757
 Pio II, papa (1458-1464) – 513, 550
 Pio IV, papa (1560-1565) – 721
 Pio V, papa (1566-1572) – 591, 593, 627
 Pio VI, papa (1775-1799) – 676
 Plínio, autor – 729
Potâmio, b. de Lisboa (séc. IV) – 11, 27-50, 51
 Prudêncio, poeta – 27
 Quinto Cúrcio Rufo, autor – 729
 R., cruzado – 61, 83, 89, 123
 Rafael, pintor – 757
 Raimundo, arceb. de Toledo (1124-1152) – 125
 Raimundo, conde portugalense – 81
 Raimundo d'Agoult, avô do b. de Lisboa João de Agoult – 393
 Raimundo d'Agoult, irmão do b. de Lisboa João de Agoult – 393, 400
 Raimundo de Lencastre, 4.º duque de Aveiro – 727
 Raimundo de Monteros, capelão das rainhas Constança de Castela e Isabel de Portugal – 293
 Raimundo de Serra, coletor apostólico – 280
 Raimundo Ébrard I, b. Coimbra (1319-1324) – 257
 Raimundo Ébrard II, b. de Coimbra (1325-1333) – 282
 Raimundo Tolosano, clérigo da dioc. de Mirepoix – 301-302, 313
 Ramiro II, rei de Leão e Astúrias (931-951) – 75
 Ramon del Balzo Orsini, conde de Nola – 516
 Ranulfo Bochari, vigário-geral do b. de Lisboa Teobaldo de Castillon – 313-315
 Raoul de *Vico Novo*, mestre em Paris – 278
 Raymond Bernard le Flamenc, procurador do duque de Anjou – 395
Raynaldus, autor – 399
 Raynaud de la Porte, b. de Limoges (1294-1316) – 322
 Recaredo, rei visigodo (586-601) – 55
 Reginaldo de Maubernard, co-senhor de Allasac – 321-322
 Reginaldo de Maubernard, *domicello*, filho de Elias de Maubernard – 322
 Reginaldo de Maubernard, b. Palença (1353-1356), de Lisboa (1356-1358) e de Autun (1358-1361) – 12, 114, 311, 321-328, 338, 340, 388, 453
 Reinaldo, cón. do cab. de Lisboa – 127
 Ricardo, cardeal diácono de Sant'Angelo (1237-1276) – 199, 201
 Ricardo II, rei de Inglaterra (1377-1399) – 390, 407, 412-416
 Ricardo Guilherme, chantre do cab. de Lisboa – 22, 94-95, 99-100, 185, 191, 196, 199-200
 Roberto, deão do cab. de Lisboa – 127
 Roberto, irmão do b. de Lisboa Gilberto de Hastings – 124, 716
 Roberto Anes Brunier, cón. do cab. de Lisboa – 386
 Roberto Belarmino, cardeal (1599-1620) – 730

- Roberto de Cruce, vigário da ig. de Santa Cruz do Castelo de Lisboa – 313-316
- Roberto de Genebra, sobrinho do cardeal Guido de Bolonha – 385. Ver Clemente VII, papa.
- Rodolfo / Raoul de Chevières, cardeal de Albano (1261-1270) – 204
- Rodrigo, b. da Guarda (1248-1267) – 206
- Rodrigo, b. de Cidade Rodrigo (1384-1403) – 477
- Rodrigo, criado do b. João Martins de Soalhães – 238
- Rodrigo Anes, filho do b. de Lisboa João Anes Escudeiro – 462
- Rodrigo Anes, oficial da cúria de Lisboa – 339
- Rodrigo Anes Brunier, cón. de Lisboa – 410, 473
- Rodrigo Anes de Barbudo, avô do b. de Lisboa Lourenço Rodrigues – 331
- Rodrigo Anes de Sá, casado com Cecília Colonna – 387
- Rodrigo Anes de Vasconcelos, irmão do b. de Lisboa Estêvão Anes de Vasconcelos – 214
- Rodrigo da Cunha, b. de Portalegre (1615-1618) e do Porto (1618-1627), arceb. de Braga (1627-1635) e de Lisboa (1635-1643) – 12, 19, 105, 126-128, 137, 141, 145, 150, 161, 164, 167, 169, 191, 195, 202-205, 207, 210-212, 218, 225-227, 229, 232, 239, 303, 319, 329-330, 341-342, 363, 390, 394-397, 412, 417, 425, 428-429, 443, 449, 476, 555, 633, 649-660, 675, 701, 706, 714-717, 721-722, 724-733, 736-738, 747, 754, 780-781
- Rodrigo del Padrón, arceb. de Compostela (1307-1316) – 243
- Rodrigo Fernandes, b. da Guarda (1248-1267) – 214
- Rodrigo Gonçalves, clérigo de Lisboa – 303
- Rodrigo Gonzalez, arc. de Compostela (1286-1304) – 219
- Rodrigo Jiménez de Rada, arceb. de Toledo (1209-1247) – 175, 177, 179
- Rodrigo Peres, sobrinho do b. de Lisboa Airas Vasques – 184
- Rodrigo Pinheiro, b. do Porto (1552-1572) – 581
- Rodrigo Pires, servidor do b. de Lisboa Lourenço Rodrigues – 339
- Rodrigo Pires de Oliveira, prior da ig. de Santa Maria da Oliveira de Guimarães e b. de Lamego (1311-1330) – 250, 278
- Rodrigo Sánchez, cón. do cab. de Toledo – 374
- Rodrigo Vázquez, jurisconsulto – 612
- Rofredo de Benevento, autor – 292
- Rosardo, cón. do cab. de Lisboa – 127
- Ruggiero de Castel di Sangro, estudante em Direito Canónico – 354
- Rui da Cunha, prior da ig. de Santa Maria da Oliveira de Guimarães – 510-511
- Rui de Pina, cronista – 499, 512-513, 525, 536, 731
- Rui do Casal, nobre – 750
- Rui Fernandes, cristão-novo – 581, 583
- Rui Fernandes de Saldanha, inquisidor – 652
- Rui Lourenço, deão do cab. de Coimbra – 475
- Rui Nogueira, irmão do arceb. de Lisboa Afonso Nogueira – 531-533, 539
- Rui Nunes, juiz – 249
- Rui Vasques Coutinho, pai de Beatriz de Vilhena – 510
- Ruiz Escaray, secretário da vice-rainha Beatriz de Sabóia – 657
- Sá de Miranda, humanista – 594
- Salla, duque – 54
- Salvador de Jerpo, cón. do cab. de Gerona – 387
- Sancha, filha do rei Sancho I – 100, 153, 158. 161-162
- Sancha Fernández Barroso, tia do b. de Lisboa Pedro Gómez Barroso – 346
- Sancho, criado do b. de Lisboa João Martins de Soalhães – 238
- Sancho, sobrinho do b. de Lisboa Airas Vasques – 184
- Sancho I, rei de Portugal (1185-1211) – 105, 140, 143-145, 151-152, 155, 158, 178
- Sancho II, rei de Portugal (1223-1248) – 94, 97-98, 104, 106, 109, 152, 161, 163, 170, 174-175, 177-178, 181, 183, 187-189, 191, 193-194
- Sancho IV, rei de Castela (1284-1295) – 241
- Sancho de Noronha, irmão do b. de Lisboa Pedro de Noronha – 497, 499
- Sancho Fernandes, mestre da Ordem de Santiago – 151
- Sancho Manuel, conde de Vila Flor – 667
- Sancho Pires de Froiã, deão do cab. e b. do Porto (1296-1300) – 263
- Sandro Botticelli, pintor – 698
- Santiago, apóstolo – 529, 698, 707, 709
- Sebastião, rei de Portugal (1557-1578) – 579-581, 585, 589, 593, 599, 600, 605, 607, 613, 617, 626, 639, 650-651, 730, 757, 759
- Sebastião, santo – 243, 454
- Séneca, filósofo – 48, 382
- Sentil Soares de Barbudo – 332
- Serafim de Freitas (O. de M.), professor na Universidade de Valladolid – 654, 726
- Sigurd Magnusson, rei da Noruega (1103-1130) – 82
- Silvestre Esteves, oligarca de Lisboa – 429, 465
- Silvestre Godinho (mestre), arceb. de Braga (1229-1240) – 153, 174, 188
- Silvestre Miguéis, sobrejuíz – 247
- Simão da Luz (OP), pregador – 722-723
- Simão de Durham, autor – 129

- Simão *Raolis*, cón. do cab. de Lisboa e prior da ig. de S. Mamede – 162, 178, 180
- Simão, mensageiro apostólico – 162
- Simon Bevilaqua, impressor – 719
- Simon Sudbury, arceb. de Cantuária (1375-1381) – 390
- Siniblado Capúcio, cidadão de Roma – 200
- Sisto IV, papa (1471-1484) – 545-546, 552, 756
- Soeiro, b. de Évora (1204-1229) – 156-157
- Soeiro**, b. de Lisboa (1185-1209) – 93-94, 96-97, 99-100, 102-105, 143-150, 703-704, 762
- Soeiro Gonçalves de Barbudo, tio-bisavô do b. de Lisboa Lourenço Rodrigues – 332
- Soeiro Mendes Coelho, cavaleiro de Lisboa – 285
- Soeiro Mendes da Maia, nobre – 81
- Soeiro Peres Torta da Silva, casado com Fruilhe Egas de Lanhoso – 216
- Soeiro Viegas**, b. de Lisboa (1211-1233) – 93-94, 96-97, 99-100, 102, 104-106, 143, 150-165, 167-168, 172, 174, 178-179, 745-747, 762-764
- Stefano Taleazzi, b. de Torcello (1485-1514) – 719
- Stephan Plannck, impressor – 719
- Stephen II, duque da Baviera (1347-1375) – 384, 388
- Suero Gómez de Toledo, arceb. de Santiago (1362-1366) – 362
- Suetónio, autor – 729
- Tácito, autor – 729
- Tello Téllez de Meneses, b. de Palença (1208-1246) – 178, 179, 181
- Telo, cón. regente de Santo Agostinho – 136
- Telo (OFM), arceb. de Braga (1279-1292) – 111, 211, 239
- Telo Garcia de Lisboa (mestre), escultor – 272, 274, 749, 765
- Teobaldo de Castillon, b. de Bazas (1313-1318), de Saintes (1318-1348) e de Lisboa (1348-1356) – 12, 114, 301, 304, 307-319, 324, 326-337, 340, 386, 449, 718, 767
- Teodorico**, b. de Lisboa (666) – 58
- Teodósio I, duque de Bragança – 569, 578-580
- Teodósio, príncipe do Brasil, filho do rei João IV – 673, 725
- Teodósio de Moraes, tesoureiro e executor da mesa mes-tral e pontifical do arcebispado de Lisboa – 625
- Teotónio de Bragança, arceb. de Évora (1578-1602) – 619, 623
- Teresa, filha do rei Sancho I – 100, 153, 158, 161
- Teresa, irmã do arceb. de Lisboa Afonso Nogueira – 531-532
- Teresa de Jesus (OCD), santa – 723-724
- Teresa Gudiel, tia do b. de Lisboa Pedro Gómez Barroso – 346
- Teresa Pires Vilarinho, barregã do arceb. Gonçalo Pereira – 262
- Teresa Soares, irmã do arceb. de Braga Estêvão Soares da Silva – 216
- Teresa Vasques, tia do arceb. de Lisboa Luís Coutinho – 504
- Tertuliano de Cartago, escritor – 27, 38, 42, 47, 49
- Thomas FitzAlan, conde de Arundel – 516
- Thomas Pitt, autor – 739
- Tiago, cón. do cab. de Lisboa – 127
- Tiago Colonna, b. de Lombez (1328-1341) – 382
- Tiago de Colonna, cardeal (1278-1297; 1305-1318) – 382, 391
- Tiago de Roma, familiar e procurador do b. de Lisboa Agapito de Colonna – 387
- Tibúrcio, b. de Coimbra (1234-1246) – 185, 188, 220
- Tito Lívio, historiador – 382
- Tomás da Encarnação, autor – 225, 233
- Tomás de Almeida, patriarca de Lisboa (1716-1754) – 583, 677, 683-684, 688
- Tomás de Aquino (OP), santo – 292, 729
- Tomás de Cantuária, santo – 729
- Tomás de Maluenda (OP), autor – 731
- Tomas Tamayo de Vargas, escritor – 730
- Tomasuccio de Siena, terceiro franciscano – 741
- Tomé Alvarez, autor – 639
- Tomé de Sousa, governador-geral do Brasil – 554
- Tomé de Sousa, 8.º senhor de Gouveia – 679
- Tomé de Sousa, 11.º conde de Redondo – 685
- Toribio Fernández, deão do cab. de Zamora – 374
- Tristão da Cunha, embaixador do rei Manuel I – 576
- Tumulus, rebelde de provável origem iemenita – 64
- Ulpiano, autor – 291
- Urbano III, papa (1185-1187) – 148
- Urbano IV, papa (1261-1264) – 201-202, 204-206
- Urbano V, papa (1362-1370) – 347-348, 350, 354-357, 370, 373-375, 384-385, 767
- Urbano VI, papa (1378-1389) – 115-118, 377, 389-390, 394-396, 398-399, 408-415, 417-418, 420, 423, 427-428, 461-463, 465, 471, 473
- Urbano VIII, papa (1623-1644) – 655-656
- Urraca, parente do b. de Lisboa Domingos Anes Jardo – 234
- Urraca Afonso, bastarda régia – 216
- Urraca de Castela, rainha de Portugal, mulher do rei Afonso II (1211-1220) – 152
- Urraca Vasques Pimentel, casada com Gonçalo Pires Pereira – 262

- Ursácio de Singidunum, b. (séc. IV) – 30, 32, 47
- Valente de Mursa, b. (séc. IV) da Panónia – 30, 32, 47
- Valério de Sousa Azevedo, autor – 724
- Valério Máximo, autor – 382
- Vasco, b. da Guarda (1267-1278) – 208
- Vasco, b. de Silves (1354-1367) – 375
- Vasco, eremita e monge jerónimo – 741
- Vasco Anes, filho do b. de Lisboa João Martins de Soalhães – 238, 245
- Vasco Coutinho, conde de Marialva – 503, 505, 509
- Vasco Domingues, cón., tesoureiro e chantre do cab. de Lisboa – 344, 375-376
- Vasco Fernandes, cón. do cab. de Lisboa – 204
- Vasco Fernandes Coutinho, avô do arceb. de Lisboa Luís Coutinho – 504-505
- Vasco Fernández de Toledo, b. de Palença (1343-1353) e arceb. de Toledo (1353-1362) – 362-366
- Vasco Martins**, b. do Porto (1328-1342) e de Lisboa (1342-1344) – 112, 114, 279, 281, 287-298, 300, 302, 343-344, 367-369, 449, 717-718
- Vasco Martins de Barbudo, freire de Alcântara e comendador-mór de Léon – 332
- Vasco Martins de Guimarães, raçoeiro da ig. de Santa Maria de Leiria – 375
- Vasco Martins de Rebelo, tesoureiro do cab. de Viseu – 507
- Vasco Martins de Rebelo, vigário-geral – 526
- Vasco Mouzinho de Quevedo e Castelo Branco, autor – 725
- Vasco Perdigão, b. de Évora (1443-1463) – 550
- Vasco Pereira, corregedor em Entre Douro e Minho – 267
- Vasco Peres de Camões, nobre de Lisboa – 422
- Vasco Pimentel, avô do b. de Lisboa Gonçalo Pereira – 262
- Vasco Pires, sobrinho do b. de Lisboa Vasco Martins – 288
- Vasco Rodrigues, b. da Guarda (1363-1364) e de Coimbra (1364-1371), eleito de Lisboa (1371) e eleito de Braga (1371) – 338, 340, 361-379, 695, 708, 750-751, 767-768
- Vasco Rodrigues, chantre do cab. de Braga – 369
- Vasco Rodrigues, escolar – 288, 290
- Vasco Vicente, cón. do cab. de Évora – 490
- Vasco Vicente das Leis, sobrinho do b. de Lisboa Vasco Martins – 288
- Vegécio, autor – 382
- Veríssimo, mártir de Lisboa – 11, 28, 63
- Veríssimo de Lencastre, arceb. de Braga (1670-1677) e inquisidor-mor – 676, 682,
- Vespasiano de Bisticci, bibliófilo – 517, 520, 522, 527
- Viarico**, b. de Lisboa (633-638) – 58
- Vicente (OP), confessor régio e inquisidor – 741
- Vicente, presbítero – 79
- Vicente, santo – 83, 90, 102, 141, 156, 196, 205, 234, 255, 273, 435, 529, 675, 692, 698, 706-709, 728, 738, 757-758, 771
- Vicente Anes, clérigo do b. de Lisboa Lourenço Rodrigues – 339
- Vicente Anes, cón. do cab. de Évora – 226
- Vicente Anes César, procurador do rei – 250
- Vicente Domingues, irmão do b. Geraldo Domingues – 288
- Vicente Hispano, arcediogo e deão do cab. de Lisboa, b. da Guarda (1226-1248) – 22, 94, 97-100, 102, 143, 153, 159-164, 168, 171, 173, 180, 185, 188
- Vicente Mendes, b. do Porto (1261-1296) – 206, 208
- Victor-Amadeus II, duque de Sabóia – 681
- Vieira Lusitano, pintor – 678
- Violante Gomes, possível mulher do infante D. Luís – 609
- Violante Henriques, mulher de Pedro de Sousa – 629
- Violante Nogueira, irmã do arceb. de Lisboa Afonso Nogueira – 531-532, 540
- Virgílio, poeta – 49, 729
- Vital du Four (OFM), cardeal-b. de Albano (1321-1327) – 169
- Viviano de Acromonte, cón. do cab. de Dax e chantre do cab. de Lisboa – 252
- William Gardiner, mercador – 582
- Yusuf I, califa (1135-1184) – 146
- Zenão de Verona, b. (†c. 371) – 43-44, 46
- Zénon de Mérida, b. (séc. VII) – 54
- Zósimo de Nápoles, b. (300 – c. 317) – 36

“Nas comemorações do tricentenário do Patriarcado de Lisboa inclui-se a publicação desta obra coletiva sobre bispos e arcebispos que o antecederam. De Potâmio, no século IV, a D. João de Sousa, falecido em 1710, sucederam-se os prelados lisboenses em várias épocas e contextos sociais e religiosos, aqui biografados por reconhecidos historiadores de várias Universidades e Centros de Investigação. [...]

A vida vivida não se resume na vida narrada. No entanto, da narrativa tiram-se conclusões importantes. Que importam ao que nos liga aos outros, como humanidade, ao mesmo tempo tão igual e tão diversa de contexto a contexto. É nisto que a boa historiografia nos ajuda, sem anacronismos nem extrapolações. Sobra o que sobra, para além das diferenças e muitas vezes por contraste, já que por ali não se podia nem devia prosseguir. Sobrará mais humanidade e certamente mais cristianismo. Mas só depois se soube, dando razão póstuma aos profetas.”

(D. MANUEL CLEMENTE, CARDEAL-PATRIARCA DE LISBOA)

Projeto científico



FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Patrocínios



**SANTA
CASA**
Misericórdia de Lisboa. Por boas causas.

